

COLEÇÃO
HISTÓRIA ONLINE

ESCRITA, EDIÇÃO E LEITURA
NA AMÉRICA LATINA

NELSON SCHAPOCHNIK
GISELLE MARTINS VENANCIO
(ORGS.)



PPGHISTÓRIA-UFF

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-63735-19-5



9 788563 735195

COLEÇÃO
HISTÓRIA ONLINE

NELSON SCHAPOCHNIK
GISELLE MARTINS VENANCIO
(ORGS.)

ESCRITA, EDIÇÃO E LEITURA
NA AMÉRICA LATINA



PPGHISTÓRIA-UFF

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

E74 Escrita, edição e leitura na América Latina / Nelson Schapochnik e Giselle Venancio (organizadores). – Niterói: PPGHistória-UFF, 2016.

822 p.

Coleção História on line.
ISBN 978-85-63735-19-5-2.

1. Leitura; aspecto histórico. 2. Circulação de impresso. 3. Livro; aspecto histórico. 4. América Latina. I. Schapochnik, Nelson. II. Venancio, Giselle. III. Título.

CDD 028.9

■ PARTE I: LER E ESCREVER

- Escrever aos de Cima: Como o Fracos Escrevem aos Poderosos* 6
Martin Lyons (USW)
- Oralidade e impressos poéticos - Entre dois séculos: produtores e receptores no Rio de la Plata* 23
Pablo Rocca (UdelaR)
- Leitura e Escrita na Periferia do Capitalismo* 38
Sandra Guardini Vasconcelos (USP)
- Bibliotecas y lectores argentinos: escenas fundantes* 49
Graciela Batticuore (UBA-CONICET)
- Vida associativa, ócio regrado e leitura na Sociedade Germânia do Rio de Janeiro, 1826-1889* 66
Nelson Schapochnik (USP)
- A biblioteca do mestre: dos livros de Arduíno Bolívar, marcas de circulação de uma coleção especial* 88
Diná Marques Pereira Araújo (UFMG)
- Lições da escrita: diferentes formas de apropriação da escrita e da leitura no Brasil* 101
Bruno Guimarães Martins (UFMG)

■ PARTE II: HISTÓRIA EDITORIAL

- El boom latinoamericano: estrategias editoriales, mercado e internacionalización de nuestra literature* 121
José Luis de Diego (UNLP)
- Ángel Rama y la Editorial Arca: una mirada latinoamericana para un intento de construcción del canon* 141
Alejandra Torres (UdelaR)
- Francisco de Paula Brito: da tipografia à Empresa Literária Dous de Dezembro* 155
Claudia Adriana Alves Caldeira (UERJ)

<i>Modos de autor e manhas da crítica: o jogo dos prefácios em Casa-Grande & Senzala (1933-1961)</i>	167
Fábio Franzini (UNIFESP)	
<i>Editar coleções: disputas intelectuais e monumentalização das narrativas históricas no Brasil (1956-1972)</i>	181
Giselle Martins Venancio (UFF)	
<i>O editor norte-americano W. M. Jackson e a difusão da britânica The Children's Encyclopaedia ou Tesouro da Juventude na América Latina, anos 1900 aos 1950</i>	198
Gabriela Pellegrino (USP)	
<i>Profetas que son sacerdotes: autores-editores de colecciones de literatura fantástica</i>	216
Laura Cilento (UNQ/UNIPE)	
<i>O agente literário como "corretor". Um estudo de caso sobre a literatura latino-americana e o mercado livreiro nos Países Baixos</i>	229
Lisa Kuitert (UA)	
<i>Proyectos editoriales y bibliotecas en la conformación del socialismo y el anarquismo argentinos (1890-1905)</i>	242
M. Eugenia Sik (CeDInCI/UBA) e Lucas Domínguez Rubio (CeDInCI-CONICET)	
<i>Ingresar a las letras de imprenta: el nacimiento del escritor, entre memorias y ficciones</i>	264
Margarita Pierini (UNQ)	
<i>Personagens e bastidores da História Editorial sob o ponto de vista da análise das relações no campo</i>	275
Marília de Araújo Barcellos (UFSM)	
<i>História de um bocadinho de pão. Tradução e edição de obras para a infância nas últimas décadas do século XIX</i>	293
Patricia Tavares Raffaini (USP)	

■ PARTE III: CIRCULAÇÃO DOS IMPRESSOS

<i>Os usos dos impressos na América Latina e na Europa: circulações e transferências culturais</i>	307
Jean Yves Mollier (UVSQ)	

<i>Producción editorial, circulación y consumo del libro colonial poblano en la ciudad de México: redes comerciales de la familia del impresor Pedro de la Rosa (1777-1821)</i>	321
Marina Garone Gravier (UNAM)	
<i>Un mundo de palabra impresa entre Córdoba y Buenos Aires (Argentina), 1880-1920. Cuestiones generales y proposiciones particulares en torno a la vida de la imprenta y los bienes impresos</i>	335
Ana Clarisa Agüero (IDACOR CONICET-UNC)	
<i>Os “papéis ímpios e sediciosos”, ingrediente capital da circulação do impresso e da criação do espaço público liberal</i>	350
José Augusto dos Santos Alves (UNL)	
<i>A circulação das Trovas de Bandarra e a relação entre o livro autorizado e proibido</i>	388
Rafaela Dias (UNIFESP)	
<i>Da Nova à Velha Inglaterra: Circulação de impressos milenaristas entre a colônia e a metrópole no século XVII</i>	403
Verônica Calsoni Lima (UNIFESP)	
<i>De norte a sul do país: edição e circulação de livros na viagem de um autor pelo Brasil afora</i>	420
Alexandra Lima da Silva (UERJ)	
<i>O Freij, a modernidade rural e a utilidade dos livros. Leitores e lugares de circulação de manuais técnicos agrícolas no mundo português do final do século XVIII e início do XIX.</i>	437
José Newton Coelho Meneses (UFMG)	

■ PARTE IV: IMAGEM E TEXTO

<i>Leer (con) imágenes. Las litografías y la prensa periódica en los procesos de construcción identitaria en Sudamérica en el siglo XIX</i>	455
Hernán Pas (UNLP-Conicet)	
<i>A Fotografia e o livro de Arte</i>	465
Maria Teresa Ferreira Bastos (UFRJ)	
<i>A construção dos “outros”: ensaios e fotografias sobre os indígenas chilenos durante o século XIX e primeiras décadas do XX</i>	482
Mateus Fávoro Reis (UFOP)	

Quadrinhos e América Latina na Guerra Fria: editoras nacionais no Brasil e Chile e sentidos transnacionais das HQs (anos 1960 e 1970) 500
Ivan Lima Gomes (UEG)

■ PARTE V: ESCOLARIZAÇÃO DOS TEXTOS E DA LEITURA

Los libros didácticos de autor. Un análisis sobre la configuración de la “función-autor” en las políticas editoriales del canon pedagógico en la Argentina (1960-1982) 517
Carolina Tosi (UBA-Conicet)

A Revista Escola Secundária da CADES / MEC (1957-1963) e seus modos de construir as identidades dos professores de ensino médio 538
Libania Nacif Xavier (UFRJ)

O Livro didático e a consolidação das práticas institucionalizadas de leitura literária 555
Oton Magno Santana dos Santos (UNEB)

O Brasil na África e a África nos livros didáticos no Brasil 572
Pedro de Souza Santos (USP)

■ PARTE VI: CRÍTICA E RECEPÇÃO

Modernidade e tradição na crítica cultural e política nos primeiros escritos de Sérgio Buarque de Holanda: questões para a historiografia brasileira 585
Marcus Vinicius Corrêa Carvalho (UFF)

Sob os olhos de remotos horizontes: reflexões sobre a recepção do Livro Visão do Paraíso, de Sérgio Buarque de Holanda (1959) 597
André Carlos Furtado (UFF)

As representações do outro em Blaise Cendrars a partir de suas viagens de “descoberta do Brasil” 612
Karla Adriana de Aquino (UFRJ)

A desmaterialização do livro e as novas formas narrativas 631
Eliane Hatherly Paz (PUC-RJ)

<i>Teodoro Bicanga e sua Parnaíba imaginária: história, memória e crítica social na literatura de Renato Castelo Branco (1948)</i> João Carlos de Freitas Borges (UFPI)	645
<i>Modificações no campo literário brasileiro a partir de duas leituras do livro "Mulheres e Monstros" de João de Minas</i> Leandro Antonio de Almeida (UFRB)	658
<i>América, um livro essencialmente intertextual</i> Milena Ribeiro Martins (UFPR)	676

■ PARTE VII: PERIODISMO

<i>Sobre América Literaria. Cuadernos Quincenales de Artes, Ciencias y Letras (1921-1922)</i> Verónica Delgado (UNLP-Conicet)	694
<i>A revista Dionysos e o projeto modernizador para o teatro brasileiro: 1949-1989</i> Henrique Brener Vertchenko (UFMG)	708
<i>Um "espaço de autoria" na literatura sobre tecnologia durante a década de 1970 no Brasil: a revista Dados & Idéias</i> Ivan da Costa Marques (UFRJ)	728
<i>Do consumidor de mercadorias ao leitor de jornal: peculiaridades da indústria cultural nas páginas do semanário Flan (1953-1954)</i> Jefferson José Queler (UFOP)	743
<i>Narrativa científica: história das primeiras revistas médicas em São Paulo</i> Márcia Regina Barros da Silva (USP)	760
<i>Palavras impressas e debate político: uma análise de alguns periódicos surgidos na gênese da imprensa pernambucana</i> Mário Fernandes Ramires (UNIFESP)	779
<i>Do Museu para o Mundo: a circulação da revista Arquivos do Museu Nacional nos Oitocentos</i> Michele de Barcelos Agostinho (UFF)	796
<i>O Conciliador do Maranhão: Imprensa e público leitor na América portuguesa (1821-1823)</i> Marcelo Cheche Galves (UEMA)	811

O livro *Escrita, edição e leitura na América Latina* reúne 50 trabalhos apresentados no Encontro Latino Americano da *Society for the History of Authorship, Reading and Publishing* (SHARP), realizado no âmbito do Programa de Pós-graduação em História da UFF, com o apoio dos Programas de Pós-graduação em História da UFMG, da USP e da UERJ, do Programa de Pós-graduação em Educação da USP e dos Programas de Pós-graduação em Comunicação da UERJ e da UFF, no período de 05 e 08 de novembro de 2013, e intitulado **A Cidade das Letras: leituras e identidades na América Latina**.

A proposta do evento, primeiro simpósio da SHARP a se realizar na América Latina, implicou no reconhecimento de uma configuração peculiar no que diz respeito às formas históricas de produção, circulação e recepção da cultura letrada no continente, onde as questões políticas e culturais exercem um inequívoco papel fundador. Daí a importância de mencionar no título do encontro a obra do crítico literário uruguaio Ángel Rama e assim homenagear este intelectual que proporcionou novas diretrizes para ler a literatura latino-americana sob um prisma plural. Reconhecemos nas categorias forjadas pelo crítico literário uruguaio como “sistema literário”, “transculturação” e “comarca” um contributo inequívoco para a compreensão da diversidade de experiências históricas das práticas da escrita e da leitura nestas terras. Esta perspectiva crítica também incita uma reflexão sobre as mediações possíveis com as questões da formação do leitor, da mestiçagem cultural, da subalternidade, do gênero, das fronteiras entre o espaço privado e o espaço público e do papel ordenador das políticas culturais na América Latina.

O evento que deu origem a este livro contou com a participação de 151 pesquisadores brasileiros e estrangeiros, além dos 11 conferencistas convidados, totalizando 162 pesquisadores de onze países distintos: Argentina, Austrália, Brasil, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, México, Portugal e Uruguai. É importante registrar que esta iniciativa floresceu em grande medida em função do estímulo recebido por parte de Jean-Yves Mollier, que não só abonou o projeto inicial como também estabeleceu mediações com a diretoria da SHARP. Fica consignado também nosso agradecimento a então presidente da associação, Leslie

Howsam, pela confiança e incentivo para a integração e interlocução dos pesquisadores da América Latina nas atividades desta sociedade.

A reunião de pesquisadores de tantos países com um olhar centrado nas experiências latino americanas deu origem a uma multifacetada história da edição, circulação dos impressos e leitura nesta região do mundo. Portanto, longe de postular uma perspectiva unívoca, os ensaios aqui reunidos buscam simultaneamente a compreensão de objetos e práticas culturais que se realizam no âmbito da nação, da região e dos entre-lugares.

O livro se inicia com a abordagem do Ler e escrever, a partir de um ponto de vista amplo, que comporta uma reflexão sobre os modos da escrita dos subalternos aos “de cima”, as formas de escrita e circulação dos textos na “periferia do capitalismo”, bem como a análise de algumas bases institucionais de leitura como as bibliotecas, gabinetes de leitura e coleções privadas.

A seção seguinte é dedicada aos estudos sobre a história editorial na qual se destacam as análises sobre a emergência da figura do autor, a trajetória de importantes editores e casas editoriais (Paula Brito, Angel Rama), a emergência das coleções como um construto editorial, as interseções entre o mercado livreiro e a literatura latino-americana por meio da atuação de editores e agentes literários, as traduções e adaptações de textos para o público infantil, os paratextos enquanto dispositivos editoriais, a ascensão de determinados gêneros (realismo fantástico) e tópicos (socialismo e anarquismo) como fruto do projeto e labor de um editor.

No bloco de ensaios ulterior a atenção dos pesquisadores se volta para a circulação dos impressos. Aqui é possível observar um jogo de escalas muito interessante, onde se estabelecem conexões entre o local, o regional, o nacional e o transnacional, destacando-se as relações intelectuais e circuitos de trocas e transferências entre a Nova Inglaterra e sua metrópole ou entre o Brasil e a Europa. Ganham destaque outras dimensões da circulação de impressos como aquelas que se dão entre as diversas regiões da América, em tempos coloniais como o estudo sobre o México, ou também no período contemporâneo em diferentes partes do território da Argentina e do Brasil.

A quarta parte deste livro reúne a contribuição de pesquisadores que buscam explorar as formas de interação entre a imagem e o texto. Como parte desta experiência de integrar linguagens distintas na materialidade dos impressos, podemos transitar pelo uso de litografias na imprensa, o emprego das fotografias nos livros de arte, o seu papel no sentido de fixar identidades, ou ainda a experiência transnacional de um gênero que começa a ganhar estatuto de objeto de investigação histórica como os quadrinhos.

Seria de se estranhar a ausência de um corpus dedicado aos impressos escolares, afinal eles cumprem um inequívoco papel na formação dos leitores e tradicionalmente estão identificados com as políticas oficiais que incidem no letramento e na difusão da cultura letrada nas sociedades modernas. Por isso mesmo, a quinta seção abriga um conjunto de textos que lançam luzes sobre o cânone pedagógico, a escolarização da leitura literária, a análise de coleções que discutem a história da África no Brasil e o estudo de um periódico voltado para as questões escolares.

O penúltimo bloco põe em cena um tipo de leitor muito peculiar, o crítico. Portanto, longe de reiterar a autoridade autoral como detentora de uma suposta verdade sobre aquilo que foi escrito e divulgado, os ensaios aqui reunidos procuram entender como determinados impressos foram acolhidos na operação da leitura e forjaram outros textos. Sob distintos parâmetros críticos são abordados a recepção de obras de Sérgio Buarque de Holanda, João de Minas e Renato Castelo Branco. Da mesma maneira, outro subconjunto de ensaios procura tirar proveito das potencialidades críticas de categorias como representação, intertextualidade e desmaterialização para a leitura dos livros.

E por fim, o livro dedica uma seção exclusiva ao periodismo, uma modalidade de impresso que tem atraído a reflexão de vários pesquisadores. Não por acaso, as abordagens contemplam o periodismo cultural com ênfase na produção artística, literária e teatral, os debates sobre tecnologia e a indústria cultural, os periódicos forjados por instituições profissionais e culturais, bem como os usos políticos da imprensa.

Apresentação alguma pode postergar a leitura dos ensaios reunidos aqui. Melhor adotar o silêncio eloquente e deixar que o leitor avalie este esforço coletivo para por em cena uma visada parcial dos estudos sobre a escrita, a edição e a leitura na América Latina.

Nelson Schapochnik (USP)

Giselle Venancio (UFF)



ESCRITA, EDIÇÃO E LEITURA
NA AMÉRICA LATINA

PARTE I

LER E ESCREVER



Escrever aos de cima:

como os fracos escrevem aos poderosos

MARTIN LYONS (USW)

“Deferência, Reivindicações, Súplica”

“Deferência, Reivindicações, Súplica” – foi assim que Camilo Zadra e Gianluigi Fait resumiram a sua coletânea de estudos sobre o modo de escrever aos poderosos¹. As cartas às autoridades adotavam geralmente um tom deferente, que reconhecia o seu próprio status inferior, buscavam com frequência alguma vantagem pessoal e às vezes o faziam numa linguagem súplice e humilde. Mas nem sempre era esse o caso, e o título de Zadra e Fait era demasiado curto para abranger todo o leque de atitudes possíveis expressas no gênero a que chamarei “Escrever aos de Cima”, para descrever as múltiplas maneiras pelas quais as pessoas pobres, desesperadas e indignadas se dirigiam aos seus superiores. O modo de escrever aos poderosos podia ser ofensivo ou obsequioso, ou então

¹ Camillo Zadra & Gianluigi Fait, *Deferenza, Revendicazione, Supplica: le lettere ai potenti*, Paese, Treviso (Pagus), 1992.

podia denunciar vizinhos, traidores e funcionários corruptos. Às vezes o missivista pressupunha uma rede de obrigações recíprocas e lembrava a uma autoridade superior o seu dever de cumprir promessas anteriores. A condição subjacente de todas essas cartas era a desigualdade social ou política entre os correspondentes. Para os pobres que se dirigiam aos poderosos, era prudente ser deferente e cauteloso. Como afirmou James C. Scott, porém, as expressões de lealdade e obediência não deviam ser tomadas em seu valor nominal². Os camponeses adotavam deliberadamente uma estratégia de dissimulação interesseira, de modo que a linguagem deferente podia disfarçar uma insubordinação mais profunda. “Muitas vezes o sucesso da resistência de facto”, escreveu Scott, “é diretamente proporcional à conformidade simbólica com a qual ela se mascara”³. Em outras palavras, a insubordinação é mais bem-sucedida quando não contesta os símbolos do poder.

Numerosos estudos, especializados ou não, enriqueceram a nossa compreensão do gênero, em contextos que vão da Europa moderna aos nossos dias, mas mencionarei apenas alguns deles. Thomas Sokoll estudou mais de 750 cartas de pobres escritas de Essex no começo do século XIX, nas quais os necessitados solicitavam aos administradores da paróquia que ajudassem os pobres no período que antecedeu a Lei dos Pobres de 1835⁴. Esses autores eram trabalhadores humildes, que escreviam à margem da cultura escrita e oral. As cartas às autoridades eminentes forneceram aos historiadores uma fonte fecunda. Temos cartas à monarquia belga, cartas a Hitler e cartas ao presidente Mitterrand⁵. Anne Wingenter estudou cartas enviadas a Mussolini por famílias sobreviventes de soldados mortos na Etiópia, nas quais apelos desesperados se misturavam com imitações cruas da heroica linguagem de sacrifício fascista,

² James C. Scott, *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven CT (Yale UP), 1985, pp. 285-6.

³ *Ibidem*, p. 33.

⁴ Thomas Sokoll, *Essex Pauper Letters, 1731-1837*, Oxford, Oxford University Press for the British Academy, 2001.

⁵ Marten van Genderachter, “If your Majesty would only send me a little money to help buy an elephant’: Letters to the Belgian Royal Family (1880-1940)”, em Martyn Lyons, org., *Ordinary Writings, Personal Narratives, Writing Practices in 19th and Early 20th-Century Europe*, Bern, Peter Lang, 2007, pp. 69-83; Henrik Eberle, org., *Letters to Hitler*, English version edited by Victoria Harris, trans. Steven Randall, Cambridge UK (Polity), 2012; Béatrice Fraenkel, <Répondre à tous>? Une enquête sur le service du courrier présidentiel’, em Daniel Fabre, org., *Par écrit. Ethnologie des écritures quotidiennes*, Paris, Maison des Sciences de l’Homme, 1997, pp. 243-71.

destinada a demonstrar a lealdade do missivista⁶. O regime manipulava as cartas para alimentar o culto pessoal do Duce e publicaram uma edição cuidadosamente selecionada delas para confirmar a devoção dos italianos ao seu líder. Tais casos ilustram a persistência da crença popular na benevolência pessoal do governante e na habilidade do missivista para chegar a ele pessoalmente, a despeito da inevitável burocratização da correspondência oficial. Mostram também a disposição das autoridades de manipular essa correspondência para seus próprios fins.

O objetivo deste artigo é identificar alguns temas comuns no “escrever aos de cima” durante o período moderno, com especial ênfase no final do século XIX e no início do XX. Apresentarei três estudos de caso tirados da Itália e da Austrália: primeiro, cartas de empregados ao seu chefe na siderúrgica de Terni (Umbria), principalmente a partir dos primeiros anos do século XX; em seguida, algumas cartas anônimas enviadas ao rei da Itália durante a Primeira Guerra Mundial; e, finalmente, algumas petições de aborígenes australianos do final do século XIX em diante. Todas foram discutidas por diferentes estudiosos, por cujo trabalho sou reconhecidamente grato, mas nunca foram justapostos para uma análise comparativa. Valer-me-ei das ideias de C. Scott para clarificar tanto quanto possível este corpus improvisado.

Há que se fazer uma distinção entre cartas privadas e petições, mas não devemos insistir demasiado nisso. A petição coletiva não é a mesma coisa que a missiva individual, mas as duas têm objetivos similares. As petições têm uma estrutura convencional e com frequência são redigidas em linguagem formal. Também as cartas, no entanto, podem ter um caráter formal e altamente estruturado, e os manuais epistolares que proliferaram no final do século XIX e no começo do XX ofereciam modelos padronizados com os quais os destituídos de poder podiam negociar com a hierarquia social⁷. Os escribas profissionais, segundo Sokoll, introduziram um vocabulário pomposo e uma caligrafia

⁶ Anne Wingenter, “*Voices of Sacrifice: Letters to Mussolini and Ordinary Writing under Fascism*”, em Lyons, *Ordinary Writings*, pp. 155-72.

⁷ Cécile Dauphin, “*Prête-moi Ta Plume...*”: *les manuels épistolaires au XIX^e siècle*, Paris (Kimé), 2000, pp. 67-75; Verónica Sierra Blas, *Aprender a Escribir Cartas: Los Manuales Epistolares en la España Contemporánea (1927-1945)*, Gijón, TREA, 2003, pp. 125-32.

padronizada feita em lâminas de cobre⁸. Meu argumento é que podemos considerar tanto as petições quanto as cartas como formas de “escrever aos de cima”. As duas formas talvez se tenham contaminado reciprocamente, e é por isso que incluo ambas como variantes do gênero “Escrever a Cima”.

Cartas à Siderúrgica de Terni: Deferência e Reivindicações

A Società degli Alti Forni, Fonderie ed Acciaierie di Terni (que simplificarei para siderúrgica de Terni) foi fundada na cidade úmbria de Terni em 1884. Tornou-se produtora de eletricidade, produtos químicos, cimento, aço e armamentos. A usina hidrelétrica estava disponível, e Terni era um lugar seguro para a produção de armas em tempo de guerra por estar longe da costa e da fronteira⁹. Era uma importante instalação industrial dentro de uma área agrícola atrasada; as cartas recebidas pelo seu diretor refletiam as origens camponesas da sua mão de obra. Recebia também cartas cujos autores não eram seus empregados: a siderúrgica era uma presença importante na cidade e influenciavam os níveis e os preços de moradia da população. Era ao mesmo tempo uma fonte de poluição industrial e uma grande consumidora de água; esses problemas também afloravam em algumas das cartas recebidas pelos dirigentes da empresa¹⁰. Terni era uma cidade pré-industrial inchada, com graves problemas de moradia e saneamento.

Os operários faziam múltiplas queixas, pediam aumentos de salário, melhores latrinas, reclamavam de danos nas colheitas e das más condições de vida nas casas de propriedade da companhia. Havia frequentes solicitações de casas para alugar, e muitas vezes os operários pediam um pedaço de terra para disporem de uma renda suplementar ou uma fonte particular de hortaliças. Esses pedidos de uma parcela minúscula de terra indicam claramente a presença do camponês na cidade industrial. As cartas dos operários de Terni eram escritas numa linguagem que acatava o poder da empresa na comunidade local e o seu dirigente supremo.

⁸ Sokoll, *Essex Pauper Letters*, pp. 48-60.

⁹ Giampolo Gallo, “*Illmo Signore Direttore...*”: *Grande Industria e Società a Terni fra Otto e Novecento*, Foligno (Umbra), 1983, pp. 7-20.

¹⁰ *Ibidem*, pp. 66-7 & 122-6.

Um empregado, Americo Pagliari, adotou tipicamente o mais obsequioso dos tons para solicitar uma nova residência, já que a casa onde morava ia ser demolida¹¹. Sua carta começava fazendo referência às suas impecáveis credenciais, explicando que a conduta da sua família sempre fora respeitosa e que ele nunca fizera nenhuma queixa nos vinte anos em que morava no seu presente endereço. Em seguida ele afirmava que sempre pagara o aluguel pontualmente, mesmo durante os quatro anos em que prestara o serviço militar. Exprimia-se na terceira pessoa e terminava a missiva praticamente ajoelhado:

Confiando na boa recepção desta carta, certo de que se alguém quiser obter informações sobre a sua pessoa elas serão perfeitas (*ottime*) em todos os quesitos, ele aproveita a oportunidade para expressar todo o seu sentimento de estima, dedicação e respeito.

Não sabemos se a solicitação de Pagliari foi atendida ou não.

O tom obsequioso das cartas ao patrão era moderado após a Primeira Guerra Mundial, quando os operários começaram a reivindicar os seus direitos. As cartas aos superiores pertenciam a um mundo tradicional em que os empregados e os súditos apelavam para o paternalismo dos poderosos. Acreditavam que o patrão era humano e acessível e que poderia corrigir os erros dos seus subordinados se tais erros fossem levados ao seu conhecimento. Como observou Augusta Molinari, nas cartas aos dirigentes da Ansaldo, grande empresa metalúrgica de Gênova no mesmo período pós-guerra, os missivistas tratavam o padrone como a um soberano do Antigo Regime¹². O avanço do sindicalismo e da radicalização política introduziu uma relação bastante diferente entre patrão e empregados.

Não surpreende, portanto, que cartas como a de Luigi Silori em 1926 contrastavam acentuadamente com as de Americo Pagliari por conterem uma ameaça implícita. A terra e o subsolo de Silori haviam sido contaminados por vazamentos de ácido sulfúrico provenientes das instalações adjacentes e ele

¹¹ *Ibidem*, p. 208, carta de 25.01.1921.

¹² Augusta Molinari, "Istanze Individuali e Pratiche Aziendali: Lettere all'Ansaldo, 1914-1921", em Zadra & Fait, *Deferenza, Rivendicazione, Supplica*, p. 219.

queria que o dono da fábrica fizesse alguma coisa para resolver esse contratempo, expressando-se nestes termos:

É evidente que não posso tolerar esse problema nem permitir que ele se agrave; pensei, pois, no meu dever de rogar a Vossa Excelência (S. V. Ilma.¹³) que tenha a bondade de enviar alguém competente para registrar e avaliar o dano, e já vou avisando que, se o meu pedido não obtiver resposta, serei obrigado infelizmente a recorrer às instâncias judiciárias (adire le vie giudiziarie)¹⁴.

As formas de dirigir-se ao superior permanecem obsequiosas, mas há uma ameaça no final da carta. As cartas aos dirigentes das fábricas adotavam formas rituais de tratamento que confirmam o conceito de Scott de simulação estratégica¹⁵. Os missivistas que queriam obter alguma coisa da empresa referiam-se ao diretor como “Ill.mo Signore Direttore (Ilustríssimo Diretor) e assinavam “Dev.mo Servo” (Seu dedicadíssimo criado). Suas táticas e formalidades, entretanto, pertenciam a um mundo paternalista pré-moderno; formas novas e mais conflitantes de relações industriais iriam torná-las obsoletas.

Cartas ao Rei da Itália: Linguagem Ofensiva e Recriminação

Renato Monteleone analisou uma coletânea de cartas escritas ao rei Vítor Emanuel durante a Primeira Guerra Mundial¹⁶. Ao contrário das cartas à siderúrgica de Terni, essa correspondência era mais acrimoniosa e acusatória do que deferente. A Itália entrara na guerra, em 1915, com o objetivo declarado de assegurar Trieste e o Trentino austríaco. A maior parte do conflito ocorreu na fronteira nordeste do país, ao longo do rio Isonzo e do planalto de Carso. As condições ali eram piores do que na frente ocidental, e o número de baixas era

¹³ “S. V. Ill.mo” era uma abreviação comum de “Signoria Vostra Illustrissima”, significando literalmente “Vossa Senhoria Ilustríssima”.

¹⁴ Gallo, “*Illmo. Signore Direttore*”, p. 272, carta de 29.04.1926.

¹⁵ Scott, *Weapons of the Weak*, pp. 285-6.

¹⁶ Renato Monteleone, *Lettere al Re*, Roma, Editori Riuniti, 1973.

assustador. Em 1916, as missivas anônimas contrárias à guerra começaram a aumentar.

Expressavam a dor e a indignação tanto dos soldados como dos civis em face do morticínio e da incompetência do governo. O rei era o alvo de esse insulto epistolar contra a loucura de ter declarado a guerra. Algumas cartas inspiravam-se no socialismo ou no anarquismo, algumas no liberalismo e outras eram motivadas pelo pacifismo católico. Essas cartas não se encaixam na tipologia de Scott porque, longe de serem deferentes, a maioria delas expressava raiva e indignação contra o rei e seu governo.

O rei era alvo de pragas, insultos e ameaças de morte. Exigências de paz entremeavam-se com profecias de revolução. Uma carta anônima enviada de Roma em abril de 1915, pouco antes da declaração de guerra, abundava em grifos enfáticos:

“Se por infelicidade a Itália entrar na guerra [...], as maldições de todas as mães italianas cairão sobre o seu Chefe [ou seja, o Chefe de Estado] como um raio do céu; acho que a guerra não virá porque antes da guerra virá a Revolução de que tanto precisamos aqui na Itália, e assim poderemos erradicar essa maldita Casa de Saboia, que deixará de trazer calamidades à Itália, e com ela todos os ministros que não passam de ladrões¹⁷.

Petições de Indígenas Australianos: O Contrato Recíproco

Os aborígenes australianos enviaram uma pletera de petições às autoridades superiores, especialmente durante a segunda metade do século XIX e o começo do XX, quando estavam submetidos à administração das reservas especiais e aos estabelecimentos missionários de Vitória e Nova Gales do Sul. Escrever petições aos administradores e aos governos estaduais era o único meio pelo qual as comunidades indígenas podiam expressar as suas necessidades. Espoliados e sem direitos civis, os indígenas adotaram o meio de comunicação do colonialismo branco – escrever – para serem ouvidos.

¹⁷ *Ibidem*, p. 70

O escrever, na memorável frase de Penny van Toorn, nunca vem nu – em outras palavras, está sempre associado à cultura colonial dominante¹⁸. Os povos indígenas apreenderam esse meio do poder branco e o manipularam para seus próprios fins, desenvolvendo nesse processo a sua cultura literária característica. Nos meus exemplos, as petições de indígenas procedentes de Vitória e da Tasmânia refletem aspectos já encontrados em exemplos europeus, tais como a deferência e o recurso a uma autoridade superior contra as injustiças de funcionários subordinados. E também acrescentam novos ingredientes à receita. As petições aborígenes apelavam para um apego comum ao paternalismo cristão e insinuavam a existência de obrigações recíprocas entre brancos e aborígenes. Tais petições conclamavam as autoridades brancas a honrar suas obrigações e a cumprir um contrato informal entre culturas dominantes e culturas subordinadas.

Não raro as petições dos aborígenes eram escritas com a ajuda de intermediários brancos. Como em todos os escritos delegados, o resultado era um esforço colaborativo, mas isso não diminuía a autoridade do documento. A contribuição de um escriba branco assegurava que a petição fosse formulada em linguagem formal correta. Era necessário seguir protocolos costumeiros, e a petição devia começar com “Vossos peticionários informam humildemente a Vossa Majestade” e concluir com “Rogamos humildemente a Sua Majestade a rainha que ouça a nossa súplica”. Como observou James Scott, os missivistas executavam um ritual de homenagem que não questionava de modo algum a legitimidade do governo britânico¹⁹. Chama a atenção o fato de os escritos dos aborígenes terem incorporado conceitos de brancos sobre a condição de aborígene. Nos anos 1920, por exemplo, eles concordaram, em termos de “meia-casta” e “quadrarão”, em descrever sua própria linhagem²⁰. Analogamente, em 1931, peticionários de Lake Tyers (Vitória) referiam-se a si mesmos como

¹⁸ Penny van Toorn, *Writing Never Arrives Naked: Early Aboriginal Cultures of Writing in Australia*, Canberra, Aboriginal Studies Press, 2006; Bain Attwood and Andrew Marcus, orgs., *The Struggle for Aboriginal Rights*, Sydney, Allen & Unwin, 1996.

¹⁹ James C. Scott, *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*, New Haven CT, Yale University Press, 1990, p. 24.

²⁰ Chiara Gamboz, “Australian Indigenous Petitions: Emergence and Negotiations of Indigenous Authorship and Writings”. Unpublished Ph. D. Thesis. University of New South Wales, 2012, p. 179, “Jane Duren’s Petition to King George V, Moruya, NSW, 14 June 1926.”

“classificados como os seres mais inferiores na escala da humanidade”, aceitando a ideologia branca sobre o seu baixo estado evolutivo²¹.

Assim como prestavam deferência ao monarca e imitavam o discurso do branco, as missivas dos aborígenes não deixavam de aderir aos protocolos desses mesmos aborígenes. Como van Toorn afirmou de maneira convincente, o papel dos anciãos aborígenes era crucial na formulação das petições indígenas. As comunidades aborígenes eram gerontocracias patriarcais nas quais apenas anciãos indicados estavam autorizados a falar pelo grupo. Assim, numa conturbada reserva de Coranderrk (estabelecida em 1863), o ancião William Barak era sempre o primeiro signatário, apesar de ser analfabeto. Sendo ele o porta-voz do seu povo, nomeado de acordo com a lei e a tradição, nenhuma petição podia ser emitida sem a sua autorizada participação²². Barak empregava escribas como Tom Dunolly, oriundo da geração mais jovem (e, portanto, mais instruída), que tinha mais contato com a sociedade branca e podia escrever em nome da comunidade sempre que Barak o permitia. Barak assinava as petições em primeiro lugar, seguido por outros homens mais velhos, e só depois chegava a vez dos mais jovens e, por fim, das mulheres e crianças. A ordem das assinaturas refletia as hierarquias sociais aborígenes²³.

A desigual distribuição da capacidade de ler e escrever seguiam linhas geracionais que enfatizavam as relações costumeiras no grupo entre anciãos iniciados e adultos jovens que tinham adquirido os meios para negociar com a sociedade branca. Segundo Penny van Toorn, a geração da fala estava separada da geração da escrita²⁴.

Para a geração mais velha, o ato de escrever às autoridades superiores nunca se dissociou da cultura oral. Anciãos como Barak valorizavam o contato face a face e viam a escrita como um substituto da entrevista privada. Às vezes eles consideravam o contato pessoal como essencial, quer fosse respaldado por

²¹ *Ibidem*, p. 195, “Lake Tyers Aborigines to Aborigines Board of Victoria, 6 June 1931”.

²² Penny van Toorn, *Writing Never Arrives Naked*, pp. 129-30.

²³ *Idem*, “Authors, Scribes and Owners: The Sociology of Nineteenth-Century Aboriginal Writing on Coranderrk and Lake Condah Reserves”, *Continuum: Journal of Media and Cultural Studies*, 13: 3, 2009, p. 335.

²⁴ Van Toorn, *Writing Never Arrives Naked*, pp. 149-50.

uma petição escrita, quer não. Em 1876, Barak e um grupo de Kulin do sexo masculino caminharam mais de cem quilômetros de Coranderrk a Melbourne, num percurso de ida e volta, para apresentar as suas petições pessoalmente ao secretário-chefe, por acharem que o escrito, sozinho, não seria eficaz²⁵. Barak coxeou durante todo o percurso por causa de uma perna quebrada que nunca sarara por completo, e o grupo ficou sem comer durante mais de 24 horas.

O fato de terem vindo pessoalmente era um modo de validar as queixas que haviam feito por escrito.

A estratégia indígena consistia em apelar para a pessoa que estava acima dos administradores locais: o monarca. Na região de Port Phillip, em Victoria, a população nativa fora dispersada em meados do século devido à liberação das terras e à corrida ao ouro. Em 1863, os aborígenes, que estavam em busca de suas terras, escreveram um “discurso leal”, dirigido à rainha Vitória, a propósito do casamento do filho desta e pedindo que procedesse à distribuição da terra. A carta dizia parcialmente o seguinte:

Companheiros negros agora jogaram fora todas as lanças.
Não mais lutar, mas viver quase como homens brancos.

Companheiros negros souberam que seu primeiro filho se casou. Muito bom isso! Companheiros negros desejam tudo de bom a ele e a vós, sua Grande Mãe, Vitória.

Companheiros negros vêm de Miam e de Willum trazer este papel ao Grande Governador. Ele lhe dirá mais coisas.

Todos os Companheiros Negros em volta concordam com isso²⁶.

Uma vez mais, a deferência combinada com uma promessa de bom comportamento se expressava numa linguagem ingênua e muito familiar.

Em resposta, os peticionários receberam uma carta da rainha prometendo dar-lhes a sua proteção. Quase imediatamente depois, a terra de Coranderrk foi anunciada oficialmente como uma reserva aborígene. O timing foi provavelmente

²⁵ *Ibidem*, p. 143.

²⁶ Ann Curthoys and Jessie Mitchell, “<Bring this paper to the Good Governor>: Aboriginal Petitioning in Britain’s Australian Colonies”, em Saliha Belmessous, org., *Native Claims: Indigenous Law against Empire, 1500-1920*, New York, OUP, pp. 182-198.

coincidente, mas os aborígenes acreditaram que reivindicação à rainha fora bem-sucedida. Essa história de intervenção régia entraria para a tradição oral kulin.

Quando uma petição aborígene prometia “viver quase como o homem branco”, ela pressupunha um acordo contratual. Como retribuição ao seu comportamento dócil, os peticionários contavam obter benefícios recíprocos. A ideia do contrato recíproco é mais bem ilustrada no caso dos aborígenes da ilha Flinders em 1846. A violenta expropriação dos aborígenes na Terra de Van Diemen (hoje Tasmânia) originou uma longa guerra de guerrilhas na ilha de 1824 a 1831. O governador Arthur nomeou George Robinson para negociar a remoção dos aborígenes sobreviventes. Naquela que se conhece como “Missão Amistosa” de 1831-1834, Robinson percorreu a Terra de Van Diemen usando negociadores aborígenes para persuadir a população indígena a mudar-se para o assentamento da ilha Flinders. Prometeu-lhes fornecer provisões e conceder-lhes livre exercício dos direitos de caça, garantindo que os brancos não mais atirariam neles. Para evitar a alternativa de extermínio completo, eles concordaram em se estabelecer em Wybalenna, na ilha Flinders. A petição de 1846, escrita alguns anos depois, opôs-se à nova declaração do superintendente Jeanneret em Wybalenna, porque este se tornara muito impopular durante o exercício de suas funções no período de 1842-1844²⁷.

Não se sabe ao certo que promessas verbais Robinson fez realmente durante a sua “Missão Amistosa”, mas o historiador australiano Henry Reynolds afirma que os aborígenes entenderam a mudança para Wybalenna como um expediente temporário e ficaram desapontados quando perceberam que não retornariam às suas terras no continente tasmaniano²⁸. A petição de 1846 implicava claramente um contrato mútuo no qual a administração não cumprira a sua parte. Significativamente, ela começava assim:

A humilde petição dos habitantes aborígenes livres da Terra de Van Diemen que vivem atualmente na ilha Flinders [...] que somos vossos filhos livres, que não fomos capturados,

²⁷ Gamboz, *Op. cit.*, pp. 65-71.

²⁸ Henry Reynolds, *Fate of a Free People*, Melbourne, Penguin, 2. ed., 2004, pp. 10 e 139 (primeira edição: 1995).

mas entregamos livremente a nossa terra ao coronel Arthur, então o governador, depois de nos defendermos²⁹.

Os peticionários não apenas insistiram no seu status livre e independente como evocaram a noção de um contrato assim:

Vossos peticionários declaram humildemente a Vossa Majestade que o Sr. Robinson fez por nós, com o coronel Arthur, um acordo de que não nos esquecemos desde então e no qual cumprimos a nossa parte.

Desnecessário dizer que os aborígenes tinham sofrido terríveis consequências da colonização da Terra de Van Diemen. Os que se mudaram para a ilha Flinders foram dizimados por tuberculose, pneumonia e gripe. Dos 247 que se estabeleceram ali inicialmente, apenas 47 sobreviviam em 1846³⁰. O dever de prestar cuidados médicos não foi cumprido, e tampouco os aborígenes puderam retornar às suas terras de origem. A iminente renomeação do impopular Jeanneret acentuou-lhes o descontentamento. Em 1847, o Departamento Colonial destituiu Jeanneret e fechou a instituição em Wybalenna: a petição ao soberano aparentemente rendeu dividendos.

As petições dos indígenas supõem assim a existência de um contrato que os colonizadores não cumpriram fielmente. O contrato podia não ser um acordo entre iguais, pois se baseava na expropriação forçada da população indígena. Era, antes, o que Chiara Gamboz (citando Charles W. Mills) chama de “contrato de dominação” – em outras palavras, um contrato imposto que os povos subordinados eram coagidos a aceitar³¹. As petições dos indígenas reivindicavam assim que os seus interlocutores cumprissem a sua parte do acordo. Eles lutavam para ter uma influência sobre a implementação do “contrato de dominação”.

E o fizeram invocando valores humanitários cristãos. Segundo Ravi de Costa, os peticionários indígenas reconhecem a dominação da autoridade branca, mas também fazem reivindicações morais sobre valores

²⁹ Cit. Reynolds, *Op. cit.*, pp. 7-8.

³⁰ Gamboz, “Australian Indigenous Petitions”, p. 71.

³¹ *Ibidem*, p. 48; Carole Pateman & Charles W. Mills, *Contract and Domination*, Cambridge, UK, Polity, 2007.

compartilhados³². Esses valores eram os do cristianismo do Novo Testamento, com sua ênfase na caridade e na compaixão. Ou, em termos australianos, eles apelavam para um senso de “justiça”³³. Em 1931 os peticionários de Lake Tyers subscreviam o conceito darwiniano segundo o qual a raça aborígene estava fadada à extinção, mas apelavam para as autoridades, em nome da sua “missão civilizadora”, para elevar um povo degradado³⁴. Valores compartilhados, porém, não garantem o consenso se um dos lados é percebido como aquele que falta ao seu compromisso.

As petições aborígenes afirmavam continuamente que o assentamento branco lhes devia alguma coisa em retribuição por lhes haver tomado a terra, e apelavam para a consciência cristã dos seus superiores.

A Abordagem Pessoal

Escrever aos de cima foi sublinhado pela crença do autor na possibilidade de abordagem pessoal direta a uma autoridade superior como também sua maior eficácia em relação aos outros canais burocráticos. Na Itália fascista, por exemplo, o culto da personalidade do Duce convidava implicitamente a uma abordagem direta a Mussolini – ele era um ditador onipotente, capaz de passar por cima de corpos intermediários³⁵. De modo similar, as denúncias soviéticas enviadas ao Partido Comunista muitas vezes eram feitas no intuito de expor as falhas burocráticas e a corrupção que grassava nos baixos escalões da hierarquia administrativa³⁶. As petições enviadas às hierarquias superiores podiam inclusive oferecer uma aliança entre o povo e um governante onividente contra elites locais obstrutivas. Os peticionários inteligentes aproveitavam todas as

³² Ravi de Costa, “Identity, Authority and the Moral Worlds of Indigenous Petitions”, *Comparative Studies in Society and History*, 48: 3, 2006, pp. 669-98.

³³ Gamboz, *Op. cit.*, pp. 170-2.

³⁴ *Ibidem*, pp. 193-198.

³⁵ Antonio Gibelli, “Lettere ai Potenti: Un Problema di Storia Sociale”, em Zadra & Fait, *Deferenza, Rivendicazione, Supplica*, pp. 1-13.

³⁶ Emily E. Pyle, “Peasant Strategies for Obtaining State Aid: A Study of Petitions during World War I”, *Russian History/Histoire russe*, 24:1-2, 1997, pp. 41-64; Sheila Fitzpatrick, “Editor’s Introduction: Petitions and Denunciations in Russian and Soviet History”, *Russian History/Histoire russe*, 24:1-2, 1997, pp. 1-9.

oportunidades para jogar uma camada do governo contra a outra³⁷. Era assim que operavam os peticionários aborígenes.

Os missivistas, portanto, escreviam a um indivíduo, como nos três estudos de caso: uns ao dirigente da siderúrgica, outros ao rei da Itália e os aborígenes, às vezes, à rainha Vitória. A carta ou petição era vista quase sempre como o substituto de uma entrevista particular. A abordagem pessoal, entretanto, podia ser intermediada por um escriba. Os povos indígenas também usavam intermediários brancos ou missivistas delegados por seu próprio clã.

Os que escreviam às autoridades absorviam o jargão burocrático formal e imitavam a propaganda oficial. Quando camponeses semialfabetizados tentavam empregar a linguagem oficial, o resultado podia ser uma colagem altamente incongruente de slogans. As mães dos filhos mortos em ação na Itália fascista chegavam a extremos cômicos. Uma delas escreve:

A 3 de dezembro deste ano, na zona de Ureta, lutando heroicamente, meu filho Mario Allasia, comandante de pelotão da segunda divisão de tanques, imolou a sua vida jovem e saudável (la sua giovane e gagliarda vita)³⁸.

Quase certamente ela tirou essas frases de um documento oficial, repetindo à sua maneira a retórica oficial do martírio heroico. Usando a abordagem de Scott, poderíamos dizer que essa mãe estava, parcial e imperfeitamente, empregando a linguagem oficial do fascismo³⁹. Buscando reconhecimento e compensação por sua perda, tentava convencer o regime da sua lealdade e submissão. Essa mãe italiana estava espelhando o discurso dominante; ao mesmo tempo, revelava involuntariamente como era difícil para os pobres e incultos dominar a linguagem oficial. Em todo caso, sua atitude submissa pode ter sido apenas um artifício inconsciente.

As cartas de queixa e súplica refletem as tentativas dos impotentes de lutar contra as instituições que os governam. A natureza cada vez mais impessoal

³⁷ Van Voss, "Introduction", p. 6.

³⁸ Wingenter, "Voices of Sacrifice", p. 184.

³⁹ Scott, *Weapons of the Weak*, pp. 336-8.

do governo no mundo moderno induziu uma reação, na qual elas procuram um relacionamento mais familiar, mais pessoal, com a autoridade, acreditando que esta poderia e deveria reparar as suas injustiças. Escrever às autoridades dava a indivíduos anônimos uma voz pessoal, justamente quando a expansão do Estado burocrático moderno estava aumentando a distância entre governo e indivíduo.

Conclusões

Quando escreviam aos poderosos, os fracos entremeavam a linguagem oral e familiar com o discurso formal da petição. Procuravam um modo de escrever que lhes conferiria poder num equilíbrio de forças muito desigual. Imitavam o discurso oficial, chegando por vezes à caricatura, a fim de emprestar credibilidade às suas histórias de privações, perda e injustiça. Como observou Scott, grande parte da deferência que elas expressavam pode ter sido um ardil para esconder uma atitude subjacente rebelde. Scott refere-se ao “transcrito oculto” dos oprimidos, na qual eles elaboravam sua própria interpretação da situação. O transcrito oculto dos pobres podia ser discutido nos bastidores entre eles próprios, mas era desaconselhável expressá-lo publicamente⁴⁰. Ocasionalmente havia, entretanto, em que o transcrito oculto se tornava visível. Isso ocorria quando pais italianos denunciavam o seu rei por arrastarem seus filhos a morticínios em massa na Primeira Guerra Mundial. Tornava-se igualmente visível quando povos indígenas expressavam suas queixas contra administradores brutais e superintendentes antipáticos das reservas aborígenes. Em 1846 os aborígenes da ilha Flinders comunicaram explicitamente à rainha Vitória que

O Dr. Jeanneret não nos dava atendimento médico quando estávamos doentes, até ficarmos muito mal. Onze de nós morreram quando ele estava aqui. Mandou prender muitos de nós por irmos falar com ele porque não queríamos ser seus escravos. [...] O Doutor nunca nos ensinou a ler, nem a escrever, nem a cantar em louvor a Deus⁴¹.

⁴⁰ Scott, *Domination and the Arts of Resistance* pp. ??

⁴¹ Gamboz, *Op. cit.*, pp. 68-9.

A queixa sobre a falta de ensinamento cristão mistura-se aqui com o transcrito oculto de insubordinação, como na provocadora frase “não queríamos ser seus escravos”.

Somos tentados a ver a história das cartas às autoridades exatamente assim – uma história, cuja narrativa passa gradualmente da deferência ao desafio. Foi precisamente assim que Ken Lunn e Ann Day interpretaram a história das petições no seu estudo dos Estaleiros Navais Britânicos⁴². Nessa perspectiva, as cartas às autoridades pertencem a uma forma pré-moderna de ação democrática que devia ser substituída por outros métodos democráticos, como as cartas à imprensa, a negociação coletiva institucionalizada dos sindicatos e o desenvolvimento de organizações aborígenes nos anos 1920 e 1930. As cartas às autoridades invocavam uma imagem da autoridade como governador benevolente, paternal e, acima de tudo, acessível – imagem que se tornou obsoleta no contexto do Estado burocrático do século XX. Esse argumento do desafio crescente, porém, é mitigado por evidências de que as cartas às autoridades eram sempre capazes de expressar insubordinação.

Apesar dos silêncios estratégicos dessas cartas, o transcrito oculto nunca era completamente inaudível.

Finalmente, as petições escritas em casca de árvore dos Yirrkala em 1963 inseriram uma nova dimensão em toda essa história. Nas petições escritas em casca de árvore, os povos Yolnga do nordeste da Terra de Arnhem, diante da expansão da atividade mineira na área, reivindicaram a sua terra ancestral. A mineração de bauxita prosseguiu e eles não conseguiram alcançar o seu objetivo básico⁴³. Combinavam duas formas diferentes, que consistiam numa pintura em casca de árvore acrescida a uma petição por escrito. As petições propriamente ditas eram bilíngues, em inglês e gumatji, e assinadas por representantes dos Yolnga mediante impressões digitais com o polegar. As petições dos Yirrkala punham em evidência uma nova reivindicação de respeito pela diferença cultural. Elas preconizavam implicitamente um diálogo intercultural, mas o faziam

⁴² Ken Lunn and Ann Day, 'Deference and Defiance: The Changing Nature of Petitioning in British Naval Dockyards', *International Review of Social History*, 46, 2001, Supplement on Petitions, pp. 131-50.

⁴³ Gamboz, *Op. cit.*, pp. 219-48.

desafiando as normas e os próprios meios de escrever às autoridades. As petições dos Yirkala incorporavam artefatos tradicionais a fim de transmitir uma mensagem subversiva. Como observa Ravi de Costa, as petições indígenas desse tipo serviam para formular e efetuar uma identidade coletiva. As cartas às autoridades tinham-se tornado plenamente “indigenizadas”.

Oralidade e impressos poéticos

Entre dois séculos: produtores e receptores no Rio de la Plata

PABLO ROCCA (UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA, URUGUAY)

O domingo de Páscoa do ano de 2010, ao meio-dia, encontrava-me num ônibus que circulava pela Avenida Itália, em Montevideo, rumo ao leste. Num dado momento, uma voz masculina começou a ressoar com um timbre que lembrava o dos vendedores ambulantes. Surpreendentemente, essa situação cotidiana destoava das demais, pois em vez de anunciar a venda de chocolates brasileiros ou chilenos vistoriados pela alfândega para a sua venda legal no transporte, a voz dizia que era a de um poeta. A voz pertencia a um jovem que, pela sua linguagem, sua vestimenta, seus gestos, fazia parte das classes populares, isto é do “*conjunto das classes subalternas*”, de acordo com a clássica definição de Antonio Gramsci (1953: 22). O moço apelou para a sensibilidade de todos os ouvintes. Disse que tinha escolhido viver da poesia, vendendo seus textos nas ruas. Contudo, talvez por pudor, não recitou sequer um dos quatro textos que

entregou aos passageiros. Na partilha, recebi a composição intitulada “La rutina” (isto é: “A rotina”), assim como outros impressos de computador. Eu os adquiri por uma vil moeda, por isso posso agora reproduzir as duas estrofes iniciais de um total de cinco dessa peça assinada por “Gari”, pseudônimo do poeta do ônibus:

Todos los días
a la misma hora.
Comienza la rutina
que a muchos ahoga.

Queremos variar un poco,
lo que hacemos cada día.
A su vez tenemos miedo,
de que cambie nuestra vida.

A estrutura rítmica do texto é defeituosa. A primeira estrofe se afasta de qualquer regularidade métrica, com exceção da intuição sonora que faz cair a sílaba tônica na penúltima do segundo verso e no mesmo espaço do último verso: “*a la misma hora/ que a muchos ahoga*”. A partir do segundo quarteto o poema consegue ajustar-se, quase sem dificuldades, ao verso de oito sílabas. Essa métrica, como já demonstrou Pedro Henríquez Ureña, renasceu algumas vezes na lírica da língua castelhana ao longo de cinco séculos: é um verso característico da poesia popular. Antes de ingressar levemente nesse complexo problema teórico – o popular – vamos nos deter num exemplo concreto.

Que alguém entre num transporte público de Montevideo a cantarolar ou – até mesmo – a recitar poesia própria ou de outros, constitui uma prática habitual nas últimas décadas, prática paralela ao empobrecimento material de vários setores sociais. O habitual é que o artista de ônibus – ou, parafraseando Kafka, “o artista da fome” – tente reproduzir a matriz até com suas mesmas entonações e cadências. Convém, no entanto, levantar uma hipótese: entre a homenagem e a subordinação se reconhece como uma espécie de artista *segundo*, ou seja, aquele que vem *depois* do texto original, como um modelo a alcançar; modelo que até no plano inconsciente esse artista popular não hesita em considerar como superior ao seu. Vou recorrer a outro exemplo próximo para

fundamentar esta hipótese. No dia 31 de julho de 2012, num ônibus que circulava em direção ao norte de Montevideo, outro jovem, de não mais de vinte e cinco anos, entregou aos passageiros uma folha contendo dois textos impressos. Com um tom grandiloqüente, leu o primeiro de todos, chamado “Increíble” (“Incrível”). A composição, formada por dezesseis versos irregulares distribuídos em quatro estrofes, estava rubricado, assim como no exemplo anterior, com um pseudônimo. O jovem disse aos passageiros, esse público cativo, que não podia chamar de versos aos seus, “porque os versos só os fazem os poetas”.¹ Isto é: ele faz versos não poesia, é um versificador mais próximo da tradição oral-popular do que da alta cultura.

O performático é central nestas operações: uma informativa exposição oral fala sobre o objeto e os propósitos (estéticos e materiais); a mesma poderia continuar com a leitura de uma peça, em general breve porque o palco em movimento têm suas regras e é muito rigoroso o tempo em que mudam os passageiros-espectadores e consumidores em potência, que sobem e descem. Na performance de toda poesia oral, como o explicou Paul Zumthor, “*locutor, destinatário [e] circunstâncias, [...] se encontram concretamente confrontados, indiscutíveis*” (Zumthor, 2010: 31). Não obstante, a performance dos poetas do ônibus é de alcance limitado ou ainda falido, porque uma parte do pacto espetacular se debilita: o público não concorre voluntariamente a ela e portanto o círculo fica aberto, a ilusão pode se esfumar de um momento a outro e em um regime até mais individual que coletivo.

Na era pós-moderna, essa “oralidade secundária”, como a chama Walter Ong, na qual alguém se informa através do rádio, do disco e de suas aceleradas mutações contemporâneas, desmonta-se a tese romântica que define o popular como uma prática socialmente pura. Os poetas atuais e os trovadores das ruas continuam venerando as seletas peças hegemônicas, seguindo suas linhas e até utilizando-as como uma estratégia de *marketing*, que consiste em interpretar canções de Alfredo Zitarrosa, Joan Manuel Serrat ou Mercedes Sosa, recitar poemas de Juana de Ibarbourou, Serafín J. García ou Mario Benedetti, os quais, em princípio, agradariam ou comoveriam ainda mais esse público cativo do

¹ Devo à Mag. Gabriela Sosa, quem presenciou a *performance*, o depoimento sobre a mesma e cópia do texto.

transporte público, já que a invenção própria dos agentes do canto popular em sua penetração, *prima facie*, não parece tão eficaz. Desse modo, é possível concluir que os casos em que a classe meia intelectual baliza e ainda defende como próprios dos “subalternos” não seriam admitidos por eles mesmos em quanto objeto que consegue status artístico para ser difundido entre outros tantos de “eles mesmos”, ou seja, os que não têm outro remédio senão fazer uso do transporte público.²

Esse espaço de validação alta, que Herder chamou de “cultura erudita” em oposição à “cultura popular” (Cfr. Burke, 2010: 26 y ss), ficou ressoando também em Gari, o primeiro dos poetas do ônibus que citei, pois no mesmo momento em que ele começou a repartir as folhas com seus poemas amparou-se na autoridade do poeta cubano José Martí, fazendo-lhe homenagem e usando-o como um recurso de auto-prestígio. Em seguida, declarou que ansiava publicar um livro. Sintomaticamente, todas as palavras do texto poético assinado pelo Gari ajustam-se ao castelhano canonizado pela alta literatura e não pela oralidade popular. Em segunda instância, essa é a razão pela qual se preferiu empregar, nessa comunicação, o desgastado termo *popular* para se referir àqueles que não se acham integrados ao sistema letrado dominante, já que são apenas proprietários de uma biblioteca breve, isto é, pobre. A biblioteca do pobre.

Se há uma origem no Rio da Prata para essas formas de circulação escrita em papéis avulsos a mesma se remete, inevitavelmente, à chamada poesia gauchesca. Não seria demais definir aqui o que se entende por gauchesca, justamente porque não há só uma possibilidade de se aproximar do problema. A gauchesca, que nas suas primeiras décadas abrangeu apenas o discurso poético, é uma modalidade discursiva indissociável da mensagem e da agitação política mais espontânea até a aparição do pequeno volume *El gaucho Martín Fierro* (1872), e ainda bastante tempo depois. A gauchesca instala o simulacro da voz do gaucho: no seu lugar fala a ideologia de um sujeito culto e urbano *como se*

² Nos últimos anos, em Montevideo, começa a se difundir entre os jovens das camadas sociais menos favorecidas uma forma local de *rap* com temas uruguaios, que em seus relatos rimados falam das drogas, da falta de proteção da família e de outros temas próximos com o freqüente agregado de apelações a uma confusa religiosidade. Seja como for, também nesse caso de controlada improvisação lírico-narrativa continua firme a lealdade ao modelo central que, nesse caso, corresponde às camadas mais juvenis da periferia das grandes cidades dos Estados Unidos.

fosse um gaúcho, desde seu canto, seu discurso ou, em oportunidades mais raras, sua escrita. Tudo isso se constitui a partir de uma dominante tendência coloquial, quebrando os padrões do “bom dizer”, recorrendo ao octossílabo em diversas combinações estróficas. Por último, até bem entrado o século XX, o falante dessa poesia, isto é, esse sujeito que simula ser popular, fala como um cidadão – enfurecido ou pacífico – e nunca a partir do estatuto do *real* subordinado nem de suas condições materiais com frequência penosas e até miseráveis.

Desde os primeiros poemas gauchescos firmados pelo montevidense Bartolomé Hidalgo, por volta de 1820, até um século e meio depois, a relação entre a poesia construída por letrados urbanos e a que cantaram os habitantes iletrados do pampa, esteve sujeita a inúmeras confusões nas quais se misturaram o espírito de resistência ao invasor estrangeiro com a luta entre bandos, as apelações à cidadania e à nacionalidade a partir de uma linguagem liberal. Em conseqüência, este tipo de escritura coloca em jogo diferentes níveis de poesia (dir-se-ia, inclusive, distintos níveis de cultura) que chamamos de “alta” em contato ou em conflito com o folclórico e suas figuras intermediárias.³

Para pensar mais uma vez a distância entre o culto e o folclórico, vou tomar de empréstimo o conceito de “mesomúsica” que imaginou o musicólogo argentino Carlos Vega no começo dos anos sessenta, conceito que enriqueceu seus notáveis colegas uruguaios Lauro Ayestarán e, sobretudo, Coriún Aharonián. Segundo Carlos Vega, a “mesomúsica” é “*a música que se escuta mais*”, aquela que se movimenta no predomínio dos meios de difusão massivos e que não se encontra no campo “culto”. Diz Vega: “*devemos insistir no fato de que enquanto genealogia a mesomúsica é um grau elementar que harmoniza com as possibilidades sensoriais do homem comum. A tentativa de empreender o desenvolvimento com base unicamente na música superior (ainda que historicamente graduada) fracassaria por superação do nível de recepção do espírito comum*”. Como bem observou Coriún Aharonián, o conceito é delicado, já que “*a própria idéia de «meio» ligada às considerações acerca da «queda» ou da «ascensão» cria um perigo*

³ Sobre a gauchesca como interstício produtivo entre culto e do popular há uma enorme bibliografia contraditória as vezes, desde os trabalhos de Ricardo Rojas, passando pelas leituras esclarecedoras de Borges, Ayestarán, Jorge B. Rivera, Ángel Rama, Josefina Ludmer ou, agora, Julio Schwartzman, entre tantos outros. Só para sintetizar parte destes debates remeto ao importante livro do último dos mencionados.

permanente de preconceitos piramidais ou pelo menos de juízos a priori derivados de modo inevitável do «acima» e do «abaixo»

Considerando ainda as dificuldades do conceito, proponho um deslocamento. Proponho falar de *mesopoesía* para me referir à lírica que não necessariamente é a mais lida, mas a que se recita, a que se lembra e, acima de tudo, a que se interpreta mais. É aquela poesia que se difunde melhor e se reproduz por diversos canais, entre os quais o da sua *performance* pública é apenas um deles, e na qual a idéia suprema do valor estético não tem por que acrescentar ou tirar nada a este texto. Situada nestes termos, a idéia mesma de *cânone* literário se movimenta e, sobre todo, se multiplica na medida em que existem tantos cânones quantas comunidades de leitores (e auditores) capazes de assumi-los, às vezes em franca dissidência uns com outros. No entanto, há hierarquias internas e existe até uma apropriação heterodoxa de modelos que provêm da alta literatura, assim como nos exemplos contemporâneos de Montevideo que tratamos, ainda que a idéia de “alta” seja, de um modo geral, bastante remota.

Na verdade, mais do que *autores* temos *textos*. São textos que, em determinadas coletividades, se instalam como paradigmas, nem sempre por seu *bom dizer*, mas porque provocam alguma coisa na sensibilidade compartilhada por amplos setores sociais que os prestigiam. Alguns desses textos, que provêm do campo “culto”, isto é, daqueles que têm um nível de exigência particular graças à aliança de poetas com intérpretes – fortalecida desde os anos sessenta – , conseguiram edificar a idéia mais ou menos comum de uma poesia para paladares majoritários. Uma poesia às vezes rebelde, outras edulcorada; às vezes menos desafiadoras das normas estabelecidas, outras seguindo as linhas consagradas. Como diz Stuart Hall, todas as relações culturais e, em particular, aquelas que envolvem o popular sempre são profundamente contraditórias.

O aludido repertório dos intérpretes do ônibus e o magistério de José Martí no qual se protegeu o Gari são capazes de mostrar níveis deste domínio que chamo de *mesopoético*. Desse modo, mais do que as obras concretas dos autores canônicos o *mesopoético* introduziria textos fora dessa classe e até alguns que se inserem nas esferas do gosto mais sofisticado. Dito de outro

modo, corresponde ao *Martín Fierro* recitado por anônimos e reconhecidos intérpretes durante décadas, ou os poemas de Antonio Machado ou de Miguel Hernández que Serrat popularizou e que se fixaram na memória de várias gerações.

Em outro extremo, dentro do fenômeno *mesopoético*, poderiam ser inseridos vastos segmentos de autores que se enquadram naquelas formas de trabalho consideradas exemplares e que, ainda sob o domínio “culto”, realizam-se um pouco *à maneira* destes. Para que seja possível verificar esse conjunto temos que considerar um circuito amplo no qual os praticantes, os sistemas de difusão, as linguagens e os públicos se relacionem com certa solidariedade. Nesse contexto, a velha poesia gauchesca é um caso notável, pois ao longo de um século e meio foi capaz de construir um sistema que fez dialogar autores, obras e receptores. Tratou-se de um triunfante *sistema literário* voltado para o popular a partir de uma estratégia culta, assim como fora pensado por Ángel Rama, amoldando o conceito de Antonio Candido em relação às obras literárias “cultas” no Brasil durante os séculos XVIII e XIX.

Lido desse modo, o mesopoético abarcaria os criadores, os intérpretes e também os diversos públicos, como se fossem três caras de um processo no qual se articulam o mesmo *modus operandi* cultural. Este funciona por acumulação sistemática, repetição e predomínio de fatores estético-emocionais, e não como acontece entre os setores que envolvem uma educação estética refinada e nos quais predomina a procura de uma ampla informação propícia ao critério de uma seleção crítica. Pelo contrário, o praticante da série popular não tem outra alternativa comunicativa senão dirigir-se aos abertos espaços públicos, ou seja, os únicos espaços onde sua presença e linguagem serão toleradas e, inclusive, bem-vindas.

II

Desvelado pelas ferramentas e os segredos de seu ofício, o jovem Borges observou que a ausência de metáforas é uma das propriedades da poesia

popular: “Ao intérprete da plebe cercado pelo costume não só de certos temas mas também de um tratamento tradicional destes, não pode interessar-lhe a metáfora nova, cujo efeito mais imediato é a surpresa” (Borges, 1993: 76). Num trabalho maduro sobre a gauchesca – esse desafio pertinente aos dois domínios – continuou sendo objeto de reflexão de Borges. A partir da leitura de um trabalho de Ayestarán, de 1951, Borges afirma-se na idéia de que “o exercício da arte é, para o povo, um assunto sério e até solene”, um assunto afastado do humor, da imagem carnavalizada e violenta e do evidente perfil *engagé* dos gauchescos (Borges, 1979: 10).

A contribuição borgesiana sobre a solenidade que reveste a arte da massa analfabeta ou pobremente letrada ajuda a compreender o *modus operandi* dos contemporâneos recitadores e intérpretes do transporte público em algumas cidades latino-americanas, assim como o entusiasmo dos ouvintes quando se defrontam com versões razoáveis. Outra corroboração que vêm ao caso: o poema de Gari é órfão de metáforas. Dessa maneira, embora o poeta do ônibus conheça certas frações da tradição letrada – além do gesto de invocação à autoridade –, volta, talvez sem querer, ao reduto da poesia popular sem a inventiva nem o controle que ostenta muita dessa lírica.

Nossos contemporâneos vendedores de produções poéticas têm, no Rio da Prata, antecessores bem antigos, embora sua história tenha ficado na sombra por se priorizar o estudo das formas e não da materialidade da cultura. Algumas fontes escrupulosas e outras inclinadas a construir lendas noticiam a existência da figura do vendedor pelas ruas de versos gauchescos, o primeiro mediador entre o texto e o consumidor. O periódico *El Gaucho*, dirigido por Luis Pérez em Buenos Aires, informa sobre a comercialização de “*esquelas com versitos imprentaos*” durante as celebrações públicas para receber o Restaurador Juan Manuel de Rosas a princípios de dezembro de 1831. O assunto é complicado. Qualquer vendedor ofereceria, numa ocasião desse tipo, alimentos ou alguma outra mercadoria na via pública junto com estas curiosidades em verso. É muito difícil fazer uma avaliação detalhada devido à ausência de depoimentos, a falta de documentos fiéis e de quantificações sensatas sobre a circulação que esses ou outros impressos tiveram no mercado numa relação comparativa com outras

mercadorias simbólicas que, a rigor, só poderiam estar no círculo da música: os violões e seus acessórios, principalmente, entre os instrumentos musicais.

Um arquivo que data da primeira época da República Oriental do Uruguay, o da Imprensa da Província, ao filo da terceira década do século XIX, nos permite calibrar o estado das publicações literárias e seus receptores na margem oriental do Rio da Prata (Pivel Devoto y Guillermo Furlong, 1930). Esta imprensa cruzou o Uruguay desde o atual território argentino pelos bons ofícios de José de la Puente, quem a fez funcionar durante o tumultuado período que vai de 1826 até 1829, sendo seu responsável oficial designado pelo Presidente uruguaio Joaquín Suárez. Mas, o fraco erário público não era capaz de contribuir com verbas suficientes para sustentar o projeto, visto que José de la Puente foi autorizado a realizar trabalhos particulares para manter-se e para manter os muitos operários de sua primitiva empresa. Instalando-se em diferentes pontos do território, segundo os vaivens políticos, a imprensa foi capaz de produzir vários periódicos além de proclamas, documentos oficiais, cartilhas e papéis avulsos. Duas publicações poéticas anônimas constam na lista que se conservou e que foi publicada por dois historiadores da região do Prata em 1930: “Décimas patrióticas”, de oito páginas, que apareceu em 10 de outubro de 1826, e “Diálogos”, de dezesseis páginas, impresso no dia 7 de novembro do mesmo ano. De cada uma dessas peças que, até onde sabemos, não sobreviveram, imprimiram-se um total de cem exemplares segundo o minucioso registro feito por José de la Puente. É um número considerável se levarmos em conta, para efeitos comparativos, outros impressos contemporâneos de idêntica origem. Um exemplo disso está na anotação de la Puente sobre o “Regulamento para Juiz de Paz”, difundido em 12 de fevereiro de 1827, que duplicou esse número. De outra folha, contendo o “Decreto que anunciava o Sinal de Alarme”, a imprensa tirou apenas vinte exemplares em 17 de maio de 1827. Ainda duas décadas mais tarde, fazer uma tiragem de cinqüenta cópias de um folheto parecia uma quantidade adequada aos compradores possíveis e ao bolso do escritor pobre, ainda que culto. Em 1845 calculou-se que o importante matutino *Comercio del Plata* não imprimia em Montevideo mais de quatrocentos e cinqüenta exemplares (Boullosa y Cantarelli, 1970: 271). Por outro lado, nem sequer um

pequeno livro saiu da imprensa de José de la Puente. Umas *Tábuas de somar*, feitas pelo mestre José Catalá, aproximam-se da categoria de livro, porém pela sua natureza didática e pelo uso preceptivo nas poucas escolas primárias da época o folheto foi o melhor negócio para quem supervisou a impressão de mil e cinqüenta cópias. Esse número nos faz pensar nas expectativas e nas reais possibilidades de negociar este folheto além das nebulosas fronteiras uruguaias, sobretudo do lado argentino, embora não pudéssemos excluir totalmente o sul do Brasil. Mas não cuidemos mais dos números e voltemos aos versos.

Sobre o segundo “Diálogo” gauchesco, de la Puente registrou que seu autor pagou dez pesos, sendo que o custo de cada unidade é de dez centavos. A quantia é razoável para uma pessoa pobre, ainda mais se aceitarmos o incremento que o anônimo autor atribuiu para o seu lucro. Imaginemos, na mais exagerada das hipóteses, que colocou em torno de trinta por cento a mais do que levaria o produto a um preço de treze centavos por unidade. A quantia continua sendo aceitável. Vejamos alguma informação para poder comparar. No dia 30 de janeiro de 1827, de la Puente entregou sete pesos a um carpinteiro para que desmontasse sua imprensa, trabalho que deve ter ocupado aproximadamente dois dias; segundo o jornal, durante o dia 8 de fevereiro o proprietário pagou um total de quatro pesos a um número indeterminado de peões para carregar e descarregar a máquina na vila de Canelones. Se concordarmos que estes trabalhadores não podem ser mais de quatro, então o preço do impresso poético gauchesco consumiria entre cinco e dez por cento do jornal de um operário sem ofício.

Cem exemplares de cada folha poética seria a medida exata de um público provável. Não é possível afirmar que tipo de grupo social consumia estes impressos, mas deveríamos levar em conta que o número parece respeitável a escala da população que em todo o território do país, em 1826, rondava apenas os setenta mil habitantes, espalhados em vinte e cinco pequenos povoados e no pampa semi-deserto (Isabelle, 2001: 53). Talvez os compradores desses impressos não fossem oriundos dos setores letrados em sua maioria, já que estes priorizavam a compra de livros e dos primeiros periódicos. Nesse recanto americano de poucas letras e com poucas pessoas com suficiente poder

econômico para investir em livros havia, portanto, escassos comércios em que os impressos, quaisquer que fosse a sua forma, estiveram presentes. Portanto, a chave da difusão desses impressos estaria nos vendedores que perambulavam por cidadezinhas e pelo vasto campo. Nada de preciso sabemos acerca deste sujeito da classe trabalhadora desses tempos remotos o que, obviamente, não significa que não existisse.

A situação mudaria algumas décadas depois no que concerne às modalidades de produção e de mediação, que vão se expandir nos lugares mais afastados. Somente quando *Martín Fierro* consolida a poesia gauchesca entre públicos rurais, no campo do Rio da Prata, é que os vendedores ambulantes vão incluir livros entre as coisas que ofereciam de fazenda em fazenda, de casebre em casebre. Sobre este intermediário nos deixou uma vívida descrição o poeta e filósofo uruguaio Emilio Oribe, quem na sua adolescência, por volta de 1908, e graças à figura do vendedor ambulante, descobriu o poema de Hernández quando passava suas férias numa fazenda no quase agreste campo de Cerro Largo, na fronteira norte de Uruguai com Brasil:

Uma noite, chegou ao galpão onde eu estava entre os peões uns turcos vendendo mercadorias. Esses turcos eram comerciantes ambulantes que ofereciam lenços, vestidos, diversas coisas sem muito valor, sabonetes e perfumes. Mas vendiam alguns livros. Foi então que conheci o *Martín Fierro*, de Hernández. Comprei, por uns centavos, os dois tomos; em uma edição com toscas gravuras, em papel ordinário, com capas azuis e formato grande, como de revista. Assim conheci o *Martín Fierro*. Eu o li de cabo a rabo, aprendi versos, o fiz conhecer aos peões (Oribe, 1993: 21).

Pode-se conjecturar que oito décadas antes desta história as condições para a venda e a difusão dos impressos, agora dentro do marco urbano e seus arredores, fossem as mesmas. Um estudo coletivo sobre as *pulperías* da província de Buenos Aires entre 1740 e 1830, coordenado por Carlos A. Mayo, detalha as mercadorias e as atividades nesses comércios, verdadeiros pontos de sociabilidade. A pesquisa detecta a venda de diferentes tipos de papel a partir de

1778 (em resma, em cadernos, papel rústico em folhas, papel branco, etc.) e em um caso isolado, já no ano 1800, encontra-se a venda de livros. Se o papel representava somente dois por cento do capital global das *pulperías* estudadas, em troca, os violões e as cordas para este instrumento tiveram *grande demanda [...] e eram, junto aos violões mesmos, um dos artigos de maior incidência no valor total dos produtos*”, fora dos alimentos, licores e vestimenta (Mayo *et alii*, 2000: 18). Do lado oriental do Rio da Prata a situação não deve ter sido muito diferente.⁴ E talvez até no sul do Brasil. Os poemas se misturavam, por que não, com todo tipo de objetos e sua existência só um leitor competente podia dar – como no caso do adolescente Emilio Oribe – que lia em alta voz o texto para os analfabetos ao redor do fogo no galpão depois da longa jornada de trabalho. Como provou Adolfo Prieto, esse círculo se vai fechar na modernização graças ao avanço das políticas de alfabetização, da cultura do impresso e da aproximação de alguns criadores orais aos modelos da alta poesia ou da poesia escrita pelos letrados (Prieto, 1989).

É muito provável que estes trovadores do pampa tenham procurado nas folhas ou nos periódicos gauchescos matéria para se expressar, além das composições que eles mesmos imaginavam e das quais só começaremos a ter registros na segunda metade do século XIX, ainda assim muito imperfeitos. A falta de provas concretas para essa época mais primitiva permite, em qualquer caso, especular sobre a mobilidade entre um circuito *payadoresco* letrado, unindo e afastando, ao mesmo tempo, o criador popular do escritor que pretende apropriar-se da voz das maiorias. Como nos casos da Europa moderna que estudara Peter Burke, nos defrontamos a um caso bi-cultural, mas aqui numa interação associada à idéia romântica do povo como fonte natural da arte e ao

⁴ No meio rural uruguaio, no começo da década de vinte do século XIX, centenas de autorizações oficiais facilitaram a instalação de *pulperías*, estabelecimentos voltados para “*peessoas de elevada condição social*”, segundo o historiador Aníbal Barrios Pintos. (Barrios Pintos, 1963: 181). Verdadeiros centros de sociabilidade na vasta solidão do pampa, ali se reuniam todos os homens da região, especialmente para jogar naipes, consumir álcool, entrar em conversa, presenciar o canto e os violões de um *payador* ou um intérprete nativo ainda mais modesto. Barrios Pintos, que fez um trabalho fundamental sobre o tema, fia-se em demasia no testemunho dos viajantes europeus, alguns deles – como Alcides Dessalines D’Orbigny – se escandaliza porque em certas *pulperías* do sul uruguaio são vistos poucos alimentos e muita bebida espirituosa (Barrios Pintos, 1973: VI). Não há por que não pensar que outros comércios semelhantes estiveram melhor surtidos que as visitadas pelo elegante francês, que não conseguiu vencer seus preconceitos, e que provavelmente não tenha avistado entre as mercadorias e as garrafas de cachaça alguns impressos gauchescos. Isto, pelo menos, acontecia no interior argentino na *pulpería* da qual era proprietário o poeta Juan Gualberto Godoy, interessado ele mesmo em difundir sua obra poética gauchesca no seu precário comércio, provavelmente a única forma possível para sua difusão (Rivera, 1989: 2).

papel do letrado como guia dessa energia cultural para consolidar uma literatura nacional.

Desde a segunda metade do século XIX, toda vez que começa a ser construído um cânone nacional de um lado a outro do Prata, toda vez que a poesia gauchesca salta da folha ao periódico e deste ao folheto e, por fim, ao livro, começa com a difusão, por meio de folhas avulsas, desta poesia de autores ignotos. São, sobretudo desde fins do século XIX, obras de poetas que não puderam editar sequer um modesto folheto porque são pobres, porque não conseguem o apoio de um impressor nem, ao menos, da quase mínima crítica de então. Ou, talvez, a meta almejada pela maioria deles está no rápido efeito poético-político (ou, melhor, político-poético) sobre um ouvinte-leitor pouco preparado.

Outros, os desterrados do Parnaso, com seu magro patrimônio só podem comunicar-se com a frágil folhinha poética. Hoje, persistem nesta demanda, ainda bem que o papel se retira, ainda bem que as formas de reprodução são muito mais baratas. Os arquivos não se ocupam destas figuras nem de seus materiais sempre fora de catálogo. As bibliotecas os expulsam e é muito difícil que alguém confie em seu *valor*.⁵ Estamos acostumados pela historiografia a compreender o movimento da literatura a partir de peças consagradas em livro. E, mais tarde ou mais cedo, a que esta antologia se cristalice por ofício da recepção construída por especialistas que ordenam os saberes nos aparatos culturais dominantes, seja na educação em todas suas esferas, no jornalismo ou em qualquer modo de difusão acadêmica.

De pequenos acontecimentos está construída a trama cultural. Muito mais do que na Europa, isto aconteceu no vasto tecido do que se pode chamar literatura latino-americana, com poucos recursos, com públicos escassos até pelo menos os anos sessenta do século XX, uma América Latina em que a acumulação cultural se produz lenta, caótica e contraditoriamente.

(Tradução revisada pela Dr^a Maira A. Pandolfi)

⁵ Resulta complicadíssimo avaliar sua recepção e devemos ter muito cuidado em identificar de maneira total a penúria dos recursos (a folha, sua difusão) com a pobreza radical do produtor. Às vezes acontece, às vezes não.

BIBLIOGRAFÍA CITADA

Corpus

GARI (Seud. de autor desconhecido) (2010). "La rutina". Poema en folha, 105 por 130 mm. [Copia en archivo particular do autor deste artigo]

HIDALGO, Bartolomé. *Obra completa*. Montevideo, Colección de Clásicos Uruguayos, Biblioteca Artigas. (Prólogo de Antonio Praderio. Edición al cuidado de J[uan E.] P[ivel] D[evoto]). [1820]

ISABELLE, Arsène (2001). *Viaje a la Argentina, Uruguay y Brasil, 1830-1834*. Buenos Aires, Emecé. [1835].

ORIBE, Emilio (1993). *Rapsodia bárbara* (poema). Montevideo, Intendencia Municipal de Cerro Largo/ Banda Oriental. (Edición crítica, advertencia y cronología de Pablo Rocca). [1953].

Teoría, historia e crítica

AHARONIÁN, Coriún (1969). "Apuntes acerca de la mesomúsica", en *Prólogo*, Montevideo, N° 2/3, enero-julio: 89-96.

_____ (2010). "Carlos Vega y el estudio de la música popular", en *Revista Musical Chilena*, Santiago de Chile, N° 188, setiembre-diciembre, 1997.

AYESTARÁN, Lauro (1951). "El melólogo (A propósito de los unipersonales de Bartolomé Hidalgo)", en *Número*, Montevideo, N° 12, enero-febrero: 3-10.

BOULLOSA, Virginia y Mélide CANTARELLI. (1970). Cfr. "La cultura rioplatense entre 1845 y 1848", en *Florencio Varela y el Comercio del Plata*, Félix Weinberg y colaboradores. Bahía Blanca, Instituto de Humanidades/ Universidad Nacional del Sur: 263-311.

BARRIOS PINTOS, Aníbal (1963). "Pulperías de la Cisplatina", en *Boletín Histórico del Estado Mayor General del Ejército*, Montevideo, N°s 98-99, julio-diciembre: 175-206.

_____ (1973). *Pulperías y cafés. Instituciones substanciales del vivir oriental*. Montevideo, Talleres Gráficos de Editorial Acción.

BORGES, Jorge Luis (1993). "Examen de metáforas", en *Inquisiciones*. Buenos Aires, Seix Barral: 71-81. [1925].

_____ (1979). *El Martín Fierro*. Buenos Aires, Emecé. [1953]

BURKE, Peter (2010). *Cultura popular na idade moderna: Europa, 1500-1800*. São Paulo, Companhia das Letras. (Tradução: Denise Bottmann). [1978].

CANDIDO, Antonio (2006). *Formação da literatura brasileira. Momentos decisivos*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul. [1959].

GRAMSCI, Antonio (1953). *Letteratura e vita nazionale*, Antonio Gramsci. Torino, Einaudi (3ª ed.)

HALL, Stuart (2003). “Notas sobre a desconstrução do «popular»”, em *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte/Brasília, Ed. da Universidade Federal de Minas Gerais/Representação da Unesco no Brasil: 247-263. [Vários tradutores]. [1981].

HENRÍQUEZ UREÑA, Pedro (1961). *Estudios de versificación española*. Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires.

MAYO, Carlos A. (director) (2000). *Pulperos y pulperías de Buenos Aires (1740-1830)*. Buenos Aires, Biblos.

ONG, Walter (1982). *Oralidad y escritura*. México, Paidós.

PIVEL DEVOTO, Juan E. y Guillermo FURLONG CARDIFF (1930). “Historia y bibliografía de la Imprenta de la Provincia (1826-1828) y de la Imprenta de San Carlos (1825-1827)”, em *Revista del Instituto Histórico y Geográfico*, Montevideo, Tomo VII: 7-92.

PRIETO, Adolfo (1989). *El discurso criollista en la formación de la literatura argentina*. Buenos Aires, Sudamericana.

RAMA, Ángel (1982). *Los gauchipolíticos rioplatenses*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina (2ª ed. ampliada). [Artigos publicados entre 1961 y 1977].

_____ (1984). *La ciudad letrada*. Montevideo, Fundación Internacional Ángel Rama/Arca. (Prólogo de Hugo Achugar).

RIVERA, Jorge B. (1989). “La paga del gauchesco”, em *Clarín. Cultura y Nación*, Buenos Aires, 18 de mayo: 2-3.

SCHVARTZMAN, Julio (2013). *Letras gauchas*. Buenos Aires, Eterna Cadencia.

ZUMTHOR, Paul (2010). *Introdução á poesia oral*. Belo Horizonte, Editora UFMG. (Tradução de Jerusa Pires Ferreira, Maria Lúcia Diniz Pochat y Maria Inês de Almeida) [1983].

Leitura e Escrita

na Periferia do Capitalismo

SANDRA VASCONCELOS (USP)

Lembrando a recente publicação do Censo Geral do Império de 1872 em crônica de 15 de agosto de 1876, Machado de Assis punha na boca de certo Sr. Algarismo a afirmação de que “[a] nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler, desses uns 9% não leem letra de mão, 70% jazem em profunda ignorância”.¹ Se na pena de Machado a prosopopeia não chega propriamente a surpreender, pergunta-se o leitor por que teria o cronista lançado mão dos resultados do recenseamento para acompanhar seu comentário sobre a Constituição, justapondo, dessa maneira, as duas ideias, isto é, os altos índices de analfabetismo no país que os números contabilizavam e tornavam visíveis e a lei fundamental, o conjunto de normas e princípios que regem os direitos civis e o funcionamento do Estado. Quem escrevia essa crônica não era ainda o grande Machado da 2ª. fase;² entretanto, tratava-se de alguém que não apenas já tinha dois romances no seu currículo mas havia quase duas décadas participava ativamente da esfera pública como cronista e jornalista.

¹ Machado de Assis. História de quinze dias, in *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986, v. 3, p. 345. Segundo o censo de 1872, o Brasil tinha 9.930.478 habitantes (dados disponíveis no IBGE).

² *Ressurreição*, seu primeiro romance, é publicado no ano de 1872, seguido de *A Mão e a Luva*, de 1874.

Para além dos dados meramente estatísticos, ou de um escritor consciente do limitado público leitor, que era afinal a quem se dirigia, creio que aqui, e não involuntária nem inconscientemente, ao aproximar o mundo do direito e o das letras, Machado expunha uma das feridas do processo de modernização da sociedade brasileira, inaugurado com a vinda da Família Real em 1808 e com a Independência do país em 1822. Poucas linhas antes, declarara o narrador da crônica: “Gosto dos algarismos, porque não são de meias medidas nem de metáforas. Eles dizem as coisas pelo nome, às vezes um nome feio (...).”³ Mestre na arte do despiste, porém, ou talvez convicto de que o leitor saberá interpretar os números, ele se esquivava de dizer “as coisas pelo nome” e parece julgar que basta deixar uma sugestão no ar. Delega assim ao leitor a tarefa de interpretar e, se esse quiser, nomear aquilo que o cronista se furta a explicitar. A aproximação apenas esboçada por Machado entre direitos civis e as letras pode render bastante se quisermos pensar alguns dos mecanismos de exclusão que conformaram a sociedade brasileira do século XIX e determinaram as particularidades do nosso sistema literário, exclusão essa que os números do censo lembrados na crônica refletem com tanta crueza.

Esse é o enquadramento que gostaria de propor para explorar o tema desta mesa – experiências históricas das práticas de leitura e escrita – da perspectiva da constituição do Rio de Janeiro como *cidade letrada*.⁴ Valho-me aqui do sentido que lhe deu Ángel Rama, como a outra cidade, “amuralhada”, composta por uma “plêiade de religiosos, administradores, educadores, profissionais, escritores e múltiplos servidores intelectuais” cujo manejo da pena os associava às funções do poder e os destacava da *cidade real*, compreendida como o conjunto da sociedade.⁵ Tendo como foco e objeto a tradição intelectual latino-americana, Rama forja o conceito para investigar o papel que os grupos letrados desempenharam no “planejamento, evolução e desenvolvimento dos centros urbanos como núcleos de poder na América Latina”,⁶ e o propõe como uma formação social que funcionou inicialmente como aparato de sustentação

³ Machado de Assis. *História de quinze dias*, in *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986, v. 3, p. 344.

⁴ Ángel Rama. *A Cidade das Letras*. São Paulo Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1985.

⁵ Idem, *ibidem*, ver páginas 43 e seguintes.

⁶ Ver contracapa dessa edição.

do “sistema ordenado da monarquia absoluta” para o exercício do poder e da administração durante a Colônia e se ampliou ao longo da história cultural latino-americana à medida que passou a incluir novos grupos sociais em seu âmbito por meio da educação, assumindo sucessivamente funções modernizadoras e revolucionárias. Ainda que crivada dos paradoxos e contradições que constituem esse espaço simbólico, a cidade letrada, cuja ação se articula “na ordem abstrata dos signos”,⁷ teria regido e dominado a cidade real, pois, reservada a uma minoria desde os tempos coloniais, ela operou, de acordo com Rama, segundo os “princípios de concentração, elitismo, hierarquização”.⁸ Além disso, como consequência da priorização da escrita sobre a cultura oral, a *cidade letrada* consolidou a “diglo(s)ia característica da sociedade latino-americana”,⁹ levando os escritores a ter de negociar entre dois códigos léxicos, e tensionou as relações entre escrita, leitura e oralidade, e entre os usos da língua do colonizador e as línguas indígenas e africanas, relações essas que atravessaram todo o processo de formação das literaturas nacionais. A cidade letrada tal como compreendida por Rama, portanto, implica um nó de questões que vale a pena explorar para pensar essa formação social no Brasil do século XIX, assim como o papel exercido pelos grupos letrados urbanos na construção da jovem nação brasileira e de sua literatura a partir de 1808. Necessário esclarecer, porém, que essa apresentação não tem qualquer pretensão de totalidade, mas visa especificamente os letrados que participaram do processo de constituição do nosso sistema literário, seja como mediadores, escritores ou leitores.

Quando a Família Real portuguesa aportou no Rio de Janeiro, a colônia contava em seu território cerca de 2 milhões e 400 mil habitantes, dos quais 1 milhão eram escravos e 800 mil, índios. O Rio, como sabemos, era uma acanhada vila colonial, descrita como um lugar caótico, mal planejado, sujo e fétido – “uma cidade preta e mestiça em dois terços de sua população”¹⁰ de aproximadamente 60 mil pessoas que experimentará novas rotinas com a chegada da corte e logo

⁷ A. Rama, *A Cidade das Letras*, p. 65.

⁸ Idem, *ibidem*, p. 54.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 56.

¹⁰ Jurandir Malerba. *A Corte no Exílio. Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 126.

testemunhará a acelerada transformação da paisagem urbana.¹¹ Com a ajuda de uma missão francesa especialmente encarregada por Dom João VI de planejar prédios e instalações urbanas, foi surgindo uma nova cidade, com a criação do jardim botânico, da biblioteca régia nacional, de academias militares e de uma escola de medicina. Assim, enquanto o precário meio urbano dos primeiros anos foi sendo alterado e modernizado por construções e intervenções urbanas, do encontro entre a elite colonial, que irá europeizar seus costumes, e portugueses e imigrantes de outras nacionalidades recém-chegados irão surgir novas práticas e formas cotidianas de sociabilidade.

Paulatinamente, iremos assistir à ação dos círculos letrados, que passarão a introduzir e disponibilizar equipamentos e bens culturais na cena fluminense, graças ao aumento do número de livreiros e livrarias, à fundação de jornais e revistas e à inauguração de espaços de leitura, ações essas para as quais será fundamental o concurso de estrangeiros como os portugueses e franceses negociantes de livros, como o português Zeferino Vito de Meireles, fundador do *Diário do Rio de Janeiro* em 1821, como o francês Pierre Plancher, fundador do *Jornal do Commercio* em 1827, os alemães da Gesellschaft Germania (1821), os britânicos da Rio de Janeiro British Subscription Library (1826) e os portugueses do Gabinete Português de Leitura (1837). Tratava-se de iniciativas que possibilitavam a circulação de livros e de impressos, tornando o mundo da leitura mais acessível, ainda que para um número reduzido de alfabetizados. Esse é o paradoxo que atravessará todo o século XIX – a crescente disponibilidade de material de leitura em contraste com a sempre presente exclusão do universo da letra de vastos contingentes de pessoas. Apesar de a Constituição de 1824 ter mantido a intenção de oferecer “instrução primária gratuita a todos os cidadãos”, em 1867 apenas 10% da população em idade escolar estava matriculada nas escolas elementares, sendo escusado recordar que ainda em 1879 se discutia o fim da proibição da matrícula escolar para escravos. As condições para os trabalhadores livres, isto é, os pobres não negros, ex-escravos ou mulatos, que subsistiam da remuneração pelo trabalho braçal, não eram muito diferentes.

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 126.

Viviam, como propõe Antônio Cândido na sua leitura de *Memórias de um Sargento de Milícias*, transitando entre a esfera da ordem e da desordem.

Foi esse o cenário e o caldo de cultura no qual se formou, vicejou, se desenvolveu e circulou o gênero literário associado à modernidade, por excelência. Desde sua origem e consolidação na França e na Inglaterra do século XVIII, o romance, único gênero a surgir “sob as condições de autoconsciência epistemológica e historiográfica que caracterizam o período moderno”,¹² teve como tema a história de um indivíduo em sua busca de sentido para a vida. Odisseia da desilusão, a moderna epopeia burguesa é a narrativa dos embates do sujeito em um mundo sem valores e sua forma é, na visão de Lukács, a expressão do desterro transcendental, experiência da cisão entre interioridade e exterioridade que caracteriza a época moderna. Sua ascensão esteve diretamente ligada às mudanças dramáticas que ocorreram na Europa a partir do século XVII como resultado dos processos de industrialização e urbanização, das revoluções políticas e das novas formas de organização social e familiar. O romance, portanto, é um gênero cuja história, desenvolvimento e características o associam aos processos de modernização que as sociedades europeias vivenciaram sobretudo ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Se, conforme argumenta Claudio Magris, o romance é inconcebível sem o mundo moderno, pois “nasce e cresce”, na Europa, “quando se desfaz a civilização agrária e a ordem feudal”,¹³ como pensá-lo em um contexto no qual concepções centrais para o novo gênero, como o individualismo burguês e o liberalismo econômico, são, como já se sugeriu, ideologia de segundo grau?¹⁴ A ordem burguesa, na qual se assentava o romance europeu, não encontra equivalente no modo de organização social e econômica brasileiro, onde prevaleceram o patrimonialismo, as relações de favor e o trabalho escravo. Na medida em que indivíduo e cidadania são conceitos indissociáveis, não era possível haver reconhecimento do indivíduo em uma sociedade cujo modo de produção se baseava na escravidão e, portanto, não havia exercício de direitos

¹² Michael McKeon. *Watt's Rise of the Novel within the tradition of the rise of the novel*. In: *Reconsidering the Rise of the Novel*. Special Issue of *Eighteenth-Century Fiction*, volume 12, number 2-3, January-April 2000, p. 254.

¹³ Claudio Magris. *O romance é concebível sem o mundo moderno?* In: Moretti, Franco (org.). *A Cultura do Romance*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: CosacNaify, 2009, p. 1016.

¹⁴ Ver Roberto Schwarz. *Ideias fora do lugar. Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

por parte de uma parcela majoritária da população, alijada, entre outras tanto coisas, do acesso à escola pública. O processo de modernização brasileira obedeceu, portanto, a um princípio segundo o qual a cada momento de progresso se repôs e se perpetuou o atraso. Nesse cenário de exclusão, em que as práticas de leitura e escrita eram direitos e privilégios de gênero, de classe e de cor, é preciso relativizar o uso de noções como best-sellers ou romances de sucesso. Não se pretende negar aqui a existência de leitores. Mesmo que não sejam incomuns relatos de leituras oralizadas, realizadas junto com os trabalhos de agulha ou ao redor do fogo, o romance, desde seu surgimento, esteve vinculado ao mundo da escrita e da leitura silenciosa. Os jornais da época, como o *Diário do Rio de Janeiro*, dão notícia de interessados em adquirir romances novos e usados, de leitores tentando recuperar livros emprestados ou furtados, de anunciantes tentando restituir a seus donos livros perdidos e encontrados. É preciso, no entanto, não adotar um discurso celebratório, sob risco de falsear a História. Apesar da implementação de práticas e da instituição de espaços devotados à produção e difusão de artefatos impressos, a expansão da cultura e da cidade letrada no século XIX brasileiro permaneceu dentro dos marcos e limites impostos pela realidade sócio-histórica do país.¹⁵

Foi esse o pano de fundo para a circulação dos romances europeus que os livreiros e os gabinetes de leitura disponibilizaram na Corte, principalmente a partir da suspensão da censura em 1821. Anunciando suas mercadorias por meio de catálogos ou de periódicos, ofereciam aos presumíveis leitores um repertório sortido e diferenciado, do qual França e Inglaterra surgem como fontes primordiais de títulos e autores. A presença inquestionável de romances europeus no centro da vida intelectual e artística do Brasil oitocentista teve, é inegável, participação na formação do romance brasileiro, o que nos obriga a enfrentar questão conceitual e histórica sobre as consequências da adoção de uma forma literária europeia – a epopeia burguesa, na formulação de Georg Lukács – em um país cujo modo de produção ainda era escravista e onde não

¹⁵ Nelson Schapochnik. Contextos de leitura no Rio de Janeiro do século XIX: Salões, Gabinetes Literários e Bibliotecas, in Stella Bresciani. *Imagens da cidade, séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH-SP/Marco Zero/FAPESP, 1994, p.147-148.

havia uma burguesia com um nível de organização que se aproximasse do figurino europeu da vida complexa. Cito Wanderley Guilherme dos Santos:

Uma classe burguesa organizada, com o objetivo de moldar o aparelho de Estado simultaneamente à estruturação da sociedade de acordo com a lógica do mercado, não existiu no Brasil até recentemente. Certamente que existiam burgueses, que existiam capitalistas, mas não existia uma classe burguesa organizada como ator político, de 1850 a 1950, aproximadamente, quando uma peculiar sociedade de mercado se ia de qualquer forma constituindo ao sabor da lógica das circunstâncias.¹⁶

Se, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda, inexistia no meio provinciano brasileiro a matéria-prima própria do romance, isto é, as formas da vida cotidiana típicas das sociedades europeias e se, ainda segundo ele, o romance “só cresceu e prosperou com naturalidade onde cresceu e pôde prosperar a sociedade burguesa”,¹⁷ a questão que a peculiaridade do caso brasileiro nos obriga a formular é como se comporta o gênero, uma vez transplantado para a periferia do sistema capitalista. Por outro lado, exatamente porque esse é um gênero que, como nenhum outro, propõe e articula suas próprias convenções, é ele que parece oferecer as condições para enfrentar as questões centrais que são postas pela extração colonial do país, ou seja, a discussão permanente do problema da importação das formas literárias e de sua adaptação e transformação locais, a aclimação dessas formas e procedimentos, a relação entre província e metrópole, a tensão entre o nacional e o estrangeiro, a criação autóctone e os modelos europeus. Esses problemas estão no centro daquilo que o crítico Ángel Rama chamou de transculturação, conceito nascido pelas mãos de Fernando Ortiz e que Rama incorporou na década de 1970 aos estudos literários para explicar de que maneira formas da modernidade europeia haviam se adaptado à realidade latino-americana, vista como sua caudatária.

¹⁶ Wanderley Guilherme dos Santos. A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo, Duas Cidades, 1978, p. 110.

¹⁷ Sérgio Buarque de Holanda. “Melville”. *O espírito e a letra: ensaios de crítica literária (1948-1959)*. Org. Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, vol. II, p. 266. Artigo originalmente publicado no *Diário Carioca*, em 08 de outubro de 1950.

Nesse sentido, não se trata apenas de uma adaptação do referente – a América Latina – a uma forma europeia, como a do romance, mas da imbricação entre dois polos que resulta na criação de uma nova forma de romance, gênero privilegiado por Rama. Interessa-lhe perceber como as regiões internas receberam os impulsos das mais modernizadas, de modo que se cumprissem dois processos transculturadores sucessivos:

(...) o desenvolvido pela capital, aproveitando seus melhores recursos, ou principalmente, o porto, onde a influência externa ganha suas melhores batalhas, e o segundo, que é realizado pela cultura regional do interior, respondendo ao impacto da transculturação que a capital lhe transfere. Esses dois processos, esquematicamente perfilados e distribuídos no espaço e no tempo, em muitos casos foram resolvidos em um, graças à migração, para as cidades principais de cada país, de muitos jovens escritores provincianos, que se associavam muitas vezes com os igualmente provincianos, embora nascidos na capital. As soluções estéticas propostas nos grupos formados por esses escritores vão misturar em várias doses os impulsos modernizadores e as tradições locais (...).¹⁸

Segundo Rama, nas obras literárias, o processo transculturador se realiza em três níveis diversos e complementares: o da língua, o da estruturação narrativa e o da cosmovisão. A utilização inventiva da linguagem através do resgate de falas e modos de expressão regional ou local, a incorporação do imaginário popular, de formas narrativas e temas próprios, o abandono do discurso lógico-racional em favor da incorporação de uma nova visão mítica – todas essas são operações transculturadoras que, articuladas pelo romancista, resultariam numa síntese nova, superando os impasses dessa cicatriz de origem que é nossa condição de países pós-coloniais. Para Rama, é o romance o gênero que melhor possibilita, graças a sua liberdade formal e a seus recursos linguísticos, a invenção de uma linguagem que recupera e incorpora formas populares ou indígenas ao discurso literário. É conhecida sua eleição dos romancistas José María Arguedas, Gabriel García Márquez, Juan Rulfo e João

¹⁸ Ángel Rama. Literatura e cultura. In: Flávio Aguiar & Sandra Guardini T. Vasconcelos (orgs.). Ángel Rama. Literatura e cultura na América Latina. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 263. [Edição original: Ángel Rama. Literatura y cultura. *Transculturación narrativa en América Latina*. México: Siglo Veintiuno, 1982, p. 36-37.]

Guimarães Rosa como aqueles que encontraram as melhores soluções para trabalhar, no plano estético, a tensão entre universalismo e regionalismo, própria dos países de extração colonial. Na tradição brasileira, Guimarães Rosa foi o escritor no qual o gesto transculturador atingiu um ponto máximo, de alto rendimento literário; porém, esse gesto pode ser rastreado no romance brasileiro desde suas origens, como uma espécie de necessidade intransponível de negociação da relação entre forma europeia e matéria local, entre modelo europeu e realidade brasileira, com resultados estéticos variáveis, a serem avaliados caso a caso.¹⁹

Assim, o esforço de configuração do romance nacional, que se apreende na produção de José de Alencar, mobiliza em uma obra como *Iracema* (1865) um conjunto de materiais heterogêneos que, na forma, conjuga mito, folclore e narrativa de aventuras, com sugestões tomadas ao romance francês, como o de Bernardin Saint-Pierre e o de Chateaubriand, e ao escocês Ossian, e na linguagem cria o que Haroldo de Campos descreveu como “uma escrita tupinizada”.²⁰ As convenções do romance burguês aclimatadas à matéria local, elemento de verossimilhança necessário e incontornável, resultaram muitas vezes em hibridismo de formas e na mestiçagem da língua. Lançando mão dos repertórios à sua disposição, Alencar assumiu o papel de mediador entre culturas, na tentativa de dar forma literária à dinâmica de perdas, seleções, redescobertas e incorporações implicada no processo transculturador. O mito de fundação da nação, tematizado igualmente em *O Guarani* (1857) e em *Iracema*, se erige sobre o encontro idealizado, embora desigual, do português branco e do índio e sobre o apagamento, quando não animalização ou demonização, da figura do negro, para o qual não há lugar no projeto ideológico de Alencar, exceto nas margens. Ainda que modelados como personagens heroicas, *Iracema* e *Peri* experimentam a sujeição e a servidão, “em um regime de combinação com a franca apologia do colonizador”. Vazada em linguagem poética, “[e]ssa conciliação, dada como espontânea por Alencar, viola abertamente a história da ocupação portuguesa no primeiro século (...), toca o inverossímil no caso de *Peri*,

¹⁹ Ver Roberto Schwarz. *Misplaced Ideas: Essays on Brazilian Culture*, 46.

²⁰ Ver Vagner Camilo. Mito e História em *Iracema*: a recepção crítica mais recente. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 78, julho de 2007.

enfim é pesadamente ideológica como interpretação do processo colonial”.²¹ O gesto transculturador, portanto, é sempre problemático, na medida em que lida com processos históricos e desafios formais que são, eles próprios, problemas para o romancista. Estratégias de contenção que suprimem ou mascaram os aspectos violentos e iníquos da formação da sociedade brasileira são comuns nos romances que dão forma literária à sua história. Como ato socialmente simbólico, as narrativas contêm um inconsciente político – “a realidade reprimida e soterrada”²² que, encerrando histórias de exploração, violência e auto-alienação, perturba a superfície aparentemente plácida dos textos. Lido a contrapelo, o romance, esse “instrumento de descoberta e interpretação da realidade brasileira”, nas palavras de Antônio Cândido, traz à tona essa “realidade reprimida e soterrada” de que nos fala Frederic Jameson.

As experiências das práticas de leitura e escrita em nossa história, marcadas por esses processos de exclusão, conformaram um sistema literário e uma cidade das letras que permaneceram um privilégio da elite letrada ao longo do século XIX brasileiro. À margem, se encontravam os 70% que, de acordo com o cronista Machado, jaziam “em profunda ignorância”. Desses, de acordo com o censo de 1872, 1 milhão e 500 mil eram escravos.²³ Os outros 30%, nos quais se incluem os autores e leitores, faziam parte de uma minoria. Transpostos para o Rio de Janeiro da época, é bem possível que os números e as proporções fossem um pouco diversos, já que a cidade era a capital do Império, mas a realidade não deveria ser muito diferente. Machado mesmo, pobre e mestiço, era uma exceção à regra. E foi ele, talvez exatamente por conhecer bem o tratamento que a classe dominante dispensava aos debaixo, que soube examinar como ninguém o “tamanho da sociedade fluminense”.²⁴

²¹ Alfredo Bosi. Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar. A *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 179.

²² Frederic Jameson. *The Political Unconscious. Narrative as a socially symbolic act*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1988, p. 20.

²³ O Brasil tinha, de acordo com esse censo, 10.112.061 habitantes no país (cerca de 08 milhões e 400 mil livres e 01 milhão e 500 mil escravos). Os dados são do IBGE e podem ser encontrados em www.ibge.gov.com.

²⁴ A expressão é de José de Alencar, em comentário sobre suas personagens, mas sugere a necessidade de adaptar o romance europeu ao tamanho do país na ordem do mundo. Ver Carta. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1959, vol. I, p. 1219. O leitor reconhecerá nas observações acima o recurso às leituras de Roberto Schwarz.

Ainda iniciante nas artes do romance, Machado usa esse outro gênero tão próximo das miudezas do cotidiano, nascido no rodapé do jornal, para ocupar seu “posto de escuta do mundo”²⁵ e lembrar o vínculo indissolúvel entre direito e letras. Mais tarde, já romancista maduro, lançará mão do ponto de vista dos senhores para, subvertendo as convenções do grande romance europeu, tratar da matéria local. Mestre no manejo de temas europeus, entre os quais seus narradores circulam com familiaridade e desenvoltura, a especificidade nacional aparece em sua obra da 2ª. fase em sua feição negativa. À sua maneira, sempre se valendo da ironia corrosiva e da sátira aos modos de ser da sociedade brasileira, irá expor as relações entre os proprietários e os desvalidos, os “muito ‘sujeitos’ que não são reconhecidos como sujeitos, e recebem esse tratamento do animal (...)” aqueles que não são “um sujeito da lei e do direito”.²⁶

A crônica de 1876 apenas arranhava a superfície do problema que o romance irá tematizar e aprofundar.

²⁵ Sonia Brayner. *Metamorfoses machadianas*. In: Alfredo Bosi et al. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982, p. 432.

²⁶ Jacques Derrida. *Força de lei. O fundamento místico da autoridade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007, p. 34.

Bibliotecas y lectores argentinos: escenas fundantes

GRACIELA BATTICUORE (UBA- CONICET)

Bibliotecas

Quiero entrar a la historia de la lectura en América Latina de la mano de algunos lectores inolvidables del pasado, que permiten vislumbrar rasgos y modalidades propias de la cultura letrada en esta parte del mundo. El primero de los lectores al que quiero referirme es bien conocido por su relevancia en la historia política argentina, así como por la proyección de sus ideas y escritos que constituyen un clásico para diversas disciplinas. Se trata de Domingo Faustino Sarmiento, que visitó Brasil por primera vez en 1846, pasó varios días en la ciudad de Río y por supuesto se declaró extasiado ante la magnificencia de una naturaleza exuberante y diametralmente distinta a todo lo que sus ojos habían visto hasta entonces: “Paséome atónito por los alrededores de Río de Janeiro, y a cada detalle del espectáculo siento que mis facultades de sentir no alcanzan a abarcar

tantas maravillas”, anota en su libro de *Viajes* publicado en Chile un par de años después del regreso.¹ Y un poco más abajo este otro párrafo:

“Todas las tardes ascendíamos, penosamente por la fatiga que el calor causa, uno de los morros, y las sensaciones de placer, el inefable deleite, la excitación de entusiasmo casi delirante que causa esta naturaleza siempre de gala, siempre brillante y recargada de perfumes y de flores, lejos de saciarse, era un nuevo agujijón para concertar nuevas exploraciones a un morro inmediato”.²

La ciudad y sus alrededores cautivan al viajero en toda la extensión de su geografía, desde que pisa suelo brasileño Sarmiento se ve deslumbrado por la realidad que se abre ante sus ojos. Sin embargo, su mirada no recalca tan sólo en los tópicos consabidos del extranjero que llega a tierra carioca en cualquier época que sea y cae indefectiblemente rendido ante la belleza del paisaje tropical. Más compleja que eso, la perspectiva de Sarmiento en las páginas de este libro podríamos calificarla –a riesgo del anacronismo- de bipolar: porque el relato navega entre la fascinación y el desdén, va de la admiración por el paisaje, a la arrogancia que le provoca el encuentro con la cultura imperial. Y es que “monarquía” y “esclavitud” son dos conceptos inadmisibles para un joven republicano que deambula por el mundo exiliado de su patria, porque está enfrentado a un gobierno que para él y muchos otros encarna lisa y llanamente la “barbarie” (me refiero, obviamente, al gobierno de Juan Manuel de Rosas). Lo que, sin embargo, no impide a Sarmiento mirar al país vecino con aires de superioridad en lo que respecta a su sistema político. A tal punto que llega a describir al Emperador Pedro II como a un tonto, más precisamente “un idiota en el concepto de sus súbditos”, tan amante de los libros y “dado a la lectura” como alejado de la acción y de la vida práctica, lo que da como resultado un “juicio retardado por falta de espectáculo”³, anota también en los *Viajes*.

Se sabe: para un romántico la lectura y la vida no pueden, no deben estar dissociadas, así que Sarmiento encuentra en esta supuesta debilidad del

¹ Sarmiento, Domingo F., *Viajes*, Buenos Aires, editorial Belgrano, 1981, p. 64.

² *Ibid*, p. 65.

³ *Ibid*, p. 73.

Emperador un atajo para caer sobre su persona (y desde luego sobre su representatividad política). Pero lo verdaderamente asombroso es que ésta perspectiva se modifica radicalmente algunos años después, cuando el viajero regresa a Brasil, ya bajo otras condiciones personales y políticas en su propio país. En 1852 Sarmiento continúa exiliado pero esta vez es el único, porque el gobierno de Rosas ha sido depuesto por las fuerzas del General Urquiza tras la batalla de Caseros. Y nuestro autor, que participó activamente en ella, emprende ahora una nueva lucha personal contra el caudillo que lideró la tropa vencedora y se encuentra por fin en el poder.

Refugiado en Brasil, autodeclarado proscrito, Sarmiento inicia entonces la escritura de un libro titulado *Campaña en el Ejército Grande*: en sus páginas vuelve a referirse al Emperador Pedro II pero esta vez lo hace en forma positiva, elogiosa. ¿Qué ha motivado el cambio? Simplemente el hecho de que Sarmiento lo conoció personalmente durante este viaje, y que dialogando con él pudo constatar que Pedro II, aquél amante empedernido de los libros, refugiado en el palacio a costa de perderse “el espectáculo de la vida” que transcurre fuera de los muros de la biblioteca, *leyó* la obra de Sarmiento: *conoce todos sus libros* y se muestra cautivado por los personajes de sus obras, al punto de sugerirle ideas al autor, y de alentarle en la composición de nuevas producciones que considera serían originales.

El Emperador había leído el *Facundo*, *Argirópolis...* y también los *Viajes...* lo que obviamente pone al autor en aprietos y lo obliga a hacer malabares para explicar lo para cualquier otro mortal sería inexplicable: es decir, la insolencia de los juicios proferidos contra Pedro II, hechos públicos a través de un libro de circulación americana. Por supuesto Sarmiento, que tiene una gran imaginación y un poder de persuasión a toda prueba, encuentra argumentos y justificaciones por doquier: que él era muy joven cuando escribió aquéllo –aunque desde entonces haya transcurrido poco más de un lustro–, que el viajero por naturaleza es a veces un poco “precipitado” cuando se enfrenta con una cultura diversa y pretende establecer diferencias con la propia... y que, en definitiva, la culpa la tiene España que puso velos en los ojos de los antiguos colonos para enfrentarlos con Portugal a sus dominios, y de allí los prejuicios con los que

miran a sus vecinos algunos desprevenidos viajeros puestos a opinar, como lo hizo él mismo años atrás. Pero lo importante, sostiene Sarmiento satisfecho, aprobándose a sí mismo, es que aquél viajero aprendió mucho desde entonces y mira bien ahora: al país vecino y al monarca que tiene en frente suyo: con lo que las cuentas quedan saldadas y el pasado olvidado.

Definitivamente, los hombres y los juicios cambian y Sarmiento no parece haber sido la excepción.

Quise empezar por esta anécdota no sólo porque sitúa a Sarmiento en Brasil y lo muestra cara a cara con aquél afamado *lector* que fue el Emperador Pedro II (dueño de una inmensa biblioteca imperial), sino porque deja al descubierto un rasgo recurrente de este letrado argentino que me interesa recalcar: su necesidad permanente de ser reconocido como *autor*, lo que en Sarmiento implica *constatar que sus libros circulan y son leídos* entre públicos variados: en los ranchos y las trincheras, en la ciudad o en el palacio, es decir, adentro y afuera de la patria *le gusta a Sarmiento imaginar a sus lectores*. En primer lugar porque para él la autoría supone por encima de todo *ser leído*, ganar fama y proyección a nivel mundial: esto es, *hacerse un lugar en la biblioteca nacional* que está en plena formación en el período romántico. Pero también abrirse paso en la biblioteca europea que constituye un punto de mira ineludible para cualquier americano del siglo XIX, y probablemente del XX y el XXI. Y creo que tocamos aquí un problema clave de la historia de la lectura en América Latina, que podría traducirse en un par de interrogantes todavía vigentes: ¿cómo se enfrenta un americano a los clásicos universales? ¿qué relación establecen los lectores y los autores que provienen de una nación joven y una literatura en formación, cuando quieren acceder a las culturas y los ámbitos ya consagrados?

Sarmiento reflexiona constantemente al respecto, ya sea desde su posición de escritor o de lector. Y ofrece algunas respuestas en las páginas de su autobiografía, titulada *Recuerdos de provincia* y publicada en 1851, cuando todavía está en el exilio. Allí bosqueja su perfil quizá más impactante o, al menos, uno de los que ha resultado más perdurable a lo largo del tiempo: la imagen del autodidacta, el *lector que se formó a sí mismo* en una casa sin bibliotecas y sin libros, en una provincia sin escuelas ni maestros prestigiosos. *Solo*, recalca

Sarmiento, buscando y rebuscando en las bibliotecas de amigos y conocidos libros para educarse:

“Pero debe haber libros, me decía yo, que traten especialmente de estas cosas, que las enseñen a los niños; y entendiendo bien lo que se lee, puede uno aprenderlas sin necesidad de maestros; y yo me lancé enseguida en busca de esos libros, y en aquella remota provincia, en aquella hora de tomada mi resolución, encontré lo que buscaba, tal como lo había concebido, preparado por patriotas, que querían bien a la América y que desde Londres habían sentido esta necesidad de la América del Sud, de educarse...”⁴

Así llegó Sarmiento a toparse con los famosos catecismos de Ackerman, donde aprendió sobre historia, geografía, política e ideas, gracias a la “mediación” de aquéllos buenos europeos que pensaron cómo educar a los americanos. Pero también por esa época, nos cuenta Sarmiento en otros apartados, tuvo la suerte de encontrarse con uno de sus libros de cabecera: la *Vida de Franklin*, con la que se sintió plenamente identificado. Y también con un amplio repertorio de títulos en otros idiomas: por ejemplo los doce volúmenes en francés de las *Memorias* de Josefina, y después los sesenta tomos en inglés de las novelas de Walter Scott, en las que se sumergió exultante durante una corta temporada. Noche tras noche, bajo la luz de la vela y munido de una gramática y un diccionario inglés porque, según declara este lector, para entonces no sabía una palabra de inglés ni de francés: “la vela se extinguía a las dos de la mañana, y cuando la lectura me apasionaba me pasaba tres días sentado registrando el diccionario (...)”⁵, nos cuenta en plena autoconfiguración de su faceta intelectual, mientras remata el fragmento con esta declaración un tanto inverosímil: “traduje a volumen por día los sesenta de la colección completa de novelas de Walter Scott, y otras muchas obras...”.

¿Habría que creerle a Sarmiento que el anhelo de saber y conocer lo llevó efectivamente a leer cada una de las páginas de todos esos libros de las bibliotecas que salían a su paso? ¿O Sarmiento compone el recuerdo con el

⁴ Sarmiento, Domingo F., *Recuerdos de provincia*, Buenos Aires, Kapeluz, 1966, 211.

⁵ *Ibid*, p. 217.

imaginario del deseo: del *lector que quiere ser, y parecer* ante los ojos de su público? La verdad es que poco importa, a los efectos de nuestro análisis, si Sarmiento leyó o no completos todos esos libros, si devoró bibliotecas hasta agotar línea tras línea el stock de los autores y los títulos que debían forjar al público promedio culto de la época. Lo que importa es que esa serie de anécdotas que revelan a un lector apasionado y “codicioso” (quiero decir: romántico e ilustrado a la vez, tan bien predispuesto para ejercitar la lectura intensiva como la extensiva) bosqueja zonas pregnantas de su autobiografía, y resultan inolvidables para cualquier lector/a que haya pasado algunas vez por las páginas de *Recuerdos...*

Por cierto, la crítica literaria argentina ha reparado en esto y ha interpretado esas escenas desde perspectivas disímiles, recalando, entre otras cosas, *en la manera* como Sarmiento se enfrenta a esos libros, en el *uso* que hace de esas bibliotecas atestadas de autores europeos y de obras escritas en otros idiomas. Silvia Molloy, por ejemplo, reconoce en Sarmiento una *pose*: la del “lector con el libro en la mano”; se trata de una pose que, según ella, lo caracteriza no sólo a él sino a la mayoría de los autobiógrafos latinoamericanos que, puestos a escribir su historia de vida, eligen siempre una anécdota que juzgan decisiva para el devenir de su vocación pública: el momento de la iniciación en la lectura que, por lo general, remite a un libro o un autor que los ha marcado para siempre.⁶ Este sería el común denominador de la gran mayoría de las autobiografías latinoamericanas, según Molloy, pero además ella agrega que lo singular en Sarmiento es el modo como se lleva a cabo la lectura de los libros escritos en otro idioma: Sarmiento traduce “como puede”, también “como quiere”, *a su manera*, esto es, haciendo una lectura “desviada” del original, que redundaba en provecho propio o más precisamente en favor de su estilo personal.

En la misma línea, aunque poniendo énfasis en otros aspectos relativos al lector o al escritor que es Sarmiento han trabajado también otros críticos contemporáneos. La perspectiva más provocadora al respecto es la que planteó Ricardo Piglia en un trabajo ya clásico: “Notas sobre Facundo”, donde sostiene

⁶ Molloy, Sylvia, *Acto de presencia. La escritura autobiográfica en Hispanoamérica*, México, Fondo de Cultura Económica, 1996. Edición original en inglés: *At face value: autobiographical writing in spanish america*, Cambridge University Press, Cambridge y Nueva York, 1991.

que Sarmiento hace un “uso salvaje de la cultura europea”⁷: porque esa manera suya de leer -precipitada, ávida y rapaz- dio por resultado un aprendizaje poco riguroso, desaliñado, que redundaba en citas erradas y referencias incorrectas en el seno de su propia literatura (algo que han señalado muchos otros lectores de la obra de Sarmiento, por cierto, desde los contemporáneos del escritor hasta los críticos actuales). Es bien sabido que Sarmiento confunde con facilidad títulos, autores, incluso tramas o episodios históricos o literarios: puede atribuir un episodio de Macbeth a Hamlet, o una frase de Fortuyl a Diderot y volverla célebre, entre otras cosas, por las implicancias del equivoco. Con todo, puede decirse que éstos errores lo tuvieron a Sarmiento sin cuidado y en cierto modo también a la crítica, que lo reconoció finalmente como un lector y un escritor original, de carácter “americano” (tal como él se lo había propuesto y había reflexionado sobre ello por ejemplo en la Introducción a los *Viajes*), en función precisamente de esas características que le son tan peculiares y en las que ha reparado la crítica. El propio Jorge Luis Borges, en un prólogo que escribió a *Recuerdos de provincia* en el año 1943 (para la editorial Eudeba), lo incluye a Sarmiento en la vertiente de los “escritores universales”, cuya prosa podría ser “corregible” (a diferencia de los que son “estilísticamente perfectos”) pero que es dueño de una retórica o un estilo tan “eficaz” y personal, que le valió un lugar entre los clásicos.⁸

Me interesan todas estas perspectivas y si las traigo a cuento no es para sumar ahora, con la mía, más adeptos a la consagración de Sarmiento escritor sino porque creo que tanto su literatura como las reflexiones críticas que ella suscitó en diversas épocas, y que en definitiva giran en torno a las *maneras de leer y escribir* en América, abren un flanco ideal para visualizar una de las marcas fundacionales (y todavía vigentes) de la historia de la lectura y la escritura en Argentina y en América Latina: me refiero a la relación siempre tensa, aunque productiva, de los letrados americanos frente a la biblioteca europea. Una relación que va de la admiración al rechazo, de la fascinación a la ruptura, que delinea una posición no reverencial y a menudo desacralizadora entre una cultura central (entendida como “universal”) y otra marginal o emergente,

⁷ Ricardo Piglia, “Notas sobre Facundo”, en Punto de vista, Buenos Aires, III, mayo-junio, 1980.

⁸ Jorge Luis Borges, “Prólogo” a *Recuerdos de provincia*, Emecé, Buenos Aires, 1943.

siempre en busca de una *identidad* propia para la cultura nacional. Y siempre en competencia. Sarmiento simplemente dramatiza esta tensión, esa ambivalencia, esa puja que otros escritores y críticos argentinos del siglo XIX y del XX retomarán a su modo, según los imperativos o las preocupaciones de su época, según las prerrogativas de los géneros o los campos disciplinares desde los cuales observan o en los que se inscribe su intervención, y que es, según entiendo, definitivamente una marca o un hito que interesa especialmente a la historia de la lectura. A los modos como esa historia se va configurando a nivel local, regional, latinoamericano. Y, por ende, a lo que la singulariza en el contexto mundial.

Lectores

Ahora bien, hay que decir por otra parte que resulta cuanto menos paradójico que ese lector tan osado y personal, tan libre ante las bibliotecas y los autores consagrados del mundo sea el mismo que estableció la ya célebre dicotomía *civilización/ barbarie*, donde el primero de los términos aparece asociado a la ciudad, los letrados y la cultura europea, mientras que la “barbarie” remite al ámbito de la campaña y sus habitantes: indios y gauchos iletrados, que en el esquema sarmientino representan la cultura oral y el atraso. Sin embargo, basta correrse algunos pasos de la obra de Sarmiento y entrar a hilar más fino en la literatura del siglo XIX (y del XX) para encontrarnos con *lectores, libros y bibliotecas también en la pampa*. Se trata de lectores que hacen su propio uso de los libros o los textos que llegan a sus manos: leen no sólo de manera personal sino en situaciones y condiciones peculiares, ante públicos diversos a los de la ciudad. Muestran un revés de trama por demás interesante respecto de la escena del lector culto ante la biblioteca repleta de clásicos mundiales o europeos. Un ejemplo muy elocuente lo encontramos en un libro de Estanislao Zvallos titulado *Callvucurá. La dinastía de los piedra*: en sus páginas el autor estampa el perfil de un personaje verdaderamente fascinante de las pampas argentinas. Se trata de Manuel Baigorria, caudillo que participó en la lucha de facciones combatiendo a favor de diversos líderes políticos (: Urquiza, Mitre por ejemplo) y se valió para armar sus montoneras de las fuerzas indígenas que le

eran aliadas. Baigorria es un *típico sujeto de fronteras* que adopta los rasgos de las dos culturas por las que transita: un fronterizo, un híbrido cultural que no sólo lee y escribe cuando habita entre los indios (y de hecho se vale de la escritura para llevar a cabo su *mettier*) sino que llega a tener biblioteca propia en medio de las *tolderías ranqueles*, auxiliado por las dádivas de los indígenas. Vale la pena recuperar aunque sea rápidamente el memorable retrato que acuñó de él Estanislao Zevallos y que dice así:

“(Baigorria) no era sanguinario, ni codicioso, ni ladrón. Era capitán caballeresco de la horda salvaje y su botín consistía siempre en potros, libros y diarios. Coleccionaba especialmente libros en su casa, y como era querido de los indios, después de cada invasión, en que habían saqueado pueblos o estancias, le llevaban regalos de abundantes impresos como cariñoso agasajo. En 1880 he oído recordar en Belgrano, al general Saá, el embrión de biblioteca que conoció en la casa de Baigorria entre los *rancules*. Tenía un ejemplar con falta de hojas del *Facundo* de Sarmiento, que era su lectura favorita y lo apasionaba, como que se refería a la guerra en que él había actuado contra Quiroga. Este libro, según decía Baigorria a Saá, le había sido regalado por un capitanejo que saqueó una galera en la villa de Achiras. Baigorria se había hecho construir un rancho de barro y paja, en sitio lejano de la *toldería* de Painé; cultivaba allí a solas sus instintos civilizados y consagraba sobre todo un especial interés a los diarios que lo imponían de la política argentina”.⁹

Resulta sin dudas atrapante esta imagen de un lector perdido en las pampas... que no sólo puede darse el lujo de tener allí su propio archivo (¿el archivo de la barbarie?) sino que cuenta para ello con las diligencias de la *indiada*, que para complacerlo incluye en su botín libros y periódicos, cada vez que un malón vuelve de un asalto a las ciudades que están detrás de la frontera. Sin dudas, Sarmiento se hubiera visto complacido al comprobar, como tanto le gustaba imaginarlo, que el *Facundo* circulaba y era leído en cada recodo de su patria: que andaba entre las manos de los aliados y los enemigos, que se leía en la ciudad, en la campaña y hasta en las *tolderías*.

⁹ Estanislao Zevallos, *Callvucurá y la dinastía de los Piedra*, Buenos Aires, CEAL, 1981, p. 73.

No hace mucho Ricardo Piglia evocó en uno de sus libros la figura de Baigorria: lo imaginó como “el último lector” -fórmula que da título a la obra. Lo hizo seguramente atraído por el magnetismo de este sujeto en cierto modo extraordinario. Pero lo cierto es que en la historia y en la literatura argentina Baigorria está bien lejos de ser el último, y aún el *único* lector en el desierto y entre la indiada. Por el contrario, existieron muchos otros lectores, e incluso escritores que deambularon por las pampas, yendo y viniendo a un lado y al otro de la frontera, sumergiéndose tierra adentro y ejercitando allí mismo esos saberes que habían sido adquiridos en la ciudad. Pienso en personas y personajes; figuras de la vida real que son recuperados de tanto en tanto por la literatura: por ejemplo los lenguaraces e intérpretes, los indios legos, alfabetizados, los viajeros y letrados que se internan tierra adentro munidos de libros y papeles, a veces incluso de una imprenta móvil, si es que cruzan las pampas porque van a dar batalla contra algún adversario. Y este último es el caso, una vez más, de Sarmiento, que en *Campaña en el Ejército Grande* se retrató a sí mismo escribiendo y editando los boletines que anoticiaban y alentaban a las tropas del Gral. Urquiza, mientras ésta marchaba hacia Buenos Aires con el objetivo de derrocar el gobierno de Rosas.

O también podemos mentar a otro de los buenos escritores argentinos del XIX: Lucio Mansilla, que cuando en los años 70 se instala en Río Cuarto, frontera de la provincia de Córdoba, con el propósito de extender la línea divisoria que separa el territorio blanco de las tierras pobladas por los indígenas, monta allí mismo un exquisito escritorio de campaña que no tiene casi nada que envidiar a los recursos con los que cuenta en la ciudad. Sirve de ejemplo esta corta e ilustrativa caracterización que dejó un amigo suyo, viajero también él y de paso por el Río Cuarto, cuando lo visitó en la frontera de Córdoba:

“lo encontré (a Mansilla) afectuoso, bien puesto, bien plantado, quemado por el sol, con la piel curtida por el aire del desierto. Las mesas de su oficina, cubiertas de libros y de planos, y dos escribientes que pluma en mano esperaban órdenes, me hicieron comprender que mi colega

de redacción en diario que no circulaba a fuer de sensato, estaba en plena actividad".¹⁰

Como vemos, a través de Mansilla, Santiago Estrada comprueba y nos recuerda que en el siglo XIX la frontera no es sólo un ámbito propicio para las guardias militares, las tropas, la soldadesca. Allí suelen hacerse presente también los escribientes, letrados y secretarios, y pueden encontrarse entre ellos todos los utensilios que permiten ejercitar la lectura y la escritura, necesarias para mantener las comunicaciones con la ciudad y con el interior, con los superiores y con los subordinados. Por lo demás, el propio Mansilla se sorprendería a sí mismo (y a los lectores de su tiempo) al adentrarse en tierra de los ranqueles y comprobar, en la primera parada que hacía tierra adentro, que el Cacique Mariano Rosas (ahijado de Juan Manuel) no solamente sabía leer sino que guardaba en su rancho un archivo repleto de periódicos y recortes periodísticos. Le servían para estar al corriente de las decisiones que se tomaban por entonces en la ciudad, evitando así que los blancos pudieran embaucarlo a la hora de firmar con ellos tratados o alianzas.

Sabemos hoy que ese caso no es excepcional sino que otros varios caciques o hijos de caciques eran enviados por entonces a la ciudad para alfabetizarse, estudiar y volver bien preparados a su comunidad, a defender a los suyos. Eso mismo sucede, precisamente, con el hijo del cacique Callvucurá, enviado a estudiar letras a la Escuela de Larguía (y después con Urquiza). Y con el hijo segundo del cacique Raihué, de la nación picunche, que fue solicitado por Aldao para educarse a su lado "y que sirviera de regüel".¹¹ Y sucede también con Ramón Cañué-pong, hijo de otro cacique que se educó en la ciudad, hizo carrera militar, se convirtió con los años en un "excelente gramático" y en propietario de una exquisita biblioteca, y decidió quedarse a vivir entre los blancos.

Por lo demás, otros textos y autores de la literatura argentina ofrecen noticias sobre más lectores que deambularon por las pampas y muchos por tierras de los ranqueles. Me interesa por fin detenerme en uno que encarna una

¹⁰ Santiago Estrada, *Viajes del Plata a los Andes del mar Pacífico al mar Atlántico*, Barcelona, Imprenta de Henrich y Ca en Comandita, 1889, tomo I, pp. 94- 97.

¹¹ Santiago Avendaño, *Memorias del ex cautivo Santiago Avendaño (1834-1874)*, recopilación de P. Meinrado Hux, Buenos Aires, El Elefante Blanco, 2004, p. 100.

figura original del paisaje americano: el “cautivo letrado”. Bajo esta denominación se conoce al hombre blanco capturado por un malón, que resulta por azar un sujeto alfabetizado. En *Ranqueles*, Mansilla hace referencia a Macías y Avelino. Pero también es el caso de Santiago Avendaño, que llegó a escribir sus *Memorias*, donde cuenta que siendo niño fue capturado por los ranqueles (a los ocho años) y que vivió entre ellos hasta los 12 o 13 cuando logró fugarse. Mientras estuvo cautivo se convirtió para la tribu en una suerte de “prodigio” que ejerció sobre la indiada un verdadero magnetismo, debido a la admiración que causaba entre ellos un blanco que siendo tan niño había adquirido ya la destreza de la lectura. Cuenta Avendaño que el indio que era su “dueño” lo cuidaba con esmero, lo quería como a un hijo y se sentía poseedor de un “tesoro” maravilloso que enaltecía su toldo y era la envidia de los vecinos. En las *Memorias* que compone cuando ya es un adulto, Avendaño describe el magnífico “espectáculo” que él protagonizaba a diario, cuando los indios acudían con regalos a verlo y a oírlo leer. Vale la pena recordar el relato que hace el propio Avendaño:

“Ellos creían ver un prodigio cuando me veían leer con tanta soltura, pues para mi edad, según los indios, esto era mucho saber. (...) Por este motivo el primero que quiso examinar mis cualidades fue el Coronel Baigorria, que había hablado aún poco conmigo, pero mucho con el indio que me tenía en casa. (...) Desde veinte leguas y algo más acudían indios trayendo regalos de mantas, unos, de prendas de plata, otros, para hacernos con ellos presentes y tener motivo de tomar relación con mi padre adoptivo. Después de los primeros cumplidos, el huésped solicitaba ver al *pichí güncá* (cristianito) que “hablaba con el papel”. Esto daba ocasión a que se me llamase, a veces, aun del campo, para que viniese a leer. Me hacían sentar al lado de la visita. En algunas de esas ocasiones me acordaba de mi familia y de cuando se me enseñaba en mi casa. Y este doloroso recuerdo me inundaba los ojos de lágrimas. Leía con voz estentórea, hasta que mi indio, conmovido también, me mandaba cesar la lectura. El indio (Caniú) que me poseía se creía poseedor de una criatura de mucha importancia, porque se destacaba por su despejo, memoria y claridad en la expresión. Era una excepción entre los demás cautivos.”¹²

¹² Ibid, p. 163.

El *cautivo letrado* bosqueja quizá una de las figuras más originales de la historia de la lectura en América Latina. Si resulta un “espectáculo” es porque su condición, como explica Avendaño, es doblemente extraordinaria: sabe algo que no es tan común para su edad, y lo ejercita en un lugar que no es el habitual. Pero, además, porque ya sea desde la perspectiva de la época como desde la nuestra, el cautivo letrado encarna, lo mismo que el fronterizo, una suerte de híbrido cultural que asume las diferencias y las posibles aproximaciones, a veces violentas, entre las dos culturas (por cierto, el cautivo es producto de esa violencia). De hecho, es magnífico el modo en que los indios nombran lo que hace el cautivo: ellos decía que el niño “habla con el papel”, cuenta Avendaño. La descripción reposa en lo literal: el cautivo *habla lo que tiene entre las manos: habla con el papel*. No existe un verbo para señalar la acción que lleva a cabo el sujeto, porque ella no es propia de la cultura que la nombra. Y sin embargo, la acción se practica allí mismo, entre otros: es decir tierra adentro, en las tolderías, entre esos indios devenidos en *público*, que pagan con obsequios por ver una escena que les gusta contemplar. Y de paso, nótese el desplazamiento de los verbos en cuestión: se dice que el cautivo *habla* el texto, mientras que los indios *contemplan* la lectura (en lugar de escucharla).

No cabe dudas de que la escena es potente. Y de que el cautivo letrado sitúa un punto o una imagen extrema de las variables y las problemáticas que adopta la lectura en la Argentina del siglo XIX y también en el XX. Por eso esta figuración regresa, aunque sea ocasionalmente, en la narrativa contemporánea. Así como vuelven a hacerse presente otra suerte de lectores o escritores en la literatura argentina: personajes de un mundo moderno que revisitan la pampa decimonónica para indagar, cuestionar, parodiar o confirmar la perspectiva de los escritores del pasado. Pienso concretamente en algunas novelas de César Aira: como es el caso de *La liebre* (o también podríamos citar *Ema la cautiva* o *Entre indios*), en la que un viajero letrado que transita por la pampa mantiene largos diálogos con un gaucho alfabetizado o se ve envuelto en delirantes conversaciones filosóficas con indios tan sofisticados que no parecen estar al margen de los grandes debates sobre la vida, la muerte o el amor, asuntos que ocupan y preocupan a los hombres cultos. O pienso también en una novela

como *Los cautivos* de Martín Kohan, que recrea la escena imaginaria del poeta romántico Esteban Echeverría (autor de *La cautiva* y *El matadero*), encerrado en una casa escribiendo mientras los gauchos, desde afuera y a la distancia, contemplan azorados ese ritual que mantiene al escritor separado de sus quehaceres letrados. Y pienso finalmente en *El entonado* de Juan José Saer, que cuenta la historia de un cautivo que llega a vivir casi diez años entre una tribu de caníbales, y se convierte en “testigo” de su historia y sus rituales. El cautivo de Saer no es un lector, no lee cuando está entre los indios ni ejercita junto a ellos ninguna proeza letrada. Pero al volver a su lugar de origen (el cautivo es aquí un europeo; la historia está ambientada en tiempos de la conquista de América) descubre por qué los caníbales lo han mantenido con vida durante tanto tiempo. El narrador lo explica así: “de mí esperaban que duplicara, como el agua, la imagen que daban de sí mismos, que repitiera sus gestos y palabras, que los representara en su ausencia, (...) querían que de su pasaje por ese espejismo material quedase un testigo y un sobreviviente que fuese, ante el mundo, su narrador”.¹³

Me interesó delinear este sucinto recorrido por textos y ficciones del pasado que dialogan con otros más cercanos al presente, verificando que la figura del cautivo letrado sitúa la imagen más polarizada (y por eso mismo muy potente) de una serie mucho más vasta de lectores y escritores que, como ya señalamos, deambularon o transitan aún por la pampa en la vida real y en la literatura. Todos ellos conforman una suerte de arqueología literaria que considero valiosa y que completa, a la vez que complejiza, el mapa más conocido de los lectores urbanos. Así como de las problemáticas que éstos bosquejan en la cultura argentina y latinoamericana, en sus intercambios con el contexto europeo y occidental. En definitiva, si las historias de la lectura y la escritura se ligan a menudo con representaciones o reflexiones acerca de las identidades, abriendo a veces el juego de las competencias, tal como hemos tratado de poner en evidencia, hay que tener presente que esas cuestiones no se agotan o no se dirimen tan sólo en la órbita de los circuitos o los vínculos transnacionales sino que afloran también en las intersecciones regionales y hacia el interior de la

¹³ Juan José Saer, *El entonado*, Buenos Aires, Alianza, 1991, p. 134. Para un estudio sobre el tema, puede consultarse Loreley El Jaber, “Cuando el pasado vuelve. Un viaje a la colonia en pleno siglo XX”.

propia cultura. En este sentido, la gran metáfora decimonónica que estableció la dicotomía entre civilización y barbarie –acuñada por los románticos para pensar los conflictos nacionales pero también muy cara para definir las relaciones entre América y Europa- resulta una cifra, una matriz de entrada a la cultura argentina que la historia de la lectura y la autoría en América Latina puede ayudar a desmontar.

En Argentina hay todavía mucho que hacer y decir en relación con la historia de la lectura. Quisiera finalizar con un rápido bosquejo del estado actual de los estudios sobre el tema. Hace poco menos de dos décadas que se han comenzado a desarrollar nuevos trabajos sobre el libro, la lectura y la edición, desde una perspectiva moderna. En buena medida ellos fueron impulsados por la presencia de Roger Chartier en la Argentina a fines de la década de 1990: sus cursos y seminarios, sus intervenciones en jurados y tesis doctorales inspiraron nuevos estudios y abrieron nuevas líneas de investigación individual y en equipo. Alentaron, tanto como su obra, el debate historiográfico y la puesta al día de una bibliografía mundial sobre el tema que empezó a propagarse y encontrar nuevos canales de difusión y circulación local en ámbitos académicos y editoriales. Entre éstos últimos podemos mencionar la aparición de una revista como *Páginas de Guarda* (2006, bajo la dirección de María Marta García Negroni y la empeñosa coordinación de Ana Mosqueda y Andrea Estrada), que abrió paso después a la creación de Editoras del Calderón y más recientemente a Ampersand (lanzada recientemente en Buenos Aires con la publicación de un nuevo título de Jean Yves- Mollier).

Por lo demás, la historia del libro y la edición en la Argentina encuentra sus prolegómenos, a veces olvidados, a mediados del siglo XX, cuando estudiosos provenientes del campo de la bibliotecología, como Guillermo Furlong, José Torre Ravello, más tarde Sazbor Riera y Daisy Rípodaz Ardanaz dieron los primeros pasos en el área, realizando un próspero trabajo de archivos que todavía sigue siendo relevante para el área de los estudios coloniales, particularmente. Alejandro Parada, que realizó la primera tesis doctoral en el campo de la bibliotecología hace pocos años y es autor de varios libros sobre el

tema, es un continuador de ese legado.¹⁴ Provenientes de otras disciplinas, son también referentes por su labor personal y porque están al frente de equipos o programas de investigación un conjunto de especialistas argentinos: Gustavo Sorá (del campo de la antropología), José Luis de Diego (organizador, en 2013, del I Coloquio Argentino de Estudios sobre el Libro y la Edición), Leandro de Sagastizábal (actual editor de Capital Intelectual y autor de *Diseñar una nación. Un estudio sobre la edición en la Argentina del siglo XIX*), también Horacio Tarcus (historiador del Cedinsi, que organizó en ese centro un importante archivo y biblioteca sobre historia de la izquierda en la Argentina), y varios colegas en el campo de la historia del arte: Laura Malosetti, Sandra Szir, Marcela Gené; y en el ámbito de la historia de la educación Hector Rubén Cucuzza y Roberta Paula Spregelburd.¹⁵ Por último, no puedo dejar de hacer una mención especial a los aportes provenientes del área de literatura y crítica literaria, que es el ámbito en el que se inscriben mis propias investigaciones: por un lado, hacia atrás, contamos con los trabajos pioneros de Jorge Rivera, Beatriz Sarlo y Adolfo Prieto, que han estudiado aspectos vinculados al público, la lectura, la circulación de libros e impresos en la Argentina del siglo XIX y comienzos del XX (me refiero sobre todo a dos títulos que son ya clásicos de la crítica: *El imperio de los sentimientos*, de B. Sarlo, y *El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna*, de A. Prieto)¹⁶. Más recientemente contamos con diversas contribuciones sobre el mundo de la lectura y la edición, la circulación de libros y autores. Destaco entre ellos, por una parte, los trabajos de Alejandra Laera, con quien desarrollo algunas investigaciones grupales desde hace años. Y vuelvo a poner de relieve el aporte el aporte de José Luis de Diego, que en 2006 compiló el libro *Editores y políticas editoriales en Argentina (1880-2000)*, con el que abrió

¹⁴ Alejandro Parada es autor, entre otros, de *Los orígenes de la biblioteca pública de Buenos Aires. Antecedentes, prácticas, gestión y pensamiento bibliotecario durante la Revolución de Mayo (1810-1826)*, Buenos Aires, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2010.

¹⁵ Leandro de Sagastizábal, *Diseñar una nación. Un estudio sobre la edición en la Argentina del siglo XIX* Buenos Aires, Norma, 2002. Rubén Cucuzza y Roberta Spregelburd (dir.), *Historia de la lectura y la escritura en la Argentina. Del catecismo colonial a las netsbooks estatales*, Buenos Aires, editoras del Calderón, 2012.

¹⁶ Beatriz Sarlo, *El imperio de los sentimientos. Narraciones de circulación periódica (1917, 1927)*, Buenos Aires, Norma. Adolfo Prieto, *El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna*, Buenos Aires, Sudamericana.

una senda a los nuevos estudios sobre edición en Argentina¹⁷. También hay que destacar la labor de otros colegas de la Universidad Nacional de La Plata: Fabio Espósito, Geraldine Rogers, Sergio Pastormerlo, Hernán Pas, Valeria Añón, Verónica Delgado, Javier Planas, que han hecho y siguen haciendo aportes valiosos a nuestro campo de estudio.¹⁸ Por último, preferí dejar para el final de esta disertación, deliberadamente, la mención al trabajo –yo diría que también pionero- de Susana Zanetti, autora de *La dorada garra de la lectura. Lectores y lecturas en América Latina* y de *La lectura en América Latina*, también coordinadora de un *dossier* sobre el tema en la revista *Orbis Tertius* de la Universidad de La Plata, uno de los lugares donde dictó cátedra y seminarios sobre nuestra especialidad. A su pasión por la literatura latinoamericana, y a su apasionado interés por los estudios sobre la lectura, que llevó a cabo durante los últimos lustros de su vida, quiero dedicar esta presentación. Sé que entre los organizadores del coloquio SHARP en Niteroy hay varias personas que llegaron a conocerla y a quererla en su faceta no sólo académico profesional sino personal. Son esas dos facetas las que conforman la talla de los intelectuales que más apreciamos y que merecen ser recordados a lo largo de la vida y del tiempo.

¹⁷ José Luis de Diego, *Editores y políticas editoriales en Argentina*, Buenos Aires, Fondo de cultura económica, 2006.

¹⁸ Fabio Espósito, *La emergencia de la novela en la Argentina. La prensa, los lectores y la ciudad (1880-1990)*, La Plata, Ediciones Al Margen, 2009; Geraldine Rogers, *Caras y caretas. Cultura, política y espectáculos en los inicios del siglo XIX argentino*, La Plata, Edulp, 2008; Sergio Pastormerlo, “El surgimiento de un mercado editorial”, en *Editores y políticas editoriales...*; Valeria Añón, *La palabra despierta. Tramas de la identidad y usos del pasado en Crónicas de la Conquista de México*, Buenos Aires, Corregidor, 2012.

Vida associativa, ócio regrado

e leitura na Sociedade Germânia do Rio de Janeiro, 1826-1889

NELSON SCHAPOCHNIK¹

A biblioteca associativa da *Gesellschaft Germania* (Sociedade Germânia) foi a primeira deste gênero instalada nestas terras. Sua implantação foi incentivada por comerciantes estrangeiros que se reuniam no bar e restaurante alemão de von Wülfling para conversas informais que gravitavam sobre comércio e política, entremeadas por “schnaps”, tabaco e acepipes que também eram apreciados pelos moradores do Palácio de São Cristóvão.

Num destes encontros regulares, com dias e horários fixos, vislumbrou-se a possibilidade de se institucionalizar um espaço para o lazer, cabendo ao vice-cônsul holandês, Carl Hindricks, e aos comerciantes austríacos Franz e Joseph Scheiner a redação da minuta do futuro estatuto (*Gesetze*) da sociedade. O documento foi redigido numa folha de papel de carta e grafado com uma pena

¹ Professor da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

de ganso. Em meio alguns borrões, destacava-se uma caligrafia que mesclava letras latinas e germânicas, fixando o anexo do bar do Sr. Wölflin (Rua dos Ourives, 109) como o local onde seria instalada a sociedade recreativa².

Nas “considerandas”, isto é, na parte do documento onde se destacavam as razões pelas quais se estabelecia o estatuto, os subscritores ponderavam que a política liberal de D. João VI em relação aos estrangeiros residentes no Brasil não seria um obstáculo para a instalação de um clube fechado que favoreceria os laços de solidariedade e alento entre a comunidade estrangeira radicada na corte. O esboço do estatuto estabelecia uma joia de 12\$800 réis e uma contribuição anual de 24\$ réis por sócio, sendo que, deste montante, 200\$ réis seriam destinados à aquisição do mobiliário. Prescrevia, ainda, a instalação de uma biblioteca.

De acordo com Hinden, os altos valores estipulados para a joia e a anuidade foram objeto de críticas por parte de alguns dos presentes, no entanto, eles foram voto vencido. Apesar de elevada, a contribuição não só foi aprovada, como se tornou um elemento restritivo que conferia ao Germânia uma aura de “sociedade de gente abastada”³. O documento foi subscrito por 30 pessoas, das quais 19 eram alemães, 3 austríacos, 2 holandeses, 2 belgas, 2 suíços, 1 dinamarquês e 1 escocês. Dentre os primeiros fundadores da Sociedade Germânia, destacavam-se membros das legações estrangeiras (o Cônsul da Prússia, Wilhelm von Theremin, e o vice-cônsul holandês, Carl Hindricks), proprietários de estabelecimentos comerciais e dois fazendeiros.

Alguns anos mais tarde, o viajante Ernest Ebel deixou registrada sua presença nos festejos de inauguração da nova sede do Germânia, nos seguintes termos:

É a única do gênero no Rio, tanto mais necessária quanto é grande a carência de círculos sociais condignos. O local consiste numa sala de bilhar e noutras de jogos, jantar e leitura. Fica à rua Direita, por um lado fazendo frente ao

² O documento encontra-se transcrito no livro de HINDEN, H. *Deutsche und Deutscher Handel in Rio de Janeiro. Ein hundertjähriges Kulturbild zur zentenar feier der Gesellschaft Germania*. p.36-39. Todas as informações sobre a Sociedade Germânia, salvo as indicadas em contrário, foram extraídas desta obra.

³ Cf. HINDEN, H. *ob. cit.* p.35.

mar, de modo que será possível conservá-las frescas. Cinquenta é o número de sócios novos, podendo ser admitidos mediante balotagem, assim como estrangeiros. Geralmente as reuniões são à noite, para jogar cartas ou matar o tempo em torno do bilhar. Como leitura, só se conta com os jornais brasileiros e uns quantos livros alemães antiquados.⁴

Diante das restritas opções de lazer oferecidas aos estrangeiros, o estabelecimento da Sociedade Germânia parecia ser extremamente positivo, pois proporcionava um contraponto às mazelas do mundo do trabalho. Para comerciantes ávidos em fazer fortuna, mercenários e oficiais militares remanescentes do batalhão arregimentado por El-Rei e artesãos oriundos de pequenos centros provincianos que buscavam fugir da pobreza, a frequência da Sociedade Germânia reforçava os laços identitários, corroborava uma sociabilidade masculina e, ainda, conferia um grau de distinção. A organização interna da instituição reiterava a busca de um espaço que propiciasse a convivialidade aliada ao ócio regrado pelos encontros noturnos, alternando a disposição de “matar o tempo” nas salas de carteados e bilhar ou de se refestelar na bebedeira e comilança. O tom entusiástico de Ebel, destacando inclusive o incremento significativo do número de sócios, sofre uma modulação quando se refere ao estado de indigência material da sala de leitura: uns poucos “livros alemães antiquados” e jornais brasileiros.

Vale lembrar, porém, que as razões para a aparente mesquinhez da sala de leitura podem ser buscadas nos estatutos aprovados na assembleia realizada em agosto de 1828. Embora o projeto inicial previsse a instalação de uma biblioteca, o documento deixa clara a disposição dos sócios do Germânia em organizar um espaço para a vida associativa, onde a leitura não ocupava um lugar de destaque. Ou melhor, a leitura de livros de instrução e de mera fruição. Parece que, mais preocupados com o imperativo do mercado e dos negócios que era o ganha-pão dos associados, os dirigentes procuraram assinar alguns jornais que aliavam informações sobre o câmbio, leilões, movimento dos navios e notícias do Velho Mundo, sem descuidar de prover o Germânia de alguns periódicos alemães,

⁴ EBEL, Ernest. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. p.118-9.

como o *Merkur* (“Mercúrio”), *Der Freymüthige* (“Livre Opinião”), *Zeitung für die elegant Welt* (“Jornal para o Mundo Elegante”), *Das Modenblatt* (“O Folheto da Moda”), *Die Abendzeitung* (“Jornal da Tarde”), *Der Gesellschafter* (“O Associado”), *Unterhaltungen* (“Discussões”) e *Land und Seereisen und Erheiterung* (“Viagens de terra e mar”)⁵. Além da dimensão mais pragmática ligada às atividades comerciais, muitos dos artigos publicados nos jornais alemães eram textos de leitura ligeira que promoviam uma moral útil à sociedade e, ao mesmo tempo, ao indivíduo. Divulgando uma “mensagem de virtude” sintonizada com os valores da burguesia, estes periódicos cobriam um grande leque temático, difundindo, a título de diversão, conteúdos frívolos e profanos⁶.

Obviamente, o traço que conferia um elo de pertença aos membros dessa “comunidade imaginária” era o domínio da língua alemã, em que pese a presença de sócios austríacos, belgas, suíços, escoceses e dinamarqueses. Esta habilidade foi considerada durante os primeiros anos da instituição como um pré-requisito para aceitação no quadro associativo. Todavia, ao ser formalizado o seu estatuto em 1828, o estabelecimento passou a “admitir individuos que não fallem o idioma Alemão...com tanto que seu número não exceda duas terças partes dos membros que fallão o dito idioma”⁷.

Portanto, se o domínio da língua alemã era um elemento discriminatório para participação na vida social, a disponibilidade de recursos financeiros era um critério excludente. Para honrar os compromissos com as despesas da instituição, especialmente arcar com os custos de uma sede própria, o valor da joia paga na admissão foi elevado para 18\$ réis, ficando mantida a assinatura mensal em 2\$ réis⁸. É bem verdade que gente embarcada e estrangeira poderia frequentar suas dependências desde que apresentados por um sócio, recebendo um passe válido por um mês, a partir do qual poderia ser estendido por mais três,

⁵ Idem, *ibidem*. p.64.

⁶ Sobre o papel destes periódicos na propagação de ideais burgueses e na modernização do comportamento do leitor, veja WITTMANN, Reinhard. “Existe uma revolução da leitura no final do século XVIII?”, in CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental* v.2. p.140-146.

⁷ AGCRJ Códice 39.4.4. *Estatuto da Sociedade Germânia* (09/07/1828). Título 1 Dos membros da Sociedade, art. II. A expressão “comunidade imaginária” foi cunhada por Benedict Anderson. Para uma análise do papel da língua impressa na conformação dessa “comunidade imaginária”, veja o cap.5 “Antigas línguas, novos modelos”, in *Nação e consciência nacional*. p.77-93.

⁸ Idem, Título 1 Dos membros da Sociedade, art. V e VI.

sendo cobrada uma taxa de 2\$ réis mensais. As restrições impostas aos não associados residentes no Rio de Janeiro eram maiores, pois somente eram admitidos na primeira quinta-feira de cada mês e na companhia de algum sócio⁹.

É curioso observar que embora o estatuto proibisse os jogos de azar, eram exatamente o carteadado e o bilhar as atividades recreativas mais concorridas. Tanto que a associação, na qualidade de uma “reunião privada particular”, tivera o cuidado de solicitar uma licença junto à Intendência Geral da Polícia para o funcionamento do bilhar, bem como de obter um alvará da Câmara Municipal isentando-a do pagamento de impostos sobre os jogos por se tratar de “um bilhar particular”¹⁰.

Embora não explicita o nome da Sociedade Germânia, o pastor americano Daniel Kidder teve sua atenção despertada, em meio a suas andanças pela corte imperial, por uma associação instalada no prédio “modernizado e embelezado” da Bolsa, ao lado da Alfândega, na rua Direita.

Há nele uma sala de leitura onde se encontram jornais do país e do estrangeiro, e o regulamento que a rege é idêntico ao de estabelecimentos semelhantes, em outras cidades. Sob o seu vasto pórtico os comerciantes de oito ou nove nacionalidades diferentes se reúnem diariamente para seu dedinho de prosa e para os negócios.¹¹

A imigração alemã para o Rio de Janeiro acentuara-se por volta de 1840. De acordo com Hinden, a média anual de imigrantes era de cerca de 1.000 pessoas, na sua maioria artesãos em busca de novas oportunidades. Todavia, é possível desvendar certas fissuras entre a comunidade germânica radicada nestas terras. Para além da diversidade da cidadania de origem dos membros da

⁹ Idem, Título 3 Dos estrangeiros introduzidos, art. II, III e VI.

¹⁰ AGCRJ - Códice 39.4.4. (Associação Germânia), p.9 (1832) e 21 (1841) que transcrevo: “Diz a Diretoria da Sociedade particular, denominada Germania, sita na rua do Ouvidor, nº 76, que tendo a mesma, além de huma sala de leitura, também hum Bilhar particular, o qual serve unicamente pelo recreio dos sócios, não tendo, entrada no local, pessoa nenhuma que não seja membro; o que a supplicante deseja que fosse retificado pelo respectivo Fiscal do quarteirão para que constando assim que este Bilhar como todo o local da Sociedade he particular, seja pois servida a Ilustríssima Câmara Municipal, de exonerar a Sociedade do pagamento de um imposto que se lhe quer impor como se fosse huma casa publica de jogo”.

¹¹ KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas Províncias do sul do Brasil*. p.65.

Gesellschaft Germânia (renanos, hanoverianos, hanseáticos, etc), Emílio Willens destacou ainda algumas peculiaridades deste grupo que remetem à sua profissionalização e a sua religiosidade, isto é, os comerciantes eram considerados ricos e agnósticos, enquanto que as novas levas de imigrantes seriam compostas no plano da inserção social, por indivíduos de classe média ou baixa, em termos de profissionalização a grande maioria era artífice e nas práticas religiosas, comungavam do credo luterano¹².

Não surpreende, portanto, o fato de que os membros mais abonados desta colônia tenham organizado a Sociedade Germânia e poucos anos depois, em 1827, a Comunidade Evangélica Alemã. Estas instituições não se mantiveram isoladas, pelo contrário, integravam uma rede, ampliada em 1844, com a implantação da Sociedade Alemã de Beneficência (*Deutscher Hilfsverein*) que auxiliava os imigrantes com menos recursos, com a criação em 1855 de uma escola paroquial protestante e, nos anos 60, com a criação da escola leiga particular (*Deutsche Schule*)¹³. Willens sublinha que se a implantação da Comunidade Evangélica Alemã esbarrava nas restrições impostas pelo culto oficial do catolicismo pelo Estado Imperial e na proibição da edificação de templos de qualquer outra tradição religiosa, maiores dificuldades verificaram-se na fundação da escola alemã em função do desinteresse dos associados da Germânia, que podiam arcar com os custos de professores particulares para os seus filhos¹⁴.

O cotejo entre os membros que formavam os quadros da diretoria da instituição e a listagem dos profissionais estrangeiros radicados na cidade do Rio de Janeiro, publicados no *Almanak Laemmert*, atesta a hegemonia dos comerciantes.

¹² WILLENS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. p.343.

¹³ Sobre a escola alemã, veja: *Deutsche Schule-Colégio Cruzeiro. Centenário 1862-1962*. Rio de Janeiro: Sociedade de Beneficência Humboldt, 1962.

¹⁴ WILLENS, Emílio. ob. cit., p.286.

Quadro 1

Lista da Diretoria da Sociedade Germânia (RJ)

ANO	DIRETOR	SECRETÁRIO	TESOUREIRO
1821	Carl Hindricks	Johann Weber	
1841	C.P. Ludwig Neumann	Heinrich J. Geiger	
1848	G.R.Albert	Heinrich J. Geiger	O. Malm
1849	W. Lübbers	Heinrich J. Geiger	W. Rehder
1850	Frederico Meyer		
1851	W. Lübbers	H.F. Eschels	B. Gläser
1853	F. Stumpfmeyer		Herrm. Tesdorpf
1855	Franz Schultz		Moritz Hess
1856	Guilherme Lübbers	Otto Köhler	Moritz Hess
1857	Ernesto Wolckmar	Moritz Hess	G.F.Holtst
1859	H.A. Koyemann	E. Ahrens	W. Nanke
1860	Christian Stockmeyer	Franz Beyer	Theodor Keumann
1861	Christian Stockmeyer	Herman Sibeth	
1862	H.F. Eschels	Thomaz Klett	A.G.Mosle
1863	F.W.Weber	E. Arhrens	Kramer
1864	H.A.Koyemann	Franz Beyer	Adolph Warnstorff
1866	A.Fürstenberg	G.Trinks	J.R.Dietiker
1868	F.W.Weber	Carl F.A.Grelle	R.Riechers
1869	F.W.Weber	Carl F.A.Grelle	W.Krah
1870	W. von Watter	H. Münch	H.Kellner
1871	J.A. Mutzenbecker	Carl F.A.Grelle	Herman Stoltz
1872	Johannes Wahncou	-	-
1874	H. Wolffsohn	-	-
1875	Johannes Wahncou	H. Ossenberg	P. Roth
1877	Hugo Hamann	Rudolf A. Zeits	Richard Sander
1879	Waldemar Krah	Gerhard Heur	Herman Hayn
1881	W.E. Weber	Hugo Röhm	C.I.Heins
1883	W.E. Weber	Herman J.Kröger	I.C.Lampe

1885	W.E. Weber	Herman J.Kröger	Otto Kelbe
1887	J. Georg Repsold	Charles Christern	C.A.Pohlmann
1889	Waldemar Krah	Adolph Meyer	S.Fränckel

Fontes: HINDEN, H. *Deutsche und Deutscher.*; *Almanak Laemmert 1849-1889.*

Apesar das lacunas, o quadro ilustra uma baixa rotatividade no cargo da presidência e a presença de alguns associados que eram co-proprietários de estabelecimentos comerciais ligados ao comércio de café (Hindricks, Wierss & Co.; Schimmelbusch, Christian Ten Brink & Co.; Wahncau & Sibeth; Stoltz & Roth). Segundo os dados obtidos no *Almanak Laemmert*, além dos proprietários de casas comerciais, o corpo dos associados era composto por alemães proprietários e empregados nas firmas de exportação e importação (Carl F.A.Grelle, Hugo Hamann), corretores da bolsa (Christian Stockmeyer), médicos (Avé-Lallemant), engenheiros (J. Georg Repsold), tipógrafos e livreiros (Eduard e Heinrich Laemmert), como também por alguns professores (Strütt, Winckler, E.Schmidt) que, com exceção de Tautphoeus, foram responsáveis pela escola paroquial mantida pela comunidade alemã.

A ampliação do círculo de associados acentuou-se a partir dos anos 40, conforme se verifica no quadro abaixo. E o interesse em fazer parte da instituição mobilizou elementos de origem não alemã, inclusive com a admissão de 2 brasileiros no período 1850-53, mais 6 entre 1854-63 e outros 3 entre 1864-70.

Quadro 2

Nº de associados, 1821- 1889

ANO	ASSOCIADOS
1821	30
1824	50

1825	72
1831	89
1841	104
1849	96
1853	93
1863	110
1883	94
1887	101
1889	85

Fonte: HINDEN, H. *ob. cit.*; *Almanak Laemmert* 1883-89.

No ano de 1850, Herman Burmeister também aludia, de modo lacônico, à existência de uma sociedade recreativa alemã. Conquanto informasse a transferência das instalações da Germânia para a rua da Fresca nº13 e ressaltasse a disponibilidade de uma biblioteca e de jornais, ele reproduzia informações de segunda mão, pois comenta: era “frequentada quase que só pelos solteiros e, como meus amigos mais chegados não eram sócios, nunca tive ocasião de visitá-la”¹⁵.

A itinerância da sede também ilustra o crescimento da instituição, seja pelo aumento do número de associados, seja pela instalação de uma modesta biblioteca que, de qualquer maneira, solicitava um espaço físico maior. Acrescente-se à fixação da Sociedade Germânia na rua Direita nº86, no período 1855-68, uma nova alteração nos dispositivos estatutários, aprovados na Assembleia Geral de 13 de agosto de 1860.

O primeiro artigo do novo estatuto reiterava os fins propostos para a instituição, isto é, “formar uma reunião para um entretenimento social excluído

15. BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil*. p.52-53.

tudo quanto possa tocar a negócios políticos”¹⁶. A menção ao banimento dos “negócios políticos” na associação parecia indicar, por um lado, uma exigência legal para o funcionamento, no Brasil, de um clube estrangeiro, que era classificado como “associação recreativa”, conforme praxe sublinhada pelos relatores do Conselho de Estado, órgão responsável pela aprovação do funcionamento das mais distintas formas de associação existentes no império. Por outro lado, este veto sugere que os associados não estavam alheios às candentes questões políticas que assolavam os destinos de suas comunidades de origem, especialmente o embate entre as ideias liberais e as soluções conservadoras, retemperadas pelo apelo mobilizador do nacionalismo. De certo, o recrudescimento das forças identificadas com a tradição conservadora levaram alguns jovens a imigrarem pelo fato de pertencerem às ligas democrático-liberais.

Ainda no âmbito das normas gerais que regulavam o funcionamento da Germânia, ressaltava-se a manutenção da língua alemã, que continuava a ser de uso obrigatório nas sessões, e aqueles sócios que não a dominassem deveriam explicitá-lo na proposta de admissão e estavam automaticamente impedidos de votar ou ocupar qualquer função na instituição¹⁷. Também foram majorados os valores para a joia paga pela admissão de um novo sócio (22\$ réis) e foi estipulada uma contribuição anual equivalente a importância de 40\$ réis¹⁸. De acordo com o artigo 22, a caixa da associação previa um fundo gerado “1) por 18\$000 da joia de cada socio, 2) por 32\$000 de contribuição annual de cada socio, 3) pelos rendimentos dos bilhetes para estrangeiros, 4) pela contribuição de gente de mar, 5) pelo rendimento do Bilhar, 6) pelo producto dos leilões dos jornaes e 7) pelo pagamento das multas”¹⁹. Obviamente, as atribuições de Presidente, Secretário e Tesoureiro foram mantidas e continuaram a ser cargos não remunerados, com a ressalva de que a recusa na aceitação destas funções teria como contrapartida um pagamento de 20\$ réis.

16. AN - Conselho de Estado/Consulta Pública (cx.528, pc.3, doc.42).

17 Idem, Artigos 2, 3 e 30 dos *Estatutos da Sociedade Allemã Germânia*.

18 Idem, Artigos 4 e 5.

19 Idem, Artigo 22.

Todavia, a grande novidade explicitada no novo estatuto era o funcionamento de uma biblioteca, cujo acervo se compunha de livros e jornais. Para tanto, a sociedade contratou um mordomo, cujas obrigações se atinham à “distribuição e escripturação dos livros”²⁰. A importância atribuída à biblioteca mereceu a formação de um fundo à parte daquele empregado na manutenção da associação. Embora contasse com apenas de 20% do orçamento geral, este fundo deve ter proporcionado um incremento no diminuto acervo da biblioteca. Segundo o artigo 23, o fundo da caixa da biblioteca seria formado “1. por 4\$000 da joia de cada socio, 2. por 8\$000 da contribuição annual de cada socio, 3. pelo rendimento dos catalogos e annexos, 4. pelas multas e pelos pagamentos feitos pelos livros perdidos ou maltratados”.

O documento fixava normas rígidas para o funcionamento da biblioteca e da sala de leitura. Todos os impressos deveriam ser selados com a identificação da Germânia e submetidos à escripturação num livro que registrava o movimento de retirada e entrega de livros e jornais, indicando o nome e o período que esteve sob responsabilidade do solicitante. Ao mesmo tempo em que se regravava a leitura domiciliar, fica interdita a terceirização dos materiais da biblioteca, pois, de acordo com o artigo 45, “os livros, jornaes, brochuras, mapas, desenhos e outros impressos e papeis não poderão de maneira nenhuma ser emprestados por nenhum dos socios ou levados para fora da Sociedade mesmo temporariamente. Os contraventores ficão sujeitos á multa de 4\$000 por cada folha singela, livro, etc”.

Todo sócio em dia com suas obrigações podia solicitar o empréstimo de quatro volumes por vez, sendo que quando o número ultrapassasse aquele previsto no estatuto, ele deveria pagar uma taxa extra de 200 réis por semana. Era concedido um período de três semanas para a leitura de cada volume, “findas as quaes, sem serem entregues, pagará o sócio respectivo 200 réis para cada volume e cada semana que seguir”²¹. No caso de o secretário solicitar a devolução do livro e não ser atendido, o sócio arcaria com uma multa de 500 réis por semana e para cada volume. Finalmente, ficava estabelecido que “para cada

²⁰ Idem, Artigo 20.

²¹ Idem. Artigos 51 a 56.

volume perdido ou inutilizado”, de acordo com o parecer do secretário, “pagar-se-ha 3\$ réis sem tomar em consideração o custo da mesma obra”.

O acervo da biblioteca cresceu por meio de doações feitas pelos associados e pela aquisição de novas obras em resposta à solicitação dos frequentadores. Atestando o progresso da Sociedade Germânia, a direção mandou imprimir seu primeiro catálogo geral da biblioteca no ano de 1870. Ele compreendia um acervo total de 2318 títulos distribuídos por diversas línguas, expressas no seguinte quadro:

Quadro 3
Número de obras/língua

Língua	Nº	%
Alemão	1599	68,98
Francês	367	15,83
Inglês	341	14,71
Português	10	0,43
Sueco	1	0,04

Fonte: *Catálogo da Biblioteca da Sociedade Germânia (1870)*.

Além do emprego deste critério de classificação, que reiterava o predomínio da língua alemã, o catálogo apresentava um índice remissivo assentado em diversas classes. A tabulação destas classes em ordem decrescente permite vislumbrar a distribuição das obras no acervo daquela biblioteca.

Para um total de 1599 obras em língua alemã, a distribuição por classes é a seguinte:

CLASSES	Nº DE OBRAS	%
<i>Romane</i> (Romances)	441	28,28
<i>Novellen und Erzählungen</i> (Novelas e contos)	265	16,57
<i>Vermischte Schriften</i> (Miscelânea)	162	10,13
<i>Geschichtswerke</i> (Obras de história)	119	7,44
<i>Dramatische Werke</i> (Obras de teatro)	93	5,81
<i>Gedichte lyrischen und andern Inhalts</i> (Poesia lírica e de outros conteúdos)	93	5,81
<i>Biographien</i> (Biografias)	72	4,50
<i>Land und Sittenschilderungen</i> (Descrição de países e costumes)	70	4,37
<i>Reisebeschreibungen</i> (Descrições de viagens)	57	3,56
<i>Memorien</i> (Memórias)	42	2,62
<i>Naturwissenschaftliche Werke</i> (Obras de ciências naturais)	40	2,50
<i>Werke philosophischen und theologischen Inhalts, sowie solche über die Beziehungen zwischen Kirche und Staat</i> (Obras filosóficas e teológicas, inclusive sobre a Igreja e o Estado)	24	1,50
<i>Märchen, Sagen, Anecdoten, Phantasiestücke</i> (Contos de fada, lendas, anedotas e peças de fantasia)	21	1,31
<i>Schriften über Auswanderung und Colonisation</i> (Escritos sobre emigração e colonização)	19	1,18
<i>Philologische, literarische und kritische Werke, sowie über die bildenden Künste</i> (Obras de filologia, crítica literária e sobre as artes plásticas)	14	0,87
<i>Schriften über Handelswissenschaft</i> (Escritos sobre ciência do comércio)	14	0,87
<i>Schriften über Tagespolitik und Militärliteratur</i> (Escritos sobre política diária e literatura militar)	13	0,81
<i>Staatswissenschaftliche Werke</i> (Obras de Ciência do Estado)	13	0,81
<i>Epische Gedichte</i> (Poesia épica)	12	0,75
<i>Technische Werke</i> (Obras técnicas)	10	0,62
<i>Geographische Werke</i> (Obras de geografia)	5	0,31

Já para um total de 367 obras em língua francesa, a distribuição por classes é a seguinte:

CLASSES	Nº DE OBRAS	%
<i>Romans</i>	149	40,60
<i>Ouvrages d'histoire, biographies, mémoires</i>	66	17,98
<i>Nouvelles, contes</i>	59	16,07
<i>Écrits sur la religion, la politique, les sciences sociales et le commerce</i>	52	14,16
<i>Poemes, ouvrages dramatiques</i>	21	5,72
<i>Mélanges</i>	15	4,08
<i>Relations de voyages, descriptions de pays et de moeurs</i>	5	1,36

E, finalmente, para um total de 341 livros em língua inglesa, os dados são:

CLASSES	Nº DE OBRAS	%
<i>Romances</i> ²²	211	61,87
<i>Descriptions of travels, of lands and manners</i>	31	9,09
<i>Historical works, biographies, memoirs</i>	31	9,09
<i>Novel, tales, legends</i>	24	7,03
<i>Miscellanies</i>	23	6,74
<i>Political, economical and commercial</i>	16	4,69
<i>Poetry</i>	15	4,39

Estes quadros permitem afirmar que os maiores fundos da biblioteca da Sociedade Germânia eram constituídos fundamentalmente por “obras literárias”, com um total de 1383 títulos, seguido de obras de história, relatos de viagem, memórias e biografias, que perfazem 517 títulos, e por miscelâneas, correspondendo a 200 títulos. O expressivo número de “obras literárias” também confirma a predileção dos frequentadores por um tipo de leitura recreativa,

²² Convém sublinhar a ambiguidade dos termos de indexação deste catálogo quando se apresenta o emprego da expressão “romance” como algo distinto de “novel, tales, legends”.

afastando o perfil desta instituição do de uma sociedade de estudos ou de uma corporação de sábios e eruditos.

Um exame mais detalhado do catálogo pode proporcionar uma visada sobre a “cultura literária” disponível aos associados da Germânia. Esta operação parece ser fundamental para a compreensão da biblioteca como um “espaço de experiências” que fomentava a prática da leitura e, assim, contribuía para a configuração de um horizonte recepcional²³.

A divisão mais numerosa é, sem dúvida, aquela representada pelos livros de prosa de ficção, classificados como “romances” e “novelas e contos”. Este fundo era constituído por 1153 obras, sendo que 706 acessíveis na língua alemã (61,23%), 235 na língua inglesa (20,38%) e 208 na língua francesa (18,03%). A listagem abaixo fornece a indicação dos autores com o maior número de obras, dispostos de maneira decrescente e acompanhados, entre parênteses, de informações sobre a língua em que foi publicado e o número de exemplares, respectivamente:

Autor	Nº obras/Língua	Autor	Nº obras/Língua
Honoré de Balzac	41 (francês)	Paul de Kock	13 (francês)
Charles Dickens	13 (alemão), 16 (inglês)	Philipp Galen	12 (alemão)
Luise Mühlbach	26 (alemão)	Georg Hesekei	11 (alemão)
Friedrich Gerstäcker	25 (alemão)	Karl Von Holtei	11 (alemão)
Alexandre Dumas	18 (francês)	Captain Marryat	10 (inglês), 1 (alemão)
Georges Sand	18 (francês)	William Thackeray	11 (inglês)
E. Flygare	17 (alemão)	W.H.	10 (inglês)

23. O emprego do conceito “espaço de experiência” foi tomado de KOSELLECK, Reinhart. “‘Espacio de experiencia’ y ‘horizonte de expectativa’, dos categorías históricas”, in *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*. p.333-357.

Carlén		Ainsworth	
Willibaldi Alexis	16 (alemão)	Berthold Auerbach	10 (alemão)
George P.R. James	16 (inglês)	Fernan Caballero	10 (alemão)
F.W.Hackländer	15 (alemão)	Fenimore Cooper	10 (inglês)
Edmund Höfer	14 (alemão)	Eugène Süe	10 (francês)

Além desses com o maior o número de obras, parece-me importante assinalar a presença dos autores estrangeiros que dispunham de obras traduzidas para a língua alemã. Este conjunto totaliza 13 obras (2,12% dos livros alemães), entre elas as dos franceses Ernest Feydeau (1), Frédéric Soulié (1) e Gabriel Ferry (1); dos espanhóis Cervantes (2) e Quevedo (1); dos dinamarqueses Adam Oehlenschlaeger (2), Hans Christian Andersen (1), do norueguês Björnstjerne Björnson (1), do italiano Giovanni Boccaccio (1), do russo Ivan Turgueniev (1) e do inglês Marryat (1).

Na língua portuguesa figuravam Joaquim Manoel de Macedo (*Rosa e Os dois amores*), José de Alencar (*O Guarani*) e Alexandre Herculano (*O monge de Císter*). Esse conjunto de livros representava ínfimos 0,34% dos romances alocados nas prateleiras da biblioteca.

Ao perscrutar estes fundos, também fica evidente certa estreiteza no horizonte histórico-literário desta biblioteca, posto que a maioria do acervo é caracterizada pela predominância da literatura oitocentista em suas diversas formas de concretização. Particularmente, no caso da literatura alemã, inclui-se aí desde o romance romântico “Biedemeyer”, com seus quadros descritivos dos costumes e paisagens dispostos numa trama que explorava temáticas morais e o folclore, o romance histórico, com um forte conteúdo ideológico motivado pelo ideário liberal e nacionalista e, por fim, o romance realista, que tematizava a moralidade burguesa e o individualismo. Acrescente-se, também, que muitos dos autores que figuram no catálogo foram beneficiários da industrialização da

produção literária, viabilizada pela introdução de novas técnicas, da proliferação das sociedades de leitura e do crescente número de periódicos culturais e recreativos²⁴.

Já as obras de poesia perfazem um total de 141 livros, dos quais 105 estavam disponíveis na língua alemã (74,46%), 21 na língua francesa (14,89%) e 15 na língua inglesa (10,63%)²⁵. A listagem abaixo proporciona uma compreensão dos autores que dispunham do maior número de obras, destacando-se a presença de:

Autor	Nº obras/Língua
August H. Hoffman von Fallersleben	5 (alemão)
Ferdinand Freiligrath	5 (alemão)
Emmanuel Geibel	5 (alemão)
Max Waldau	5 (alemão)
Émile Augier	4 (alemão)
Fritz Reuter	4 (alemão)
Johann Heindrich Voss	4 (alemão)
Heinrich Heine	3 (alemão)
Victor Hugo	3 (francês)
H.W. Longfellow	3 (1 alemão, 2 inglês)

Com exceção de Emmanuel Geibel, existe uma sintomática afinidade ideológica entre os poetas alemães citados, pois todos eles, de alguma maneira, fizeram da poesia um instrumento de crítica política e social contra o absolutismo e o militarismo prussiano. Esteticamente, contudo, eles se enquadravam em tendências distintas, numa ampla gradação que ia do classicismo ao romantismo e ao realismo, resultando em experimentações

24. Para uma compreensão das novas condições de publicação, circulação e consumo dos artefatos textuais na Alemanha oitocentista, veja: MARTINO, Alberto "Publikumsschichten und Leihbibliotheken", e OBENAU, Sibylle. "Buchmarkt, Verlagswesen und Zeitschriften", in GLASER, Horst Albert (Hg.). *Deutsche Literatur Eine Sozialgeschichte v.6 (Biedermeier, Junges Deutschland, Demokraten 1815-1848)*. p.33-43 e 44-62. Como também MARTINO, Alberto "Publikumsschichten und Leihbibliotheken", e BARTH, Dieter. "Zeitschriften, Buchmarkt und Verlagswesen", in idem, *ibidem v.7 (Vom Nachmärz zur Gründerzeit: Realismus. 1848-1880)*. p.59-69 e 70-88, respectivamente.

25. De acordo com o catálogo, as obras na língua francesa incluem "poesia" e "teatro".

formais diversas (como a adoção do hexâmetro e do verso livre) e na reapropriação da tradição popular das *lieden*.

Entre as obras de poesia traduzidas para a língua alemã, a Sociedade Germânia dispunha dos seguintes autores: os italianos Torquato Tasso (2), Dante Alighieri (1) e Ludovico Ariosto (1); os ingleses Byron (1) e H.W.Longfellow (1) e o português Luis de Camões (1). A ausência de Hölderlin, Jean-Paul, Novalis, Kleist ou Eichendorff, ainda que significativa, não obscurece a presença de alguns autores já canonizados naquele momento como representantes da idéia de uma individualidade nacional como, por exemplo, Lessing, Klopstock, Goethe, Tieck. A lista dos autores indica uma forte tendência para uma circunscrição temporal que remete à produção cultural oitocentista, incorporando também os poetas Chamisso, Brentano, Immermann, Hebbel e Heyse, entre outros. Embora o acervo poético da instituição seja majoritariamente formado por obras na língua alemã, a seleção dos autores de língua inglesa e francesa não era nada desprezível, isto é, os autores ditos representativos das respectivas literaturas nacionais estavam presentes, com ênfase na produção oitocentista.

Finalmente, as obras de teatro totalizam 93 livros, todos em língua alemã, inclusive com uma tradução de Shakespeare e outra de Calderón de La Barca. Nesta divisão, os autores que comparecem com o maior número de obras são:

Autor	Nº obras
Carl Gutzkow	7
Franz Grillparzer	6
Ernest von. Houwald	5
Christian Dietrich Grabbe	4
Adam Öhlenschläger	4
Gustav. Freytag	3
Emmanuel Geibel	3
Alfred Meissner	3

Entre a maioria dos autores mencionados (Grabbe, Grillparzer, Gutzkow, Freytag), assomam pontos de convergência que expressavam um ideário

romântico liberal. Daí o predomínio do drama histórico, seja na vertente melodramática e sentenciosa, como na tendência épica, ambas empregadas como uma maneira de aludir a um amplo espectro de temas políticos e sociais, que incluíam a liberdade política e de pensamento, a ascensão das massas populares e a intolerância racial e religiosa. Obviamente, a visibilidade conferida a estes autores não deve eclipsar outras tendências pré-românticas, como o classicismo e o *Sturm und Drang*, representadas por Lessing, Goethe e Schiller; e a de um repertório mais vasto, que incluía Tieck, Brentano, Kleist e outros.

A guisa de conclusão, reporto-me ao sarau promovido pela Germânia em 1883, que teve entre os seus convidados Carl von Koseritz, egresso das tropas mercenárias a serviço do Império e, depois, jornalista radicado na província do Rio Grande. Seu relato minucioso reiterava a consolidação da Sociedade Germânia na paisagem carioca - conferindo relevo para a ambientação dos espaços da nova sede da instituição - e a valorização e funcionalidade da biblioteca:

A sociedade possui uma grandiosa sede na rua da Alfândega, vasto e sólido edifício de dois andares, por ela ocupado. No primeiro andar se encontram as salas de reunião e de baile, buffet, salas de refeição e de jogo; no andar de cima bilhares e biblioteca. A casa não é nova mas o seu arranjo é excelente e com ótima iluminação a gás. Para mim a peça mais interessante é sem dúvida a magnífica sala da biblioteca, certamente a maior biblioteca alemã da América do Sul. Duas extensas mesas de leitura ocupam o meio da sala e sobre elas se acham jornais e revistas em diferentes idiomas assim como obras de luxo etc. A biblioteca é constantemente aumentada e recebe todas as novidades que aparecem e que sejam de importância para os homens de letras e os cientistas. Para os alemães do Rio a biblioteca do Germânia é de grande vantagem e também para os estrangeiros em visita ela oferece o desejado divertimento.”²⁶

26. KOSERITZ, Carl von. “Rio, 03 de junho de 1883”, in *Imagens do Brasil*. p.93-94. As informações sobre a trajetória de Koseritz foram tomadas do prefácio redigido por Afonso Arinos de Melo Franco.

De acordo com suas idiossincrasias, Koseritz enfatizava a dimensão cultural da associação, com especial deferência para o compartimento que encerrava a “maior biblioteca alemã da América do Sul”, e o seu papel de centro difusor do germanismo. O mobiliário e a iluminação a gás sugerem uma adequação ao fluxo contínuo de leitores, compostos de uma comunidade heterogênea, indicada quer pela pluralidade de impressos (jornais, revistas e obras de luxo), quer pelo gênero e atividades sócio-profissionais de seus membros. No entanto, é possível perceber, no relato de Koseritz, a projeção de suas fantasias, pois o fato é que a Sociedade Germânia não se caracterizava como uma “Lesengesellschaften” (sociedade de leitura), mas como uma instituição recreativa ou “a sociedade dos círculos comerciais locais”²⁷, deixando entrever que, embora enraizados na cultura comunitária alemã os hábitos da leitura não constituíam o elemento de destaque para os associados.

Após uma breve visitação às dependências da Sociedade, escoltado por um professor do Colégio D. Pedro II, do presidente da instituição e do representante da Casa Krupp, ele foi convidado para participar do sarau, que se iniciou com uma conferência do Dr. Anscheit sobre o presente e o futuro da química no Brasil. Com uma aguda ironia, ele se referia ao desempenho do expositor que “não falava especialmente bem e nem sempre o que ele dizia tinha muito sentido”, indicava também a derrogação do traço misógino da instituição, sublinhado anteriormente por outros viajantes. Conquanto o assunto pudesse ser considerado “nada interessante nem agradável”, Koseritz sublinhava sua admiração pela atenção e boa vontade “dispensada pelas senhoras”. Após a malograda conferência, ele pôde estreitar suas relações com a comunidade e presenciar a plenitude recreativa embalada pelos acordes da orquestra alemã e pelos legítimos chopes “Culmbacher de tonel”.

Depois de conhecer a Sociedade Germânia e de percorrer ruas e outros espaços de convivência social, Koseritz diagnosticou a existência de uma cisão entre a colônia alemã no Brasil. Com agudeza, ele indicava que a sociedade recreativa e, por extensão, a sua biblioteca funcionava como um espaço de

27. Idem, *ibidem*, p.95.

compensação que fornecia uma elo de pertença ao frequentador, uma inequívoca tradução daquela sensação de não estar de todo presente em muitos dos membros da associação em oposição à parcela de imigrantes alemães que se dirigiram às províncias do Sul do Brasil:

“Os alemães do Rio são simples estrangeiros. Eles se interessam pelo Brasil e o seu destino até o ponto em que isto coincidir com os seus imediatos interesses...Chegaram ao país para ganhar dinheiro; de dia trabalham, à noite, vão para suas casas de campo, e quando se ocupam com qualquer coisa não é certamente com a posição dos alemães do Rio Grande, mas com a situação da Alemanha. Eles têm o seu ‘Germânia’, a sua ‘Sociedade Ginástica’, a sua ‘Sociedade Beneficiente’, suas escolas alemãs e o seu hospital em projeto...Os alemães daqui na sua maior parte, consideram o Brasil como uma estação de passagem; o ponto central do seu interesse continua na Alemanha; eles se deixam conduzir e apóiam fielmente o poder alemão”²⁸.

Referências bibliográficas

Almanak Laemmert. Rio de Janeiro: E. & H.Laemmert, 1842-1890.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Martins, 1952.

Deutsche Schule-Colégio Cruzeiro. Centenário 1862-1962. Rio de Janeiro: Sociedade de Beneficência Humboldt, 1962.

EBEL, Ernest. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Nacional, 1972.

GLASER, Horst Albert (Hg.). *Deutsche Literatur Eine Sozialgeschichte* v.6 (*Biedermeire, Junges Deutschland, Demokraten 1815-1848*); v.7 (*Vom Nachmärz zur Gründerzeit: Realismus. 1848-1880*). Hamburg: Rowohlt Taschenbuch Verlag, 1982.

HINDEN, H. *Deutsche und Deutscher Handel in Rio de Janeiro. Ein hundertjähriges Kulturbild zur zentenar feier der Gesellschaft Germania*. Rio de Janeiro: s/e, 1921.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas Províncias do sul do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980.

²⁸. Idem, *ibidem*. p.108.

KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1980.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós, 1993.

WILLENS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1946.

WITTMANN, Reinhard. "Existe uma revolução da leitura no final do século XVIII?", in CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental* v.2. São Paulo: Ática, 1999.

A biblioteca do mestre:

dos livros de Arduíno Bolivar, marcas de circulação de uma coleção especial

DINÁ MARQUES PEREIRA ARAÚJO (UFMG)¹

Apresentação

Uma biblioteca pode ser apreendida, também, a partir das inscrições impostas em seus livros. Inscrições que revelam a construção intelectual do lugar do livro na estante, marginalias que sinalizam para o gesto da escrita, a intensidade do traço, o peso da mão sobre o livro, a pressa ou a calma para escrever e as relações entre o leitor e o texto. As marcas de circulação permitem a identificação das memórias de uso dos livros de uma coleção. Elas são os laços que unem o colecionador aos seus livros, o foi condutor para a compreensão dos lugares dos livros em uma biblioteca, sem essas memórias seria difícil desvelar os percursos intimistas de um leitor/coleccionador com seus livros.

¹ Bibliotecária. Universidade Federal de Minas Gerais, Biblioteca Universitária. Email: dina-araujo@bu.ufmg.br

Esse texto apresenta como os livros da coleção particular de Arduíno Bolívar – professor de línguas gregas e latinas que teve atuação intensa na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) nas décadas de 1940 e 1950 – podem contribuir para a compreensão de sua biblioteca. Como recorte para a compreensão da biblioteca de Bolívar destacamos os indícios² presentes em seus livros, interpretados como pistas materiais que sinalizam para a circulação de livros em Belo Horizonte no final do século XIX e primeira década do século XX. Uma possível história da circulação de livros na Nova Capital pode ser mapeada “através de pistas, sintomas, indícios” (Ginzburg, 2011, p. 154) decifráveis por meio da análise dos livros da coleção e o mundo que a cerca.

O primeiro momento da pesquisa privilegiou o levantamento bio-bibliográfico sobre Arduíno Bolívar e a identificação dos documentos arquivísticos sobre a Coleção - esses relataram o tratamento biblioteconômico ao qual o acervo foi submetido e seu percurso institucional.

Em seguida, foi realizada análise material dos 1616 livros que compõem a Coleção que possibilitou a identificação por ciclos de vida da biblioteca, evidenciados por meio de marcas de circulação (livreiros, livrarias, encadernadores) e pelas marcas de posse (dedicatórias, assinaturas, notações, reencadernações). A consulta ao arquivo pessoal do professor Arduíno Bolívar no Centro de Memória da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) também auxiliou no desenvolvimento da pesquisa. A análise da biblioteca do professor Bolívar por meio de “ciclos” fundamentou uma possível história da Coleção.

Arduíno Bolívar

No ano da morte de Arduíno Fontes Bolívar, Mário Casasanta, em homenagem, apresenta biografia do professor, na revista *Kriterion*:

[...] nasceu na cidade de Viçosa, Minas Gerais, a 21 de setembro de 1873 e faleceu em Belo Horizonte a 15 de

² Referência ao capítulo *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* (Ginzburg, 2011).

agosto de 1952. Fez o curso preparatório no Colégio do Caraça, e bacharelou-se em 1902, pela Faculdade de Direito, de São Paulo. Na capital paulista, quando ainda acadêmico, fez parte da redação de renomados jornais, trabalhando principalmente no Comércio de São Paulo, ao lado de Eduardo Prado e de outros nomes da imprensa na época. Posteriormente, em Belo Horizonte, dirigiu o Diário de Minas. Latinista, humanista, mestre do idioma vernáculo, consagrou principalmente a sua existência ao magistério. Foi professor e diretor da Escola Normal Modelo (depois Instituto de Educação). Traduziu as Odes de Horácio e grande parte das Geórgicas de Virgílio. Dirigiu durante alguns anos o Arquivo Público Mineiro. Modesto em excesso, embora tenha figurado entre os homens de letras mais qualificados de seu tempo, conservou inéditos os melhores frutos de seu apurado labor artístico. Pertencia, como sócio fundador, à Academia Mineira Letras. (CASASANTA, 1952, p. 283).

Mário Casasanta segue descrevendo sobre o universo das livrarias em Belo Horizonte:

Percorri com os dois [Arduíno Bolivar e Francisco Escobar] as nossas livrarias, que eram de resto bem poucas, ouví-lhes considerações acerca de livros, autores, problemas, e uma das noites, depois de um dia cheio, fomos jantar a casa do Arduino [...] Depois, fomos para a biblioteca, que ficava no fundo da casa, e ali vivi horas da Renascença Humanista [...] (CASASANTA, 1952, p. 286).

E ainda sobre a relação de Bolivar com seus livros:

O outro episódio acha-se documentado entre os seus papéis, e em documento que lhe comprova a singular fidelidade à Igreja. Trata-se de uma petição dirigida há pouco tempo à autoridade eclesiástica, na qual, declarando que tinha em sua biblioteca algumas obras condenadas pela Igreja, solicitava licença para as conservar, em razão de seus estudos. Vi o requerimento e li o despacho favorável de nosso caro Monsenhor Bicalho. (CASASANTA, 1952, p.301).

No ano seguinte da publicação de Mario Casasanta, Salomão de Vasconcellos publica o artigo *Elogio de Arduíno Bolivar*, no qual apresenta relatos sobre a vida do professor que revelam sobre a relação que ele estabelecia com sua biblioteca.

Dono de variada cultura, especialmente em línguas e humanidades, com uma biblioteca selecionada de mais de 5 mil volumes, tornou-se daí em diante aquilo que se pode dizer – um escritor de gabinete e um poeta em horas disponíveis.

Fez-se, uma espécie de consultor e de revisor literário para quantos recorriam ao seu prestimoso auxílio. Ao seu gabinete de trabalhos afluíam diariamente rascunhos de todas as procedências, livros e artigos originais, material para publicidade, teses de concursos, relatórios oficiais, mensagens, memoriais, programas didáticos, escritos de toda ordem, enfim, para serem revistos e expurgados de possíveis aleijões literários ou gramaticais. [...] No silêncio da noite, ordinariamente das 12 às 3 da manhã, [sic] quando tudo repousava, dirigia-se Arduino pacatamente para a sua mesa de trabalhos, para a companhia dos livros, onde se entrega, qual um beneditino, às locubrações [sic] do espírito, na prosa e no verso, nas traduções e anotações (VASCONCELLOS, 1953, p. 28-29).

Salomão de Vasconcelos cita que Bolivar

[...] aceitou uma vez a diretoria da Escola Normal, mas porque o meio lhe era propício: ia ficar entre os livros, alunos e classes. Conformou-se depois com a chefia do Arquivo Público [Mineiro]: o ambiente também era do seu agrado – biblioteca ao alcance, fileiras de códices, alfarrábios à vontade para decifrar e interpretar (VASCONCELOS, 1953, p.13).

As diversas correspondências entre Bolivar e Carlos Drummond de Andrade comprovam seus estreitos laços de amizade. Bolivar deu aulas de latim para Drummond. Dentre as homenagens ao amigo, em 1968, na obra *Boitempo & a falta que ama*, o poeta registrou:

MESTRE

Arduíno Bolívar, o teu latim
não foi, não foi perdido para mim.
Muito aprendi contigo: a vida é um verso
sem sentido talvez, mas com que música!
(ANDRADE, 1968, p. 137).

Em 1969 Maria da Conceição Carvalho realizou trabalho de conclusão de curso da Escola de Biblioteconomia da UFMG intitulado *Arduíno Bolívar: bibliografia*, no qual elaborou uma bibliografia exaustiva dos escritos de Arduíno Bolívar. Esse trabalho além de elencar as poesias, prosas e traduções de Bolívar, inclui bibliografias sobre Bolívar e sua obra³. Contudo, a partir da década de 1970 cessam as publicações sobre Bolívar. É somente em 2007, na dissertação *Arduíno Bolívar: a trajetória de um intelectual tradicional na cidade de Belo Horizonte*, que Fabíola Castro retoma os estudos sobre esse personagem da cidade de Belo Horizonte. A autora aponta que Bolívar foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, onde era catedrático de Literatura Latina; e da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Minas Gerais, ministrando aulas, no período de 1944 a 1951, da disciplina Princípios de Sociologia Aplicados à Economia. Para responder suas questões Castro realiza uma série de entrevista para desenvolver a biografia de Bolívar. Dentre elas está o depoimento de Manoel Hygino (Castro, 2007, p. 56-57) que relata o gosto de Bolívar por bibliotecas, livrarias e livros. Bolívar passava a maior parte do seu tempo em casa, ouvindo música, recebendo amigos, e em sua biblioteca – sozinho ou com intelectuais. Na casa de Arduíno Bolívar, a sala e a biblioteca eram palcos de reuniões, encontros, festas e saraus. Um ambiente de efervescência cultural. Castro relata que a

[...] história de vida de Arduíno Bolívar confunde-se com uma parte da história da cidade de Belo Horizonte. As casas de Bolívar, situadas à Rua Paraíba, 1.053, endereço que hoje não existe mais, e posteriormente à Avenida Augusto de Lima, 523, onde hoje está o Edifício Ouro Verde, foram palco de calorosas discussões políticas e locais de encontro de inúmeros artistas e escritores. Entre

³ Mais informações sobre a bibliografia e biografia de Arduíno Bolívar podem pesquisadas no Centro de Memória da PUC Minas.

os freqüentadores desses ambientes, destacava-se a presença de Carlos Drummond de Andrade, aluno de latim de Bolívar dos tempos do Colégio Arnaldo. Posteriormente, freqüentaram tais reuniões os escritores que formavam o grupo conhecido como os cavaleiros do apocalipse: Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Otto Lara Rezende e Hélio Pellegrino. Os artistas que vinham se apresentar em Belo Horizonte, principalmente os músicos, após suas apresentações nos teatros seguiam para a casa de Bolívar, sempre aberta a concertos e saraus. (CASTRO, 2007, p. 8, sic).



Guignard, Portinari, Arduino Bolívar, Santa Rosa e Jose Portinari



Lucia Machado de Almeida, Thereza Christina Bolívar Monteiro Lobato, Godofredo Rangel e Arduino Bolívar

Figura 1: Fotografias de Arduíno Bolívar em Belo Horizonte

Imagem 1: Arduíno Bolívar está de chapéu ao centro.

Imagem 2: Arduíno Bolívar está à direita ao lado de Monteiro Lobato.

Fonte: MAFRA, 2003 – CD-ROM, Centro de Memória da PUC-MG.

A biblioteca

A biblioteca do mestre Bolívar representa parte dos livros que circulavam entre livreiros, livrarias e intelectuais no Brasil, nas décadas finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, em especial, em Belo Horizonte. A chamada Biblioteca, que fazia parte da vida erudita, social e cultural de Arduíno Bolívar, foi

doadas por sua família para duas instituições de ensino em Belo Horizonte. E, em datas distintas, desmembrada em:

a) acervo bibliográfico – doado para a UFMG em 1962⁴;

b) arquivo pessoal – doado, pelas filhas de Bolívar, para a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) no ano de 2002 e foi depositado no Centro de Memória da instituição. Recebeu o nome de Fundo Arquivístico Arduíno Bolívar, compreendendo os anos de 1844 a 2001, dividido nas seguintes séries: correspondências, fotografia, diversos, periódicos, recortes de jornal, tradução, documentos pessoais e bibliografia. O acervo Arduíno Bolívar na PUC Minas é resultado de projeto de pesquisa organizado e desenvolvido pelos professores Johnny José Mafra, Simone Von Rondon e equipe de estagiários⁵.

A avaliação material dos livros da Coleção – por meio da identificação das marcas de circulação (livrarias, sebos, encadernadores, bibliotecas, livreiros); marcas de uso (notação, nota marginal), marcas de posse (assinaturas, dedicatórias) e dos códices factícios – possibilitou a identificação de fases de vida da biblioteca de Bolívar⁶. As três primeiras fases da Coleção são descritas a seguir:

- Fase 01 (188?- 1942) – compreende todos os livros que receberam assinatura e notação por Bolívar, desde os primeiros livros adquiridos até os últimos livros datados de 1942.

- Fase 02 (1942? – 1962) – período em que a frequência de assinaturas e notação é cada vez menor. Incluem-se aqui os livros doados para Bolívar até a data de sua morte em 1952. Pela impossibilidade de precisar se novos títulos foram adicionados, pela família, à biblioteca essa fase foi delimitada até o ano de 1962.

⁴ Atualmente biblioteca particular de Arduíno Bolívar está localizada na Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca Universitária da UFMG.

⁵ Informações fornecidas pelo Centro de Memória da PUC Minas e por Johnny José Mafra.

⁶ O detalhamento do inventário da Coleção Arduíno Bolívar e os ciclos de sua biblioteca podem ser lidos em *A Biblioteca do Mestre: Coleção Arduíno Bolívar* (Araújo, 2013).

- Fase 03 (1962-1964) – nesses anos as negociações para doação e transferência da Biblioteca para a UFMG.

Essas três fases que compreendem desde os primeiros movimentos de formação da biblioteca até a inserção de novos livros para a Coleção nos primeiros dois anos da década de 1960. As próximas fases, 4 e 5, correspondem aos anos de 'vida' da Coleção após sua doação para a UFMG.

Desde 2011 a Pró-Reitoria de Extensão da UFMG fomenta o projeto “Livros Raros e Especiais” que tem como escopo desenvolver ações de ensino, extensão e pesquisa relacionadas aos estudos das coleções especiais da Biblioteca Universitária. O projeto envolve docentes, técnicos-administrativos, discentes e comunidade externa da Universidade, no qual os envolvidos tem a oportunidade de aprender e contribuir para a preservação do acervo bibliográfico da UFMG. Por meio desse projeto são realizadas atividades de divulgação dos acervos (exposições, visitas orientadas, eventos temáticos); pesquisa sobre a formação das coleções especiais da BU; preservação do acervo, por meio de práticas de conservação preventiva; catalogação e digitalização documentos. Dentre as ações foi possível realizar o inventário das marcas de circulação da Coleção Arduíno Bolívar, com a colaboração da bolsista Débora Brasil⁷. O inventário consistiu no levantamento das marcas de circulação em livros da Coleção Arduíno Bolívar que correspondem às fases 1, 2 e 3⁸ - dentre esses períodos foram identificadas 206 marcas (etiquetas adesivas ou carimbos).

⁷ Aluna do curso de Museologia da Escola de Ciência da Informação da UFMG.

⁸ Conforme comprovaram as fases da biblioteca, nos períodos 4 e 5 novos livros foram adicionados à Coleção e, por esse motivo, não foram objeto de análise quanto ao inventário de marcas de circulação.

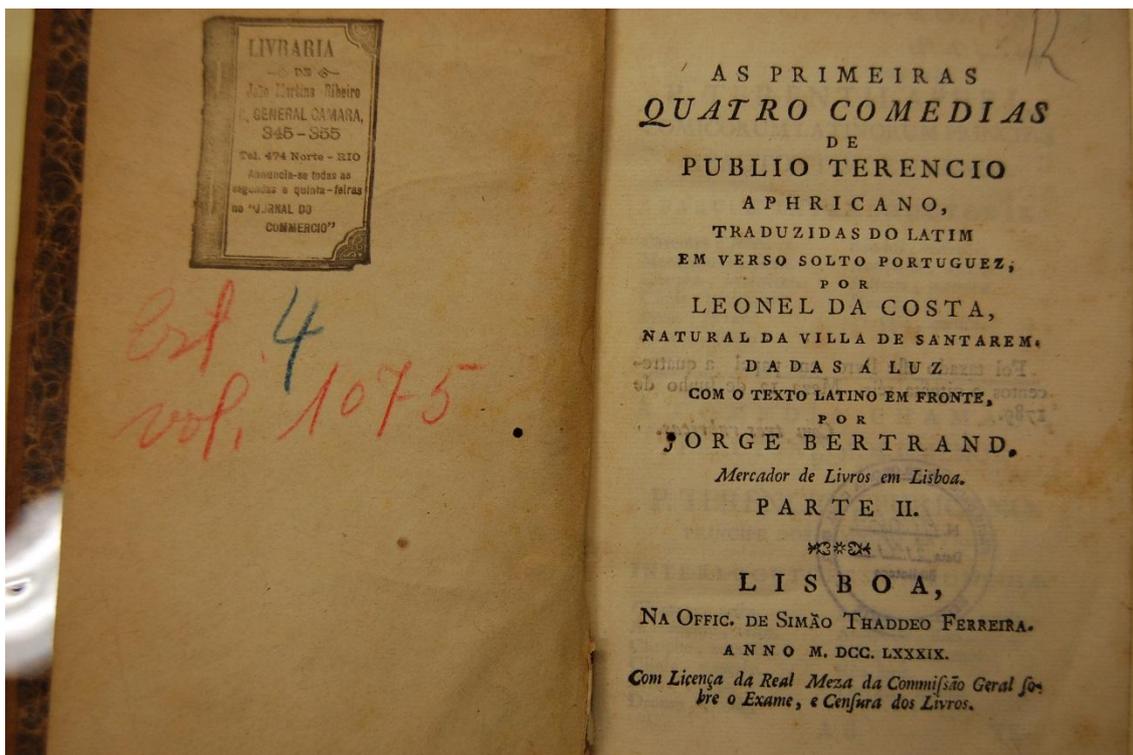


Figura 2: Notação e carimbo no verso da folha de guarda. Folha de rosto da parte II do livro *As primeiras quadro comedias de Publio Terencio aphricano*, traduzidas do latim em verso solto portuguez, de Leonel Costa, em 1789.
Fonte: Foto de Diná Araújo/Divisão de Coleções Especiais da BU-UFMG, 2010.

Foi elaborada uma planilha (Quadro 1) para a identificação das marcas por livro, essas foram digitalizadas e um campo específico para informações individuais sobre cada exemplar, como por exemplo reencadernações, estado de conservação, indicação de número de patrimônio do exemplar e se o mesmo está disponível no catálogo *online* do Sistema de Bibliotecas da UFMG. A seguir, apresentamos os primeiros seis livros do inventário – ordenado por número do exemplar dentro do inventário; notação (localização do livro na biblioteca de Bolivar); referência bibliográfica do livro; e nota local (informações individualizadas sobre o exemplar).

Nº	Notação	Descrição etiqueta	Referência Bibliográfica	Nota local
01	Est. 1 Vol. 1	Officinas de Encadernação do Lycey de Cataguazes [... ilegível]	SOARES, Raul. O poeta crisfal . Campinas: Typ. a vapor "Livro Azul", 1909.	Reencadernação. Encadernado com mais 3 livros.
02	Est.1 Vol.11	Livraria e Papelaria Oficinas Graphicas Oliveira e Costa Importadores Bello	JUNQUEIRO, Guerra. Os simples. 2. ed. Lisboa: Empreza Litteraria, [18--?]	Rompimento da primeira pasta da encadernação.

		Horizonte		Corpo do livro com cadernos soltos.
03	Est.1 Vol.18	Rio de Janeiro. Asa BEVILACQVA Rua do Ouvidor.145	VERDI, Giuseppe. Um ballo in maschera. Milano: Editori-Stampatori [s. d.].	Encadernado com mais 5 livros
04	Est.1 Vol.32	LIVRARIA MORAIS Antonio Pinto de Moraes Completo e variado s(.)timento Livros nacionaes e estrangeiros. Material escolar PAPELARIA E TYPOGRAPHIA Aff. Penna, 776-B. Horizonte	TAUNAY, Visconde de. Ouro sobre azul. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos de S. Paulo, 1921.	Danos causados por insetos.
05	Est.1 Vol.38	Centro Loterico e Litterario CARRUSO & ZAPPA Barra do Pirahy B. DO RIO	BRANCO, Camilo Castelo. Mosaico e Silva: Curiosidades Históricas, literárias e Bibliográficas. Porto: Livraria Chardron, de Léo & irmão Editores, [s.d.].	
06	Est.1 Vol.39	Officina de Encadernação DA IMPRENSA OFFICIAL Minas Geraes BELLO HORIZONTE	CAMPOS, Claudia de. A Baroneza de Stael e o Duque de Palmella. Lisboa, Livraria e editora Tavares Cardoso e Irmão, 1901	Reencadernação.

Quadro 1: Inventário de marcas de circulação da Coleção Arduíno Bolívar

Fonte: Da autora.

As marcas de circulação elencadas no inventário da Coleção Arduíno Bolívar - devido à diversidade de marcas de encadernadores, livreiros, livrarias nacionais e de outros países - podem colaborar para os estudos da circulação de livros em Belo Horizonte.

Destacando o valor dos estudos sobre as etiquetas de circulação de livros, Ubiratan Machado, em **A etiqueta de livros no Brasil**, aponta que elas “mantêm viva a lembrança de livrarias desaparecidas, retratam aspectos curiosos do processo de comercialização do livro, desvendam práticas comerciais, hábitos sociais” (MACHADO, 2003, p. 13). As marcas de circulação da Coleção constituem um ponto de referência, certo e incerto, para determinar os

percursos do livro em Belo Horizonte, em especial, a procedência dos livros da biblioteca de Bolívar⁹. Destacamos a presença do comércio de livros e encadernações na cidade de Cataguases, em Minas Gerais; as livrarias no centro de Belo Horizonte, hoje extintas; e a presença marcante da Imprensa Oficial de Minas Gerais nas encadernações de aproximadamente 70% da biblioteca de Bolívar.

Considerações finais

As biografias de Bolívar até a década de 1960 descrevem um personagem especial, quase sagrado. A angústia em não acreditar totalmente nos louvores descritos em suas biografias incentivou (somado ao desejo ainda não saciado de desvendar sua biblioteca) a leitura de cartas e documentos como possibilidade de reflexão diante dos elogios atribuídos ao biografado. Após as leituras dos documentos e dos registros de escrita sem seus livros podemos perceber a pouca receptividade de Bolívar com livros de novos escritores, por vezes seus comentários demonstram sua impaciência com a falta de conhecimento dos aspirantes ao universo literário. Todavia, os documentos e livros de Bolívar demonstram muito mais que suas intolerâncias, eles revelam suas relações sociais, culturais e políticas da recém capital Mineira e esses indícios são fontes especiais para a construção da história dos livros e das bibliotecas em Belo Horizonte.

O estudo de procedência dos livros da Coleção de Bolívar apreende que uma biblioteca particular, livre dos complexos processos de formação de bibliotecas institucionais – no Brasil, quase sempre cumulativas – tem em sua essência a possibilidade de ser compreendida em seu conjunto, em seus testemunhos de recepção e interesse do colecionador por seus livros, aproximando-se de forma singular da própria biografia do colecionador.

⁹ Não obstante, não há como precisar a origem de todos os livros da Coleção.

A rotina privada de Bolívar na leitura de seus livros, na repetição de padrões de organização, nas formas de dispor suas notas nas margens e outras práticas são vestígios que apontam também para a construção de uma biografia de Bolívar por meio de seus livros.

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de Andrade. *Boitempo & A falta que ama*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968. 189 p.

ARAÚJO, Diná Marques Pereira. A Biblioteca do Mestre: Coleção Arduíno Bolívar. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 14, n. 20, p. 81-97, abr. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/5197/5197>>. Acesso em: 17 Jun. 2013.

CASASANTA, Mário. Imagens de Arduíno Bolívar. *Kriterion*: revista da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 21/22, p. 283-301, jul./dez. 1952.

CARVALHO, Maria da Conceição. *Arduíno Bolívar*: bibliografia. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, 1969.

CASTRO, Fabíola Fabiana Braga de. *Arduíno Bolívar*: a trajetória de um intelectual tradicional na cidade de Belo Horizonte. 2007, 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In:_____. *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e historia. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 143-179.

MACHADO, Ubiratan. *A etiqueta de livros no Brasil*: subsídios para uma história das livrarias brasileiras. São Paulo: EDUSP, 2003. 459 p.

MAFRA, Johnny José Mafra; RONDON, Simone Von. **Arduíno Bolívar**: acervo. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2003. 1 CD-ROM. Projeto (Resgate da identidade histórico cultural de Minas Gerais: recuperação, preservação e disponibilização em meio digital do acervo original, editado e inédito do professor Arduíno Bolívar).

VASCONCELLOS, Salomão de. **Elogio de Arduino Bolívar**. Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, 1953. 50 p.

Lições da escrita:

diferentes formas de apropriação da escrita e da leitura no Brasil

BRUNO GUIMARÃES MARTINS (UFMG)¹

Sentido e presença

Buscando seguir com aquilo que defende ser o mais importante legado de uma “estética da recepção”, Hans Ulrich Gumbrecht desdobra sua distinção de cultura de uma tipologia binária – “cultura de sentido” e “cultura de presença” – em quatro *diferentes formas de apropriação de mundo*, que são apresentados desde um tipo ideal

¹ Bruno Guimarães Martins possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (1995), mestrado pela mesma instituição (2005) e doutorado em Letras (Literatura, Cultura e Contemporaneidade) pela PUC-Rio (2013). Publicou com base em sua dissertação de mestrado “Tipografia Popular: potências do ilegível na experiência do cotidiano”. É professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desde 2006 onde ministra disciplinas relacionadas às práticas criativas e à reflexão teórica dos processos de comunicação. Atua principalmente nas seguintes áreas: história dos meios de comunicação, história literária, tipografia, criação e design gráfico. A participação no SHARP Rio “Cidade das Letras” e a apresentação do presente artigo foi possível graças ao apoio financeiro oferecido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Email: brunomartins@ufmg.br.

da cultura de presença até a sua polaridade oposta, uma cultura de sentido total. Tais tipologias pretendem inspirar “imagens e conceitos que nos ajudem a captar as componentes não interpretativas da nossa relação com o mundo”². Seguindo o autor, a forma mais direta de trazer as coisas do mundo à tangibilidade da presença é comê-las (*eating the things of the world*). Comer é um modo óbvio e crucial de se apropriar do mundo, como na celebração da eucaristia católica, quando se come o corpo e se bebe o sangue de Cristo. Uma segunda forma de apropriação se constitui ao se *penetrar* coisas e corpos, no qual “a fusão de corpos com outros corpos ou com coisas inanimadas é sempre transitória e, por isso, abre necessariamente um espaço de distância ao desejo e à reflexão”³. O ato de se apropriar “penetrando” implica obviamente em uma relação corporal. Em uma terceira forma de apropriação de mundo característica da cultura de presença, quando a presença do mundo (ou de um outro) é sentida fisicamente sem, no entanto, identificar-se ou perceber o objeto que originou tal sentimento, temos o *misticismo*.

Essas três formas de apropriação que acabamos de descrever realizam um afastamento progressivo de uma cultura da presença em direção a uma cultura de sentido. Em um curioso movimento, essas formas de apropriação são negadas pela formulação de regras que pretendem preservar seus agentes do medo despertado por elas, a saber, o medo de ser comido, o medo de ser penetrado ou violado e o medo de perder o controle sobre si mesmo. Por fim, o que caracteriza a forma de apropriação exclusivamente espiritual, no polo de uma cultura de sentido é a *interpretação* e a *comunicação*. Essa última forma de apropriação é típica para uma cultura letrada, quando o texto impresso realiza a mediação entre as intenções de um autor e a consciência de um leitor. Para a cultura de sentido, o medo da apropriação se manifesta na possibilidade de uma “comunicação total”, uma situação em que todos os sentimentos e pensamentos mais profundos estivessem acessíveis a quaisquer outros.

Todo o esforço tipológico desenvolvido por Gumbrecht se traduz em uma

² Gumbrecht, 2004, p. 114, tradução do autor.

³ *Ibidem*, p. 115.

tentativa de sugerir conceitos que sejam capazes de aproximar a crítica de aspectos não-interpretativos da experiência obscurecidos pela institucionalização de uma lógica interpretativa pelo campo hermenêutico. Se em uma cultura de sentido, a interpretação rege as relações com o mundo, suprimindo a superfície em busca da profundidade, numa cultura da presença é justamente aquilo que é tangível ao corpo – “produção de presença” – o que comanda as mesmas relações. Importante lembrar que as duas tipologias de cultura não são excludentes e as formas de apropriação podem sobrepor-se.

A tipologia descrita serve aos objetivos desse artigo uma vez que se trata de compreender como as práticas da escrita e da leitura são apropriadas por típicas culturas de presença, para, então, buscar por indícios de formas de apropriação não interpretativas no contexto de uma cultura letrada no Brasil. Interessa-nos compreender como a leitura e escrita, em especial a imprensa, *medium* característico de uma cultura de sentido, reagiu (e ainda reage) a formas de apropriação típicas de uma cultura de presença. Vamos formular então algumas questões que buscaremos responder. Quando não há condições para que se realizem “pontes” entre consciências distintas por meio do texto escrito, que sentido é produzido? E, ainda, como esse sentido é produzido? Ou seja, se um texto não tem o seu sentido apreendido, o que ele significa? E, mais, como ele significa? Que tipo de apropriação se configura diante de uma técnica cuja origem e sentidos se desconhece? De que maneira as formas de apropriação típicas de uma cultura de presença reagem diante da escrita e do impresso? O que pode ser compreendido como interpretação e comunicação nesse contexto? Na tentativa de responder a essas questões, vamos inicialmente aprender algumas “lições” de um campo em que se desenham as fronteiras entre cultura de sentido e cultura de presença, a etnografia. Em seguida vamos recorrer a alguns exemplos para compreender as formas de apropriação da escrita e da imprensa que haviam aportado há pouco tempo no Brasil oitocentista.

A lição de Lévy-Strauss

Em um fascinante capítulo de *Tristes Trópicos*, intitulado sugestivamente *Lição de*

escrita, Lévi-Strauss relata um “incidente extraordinário” quando a escrita – ferramenta que produz a estratégia narrativa do antropólogo – é apropriada pelos indígenas. Vamos à descrição de tal “incidente”:

Insisti com o chefe para que procedesse as trocas sem demora. É então que ocorre um incidente extraordinário que me obriga a voltar um pouco atrás. É de imaginar que os Nambiquara não sabem escrever; tampouco desenham, com exceção de alguns pontilhados ou ziguezagues nas suas cuias. Porém (...) distribuí folhas de papel e lápis com os quais, de início, nada fizeram; depois, certo dia vi-os muito atarefados em traçar no papel linhas horizontais onduladas. Que queriam fazer, afinal? Tive que me render à evidência: escreviam, ou, mais exatamente procuravam dar a seu lápis o mesmo uso que eu, o único que então podiam conceber (...). Para a maioria, o esforço parava por aí; mas o chefe do bando enxergava mais longe. Era provável que só ele tivesse compreendido a função da escrita. Assim, exige de mim um bloco e nos equipamos da mesma forma quando trabalhamos juntos. Não me comunicava verbalmente as informações que lhe peço, mas traça no seu papel linhas sinuosas e me mostra, como se ali eu devesse ler a sua resposta. Ele próprio se deixa tapear um pouco com sua encenação; toda vez que sua mão termina uma linha, examina-a ansioso como se dela devesse surgir algum significado, e a mesma desilusão se estampa em seu rosto. Mas não a admite; e está tacitamente combinado entre nós que a sua garatuja tem um sentido que finjo decifrar; o comentário verbal segue-se quase de imediato e dispensa-me de exigir os esclarecimentos necessários.

Ora, mal ele reunira todo o seu pessoal, tirou do cesto um papel coberto de linhas tortuosas que fingiu ler e nas quais procurava, com uma indecisão afetada, a lista de objetos que eu devia dar em troca dos presentes oferecidos: a este, contra um arco e flechas, uma faca de arrasto! ao outro, contas! para os seus colares... Essa encenação prolongou-se por duas horas. Que esperava ele? Enganar a si mesmo, talvez; mais porém, surpreender seus companheiros, convencê-los de que tinha participado na escolha das mercadorias, que obtivera a aliança com o branco e que partilhava seus segredos.⁴

⁴ Lévi-Strauss, 1996, p. 280.

Apesar de Lévi-Strauss direcionar sua análise para o que identifica como uma função estrutural de dominação dos povos exercida pela escrita, desejamos inicialmente nos concentrar no ato de apropriação da escrita pelos Nhambiquara e, mais especificamente, na encenação do chefe que “se deixa tapear um pouco” pelo que escreve. De acordo com a descrição do antropólogo, ele parece atribuir um certo poder mágico a essa prática que desconhece a origem ou os significados. Incapaz de interpretar os significados da escrita, mas desconfiando de sua potência significante, o chefe mimetiza a escrita, reposicionando-a em seu universo simbólico. Ao fingir ler, o chefe conduzia um roteiro improvisado, realizado na fala, mas guiado pela encenação da escrita. Muito nos interessa a percepção da expectativa do chefe de “enganar a si mesmo”, pois daí parecem surgir os desdobramentos mais interessantes nessa apropriação. O autoengano possui uma dupla função: subjetivamente, parece amenizar as frustrações decorrentes da não compreensão de seus significados; e, objetivamente é compensado pela eficácia persuasiva da própria encenação. A provável finalidade mistificadora é apenas secundária em relação ao gesto de mimetizar o antropólogo. Antes que pudessem produzir algum sentido, escrita e leitura, deveriam ser *incorporadas* na forma de um ritual já conhecido, implicando as práticas em uma dimensão performática e corporal. Além disso é importante notar que antes mesmo de ocuparem uma função significativa no ritual de troca, foram compreendidas pelo chefe como gestos significantes, ou seja, como algo que estivesse estruturado em uma linguagem. O episódio ilustra as impurezas das formas de apropriação, pois ao mimetizar o antropólogo, o chefe buscava *penetrar* seu mundo, sua linguagem, mesmo que para isso fosse necessário ignorar as profundidades do significado e ater-se na superfície significante da encenação. Por outro lado, a presença de uma linguagem que não se compreende a origem ou o significado pôde ser compartilhada com a comunidade na forma de uma experiência mística que antes de manipular ganhava seus contornos pela fascinação mágica e misteriosa que era capaz de exercer.

Derrida: a lição da lição

Devemos lembrar aqui as críticas feitas por Derrida à *Lição de escrita*, revelando, surpreendentemente, que Lévi-Strauss faz parte de um “etnocentrismo *pensando-se* ao contrário como anti-etnocentrismo”. Ao problematizar vigorosamente a noção de “escritura”, reconhecendo o jogo de diferenças na fala, Derrida acusa na retórica literária da “*Lição*” de Lévi-Strauss um gesto que “separa a machado a escritura da fala”, gesto que acompanha a distinção formulada por Saussure. Derrida afirma que ao contrapor a encenação da inocência original de um povo “sem escritura”, sem história e sem maldade, um povo que não teria sido “violentado” pela escrita, o etnógrafo incorre no risco de suprimir as diferenças que busca descrever. Ao não problematizar o conceito de escritura, Lévi-Strauss desconsidera uma “arquiescritura” da fala e das ações de escrever – os “riscos e ziguezagues” dos Nhambiquara – que não se encaixam em representações de um alfabeto fonético.

Se se deixa de entender a escritura em seu sentido estrito de notação linear e fonética, deve-se poder dizer que toda sociedade capaz de produzir, isto é, de obliterar seus nomes próprios e de jogar com a diferença classificatória, pratica a escritura em geral. À expressão de “sociedade sem escritura” não corresponderia, pois, nenhuma realidade nem nenhum conceito. Esta expressão provém do onirismo etnocêntrico, abusando do conceito vulgar, isto é, etnocêntrico, da escritura. O desprezo pela escritura, notemos de passagem, acomoda-se muito bem com este etnocentrismo. Aí há apenas um paradoxo aparente, uma destas contradições onde se profere e se efetiva um desejo perfeitamente coerente. Num único e mesmo gesto, despreza-se a escritura (alfabética), instrumento servil de uma fala que sonha com sua plenitude e com sua presença a si, e recusa-se a dignidade de escritura aos signos não-alfabéticos.⁵

Ao atribuir à escritura um valor negativo, mantendo, oportunamente para sua argumentação, uma distinção entre os povos históricos e os povos sem história, o antropólogo desprezaria qualquer potência emancipatória da escrita, cujos usos estariam perpetuamente ligados à dominação do homem pelo homem.

⁵ Derrida, 2011, p.135-136.

O que é a “Lição de escritura”?

Lição em um duplo sentido e o título é belo por mantê-lo reunido. Lição de escritura, pois é de escritura ensinada que se trata. O chefe Nhambiquara aprende a escritura do etnógrafo, aprende-a sem compreender; mais propriamente ele mimica a escritura do que compreende a sua função de linguagem, ou melhor, compreende o seu funcionamento, aqui acessório, de comunicação, de significação, de tradição de um significado. Mas a lição de escritura é também lição da escritura; ensinamento que o etnólogo acredita poder induzir do incidente no curso de uma longa meditação, quando, lutando, diz ele, contra a insônia, reflete sobre a origem, a função e o sentido da escritura. Tendo ensinado o gesto de escrever a um chefe Nhambiquara que aprendia sem compreender, o etnólogo, por sua vez, compreende então o que ele lhe ensinou e tira a lição da escritura.⁶

Depois de revelar como o “incidente extraordinário” poderia ser lido como uma parábola que remete às funções da escritura desde a suas origens (“a hierarquização, a função econômica da mediação e da capitalização, a participação num segredo quase-religioso”), Derrida busca pela lição da “Lição”. Tal lição implica em reconhecer que a estrutura presente de uma “arquiescritura” estaria disponível ao chefe Nhambiquara para que ele se apropriasse tão imediatamente da escritura. Sendo assim, seria necessário integrar à fala não-escrita a violência e o jogo de diferenças da escritura, possibilitando aos Nhambiquara, ou seja, um povo sem história, participar de um conhecimento e uma linguagem que possuem implicações intelectuais e teóricas.

Michel De Certeau: a lição historiográfica

Parafraseando Lévi-Strauss, Michel de Certeau⁷ também busca por uma “lição de escrita” na “*Histoire d'un voyage fait a la terre du Brésil*”, relato da experiência do jovem seminarista Jean de Léry, que se aventurou entre os Tupinambás na baía de Guanabara entre 1556 e 1558. Vejamos o que menciona da percepção dos índios a

⁶ Derrida, 1973, p. 150.

⁷ *Etno-grafia, A oralidade ou o espaço do outro: Léry, Certeau*, 2006, p. 211-42.

propósito :

Quanto à escrita, seja santa ou profana, não apenas a desconheciam, como também, o que é pior, não possuíam quaisquer caracteres para significar qualquer coisa: no começo quando cheguei ao seu país para aprender-lhes a língua, escrevia algumas sentenças e depois as lia diante deles que julgavam fosse uma feitiçaria, e diziam um ao outro: Não é maravilhoso que este que ontem não saberia dizer uma palavra em nossa língua, em virtude deste papel que possui e que o faz falar assim seja agora entendido por nós?⁸

Depois de identificar um conjunto de noções que no século XVII definem pela primeira vez *etnologia* – oralidade, espacialidade, alteridade, inconsciência – configurando uma ciência que se interessa “pelo que não está escrito”, em contraposição ao surgimento simultâneo de noções que baseiam a historiografia moderna – escrita, temporalidade, identidade, consciência –, Certeau busca num movimento de autorreflexão “o que o escrito diz da palavra”. O autor busca então por vestígios de presença da voz na escrita: “Interrogo-me sobre o alcance dessa *palavra* instituída no *lugar do outro* e destinada a ser escutada de uma *forma diferente* da que fala. Esse espaço da diferença questiona um funcionamento da palavra nas nossas sociedades da escrita (...)”⁹. Mesmo circunscrita pelos textos que estuda e produz, as suposições sobre a oralidade implícitas na escrita etnográfica deixariam entrever vestígios da “palavra” quando seria possível vislumbrar a presença do outro.¹⁰

Certeau lê os relatos de Léry como uma cena etnográfica primitiva. Publicados pela primeira vez em 1578, os relatos localizam-se junto às transições nas margens da modernidade. Naquele momento, se a diferença entre “eles” e “nós” já se encontrava marcada pela escrita, o frescor das narrativas desse protoetnógrafo nos permitiria ler tanto a operação escriturária circular de afirmação da identidade

⁸ *Apud* Certeau, 2006, p. 216.

⁹ Certeau, 2006, p. 212.

¹⁰ “(...) a operação escriturária que produz, preserva, cultiva “verdades” não-perecíveis, articula-se num rumor de palavras diluídas tão logo enunciadas, e, portanto, perdidas para sempre. Uma “perda” irreparável é o vestígio destas palavras nos textos dos quais são o objeto. É assim que se parece escrever uma relação com o outro.” Certeau, 2006, p. 214

de um “mesmo” quanto os desvios da fabulação errante da voz de um “outro”. A “lição de escrita” em Léry se mostra, por um lado, pela função estratégica do relato de viagem, como afirmação do “mesmo”; e, por outro lado, através da fascinação prazerosa que o narrador demonstra pela “palavra tupi”, palavra cuja ausência de sentido é capaz de promover um “buraco no tempo”, uma fissura na narrativa histórica por onde se manifesta a voz de um “outro”.

Uma tal alegria [escreve Jean de Léry, a propósito de suas impressões no decorrer de uma assembleia tupi] que não apenas ouvindo os acordes tão bem medidos de um tal multidão, e sobretudo pela cadência e pelo refrão da balada, a cada estrofe todos conduziam vozes dizendo: *heu, heuaüre, heüra, heüraüre, heüra, heüra, oueh*, fiquei inteiramente encantado; mas também todas as outras vezes que me lembro disto, o coração sobressaltado, me parece que ainda os tenho nos ouvidos.¹¹

Lançando mão da psicanálise, Certeau identifica que o sucesso da escrita em reproduzir o “mesmo” provoca um efeito secundário não desejado, um dejetivo, uma recaída, um “resto”, que finalmente remete ao “outro”. A palavra sedutora, que se aproxima do “selvagem” em sua distinção ao “civilizado”, erotiza seu corpo, sua nudez, sua voz. A sedução do corpo selvagem provoca uma espécie de abertura da escrita aos prazeres do significante, dessa forma aquilo que se encontrava impedido de ser representado, o “inter-dito”, pode vir à tona:

Respondendo a este chamado [da sedução do corpo e da voz], o gesto [da escrita] de chegar mais perto diminui a distância, mas não a suprime. Cria uma situação de inter-dito. A voz, com efeito, transita no intermédio do corpo e da língua, mas num momento de passagem de um ao outro e como que *na* sua diferença mais frágil.¹²

Assim como os Nhambiquara encontrados por Lévi-Strauss no Brasil central do século XX, os Tupinambás antropófagos descritos por Léry no século XVI

¹¹ Léry *apud* Certeau, 2006, p. 215

¹² Certeau, 2006, p. 230.

poderiam ser facilmente enquadrados em uma “cultura de presença”, sendo fácil identificar a reincidência do misticismo como forma de apropriação dos produtos da escrita, quando a prática significativa se apresenta como algo mágico e pragmático. Entretanto, além das semelhanças, é importante ressaltar que a lição historiográfica de Michel de Certeau justifica uma busca arqueológica na própria história, que pode guardar em suas entrelinhas, em seu “inter-dito” a representação de um outro, de uma outra cultura, de outras formas de apropriação que não são exatamente a interpretação e a comunicação que marcam uma cultura de sentido.

Lições aplicadas: histórias outras

Em uma fascinante investigação histórica sobre o fenômeno chamado “santidade indígena”, ao final do século XVI, Ronaldo Vainfas descreve a apropriação da catequese jesuíta realizada pelos Tupinambás, fazendo surgir uma “idolatria insurgente” que mobilizou algumas centenas de indivíduos em torno da busca de uma “Terra Sem Mal”, espécie de paraíso mitológico tupi onde se encontraria uma fartura infinita sem trabalho e sem escravidão. Partindo de relatos da inquisição portuguesa, o historiador revela como esses grupos messiânicos desenvolveram práticas e discursos de resistência à catequese e à escravidão. É interessante notar que além de Tupinambás e caboclos, os inquisidores notam a participação de homens e mulheres portuguesas nos rituais, comprovando a sedução exercida pela “santidade”. As menções à catequese dos líderes da Santidade indicam que eles tinham algum conhecimento da escrita e dos rituais católicos, que sincretizaram ao seu modo. Um detalhe nos rituais da santidade, quando se entoavam cânticos junto ao consumo de tabaco e cauim, mostrou-se particularmente interessante: a presença de “tabuinhas” com inscrições indecifráveis que ornavam suas “igrejas”:

Contou Simão Dias que, à porta do terreiro, na casa erigida como igreja dos índios, ficava uma cruz de pau; e no interior, penduradas pelas paredes, viam-se diversas tabuinhas de madeiras, pintadas com riscados “que eles diziam serem seus livros”. E no centro do terreiro, aparecia uma estaca alta de madeira enterrada no chão, sobre a qual se postava o ídolo,

“que tinha uma cara figurada com olhos e nariz, enfeitado com paninhos velhos”.¹³

O que podemos deduzir dessas “tabuinhas” com base nas descrições do historiador? Sabemos que elas faziam parte de uma simbologia ritual, quando eram certamente “lidas” ou “cantadas” pelos seus participantes. No entanto, o que se escrevia ali? As inscrições não foram compreendidas pelos acusados da inquisição, alguns deles alfabetizados. É provável que tais inscrições se aproximassem dos riscos e zigue-zagues dos Nhambiquara. Para “ler” essas “tabuinhas” da santidade, talvez seja necessário seguir tanto os questionamentos de Derrida a respeito do conceito de escritura, quanto escutar a voz do outro como aponta Michel de Certeau. Inicialmente as inscrições parecem modular uma pura representação rítmica que produz “sentido” apenas em sua *performance* ritual. Entretanto a encenação do ler e do escrever serve estrategicamente para se dar a conhecer e legitimar a importância do rito aos olhos do colonizador. Percebemos então que uma potencialidade emancipatória da escrita não se relacionava apenas aos seus significados, muitas vezes bastava fingir ler, fingir escrever.

Formas de apropriação da escrita e da leitura no Brasil

Se nas “lições de escrita” que apresentamos, percebemos claramente as formas de apropriação de uma “cultura da presença” operando sobre a escrita e a leitura, no processo de consolidação de uma cultura letrada no Brasil¹⁴ estas mesmas formas já não se mostram com tanta clareza. Entretanto, estando correta a hipótese de que nossa cultura brasileira manteve (e ainda mantém) formas de apropriação típicas de uma *cultura de presença*, vamos tentar visualizar, a partir de alguns exemplos, de que

¹³ Vainfas, 1995, p. 130. Mais à frente há mais uma menção a estes curiosos grafismos: “Quanto aos ‘breviários’ da seita a que alguns depoentes aludiram, quase nada se pode dizer. Houve testemunhas que afirmaram que alguns índios da santidade liam os riscos feitos nas tabuinhas de madeira penduradas nas paredes de sua igreja, sendo essa a informação mais precisa de que disponho sobre o assunto. A bem da verdade, os depoentes que os viram não puderam compreendê-los, nem descrevê-los a contento.” (*Ibidem*, p. 134)

¹⁴ Seguimos a afirmação de Lajolo & Zilberman: “Só por volta de 1840 o Brasil do Rio de Janeiro, sede da monarquia, passa a exibir alguns dos traços necessários para a formação e fortalecimento de uma sociedade leitora: estavam presentes os mecanismos mínimos para produção e circulação da literatura como tipografias, livrarias, bibliotecas; a escolarização era precária, mas manifestava-se o movimento visando à melhoria do sistema.” (1998, p. 18)

maneiras o *comer*, *penetrar* e o *misticismo* são formas de apropriação que se tornam comuns nas práticas cotidianas cada vez mais ordenadas pela escrita e pela leitura.

Em primeiro lugar vamos tentar compreender como é possível associar o gesto de *comer* à escrita e leitura. Lemos no primeiro número d'*A Marmota na Corte*, importante folha de literatura e variedades publicada pelo editor Francisco de Paula Brito de 1849 a 1852¹⁵, uma amostra de associação direta da leitura de impressos ao ato de comer, ou seja, *ler* e *comer* eram atos claramente associados para um leitor oitocentista:

Essa folha há de ser um guisadinho saboroso, e bem temperado por tal forma que faça os leitores ou convidados dela lamberem os beiços e pedirem repetição da dose: há de ser um pudim de cousas boas, já de levar o leite da verdade, o pão da religião, os ovos das pilhérias, o cidrão da lei, as passas da poesia, a noz moscada da crítica, e por fim a canela da decência para aromatizar o paladar das famílias, e dar uma vista agradável ao bolo. Ora pois, abram a boca e fechem os olhos para chuparem o petisco.¹⁶

A associação didática entre leitura e cotidiano é especialmente útil se pensarmos no significativo movimento de expansão do público leitor no período. No entanto, tal percepção não se mostraria presente apenas em novos leitores, toda a cultura letrada seria contaminada por um tipo de relação não-intelectual com a escrita e com a leitura. Até mesmo o mais privilegiado dentre os leitores declarava-se interpelado por aspectos corporais no ato da leitura:

O imperador dizia gostar dos livros com a satisfação dos cinco sentidos, isto é:
visual, pela impressão exterior ou aspecto do livro;
tátil, ao manusear-lhe a maciez ou aspereza das páginas;
auditivo, pelo brando crepitar ao folheá-lo;

¹⁵ No cabeçalho deste periódico lemos também uma clara associação da leitura a reações corporais: "Eis a Marmota / Bem variada / P'ra ser de todos / Sempre estimada / Falla a verdade, / Diz o que sente, / Ama e respeita / A toda gente.

¹⁶ Este texto de autoria do sócio de Paula Brito à época, o perspicaz Próspero Diniz foi publicado em *A Marmota na Corte*, n. 1, 7 de setembro de 1849.

olfativo, pelo cheiro pronunciado do papel impresso ou fino couro da encadernação;
gustativo, isto é, o sabor intelectual do livro, ou mesmo físico, ao umedecer-lhe ligeiramente as pontas das folhas para virá-las.¹⁷

Em parte, parece ser justamente o movimento de autopercepção o que caracteriza nosso nobre leitor, contudo não se trata de um aspecto reflexivo que ocorre à consciência, mas de uma interpelação corporal ao ato de leitura, um corpo-fantasma que assombra e interfere no sentido do impresso. O saboroso fetichismo que delicia o Imperador Pedro II revela uma relação sensual com o livro, indicando a leitura como uma atividade que dependia de um envolvimento corporal, ou seja, o livro não era apenas um meio para transmitir ideias de um autor, ele mesmo se tornava o objeto da experiência, sua materialidade era degustada e tornava clara a relevância da percepção sensível no ato de leitura. Ao destacar as qualidades físicas do objeto impresso, observamos um relevante deslocamento, uma vez que não serve apenas como *medium* entre consciências, o impresso não será tipicamente *interpretado*. A ingenuidade objetiva do observador sem corpo não tem lugar em um observador que necessariamente percebe sua posição corporal ao observar. As condições para a consolidação de um “campo hermenêutico” no cotidiano brasileiro deparam com este tipo de leitor-observador que não consegue eliminar o corpo do processo de significação.

Da antropofagia praticada pelos Tupinambás ao “*Manifesto Antropófago*”, essa forma primordial de se apropriar das coisas do mundo, o *comer*, parece atravessar nossa cultura. Poderíamos dizer que o significativo “atraso” na instituição das letras nacionais, dispôs um vasto e variado cardápio de “originais” a serem traduzidos e adaptados. Dessa forma compreendemos o *Manifesto* como a redescoberta de um gesto de apropriação primordial capaz de movê-lo para o centro da produção cultura. Se as chamadas vanguardas históricas questionavam a “instituição arte”¹⁸, o que questionar aqui, diante da nossa reconhecida fragilidade institucional? Foi

¹⁷ *Apud* Holanda, 1955, p. 180.

¹⁸ Utilizamos aqui o termo utilizado por Peter Bürger em *Teoria da vanguarda* (2008).

necessário dar um passo atrás, voltar às origens e à institucionalização das origens, voltar, então, à escrita da história para reescrevê-la, para reintroduzir a oralidade esquecida da língua geral, transformar palavra-morta em palavra-viva através da *performance* do manifesto. Ao voltar sua ânsia de devoração não só contra os modelos estrangeiros, mas contra a própria escrita, tornava-se possível incorporar as influências indígenas e africanas, assim como aquelas que se manifestavam fora do universo de uma cultura letrada. A formulação poético-panfletária de Oswald de Andrade, sugere levar o mundo à boca, mastigá-lo, buscar por seus sabores e prazeres corporais, incorporar então ritmos e modulações nas letras que se fariam vozes: “O espírito recusa-se a conceber o espírito sem o corpo. O antropomorfismo. Necessidade da vacina antropofágica. Para o equilíbrio contra as religiões de meridiano. E as inquisições exteriores. Só podemos atender ao mundo oreclar.”¹⁹ As incessantes redescobertas da obra de Oswald de Andrade indicam a vitalidade do *comer* para a criação e crítica cultural, neste mesmo sentido uma teoria original e vigorosa como o “perspectivismo” elaborado pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro pode ser filiado às provocações da antropofagia.²⁰

De que forma o *penetrar* se constitui como forma de apropriação significativa em nossa cultura? Seja nos capítulos de nossa história colonial, seja no noticiário atual, a dificuldade de distinguir entre o público e o privado parece ser uma constante na nossa cultura. O espaço público é frequentemente *penetrado* por interesses privados. Ora, o “homem cordial”²¹, é justamente aquele que *penetra* o espaço público com sua presença e seus afetos, com suas relações personalizadas e seus interesses privados. Se aceitamos que um dos mais importantes efeitos da disseminação das prensas foi criar a possibilidade de uma “ação social à distância”²², este efeito instaura-se de forma conflituosa uma vez que na sociedade do homem cordial a impessoalidade e a distância são o horror. Nas primeiras décadas da

¹⁹ Andrade, 2001, p. 48.

²⁰ Além disso, o uso cotidiano e polissêmico do comer relaciona esta forma de apropriação a gestos diversos na existência do “popular”, ou seja, onde as práticas ainda são predominantemente orais. Neste sentido expressões como “engolir sapo” revelam como o canibalismo cultural pode se dar dentro mesmo de nossa cultura.

²¹ Referimo-nos à definição de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*.

²² Eisenstein

imprensa brasileira lembremos que, depois de um curto período de exclusividade estatal, sucedeu-se na pré-independência uma numerosa proliferação de pasquins, cuja virulência já foi nomeada “insultos impressos”²³. Dedicados em sua maioria a violentos ataques pessoais, tais folhas escondiam-se sob o anonimato e tinham em sua efemeridade a confirmação de seus métodos violentos e unidirecionais. Assim, a constituição de uma esfera de discussão pública na imprensa foi inicialmente marcada pela violência dos ataques pessoais e defesa de interesses individuais, algo mais próximo de uma luta corporal do que da formação de um campo para uma batalha de ideias. Insistindo na atualidade e na atualização do “homem cordial”, João Cezar de Castro Rocha desenvolve em *Literatura e Cordialidade* (1998) uma “teoria do espaço público brasileiro” em que aponta a polêmica pessoal, no contexto literário de meados do século XIX, como uma estratégia para o homem de letras “cordial” *penetrar* a esfera pública literária. A cordialidade das relações desfavorecia o exercício de uma crítica autônoma, valorizando a oratória em contraste ao ajuizamento e à argumentação, o que resulta no forte caráter oral ao nosso sistema literário²⁴. Além disso, devemos notar que a presença da oratória na literatura indica uma (inter)penetração entre oralidade e a escrita.

Finalizando nossa busca formas de apropriação características de uma cultura de presença vamos identificar como um certo *misticismo* com o impresso. Na colônia sem prensas, a raridade da escrita e de impressos conferia a seus objetos uma certa aura mística, da dificuldade de se imaginar sua origem resultava o poder daqueles capazes de produzir ou manipular convincentemente a escrita e os impressos. Ao descrever a pouco usual e “inadequada” relação de proximidade

²³ Izabel Lustosa faz uma caracterização genérica dos pasquins: “Surgidos assim da ebulição política do momento, quase todos os jornais do período que vai da partida do rei, em abril de 1821, à dissolução da Assembléia, em novembro de 1823, tiveram vida efêmera. A maioria não durou mais que alguns meses. Apareciam uma ou duas vezes por semana e suas tiragens eram reduzidas. As dificuldades de comunicação impediam a divulgação pelas províncias. Muitos não deviam atingir senão o público das cidades onde eram publicados. Eram distribuídos somente aos assinantes, cujo número raramente ultrapassava duas centenas. Só muito mais tarde é que se inauguraria a venda avulsa pela cidade por jornaleiros apregoando o título do jornal e as principais manchetes.” (Lustosa, 2000, p. 28).

²⁴ De acordo com o autor: “a valorização da oratória, mais do que simplesmente definir um hábito brasileiro, corresponde a uma situação cultural entre o círculo oral e o circuito comunicativos inaugurado pelo advento da palavra impressa” (Rocha, 1998, p. 220.)

corporal que o cristianismo luso-brasileiro manteve com os santos, Gilberto Freyre exemplifica uma forma de apropriação mística da escrita:

tinha-se tanta liberdade com os santos que era a eles que se confiava a guarda das terrinas de doce e de melado contra as formigas:

– “Em louvor de S. Bento
que não venham as formigas
cá dentro”,
escrevia-se num papel que se deixava à porta do guarda
comidas.²⁵

O manuscrito assume uma função místico-pragmática, protege o alimento ao invocar uma voz capaz de afugentar insetos. Há nesse exemplo um curioso endereçamento animal: seriam as formigas capazes de decifrar tal pedaço de papel? Obviamente que não. Mas, então, poderiam elas ouvi-lo? O absurdo da questão pode nos levar à compreensão do que está em jogo nesse pequeno pedaço de papel. A escrita não é compreendida como *medium* capaz de transmitir intenções subjetivas, mas funciona, principalmente, para a invocação de uma voz. Em outro exemplo, Freyre aponta para a persistência da percepção mágica da escrita quando o sobrado se estabelece como primeiro sintoma de urbanização. Ao mapear a superstição atribuída às plantas, aves e outros animais nas varandas e quintais dos sobrados, pequenos pedaços de papel manuscritos ou impressos revelam sua função místico-pragmática: “E convém não nos esquecermos dos papéis com orações também profiláticas – guardando a casa de cidade dos perigos de ladrões, de peste, de malfeitor – que se pregavam às portas e às paredes”²⁶. Tal função é ainda hoje perceptível, até mesmo em ambientes letrados, através do uso prosaico de dizeres e imagens que convocam a presença do morto nos chamados “santinhos”.

Bem sabemos que a capital da corte em meados do século XIX não era habitada por Nhambiquaras ou por Tupinambás, mas algo das “lições de escrita”

²⁵ Freyre, 1969, p. XLII.

²⁶ Freyre, 1961, p. 227.

parece se aplicar ao suposto ordenamento que marcaria a nova “cidade das letras” por toda a colonização latino-americana. Na instigante reflexão que busca compreender como as então novas “práticas escriturárias” reproduziram sobre o ordenamento urbano uma lógica centralizadora imaginada pela escrita do colonizador, Ángel Rama identificou com pertinência resquícios de magia nas práticas de escrita que ainda hoje são praticados pelo escrivão que efetiva a partilha das propriedades desenhando o espaço que habitamos:

Pensar a cidade competia a esses instrumentos simbólicos [palavras e diagramas gráficos] que estavam adquirindo sua pronta autonomia, que os adequaria ainda melhor às funções que lhes reclamava o poder absoluto.

Apesar de que se continuou aplicando um ritual impregnado de magia para assegurar a posse do solo, as ordenanças reclamaram a participação de um *script* (em qualquer de suas expressões divergentes: um escrivão, um escrevente ou um escritor) para redigir uma *escritura*. A este se conferia a alta missão que se reservou sempre aos escrivães *dar fé*, uma fé que só poderia proceder da palavra escrita, que iniciou sua esplendorosa carreira imperial no continente.²⁷

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Oswald de. *A utopia antropofágica*. São Paulo: Globo, 2001.

BÜRGER, Peter. *Teoria da Vanguarda*. Tradução José Pedro Antunes. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

CERTEAU, Michel De. *A escrita da história*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaio de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução Miriam Schnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

²⁷ Rama, 1984, p. 29.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 1º tomo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 1º tomo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

GUMBRECHT, H. U. *Production of presence. What meaning cannot convey*. Stanford: Stanford University Press, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1936].

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1998.

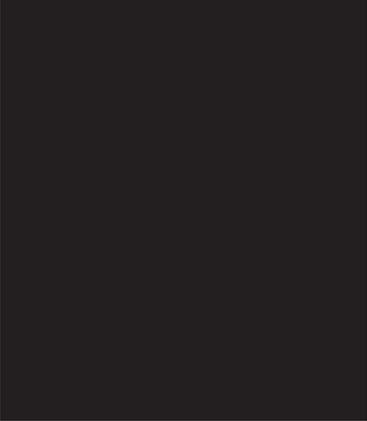
LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ROCHA, João Cezar de Castro. Introdução. In: GUMBRECHT, H. U. *Corpo e forma: ensaios para uma crítica não-hermenêutica*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.



ESCRITA, EDIÇÃO E LEITURA
NA AMÉRICA LATINA

PARTE II
HISTÓRIA EDITORIAL



El *boom* latinoamericano:

estrategias editoriales, mercado e internacionalización de nuestra literatura

JOSÉ LUIS DE DIEGO (IDIHCS-UNLP)

Las efemérides, todos lo sabemos, resultan propicias ocasiones para los recordatorios, homenajes y brindis. Pero también pueden transformarse en oportunidad para despertar el interés académico y disciplinario sobre algunos temas contenciosos de nuestra historia cultural que parecen requerir una nueva mirada exploratoria. Así, los cincuenta años de *Rayuela*, la celebrada novela de Julio Cortázar publicada en 1963, han sido, y siguen siendo, motivo de mesas redondas, conferencias, artículos y *dossiers*, actos y exposiciones. Y son también un estímulo para poder repensar aquel contexto de producción de los años sesenta, tantas veces discutido, desde la especificidad de nuestra disciplina.

En esta dirección, hace algunos años procuré deslindar, de entre las 1800 páginas del epistolario de Julio Cortázar, los materiales que pudieran resultar pertinentes para reconstruir la historia de la edición de los textos del autor argentino. Me refiero a los tres tomos de las *Cartas*, editadas en 2000 por Aurora Bernárdez. El resultado fue el trabajo “Cortázar y sus editores” (2009); se trata de un estudio de caso referido al período que nos ocupa, y que hace foco en un autor (Cortázar), una editorial (Sudamericana) y un editor (Francisco Porrúa),

absolutamente centrales en el establecimiento y consolidación del así llamado *boom* de la literatura latinoamericana. En la misma revista y en el mismo *dossier* en que se publicó aquel artículo, incluimos el trabajo de Fabio Esposito sobre el sello Seix-Barral; contra la imagen recurrente de novedad, ruptura y vanguardia, asociada en especial al editor Carlos Barral, Esposito enlaza las estrategias de la editorial catalana con políticas de expansión cultural que España venía desarrollando desde fines del siglo XIX. Por otra parte, quiero destacar los aportes de Valeria Añón en sus trabajos sobre los catálogos de Joaquín Mortiz y ERA (2013), las editoriales mexicanas que mejor encarnan el proceso de modernización literaria que nos ocupa. A partir de estos aportes, nos propusimos estudiar, con Esposito y Añón, colegas de la Universidad Nacional de La Plata, la articulación de ese “triángulo” –Buenos Aires, México y Barcelona– desde las políticas de edición que protagonizaron aquel excepcional momento de expansión de nuestra literatura.

Referirse, una vez más, al *boom* de la literatura latinoamericana requiere numerosos recaudos y variadas precauciones; no sólo por el carácter polémico del objeto de estudio, sino también por lo agobiante de la vasta bibliografía sobre el tema, que amenaza con ser infinita. Limitemos, por lo tanto, nuestras pretensiones. Se trata de analizar las políticas editoriales de los principales sellos y su articulación transnacional con el fin de precisar los verdaderos alcances e implicancias de dichas estrategias en el proceso de internacionalización referido. Así precisado el recorte, la bibliografía puede acotarse y su perfil se torna más nítido. No voy a postular aquí, por razones de tiempo, un tedioso estado de la cuestión, pero sí, al menos, destacar los aportes más significativos. Fue Ángel Rama quien inauguró esta perspectiva de análisis para el estudio de aquellos años, y lo hizo en varios momentos, en especial, en “El ‘boom’ en perspectiva”, el trabajo de 1984 incluido en *Más allá del boom: literatura y mercado*. Rama enfoca el fenómeno del *boom* como parte de un proceso más amplio de progresiva profesionalización de los escritores, de consolidación de un mercado nuevo producto de la ampliación de las clases medias, y de integración de la literatura a las emergentes industrias de la cultura que ganaban cada vez mayor difusión desde los semanarios modernizadores; es esta novedosa coyuntura la que solía

colocar a los escritores ante dilemas de difícil resolución, como dedicar más tiempo a la creación o a la promoción de sus libros, o la de cómo responder a una demanda creciente de los editores y del mercado, o la alternativa ya clásica, propia de aquel período, entre escritura literaria y compromiso político. Estos dilemas se encuentran en el foco de atención –desde el título mismo– de una de las investigaciones más lúcidas y completas sobre el período que nos ocupa; me refiero al libro de Claudia Gilman, *Entre la pluma y el fusil. Debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina* (2003), en el que se subraya el carácter aglutinante que tuvo la revolución cubana en la emergencia del escritor-intelectual y en la configuración de imágenes de autor que encarnaron, con gran visibilidad, en estrategias editoriales exitosas. Sólo un año después, en 2004, se dio a conocer en Barcelona la estupenda investigación y recopilación documental de Joaquín Marco y Jordi Gracia *La llegada de los bárbaros. La recepción de la literatura hispanoamericana en España (1960-1981)*. De entre los trabajos preliminares, nos interesa en particular el de Bernhard Pohl, “Vender el boom: el discurso de la difusión editorial”, en el que se detiene en la centralidad de Carlos Barral y de Barcelona como agentes difusores del boom en lengua española. En 2009 se publicó el aporte de Esposito sobre Seix-Barral que ya he comentado; del mismo año es el artículo de Nora Catelli “La élite itinerante del boom: seducciones transnacionales de los escritores latinoamericanos (1960-1973)”; la autora destaca las reglas de sociabilidad que se fueron instaurando en el grupo de escritores, lo que implicaba no sólo afinidades estéticas y/o políticas sino también el compartir circuitos de edición, agentes literarios que los representaban, un conjunto de publicaciones periódicas que les otorgaban difusión; hechos, en suma, que consolidaron un llamativo “espíritu de cuerpo”.

Planteado muy sumariamente el estado de la cuestión, quisiera deslindar los núcleos más importantes de debate e investigación.

1. La cuestión del boom

Desde su constitución misma, y desde su nominación onomatopéyica y explosiva, el boom estuvo sujeto a no pocas controversias. Por un lado, hubo

quienes sostuvieron que se trató de una concurrencia de notables escritores que encontraron un público fiel; ese hecho arrastró el interés de editores y, en consecuencia, se lograron sorprendentes niveles de venta. Por otro, quienes no pusieron en duda la calidad de los escritores –aunque algunos pocos sí lo hicieron– pero sospecharon tempranamente que el *boom* había sido el resultado de una astuta maniobra editorial con sede en Barcelona. En este sentido, es conocida la frase de Julio Cortázar: “... todos los que por resentimiento literario (que son muchos) o por una visión con anteojeras de la política de izquierda, califican al *boom* de maniobra editorial, olvidan que el *boom* (ya me estoy empezando a cansar de repetirlo) no lo hicieron los editores, sino los lectores” (en Rama, 1984: 61). A esta doble interpretación, se suma una tercera: la que afirma que el *boom* fue la manifestación cultural que, internacionalizada, proclamó la centralidad de la revolución cubana en el escenario de los primeros sesenta. De modo que habría una coexistencia de determinaciones confluyentes: la que proviene del sistema literario, la que proviene del mercado y las industrias de la cultura, y la que proviene del ámbito de la política y de los debates ideológicos. Veamos entonces los conflictos que se abrieron en la intersección de esas determinaciones.

1.1. Literatura y mercado. Los escritores del *boom* enfrentaron un proceso vertiginoso de profesionalización para el que, según se quejaban a menudo, no estaban preparados. Como se sabe, la profesionalización de los escritores es un proceso de ciclo largo que se inicia en Europa hacia mediados del siglo XIX con los narradores que se suman a las estrategias de ampliación del público de los grandes periódicos a través de los folletines. Desde entonces y hasta hoy, el campo literario se ha visto envuelto en debates interminables, que a menudo se explicitan como alternativas dilemáticas, acerca de opciones éticas y estéticas diferentes respecto del mercado y del público. Si estamos, entonces, ante un ciclo largo, lo novedoso del período que nos ocupa es su aceleración, en un contexto cultural y comercial que debió acomodarse al éxito sin las herramientas adecuadas. En este sentido, los testimonios son numerosos, en especial de

García Márquez; quizás porque es el caso en el que mejor se advierte el vértigo de los cambios que estamos comentando:

... entonces te encuentras en una situación como la mía en este momento: solicitado por los periodistas, por los editores, en fin, por todo lo que ya sabemos que trae una situación así. Entonces se plantea un problema que yo no sabía que se iba a plantear: es el de la conducta del escritor progresista, no militante, que vive en un mundo capitalista. Es decir, esto te obliga a crearte un ética, que te la tienes que ir creando solo, porque no te la enseñan en la escuela, te la va enseñando la vida cotidiana, y esa ética está muy relacionada para mí con el dinero (...) Y creo que en un sistema capitalista, el único dinero limpio que puedo recibir es el que me dé la venta de mis libros (en González Bermejo, 1971: 45).

En el artículo ya citado, Ángel Rama ha reseñado sumariamente la magnitud de estas transformaciones y los conflictos que fueron creando. Por un lado, “la necesidad de asumir un régimen de trabajo acorde con el nuevo sistema” (1984: 93); la demanda creciente de material para editar no se condice con un régimen de producción artesanal, o con figuras de escritor ligados a la bohemia y al escribir en momentos de inspiración o en los ratos libres: el escritor deviene un productor, de trabajo *full time*, obsesivo con el producto y colaborador eficiente con la difusión del resultado. Rama advierte con lucidez un corte entre el ritmo de producción de los autores del *boom* respecto de otro modelo, el de Rulfo, Guimarães Rosa, Arguedas o Lezama Lima, autores más alejados de las demandas del mercado, más artesanales, de ritmo lento de producción. En segundo lugar, los requerimientos editoriales erosionan el tiempo necesario para la creación y los escritores terminan por autorizar la publicación de textos misceláneos, antologías, obras escritas años atrás que se reciclan para la publicación, libros reeditados en colecciones populares, incluso la escritura de obras por encargo. En tercer lugar, el escritor exitoso deviene una “marca”, sujeto a las reglas de juego de un mercado de élites que se ha convertido rápidamente en un mercado de masas. Los testimonios también abundan en este

sentido: artistas solitarios, reacios al contacto público, ideológicamente refractarios a la invasión de la lógica de la oferta y la demanda, que deben ir cediendo progresivamente a la exposición mediática, a la realización de entrevistas, a la promoción de sus libros. Aquí se puede referir, en breve, el caso de Cortázar. Por un lado, se niega a participar de concursos literarios;¹ por otro, se resiste con frecuencia a dar entrevistas o a promocionar sus libros. Son interesantes, a manera de ejemplo, las idas y vueltas con el semanario *Primera Plana*, ya que Porrúa, su editor en Sudamericana, le sugiere que acepte una entrevista porque el semanario había sido muy generoso con la promoción de sus libros. Finalmente, como una excepción a la regla autoimpuesta, acepta la entrevista, pero se niega a participar del jurado de un concurso organizado por la revista. Es decir, se resiste al típico juego de dar notas al que mejor lo promociona, del favor por favor, ya que es consciente de que no se trata de favores sino que cada uno hace el negocio que más le conviene. Le contesta a Tomás Eloy Martínez: “Hace cuatro años que rechazo sistemáticamente las múltiples invitaciones que recibo para ir a congresos, coloquios, mesas redondas y reuniones internacionales; si las hubiera aceptado, *Rayuela* estaría aún en manuscrito” (2000: 858). Incluso años después, el escritor de éxito parece ponerse obstinadamente de espaldas al mercado: en su legendario libro de 1966, Luis Harss afirma que Cortázar y Aurora Bernárdez “detestan toda intrusión en su vida privada, evitan los círculos literarios y rara vez conceden entrevistas” (1966: 259). Esta actitud parece contradecir la generalización que algunos críticos, como Ángel Rama y David Viñas (1984), han realizado con respecto a la exposición de los autores del *boom* a las reglas del mercado, fenómeno que es más visible en autores como Mario Vargas Llosa y Carlos Fuentes, pero que, al menos en los primeros sesenta, no resulta tan generalizado. En este sentido, podría afirmarse que Vargas Llosa, tomado muchas veces como caso arquetípico, es en verdad quien más se aparta de la norma; no hay que olvidar que es el único que ingresa al mercado a través del sistema de premios. Su mayor adaptabilidad a la lógica del mercado puede obedecer también a la distancia generacional:

¹ También García Márquez fue refractario al sistema de premios literarios: “Yo soy enemigo de toda subvención para escribir, de cualquier clase, sean becas de fundaciones, sean ayudas, inclusive premios” (en González Bermejo, 1971: 46).

cuando ganó el Premio Biblioteca Breve con *La ciudad y los perros* tenía sólo 26 años.

A menudo escuchamos que el estudio de las leyes de funcionamiento del campo literario poco tiene que ver con la literatura en sí. Sin embargo, parece evidente que en los escritores del *boom* la fama súbita produce un efecto de repliegue, de no aprovechar el impulso adquirido, de no repetir la fórmula de éxito. Esta actitud puede deberse o bien a la intención de huir del agobio de la fama, o de retroceder ante la sospecha de que están haciendo una literatura fácil, o bien a una loable fidelidad a proyectos creadores cada vez más consolidados. Si se ha dicho muchas veces que la élite del boom cerró filas en la defensa de la especificidad de su quehacer contra las presiones heterónomas del campo de la política, también habría que decir que procuró, con desigual fortuna, cerrar filas en contra de las presiones del mercado. Prueba de ello han sido las decisiones estéticas implicadas en el proceso que va de *Rayuela* (1963) a *62 modelo para armar* (1968); de *Cien años de soledad* (1967) a *El otoño del patriarca* (1975); de *La muerte de Artemio Cruz* (1962) a *Cambio de piel* (1967). Numerosos críticos se alzaron contra el excesivo vanguardismo de las nuevas propuestas, contra un tipo de literatura experimental que se ponía de espaldas al público, y contra esos escritores que en un momento parecían hablarnos a todos y ahora volvían a producir una literatura para especialistas. En suma, el dilema es bien claro: si escriben para muchos es porque cedieron a las exigencias del mercado capitalista; si escriben para pocos, es porque se han vuelto elitistas. En cualquier caso, Rama tiene razón: las demandas del mercado y del público transforman a los escritores artistas en escritores intelectuales; sólo quiero agregar que, no obstante lo afirmado muchas veces por los detractores del *boom*, buena parte de los testimonios de entonces pone de manifiesto que esa transformación no fue buscada por los escritores y a menudo se les fue imponiendo a pesar de sus explícitas intenciones en contrario; ha dicho Jorge Lafforgue que aquellos escritores “quizás sean las principales víctimas de un sistema que implica el condicionamiento de la literatura a las estructuras del mercado, a la impiadosa maquinaria de la actual sociedad de consumo” (2005: 85).

1.2. Mercado y revolución. El segundo dilema es de sencilla formulación, ya que las reglas del mercado que hemos reseñado se enfrentan de un modo ostensible con el ideario revolucionario que la élite del *boom* sostenía públicamente. Esa contradicción obtuvo su mayor visibilidad en un hecho en apariencia poco relevante, pero altamente significativo por aquellos años: el lugar de residencia de la élite. Ya en 1968, en un conocido artículo, el uruguayo Mario Benedetti, caracteriza al *boom* a partir de lo que llama “sus términos más superficiales”: “fama, traducción a otros idiomas, elogios de la crítica, viajes, becas, premios, adaptaciones cinematográficas, no despreciables ingresos y la consiguiente posibilidad (tan insólita para el artista latinoamericano) de vivir de su arte” (1969: 42); unas líneas más adelante, sin alzar el dedo acusatorio, se refiere a la comodidad de vivir sin riesgos, opinando desde un lugar seguro: “... el lector latinoamericano curiosamente no le exige a quien reside en París la misma comprometida actitud de quien comparte con él tensiones, crisis económicas y hasta persecuciones” (1969: 43). Años después, cuando a mediados de los setenta ya se ha dado por terminado el fenómeno del *boom*, pueden leerse acusaciones más duras: “Palabras grandilocuentes contra el imperialismo, el capitalismo, el Pentágono, la guerra de Vietnam, los militares gorilas y a favor del castrismo (...) Porque sus autores no viven en ningún país del Este europeo ni siquiera en Cuba: viven en París, Londres, Barcelona, o en las universidades norteamericanas, siempre tan benignas con ellos a pesar de que ellos aseguran que detestan a Estados Unidos” (en Marco y Gracia, 2004: 1017). Contra esta acusación, los escritores del *boom* se han defendido una y otra vez y en este sentido las citas podrían multiplicarse; sólo dos o tres ejemplos. En una entrevista de 1970, Vargas Llosa niega, una vez más, que se pueda “establecer una relación de causa a efecto entre la calidad o significación de una obra literaria y el domicilio geográfico de su autor”, y agrega: “El contacto físico del escritor con su realidad nacional no presupone nada desde el punto de vista de la obra literaria: no determina ni los temas, ni el vuelo de la imaginación ni la vitalidad del lenguaje de un autor. Exactamente lo mismo puede decirse del exilio” (en Marco y Gracia, 2004: 617). Se trata de una estrategia astuta y repetida: cuando los atacan con argumentos *ad hominem*, contestan desde la

literatura. Dos años después, Donoso reafirma esta posición desde su tan difundida historia “personal”: dedica todo el capítulo IV de su libro a refutar las críticas y los lugares comunes de quienes creen que “llevan lujosas vidas ociosas, gracias a sus ‘pingües’ derechos de autor, en las capitales más fascinantes del mundo, viajando en jet...” (1983: 49). Según Donoso, el exilio parece ser constitutivo de la mejor tradición poética latinoamericana y nada tiene que ver con una coyuntura económica favorable para los autores del *boom*. En 1974, Eduardo Galeano, que dirigía por entonces la revista *Crisis*, le solicita una entrevista a Cortázar, pero éste prefiere enviar una suerte de autorreportaje irónico; interrogado sobre el *boom*, Cortázar afirma: “Mejor que nunca (...) nos reunimos cada tres meses en hoteles de superlujo, eligiendo cada vez una ciudad diferente en la que podemos organizar nuestras orgías sin llamar la atención. García Márquez, Fuentes, Vargas Llosa, Asturias, Carpentier y yo (...) discutimos la situación con nuestro gerente general, que nos fue recomendado por Lucky Luciano himself y que tiene certificados de Onassis y de Spiro Agnew. Nuestras acciones están dando dividendos satisfactorios...” (*Crisis* N° 11, marzo de 1974: 43). Pero la ácida intervención de Cortázar tiene que ver, probablemente, con una máxima incomodidad. Después de vacilaciones, Cortázar se decide por no firmar la carta de los intelectuales a Fidel Castro con motivo del llamado “caso Padilla”; la reacción de Castro en el cierre del Primer Congreso Nacional de Comunicación y Cultura, el 1° de mayo de 1971, utiliza precisamente el argumento de los detractores del *boom* para referirse a los “seudoizquierdistas declarados que quieren ganar laureles viviendo en París, en Londres, en Roma”. El argumento que más los irritaba ahora estaba en boca del líder cubano: no sólo la diatriba venía desde donde más duele, sino que él mismo, Cortázar, había caído en la volteada.

A la oposición entre escritor artista versus escritor intelectual que postuló Ángel Rama, ahora hay que agregar, entonces, la oposición entre escritor consagrado por el mercado versus escritor revolucionario. Sobre esa oposición, Claudia Gilman ha escrito: “Este fenómeno de clímax y agotamiento casi inmediato de las posibilidades del mercado editorial fue crucial en la constitución de ideologías o figuras de escritor y delimitó una frontera entre escritores

considerados 'revolucionarios' y escritores 'consagrados' que llevó a releer peyorativamente el éxito según criterios políticos que consideraban al escritor consagrado en el mercado como traidor a sus deberes revolucionarios" (2001: 402). Si, con Pierre Bourdieu, estamos acostumbrados a pensar que las leyes propias del campo intelectual suelen poner bajo sospecha al éxito del escritor consagrado, aquí la condena no proviene de la lógica de su funcionamiento autónomo sino de las presiones heterónomas del campo político. Así, la oposición mercado versus revolución fue para la élite del *boom* un dilema sin solución; ese dilema no fue el resultado o la consecuencia de ciertas acciones, sino que estaba en la génesis misma del proceso; en palabras de Mejía Duque, se trataba de la "ambigüedad constitutiva" del *boom* (1974: 133). El propio ensayista colombiano ha opinado con lucidez acerca de los tres parámetros de análisis que aquí venimos desarrollando: "... de los tres elementos estructurales del fenómeno complejo del 'boom' -y cuya combinación determinó su radical ambigüedad-, los elementos NEGOCIO EDITORIAL y REVOLUCIÓN CUBANA (sobredeterminante histórico inmediato) pesaban más que el elemento LITERATURA. No obstante, el tercero era el que destellaba y el que debía sobrellevar la gloria" (1974: 139; las mayúsculas en el original).

1.3. Literatura y revolución. Cuando Mario Benedetti afirma que es necesario "un asalto al Moncada" en la práctica artística, o cuando Julio Cortázar blande su consigna, "mi ametralladora es la literatura", están provocando una simbiosis entre literatura y práctica política, que se revestirá de marcas retóricas típicas en la discursividad de aquellos años.² Benedetti, incluso, va más allá cuando interpreta que la revolución cubana, en tanto transformación imaginativa en lo político y social, "ha seguido un proceso particularmente afín con el de una obra de arte" (1969: 39). Como hemos visto, los ataques a la élite del *boom* por momentos estaban dirigidos a sus decisiones y actitudes personales, por momentos a sus obras literarias; es más, podría afirmarse que buena parte de los equívocos en los debates de aquellos años surgen de la confusión entre estas

² Benedetti, Mario (1973) "El escritor latinoamericano y la revolución posible", *Crisis*, N° 3. Buenos Aires, julio, pp. 28-35. Cortázar, Julio (1973) "Mi ametralladora es la literatura" (entrevista de Alberto Carbone), *Crisis*, N° 2. Buenos Aires, junio, pp. 10-15.

dos instancias. Por un lado, Vargas Llosa, Cortázar, Fuentes, García Márquez son excepcionales escritores; la calidad indiscutible de sus novelas y de sus cuentos los coloca “a la izquierda” de las actitudes personales de sus autores y de sus defecciones burguesas. Sin embargo, años después, el argumento comenzaba a invertirse: en el coloquio “Ideología y literatura”, realizado en Minneapolis, Jaime Concha afirma con cierta ironía que “en *Rayuela* existe un compromiso con la ambigüedad, sólo explicable por motivos ideológicos” (1975: 152) y que su crítica a la celebrada novela “en nada pretende cuestionar la limpia actitud política de Julio Cortázar” (131), y cita a continuación su lealtad a la revolución cubana y su activa participación en las tareas de solidaridad con el pueblo de Chile. Como vemos, en ambos casos el razonamiento es el mismo aunque se inviertan los términos: o bien la obra de Cortázar es rescatable *a pesar* de las incoherencias de su autor, o bien las actitudes públicas de Cortázar son elogiadas *a pesar* de la ambigüedad ideológica de su obra. En uno y otro argumento se pone de manifiesto la imposibilidad de hablar de un texto literario prescindiendo de las posiciones políticas que adopta el autor. La defensa que los escritores asumieron consistió precisamente en deslindar los campos y evitar las confusiones: así, contra las presiones de los intelectuales revolucionarios, cerraron filas en defensa de la libertad creativa como un baluarte que no se podía resignar sin el riesgo de empobrecer la revolución mediante un arte partidista y por ende mediocre.

Ya para mediados de los setenta, García Márquez se había transformado en una suerte de embajador itinerante, con muy buenos contactos en el mundo político; amigo personal de Fidel Castro, pero también de Carlos Andrés Pérez, del General Torrijos, de Francois Mitterrand, de Alfonso López Michelsen, de los sandinistas. Quizás esta estrategia del colombiano sea uno de los mejores ejemplos de la hipótesis de Bourdieu sobre la relación entre autonomía y compromiso. Quiero decir que su alta visibilidad en la política no fue en desmedro de la autonomía necesaria para la práctica literaria, sino lo contrario: resultó la dosis de poder que necesitaba para defender, una y otra vez, la autonomía conquistada. En una entrevista de 1981, le preguntaron “¿Qué efectos le parece que ha tenido la revolución cubana en la literatura

latinoamericana?”, y contesta: “Hasta ahora ha tenido efectos negativos. Muchos escritores que se consideran políticamente comprometidos se sienten obligados a no escribir historias sobre lo que ellos quieren sino sobre los que creen que debería querer. Y eso tiene como resultado un cierto tipo de literatura calculada que no tiene nada que ver con la experiencia ni con la intuición” (V.A., 1996: 157). No obstante, no todos tenían las espaldas de García Márquez para poder sostener esa posición. En muchos casos, la autonomía sólo podía leerse como un alejamiento del campo de lucha, como un abandono del compromiso y de la responsabilidad respecto de los imperativos políticos; por lo tanto, los escritores debieron buscar algún tipo de argumentación que enlazara esas paralelas, literatura y revolución, cuya síntesis representaba un desafío teórico. En 1968, en el Congreso Cultural de La Habana, Mario Benedetti ensaya una fórmula que se convertirá en un lugar común, en un tópico, en el intento de lograr una síntesis entre vanguardia artística y vanguardia política: “...en el aspecto dinámico de la revolución, el hombre de acción sea una vanguardia para el intelectual, y en el plano del arte, del pensamiento, de la investigación científica, el intelectual sea una vanguardia para el hombre de acción”. Esta fórmula, que adopta la estructura retórica de un quiasmo, representa una verdadera implicancia doble: la evolución de la vanguardia artística sólo puede lograrse integrada a un proceso revolucionario, de lo contrario será inevitable su aislamiento de las masas; inversamente, la revolución política sólo podrá lograrse con el concurso de los intelectuales, de lo contrario habrá una transformación económica y política pero no cultural, con el riesgo del anquilosamiento de la revolución. En su respuesta a la polémica con Oscar Collazos, Cortázar no sólo utiliza la fórmula para titular su artículo (“Literatura en la revolución y revolución en la literatura”), sino que la reitera como conclusión pero con un “más que” que sitúa el debate en el campo literario, desplazándolo del campo estrictamente político: “...uno de los más agudos problemas latinoamericanos es que estamos necesitando más que nunca los Che Guevara del lenguaje, *los revolucionarios de la literatura más que los literatos de la revolución*” (1970: 36; la cursiva en el original). De modo que la implicancia doble era algo más que una estrategia argumentativa, era la marca retórica de un núcleo de convicciones muy fuertes

de un vasto sector del campo intelectual que se planteaba, ya hacia fines de los sesenta, no sólo en el nivel de los debates teóricos sino, y muy especialmente, en el nivel de las decisiones personales: cómo seguir escribiendo sin abandonar la lucha; cómo participar de la revolución sin resignar mi oficio; cómo justificar la utilidad de mi oficio para la tarea revolucionaria. Ni Fuentes, ni Vargas Llosa, ni García Márquez cedieron a las consabidas presiones y lograron pivotar entre la literatura y la revolución evitando que las paralelas se cruzaran. Para esto, se valieron, claro está, del prestigio que les otorgaba la tercera de las determinaciones, el mercado editorial y la consagración pública, como si el aval de los lectores constituyera el respaldo necesario para continuar en la profundización de las convicciones autonómicas. Por su parte, Julio Cortázar creyó, por un momento, que las paralelas se podían juntar; recordemos las palabras que abren su *Libro de Manuel*: “Si durante años he escrito textos vinculados con problemas latinoamericanos, a la vez novelas y relatos en que esos problemas estaban ausentes o sólo asomaban tangencialmente, *hoy y aquí las aguas se han juntado,...*” (1973: 7; la cursiva es nuestra). El resto de la historia es conocida: pocas novelas del autor han sido castigadas por la crítica como *Libro de Manuel*, de donde el intento de Cortázar apareció como un experimento fallido en el camino por soldar en un mismo proyecto literario la praxis estética vanguardista y la praxis política revolucionaria. Por otra parte, Gilman sostiene que una de las limitaciones más evidentes de los intelectuales revolucionarios fue que no generaron obras de calidad reconocida: “¿Dónde estaba la literatura revolucionaria? Los mejores narradores vivían fuera de Cuba y habían roto relaciones con el gobierno (Guillermo Cabrera Infante y Severo Sarduy), y Lezama Lima era un marginal en la revolución. La espera de una literatura revolucionaria en Cuba fue casi una pesadilla” (2003: 273-274).

Hablamos de tres determinaciones confluyentes: la que proviene de la autonomía (amenazada) del campo literario; la del mercado editorial y sus demandas; y la de la revolución cubana y sus urgencias. En este punto, quisiera detenerme en dos afirmaciones de José Donoso. La primera dice: “Y así como el Premio Biblioteca Breve de Novela de 1962 ‘lanzó’ a Mario Vargas Llosa, es

igualmente lícito decir que Mario Vargas Llosa ‘lanzó’ a Seix-Barral” (1983: 60-61). En la segunda afirma: “... han sido diversamente atendibles las dos interpretaciones acerca de la ecuación Cuba-escritores latinoamericanos. Una dice que los escritores latinoamericanos utilizaron a la revolución cubana para encumbrar sus famas; la interpretación contraria dice que la revolución cubana utilizó a los escritores, característicamente ingenuos políticamente, para que le hicieran propaganda en todo el mundo” (1983: 146). En las dos opiniones de Donoso se advierten las intersecciones de las que venimos hablando, de donde las determinaciones nunca pueden leerse en un sentido único y más bien asumen la propiedad de la reciprocidad, como si los tres vértices de esta compleja relación fueran, a la vez, *determinantes de* y *determinados por* los otros dos, aun cuando, como el caso de mercado y revolución, aparezcan como fuertemente opuestos.

2. La cuestión editorial

Buena parte de la historia del *boom* en España ya ha sido escrita, sobre todo en el libro citado de Marco y Gracia. Sin embargo, la lectura de ese seductor libro genera cierta incomodidad. Desde la elección misma del título, *La llegada de los bárbaros*, los autores ironizan sobre ciertos prejuicios ideológicos que en algún caso muestran, aún hoy, su raigambre colonialista. Lo llamativo es que esos prejuicios no sólo pueden leerse en ensayistas o críticos portadores de un nacionalismo más o menos rancio, o del sueño de una Hispanidad en la que la península fuera aún la Madre Patria; también se advierten en sectores de la vanguardia intelectual y política. No me refiero, en este caso, a los debates sobre la calidad de los escritores latinoamericanos respecto de lo que se producía en España, sobre lo que se ha escrito mucho; me refiero a lo implicado en nuestro tema, a la excesiva centralidad que a menudo se le otorga a las iniciativas editoriales con sede en Barcelona a la hora de evaluar el *boom*. Resultan de mucho interés, en este sentido, las *Memorias*, de Carlos Barral, porque allí están presentes los prejuicios mencionados y la centralidad autoproclamada. Refiriéndose al Premio Biblioteca Breve que otorgaba Seix-Barral, afirma que

“por su palmarés de ganadores y finalistas pasaron la mayoría de esos escritores empeñados en devolver su grandeza a la prosa de Indias” (2001: 576). Y en otro lugar, agrega:

A partir de la concesión del premio, por unanimidad, al desconocido Mario Vargas Llosa, aquella llamada editorial se convirtió en eje de una política de descubrimientos y de reconocimientos de escritores publicados en el secreto de la provincia y hasta entonces condenados al ergástulo de las estrechas glorias municipales (...) el premio recorría las celdas culturales del otro continente y convocaba a los escritores enclaustrados en sus cafés de lejanísimos barrios o provisionalmente acampados en París. Sin que nadie se lo hubiera propuesto con verdadera determinación, el premio era al cabo de los años un puente literario transatlántico, practicable sólo para una cierta literatura, digamos que de mi gusto y manías, que se pretendió vanguardia de una literatura con vocación universal (2001: 572).

En el momento de referirse a sus viajes, dice que hizo en América muchas amistades literarias, “algunas, es cierto, transitorias y borradizas, lo que es muy de México y muy del continente convulso” (2001: 623). Se trata sólo de un muestrario de citas. Resulta increíble que un hombre de la vanguardia intelectual catalana hable de la “prosa de Indias” (y sin usar comillas); que se refiera a América latina como el “continente convulso” desde una Europa que para principios de los sesenta aún mostraba las heridas de la segunda guerra; que afirme que el Premio lograba sacar a los escritores del “secreto de la provincia” (¿la provincia será Latinoamérica?), del enclaustramiento, de las “celdas” y de los “ergástulos”!, desde una España que ya llevaba 25 años de dictadura. Pero la incomodidad ante la egolatría del famoso editor no es sólo ideológica, no me mueve un afán reivindicativo de lo latinoamericano frente a alusiones injustas o prejuicios arraigados. Lo que más incomoda es la tergiversación de las cosas. Que el Premio Biblioteca Breve se transformó en un “puente literario transatlántico” es cierto, pero que fue “practicable sólo para una cierta literatura” del “gusto y manías” de Barral es falso. Prueba de ello es que hay sobrados testimonios de los intentos que llevó a cabo, sin éxito, por publicar a Cortázar y a

García Márquez, autores que, es sabido, no eran de su preferencia estética pero que vendían muy bien. Sin embargo, la tergiversación mayor no se advierte en lo que Barral dice, sino en lo que no dice; y lo que no dice es aquello que no está debidamente estudiado y constituye lo que aquí estamos postulando como objeto de investigación. Me refiero a la labor fundamental de editoriales latinoamericanas en el proceso de internacionalización de nuestra literatura. En esta dirección, se impone una labor de articulación de trabajos preexistentes, localizados, hacia una perspectiva integradora que adopte como horizonte metodológico la existencia de una república mundial de las letras (Casanova, 2001). Para decirlo más claramente: no es posible explicar debidamente fenómenos como el *boom* de la narrativa latinoamericana a través de trabajos sobre objetos aislados. Si lográramos integrar los aportes de los españoles, ya reseñados, con los estupendos trabajos de Gustavo Sorá y de Valeria Añón sobre las editoriales mexicanas, y con los avances significativos en estudios sobre el mercado de edición en Argentina, podremos entonces reconstruir el triángulo Buenos Aires-México-Barcelona (con La Habana y París como telón de fondo ideológico), un procedimiento indispensable para relevar los datos más significativos y someterlos a interpretaciones ajustadas a la realidad.

Voy a mencionar sólo dos casos a manera de ejemplo. Recordemos, en primer lugar, que el Fondo de Cultura Económica, la gran editorial mexicana, fue creando sucursales en Argentina en 1945, en Santiago de Chile en 1954, en Madrid en 1963, etc. En el mismo año de 1945, Antonio López Llausás, director de Sudamericana, quien veía con recelo el ascenso del peronismo, funda dos subsidiarias de la empresa: Hermes en México en 1948 y, un año después, Edhasa en Barcelona. O sea: el Fondo se expande hacia el sur, mientras Sudamericana lo hace hacia el norte, dos movimientos que fueron asentando una ideología de corte americanista, además de aceptar los intercambios comerciales, hechos que desmienten, al menos parcialmente, el carácter provinciano y enclaustrado que atribuye Carlos Barral a nuestra producción cultural. Y no sólo Barral; Gras Miravet y Sánchez López sostienen que la relación Europa y Latinoamérica “constata la necesidad de un agente externo que vertebrara el desarticulado mercado del libro latinoamericano, que no tenía, hasta el

momento, más circulación que a nivel nacional, *sin intercambiar su producción siquiera con el país vecino*” (en Marco y Gracia, 2004: 120; la cursiva es nuestra).

El primer caso por estudiar es el de la arista México-Barcelona, vínculo que resultó productivo gracias a la relación personal entre Joaquín Díez-Canedo y Barral y a la relación comercial entre Joaquín Mortiz y Seix-Barral. En una entrevista de 1999, el reconocido editor español Jaime Salinas refiere lo siguiente: “El que tenía que haber sido el primer editor español de *El tambor de hojalata* era Carlos Barral, que poco después de su publicación en Alemania firmó contrato con Steidel Verlag para los derechos de publicación en lengua castellana. Eran los años sesenta y [...] seguía en vigor la censura, que obligaba al editor a presentar en el Ministerio de Información y Turismo todo libro o manuscrito, donde era puesto en manos de los censores. [...] Seix Barral no tardó en recibir el correspondiente oficio denegando la publicación de *El tambor de hojalata* en España. Inmediatamente Carlos Barral se lo comunicó al editor alemán proponiéndole al mismo tiempo un traspaso del contrato a la editorial mexicana Joaquín Mortiz, dirigida por el exiliado español Joaquín Díez-Canedo, con el que Barral mantenía estrechas relaciones personales y profesionales que le habían permitido publicar más de un libro que le había sido denegado por la censura. Steidel Verlag no puso inconvenientes, Joaquín Mortiz encargó su traducción a Carlos Gerhard y poco después apareció en México la primera edición en lengua española de *El tambor...*”. Como se ve, se trata de algo más que una anécdota: estamos en 1963, con la editorial mexicana recién creada, sin haberse lanzado aún el *boom*, y ya existían estas redes tan aceitadas entre Barral y Díez-Canedo, a quien el español menciona como “futuro amigo y compañero de aventuras profesionales” (2001: 481). Años después, en 1967, el mecanismo evasor de la censura a través de la editorial mexicana se repitió cuando la novela *Cambio de piel*, de Carlos Fuentes, ganó el Premio Biblioteca Breve; al no conseguir la autorización de la censura para publicarla en España, la primera edición fue de Joaquín Mortiz.

El segundo caso que quiero plantear se da en la arista Buenos Aires-Barcelona, una relación mucho más conflictiva y plagada de equívocos. El primer libro de Cortázar editado en España es *Ceremonias*, publicado por Seix-Barral en

1968, e incluye los relatos de *Final del juego* y *Las armas secretas*. El resto de las ediciones se conocerán entrados los setenta. ¿Por qué tan tarde en España, teniendo en cuenta la rápida difusión que estaba alcanzando en Latinoamérica y en otras lenguas? Esa misma pregunta se hacía Cortázar. En las *Cartas*, en reiteradas ocasiones le pregunta a Porrúa, su contacto más confiable en Sudamericana, por qué no lo editan en España, y lo pone al tanto del “acoso” de Carlos Barral para que le diera algún texto para su editorial. Barral compartía con Claude Gallimard y Giulio Einaudi (dos editores de Cortázar) la administración del Premio Formentor; era lógico que Cortázar pasara a integrar su catálogo. Sin embargo, las relaciones entre ambos nunca estuvieron exentas de malentendidos. Barral inicia su estrategia “fishy” (así la llama Cortázar) en 1964, e insiste durante tres años. Cortázar le contesta, una y otra vez, que se ponga en contacto con Sudamericana, pero los argentinos pretenden o bien editarlo vía Edhasa, su filial española, o bien negociar un “canje”: autorizar a Barral a editar Cortázar y que Barral autorice a Sudamericana a editar Vargas Llosa. Le escribe Cortázar a Porrúa en diciembre del '66: “Don Carlos [Barral] se mantuvo impenetrablemente silencioso desde lo que te conté. Por mí se puede ir al carajo, esta historia con España ya me tiene hartado, pero lo malo es que continuamente me llegan pedidos desde allá, y finalmente es una lástima que por la intervención del Old Man [López Llausás] o lo que sea, haya un impasse en algo que hace ya mucho, pero mucho, que tendría que estar hecho. Que me editen en Bratislava y no en Barcelona me parece demencial...” (2000: 1096). Quien por esos años oficiaba como secretario del Premio Formentor, Jaime Salinas, será el referente de Cortázar para las ediciones en España, ya entrados los setenta, en la nueva Alfaguara. Y tampoco cedieron los argentinos los derechos de García Márquez, ya que editaron *Cien años de soledad* en España, en 1968, a través de su sello Edhasa.

Los dos ejemplos que reseñamos hablan de la necesidad de ampliar los estudios de edición más allá de los límites nacionales, sobre todo durante vigorosos procesos de internacionalización de movimientos culturales como fue el *boom*, que motivaron la necesidad de integración supranacional de los mercados. Buena parte de esta tarea está aún por hacerse.

Bibliografía citada

Añón, Valeria (2013) "Ediciones Era y Joaquín Mortiz: de los comienzos al catálogo", *Actas del Primer Coloquio Argentino de Estudios sobre el Libro y la Edición*, en línea: <http://coloquiolibroyedicion.fahce.unlp.edu.ar/actas>

Barral, Carlos (2001) *Memorias*. Barcelona, Península.

Benedetti, Mario (1968) "Relaciones entre el hombre de acción y el intelectual", *Casa de las Américas*, Año VII, N° 47. La Habana, marzo-abril, pp. 116-120.

Benedetti, Mario (1969) "El boom entre dos libertades", *Letras del continente mestizo*. Montevideo, Arca, pp. 31-48.

Benedetti, Mario (1973) "El escritor latinoamericano y la revolución posible", *Crisis*, N° 3. Buenos Aires, julio, pp. 28-35.

Casanova, Pascale (2001) *La república mundial de las letras*. Barcelona, Anagrama.

Catelli, Nora (2009) "La élite itinerante del boom: seducciones transnacionales de los escritores latinoamericanos (1960-1973)", Carlos Altamirano (dir.) *Historia de los intelectuales en América Latina II. Los avatares de la "ciudad letrada" en el siglo XX*. Buenos Aires, Katz Ediciones, pp. 712-732.

Concha, Jaime (1975) "Critizando *Rayuela*", *Hispanamérica*, Anejo 1, Año IV. Maryland, pp. 131-158.

Cortázar, Julio (1970) "Literatura en la revolución y revolución en la literatura (II parte)", *Nuevos Aires*, N° 2. Buenos Aires, septiembre-octubre-noviembre, pp. 29-36.

Cortázar, Julio (1973) "Mi ametralladora es la literatura" (entrevista de Alberto Carbone), *Crisis*, N° 2. Buenos Aires, junio, pp. 10-15.

Cortázar, Julio (1973) *Libro de Manuel*. Buenos Aires, Sudamericana.

Cortázar, Julio (2000) *Cartas (1937-1983)* (edición en tres tomos a cargo de Aurora Bernárdez). Buenos Aires, Alfaguara.

de Diego, José Luis (dir.) (2006) *Editores y políticas editoriales en Argentina (1880-2000)*. Buenos Aires / México, Fondo de Cultura Económica.

de Diego, José Luis (2009) "Cortázar y sus editores", *Orbis Tertius* N° 15. Centro de Teoría y Crítica Literaria, Universidad Nacional de La Plata.

- Donoso, José (1983) *Historia personal del "Boom"*. Buenos Aires, Sudamericana-Planeta.
- Esposito, Fabio (2009) "Seix Barral y el boom de la nueva narrativa hispanoamericana: las mediaciones culturales de la edición española", *Orbis Tertius*, N° 15. Centro de Teoría y Crítica Literaria, Universidad Nacional de La Plata.
- Gilman, Claudia (2003) *Entre la pluma y el fusil. Debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- González Bermejo, Ernesto (1971) *Cosas de escritores. Gabriel García Márquez, Mario Vargas Llosa, Julio Cortázar*. Montevideo, Biblioteca de Marcha.
- Harss, Luis (1966) *Los nuestros*. Buenos Aires, Sudamericana.
- Lafforgue, Jorge (2005) "2. Palimpsestos", *Cartografía personal. Escritos y escritores de América latina*. Buenos Aires, Taurus, pp. 61-168.
- Marco, Joaquín y Jordi Gracia (eds.) (2004) *La llegada de los bárbaros. La recepción de la literatura hispanoamericana en España (1960-1981)*. Barcelona, Edhasa.
- Mejía Duque, Jaime (1974) "El 'boom' de la narrativa latinoamericana", *Narrativa y neocolonización en América Latina*. Buenos Aires, Ediciones de Crisis, pp. 109-145.
- Rama, Ángel (1984) "El 'boom' en perspectiva", Ángel Rama (ed.) *Más allá del boom: literatura y mercado*. Buenos Aires, Folios Ediciones, pp. 51-110.
- Sorá, Gustavo (2010) "Misión de la edición para una cultura en crisis. El Fondo de Cultura Económica y el americanismo en Tierra Firme", Carlos Altamirano (dir.) *Historia de los intelectuales en América Latina II. Los avatares de la "ciudad letrada" en el siglo XX*. Buenos Aires, Katz Editores, pp. 537-566.
- Varios Autores (1996) *Confesiones de escritores. Los reportajes de The Paris Review*. Buenos Aires, El Ateneo.
- Vila-Sanjuán, Sergio (2003) *Pasando página. Autores y editores en la España democrática*. Barcelona, Destino.
- Viñas, David (1984) "Pareceres y digresiones en torno a la nueva narrativa latinoamericana", Ángel Rama (ed.) *Más allá del boom: literatura y mercado*. Buenos Aires, Folios Ediciones, pp. 13-50.

Ángel Rama y la Editorial Arca:

una mirada latinoamericana para un intento de construcción del canon

ALEJANDRA TORRES TORRES (UdeLaR)¹

El objetivo de este trabajo es revisar la incidencia del vínculo literario que tuvo lugar entre Antonio Candido y Ángel Rama a comienzos de la década del sesenta y la influencia de este en el emprendimiento editorial que Rama llevó adelante en Montevideo en aquellos años. Los alcances de ese conocimiento e intercambio fueron determinantes en la labor crítica y editorial emprendida por Rama desde la editorial Arca, en cierta medida prolegómeno de su posterior trabajo en la Biblioteca Ayacucho. El criterio de selección orientado a la construcción de un canon literario que trascendiera lo nacional y se orientara a lo latinoamericano constituyó el eje del proyecto cultural llevado adelante en aquel entonces.

¹ gabanass@gmail.com

En su artículo titulado “Ángel Rama, editor (de la literatura a la cultura: «Enciclopedia Uruguaya» y sus derivaciones), Pablo Rocca se detiene, entre otras cosas, en los antecedentes de la creación de la Biblioteca Ayacucho, revisión que, ineludiblemente, lo lleva a la mención del período en el que Rama estuvo al frente de la Editorial Arca. A propósito de este aspecto, es un trabajo inaugural que traza una línea de continuidad entre la editorial montevideana y el posterior proyecto editorial venezolano protagonizado por Rama.

Los sesentas fueron entonces para Rama la etapa preparatoria de un proyecto latinoamericanista. Dadas las condiciones de inestabilidad política y social que atravesaban el Uruguay de aquel entonces, sumadas a la escalada de violencia y restricciones de todo lo vinculado al área de la cultura y sus múltiples manifestaciones que desembocaron en una larga dictadura, inaugurada en 1973, el crítico uruguayo se vio obligado a continuar su proyecto en otras latitudes: me refiero a la creación de la Biblioteca Ayacucho, en Venezuela y a su permanente labor como crítico y docente en diferentes Universidades latinoamericanas. Sin embargo, el comienzo de este periplo se remonta a aquellos albores de los sesenta y el encuentro con Antonio Candido fue para Rama un momento decisivo y determinante para el posterior ejercicio de promoción y difusión llevado adelante por este último.

Ángel Rama conoció a Antonio Candido en Montevideo en enero de 1960, en ocasión en que el crítico brasileño llegó al Uruguay como invitado para dictar cuatro conferencias en los cursos de verano de la Universidad de la República (Rocca, 2006: 242). Todos estos acontecimientos estaban inmersos en el contexto del reciente triunfo de la Revolución cubana y sus repercusiones en el resto del continente latinoamericano comenzaban a sentirse. A propósito de este encuentro y del posterior vínculo que entre ambos va germinando, Pablo Rocca en su libro *Ángel Rama, Emir Rodríguez Monegal y el Brasil: dos caras de un proyecto latinoamericano*, más específicamente en el capítulo titulado “Un equipo latinoamericano: Antonio Candido y Ángel Rama”, da cuenta de ese mutuo conocimiento y sus repercusiones y alcances. Ese diálogo que al decir de Rocca funcionaría como circuito que amplificaría las posturas ideológicas y culturales

de los dos tendiendo mutuos puentes, adquiriría mayores dimensiones al proyectarse hacia la esfera de lo político- cultural. Esos comienzos de los sesenta serían, al decir de Candido “el momento exacto en que [Rama] tomó una decisión que, en el curso de los años, se transformó en misión.” (Rocca: 2001). La noción de sistema literario que Rama toma de Candido se convertirá en el cimiento de su posterior trabajo de editor, prologuista y articulador de nuevos modelos de lectura. Observando con detenimiento la conformación de los catálogos de Arca esa impronta pasará a transformarse un objetivo a consolidar.

En la definición de “sistema literario” de Candido retomada por Rama, vemos que están presentes tres puntos angulares: el público, la obra literaria y los responsables de su divulgación, es decir, los llamados “productores literarios”. Esta forma de educar será la que, en consonancia con otros factores del acontecer nacional e internacional, irá esbozándose hasta dar forma a ese nuevo público, que será el verdadero protagonista de la explosión editorial de los sesenta, con alcances continentales.

En su artículo denominado “La construcción de una Literatura”, publicado en *Marcha* el 30 de diciembre de 1960, casi un año después del encuentro con Candido, Rama señala que *“Una buena definición de lo que entendemos por ‘literatura’, la ha utilizado el crítico brasileño Antonio Candido, como base para su libro Formación de la literatura brasileña y el cotejo es útil ya que se trata de una literatura marginal, fruto del coloniaje, como la uruguaya”* (Rama, 1960). La búsqueda de la consolidación de un sistema literario será el principal motor de sus acciones posteriores, teniendo como impronta la necesaria indagación en otras disciplinas, en especial la antropológica. Rama buscó, al decir de Susana Zanetti *“[...] articular sistemáticamente las diversas experiencias literarias latinoamericanas en función de los vínculos que ellas guardan con los múltiples estratos sociales configuradores de las culturas continentales.”* (Zanetti, 2006).

La importancia del conocimiento de la *Formação da literatura brasileira* (*Momentos decisivos*) de Candido se puso en evidencia en trabajos capitales de Rama como por ejemplo en el conocido ensayo “Diez problemas para el novelista latinoamericano”, artículo publicado en la *Revista Casa* (La Habana, 1962), en el

que sostenía que ya era posible hablar de una cultura latinoamericana, o en su trabajo titulado *La novela en América Latina. Panoramas 1920-1980*, de 1982, hasta llegar a los prólogos a los dos volúmenes de *Clásicos Hispanoamericanos*, de 1982 y 1983 respectivamente (Rojo, 2008). Si bien críticos como Grinor Rojo se detienen en estos detalles bastante conocidos por los estudiosos de la obra crítica de Rama, significativamente suele soslayarse la importancia de la experiencia editorial de Arca en general y de la *Enciclopedia Uruguaya* en particular. La ausencia de esta referencia es un lugar relativamente común en numerosos abordajes a propósito de la trayectoria del crítico uruguayo.

Como ya mencioné anteriormente, la influencia de los intercambios inaugurados entre Antonio Candido y Ángel Rama en los albores de los sesenta se materializó luego, progresivamente, en los emprendimientos editoriales llevados adelante por el crítico uruguayo: inicialmente con la fundación de Arca, muy especialmente en la creación de la colección *Enciclopedia Uruguaya* y, posteriormente, con su trabajo al frente de la Biblioteca Ayacucho. Durante este último período, el conocimiento de Rama a propósito de la literatura latinoamericana, más concretamente de la literatura brasileña, sufrirá un salto exponencial en el que su permanente vínculo e intercambio con el crítico brasileño habrá sido un elemento determinante. Así lo recordó Antonio Candido en un artículo de 1995 publicado en Casa de las Américas:

“Cuando en 1960 conocí a Ángel Rama en Montevideo, me declaró su convicción de que el intelectual latinoamericano debería de asumir como tarea prioritaria el conocimiento, el contacto, el intercambio con relación a los países de América Latina y me manifestó su disposición para comenzar este trabajo dentro de la medida de sus posibilidades, ya fuese viajando, o carteándose y estableciendo relaciones personales. Y esto fue lo que pasó a hacer de manera sistemática, coronando sus actividades cuando, exiliado en Venezuela, ideó y dirigió la Biblioteca Ayacucho.” (en Rocca, 2001).

El proyecto de la Biblioteca Ayacucho se consolidó en septiembre de 1974. La experiencia capitalizada de Rama en materia de ediciones pudo desplagarse en otro contexto sin las restricciones rioplatenses. En él, por primera vez, Brasil tuvo un lugar representativo con la publicación de la novela de Gilberto Freyre *Casa-Grande e Senzala* prologada por Darcy Ribeiro².

Como podemos apreciar al observar la conformación de los catálogos de Arca, durante el tiempo en el que Rama permaneció en la editorial (1962-1972) no llegó a editarse ningún autor brasileño. Si bien Rama a instancias de Candido y de Darcy Ribeiro comenzó a adentrarse en el conocimiento de la producción literaria de Brasil, durante los sesenta trazó una ruta de lectura que vio sus resultados entrados los setenta, a partir del momento en el que se integró al proyecto de la Biblioteca Ayacucho.

Ángel Rama llegó a los umbrales de los sesenta con una relativa experiencia en el terreno de la divulgación de la producción literaria. Sus antecedentes como editor se remontan a 1950. En aquel año, junto a Carlos Maggi, había fundado las Ediciones Fábula. Durante el año 1958 fue el encargado de llevar adelante la crítica bibliográfica en la sección dominical "Libros y autores" del diario *Acción*, bajo la dirección de Juan Carlos Onetti. En marzo de 1959 le fue encomendada la dirección de la sección literaria del semanario *Marcha*. La coexistencia de Rama en las páginas literarias del semanario y su labor al frente de la recientemente fundada editorial, es un factor que tuvo una importante incidencia. En 2009 Jorge Ruffinelli, lo recordó, señalando que "[...] el libro que no se reseña en *Marcha*, no existe. Haber sido atendido por *Marcha* la daba un prestigio [al libro]. La gente esperaba la salida de *Marcha* los viernes. Era un periódico faro, un periódico guía."³

2 La primera edición traducida al castellano la publicó emecé en 1942, Buenos Aires, con traducción y prólogo de R. Sáenz Hayes. En 1977 la Biblioteca Ayacucho lo reeditó mientras que las reediciones en francés o en inglés habían sido numerosas. (Villares, Ramón. "Prólogo a la primera edición española. Un intérprete de Brasil". En Freire, Gilberto. *Casa-grande e senzala. La formación de la familia brasileña en un régimen de economía patriarcal*. Marcial Pons, Ediciones de Historia S.A., Madrid, 2006 [Traducción Antonio Maura Barandiarán])

3 Apuntes tomados en el Seminario Interno con el Prof. Ruffinelli, celebrado en la Sección de Archivo y Documentación del Instituto de Letras (SADIL), Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, UDELAR, Montevideo, 18 de setiembre de 2009.

Hasta 1962, Rama permaneció codirigiendo Ediciones Asir y haciéndose cargo de la Colección “Letras de hoy”, de la Editorial Alfa, del catalán Benito Milla. La existencia de Arca fue en gran medida tributaria de la experiencia de Rama en la editorial de Milla, más concretamente desde su rol de director de la prestigiosa colección “Letras de hoy”. Una editorial es continuidad y a la vez ruptura de la otra, algo así como un desgajamiento. Más adelante se irán marcando tendencias que las van a diferenciar en lo que a sus propuestas editoriales se refiere. Entre otros aspectos relevantes, Arca marcará en relación con Alfa una clara tendencia latinoamericanista que se reflejó en los catálogos de colecciones como “Narrativa latinoamericana”, “Hora de Latinoamérica” y “Ensayo y Testimonio”.

La creación de la editorial en años tan particulares como los sesenta fue otro paso dentro de un proyecto de mayores dimensiones que, a lo largo de los años inmediatamente previos Rama había venido desarrollando a través de distintos ámbitos. Ahora los ampliaba como editor, antólogo y prologuista. Fue también una apuesta a un tiempo nuevo porque la actividad editorial iba más allá de la consecución de ganancias económicas, si bien éstas, como en todo emprendimiento comercial, necesariamente debían tomarse en cuenta, ya que eran las que garantizaban la continuidad de ese funcionamiento, pero, lo más importante pasaría a ser la labor política en torno a la construcción de una determinada forma de hacer literatura lo que impulsaba su acción. Lo avalaban, entre otras cosas, esas circunstancias “grávidas de futuro”, donde, como él mismo señaló, “[...] los escritores se han sumergido voluntariamente en el *fluir de su tiempo histórico -quizá porque ellos mismos tiene tiempo y esperanza creadora- descubriendo que son ellos quienes pueden hacer su tiempo, que la realidad no es fija e inmóvil, sino la consecuencia de las ideas dinámicas que ellos aportan yendo al encuentro, a la comunidad con un pueblo.*” (Rama, 2005: 51). Dos años después, estaría asistiendo a los comienzos de la Editorial Arca. Esa esperanza creadora unida a un profundo conocimiento del tiempo que estaba viviendo fueron el impulso para dar este paso.

Los comienzos de Arca y su posterior crecimiento estuvieron atravesados por la necesidad de revisar la totalidad de la literatura del Uruguay entendida esta como un entramado histórico prestando especial atención a las inclusiones y exclusiones en lo que a intentos de construcción del canon se refiere. Sobre este particular, la necesidad de “construcción” llevada adelante por Rama es parangonable a la idea de “formación” abordada por Candido. Será más concretamente la noción de “sistema” aportada por Candido en su trabajo antes mencionado la que abrirá el espacio de posteriores reflexiones y búsquedas en el terreno de la crítica literaria y, fundamentalmente en la historia de la literatura uruguaya.

En un artículo dedicado a la enseñanza de la Literatura en el nivel secundario, publicado en *Marcha* el 18 de marzo de 1960, Rama se apropiará por primera vez del concepto de “sistema literario” elaborado por Candido: “El mayor problema actual de las letras uruguayas es mantener vivo, y ampliarlo, el contacto escritor-público: que funcione un sistema orgánico que parte de la existencia de un consumidor real quien crea las condiciones para el trabajo de los escritores, editores, revistas, etc.” (Rocca, 2006:177). Dos años después, con la creación de Arca, Rama daría comienzo a la articulación de los elementos que hacen a la naturaleza de ese sistema. Este proceso se hace visible al observar la construcción de los catálogos de la Editorial Arca durante el período en el que Rama estuvo al frente de la misma.

Distintos factores incidieron en el perfil que Rama le dio a su emprendimiento editorial. Uno de ellos fue la estrecha relación que tuvo Rama con Casa de las Américas. Este vínculo hizo posible el conocimiento de diversos escritores de otras latitudes del continente. Algunos de ellos formaron parte de los catálogos de Arca, particularmente los contenidos dentro de la colección denominada “Narrativa Latinoamericana”. El primer título de esta colección estuvo dedicado a *La hojarasca*, de Gabriel García Márquez, publicado en 1965. Es la primera publicación de García Márquez en Uruguay, diez años después de la primera edición y dos años antes de la aparición de la emblemática *Cien años de soledad*. Dos años después, en 1967, en la colección “Aquí” Rama publicó tres

importantes antologías que contenían cuentos de diferentes escritores latinoamericanos: *Once cubanos cuentan* (que contiene entre otros el cuento titulado “Nueve viñetas”, de Guillermo Cabrera Infante), *Trece cuentos colombianos* y *Diez peruanos cuentan*, volumen en el que se editan cuentos de Mario Vargas Llosa.

Entre 1962 y 1973 la Editorial Arca publicó un total de doce colecciones: “Han dado y sereno”; “Hora de Latinoamérica”; “La sociedad uruguaya”; “Poetas de Arca”, “Aquí”, “Ideas”; “Narradores de Arca”; “Narrativa latinoamericana”; “Ensayo y testimonios”; “Sésamo” y “Bolsilibros”. La última de estas fue la más extensa y tenía como finalidad promover la lectura a partir del abaratamiento de los costos de edición. Los Bolsilibros aparecieron en el mercado editorial mediando la década de los sesenta, período en el que la crisis que atravesaba el país comenzaba a ponerse en evidencia.

La primera colección editada por Arca evoca un antiguo pregón colonial “Han dado y sereno” y como un pequeño homenaje a esos orígenes publica cinco pequeños libros de poesía decorados con litografías coloniales.

En los primeros dos años de existencia de la editorial se inauguraron las colecciones “Hora de Latinoamérica” (1963-1967) y “Poetas de Arca” (1964-1966). La primera dedicada a la publicación de ensayos pertenecientes a autores de distinta procedencia; la segunda, al igual que la colección inaugural, dedicada a la poesía. En “Hora de Latinoamérica” se publicaron, entre otros, *Argentina en el callejón*, de Tulio Halperin Donghi y *Crítica a la izquierda latinoamericana*, de Espartaco, seudónimo del economista chileno Aníbal Pinto Santa Cruz.

Volviendo a la colección titulada “Narrativa latinoamericana”, en ella Rama editará algunos de los autores del “boom” latinoamericano a la vez que, simultáneamente, abrirá un espacio para escritores menos conocidos en el mercado rioplatense. Me refiero al peruano José María Arguedas con su trabajo titulado *Amor mundo* (1967); a Emilio Carballido y Sergio Galindo (*Dos novelas mexicanas: El norte y Polvos de arroz* - 1968); el chileno Alfonso Alcalde y su

novela titulada *Puertas adentro* (1969); y el cubano Reinaldo Arenas y la publicación de *Con los ojos cerrados*, de 1971.

Rama editará también las obras de algunos de los integrantes del grupo cultural venezolano llamado “El Techo de la Ballena”, como Salvador Garmendia, Luis García Britos y Emilio Aray. Este movimiento cultural tuvo lugar durante los años sesenta y en ocasiones se vinculó al vanguardismo. Con su visión de provocación y de protesta, pareció adelantar una mirada posmoderna sobre el entorno. El impulso inicial les fue dado por el fervor que provocó la destitución del dictador Marcos Pérez Giménez en 1958. En aquel entonces, un grupo de jóvenes universitarios pertenecientes al grupo “Sardio” (editaron una revista que entre 1958 y 1959 publicó ocho números) pasaron a fundar “El Techo de la Ballena”, cuestionando la validez estética de la producción hegemónica de aquellos años.

En 1966 comienzan a publicarse un conjunto de textos agrupados en la colección “Ensayo y testimonio”, en los que predominan los autores latinoamericanos. Aparecen en ella trabajos como *La expresión americana y otros ensayos*, de José Lezama Lima (1969) *Tientos y diferencias*, de Alejo Carpentier, en 1973 y en ese mismo año, el emblemático texto de Rama titulado *La generación crítica* cerrando esta colección y a la vez, clausurando un tiempo. La significativa presencia del ensayo político constituyó una opción programática orientada a la formación de un público lector ávido del debate en torno a su presente. La importancia del ensayo de corte revisionista había sido abonada a comienzos de los sesenta con los trabajos de historiadores como Lucía Sala de Touron, Julio C. Rodríguez y Nelson de la Torre.

Como señalé anteriormente, el conocimiento a través del proyecto cultural de Casa de las Américas de escritores afines determinó en Rama la confección de algunos de los catálogos de Arca y en la colección “Narrativa latinoamericana” fue, sin lugar a dudas, donde esto se hace más evidente. Rama tenía contacto con la revista *Imagen* (1967), dirigida entre otros por Guillermo Sucre. En ella se mostraba un evidente interés por la narrativa latinoamericana, aprovechando la creación del premio Rómulo Gallegos de ese mismo año. En un

dossier titulado “Notas para un panorama de la novela latinoamericana contemporánea”, publicado en esta revista en 1967, se incluyen, entre otros estudios, uno dedicado a la novela de Salvador Garmendia titulada *Los pequeños seres* (Sánchez, 2009: 65), publicada por Arca ese mismo año en conjunto con *La mala vida*: fueron los primeros trabajos de Garmendia publicados en Uruguay. Salvador Garmendia, al igual que varios de los escritores que conformaron este catálogo, estuvo vinculado a Casa de las Américas y manifestó desde los inicios, su total adhesión al proceso revolucionario cubano. Ese fue el punto de articulación inicial con Rama. (Gilman, 2003: 245).

En 1968 dentro de esta misma colección se publican las siguientes novelas: *Dormir en tierra*, de José Revueltas; *El reino de este mundo*, de Alejo Carpentier; *Cuatro novelas*, de Ezequiel Martínez Estrada; *La presencia lejana*, de Juan María Ponce; *Pasó así*, de Martha Traba; *Esta mañana del mundo*, de Oscar Collazos y *Partes de Naufragios*, de José Pedro Díaz. Queda entonces en evidencia que el papel jugado por la editorial durante su primera década de existencia constituyó, entre otras cosas, un intento de construcción de un canon literario puesto determinado por la selección y decisión de los títulos a publicar. El trabajo llevado adelante por Rama es en gran medida un trabajo de arqueología en donde el “editor-descubridor” mencionado por Bourdieu, construye un determinado canon partiendo de sus criterios de valoración (Bourdieu, 1995: 220). La tarea del editor es una acción política que determinará en gran medida qué es lo que se va a leer, lo que circulará como material escrito en un lugar y en un tiempo determinados.

Desde Arca Rama editó un número importante de autores no canónicos apostando a otro sentido de búsqueda. El papel que desempeñó como prologuista resulta capital a la hora de detenernos en los catálogos de la editorial. Sus trabajos de corte crítico no solo operaban en un segundo nivel de incidencia, constituían además una oportunidad de acercarle al lector una línea interpretativa que lo posicionaba con respecto al escritor en cuestión. Nuevamente, la presencia de Antonio Candido sobrevolando y reafirmando el sentido histórico que atravesó la labor crítica del uruguayo. Esa fue la línea de

trabajo en la que se construyeron los catálogos de la editorial Arca en general y en particular el de la colección antes mencionada, “Narrativa latinoamericana”, pequeño vocero de la actualidad literaria latinoamericana.

La línea de trabajo llevada adelante por Rama desde Arca se construyó a partir del cruce de tres ejes temporales y caracterizó una breve pero intensa labor editorial: su mirada hacia el pasado como condición necesaria para interpretar el presente; su atención al contexto histórico en el que se encontraban inmersos el país y el continente; su apuesta al futuro, a una manera de entender el fenómeno literario, no ya como un producto preciosista exclusivo de una pequeña élite letrada, sino como una manifestación del sentir del momento, como un testimonio.

El último emprendimiento de la editorial fue la publicación de la *Enciclopedia Uruguaya*, proyecto que, por otra parte, quedó inconcluso. Los acontecimientos que se desataron a comienzos de la década de los setenta en materia política y social determinaron que tanto este como otros proyectos culturales resultaran inviables. De esta forma el proyecto que llevaría por nombre *Panorama de la Literatura Latinoamericana Contemporánea* no llegaría a concretarse. En la contratapa del ejemplar N° 60 de la *Enciclopedia Uruguaya* se lo anunciaba de esta manera:

“Los autores y las grandes corrientes estéticas que han creado el esplendor de la novela y la poesía de Nuestra América, desde Carpentier, Borges, Neruda, pasando por Cortázar, Parra, Guimaraens, Arguedas, Lezama, Rulfo, Onetti, Molina, hasta Vargas Llosa, Cardenal, Fuentes, Benedetti, Retamar, García Márquez, y los más recientes movimientos de experimentación y de rebeldía. Un estudio sistemático y coherente de una literatura que representa a doscientos millones de latinoamericanos [...].”

El mensaje anticipaba la participación de un equipo de críticos e investigadores provenientes de distintos lugares del continente, un emprendimiento sin antecedentes en América Latina.

Ángel Rama permaneció al frente de la editorial Arca hasta 1972. En esa fecha se vio obligado a abandonar el Uruguay adonde ya no pudo regresar a causa de la dictadura instalada en 1973 y, posteriormente, por su temprana desaparición física. El esbozo del proyecto anterior vio la luz y se consolidó bajo otra forma y en otras latitudes: la creación en conjunto con el poeta José Ramón Medina de la Biblioteca Ayacucho en 1974. La experiencia editorial de Arca fue el antecedente inmediato de ese nuevo emprendimiento en el que se consolidó esa necesidad de captar en una visión panorámica la multiplicidad de nuestra condición histórica.

Bibliografía

BARRÁN, José Pedro y NAHUM, Benjamín. *Historia Uruguaya. El fin del Uruguay liberal*. Tomo 8. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *Las reglas del arte. Génesis y estructura del campo literario*. Barcelona, Editorial Anagrama, 1995. [Traducción de Thomas Kauf].

DELGADO, Verónica y ESPÓSITO, Fabio. "1920-1937. La emergencia del editor moderno", en de DIEGO, José Luis (Dir.). *Editores y políticas editoriales en Argentina, 1880 - 2000*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2006.

de SAGARSTIZÁBAL, Leandro. "El papel social del editor", *Pensar el libro* N° 3, marzo de 2005, CERLALC, UNESCO, en http://www.cerlalc.org/revista_noviembre/pdf/n_art05.pdf, [consultada en de septiembre de 2008].

GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil. Debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2003.

RAMA, Ángel. "La conciencia crítica", *Enciclopedia Uruguaya* N° 56, Editores Reunidos y Arca, Montevideo, 1969.

_____. "Crónicas contemporáneas II - Uruguay hoy", *Enciclopedia Uruguaya* N° 60, Editores Reunidos y Arca, Montevideo, 1969.

_____. *Más allá del boom: literatura y mercado*. Buenos Aires, Ángel Rama ed., Gaudhi S.A., 1984.

_____. "La construcción de una literatura", *Marcha* 1041, 24-26, 30 de diciembre de 1960. En *Literatura, cultura, sociedad en América Latina*. (Antología, prólogo y notas de Pablo Rocca), Montevideo, Ediciones Trilce, 2006. AGREGAR EL DE LA LIT EN ENSEÑANZA MEDIA

RAMA, Claudio. "La industria cultural frente a la integración. El caso uruguayo. Nueva Sociedad N° 118, marzo-abril 1992, en http://www.nuso.org/upload/articulos/2091_1.pdf [consultada en agosto de 2008].

RIVERA, Jorge B. *El escritor y la industria cultural*. Buenos Aires, Atuel, 1998.

ROCCA, Pablo. *Ángel Rama, Emir Rodríguez Monegal y el Brasil: Dos caras de un proyecto latinoamericano*. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 2006.

_____. "Ángel Rama y Antonio Candido: un diálogo crítico", en *La Jornada Semanal* N° 352, 2 de diciembre de 2001, en <http://www.jornada.unam.mx/2001/12/02/sem-rocca.html> [consultada en septiembre de 2013].

_____. "Ángel Rama, editor (de la literatura a la cultura: «Enciclopedia Uruguaya» y sus derivaciones). En <http://coloquiolibroyedicion.fahce.unlp.edu.ar/> [consultada en octubre de 2013]. CAMBIAR LA REFERENCIA EN PORTUGUES EN EL TEXTO.

RUFFINELLI, Jorge. *Crítica en Marcha: Ensayos sobre Literatura Latinoamericana*. México, Premia Editora, 1979.

..... “Ángel Rama, Marcha, y la crítica literaria latinoamericana en los 60s”, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=157140> [consultada el 10 de septiembre de 2009].

ROJO, Grinor. “Ángel Rama, Antonio Candido y los conceptos de sistema y tradición en la teoría crítica latinoamericana moderna”, en *Discursos/prácticas* N° 2, Universidad de Chile, 2008, en http://www.discursospracticas.ucv.cl/pdf/numerodos/grinor_rojo.pdf [consultada en septiembre de 2013].

SÁNCHEZ, Pablo. *La emancipación engañosa. Una crónica transatlántica del boom (1963-1972)*. Cuadernos de América sin nombre, Universidad de Alicante, Murcia, 2009.

TORRES, Alejandra. *Lectura y sociedad en los sesenta: a propósito de Alfa y Arca*. Montevideo, Yaugurú, 2012.

VILLARES, Ramón. “Prólogo a la primera edición española. Un intérprete de Brasil”. En Freire, Gilberto. *Casa-grande e senzala. La formación de la familia brasileña en un régimen de economía patriarcal*. Marcial Pons, Ediciones de Historia S.A., Madrid, 2006 [Traducción Antonio Maura Barandiarán], en http://books.google.com.uy/books?id=8u_hCflz6mUC&pg=PT19&lpg=PT19&dq=gilberto+freyre+casa+grande+e+senzala+biblioteca+ayacucho+primera+edici%C3%B3n&source=bl&ots=mloXp-WEEmV&sig=_x20pO5K64zyYWIggyNoeFAjmrq&hl=es&sa=X&ei=c4hzUp27CJLesASap4LoAw&ved=0CDQQ6AEwAQ#v=onepage&q=gilberto%20freyre%20casa%20grande%20e%20senzala%20biblioteca%20ayacucho%20primera%20edici%C3%B3n&f=false [consultada en octubre de 2013].

ZANETTI, Susana. *Canon y mercado. La serie del Siglo y Medio y Capítulo*. Universidad Nacional de Buenos Aires – Universidad Nacional de La Plata, 2006, en <http://www.palabraclave.fahce.unlp.edu.ar/index.php/OT/article/view/OTv11n12a23> [consultada en octubre de 2013].

Francisco de Paula Brito:

da tipografia à *Empresa Literária Dous de Dezembro*

CLAUDIA ADRIANA ALVES CALDEIRA (UERJ)¹

A galáxia de Gutemberg tem-se mostrado um campo fértil de pesquisa para os historiadores: Autores, livros, livrarias, leitores, bibliotecas, tipografias, jornais, editores, entre outros, surgem como possibilidades a serem exploradas, ajudando a pensar este universo de forma mais ampla, em suas relações com outros campos, como a política e a cultura.

O presente artigo pretende abordar parte deste universo a partir da trajetória de Francisco de Paula Brito, publicista, escritor, tradutor, tipógrafo e editor, considerado por Machado de Assis o *primeiro editor digno deste nome que houve entre nós*². Busca-se aqui destacar as relações entre tipografia e política, e também o esforço de Paula Brito não só em promover o romantismo, mas em fazer dele um espaço mais amplo de troca.

¹ Doutoranda em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

² *A Semana*, 24/12/1861.

Uma colônia sem tipografia

A imprensa no Brasil teve de enfrentar sérios entraves ao seu desenvolvimento, pois fazia parte da política de controle da Coroa a proibição à circulação e à produção de impressos na colônia. Somente com a vinda da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808, este quadro se alteraria. Diante da necessidade de imprimir documentação oficial, foi criada a Imprensa Régia, sendo mais tarde permitida a instalação de estabelecimentos particulares. Em 1811, a Imprensa Régia criou uma oficina com intuito de formar mão-de-obra especializada. Por esta oficina, na década de 1820, passaria Paula Brito.

Ser tipógrafo significava ingressar em uma nova profissão no país, cuja mão-de-obra era, por isso mesmo, insuficiente, acenando, portanto, como possibilidade interessante para aqueles que soubessem ler e escrever. Machado de Assis e Teixeira e Souza podem ser vistos como exemplo de indivíduos que fizeram da tipografia um caminho para o mundo da literatura, contornando, assim, as condições adversas do meio em que viviam. Mulatos, sem instrução formal, vindos de famílias de poucos recursos como Paula Brito, tiveram na tipografia e mais tarde na imprensa uma via de ascensão social.

A Tipografia Fluminense de Brito e Co.

Após passar pela Oficina da Imprensa Nacional³, Brito trabalharia em duas tipografias pertencentes a franceses: a tipografia de Renée Ogier e depois na do *Jornal do Commercio*, de Pierre Plancher. Foi neste último estabelecimento que o jovem tipógrafo teve a chance de galgar alguns degraus profissionalmente, chegando a redator.

Foi na fase inicial da Regência, logo após a abdicação de D. Pedro I, que Paula Brito adquiriu de seu primo, José Silvino de Almeida, uma oficina de encadernação, localizada na Rua da Constituição, nº. 51. Embora não se

³ Após a Independência a Imprensa Régia passou a chamar-se Imprensa Nacional.

disponha de maiores informações sobre ela, cabe mencionar que neste local, além do trabalho de encadernação, efetuava-se subscrições e vendas de periódicos.

Segundo Eunice Gondin, após a aquisição da loja, Brito juntaria a ela os prelos adquiridos de Ezequiel Corrêa dos Santos⁴, redator do periódico *exaltado A Nova Luz Brasileira*. Assim nascia a Tipografia de Brito e C., que depois passaria a chamar-se Tipografia Fluminense de Brito e Co., sofrendo outras alterações em seu título ao longo do tempo⁵.

A produção inicial da tipografia foi pequena, indicando talvez um período de estruturação. Somente no ano de 1833, Paula Brito parece se firmar como impressor, atraindo uma clientela maior. Do grande número de jornais em circulação neste ano, em sua maioria pasquins que faziam oposição à facção *moderada*, boa parte foi impressa em sua tipografia.⁶ Contudo, ser impressor em tempos tão agitados implicava riscos para esses profissionais: o primeiro dizia respeito à legislação criminal do Império, que previa punição para aqueles que abusassem do direito de comunicar livremente suas ideias⁷.

O Código Criminal do Império, no capítulo I, artigo 7º, determinava o procedimento a ser seguido pelos impressores para não serem responsabilizados pelo conteúdo dos jornais que publicavam:

§ 1º. O impressor gravador ou litógrafo os quais ficarão isentos de responsabilidade mostrando por escrito obrigação de responsabilidade do editor. Sendo esta pessoa residente no Brasil, que esteja no gozo dos direitos políticos, salvo quando escrever em causa própria, caso em que não existe esta qualidade;

§ 2º. O editor que se obrigou, o qual ficará isento de responsabilidade, mostrando obrigação pela qual o autor, se responsabilize, tendo este as mesmas qualidades exigidas no editor, para escusar o autor⁸.

⁴ GONDIN, Eunice. *Vida e Obra de Paula Brito*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora. 1965, p. 18.

⁵ Idem.

⁶ Estes pequenos jornais circulavam de forma irregular e durante curtíssimo espaço de tempo, criticavam duramente a política, usando uma linguagem direta, sem rodeios, e sem revelar os nomes de seus redatores.

⁷ A Constituição outorgada em 1824, em seu artigo 179, parágrafo 4º., garantia a todos o direito de comunicar livremente suas ideias por palavras ou escritos, podendo publicá-los pela imprensa sem dependência de censura, contanto que respondessem pelos abusos que cometessem no exercício deste direito.

⁸ PIERANGELI, José Henrique. *Códigos Penais do Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 237-238.

A obrigação de informar às autoridades o nome dos redatores ou responsáveis pelas folhas levava os impressores a uma posição difícil: ou assumiam os riscos de serem responsabilizados ou revelavam os nomes dos autores. Um dos fatores que contribuíram para que Paula Brito formasse uma boa clientela em sua tipografia foi não revelar a identidade daqueles que requisitavam seus serviços:

...diversos autores, redatores e responsáveis tinham jornais na minha oficina, e como não quisessem que seus nomes fossem publicados (o que também fazem os jornais da moderação) encarregaram-me de... assinar os anúncios que tivessem de ir para o Diário.⁹

Mais adiante, esclareceria que assinava os anúncios por ser uma pessoa conhecida, o que facilitava a publicação, burlando a ação das autoridades. Estas, por sua vez, cientes de tais manobras, valiam-se de outros artifícios como o empastelamento das tipografias para intimidar os impressores. Na noite de 5 de dezembro de 1833, Paula Brito passaria por essa experiência com a tentativa de invasão a sua tipografia. Segundo Joaquim Manuel de Macedo, não teria sido um ataque qualquer, pois os agressores *destruíram em grande parte tipografias, em que se imprimiam gazetas da oposição...*¹⁰

Segundo Brito o motivo da invasão teria sido a publicação do jornal *O Restaurador*. Sobre a folha pesava a acusação de defender o retorno de D. Pedro I¹¹. Em suas páginas, contudo, pode-se observar a crítica à facção *moderada*, chegando a afirmar que o medo da restauração era apenas um artifício usado por ela na tentativa de manter-se forte à frente do governo. A autoria da folha foi inicialmente atribuída a Paula Brito, passando, mais tarde, João Batista de

⁹ *O Carioca*, 21/01/1834, nº. 12.

¹⁰ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno Biographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1873, vol. 3, p. 547.

¹¹ VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, p. 245.

Queiroz a ser acusado por Evaristo da Veiga de redigi-la¹². Sobre o incidente, Brito comentaria:

... Ontem 5 do corrente, pelas 7 horas da tarde, uma porção de brasileiros natos saídos dentre vós, depois de me haver tratado com detestáveis epítetos de restaurador, pretendeu invadir meu domicílio e armados de paus demolir meu estabelecimento tipográfico e arrancar-me a vida, pelo mero fato de haver dele saído um pequeno impresso (ainda que legal), no qual não tive parte alguma, e somente pela imparcialidade que sigo de IMPRESSOR LIVRE...¹³

Ao defender-se, enfatizava ser um *impressor livre*, chamando a atenção para o direito de publicar o que desejasse, destacando ainda a questão da legalidade, pois segundo ele suas publicações eram legais. A ideia de impressor livre também explicaria o fato de publicar jornais de diferentes tendências políticas. Certamente também pesava sobre sua decisão o aspecto econômico, podendo sua argumentação ser contemplada como próxima à posição defendida por Plancher ao ser perseguido na França por imprimir material de vertentes ideológicas diferentes.

No final da década de 1830, o jovem tipógrafo demonstrava sinais de desânimo com as lutas políticas, mas neste período já contava com uma clientela que inicialmente se reunia em sua tipografia com intuito de publicar suas folhas e acabaram por transformá-la em espaço de discussão política. Esses clientes formariam a famosa Sociedade Petalógica, na qual participavam políticos, literatos e jovens aspirantes a escritor que faziam de sua livraria local de suas reuniões e um dos lugares mais famosos da Corte:

A Sociedade Petalógica ou de Petalogia, sociedade que, segundo seu título, não trata senão de petas, é um ajuntamento de pessoas, mais ou menos instruídas, que há cerca de 20 anos se reúnem n'um dos lugares mais belos e mais conhecidos desta Corte. Criada espontaneamente sem nome, no princípio o seu fim era todo político; mas como se mudam os tempos nós mudamos com eles – *tempora mutantur et nos mutamur in illis* –, passou a ser

¹² Idem.

¹³ BRITO, Francisco de Paula . *Proclamação aos compatriotas*. Rio de Janeiro. Typ. Fluminense. s/d.

unicamente recreativa, podendo todo mundo que nela tiver assento expender com franqueza a sua opinião, contanto que haja de responder pelos abusos que cometer no exercício deste direito. Exceto vida particular de família, de tudo se trata na Sociedade Petalógica!¹⁴

Para evitar possíveis transtornos, Brito declarava ser seu estabelecimento um campo neutro. Assim receberia os amigos conquistados ao longo do tempo, sem que possíveis divergências de opinião viessem a causar qualquer transtorno.

A loja de Paula Brito foi aclamada na Praça da Constituição e declarada por ele campo neutro, e ficou sendo um dos pontos mais frequentados e de mais amena reunião diária e constante da cidade do Rio de Janeiro.¹⁵

Seu trabalho como impressor também se destacava em um mercado em que competia com tipografias mais bem equipadas, dirigidas por estrangeiros, como foi notado pela revista *Iris* em 1848:

De todas as tipografias estabelecidas na Corte, é fato, incontestável, que a do Sr. Paula Brito é a única que não tendo, desde sua criação (1833), obtido um só favor, uma só proteção, quer do governo, quer das câmaras gerais, municipais, etc., tem tido admirável progresso, e tem apresentado muitos desses melhoramentos que por aí se notam, e que podem ser avaliados por qualquer obra, ainda a mais insignificante, que de seus prelos sai. Mas digamos a verdade, que animação para isso tem tido o Sr. Paula Brito, a não ser aquela que lhe dão seus numerosos fregueses; a não ser a justiça que imparcialmente todo o mundo lhe faz? Nenhuma, absolutamente nenhuma!¹⁶

Embora o artigo tivesse a intenção de criticar a falta de apoio do governo a este setor, e indicasse a tipografia de Paula Brito como exemplo de estabelecimento que progredia sem contar com qualquer incentivo, nota-se, desde o início da década de 1840, a aproximação de Paula Brito de alguns políticos do Partido Conservador, como Paulino José Soares de Sousa, a quem dedicou versos chamando-o publicamente de mecenas:

¹⁴ *A Marmota Fluminense*, 5/07/1853, n.º. 380

¹⁵ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno Biographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia e Litographia do Imperial Instituto Artístico, 1873, vol. 3, p. 546.

¹⁶ *Iris*: periódico de religião, bellas-artes, sciencias, letras, história, poesia. Rio de Janeiro: Typ. do Iris, 1848.

Longe eu fora, senhor, se não temera
Teu melindre ofender, eu te conheço!
Mas perdoa que um peito, grato sempre,
Que um cidadão, quer dar-te nada pode,
Digno talvez de mais propícia sorte,
Se mais cedo te houvera por mecenas...¹⁷

Esta aproximação também pode ser notada na obra *Cânticos Líricos*, escrita por Teixeira e Souza, publicada por Paula Brito e dedicada a Paulino. Deve-se considerar que as dedicatórias consistiam em uma estratégia para atrair a proteção daquele que fora homenageado. Não por acaso, Paulino José Soares de Sousa figura na lista de subscritores com 41 exemplares. Um pouco mais do que o dobro do que fora adquirido pelo segundo maior subscritor, o médico Joaquim Candido Meireles (20 exemplares).

Cumprido destacar que Paula Brito teve importante papel como incentivador do Romantismo no Brasil, movimento esse que segundo o historiador Bernardo Ricúpero manteve ligações com o projeto político promovido pelo Partido Conservador. O autor ressalta, em especial, a proximidade de políticos conservadores com a *Revista Guanabara*, que em sua segunda fase seria impressa na tipografia de Paula Brito.

A Empreza Dous de Dezembro

Ainda na década de quarenta, Paula Brito já contava com três estabelecimentos que produziam livros, folhetos, cartazes para teatro, periódicos, entre outros, e conseguia destacar-se das demais, como fora indicado pela revista *Iris*, pela qualidade de seu trabalho. No quadro abaixo se pode observar que o número de livreiros, encadernadores e impressores não era insignificante, o que indica o empenho de Paula Brito:

¹⁷A *mulher do Símplicio*, 25/12/ 1841, nº. 71.

ANO	LIVREIROS	ENCADERNADORES	IMPRESSORES
1823	13		7
1829	9		7
1842	12		12
1844	10	15	13
1845	10	18	17
1846	11	20	16
1849	14	22	23
1850	15	21	26
1852	14	21	22
1853	14	19	26
1855	12	19	25
1857	13	23	26
1858	14	25	26

Fontes: *O Livro no Brasil*¹⁸ e *Almanack Laemmert*. Rio, 1844-58.¹⁹

Paula Brito sonhava em expandir ainda mais seus negócios, tendo como meta o que chamava de tipografia em grande escala, um empreendimento que exigia esforço e domínio da arte tipográfica para crescer, sem perder qualidade, e atender prontamente as necessidades de um exigente mercado em formação. Reconhecia, no entanto, que era necessário contar com o apoio do Estado. No início da década de quarenta, chegou a propor um projeto de atuação conjunta entre particulares e a municipalidade, com a finalidade de dotar o município de uma tipografia, que ficaria responsável pela criação de um jornal para divulgar as sessões da Câmara, levando ao maior número de pessoas as questões ali discutidas. Sem obter sucesso, retomaria a ideia de expandir-se, porém recorrendo a outra estratégia.

Ao longo da década de 1850, Brito se dedicaria ao lançamento da *Empreza Typographica Dous de Dezembro*. O nome era uma homenagem ao aniversário do Imperador, mas também uma referência à sua própria data de

¹⁸HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2005, p. 121.

¹⁹SCHAPOCHINIK, Nelson. *Malditos Tipógrafos*. <http://www.livroehistoriaeditorial>.

nascimento. A empresa formada por Paula Brito contava com uma estrutura composta por quatro segmentos: a Tipografia, a Litografia, Encadernação e Estamparia. Em anúncio publicado n'A *Marmota Fluminense*, destacava ter entre seus clientes a Academia Brasileira de Medicina, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, as Associações Industriais de Irineu Evangelista de Sousa (Barão de Mauá), além de ser impressor da Casa Imperial.²⁰

Para expandir seus negócios, resolvera correr o risco de colocar sua empresa no mercado de ações e, a partir da venda dos títulos, investir na melhoria de seu estabelecimento. Contava com boas referências e com a simpatia de intelectuais e políticos; restava convencer o público de que esse seria um bom investimento. Para esta tarefa, não só utilizou seu jornal *A Marmota Fluminense*, mas recorreu também às páginas do *Jornal do Commercio* para divulgar seu empreendimento.

Entre os que aderiram a seu projeto se encontrava o próprio Imperador, a quem orgulhosamente Paula Brito chamava de primeiro acionista e que teria encarregado sua tipografia de publicar *A Confederação dos Tamoios*, escrita por Gonçalves de Magalhães, obra que deveria ocupar o lugar de mito fundador da nacionalidade brasileira. Contudo, nem todos estavam tão otimistas quanto o editor; para Joaquim Manuel de Macedo, Brito teria se precipitado ao abrir novos estabelecimentos, principalmente a *Empreza Dous de Dezembro*:

No entanto engrandecia o seu estabelecimento, ele fundava outras tipografias na Corte e na cidade de Niterói; errava talvez multiplicando-as; provavelmente errou ainda mais, criando a grande empresa tipográfica com interesse de acionistas, a cuja frente gastou anos, dedicação, incrível esforço, trabalho inexcedível, e só ganhou desgosto, e ruína.²¹

Apesar dos avisos, Paula Brito não hesitou em colocar em risco tudo que havia adquirido, talvez apostando nas relações que estabelecera e no sucesso de sua folha *A Marmota Fluminense*. Talvez tenha se aventurado em uma prática ainda pouco conhecida no país, como destacou Hallewell, mas demonstrava com

²⁰A *Marmota Fluminense*, 18/02/1853, n.º. 341.

²¹MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno Biographico Brasileiro*, 3 volumes. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1876, p. 548.

isso sua capacidade de enxergar longe²², pois a sociedade por ações fora regulamentada um ano antes da formação de sua empresa, ou seja, em 1850, com a criação do Código Comercial.

Entre os objetivos de seu novo empreendimento havia metas de cunho editorial voltadas para o desenvolvimento das letras, indicando a necessidade de que esta atividade também se expandisse:

Art. 2 Esta Associação tem por fim, e principal objetivo, desenvolver as artes tipográficas e auxiliar o progresso das letras, na proteção dada aos autores por meio de prêmios às suas obras, compra de seus manuscritos e divulgação não só disto, como de qualquer impresso; por preços moderados para o que lhe ficam reservados 20.000\$ rs.

Esse objetivo ficaria mais evidente quando, em 1855, resolveu modificá-lo o nome, passando a chamá-la *Empreza Literária Dous de Dezembro*, talvez indicando que sua tipografia já atingira o ponto desejado, devendo empenhar-se no incentivo à literatura.

Remunerar seus colaboradores era um dos incentivos que considerava necessário para o desenvolvimento da literatura nacional. Com essa atitude também garantia o direito de lançar com exclusividade material inédito. Na prática, porém, enfrentaria problemas como a pirataria das obras que eram publicadas sem autorização do editor ou do autor, como indica Ubiratan Machado:

Em Santa Catarina *O Conservador* e seu sucessor, *O Argos*, publicaram vários romances de Joaquim Manuel de Macedo, alguns quentinhos do forno. Em 1855, o jornal interrompeu a publicação de *O moço loiro* para lançar *A carteira do meu tio*, romance que seria editado em volumes naquele ano e que vinha sendo apresentado em folhetins n'A *Marmota Fluminense*. Essa pirataria foi praticada, também, por jornais de Porto Alegre²³.

²²HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1985, p. 90-91.

²³MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o Romantismo*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, p. 45

Sem dúvida, a circulação sem autorização onerava o editor e o autor, que amargavam o dissabor de não poder receber nenhuma remuneração pelo uso da obra.

De saldo positivo se pode ressaltar que, em seu empenho em incentivar a literatura nacional, reunia em seu catálogo autores como os bacharéis Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo, lado a lado com outros sem instrução formal e de origem semelhante à sua, como Teixeira e Souza e Machado de Assis. Com essa atitude contribuía ele para tornar a literatura um espaço mais democrático, no qual também figuravam as autoras Nísia Floresta (*Cartas a Minha Filha*), Maria Benedita de Oliveira Barbosa (*Zaira Americana. Mostra as imensas vantagens que a sociedade inteira obtém da ilustração e da perfeita educação da mulher como mãe e esposa*). A poetisa abolicionista Beatriz Francisca de Assis Brandão e Ana Luiza de Azevedo Castro também tiveram seus trabalhos publicados na *Marmota*. A primeira contribuiu com poemas e traduções para a folha e a segunda teve seu romance *D. Narcisa de Villar* publicado em forma de folhetim.

O sonho de Paula Brito não duraria muito tempo: dificuldades como a pirataria, o preço do papel, a perda de subsídios do jornal *O Moderador* e principalmente, conforme assinalou Hallewell, os juros de 6% que se comprometera a pagar a seus sócios, em um período marcado pela depressão econômica.

Não devemos, pois, nos surpreender com o fato de que os 6% que Paula Brito prometera a seus sócios acabarem por se revelar uma obrigação que não podia ser cumprida no momento em que houve uma queda nos negócios.²⁴

Assim, em 1856, a empresa entra em crise, pedindo concordata, sendo nomeada uma comissão para conduzi-la durante o período de crise. Brito acabaria reduzido a gerente de seu próprio negócio, tendo que suportar interferências, até mesmo n'A *Marmota*. Ainda assim, acreditava na possibilidade de recomeçar, dizia ainda ter forças para isso. Na ocasião em que a empresa foi liquidada, Brito contava com 60 empregados, frisando ser, a maioria deles,

²⁴ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1985, p. 90-91

nacionais, orgulhoso de estender a outros a oportunidade que, na juventude, Plancher lhe concedera.

Em 1858, a *Empreza Literária Dous de Dezembro* encerrava suas atividades, mas Paula Brito ainda continuaria em atividade até 1861, ano de seu falecimento. A viúva, ao lado de um dos genros, ainda se manteria neste ramo durante algum tempo.

Modos de autor e manhas da crítica:

o jogo dos prefácios em *Casa-Grande & Senzala* (1933-1961)*

FÁBIO FRANZINI (Unifesp)¹

Não constitui novidade alguma dizer que Gilberto Freyre e *Casa-Grande & Senzala* são considerados um dos marcos da moderna historiografia brasileira, ao lado de Sérgio Buarque de Holanda e *Raízes do Brasil* e Caio Prado Junior e *Formação do Brasil Contemporâneo*, ou *Evolução Política do Brasil*. Tomados em

* Uma primeira versão deste texto, intitulada “Dos modos de se escrever e reescrever um mesmo livro: Gilberto Freyre e a História frente às ‘atualizações’ de Casa-Grande & Senzala (1933-1961)”, foi apresentada no XIX Encontro Regional de História da Anpuh-São Paulo, em 2008, e publicada em seus Anais. Retomo-a tantos anos depois, devidamente modificada, por achar o tema ainda pertinente e merecedor de maior divulgação, bem como por agora poder testá-lo diante de dois outros trabalhos sobre o mesmo assunto que à época desconhecia: NICOLAZZI, Fernando. Um Estilo de História. A viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-Grande & Senzala e a representação do passado. São Paulo: Ed. Unesp, 2011 (particularmente o capítulo “O prelúdio da obra: um livro em seus prefácios”). SORÁ, Gustavo. A construção sociológica de uma posição regionalista: reflexões sobre a edição e recepção de Casa-Grande & Senzala de Gilberto Freyre. Revista Brasileira de Ciências Sociais. [on line]. São Paulo, v. 13, n. 36, fev. 1998. <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n36/36sora.pdf>. Por fim, mas não menos importante, agradeço ao meu querido amigo Nelson Schapochnik o convite para esta publicação.

¹ Professor do Departamento de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH-Unifesp).

bloco, os três pares representariam a superação das interpretações pautadas pelo pensamento oitocentista, supostamente hegemônicas ainda na década de 1930, à medida que inauguraram novas formas de se abordar e de se escrever sobre o passado nacional, em conformidade tanto com perspectivas teórico-metodológicas também inovadoras quanto com o clima de mudança política proporcionado pela Revolução de 30. Não por acaso, todos alcançaram o lugar de *clássicos* incontestes do pensamento social produzido no Brasil no século XX.

Difundida a ponto de ter-se tornado uma espécie de lugar comum da nossa historiografia, o problema de tal visão é que ela reduz o processo histórico e a vida intelectual ao “trabalho do gênio”, pessoalizado e alienado em relação às condições de sua produção; não bastasse isso, ainda submete a dinâmica da cultura aos referenciais de um evento político, previamente consagrado como o início de uma “nova fase” para a nação.² Perdem-se, assim, duas dimensões cruciais para a apreensão do contexto complexo em que despontou a tríade em tela: uma, a sua inserção em um movimento muito mais amplo de compreensão do Brasil, originado ainda na década de 1920, senão antes. Pensadores os mais diversos, com visões da história também diversas, bem como editores, críticos e, dentro dos limites da sociedade da época, o chamado “público leitor” configuravam então um cenário pulsante, no qual a busca pela compreensão da *formação* social brasileira não era a exceção, mas a regra.³ Outra, que suas obras seguiram caminhos bem diferentes até serem reconhecidas como clássicos: longe de trazerem essa marca desde o nascimento,⁴ a recepção de cada uma

² Para os familiarizados com a discussão, não resta dúvida de que um autor e um texto específicos desempenharam papel crucial na construção dessa visão: o autor, Antonio Candido; o texto, seu prefácio à quinta edição do próprio *Raízes do Brasil*, escrito em 1967 e publicado em 1969. Cf. FRANZINI, Fábio e GONTIJO, Rebeca. Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: SOIHET, Rachel; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca (org.). *Mitos, Projetos e Práticas políticas: Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

³ Cf. ARANTES, Paulo Eduardo. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori e ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentido da Formação*. Três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 11-2 e seguintes. FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras*. A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959). Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

⁴ Aqui, faço alusão, mais uma vez, ao citado prefácio de Antonio Candido, que assim descreve *Raízes do Brasil*: “livro curto, discreto, de poucas citações, atuaria menos [que *Casa-Grande & Senzala*] sobre a imaginação dos moços. No entanto, o seu êxito de qualidade foi imediato e ele se tornou um clássico de nascença”. [MELLO E SOUZA], Antonio Candido [de]. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa 70 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 236.

oscilou ao sabor dos debates e embates sobre a História e sobre os rumos do país, dos anos 1930 até hoje.⁵

Sob essa perspectiva, não é equivocado afirmar que o percurso mais sinuoso foi o desenvolvido pelo livro de estreia de Gilberto Freyre, no qual se percebem três momentos distintos: o da *consagração*, que vai da publicação de *Casa-Grande & Senzala*, em 1933, a meados da década de 1960; o da *contestação*, senão *rejeição*, da década de 1960 a fins dos anos 1980, época da morte do autor (1987); e o da *reabilitação*, de fins da década de 1980 em diante. Acompanhar tal percurso pode ser revelador, portanto, de como se *constrói* um “clássico” e, por extensão, de como se constrói uma certa história da historiografia; nesse sentido, o que se pretende aqui é fazer um primeiro exercício de aproximação, enfocando o primeiro dos momentos citados por meio da abordagem dos prefácios escritos por Freyre no decorrer das dez edições de *Casa-Grande & Senzala* lançadas no Brasil entre 1933 e 1961,⁶ para verificar, justamente, como ele atuou para manter a obra viva perante leitores e, sobretudo, críticos.

A opção pelos prefácios do próprio autor se fundamenta, de saída, numa razão talvez evidente: como se trata de pensar sobre a construção do *lugar* de um autor e de um livro, é imprescindível ouvir a voz *desse* autor sobre *esse* livro. Fundamenta-se também, e sobretudo, na concepção de *paratextos*, produções verbais ou não que visam primordialmente a “assegurar a existência [de um texto] no mundo, sua ‘recepção’ e seu consumo, sob a forma (ao menos em nossa época) de um livro”, como define Gérard Genette.⁷ Paratexto típico, o

⁵ Em sua análise sobre a recepção de *Casa-Grande & Senzala*, Gustavo Sorá chama a atenção para o mesmo aspecto: “a fama de Freyre, ascendente, descendente e finalmente estabilizada no atual panteão, decantou sobre sua pessoa, seu livro maior, sua obra uma malha de afirmações impensadas. Desta maneira se cria um efeito de continuidade ou consenso entre as representações dos críticos, editores e ‘estudiosos’ naturalizadas pelo próprio autor. Ao final de sua carreira, já marcado como clássico, tudo se passa como se nenhuma disputa houvesse forjado o caminho do mundo intelectual”. SORÁ, Gustavo. A construção sociológica de uma posição regionalista [p. 15]. Para uma análise mais detalhada dos referidos debates e embates historiográficos, cf., entre outros, FRANZINI, Fábio e GONTIJO, Rebeca. Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960.

⁶ Além das dez edições brasileiras, é também nesse período que *Casa-Grande & Senzala* começa a ser traduzido no exterior: na Argentina em 1942 (com uma segunda edição já no ano seguinte), nos Estados Unidos em 1946 (segunda edição em 1956), na Inglaterra em 1947 (segunda edição em 1956), na França em 1953 e em Portugal em 1957. Cf. SORÁ, Gustavo. A construção sociológica de uma posição regionalista [p. 6-7].

⁷ Cf. GENETTE, Gérard. *Umbrables*. Trad. Susana Lage. México: Siglo Veintuno, 2001. p. 7. Fernando Nicolazzi amplia a discussão sobre a relevância dos prefácios na historiografia em geral e na obra de Freyre

prefácio, por configurar-se como “um discurso produzido acerca do texto que segue ou que precede” (e perante o qual ainda goza de relativa autonomia), busca, em geral, oferecer ao leitor as informações tidas como imprescindíveis a uma perfeita compreensão daquilo que se vai ler, explicando-lhe *por quê* e *como* deve lê-lo.⁸ Desta forma, embora se coloque como o espaço privilegiado do “diálogo” entre a obra e o público, um prefácio efetivamente visa, de modo implícito ou mesmo explícito, a orientar a leitura conforme interesses pré-estabelecidos pelo seu autor, quiçá conduzi-la.

No caso de *Casa-Grande & Senzala*, perceber como a instância prefacial se constitui e se afirma não é algo secundário, muito menos irrelevante: basta notar que o conjunto das dez edições brasileiras lançadas no período delimitado traz nada menos que oito prefácios distintos de Freyre, um a um escritos para “atualizar” o livro, suas ideias e sua própria posição no cenário intelectual brasileiro. Afinal, ele sabia muito bem que, se um texto é sempre o mesmo, as suas leituras e os seus leitores não o são, como também não se pode dizer que seu próprio autor o seja – por isso é significativo destacar também a sua intensa atividade de prefaciador, tanto para seus livros quanto para os de outros autores: de acordo com Edson Nery da Fonseca, citado por Gustavo Sorá, “Gilberto Freyre era, em 1958, o ‘escritor’ que, depois do espanhol Gregorio Marañon (219), mais prefácios escreveu no mundo: 150. De longe o seguiriam Paul Valéry (50), André Gide (47) e J. L. Borges (38)”.⁹ Mas, o mais interessante é notar que, na articulação entre temas recorrentes e discussões conjunturais, Freyre realiza um movimento sutil, porém decisivo: o da instituição de uma posição única para sua obra e, principalmente, para si mesmo.

Primeiro compasso: por uma nova história

Apresentado, no longo prefácio à primeira edição, como “ensaio de sociologia genética e de história social” cuja pretensão era “fixar e às vezes

em particular incorporando, além de Genette, autores como Hartog, Certeau e Foucault. Cf. NICOLAZZI, Fernando. *Um Estilo de História*, p. 96-103 e p. 123-24.

⁸ É importante notar que Genette toma a “instância prefacial” em sentido amplo, sob suas mais diversas formas e nomes, incluindo os posfácios. Cf. GENETTE, Gérard. *Umbrables*, p. 137 e *passim*.

⁹ SORÁ, Gustavo. A construção sociológica de uma posição regionalista, nota 11 [p. 17].

interpretar alguns dos aspectos mais significativos da formação da família brasileira”,¹⁰ *Casa-Grande & Senzala* tinha o “novo” como uma espécie de adjetivo-síntese. De certa forma, tudo no livro trazia este traço: os novos sujeitos históricos apresentados – o senhor, o escravo e o mundo à sua volta; a nova abordagem empreendida, centrada no âmbito privado das relações entre tais sujeitos, com a família como peça-chave; a nova explicação oferecida, diferenciando “raça” de “cultura” e daí enfatizando a positividade da miscigenação; as novas fontes empregadas, como livros do Santo Ofício, cartas dos jesuítas e outros documentos produzidos na esfera eclesiástica, inventários e testamentos, livros de viagem, livros e cadernos de modinhas, receitas e etiqueta, jornais, romances, memórias e biografias, depoimentos e até a iconografia; e, claro, a nova linguagem que expressava tudo isso, solta, fluente e vívida. A novidade fundamental, contudo, aquilo que consistia sua maior inovação, era dada pelo todo, isto é, pela reunião de todas essas características em uma única obra, manejadas por um único autor.

Tal como acontecera décadas antes com *Os Sertões*, o livro de estreia de Gilberto Freyre revelava uma força interpretativa surpreendente naquele início da década de 1930, a qual descortinava aos brasileiros, ainda que somente à minoria culta, aspectos da formação do Brasil até então pouco ou nada considerados. Tantas e tamanhas novidades, porém, não deixaram de causar também alguma estranheza entre os críticos, o que seria abordado por Freyre no prefácio à segunda edição de seu livro, publicada em 1936, da seguinte maneira:

O autor não desconhece, neste ensaio, defeitos de construção, que vários críticos já salientaram. Alguns desses defeitos animou-se a procurar corrigir. Mas permanece, através do livro, aquela falta de coesão de material que um crítico estrangeiro, aliás amabilíssimo, lamentou nestas páginas, tão pouco francesas na sua técnica, talvez mesmo pouco latinas na sua maneira um tanto relaxa [sic].

*Deve-se, aliás, observar que este ensaio pretendeu ser menos obra convencionalmente literária que esforço de pesquisa e tentativa de interpretação nova de determinado grupo de fatos da formação social brasileira.*¹¹

¹⁰ FREYRE, Gilberto. Prefácio à 1ª edição. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 47. ed., revista. São Paulo: Global, 2003. p. 50.

¹¹ FREYRE, Gilberto. Prefácio à 2ª edição. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1936. p. XXXIII (grifo meu).

Freyre procurava mostrar, parece claro, que seu empenho implicava necessariamente posturas um tanto diferentes em relação ao já estabelecido, em especial ao consagrado. Para aqueles que o acusavam de não apresentar “conclusões” em seu ensaio, ele primeiro reiterava ter-se limitado a “procurar fixar, partindo de novas hipóteses e de ideias e até intuições às vezes personalíssimas, certos aspectos da formação patriarcal da família brasileira, às vezes aventurando-se a interpretações”; a tarefa de concluir, “por certo mais nobre”, deixava-se para um grupo vagamente denominado “pensadores”, pois ali se reuniam apenas “um grupo de fatos que, por sua significação social, talvez deem um pouco que pensar”. Já para aqueles que haviam reclamado da escassez de referências aos “grandes mestres da nossa história – Handermann, por exemplo, Southey, Varnhagen, Capistrano, Oliveira Lima, Rocha Pombo, João Ribeiro, Joaquim Nabuco”, numa “falta aparente de devoção de um principiante por mestres tão ilustres”, explicava-se “pelo fato de ter sido uma das suas preocupações o contato direto com as fontes”. Eram elas que, junto a “pesquisas de campo”, davam a fundamentação do texto, e não “os livros de historiadores consagrados e o seu uso e interpretação daquelas fontes” – algo que encontrava complemento dois parágrafos adiante, quando, a propósito de sua linguagem ter sido tida por alguns como “pouco técnica”, senão “chula”, ele “lembrava” que:

em estudos de sociologia, antropologia e história social, o critério de valor dos fatos se junta cada dia mais ao de pura materialidade, quebrando-lhe a rigidez. Humanizando-o. Passou o tempo, nesses estudos, de se imitar a linguagem difícil e inumana em que se deliciam certos cientistas e principalmente alguns técnicos. [...] O ensaio de sociologia, de antropologia, de história social, tem a sua própria linguagem; não está obrigado a limitar-se à noção de terminologia exata de outras ciências, despreocupadas dos valores humanos.¹²

Embora curto (apenas três páginas) e, por isso mesmo, superficial, não é difícil perceber que este texto buscava afirmar, ainda que timidamente, a importância e a necessidade de uma nova história do Brasil, da qual *Casa-Grande & Senzala* pretendia ser apenas uma expressão. Uma história livre, até onde

¹² *Idem*, p. XXXIII-IV.

possível, de ideias pré-concebidas e, ao mesmo tempo, permeada pela sociologia, pela antropologia, pela psicologia ou qualquer outra ciência que possibilitasse a melhor compreensão de seus processos. Uma história apoiada em fontes as mais diversas, que permitissem tanto a reconstituição multifacetada e global do passado quanto a compreensão da sua dinâmica. Uma história marcada pelo comprometimento do historiador com seu objeto, produzida pelo entrecruzamento da objetividade científica com a subjetividade analítica. Uma história que, sem se limitar apenas a ele, Freyre, orientasse modernas interpretações da sociedade brasileira, que avançassem os limites das abordagens tradicionais. Uma história, enfim, que revolucionasse o conhecimento sobre o Brasil, uma história “íntima”, vívida e até mesmo “mística”, mas, sobretudo, dotada de *cientificidade*.¹³ E, se tudo isto era apenas sugerido no texto em questão, em outro, publicado no mesmo ano de 1936, as coisas eram ditas de modo mais explícito – está lá, no prefácio a *Sobrados e Mucambos*:

É tempo de procurarmos ver na formação brasileira a série de desajustamentos profundos, ao lado dos ajustamentos e dos equilíbrios. E de vê-los em conjunto, desembaraçando-nos de pontos de vista estreitos e de ânsias de conclusão desinteressada. Do estreito ponto de vista econômico, ora tão em moda, como do estreito ponto de vista político, até pouco tempo quase o exclusivo. O humano só pode ser compreendido pelo humano – até onde pode ser compreendido; e compreensão importa em maior ou menor sacrifício da objetividade à subjetividade. Pois tratando-se de passado humano, há que deixar-se espaço para a dúvida e até para o mistério: a história de uma instituição, quando feita ou tentada sob critério sociológico que se alongue em psicológico está sempre nos levando a zonas de mistério, onde seria ridículo nos declararmos satisfeitos com interpretações marxistas ou explicações behavioristas ou paretistas; com puras descrições semelhantes às da história natural de comunidades botânicas ou animais.

*A “humildade diante dos fatos”, a que ainda há pouco se referia um mestre da crítica, ao lado do sentido mais humano e menos doutrinário das coisas, cada vez se impõe com maior força aos novos franciscanos que procuram salvar as verdades da História, tanto das duras estratificações em dogmas, como das rápidas dissoluções em extravagâncias de momento.*¹⁴

¹³ A interpretação de Nicolazzi vai na mesma direção: cf. NICOLAZZI, Fernando. *Um Estilo de História*, p. 111.

¹⁴ FREYRE, Gilberto. Prefácio à primeira edição. In: FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985. p. L-LI.

Este combate freyreano por uma nova história, a qual poderia ser chamada interdisciplinar,¹⁵ seria retomado em seu texto a respeito da terceira edição de *Casa-Grande & Senzala*, publicada em 1938. Um texto atípico, uma vez que esta edição, publicada, como as anteriores, pelo poeta-editor Augusto Frederico Schmidt, saíra à revelia do autor. Avisado do fato pelo amigo e crítico literário Gastão Cruls, Freyre escreve um longo artigo para o número de reestrea da *Revista do Brasil*, então iniciando sua terceira fase, intitulado “A propósito de um livro na 3ª edição”; nele, dedica-se a “anotar algumas críticas àquele livro”, debatendo, em especial, as objeções formuladas pelo etnólogo Carlos Estevão de Oliveira, crítico de suas interpretações da cultura indígena, e pelo historiador Afonso d’Escragnolle Taunay, para quem o livro se ocuparia “quase exclusivamente do Norte, desprezando a paisagem social do Sul”.

Embora reconhecesse a importância destas e de outras observações acerca de seu trabalho, mesmo que não tão qualificadas, ele não deixa de lamentar que seus pontos de vista nem sempre eram “apresentados fielmente, ou interpretados com inteira compreensão do que seja a atitude científica e, tanto quanto possível, objetiva do estudioso moderno de sociologia genética ou de história, de antropologia e de psicologia sociais, em face de problemas que numerosas sugestões de ordem moral e sentimental, religiosa e política tornam extremamente delicados”.¹⁶ Ainda assim, apesar das “deformações de alguns de seus pontos de vista por críticos literários e publicistas da ‘direita’ como da ‘esquerda’ ainda pouco familiarizados com a técnica, o método e a terminologia da sociologia genética e da história, da antropologia e da psicologia sociais”, ele dizia não ser raras as críticas “inteligentes” e as “sugestões tecnicamente bem

¹⁵ A alusão à conhecida expressão de Lucien Febvre obviamente não é gratuita: como já notou o historiador inglês Asa Briggs, Gilberto Freyre foi “um genuíno pioneiro na elaboração do que Lucien Febvre designou, em 1949, ‘um novo tipo de história’”. No início da década de 1930, ambos trilhavam então caminhos muito próximos rumo à renovação do conhecimento histórico – e não é casual que seja justamente Febvre quem assina o prefácio da primeira edição francesa de *Casa-Grande & Senzala*, publicada pela Gallimard em 1952 sob o título *Maîtres et Esclaves*. Cf. BRIGGS, Asa. Gilberto Freyre e o estudo da história social. In: VV.AA. *Gilberto Freyre na UnB*. Brasília: Ed. UnB, 1981. p. 35-6. Mais recentemente, Peter Burke também tem chamado a atenção para as contribuições pioneiras de Freyre a muitos temas e aspectos que também eram ou viriam a ser caros à escola dos *Annales*. Cf. BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales*. Trad. Nilo Odália. São Paulo: Ed. Unesp, 1990. p. 116.

¹⁶ FREYRE, Gilberto. Quase um prefácio à terceira edição. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946. p. 59.

orientadas” que vinha recebendo, “não só de especialistas estrangeiros como de estudiosos seus compatriotas”. E completava:

*Críticas e sugestões que sempre esperou para trabalho tão afoito, e realizado em tão pouco tempo, de tentativa de reconstituição e de interpretação de aspectos mais íntimos do passado nacional e, ao mesmo tempo, de sondagem de antecedentes de raça e principalmente de cultura da sociedade brasileira de formação mais profundamente agrário-patriarcal. Sondagem a que o que menos faltou foi, na verdade, ousadia de enfrentar assunto tão complexo. E a ousadia pode ser às vezes renovadora e até criadora, mas através de imperfeições e deficiências numerosas, de que só se esquivam completamente os miniaturistas mais pechosos da história e da ciência.*¹⁷

Segundo compasso: a afirmação da legitimidade

Àquela altura, a análise da formação histórico-social brasileira não era a única trincheira em que Gilberto Freyre lutava. Se havia muito que ele andava desgostoso do tratamento editorial que seu livro recebia de Schmidt, o lançamento de uma nova edição sem o seu consentimento fizera com que ele levasse adiante a idéia de publicá-lo por outro selo, mais especificamente o da prestigiosa Livraria José Olympio Editora, para a qual já dirigia a não menos prestigiosa Coleção Documentos Brasileiros. A mudança, porém, não era tão simples, pois, por força de um contrato equivocado, ele cedera os direitos autorais a Schmidt, que, claro, não tinha o menor interesse em abrir mão daquele que era simplesmente o principal título de seu catálogo. Somente depois de uma longa briga nos tribunais é que ele pode reaver seus direitos sobre a obra e, assim, acertar-se com José Olympio, com quem conversava a respeito desde 1936. E foi em 1943, dez anos após o seu aparecimento, que *Casa-Grande & Senzala* mereceu sua quarta edição, como o volume 36 da mesma Coleção Documentos Brasileiros, então já sob a direção de Octavio Tarquínio de Sousa.¹⁸

Além da inclusão dos dois primeiros prefácios, mais o texto da *Revista do Brasil* a propósito da edição “clandestina”, intitulado “Quase um prefácio à terceira edição”, o livro trazia um novo, redigido especificamente para o relançamento, no qual, logo de início, o autor dizia se surpreender “de se

¹⁷ *Idem*, p. 60-1.

¹⁸ A este respeito, cf. FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras*, p. 181-87.

encontrar tão de acordo com quase tudo o que escreveu em 1933” naquele trabalho “cujas raízes estão nos seus estudos universitários e nas suas preocupações de adolescente”.¹⁹ Segundo ele, não havia naquela edição “acréscimo ou alteração que alcance idéia ou modo de dizer essencial”, até mesmo porque “já em notas escritas há dois ou três anos [sic] e publicadas na *Revista do Brasil* o autor procurou esclarecer algumas das ideias ou expressões mais obscuras do ensaio que se segue”. No entanto, como a sequência do texto demonstraria, havia algo que continuava a incomodá-lo: a velha conhecida crítica que insistia, “ora de boa fé, ora maliciosamente, no caráter regional – ‘nortista’ ou ‘pernambucano’ – do material reunido nas páginas que se seguem. Caráter regional que prejudicaria as conclusões – aliás, poucas – e as interpretações – estas numerosas – baseadas sobre o estudo do mesmo material e as evidências e sugestões por ele oferecidas”. A sua resposta:

*A verdade é que na colheita de dados para este ensaio o autor não seguiu critério rigorosamente geográfico ou histórico, embora sempre fiel ao regional, de área de formação histórico-social do Brasil. Dentro deste critério – ao mesmo tempo genético e regional – é que não pôde esquivar-se a dar relevo, às vezes grande, ao açúcar e, conseqüentemente, aos agrupamentos nortistas no desenvolvimento da família patriarcal – agrária e escravocrata – no nosso país. A influência daquela técnica de produção e das sociedades que se desenvolveram sobre ela – no Maranhão, na Bahia, em Pernambuco, no Rio de Janeiro – foi tão forte que, durante longo tempo, o açúcar é que deu à sociedade brasileira, tomada no seu conjunto ou considerada sem maiores luxos de discernimento, seus traços mais característicos, suas condições mais fortes de estabilidade econômica e social e de vida organizada de família. Traços que, depois, se transmitiriam, às vezes com uma pureza que nos surpreende – como o autor procurará demonstrar, ou, antes, sugerir, no seu próximo ensaio, Ordem e Progresso – à economia do café (São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente) e à ordem social estabelecida sobre a mesma economia. As duas economias – a do açúcar e a do café – condicionaram o desenvolvimento do nosso patriarcalismo agrário. Pelo menos o que o patriarcalismo agrário, no Brasil, apresenta de essencial. E desse patriarcalismo parece ao autor impossível separar qualquer estudo sério da formação social brasileira. [...]*²⁰

¹⁹ FREYRE, Gilberto. Prefácio à quarta edição. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946. p. 69.

²⁰ *Idem*, p. 71-2 (grifo meu).

A leitores e, principalmente, críticos não devia restar dúvida, portanto, de que era, sim, *do Brasil* que Gilberto Freyre falava. Em outras palavras, não devia restar dúvida de que sua história psico-sócio-antropológica tinha validade e legitimidade “nacionais”. Ele mesmo ressaltaria isso linhas abaixo, ao afirmar que, justamente porque a formação social brasileira se processara “ou dentro daquela influência [do patriarcalismo agrário] ou contra ela”, as interpretações “baseadas sobre material colhido nos centros da formação agrária e patriarcal do Brasil” (ou seja, como a que ele próprio oferecia) tinham “caráter brasileiro – e não apenas pernambucano, baiano ou nortista”; tanto era assim que “as viagens de estudo ou observação do autor por áreas brasileiras menos agrárias na sua formação do que o Nordeste – ou inteiramente pastoris ou quase industriais, como certas áreas *neobrasileiras* do sul do país – só têm feito confirmar nele as ideias e interpretações esboçadas neste livro”.²¹

A grande síntese desse esforço, contudo, apareceria somente três anos depois, em mais um prefácio para uma nova edição de *Casa-Grande & Senzala*, a quinta: o anúncio de que este livro, junto a *Sobrados e Mucambos* e aos previstos *Ordem e Progresso* e *Jazigos e Covas Rasas*, mais dois volumes, no mínimo, de “documentos relativos à matéria”, formariam uma “série de estudos sobre a formação e desintegração do patriarcado escravocrata no Brasil”, nomeada então sob o “título geral de *Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil*”.²² Os críticos, por sua vez, pareceram não se convencer disso, o que obrigou Freyre a, mais uma vez, retomar o assunto no prefácio à sexta edição, de 1949. Sem disfarçar certa irritação, ele afirma então que “não parecem estar com a razão os que continuam a *acusar* um tanto enfaticamente este ensaio – como há pouco o Professor Donald Pierson na *American Sociological Review* (vol. I, n. 4, outubro, 1947) – de válido apenas para a região geográfica onde primeiro desabrochou o sistema patriarcal, agrário e escravocrata no Brasil, e que foi a região do açúcar”.²³

²¹ *Idem*, p. 72 (grifo meu).

²² FREYRE, Gilberto. Prefácio à quinta edição. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946. p. 78-9.

²³ FREYRE, Gilberto. Prefácio à sexta edição. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949. p. XCIX (grifo meu).

Como sua defesa desfiava os mesmos argumentos que, desde pelo menos 1938, apresentava acerca do assunto, não havia qualquer ineditismo nesse debate – o que não significa, em contrapartida, que não houvesse outros aspectos sugestivos em outros parágrafos do mesmo texto. Por exemplo, o fato de que ele, Freyre, e seu livro recebiam outro tipo de críticas: dos “entusiastas mais fervorosos da ‘nobreza rural’ no Brasil”, que viam na “falta de respeito” do autor para com tal “nobreza” traços de “marxismo” ou “freudismo”; ao mesmo tempo, “marxistas mais sectários” o acusavam de “burguês”, de “escriba do capitalismo”, de “ter feito apenas obra de neto ou descendente de senhores de engenho, sem coragem ou independência para analisar e criticar os antepassados ‘feudais’ ou ‘burgueses’”.²⁴

Gilberto Freyre dizia-se, assim, criticado de todos os lados, o que não deixa de ser uma forma de dizer-se *único*. Uma forma disfarçada, mascarada, é certo, mas que não tardaria a se revelar por completo.

Terceiro (e inconclusivo) movimento: acima do bem e do mal?

Após deixar passar a sétima (1952) e a oitava (1954) edições sem novos textos de abertura, Freyre voltaria a escrever mais um prefácio quando da nona edição, lançada em 1958 – aliás, nona edição brasileira e décima em língua portuguesa, como indicava a página de rosto. Nele, tudo girava em torno do pioneirismo de suas análises e de sua metodologia “nada ortodoxa”, segundo suas próprias palavras, que àquela altura, com a publicação do livro em diversas línguas, encontrava o amplo reconhecimento de críticos e intelectuais estrangeiros, ingleses, franceses, norte e latino-americanos, espanhóis. Se isto também já fora apontado no prefácio anterior, agora era o que dava o tom de todo o texto, como que a afirmar o sucesso de um trabalho que não saíra de cena nas últimas duas décadas.

Contudo, foi na edição seguinte, de 1961, quase trinta anos depois da primeira, que algo maior tomou, efetiva e deliberadamente, o lugar da habitual dedicação a lidar com as manhas da crítica. E o prefácio, uma vez mais, é o lugar da sua afirmação:

²⁴ *Idem*, p. C.

A presente edição de Casa-Grande & Senzala é a décima primeira em língua portuguesa; e a décima, nessa língua, publicada no Brasil. O que significa mais de 60.000 exemplares publicados em português.

*O autor vem encontrando, através de edições noutras línguas, uma compreensão, da parte de grandes críticos, quer literários ou filosóficos – um Jean Pouillon, um André Rousseaux, um Bertram Wolfe, um Alfonso Reyes, um John dos Passos, um Aldous Huxley, um Ortega y Gasset, um Julian Marías, um Roger Callois, um Roland Barthes, um Georges Gurvitch, um Roberto Caponigri, um Leon Mathias, um Eduardo Mallea –, quer científicos – um Lucien Febvre, um Franz Boas, um Sorokin, um Métraux, um Paul Rivet, um Evans-Pritchard, um Fernand Braudel, um Ashley-Montagu, um Paul Trappe –, por vezes mais aguda e quase sempre mais completa que a da maioria dos críticos nacionais ou portugueses. Mas é do público brasileiro que tem principalmente recebido o melhor apoio, sólido e maciço, de uma aceitação, além de constante, ou renovada, sempre entusiástica, para com o seu primeiro trabalho publicado em língua portuguesa sob a forma de livro. [...]*²⁵

A virada ensaiada em 1958 agora se completava. Com a “compreensão” de refinados intelectuais estrangeiros e a massiva “aceitação” do público brasileiro, Gilberto Freyre assumia sem peias uma visão autoelogiosa, assentada sobre seu livro e sobre si mesmo, isto é, sobre a sua *autoridade*. Uma autoridade tanto construída quanto conquistada pelo *autor* que nunca deixara de ser no decorrer de três décadas e que, finalmente, parecia alçá-lo acima do bem e do mal; ademais, ele não era mais um “jovem principiante” e sim “um homem já no declínio da existência”, como se descrevera ao final do mesmo prefácio, decerto para corroborar a imagem bem posta, inalcançável pela crítica nativa e ao mesmo tempo indiferente a ela. No entanto, se o jogo dos prefácios dava então a indicação de certa acomodação bem satisfeita,²⁶ outra peleja, bem mais renhida, apenas começava, capitaneada por Florestan Fernandes e a chamada “escola paulista de Sociologia”. O panteão não é um lugar tranquilo.

²⁵ FREYRE, Gilberto. Prefácio à décima edição. In: FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 10. ed. Brasília: Editora da UnB, 1961. p. 65.

²⁶ Algo que as edições posteriores de *Casa-Grande & Senzala* parecem confirmar, tanto pela recorrente autoimagem de Freyre como “um velho em retiro” quanto pela diminuição de novos prefácios e, nestes, a tônica da reunião de elogios que, presumivelmente, reiterariam a “atualidade” da obra. Cf. SORÁ, Gustavo. A construção sociológica de uma posição regionalista [p. 1]; NICOLAZZI, Fernando. *Um Estilo de História*, p. 113 e p. 119-21.

Editar coleções

disputas intelectuais e monumentalização
das narrativas históricas no Brasil
(1956-1972)¹

GISELLE MARTINS VENANCIO (UFF)

Referir-se às narrativas históricas pressupõe sempre um questionamento sobre onde situar a linha divisória entre as diversas histórias possíveis e aquela, ou aquelas, que “pretendem ostentar estatuto de cientificidade, apresentar-se enquanto episteme, inscrever-se entre as formas sérias de conhecimento, candidatar-se à conquista de alguma verdade exterior a seu próprio discurso, narrando e ao mesmo tempo explicando o objeto que aborda”².

As narrativas históricas, como já anotou Michel de Certeau, inscrevem-se em duas formas de discursos: primeiramente aquele que “se interroga sobre o que é pensável e sobre as condições de sua compreensão”; em segundo lugar o que “pretende encontrar o vivido, exumado graças a um conhecimento do passado”³. Daí deriva, segundo ele, uma narrativa que se, por uma lado, examina a “capacidade de tornar pensáveis os documentos de que o historiador faz um

¹ Este texto é uma versão um pouco modificada do artigo publicado em parceria com André Carlos Furtado na Revista Tempo e Argumento. Ver: VENANCIO, Giselle e FURTADO, A. *Brasiliana & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da história, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956-1972)*. Tempo e Argumento, Florianópolis, vol. 5, n. 9, jan./jun. 2013, pp. 05-23.

² PESSANHA, José Américo Motta. O sono e a vigília. In: NOVAES, Adauto (org.). Tempo e História. SP: Companhia das Letras, 1992, pp. 33.

³ CERTEAU, M. Fazer História: problemas de método e problemas de sentido. In: A Escrita da História. RJ: Forense Universitária, 1982, p. 46.

inventário”⁴, visando colocar em seu texto a realidade de uma sociedade pretérita; ela também reconhece “nessa constituição, a ordem e o efeito de seu próprio trabalho”⁵. Como conclui Certeau, “o discurso destinado a dizer o *outro* permanece seu discurso e espelho de *sua* operação”⁶. Assim, quando o historiador examina as suas práticas e observa seus postulados para renová-los, “descobre nelas imposições que se originaram bem antes do seu presente e que remontam organizações anteriores, das quais seu trabalho é o sintoma e não a fonte”⁷. Desse modo, seguindo Certeau, não se compreende a história senão elucidando-se sua própria atividade e compreendendo-a no conjunto e na sucessão de produções das quais ela própria é um efeito⁸. Nesse sentido, Certeau alerta para a necessidade de apreensão da ideia de que cada procedimento interpretativo das narrativas historiográficas não se determina apenas pela vontade de tornar pensável um real que se encontra diante de si, mas também deve ser investigado por meio do questionamento dos processos de instauração de procedimentos adequados a um modo de compreensão.

Assim, a questão que se propõe responder neste texto diz respeito aos processos de instauração de procedimentos de legitimação do discurso histórico pensado, este último, como uma narrativa que se distancia das diversas histórias possíveis e que ostenta um estatuto de cientificidade. Importa analisar os procedimentos sucessivos de legitimação do caráter científico do discurso historiográfico inscrevendo-os em sua historicidade.

Quais os procedimentos de legitimação que foram, ao longo do tempo, estabelecendo critérios de cientificidade atribuídos aos discursos elaborados como históricos? Esta é a questão a ser respondida.

Busca-se respondê-la por meio da análise da singularidade do caso brasileiro, partindo do princípio de que ao longo do século XX, no Brasil, o surgimento das universidades estabeleceu um momento importante de inflexão

4 Idem.

5 Idem.

6 Idem.

7 Idem.

8 CERTEAU, M. Fazer História: problemas de método e problemas de sentido. In: A Escrita da História. RJ: Forense Universitária, 1982, p. 53.

nos procedimentos de atribuição de legitimidade e cientificidade aos discursos elaborados como narrativas históricas.

Diferentemente de outros países da América Latina, o surgimento de universidades no Brasil data dos anos 30 do século XX. Foi somente nos anos 50 deste século que os primeiros trabalhos produzidos nas Universidades começaram a vir a público. Não por outro motivo este foi um tempo de balanços sobre a produção historiográfica.

Seduzidos pela ideia de que fundavam uma nova escrita sobre o país, nos anos 50, salta aos olhos, num rápido olhar sobre a produção intelectual do período, a escrita de alguns importantes textos sobre o estado da arte dos estudos históricos e mais amplamente as ciências sociais no período.

Sérgio Buarque de Holanda escreve **O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos**⁹, publicado inicialmente no Correio da Manhã, em 1951, Fernando de Azevedo publica, em 1956, **As Ciências no Brasil**¹⁰, com um capítulo específico sobre a antropologia e a sociologia, Florestan Fernandes escreve inúmeros textos sobre o tema, entre os quais se pode incluir **Ciência e sociedade na evolução social do Brasil**, **O cientista brasileiro e o desenvolvimento da ciência** e **A formação de profissionais e especialistas nas faculdades de filosofia**, publicados na Revista Brasiliense, respectivamente em 1956, 1960 e 1961.

É seguro supor que estes livros e textos acompanhavam um movimento anterior que vinha se organizando desde os anos quarenta - e que pode ser ilustrado pela publicação de livros como **O que se deve ler para conhecer o Brasil**¹¹, de Nelson Werneck Sodré, de 1945, o **Manual bibliográfico de estudos brasileiros**¹², organizado por Borba de Moraes e William Berrien, de 1949 e **Teoria da história do Brasil**¹³ e **A pesquisa histórica no Brasil**¹⁴, publicados

⁹ HOLANDA, 1951.

¹⁰ AZEVEDO, F., 1994

¹¹ SODRÉ, 1945.

¹² A primeira edição é de 1949. Neste texto, utilizou-se a segunda edição: MORAIS e BERRIEN, 1998.

¹³ RODRIGUES, 1957

¹⁴ Trabalhou-se neste texto com a terceira edição. RODRIGUES, 1978

respectivamente em 1949 e 1952, por José Honório Rodrigues - e que se estenderia pelos anos 60.

Configurava-se, sem hesitação, um balanço. Era o momento de se estabelecer fronteiras entre o antigo e o novo. Não havia dúvidas de que era preciso avaliar o que tinha sido produzido nas ciências sociais e humanas desde o século XIX, e durante a primeira metade do século XX, no mesmo instante em que se fundava o que foi lido, pelos homens dos anos 50, como a nova ciência, profissional e, especialmente, institucional.

Entre todas as interpretações elaboradas no período, pode-se supor, com segurança, que as de José Honório Rodrigues e Antonio Candido¹⁵ alcançaram uma ampla recepção e consolidaram um diagnóstico sobre a produção intelectual brasileira que se tornou, em grande medida, hegemônico. No novo cânone que se elaborava por meio das escritas de Cândido e José Honório, definia-se como “nova” a narrativa histórica criada a partir das obras de Sérgio Buarque de Holanda, de Gilberto Freyre e de Caio Prado Júnior, produzidas nos anos trinta e quarenta¹⁶, e definia-se uma distinta tradição historiográfica, constituindo-se uma inflexão na visão crítica dos autores anteriores a eles e operando-se um simultâneo processo de (re)qualificação da produção na área de ciências humanas e sociais realizada no período anterior¹⁷.

Esta texto pretende se focar na análise de duas coleções a Brasileira e a História Geral da Civilização Brasileira, com o objetivo de compreendê-las não somente a partir do repertório de textos que elas encerram, mas, particularmente, do ato editorial por meio do qual estes textos se inserem nas coleções. Busca-se, assim, identificar o curso, por meio do qual, pela ação editorial, as coleções transformaram-se num lócus de monumentalização da escrita da história nacional e ocuparam um papel central no processo de legitimação de práticas historiográficas de caráter científico na segunda metade do século XX conformando formas de conhecimento e classificação dos saberes

15 Em **Literatura e Sociedade**, no texto “Literatura e cultura de 1900 a 1945”. Neste projeto trabalhamos com a sexta edição deste livro: CANDIDO, 1980.

16 Ver, sobre esse tema: GONTIJO, 2006, p. 271.

17 Ver: Venancio, Giselle e Silva, Itala B. Um tal João, um tal Francisco: disputas intelectuais e monumentalização da produção intelectual de Capistrano de Abreu e Oliveira Vianna nos anos 50. In: Silva, Ana Rosa, Nicolazzi, Fernando e Pereira, Mateus. Contribuições à História da Historiografia Luso-Brasileira. SP: Hucitec Editora, 2014, pp. 389-424.

sobre o país. Busca-se, assim, refletir sobre a possibilidade de intervenção de dois sujeitos – Américo Jacobina Lacombe e Sérgio Buarque de Holanda - na direção de dois projetos editoriais, a *Brasiliana* e a *História Geral da Civilização Brasileira* (HGCB), com vistas a investigar seus poderes e suas limitações na definição dos rumos das coleções, em meio às disputas intelectuais postas no período, bem como verificar a capacidade das coleções em conferir autenticidade e valor à produções intelectuais diversas contribuindo para a configuração das condições de circulação e, particularmente, de classificação dos estudos históricos ao longo dos anos 50 e 60, no Brasil. Pretende-se, ainda, investigar o papel destes indivíduos e destas coleções na constituição de novos cânones historiográficos.

Pode-se considerar que a segunda metade do século XX, no Brasil, marca o momento dos primeiros frutos da reconfiguração do campo intelectual, caracterizado pelo processo de institucionalização em curso desde meados dos anos 30, e que tanto a *Brasiliana* quanto a HGCB evidenciam este processo de especialização dos saberes, particularmente da História. Como já afirmou Isabelle Olivero, a emergência de empreendimentos editoriais no formato de coleções está intimamente ligada a modificações nos espaços de produção das narrativas científicas, educacionais e literárias de um país, pois estas contribuem para a produção de novos livros, que buscam responder a novos objetivos e necessidades (OLIVERO, 1999, p. 31).

Assim, parte-se da ideia de que estas coleções correspondem a diferentes momentos do processo de especialização dos saberes no Brasil deste período, o que se evidencia em suas distintas propostas editoriais. Na análise das duas coleções: a *Brasiliana*, publicada pela Companhia Editora Nacional e a *História Geral da Civilização Brasileira* (HGCB), editada pela Difusão Europeia do Livro, observa-se não só os livros dos referidos empreendimentos editoriais – que permitem reconstituir partes significativas do conjunto de impressos publicados no período –, mas também os documentos mais diretamente ligados a seus responsáveis, como correspondências, planos de trabalho e contratos de publicação.

A primeira coleção, a *Brasiliana*, como é de amplo conhecimento, foi criada em 1931 pela Companhia Editora Nacional, então de propriedade de Octalles Marcondes Ferreira. Ao longo de mais de 60 anos em que foi publicada¹⁸, esta coleção se tornou um privilegiado espaço de difusão da produção intelectual sobre o Brasil, constituindo-se em uma “biblioteca real e metafórica sobre o país”¹⁹. Este conjunto de livros tinha a pretensão de colocar à disposição de seus leitores, “de um só golpe de vista, (...) toda a cultura nacional”²⁰ e por isso, foi lida por alguns de seus comentadores e críticos como uma síntese do Brasil.

O conjunto de livros organizou-se em duas fases distintas: uma primeira, na qual foi dirigida por Fernando de Azevedo²¹ e, uma segunda, a partir de 1956 (até 1993), quando foi publicada sob a coordenação de Américo Jacobina Lacombe²². Neste texto será tratada apenas a segunda fase na qual a *Brasiliana* foi dirigida por Américo Jacobina Lacombe porque é esta a fase que corresponde ao momento de constituição de uma nova configuração do campo intelectual brasileiro, com a maior participação de sujeitos associados à produção universitária.

A *HGCB*, foi editada pela Difusão Europeia do Livro, e também contou com dois momentos distintos: um primeiro sob a direção de Sérgio Buarque de

¹⁸ A coleção *Brasiliana* foi publicada por cerca de 60 anos, de 1931 a 1993. Entretanto, sua fase mais conhecida é a primeira, sob a direção de Fernando de Azevedo, entre 1931 e 1946. O fato do período sob a direção de Américo Jacobina Lacombe ser pouco estudado faz com que alguns autores considerem, equivocadamente, que a *Brasiliana* só foi editada no período entre os anos 30 e 50. Em texto recente sobre a coleção *Documentos Brasileiros*, da José Olympio, Rebeca Gontijo afirma, citando Pontes: “note-se a semelhança desse projeto editorial com o da coleção *Brasiliana*, publicada pela Companhia Editora Nacional entre os anos 30 e 50 (...)”. GONTIJO, 2012, p. 306.

¹⁹ SORA, 2010

²⁰ SORA, 2010

²¹ Sobre a *Brasiliana* sob a direção de Fernando de Azevedo, ver: DUTRA, 2006.

²² Américo Jacobina Lacombe nasceu no Rio de Janeiro, em 1909, e morreu nesta mesma cidade em abril de 1993. Quando jovem estudou no Curso Jacobina, de propriedade de sua família, e, posteriormente, se transferiu para o colégio Arnaldo em Belo Horizonte. Em 1927, iniciou o bacharelado na faculdade de Direito, formando-se em 1931. Neste mesmo ano tornou-se secretário do Conselho Nacional de Educação, onde permaneceu até 1939, ano em que foi nomeado diretor da Casa de Rui Barbosa. Dirigiu esta instituição por 54 anos, afastando-se apenas em dois momentos: quando foi Secretário de Educação e Cultura do antigo Distrito Federal, entre 1959 e 1960, na administração do prefeito Freire Alvim, e, entre 1962 e 1963, quando presidiu a Casa do Brasil, em Paris. Lacombe foi ainda professor de História em vários colégios do Rio de Janeiro e na Pontifícia Universidade Católica e professor de História do ensino de História do Instituto Rio Branco (Itamarati), além de ter sido presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e, a partir de 1951, ter integrado a Comissão de textos de História do Brasil do Ministério das Relações Exteriores. Sobre a biografia de Lacombe, ver: SENNA, 1996; e MAGALHÃES, 1996.

Holanda²³, e o segundo sob a coordenação de Boris Fausto²⁴, ao longo do período que vai de 1960 a 1984, com uma soma total de onze volumes. Apesar de constituir-se com uma gama variada de colaboradores das mais diversas instituições científicas e/ou de fomento à cultura, como a Faculdade de Filosofia de Marília, o Museu Paulista e a Casa Rui Barbosa, durante o período em que Sérgio Buarque esteve à frente da coleção, percebe-se um forte predomínio de autores ligados à Universidade de São Paulo (USP). Dentre outras questões, por conta desta particularidade, neste texto será dada prioridade ao período da HGCB sob o domínio de Buarque de Holanda, isto é, aquele compreendido entre 1960 e 1972²⁵.

Investigar as coleções *Brasiliana* e HGCB é, em grande medida, revisar a história intelectual do país, mais especificamente o processo de especialização e institucionalização da História – *locus* privilegiado da discussão sobre o Brasil – ao longo dos anos compreendidos entre 1956 e 1972. É também identificar o curso por meio do qual os impressos investiram-se da condição de legitimação dos processos de monumentalização das obras e textos neles publicados, questão que envolve não apenas os aspectos relacionados aos autores dos textos, mas também aos editores e críticos, entre outros agentes que exerceram variadas funções de mediadores²⁶.

²³ Sérgio Buarque de Holanda nasceu em São Paulo, em 1902, e morreu nesta mesma capital, em 1982. Fez o ginásio no Colégio S. Bento e no Arquidiocesano. Em 1921 se transferiu para o Rio de Janeiro, onde se matriculou na faculdade de Direito, cuja formação mal chegou a exercer e cujo diploma só retiraria décadas depois, em 1957. Ainda nos anos 20 se envolveu nas discussões do movimento modernista, quando também iniciou suas colaborações na imprensa que, apesar de oscilatórias, manteria por praticamente toda a sua vida, sobretudo em periódicos do eixo Rio-São Paulo. Parte em 1929 para a Alemanha, como enviado especial d'O *Jornal*, então de propriedade do magnata das comunicações, Assis Chateaubriand. De volta à terra natal, retorna às redações e, em 1936, publica seu primeiro texto, *Raízes do Brasil*, como o livro inicial da coleção intitulada *Documentos Brasileiros*, da editora José Olympio. Em 1939 começa a trabalhar no Instituto Nacional do Livro – INL, em 1944 assume a Divisão de Consultas da Biblioteca Nacional e, em 1946, o Museu Paulista. Buarque de Holanda também lecionou como professor convidado em inúmeras instituições acadêmicas, a exemplo da Universidade de Roma (1952-1954), e, a partir de 1958, assume a cátedra História da Civilização Brasileira da USP, na qual permanece até a aposentadoria, em 1969. Sobre a biografia de Holanda, ver: NOGUEIRA et. al., 1988; HOLANDA, 2002; e NOVAIS, 2010.

²⁴ Doutor em História desde 1968 pela USP. Sobre a HGCB sob a direção de Boris Fausto, ver: FAUSTO, 1988; GOMES, 2008; e FAUSTO, 2010.

²⁵ Grande parte do que neste texto se refere à HGCB se baseia na dissertação de mestrado de André Carlos Furtado, por mim orientada, em processo de publicação: FURTADO, A. As edições do Cânone: Da fase Buarqueana na coleção História Geral da Civilização Brasileira (1960-1972). Niterói: EDUFF, 2016.

²⁶ Sobre mediação cultural, ver: HEINICH, 2008.

Como afirmamos anteriormente, as coleções publicadas no período aqui privilegiado condensavam os primeiros resultados acadêmicos das instituições criadas no Brasil nos anos 30²⁷, especialmente àquelas estabelecidas em São Paulo e no Rio de Janeiro, isto é, a USP²⁸ e a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil²⁹.

No que se refere às características formais, a *Brasiliiana* é uma coleção cujos volumes são, normalmente, de autoria única. O objetivo de seus editores, desde o início, era que a coleção condensasse, “de um só golpe de vista, (...) toda a cultura nacional” (SORÁ, 2010) e se tornasse uma síntese do país, destinada a um leitor experiente, já iniciado nos estudos sobre o Brasil³⁰. Quanto à autoria dos textos, embora haja uma forte presença dos intelectuais associados às universidades criadas desde os anos 30, no espaço de tensão estabelecido no interior da *Brasiliiana*, é possível perceber também a presença de grupos situados fora do ambiente acadêmico como, por exemplo, aqueles que tinham o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), os Institutos Históricos regionais e as Academias de Letras como espaços privilegiados de atuação.

Américo Jacobina Lacombe tornou-se diretor da *Brasiliiana*, em 1956, notícia amplamente divulgada pelos jornais da época³¹. Nos trinta e sete anos em que a coleção esteve sob sua direção foram publicados 123 títulos, incluindo os 26 da série *Brasiliiana Grande Formato* e dois da série especial. No período inicial da direção de Américo Jacobina Lacombe houve um significativo incremento na produção da coleção. Entre 1957 e 1961, foram publicados 22 novos títulos, uma média de cinco por ano, o que evidencia, certamente, a boa

²⁷ Os autores que abordam a questão da história das Ciências Sociais no Brasil são unânimes em identificar o período entre 1946 e 1964 como de consolidação dos estudos produzidos na USP e na Escola Livre de Sociologia e Política, bem como na FNFfi, instituições criadas nos anos 30. Ver: MICELI, 1989; VILHENA, 1997; e VILAS BOAS, 2007.

²⁸ Sobre a criação dos cursos de Geografia e História na USP, ver, entre outros: ROIZ, 2007.

²⁹ Sobre a FNFfi, ver: FERREIRA, 2012.

³⁰ Em seu estudo sobre a Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPB), Maria Rita Toledo acentua este aspecto. Diz ela: “A orientação do plano editorial articula e arregimenta todos os públicos, porque pretende fornecer livros para todas as idades, dos leitores iniciantes àqueles habilitados a compreender a sistematização dos estudos brasileiros contida na *Brasiliiana*, atendendo a política de formação do leitor brasileiro”. TOLEDO, 2010, p. 152.

³¹ O arquivo de Lacombe guarda um número significativo de recortes de jornais de vários locais do Brasil que registram esta notícia.

fase da indústria editorial brasileira, garantida, entre outros fatores, por uma legislação favorável à ampliação do mercado editorial nacional³².

Os novos títulos da coleção eram, em sua maioria, estudos inéditos sobre a realidade brasileira, produzidos principalmente nas faculdades de Ciências Sociais organizadas no período, o que demonstra um resultado concreto do processo de reconfiguração do campo intelectual marcado por ações de institucionalização e especialização, em curso desde os anos 30, e que havia reorganizado a posição de seus agentes, (re)definindo novos cânones e reposicionando autores referenciais.

No que se refere, especificamente, aos textos que podem ser caracterizadas como de escrita da História, no período entre 1956 e 1961, a *Brasiliana* publicou, preferencialmente, autores que atuavam fora do ambiente das universidades. Este é o caso, por exemplo, dos livros *O Amazonas e sua História* (1957), de Anísio Jobim e *O ouro das Gerais e a civilização da Capitania* (1957), de João Dornas Filho. No entanto, neste período, a *Brasiliana* publicou também *Os holandeses no Brasil, 1624-1654*, de Charles Boxer (1961), texto representativo de uma escrita de História mais especializada e institucionalizada.

As escolhas dos títulos a serem publicados na *Brasiliana*, sem dúvida, revelam as disputas no interior da coleção. Assim, embora haja publicações de textos de professores das universidades brasileiras, particularmente de antropólogos e cientistas sociais, percebem-se ausências significativas que se relacionam, principalmente, aos autores marxistas,³³ especialmente àqueles ligados ao ISEB.

No início dos anos 60, algumas mudanças foram promovidas no interior da coleção. Américo Jacobina Lacombe foi convidado para ocupar o cargo de presidente da Maison du Brésil, em Paris, casa fundada com o objetivo de abrigar

³² Gláucia Vilas Boas identifica o mesmo incremento da produção editorial na área de Ciências Sociais no período compreendido entre 1954 e 1959. No prefácio ao livro de Villas Boas, José Murilo de Carvalho argumenta que “o período de JK representou na produção de livros de ciências sociais o mesmo que significou em outros campos, isto é, um momento de explosão de criatividade”. CARVALHO, 2007, p. 17. No entanto, neste texto, consideramos que esse incremento se deu especialmente por uma legislação favorável economicamente à publicação de livros no Brasil neste período ilustrada pelo decreto n. 25.442, de 03 de setembro de 1948 – posteriormente alterado para as leis 842, de 04 de outubro de 1949 e 2.145, de 19 de setembro de 1953 – que taxava mais rigorosamente os livros impressos e editados fora do Brasil, favorecendo a ampliação do mercado editorial nacional.

³³ Sobre os marxistas nas brasilianas, ver: FRANZINI, 2011.

os estudantes brasileiros que se dirigiam à capital francesa. A saída de Lacombe do Brasil coincidiu com um período de desaceleração do processo de publicação da coleção. No ano de 1962, nenhum título foi publicado, em 1963 apenas dois e em 1964, cinco. O declínio do ritmo de publicações é, neste período, simultâneo às dificuldades enfrentadas pela indústria editorial no país, porque nos governos de Janio Quadros e João Goulart foi revogada a legislação, criada nos anos 50, que dificultava a importação de livros e estabelecidas novas leis fiscais que tornaram mais cara a importação de papel ainda bastante necessária à indústria brasileira. É seguro supor que este período marcou também uma diminuição do prestígio de Jacobina Lacombe no interior da *Brasiliانا* e da Companhia Editora Nacional.

Ao longo destes anos, a situação realmente foi se tornando mais grave para o mercado editorial e livreiro e, particularmente, para a *Brasiliانا*. Por este motivo, seus editores, cada vez mais, buscavam mediadores que pudessem auxiliar a retomada das vendas e garantir a continuidade da coleção. Era preciso colocar a *Brasiliانا*, novamente, no lugar prestigiado que ela sempre havia ocupado no mercado editorial brasileiro. Mas era também importante editar novos títulos, principalmente daqueles autores que, experimentados na primeira fase da coleção, resultaram em sucesso. Os projetos de reedição e a ação mais agressiva junto aos críticos, articuladas por Lacombe e Thomas Aquino, sob a direção de Octalles Ferreira, foram as estratégias executadas, o que parece ter dado bom resultado, pois a partir de 1965, a *Brasiliانا* entrou numa nova fase de expansão. Nesta, a publicação dos livros foi muitas vezes promovida por coedições com o Instituto Nacional do Livro (INL) ou com editoras universitárias, como a da USP.

A retomada da expansão da *Brasiliانا* coincidiu com a volta de Lacombe ao Brasil e com sua ação mais direta sobre a organização da coleção. Este é o período de maior ação de Jacobina Lacombe no projeto editorial: ele atua não apenas como diretor, mas também como tradutor, prefaciador e apresentador dos volumes. Nesta fase, muito produtiva, porém bastante heterogênea em termos da seleção dos títulos do catálogo, destacam-se, na *Brasiliانا*, livros como a reedição de *Os dois brasis*, de Jacques Lambert; *A Idade de Ouro do Brasil*;

dores de crescimento de uma sociedade colonial, de Charles Boxer; e *Visão do paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda.

No entanto, a morte de Octalles Marcondes Ferreira, em 1973, bem como acontecimentos da história política do fim dos anos 60 e da trajetória de Américo Jacobina Lacombe³⁴, marcariam os primeiros tempos da coleção nos anos 70. Com a saída de Octalles, e diante da impossibilidade de negociação com a editora José Olympio, que a princípio havia se interessado pela compra da Nacional, a editora passou às mãos do BNDE e foi indicado, para sua direção, um profissional de carreira deste banco, Ezio Távora, indivíduo que, ao que tudo indica, não possuía nenhuma trajetória no mercado editorial e livreiro³⁵. Apesar dos novos tempos e da nova organização institucional, Lacombe manteve-se na direção da coleção até 1993, momento de sua morte e também de finalização deste projeto editorial.

A segunda coleção em foco, a HGCB pode ser incluída nos esforços de ampliação dos projetos de tentativa de compactação dos saberes do mundo, produzidos pela Difusão Europeia do Livro. Sua publicação foi iniciada logo após as traduções do francês para o português³⁶ das coleções *História Geral das Civilizações* e *História Geral das Ciências* (CROUZET, 1955-1958; & TATON, 1959-1967), publicadas no Brasil pela mesma casa editorial.

Nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, a HGCB foi, assim, uma continuidade desta “iniciativa benemérita [...] [que], com o mesmo formato, [...] [criou] uma série especial dedicada à história do Brasil ou, segundo o plano anteriormente estabelecido, à história da ‘civilização’ brasileira” (HOLANDA, 1960, p. 7).

³⁴ Nos anos 60, Américo Jacobina Lacombe envolveu-se em uma importante polêmica política. Ao produzir um parecer sobre a coleção *História Nova do Brasil*, que se organizou sob a direção de Nelson Weneck Sodré, Jacobina Lacombe foi acusado de promover a cassação dos autores da coleção. Sobre esta polêmica, ver: LOURENÇO, 2008.

³⁵ Embora não se tenha encontrado nenhuma relação entre Ezio Távora e o mercado editorial, é possível supor que ele possuía algum prestígio no campo intelectual, pois Maria Arminda Arruda o identifica na lista de autores publicados na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, entre outros intelectuais da USP, do ISEB e de instituições públicas governamentais. Ver: ARRUDA, 1989.

³⁶ Vale frisar que a tradução, por exemplo, da coleção *História Geral das Civilizações* foi realizada por Pedro Moacyr Campos, então professor adjunto da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP), que posteriormente deu assistência a Sérgio Buarque de Holanda na coordenação da HGCB.

As temáticas que seriam privilegiadas reportavam especificamente à História do Brasil, mas com um recorte temporal marcado pela chegada dos europeus ao continente, circunstância que recentemente foi nomeada, por Temístocles Cezar, como “cronologia civilizacional” (CEZAR, 2013).

Tal aspecto difere da coleção *Brasiliana*, pois nesta última, as publicações não estavam circunscritas em temáticas que dissessem respeito somente à História. Diferentemente da HGCB, o projeto editorial da *Brasiliana* se deteve no plano de reunir um saber sobre nas mais variadas áreas de conhecimento, constituindo-se por meio da reedição de obras clássicas ou raras sobre temas nacionais, além de traduções ou publicações de novos títulos atentos aos problemas do Brasil (DUTRA, 2006).

A HGCB representava a ampliação dos projetos da Difusão Europeia do Livro, como a caracterizou Buarque de Holanda na *Introdução geral* da coleção, por ele coordenada entre 1960 e 1972. Como a *História Geral das Civilizações* já estava concluída com dezessete volumes, publicados entre 1955 e 1958, e a publicação no Brasil da *História Geral das Ciências*, também da Difusão Europeia do Livro, encontrava-se em curso³⁷, pode-se caracterizar a HGCB como a versão brasileira da editora, atenta à ampliação de seu mercado consumidor.

Quanto à organização da HGCB, sua estrutura impressa foi pensada de forma a dividir a coleção em dois grandes grupos: os “Tomos” e os “Volumes” que tratavam as dimensões da Colônia, do Império e da República brasileira.

No período coordenado por Sérgio Buarque de Holanda, foram publicados os Tomos I e II: o primeiro, intitulado *A Época Colonial*, foi desdobrado nos Volumes *Do descobrimento à expansão territorial & Administração, economia, sociedade*, ambos publicados em 1960. Já o segundo Tomo, *O Brasil Monárquico*, foi dividido em *O processo de emancipação* (1962), *Dispersão e unidade* (1964), *Reações e transações* (1967), *Declínio e queda do Império* (1971) e *Do Império à República* (1972)³⁸.

³⁷ A publicação no Brasil da *História Geral das Ciências* se finalizou em 1967, com um total de 14 volumes.

³⁸ Sob a coordenação de Boris Fausto, o Tomo III (*O Brasil Republicano*), por sua vez, contou com os Volumes *Estrutura de poder e economia (1889-1930)*, publicado em 1975; *Sociedade e instituições (1889-1930)*, em 1977; *Sociedade e política (1930-1964)*, em 1981; e *Economia e cultura (1930-1964)*, impresso em 1984, quando a coleção chega ao fim. A cronologia limite da História do Brasil Republicano implementado pela HGCB, busca não ultrapassar muito o golpe civil-militar de 1964, embora Fausto menciona em

No que se refere à autoria dos textos, a HGCB se caracteriza pela estruturação em forma de coletânea. Os capítulos que compõem seus volumes buscam tratar, especificamente, de questões da História do Brasil, organizadas cronologicamente -Colônia, Império e República - e marcadas por um recorte temporal que toma por base o ano de 1500, persistente e firmado na *cultura histórica*³⁹ do Brasil até os dias de hoje.

É importante destacar que os Tomos *A Época Colonial* e *O Brasil Monárquico* contaram com aval acadêmico concedido pela USP e, em particular, “sob os auspícios” (HOLANDA, 1960, p. 5) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), mais tarde denominada Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), em virtude das mudanças no ensino superior empreendidas e exigidas pelas reformas do governo ditatorial (SÃO PAULO, 1969). Este apoio formal, no entanto, se estende somente até 1972, quando é impresso o último volume sob a coordenação de Sérgio Buarque de Holanda na coleção. Talvez esta circunstância explique parte da constatação de que, quando se analisa o período em que Sérgio Buarque coordenou o empreendimento, das 132 colaborações publicadas, 82 (62,12%) contém a marca da USP na identificação institucional das autorias, independente se um(a) colaborador(a) se responsabilizava por mais de um texto ou se este era escrito em coautoria⁴⁰. E, deve-se destacar ainda que houve o predomínio do próprio organizador inicial da série, com um total de 34 textos. Além da *Introdução geral*, Sérgio Buarque escreveu 33 capítulos (sendo apenas dois em coautoria, com Pedro Moacyr Campos e com Olga Pantaleão), dos quais 19 constituem o 7º volume do Tomo II, a saber, a obra completa *Do Império à República*.

Além da questão do predomínio da USP, há de se atentar também para o fato de que 25 das colaborações (13,22%) de toda a coleção são de autorias sem

entrevista que alguns colaboradores “transgrediram” – a palavra é do organizador – o recorte temporal, com avanço sobre temáticas relativas aos anos de 1970. Ver: FAUSTO, 1988.

³⁹ Sobre este conceito, ver, dentre outros: LE GOFF, 1992.

⁴⁰ Somente no momento em que Boris Fausto assume a coordenação da HGCB, é que o quadro exposto se modifica. Isso porque, nas publicações que foram de 1975 a 1984, das 57 colaborações que aparecem registradas nos volumes finais da coleção (Tomo III, *O Brasil Republicano*), 18 (31,57%) contém a identificação da USP junto das autorias. Portanto, este levantamento possibilita inferir que, apesar de permanecer bem representada, quando Buarque de Holanda deixa a organização da coleção, a instituição paulista deixa de predominar sobre o conjunto de instâncias da produção de conhecimento que figuram na composição dos textos da HGCB. O projeto editorial, aliás, também deixa de contar formalmente com o aval acadêmico da USP como ocorrera nos tomos coordenados por Sérgio Buarque de Holanda.

vínculo institucional declarado e que poderiam ser de um mesmo colaborador, então substituído por identificações como: Historiador, Historiador e médico, Historiador e economista, Professor liceal, Crítico de música popular e até de General do Exército Nacional. E, deste total de 25 colaborações, 24 (12,69%) delas fazem parte do momento correspondente ao período coordenado por Sérgio Buarque (1960-1972), situação que reporta às fragilidades, ainda nos 60, no processo de especialização institucional da História no Brasil.

As escolhas dos títulos publicados nas coleções, sua organização e privilégio de temáticas revelam, sem dúvida, aproximações e disputas no interior das comissões de ambos os projetos editoriais, bem como dentre seus colaboradores.

Mas havia também aproximações, senão entre os projetos editoriais, ao menos entre seus organizadores. É interessante observar, por exemplo, o cruzamento editorial das trajetórias de Américo Jacobina Lacombe à frente da *Brasiliانا* e de Sérgio Buarque de Holanda, quando este coordenava a coleção HGCB e atuava como professor catedrático da USP na cadeira de História da Civilização Brasileira, conquistada no concurso para provimento da cátedra, ocorrido em novembro de 1958, com a defesa da tese *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*⁴¹. O cruzamento dos caminhos de Lacombe e Holanda se deu, justamente, porque a tese deste último ganhou uma segunda edição como o volume 333 da coleção *Brasiliانا*, no momento de retomada do crescimento desta coleção no mercado editorial⁴².

Porém, as coleções organizadas por Lacombe e Sérgio Buarque eram bem distintas. Diferentemente da *Brasiliانا*, a HGCB se constituiu somente de trabalhos inéditos. E, seus autores, ainda que muitas vezes ligados a órgãos, governamentais ou não, de incentivo à cultura, em sua maioria, possuíam vínculos com instituições de ensino superior. Estas poderiam ser nacionais ou

⁴¹ Em 1959, ano seguinte à defesa da tese para provimento da cátedra da USP, Sérgio Buarque de Holanda teve o texto de *Visão do Paraíso* publicado como o volume de número 107 da coleção *Documentos Brasileiros* da editora José Olympio. Ver: NICODEMO, 2008.

⁴² Convém salientar, no entanto, que o cruzamento, por assim dizer, editorial das trajetórias entre Américo Jacobina Lacombe e Sérgio Buarque de Holanda já havia ocorrido no próprio interior da coleção HGCB sob a coordenação deste último, pois Lacombe teve 3 capítulos publicados no Tomo I (*A Época Colonial*), a saber, *A Igreja no Brasil Colonial*, *A conjuração no Rio de Janeiro* e *A cultura jurídica*. Contudo, provavelmente devido às disputas editoriais, sua autoria só foi referenciada nos textos como "Diretor da Casa de Rui Barbosa, Ministério da Educação", sem mencionar que coordenava a *Brasiliانا*, por mais notório que fosse tal fato.

estrangeiras, onde os colaboradores desenvolviam pesquisas no âmbito de suas especialidades.

Outra característica distintiva era que, com exceção do sétimo volume da série, todo escrito por Sérgio Buarque, cada obra da HGCB contou com inúmeros colaboradores. E apesar de simultaneamente abarcar um grande número de colaborações de autores sem vínculo institucional, nos capítulos da coleção há a maciça presença da USP. O que pode se considerar previsível, visto que, ao iniciar as publicações, em 1960, Sérgio Buarque de Holanda estava recém empossado na cátedra de História da Civilização Brasileira da referida instituição e, portanto, é plausível supor que preferisse dar lugar a estas colaborações para tecer *redes de sociabilidades* neste novo espaço que passou a integrar no final da década de 50. No entanto, por abarcar parcela ainda significativa de colaborações de autores sem vínculo institucional declarado, a fase da coleção HGCB sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda (1960-1972) torna o período de 12 anos ilustrativo das *redes de sociabilidades*⁴³ de seu organizador. As pessoas externas ao ambiente acadêmico, que colaboraram com a coleção, compunham parte do rol de contatos do diretor da HGCB no espaço externo ao universitário.

Assim, enquanto a *Brasiliانا* na fase coordenada por Américo Jacobina Lacombe abarcava uma quantidade de autores que correspondiam a um tipo de intelectual erudito e polígrafo, a HGCB, apesar de contar com autores sem vínculo institucional declarado, na maior parte de seus volumes, teve a participação de colaboradores vinculados à História que se produzia no espaço acadêmico, de instituições nacionais ou estrangeiras. E apesar da coleção *Brasiliانا*, na fase coordenada por Américo Jacobina Lacombe, privilegiar autorias associadas a instituições diversas, e a HGCB, na fase sob a direção de Buarque de Holanda, contar com presença significativa de autores oriundos da USP, ambas as coleções se constituíram como espaços de debates e disputas intelectuais no período entre 1956 e 1972, que, no interior do que se pode

⁴³ Termo compreendido aqui como “espaço de constituição de uma rede organizacional (que pode ser mais ou menos formal/institucional) e como um microcosmo das relações afetivas (de aproximação e/ou de rejeição)”. GOMES, 2004, p. 52-3.

definir como campo da cultura letrada, foram paradigmáticas do processo de especialização institucional da História no Brasil.

Com propostas diferentes, os referidos projetos editoriais disputaram espaço no campo intelectual, o que evidencia, entre outras questões, conflitos em curso no processo de institucionalização das Ciências Sociais e Humanas no Brasil. Em carta a Américo Jacobina Lacombe, datada de 28 de outubro de 1957, Rubem Lima, então diretor de produção da Companhia Editora Nacional, refere-se a uma nova coleção que ele tinha ouvido falar e que, ao que tudo indicava, estava sendo organizada sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda. Diz ele:

Aproveito a oportunidade para perguntar-lhe se teve ou tem conhecimento de uma História da Civilização Brasileira a ser editada pela Difusão Européia do Livro, sob orientação do Sérgio Buarque de Holanda. Vi com o Dr. Aroldo de Azevedo uma carta circular da editora, dando o plano geral da obra e a relação dos colaboradores. Ao que parece trata-se de trabalho relativamente suscinto [sic] (pela quantidade de laudas de original exigida) e de remuneração desvantajosa para os autores (\$225,00 por página datilografada e cessão definitiva de direitos autorais). Em todo caso gostaria que o senhor nos informasse se teve oportunidade de ler essa carta-circular e nos desse sua opinião a respeito. Talvez fosse interessante tratarmos de divulgar imediatamente o plano e relação de colaboradores da Grande História do Brasil que o sr está preparando⁴⁴.

Como se sabe, a coleção a que se refere Rubem Lima não só foi organizada e publicada, como também se tornou um dos mais bem sucedidos projetos editoriais já elaborados no Brasil⁴⁵. Atentar para todos esses aspectos

⁴⁴ Arquivo Américo Jacobina Lacombe. Fundação Casa de Rui Barbosa. Pasta Correspondência. Direção da Brasileira.

⁴⁵ A falta de acesso a esta carta de Rubem Lima levou Thiago Lima Nicodemo a afirmar que “No ano seguinte à defesa da tese de cátedra, Sérgio Buarque de Holanda foi convidado por Jean-Paul Monteil, então diretor da Editora Difusão Europeia do Livro, para dar concretude à ideia de realizar no campo da história do Brasil uma coleção semelhante às que o mesmo editor havia recentemente traduzido e publicado no país: *História Geral das Civilizações*, dirigida por Maurice Crouzet, e *História Geral das Ciências*, dirigida por René Taton.” NICODEMO, 2004, p. 5. Contudo, como a missiva de Lima a Lacombe data de 28 de outubro de 1957 e o concurso para provimento da cátedra da USP ocorreu em novembro de 1958, se o convite de Monteil a Buarque de Holanda para coordenar os trabalhos da coleção HGCB se concretizou apenas “no ano seguinte à defesa da tese”, como escreveu Nicodemo, este contato editorial já estava estabelecido

da *Brasiliانا* e da HGCB permite, como se pretendeu mostrar neste texto, “dissipar um pouco da obscuridade que envolve a história dos livros” (DARNTON, 1996, p. 13) e compreender melhor algumas contingências dos debates intelectuais em curso na sociedade brasileira da segunda metade do século XX.

antes da aprovação do autor de *Visão do Paraíso* no concurso da USP. O contato não se deu no ano seguinte à defesa da tese (1959), mas, no mínimo, um ano antes (1957).

O editor norte-americano W. M. Jackson

e a difusão da britânica *The Children's Encyclopaedia* ou *Tesouro da Juventude* na América Latina, anos 1900 aos 1950

GABRIELA PELLEGRINO SOARES (USP)

A trajetória de o *Tesouro da Juventude* se inicia com a criação de *The Children's Encyclopaedia* pelo escritor, professor e jornalista inglês Arthur Mee (1875 - 1943), no alvorecer do século XX. Entre março de 1908 e fevereiro de 1910, foi publicada em fascículos pela editora inglesa Harmsworth, com intervalos quinzenais. A boa acolhida do público motivou a reedições da obra, com lançamentos semanais e com pequenas variações do seu nome original (*New Children's Encyclopaedia*, *Children's*

Encyclopaedia Magazine ou *Children's Magazine*). A partir de 1910 também já era possível se adquirir os primeiros fascículos encadernados conjuntamente.

Mee contava com uma afiada equipe de colaboradores, responsáveis pelas várias seções permanentes que integravam cada número. Dentre eles estavam Caleb Saleeby, Harold Begbie, Ernest Bryant, Edward Step, Frances Epps, James Hammerton e Edward Wright. Havia também um corpo de ilustradores responsáveis pela produção ou escolha dos mapas, fotografias, pinturas e gravuras, composta por, entre outros, Susan Beatrice Pearse, Charles Brock, Thomas Maybank, George Morrell e Arthur Rackham. Para cada fascículo, Arthur Mee preparava uma seção de “Greeting” e “Farewell”, além de dedicar-se com atenção especial ao “Book of Wonder”, na qual um sábio respondia às perguntas feitas por crianças. A coleção procurava tornar o aprendizado prazeroso e, ao mesmo tempo, favorecer a formação do caráter e o senso de responsabilidade. Entre outras marcas, professava o orgulho pelo Império Britânico e sua missão civilizatória, a filiação ao Cristianismo e o entusiasmo pela Ciência.

Os fascículos eram vendidos de porta em porta, usados nas escolas e na formação de professores. De acordo com Leonor Riesco em “El maravilloso mundo de *El Tesoro de la Juventud*: apuntes históricos de uma enciclopedia para niños”,

Em 1920, os fascículos foram compilados em oito volumes sob o título *The Children's Encyclopaedia*. A segunda edição, de 1922, ampliou a obra em dez volumes. A organização de seus conteúdos foi bastante singular, posto que – diferentemente da ordem alfabética clássica das enciclopédias – reunia em cada tomo os mais variados artigos, a fim de torná-la mais amena e divertida para seu público infantil. No último volume da edição de 1920, se encontrava o índice general de conteúdos: “A Terra e seus vizinhos”, “Homens e Mulheres”, “Poesia e rimas infantis”, “Vida animal e vegetal”, “Coisas familiares”, “Maravilhas”, “Nós”, “Coisas para fazer”, “Mapas ilustrados”, “Literatura”, “História”, “Arte”, “Narrações”, “Ideias”, “A Bíblia”, “Países”, “Energias” e “Lições escolares”.

Ao todo, *The Children's Encyclopaedia* teve catorze edições em formato de volumes (a primeira, em 1920), todas elas dirigidas por *The Educational Book Company*. A última foi lançada em 1964 com o título de *Arthur Mee's Children's Encyclopaedia*. Em pouco tempo, o êxito da enciclopédia se estendeu a outros países que começaram a publicar versões adaptadas da edição inglesa. Traduzida ao francês, foi publicada sob o título de *Qui? Pourquoi? Comment?* Houve também edições em chinês e em italiano. Nos Estados Unidos, os direitos foram adquiridos por Walter M. Jackson, quem adaptou o texto e o publicou em 1911 sob o título de *The Book of Knowledge*.¹

Walter Montgomery Jackson (1863-1923) era um livreiro originário do estado de Massachusetts, que começara sua carreira limpando livrarias e escritórios da casa editorial *Estes and Lauriat*, em Boston. Ali aprendeu a manufaturar e publicar livros, ajudando a empresa a expandir sua rede de distribuição. Jackson era adepto das estratégias de venda diretas, por encomenda postal ou visita aos domicílios, apoiada em forte publicidade. Desenvolveu um inovador sistema de vendas de alcance nacional,

por meio do qual todo comprador podia adquirir de uma vez várias obras e logo efetuar o pagamento em cotas mensais, cuja duração flutuava entre dois ou seis meses. O que agora chama a atenção, porque a venda com pagamentos a prazo são algo universal, era então coisa insólita. Até essa época as grandes obras e coleções se apresentavam e vendiam por tomos, na medida em que apareciam, e às vezes por subscrição, cobrados no momento da entrega. Para adquirir a obra completa, o comprador tinha que esperar que se terminassem de imprimir todos os volumes, e muitas vezes ignorava quantos tomos compreendia e quando os receberia. Tampouco havia desaparecido o sistema, ainda mais antiquado, de ir formando e vendendo a obra de folheto em

¹ Leonor Riesco em *El maravilloso mundo de El Tesoro de la Juventud: apuntes históricos de una enciclopedia para niños*. Revista UNIVERSUM . Nº 23 . Vol. 1 . 2008 . Universidad de Talca; pp. 198-225; p. 206-207. Ainda me faltam informações sobre a passagem da obra da editora Harmsworth para *The Educational Book Company*. Quando Jackson comprou os direitos de reedição e distribuição da coleção, estes pertenciam à Harmsworth.

folheto [folhetim e folhetim], conforme saíam da imprensa. (...).²

W. M. Jackson realizara, ele próprio, aos 22 anos, uma viagem “iniciática” pelos estados a Leste do rio Mississipi, fechando boas vendas por onde passou. As cartas que escreveu aos patrões em Boston ao longo do percurso expressam o faro comercial e a disposição que lhe renderam, pouco tempo depois, o cargo de diretor da cobiçada seção de vendas de *Estes and Lauriat*. Jackson manteve-se no posto mesmo quando, em princípios dos anos 1890, obteve permissão da empresa para dedicar-se a projetos paralelos. Associou-se nessa época a Leavitt K. Merrill, livreiro de Nova York com quem selou sólida amizade e com quem realizaria empreitadas editoriais de êxito, as quais não tardaram a estender-se à América Latina.

Em 1895, uniu-se também a outro conhecido parceiro de negócios, Francis A. Nichols, na criação da *The Grolier Society*. O nome da empresa homenageava um cavaleiro francês e colecionador de livros do século XVI, Jean Grolier de Servières, cujas atividades bibliófilas se entrecruzam com as do sábio italiano Aldo Manucio. *The Grolier Society* aspirava publicar clássicos da literatura e obras raras em edições bem acabadas e finamente ilustradas para um público leitor em expansão. Em plena época Vitoriana,

ter uma magnífica biblioteca em casa dava muito prestígio. Jackson aproveitou a ocasião para fazer encadernar várias de suas coleções em belíssima forma. Embora tais volumes não fossem baratos, muitas pessoas de posição média podiam adquiri-los pagando-lhes em prestações e formando assim bibliotecas de qualidade.³

A essa altura, Jackson já estava ligado a essa altura a várias editoras e distribuidoras de livros, como coproprietário ou diretor. Em meados de 1897,

² *Historia de la Casa Jackson*. Barcelona, W. M. Jackson, Inc. Nueva York Garriga Impresores, 1969; p. 12. Dentre as obras de sucesso comercializadas nesse momento estavam *History of France*, de Guizot, e os clássicos romances de Walter Scott, Thackeray, Elliot, Dumas e muitos outros.

³ *Ibidem*, p. 16.

recém-casado com Mary Chapin, o editor viajara à Europa e, fascinado com a Inglaterra, decidira instalar-se permanentemente em uma casa de campo não muito distante de Londres. No ano seguinte, desligou-se de *Estes and Lauriat*, vendendo sua parte a Dana e Frederick Estes. Quanto a *The Grolier Society*, optou por transferi-la para Nova York.

Os tempos de Jackson na Inglaterra foram de febril atividade, concorridos serões em sua bela residência e algumas batalhas comerciais. Em parceria com o editor norte-americano Horace Everett Hooper, Jackson adquirira os direitos de reimpressão e venda da *Enciclopédia Britânica*, em sua nona edição.⁴ O sucesso comercial da empreitada encorajou os sócios a prepararem uma décima edição atualizada, com dez novos volumes. Encomendaram-nos a professores de prestigiadas instituições de ensino britânicas. A enciclopédia ganhou um escritório de distribuição em Nova York, a cargo do irmão de Horace Hooper, e em países como a Índia, a África do Sul, Austrália, Nova Zelândia e Japão. Em 1903, a *Britânica* ampliada estava concluída e em franca circulação.

Por variados caminhos, Jackson experimentava formas de conquistar mesmo os leitores de baixa renda. Uma de suas apostas, um projeto batizado como “The Times Book Club”, provocou fortes reações dos editores ingleses que protegiam seus interesses corporativos por meio do “Net Book Agreement”.⁵ As muitas contendas, que deixarei de detalhar aqui, contribuíram para a dissolução da

⁴ A primeira edição da *British Encyclopaedia* tivera lugar em Edimburgo, na Escócia, em 1771, composta por três volumes. Pouco mais de um século depois, contava com 24 volumes, além do índice. A distribuição da 9ª. edição planejada por Hooper e Jackson se apoiaria na mesma estratégia do pagamento em prestações mensais e uma ousada campanha publicitária por meio de circulares artisticamente impressas e difundidas por toda parte e de anúncios chamativos em jornais como o britânico *The Times*.

⁵ A campanha publicitária na imprensa inglesa teve desdobramentos importantes, pois aproximou Hooper e Jackson do diretor do *The Times*, Morbeley Bell, em um momento em que o importante jornal atravessava uma crise financeira. Em 1904, Bell aceitou envolver a empresa em outro projeto dos editores norte-americanos, batizado como “The Times Book Club”, que consistia em prover os associados com acesso aos livros de seu acervo circulante, e de oferecer aos mesmos a opção de compra, com descontos substantivos, das obras que estivessem emprestadas e, por isso, temporariamente indisponíveis. A solução, todavia, logo provocou a resistência da Associação de Editores ingleses, contrária à adoção de preços que afrontavam “Net Book Agreement”. Os editores passaram a boicotar o “Book Club”, obrigando o jornal *The Times* a suspender a operação e submeter-se ao “Agreement”. Sobre o “Net Book Agreement” e a contenda com *The Times*, ver FEATHER, John. *A History of British Publishing*. 4ª. ed. London: Rotledge, 2000; p. 184-185.

sociedade entre Jackson e Hooper, como desfecho de uma disputa judiciária, em 1914.

E como as perspectivas de expansão do mercado editorial delineavam-se não apenas verticalmente na pirâmide social, mas horizontalmente no *mapa mundi*, Jackson também deitara seus olhos sobre a América Latina e seu imenso potencial. Em 1907, enviara para venda em Buenos Aires, por meio de seu colaborador nos Estados Unidos Leavitt K. Merrill, 2.500 coleções *Historian's History of the World*, em inglês. O êxito da remessa não ficou esquecido.

Pouco tempo depois, o editor fez virem à Espanha seu irmão Harold Jackson, o colaborador C. S. Howell e Eduardo Rey, este responsável pelo escritório de Havana, com o plano de traduzirem *The Universal Anthology*, coleção rebatizada como *Biblioteca Internacional de Obras Famosas*. Fundou a empresa “Sociedad Internacional de Editores” com Leavitt K. Merrill, o qual, concluída a tradução, partiu em companhia de Howell para Buenos Aires e Santiago do Chile. Ambos colocaram em marcha campanhas publicitárias sobre a *Biblioteca...*, que alcançaram também o Uruguai. A missão foi coroada de sucessos.

Antes mesmo que a tradução da *Biblioteca Internacional* para o espanhol estivesse pronta, Jackson enviara, em maio de 1911, W. F. Kellog como representante a Lisboa. Este se dedicou à preparação da versão em português destinada ao Brasil. Em fins de março de 1913, a coleção começou a ser vendida no Rio de Janeiro, e em maio em São Paulo. A empresa, rebatizada como W. M. Jackson em 1914, teria vida longa na América Latina.⁶

⁶ Um dos motivos para a troca de nomes, segundo *Historia de la Casa Jackson*, foi a campanha feita por alguns jornais latino-americanos contra a *Biblioteca Internacional de Obras Famosas*, alegando que a coleção reunia somente partes de diferentes livros, em lugar da “obras completas”. *Op. Cit.*, p. 49. Outro projeto desenvolvido por Jackson para o mercado hispano-americano nesse período foi a reedição do *Diccionario Enciclopédico Hispano-Americano*, em 28 volumes, originalmente publicado em Barcelona por Montaner y Simón, entre 1877 e 1910. Os trabalhos de atualização foram finalizados em 1917 e a coleção foi enviada para comercialização, nos mesmos moldes que as demais – ou seja, precedida de uma agressiva campanha publicitária nos jornais e por correspondência, seguida de venda direta em prestações - a países como Peru e Cuba, além de Chile e Uruguai. O Dicionário teve êxito extraordinário, a ponto de se verem clientes carregando os pesados volumes em carros, carroças e carrinhos de bebê... no afã de adquirirem a obra. *Op. Cit.*, p. 55. Nos tempos que se seguiram, a editora alcançou a cifra de escritórios estabelecidos em dezesseis cidades da América Latina, e três na Espanha.

Após uma estreia promissora nestas terras, os negócios do editor foram alavancados pela publicação de *El Tesoro de la Juventud*, ou *Tesouro da Juventude*, pouco tempo depois de Jackson, sentindo os efeitos da Primeira Guerra Mundial, ter voltado a viver nos Estados Unidos, em 1916. Jackson comprara os direitos de publicação da coleção britânica, *The Children's Encyclopaedia*, por sugestão de um vendedor ligado a *The Grolier Society*, que se inteirara do fato da editora Harmsworths estar em busca de um distribuidor da obra no Canadá. A. E. Smith enviou um telegrama ao chefe em Londres, propondo que se comprassem os direitos para sua venda nos Estados Unidos. Jackson incluiu no contrato os direitos para os países de língua espanhola e portuguesa.

A coleção contava então com dez volumes. Foi lançada como *The Book of Knowledge* nos Estados Unidos e, sem seguida, traduzida para o espanhol. W. F. Kellogg, que estivera trabalhando em Lisboa e se mudou para Barcelona para executar o plano. As sete mil páginas do original foram traduzidas com zelo ao longo de três anos. Era preciso conciliar a correção da língua e linguagem leve, clara e convidativa. Rebatizada com novo nome, a coleção começou a ser vendida pela sucursal de Buenos Aires, em 1917.

São limitadas as informações relativas à edição da obra para a Argentina e, em uma segunda fase, para outras regiões da América Espanhola. Ainda que tivesse sido preparada em Barcelona, a coleção *El Tesoro de la Juventud* vendida na Argentina em 1917 trazia na folha de rosto a informação de que fora "Compilador consultor, autor de la introducción y de la parte de la república Argentina, el Dr. Estanislao S. Zeballos..." (1854-1923), escritor, geógrafo e jurista argentino. Zeballos fora um grande entusiasta das Campanhas do Deserto contra as populações indígenas dos pampas nas décadas de 1870 e 1880. Em defesa de políticas que pusessem fim aos malones indígenas e promovessem a modernidade do país, publicou, em 1878, *Las quince mil léguas - estudio sobre la translación de la frontera sur de la República al Rio Negro*. Nos anos que se seguiram, escreveu textos e crônicas sobre a região patagônica e os caciques indígenas do "passado". Assumiu

funções políticas e diplomáticas de destaque e, em 1918, tornou-se Decano da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires, deixando uma vasta e polêmica obra publicada expondo suas teses sobre o Direito Internacional Privado.

Pretendo investigar, no curso desta pesquisa, em que medida a primeira edição voltada à Argentina e as que se seguiram ganharam contornos próprios em relação às distribuídas na Espanha e em outras regiões da América Espanhola.⁷ A encomenda feita a Zeballos se circunscreveu aos volumes preparados para a campanha de vendas em Buenos Aires? A obra comemorativa dos cinquenta anos de edição em espanhol pela Casa Jackson, *Historia de la Casa Jackson*, sublinha reiteradamente o fato de que as sucursais da empresa gozavam de considerável autonomia, e de que a sucursal de Buenos Aires, comandada pelo braço direito de Jackson, C. S. Howell,⁸ era considerada a mais importante sucursal sul-americana.

Ainda assim, a Casa Jackson está ausente dos estudos sobre a história do livro e da edição que nos últimos anos produziu ótimos resultados na Argentina.⁹ Parece-me, nesse sentido, uma boa porta de entrada para nos aproximarmos das relações que se construíram nessa época com o mercado editorial anglo-saxão. Muito embora, em 1917, muitos clássicos da literatura inglesa e norte-americana – como *Robinson Crusoe*, *Viagens de Gulliver*, *A Cabana do Pai Tomás* ou *As Aventuras de Tom Sawyer* – chegassem ao país por meio de editoras espanholas, francesas e, crescentemente, argentinas.

Pois *El Tesoro de la Juventud* entrava em circulação em uma Argentina povoada por obras de literatura infantil oriundas da Espanha e da França. Os *Cuentos de Calleja*, vindos da editora Saturnino Calleja em Madri, as edições vertidas

⁷ Em 1919, de acordo com um memorando ditado por Jackson, já se haviam feito imprimir 25 mil cópias da coleção *El Tesoro de la Juventud*, das quais 18 mil já haviam sido encadernadas e entregues. *Ibidem*, p. 68.

⁸ A sucursal contou com outros nomes de peso nos postos mais altos de sua gestão, como John A. Hammerton, Pablo F. Boyer, G. S. Barker e A. C. Newman.

⁹ Destaco, entre muitos trabalhos, o livro organizado por José Luis de Diego, *Editores y políticas editoriales en Argentina, 1880-2000*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2006. Também a obra CACUZZA, Héctor Rubén (Dir.) e SPREGELBURD, Roberta Paula (Coord.). *Historia de la lectura en Argentina*. Del catecismo colonial a las netbooks estatales. Buenos Aires, Editoras del Calderón, 2012. Entre as obras pioneiras no campo, BUONOCORE, Domingo. *Libreros, editores e impresores de Buenos Aires*. Buenos Aires: El Ateneo, 1944, e SAGASTIZÁBAL, Leandro de. *La edición de libros en la Argentina: una empresa de cultura*. Buenos Aires: EUDEBA, 1995.

do francês pela Editora Garnier ou a Casa Ollendorf, as quais publicavam, em Paris, livros em espanhol para serem exportados para a Espanha e suas antigas colônias na América.¹⁰ Na década de 1920, produções Argentina começaram a disputar um lugar ao sol, com o lançamento da revista *Billiken*, em 1919, e com as coleções publicadas por Constancio C. Vigil, fundador, em 1918, da Editora Atlántida.

Nesses anos, a cidade de Buenos Aires já contava com uma dinâmica rede de distribuição dos impressos, baseada não somente nas elegantes livrarias, mas nas bancas de jornal, socialmente mais democráticas.¹¹ Os editores e mercadores de impressos beneficiavam-se do público alfabetizado egresso do sistema de escolas primárias que se desenvolvera no país especialmente a partir do projeto de Domingo F. Sarmiento.¹²

No que diz respeito à coleção *Thesouro da Juventude*, na grafia correspondente às normas ortográficas em vigor, sabemos que foi publicada nos anos 1920, com prefácio do jurista cearense Clóvis Bevilácqua (1859-1944), autor do Código Civil brasileiro publicado em 1916.¹³ Como em outras obras destinadas ao público infanto-juvenil que se publicaram no Brasil na primeira metade do século XX, nomes de peso no mundo das letras, que inspiravam confiança, chancelavam a adequação e qualidade do que se oferecia ao público jovem.

¹⁰ O “fundo hispânico” da Livraria Ollendorf foi vendido em 1916 para Ediciones Literarias. De acordo com Jean-François Bottrel, foi significativa a dependência cultural da Espanha com relação à França durante o século XIX e princípios do século XX, o que se manifestou, entre outros, pela presença de editoras, livrarias e livros franceses naquele país. Essas editoras concorriam com as espanholas na exportação de livros para o continente americano. “Em princípios do século XX, Paris era uma das capitais da edição em língua espanhola. La Librerie Garnier Frères, las Ediciones Bouret, la Librerie Ollendorff e muitas outras editoras se lançam ativamente à publicação de obras originais ou de traduções que logo se distribuíam na Espanha e sobretudo na América Latina.” BOTREL, J. F. *Libros, prensa y lectura en la España del siglo XIX*. Biblioteca del libro. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Pirâmide, D. L., 1993. Não se pode também desconsiderar o lugar ocupado, nos acervos latino-americanos, pelas contrafações belgas, que reproduziam clandestinamente as obras publicadas na França.

¹¹ SARLO, Betariz. *El imperio de los sentimientos: narraciones de circulación periódica en la Argentina (1917-1927)*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2000.

¹² Sarmiento foi presidente da República entre 1868 e 1874, depois de ter dirigido as políticas educacionais na província de Buenos Aires, nos anos que antecederam sua eleição. Aos leitores que passavam pelos bancos escolares apresentava-se não apenas a opção de publicações vendidas a preços populares, como a alternativa das bibliotecas populares e públicas que se multiplicavam por todo o país.

¹³ Neste texto, escrevi Tesouro sem “h” sempre que referi à coleção de uma forma geral, e não às antigas edições em português.

Em artigo publicado em seu *blog* por Luis Nassif, nascido em 24 de maio de 1950, o jornalista relembra sua experiência com a coleção. Acredito que o teor do depoimento justique a longa citação:

Apreendi a ler no Tesouro da Juventude, assim mesmo com th, da W. M. Jackson Editores, com prefácio de Clóvis Bevilacqua. Era de meu avô Issa. Contava os minutos para chegar à farmácia do meu pai, subir as escadas externas que davam no andar de cima, onde morava vovô. Corria para a estante, tirava um volume, abria no chão forrado por um cobertor, e ficava de bruços devorando as páginas e as ilustrações a bico de pena. Em 1957, quando entrei no primeiro ano da Escola Sete de Setembro, da dona Nicolina, escrevia um português escorrcito...dos anos 20. Cavallo com dois eles, e assim por diante. Para que eu chegasse à reforma ortográfica, minha mãe comprou a edição de 1958 do Tesouro da Juventude. Mas não tinha a menor graça. Preferi migrar para a coleção de Monteiro Lobato, e sua estilização linguística tão lógica, sem acentos desnecessários.

Mas o Tesouro me acompanhou a vida toda, e de toda a minha geração e de meus pais. Não chegou a meus filhos. Passou-nos informações da forma mais agradável possível, noção de astronomia, de geologia, de história, de literatura.

Na Introdução, Clóvis Bevilacqua indicava a obra para meninos, adolescentes e homens do povo que têm sede de saber. Os editores definiam-no como uma enciclopédia popular, um livro acerca de tudo para todos e especialmente para jovens.

Eram 18 volumes, todos contendo uma sequência de temas. A primeira gravura do primeiro tomo era uma pintura do sistema solar, com os astros de todos os tamanhos e trens se lançando ao espaço para alcança-los. Um trem expresso, correndo a 1.600km por minuto poderia dar a volta ao mundo em menos de vinte dias, dizia o texto. Mas levariam 177 anos para chegar ao sol.

De cara éramos apresentados à nossa insignificância, passeando por todas as lições de O Livro da Terra. Em seguida, se encontrava o Livro da Natureza, que tratava especificamente da vida nos animais e nas plantas. Uma página colorida, finamente ilustrada, mostrava os seres mais interessantes da terra, dos conhecidos, água, gaiovota,

gavião, leopardo, aos menos votados sariguéa, python, maçarico e buccinum.

Depois, pelo O Livro de Nossa Vida, destinado a desvendar a maravilha da humanidade. Havia o Livro do Novo Mundo, que tratava desde os homens primitivos, até à construção da América, e o Livro do Velho Mundo, falando das antigas civilizações, com amplo relato sobre a China, sobre seu isolamento que tirou-lhe a noção de progresso, e de como, pouco a pouco, voltou a se abrir para o mundo.

Em um período de grandes inovações, as invenções eram tratadas no capítulo Cousas que Devemos saber e as curiosidades em O Livro dos Porquês, talvez o tema mais popular da enciclopédia.

Meu tema predileto eram os Homens e Mulheres Célebres, Nobres Vidas, Nobres Feitos. Marco Pólo inaugurava o primeiro tomo da coleção. Depois, abordava-se criação da famosa Escola de Sagres em Portugal, e os navegadores portugueses. (...) ¹⁴

E Nassif segue descrevendo as seções de Contos, de “Cousas” que Podemos Fazer, de Poesia e Literatura... da coleção que seu avô comprara em 1928, e que ele terminou por herdar.

Esta pesquisa almeja comparar as edições publicadas na década de 1920 no Brasil às edições britânicas e norte-americanas do mesmo período, a fim de avaliar possíveis adaptações realizadas, em termos da incorporação de novos conteúdos, da exclusão de outros, da seleção das imagens ilustrativas e da materialidade da obra. Trata-se, ainda, de buscar pistas sobre os profissionais que intervieram na preparação do *Thesouro da Juventude* destinado ao Brasil e de investigar se a mesma versão foi destinada aos leitores de língua portuguesa de outras regiões do mundo.

Consta da página de rosto dos volumes pioneiros do *Thesouro da Juventude* a informação de que a Casa Jackson estava presente no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Recife e em Porto Alegre. Mas um memorando ditado pelo empresário, com data de 24 de fevereiro de 1919, sugere que, por ocasião do lançamento da *Biblioteca*

¹⁴Opinião & notícia, Blog do Luis Nassif, 18 de março de 2006. Consulta feita em 15 de julho de 2015.

Nacional de Obras Famosas, havia uma única sucursal permanente, no Rio de Janeiro, dirigida por D. C. MacArthur, e que se organizaram escritórios provisórios, na Bahia, em Belém e em Manaus, além das cidades mencionadas acima.¹⁵ Em suas operações no país, a Casa Jackson contou com a importante colaboração do vendedor russo Wenceslaw Teodor Kowsky, ex-coronel da guarda do czar, conhecido por suas idiossincrasias – o monóculo e a bengala, o terno impecável, sempre seguido por um funcionário que o ajudava a carregar os livros. E de Duilio Próspero, gerente da Casa Jackson em São Paulo ao longo de 30 anos. É provável que, na década de 1920, o escritório de São Paulo também tenha se tornado uma sucursal, tendo suas atividades temporariamente interrompidas, entretanto, durante a Revolução de 1932.¹⁶

Nos estudos sobre a história da edição no Brasil, as referências são escassas. Não nos referimos a ela, por exemplo, na obra da qual participei, *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*.¹⁷ Um dos organizadores desse livro coletivo, Aníbal Bragança, foi quem recentemente me indicou a já mencionada obra *Historia de la Casa Jackson*, que consegui encomendar de um sebo britânico, e que por pouco não se perdeu pelo caminho. Foi retido na alfândega brasileira, depois de atravessar o Atlântico e ser redirecionado a São Paulo pelo serviço postal dos Estados Unidos. Refez trajetos aqui em foco e, mesmo na era da *internet*, não totalmente franqueados.

¹⁵ *Historia de la Casa Jackson, op. Cit.*, p. 67.

¹⁶ *Ibidem*

¹⁷ BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia (Orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora da Unesp, 2011. Destaco também a obra coletiva da qual participei, DUTRA, Eliana Regina de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.) *Política, nação e edição*. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. O lugar dos impressos na construção da vida política. São Paulo, Annablume, 2006.

Lawrence Hallewell faz uma menção rápida à editora em “A participação das empresas multinacionais na indústria livreira do Brasil”:

“A intervenção dos estrangeiros no comércio do livro começou com a criação de sucursais brasileiras de editoras ultramarinas para a comercialização de seus próprios produtos. Durante muitos anos a pequena demanda de livros técnicos em muitas áreas não justificava economicamente a sua edição aqui e tornava-se inevitável a dependência de edições estrangeiras. As fontes principais seriam os EUA, a França e Portugal (...)

Apesar do êxito da W. M. Jackson (cuja *Encyclopedia e dicionário internacional de 1914-1936* permanece guia valiosa em muitas áreas recôndidas dos estudos brasileiros), continuava alta demanda no Brasil das enciclopédias estrangeiras.” Lawrence Hallewell, “A participação das empresas multinacionais na indústria livreira do Brasil”, *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 14 (2/4), 188-203, Jul./Dez. 1981; p. 190. Ver também o clássico HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz; EDUSP, 1985.

Além do *Thesouro...*, a editora publicou entre nós variadas coleções em português, como os “Clássicos de Jackson”, uma reunião de “grandes” romances. Celebrizou-se por lançar, nos anos 1930, as *Obras Completas* de Machado de Assis, comprando os direitos da Livraria Briguiet-Garnier, sucessora da prestigiada Livraria Garnier Irmãos, no Rio de Janeiro, a qual fora uma segunda casa do escritor fluminense.¹⁸

Também no Brasil, o *Thesouro da Juventude* aportou quando clássicos da literatura para crianças ganhavam aos poucos espaço nos catálogos de editoras brasileiras como, por exemplo, na Biblioteca Infantil editada pela Companhia Editora Melhoramentos a partir de 1915, nas traduções e adaptações capitaneadas por Monteiro Lobato junto à Companhia Editora Nacional, nos anos 1930, ou nas coleções da Livraria-Editora Globo, sediada em Porto Alegre.¹⁹ Embora em proporções menores do que na Argentina, o período viu nascer empresas de grande envergadura.²⁰

Comparativamente à Argentina, as políticas públicas para a difusão da leitura foram, no Brasil, mais restritas e menos orquestradas ao longo da primeira metade do século XX, mesmo após a Revolução de 30, que fez intensificar a ação do Estado nas áreas da cultura e da educação. Quando confrontados com limitações financeiras ou logísticas, os interessados tinham de percorrer caminhos mais sinuosos na busca por obras impressas. Por exemplo, o serviço proporcionado pela

¹⁸ Nesse mesmo período, a Jackson selou acordos com importantes editoras portuguesas, como Lello e Irmão e Livraria Bertrand, para a aquisição dos direitos exclusivos de algumas coleções em português.

¹⁹ Destaco, nesta nota, aspectos da trajetória da livraria-editora Globo, cuja prosperidade se apoiou fortemente na publicação de traduções. Criada em fins do século XIX, a empresa prosperou sob a administração de José Bertaso, antigo funcionário feito sócio e, entre 1918 e 1948, único proprietário da empresa. A Seção Editora passou a operar como departamento especializado da firma Barcellos, Bertaso & Cia. por volta de 1930, centrando esforços na tradução cuidadosa de obras literárias. Nessa linha, lançou diversas coleções de sucesso, em princípio voltadas para o público jovem ou adulto, como a “Amarela”, dedicada a romances policiais, e a “Universo”, rico filão da editora, cujo principal nome era o escritor alemão Karl May. Erico Verissimo, como se sabe, passou a trabalhar para a editora em 1931, inicialmente como editor da *Revista do Globo*, logo como tradutor, conselheiro literário e, finalmente, autor. Como relatou o escritor, segundo Elisabeth Torresini, “da cabeça de Henrique Bertaso”, filho de José, “cheia de projetos editoriais, saiu a idéia de publicar *Heidi*, de Johanna Spyri, com ilustrações de João Fahrion; *A Ilha do Tesouro*, clássico de R. L. Stevenson; *Meninos d’Água*, de Charles Kingsley; e os ‘incomparáveis’ *Alice nos Países das Maravilhas* e *Alice através do Espelho*, de Lewis Carroll (...)”. Cf. TORRESINI, Elisabeth. *Editora Globo: uma aventura editorial nos anos 30 e 40*. São Paulo, EDUSP, Com Arte; Porto Alegre, Editora UFRGS, 1999.

²⁰ Para um estudo abrangente e esclarecedor sobre o tema ver MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

livraria Leitura em São Paulo, que, em 1930, fazia empréstimos ilimitados de livros por dois mil-réis ao mês.²¹ Não por acaso, as estratégias comerciais de Jackson encontram também aqui um terreno fértil.²²

A história das coleções enciclopédicas remonta ao século das Luzes. Embora a França tenha se celebrizado pelo extraordinário empreendimento da *Encyclopédie ou dictionnaire universel des arts et des sciences*, de Diderot e D'Alembert, cujo primeiro, dos dezessete volumes que reuniria, veio à luz em 1751, derivou da inglesa *Cyclopedia or an Universal Dictionary of Arts and Sciences*, de Ephraïm Chambers, de 1740.

De acordo com Robert Darnton, em “Os filósofos podam a árvore do conhecimento: a estratégia epistemológica da *Encyclopédie*”,

O que a diferencia [a *Encyclopédie*] de todos os compêndios eruditos que a precederam – desde o imponente *Dictionnaire de Trévoux*, por exemplo, até o muito mais vasto *Grosses vollständiges Universal-Lexicon aller Wissenschaften und Künste*, publicado em sessenta e quatro volumes in-fólio por Johann Heinrich Zedler? Era ela, como perguntou uma autoridade, trabalho de referência ou ‘machine de guerre’?²³

O autor parte dessa constatação para analisar o problema da conexão entre conhecimento e poder. Pois a classificação – lembrando o debate proposto por Foucault em *A palavra e as coisas*, quando recupera, à contra luz, a irreverente enciclopédia chinesa de Jorge Luis Borges – é um exercício do poder. Pondera Darnton:

²¹ Ver, sobre o tema, o excelente trabalho IUMATTI, Paulo Teixeira. *Caio Prado Júnior*, historiador e editor. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2001.

²² Esclareço que, nesta etapa da pesquisa ora em curso, não lançarei luz sobre a cena dos mercados livreiros de outros países latino-americanos em que o *Tesouro da Juventude* foi distribuído, por contar no momento com mais informações sobre sua chegada às sucursais argentina e brasileira.

²³ DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986; p. 247-248. Sobre a história das enciclopédias e da organização do conhecimento, ver também, entre outros, COLLISON, Robert. *Encyclopedias: Their History throughout the Ages*. Nova York, 1964 e KAFKER, Frank. *Notable Encyclopedias of the Seventeenth and Eighteenth Century: Nine Predecessors of the Encyclopédie*, Studies on Voltaire and the Eighteenth Century. CXCIV, Oxford, 1981.

Um assunto relegado para o *trivium*, em vez do *quadrivium*, ou para as ciências 'leves', em vez das 'pesadas', pode murchar antes mesmo de florescer. (...) Estabelecer categorias e policiá-las é, portanto, assunto sério. (...) Portanto, Diderot e D'Alembert se arriscaram muito, ao desmancharem a antiga ordem do conhecimento e traçarem novas linhas entre o conhecido e o desconhecido.

Claro que os filósofos vinham rearrumando a mobília mental desde os tempos de Aristóteles. (...) O debate sobre o 'método' e a 'disposição' correta na organização do conhecimento abalou toda a república das letras, no século XVI. Daí surgiu uma tendência a comprimir o conhecimento em esquemas, usualmente diagramas tipográficos, que ilustravam os ramos e as bifurcações das disciplinas de acordo com o princípio da lógica ramista. Um impulso diagramático – uma tendência a mapear, delinear e 'espacializar' segmentos do conhecimento – alimenta a tendência do enciclopedismo que se estendeu de Ramus a Bacon, Alsted, Comenius, Leibniz, Chambers, Diderot e d'Alembert. Mas o diagrama colocado no cabeçalho as *Encyclopédie* de Diderot, a famosa árvore do conhecimento, tirada de Bacon e Chambers, representava algo de novo e audacioso. Em vez de mostrar como as disciplinas podiam ser deslocadas dentro de um padrão estabelecido, exprimia uma tentativa de construir uma divisa entre o que se conhecia e o incognoscível, de maneira a eliminar a maior parte do que os homens consideravam sagrado no mundo do saber. (...)

Diderot e d'Alembert alertaram o leitor para o fato de estarem empenhados em algo mais sério que as garatujas ramistas, e descreveram seu trabalho como uma enciclopédia, ou relato sistemático da 'ordem e concatenação do conhecimento humano', não se tratando apenas de mais um dicionário, ou compêndio de informações arrumado de acordo com a inocente ordem alfabética. A palavra enciclopédia, explicou Diderot no *Prospectus*, provinha do termo grego correspondente a círculo, significando concatenação (*enchainement*) das ciências. Figurativamente, expressava a noção de um mundo do conhecimento, que os enciclopedistas podiam circunavegar e mapear. 'Mappemonde' era uma metáfora crucial na descrição que faziam do seu trabalho."²⁴

Esta pesquisa almeja refletir sobre as formas pelas quais *The Children's Encyclopaedia*, futuro *The Book of Knowledge* ou *Tesouro da Juventude*, concebeu a organização do conhecimento e a concatenação entre os seus campos e categorias. Trata-se de analisar as filiações desta obra com a tradição enciclopedista fundada no século XVIII e o modo pelo qual manteve ou reelaborou – “arbitrariamente”, como quis sublinhar Darnton no referido texto – a árvore do conhecimento em relação às enciclopédias de que Arthur Mee, e mais tarde Walter M. Jackson e outros organizadores, na América Latina, responsáveis por adaptar a coleção, se valeram como referência.

A reflexão volta-se, ao mesmo tempo, para o papel desempenhado pelo *Tesouro da Juventude* na formação do que Mary Louise Pratt chamou, observando a Europa a partir de fins do século XVIII, da nítida e alargada presença de uma “consciência planetária”.²⁵ Que contornos do “Mappe-monde” a coleção desenhava para o público leitor latino-americano e quais os lugares reservados ao conhecimento sobre as Américas? No trabalho de investigação que apenas começa a avançar, encontram-se indícios sugestivos de que a “americanização” da obra não se limitou às estratégias comerciais da Casa Jackson. O “Novo Mundo”, como foi chamado na seção especial que atravessa os volumes, ramificou nesta árvore do conhecimento.

Bibliografia

BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux*. Paris, Payot, 1984.

BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia (Orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo, Editora da UNESP, 2011.

BURKE, Peter. *Historia Social del Conocimiento: de Gutenberg a Diderot*. Barcelona, Paidós, 2002.

²⁴ DARNTON, R., *op. Cit.*, p. 247-251. O *trivium* referia-se às artes liberais e o *quadrivium*, às artes mecânicas.

²⁵ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*. Relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP, EDUSC, 1999. Ver também SOARES, Gabriela P., El mundo atlántico visto por Francia: un análisis de las ilustraciones en ediciones del siglo XIX de la obra de Jules Verne. In. BORGES, Maria Eliza L. e MINGUEZ, Victor (Orgs.). *La fabricación visual del Mundo Atlántico, 1808-1940*. Valencia, Universidad Jaume I, 2010.

COMPAGNON, Olivier. *L'adieu à l'Europe. L'Amérique Latine et la Grande Guerre. Argentine et Brésil, 1914-1939*. Paris, Fayard, 2013.

DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

_____. *O grande massacre dos gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

DIEGO, José Luis de. *Editores y políticas editoriales en Argentina, 1880-2000*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2006.

DUTRA, Eliana. *Rebeldes literários da República*. História e identidade no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2005.

FEATHER, John. *A History of British Publishing*. 4ª. ed. London, Rotledge, 2000.

GALBRAITH, Gretchen R. *Reading lives: reconstructing childhood, books, and schools in Britain, 1870-1920*. New York, St. Martin's Press, 1997.

GARIN, Eugenio. *L'éducation de l'homme moderne (1400-1600)*. Paris, Fayard, 1968.

GOETHE, Johann Wolfgang. *Wilhelm Meisters Lehrjahre*. Stuttgart, Philipp Reclam, 1982.

GRUZINSKI, Serge. Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autres 'connected histories'. *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, janvier – février 2001.

Historia de la Casa Jackson. Barcelona, W. M. Jackson, Inc. Nueva York Garriga Impresores, 1969.

HUNT, Peter. *Children's literature: an illustrated history*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

IUMATTI, Paulo Teixeira. *Caio Prado Júnior, historiador e editor*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2001. 2v

JOSEPH, Gilbert; LEGRAND, Catherine and SALVATORE, Ricardo D. *Close Encounters of Empire: writing the Cultural History of U.S. – Latin American Relations*. Durham, Duke University Press, 1998.

MARTÍNEZ, Jesus A. (Dir.). *Historia de la edición en España, 1836-1936*. Madrid, Marcial Pons, 2001.

MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

MOLLIER, J.-Y. *L'argent et les lettres*. Histoire du capitalisme d'édition, 1880-1920. Paris, Fayard, 1988.

OLIVERO, Isabelle. *L'invention de la collection: de la diffusion de la littérature et des savoirs à la formation du citoyen au XIXe siècle*. Paris, Éditions de l'IMEC, Édition de la Maison des Sciences de l'Homme, 1999.

PRADO, Maria Lígia C. Repensando a história comparada na América Latina. *Revista de História*, São Paulo, n. 153, 2º. semestre de 2005, pp. 11-33.

RIESCO, Leonor. “El maravilloso mundo de El Tesoro de la Juventud: apuntes históricos de una enciclopedia para niños”. Revista UNIVERSUM . Nº 23 . Vol. 1 . 2008 . Universidad de Talca; pp. 198-225.

SORÁ, Gustavo. *Brasilianas*. José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro. São Paulo, EDUSP, Com-Arte, 2010.

VENTURI, Franco. *Le origini dell'Enciclopedia*. Torino, Einaudi, 1964.

Profetas que son sacerdotes:

autores-editores de colecciones de literatura fantástica

LAURA CILENTO (BUENOS AIRES, UNQ / UNIPE)

Decía Roger Caillois que en una literatura que incluye vampiros y otros seres sobrenaturales con “permiso de entrada al mundo real”, no solo los seres sino las circunstancias mismas están rodeadas de misterio: “nunca se trata de alojamientos con habitaciones a precio reducido o de espejos comprados en negocios en cadena: lo fantástico no se aviene con la fabricación en serie, anónima e intercambiable” (1970: 15)

Es lo que ocurre con el gran libro, la *Anglo-American Cyclopaedia*, hallada en una casa de fin de semana en Ramos Mejía, provincia de Buenos Aires, anécdota que se narra en “Tlön, Uqbar, Orbis Tertius”, de Jorge Luis Borges. Daniel Link vio, a raíz de la enciclopedia y de la afirmación del poder de multiplicación de los espejos, una metáfora editorial de las técnicas de reproductibilidad masiva (2002). Pero ¿quién crea, cómo circula ese ejemplar del

género de divulgación por excelencia del siglo XIX que encuentran “Borges” y “Bioy Casares” en esa historia? Y, pregunta no menos relevante: ¿quién financia? El relato se encarga de aclararlo, señalando en esa información la raíz selecta, la “circunstancia rodeada de misterio” del proyecto, como había notado Caillois para los objetos fantásticos. Una sociedad fundada en el siglo XVII (guiada por los estudios herméticos, la filantropía y la cábala) se une para inventar un país. A principios del siglo XIX, un millonario estadounidense (Ezra Buckley) propone ampliar el proyecto e inventar un planeta ilusorio, para el cual debe elaborarse una enciclopedia metódica. Ofrece su fortuna para financiar la empresa (“Les dejará sus cordilleras auríferas, sus ríos navegables, sus praderas holladas por el toro y por el bisonte, sus negros, sus prostíbulos y sus dólares” – Borges, 1988: 30-) a cambio de una condición: guardar silencio. Precisamente uno de los “silencios del texto” en este cuento fantástico es el que corresponde a la decisión, o la casualidad, de que el tomo pirata de la enciclopedia llegue a perderse y salir del círculo de la sociedad secreta.

Preguntarnos si habrá una “ruta de los libros” (cuando hablar de “ruta”, en la jerga periodístico-policial, implica seguir unas secuelas derivadas de un acto sospechoso) puede hilvanar una cadena que muestre los límites reversibles de la ficción fantástica de Borges. La *Anglo-American Cyclopaedia* fue “denunciada” en “Tlön...”, “artículo” que fue incluido en una Antología que lo presenta como literatura y que, si de pensar en financistas se trata, se cierra muchos años después, en 1975, con la aparición de “La Biblioteca de Babel. Colección de literatura fantástica dirigida por Jorge Luis Borges”. Algún descendiente virtuoso de Buckley vive ahora en Parma y se llama Franco María Ricci.

Si el retorno de nuevas colecciones de literatura fantástica es un signo de los tiempos recientes, cabe observar dónde reside su rareza, su originalidad, el misterio no resuelto de su persistencia. Como muchos misterios, éste tiene marcas muy visibles, que provienen de las decisiones editoriales de presentar la literatura fantástica como “objeto raro”, de *colección* en el sentido estético (antes que literario) del término. El presente trabajo se detendrá en dos proyectos de colecciones de literatura fantástica de la década de 1970, dirigidos por

escritores, para sellos editoriales diferentes, que podrían considerarse hitos en esta “sofisticación” de la trayectoria de un tipo de ficción otrora popular.

Culto editorial a una literatura (de culto)

Una coincidencia cronológica permite vincular, en primera instancia, los dos proyectos de colección. Borges llamó a Franco María Ricci, el creador de la idea de “La Biblioteca de Babel” (en adelante BB), su “amigo y mecenas” (María Esther Vázquez, 1997: 320). El marqués italiano había llegado a la Argentina en 1972 para tentar al escritor argentino en rediciones de ciertas obras suyas, y para proponerle iniciar una colección que aparecería impresa en Italia, aunque los primeros seis volúmenes fueron coeditados con Librería La Ciudad (Buenos Aires). Entre los años 1975 y 1985, los 33 títulos aparecieron por la casa editora de Ricci, y en castellano a partir de 1978 y hasta 1979 (Librería La Ciudad / Ricci); poco más tarde, entre 1983 y 1988 por la editorial Siruela, bajo iniciativa de su propietario y editor Jacobo Fitz-James Stuart. María Esther Vázquez, quien se reconoció como la colaboradora en esta tarea, explicó que el escritor “Me dictaba los prólogos de los libros que elegía, yo individualizaba los textos y enviaba todo a Italia” (1997). También ofrecieron dos antologías (*El libro de las visiones y Finimondi*), así como también el cuento largo “El Congreso” (proveniente de *El libro de arena*, y retitulado por Ricci “El Congreso del mundo”).

Carlos Gardini trabajaba con Roberto Dulce en la librería Fausto, de la ciudad de Buenos Aires. Un tercero les hizo contacto con Luis Tedesco, de la editorial Torres Agüero. Durante 1975 elaboraron el proyecto de una colección, llamada Cuentos, que incluiría narrativa orientada hacia la literatura fantástica. En 1976 salió una primera edición, que llegó a completar 6 títulos; en 1983 se realizó una segunda edición, con escasas variantes. La lista incluye: “*El desconocido*” y *otros cuentos*, de Ambrose Bierce; *El vendedor de pararrayos*, de Herman Melville; *La muerta enamorada*, de Théophile Gautier; *La leyenda de San Juan el hospitalario*, de Gustave Flaubert; *La hija de Rappaccini*, de Nathaniel Hawthorne y *El copartícipe secreto*, de Joseph Conrad. Ambas colecciones, de

esta manera, confluyen en el mismo interés por los contenidos y se superponen en el tiempo, así como parcialmente en las sedes geográficas.

En segunda instancia, aparecen criterios formales de notable afinidad. Los títulos de ambas colecciones aparecen a simple vista como libros no convencionales: los de la BB son volúmenes de 18 x 22 cm; los de Cuentos, de 10 x 20 cm. Las ediciones de arte de Ricci, de factura lujosa y recreativa de los modos de producción editorial del mundo del Renacimiento, por la nobleza de los materiales, y del siglo de las Luces, por su adopción de los caracteres de Giovanni Bodoni, fueron un referente para plantear la edición de los cuentos de la BB. La restricción de los ejemplares numerados, el papel fabriano (evocación de la producción manual lograda por la industria contemporánea), y principalmente los grabados y filigranas, crean un anclaje visual y táctil que refuerza el prestigio de lo añejo, logran que el libro se destaque como rareza en la estantería de las librerías que lo exhiben.

Torres Agüero también apela a ilustradores, en este caso con concepción de la autoría, que se declara: Thomas Nast, M. C Escher; Jost Amman; Lucas van Leyden; Max Ernst; Paul Signac. Calaveras, esqueletos, las mujeres flotantes de Ernst, o una lente deformante de la mirada humana en Escher, evocan instantáneamente, desde la tapa, el mundo de lo fantástico. Las imágenes y las filigranas se intercalan permanentemente, en la portada, en los separadores y en los cuentos. El particular recurso al monocromatismo es otra de las opciones gráficas que distinguen la colección: al sepia de los dibujos se suma el color de la tipografía, que individualiza cada ejemplar, reproduciendo el color de la tapa en el de las letras en su interior: verde, azul, púrpura, marrón.

Consideradas ediciones ilustradas de los textos, estas colecciones dejan visible una zona de convivencia entre editor y director de colección: Gardini refiere que Roberto Dulce y él mismo eran quienes seleccionaban y quienes traducían y anotaban (responsabilidad del mismo Gardini), mientras que a Tedesco, como representante de la línea de la editorial, le correspondían los criterios de ilustración y gráfica. Ricci, por su parte, impone la marca estética de sus modos de edición y de su coleccionismo en la búsqueda de ilustraciones que

den cuenta de su selecto almacenamiento de rarezas artísticas. Respecto de uno de los cuentos de Borges que dice tener inédito para publicar, declara que solo lo hará “cuando logre encontrar la iconografía justa” (entrevista de Elisabetta Piqué, 2000); estos modos producen una distancia en el mismo director de colección, quien cuando juega el papel de autor publicado siente aversión hacia las ilustraciones de *El Congreso del Mundo*, provenientes de la cosmología tántrica, respecto de las que Silvina Ocampo logra instilarle la idea de que son pornográficas (según anécdota en Vázquez, 1996: 280).

Entre la seducción del público de Torres Agüero a través de la complejidad visual de imágenes y colores en una edición accesible, y la restricción del ejemplar numerado de la colección Ricci/Librería La Ciudad, la literatura fantástica ha sido vuelta a evaluar por los responsables editoriales de las colecciones. La profundidad histórica del fenómeno permite “revivir” autores a partir del siglo XIX, sumado al camino abierto, muchos años antes, por la *Antología de la literatura fantástica* de Borges, Bioy y Silvina Ocampo (1940) (v. Calvino, más adelante), con su intento de legitimar un género percibido como comercial hacia esa fecha y que tres décadas después se insertaba en la trama de una literatura “subversiva”, modernizable. Los editores han capitalizado estas variaciones de la fortuna de este tipo de ficción en el aporte que les corresponde: la dimensión del valor estético que ha cobrado la literatura de imaginación y fantasía, como compleja *artesanía de la ficción*, queda materializada en la *artesanía del libro*.

En Torres Agüero, recuerda Gardini (2013), la inclinación por las artes plásticas era notable. Luis María (Lucho) Torres Agüero (1927-1985), el fundador de la editorial y director (hermano de Leopoldo, el artista plástico próximo a la neovanguardia y al arte oriental) fue famoso por su interés en los detalles físicos de sus libros, al punto de que a Luis Tedesco, a quien confió numerosos proyectos, lo inició en el oficio de “fabricar libros” (como afirma de su actividad el mismo Tedesco) con una residencia de un año en los talleres, atendiendo el proceso completo del pasaje del original al libro terminado. Si bien el diseño de tapa de Cuentos estaba a cargo de María Cristina Brusca, la edición cumplía el interés por el atractivo visual y artístico sin contratar ilustradores; como

recupera Tedesco, en otro legado de su maestro Torres Agüero, un libro “No cuesta más caro hacerlo lindo”. Ricci sacó un rédito especial de todas estas coordenadas: frente al *paper-back* o libro en rústica, el editor italiano declara: “Yo hago libros para mirar en la biblioteca o sobre la mesa, basados en la imagen y en la tipografía” (Piqué, 2000). Entiende, de esta manera, una tarea surgida de la “conjunción admirable” (según declara en la solapa de los volúmenes de BB) entre la percepción de Buenos Aires con los ojos de Borges y la “añeja tradición gráfica” de la edición italiana, que daría una suerte de corporeidad estética a las inasibles elecciones del escritor local, y por lo tanto la mayor visibilidad que el capital editor puede brindar como respaldo a un recopilador. La colección, vista desde la orilla editorial y sus modos de intervención económica en el proyecto, debió haberse llamado Tlön, y no BB.

Resta considerar (y conjugar) estas iniciativas de verdadera *modalización visual del valor literario* con las lógicas de selección propuestas por Gardini y por Borges, en cada caso.

Bibliotecas abiertas y bibliotecas cerradas

Ambas colecciones se nutren de un repertorio de textos que remiten al eje canónico de la literatura fantástica: Francia, Inglaterra, Estados Unidos, y sus “periferias” (geográficas, no históricas) alemana y rusa. Borges incluye a William Beckford, León Bloy, Henry James, Villiers de L’Isle Adam, Oscar Wilde, Edgar Allan Poe, entre otros históricamente canónicos. El reconocimiento de estos autores también incluye la conciencia, tanto en este director de colección como en Gardini, de que estos repertorios forman parte de una propuesta que ha tenido una trayectoria previa y que auspicia estos emprendimientos: las antologías. De esta noción surgen las opciones por textos menos conocidos de los autores, que ya estaban consolidados como canónicos en esas compilaciones de un solo volumen. Así, Borges prefiere elegir textos alternativos de Bloy, Saki o Poe, e incorporar autores que no habían figurado en su Antología de 1940: Stevenson, Meyrink, Beckford, en tanto abren, a su vez, opciones hacia la

narrativa larga. Gardini, en este mismo tenor, elige un repertorio de Ambrose Bierce no conocido todavía entre los lectores locales: *Mysterious disappearances*.

Por una parte, entonces, estas colecciones que se organizan por un tipo de ficción funcionan como amplificación del proyecto de la antología, creando en el plan de la obra una lógica equivalente: selección de autores y de textos, en algunos casos duplicando el concepto porque cada volumen es a su vez una antología de cada autor. Este grado de autoconciencia de antólogo puede compararse con el notablemente practicado y declarado por Ítalo Calvino en *Cuentos fantásticos del siglo XIX*. Como es habitual en el género, los argumentos acerca de las exclusiones (obligadas, siempre!) fuerzan una reflexión acerca de los criterios empleados. La extensión de los textos (no más de cincuenta páginas), la variedad (solo un cuento de cada autor), la calidad (solo cuentos completos), el canon (que es internacional, al menos para Calvino: “He dejado a un lado a los autores italianos porque no me agradaba hacerlos figurar solo por obligación: lo fantástico representa en la literatura italiana del XIX algo ‘menor’”, 1987). En el criterio de la calidad se inserta el reconocimiento, uno de tantos, a las antologías de Borges/Bioy/Ocampo y a la de Roger Caillois: si para Villiers de L’Isle Adam propone un “tercer cuento” “es nada más que para no repetir las elecciones de los otros” (Calvino, 1987).

Sobre el fondo de este acervo ya establecido de autores, se abren las variantes que permiten afirmar que la colección es una matriz: no importa la similitud de autores en cada caso –y lo clásicos que sean-, ellos ingresarán a un sistema de relaciones y de significación *transtextual* que obedece a lógicas diferenciables y que señalan la arquitectura de cada colección. Así, BB y Cuentos se instalan en concepciones diversas que obedecen a las características de las *bibliotecas* de cada director de colección.

Las inferimos de algunas opciones organizativas, pero en principio de señales paratextuales. Una recurrencia en Borges, cuyo mérito consistió en trabajar su autoimagen de lector en paralelo a la de autor, es omitir el término “colección” o “antología” y preferir el término que fue francamente ofrecido como título de su repertorio reunido y publicado en 1988: *Biblioteca personal*. En

el prólogo, habla de “biblioteca de preferencias”, o “íntima biblioteca”. El criterio hedónico, invocado en el prólogo de la Antología de 1940 reeditada en 1965, se profundiza en este último tramo de la carrera de Borges. Más allá de lo que la biblioteca como institución planetaria sugirió en el universo diegético de la ficción borgeana, la última figuración siempre remite a la casa, al padre, a las lecturas domésticas. Este enclave de la lectura como terreno personal de operación con los textos se agudiza en un concepto interiorizado de biblioteca: junto con María Kodama, “recorremos las galerías y los palacios de la memoria” (1995: 8). Complementariamente, la traducción se desprende como un área ajena a los compiladores, como sí lo había sido en la Antología de 1940; si en ésta no figuraba la filiación de la traducción (porque había sido absorbida por el trinomio de compiladores), en la colección de Ricci se declara puntualmente la autoría de del pasaje lingüístico.

El encuentro en “los palacios de la memoria” se agudiza en los prólogos de BB, que retoman el ya transitado género de la “nota de presentación” de la sección que escribía para la revista *El Hogar*, y de los perfiles trazados para los autores de las antologías anteriores. Recurrentemente, el autor es presentado en un enlace con una más profunda, y siempre tardía, anécdota que apropia al autor: “Cuando, hará cuarenta años, me comunicaron por teléfono que se había suicidado, sentí pena pero no asombro” (Leopoldo Lugones) (2001: 98); “Hacia 1929 yo vertí al español el primer texto de este volumen, [...] y lo publiqué en un diario de Buenos Aires, que envié a Meyrink. Éste me contestó con una carta...” (2001: 31) “No olvidaré mi primera lectura de Kafka en cierta publicación profesionalmente moderna de 1917” (2001: 53); “Me es tan difícil escribir sobre Stevenson como escribir sobre un amigo íntimo. El hecho es que se trata de un amigo íntimo, aunque él murió en una isla perdida del Pacífico en 1894” (2001: 77).

El criterio hedónico-autobiográfico modifica las coordenadas históricas: el autor elegido, perdido en el tiempo, es encontrado y fijado en el espacio interiorizado de la memoria personal; el decurso de la historia del tipo de ficción fantástica queda abolido. Se trata de una biblioteca cerrada, que se apropió de los autores, de un concepto enormemente extensivo de literatura fantástica, y

que concede pocos resquicios a la dinámica de la circulación social de los textos. Esta operatoria se aprecia notablemente en la autolegitimación que ya estaba presente en la Antología del 40. Divergente respecto del Calvino que opta excluyentemente por la pauta internacional del canon, Borges y sus corresponsables de la antología se incluyen e incorporan algunos otros escritores locales que pueden ingresar al universo abstracto de la colección: Manuel Peyrou, José Bianco. En BB, el gesto está vigente, pero más agotado. Uno de los volúmenes, titulado *Cuentos argentinos*, pareciera tender una mano que alcanza a sus colegas del campo literario, pero esta vez llega mucho más cerca, también es más íntima. Así, ingresan en la selección algunos esperados y reconocidos de larga data, como el Cortázar de “Casa tomada”, pero también cercanos como Federico Peltzer y María Esther Vázquez. Declara Borges en el prólogo a esa antología que

Siempre las letras argentinas en algo difirieron de las que dieron al castellano los demás países del continente. A fines del siglo pasado se produjo aquí un género singular, la poesía gauchesca; ahora ya son muchos los escritores que se inclinan hacia la literatura fantástica y que no ensayan una mera transcripción de la realidad (2001, 130)

El “ahora” de la reflexión brilla por su rareza en la colección-museo, que no incluye autores cuyo grado de actualidad y /o de experimentación supere la época dorada del equipo de redacción de la revista *Sur*.

Cuentos es una contrapartida de esta lógica centralista. Es el trabajo profesional de la búsqueda de ediciones fiables de los originales, la distancia del estudioso que entabla relaciones de comprensión e interpretación. Referencias bibliográficas cuidadas sumergen en un recorrido por las evaluaciones críticas del autor, junto con una búsqueda del mismo Gardini como anotador por entablar esa fusión de horizontes del texto inserto en su momento histórico y en su trascendencia posterior, tendiente hacia una revaluación de las líneas actuales de la ficción fantástica y especulativa. Es por este motivo, que en Ambrose Bierce interesan las tensiones entre el fantástico de base irracional y la búsqueda racionalista de sustento: “es curioso constatar el parentesco entre ese ámbito

imaginario y ciertas reflexiones científicas de la época”, dice Gardini en el Estudio posliminar a “*El desconocido*” y otros cuentos (1976: 74), y reproduce, a modo de prueba, un fragmento de *Four-Dimensional Space*, de Arthur Bostwick, al tiempo que envía a estudios norteamericanos sobre la ciencia ficción.

Cada estudio es erudito, aunque no elija el registro de la crítica moderna. Es polifónico, porque sitúa los textos comentados en un marco histórico y en las lecturas de los especialistas anglosajones. En este caso, no hay un reconocimiento hacia el Borges teórico de la literatura fantástica; la reivindicación es para Caillois, editor de la otra antología de literatura fantástica (1958/1967); para Gardini, el francés es quien pensó este tipo de ficción reflexivamente, mientras que Borges no había elaborado teoría. Sí habría elaborado teoría desde sus cuentos o en sus artículos sobre escritores (Gardini, 2013), que sin dudar cita para enriquecer la polifonía de sus estudios posliminares para Cuentos (v. el caso de Nathaniel Hawthorne, transcripto incluso en la información de solapa).

La propuesta por Gardini / Dulce es una biblioteca abierta, que ofrece al lector y sostiene la lectura en dos momentos: el de los “cuentos” como único referente, en principio, sin más clasificaciones, y en un segundo una provisión de datos y sugerencias de lectura que, deliberadamente, constituyen una “Nota posliminar”. En ella, Gardini puede hablar de historia, de géneros, de tipos de ficción, y situar, según era su interés, los *spoilers*, esa revelación total o parcial de procedimientos y resoluciones argumentales, sin que realmente arruinen la lectura despojada inicial.

Profetas y sacerdotes

Borges y Gardini se cruzaron, a comienzos de los años ochenta, en el Concurso nacional de cuento que organizaba el Círculo de Lectores. El primero, jurado (compartido con José Donoso, Enrique Pezzoni, Jorge Lafforgue y Josefina Delgado); el segundo, como cuentista ganador. El texto favorecido, “Primera línea”, asomaba en ese año de 1982 como una alusión velada a los sucesos de la Guerra de Malvinas, aunque ese vínculo es más opaco de lo que podría pensarse.

El batallón de soldados lisiados, que inauguran unos desarrollos secretos de tecnología robótica, abren el cuento a una virtualidad compleja: el uso político de la tecnología como proyecto abortado porque - paradójicamente- fomenta la autoestima de los perdedores de la guerra; a su vez, inaugura la trayectoria de Gardini como autor de ficciones científicas y especulativas.

Unos años antes, en 1975, Borges también había hecho su paso por Torres Agüero, con dos recopilaciones: *El libro de los sueños* y *Prólogos con un prólogo de prólogos*. Gardini dirigía la colección "Cuentos", escribía -aún como autor inédito- los relatos bélicos de los que salió el texto premiado y se asomaba a un proyecto de lanzamiento popular de "literatura de género": la revista *El Péndulo*, orientada hacia la ciencia ficción. Y también Borges sacaba su *Libro de arena*. Otros cruces y superposiciones hablan de la actividad editorial intensa de esos años: Miguel de Torre, sobrino de Borges, fue quien dirigía en Torres Agüero la colección La flecha de Zenón, que incluyó *El libro de sueños* (curiosamente, ese ejemplar único quedó asimilado a la colección Cuentos), mientras figura como Miguel Ballesteros Acevedo en el colofón de BB, como persona al cuidado material de la edición.

El "espacio sacerdotal", para designarlo con los términos que Bourdieu reservó para los conservadores y custodios de la cultura (2003) puso en marcha ambas colecciones, que no se rozan con los proyectos recién mencionados. Ellas cumplen con el requisito de las antologías o florilegios: volver sobre categorías, construir el insumo de la historia literaria, en su fino envoltorio y en su canon vuelto a corroborar. No obstante, como afirmó Gardini en otra oportunidad, siempre asoman en un nuevo espacio de significación cultural para la tarea:

no tiene sentido empeñarse en atacar o defender rótulos que nos permitan encajonar cómodamente lo que en el fondo es inclasificable si de algún modo esos rótulos no sirvieran, al menos provisoriamente, para encontrar nuevas referencias o encuadres: la irreductible individualidad es muy defendible, pero a veces se viaja en coche y a veces en ómnibus (Gardini, 1981: 64)

La literatura fantástica entraba así, durante los años 70, en las instituciones formales, irradiaba desde allí - y nuevamente- hacia el mercado de

las colecciones, y se arrellanaba en dos vehículos, el privado y el compartido, o lo que es lo mismo en esta analogía: el de la obra única y particular (opción borgiana), o en la reflexión acerca del género dentro de un panorama de consumos masivos de cultura (Gardini). En cuál viajaría más cómoda parece no haber sido resuelto hasta la fecha, dada la sinuosa relación de este tipo de ficción con la academia, los circuitos cultos, los populares y otros espacios que la literatura fantástica ocupa, sin resignar ninguno.

Bibliografía

Bioy Casares, Adolfo. 2006. *Borges*. Buenos Aires, Destino.

Borges, Jorge Luis 1988. "Tlön, Uqbar, Orbis Tertius" en su *Ficciones*. Buenos Aires, Emecé [1956]

----- 1995. *Biblioteca personal*. Madrid, Alianza

----- 2001. *Prólogos de La Biblioteca de Babel*. Madrid, Alianza.

Bourdieu, Pierre 2003. "Campo intelectual y proyecto creador" en su *Campo de poder, campo intelectual*. Buenos Aires, Quadrata, 11-52 [1966]

Caillois, Roger 1970. "Del cuento de hadas a la ciencia ficción. La imagen fantástica" en su *Imágenes, imágenes*. Buenos Aires, Sudamericana, 9-47. [1958/1966]

Calvino, Ítalo 1987. Introducción a *Cuentos fantásticos del siglo XIX*. Madrid, Siruela.

Fernández Ferrer, Antonio 2001. "Presentación. Borges en su Biblioteca de Babel" en *Borges*, 2001, 7-14

Gardini, Carlos 1976. Nota posliminar a Ambrose Bierce, "*El desconocido*" y otros cuentos. Buenos Aires, Torres Agüero.

----- 1981. "Travesuras de un patafísico". *El Péndulo*. 1 (2ª. Época), mayo: 61-66

----- 2013. Entrevista realizada por Laura Cilento.

Link, Daniel 2002. "Orbis Tertius. La obra de arte en la época de su reproductibilidad digital" *Actas VIII Congreso Internacional ABRALIC 2002-Mediações*. También en *Ramona*, 26, Octubre

Louis, Annick 2012. "El rol de la delimitación del corpus en la teoría literaria. A propósito de la *Introducción a la literatura fantástica* de Tzvetan Todorov y de la crítica literaria hispanoamericana". *Babedec. Revista del Centro de Estudios de Teoría y crítica literaria*. Rosario, n. 3, septiembre, 118-142. Disponible en http://www.badebec.org/badebec_3/sitio/pdf/Louis.pdf

Piqué, Elisabetta 2000. "La revista más linda del mundo". *La Nación*, 23/8 (entrevista a Franco María Ricci)

Vázquez, María Esther 1996. *Borges. Esplendor y derrota*. Barcelona, Tusquets. ---
----- 1997. "Una rareza borgiana". *La Nación*, 17/12

O agente literário como “corretor”

Um estudo de caso sobre a literatura latino-americana e o mercado livreiro nos Países Baixos

LISA KUITERT

O trabalho editorial costuma ser visto pelos estudiosos como um processo de “abrir a porta”¹. O termo foi cunhado por Louis Coser: de acordo com sua teoria, há uma empresa – uma editora –, e essa empresa busca promover a entrada de um autor literário no mercado livreiro. O editor “abre a porta”. Parece ser um processo que envolve dois atores, o ator e o editor – e, em casos de tradução, o tradutor. Mas essa representação do processo é demasiado simplista. Neste artigo, mostrarei que a “edição” é meramente o último passo, e o mais visível, no processo total do “abrir a porta”. Há mais. O editor não opera sozinho. A edição

¹ L. Coser, Ch. Kadushin, W. W. Powell, *Books. The Culture and Commerce of Publishing*, New York, 1982.

é antecedida por um longo processo. Esse processo consiste na coleta de dados, na pesquisa, na avaliação, na negociação e, às vezes, na amizade ou diplomacia.

A “porta aberta” depende, em outras palavras, da troca de informações. Isso pode ser claramente demonstrado por meio do caso do boom latino-americano. Não estou adotando aqui a perspectiva de um dos autores célebres, mas a de um dos países de recepção. No final dos anos 1960, o boom teve lugar nos pequenos Países Baixos, com sua população, à época, de doze milhões de habitantes.

Já se fez muita pesquisa sobre esse boom – todos estamos bem conscientes disso². O que chama a atenção é que essa pesquisa foi realizada em grande parte por historiadores literários e raramente por historiadores do livro. Os estudiosos literários, a meu ver, tendem a colorir a sua história com interpretações e análises provindas de uma perspectiva teórica literária. Estudam o boom com base nos textos de autores célebres, procuram conexões inesperadas, características de gênero e temas e motivos na obra de Márquez, Vargas Llosa e assim por diante. Boa parte desse tipo de pesquisa foi empreendida também nos Países Baixos. A dissertação do hispanista Maarten Steenmeijer, de 1989, por outro lado, trata de questões de contexto. Ele compara o interesse holandês pela literatura espanhola com o interesse pela literatura hispano-americana e demonstra que este último foi muito maior. Observa que a editora Meulenhoff foi o “porteiro”³.

Um historiador do livro gostaria de examinar isso mais profundamente. Em que sentido? Não existiam, então, outros editores?

E não existiam intermediários? Como era a rede de informações? Desde o aparecimento do livro da Meulenhoff, novos arquivos se tornaram disponíveis e o papel do agente literário ficou mais evidente. No caso da literatura latino-americana nos Países Baixos, foi Henk Prins quem fundou essa empresa em

² . Sylvia Molloy, *La diffusion de la littérature hispano-américaine en France au XXe siècle*, Paris, 1972.

³ M. Steenmeijer, *De Spaanse en Spaans-Amerikaanse literatuur in Nederland 1946-1985*, Muiderberg, 1989.

1954⁴. Após a sua morte, em 1999, seu arquivo passou a fazer parte da coleção da biblioteca da Universidade de Amsterdam. Será que um estudo desse arquivo muda as nossas ideias sobre o papel fundamental da editora Meulenhoff?

Na década de 1950 havia poucos agentes literários – pelo menos nos Países Baixos –, e eles não exerciam o seu trabalho profissionalmente, como o fazem hoje. Um agente era também, com muita frequência, um tradutor, ou estava ligado a um ou outro aspecto do comércio de livros. Antes da Segunda Guerra Mundial, provavelmente não havia nenhum agente literário nos Países Baixos, pelo menos exercendo o seu trabalho como um negócio.

Henk Prins estabeleceu a sua agência com seu irmão, mas logo passou a administrá-la sozinho. Contratava todos aqueles que, como ele, dominavam diversas línguas. Prins era particularmente versado em assuntos referentes à Alemanha e estava estreitamente ligado ao círculo literário conhecido como Gruppe 47, do qual era um respeitado amigo literário. Mas aos poucos ficou claro que outra agência literária holandesa estava ativa no mercado alemão, a de Heinz Kohn. Lex Gans e Robert Harben sobressaíam de maneira especial como agentes no mercado inglês, razão pela qual Prins se voltou acima de tudo para o mundo literário francês.

As agências literárias surgiram na Alemanha, até onde se pode determinar, quando o Dr. Otto Bureau's für Vermittlung literarischer Geschäfte se estabelecem em Berlim em 1868. Elas começaram também a aparecer na Inglaterra. Pesquisas sobre cadernetas de endereços mostraram que dezenove agentes literários estavam operando entre 1874 e 1894⁵.

Em seu período inicial, o agente estava particularmente ocupado em obter contribuições para autores que escreviam em revistas e jornais, que se haviam tornado uma importante fonte de renda. Mais tarde eles passaram a se dedicar também ao suporte editorial e a servir como corretores junto às editoras. Um dos agentes mais famosos do mundo é Carmen Balcells, que representava

⁴ Archief Prins & Prins, UBA Amsterdam. Cf. L. Kuitert, "De boekenfluisteraar", em Kuitert (org.), *Prins & Prins, Makelaar in boeken. De Boekenwereld* 28, (2012) 3, pp. 130-134.

⁵ Nico Laan, "De eerste poort. Over uitgeverijen en agentschappen", em Kuitert (2012) op. cit., pp. 134-139.

Márquez, entre outros, e que, segundo a biografia de Márquez, era mais importante do que os seus editores⁶. Não há razão para supor que o agente holandês Henk Prins – que era contemporâneo de Barcells – a conhecesse, pois não se correspondia com ela.

Mas, então, ele era um tipo diferente de agente. Existem dois tipos de intermediários⁷. O agente *primário* representa especialmente os autores em negociações com os editores e em quanto se refere aos direitos de filmagem. É esse tipo de agente que vemos nos EUA; e Carmen era exatamente esse tipo de agente. O *subagente* é aquele que atua como corretor no tocante a traduções e, posteriormente, entre os editores.

O subagente tem pouco ou nenhum contato com os autores. Hens Prins era esse tipo de agente. Numa nação pequena como os Países Baixos, há pouca base para a existência de um agente primário, porque existe apenas um pequeno mercado para um livro em língua holandesa. Uma transação nada mais faria que gerar uma pequena soma de dinheiro para um agente primário. Mas para os agentes que negociam entre países, os subagentes, muita coisa pode ser feita numa pequena área linguística. Nada menos que 25 a 30% dos livros que se publicam nos Países Baixos são traduzidos, daí a escassa diferença entre o que existe hoje e o que existia na década de 1950, embora se deva dizer que durante muito tempo quase nada da literatura em espanhol ou português podia ser encontrado nas livrarias. A maioria dos livros disponíveis em tradução holandesa eram escritos originalmente em inglês, francês ou alemão. O russo e o sueco também estavam relativamente bem representados nos anos 1960⁸. Em 1933, a obra do escritor brasileiro Paulo Setúbal foi publicada numa tradução holandesa.

O escritor argentino Hugo Wast, mal-afamado pelo seu antissemitismo, também abriu o seu caminho. Sua obra foi publicada durante a Segunda Guerra Mundial pela terrível editora nacional-socialista De Residentiebode.

⁶ Biografia escrita por G. Martin, *Gabriel García Márquez. A Life*, London/Berlin/New York, 2008.

⁷ James Hepburn, *The Author's Empty Purse and the Rise of the Literary Agent*, 1968; Mary Ann Gillies, em *The Professional Literary Agent in Britain 1880-1920*; Andreas Graf, "Literatur-agenturen in Deutschland 1868-1939", *Buchhandelsgeschichte*, 1998, 4, pp. 170-178.

⁸ Levantamento em S. van Voorst, *Weten wat er in de wereld te koop is. Vier Nederlandse uitgeverijen en hun vertaalde fondsen 1945-1970*. Den Haag 1997, p. 27.

Após 1945, o número de escritores latino-americanos aumentou lentamente. Para os leitores que tinham interesse na literatura de língua espanhola, havia, a partir de 1930, a livraria Plus Ultra, na elegante Keizersgracht de Amsterdã. O estabelecimento importava livros da Espanha e da América Latina e os vendia na língua original. Quando, em 1945, a poeta chilena Gabriela Mistral ganhou o Prêmio Nobel de Literatura, a loja anunciou a obra dela nos seus catálogos. É surpreendente como esse negócio logrou sobreviver – em 2013, não há nos Países Baixos uma única livraria para livros em língua espanhola. A correspondência do editor deixa claro que era muito difícil, nos anos 1950, encontrar tradutores capazes de verter obras do espanhol ou do português para o holandês.

Em 1947 havia apenas dezessete alunos de espanhol registrados em todas as universidades holandesas juntas e nenhum de português⁹. Não raro uma tradução era feita com base na edição inglesa ou francesa. O papel do mundo da diplomacia no início da literatura latino-americana tornou-se conhecido como algo que merece um estudo mais aprofundado. Borges foi introduzido nos Países Baixos graças ao diplomata e poeta F. C. Terborgh¹⁰, que foi diplomata na Argentina entre 1953 e 1958, quando teve o ensejo de conhecer Borges. O próprio Miguel Angel Asturias era diplomata na França, como Octavio Paz o foi em vários países. Carlos Fuentes é conhecido por haver tido acesso ao mercado livreiro americano como filho de diplomata nos Estados Unidos e por ter servido de intermediário em nome dos seus colegas escritores. E não é precisamente isso que fazemos com o poeta Rufino Blanco Fombosa, que viveu em Amsterdã em 1901-1904 como cônsul venezuelano? As pesquisas no terreno dos prêmios literários também mostraram que o Prêmio Formentor, concedido a editores, foi importante para o mercado europeu não tanto por causa das regulamentações requeridas para que a obra do contemplado fosse

⁹ Statistiek Hoger Onderwijs 1948-1949/CBS, Utrecht (1952) p. 148 (Estática). Alunos na França:132; alunos na Alemanha: 36.

¹⁰ Pseudônimo de R. Flaes. Cf. Steenmeijer, 1989, p 153.

traduzida e publicada, mas especialmente porque estimulou um diálogo internacional entre os editores¹¹.

O único editor holandês que esteve representado nesse prêmio foi Meulenhoff. O problema da falta de tradutores corrigiu-se lentamente quando, nos anos 1960, a educação superior se tornou mais acessível. A prosperidade aumentou drasticamente nos Países Baixos. Esse período testemunhou também o avanço dos movimentos socialmente engajados, que se voltavam não apenas para as condições do seu próprio país mas também, e até mais, para as dos países estrangeiros. Uma dessas organizações foi a *Nederlandse Organisatie voor Internationale Bijstand* [Organização Holandesa para a Ajuda Internacional, NOVIB]. Entre 1976 e 1991, a NOVIB publicou uma série de livros nos quais estavam representados tanto escritores da Ásia e da América Latina quanto da África. Esses livros eram promovidos por pequenos partidos políticos de esquerda. A série compreendia doze títulos da literatura sul-americana, da autoria de Jorge Amado, Graciliano Ramos, Mirna Pinsky, Roy A. K. Heath, Paulo de Carvalho Neto, Jorge Icaza, Sergio Stuparich, Hugo Neira, Edgar Caíro, Eduardo Galeano, Adriano Gonzáles León, Salvador Garmendia, José Danoso, Ed Vega, Edgar Mittelholzer...

A série denominava-se “Terceiro Interlocutor”, e por meio dela se estabelecia um vínculo com os países do Terceiro Mundo. Podia-se fazer uma subscrição, o que era atraente para os trabalhadores sociais. Questionários mostravam que as pessoas queriam apoiar o projeto, mas não necessariamente ler os livros¹². O propósito básico da série era promover o conhecimento e a compreensão de outros países e culturas. O bem-estar social mais que a literatura, em outras palavras. A qualidade, na opinião dos resenhistas, não era suficientemente alta. Além disso, os livros eram atravancados por notas

¹¹ Frank de Glas, *The Literary Prize as an Instrument in the Material and Symbolic Production of Literature: The Case of the ‘Prix Formentor’ 1961-1965*. *Quaerendo*, 43, 2 (2013), pp. 147-177.

¹² Evert-Jan Hoogerwerf, *De Derde Spreker serie- romans uit de derde wereld- verzorgd en uitgegeven door Novib/Het Wereldvenster*. Onuitgegeven doctoraalscriptie KUB, 1987. Cf. Também Kuitert, *Het uiterlijk behang; Reeksen in de Nederlandse literatuur*, Amsterdam, 1997, p. 333.

explicativas e comentário por haverem sido concebido para leitores de baixo nível intelectual.

Um dos organizadores da Série Terceiro Interlocutor era Klaas Wellinga, teórico literário marxista. Em seu livro informativo *Indianen, Cowboys em Dictators. Literatuur in Latijns Amerika*, ele enfatizava o fato de o papel da literatura na América do Sul ter sido, acima de tudo, o de intermediário.

Teóricos literários marxistas achavam mais difícil lidar com escritores como Borges e Bioy Casares por não serem suficientemente esquerdistas. Esses escritores não eram representados na série. Sobre Borges: “Grande escritor, mas um careta”. Foi preciso algum tempo para que a literatura latino-americana fosse avaliada por seus próprios méritos nos Países Baixos.

Na década de 1960 houve um influente periódico sobre literatura estrangeira: chamava-se *Litterair Paspoort*¹³ e fora criado em 1946, época em que o mercado livreiro holandês estava se recuperando lentamente das consequências da Segunda Guerra Mundial. Nas primeiras décadas o editor-chefe do periódico era Adriaan Morriën, poeta que se orientava sobretudo para a área de língua alemã. Era uma presença familiar para os membros do *Gruppe 47* e amigo de Günther Grass. O periódico publicava, então, muitos artigos sobre literatura alemã. A literatura francesa também não era ignorada, e numerosas figuras literárias holandesas bem conhecidas trabalhavam na revista.

Outras áreas linguísticas recebiam uma atenção mínima, mas, curiosamente, em 1954 publicou-se um artigo substancial do poeta Louis Th. Lehmann sobre Borges. Os editores também prestaram atenção no periódico¹⁴. A partir de 1948, o *Litterair Paspoort* – o que merece séria atenção dos especialistas – passou a ser publicado por Meulenhoff. Mais tarde apareceu um subproduto dele na série “*Litterair Paspoort*”¹⁵.

¹³ Estabelecido por Allert de Lange, mas sua firma cedeu-o a Meulenhoff dois anos depois.

¹⁴ *De Aleph*, primeiro livro de Borges na Holanda, foi publicado em 1964 por De Bezige Bij. Essa editora foi vital para a fama de Borges nos Países Baixos. Parece não ser por coincidência que De Bezige Bij é também o editor de Terborgh e Lehmann.

¹⁵ . A série foi publicada pela Meulenhoff em colaboração com De Bezige Bij.

A editora Meulenhoff tinha uma notável divisão de livros importados mesmo antes da guerra e era considerada o mais importante ator *internacional* no mundo editorial. Durante o período de 1946-1970, a parte das traduções da lista da Meulenhoff chegou a quase 45% da oferta total¹⁶. O agente literário Henk Prins trabalhou na Meulenhoff como editor em seus primeiros anos e foi durante algum tempo, por trás dos bastidores, o secretário editorial do *Litterair Paspoort*. Estava então profundamente envolvido no projeto. Mas em 1952 acabou deixando a editora em consequência de uma discussão e abriu o seu próprio negócio.

Devido às circunstâncias de sua saída, negociar com Meulenhoff tornou-se impossível durante muito tempo.

Não era certo, de modo algum, que Meulenhoff emergiria como o editor de literatura latino-americana nos Países Baixos. Afinal, havia outros editores no jogo. A obra de Alejo Carpentier, Gabriela Mistral e Miguel Ángel Asturias estava em alta, mas não foi publicada por Meulenhoff¹⁷. Muitos editores tiveram participação nesse processo. Os Países Baixos foram os primeiros a prestar atenção em alguns autores, em comparação com outros países europeus¹⁸:

Asturias, *Hombres de Maíz*, 1962

Cardenal, *Salmos*, 1968

Droguett, *Eloy*, 1964

Borges, *El Aleph*, 1964

Cortázar, *Historias de Cronopios y de Jamas*, 1967

García Márquez, *La Mala Hora*, 1967

Pablo Neruda, *Veinte Poemas*, 1968

Vargas Llosa, *Le Ciudad y los Perros*, 1964

¹⁶ S. van Voorst, 1997, p. 76.

¹⁷ Inter alia. pela Wereldbibliotheek

¹⁸ Levantamento feito por Steenmeijer (1989).

De 1968 a 1972, o editor Theo Sontrop foi a força mais importante na editora Meulenhoff. Ele e seu sucessor Laurens van Krevelen estavam muito interessados em literatura estrangeira, e seu conhecimento de línguas estrangeiras era notável. Van Krevelen declarou a esse respeito que estudara francês, mas também desejara estudar espanhol. Nessa época, Fernando De Nadal dava lições de espanhol, para as quais escrevia e reproduzia o seu próprio material didático. Por via de De Nadal o jovem Van Krevelen tomou conhecimento da revista literária *Casa de las Américas*, da qual Cortázar, Vargas Llosa e García Márquez eram então consultores¹⁹.

Mas, além de um conhecimento de línguas e de uma rede de informações, uma editora precisa também de dinheiro para comprar direitos autorais. E por muito tempo isso revelou-se difícil, porque a Meulenhoff tinha pouquíssimos *best-sellers*²⁰. Foi então que o agente literário Prins reapareceu. Queria fazer as pazes com Meulenhoff, a fim de poder participar novamente de seus negócios.

Graças às suas relações com a editora francesa Laffont, conseguiu para a Meulenhoff a publicação do *best-seller Papillon*, de Henri Charrière (1969), em tradução holandesa²¹. Após a intermediação de Prins, Laffont decidiu assinar um acordo com Meulenhoff, embora tivesse outras opções financeiras disponíveis. Mas o argumento de que Meulenhoff era um editor “melhor” venceu a parada. Num curto período, venderam-se milhares de cópias do *Papillon* holandês. Prins tornou a cair nas boas graças de Meulenhoff e acabou atuando como corretor para os seguintes títulos²²:

¹⁹ Conferência de Van Krevelen, “Het wonder van de boom in Nederland en Vlaanderen”, Cuarto Congreso de la Asociación de Hispanistas del Benelux, Nijmegen, 21 de outubro de 2010.

²⁰ Cf. O levantamento de F. de Glas, *De regiekamer van de literatuur. Een eeuw Meulenhoff 1895-2000*, Zutphen, 2012.

²¹ Cartas. Cf. Também M. Asscher (org), *Ik wantrouw iedereen boven de 1.67*. Amsterdam 2006.

²² Levantamento baseado no Contratos de mapas nos arquivos de Prins & Prins. Agradecemos às estudantes Anita Blijdorp e Aline Lapeire.

Adolfo Bioy Casares

. *La Invención de Morel*

. *El Sueño de los Héroeos*

. *Dormir al Sol*

. *Plan de Evasión*

Adolfo Bioy Casares e Jorge Luis Borges

. *Seis Problemas para Don Isidro Parodi*

. *Crónicas de Bustos Domecq*

. *Dos Fantasías Memorables*

. *Un Modelo para la Muerte*

Dalton Trevisan

. *Novelas Nada Exemplares*

. *O Pássaro de Cinco Asas*

. *A Faca no Coração*

João Guimarães Rosa

. *Primeiras Estórias*

Como Prins executou o seu trabalho? Sua correspondência deixa claro que ele trabalhou ao longo de três linhas:

- Esquadrinhou revistas estrangeiras de negócios.
- Solicitou livros de editores estrangeiros, na língua original ou em edição inglesa ou francesa.
- Enviou-os a editores holandeses que lhe pareciam apropriados, especialmente na base de publicações anteriores.

- Depois, ele abordaria o editor para ver se havia algum interesse. Se houvesse, então ele propunha um contrato entre o editor original e o editor holandês.

Segundo Van Krevelen, editor da Meulenhoff, não se deve superestimar o papel do agente²³. Como editor, ele também estava bem relacionado, e muitas vezes era o tradutor que atuava como intermediário. Foi decerto o que ocorreu nos anos 1970 e depois, e o próprio Van Krevelen é o exemplo perfeito de um poliglota culto, mas o arquivo deixa claro que nos anos 1960 Prins desempenhou de fato um papel de relevo.

Além disso, a *natureza* do trabalho do agente literário é importante.

A verdadeira relevância do agente residia na maneira pela qual ele conseguia regular a oferta de livros da América Latina. Entre 1960 e 1985, 53 diferentes editoras dos Países Baixos publicaram livros de autores latino-americanos²⁴. A maioria o fez sem agente e lançou apenas um título. Quando a mediação de Henk Prins estava envolvida, pode-se ver que se podia publicar *oeuvres* (quase) completas, e não apenas títulos circunstanciais. Isso é importante para a promoção dos autores, porque as editoras que adquirem uma *oeuvre* são mais propensas a investir em um autor²⁵.

Nossa atenção se volta para esse importante aspecto especialmente nos casos em que essa regulação falhou. Não foi possível, por exemplo, manter a *oeuvre* de Miguel Ángel Asturias numa única editora. O livro de Asturias *Hombres de Maíz* foi publicado em tradução holandesa pela editora Wereldbibliotheek em 1962, quando a Meulenhoff ainda se encontrava num período de fragilidade financeira. O livro não vendeu muito bem e a Wereldbibliotheek não reagiu nos anos subseqüentes às opções do livro seguinte de Asturias, *El Presidente*²⁶.

²³ Entrevista com Van Krevelen pelas estudantes Aline Lapeire e Anita Blijdorp, 15 de novembro de 2010.

²⁴ Tessa Leeman, *Vertaalde Spaanstalige literatuur in Nederland tussen 1960 en 1995. Een onderzoek naar uitgeverij J. M. Meulenhoff en uitgeverij Wereldbibliotheek*. Tese de mestrado inédita. UvA, 2010.

²⁵ Cf. F. de Glas 2013

²⁶ Correspondência Prins, WB, Moussault, Asturias a.o

Mas em 1967 Asturias recebeu o Prêmio Nobel e a Wereldbibliotheek ficou extremamente indignada pelo fato de Prins ter ido para outra editora, e isso no dia em que prêmio foi anunciado. O editor furioso e o agente nem sequer se dirigiram pessoalmente a Asturias. Prins, contudo, tinha um contato melhor com o escritor e aconselhou Asturias a ficar na nova editora. Foi o que aconteceu. A obra de Asturias foi publicada numa variedade de impressões e a honestidade obriga-nos a dizer que essa obra nunca alcançou muito sucesso nos Países Baixos.

Revelou-se igualmente impossível manter a *oeuvre* de Casares numa única editora. *De zwijnenoorlog* (*Diario de la Guerra del Cerdo* – Diário da Guerra do Porco) foi publicado nos Países Baixos, mas não pela Meulenhoff. Também nesse caso, entretanto, a culpa não foi de Prins. A coisa aconteceu assim: Bioy Casares já estava representado na lista da Meulenhoff com alguns títulos, e isso era o resultado da atividade de Prins, que mantinha contato pessoal com Casares. Mas a obra de Casares não se tornou um *best-seller*.

Quando um exemplar de amostra do *De zwijnenoorlog* circulou pelos escritórios da editora, o editor da Meulenhoff, Sontrop, escreveu a Prins:

Espero que ele não fique muito desapontado por não publicarmos o seu *Journal de la guerre du cochon*. Seja qual for o sucesso que esse livro possa ter conhecido na América Latina e mesmo na França, não é uma obra forte, e não parece impossível que o seu sucesso na França se deva especialmente à sua ligeira semelhança com *La Peste* de Camus²⁷.

Pouco depois, Sontrop deixava a editora. Seu sucessor lamentou que a obra de Bioy Casares tivesse ido para outra editora e tentou readquirir os direitos, mas sem sucesso. O livro foi publicado (finalmente!) pela editora Agathon em 1977.

Pouco depois, Sontrop deixava a editora. Seu sucessor lamentou que a obra de Bioy Casares tivesse ido para outra editora e tentou readquirir os

²⁷ Carta de Sontrop a Prins, 13.01.1972.

direitos, mas sem sucesso. O livro foi publicado (finalmente!) pela editora Agathon em 1977.

Apesar de ocorrências desse tipo, a Meulenhoff logo passaria a ser o “porteiro” da literatura latino-americana nos Países Baixos. Graças, entre outras coisas, aos esforços organizacionais do agente literário, a editora conseguiu tornar-se a responsável pela publicação não apenas de títulos casuais mas também do maior número de obras possível. A lista latino-americana da Meulenhoff recebeu um impulso extra quando os tradutores ganharam prêmios importantes e quando contaram com a colaboração do importantíssimo Clube do Livro holandês, o ECI, o que permitiu aumentar o número de publicações²⁸. Um ponto alto foi alcançado em 1978, quando a editora lançou uma campanha nacional pela sua lista latino-americana com o suporte de um folheto sobre a literatura latino-americana. Em 1984 organizou-se outra campanha de marketing, igualmente ambiciosa.

Nos anos seguintes, a Meulenhoff continuou a ser considerada como a editora de literatura de qualidade em tradução nos Países Baixos. Em 2013, essa imagem já não é inteiramente correta. Mas para explicar isso teríamos de escrever outro artigo, visto tratar-se de um assunto de todo em todo diferente.

²⁸ Conferência proferida por Van Krevelen, 2010.

Proyectos editoriales y bibliotecas

en la conformación del socialismo y el anarquismo argentinos (1890-1905)

M. EUGENIA SIK (CEDINCI/UBA)
LUCAS DOMÍNGUEZ RUBIO (CEDINCI-CONICET)

Con el objetivo general de sistematizar y comparar las formas de difusión de las ideas anarquistas y socialistas en la Argentina de fines del siglo XIX y principios del siglo XX, estas páginas se proponen identificar los principales aspectos de los circuitos de producción y circulación de libros y folletos de la izquierda argentina durante el período de afianzamiento del movimiento obrero local. Para ello intentaremos determinar cuáles fueron los grupos que llevaron a cabo estos primeros proyectos editoriales, cuáles fueron sus objetivos e intenciones políticas, cómo buscaron organizarse y financiarse para tales fines, cuáles fueron sus preocupaciones temáticas, a qué público se dirigían y de qué manera esperaban alcanzarlo. El recorte no sólo será temporal: ya que intentaremos

centrarnos en la edición de libros y folletos, dejando de lado las publicaciones periódicas, y trataremos sólo de aquellos publicados en Argentina, sin dar cuenta de la presencia de otros folletos con gran circulación local que venían desde España, Italia y Montevideo, entre otros lugares.

Además, nos proponemos explorar las primeras bibliotecas y centros de estudios de estas corrientes y su forma de organización como complemento necesario al estudio de la difusión de las ideas militantes y educativas en general.

De esta manera, esta ponencia quiere contribuir a conjugar el conocimiento que se tiene sobre el nacimiento, consolidación y organización de la izquierda argentina con aquellos atinentes a la historia del libro y la edición en relación con la historia de la lectura, en un período que se encuentra atravesado por la ampliación del público lector, fenómeno en el que converge el aumento poblacional, la concentración urbana (en especial en la ciudad de Buenos Aires), el afianzamiento de la prensa periódica y el surgimiento de un mercado editorial que provocaron una importante modificación en la cultura popular¹.

Las investigaciones sobre los orígenes del anarquismo en Argentina durante las décadas de 1880 y 1890² resultan coincidentes al momento de dar cuenta de los nombres y acontecimientos referentes a las primeras agrupaciones. Luego de que entre 1865 y 1890 aparezcan unos pocos periódicos y organizaciones mutualistas y obreristas con lecturas socialistas nutridas de diferentes lecturas, a partir de 1890 puede comenzar a trazarse una división más clara entre aquellos grupos socialistas y anarquistas³.

En el marco de una incipiente organización obrera, el conocimiento del oficio de imprimir comienza a saberse fundamental para llevar a cabo proyectos políticos. En 1870, los tipógrafos ya publicaban los *Anales de la Sociedad*

¹ Pastormelo, S. "1880-1899: el surgimiento de un mercado editorial". En: De Diego, J. L. (dir.), *Editores y políticas editoriales en Argentina: 1880-2000*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006, p. 2.

² Abad de Santillán, D. *El movimiento anarquista en la Argentina (desde sus comienzos hasta 1910)*, Buenos Aires, Argonauta, 1930; Oved, I. *El anarquismo y el movimiento obrero*, Buenos Aires, Siglo XXI, 1978; Zaragoza, G. *Anarquismo argentino (1876-1902)*, Madrid, de la Torre., 1996; Suriano, Juan. *Anarquistas: cultura y política libertaria en Buenos Aires (1890- 1910)*, Buenos Aires, Manantial, 2001.

³ Tarcus, H. *Marx en la Argentina: sus primeros lectores obreros, intelectuales y científicos*, Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

Tipográfica Argentina, tenían su propia biblioteca y en 1878 se acuerda en que fueron los que llevaron a cabo la primera huelga del país.

Entre 1872 y 1876 se dan en Buenos Aires dos intentos por formar una filial de la Asociación Internacional de Trabajadores (AIT) en Argentina. Según estos mismos autores, puede nombrarse la existencia de un centro obrero bakunista en Buenos Aires en 1876, el cual en 1879 publica el folleto llamado "Una idea". Lamentablemente este folleto no se conserva y desconocemos cuál era esa idea. Por lo que dice Abad de Santillán, este folleto exponía los principios generales de Asociación Internacional de Trabajadores y hacía públicas cuestiones internas, incluyendo el texto firmado en Saint Imier por los bakunistas contra los marxistas⁴.

A partir de allí anarquistas y socialistas brindaron una prioridad máxima a la difusión de las ideas mediante la edición de publicaciones periódicas y folletos y el establecimiento de bibliotecas multifuncionales que mediante el intento de maximizar su alcance buscaron distintas formas de promover su efectividad. Hasta el punto tal de resultar anteriores y más exitosas que los escuálidos proyectos de interpelación a una nueva clase trabajadora en crecimiento hacia finales del siglo XIX.

Los primeros proyectos editoriales del anarquismo argentino

Según la narración que hace Gilimon en *Hechos y comentarios*⁵, los anarquistas de la década del '90 encuentran dos límites a sus ansias de editar grandes colecciones de folletos: la falta de dinero y la falta de traducciones. Mientras en un primer momento principalmente este segundo obstáculo fue salvado tomando como fuentes otras ediciones realizadas en España, este autor sostiene que las tareas de edición constituían un objetivo principal que representaba un gran esfuerzo, y cuyos resultados eran de calidad variada. Pero que, al igual que las conferencias organizadas, los folletos alcanzan gran difusión por tratarse de

⁴ Abad de Santillán, D., "La Protesta, su historia, sus diversas fases y su significación en el movimiento anarquista de América del Sur", *Certamen Internacional de La Protesta*, Buenos Aires, Ed. La Protesta, 1927.

⁵ Gilimon, E. *Hechos y comentarios*, Buenos Aires - Montevideo, Imp. B. Puey, 1911

un país carente de ofertas culturales populares. Y al menos en el caso de los sectores de trabajadores inmigrantes este conjunto de periódicos y folletos en su idioma se muestra como uno de los pocos intentos de interpelarlos⁶.

Una de las primeras formas de edición de textos por parte de los grupos de propaganda anarquista fue su publicación por fragmentos en la tirada de un periódico. Al respecto, en bastantes casos hay periódicos efímeros que dejan textos inconclusos, y luego casi todos estos títulos tuvieron con posterioridad una edición en folletos⁷. Respecto a los folletos editados durante la década de 1890 se tratará siempre de formatos pequeños con el objetivo de lograr un costo bajo. No se trataba de editores que evaluaban la rentabilidad de la inversión y hacían un análisis del posible mercado, sino que la disponibilidad de los textos y las traducciones funcionaba como una variable predominante. Se trata de títulos ideológicos, políticos, educativos y sociológicos, que son editados por primera vez en Argentina, y que no se encuentran en librerías comerciales.

Quienes llevan y emprenden la edición de libros y folletos durante la década de 1890 son círculos y grupos libertarios nucleados alrededor de una librería o una biblioteca, que efectuaban reuniones internas y conferencias y llevaban a cabo una acción propagandística centrada en la edición de periódicos y folletos. Mientras los periódicos cumplían no sólo una función propagandística, sino además constituían un instrumento de organización y comunicación que creaba a su alrededor una red de intercambios y vínculos, los folletos y libros editados contenían una preocupación teórica que ampliaba aquellas que se dejaban ver por fragmentos en algunas de las columnas de los periódicos.

El modo de financiación tanto de los periódicos como de los folletos era mediante suscripción y mediante la recaudación en los eventos culturales organizados por los círculos: conferencias, lecturas, cursos, veladas culturales, fiestas. Y eran los militantes quienes contribuían con su esfuerzo a lograr sacar los folletos. Las listas de suscriptores que habían hecho posible la edición aparecen publicadas en las últimas páginas de los folletos o en algunos casos en periódicos relacionados con los editores.

⁶ Gilimon, *op. cit.* 14 y 30-32.

Los grupos editoriales anarquistas que emprendieron estas tareas y de los cuales tenemos noticias fueron:

i) El grupo “La expropiación, Grupo de Propaganda anárquica” se encargó de la edición de *El Perseguido* durante la mayor parte de su existencia, siendo éste el primer periódico ácrata en lograr estabilidad y salir durante siete años. La Expropiación emprende durante 1895 la edición de una serie de folletos numerados llamada “Grupo de Propaganda Comunista Anárquica”. El no 1 y el no 4 pertenecen a este género de declaraciones contra los tribunales, el primero de Etievant y el cuarto de Ravachol; el no 2 y el no 3 son dos textos de Eliseo Reclús traducidos; el no 6 es un texto de Malatesta, “Entre campesinos”. Y el no 5, una conferencia de Kropotkine en París y traducida del francés. Todos son folletos de entre 16 y 32 páginas que tuvieron una tirada aproximada de 3000 ejemplares.

Respecto a la financiación, en la tapa de todos estos folletos se aclara: “Precio de este folleto: de cada uno según sus fuerzas”, y se publica la lista de suscriptores en las últimas páginas. De hecho, uno de los folletos trae una última hoja para arrancar, la cual posee una grilla para apuntar las señas y cuentas, que pueden ser remitidas a cualquiera de las redacciones de los periódicos que circulan en ese momento: es decir, *El Oprimido*, *El Rebelde* o *La Questione Sociale*. Esta última página dice “Suscripción voluntaria para publicar el folleto A mi hermano el campesino” y luego, abajo, dos columnas: nombre / cantidad. De esta manera invitan a quien lo quiera a que arme su lista de suscriptores, junte el dinero y lo envíe para colaborar con la edición e impresión del próximo folleto. Además, al final, después de las listas de suscriptores se lista lo recaudado, el costo del tiraje, el gasto de correo y el déficit. Y también, respecto a la circulación, se invita a quienes quieran repartirlos a pedir cierta cantidad de folletos.

Según Nettlau, en 1895 se editan además en Buenos Aires los dos primeros libros ácratas de toda América. Uno de ellos es *La conquista del pan*, de Kropotkine, traducido del francés con un prefacio de Eliseo Reclús. Éste aparece editado por el Grupo Juventud Comunista Anárquica, del cual participan La

Expropiación y *El Perseguido*; el esfuerzo económico es tal que cuando aparece este folleto *El Perseguido* no aparece por tres meses.

ii) El otro libro editado en 1895 es el de Jean Grave: *La sociedad moribunda y la anarquía*, con prólogo de O. Mirabeau. Quien lo edita e imprime es la "Imprenta Elzeviriana de P. Tonini, Editor", en una edición de 194 páginas abrochadas con un gancho de metal. En una primera página escrita por el editor hay un mensaje al lector: "esta obra está destinada a producir cierta revolución moral en el espíritu".

Este libro fue publicado por el obrero tipógrafo y editor anarquista Pedro Tonini, relacionado a Fortunato Serantoni, quien era propietario de la Tipográfica Elzeviriana y emprendió la publicación de una "Biblioteca de Estudios Sociales" para hacer accesibles las publicaciones extranjeras. Desde esta imprenta editó no menos de 10 títulos anarquistas entre 1895 y 1901, y unas cuantas publicaciones como *L'Avennire* y *Ciencia Social*, y era la imprenta utilizada por las ediciones de *La Questione Sociale*, las ediciones de *L'Avennire* y *La Librería Sociológica*. Aunque además allí imprimió sus folletos el grupo antiorganizacionista "Los Ácratas", y, en general, fue la imprenta no sólo donde se imprimieron la mayoría de los folletos anarquistas durante estos años, sino además algunos materiales socialistas.

iii) Dos de los principales proyectos editoriales de esta década fueron llevados a cabo por Fortunato Serantoni. Este inmigrante italiano se trasladó a la Argentina incorporándose al grupo editor de *El Perseguido*, del que se separó poco después por diferencias ideológicas. De este modo Serantoni será el impulsor inicial del auge organizador que se mostrará hegemónico de allí en más dentro del anarquismo, dando lugar a la publicación de una gran cantidad de publicaciones y folletos, como una reacción al predominio del campo que había adquirido *El Perseguido*.

Durante 1895 y 1896, Fortunato Serantoni a la par del periódico *La Questione Sociale* impulsa una Biblioteca de *La Questione Sociale*. En ella al menos se publicaron 8 títulos, de los cuales sólo dos estaban en italiano, y todos eran de formato muy pequeño y tuvieron entre 14 y 30 páginas. Dentro de esta

Biblioteca de folletos numerados, hay una pequeña colección de cuatro folletos titulada "Propaganda Anárquica entre las mujeres" ("en los que se trataran todas aquellas cuestiones que tienen relación directa con la emancipación económica, política y religiosa de la mujer"). Dichos folletos se repartirán gratis y serán costeados por suscripción voluntaria, cuyas listas se insertarán en *La Question Sociale*, dando esclarecimiento de los gastos de imprenta y de correo.

Dos de los folletos tienen a Ana María Mozzoni como autora, uno de ellos es de Soledad Santiago, uno de los primeros folletos en español como idioma original, y otro de Giovanni Rossi. Como dijimos estos folletos eran impresos en la Imprenta Elzerviriana con propaganda cruzada, ambos publicitaban los folletos editados por el otro.

Luego, entre 1897 y 1902, mientras Serantoni publica la revista *Ciencia Social*, mantiene su Librería Sociológica que funcionó como un verdadero centro de organización y edición donde se juntaba además el dinero de las suscripciones para la mayoría de los periódicos. Serantoni publica desde la Librería Sociológica dos folletos en 1898, cuatro en 1899, dos en 1900 y cinco en 1901. En el catálogo de esta librería encontramos 29 libros: tres de Ricardo Mella, tres de Tolstoi, tres de Kropotkine, dos de Arana, uno de Anselmo Lorenzo, uno de Alberto Ghirardo (primer autor argentino que encontramos como autor responsable de un folleto), uno de Bakunin, uno de Faure, uno de Grave y uno de Pellicer Paraire. Cuando esta librería es destruida por la represión posterior a la Ley de Residencia, también Serantoni es expulsado fuera del país.

iv) Los Ácratas fue un grupo individualista y anti organizacionista de Barracas que participó en la edición del periódico *El Rebelde* y se dedicó a la edición de folletos. Editó una colección de folletos numerados de propaganda libertaria, editando 12 folletos en 4 años con tiradas que alcanzaron los 10000 ejemplares. En ellos puede leerse su declaración de principios: "dañar y perturbar el orden actual de la sociedad: creando obstáculos insuperables a los gobiernos, a la propiedad, a la religión, a la iglesia". Sabemos que, al menos desde 1900, la coordinación del grupo editorial está a cargo de Ferdinando Antonini.

v) La Biblioteca Libertaria "Ciencia y Progreso" de Rosario, ligada al periódico La Verdad, edita 5 folletos entre 1898 y 1899, siendo la primera serie de folletos de que se tienen noticia por fuera de Buenos Aires.

En estos nacientes proyectos editoriales, pero también en los proyectos posteriores del anarquismo argentino, hay elementos para pensar en un ideal del militante-lector con características iluministas. El objetivo de los textos no recae en la transmisión de un credo político, principalmente se dirigen a "causar una revolución moral en los lectores". El libro tiene un contenido liberador y emancipador y como medio material sólo debe propagarse, siendo el editor el que encuentra la posibilidad de reproducirlo y distribuirlo correctamente. El libro no se ve como una mercancía y no puede hablarse de una industria editorial anarquista. Los folletos no se dirigen a los obreros especialmente, apuntaban a un lector autodidacta en busca de superación, en pos de un libre pensamiento que milita contra el patriotismo y la formación religiosa.

Por lo general, quizás con la excepción de las declaraciones ante los tribunales, se trata de textos que no son de fácil lectura, y que intentan romper con una posible distinción entre un público culto y otro popular. "Con el deseo de elevar moral y culturalmente al pueblo divulgando conocimientos que eran exclusivos de la elite. Se pone el acento en las traducciones, la presentación y un precio módico", dirá más tarde la presentación de la editorial individualista Atlas administrada por Juan Raggio. Aunque puede decirse que los folletos no son lanzados así sin más, sino que son parte de un conjunto de actividades como la lectura pública y las conferencias, que buscaban no sólo significar el texto editado sino además paliar el hiato entre los trabajadores y la dificultad de los textos. De manera que funcionan como un modo de atribuir significado e importancia a los textos editados, y a la vez tienen la intención de constituir un círculo más amplio de prácticas entre el periódico, la biblioteca, los textos, las reuniones, etc.

Hay así una concepción del libro como instrumento de regeneración y educación y de emancipación e igualdad social. Y, al menos en este primer momento, las lecturas que se proponen buscan atención y compromiso y no

poseen el entretenimiento como objetivo, apuntando a lectores que se brinden con dedicación a la lectura para buscar superarse a sí mismos.

Respecto a los temas abordados desde los folletos, ya marcamos a las declaraciones frente a los tribunales como uno de los primeros géneros editados. Mientras desde 1888 y durante toda la década de 1890, la persecución a los anarquistas se potenció en Europa, en Argentina fue un lugar donde prosperaron las organizaciones y la libertad de prensa, y recién en la década del '900 se acentuará la persecución. En general, en estos folletos, los alegatos de los militantes anarquistas contra los jueces mostraban situaciones en las que éstos eran juzgados claramente por sus ideas, donde el elemento autobiográfico de cada uno se mostraba acorde al ideal en un verdadero texto propagandístico donde la conclusión era el desprestigio de los jueces y el sistema en el que estaban involucrados, por lo que a la vez se justificaba la rebeldía.

Al mirar los títulos, ya se vislumbra el conjunto de intereses y temas que se mantienen hasta hoy: emancipación de la mujer, anticlericalismo, antimilitarismo, antipatriotismo, higienismo, medicina, educación, amor libre, sexualidad, naturismo, luchas obreras, y, más tarde, poesía, teatro, literatura. Estas preocupaciones temáticas también contienen una idealización de un lector-militante capaz de desarrollar una salud integral, física, moral y mental, para la cual la lectura se ve como condición de posibilidad.

En la década del 1900, la edición de folletos aumenta notablemente y muchos de los periódicos anarquistas los editan. Entre ellos, por ejemplo, *L'Avennire*, *El Obrero Panadero*, *El Rebelde* y *La Protesta Humana*. Max Nettlau sostiene que Buenos Aires era un centro editorial anarquista donde se publicaba y exportaba a otros países, de manera que en 1900 llegaron a editar "tantos folletos y libros de propaganda como Barcelona, máximo centro mundial"⁴.

Los editores ácratas poseen una intención moral e intelectual y no actúan con criterios empresariales y mercantiles. Hay mucha voluntad de acercar los textos físicamente a los lectores en estas ediciones sin fines de lucro. No se publicaba para financiar otras actividades, sino que se realizaban otras

actividades con el fin de recaudar fondos para financiar la tarea editorial, de modo que la edición y la divulgación de ideas funcionaban como un fin último.

El gran esfuerzo por editar se ve en la artesanidad con la que se lleva a cabo cada una de sus etapas, siendo los mismos militantes los que se encargan de la financiación del texto, editarlo, imprimirlo y distribuirlo. Al menos en estas primeras décadas, dentro de los proyectos editoriales anarquistas no existe una separación entre la figura empresarial del editor y la del impresor y el librero. Vimos al respecto los casos de Pedro Tonini (editor e impresor) y Serantoni (editor-librero).

Se trató de textos traducidos principalmente del francés y del italiano; Soledad Santiago, Emilio Arana, y, luego, Ghirardo fueron los primeros autores publicados directamente en español. Claramente hay dos autores máximamente editados que son Kropotkine y Reclús, a los que se sumarán luego Malatesta y Gori, interpretados como parte de una misma corriente dentro del anarquismo.

En la búsqueda de aquellas particularidades de las ediciones libertarias, la proliferación de actividades editoriales de grupos vinculados pero nunca subsumidos da una serie de publicaciones que no centran al movimiento y evitan que este tenga una voz unificada y una línea editorial centralizada. Esto en relación a una posible comparación con la actividad de otros partidos que tenderán a volverse más homogéneos o piensan una literatura política para una vanguardia y otra para el resto del movimiento.

Las bibliotecas obreras: librerías, editoriales, centro de estudios y militancia

Con respecto al estudio de la difusión de ideas ha sido poco explorado la proliferación de bibliotecas por parte del movimiento obrero como forma específica para la formación de los sujetos. Y es un fenómeno paralelo al florecer de la edición de folletos socialistas y anarquistas desde las últimas décadas del siglo XIX. De hecho, la polisemia recurrente de asignar como biblioteca tanto a un conjunto de folletos como a un conjunto de documentos puestos a

disposición de lectura del público, responde al mismo afán de que el obrero se forme se ilustre bajo el ideal de la cultura científica imperante en ese tiempo, apelando a un lector-militante autodidacta.

El surgimiento de las bibliotecas “obreras” se inserta en un contexto más amplio de creación de bibliotecas populares. Hasta la década de 1850, sólo existía una biblioteca pública en Buenos Aires. A partir de la política educativa de Domingo Faustino Sarmiento, quien vió en el modelo de las sociedades de lectura de Benjamin Franklin, en Estados Unidos, un ejemplo a seguir, se fomentó en el país el surgimiento de bibliotecas populares auspiciadas por el Estado, especialmente desde la década de 1870, y con la sanción de la Ley 490 y la creación de la Comisión Protectora de Bibliotecas Populares, se fundaron establecimientos en diversas ciudades del país². Uno de esos primeros emprendimientos fue la biblioteca de la *Sociedad Tipográfica Bonaerense*, que durante la década de 1880 era identificada como una de las cuatro bibliotecas más importantes de la Argentina¹⁰.

Sin embargo, después de 1876, la Comisión fue absorbida dentro de la Secretaría de Educación y virtualmente desapareció, quedando las bibliotecas libradas a la cooperación de los vecinos de la ciudades en cuestión sin que se fomenten nuevos establecimientos.

El “modelo sarmientino” de bibliotecas estaba basado en la necesidad, en primer lugar, de alfabetizar a la creciente población en nuestras tierras, y entre otras cosas sostenía que la empresa sería un fracaso sin la edición de material propio para una dichas bibliotecas. El movimiento obrero naciente también vislumbraba la necesidad de formación y educación que incluyera una formación política, para lo cual buscaron organizar sus propias bibliotecas. La falta de un organismo que sostenga bibliotecas en el país continuó hasta 1908, cuando el escenario cambió completamente en esos treinta años.

Bibliotecas anarquistas

En su estudio clásico sobre el anarquismo, Juan Suriano sostiene que “la heterogeneidad y la diversidad constituían una fuerte impronta del anarquismo local. Si embargo, existía un consenso generalizado en torno a la idea de que la función principal del militante era educar y enseñar la doctrina libertaria a los individuos, con el firme propósito de ganar adeptos para su causa y multiplicar los agentes revolucionarios. Las bibliotecas anarquistas son muchas veces descritas como salas de lectura: un salón con una mesa, donde la gente podía concurrir a leer libros, folletos o periódicos. Funcionaban como una parte más (y muchas veces, por las fuentes disponibles, no se pueden distinguir de) otros centros como clubs, círculos o grupos de estudio, formados en distintas ciudades con el objetivo de difundir el ideal libertario.

Además de la reconocida prioridad de los militantes y su tarea editorial existió una necesidad de contar con bibliotecas en el ideario anarquista, que buscaban entonces lograr ciertas características diferenciales propias. En 1904, en la tapa de *La Protesta* aparecía la siguiente diatriba contra el reconocido director de la Biblioteca Nacional, Paul Groussac. El autor, escondido bajo el seudónimo de Roque Arcadio, exponía algunos de los principales problemas, a su entender, de la institución dirigida por el célebre intelectual:

“Algo sobre bibliotecas públicas

Capital social inmovilizado

A cualquiera se le ocurre pensar que las bibliotecas están destinadas a facilitar la lectura como medio de ilustración popular; no así al ilustre Groussac, el augusto pater nosier de la Biblioteca Nacional, que ha implantado en esa un horario especialmente combinado para que la Biblioteca sea poco concurrida.

En las instituciones análogas de todo el mundo, no solamente se facilita el acceso al público a toda hora del día y casi todas de la noche, sino que se permite a los asistentes una relativa comodidad; se puede fumar -lo que aquí es prohibido- se formulan los pedidos de libros en el mismo asiento de la sala de lectura y no en la portería, y en muchas partes se puede asistir hasta en días feriados.

Tenemos en Buenos Aires un buen capital -improductivo-invertido en libros que nadie lee- alimento de las polillas y de ciertos rumiantes intelectuales que se llevan a sus casas o los retienen en su despacho durante meses.

La Biblioteca Nacional nunca ha sido honrada con la visita de un obrero, pues su horario es el de las oficinas públicas - 12 a 4- con excepción de las 2 horas de la noche- de las cuales se pierde una en espera y otra se aprovecha mal, pues ninguna lectura de provecho se puede hacer [sic] en tan poco tiempo. De modo que, no valiendo la pena molestarse a veces de largas distancias para leer poco y mal, nadie va.

Algo análogo pasa con otras bibliotecas y principalmente con las oficiales. La de los colegios y escuelas no son aprovechadas ni siquiera por los profesores y los alumnos, reduciéndose entonces a servir de *vistas* para los visitantes nacionales o extranjeros que que [sic] algunas veces *se dan el corte* de inspeccionar nuestras casas y cosas inútiles, con aires de suficiencia.

De modo que, desgraciadamente, no tenemos en esta capital centros permanentes de lectura popular, abiertos día y noche a todo el mundo.

Reina también un criterio completamente inadecuado para la adquisición de obras nuevas. Los jefes, más o menos competentes, más o menos literatos, compran los libros que quieren o que necesitan, no los que el público pide. Lo propio es que estos funcionarios tomen nota de las obras que el público solicita más a menudo y las adquieran, cualquier que sea la clase de ellas.

Ninguno de los buenos principios que pueden aplicarse para servir bien al público, se emplea en ninguna oficina oficial, cosa que a nadie extraña, porque no debiera ser así.

Bibliotecas abiertas permanentemente, donde se diera a los lectores las obras que ellos pidan, de modo que el caudal de libros se fuera formando por el mismo gusto del pueblo; esto y algo más necesitan estas costosas instituciones para dar alguna utilidad que pueda evaluarse como un justo interés del grande capital invertido constantemente en ellas y acumulando en sus estantes con desesperante esterilidad.”⁷

Aunque lamentablemente no se pueda conocer la trayectoria personal del autor (pero si se puede asegurar que era un asiduo colaborador del periódico),

⁷ La Protesta, n° 294, 11/05/1904

este artículo permite inferir la necesidad y las características que deben contar las bibliotecas: una institución pensada para la formación del pueblo en su desarrollo de las colecciones, su horario, en su orientación y disposición. Este artículo llama la atención porque para ese momento ya habían sido establecidas muchas bibliotecas ligadas al movimiento anarquista y al socialismo, y aún así este editorial sostenía la necesidad de que una institución pública mejore su orientación.

Años antes, anunciaba en *La Protesta*, para el 13 de febrero de 1898, en la *Sociedad Cosmopolita de Obreros Panaderos* (uno de los gremios de mayor importancia del período, vinculado al floreciente movimiento anarquista), la conferencia titulada “*Las sociedades de resistencia y la necesidad de bibliotecas dentro de ellas*”, dictada por Pedro A. Gallo⁸. Casi exactamente un año después, en la misma sociedad anunciaba la celebración de la conferencia de Arturo Montesano, sobre la utilidad de las bibliotecas obreras⁹.

Asimismo, en 1903, el III Congreso de la Federación Obrera Argentina sostenida por los anarquistas, además de alentar a la creación de escuelas libres, resuelve crear una biblioteca de la Federación y fomentar el desarrollo de las mismas en las distintas sociedades por oficio¹⁰.

Durante esos años, los grupos fueron fundando esas bibliotecas necesarias. Las fuentes disponibles no contribuyen a recomponer sistemáticamente la cantidad de bibliotecas, los libros, folletos y revistas disponibles ni la cantidad de lectores que las frecuentaban. Del relevamiento realizado en *La Protesta Humana* hemos podido rastrear las siguientes bibliotecas:

⁸ *La Protesta Humana*, no. 27, 13/02/1898. En el anuncio, se publicitaba, además: “Intervendrá el estudiante de ingenieros [sic] Julio Molina y Vedia con el tema siguiente: Necesidad de las escuelas libertarias en el país”.

⁹ *La Protesta Humana*, no. 109, 2/2/1901. Lamentablemente, no hemos podido rastrear alguna crónica o síntesis de ninguno de los dos eventos.

¹⁰ “recomienda muy especialmente a la Comisión Administrativa, la creación de una biblioteca destinada exclusivamente a la educación societaria de todos los asalariados. Para los mismos fines también se podrán editar folletos, recopilar artículos, dar conferencias, etc., etc. a fin de conseguir la mayor ilustración de la clase trabajadora. Así mismo [sic] se recomienda a todas las sociedades formen Bibliotecas y traten en lo posible de mejorar todo sentido la educación e ilustración de sus asociados”. Citado por Bilsky, Edgardo (1985) *La FORA y el movimiento obrero (1900-1910)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, p. 203.

NOMBRE	LUGAR	FECHA ¹¹
Biblioteca Libertaria de Rosario	Santa Fe	05/08/1900
Biblioteca de la Casa del Pueblo	Capital Federal	12/11/1899
Círculo Internacional de Estudios Sociales	Capital Federal	17/04/1898
Biblioteca de Estudios Sociales de la Plata	Buenos Aires	17/04/1898
Sociedad Cosmopolita "Unión Obrera" de Campana	Buenos Aires	17/05/1902
Casa del Pueblo de Rosario	Santa Fe	24/12/1899
Centro Miguel Bakunine	Córdoba	08/07/1900
Círculo de Estudios Sociales	Santa Fe	01/07/1899
S.O.P. [Sociedad de obreros panaderos]	Capital Federal	01/04/1900
Centro de Estudios Sociales "Los malhechores honrados"	Capital Federal	15/02/1902
Casa del Pueblo de Junín	Buenos Aires	03/03/1902
Sociedad Cosmopolita de Obreros Albañiles de La Plata	Buenos Aires	14/06/1902
Círculo de Estudios Sociales "La antorcha"	Capital Federal	26/01/1902
Centro de Estudios Sociales "El Sol" [antes, grupo Bresci]	Capital Federal	19/08/1902
Centro de Estudios Sociales de Rosario	Santa Fe	19/08/1902
Centro Obrero de Estudios Sociales de Vera	Santa Fe	01/11/1902
Centro de Estudios Sociales de Banfield	Buenos Aires	08/11/1902
Cuadro Filo Dramático "Nuevos Ideales"	Tucumán	18/07/1903
Sociedad de Obreros Albañiles de La Plata	Buenos Aires	22/08/1903
Casa Obrera Gremial [Peluqueros]	Capital Federal	22/08/1903
Centro Luz y Vida de Rosario	Santa Fe	03/10/1903
Sociedad de Oficios Varios de La Plata	Buenos Aires	17/10/1903
Sociedad General de Tabaqueros	Capital Federal	17/10/1903
Centro Obrero Cosmopolita de Victoria	Buenos Aires	07/11/1903
Centro Armonía Universal	Córdoba	07/11/1903

¹¹ La fecha corresponde a la publicación del anuncio referido a la biblioteca en *La Protesta Humana*.

Centro Obrero Cosmopolita "Carreros Unidos", en el Centro de Estudios Sociales "Emile Zola" de Zárate	Buenos Aires	14/11/1903
Sociedad de Yeseros de Rosario "La solidaridad"	Santa Fe	21/11/1903
Artisanos Unidos	Capital Federal	12/12/1903
Sociedad Obreros Zapateros. Sección Escarpinistas	Capital Federal	05/03/1904
Centro de Enseñanza Popular "Compañeros Unidos" de la Boca. En la Sociedad de Marineros y Foguistas	Capital Federal	17/03/1904
Centro Cosmopolita de Trabajadores	Tucumán	02/04/1904
Centro Popular de Enseñanza Mutua de Tandil	Buenos Aires	11/05/1904

La mayoría de estos anuncios refieren a la creación de dichas bibliotecas, solicitando la colaboración de los grupos anarquistas con donaciones, informando los horarios de atención o alguna actividad para recaudar fondos para su financiamiento. De estos pequeños avisos pueden vislumbrarse algunas características. En primer lugar, la ubicación de las mismas, ya que si bien predomina la ciudad de Buenos Aires y otros centros urbanos de relevancia (como La Plata y Rosario), podemos ver que la red se extendía a otros puntos, como otras localidades de la provincia de Buenos Aires o ciudades del interior del país. Y, por otra parte, que a partir de la resolución del Congreso de la FORA de 1903, se evidencian más bibliotecas en sociedades obreras.

Como mencionamos es frecuente, en las fuentes, encontrar que los anuncios de la formación de bibliotecas ácratas buscaban donaciones de los grupos editores de periódicos y folletos como insumo inicial para la conformación de estas "salas de lectura". Un ejemplo de dicho anuncio es este correspondiente a la *Casa del Pueblo* de la Capital Federal: "Con el fin de propender á la mayor extensión del servicio de lectura que esta biblioteca ha abierto al público, se pide á todos los periódicos y grupos que editen libros ó folletos, manden algunos ejemplares"¹²

Algunas bibliotecas eran más amplias en sus pedidos: En la biblioteca del *Centro de Estudios Sociales* "Próximamente será instalada en el mismo una

¹² LPH, no. 71, 12/11/1899, p. 4

biblioteca, abierta al público durante el día y parte de la noche, para la cual se solicitan préstamos ó donativos de libros, folletos, revistas, etc., á quien tenga y pueda ofrecerlos”¹³ Otros ejemplos del requerimiento de material son: “La Plata - Los compañeros de esta ciudad han constituido una *Biblioteca de Estudios Sociales*, donde los compañeros podrán adquirir libros, folletos, periódicos y revistas. 'Esta biblioteca, dicen, abriga los propósitos de proporcionar a los compañeros, para el mayor desarrollo del ideario anarquista (á la par que sitio donde poder reunirse, periódicos en casi todos los idiomas: Francés, Inglés, Alemán, Griego, Español, Portugués, Italiano, Eslavo, ruso, etc., etc.’”¹⁴. En Rosario, en la fundación de la *Casa del Pueblo*, también se buscaba “la formación de una biblioteca puesta a disposición conteniendo las principales revistas y diarios que se publican en el mundo”¹⁵. Mientras en el mismo tono otras piden “publicaciones de carácter obrero”¹⁶ o “publicaciones destinadas a estudiar la cuestión social”¹⁷.

En 1903, la librería Libertaria anuncia que venderá a los Centros de Estudios Sociales y Sociedades Obreras los libros de propaganda y folletos a precio de costo “no siendo menor de veinte y el pedido de pago anticipado”¹⁸. Al número siguiente, reiteran el anuncio con un nuevo ofrecimiento “lo compañeros que deseen cambiar cualquier folleto o libro por otro pueden hacerlo con solo pagar 10 centavos de recargo”¹⁹. Otro aspecto importante son los horarios de atención, pensados para la consulta por parte de los trabajadores. La citada biblioteca de la casa del pueblo anuncia que “Todos los días de 10 a.m. Hasta las 10 p.m. Está abierto el servicio de lectura.”²⁰. En un anuncio del Círculo Internacional de Estudios Sociales, avisa que la biblioteca está “abierta al público durante el día y parte de la noche”²¹. Círculo de Estudios Sociales: abierta de las

¹³ LPH, no. 33, 17/04/1898, p. 3

¹⁴ LPH, no. 33, 7/04/1898, p. 3

¹⁵ LPH, no. 74, 24/12/1899, p. 4

¹⁶ Anuncio de la Sociedad Cosmopolita “Unión Obrera” de Campana, en LPH, a.6, no. 174, 17/05/1902, p. 4

¹⁷ Anuncio del Centro Miguel Bakunine de Córdoba, en LPH, no.88, 08/07/1900, pp. 3-4

¹⁸. LPH, no. 220, 11/07/1903

¹⁹. LPH, no. 221, 18/07/1903

²⁰. LPH, a.3, no. 71, 12/11/1899, p. 4

²¹. LPH, no. 33, 17/04/1898, p. 3

ocho de la mañana a diez de la noche. Dejando en claro que se trata de todas bibliotecas que al voluntariamente carecer de formas de financiamiento estatal²² buscan otras formas alternativas para solventarse como fiestas, veladas teatrales, rifas, entre otras actividades²³.

Las bibliotecas socialistas

Aunque nos topamos con la misma imposibilidad de rastrear las bibliotecas de ideología socialista desde sus comienzos²⁴, podemos ver que la preocupación por fundarlas y sostenerlas estaba presente desde los momentos anteriores a la conformación del *Partido Socialista Argentino*²⁵.

Uno de los ejemplos sobresalientes y pioneros es el de la *Biblioteca Obrera*, instalada en el local del *Centro Socialista Obrero* de Buenos Aires. Dicha institución, fundada en 1897, cristalizó los impulsos de otros intentos anteriores de un centro para la cultura socialista como el *Centro Socialista Universitario* y el *Centro Socialista de Estudios*. Esta biblioteca, contaba en 1897 con 54 socios, 300 libros y folletos y 778 lectores en sala²⁶. Con los años la progresión del

22. Como menciona Nicolás Tripaldi, al reestablecerse la Comisión Protectora de Bibliotecas Populares, las bibliotecas anarquistas no aceptaron ser financiadas por un organismo estatal, a diferencia de las socialistas, tránsito marcado por tensiones, como las esboza el autor. Tripaldi, Nicolás M., (1997) Origen e inserción de las bibliotecas obreras en el entorno bibliotecario argentino. En: *Librería*. Buenos Aires. a.1 n° 1, p. 31

23. En la Casa Obrera Gremial, de los barberos, se estableció una peluquería cuya ganancia iba a estar destinada al periódico *El Barbero* y la "Biblioteca Obrera", LPH, no. 232, 03/10/1903.

24 Muchos de los ejes trabajados en este apartado se deben al aporte de Nicolás Tripaldi, quien ha investigado el desarrollo de las primeras bibliotecas del Partido Socialista. Algunos de sus artículos son: Tripaldi, Nicolás M. Las mujeres de la política, los niños de la calle y las bibliotecas. En: *Información, cultura y sociedad*. Buenos Aires n° 7, 2002, p. 81-101; Tripaldi, Nicolás M. Origen e inserción de las bibliotecas obreras en el entorno bibliotecario argentino. En: *Librería*. Buenos Aires. a.1 n° 1, 1997, p. 22-37. Los socialistas, de hecho, se atribuyen para sí el mérito de este tipo de instituciones, que tuvieron un desarrollo más prolongado. En una semblanza de algunas de las bibliotecas más representativas, en 1916, desde las páginas del periódico partidario se aseguraba que "El origen de las bibliotecas y centros de cultura popular de la capital federal data de la época de la fundación del Partido Socialista. Antes de esa época, unos veinte años atrás, no había sino dos o tres bibliotecas obreras" En: "Las bibliotecas obreras y socialistas de Buenos Aires". *La vanguardia*, 24/02/1916.

25 Un ejemplo de ello es que, en la sede del club *Vörrwarts* (uno de los grupos que contribuiría a la consolidación del socialismo vernáculo) funcionaba una biblioteca. Esa tarea fue evidente desde el comienzo, ya que el que sería el periódico partidario, *La Vanguardia*, editorializa lo siguiente en el año de su lanzamiento: "Pero fuera de la acción política, necesitamos contribuir a levantar el nivel intelectual de la clase trabajadora, y para eso cada centro obrero debe ser un centro de instrucción, en que lo mismo se pronuncien discursos y se lean conferencias, que se enseñe a leer al compañero que no ha aprendido aún" (Giménez, 1927: 60).

26. Solari, Juan Antonio. *Biblioteca Obrera "Juan B. Justo"*. 80 años al servicio de la cultura popular. Buenos Aires, s./r., p.10

movimiento del material es abrupta, como lo demuestra el cuadro debajo. En cuanto al contenido, lo más leído “en su gran mayoría de Ciencias Sociales, Ciencias Naturales e Historia”²⁷.

Años ²⁸	Concurrentes a la sala de lectura	Total de libros leídos
1898		490
1899		1137
1900		1398
1901		1706
1902	2439	2198
1903	4338	2731
1904	3988	2433
1905	3106	2125

El horario de atención era por la noche (de 8 a 10) y también los domingos y feriados de 4 a 6. El reglamento inicial, redactado por la comisión fundadora, describía la forma de funcionamiento de la misma:

“Artículo 1° - La cuota social que corresponde a cada socio de la Biblioteca es de un peso moneda nacional por trimestre adelantado. Art. 2° - Deja de ser socio quien no pague un trimestre. Art. 3° - La biblioteca será administrada por una Comisión compuesta de tres miembros, elegida por simple mayoría, los que se repartirán los cargos pertinentes a su tarea. Art. 4° - La Comisión debe presentar un informe semestral. El tiempo de su nombramiento es ilimitado. Art. 5° - Los fondos de la Biblioteca serán empleados en la adquisición de libros,

27. “El local del Centro Socialista Obrero de Buenos Aires”. En: Almanaque Socialista de la Vanguardia para 1903. Buenos Aires, 1902. A pesar de tener estos datos, lamentablemente no poseemos números de quienes consultaban la biblioteca, fuera de los socios, pero creemos, en vista a la cuantiosa cantidad de volúmenes contabilizados como registrados, que los lectores excedían ampliamente la cantidad de socios.

28 Las bibliotecas obreras y socialistas de Buenos Aires. En: La Vanguardia, 24/02/1916

folletos, y suscripción de periódicos que convengan a la instrucción de la clase trabajadora. Art. 6° – Los libros y los periódicos de la Biblioteca estarán a disposición de quienes quieran utilizarlos, pero sólo los socios tendrán derecho a llevarlos a sus casas por un tiempo determinado.”

Como vemos, el modelo de organización era distinto de las bibliotecas anarquistas, por un lado, el financiamiento se hacía mediante la cuota, además de la existencia de este reglamento que establece pautas más estrictas de funcionamiento. En una semblanza por sus 80 años de funcionamiento Juan Antonio Solari alude a los diferentes públicos que concluían a la biblioteca, incluyendo los jóvenes aunque no se puede determinar si las aseveraciones correspondían al período estudiado.

Si el Centro Socialista obrero era una institución central en el entramado de los núcleos del partido, “viene a ser como el corazón de donde refluye la vitalidad para todas las demás partes”²⁹. La predominancia de la misma en los anuncios relativos a la misma en el periódico partidario, dan cuenta de esa centralidad. Dos años después se funda otra institución paradigmática del Socialismo, la “Sociedad Luz” de la mano de un ferviente impulsor del desarrollo de las bibliotecas, Angel Giménez, quien además se encargó de sistematizar los conocimientos bibliotecológicos de la época, especialmente desde finales de la década de 1910. Al respecto sostiene Américo Ghioldi en la introducción a uno de los folletos de Giménez dedicado a la práctica bibliotecaria:

“En todo núcleo de población, aparte de la iniciativa oficial que es no pocas veces la manera de cumplir un rito, surgen grupos animosos de hombres que sienten y comprenden el valor de una biblioteca pública para sí y para sus compañeros y covecinos. No saben como se organizan ni tienen noción alguna sobre la didáctica de las bibliotecas. Algunas pocas y sumarias indicaciones y sugerencias son suficientes para que los iniciadores de la organización popular puedan desarrollar su papel con eficacia insospechada.”³⁰

29. “El local del Centro Socialista Obrero de Buenos Aires”, *op.cit*

30. Ghioldi, Américo. Prólogo. En: Giménez, Angel. *Nuestras bibliotecas obreras*. Buenos Aires: Sociedad Luz, 1932.

Giménez no dudaba, por otra parte, de la importancia de las bibliotecas a pesar de la proliferación de proyectos editoriales más accesibles para el pueblo:

“democratizando el libro y puesto al alcance de todos los bolsillos, difundiendo la lectura con las revistas y los suplementos de los grandes diarios, algunos pretenden que las bibliotecas están siendo desertadas. Craso error, si alguna vez eso se produce, es porque las personas que las dirigen no las saben movilizar, darles vida; o quieren remontar el río contra la corriente, contra los gustos y las necesidades del público”

No poseemos en el caso anarquista un sujeto que encarne las mismas preocupaciones bibliotecológicas de manera continuada, que incluyeron recomendaciones prácticas de desarrollo de colecciones, catalogación y clasificación, limpieza del material, organización de actividades de extensión y métodos de dinamización de bibliotecas.

Además, el partido socialista se vanagloriaba de poseer una biblioteca en cada uno de sus centros socialistas obreros que fundaba alrededor de todo el país, y aunque desconocemos su fecha de creación, los socialistas poseían una Comisión de Fomento de Bibliotecas del Partido Socialista, creada por el Comité Ejecutivo, lo muestra una mayor institucionalización y centralización partidaria.

Recapitulación

En este trabajo exploratorio pudimos dar cuenta de los múltiples y variados esfuerzos que a pesar de las enormes dificultades económicas buscaron difundir ideas contestarias. Las formas de organización fueron diferentes, y los pequeños y dispersos grupos anarquistas se contraponen a los grupos socialistas que centralizaron sus experiencias con el establecimiento del *Partido Socialista*. Las experiencias político culturales, como la edición de folletos y la creación de bibliotecas se encontró atravesada por esas características, y es por eso que en el espectro anarquista podemos encontrar una prolífica y heterogénea edición de folletos alrededor de una serie de temáticas comunes, aunque sus duraciones hayan resultado cortas. Las bibliotecas, o salas de lectura, o Centros de Estudios

en los diversos puntos de país, tuvieron un peso específico menor, por lo que puede verse en la prensa, ya que solo se encuentran noticias aisladas sobre la fundación de las mismas. Lamentablemente no poseemos información sobre su funcionamiento, cuántas personas acudían, sus catálogos, y las bibliotecas anarquistas cuyos esfuerzos perduraron (incluso hasta nuestros días) fueron fundadas posteriormente.

En el caso del socialismo, la edición de folletos contó con menos títulos y menos líneas editoriales, pero con bibliotecas que dejaron más fuentes para vislumbrar su vida interna y que continuaron, se multiplicaron y se fortalecieron en los años inmediatamente posteriores, las cuales algunas persisten hasta la actualidad; cumpliendo, como ellos mismos enarbolaban, el ideario sarmientino de la creación de bibliotecas populares.

Como marca Degiovanni a partir de la colección que encabeza Manuel Rojas³¹, los emprendimientos editoriales solventados por el Estado en parte son producto de dar intentar contraponer una voz oficial a la eficacia y alcance lograda por las ediciones económicas y contestatarias. Resulta sencillo redundar en la importancia con la que los propios militantes enfocaban su atención en la lectura en común, las conferencias, las bibliotecas y la publicación de folletos y periódicos. Las coincidencias temáticas a partir de los textos editados pueden ser sintetizadas en el intento izquierdista de lograr una educación integral de los trabajadores militantes, y no sólo una nacionalización y normalización de las masas. Por el lado del anarquismo intentamos ilustrar las distintas tácticas y estrategias utilizadas para agilizar con esfuerzo las ecuaciones entre las suscripciones y lograr una productividad económica únicamente para que los ingresos sean reinvertidos en multiplicar las ideas. El socialismo logró un nucleamiento de publicaciones alrededor de los cuales se ubican sus dirigentes e intelectuales como grandes productores de artículos ligados a su legitimidad.

³¹ Degiovanni, F., *Los libros de la Patria*, Buenos Aires: Beatriz Viterbo, 2009.

Ingresar a las letras de imprenta:

el nacimiento del escritor, entre memorias y ficciones

MARGARITA PIERINI (UNQ, ARGENTINA)

Hay una escena inolvidable entre las que presenta esa novela en tantos sentidos modélica —como señalaba tempranamente José Martí al hacer el elogio de su autora, Louise May Alcott¹—: en *Mujercitas* (*Little Women*, 1868), una de las cuatro hermanas March, Jo, la “intelectual” de la familia, envía un relato a un concurso organizado por una revista dirigida al gran público. Después de semanas de ansiedad, un día el correo le trae un sobre de donde caen los cien dólares del premio asignado, y, sobre todo, el texto impreso con su nombre. El episodio, que ficcionaliza una experiencia de la escritora², puede ser leído en

¹ “Tan sanos y vigorosos son sus libros que no los leen sólo los niños con delicia, sino que la persona mayor que comienza uno, ya no sabe dejarlo de la mano. [...] Allí chispea la vida, sin imágenes vanas ni recias descripciones; la virtud se va entrando por el alma según se lee, como se entra el bálsamo por la herida” (Martí 2003: 1001).

² “Enviaba sus cuentos por docenas a los diarios, por si se los querían imprimir [...]; hasta que un día de nieve se encontró, al volver de sus lecciones, un poste donde decía en letras muy grandes: “Bertha”, novela nueva por la autora de “Las primadonnas rivales”. La familia entera fue en procesión a ver aquel poste, que

serie con otros tantos casos que, en el registro de las autobiografías o de las narraciones novelescas, presenta y destaca bajo una luz particular ese momento de iniciación, de descubrimiento —por parte de los otros— del valor de la palabra escrita de alguien hasta entonces oscuro o desconocido o invisible.

En las memorias y en las biografías de escritores aparece como un tópico la (auto)imagen de *el lector con el libro en la mano*, en palabras de Silvia Molloy (1996): representaciones que pretenden dar cuenta del universo de lectura al que aluden esas imágenes, cargadas de significaciones (¿somos lo que leemos?). En otra versión de esa imagen, el libro que acompaña al autor pertenece a su propia obra, con la que quiere retratarse para definirse a los ojos de su mundo, para marcar su pertenencia a la ciudad de las letras.

Sobre esta imagen queremos detenernos aquí, para analizar la relevancia que cobra en la biografía del escritor el momento de su primera publicación, y las circunstancias que acompañan y hacen posible ese ingreso a la letra impresa. En la novela de su propia vida que gustan de escribir los autores desde los inicios de la Modernidad, suele haber varios nacimientos que jalonan esa historia. El acceso a la letra impresa es uno de ellos.

Como hipótesis de trabajo, nos planteamos que el desarrollo de la prensa, desde mediados del siglo XIX en nuestro continente, es el factor determinante para abrir las fronteras de la ciudad letrada a sectores hasta entonces invisibilizados o marginados: las mujeres, los grupos subalternos, los *outsiders* de la sociedad. Para este trabajo nos centramos en algunos episodios que corresponden a las letras argentinas entre mediados del siglo XIX y las primeras décadas del XX.

1. Partimos de **Sarmiento** (¿podría ser de otra manera?). A los 30 años, Domingo F. Sarmiento (1811-1888) había ejercitado ya su pluma abundantemente en San Juan, su ciudad natal —entre otros espacios, en *El Zonda*, el periódico de su creación (1839). Pero cuando llega a Santiago de Chile, en su segundo destierro (1840), ya no se resigna a ser un desconocido minero y maestro de sus compañeros de trabajo, como años atrás. Y el terreno que elige

era la lengua primera de la fama, y arrancó los jirones del cartel, que guardan aun piadosamente las hermanas" (Martí 2003:1000).

para empezar a construir allí su perfil público es, precisamente, la prensa. Elige también —y no por azar— un tema y una fecha. El 11 de febrero de 1841 publica en *El Mercurio* un artículo sobre la batalla de Chacabuco (1817) que es un homenaje al General San Martín, cuya figura se había visto cuestionada y poco a poco oscurecida por las facciones en pugna, tanto en Chile como en Argentina. El joven periodista firma: *Un Teniente de Artillería en Chacabuco*. Realiza así un doble homenaje: el público, al Libertador de Chile; el privado, a su padre, don Clemente Sarmiento, que había integrado las filas del ejército de los Andes. En los *Recuerdos de Provincia* (1850), el relato de la publicación de aquel primer artículo en la prensa chilena ofrece todo el suspenso que sabe manejar Sarmiento: el anonimato de su autoría, el temor a ser juzgado por “una masa enorme de hombres desconocidos”, las noticias favorables que le llegan a través del único amigo que está en el secreto, los comentarios que se multiplican en los corrillos de la sociedad y en los lugares de reunión, como es el teatro.

El éxito fue completo y mi dicha inefable, igual solo a la de aquellos escritores franceses que, desde la desmantelada guardilla del quinto piso, arrojan un libro a la calle y recogen en cambio un nombre en el mundo literario y una fortuna. *Si la situación no era igual, las emociones fueron las mismas* (Subrayado MP). Yo era escritor por aclamación de Bello, Egaña [...] jueces considerados competentes. ¡Cuántas vocaciones erradas había ensayado antes de encontrar aquella que tenía afinidad química, por decir así, con mi presencia! (Sarmiento 1981: 293).

Bautismo en las letras y en la vida pública, que trasciende así las estrechas fronteras de su ciudad natal. Más aun: el artículo será su tarjeta de presentación cuando, pocos años más tarde, durante su viaje a Europa, visite a San Martín en Grand Bourg, su casa de campo en las afueras de París. De acuerdo con sus *Memorias*, la apología del militar sudamericano que ofrece el artículo logrará que se le conceda cierto reconocimiento: se lo restablece en el escalafón como capitán general del ejército chileno y se le levanta una estatua ecuestre (Sarmiento 1961: 107).

2. **Eduarda Mansilla (1834-1892).** La novelista argentina, a quien se presenta habitualmente a partir de sus lazos familiares —hermana de Lucio, sobrina de Juan Manuel de Rosas— se mueve en el ámbito de la diplomacia acompañando a su esposo, Manuel García, en sus misiones a Estados Unidos y a Francia, entre otras. Había publicado en Buenos Aires, bajo el seudónimo de *Daniel*, las novelas *El médico de San Luis* (1860), y *Lucía Miranda* (1860). Pero es en París donde encuentra su consagración con *Pablo o la vida en las pampas*, que aparece en francés en 1869, firmado como *Mme. Eduarda M. de García*. Y esa consagración le llega de manos, nada menos, que del *Pontífice del Arte*: Victor Hugo. Entre los autógrafos de muy variados orígenes que coleccionaba el editor Carlos Casavalle y que se conservan en el Archivo General de la Nación, en Buenos Aires, se encuentra esta carta manuscrita que transmite la emoción de la escritora:

Mi amada madre: Su hija ha obtenido del Pontífice del arte la siguiente carta.

Y transcribe la nota:

Hauteville Park, 14 janvier 1870.

Madame:

Votre livre m'a captivé, je lui dois des heures charmantes et bonnes. Vous m'avez montré un monde inconnu. Vous écrivez une excellente langue française et c'est un intérêt profond de voir votre pensée américaine se traduire en notre langage européen. Il y a dans votre roman un drame et un paysage; le paysage est grandiose, le drame est émouvant.

Je vous remercie, madame, et je mets à vos pieds mes hommages.

*Victor Hugo*³.

En este caso, el bautismo llega a partir de la bendición —para continuar con el campo discursivo— de quien es considerado la gran figura de las letras

³ AGN, Sala 7, Legajo 2291, Autógrafos Colección Casavalle.

contemporáneas. Pero tampoco aquí es casual la elección del padrino: Victor Hugo es reconocido por su obra literaria a la par que por su postura política contra Napoleón III, que le ha valido el destierro; para los latinoamericanos, en particular, su clara oposición a las aventuras imperiales sobre el México republicano eleva aun más su figura, ya no solo en el plano de las artes.

Para Eduarda, el elogio de Victor Hugo la sitúa en el ámbito de las letras universales. Sin embargo, para transmitir su orgullo y su contento elige el espacio de lo privado: la breve carta a su madre, Agustina Rozas de Mansilla. Una destinataria que, a pesar de no estar inserta en el ámbito de la literatura, tiene —se deduce— la solvencia cultural para comprender la dimensión del espaldarazo recibido.

3. Delfina Bunge (1881-1952). Perteneciente a una familia de la élite intelectual y económica cuyos integrantes se destacan en diversos campos de las ciencias y de la política, Delfina se inicia en las letras escribiendo en francés, un rasgo habitual entre las mujeres de su clase y de su época. La escena inaugural de su incorporación a la letra impresa, que nos llega a través de los pasajes de su *Diario* seleccionados por su nieta, Lucía Gálvez, se produce, pues, en un idioma ajeno y en un país distante. (Pero, acotemos, no es ajeno ni distante para la incipiente escritora). En 1904 la revista *Femina* había organizado un concurso con el tema “*La jeune fille d’aujourd’hui, est elle heureuse?*”. Entre los 200.000 trabajos presentados, casi todos de escritores franceses, Delfina obtiene el tercer lugar. Anota en su *Diario*: “Desde el primer borrador iba a abandonarlo, pero a mamá le encantaron las páginas que le leí y lo mandé casi obligada. Tener un tercer lugar es mucho, requete (sic)⁴ mucho para mí... *la petite sauvage de l’Amérique du Sud*” (en Gálvez 2000:208).

El éxito obtenido tiene repercusiones diversas: dos populares revistas porteñas, *Caras y Caretas* y *PBT*, le proponen hacerle una entrevista que se publicaría con su retrato, pagándole su participación. Pero la familia se opone:

⁴ En su *Diario* Delfina alterna las expresiones más coloquiales del habla común con las expresiones en francés, en este caso con su punta de ironía al asumir la mirada del europeo sobre los latinoamericanos.

escribir es una tarea privada, y publicar, algo que expone, justamente, a volverse una figura pública (con todas sus implicancias). Un sentimiento que verbaliza una de sus tías, de acuerdo con el testimonio familiar: “Eso es lo que te pasa, m’hijita, por ponerte a escribir!” (ibid.: 210.)

Podríamos considerar que el tono menor con que Delfina registra su ingreso en la ciudad letrada (¡y en la Ciudad Luz, nada menos!) se debe a una conducta regida por los principios religiosos que ella practica: humildad, sencillez, rechazo de las vanidades humanas. Pero al mismo tiempo, no hay que dejar de lado el peso de una sociedad que prescribe para las mujeres, en esos comienzos del siglo XX, la discreción, el borramiento que aporta el seudónimo, la no apropiación de un triunfo en un campo que les debe seguir resultando ajeno, para no afrontar los siempre peligrosos espacios de la vida pública.

Los de Boedo: Roberto Arlt, Alberto Pineta, Elías Castelnuovo

Enumeramos en serie estas tres figuras contemporáneas por lo que tienen en común, además de su coexistencia —al menos parcial—, durante un periodo de sus vidas. Los tres representan a esa clase que, desde sectores subalternos y escasamente adiestrados en el *habitus* de los intelectuales, se hacen un lugar a través de su obra, a favor del mundo de la prensa periódica y del mercado que requiere de insumos cotidianos para sus columnas. Los tres son, también, en alguna medida, extranjeros en este universo: Arlt, porteño pero hijo de inmigrantes pobres, en cuyo hogar el castellano es una lengua ajena, de recién venidos; Pineta, el joven provinciano que llega a Buenos Aires y la sueña a sus pies; Castelnuovo, el obrero uruguayo de mínima escolarización formal, pero que aprende al pie de la linotipo las disciplinas más arduas⁵.

Empecemos por **Roberto Arlt** (1900-1942), que relata, como parte de su *novela de un joven pobre*, los pasos que lo llevan a acercarse a la casa de un vecino de su barrio, el popular escritor Soiza Reilly, para presentarle “algo que

⁵ “Leyendo los originales que desfilaban por el atril [de la linotipo] concluí por licenciarme de médico teórico o nominal sin asistir jamás a ninguna clase en la facultad del ramo. [...] Estaba tan empapado que, a solicitud de uno de los tantos clientes, me atreví a escribir una de las tantas tesis, con la cual él obtuvo finalmente su diploma de doctor en medicina” (Castelnuovo 1973: 77).

[ha] escrito”, un cuento titulado “Jehová”⁶. El cuento aparece el 24 de junio de 1918. Así relata años después su autor aquel momento inaugural:

[Esa mañana] el autor va a todo escape a un quiosco y compra la revista. Efectivamente, allí está lo suyo, una columna de tipo pequeño y apretado, y arriba su nombre, su propio nombre y apellido. ¿Es posible? ¡Su propio nombre! Y en letras de imprenta y como título de honor, el “Prosas modernas y ultramodernas”. Pero entonces... ¡puede escribir... es un talento...talento...geniazo! (en Saitta 2000: 21).⁷

Como en Sarmiento —su par en tantos aspectos— la letra impresa se convierte en espejo de sí mismo, el que le revela su verdadera identidad. ¿O la construye?

El periodista y escritor **Alberto Pineta** (1906-1971) llega a los veinte años a Buenos Aires desde su natal Catamarca, donde ha iniciado su carrera literaria en revistas culturales y diarios de la provincia. Sin embargo, en sus memorias, el ingreso a las letras estará fechado en el día en que aparece su primer texto en la gran capital. El pasado provinciano aparece como una prehistoria, brevemente mencionada, cuyas huellas han quedado casi borradas en el tiempo. En cambio, quedan grabados todos los pasos, todas las emociones de su presentación ante el director del diario *La República*. A su pedido, narra, “le tendí mi primera composición escrita en Buenos Aires, *La obrerita*. El papel, un tanto arrugado, me tembló en las manos” (Pineta 1962:27). Ante la promesa de la publicación, desborda su fantasía y hasta los anuncios comerciales de la gran ciudad cobran vida para unirse a su celebración:

Cuando salí a la calle, la ciudad era nueva para mí. Me sentía un poco dueño de ella. [...] Y cuando pasé frente al mágico aviso móvil de la botella y la vi inclinarse y llenar de burbujeante vino de roja luz de neón la delicada copa, también vi, y puedo jurarlo, un hermoso rostro de mujer

⁶ Cabe señalar que el texto se ha perdido, sustraído del número correspondiente de la *Revista Popular*, en la Biblioteca Nacional de Buenos Aires, posiblemente por mano de algún sagaz coleccionista.

⁷ El texto pertenece al aguafuerte “Este es Soiza Reilly”, publicado en *El Mundo*, 31 de mayo de 1930. Tomamos la transcripción de Saitta (2000) en su biografía de Roberto Arlt.

que me miraba intensamente y que, tomando el cristal, brindaba por mi suerte (ibid. 28).

Las *Memorias* de **Elías Castelnuovo** (1893-1982) recorren una vida extensa y variada en sus múltiples actividades: vendedor ambulante, obrero, maestro de institutos correccionales, militante político. Escritas cuando ya alcanzaba los 80 años, se mencionan como al pasar algunos relatos que le valieron diversos premios. Pero lo que recuerda como su verdadero nacimiento como escritor, su “primer parto intelectual”, es la publicación de su novela *Tinieblas* (1923). A partir de ese momento, convencido de que podrá vivir de la pluma, si la suerte lo acompaña, abandona su trabajo en una imprenta y se dedica a esperar las repercusiones de su libro, en una vigilia de armas de reclusión y ascetismo que va limando su confianza a medida que pasan los días sin que aparezcan los ecos esperados —a saber, las habituales reseñas, notas, entrevistas.

La respuesta llegará por la vía menos prevista: a través de una audición de radio, ese *descubrimiento sensacional*, dice Castelnuovo, que apenas se estaba instalando en la Argentina. Entre los ruidos del receptor, alcanza a escuchar una voz

que hablaba de literatura, y se refería a un libro recién aparecido. Hablaba seriamente, conteniendo su emotividad, pero con pasión. Se veía que el libro lo había sacudido con violencia. Cuando terminó de hablar, hizo una pausa y le envió un saludo al autor que se esparció vibrando por el éter. Pues bien. El libro al que aludía esa voz del más allá era *Tinieblas*. Me quedé estupefacto. (Castelnuovo 1973: 113).

El *artefacto diabólico*, rodeado de un halo de misterio, se le aparece como el transmisor de un mensaje personal que le hace llegar un enviado de la Providencia. A partir de allí se multiplican las cartas que saludan al nuevo escritor, a quien se compara con los grandes: Gorki, Dostoievski, Knut Hamsun. A los homenajes que le ofrecen figuras consagradas del campo intelectual de esos años —Ingenieros, Gálvez, Payró—, se le suma, desde la distancia, la de otro

célebre escritor que establece semejanzas y diferencias con los maestros señalados:

—Mirá lo que dice Monteiro Lobato — dialoga Castelnuovo con un amigo escéptico.— ¿Sabés quién es Monteiro Lobato? Dice: “*E indudavel a semelhanza com o Gorki e com o Dostoievski, pero você e mais artista que eles*”. Y vocé soy yo. ¿Qué te pensás? ¿Que no comprendo el brasílero? (Castelnuovo 1973: 115).

Victoria Ocampo (1890-1979)

Las lecturas de Victoria y la función que les asigna de sustituir o completar la vida que puede vivir entre los límites de su tiempo, su género y su clase, son un tema que han abordado con especial lucidez los estudios de Molloy (1996) y Mizraje (1999). Su papel como mediadora cultural, mecenas, editora, es bien conocido. Nos interesa aquí recordar sus inicios en la letra impresa y el lugar que ocupa ese momento fundacional en sus recuerdos. Muy joven publica, sin firma, un par de poemas en francés en el diario *La Nación* (1908). Pero el episodio que la marca, y que evoca una y otra vez en sus escritos, es la creación de su primer libro, *De Francesca a Beatrice*, donde la historia de los amantes de Rimini es recreada desde su propia pasión, reprimida y clandestina⁸. En su relato, antes que la emoción de ver finalmente su obra editada por la Revista de Occidente —gracias a los buenos oficios de su maestro y admirador Ortega y Gasset— lo que expone son las advertencias, juiciosas y prudentes, con que un amigo escritor, vinculado con la familia, la previene contra su sinceramiento, la exposición de su intimidad ante el público lector. Y, paralelamente, las críticas del maestro de la crítica, Paul Groussac, por atreverse con un tema y un género —Dante y el ensayo— que corresponden tradicionalmente a los hombres.

Groussac me reprochaba mi pedantería (¡). ¿Por qué demonio se me ocurría echar mano de Dante? Se burlaba de mi elección y me aseguraba que si realmente sentía picazón literaria (picazón que consideraba a las claras

⁸ El volumen III de su *Autobiografía* está dedicado en su mayor parte a la historia de esa relación.

eminentemente masculina) más valía elegir temas “personales”. (Ocampo 1982: 106).

En su relato, la historia de la publicación del libro que finalmente sale a la luz queda sintetizada en pocas líneas: “Escrito en francés [el tomito de la *Revista de Occidente*] fue traducido por Baeza (en prosa almidonada) y lanzado por Ortega y Gasset” (ibid. 108).

A diferencia de los episodios anteriores, no hay aquí —o al menos se escamotea en el recuerdo— la experiencia de iluminación, de nacimiento a una vida nueva, en el mundo de las letras. Publicar se experimenta como una forma más de la lucha —largamente vivida y narrada por Victoria— por hacer reconocer su libertad de pensamiento, su espacio de creación en igualdad de condiciones a las de sus colegas masculinos. Si en todos los casos antes expuestos el novicio apelaba a la figura de un Padre y Maestro que le abriera las puertas del mundo de la letra impresa y le otorgara el espaldarazo del reconocimiento, aquí la intervención de esos Padres no hace más que reforzar la carga condenatoria y represiva contra la que Ocampo se enfrentó a lo largo de su vida.

Apuntes finales

Estos episodios de iniciación son apenas una breve muestra que podría extenderse largamente, y resulta estimulante imaginar en paralelo, o en redes que se entrelazan, las historias análogas que ofrecen nuestras literaturas nacionales. (Sería una línea especialmente productiva en los estudios comparatísticos relacionar esos relatos de *nacimiento intelectual*).

De los casos aquí presentados se desprenden ciertas tipologías: el extranjero que se abre camino —en las letras y en la política—, el joven provinciano en su conquista de la gran ciudad, el obrero que supera un destino de incultura y oscuridad, la mujer que se debate entre el lugar discreto recomendado para su género y su clase y el deseo de hacer visible su palabra en la escritura. No parece casual que quienes registran bajo una luz especial en sus memorias ese momento liminar de su primera publicación, definido míticamente

como un nuevo nacimiento, sean los habitualmente marginados de la Ciudad Letrada: las clases populares, los provincianos, las mujeres. El ingreso a este nuevo mundo no se logra sin esfuerzo, sin poner el cuerpo. Por eso estos relatos dan un lugar especialmente relevante a la expresión de los sentimientos: inquietud, enojo, ansiedad, emoción, felicidad, que trascienden al episodio en sí.

Más allá de la anécdota puntual, este *mirador* que muchos autores ofrecen en sus memorias permite asomarse a diversos temas que contribuyen a una antropología del escritor, a la sociología de la literatura, a la psicología del acto creador: ¿Qué significa esa primera publicación en cada época, en cada género, en cada nivel social? ¿Qué barreras se rompen, qué obstáculos se vencen? Y como contraparte, ¿para quiénes, y cuándo, en qué circunstancias, esa iniciación es vivida como *natural*, sin grandes problemas ni mayores expectativas?

Para concluir, volvemos a la escritora ficticia que inspiró estas notas. Una vez más confirmamos la capacidad de la literatura popular para captar y acuñar modelos y paradigmas. En esos años del siglo XIX en que la prensa empieza a multiplicar sus tiradas y a volverse accesible para las mayorías, resulta verosímil el éxito de Jo March con su relato que le permite aspirar a ser *rica y famosa*. Y en este caso, no por las virtudes femeninas tradicionales —belleza, dulzura, elegancia, etc. etc.— sino por una obra que se materializa en el mundo de las letras de imprenta y ofrece el más inolvidable de los retratos.

Bibliografía

Alcott, Louise May (1988; 1ª ed. 1868), *Little Women*, New York, Bantam Books.

Castelnuovo, Elias (1973), *Memorias*, Buenos Aires, Ediciones Culturales Argentinas, Colección Autobiografías, memorias y recuerdos.

Galvez, Lucía (2000), *Delfina Bunge. Diarios íntimos de una época brillante*, Buenos Aires, Planeta.

Martí, José (2003), “La originalidad literaria en los Estados Unidos. Louise May Alcott” en *En los Estados Unidos. Periodismo de 1881 a 1892*, edición crítica de Roberto Fernández Retamar y Pedro Pablo Rodríguez, Colección Archivos.

- Mizraje, María Gabriela (1999), *Argentinas de Rosas a Perón*, Buenos Aires, Biblos.
- Molloy, Sylvia (1996), *Acto de presencia. La escritura autobiográfica en Hispanoamérica*, México, FCE-Colmex.
- Ocampo, Victoria (1982), *Autobiografía. III. La rama de Salzburgo*, Buenos Aires, Ediciones revista Sur, 2ª edición.
- Pineta, Alberto (1962), *Verde memoria. Tres décadas de literatura y periodismo en una autobiografía. Los grupos de Florida y Boedo*, Buenos Aires, Ediciones Antonio Zamora.
- Saitta, Sylvia (2000), *El escritor en el bosque de ladrillos. Una biografía de Roberto Arlt*, Buenos Aires, Sudamericana.
- Sarmiento, Domingo Faustino (1961), "Las cordilleras" en *Memorias*, tomo V, Buenos Aires, ECA.
- Sarmiento, Domingo Faustino (1981), *Recuerdos de provincia [1850]*, prologado por Enrique Anderson Imbert, Buenos Aires, Universidad de Belgrano.

Personagens e bastidores da História Editorial

sob o ponto de vista da análise das relações no campo¹

MARÍLIA DE ARAUJO BARCELLOS (UFSM)²

Abordar a história editorial, dentre outros enfoques, consiste no conhecimento dos elementos formadores do campo em que atuam agentes e das relações existentes entre eles. O presente estudo investiga a vida literária a partir de peças publicitárias, históricas, da feira do Livro de Santa Maria, em seus 40 anos de trajetória. Tal enfoque ilumina autores, ilustradores, publicitários, estudantes e docentes envolvidos na formação e construção deste evento, que, por sua vez, esteve ligado ao meio literário existente no âmbito não só local, mas nacional de autores e editores. As peças publicitárias são o ponto inicial para desvendar

¹Trabalho apresentado no Painel 3 Edição, Contexto e Imagem do I Congresso Latino Americano da SHARP: A Cidade das Letras: Leituras e Identidades na América Latina, 2013.

²Professor adjunto do Departamento de Ciências da Comunicação/ Coordenadora do Curso de Comunicação Social - Produção Editorial/UFSM, email: mariliabarcellos@gmail.com. A acadêmica do curso de Comunicação Social - Produção Editorial, Paola Brum, participou desta pesquisa como bolsista REUNI de iniciação científica do projeto de pesquisa Cartografia do campo editorial.

memórias e alinhar histórias que possam construir a vida literária desde os anos de 1970 até 2013. As fontes utilizadas são depoimentos de personalidades que conviveram e acompanharam a evolução da Feira e participaram ativamente do processo de realização em todas as posições da cadeia produtiva do livro, além de bibliografia disponível sobre o tema, de maneira a permitir uma geografia cultural de nomes e lugares nos e dos quais a cultura letrada se desenvolveu.

Conforme assinala Chartier, cabe à História assumir a sua responsabilidade, que é tornar inteligíveis as heranças acumuladas e as descotiduidades fundamentais que fizeram de nós, aquilo que somos.”(2013, p. 27). De maneira que, as percepções afetivas presentes em atividades extraliterárias, ou como diria Gérard Genette (2009), de epitextos editoriais como Feiras de Livro, carregam sentido e apresentam caminhos percorridos na história do campo editorial, construindo a memória coletiva. Momento em que se encontram autores, editores, livreiros e leitores, consumidores e atores da cultura escrita e pertencentes à rede de relações.

Com o escopo de refletir as relações sistêmicas entre os agentes no campo editorial, lançamos mão de atores, por sua vez, participantes dos bastidores dos trâmites que contribuem para a formação do sistema que envolve o livro enquanto representação cultural e cabedal de sentidos da humanidade. Apropriando-se do que nos indica Chartier, quando cita a relevância de acompanharmos os paratextos, não somente os epitextos , mas a observação dos peritextos que compõem os elementos da publicação, diz ele:

O mesmo vale para os paratextos ou, mais precisamente (na terminologia de Gérard Genette), os peritextos, que formam o material introdutório do livro. Com a impressão, estas adquiriram uma identidade tornada imediatamente perceptível por meio de sinais particulares (itálico, vogais com sinais gráficos, símbolos) na assinatura ou assinaturas que compunham o material preliminar , que era sempre impresso (junto com tabelas e índices) depois que o corpo do livro já estava impresso e frequentemente redigido pelo livreiro ou editor (CHARTIER, 2013, p. 113).

Normas, regras e convenções atribuídas durante a evolução editorial perpassam práticas de escrita e de leitura, assim sendo, constam de uma trajetória constituída de ações e atores, é o que compartilhamos no texto a seguir, a partir do corpus do município de Santa Maria.

No caminho da revista Rainha

Houve um tempo em que as pessoas se reuniam em torno do fogo para socializar. Em outras estações, nem tão longínquas, a estrada de ferro registrava viagens com famílias de leitores que, em meio ao vai-e-vem dos trilhos santamarienses, dentre paisagens e conversas, mantinham-se entretidas com a leitura. Épocas em que as mãos dos passageiros seguravam a Revista Rainha dos Apóstolos, periódico cristão que surgiu em 1923 e ainda é publicado em 2013 pela Sociedade Vicente Pallotti³. 1923, portanto, é o primeiro marco da história editorial no qual vamos nos debruçar para dar início ao estudo que traça a história editorial brasileira a partir de pressupostos desenvolvidos em *cases* da cidade de Santa Maria, município localizado no interior no Rio Grande do Sul e cuja atuação dos palotinos na indústria gráfica incentivou a existência da produção editorial.

Parte do cenário editorial de Santa Maria, a empresa tem um acervo rico em obras da produção brasileira. O mercado editorial do Estado contou desde décadas com a Pallotti. Muitas histórias a partir deste que é um dos expoentes da modalidade de publicação, o impresso. A gráfica tem sua matriz no coração do Estado, teve filial em Porto Alegre, onde hoje há a redação da revista Rainha dos Apóstolos e, posteriormente, foi instalada em São Leopoldo, espaço para toda sorte de publicações. Ampla em sua atuação atende a produção editorial local e nacional. Registra em sua história a atividade editorial com atendimento a clientes externos, no entanto, é com a gráfica que firma presença no campo das

³ Instituição palotina, sediada no Rio Grande do Sul. formada por um agrupamento de empresas: gráfica no município de Santa Maria e de São Leopoldo; além de faculdade (FAPAS), escolas, Centro Educativo, Museu e Cerâmica, sediada no Rio Grande do Sul.

publicações. Intitulada como Editora Biblos, contempla as publicações atinentes à política editorial voltada para obras religiosas. O catálogo da Biblos, disponível na internet, registra obras antigas editadas pela Gráfica e Editora Pallotti, o que leva à conclusão de que tenha havido uma passagem de publicações inicialmente assinadas pela gráfica que, posteriormente tenham sido incorporadas à nova editora: Biblos; como exemplo temos o livro de Agostinho Michelotti, Vicente Pallotti. Santa Maria: Pallotti, de 1963.

A bimestral Revista Rainha, preservada no acervo do Museu Vicente Pallotti, foi criada pelo Padre Rafael Iop (1882-1947), nascido em Vale Vêneto, quarta colônia italiana do Estado, onde fundou a Tipografia Pallotti, em Santa Maria. Na versão comemorativa dos 90 anos, Pe. Judinei Vanzeto cita no editorial, na carta ao leitor:

A revista nasceu pequena como um grão de mostrada através do Pe. Rafael Iop em Vale Vêneto, berço dos Padres e Irmãos Palotinos no Brasil. A sua iniciativa, obviamente, brotou da ousadia e do desejo de São Vicente Pallotti de Valorizar o máximo a comunicação e a boa imprensa para difundir o Evangelho⁴. (VANZETO, 2013, p. 3)

Conforme a apresentação do Pe. João Quaini (IOP, 2013, p. 05), Pe. Rafael Iop foi “redator e diretor da Revista Rainha até o fim de sua vida, carregava o escopo de que fosse a Revista missionária do Brasil com a finalidade de ‘despertar o interesse e o zelo para a obra das missões e[...] contribuir para arregimentar as forças católicas”. Para tanto, prossegue Pe. Quaini:

[...] para isso solicitava a valiosa bênção do Episcopado Brasileiro muito confiava no apoio do reverendíssimo clero e na colaboração dos missionários que trabalhavam atualmente entre os índios do Brasil. Pedia também o apoio das confrarias, apostolados e congregações marianas (Quaini, *in.*: IOP, 2013, p. 05).

⁴ Os palotinos instalaram-se no Vale Vêneto em 1886.

O Primeiro exemplar do periódico *Regina Apostolorum*, abril 1923, n. I, p. 2, revela “Para facilitar aos benévolos leitores a imitação do Venerável Pallotti publicaremos nesta despretensiosa revista os tópicos principais de sua vida e virtudes” (IOP, 2013), e noventa anos depois, em edição comemorativa da Revista Rainha dos Apóstolos a afirmativa permanece na capa do dossiê “a evangelização através da boa imprensa!”.

É na apresentação que Pe. Quaini salienta que, devido a escassez bibliográfica sobre Vicente Pallotti, algumas informações publicadas sobre ele foram provenientes de referências equivocadas e reproduzidas na Revista Rainha, como: descendente de uma nobre família romana, informação repetida em mais de uma fonte desde o século XIX, em francês primeiramente e reproduzida em outros idiomas a respeito dos Pallotti. A informação segundo Pe. Quaini (2013, ps. 12-13), foi esclarecida por Ansgar Faller (1910-1992), ao pesquisar e publicar, em *Analecta Piae Societatis Missionum*, vol. III, ps. 84-96, a busca do autor trás à tona que “os avós de Pallotti eram pequenos colonos na Vila San Giorgio perto de Cássia”, ao invés da procedência nobre anunciada. Sendo assim, a Revista Rainha atendia a uma demanda palotina que permanece ao longo dos anos. É também no Museu Vicente Pallotti que encontramos a impressora manual tipográfica de origem alemã, do século XIX, adquirida em 1923 até 1934 na impressão da Revista Rainha, que comemora em 2013, seus 90 anos ininterrupto de publicação.

Alguns dos autores provenientes de Santa Maria realizaram a sua trajetória profissional para além da cidade: Raul Bopp, Felipe D’Oliveira, Prado Veppo, Reinaldo Moura permitem o mapeamento dos agentes⁵, destacando-se quem é quem, quando e como aconteceram os arcos da história editorial, compondo o que Pierre Bourdieu propõe “compreender a gênese social do campo literário, da crença que o sustenta, dos interesses e das apostas materiais ou simbólicas que aí se engendram”(1996, p. 15). A produção de autores locais, conhecidos apenas no sistema na região, está disponível em acervos, em especial naqueles que serve de modelo de produção na gráfica palotina.

⁵ Os dados acima foram referidos no artigo do NT 6 do Intercom 2011 Configurações de um espaço de pesquisa: estudo da produção editorial na cidade de Santa Maria, de Marília Barcellos.

A Biblioteca Municipal Henrique Bastide concentra obras de autores consagrados no campo literário como Raul Bopp, Prado Veppo, Felipe d'Oliveira. A partir da análise dos livros, pode-se considerar que a produção editorial inicia na primeira década, mas a maioria se encontra a partir de meados do século e com publicações, quase massiva, da Gráfica e Editora Vicente Pallotti.

A Pallotti, em consequência de sua atividade gráfica, registra em sua história grande parte da produção de autores locais. Se a Revista Rainha é um marco da década de 1920, as obras resgatadas no levantamento realizado, na planilha de controle de registros da Biblioteca Pública Municipal de Santa Maria Henrique Bastide, são datadas a partir de 1969 em diante, como o título O evangelho a favor dos pecadores, de Lauro Trevisan. O Pe. foi diretor da Revista Rainha de 1961 a 1977, que conforme a pesquisadora Aline Roes Dalmolin, período em que mudou o perfil da revista e aumentou a tiragem levando ao título de “maior revista do Sul do Brasil”(DALMOLIN, 2007, p. 6). Segundo a sua investigação a gestão permitiu que o veículo se transformasse de um “caráter estritamente confessional de alcance restrito, para um periódico de expressiva tiragem e abordagem generalista” (DALMOLIN, 2007, p. 12). Trevisan é sucesso de vendas no mercado brasileiro do início do século XXI, com obras que beiram a 1 milhão de exemplares. Ele prossegue imprimindo suas obras na Pallotti, contudo abriu sua própria empresa, a Editora da Mente, sediada em Santa Maria.

Embora tenha surgido em 1923, os livros mais antigos com o selo desta gráfica e editora são de 1958. Desde então, as publicações são assinadas pela gráfica/editora, sejam livros patrocinados, de autores independentes, de instituições ou coedições. A Sociedade Vicente Pallotti atende ao mercado editorial há anos⁶.

⁶ Os livros encontram-se disponíveis no acervo com os seguintes autores e obras santa-marienses: Lauro Trevisan – O poder infinito da mente; Evangelho a favor dos pecadores. Ronai Pires da Rocha – Sentimentos de Outono. Carla Mano e Paulo Cervi – Clássicos da literatura no vestibular. Alfeu Scalcon – Garimpo de Ouro no Rio Madeira. Sonia Ribeiro Batista – Amor Incondicional. Denizard Souza – O protocolo de Makalou; O Protocolo de Makalou Dois; O Protocolo de Makalou Três. José Luiz Silveira – Revelações Históricas da Maçonaria. Ubirajara Anchieta – Confrataria (in) Verso. José Pacheco D'Abreu – O vale Fabuloso. Associação Santa Mariense de Letras – Letras 90; Antologia em Prosa e Verso I, II, III, IV, VI, VIII, IX, X, XI, XII; Santa Maria em Letras; Letras da Gente I, II, III. Regina Toaldo Agostini – Espirais de Prata. Adelmo Simas Genro – Maria Ignácia das Dores; Ri (tu) Ride (vós); Um Tal de Mathias Capador; Histórias do Tio Nica e Outras. Francisco Moares Paes e Outros – Letras 6. Prefeitura Municipal de Santa Maria – Concursos Literário Felipe D'Oliveira e Fotográfico Cidade de Santa Maria. Denise Reis, Haydeé S. Hostin

Pensar em indústria de Santa Maria está para além dos muros da produção local. Quando a participação no gerenciamento de uma inovação, de um desafio, percebe-se que em se tratando de mercado editorial, cada passo, cada etapa, cada processo requer o envolvimento de parcelas que dependem da relação e trabalho em equipe. Um exemplo disso é a participação da gráfica Pallotti no surgimento de uma facção promissora de vendas da fatia de livros nacional. Historicamente, o livro de bolso no Brasil no final do século XX teve seu apogeu a partir da editora sediada em Porto Alegre, L&PM. Conta Ivan Pinheiro Machado um dos sócios (PM da marca), que foi necessário criar uma alternativa para a situação econômica na qual a editora se encontrava. Depoimento semelhante foi coletado por Lima (L da Editora) e responsável pela parte comercial, L&PM retoma lucratividade graças a livros de bolso, de José Antônio Severo, de 19 de março de 2004.

Diante disso, pode-se considerar que há muito que buscar entre os agentes do campo editorial santa-mariense. A ordem da investigação parte do enlace caso a caso nas entrevistas e depoimentos. Metodologicamente os nomes estão em vias de serem indicados, selecionados e contatados, em maioria são contatos de relacionamentos gráfica-clientes. Para além da Gráfica Pallotti, os momentos-chave em que os agentes atuam são a Feira do Livro de Santa Maria, e a editora da Universidade de Santa Maria. E esses são os primeiros passos, indicadores de uma longa trajetória.

Comércio livreiro na Praça

Parte do imaginário da cidade, a Feira do Livro de Santa Maria compõe o campo cultural e traça a história editorial a partir de suas reminiscências. O evento está no calendário da cidade e surge no final dos anos de 1960, como guarda o registro no livro de Eugenia Maria Mariano da Rocha Barichello História da Feira do Livro de Santa Maria: memórias e registros (2013). Publicação esta que faz

Lima, M^a Regina Caetano Soares – Confraria (IN) Verso VI. CAPOSM – Confraria (IN) Verso III. Ida Tereza Ceron – Trínik A Menina dos Três Nomes, Alex Souza. Cabistani – Adolescendo. Colombo Cruz e Outros – Coragem. Sindicato dos Bancários de Santa Maria – Athos Ronaldo da Miralha da Cunha – O Bom Cabrito Berra. Athos Ronaldo da Miralha da Cunha e Antônio Cândido de Azambuja Ribeiro – Pra Começo de Conversa. Lígia Militz da Costa – Em Prosa E Verso III.

referência a feiras desde a década de 1960, quando o escritor Felipe D'Oliveira participa da terceira edição do evento, em 1968, como aquele a quem, em 1995 se chamaria de Patrono (BARICHELLO, 2013, p. 19), "cargo" esse ocupado na 23ª Feira por José Mariano da Rocha Filho, em 1973. Considerado marco de criação da feira, tal qual a conhecemos: tratou-se de iniciativa, planejamento e execução dos integrantes do Curso de Comunicação da UFSM, que atuou até 1989. Universidade e comunidade santa-mariense uniram seus esforços e passou-se a contar com outras participações.

No histórico da Feira registrado por Eugenia Barichello, o escritor Prado Veppo conta que houve "pelo menos duas ou três Feiras [...] nos anos 1960 e, José Mariano da Rocha Filho corrobora que ainda foi realizada uma Feira Internacional dedicada a livros científicos, nacionais e internacionais na UFSM em 1967 e outra na Praça Saldanha marinho em 1968" (p. 9). Em 1962, na I Feira do Livro de Santa Maria havia treze bancas constituídas pelas editoras José Olympio, Sulina, Leonardo da Vinci, Flamboyant, Baibich, Editora Nacional, Editora Delta, Editora Brasiliense, Francisco Alves e Labor, além dos representantes locais: Livraria do Globo, Livraria Evangélica e Livraria Comercial. (p.19). Embora conste esse registro, a trajetória é considerada a partir da feira de 1973. Dez anos antes, em 1963 a II Feira do Livro recebeu editoras e livreiros de Porto Alegre. (p.21): "Com o slogan 'Quem não lê, mal ouve, mal sente, mal vê' a abertura da 1ª edição da Feira Universitária do Livro ocorreu na manhã do dia 16 de maio de 1973, na Praça Saldanha Marinho."(2013, p. 21).

Conforme aponta Pierre Bourdieu em *As regras da arte* (BOURDIEU, 1996, p. 244) "o campo de poder é o espaço de relações de força entre agentes ou instituições, que têm em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos (econômica ou cultural, especialmente)", e é em 1973 no Centro da cidade, na Praça Saldanha Marinho, que é oficialmente criada a I Feira do Livro universitária, a qual viria a se tornar a Feira do Livro de Santa Maria, organizada por uma Comissão repleta de entidades representativas da comunidade como: a Prefeitura, o Sesi, Sesc, UFSM, Unifra, instituindo-se o deslocamento do caráter universitário e acadêmico para o polo comercial e profissionalizado. Em seu início "as barracas de

livros, cerca de uma dezena, foram emprestadas pela Prefeitura Municipal e os alunos responsabilizaram-se pela venda dos livros, pagamento das editoras e divulgação do evento” (BARICHELLO, 2013, p. 27).

Em 1976 a venda era realizada pelos alunos da UFSM que contatavam as editoras e distribuidoras, bem como o controle das vendas no início e fim de cada dia, além do acerto no final do evento. Segundo Eugenia “na época, Santa Maria possuía poucas livrarias e os livros vieram de Porto Alegre [...] participaram as editoras Civilização Brasileira, José Olympio, Vozes, Globo, Melhoramentos, Rainha, além de uma banca de livros usados” (2013, pp. 29-33). O que caracteriza o evento como atividade acadêmica, essencialmente universitária e de caráter de extensão, promovido sem o fim profissionalizante que se configurou mais tarde. “Dois anos depois, na 6ª Feira do Livro, o rol de editoras se amplia com a participação das editoras Livropel, Diálogo, Movimento, Civilização, Verita, Vozes, Sulina, Ultra e Nacional” (2013, p.39).

A Feira registra a passagem dos autógrafos de Josué Guimarães, Dionísio da Silva, Ciro Martins, Décio Freitas, Tarso Genro e Eliezer Pacheco, na versão 1977, quando ainda acontecia no segundo semestre. O evento conta com a divulgação no Jornal A Razão, no “cantinho “da primeira página em 9 de outubro 1977: chamada da feira e “Feira do Livro Aberta na Praça”. (p.37), Conforme a autora na Praça Saldanha Marinho, sob dias de chuva, encontravam-se Tarso Genro (2013, p.41) e foram oferecidos quatro mil livro[...]provenientes de sete editoras.”(p.45), motivo suficiente para ganhar destaque na primeira página do Jornal de maior circulação na cidade, mas para noticiar o tempo chuvoso e a baixa nas vendas.

Em 1982, com a presença das editoras Civilização Brasileira, Vozes, Martins Livreiro, Ática, Ultra e Sulina, com aproximadamente dois mil volumes e 500 títulos, a edição contou com o sucesso nas vendas do lançamento Morangos Mofados, obra de Caio Fernando Abreu, autor presente na praça (p. 47). Este foi o momento em que a coordenação do curso de Comunicação assumiu a Feira enquanto evento oficial, nessa instância, o trabalho e a atuação dos alunos é legitimada na Faculdade. No ano seguinte, 1983, o Curso da então Faculdade de Comunicação trouxe os autores Moacyr Scliar, Luis Antonio de Assis Brasil e

Antonio Hohlfeldt e a presença na Praça das “Editoras Diálogo, Martins Livreiro, Sulina, Brasiliense e L&PM”(2013, p.49 - 51).

Para além dos livreiros que atuavam na Feira do Livro, autores convidados, organizadores, a rede de relações estabelecidas envolveram a universidade Federal de Santa Maria, em especial o Curso de Comunicação Social, outrora denominado Faculdade de Comunicação - FACOS. Carlos Alberto Belinaso, jornalista e autor de A história da propaganda impressa de Santa Maria (2013) relaciona a evolução do setor publicitário na cidade. Em seu livro Belinaso, traça uma amostra evolutiva da participação publicitária na sociedade por meio de peças gráficas produzidas nas décadas de 1930 a 2010. No entanto, ao surgimento da primeira agência de propaganda em Santa Maria teria ocorrido na década de 1940, conforme Belinaso (2014, p. 70). Tal levantamento aponta para uma formação integrada com a criação da Universidade federal de Santa Maria a partir de 1960 e do Curso de Comunicação em 1972. O cenário apontado até então era formado por profissionais sem formação acadêmica, “que aprenderam a ser jornalistas, ou radialistas ou mesmo a atuarem em televisão na prática, pois o primeiro curso superior em comunicação social na cidade começou em 1972, na UFSM” (Bellinaso, 2014, p. 205), o que não invalida a existência de profissionais provenientes de outros centros universitários, mas que validam que o surgimento da UFSM impulsiona o mercado comunicativo local, inclusive com a ocupação dos estudantes em vagas de estágio. Assim, academia e sociedade se aproximam: estudantes atuam nas agências, e profissionais liberais integram corpo docente da universidade. É o momento em que a feira do Livro, como projeto de ensino, pesquisa e extensão se insere no calendário cultural da cidade ao mesmo tempo que a campanha publicitária da mesma é realizada pela instituição.

Em 1985 o material de divulgação foi desenvolvido na disciplina de projetos experimentais, pelos alunos do quarto ano de publicidade e propaganda, conforme indica o cartaz da Figura 1: (p.55)



Figura 1: campanha criada pelos alunos do 4º ano de publicidade e propaganda UFSM

Em 15 de junho de 1988, o 3º semestre de Comunicação Social se propõe a participar da feira e cria o “Livre-se”, que tem apoio da Cooperativa dos Estudantes de Santa Maria (Cesma) e do Jornal A Razão, a seguir na Figura 2: (p.63)



Figura 2: Cartaz da campanha publicitária da Feira do Livro de 1988

Observa-se que há um destaque para a edição da Feira do Livro Infantil, sinalizando que uma demanda para esse leitor. Bem como a ênfase nos 20 % de desconto para o consumidor. Discorrer sobre a Feira do livro de Santa Maria a

partir de seus personagens e grupos empenhados na realização da mesma é importante e divertido. Segundo Eugenia Barichello em 1995, momento da retomada da Feira “A Cesma e a Faculdade de Comunicação responsabilizaram-se pela vinda dos livros diretamente das editoras” (2013, p. 75). Pelos anos 1990, a camionete da Cooperativa dos Estudantes de Santa Maria (Cesma), estacionava em frente à Distribuidora Sulina, na Avenida Borges de Medeiros, em Porto Alegre. A distância física não impedia, ao contrário, incentivava a cooperativa dos estudantes a procura desde clássicos a lançamentos que pudessem contribuir, de maneira econômica, para a produção intelectual e ensino na cidade de Santa Maria. Na Distribuidora, na época referência de rede de livrarias, assim como a Globo, no Rio Grande do Sul, todos sabiam que aquele veículo levaria para milhares de estudantes, o conhecimento reunido em diversas publicações. Telcio Bresolin já trabalhava na Cesma. Com os cabelos compridos, misturava a imagem de vendedor com a identidade estudantil que receberia os livros. A relação com os livros e a ligação com a capital do Estado era intensa. Ele, que em 1995 assumia a responsabilidade, junto com Eugenia, pela vinda dos livros das editoras, ainda em 2013, participa do evento na Comissão de organização da Feira do Livro.

Em decorrência do empenho dos alunos e de alguns professores da Facos, a Feira se realizou até 1991, quando foi interrompida, para ressurgir em 1995, daí com mais parcerias junto à comunidade, na realização do evento. Eugenia declara:

Resolvemos, os alunos e eu, que a Feira tinha que voltar forte/ Nesse ano, 40 alunos do segundo semestre foram responsáveis pela venda de livros; os alunos do quarto semestre responderam pelas Assessorias de Imprensa e Relações Públicas e atuaram, também, no planejamento e organização da Feira. Os livros foram vendidos em dez bancas, sendo que oito ficaram aos cuidados da Faculdade de Comunicação e duas couberam à Cesma e à Editora da UFSM[...] A Cesma e a Faculdade de Comunicação responsabilizaram-se pela vinda dos livros diretamente das editoras. (BARICHELO, 2013, p.74-75)

Desde o início os acadêmicos contaram com a participação e apoio da Cesma, que, embora cooperativada, está inserida na lógica do mercado e permitiu a credibilidade e, por conseguinte, a viabilidade da realização da Feira com a aquisição dos livros para a venda. Segundo depoimento de Eugenia: “Conseguir a adesão dos livreiros foi um passo importante para firmar a Feira como evento cultural e viabilizá-lo economicamente” (2013, p.79).

Em 2004 foi a vez do rádio ir para a Praça. O Curso de Comunicação Social levou um rádio que realizava a transmissão diretamente da Feira. Confeccionado para abrigar os jornalistas, atuava, literalmente, como uma estação de rádio que cobria os acontecimentos e as atividades do evento. Além disso, esteticamente reproduz um modelo antigo do aparelho. Reminiscente de um passado, ainda se encontra, não mais com sua função inicial, mas como marco de outros tempos, nos corredores da Facos (Faculdade de Comunicação) para quem quiser testemunhar. As atividades giram em torno de vendas, autógrafos e mesa-redondas. A novidade em 2004 foi a presença da assessoria de imprensa na Praça, de uma maneira inusitada: literalmente dentro do Rádio. “Nessa edição, o Curso de Comunicação Social levou um rádio elaborado em madeira em tamanho gigante, dentro do qual funcionava a Rádio Livre” (BARICHELO, 2013, p.97), conforme Figura 3:



Figura 3: Rádio da FACOS transmitia ao vivo os acontecimentos da Feira do Livro

Igualmente, na Comissão da feira do Livro está Rosângela Rechia, personagem presente em todas as reuniões que ocorrem na Biblioteca Pública Municipal Henrique Bastide. Impossível pensar em ações sobre livro e não incluir a Rosângela. Ela cria eventos de leitura, planeja projetos, estuda, tudo para que a literatura tenha espaço. Autores a procuram e rodas de leitura são realizadas.

A Prefeitura do Município de Santa Maria mantém o apoio para que o evento se realize anualmente. Presente no imaginário da população santamariense e entorno, enquanto símbolo de cultura e educação, o momento favorece ações de extensão que reúna acadêmicos e sociedade. Nos 40 anos da Feira, Eugenia Maria Mariano da Rocha Barichello é convidada para atuar como patrona e assim, registra-se a faceta acadêmica em comunhão com a comunidade, retomando a sua origem. Em 2013 o Departamento de Ciências da Comunicação, por meio do Curso de Comunicação Social – Produção editorial, realiza a Exposição Reminiscências, memórias e histórias que consiste na reunião dos cartazes históricos das campanhas publicitárias da Feira do Livro de Santa Maria, conforme conferimos na Figura 4:



Figura 4: Exposição Reminiscências, histórias e memórias realizada na Feira do Livro de Santa Maria em 2013, trouxe para a Praça o acervo de cartazes históricos da Feira.

A Feira é muito mais do que um evento, parte integrante da cadeia produtiva do livro, e por assim dizer, da publicação. Constitui-se em espaço de circulação de obras, autores e de público/consumidor do produto caracterizado como capital de bem simbólico e de capital financeiro.

No campo editorial de Santa Maria, a Editora UFSM está presente desde 1981. De cunho universitário, atende à comunidade científica com a produção técnico-científica, em maioria, posteriormente ampliada com a inauguração da Livraria da Editora em 1993. No ano seguinte, sob a direção do professor Odilon Antonio Marcuzzo do Canto, houve um “investimento em máquinas, equipamentos, espaço físico e pessoal, a Editora teve seu primeiro Diretor.”, segundo o Histórico da Editora da UFSM, gentilmente cedido pelo atual Diretor, Honório Nascimento, para este texto. E em 1994 teve seu Conselho Editorial formado e, em seguida, o primeiro livro totalmente editado na casa: Gênese do democratismo luso-brasileiro, de Antonio Malfatti. A atuação editorial no mercado é comumente acompanhada de evoluções com inserção no mercado nacional e internacional.

No caso da Editora da UFSM, a associação a entidades como a Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), permitiu a presença em feiras como a de Frankfurt, em que estandes coletivos servem de amostragem da produção editorial de uma nação. Em que pode se dizer que a inserção entre os pares é importante e necessária para a visibilidade, posição institucional e financeira, resultando em qualificação tanto dos profissionais quanto das publicações.

Considerações

Diante do que foi exposto, pode-se aferir que a geografia editorial está com um ponto marcado na região central do estado do Rio Grande do Sul e, cada vez mais, permite que o profissionalismo e a busca de relações com o setor aproximem a produção local do cenário para além dos contornos dos pampas gaúchos. A investigação, com recorte secular, ao mesmo tempo em que permite marcos esparsos ao longo do tempo quando abrange agentes múltiplos como autores, editores, gráficos, livreiros, realizadores das feiras de livros, vislumbra definir questões pontuais para novas pesquisas. Cada um dos temas abordados: Gráfica e editora Pallotti, Biblioteca Municipal Henrique Bastide, Feira do Livro de Santa Maria, Editora da UFSM, constituem em *corpus* de investigação por si só. O intuito deste artigo, portanto, foi o de sinalizar por meio dos bastidores da

história editorial, as relações no campo, donde se percebe a permanência de periódico religioso ao longo dos tempos, mantendo sua atuação na sociedade, bem como o alargamento para outros setores como o da indústria gráfica. A inserção de profissionais da Comunicação e a aproximação entre academia e sociedade partir do surgimento da UFSM e o quanto o poder da instituição pública contribui para a organização e realização em instâncias de cunho cultural como a feira do Livro.

Um dos motivos que levaram Pe. Rafael Iop a tomar a iniciativa de publicar em 1923 o periódico, foi a intenção de evangelizar por meio da imprensa e, ainda com título em latim, criou a *Regina Apostolorum*, num período que circulavam, – em especial a partir no centro do país –, a *Revistas Klaxon* e a *América brasileira*. As condições precárias de impressão em seus cinco exemplares ao ano, tinham inscrito um pedido de desculpas na contracapa “pelos eventuais erros pela pouca prática que tinham em fazer a Revista”, como nos conta Carlos Alberto Veit, no dossiê especial dos 90 anos da revista (pp. 5-9, 2013), foram o início de quase uma década de publicação ininterrupta, de bimestral a mensal, que reúne em 2013, 100,000 assinantes. A presente pesquisa considera 1923 o ano de início da investigação, com o marco do periódico que fez surgir a tipografia Pallotti.

O ponto de partida de Pe. Iop foi o início de uma história que contou com muitas transformações ao longo da trajetória da Sociedade Vicente Pallotti, uma vez que após 90 anos, a maior editora do mercado editorial local é proveniente da trajetória editorial da revista e a gráfica que permanece em destaque no cenário de 15.000 gráficas brasileiras, seguindo a Abigraf, com premiação de excelência gráfica⁷. Concomitante com o desenrolar do mercado editorial a feira do Livro foi se formando e com ela, as relações com as editoras fora do município, quando a Cesma e a UFSM participam ativamente do alcance que o evento proporciona, tanto para as vendas, quanto para a leitura. Por isso, a Comissão da Feira do Livro de Santa Maria e os sujeitos que nela atuam fazem parte da história, como é o caso da Editora da UFSM e da Biblioteca Pública

⁷ 8º Prêmio Gaúcho de Excelência Gráfica, ABIGRAF. Disponível em <http://abigraf-rs.com.br/premio/edicao/2012>. Acesso em 06/julho/2013.

Municipal. Com este artigo, algumas das fontes disponíveis para pesquisa foram acessadas; metodologicamente o recolhimento e abordagem por meio de depoimentos e entrevistas deve dar prosseguimento à investigação.

Com o perfil de cidade universitária, e população flutuante, em quem medida pode contribuir para o cenário editorial nacional, certamente o curso de Comunicação Social – produção Editorial, do qual parte a presente investigação, tem o dever de buscar esclarecer tais questões e permitir um maior conhecimento do campo.

Referências bibliográficas

BARICHELLO, Eugenia Mariano da Rocha. **História da Feira do Livro: memórias e registros**. Santa Maria; Ed. Facos- UFSM, 2013.

BELINASSO, Carlos Alberto. **A história da Propaganda impressa de Santa Maria**. Santa Maria: Rio das Letras, 2014.

BENTANCUR, Paulo; FONSECA, Joaquim. **A Feira do Livro de Porto Alegre: 40 anos de história**. Porto Alegre: CRL, 1994.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTA MARIA HENRIQUE BASTIDE. Planilha de controle da biblioteca com lista de autores santa-marienses. Acesso restrito disponível em 24 junho 2013.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da Arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CARVALHO, Elysio de. **Revista America brasileira: resenha da actividade nacional**. Anno 2, n. 15, Rio de Janeiro: Livraria Garnier, mar 1923. São Paulo. Acervo BRASILIANA Digital. Disponível em <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/060059-06#page/11/mode/1up>>. Acesso em 06 junho 2013.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor, e a mente do editor**. São Paulo: UNESP, 2013.

DALMOLIN, Aline R. **A Rainha de Lauro Trevisan: modernização e religiosidade.** Dissertação de mestrado em Comunicação PPGCom, Unisinos, São Leopoldo, RS, 2007.

DEROSSO, Simone; ORTIZ, hlen; SODRÉ, Ealine. **Os bastidores da Feira do Livro.** Porto Alegre: EU/Secretaria Municipal da Cultura, 2000.

EDITORA DA UFSM. **História da Editora da UFSM.** Mímeo, Santa Maria: 2012.

GENETTE, Gérard. **Paratextos editoriais.** São Paulo: ateliê, 2009.

QUAINI, Pe. João Baptista (Org.). Apresentação **Pe. Rafael IOP_ Vida do venerável servo de Deus Vicente Pallotti:** Fundador da Pia Sociedade das Missões, escrita em 1923-1925. Santa Maria: Biblos, 2013,p. 05-17.

SEVERO, José Antonio. **L&PM retoma lucratividade graças ao livro de bolso.** Informativo PublishNews.

Disponívelem<http://publishnews.postbox.com.br/clipping_show.php?noticia=46018>. Acesso em 03/06/2013).

VANZETO, Judinei. Editorial, Carta ao leitor. *In.:* Noventa anos de formação integral. **Revista rainha dos Apóstolos: 90 anos, 1923 - 2013,** Ano 90, n. 1023, abril de 2013. Santa Maria: Gráfica Pallotti.

VEIT, Carlos Alberto. Dossiê especial dos 90 anos da revista. *In.:* Noventa anos de formação integral. **Revista rainha dos Apóstolos: 90 anos, 1923 - 2013,** Ano 90, n. 1023, abril de 2013. Santa Maria: Gráfica Pallotti.

Entrevista

Padre Alexsandro Miola. Gráfica Vicente Pallotti, em Santa Maria, 10 julho 2013.

História de um bocadinho de pão.

Tradução e edição de obras para a infância nas últimas décadas do século XIX

PATRICIA TAVARES RAFFAINI (USP)

Nos Catálogos da Livraria Garnier da primeira década do séc. XX, observamos uma extensa seção voltada às crianças, com subdivisões que pareciam levar em consideração a idade da criança e sua habilidade com a leitura, obras a serem utilizadas para o ensino e obras para o entretenimento. Muitos desses livros eram obras traduzidas do francês especialmente para o público brasileiro. Dentre essas obras temos uma que fez enorme sucesso na França e foi editada entre nós pela Garnier: *História de um bocadinho de pão*, de Jean Macé. O presente trabalho tem como objetivo comparar as edições francesas e brasileira dessa obra no que diz respeito a sua materialidade: capa, ilustrações e impressão, assim como também fazer uma análise do conteúdo das duas edições. Busca ainda fazer uma breve reflexão sobre as ideias que chegavam ao Brasil por meio da tradução e edição de livros para crianças.

Pouco conhecido no Brasil, Jean Macé (1815-1894) teve um papel fundamental na reforma do sistema educacional francês, tendo sido, em 1866, o fundador da *Ligue de l'enseignement*, a favor do ensino obrigatório, laico e gratuito para ambos os sexos, ajudou a criar a Sociedade de Bibliotecas Comuns do Alto-Reno, que em pouco mais de três anos foi responsável pela criação de 83 bibliotecas populares e serviu de estímulo para a criação de bibliotecas populares por toda a França. Defendeu o direito de voto das mulheres, assim como também o direito de se candidatarem a cargos políticos. Além disso, escreveu diversas obras para crianças e jovens e foi o fundador junto a J. P. Hetzel e Julio Verne, da *Magazin d' Education et de Recreation*, revista voltada ao público infante juvenil, que veiculou em capítulos as principais obras de Verne e também de outros autores. Em 1883, principalmente devido a sua luta pela educação, Jean Macé foi eleito pela assembleia nacional francesa senador irremovível.

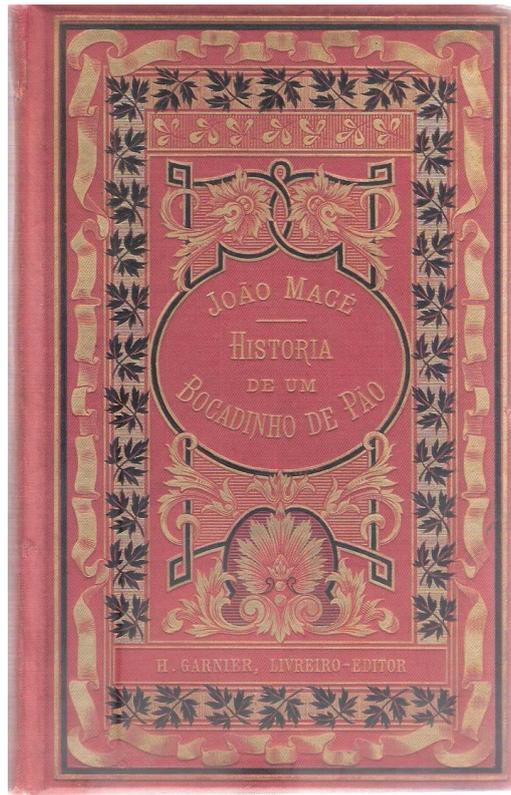
“História de um bocadinho de pão” ou *Histoire d'une buchée de pain*, sua primeira obra para o público infante-juvenil foi publicado pela primeira vez, na França em 1861, pela casa editorial de Jules Pierre Hetzel. A obra, assim como outras de sua autoria, foi inspirada em seu trabalho como professor no Pensionato do *Petit Chateau*, localizado em Beblenheim, na Alsácia, onde lecionou para moças diversas matérias, como ciências naturais, astronomia e aritmética, de 1850 até o final de sua vida. Ele próprio nos conta que havia economizado mil francos para pagar a publicação de seu livro e procurou para isso Hetzel, um antigo colega do Colégio Stanislas. O editor, no entanto, ao ler a obra decidiu publica-la a seus custos. Rapidamente “História de um bocadinho de pão” se tornou um grande sucesso. Cinco anos depois, em 1866, ela recebia sua 18ª edição francesa, e no final do século já havia sido traduzida para diversas línguas.

Os exemplares utilizados por essa pesquisa foram encontrados no acervo do Real Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro, mas ainda hoje é possível comprar exemplares da última década do séc. XIX em sebos pelo Brasil, o que talvez evidencie a grande tiragem que a obra recebeu em nosso país.

História de um Bocadinho de Pão recebeu pelo menos duas edições, ambas feitas pela casa de B. L. Garnier. A primeira, por volta de 1873, foi impressa no Brasil, na Typographia Franco –Americana, que havia sido fundada havia pouco tempo por Garnier. Essa edição não traz nenhuma ilustração, utiliza um papel de qualidade inferior e não é ilustrada. José Paulo Paes citando Wilson Martins, nos informa que a tradução do livro de João Macé foi feita em 1873 por Alfredo d’Escragnolle Taunay¹. No entanto, os exemplares tanto da primeira quanto da segunda edição não trazem indicação do tradutor e não foi possível verificar a proveniência de tal afirmação, já que Martins não cita sua fonte. Mas a tradução poderia ter sido feita pelo autor de *Inocência*, pois, nesse período, ele era professor da cadeira de mineralogia e geologia da Escola Militar, e seu conhecimento da língua francesa era conhecido, não só por ser sua língua materna, como por ter publicado em francês o livro *A Retirada da Laguna* narrando os episódios vivenciados por ele na Guerra do Paraguai. Taunay também tinha contato com o editor Garnier como vemos no recibo assinado em dezembro de 1871, por meio do qual ele não só vende os oitocentos exemplares de *Mocidade de Trajano*, que havia impresso na Typografia Nacional ao editor, como também os direitos autorais dessa obra.² A segunda edição que a Garnier fez de *História de um Bocadinho de Pão* foi impressa em Paris em 1897, mais de vinte anos depois da primeira. Nela, assim como na primeira, não consta número de edição estando também ausente qualquer informação sobre a tradução. Temos somente a informação, também presente na primeira edição, de que o livro havia sido traduzido da 32ª edição francesa, o que talvez trouxesse para a obra certa legitimidade, pois se já havia tido em França tantas edições deveria ter suas qualidades. Porém é interessante notar que não há a indicação de que seria uma segunda edição brasileira. O texto continua o mesmo, mas essa segunda edição é materialmente muito diferente da primeira, sendo ricamente encadernada, com cortes dourados, tendo 13 ilustrações e papel de qualidade muito superior ao usado anteriormente.

¹ PAES, José Paulo. Tradução a ponte necessária. Aspectos e problemas da arte de traduzir. São Paulo: Ática, 1990. P. 23.

² Documento disponível na Biblioteca Nacional Digital: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/literatura/mss_l_07_09_029_001.pdf



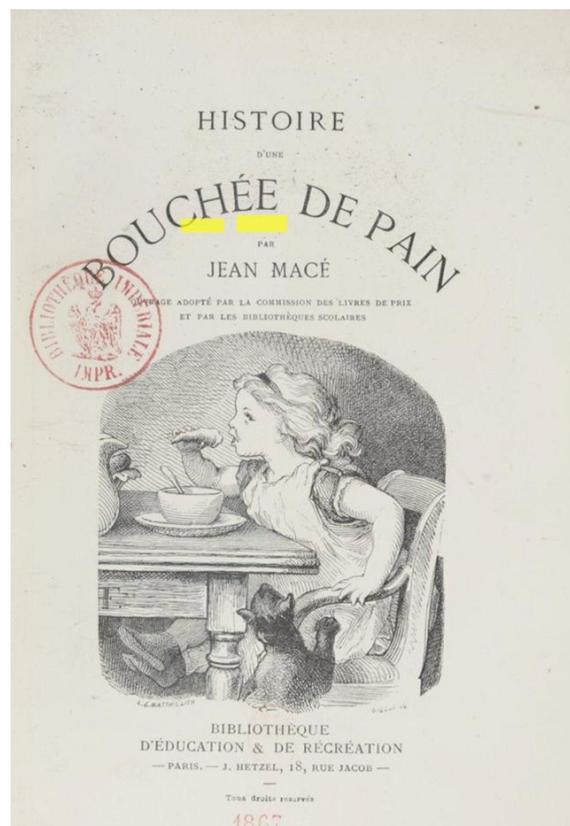
Capa da edição brasileira de 1897 – Garnier

No catálogo da Garnier para o ano de 1903 a obra aparece na seção intitulada “Biblioteca das famílias” junto a outros dois volumes: “Aventuras de João Paulo Choppart” e “Aventuras de Roberto” ambos de Louis Desnoyers³. Todos os livros tem o mesmo formato: in 4º, ilustrados e encadernados, todos são também vendidos pelo mesmo preço: 10\$000 réis. De fato, o que parece ter sido usado pela Garnier para alocar as três obras sob uma mesma pequena coleção era o formato e preço, já que as obras de Desnoyers são completamente diferentes em termos de conteúdo da de Jean Macé.

Para fazermos o trabalho comparativo utilizamos as versões digitalizadas encontradas no Acervo Gallica, da Biblioteca Nacional da França. Nesse acervo existem quatro exemplares da obra, sendo: uma primeira edição de 1861, em brochura e sem ilustrações, uma 30ª edição, provavelmente de 1872, também

³ Os dois livros de Louis Desnoyers foram publicados na primeira metade do séc. XIX, *Les aventures de Robert Robert et son fidele toussaint l la venette*, em 1839 e *Les mes aventures de Jean Paul Choppart* em 1834. Tiveram enorme sucesso e foram reeditados até o séc. XX.

sem ilustrações, um terceiro exemplar de 1867 onde falta o número da edição, ilustrado e um último sem data e sem número de edição, também ilustrado, que provavelmente data de 1865 e que possui um extenso catálogo da casa Hetzel ao final. Nesse catálogo encontramos um importante texto feito pelos editores e uma lista das obras publicadas pela casa editorial com ilustrações. O livro *Histoire d' une bouchée de pain* aparece dentro da coleção *Bibliothèque d' Education et de Recreation*, o editor o classifica como uma obra voltada a educação, mas não deixa de ressaltar os aspectos que fazem com que a leitura do livro seja prazerosa. É interessante notar que essa obra está classificada no catálogo junto a outras como as de Júlio Verne, também considerado educativo, como o próprio editor explicita: “o que o Sr. Macé faz pela ciência natural, o Sr. Júlio Verne faz pelos estudos geológicos, astronômicos e geográficos.” Ainda nesse catálogo a obra aparece como sendo adequada para “jeunes filles et jeunes gens” ou seja para jovens de ambos os sexos.



Página de rosto da edição francesa

No Brasil B. L. Garnier começou publicando a obra sem ilustrações e em brochura, em 1873, talvez para avaliar se o mercado aceitaria ou não um livro infanto-juvenil de mais de 300 páginas que não era um romance, ou uma aventura de puro entretenimento. A iniciativa deve ter alcançado algum sucesso, pois cinco anos depois, em 1878, a Garnier publica pela mesma tipografia, no mesmo formato, brochura sem ilustrações, outro livro de Jean Macé: *Os servidores do estômago* ainda sobre a fisiologia humana e dos animais. Já a edição de 1897 de *História de um Bocadinho de Pão* apesar de manter o texto da primeira tradução, tem uma materialidade completamente diferente, com ilustrações, encadernação e corte dourado tem uma edição luxuosa impressa em Paris, como fazia com praticamente todos os livros desse período. Essa edição permanece no catálogo durante toda a primeira década do séc. XX, apesar do editor continuar vendendo uma versão mais barata, sem ilustrações e em brochura para uso escolar. Já o segundo livro de Macé, *Servidores do Estômago*, apesar de ser praticamente uma continuação do primeiro, parece não ter recebido uma nova edição, assim como também não aparece em catálogo no formato antigo.

Ao comparamos as edições brasileiras e francesas da obra com as do Acervo Gallica percebemos que as capas das de brochura são muito mais simples, e as encadernadas são feitas em papel marmorizado e couro. No entanto encontramos em sites de venda de livros raros capas similares a da Garnier, feitas em vermelho ou azul e dourado como era comum nas edições encadernadas da Hetzel.

No que diz respeito as ilustrações, vemos algumas peculiaridades. O ilustrador é o mesmo: o artista dinamarquês Lorenz Froelich (1820-1908) responsável pelas ilustrações de grande parte dos livros da editora Hetzel. As ilustrações tanto na obra francesa quanto na brasileira estão localizadas no texto em momentos semelhantes, possuem a mesma qualidade, e são em mesmo número, treze no total. No entanto, ao lermos o texto percebemos certa discrepância entre o que está sendo narrado e as ilustrações. O livro discorre sobre a fisiologia humana, em uma primeira parte e a fisiologia dos animais em

uma segunda. O autor pretende elucidar como ocorre o processo de digestão, daí o título. Mas em nenhum momento as ilustrações ajudam a compreender esse processo. As ilustrações mostram uma pequena menina de cinco ou seis anos em algumas atividades, como segurando uma vela, correndo com o irmão. Como se houvesse certo pudor de mostrar a fisiologia humana a crianças e jovens. Assim, em dado momento da narrativa, quando Jean Macé nos fala de aspectos da respiração, do oxigênio e do diafragma, a imagem mostra a menina correndo com o irmão (p.64). De fato o ilustrador se refere a um momento no qual o escritor explica porque a menina se sente tão cansada e com falta de ar quando corre perseguindo o irmão. Mas por todo o texto as ilustrações sempre se referem a detalhes da narrativa, e não ajudam a compreender a fisiologia humana ou animal. Outro aspecto interessante é que o autor constrói sua narrativa dialogando com uma menina, que poderia ser a que aparece em todas as ilustrações, no entanto pelo conteúdo e pela forma do texto imaginamos que ele é endereçado a uma jovem de catorze ou quinze anos, mas a menina retratada pelo ilustrador parece ter apenas cinco ou seis anos. A personagem retratada por Froelich de fato se parece com a que esse mesmo ilustrador desenhava para outros livros da editora, principalmente para os da série *Lili*, voltada a um público bem mais novo, escrita pelo próprio Hetzel sob o pseudônimo de P. J. Stahl.

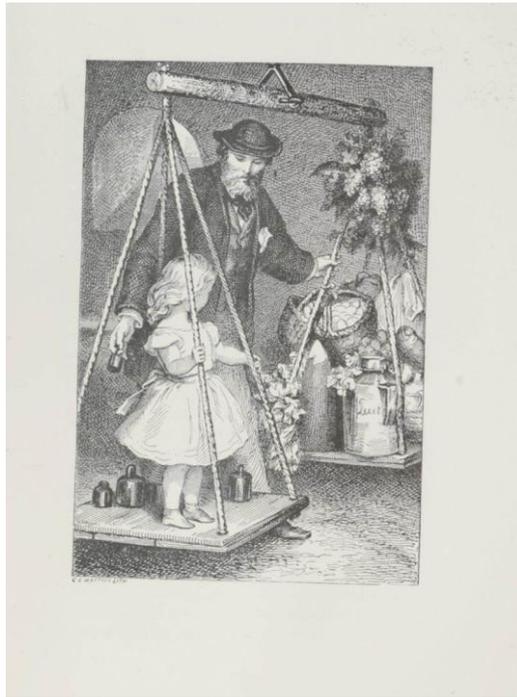


Ilustração da obra de Macé , História de um Bocadinho de Pão



Ilustração da obra de Stahl, Mademoiselle Lili

Ao compararmos os textos verificamos que a tradução em português é fiel ao texto original, praticamente literal. Os capítulos são os mesmos, os parágrafos, nada é suprimido na edição em português. Como já foi dito, o tradutor, provavelmente Taunay, realizou um trabalho impecável, construindo uma narrativa fluida e clara. Alguns poucos termos nos causam certo estranhamento, como “azote”, que atualmente traduziríamos como nitrogênio, mas na tradução segue a nomenclatura francesa e não a inglesa.

A narrativa é estruturada em capítulos, que recebem do autor a denominação de “cartas”, mas que de forma alguma se assemelham a um modelo usual de epistolografia. São antes capítulos escritos de uma forma muito coloquial, nos quais o autor disserta sobre como se dá o processo de digestão, e explica o funcionamento de diversos órgãos humanos, e na segunda parte dos animais. No decorrer dessa explicação ele cita exemplos, recorre a histórias que deveriam fazer parte do repertório escolar dos jovens da época, como a da Fábula de La Fontaine “Os membros e o estômago” e o Apólogo de Menênio. Aqui, como em diversos outros pontos da obra, a posição política de Jean Macé fica evidente. O autor, filho de um condutor da companhia Lafitte et Caillard, que estudou no prestigiado colégio Stanislas por ter conseguido a concessão de uma bolsa de estudos, deixa clara sua visão de mundo ao comentar que acredita ser o apólogo uma “brincadeira desengraçada” pois Menênio esquece que antes do estômago (senado romano) receber a comida ela é triturada pelos dentes (trabalhadores).

Essa postura política, também presente em outros autores do período que apoiaram a Revolução de fevereiro de 1848 fica clara em várias passagens da obra. Logo no início ele descrevendo a produção de alimentos que chegam à menina pelo café da manhã coloca de forma bem direta: “Não valia a pena começar a contar-lhe esta bela história, se, de vez em quando, não lhe tirássemos as consequências morais. E qual é a consequência moral da história de hoje? (...) Esse camponeio, do qual porventura escarnece, rindo da sua blusa de grosseiro estofado e dos seus tamancões, foi quem trouxe com sua calosa mão o que a menina come. Muitas vezes é para a servir que enegrecem e se sujam as

grosseiras mãos, em que recearia tocar, do operário de mangas arregaçadas.” (p.18) Em outro momento da obra observa: “o trabalho manual é para nós uma condição excelente de existência, um aumento de vida, uma superioridade, e que não se deve por conseguinte olhar muito sobranceiramente os que ganham o pão, como se costuma dizer, com o suor do rosto (...) porque o trabalho engrandece quem o aceita, e constitui uma verdadeira nobreza física.” (p. 172)

No entanto, a escrita de Macé não se apoia demasiadamente nas colocações morais, é antes leve e agradável mesmo tendo em vista o assunto tratado, o que talvez ajude a explicar o enorme sucesso que a obra alcançou. Em muitos momentos da narrativa ele tece comentários pessoais e engraçados como quando começa a discorrer sobre um assunto paralelo: “Fui já repreendido por pessoas as quais não faltava de todo a razão, e que me censuravam por perder tempo a parolar d’ isto e d’aquilo outro.” (p.37) Ou então: “(...) confesso que não desgosto de pensar quanto as três quartas partes de nossos atuais homens notáveis hão de fazer rir as criancinhas que viverem d’ aqui a duzentos anos. É que o tempo é muito vingativo, e reduz muitas coisas e pessoas as suas legítimas proporções.” (p. 92)

Em algumas passagens deixa explícito como conhecimento da ciência na época era limitado e aproveita para tecer comentários sobre sua visão de mundo. Um exemplo disso é o trecho onde não consegue explicar como o sangue, que nutre todos os órgãos, se transforma em pele, ossos, unha, olhos e outros tecidos. “O que se conclue d’ aqui, minha menina? Duas coisas. Primeira: que não entendemos nada d’ isto, o que a equipara com o maior sábio do mundo. Segunda: que o nosso corpo é um milagre permanente, um milagre que bebe, come, passeia (...) Deus habita nele.”(p. 103) Mais a frente no texto Macé deixa claro que Deus seria esse: “O Deus bondoso, não está tão longe da menina, como lhe parece. Não é um ente fantástico, exilado no seio desse espaço infinito, que os homens chamam céu, para dar-lhe um nome. Se a mão do onipotente se estende assim até os mais recônditos escaninhos do seu corpo, a voz dele fala também em seu coração, e cumpre escutar-lhe o que ele diz.” (p. 104)

Em muitos momentos da narrativa, principalmente na segunda parte, dedicada a fisiologia dos animais, o autor comenta sobre as semelhanças entre as diversas classes de animais e o ser humano e como esse conhecimento pode transformar a visão que os homens tem dos animais. Sobre a criação da Sociedade de Proteção dos Animais, fundada na França em 1845 e declarada de utilidade pública em 1860, o autor afirma: “Ora, o melhor arrazoado que se pode imaginar a favor do direito do animal a proteção é a viagensinha que vamos empreender através das classes dos animais.” (...) “Começemos pelo cavalo, por exemplo, um dos que mais vezes precisam que o protejam” (p. 210) É também com o objetivo de fazer o leitor pensar no direito dos animais a vida, que insere no texto uma passagem do romance *Tristram Shandy*, na qual Uncle Toby, ou Tio Tobias na tradução brasileira, se recusa a matar uma mosca, deixando claro para o leitor que a citação tinha um propósito. “Citei o Tio Tobias, que não era para aqui chamado, para ter o ensejo de lhe dar a ler dez linhas de Sterne, que eu desejava que todas as crianças vissem.”

Já no final do livro quando aborda a nutrição das plantas volta a veicular ideias peculiares sobre Deus, os seres humanos, os animais e toda a natureza. “Agora que estou a acabar lembro-me ter-lhe dito que a menina era um templozinho, em que Deus manifestava incessantemente a sua presença ativa por um milagre permanente. Pode agora considerar uma árvore mais que um pedaço de madeira que dá sombra. Deus também lá dentro está.” (p. 343)

Em alguns momentos da narrativa, percebemos a visão peculiar que Jean Macé tinha sobre a criança e a infância. Para ele a natureza é na criança uma força imperativa e deve ser assim compreendida. Ao contrário do que poderíamos esperar de um livro de meados do séc. XIX, o autor não pensa que a criança deva ser severamente moldada e sugere que professores levem em consideração essa natureza ao lidar com seus alunos. Como podemos ver no trecho a seguir, no qual compara as crianças aos passarinhos, na agitação causada por um coração que bate mais rápido e assim aquece o sangue:

“As criancinhas, que verdadeiramente são os pássaros chilreadores dos nossos lares, e cujo sangue é também propulsor muito mais enérgico do que o nosso, fazem muitas vezes o mesmo nessas grandes gaiolas chamadas escolas, e talvez os mestres não se zangassem tanto com ellas se pensassem em tudo. Convenho que é bom acostumar desde logo esses inquietos ruinzões a não se deixarem dominar, como verdadeiros pardaes, pelos impulsos completamente animaes do sangue; mas também é preciso contemporizar, como se diz, com eles, e saber deixar meio aberta a porta da gaiola em ocasião oportuna.” (p.262)

O que um livro destinado as crianças e jovens, publicado no Brasil por uma editora de matriz francesa, nas últimas décadas do séc. XIX pode nos revelar? Algumas coisas. A primeira é que o mercado de livros para jovens leitores não deveria ser tão diminuto assim, pois *História de um bocadinho de pão* recebeu duas edições muito diferentes em sua materialidade, visando provavelmente públicos distintos. Podemos também verificar que o espaço de tempo para que a obra fosse traduzida não era tão grande. Além disso, se a autoria da tradução pode mesmo ser atribuída a Visconde de Taunay isso revela por parte do editor uma preocupação em escolher tradutores de qualidade mesmo para obras voltadas a infância. Assim, as inúmeras ideias que chegavam ao país por meio de traduções de obras para crianças e jovens, como na “História de um Bocadinho de Pão”, vinham em edições luxuosas e também em simples brochuras, um pouco mais acessíveis aos diversos bolsos. Como essas leituras transformaram os leitores? É a pergunta que permanece e que gostaríamos de imaginar.

Bibliografia

ARROYO, Leonardo. *Literatura infantil brasileira*. 3. Ed. São Paulo: Unesp, 2011.

DUTRA, Eliana de Freitas. Leitores de além-mar: A editora Garnier e sua aventura editorial no Brasil. IN: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia. *Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: ED. UNESP, 2010. P. 67- 87.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1985.

KAHN, Pierre. *La leçons de choses*. Naissance de l'enseignement des sciences à l'école primaire. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2002.

LEÃO, Andrea Borges. Universos da devoção, sabedoria e moral - as Bibliotecas Juvenis Garnier (1858 e 1920). Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da FAE/UFMG. Educação em Revista (UFMG), Minas Gerais, v. 43, p. 189-208, 2006.

MACÉ, Jean. *História de um Bocadinho de Pão*. Rio de Janeiro: Garnier, 1897.

MARETTI, Maria Lídia L. *O Visconde de Taunay e os fios da memória*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

PAES, José Paulo. *Tradução a ponte necessária*. Aspectos e problemas da arte de traduzir. São Paulo: Ática, 1990.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *Memórias*. São Paulo: Iluminuras, 2004.



ESCRITA, EDIÇÃO E LEITURA
NA AMÉRICA LATINA

PARTE III

CIRCULAÇÃO DOS IMPRESSOS



De Os usos dos impressos na América Latina e na Europa:

circulações e transferências culturais

JEAN-YVES MOLLIER (UVSQ, FRANÇA)

Embora nosso argumento diga respeito essencialmente ao que outrora se denominava “Novo Mundo”, em oposição ao velho, sabe-se hoje, melhor do que ontem, que a América pré-colombiana conhecia o uso da escrita, tanto no norte quanto no sul do continente, assim como o do *códex*, o que aproxima necessariamente os métodos de trabalho, já que a codicologia medieval, para mencionar apenas um caso, não difere em essência da codicologia latino-americana. A dominação colonial exercida durante vários séculos sobre essa parte do mundo aproximou igualmente os destinos das populações submetidas aos seus poderes centrais, Madri ou Lisboa, produtores de uma “literatura cinza” – leis, decretos, regulamentos, etc. – aplicada dos dois lados do oceano

Atlântico¹. A leitura desses documentos se impõe a quem pretenda levar em conta, na sua análise, as condições econômicas, sociais, políticas e jurídicas que interferiam nos usos do manuscrito ou do texto impresso na época considerada, séculos XVI, XVII ou XVIII². Para o período das independências, no século seguinte, a manutenção de vínculos diversos e, sobretudo, de correntes de trocas, de mercadorias, de homens e de ideias entre as antigas metrópoles e as novas capitais torna igualmente indispensável a confrontação das fontes e das metodologias³. Para além desse quadro geral, nós veremos ainda que a história do livro, da edição e da leitura, três termos inextricavelmente ligados, não pode deixar de nutrir-se de uma abordagem cruzada Europa-América, como provam as produções do grupo de pesquisa sobre a circulação dos impressos e a mundialização da cultura que reúne há quatro anos cerca de trinta pesquisadores britânicos, brasileiros, franceses e portugueses⁴.

No que se refere mais diretamente à história da leitura, na América ou na Europa, outros fatores desempenham um papel de relevo – em especial a alfabetização, a educação, a religião –, o que torna obrigatória, também aqui, a comparação entre os dois continentes em razão do peso exercido durante muito tempo pela Igreja Católica nessas regiões. Se a Companhia de Jesus – os jesuítas – fracassou em sua tentativa de possuir o seu Estado, o Paraguai, ela pode ao menos consolar-se ao pensar que tem hoje um dos seus, Francisco, ainda por cima argentino, solidamente instalado no trono pontifical em Roma! Muitas outras ordens religiosas, notadamente franciscanos e sulpicianos, participaram na destruição dos cultos e religiões ameríndios, assim como na inculcação de suas próprias crenças⁵ para que se negligencie tudo o que concerne à Inquisição (o Santo Ofício), o *Index Librorum Prohibitorum*, a censura e o controle das

¹ Ver CASTILHO GOMEZ, Antonio. *Libro y Lectura em la Peninsula Ibérica y América. Siglos XIII a XVIII*, Salamanca, Junta de Castilla y León: Consejería de Cultura y Turismo, 2003.

² Ver GRUZINSKI, Serge. *Les quatre parties du monde: histoire d'une mondialisation*. Paris: La Martinière, 2004.

³ MOLLIER, Jean-Yves. "Sources and Methods in the History of the Book, Publishing and Reading", in *The Cultural Revolution of the Nineteenth Century: Theatre, The Book Trade and Reading in the Transatlantic World*. London and New York: Tauris and Palgrave, 2015.

⁴ *A Circulação transatlântica dos impressos: a globalização da cultura no século XIX (1789-1914)*, ABREU, Marcia e MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e *Circulação transatlântica dos impressos. Conexões*, ABREU, Marcia e DEAECTO MIDORI, Marisa (orgs.). Campinas: Publiel, 2014.

⁵ Ver BENASSAR, Bartholomé. *Histoire des Espagnols*, reedição Paris: Plon, coll. "Tempus", 2005.

opiniões ontem e hoje⁶. Desse ponto de vista, os trabalhos de Carlo Ginzburg sobre as crenças mais ou menos xamânicas do seu moleiro do Friuli, vítima da Inquisição romana⁷, não podem senão suscitar interrogações entre os pesquisadores latino-americanos que trabalham com populações arrancadas da África ou autóctones na América, a quem se proibia subitamente a adoração dos seus deuses sob o pretexto de que se tratava de ídolos e de superstições detestáveis⁸. Da mesma forma, há uma estreita relação entre as pesquisas feitas a propósito da leitura dos romances-folhetins pelos operários parisienses que se cotizavam para comprar os volumes de *Os Miseráveis* de Victor Hugo em 1862 e as que tiveram por objeto os fabricantes cubanos que pagavam um dos seus para ler em voz alta *O Conde de Monte Cristo* de Alexandre Dumas enquanto enrolavam as folhas de tabaco para transformá-las em charutos⁹.

As numerosas pesquisas realizadas sobre os homens do livro – impressores, editores, livreiros, representantes, administradores de gabinetes de leitura – permitem delimitar com grande clareza, doravante, as condições de produção de volumes ou de jornais, almanaques e revistas que, impressos em espanhol ou em português em Paris, eram transportados em navio para o Rio de Janeiro, Buenos Aires, Valparaíso, Acapulco, Veracruz ou Havana¹⁰. A leitura quase concomitante, a quarenta e depois a vinte dias de distância, ao sabor do capricho dos ventos e depois graças à força do vapor, permite delinear com maior inteligência os horizontes de expectativa e as recepções das obras literárias ou científicas nas duas margens do oceano Atlântico e na do Pacífico¹¹. A presença dos romancistas franceses nos catálogos dos gabinetes de leitura do Rio de Janeiro ou de Belém do Pará nos impede de imaginar qualquer atraso,

⁶ Ver BUJANDA, J.M. de. *Index librorum prohibitorum. 1600-1966*. Montréal: Médiaspaul/Genève, Droz, 2002, e, sobre os arquivos do *Index* romano, “Littérature et censure au XIX^e siècle”, *Mélanges de l’Ecole Française de Rome. Italie et Méditerranée*. MEFRI, 121-2/2009, p. 303-483.

⁷ GINZBURG, Carlo. *Il formaggio e I vermi. Il cosmo di un mugnaio del ‘500*. Turin: Einaudi, 1976.

⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala* [1933] para os primeiros trabalhos de sociologia religiosa a respeito do Brasil, especialmente Edison Carneiro, *Religiões Negras*, editado em 1933, a ser completado por Maria Isaura Pereira de Queiroz, “L’étude ethno-sociologique des faits religieux au Brésil”, *Archives de sociologie des religions*, 1960, vol. 9, p. 145-152, e Roger Bastide, *Les religions africaines au Brésil*. Paris: PUF, 1960, que inauguraram uma abundante literatura científica sobre o assunto.

⁹ MOLLIER, Jean-Yves. “Traduction et mondialisation de la fiction: l’exemple d’Alexandre Dumas père en Amérique du Sud”, *Vingt-Quatrièmes Assises de la traduction (Arles 2007)*. Arles: Actes Sud, 2008, e PEIXÃO, Alexandro. *Elementos constitutivos para o estudo do público literário no Rio de Janeiro e em São Paulo no Segundo Reinado*, tese de doutorado em sociologia, USP, 2012.

¹⁰ ABREU, Marcia. *Os Caminhos dos Livros*. Campinas - São Paulo: Mercado de Letras, 2003 e DEAECTO MIDORI, Marisa. *O Império dos Livros*. São Paulo: Edusp, 2011.

¹¹ Ver *Circulação transatlântica dos Impressos. Conexões, op. cit.*

seja na apropriação seja no conhecimento dessas construções imaginárias e autoriza, pelo contrário, uma história cruzada das maneiras de ler a literatura, a filosofia, a história, a sociologia ou as descobertas científicas e a sua vulgarização nos séculos XIX e XX¹². Se lermos atentamente o relato de Claude Lévi-Strauss sobre o seu ensino no Brasil no fim dos anos 1930, perceberemos que foram os alunos que o obrigaram, a ele e aos seus colegas, a ler os pensadores norte-americanos de que falavam as revistas e que os professores vindos da França ainda ignoravam, apesar de serem tidos como responsáveis por levar o “saber”, e tudo o que esse vocábulo encerra, a alunos passivos e embasbacados diante da extensão dos conhecimentos desses mestres que haviam sido descritos como autênticos sábios, portanto, como mais ou menos oniscientes¹³...

As geografias do livro

Embora a humanidade conhecesse a leitura desde muito antes do aparecimento da edição propriamente dita, no final do século XVIII no Ocidente, e apesar de terem existido livros sob a forma de *volumen* e depois de *códice*, na época dos manuscritos e nos princípios da imprensa, é efetivamente depois de 1750 que se veem reunidas as condições que permitem uma circulação acelerada dos impressos; e o nascimento da cultura de massa, após 1880, introduziu uma nova dimensão na apropriação dos textos por um grande número de leitores¹⁴. O exemplo do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, bem documentado graças aos trabalhos de Nelson Schapochnik e Sandra Guardini Vasconcelos¹⁵, confirma a importância do estudo minucioso dos volumes conservados nesse lugar central para a circulação dos impressos no Brasil de Dom Pedro II. Quer provenham de Paris quer das gráficas belgas que pirateavam as edições francesas, de Londres ou de Lisboa, os livros que entravam nos seus catálogos dizem alguma coisa sobre a intensa circulação das literaturas no século

¹² ESPAGNE, Michel. “La notion de transfert culturel”, *Revue Sciences/Lettres*, nº1/2013, digitalizado.

¹³ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Tropiques*. Paris: Plon, Coll. “Terre Humaine”, 1955.

¹⁴ MOLLIER, Jean-Yves; SIRINELLI, J.F. e VALLOTON, F. (editores). *Culture de masse et culture médiatique en Europe et dans les Amériques. 1860-1940*. Paris: PUF, 2006.

¹⁵ VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. “A rota dos romances para o Rio de Janeiro no século XIX”, *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, vol. 9/2006, p. 49-64, e SCHAPOCHNIK, Nelson. “Sobre a leitura e a presença de romances nas bibliotecas et gabinetes de leitura brasileiros: 1811-1900”, in: ABREU, Marcia (org.). *Trajatórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*, Campinas - São Paulo: Mercado de Letras, FAPESP, 2008, vol. 1, p. 155-170.

XIX e de uma forma de mundialização da cultura¹⁶. Como se encontra uma parte dos mesmos títulos na Amazônia, em Belém do Pará¹⁷, num outro gabinete de leitura, assim como em Salvador e em outras cidades, dispomos de sólidas balizas para empreender uma cartografia da implantação de espaços de leitura no interior do continente sul-americano. Na mesma linha, as pesquisas efetuadas por Marisa Midori Deaecto sobre o livreiro-editor Anatole Louis Garraux¹⁸, o equivalente paulista do carioca Baptiste Louis Garnier, sobre quem Eliana de Freitas Dutra e Lúcia Granja trabalharam¹⁹, lançam uma luz singular sobre o nascimento do campo literário brasileiro e a leitura dos romances ou dos ensaios colocados à disposição dos habitantes de São Paulo e do Rio de Janeiro por esses homens de negócios vindos das margens do Sena. Empreendedores de temperamento schumpeteriano, eles atravessaram o Atlântico para estabelecer no Brasil sólidas editoras ligadas à Paris, cidade onde mandavam imprimir uma parte considerável dos volumes que compunham os seus catálogos, o que confirma ainda mais a intensa circulação transatlântica dos impressos no século XIX²⁰.

Assim como a *Histoire de l'édition française* propôs aos seus leitores mapas da implantação das gráficas no século XVI, porque elas foram a base estratégica da difusão dos impressos no país após a revolução gutenberguiana²¹, conviria elaborar um atlas sul-americano dos comércios, especializados ou não, simples entrepostos ou autênticos gabinetes de leitura, que desempenharam um papel central na difusão dos livros e das revistas. Sem dúvida é mais simples iniciar esse trabalho a partir de uma base nacional, com a condição de desconfiar das simplificações impostas por uma visão retrospectiva das trocas e de ter em

¹⁶ VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. "Romans et commerce de librairie à Rio de Janeiro au XIXe siècle", *Histoire et civilisation du livre*. t. VIII/2012, p. 227-247.

¹⁷ AUGUSTI, Valeria. "Coleções editoriais de baixo custo e traduções de romances franceses no acervo do Grêmio Literário Português do Pará", *Revista Letras (UFPA)*, vol. 47/2013, p. 22-36.

¹⁸ MIDORI, Marisa Deaecto. *No Império das Letras: circulação e consumo de livros na São Paulo Oitocentista*, tese de doutorado em história econômica, USP, 2006, e "B.L. Garnier et A. L. Garraux: destins individuels et mouvements d'ensemble dans les rapports éditoriaux entre la France et le Brésil au XIXe siècle", *Les Français au Brésil. XIXe-XXe siècles*, dir. VIDAL, Laurent e LUCA, Tania Regina de. Paris: Les Indes savantes, 2011, p. 431-450.

¹⁹ DUTRA, Eliana de Freitas. *Almanaque Brasileiro Garnier*. São Paulo: Autêntica, 2005, e GRANJA, Lucia. "Entre homens e livros: contribuições para a história da livraria Garnier no Brasil". *Livro*, vol. 3/2013, p. 20-31.

²⁰ Ver MOLLIER, Jean-Yves. *O Dinheiro e as Letras. História do capitalismo editorial*. São Paulo: Edusp, 2009.

²¹ CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean e VIVET, Jean-Pierre (dir.). *Histoire de l'édition française*. Paris: Promodis-Éditions du Cercle de la Librairie, 1982-1986, 4 vol.

mente a geografia real dessas circulações que preferem em geral as vias de comunicação – rios e estradas antes das ferrovias – nas fronteiras administrativas fiscalizadas pelos aduaneiros. Como na Europa, outros atores do empréstimo ou da venda de livros devem ser igualmente identificados e, se possível, cartografados, quer se trate de escolas, não raro substitutas das livrarias para a compra de manuais e outros materiais impressos utilizados nas aulas, de bibliotecas, públicas ou privadas, em especial as das associações, círculos e outras lojas maçônicas, ou de *drugstores avant la lettre*, que por longo tempo, até o início do século XX, transformaram o livro numa mercadoria como as outras, não se envergonhando de ser misturada com a baixela, a roupa de cama, os medicamentos ou qualquer outro artigo procurado pelos consumidores²².

Também aqui é preciso fugir dos preconceitos e das simplificações impostos pelas mutações devidas à especialização dos ofícios e das profissões nos séculos XIX e XX. Quando se organizou, em 1996, na Universidade de Versalhes Saint-Quentin-en-Yvelines, o primeiro colóquio dedicado à livraria francesa no século XIX, muitos profissionais descobriram com estupefação que a livraria tal como a conhecemos – um comércio ultraespecializado na venda de livros – era uma invenção recente e que, até 1870, e por vezes até 1914 nas regiões mais afastadas da capital, um gabinete de leitura podia ao mesmo tempo vender queijos de cabra e emprestar livros, enquanto uma livraria de província propunha à sua clientela papel de parede, cortinas e trabalhos em crochê, artigos de papelaria, tinta e canetas juntamente com livros e revistas, o almanaque, no fim do ano, reencontrando uma parte da atratividade que outrora exercera²³. Dessa constatação, abundantemente verificada na América do Sul, convém tirar a conclusão de que a consulta dos anuários e de outros catálogos profissionais deve ser considerada como uma obrigação pelos pesquisadores, sem contudo esquecer de localizar o impresso onde quer que ele tenha podido circular e não

²² Ver FELKAY, Nicole. “La librairie Bossange”, in GALARNEAU, Claude; LEMIRE, Maurice. (dir.). *Livre et lecture au Québec (1800-1850)*. Québec: Institut de recherche pour la culture, 1988, p. 43-58, e BARBUY, Heloisa. “Commerce français et culture matérielle à São Paulo dans la seconde moitié du XIXe siècle”, *Les Français au Brésil. XIXe-XXe siècles*, VIDAL, Laurent e LUCA, Tania Regina de (dir.). Paris: Les Indes savantes, 2011, p. 215-230.

²³ MOLLIER, Jean-Yves (dir.). *Le commerce de librairie en France au XIXe siècle. 1789-1914*. Paris: IMEC Editions, 1997.

apenas ali onde se julgava poder encontrá-lo em virtude de uma reconstrução *a posteriori* que pode mascarar as circulações reais do livro. Longe de ser um produto que se comprava simplesmente quando novo, durante muito tempo o livro foi objeto de um comércio de *second hand*, como dizem os britânicos, um produto que se encontrava facilmente nas barracas das festas sazonais, no cesto, na caixa ou na carriola do mascate e que se adquiria na feira, na esquina ou nos lugares mais frequentados pelos vendedores ambulantes²⁴. As vendas em leilão, realizadas no grito, praticadas por aqueles a quem se chamava leiloeiros, para insistir na flutuação dos preços ao sabor da oferta – o leilão – ou da sua ausência, com frequência assinalados na imprensa, em Quebec e nas colônias inglesas da América do Norte no fim do século XVIII, fornecem desse ponto de vista a sua parcela de informações preciosas acerca dessas práticas tanto comerciais quanto culturais²⁵.

Os pesquisadores conhecem bem o interesse de recorrer às declarações de sucessão e aos inventários instituídos pelos notários a fim de detectar a presença de livros na cidade ou no campo e acrescentar, assim, outros lugares àqueles onde foram localizados materiais impressos²⁶. As *haciendas* e outras fazendas que possuíam bibliotecas promoveram a aculturação não apenas das famílias dos proprietários mas também da criadagem, de uma parte dos escravos das plantações que ouviam certas leituras feitas em voz alta ou manuseavam livros, abriam ou folheavam livros, abriam-nos, folheavam-nos, ainda que fosse apenas para desempoeirá-los, como mostraram vários pesquisadores, entre eles Marcia Abreu²⁷. Os estudos realizados tanto na ilha de Reunião quanto nas Antilhas e, naturalmente, no Brasil ou na América espanhola confirmam essa apropriação particular do livro, durante muito tempo negligenciada pelos historiadores da cultura²⁸. Eles complicam singularmente o trabalho dos cartógrafos amadores ao acrescentarem novas localidades às anteriores e ao irrigar subitamente as zonas, *a priori* desérticas quanto à presença do livro, com

²⁴ *Idem*.

²⁵ KIRSOP, Wallace. "Bookseller catalogues 1473-1810: a review essay". *Script and Print*, vol. 35/2011, p. 168-174 e GALARNEAU, Claude; LEMIRE, Maurice (dir.), *Livre et lecture au Québec*, op. cit.

²⁶ MOLLIER, Jean-Yves. *O Dinheiro e as Letras...*, op. cit.

²⁷ ABREU, Marcia; BRAGANÇA, Aníbal (orgs.), *Impresso no Brasil dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

²⁸ COQUERY-VIDROVITCH, Catherine; MESNARD, Eric. *Etre esclave. Afrique-Amériques, XVe-XIXe siècle*. Paris: La Découverte, 2013, e BASTIDE, Roger. *Les Amériques noires*. Paris: L'Harmattan, 1996.

múltiplos canais que explicam a extraordinária dificuldade para determinar as trajetórias da leitura²⁹. Quem tenha trabalhado, como Jerusa Pires Ferreira, sobre os canais utilizados pelos contos originários da Rússia para chegar ao Brasil³⁰ sabe quanta paciência é necessária para tentar reconstituir essas perambulações, essas bifurcações, essas idas e voltas que nada têm a ver com os eixos habituais de circulação ou as grandes vias navegáveis. A presença dos primeiros saint-simonianos ou fourieristas no Brasil, a geração dos anos 1840 estudada por Cláudia Poncioni para o Estado de Pernambuco³¹, contribuiu assim fortemente para a leitura de teóricos que os livreiros teriam desprezado se esses pioneiros do socialismo e das comunidades de tipo falansteriano não tivessem sido chamados ao Brasil por razões que evidentemente nada tinham a ver com a sua ideologia³².

Como se vê, tentar reconstituir uma geografia do livro e dos impressos e dela extrair mapas ou mesmo um atlas capaz de esclarecer a circulação real dos livros ou dos jornais apresenta múltiplas dificuldades, mas é uma etapa indispensável para a reconstituição da vida cultural de outrora, o termo *cultura* sendo tomado aqui no seu sentido etnológico. Isso significa, em especial, que a circulação dos livros de culinária, das obras de medicina prática, humana ou veterinária, dos manuais de vulgarização, dos catálogos das grandes lojas apresenta tanto interesse quanto a dos *best-sellers* ou dos grandes romances de Dickens ou Dumas, que se encontram presentes em toda parte na América do Sul³³. Aliás, basta percorrer hoje o Peru ou a Colômbia, observar os múltiplos lugares onde se encontram livros para vender ou alugar, para compreender até que ponto o comércio do livro usado, *d'occasion*, como se diz em francês, é ainda mais revelador da circulação dos bens culturais do que o do livro novo³⁴. A mesma nota poderia ser feita se tomássemos como posto de observação a Rússia pós-soviética, onde o livro é objeto de trocas inumeráveis na saída das

²⁹ ABREU, Marcia. *Os Caminhos dos Livros*, op. cit.

³⁰ FERREIRA, Jerusa Pires. *Matrizes Impressas do Oral. Conto Russo no Sertão*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.

³¹ PONCIONI, Claudia. *Pontes e ideias, Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2010.

³² GALLO, Ivone. "Une expérience de communauté fouriériste au Brésil: le phalanstère de Sai (1841-1843)", *Les Français au Brésil. XIXe-XXe siècles*, op. cit., p. 165-180.

³³ MORETTI, Franco. *Atlante del romanzo europeo (1800-1900)*. Turin: Einaudi, 1997.

³⁴ Ver também os estudos sobre a literatura de cordel e o catálogo contendo 7300 folhetos reunidos por Maria Alice Amorim em um CD distribuído por FUNCULTURA e pelo Governo de Pernambuco.

estações de metrô, ou a Argentina dos anos de crise econômica e muitos outros países do planeta. O sucesso das feiras e festivais do livro de Caracas, Guadalajara, Havana, Rio de Janeiro ou São Paulo não deve ocultar as navegações subterrâneas dos riachos que alimentam a leitura pelo continente afora, embora seja muito mais delicado medir os seus efeitos³⁵.

Das livrarias transatlânticas e da sua influência na circulação dos livros

Detenhamo-nos por um instante em três editoras que exerceram uma influência profunda em matéria de circulação de livros e revistas no século XIX e que provinham de um ramo comum, a família Garnier, originária do Cotentin, península situada na Baixa-Normandia, não longe das praias onde ocorreu o desembarque das forças aliadas no mês de junho de 1944. A imponente *Librairie Garnier frères* da rua de Lille, em Paris, era também a sede da editora *Garnier y Hermanos*, especializada na impressão de livros em castelhano. Após a compra, em 1849, da firma *Salva, Vicente y Hijo*, fundada por Vicente Salva Pérez em Valência em 1808, transportada depois para Londres em 1824 e finalmente para Paris em 1835, Auguste e Hyppolyte Garnier viram-se à frente de uma importante *Librería Española y Classica* situada “Calle des Saints-Pères n° 6”³⁶ para a qual abriram sucursais em Buenos Aires e na Cidade do México, e talvez igualmente em outros lugares do continente americano³⁷. A essas duas empresas que não cessavam de imprimir e remeter livros e revistas para toda a América Latina no século XIX, convém acrescentar a Livraria Garnier Irmãos do Rio de Janeiro, que se tornou a Livraria de B.L. Garnier depois que Baptiste Louis cortou os vínculos financeiros que o ligavam aos seus irmãos³⁸. A independência do seu comércio não o impediu de forma alguma de mandar imprimir em Paris, em

³⁵ MOLLIER, Jean-Yves. *O Camelô. Figura emblemática de Comunicação*. São Paulo: Edusp, 2009.

³⁶ Os catálogos das três livrarias Garnier de Paris, Cidade do México e Rio de Janeiro estão conservados na Bibliothèque nationale de France nos fundos Q10B.

³⁷ MOLLIER, Jean-Yves. *O Dinheiro e as Letras. História do Capitalismo Editorial*, op. cit., p. 321-339.

³⁸ GRANJA, Lucia. “Entre homens e livros: contribuições para a história da livraria Garnier no Brasil”, *Livro*, vol. 3/2013, p. 20-31.

português, as obras que ele destinava ao mercado brasileiro, nem de manter com os seus dois irmãos que permaneceram na França uma estreita correspondência, infelizmente desaparecida ou indisponível em nossos dias. Uma vez que o Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e outros estabelecimentos comparáveis situados no Brasil possuíam, nos seus catálogos, livros em francês provenientes da *Librairie Garnier frères*, é em três línguas – espanhol, francês e português – que esses homens de negócios particularmente empreendedores contribuíram para a aculturação dos seus contemporâneos e, assim, para o desenvolvimento incontestável da leitura na América do Sul.

Um grupo de trabalho foi constituído recentemente para tentar sistematizar a pesquisa, em escala continental, referente aos três livreiros Garnier. Ele estabeleceu como tarefa a análise comparada dos catálogos impressos nas três línguas e, em particular, o estudo das obras que se encontram em cada um desses acervos³⁹. Paralelamente a essas pesquisas, das quais participam tanto Eliana Dutra quanto Lúcia Granja e eu mesmo, outros historiadores se interessam pelo eixo clandestino do comércio dos três normandos, o domínio das *curiosas*, como se diz pudicamente, a literatura erótica ou mesmo pornográfica, reunindo tanto textos quanto imagens. A partir das listas de apreensões policiais efetuadas em Paris e da relação precisa das obras retiradas do mercado, obras do marquês de Sade ou de outros autores eróticos dos séculos XVIII e XIX, de gravuras de Aretino⁴⁰ etc., Luís Carlos Villalta e outros colegas se empenham em acompanhar a entrada desses volumes nas bibliotecas privadas do Novo Mundo⁴¹. Todos compreendem o interesse desse tipo de estudo que extrapola evidentemente o da leitura, ou antes, confirma que, longe de ser um domínio reservado aos especialistas da educação, esse canteiro da história envolve a psicologia, a estética, os tabus e as proibições, a censura, a história das ideias e das modas, a sexualidade, em suma, mergulha no âmago de uma visão antropológica que passa entretanto pelo estudo material das marcas deixadas pelo comércio do livro tanto nos arquivos da polícia, da Justiça e das

³⁹ Ver *Colóquio internacional Crossings. Travessias. Traversées*, São Paulo, 29-31 outubro 2014.

⁴⁰ MOLLIER, Jean-Yves. *O Dinheiro e as Letras...*, op. cit., p. 327.

⁴¹ VILLALTA, Luiz Carlos. "La circulation des livres libertins au Portugal et au Brésil (autour de 1750-1815)" in: *Le commerce transatlantique de librairie COOPER-RICHET*, Diana; MOLLIER, Jean-Yves. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, IEL, 2012, p. 221-249.

alfândegas quanto nos da Igreja Católica⁴². Se pusermos esse comércio clandestino em ressonância com a formação do campo literário no Brasil e em outros países do continente sul-americano, vemos aparecer outras pistas para investigações aprofundadas nos processos da própria escrita da literatura dessa região do mundo.

Como no caso das livrarias *Rosa y Bouret*, estudadas por Laura Suárez de la Torre e Arnulfo Uriel de Santiago Gómez⁴³, que mandavam imprimir em Paris uma parte dos livros utilizados no México, ou da livraria de Anatole Louis Garraux, tão cara a Marisa Midori, as livrarias Garnier de Paris, Rio de Janeiro, Buenos Aires e Cidade do México contribuíram intensamente para impor *habitus* culturais que se encontram presentes em outras regiões do mundo. Prova evidente de um autêntico começo de mundialização de certas práticas culturais, essas empresas irradiaram para muito além da cidade na qual estava instalada a sua sede social⁴⁴. Eis por que o seu estudo sistemático nos parece necessário, e o exame dos catálogos conservados tanto na Biblioteca nacional da França – nas três línguas para os três acervos considerados – quanto nas de Buenos Aires, Cidade do México e Rio de Janeiro pode revelar-se extremamente útil para o conhecimento das circulações transatlânticas das obras e das correntes de onde elas vêm. Pela primeira vez nesta escala, um programa de pesquisas que tenha por objeto as três editoras e livrarias de primeiro plano poderia resultar numa melhor compreensão da vida cultural das grandes capitais, das transferências de obras e ideias, das modas e dos gostos, assim como da progressão da leitura nos países em questão. Fornecedoras de gabinetes de leitura que lhes compravam uma parte dos seus estoques, de bibliotecas que efetuavam um bom número das suas compras a partir do despojamento de seus catálogos e de círculos ou instituições diversas que procediam de maneira idêntica, elas estavam em condições de penetrar profundamente no imaginário dos leitores e de ali permanecer por um longo período.

⁴² Ver DURAND, Pascal; HÉBERT, Pierre; MOLLIER, Jean-Yves e VALLOTTON, François (dir.). *La censure de l'imprimé. Belgique, France, Québec et Suisse romande, XIXe et XXe siècles*. Québec: Ed. Nota Bene, 2006.

⁴³ TORRE, Laura Suarez de la. *Impressions du Mexique et de France/Impressionnes de Mexico y de França, Mexico, Instituto Mora/Paris, MSH, 2009 e Constructiones de un cambio cultural. Impresores, editores et librerios en la ciudad de Mexico. 1830-1855*. Mexico: Instituto Mora, 2009; GOMEZ, Arnulfo Uriel de Santiago. *Edition et librairie françaises au Mexique au XIXe siècle*, thèse de doctorat en histoire, EHESS, 2008.

⁴⁴ MOLLIER, Jean-Yves. "Pour une approche globale de l'histoire du livre, de l'édition et de la lecture". in: MAUREL, Chloé (dir.). *Essais d'histoire globale*. Paris: L'Harmattan, 2013, p. 93-103.

Da leitura ao livro e do livro ao viver juntos

Muito presente na Europa, particularmente na França e em Paris, a América espanhola e a América portuguesa não se contentaram em registrar os diversos movimentos que agitavam a Cidade Luz. Se na *Vie parisienne* de Offenbach um brasileiro confessa ir gastar em Paris o dinheiro que amealhou explorando o trabalho dos seus operários, é certo que na realidade mais prosaica da vida cotidiana as trocas eram constantes e as transferências muito menos unilaterais do que se acreditou por muito tempo com base nas confidências ou nas correspondências deslumbradas desses viajantes⁴⁵. Para tomar apenas um exemplo, que envolve os domínios da política, da economia e da cultura, o engenheiro Louis Léger Vauthier, que trabalhou na modernização de Pernambuco antes de 1848 e contribuiu para a difusão do fourierismo no Brasil, foi também um dos deputados do departamento do Cher na Assembleia Legislativa parisiense de 1849. Companheiro dos revolucionários Auguste Blanqui e Armand Barbès nas prisões de Doullens e de Belle-Ile-en-mer, onde utilizava os seus conhecimentos de engenheiro politécnico especialista em engenharia rodoviária para cavar túneis que permitissem aos seus amigos fugir do cárcere, foi ele, sem nenhuma dúvida, um dos primeiros passadores da cultura brasileira para a França⁴⁶, mas, como Cláudia Poncioni encontrou apenas a parte do seu *Diário* referente aos anos de 1840-1846, que havia sido utilizada e analisada por Gilberto Freyre no seu tempo, ignora-se tudo a respeito dessa transferência do Brasil para a França e da qual, no entanto, um estudo pormenorizado seria muito precioso⁴⁷.

O estudo do *barrio latino* parisiense já foi empreendido, mas o da comunidade brasileira – ou dos grupos formados pelos viajantes desse país na França e na Europa – só foi feito de maneira muito imperfeita⁴⁸. Ora, os latino-

⁴⁵ Laurent Vidal e Tania Regina de Luca, *Les Français au Brésil. XIXe-XXe siècles, op. cit.*, e Olivier Compagnon, “L’Euro-Amérique en question. Comment penser les échanges culturels entre l’Europe et l’Amérique latine ?”, *Nuevo Mundo. Mundos nuevos*, février 2009.

⁴⁶ MOLLIER, Jean-Yves. *Dans les bagnes de Napoléon III. Mémoires de Charles-Ferdinand Gambon*. Paris: PUF, 1983.

⁴⁷ PONCIONI, Claudia; PONTUAL, Virginia (dir.). *Un ingénieur du progrès, Louis-Léger Vauthier entre la France et le Brésil*. Paris: Michel Houdiard éd., 2011.

⁴⁸ BRUNEL, Pierre (dir.). *Paris et le phénomène des capitales littéraires*. Paris: Presses de la Sorbonne, 1986, 3 vol.; CHONCHOL, Jacques; MARTINIÈRE, Guy (dir.). *L’Amérique latine et le latino-américanisme en France*.

americanos no seu conjunto contribuíram evidentemente para a fixação de imaginários, de representações ou mesmo de ideias falsas que devem ser esclarecidos. O orientalismo e o exotismo são decerto categorias ou conceitos sistematicamente empregados pelos pesquisadores para respaldar as suas observações, mas seria útil precisar concretamente o modo como se formaram esses esquemas mentais nos quais o bestiário sul-americano, a flora local, as ilustrações presentes nas revistas e nos livros desempenharam um grande papel. Também aqui, um estudo sistemático das imagens e das suas circulações, da América para a Europa e vice-versa, traria um fluxo de informações que permitiriam compreender melhor as representações de uns e outros. O domínio da escravidão e dos imaginários por ela gerados entra plenamente nessas considerações, e estamos longe de haver esgotado os recursos que ele oferece a quem tente penetrar os seus arcanos, o exame atento da poesia e do romance europeus também pode contribuir para esclarecer partes inteiras da fixação das representações mentais no século XIX ou no XX.

Chegando ao fim desta rápida exposição, concluiremos provisoriamente que a confrontação das fontes e dos métodos em matéria de história dos impressos deve permitir aos pesquisadores dos dois continentes em questão progredir na compreensão dos universos mentais das populações sobre as quais trabalham, e a comunidade de destino que supõe a imigração maciça, em certas épocas, de europeus para a América do Sul entra evidentemente nesse programa. Se é banal, desse ponto de vista, insistir nas condições objetivas – miséria, desemprego, guerras etc. – que levaram milhões de homens e mulheres a transpor a barreira constituída pelo oceano Atlântico, outras motivações, tiradas dos imaginários que então se formaram, desempenharam igualmente um papel que cabe aos pesquisadores tentar desvendar. Do livro, da revista ou do jornal que falavam do Brasil, da Argentina ou do Peru aos franceses ou aos italianos que os folheavam ou devoravam, permanecem traços suficientes para que esse trabalho possa, também ele, ser empreendido. Aliás, ele é indispensável para quem pretenda demonstrar a vontade de viver juntos que surgiu no século XIX e no começo do XX, quando à imagem do Eldorado tradicional vieram juntar-se

Paris: L'Harmattan, 1982; LEENHARDT, Jacques ; KALFON, Pierre. *Les Amériques latines en France*. Paris: Gallimard, 1992 e ROLLAND, Denis. *L'Amérique latin et la France. Réseaux et acteurs*. Rennes: PUR, 2011.

representações mais concretas de Salvador, do Rio de Janeiro ou de São Paulo, de Buenos Aires, Valparaíso, Lima ou Caracas...

Producción editorial, circulación y consumo del libro colonial poblano en la ciudad de México:

redes comerciales de la familia del impresor Pedro de la Rosa (1777-1821)

MARINA GARONE GRAVIER (UNAM, MÉXICO)

Nuestro conocimiento actual de la cultura impresa en México está constituido por un archipiélago de información dispersa. Si queremos averiguar qué se ha escrito sobre la tipografía en los estados el panorama es desolador ya que de la segunda ciudad más longeva en el arte tipográfico nacional, Puebla de los Ángeles, contamos apenas con algunos repertorios también parciales y dispersos. La bibliografía de Medina, *La imprenta en la Puebla de los Ángeles (1640-1821)*, con las adiciones que a ella le hizo Florencio Gavito; las numerosas obras sobre la Biblioteca Palafoxiana; el conciso pero imprescindible estudio de Francisco Pérez Salazar, *Los impresores de Puebla en la época colonial*, y el panorámico de José Miguel Quintana sobre las Artes Gráficas en Puebla. Y de

manera un poco más específica, una tesis sobre la marca del impresor Diego Fernández de León, ensayos sobre la dinastía de los Borja y Gandía y la reciente compilación *Miradas a la cultura del libro en Puebla*, que compendia varios ensayos sobre distintos aspectos del ámbito libresco angelopolitano. Por esa relativa escasez informativa, en esta ocasión presentaremos un acercamiento a la labor de la imprenta de Pedro de la Rosa, el impresor ilustrado más activo y agresivo, que no solo engrandeció su negocio sino que estableció un nutrido conjunto de relaciones comerciales e intercambio con la ciudad de México, con esta ponencia deseamos aportar información inédita sobre un impresor del siglo XVIII y cómo incluyó en la organización del tráfico interno de impresos en la Nueva España a finales del siglo XVIII.

Pedro José de la Rosa, fue hijo de Francisco Xavier de la Rosa y de Micaela Jacinta Contreras, y se casó en Puebla el 8 de mayo de 1762 con María de la Luz Ortega, hija de Cristóbal Tadeo de Ortega y de Agueda Talledo.¹ De ese matrimonio nació María Manuela de la Rosa y Ortega, quien sería la depositaria por línea materna del privilegio de impresión de convites que los Ortega venían ejerciendo desde la compra del taller a José Pérez y nates de Diego Fernández de León. Pedro enviudó y volvió a casarse con Mariana de la Carrera Fuentes, el 1 de noviembre de 1767. Del segundo matrimonio nació Pedro Ignacio Cayetano, que en la historia de la tipografía poblana sería conocido como Pedro Pascual de la Rosa y Ortega.² No sabemos exactamente cuándo murió Pedro José pero fue antes de 1819, a juzgar por las referencias dadas en el pleito por el privilegio de imprenta que se dio entre sus descendientes y del padre Furlong de la Oficina del Oratorio de San Felipe Neri.

El documento que nos revela el enlace de las estirpes de Ortega y Bonilla y de la Rosa se encuentra en el Archivo General de la Nación, y se trata de una orden dirigida del Virrey al gobernador de la ciudad de Puebla para que proceda en la pretensión de Pedro, para que se le “permita a su hija —María Manuela de

¹ La boda se celebró ante el canónico Br. Luis Bernardo Mellado Rivadeneyra y los testigos fueron Francisco de Ortega, hermano de María de la Luz, y Juan de Alba. Pérez Salazar, *op. cit.*, p. 391.

² Pérez Salazar explica que fue consagrado a san Pedro Pascual y por tal razón se lo conoce con ese nombre. *Op. cit.*, p. 356.

la Rosa y Ortega,³ menor de edad— y *otras mujeres, imprimir*”, indicando que sea *con anuencia del administrador de la imprenta perteneciente a los Colegios*.⁴ Esos “Colegios” eran los de San Juan y San Pedro, que para ese año ya tenían como propia la imprenta de San Ignacio que había sido de los jesuitas. Como indica el historiador Pérez Salazar: “Este artículo fue fallado a su favor [de los Colegios], con gran pesadumbre seguramente del impresor de la Rosa, pues la competencia industrial quedaba en pie y, además, sujeto él a las resultas de un juicio largo y costoso.”⁵

Como mencionamos arriba, cuando se desató nuevamente la invasión del privilegio de impresión de los Ortega por parte de los Colegios, parece ser que la salida técnica por la que optó Pedro de la Rosa para abatir la competencia que tenía fue la renovación de su taller, hecho que se constata con claridad a través de varias acciones y a partir del año 1777.

El pie de imprenta “Oficina Nueva Matritense, en el Portal de las Flores”, es la bisagra que surgirá antes que el nombre de Pedro se comience a plasmar en los impresos poblanos. Aunque Medina le atribuye equivocadamente a Pedro haber impreso por espacio de medio siglo,⁶ cuando en realidad fueron padre e hijo, es un hecho que de la Rosa fue más que un mero comerciante a juzgar no solo por las atinadas operaciones financieras que engrandecieron su establecimiento y lo impulsaron a hacer llegar su producción a la ciudad de México, sino también porque como se puede leer en la portada de la edición de 1787 de la *Margarita seraphica* de fray José de los Reyes, fue impresa “con tipos fundidos por de la Rosa o bajo su dirección.”⁷ En este punto Pedro compartirá la misma inquietud de actualización y mejoras tecnológicas que algunos impresores

³ La sobrina de Pedro de la Rosa aparecerá en escena algunos años más tarde, y su esposo Miguel Antonio Hernández Navarro, le causará no pocos dolores de cabeza a la familia. El 2 de abril de 1784, María Manuela se casó en Puebla con Miguel, natural de Córdoba, Veracruz, ellos tuvieron de hija a María Guadalupe Hernández de la Rosa y Ortega, depositaria por línea materna del privilegio de impresión de los Ortega. Cuando surgió el pleito de los colegios, Hernández Navarro vio oportunidad de recuperar el privilegio, haciendo las reclamaciones pertinentes a su cuñado Pedro Pascual de la Rosa.

⁴ AGN, *General de Parte*, Vol. 51, Exp. 127, año 1773, fs. 133r-133v. Di a conocer este documento en el ensayo: “Impresoras hispanoamericanas: un estado de la cuestión”, *Butlletí de la Reial Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona*, Barcelona, LI 2007-2008, Años académicos CCLXXIX-CCLXXX, pp. 451-472.

⁵ Pérez Salazar, *op. cit.*, p. 354.

⁶ Medina, *op. cit.*, p. XL.

⁷ Medina ofrece el facsímil de la portada de la *Margarita seraphica*... Medina, *op. cit.*, p. 538.

coetáneos de la ciudad de México: José Fernández de Jáuregui, José de Hogal y Felipe de Zúñiga y Ontiveros.⁸

Además de sus labores editoriales cotidianas, Pedro debió seguir adelante con la defensa de sus privilegios de catecismos y gramáticas ya que del 14 de agosto de 1777, hay dos documentos en el Archivo General de la Nación, ambos expedidos por el Consejo de Indias. En el primero se piden informes sobre el privilegio que solicita de la Rosa para que en su imprenta se hagan los actos, conclusiones y papeles de convite,⁹ y en el segundo, el más importante, se ordena al Virrey de Nueva España que “enterado [el Consejo] de los particulares que se citan, relativos al privilegio concedido a Pedro de la Rosa, para que en su imprenta, y no en otra, se puedan imprimir las actas, conclusiones y papeles de combite que se ofrezcan en la ciudad de Puebla, informe lo que se ofrezca, y que ejecute lo que se expresa.”¹⁰ Aunque los documentos de remate y adjudicación están fechados en 1783¹¹ y 1785,¹² respectivamente, es posible que poco antes, Pedro iniciara la impresión de cartillas y gramáticas, ya que también de 1777 encontramos un documento en que lo vemos relacionado con este tipo de obras, que serán desde entonces, y además de la impresión de actos y convites, el otro pilar económico de su taller tipográfico.¹³

En 1782, Pedro pujó en la capital del virreinato por el arrendamiento de otro privilegio que correspondía al Hospital General de Naturales de la Ciudad de México,¹⁴ para imprimir cartillas y doctrinas, que puede leerse en los preliminares de la *Explicación de la Sintaxis*, del padre Zamora (1783).¹⁵ Nosotros

⁸ La historia del nutrido flujo de materiales tipográficos españoles a México, desde la década de 1770 en adelante, está documentado en mi artículo: “A vos como protectora busca la imprenta ¡oh María! Pues de Christo en la agonía fuiste libro, é impresora: una muestra tipográfica novohispana desconocida (1782)”, *Gutenberg Jarhbuch* 2012, pp. 211-234.

⁹ AGN, Reales Cédulas Originales, Vol. 111, Exp. 237, agosto 14 de 1777, 3 fs.

¹⁰ AGN, Reales Cédulas Originales, Vol. 238, Exp. 109, 14 de 1777, 3 fs.

¹¹ AGN, Alcaldes Mayores, Vol. 8, 125 fs, Marzo 21 de 1783.

¹² AGN, General de Parte, Vol. 69, Exp. 143, año 1785, 239-245v fs.

¹³ AGN, General de Parte, Vol. 57, Exp. 249, año 1777, 211v-212 fs.

¹⁴ Para lograr adquirirlo, Pedro había llegado a pagar por él, 1,750 pesos anuales para el Hospital de Naturales, 100 pesos para papel en blanco de las Secretarías del Virreynato y se comprometía a imprimir de forma gratuita todos los bandos y circulares del Superior Gobierno y del Real Erario, todo lo cual le acarreo grandes pérdida.

¹⁵ “Tiene privilegio por S.M. (Q.D.G.) don Pedro de la Rosa, mercader de libros en la Ciudad de la Puebla de los Angeles, para imprimir en todo este reino de Nueva España el Catecismo de la Doctrina Cristiana y todo lo perteneciente a su explicación, como asimismo los Libros y Oraciones de los Estudios menores, y que ninguna persona los pueda imprimir ni vender sin su permiso, baxo la pena de dos mil pesos, pérdida de los

hemos localizado el mismo texto en las ediciones de 1785 y 1793 y también en la *Prosodia, o, Tiempo de la syllaba latina, segun el libro quinto del arte del P. Juan Luis de la Cerda, de la Compañía de Jesus*, elaboradas por Zamora e impresas en 1785.

En 1787, una vez terminado el plazo del citado remate que fue por cinco años, volvió don Pedro a rematar el arrendamiento por otros cinco años más —es decir hasta 1792—, esta vez bajando el monto a 900 pesos anuales, aproximadamente la mitad de lo que había ofrecido en la primera instancia. Posteriormente, siguió sin duda usando este privilegio, pues existen al menos dos documentos en el Archivo General de la Nación que lo certifican: en 1804 se indica que se notifique a Pedro de la Rosa para que acuda a recibir el despacho de aprobación del asiento de impresión de cartillas,¹⁶ y el 3 de octubre de 1805, en la que el Rey aprueba otro remate 9 años a cambio de la impresión de papeles para el Gobierno.¹⁷

En 1778 se realizaron otras dos actuaciones legales que permiten rastrear los pasos que Pedro estaba dando en el negocio. En primer lugar se solicita al Gobernador de Puebla “haga que se publique el bando notificando a los impresores de dicha ciudad no impriman catecismo y gramáticas que se refieren a Puebla”¹⁸ y se aprueba el remate en arrendamiento por 5 años, hecho de cajones y jacales en la plaza pública de Puebla, a favor del impresor poblano.¹⁹

Vinculado con ese arrendamiento de cajones, hemos localizado un plano con imagen de la Plaza Pública de Puebla en donde se muestran las calles aledañas, construcciones como portales, el cementerio de la catedral, el Palacio, la Alhóndiga, los jacales antiguos y nuevos, las Plazuelas de Cajones, la picota y en el centro una fuentes de dos pisos adornada en su parte superior con un ángel sosteniendo en la mano derecha una espada. En la parte inferior se encuentran las especificaciones de las medidas y de uso de las construcciones. El documento y plano van dirigidos a Don José de Cossio, Administrador de la Real

ejemplares impresos y de todos sus moldes, con lo demás que se contiene en el expediente original dado en México á 16 de Julio de 1783”. Medina, *op. cit.*, p. XXXIX.

¹⁶ AGN, General de Parte, Vol. 65, Exp. 263, año 1804, 225-228 fs.

¹⁷ AGN, General de Parte, Vol. 80, Exp.70, año 1805, 81-88v fs.

¹⁸ AGN, General de Parte, Vol.58, Exp.58, año 1778, 84v f.

¹⁹ AGN, General de Parte, Vol. 60, Exp. 233, año 1778, 202-203v fs.

Renta, a fin de que se le mande el presupuesto para la obra a Don Pedro de la Rosa.²⁰

Es evidente que la defensa de los privilegios previos, el arrendamiento de nuevos espacios de comercialización de libro, así como también haber emprendido la edición de nuevos géneros editoriales, específicamente los que se refieren a las gramáticas, las cartillas y los catecismos, implicaron para Pedro redoblar las actividades empresariales, y por lo tanto pronto se hizo sentir la necesidad de contar con buenos operarios y mejorar las instalaciones del taller de imprenta. Aunque no estamos completamente seguros que hayan trabajado con Pedro, con fecha 1784 y 1786 encontramos en el Archivo del Sagrario Metropolitano de Puebla, los nombres de dos impresores: el poblano José Antonio Fuentes, y el mestizo José Monfort. El primero se casó el 7 de noviembre de 1784 con Catharina Farjon de los Godos, española soltera, originaria de la doctrina de San Agustín Tlaxco, José dijo ser hijo legítimo de Josef Fuentes y Mariana Rivera,²¹ recordemos en este contexto que por parte materna la segunda esposa de Pedro de la Rosa, Mariana, llevaba el mismo apellido. El segundo se casó el 3 de julio de 1786 con Ignacia Josefa Acevedo y dijo ser hijo legítimo de Manuel Monfort y de Juana Flores, difuntos.²²

Naturalmente Pedro tuvo que hacerse de recursos para las mejoras del taller que planeaba llevar a cabo, hecho que se constata en dos documentos. El primero se trata de un préstamo fechado el 5 de mayo de 1786, en el que Pedro solicita la elevada suma de 10 mil pesos al capitán Mariano González Maldonado, con el 5% de pago de intereses por dos años. El aval fue José María de la Carrera, el suegro de Pedro.²³

El segundo documento se halló en la foja 16 del testamento de Doña Tomasa de Angón y Mondeza, donde estaba insertada una hoja suelta en la que Pedro de la Rosa solicitaba al Capitán Don José María Zarate y Vera, Alcalde Ordinario, para que “se le de un tanto de dicha disposición [...]”. Aunque la mujer

²⁰ AGN, Planos e Ilustraciones, Plaza pública de Puebla, año 1779 (1 Plano en papel marquilla, 36.4 x 49.6 cm).

²¹ ASMP, Libro de matrimonios, número 30, 7 de noviembre de 1784, ff. 71v.

²² ASMP, Libro de matrimonios, número 29, 3 de julio de 1786, ff. 168v.

²³ AGNP, Not. 3, caja 215. Protocolos de Jose Ygnacio del Castillo, 5 de mayo de 1786, ff. 103f-104f.

había muerto en 1720, la fecha de la solicitud de Pedro es el 7 de junio de 1786.²⁴

Las mejoras más destacable que Pedro emprendió en su establecimiento se encuentran en el documento denominado “Casa en Puebla de los Ángeles” y que está fechado el 27 de agosto de 1788. Se trata de un plano de 29.3 x 21 cm, y firmado por el escribano Real y Público de esa ciudad, José Ignacio del Castillo, que demuestra la inútil disposición en que se hallaba la vivienda habitada por Don Pedro de la Rosa antes de las mejoras para construir en ella la disposición para la imprenta.

Por orden alfabético se encuentra descritas: A: Tienda, B: Bodega Obscura, C: Zaguán y entrada por el patio, D: Patio, E: Tránsito a otra casita, F: Trastienda, G: Tres cuartos oscuros y bajo techo, H: Carnalillo, I: Caballerías, J: Un cuarto inútil, K: Dos escalerillas, cada una ascendía a un cuarto pequeño, y L: Balcón de la otra casa. En color rojo y con las letras “A”, “B” y “C” se indican las partes antiguas de la casa, correspondiendo a la Tienda, trastienda y zaguán, así como, y van delineadas en amarillo, las partes que se repararían reparadas y sus mejoras en la siguiente disposición: D: Patio, E: Pieza de Láminas, F: Galerón y G: Escaleras y corredores.

El plano fue elaborado bajo la supervisión del Maestro de Arquitectura Antonio de Santa María Inchaurregui —a quien veremos hacer una variedad de planos poblanos a finales del siglo XVIII, varios de los cuáles son de la familia de la Rosa— y el oficial de Albañilería Francisco Baltazares.²⁵ Hasta donde sabemos estos planos constituyen el único ejemplo colonial novohispano, que registra la adaptación de una casa para funcionar como imprenta, de allí su importancia.

La expansión editorial de los de la Rosa a la ciudad de México

Además de Puebla, Pedro de la Rosa Contreras, primero, y luego su hijo, Pedro Pascual, sostuvieron comercio de libros en la Ciudad de México. En el Archivo General de la Nación hemos localizado numerosos datos sobre cajones de libros,

²⁴ AGNP, Not. 4, caja 249, Testamento de Doña Thomasa de Angon y Mondeza, ff.12v-16f.

²⁵ AGN, Mapas, Planos e Ilustraciones, Casa en Puebla de los Ángeles, 27 de Agosto de 1788.

balas y balones de cartillas, que desde 1777 y hasta 1818 inclusive, fueron enviados desde la imprenta de los de la Rosa en Puebla a la capital del virreinato. Dejando de manifiesto que consideramos necesario realizar un estudio monográfico más fino y profundo que permita dar cuenta del impacto de estos envíos en la cultura del libro mexicano de finales del siglo XVIII y la primera veintena de años del siglo XIX, deseamos mencionar, al menos a grandes rasgos, en primer lugar quiénes fueron los contactos que tuvieron los de la Rosa en la capital mexicana; en segundo lugar ofrecer una contabilidad general de los envíos y por último comentar la naturaleza editorial de los envíos que figuran en la documentación que localizamos.

Los contactos mexicanos de la familia de la Rosa. Los nombre y las fechas que aparecen como receptores de los envíos de los de la Rosa, algunos de los cuáles figuran en más de un documento, son: Juan José Mauriño (1791), José Carballo, posiblemente José Carballo Ángeles (1795), Juan Manuel Gómez Dosamantes (1797), Pedro Marcos Gutiérrez (1801), Diego Martínez (1802) que creemos que se trata de Diego Martínez Mobellan (1804), Roque Pérez Gómez (1802), Juan Bautista de Arizpe (1805), Tomás del Cañizo (1807), Dionisio Cicero de Lombraña (1816) y José Merodio (1818). También se consignan los nombres de un arriero Francisco Pantrana, vecino de Tlaxcala, y de Nicolás Fernández del Campo (1799), Antonio Porras (1803 y 1818), Agustín de la Peña y Santiago (1815), estos tres últimos envían desde Puebla impresos diversos, razón por la cual creemos que podrían ser regentes del taller angelopolitano, transportistas o agentes comerciales de los impresores poblanos. Aunque no tenemos muchos datos de todos ellos, ofrecemos algunas referencias.

En 1770 un “Juan José Mauriño” figuraba entre los reprobados para órdenes sacerdotales²⁶ y en 1803, proponía abrir una fábrica de naipes en la capital ante la falta que había de ella,²⁷ lo cual de alguna forma lo vincula con el ramo de las artes gráficas.

²⁶ AGN, *Regio Patronato Indiano*, Vol. 88, Exp. año 1770.

²⁷ AGNMex/ Real Hacienda/ Pólvora (089)/ Caja 01/ Volumen 4/ Título: Expediente 6, Fecha(s): 1803, Fojas: 231-257, los señores Antonio María del Hierro y don Juan José Mauriño ante la falta de naipes, proponen abrir una fábrica. México.

De José Carballo, sabemos que estuvo casado con Gertrudis de Guzmán²⁸ y era “escribano de S. M. y de Guerra”, tuvo algún trato con los jesuitas, a juzgar por el recibo que le dio el bachiller Juan de Viera, mayordomo del colegio de San Ildefonso, por los libros de colegiaturas.²⁹ En 1795 solicitó licencia para vender los libros que se encontraron entre los bienes del brigadier Juan José de Alava³⁰ y lo mismo hizo con los libros de la testamentaria del brigadier Enrique de Grimarest, gobernador de Provincias Internas.³¹ Estas dos últimas actuaciones lo ubican en el ámbito del comercio de libro, aunque no parece tener tienda establecida.

Diego Martínez Mobellan recibió en 1796 libros que de Veracruz le enviaba Cecilio Martínez,³² ese mismo tratante le hizo otro envío en 1809; en 1807 recibió un nuevo cargamento del puerto por parte de Domingo de Eizaguirre,³³ sabemos que también tenía contactos con Guadalajara y Parras.³⁴

El tercero de los contactos de los de la Rosa fue Juan Manuel Gómez Dosamantes, quien recibió varios envíos de la imprenta de Puebla. En 1783 Juan Manuel solicitó ser familiar de número del tribunal de la Inquisición,³⁵ y en los documentos que comprobaran su limpieza de sangre indicaba que era oriundo de Lerones, provincia de Liébana, en los reinos de Castilla, soltero, vecino y comerciante de México, y más tarde pedía licencia para casarse con Antonia de Zevallos González Calderón.³⁶

Por su parte, sabemos que Pedro Marco Gutiérrez, otro de los contactos de los impresores, hizo carrera militar: en 1811 recibió el grado de primer teniente del tercer batallón de patriotas distinguidos de Fernando VII,³⁷ en 1816

²⁸ AGN/ Indiferente Virreinal/ Cajas 3000-3999/ Caja 3266/ Expediente 047 (Civil Caja 3266), Fecha(s): Sin fecha, 2 Fojas.

²⁹ AGN/ Indiferente Virreinal/ Cajas 4000-4999/ Caja 4150/ Expediente 022 (Colegios Caja 4150), Fecha(s): 1778, 1 Fojas.

³⁰ AGN/ Inquisición/ Inquisición (61)/ Volumen 1264/ Expediente con Fecha(s): año 1795/ Fojas: 368-369

³¹ AGN, Inquisición, Vol. 1325, Exp. 6, año 1795, 125-126 fs.

³² AGN, Inquisición, Vol. 1357, Exp. 5, año 1796, 142-144 fs.

³³ AGN, Inquisición, Vol. 1436, Exp. 9, año 1807, 226-227 fs.

³⁴ AGN, Consulado, Caja 5241, Exp. 027, año 1805, 2 fs, Real Aduana.

³⁵ Encontramos una copia de su genealogía en el Archivo Histórico Nacional de España, Inquisición, Signatura: Inquisición, 1291, Exp. 24, año 1783-1784.

³⁶ AGN, Inquisición, Vol. 1271, Exp. 8, año 1783, 287-324 fs.

³⁷ AGN, Títulos y Despachos de Guerra, Vol. único, 278 fs, 15 de mayo de 1811, 278 fs.

le fue negado un cambio de grado militar,³⁸ en 1820, siendo capitán, participó del Real Tribunal del Consulado,³⁹ y en 1821 pedía un ascenso a Teniente Coronel, asimismo parece haber fungido como cónsul.⁴⁰ Vemos que también fue comerciante y mantuvo negocios con Querétaro y las misiones del Norte de México.

Por su parte, Roque Pérez Gómez era miembro del Regimiento del Comercio de México desde 1788, en 1794 era capitán,⁴¹ en 1797 fue aprobado su nombramiento de Capitán de Granaderos,⁴² y en 1813 le fue otorgado el coronelato.⁴³ En 1816 solicitó otro aumento del grado militar a coronel de infantería,⁴⁴ finalmente en 1819 quiso que se reconociera su grado pero no ya en el regimiento de comercio sino del ejército. En 1821 recibió la investidura de caballero comendador de la Orden Americana de Isabel la Católica.⁴⁵ De él sabemos que al menos desde 1797 tuvo contacto con Pedro Pascual de la Rosa.

Tomás Cañizo era un comerciante español, originario de Santander; y Dionisio Cícero de Lombraña, teniente del Regimiento y viajaba a Veracruz, por lo que también debió comerciar con una serie de productos.⁴⁶ Finalmente, de José Merodio sabemos que obtuvo el empleo de subteniente de bandera del regimiento de Infantería del comercio urbano de la capital, por parte Félix María Calleja.⁴⁷

En resumen, de estos contactos encontramos algunos vinculados con el flujo de libros y bienes entre Veracruz y la capital del Virreinato (Lombraña y Martínez Mobellán); otro grupo son comerciantes capitalinos vinculados de manera más o menos directa con el negocio del libro y la imprenta (Cañizo, Gómez Dosamantes, Carballo y Mauriño) y finalmente un grupo de militares que

³⁸ AGN, Reales Cédulas Originales, Vol. 214, Exp. 176, noviembre 7 de 1816, 1 f.

³⁹ AGN, Archivo Histórico de Hacienda, Vol. 216, Exp. 18, año 1820, 1 f.

⁴⁰ AGN, Consulado Caja 0325, Exp. 002, año 1819, 279 fs.

⁴¹ AGN, Archivo Histórico de Hacienda, Vol. 1869, Exp. 35, año 1794, 3 fs.

⁴² AGN, Reales Cédulas Originales, Vol. 166, Exp. 158, 13 de marzo de 1797, 1 f.

⁴³ AGN, Reales Cédulas Originales, Vol. 209, Exp. 124, agosto 28 de 1813, 1 f.

⁴⁴ AGN, Indiferente de Guerra, Caja 1530, Exp. 016, años 1816-1818, 17 fs.

⁴⁵ AGN, Indiferente de Guerra, Caja 4836, Exp. 086, año 1821, 4 fs.

⁴⁶ AGN, Archivo Histórico de Hacienda, Vol. 662, Exp. 9, año 1817, 4 fs.

⁴⁷ AGN, Indiferente de Guerra Caja 2687, Exp. 015, años 1813, 1815, 1816, 5 fs.

tal vez ejercían labores comerciales de manera complementaria a su carrera armada (Gutiérrez y Pérez Gómez).

Además de los contactos anteriores, sabemos que en 1810 Pedro reclamó unos pagos a la testamentaria del Bachiller José Fernández de Jáuregui, por las cartillas y otros libros que había enviado para venta en esa imprenta.⁴⁸ El reclamo lo hizo a Francisco de Sales Quintero quien para entonces era dueño del taller.⁴⁹ Sales Quintero era además esposo de María Fernández de Jáuregui, hermana del Bachiller y la última mujer que figura en pies de imprenta mexicanos del periodo colonial.⁵⁰

Es interesante constatar también que Pedro Pascual residió y viajó con mucha frecuencia de Puebla a la Ciudad de México, entre 1798 y 1815 inclusive, ya que contamos con algunos documentos que señalan que frecuentemente recibía en la capital del virreinato materiales impresos que desde Puebla le enviaba su hijo Mariano,⁵¹ quien estaba a cargo del taller familiar en la ciudad natal.

En el lapso de 1784 a 1819 hemos localizado 57 envíos de Puebla a México, con documentos que citan explícitamente a la imprenta de la familia de la Rosa, aunque hay otros que se realizaron durante el mismo periodo que no los mencionan. La relación de número de envíos, frecuencia y años de envío se presenta en la tabla siguiente, en la que se observa que el pico de envíos fechados fue 1801, cuando hemos registrado ocho cargamentos. La mayoría de las obras enviadas desde Puebla a México fueron catecismos del Padre Ripalda, catones cristianos, catones censorinos, evangelarios y cartillas, como lo demuestra claramente el pedido al por mayor que realizó Pedro de la Rosa al fraile Gabriel de la Madre de Dios, del Colegio Franciscanos de Propaganda Fide

⁴⁸ AGN, Real Audiencia, Vol. 356, Exp. 2, años 1803-1810, 56 fs., Contenido: Puebla Demanda puesta por Pedro de la Rosa, a la testamentaria del Bachiller José Fernández de Jáuregui; sobre pesos, por valor de unas cartillas y otros libros, que dicho Pedro puso para su venta en la imprenta que fue del Bachiller y que hoy pertenece a Francisco de Sales Quintero.

⁴⁹ Sobre la participación de Sales Quintero en el negocio de los Jáuregui leer "A vos como protectora busca la imprenta ¡ô Maria!...", *op. cit.*, *Gutenberg Jarhbuch* 2012, pp. 211-234.

⁵⁰ El tema de las mujeres impresoras ha sido tratado por mí en varios libros, uno de los cuáles es: "Herederas de la letra: mujeres y tipografía en la Nueva España", en *Casa de la Primera Imprenta de América*, México, Universidad Autónoma Metropolitana y Gobierno de la Ciudad de México, 2004.

⁵¹ AGN, Inquisición, Vol. 1325, Exp. 6, Año 1798, fs. 47-48; AGN, Inquisición, Vol. 1406, Exp. 27, Año 1801, 266 fs.; AGN, Inquisición, Vol. 1458, Exp. 2, año 1815, 87 fs.

de Pachuca, en que se leen: “1000 libretos del matrimonio, 2500 vía crucis con las alabanzas, 2000 Almas de Gracia, 1000 de las Cuatro Máximas, 1000 catecismos con la protesta de la fe, 2000 del infierno abierto [...] entre otros libros más.”⁵²

La familia de la Rosa comerciaba además otro tipo de obras como se desprende los documentos del AGN. Entre los más interesantes de mencionar se encuentran: mapamundis, estampas de distintos tamaños, comedias y romances diversos, las gramáticas de Zamora⁵³, Margaritas Seráficas⁵⁴

De todos los envíos que hemos detectado, tal vez uno de los más amplios en cuanto a surtido literario, más allá de lo religioso, es el que Mariano de la Rosa envió a su padre Pedro Pascual, el 21 de agosto de 1815, en el que se descubre una nutrida lista de 48 títulos.⁵⁵

Antes de terminar queremos indicar un dato por demás interesante: en 1802, Pedro y su hijo Pedro Pascual ya eran miembros de la Cofradía de San Nicolás Tolentino.⁵⁶ Esta cofradía recibía al gremio de los boticario y tenía su sede en la Iglesia de San Agustín. Esta participación de nuestros impresores dentro de la cofradía poblana de farmacéuticos es un elemento más que nos permite confirmar que en esa época, en Puebla, no existía una cofradía especial para impresores a la que pudieran adherirse. Las publicaciones periódicas que sacó de Pedro de la Rosa estuvieron al servicio de las autoridades virreinales, sin embargo después de la Independencia usó en varias oportunidades el nombre de “Oficina de D. Pedro de la Rosa, impresor del gobierno político, militar y de hacienda”,⁵⁷ y durante el breve reinado de Agustín I, Pedro usó el título de “Impresor del Gobierno Imperial”.⁵⁸

⁵² AGN, Inquisición, Vol. 1354, exp. 17, año 1795, 129 fs.

⁵³ De esta obra tenían privilegio de impresión.

⁵⁴ Hay que recordar que fue una obra que la familia Ortega primero y los de la Rosa luego imprimieron en repetidas ocasiones.

⁵⁵ Transcribimos la paleografía del documento entre los anexos documentales de esta obra.

⁵⁶ AGNP, Not. 4, caja 289. Protocolos de Jose Antonio Palacios, 8 de abril de 1802, ff. 77f – 80f.

⁵⁷ Con ese pie de imprenta encontramos las siguientes obras en la Biblioteca Nacional de México: José Velázquez, *Derrota de los capitulados : carta del teniente D. José Velázquez, comandante de la provincia de Chalco, escrita á su hermano el R. P. predicador del convento del Carmen de Atlixco Fr. José de S. Felipe, Chalco 4 de abril de 1822*, Puebla, BNMex, Clasificación 127 LAF; *El ayuntamiento a sus conciudadanos*, Puebla, Oficina de D. Pedro de la Rosa impresor del gobierno político, militar y de hacienda, Puebla 1822;

Hasta aquí las noticias de Pedro de la Rosa, el impresor poblano del siglo XVIII del que más material se conserva en la Biblioteca Nacional de México, y del que ahora, y gracias a los documentos localizados, conocemos un poco más su comportamiento comercial y las redes y el circuito del libro que tejió entre Puebla y México.

clasificación: 416 LAF.; *La regencia gobernadora interna del imperio a todos sus habitantes*, México (sic): Oficina de D. Pedro de la Rosa, impresor de gobierno político militar y de hacienda, [1821].

⁵⁸ Teixidor, *op. cit.*, p. 564, núm. 914; Pérez Salazar, *op. cit.*, p. 357.

Un mundo de palabra impresa

entre Córdoba y Buenos Aires (Argentina),
1880-1920. Cuestiones generales y
proposiciones particulares en torno a la vida
de la imprenta y los bienes impresos

ANA CLARISA AGÜERO (IDACOR CONICET-UNC, ARGENTINA)

Lo que quisiera compartir es un ejercicio de historia cultural que, intentando elaborar como objeto un cierto mundo de palabra impresa, se inscribió originalmente en un trabajo mayor, orientado a evaluar conjuntamente zonas tan diversas como la plástica, la arquitectura o el derecho en un momento y un territorio dados.¹ Si subrayo esto no es sólo para prevenirlos respecto del grado de especificidad relativa sino, ante todo, porque las marcas fundamentales de ese proyecto global modularon también este ejercicio.

¹ Agüero, Ana Clarisa, *Local / Nacional. Córdoba: cultura urbana, contacto con Buenos Aires y lugares relativos en el mapa cultural argentino (1880-1918)*, Tesis doctoral, UNC, Córdoba, 2010. El trabajo tiene una evidente deuda con la *Viena Fin-de-Siècle. Política y Cultura* de Carl Schorske (Gustavo Gili Editor, Barcelona, 1981).

Se trata de una historia cultural relativa a una ciudad argentina (Córdoba) en su contacto con otra (Buenos Aires), en el giro de los siglos XIX a XX. Es decir, una historia de la producción y circulación de autores, impresos, libros, etc. entre esas dos ciudades, o entre porciones de su espacio letrado, técnico y comercial, que reposa en la hipótesis general de que toda cultura urbana se hace en el vínculo con otras, aunque no cualquier vínculo tenga interés. Esto implica que la ciudad tiene aquí un lugar en nada metafórico: produce y condiciona tanto como es producida; no hay Córdoba sin Buenos Aires, pero esto no por razones lógicas sino históricas.

Como otros países latinoamericanos, Argentina exhibe agudas diferencias regionales a lo largo de su historia colonial y republicana; pero, a diferencia de algunos de ellos (Brasil muy claramente), experimentó además un agudo proceso de concentración metropolitana en una única ciudad. En efecto, Buenos Aires acabó siendo no sólo su capital política sino también su indudable metrópoli económica y cultural. Visto desde el resultado, todo lo demás parecería tener poca importancia; pero basta considerar la relativa novedad -y también la discontinuidad- de ese proceso de producción de un centro para comenzar a ver las cosas de otra manera. O así, al menos, nuestra preocupación inicial por la dinámica cultural de Córdoba apareció muy prontamente como una posibilidad de evaluar, en su revés, un costado significativo del proceso de acumulación de capitalidades, que es siempre en parte de confiscación de atributos, funciones y bienes a otros espacios. Por lo demás, Córdoba parecía una buena medida de ese proceso: sede de la primera universidad argentina (1613), sede episcopal hacia 1700, duradero nodo de rutas comerciales, centro de la alianza política que acabaría por concretar la federalización de Buenos Aires en 1880, su lugar en el equilibrio argentino del siglo XX contrastaba notablemente con su protagonismo pasado y, presumiblemente, con las otras posibilidades que aquel pasado abría. Y esto debía poder verse también en el plano acotado de la producción y circulación de impresos.

Producción y circulación en el espacio antes que lecturas, no porque ese orden no interesara sino porque avancé sobre él (al menos en una cierta cartografía de los consumos letrados) en el ámbito más restringido del medio

universitario. A la vez, *de impresos* en un sentido muy acotado: libros, revistas y folletos principalmente; es decir, bienes que presumían al menos el cumplimiento de cierta función editorial, aun cuando prácticamente no existiesen los agentes especializados. Finalmente, un *mundo*, es decir, un medio espacial y social, un conjunto de prácticas y ámbitos particulares, de representaciones e ideas relativas, de autoridades y obreros, de técnicas y materiales, de ensayos y quiebras. Un mundo en el que era habitual tentar la producción editorial y volver a la papelería comercial.

Puesto que de ese mundo finisecular en Córdoba se sabía muy poco, fue necesario un menudo trabajo de, por un lado, cartografía y reconstrucción macroscópica; por otro, evaluación intensiva de ciertos casos particulares, escogidos merced a su relevancia o representatividad. Como no puedo detenerme en todos los ámbitos, figuras, bienes, momentos y procesos evaluados, intentaré al menos consignarlos, antes de ilustrar el ejercicio respecto de uno de ellos en particular. En lo relativo a la producción material del libro y el folleto, la reconstrucción y el análisis avanzaron sobre el espacio y los artífices de las imprentas y las escasas –y en general fugaces– casas editoras. Se buscó caracterizar su actividad y vigencia así como restituir su distribución y organización espacial. En lo relativo a la circulación, se atendieron ámbitos de circulación mercantil y no mercantil de esos impresos: librerías y bibliotecas (espacios de *suspensión del mercado*) que fueron también sometidas a un análisis de ese tipo y luego reintegradas a un análisis dinámico de su relación con los otros ámbitos. Esto permitió también precisar ciertas prácticas extendidas que funcionaban estimulando o inhibiendo el mercado (el regalo de libros por sus autores, la denunciada “institución del hueso”, etc.). Finalmente, en lo que hace a los bienes se avanzó en una caracterización del tipo de productos que circulaban, interesándonos en libros, folletos y revistas pero también en un objeto menos visitado desde esta perspectiva y de mucho interés: las tesis doctorales. La yuxtaposición de cuadros sincrónicos y evolutivos permitió a la vez incursionar en una cuestión de trascendencia, como es la producción del autor (digo del *autor*, no sólo del escritor, algo que depende de la afirmación de un centro dador de legitimidad, técnica y económicamente preparado para hacer un nombre y

asociarlo a una obra). La realización de entradas intensivas a casos particulares de editores o bibliotecas permitió, a la vez, poner a prueba enunciados generales y formular cuestiones nuevas, aunque sea inseparable de la precisión del lugar que cada caso ocupa en el conjunto.

Intentaré ahora presentar sumariamente la cuestión de las imprentas y perforar con ella el trabajo de conjunto; en parte vinculando este ámbito discreto a la actividad de otros ámbitos y agentes, y en parte intentando exponer de qué manera en su vida se lee, como en negativo, la emergencia de la metrópoli.

La vida de la imprenta

Las imprentas son el ámbito de mayor interés en la producción finisecular de palabra impresa, y esto no sólo porque fueran materialmente ineludibles sino, también, porque tanto Córdoba como Buenos Aires inclinan a pensar que -a diferencia de los casos francés o brasilero- la propia función editorial emerge más ligada a ellas que a la librería.² Por lo demás, aunque sea habitual presumir amplias distancias técnicas, de mercado o de “catálogo” entre las imprentas del interior y las de Buenos Aires, ciertamente conviene partir de un somero vistazo comparativo.

1887	Imprentas (aprox.)	Imp. que producen libros y folletos	Rel. Imp/habitantes
Buenos Aires	Circa 100	45	1: 8.510
Córdoba	5 a 7	5 a 7	1: 13.249 1: 9.463

² Algo señalado por Pastormerlo, de quien provienen las cifras, para el caso porteño, y que tiene un formidable testimonio en Carlos Casavalle. Pastormerlo, Sergio, “1880-1899. El surgimiento de un mercado editorial”, en José Luis De Diego (dir.), *Editores y políticas editoriales en Argentina, 1880-2000*, FCE-Libraría, Buenos Aires, 2006. En Córdoba, tres contraejemplos claros y tardíos refuerzan nuestra impresión: el de Étneo Mángano, librero-editor propietario de El Isondú en 1916, el de Dante, librería-editora propiedad de Telasco Castellanos y activa, al menos, entre 1916 y 1932, y el de Carlos Baxman, editor de la *Arquitectura colonial...* de Kronfuss en 1921, asociado a la librería de la Unión Germana. Sobre las imprentas porteñas, ver también Eujanian, Alejandro, “La cultura: público, autores y editores”, en Marta Bonaudo (dir.), *Liberalismo, estado y orden burgués (1852-1880)*, Nueva Historia Argentina, T. IV, Sudamericana, Buenos Aires, 2000: 559.

En 1887, Buenos Aires tenía alrededor de 100 imprentas y Córdoba, hasta donde podemos sugerir, entre 5 y 7; sin embargo, esta sensible diferencia se estrecha mucho cuando se atiende, como es nuestro interés, sólo a aquéllas que incursionaron en la producción de libros y folletos: 45 en la Capital (a las que pueden sumarse algún par de imprentas-librería) y quizás la totalidad de las citadas en el caso cordobés. Así las cosas, mientras que Buenos Aires ostentaba una de estas imprentas cada 8.510 habitantes, Córdoba poseía una cada 13.249, en el peor de los casos, o una cada 9.463, en el mejor; relación que en parte contraviene las presunciones habituales.³ Un parámetro de la adecuación del cálculo puede obtenerse atendiendo al año 1906: si se restringen las 11 imprentas señaladas por el Censo (1906: 166) a aquéllas involucradas en la producción de libros, revistas y folletos, y luego se agregan las de diarios que también lo están, se llega a un total de 13 imprentas y a una relación muy mejorada: una cada 7.136 habitantes. El Censo del '14, por su parte, dará aproximadamente una cada 6.380 habitantes. Sin duda, las consecuencias de esta constatación no pueden sobrestimarse, ya que múltiples testimonios apuntan la mayor cualificación técnica de la imprenta porteña, sugieren la ventaja comparativa de sus costos o denotan su mayor productividad relativa. Pero lo cierto es que la proporción de imprentas cordobesas parcialmente consagradas a la fábrica de libros y folletos es muy importante, especialmente si se considera que esto ocurría en una ciudad que, siendo universitaria, iba varios pasos atrás de Buenos Aires en índices de escolarización y alfabetización.

Convendría extender la vista comparativa también al vínculo entre imprenta y periódico en una y otra ciudad, verdadero índice de la independencia relativa del folleto y el libro. En el mismo año de 1887, la incidencia de las imprentas de diarios en la producción editorial porteña es mínima (4 sobre 45, según Pastormerlo), mientras que en Córdoba 3 de las imprentas citadas pertenecen entonces, con seguridad, a publicaciones periódicas de algún tipo.⁴ Y

³ Buenos Aires contaba entonces con 400.000 habitantes (la cifra considerada es previa, incluso, a la contemporánea integración de 14.000 hectáreas y 25.000 habitantes a la Capital) y Córdoba con 66.247. Ver, respectivamente, Gorelik, Adrián, *La grilla y el parque. Espacio público y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936*, UNQ, Buenos Aires, 1998 y Boixadós, Cristina, *Las tramas de una ciudad, Córdoba entre 1870 y 1895. Elite urbanizadora, infraestructura, poblamiento...*, Ferreyra editor, Córdoba, 2000.

⁴ Se trata de las imprentas de La Carcajada, La Época y El Interior. Pastormerlo, Sergio, *cit.*.

si lo que se postula es la producción de una zona de actividad impresa que va ganado autonomía respecto de sus factores, es de esperar que el protagonismo editorial de estas imprentas decrezca, como en efecto ocurre: a grandes trazos, de las 6 imprentas confirmadas en 1880, 5 pertenecen a periódicos (83.33 %); de las 7 confirmadas para 1891, sólo 2 lo hacen (28.57 %); de las 9 ciertas para 1901, 4 (44.4 %); de las 12 detectadas en 1911, sólo 2 (16.66 %); de las 15 de 1921, ya ninguna.

Imprentas ligadas a diarios						
	1880	1887	1891	1901	1911	1921
Buenos Aires		4 / 45 (8.88 %)				
Córdoba	5/6 (83.33%)	3 / 5-7 (60 a 42.85%)	2 / 7 (28.57%)	4 / 9 (44.4%)	2 / 12 (16.66 %)	0 / 15 (0%)

La rápida revista intenta, ante todo, afinar la mirada: los objetos impresos pueden, al menos hipotéticamente, tanto ir como venir, puesto que la importante proporción de imprentas cordobesas comprometidas en la producción editorial evidencia, además, una creciente especialización. Este fenómeno, que tiene varias inflexiones en los años que nos ocupan, prolonga el proceso iniciado a mediados de siglo XIX, cuando la lineal historia de la única imprenta cordobesa configura un moderado delta, entonces dominado por las primeras imprentas de diarios.⁵ Así, si la multiplicación de las prensas puede ser leída como la ruptura de un largo monopolio técnico del estado, esto revierte en una nueva concentración, ahora dominada por la lógica del diario. Empresas de corta vida, íntimamente dependientes de las escaramuzas políticas, configuran así inestables zonas de impresión de ideas, muy coherentes en los contenidos pero muy

⁵ Luego del traslado de la imprenta jesuítica, Córdoba no volvió a tener imprenta sino en 1823. De ella salieron publicaciones de las más diversas, muchas periódicas de corta vida, autoproclamadas federales, católicas o liberales. Situación extraña, sin embargo, porque el mismo monopolio técnico que, siéndolo, expresa un *maximum* de tradición, representó entonces un *maximum* de adecuación a la moderna dinámica de la vida comercial. En 1852, Alejo Carmen Guzmán convirtió a esa única imprenta en Imprenta del Estado. Desde allí comenzó la paulatina instalación de otras, inicialmente asociadas a los irregulares periódicos que la dinámica política alentaba y, en ocasiones, clausuraba.

discontinuas en el plano técnico y económico. En ese aspecto, los años setenta representan un significativo punto de inflexión, puesto que a la acción de la imprenta del estado y de las periodísticas han venido a sumarse las primeras imprentas particulares, dispuestas a fundir tipos o armar cajas de moldes para todo cliente, algunas de las cuales incursionan en la producción de libros y folletos. Ése parece ser el caso de la imprenta de Pedro Rivas, quien ya a comienzos de esa década combinaba esa actividad con la de librero a pequeña escala, y el de Rafael Yofre, quien canalizaba en folletos las conferencias de los científicos de la Academia Nacional de Ciencias al tiempo que imprimía *avemarías* y reglamentos múltiples. Y ese paisaje, en el que conviven imprentas de diarios y pequeñas imprentas “de obras”, aunque sensiblemente ampliado, es también el que caracterizará la década del ochenta.

En términos generales, entre 1880 y 1922 cerca de 50 imprentas ensayaron en territorio cordobés la producción de libros y folletos. Muchas fueron imprentas comerciales que, especialmente desde el novecientos, hicieron breves incursiones por ese mundo; otras tentaron esa reconversión de manera decidida, aunque con diversa suerte. Algunas de esas imprentas, sus prensas y en ocasiones sus firmas, parecen haber sido objeto de sucesivas ventas y readecuaciones a un mercado, sin duda, breve e inestable. En todo caso, también entre ellas se cuentan empresas duraderas y ensayos persistentes de reconversión editorial, los más notables el de la Argentina (al menos 56 años de vida), Aveta (por lo menos 43 en manos de esa familia) y Biffignandi, que en 2005 contó cerca de 115 años de actividad ininterrumpida aunque de muy cambiantes pretensiones. Más de un tercio de aquel conjunto de imprentas sobrepasó los diez años de vigencia y, entre ellas, al menos las mencionadas superaron los 40. Las dos últimas apuntan, además, la importancia de los italianos en un rubro que, en 1906, mostraba casi un 40 % de propietarios extranjeros. Por el censo de ese año se sabe también que, dado su exiguo grado de tecnificación (y en verdad merced a él), el rubro exhibía el nada desdeñable promedio de 16,45 obreros por taller.

La mayoría de estas imprentas hacen de todo, en el sentido más estricto, pero también en ocasiones intentan hacer específicamente algo, diseñando

espasmódicos catálogos que alientan, por ejemplo, la emergencia de una zona de estudios coloniales a comienzos del siglo XX (los casos de Biffignandi y Domenici) o de la palabra reformista desde finales de la década del '10 (caso de la Imprenta Argentina o Bautista Cubas). La búsqueda de especificidad, ese intento de hacer especialmente algo en el marco de un universo aún débilmente diferenciado, constituyó en muchas ocasiones la clave de la perduración de una casa. La impresión de publicaciones oficiales fue a veces el *pivote* para la transición pero, para quienes no accedieron a ella, la edición de textos escolares fue el riesgo moderado más frecuente, ya que, pese a la fuerte avanzada de casas porteñas como Estrada desde los ochenta, contaba siempre cierto público cautivo.⁶ La Minerva, por ejemplo, imprimió a fines de los '90 una *Gramática Castellana* de Tobías Garzón; aunque en este caso la Municipalidad era el editor, y con certeza subsidiaba los económicos cuadernos de 50 centavos, la casa garantizaba con esto la actividad de sus prensas y alimentaba los anaqueles -que podemos presumir más bien autoreferenciales- de la librería de que presumía. La Maravilla Literaria, también orientada a este mercado escolar, asumió en cambio con éxito la edición de algunos textos bajo la rúbrica de Aubinel, como sugiere la quinta edición del tercer libro (el de 5º) de *El Estudiante Argentino*. Además de en otras librerías y al igual que hacían otras imprentas, el libro se vendía en la casa, junto a otros insumos académicos como boletines de clasificaciones. ¿Qué leía en un libro como ése el estudiante secundario de 1911...? Sarmiento, Alberdi y Juan M. Gutiérrez; Avellaneda, Goyena, Pizarro y Estrada; Cané, Wilde, Cárcano y Joaquín V. González; Darío y, claro, también Lugones. Es decir, pequeñas dosis de un canon *nacional*, presente ya en las referidas lecturas de los estudiantes de derecho y que experiencias como la Biblioteca de La Nación habían comenzado a estabilizar desde 1901; y también parte del discreto manojito de nombres locales que buscaban su lugar en él.⁷

⁶ Sobre la centralidad de la publicación de textos escolares en la consolidación de un mercado editorial de escala nacional, ver Prieto, Adolfo, *El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna*, Sudamericana, Buenos Aires, 1988: 48-49; Eujanián, Alejandro, *cit.* y Sorá, Gustavo, "Libros para todos y modelo hispanamericano", *Políticas de la memoria*, N° 10/11/12, 2009/2011. A menor escala, creemos que eso es válido también para el caso cordobés.

⁷ Esa Biblioteca albergó escasos veinte autores nacionales frente a un número muy superior de nombres de la literatura "universal" (Sorá, Gustavo, *Traducir el Brasil. Una antropología de la circulación internacional de ideas*, Libros del Zorzal, Buenos Aires, 2003: 71-72) pero garantizó un sitio a sus elegidos, reconfirmados

Frente a este panorama, decidí dedicar especial atención a una casa (la Imprenta Argentina) y una figura (el escritor-editor Vicente Rossi) que expresan tempranamente un camino singular y que, en buena medida, permiten advertir la convergencia de *figura y función editorial*. En efecto, entre 1915 y 1940 y reposando en un círculo artístico-intelectual local, Rossi logrará componer un catálogo centrado en literatura (poesía, narrativa y, ante todo, dramaturgia), ensayo de tema nacional y ciencias sociales (historia, derecho, sociología). Esta experiencia, extremadamente interesante y en la que no puedo detenerme ahora, muestra por la vía de la excepción una serie de rasgos compartidos con otras imprentas, así como algunas de las posibilidades entonces abiertas para ellas. Inversamente, el retorno a una perspectiva más general permite advertir algunas de las razones económicas y técnicas de la frustración de la mayoría.

Dada la escasez de testimonios satisfactorios sobre la dinámica del mercado local de libros y folletos, pero acordada la centralidad de la imprenta en su producción y la del estado en la supervivencia de ésta, tomé una vía alternativa, que fue la de componer una breve serie que pusiera en relación encargo estatal e imprentas particulares. Atento a las compilaciones de leyes y decretos provinciales, y acotando la serie a los años 1900-1910, puede advertirse que el subsidio estatal a la actividad impresora revistió diversas formas, entre ellas: 1- el encargo de papelería burocrática, tal como estampillas, formularios, libretas de conchabo, etc.; 2- el encargo de ediciones oficiales, tales como la propia *Compilación de Leyes y Decretos* o los folletos conteniendo los mensajes y memorias gubernativos (impresiones que por lo general se acordaban separadamente); 3- algunas pocas obras cuya investigación, redacción y edición fue encargada por el propio estado merced a su interés para la provincia (*La lucha por la salud. Su estado actual en la ciudad de Córdoba*, de José M. Álvarez -reimpresa en 1901-, o la *Geografía de la Provincia de Córdoba*, de Manuel Río y

por las bibliotecas *argentinas* conducidas Rojas e Ingenieros en la década del diez (Merbillhá, Margarita, "1900-1919. La época de organización del espacio editorial", en José Luis De Diego (dir.), *Editores y políticas editoriales en Argentina, 1880-2000*, FCE-Libraría, Buenos Aires, 2006). Por lo demás, resulta sugestivo el señalamiento de Franco Moretti respecto del mayor peso relativo del canon conforme uno se aleja del centro y conforme se hacen más pequeñas las colecciones ("Cuanto más reducida la colección, más canónica es"), así como su insistencia en que ese canon suele ser antes el producto de un mercado que el de su elaboración académica. Moretti, Franco, *Atlas de la novela europea. 1800-1900*, Siglo XXI, México, 1999: 150.

Luis Achával -encargada en 1896, concluida en 1901 y por cuya investigación se erogaron 30.000 pesos en 1902);⁸ 4- la suscripción a o compra de ciertas revistas y libros, a modo de promoción de la actividad intelectual y editorial local, cuyo correlato usual era la distribución de los ejemplares en bibliotecas y otras reparticiones públicas, según su tema (Capdevila, Gil); 5- en un renglón especial, y de alcance más indirecto, pueden señalarse los contratos para la publicación de documentación oficial en medios de prensa locales, sólo parcialmente coincidentes con imprentas que excedieran su actividad editorial más allá del diario (conforme la retracción ya señalada de éstas a lo largo de la etapa). Como ejemplo de estos contratos pueden mencionarse los suscritos con *La Patria*, administrada por Eduardo Brandán, en 1901 y 1902. Más raramente, parte de un mecanismo inverso pero que reconfirma el interés de las impresiones oficiales, ciertos impresores ofrecen reimprimir algún documento oficial a su costo, con el compromiso de entregar un número de ejemplares a la provincia y con la contraparte de comercializar el resto.⁹ Este tipo de ediciones oficiales, o sus reediciones concertadas, implican tiradas inusuales para otros productos editoriales: 400 para algunas memorias ministeriales, 700 en el caso de las compilaciones, 1000 a 1500 en el de la constitución, las leyes e impuestos y demás.

En suma, estos encargos representan la posibilidad de ingresos regulares para las casas locales, y su interés queda reflejado en la concurrencia de varias de ellas en los procesos de licitación, cuando estos existen.¹⁰ A la vez, la

⁸ La impresión, previa licitación, estuvo a cargo de la Compañía Sudamericana de Billetes de Banco, de Capital Federal. El contrato se suscribió en abril de 1903 por 3000 ejemplares (a 122 pesos el pliego de 16 páginas y 154 cada uno de los de tablas) y en junio se decidió que esa misma compañía reprodujera los atlas, sin licitación previa, merced a los requisitos técnicos implicados. El representante es Rodolfo Laass.

⁹ Por ejemplo, en 1903 Pablo Aubinel (cuya imprenta parece ser nueva en la ciudad) ofrece reimprimir la Constitución Provincial en número de 1000 ejemplares, entregando 100 al gobierno y comercializando los demás a 0.50 centavos, cosa que se acepta. O, en 1908, M. I. del Viso solicita autorización para reimprimir la *Ley Orgánica de los Tribunales, Códigos de Procedimientos en lo Civil, Mercantil y Penal y otras disposiciones judiciales* (1906), lo que se acuerda en número de mil ejemplares bajo compromiso de entregar cien y no comercializar el resto a más de 3 pesos c/u. En 1909, Julio Soaje pide autorización para reimprimir la *Tabla de reducción de medidas agrarias de la provincia* (1884), lo que se le autoriza en cantidad de quinientos ejemplares con la condición de dejar cincuenta de ellos a la provincia y someter las pruebas al Departamento Topográfico.

¹⁰ Por ejemplo, a la licitación convocada en 1902 con vistas a la provisión de papel sellado y estampillas para 1903 concurrieron cuatro imprentas: Eduardo Brandán y Cía (del diario *La Patria*), Alfredo Biffignandi (La Italia), Juan Dionisio Nasso y Cía. y la porteña Compañía Sud-Americana, adjudicándose la producción de papel sellado la tercera (con muy poca diferencia respecto de la cuarta) y la de estampillas la primera. El mismo año, concurren para la licitación de formularios de rentas Alfredo Biffignandi, Lampaggi y Molteni, E.

consideración de la serie permite advertir que en cierto momento los costos propuestos por las casas locales no logran mejorar los de ciertas casas porteñas que, como la Compañía Sudamericana de Billetes de Banco o Kraft, no sólo mejoran sus presupuestos sino que exhiben una aceptada operatoria local a través de intermediarios. Así, mientras que en los primeros años de la década una serie de casas cordobesas (las más de ellas involucradas también en la producción de libros y folletos) se benefician de este ingreso seguro, desde 1908 esa comisión recae sobre casas porteñas, contribuyendo de manera muy clara al proceso de concentración técnica y económica en Buenos Aires y excediendo el objeto más habitual que eran los planos, cuyo habitual encargo a esa ciudad ya acusaba su diferencia técnica respecto de Córdoba.

En torno a los bienes: el lugar de las tesis

Sería difícil exponer aquí más que un cuadro somero de la producción local de libros, folletos y revistas, pero intentaremos ingresar algo oblicuamente a la cuestión de los bienes, considerando una especie menos atendida y de gran interés: las tesis doctorales. Entre fines de la década del '70 y comienzos de la del '80 las tres facultades de la Universidad Nacional de Córdoba incorporaron la instancia de tesis como requisito para la obtención del doctorado, favoreciendo así la producción de una masa impresa que merece ser atendida por tres datos fundamentales. En primer término, porque las tesis constituyen bienes impresos que, excluidos de la circulación propiamente mercantil, integran circuitos alternativos y significativos de intercambio simbólico; en segundo, porque ellas pueden siempre, y a menudo lo hacen, virar a formas nuevas -la de artículo, libro o folleto-, mediante las que ingresan en el comercio más o menos amplio y

Brandán y J. B. Peiré y F. Domenici, adjudicándose la licitación a este último. Un dato cualitativo que merece consignarse porque podría aludir a puntos de partida muy dispares, incluso entre los contendientes locales, tiene que ver con la garantías, consistentes en algunos casos en la firma de otros comerciantes o industriales establecidos (el de Biffignandi), y en otros en entregas pecuniarias del propio impresor (Domenici). Ya en 1910 tiene lugar una competencia muy significativa, puesto que concurren en la licitación de papel sellado y estampillas sólo Biffignandi y Guillermo Kraft, de la Capital, ofreciendo presupuestos levemente favorables para este último, que se queda con toda la licitación. Es probable que algo semejante haya ocurrido en 1908 y 1909, años en que Kraft desplaza a Biffignandi de la impresión conjunta de papel sellado y estampillas que había obtenido en dos ocasiones; sin embargo, mientras que en ese momento el italiano pudo defender la impresión de los formularios de impuestos, ya en 1910 Kraft (siempre a través de sus representantes) se hará también con ella en una nueva licitación.

monetizado de palabra impresa; finalmente, porque la generalización de su exigencia instaló una demanda regular de prensas en la ciudad, constituyendo, puede presumirse, uno de los pivotes más estables de su existencia y multiplicación en el giro de siglo.

Ya en su primera forma de realización, como reproducción técnica de la palabra manuscrita a escala restringida, las tesis ejercen su efecto multiplicador, excediendo desde el comienzo el número de sus destinatarios forzosos para alimentar la constitución de fondos públicos y su circulación en un territorio más vasto.¹¹ Indudablemente, la biblioteca universitaria se nutre de estas piezas, pero también lo hacen aquellas que, merced a disposiciones oficiales o pedidos particulares, reclaman porciones de esta creciente colección. Así, por ejemplo, en 1890 consta el envío de la colección completa de las tesis a la Biblioteca Nacional de la Capital Federal; o, así también, puede relevarse ese mismo año el pedido de bibliotecas como la de San Fernando, en provincia de Buenos Aires.¹² Si a esta circulación institucional se añade la que evidentemente hubo a nivel interpersonal, se advierte fácilmente que estas tesis fueron un verdadero bien de intercambio, y aún de “exportación”, en la etapa, tendencia sin duda fortalecida por su inclusión en la sección bibliográfica de múltiples publicaciones periódicas. Entre otros, tanto el *Anuario Estadístico* de Navarro Viola como, luego, la *Revista de la UNC*, incorporarían tempranamente este hábito, contribuyendo así a la difusión de estas piezas y del heterogéneo conjunto de sus autores.¹³

Frente a esa forma característica de existencia y circulación de las tesis, deben considerarse aquellas que presumen cierta alteración de su estructura; es decir, el texto puede siempre, total o parcialmente, hallar formas sucedáneas de aparición impresa, merced a transformaciones formales y técnicas más o menos

¹¹ En su artículo 20, el Plan de Estudios de Derecho establecía: “las tesis o disertaciones se imprimirán en el formato de cuarto menor, tipo cuerpo once, y se entregarán al Secretario en número de veinticinco ejemplares y un original con la firma autógrafa, diez días antes del designado para la función” (Plan de Estudios de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, *Documentos de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la UNC*, libro 42). Estos 25 ejemplares impresos, que excedían holgadamente sus destinatarios necesarios -el propio tribunal examinador y el cuerpo de replicantes- fueron elevados a 60 en 1906 (González 1996: 193).

¹² *Actas de Consejo Superior*, 1890, f. 102; *Documentos de la UNC*, 1890, f. 62. Puede computarse a favor de este aserto el dato, reciente para nosotros, de que en la Biblioteca de la Facultad de Derecho de Montevideo se encuentra buena cantidad de las tesis cordobesas de la época.

¹³ Como prueba a contrario de esta tendencia, puede consignarse que Paul Groussac dedicará punzantes páginas del “Boletín Bibliográfico” de *La Biblioteca* (Vol. V, julio de 1897) a justificar la omisión de la revista de las setenta tesis porteñas apiladas sobre su escritorio.

significativas. Y aunque muy pocas tesis parecen haber tenido reimpressiones a mayor escala, algunas devinieron libros y muchos capítulos fueron el insumo de artículos en revistas locales o porteñas.

Incluso cuando no todas las imprentas se encuentren igualmente representadas en la fábrica de tesis (pueden reconocerse, por el contrario, ciclos de popularidad y marcas de otras alianzas político-editoriales cuando se trata de imprentas de diarios), la incidencia relativa de las tesis en la vida de la imprenta puede advertirse con sólo evocar un par de referencias: de los 106 títulos que llevo relevados como impresos o editados por La Minerva entre 1884 y 1920, 51 son tesis. Para pensar en una casa aún más notable, la mencionada Imprenta Argentina, el catálogo reconstruido hasta el momento sugiere que, de los 63 títulos impresos o publicados allí entre 1904 y 1915, 31 son tesis. La tendencia cambia decididamente a partir de esa fecha, precisamente con la asunción de Rossi como único dueño de la casa, sucediéndose desde entonces y hasta 1926 al menos 17 títulos literarios o científico-sociales entre los que no consta ninguna tesis.

	La Minerva (1884-1920)	Imprenta Argentina (1904-1915)	Imprenta Argentina (1915-1926)
Títulos aprox.	106	63	17
Tesis aprox.	51	31	0
	(48.11 %)	(49.20 %)	(0 %)

Proposiciones accesorias

En Córdoba, la actividad editorial (que en este etapa señala más el arte de componer un libro e inscribirlo en un esfuerzo intelectual que el riesgo económico, aunque se oriente a asumirlo) es hija de la imprenta, respecto de la que se inicia como complementaria, que en buena medida la subsidia y a la que vuelven todos los que no logran hacerse un lugar allí. Desde luego, se dijo, aun en el plano local el circuito se completa con otros ámbitos y agentes que aquí sólo aparecen en escorzo, pero que han sido sometidos a una aproximación

análoga: librerías, bibliotecas, “agencias de publicaciones”, colecciones, series y fugaces esfuerzos editoriales *tout court*. Pero el atajo permite al menos entender los engranajes principales de un buen punto de partida y una notable frustración.

Considerado evolutivamente, los parámetros de la vida de la imprenta son ascendentes hasta mediados de la década del '10, para entrar en una cierta meseta a partir de allí. Si la relación imprenta – habitantes tiende a estabilizarse, esto no puede sino ser regresivo respecto de la creciente proporción alfabetizada. Sin duda, inciden en ese estancamiento la concurrencia de casas porteñas en el rubro seguro y auspicioso de las impresiones oficiales -y aún en el de las tesis- y la consolidación de grandes casas porteñas consagradas a libros escolares y, en general, a todos los demás géneros.

Mientras más el canon nacional se elabora en un doble juego de libros escolares y catálogos porteños, sustentados en crecientes sistemas técnicos y económicos, menos son las chances de viraje de la imprenta a la casa editora. La vía de la traducción y la reimpresión no parecen ser transitadas, y así los escasos catálogos locales serán en parte confinados a la expresión de la particularidad local, histórica o literaria. Simultáneamente, el proceso de producción autoral se afina en otro lado: Córdoba produce más escritores que autores: Lugones, un consagrado por el centro intelectual, Capdevila, un consagrado del mercado, y algunos otros científicos o juristas, pero no así un conjunto de figuras que podrían haber aspirado a ello; comenzando, quizás, por el propio Vicente Rossi, muy prolífico desde inicios del '900 pero cuyo relativo suceso deberá esperar a la querrela por el origen del tango ligada a sus *Cosas de negros* (1926), su *descubrimiento* por Borges y sus sucesivos *redescubrimientos* por los historiadores del género policial o por Gregorio Weinberg, que lo reedita en 1958.

Lo que se sugiere es que esta breve promesa de la imprenta en Córdoba debe su frustración a un equilibrio que excede las fuerzas locales y que, por ende, testimonia en el revés la consolidación de un centro que está en otra parte. Esto puede verse en la vida de la imprenta, en los catálogos de las bibliotecas, en la instalación de sucursales de librerías porteñas o, más simplemente, considerando el universo de referencias nacionales en textos

producidos localmente, como las tesis universitarias. Pero decir esto es muy poco si no se agrega, además, que esto es mucho más que un golpe para una ciudad que había ostentado un antiguo privilegio cultural (su universidad) y creído hasta 1890 poder definir el equilibrio político nacional y hacerse una capital a su medida.

Os “papéis ímpios e sediciosos”, ingrediente capital da circulação do impresso e da criação do espaço público liberal

JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS ALVES (UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA)

Novo tipo de cultura mediática, apesar da continuada e inestimável contribuição da oralidade na nova sociedade ascendente, a civilização do impresso deixa ver-se em várias expressões na viragem do século XVIII para o século XIX, como uma inovadora e aprofundada maneira de comunicar e de participar, tanto mais sediciosa para o poder instituído quanto os pensados conteúdos da escrituralidade manuscrita ou impressa conseguem dar à palavra oral um acrescido poder de convicção.

Imbricar, face à panóptica actividade sobre a sociedade no seu todo, as manifestações subterrâneas do descontentamento social e as representações subliminares de oposição ao poder, com a acção mais elaborada da crítica da política, que exige a publicidade dos actos do poder, é um acto dialógico que

melhora a compreensão da função dos vários usos sociais da palavra no seio do espaço público, ao mesmo tempo que se constata a multiplicidade de casos registados que nos conduzem ao âmago da malha urbana onde as manifestações “abertas” se cruzam e são espelho de outras, não nomeadas ou manifestadas.

Na fronteira entre a sociedade de Antigo Regime, em que a publicidade comunicativa se fundamenta e se protagoniza na auréola pessoal do monarca, ou dos seus áulicos, e a sociedade liberal, fundada em pressupostos comunicacionais assentes nos critérios mais fiáveis do uso público da razão, surge um novo modo de saber estar.

Este novo modo de saber estar, este novo “mundo de vida” em que a estética e a ética devem estar presentes, interagir e comunicar, significa a criação de um processo de consumo político e social (traduzido na opinião pública) através da actividade comunicacional, na tradição racionalista herdada das *Luzes*, ainda tão perto. É um tipo de acção em que o homem defende algo de excêntrico ao sistema, autista por tradição, conservador por sobrevivência, que já não se sente legitimado pelos novos saberes¹.

Se quisermos, a actividade política é vista como projecto antropológico², uma maneira de fecundar a utopia, realizar as esperanças do passado, protagonizar um Homem novo, um Homem moderno³, plural, descontínuo, disperso, fragmentário, conflitual e consensual, feito de um humanismo aberto à pluralidade das razões, das experiências e dos diferendos, num sentido prospectivo em que, se for necessário, há que sacrificar o presente, recordar o futuro, antecipando o passado.

É nesta linha de pensamento que trago aqui à colação um conjunto de panfletos e folhetos manuscritos, representativos do espírito que penetra a época de finais do século XVIII, alguns deles aparentemente inéditos, que devem ser vistos como elementos para a compreensão de uma alternativa burguesa ao poder vigente.

A meu ver, e na perspectiva programática que os enforma, este conjunto de elementos intelectualizados e discursivamente organizados⁴ deve ser obrigatoriamente cruzado com o complexo da documentação do período⁵, na

medida em que, conato e correlato, complementa e melhora a compreensão do emergir da esfera pública liberal nestes finais do século XVIII e princípios do século XIX.

Com origem na selecção em dois fundos, tenta-se através das suas diferentes representações políticas, enquanto representação de objectos e relações concretas ou abstractas do seu confinamento sociopolítico, revelar o aprovisionamento da informação que veiculam e em que condições tornam possível o enriquecimento, face ao público a que se dirigem, do conjunto das suas categorias políticas na base das experiências individuais.

Enquadradas estas em determinado tipo de acção particular ou colectiva, em que se alinham, incorporados pelo indivíduo, conceitos abstractos, transmitidos e construídos pela linguagem, como, por exemplo, absolutismo, liberalismo, igualdade, fraternidade, liberdade, propriedade, constituição, regeneração, etc., conceitos que pertencem a sistemas teóricos, ou a modelos de comportamento políticos, existindo no exterior do indivíduo que constrói as suas representações, aí podem também participar outras fontes para construir as suas representações.

Assim sendo, permite-se equacionar, desde logo, em que medida o indivíduo se serve de um filtro ou de um enquadramento para estruturar todas as novas informações, eventualmente contraditórias, para as rejeitar ou tratar e depois reinterpretar⁶.

Por este tipo de grelha passam, obviamente, os textos aqui em análise que, com diferentes gradações, contradições e oposições se articulam, uns e outros, sob a óptica de uma dupla interrogação: por um lado, a da constituição das representações políticas, por outro, a da função da ambiência política dos indivíduos. Não se estranha por isso a sua diversidade de representações políticas e o modo como cada um argúi em função das rejeições ou reinterpretações que pretende fazer das novidades e da sua adequação à realidade política, económica ou social.

Quero com isto salientar que este final de século, ao qual pertencem os textos em estudo, não deixa imunes, antes pelo contrário, os caboucos em que

assentam as estruturas da monarquia absoluta e os aparelhos do Estado, como é o caso do Intendente Geral de Polícia, aberto à reinterpretção e recentramento do comércio interno e externo, ou de “Hum Solitario”⁷, eventual ideólogo que, apesar da sua arguição “evangelista”, não resiste à manipulação recorrente de máximas newtonianas, sem esquecer as produções da oposição que não deixam dúvidas sobre as leituras que patrocinam.

É, portanto, a partir do interior desta intertextualidade manuscrita, na qual se conjugam o agitador cariz panfletário, os cálculos solicitados, as discursividades permitidas, os planos económicos e os formulários políticos indesejados, que se procura fornecer a ideia da conflitualidade e, ao mesmo tempo, estabelecer a “ponte” entre um fim-de-século e o despertar do século seguinte, marcado pelo impresso, como uma espécie de “rito de passagem” de um modo de comunicar a outro, de, simultaneamente, procurar convencer, de uma maneira de “fazer” política a outra, de, consonantemente, criticar, em que estão presentes os vários vectores que animam a convivialidade e a sociabilidade no seio do espaço público de uma formação social em transparente crise de valores e, obviamente, em mudança.

Na verdade, são nestas produções “compatíveis” os ideais do iluminismo e da Revolução Francesa com as trocas comerciais, a defesa biblicista de um regime em fase terminal com os projectos e “programas” políticos da sua transformação estrutural, ou seja, o “caldo cultural” da ideologia, da economia, da política e da cultura, em que pode assentar a genealogia de outras visões do mundo.

Chamar a atenção para o papel importante que possam ter tido estes manuscritos ou outros impressos⁸, de idêntico cariz, na criação de um espaço público de discussão, circulando alguns deles clandestinamente, de “mão-em-mão”, nos circuitos privados e semi-públicos da rede psicopolítica (constituída por canais privilegiados de informação e circulação de novidades, em que se movimentam as elites, as “clericaturas” do saber “cultivado” e as franjas e as margens do saber “orientado”, que depois se alarga ao conjunto da sociedade), classificados de «ímpios e sediosos», como reconhece o próprio Intendente Geral

de Polícia, Pina Manique, em cartas dirigidas ao Mordomo-mor do Reino⁹, é o objectivo desta escolha.

A circulação em Portugal de panfletos, como, por exemplo, o *Credo*¹⁰ e *O Catalão*, deve-se, a meu ver, não só a um acto de solidariedade com os povos lombardo e catalão, mas também ao objectivo, através de um acto de apropriação, de lançar a semente de novas ideias, ou seja, fazer dizer o indizível nem que seja pela via transversa das aspirações libertárias desses povos:

“... um rei não é soberano por si mesmo [...], a sua soberania depende totalmente do povo que o governa, nem há direito algum de sucessão que possa fazer aceitar um rei a uma nação quando ela o detesta. A soberania, pois, reside essencialmente nos povos, e os reis que reinam contra a vontade daqueles são violadores da sua soberania e usurpadores dos seus imprescritíveis direitos”¹¹.

Trata-se da proposta de inovação por interposta pessoa/discurso, a apropriação do discurso alheio em favor do próprio discurso, integrando-o num conjunto mais vasto de propostas de alterações estruturais, seja no campo político, seja nos campos económico ou social. É um tema que se quer sem fronteiras¹², a explosão não só por simpatia, mas também por solidariedade, que atravessa os Pirinéus e a fronteira luso-espanhola nos dois sentidos, num espaço mais vasto de transformações, tendo no âmago as aspirações da Catalunha e da Lombardia, neste caso, fazendo a aberta apologia da Revolução Francesa, da liberdade e da igualdade, acreditando, numa linguagem com sacras ressonâncias, “na ressurreição dos direitos naturais do homem e na futura paz, liberdade, igualdade e humanidade eterna”¹³.

Deste modo, salientem-se, no conjunto das propostas, as temáticas inovadoras, que abrangem os vários documentos que, circulando entre um público capaz de criar e formar uma opinião, alimentam correntes de pensamento favoráveis ao uso público da razão¹⁴ e ao encaminhamento para crítica da política como vector essencial de transformação.

Aliás, as cartas do Intendente Geral da Polícia que acompanham esta documentação são de algum modo reveladoras, não só da agitação que lavra na sociedade portuguesa, mas também da necessidade do aumento de vigilância (denunciadora do carácter autoritário do regime), fruto de movimentação política subterrânea e sintoma de alargamento de eventuais fenómenos da opinião pública.

A vigilância de Pina Manique, que se exerce no sentido mais lato, não é senão a tentativa de manutenção do segredo de actos da governação que deviam ser públicos, mas o que, quer o *Credo*, quer *O Catalão*, mais frontalmente questionam é, ainda, a absolutizada salvaguarda da ordem vigente.

O Catalão Republicano supõe uma situação análoga entre os dois reinos da Ibéria. Se a Catalunha é aqui um caso específico, o facto é que as críticas assumem um carácter generalista que se articula com o poder central castelhano, no qual o monarca se mostra teoricamente inepto para resolver os problemas de que a Espanha sofre, situação que não anda longe do que se passa em Portugal; algo se enfatiza com idênticos modelos de comportamento pessoal da rainha castelhana e da futura rainha portuguesa, Carlota Joaquina.

A transferência e apropriação do texto são consumadas, a adequação da fórmula e dos valores ao espaço nacional tem plena propriedade e a crítica da política, da ausência de virtudes públicas e privadas e o exame da economia que o panfleto promove deixam ver o rasto, não apenas na sociedade espanhola, mas sobretudo da formação social portuguesa.

Dar publicidade ao que se passa no outro lado da fronteira é colocar no seio do público uma temática que o induz a reflectir sobre a economia e a política e o estatuto das “públicas virtudes” das cabeças coroadas nos reinos português e espanhol.

Com efeito, como afirma Pina Manique, não é “indiferente a divulgação em português deste papel”¹⁵. Em idêntica perspectiva, e dialogicamente interpenetrado, deve ser olhado o *Credo da República Lombarda*¹⁶, ainda que apenas ao nível da declaração de princípios e valores em que se escora todo o

panfleto de *O Catalão Republicano*: “paz, liberdade, igualdade e humanidade eterna”.

O pensamento e a acção modelam a vida política e subdeterminam a vida privada. O acto de propor alternativas ou reformas é, por si só, entrar no âmbito da opinião pública que se forma e enforma a partir da reunião privada. É a novidade transmitida “à mão”, é o valor da acção política nos salões, nas tertúlias, nos cafés e nos botequins, veículos de transmissão oral de notícias e o seu alargamento por círculos homocêntricos.

Ao introduzirem na opinião o que até aí não era questionado, nem questionável, os manuscritos aqui estudados, bem como a correspondência que os acompanha, trazem assuntos à discussão pública, o que é desde logo inovador.

Os textos, em si, são produto das discussões que lavram no seio da formação portuguesa e na qual parecem colaborar os próprios partidários do poder instituído, como o demonstra um deles¹⁷, que, na perspectiva da abordagem da espaço público liberal, pode ser considerado um discurso dialogante ao aceitar como interlocutor válido a filosofia das *Luzes* e da Revolução Francesa.

Quer isto dizer que entra na disputa de um espaço que é seu, mas que lhe é reivindicado pela oposição, isto é, pelos estratos sociais que desejam impulsionar uma nova visão do mundo. Ao trazer para a luz do dia questões fundamentais da ordem estabelecida, como, por exemplo, a pessoa do rei e a sua inviolabilidade, que significa também inviolabilidade de segredo, está a colaborar na criação de um espaço público de livre e aberta discussão, ao mesmo tempo que, voluntária ou involuntariamente, colabora com os seus opositores.

Num discurso de transição, marcado por um eclectismo político e filosófico, em que afloram ideias e ideais, numa aporia de fim-de-século, prega a obediência, não deixando de abordar diferentes ângulos e ter em conta as novidades filosóficas e científicas de outras concepções do mundo, apesar de aparentemente surgir como discurso encomendado.

Exemplo da interna polémica com que se debate o pensamento dominante face às novidades, das quais adopta alguns aspectos exteriores mas sem adoptar as suas consequências, como o newtonianismo, argumenta na base de um erro conceptual, conseguindo dar ao texto o prestígio que se liga a uma instituição de origem divina. Trata-se, no fundo, de perpetuar a grande obra da criação assente na cooperação e na obediência, na “Cadeia de Ouro”. Perturbar esta cadeia, transformá-la em “ferro”, é uma desviante atitude de lesa-majestade divina e humana. Assim, a “Cadeia de Ouro” é a sólida cantaria fundamental de toda a ordem social e política e o direito positivo tem as suas raízes na natureza das coisas. A melhor forma de organização política é a que assegura a harmonia da sociedade no respeito pela ordem natural, que só pode ser a da monarquia tradicional hereditária, sob as espécies do absolutismo legal.

Normativo e finalista, o autor produz a negação da história, implicando por isso uma recusa do futuro e da noção de progresso, já em voga nesta época. Conscientemente ou não, utiliza conceitos/valores que circulam nos meios intelectuais do tempo, tais como lei natural, direito natural, princípios de ordem, para os colocar, por um hábil desvio, ao serviço da monarquia. Tenta assim, por uma fraudulenta operação intelectual, utilizar a nova inteligibilidade do tempo e do espaço, para colocar uma barreira no desenvolvimento histórico em curso, um projecto político de salvamento da monarquia e de harmonização do que é incompatível, do movimento com a imutabilidade e de um eventual reequilíbrio de classes. Reconhece-se-lhe, contudo, a importância que possa ter tido, por via das indevidas apropriações, “travestidas” de teorias universalmente aceites, para a polémica, a reflexão e a discussão sobre a nova matematização newtoniana do universo, que invade o espaço do sagrado. Polémica impossível em décadas anteriores, este texto é a síndrome de uma monarquia que perdeu o passo, a sua base de sustentação ideológica, a ponto de “travestidamente” recorrer à teorética que contribuiu para essa fase terminal. Este é um óbvio indicador do espírito que anima o espaço público em mudança não apenas conjuntural, mas ainda estrutural, com reflexos na curta e na média duração.

Parecendo não desejar entender a igualdade natural que se reflecte nas leis positivas, o autor assenta a sua argumentação em falaciosos exemplos. Não

deixa, apesar disso, de pragmaticamente problematizar questões que os liberais não deixarão de colocar e pôr em prática na via de uma igualdade civil e jurídica que não supõe a igualdade social. A cada um segundo as suas possibilidades, o seu mérito, e não segundo as suas necessidades, pugnando na essência por uma igualdade natural que é fonte de todas as desigualdades. Num discurso formalmente lúcido, antecipa de algum modo, o que vai ser a prática social, na via da razão que produz a sem-razão, em consequência da igualdade de oportunidades.

Retrospectivamente lúcido, o produtor do texto tudo sujeita à imutabilidade da “Cadeia de Ouro” da submissão, parecendo opor-se a uma rebelião de “iguais”, implantadores de uma eventual “república”, voluntariamente confuso, associando função e condição, profissão e direitos. Na sua cosmovisão conservadora não deixa contudo de se orientar a partir da posição social do indivíduo como geradora do direito de propriedade e de desigualdade social em contra-ponto ao mérito. A partir do pressuposto da igualdade que rejeita, caminha no sentido do mérito, enquanto conceito com valor social a integrar na escala geral de valores, e do inviolável direito da propriedade. Trata-se, na essência, de uma “teoria” da justificação da desigualdade que pretende ser, com outros falaciosos argumentos, um esvaziamento de qualquer tipo de pacto social, como se a união entre indivíduos fosse algo aleatório, em função da guerra e da economia, involuntariamente colocando de lado a origem divina da soberania que defende.

Se Hobbes parece, em parte, estar presente, a *Cadeia* nega qualquer hipótese de pacto ou de contrato, recorrendo à memória da pré-história como berço da humanidade e como exemplo de ausência de qualquer contrato. Provavelmente em oposição aos defensores das “Cortes de Lamego”, mito fundador da ideia de liberalismo na fundação da nacionalidade, opõe-lhes uma bateria de argumentos para justificar a “Cadeia de Ouro” como elo da sujeição ao monarca onnipotente e onnipresente.

A apologia final contra eventuais monarcómanos, sustentada nos textos bíblicos dos quais o autor parece ter vasto conhecimento, dada a profusão das

citações e as inúmeras referências, permite-lhe amparar o poder monárquico na Sagrada Escritura, ao mesmo tempo que o diviniza, para exigir, ancorado numa espécie de cristocentrismo, obediência às hierarquias, esquecendo, por outro lado, a desobediência de Jesus Cristo.

“Vivendo” ainda no “século dos santos” e, teoricamente, ignorando desenvolvimentos como o fenómeno de “hibridação da história sagrada e da fábula pessoal” que assiste, por exemplo, a Rousseau¹⁸, o “Solitário” autor, apesar de no início do seu texto, invocar Newton, que no campo religioso envereda muito mais por uma arqueologia do saber que propriamente pela religião em si, por um Deus infinitamente sábio da ordem admirável que reina nos movimentos dos corpos celestes e se exprime nos cálculos astronómicos, do que pela via de uma ciência da religião, desconhece, ou quer desconhecer, a antropologia das *Luzes* que procede num sentido inverso, reenviando Deus para a sua alteridade.

Quer isto dizer que o discurso sobre o homem só toma o seu sentido na medida em que for dissociado do discurso de Deus, ao mesmo tempo que a humanização de Jesus Cristo, recíproca do refluxo da encarnação, é a rejeição do dogma. Inscrevendo-se na perspectiva de um absolutismo como sistema da graça real, ignora outros desenvolvimentos do século da Ilustração que dão de Deus, cada vez mais, a imagem de um monarca constitucional como garante da regularidade das leis da natureza¹⁹.

Na base de um biblicismo orgânico o autor dá, na sua argumentação, a preeminência absoluta à palavra dos evangelhos. “Evangelista”, mantém-se no interior de fórmulas que se fundamentam exclusivamente nas escrituras evangélicas, confunde a fé com a crença, a existência com o dogma, desconhecendo, ou procurando desconhecer, que o racionalismo cristão se inscreve num vasto movimento dialéctico que começa a colocar, a partir do século XVIII, a vida de Cristo sobre o terreno da história²⁰. Produz assim uma espécie de produto híbrido que pretende passar por racional. Escolhe na matéria evangélica e nas definições dogmáticas, face a Jesus, valoriza certos elementos e negligencia outros, actuando, em favor da pura propaganda política, de maneira

selectiva sobre a economia da mensagem cristã, reduzindo Jesus a um mestre do amor ou a um crucificado ou simples pregador da moral.

Materializando a instabilidade que assentou arraiais no interior do regime e nos seus produtores de ideologia, o “Solitário” deixa ver, ao mesmo tempo, as polémicas que animam certos estratos sociais neste final do século XVIII. Na verdade, só o facto de nomear certos interditos é, por si, sinal de uma possível reflexão, apesar da operação de cosmética com que tenta enquadrá-los no interior do tradicional sistema de conhecimento e do pensamento dominante na época. O princípio de ordem que dialogicamente articula, em sentidos opostos, vontade livre e liberdade de independência possibilita a sua integração neste conjunto de textos pelo que pode representar acerca de uma polémica que é um dado adquirido, dando assim razão de ser aos outros textos aqui seleccionados e não os transformando num conjunto redutor que se bateria contra “moinhos de vento”.

Ou seja, do ponto de vista do discurso intelectualizado, oral ou escrito, que complementa e completa a acção, como linguagem do discurso, este conjunto de manuscritos, que não viram, que se saiba, a luz do dia impressos, é seguramente o complemento da relação entre elites e povo, entre as áreas do saber e as franjas que as acompanham, documentos fundamentais para a doutrinação do espaço público liberal burguês e cruciais para o despertar de uma opinião pública, politicamente orientada, em que é parte inteira não apenas a cultura e a propriedade, mas também o saber de outros estratos sociais de peso não menos considerável no desenvolvimento de todo este processo como temos vindo a ver, particularmente através do testemunho da Intendência Geral de Polícia.

Escrever é, assim, comunicar aquilo que é incomunicável na lógica oficial do poder. Escrever é ainda a crítica transversa ao poder hegemónico, a denúncia de um presente que se quer transformado na tentativa de criar uma opinião e um espírito públicos numa época em que a *Luz* se derrama além-fronteiras.

É nesta linha que direitos, política e economia se entrecruzam, ao abanar o secretismo do poder absolutizado, no esboço e no esforço privados para a

criação de uma alternativa política, jurídica, económica e social que algum dia será ponto de partida para uma força política.

A denúncia de factos interditos ou ocultos, o simples facto de se falar neles, de falar na sua repressão, tem um aspecto de transgressão deliberada.

Neste sentido, talvez se possa afirmar que cada frase está preñhe daquilo que não diz, de um conteúdo latente que se oferece à interpretação formando um “discurso oculto”, um murmúrio anónimo que é fundamentalmente o eco de uma luta pelo poder, mas também que o diálogo é irrupção perigosa que rompe a segurança do instituído²¹, tanto mais que circula, amiudadamente, de forma paroxística. “É nesta cadeia sem fim das palavras que a comunidade humana se realiza concretamente [...], é o reconhecimento de si através dos ritos, dos costumes, do discurso colectivo. É neste sentido que o diálogo é elemento estruturante da socialidade”²².

Indiferentemente aos resultados é a actividade da palavra, a irrupção de uma outra ordem, o 1820 da palavra que antecipa o 24 de Agosto de 1820, que se iniciará no campo de St.º Ovídio. Para além do debate, é a criação de um novo espaço e de uma nova dinâmica da actividade comunicacional, uma prática social simbólica, que procura reinstalar o *homo loquax* ao lado do *homo faber*, enriquecendo o conteúdo do conceito de esfera pública liberal.

A vontade expressa de saber e dar a conhecer é, em minha opinião, uma estratégia de poder, que se pretende substituir ao poder que interdita, oculta ou ignora, na medida em que retira a muitos o prazer de saber. Neste sentido, a vontade de saber e de publicitar conjuga-se também o prazer de saber controlar o “outro” poder institucionalizado - poder que já não é poder porque perdeu o controlo do saber - pelo poder de um saber que caminha com o tempo²³.

Estado de razão (“... a razão pública, como afirma um dos documentos, assim como a dos indivíduos é fundada na experiência...”²⁴), a opinião pública é a expressão de uma actividade cognitiva que deseja cognoscível, em que se dá a assimilação do conhecer e do saber pelo dar a saber e a conhecer, legitimando o discurso, a sua razão, o seu poder e o seu objectivo.

Publicitar actos do poder nem que seja pela via transversa de propostas alternativas, sem envolver crítica directa às práticas do Estado, é um modo de introduzir “ruídos” ao nível das ideias, sejam elas de carácter político, económico ou social, de as fazer circular na ausência de uma imprensa com capacidade e ânimo para o fazer.

Não é a ausência da imprensa em geral que aqui se anota, mas sim a de uma imprensa que seja órgão e instrumento de oposição ao regime vigente, com talento de veicular um sentir público, como irá acontecer nas primeiras décadas do século XIX, e que, como faz notar Habermas, é determinante para a evolução do espaço público liberal²⁵.

Por aqui se vê o interesse normativo em conceptualizar o funcionamento do espaço público liberal que surge precisamente num momento de desagregação do espaço público, isto é, com a ausência do uso público da razão e do diálogo potencializada pela restrição da publicidade dos actos do poder. É a análise e a crítica constantes que vão transformar a natureza do poder chamado a prestar contas perante o *fórum* público²⁶:

“[A]s paixões dos povos [...] são [...] sustentadas e modificadas pelas leis, pelos usos e 'principalmente pelas **opiniões muitas vezes mais fortes** do que a natureza e a razão'. Estas opiniões até chegam algumas vezes a opor, aos mais sábios e prudentes políticos, obstáculos invencíveis”²⁷.

É no princípio da publicidade que o nosso autor, face às práticas secretas do Estado, deseja colocar a tónica, no sentido de tornar públicos os actos do poder, e contribuir ainda para formação, pela discussão, de uma vontade capaz e pôr fim à dominação²⁸:

“A política é a arte de governar os homens ou a que faz com que **todos os homens** concorram para a mútua

conservação e felicidade da sociedade [...]. Fazer cooperar todas as vontades particulares para a execução do plano geral [...] e sujeitá-los à vontade indicada pela lei [...]. Finalmente só a **razão** guiada pela experiência pode descobrir as novas molas que de tempos em tempos é preciso substituir às antigas, quando as circunstâncias lhe têm feito perder a sua força e eficácia”²⁹.

Tornar públicos os actos do poder sobre a base de um público composto de indivíduos cultos e capazes de utilizar a razão como uma função crítica indiscutível face ao secretismo do Estado absoluto vai conduzir ao lugar privilegiado da regeneração/substituição dos mecanismos institucionais onde se reconheçam doravante outras opiniões que “constituem, por assim dizer, o temperamento da nação”³⁰.

É um modo de exigir liberdade de afirmação e autonomia, tendo como objectivo conciliar as necessidades práticas do controlo e transformação das sociedades com as mediações políticas e as condições sociais possíveis:

“Do mesmo modo que os corpos físicos, as nações experimentam crises, delírios, convulsões, **mudanças** e passam sucessivamente do estado de moléstia ao de saúde”; “As mesmas leis não servem aos mesmos povos em todos os tempos [...] a política não pode [...] dar-lhes leis que lhe possam ser sempre igualmente úteis”³¹.

Visão tributária das *Luzes* e da Ilustração, o autor do texto teoriza na sua essência a mudança que o autor deseja trazer para a discussão pública, contribuindo à participação geral nos acontecimentos, para a publicidade, o que tem a ver com uma maior adesão espiritual aos assuntos públicos sustentada sobre bases predominantemente racionalistas em confronto com uma opinião pública antiga e retrógrada.

“[O] que tem durado muito tempo passa por inviolável e sagrado; mas um príncipe iluminado e político não só corrige e muda, mas também destrói as instituições antigas,

se a experiência lhe tem feito ver que são abusivas, perigosas e inúteis [...]. Desta mistura disforme de leis e costumes nasce uma jurisprudência tenebrosa [...] oposta à recta **razão**. As leis devem ser claras, tanto para os ministros, como para todos os cidadãos”³².

Pode inferir-se desta leitura que o sistema já foi ultrapassado pelo tempo. Impõe-se, deste modo, um novo regime, uma nova lei que responda aos interesses crescentes de grupos sociais que até aí pouco ou nada tinham a ver com as alavancas do poder. Da crítica velada às instituições do Antigo Regime transparece a perpetuidade do segredo e do inviolável, numa dialéctica assustadora em que o tempo e o segredo se potenciam e maximalizam. Razão e experiencialismo emergem como vectores da esfera pública liberal, estão no núcleo de uma nova visão do mundo, de um outro “mundo de vida”, onde a razão da razão exige e explica a mudança.

“Em algumas nações as suas guias são a autoridade, a opinião e o costume. Por isso vemos algumas nações cheias de uma multidão de homens cuja ocupação é interpretar, comentar e aclarar uma ciência misteriosa para o resto dos cidadãos”³³.

A livre discussão parece despontar aqui como instrumento de coesão social no sentido de substituir as tradições enfraquecidas ou em decadência. Há como que o apelo à prática quotidiana da discussão, num espaço público que pode trazer os correctivos necessários ao disfuncionamento reconhecido do mercado e do Estado.

Trata-se, no fundo, não só de criar uma opinião reformista no público favorável às transformações, mas também da luta que coloca frente a frente um tradicionalismo arcaizante e as personagens inovadoras de estrato burguês que tentam ganhar um público maioritário mas também, se possível, a vontade do monarca.

“A legislação deve fixar a opinião pública, esta deve ser conforme à **razão** e com o **bem geral da sociedade**. Se a opinião pública é boa, os vassalões estimarãosempre o que for justo, bom e útil...”³⁴.

O modelo de espaço público liberal pretende, não só realizar a adequação da opinião pública à razão, mas, ao mesmo tempo, supõe isso objectivamente possível, já que a seus olhos existe uma ordem natural, uma vez que a organização da sociedade obedece rigorosamente ao interesse geral, à redução ao mínimo dos conflitos de interesses e das intervenções da burocracia e à submissão das decisões administrativas aos critérios fiáveis do julgamento público³⁵.

“O espírito da Nação é o que faz a sua força. Esta não é outra coisa mais do que o ânimo em que todos estão de porem as suas faculdades em comum. Quanto maior for o número de cidadãos animados deste espírito, tanto maior será a força da Nação. Mas para fazer entrar os cidadãos nestas disposições favoráveis é preciso primeiramente que a educação os prepare e que o governo os faça felizes. Não pode haver povoação sem felicidade, não há felicidade sem liberdade, não há liberdade sem leis, as leis não serão observadas sem costumes, sem virtudes [...]. Sem justiça não haverá propriedade [...], sem recompensas esmorecerá o merecimento”³⁶.

Se, por um lado, é no “terreiro” público que se discute e dá publicidade aos actos ocultos do poder, por outro, o espaço de pública discussão incorpora e é incorporado de outros valores e da sua importância como institutos do espaço público (legitimantes de novas estruturas e de novas relações), como sejam conceitos ligados à liberdade, à igualdade, à virtude, ao mérito, à educação, ao progresso, à civilização, etc., partes constitutivas do espaço público liberal³⁷, condições fundamentais para a sua corporização, organicamente imbricadas na publicidade dos actos e das práticas do Poder.

Texto transparentemente destinado ao público em geral, às franjas que circulam em redor dos estratos que melhor dominam certas áreas do saber,

“àqueles que nesta matéria não precisam fazer grandes progressos”³⁸, apresenta-se com um carácter teleológico - pelo menos é essa a intenção. Sem colocar em causa o regime ou o monarca, antes produzindo apelos, disserta e reflecte sobre o político, que não deixa de inscrever também nos princípios da “aritmética política”, da economia política, que outros textos da época abordam, e ainda de filosofia política³⁹.

Ao mesmo tempo que teoriza sobre vectores culturais formadores da consciência dos povos, parece querer dizer que ninguém nasce português, francês ou chinês, dando a ver uma cultura por impregnação e depois por aprendizagem, sugerindo influências da leitura de Rousseau⁴⁰.

Teorizando sobre o consenso, o autor do texto dá a ver as dificuldades de construção da opinião pública sobre os diversos problemas que se colocam, particularmente quando a reflexão e a discussão, que associa à “experiência e razão”, não constituem uma prática corrente no interior da sociedade em que perdura a eficácia das evidências culturais impregnadas desde sempre, no fundo “o temperamento da nação” e o carácter de historicidade que acaba por lhe imprimir.

As leis, que “devem ser claras”, têm um carácter público, assente na racionalidade e na universalidade da “autoridade, opinião e costume” e no princípio da publicidade crítica, ao mesmo tempo orientador: “Por isso vemos algumas nações cheias de uma multidão de homens cuja ocupação é interpretar, comentar e aclarar uma ciência misteriosa para o resto dos cidadãos”, nações em que com “um bom governo, o filósofo será sempre um cidadão activo”⁴¹.

A cultura, a propriedade (intelectual incluída), a instrução são aqui olhadas como matriz fundamentalmente esclarecedora: “o homem instruído será contado por alguma coisa”⁴². Ou seja, está-se perante o que se poderá apelidar tentativa de criar um novo espaço de sociabilidade, debate e reflexão que envolve temáticas variadas como a ociosidade, a economia política, a política económica e a colonial, os transportes, os encanamentos, em que está presente a tutela dos mesmos princípios em que se ancoram outros textos aqui em estudo⁴³ que analisarei mais adiante. A utilidade social, que parece inspirar-se em princípios de

Beccaria, bem como as já referidas ressonâncias rousseauianas e a inspiração nas doutrinas da fisiocracia eclética, então em voga, atravessam todo este texto.

Chamando a atenção para as várias actividades na produção e circulação de riqueza no corpo da nação que compara ao corpo humano, acentua, não exageradamente, a função da agricultura.

A igualdade perante a lei, a liberdade de todos e de cada um, a fórmula “a cada um segundo o seu mérito”, que o autor assim incorpora na escala social de valores e associa à felicidade e ao progresso, são alguns dos ingredientes de comunicação que insere nesta reflexão que transpira em alguns deles, salvaguardados diferentes pressupostos epistemológicos, actualidade. É o caso do desaproveitamento dos recursos humanos ou a destruição sistemática dos recursos naturais e mesmo de hipotéticas desertificações.

Surpreendente pelo pessimismo com que o *Discurso* adjectiva (“o pior inimigo do homem é o mesmo homem e a sua ambição”⁴⁴), numa espécie de discurso ecológico travejado na crítica às agressões à natureza, à guerra, à instituição castrense, à religião (ao mesmo tempo um apelo à tolerância e à liberdade religiosa para que não haja “assassinados pelos seus próprios concidadãos”⁴⁵), ao consumismo, à rapina e à cupidez que sacrifica “todos os anos milhares de cidadãos ao deus das riquezas”⁴⁶, centrado no interesse geral, deixa ver que a maior riqueza a mais essencial é seguramente o homem e o seu emprego que não “têm preço”⁴⁷.

Contra as grandes concentrações urbanas, o autor tem a lucidez de imaginar a negatividade dos problemas a vir com a falta de apoio logístico e a desertificação dos campos. Ruralista, reverbera a perspectiva do bom selvagem num discurso anti-ciadino, tanto mais paradoxal quanto reconhece a importância do comércio que se desenvolve nas cidades. Contra a opressão afirma, numa perspectiva colonial moderna que mostra como alternativa ao escoamento de populações em excesso, que o “escravo será sempre um trabalhador negligente”⁴⁸ e “não goza dos benefícios da natureza”⁴⁹.

Envolvendo os europeus colonizadores numa crítica que torna inaceitável as suas formas e métodos de colonizar, o texto afirma que “será bem fácil dizer que [os europeus] mais inumanos do que os mesmos selvagens, têm olhado para [...] homens [...] como para feras os quais seria lícito matar, enganar, roubar sem o menor escrúpulo”⁵⁰.

Elegante nas críticas o autor passa pelo anti-clericalismo, não declarado, quando afirma que a Espanha possui um “excessivo número de conventos”⁵¹, ao mesmo tempo que denuncia o genocídio de raças ameríndias pelos castelhanos, acentua determinados excessos populacionais chamando a atenção para as colónias, como comunidades de interesses mútuos na base da igualdade de direitos e de deveres, no sentido de evitar cisões como, sem a nomear, a que aconteceu entre a Inglaterra e os Estados Unidos da América. Com um carácter teleológico, em função da sociedade em que se insere e do tipo de poder que a tutela, frisa: “quanto não seriam respeitados e amados e poderosos os mesmos príncipes”⁵² se colaborassem nos “esforços” e não “oprimissem” os seus cidadãos.

Opondo-se a uma cultura exagerada do culto das aparências, em que parece estar presente um certo acrisolamento material e espiritual, que se articula com a crítica ao culto do consumismo, o *Discurso* ignora, ou deseja ignorar, este como um factor de desenvolvimento da riqueza geral, tanto mais que se mostra um defensor extreme da liberdade de comércio interno e externo, da circulação de riqueza e capital e interdependência da mundialização do comércio, que “é o vínculo comum que aproxima as nações ainda as mais distantes”⁵³. Contra o consumo leviano, transforma-o numa espécie de “caixa de Pandora” de toda a ruína, ignorando, ou procurando ignorar, as suas vantagens para o tipo de comerciar que propõe, em que a troca de excedentes é fundamental na sobrevivência das nações. Além de desconhecer na moda e na cultura das aparências uma necessidade de representação social, prefere colocar a tónica no acrisolamento moral, de coloração espartana, desafectado, virtuoso e austero e despojado, na linha de pensamento que parece assistir, na generalidade, à burguesia europeia e aos seus publicistas neste período, onde ecoa a virtude da antiguidade clássica.

O luxo como origem, ascensão e queda dos impérios fornece o pretexto para outro tipo de excessos que radicam no radical exercício da liberdade. A partir de uma posição elitista, marcando distância entre povo e hierarquia do saber, o autor postula, à semelhança dos liberais, uma liberdade sem libertinagem. Neste sentido, teoriza sobre o conceito de polícia, que começa a diferir do do século XVIII, que ignora, para lhe atribuir apenas funções de vigilância e repressão, sem excluir contudo o seu enquadramento nos limites impostos pela lei, acima de todos e de tudo, fundamento de um princípio de ordem. Sem esquecer o incontornável proteccionismo que caracteriza a fisiocracia ecléctica, proclama uma liberdade de circulação selectiva que impõe ao Estado o “receber dos outros povos os géneros que a natureza lhe negou ou que a indústria dos seus habitantes não lhe pode dar”, uma verdade “desconhecida por muitos que estão encarregados do governo público”⁵⁴.

À vista de algumas passagens do texto, este coloca na mira o mercantilismo, porque “nas curtas vistas de alguns políticos modernos o ouro é visto como nervo da guerra e como único meio infalível de conservar a paz”⁵⁵, mostrando-se contra o monopólio, a favor da compatibilidade e harmonização da circulação de riquezas com a sua distribuição o mais alargada possível, fonte de mais riqueza e da sua reprodução. Em oposição aos voluntária e socialmente inúteis, que não nomeia, mas que residem no “pequeno número de particulares”⁵⁶ que detêm a riqueza, ou seja a aristocracia, e nos mendigos, exhibe preocupações sociais, uma certa dose de filantropismo e a necessidade de recompensa do mérito. Por um lado, combate os voluntariamente inúteis e os involuntários desocupados, em qualquer dos casos socialmente inúteis, por outro, impede o esvaziamento do poder de Estado pela acumulação de riqueza em apenas alguns.

Provável representante da burguesia agrária e comercialista o autor do *Discurso* produz um texto que, mais uma vez se afirma, dentro dos limites espacio-temporais, não perdeu, em algumas das suas passagens e dos seus princípios, actualidade. Face ao modo como a Inglaterra domina o comércio mundial, projecto “iníquo e louco”, produz um radical discurso anglóphobo em que o pessimismo projectivo, no sentido de uma “perda certa”⁵⁷, não se confirma,

como se sabe. Não deixa contudo de, no patamar dos princípios, antecipar resultados, colocando a tónica nas consequências de uma colonização sem obstáculos, numa guerra sem limites, numa exploração descomedida, hipoteticamente castelhana: “Talvez um dia os índios bons soldados lançarão das suas praias aos europeus onde a cobiça os tem feito odiosos”⁵⁸.

Sem esquecer a riqueza de raiz agrária, visa a cupidez humana, introduzindo um texto que à partida teria apenas objectivos práticos, com carácter doutrinário em que se respira um claro humanismo e um não menos transparente filantropismo e antropocentrismo. Tenta, deste modo, moderar os ímpetos internos de busca, a qualquer preço, de riqueza efémera, para enfatizar a evidência fundiária dos recursos naturais assente no agricultar, no que parece ser o desejo de equilíbrio interno, de modo a proporcionar uma dinâmica de investimentos de acordo com as necessidades internas e as exigências externas, ao mesmo tempo a aspiração a uma dinâmica de circulação de riqueza que não é compatível com as críticas à paralisação da riqueza acumulada, improfícua e não reprodutiva.

Contudo, o discurso moralizador que produz, aspirando a uma ordem internacional que torne possível a harmonização entre exploração dos recursos e consumo, entre ricos e pobres, condu-lo ao radicalismo político da negação e do esvaziamento ruinoso das nações mais ricas, que mais parece ser um argumento dissuasor do que algo que verdadeiramente intua no sentido de encaminhar à transformação estrutural que passa pela agricultura. O “[é] sempre para as outras que trabalha uma nação rica”⁵⁹ é uma figura de retórica, que procura ter impacto mas que o autor, ao longo do discurso, deixa de algum modo desmentida, particularmente quando visa “um povo o qual, nos seus transportes de avareza, parece ter formado o projecto de invadir o comércio do mundo e fazer-se senhor dos mares”⁶⁰.

Sob inspiração beccariana, a pena liberal que produz este texto chama a atenção para os castigos, mas sobretudo para as leis e forma como se aplicam, no que é uma tentativa de recuperação social dos delinquentes, tornando-os úteis à sociedade. “A sociedade não tiraria mais utilidade dos trabalhos do

culpado do que dos castigos que lhe tiram a vida? Um trabalho rigoroso castigaria com maior utilidade do que com a mesma morte a um homem [que] fica perdido para o Estado”⁶¹.

Existe neste texto, imbuído das virtude do liberalismo que encaminham para modernas formas de dominação que interagem com as penas disciplinares, o carácter da necessária utilidade social das penas disciplinares a aplicar. Na essência, trata-se de architectar novas formas de dominação, com espírito mais sedutor, o que não pode desligar-se das perspectivas de formas de hegemonia que no poder burguês passam pela notícia, pela imagem e pela universalização de um conceito de virtude. Não é também por acaso que o futuro poder liberal começa a organizar-se, tentando apagar as relações de dominação que caracterizam o Antigo Regime, em torno da inculcação de outros saberes que produzem uma outra relação com a linguagem (instrução, etc.), uma outra relação com o corpo (higiene, consumo, sobriedade, etc.) e uma outra relação com o tempo (cálculo, lucro, planificação e economia)⁶².

Destruídos os laços complexos e variados que uniam o homem do Antigo Regime aos seus superiores, há que encontrar, face à igualdade formal, novas ligações entre a classe ascendente e o conjunto da formação social cuja hegemonia pretende assegurar. Neste sentido, não é de estranhar que a virtude entronque com o mérito que, em derradeira análise, desqualifique socialmente o desvirtuoso, o incompetente e o desfrutador que à custa do direito histórico vê criar lugares para manter a sua ociosidade. Fronteira entre o útil/productivo e o inútil/improductivo, em nome de um princípio de felicidade geral⁶³, o mérito da virtude deve ser coincidente com a virtude do mérito:

“Se os lances mais tocantes de beneficência, humanidade, generosidade, desinteresse e reconhecimento conduzissem o cidadão às honras e lhe alcançassem a estimação pública? Estas virtudes seriam sem dúvida muito mais frequentes se os vícios contrários fossem seguidos do desprezo, da infâmia e da vergonha. Quem teria o atrevimento de se entregar a estes vícios vergonhosos e à injustiça se tivesse a certeza que deste modo vinha a ser, não só objecto de ódio e desprezo do seu soberano, mas ainda dos seus

concidadãos? O engano, a perfídia, a ingratidão seriam raríssimos se estes dessem a exclusão às honrarias e aos lugares”⁶⁴.

Desenhando um escalonamento, o autor faz da virtude um instrumento de exclusão social para todo aquele que não se torne socialmente útil, ao mesmo tempo que articula o discurso virtuoso com a educação⁶⁵, em defesa da grande política, contra os tarefeiros que a fruem, produzindo apenas factos de pequena ou baixa política.

“Se o poder de um Estado depende do espírito que anima o povo, se a força nacional depende da reunião das vontades, o bom político deve inspirar e fazer nascer ainda na mais tenra mocidade nos ânimos e no coração dos seus vassalos os sentimentos que são interessantes e necessários à nação. A mocidade é o tempo próprio para ensinar ao homem a tomar mais o desprezo do que a indigência, a vergonha do que o perigo, a infâmia do que a morte; é só nesta idade que o homem pode aprender a estimar mais o merecimento do que as riquezas, os talentos do que o nascimento, a virtude do que as dignidades”⁶⁶.

Prescrevendo todo um conjunto de normas que conduzem ao bem geral, o texto produz, sem esquecer os valores judaico-cristãos e a importância da religião como importante factor de coesão e perpetuação do parentesco social, o formulário de uma moral laica, de uma virtude pagã como matriz em que ancoram os princípios liberais. Ao mesmo tempo que apela à opinião pública, que estima “sempre o que for justo, bom e útil”, e, em nome da felicidade geral, ao consenso (“[e]sta reunião de vontades é a que dá à nação a força, o poder e a energia. Os verdadeiros interesses do príncipe são os dos povos”⁶⁷), afirma que o “espírito da nação é o que faz a sua força”⁶⁸.

O *Discurso* constrói assim um conjunto de elementos de comunicação, agitação, esclarecimento e orientação que são concomitantemente uma evidente crítica pública à hierarquia do aparelho de Estado e aos áulicos do regime.

“Quanta utilidade não receberia uma nação se os que ocupam os seus lugares mais importantes excitassem os cidadãos à emulação da virtude?”⁶⁹.

Está-se perante um verdadeiro formulário de acção para o devir, um manifesto que deixa a claro os valores que assistem ao pensamento liberal antes do liberalismo, uma espécie de programa político em que todas as palavras foram pesadas e reflectidas para produzir um discurso de duplo sentido, isto é, caminhar em direcção à razão e ao sentimento e deixar ver na educação e no exemplo a fonte da transformação para a desejada mudança estrutural: “Não há sobre os costumes dos homens uma influência mais directa do que o poder do exemplo”⁷⁰.

Em derradeira análise, é uma redistribuição de valores a que deve corresponder um recentramento político que nesta reflexão se coloca. Recentramento em outro *forum*, deslocação do centro de gravidade dos salões privados do monarca, ou dos seus áulicos, para o espaço público, onde se possa discutir o que até aí é privilégio de apenas alguns. A esfera política deve, neste caso, ser recentrada e redistribuída por outros elementos constitutivos do tecido social, muito particularmente pela burguesia comercial e agrária.

Importa trazer aqui, agora, três dos manuscritos analisados, que abordam assuntos de carácter estrutural do ponto de vista da economia, bem como a troca epistolar entre representantes consulares de Portugal, o Intendente Geral de Polícia e representantes do governo central⁷¹ versando o mesmo tema.

À luz destes manuscritos, caminha-se no sentido do anseio de reformas no interior da ordem existente. A troca de correspondência entre os dignitários do poder e os representantes consulares não é mais, em nossa opinião, do que o penetrar de uma fracção do público, dos seus interesses, na esfera negocial do segredo de Estado.

Se, por um lado, as propostas de negócio feitas pelos representantes consulares de Portugal são o chamar à razão os negócios do Poder, por outro, o projecto de alterações estruturais surge já com um carácter crítico mais radicalizado, até pelo eventual eco a que pode conduzir a sua publicitação.

É exactamente a burguesia comercial bem colocada que interpreta este papel de se imiscuir, ainda que cuidadosamente, como revela a correspondência trocada, na esfera negocial do Estado.

Estes textos ao trazerem temas de gestão do Estado para a esfera privada, que está em íntima ligação com a pública, tem a deliberada significação de uma programada publicidade aos actos do poder, questionando, deste modo, por via transversa, se não a ordem no seu global, pelo menos aspectos estruturais, ainda que parcelares, abalando as fundações do aparelho de Estado:

“A mão do patriotismo, o amor do bem público e o zelo pelos interesses do Estado é quem me dirigem a pena na presente situação”⁷².

Numa linguagem que poderíamos considerar “metaforizada”, a burguesia manifesta o desejo e a aspiração a um lugar predominante nos negócios públicos, a cuja gestão deve presidir o uso da razão, negócios que devem ter, em nome do bem público, uma quota-parte importante não só de racionalidade gestionária mas também transformações estruturais.

Fazer seus os negócios de Estado, associar os seus interesses ao interesse geral, fazer dele uma segunda natureza, é o objectivo essencial desta burguesia que se apresenta como alternativa ao regime.

É, sem dúvida, por aí que passa a marca mais forte da burguesia comercial e agrária na formação portuguesa. As suas propostas sobre alterações no comércio, nas pescas, na agricultura, mas também indicações sobre o consumo ostentatório, a ociosidade, o mérito - um novo conceito e uma via de aristocratização - e a estatística acontecem a partir da elaboração de novos arranjos, de novas alternativas, deste espaço em movimento onde a agricultura aparece como motor das outras actividades:

“[A] agricultura [...] geme num total abandono e esquecimento [...] e sem trazermos à memória épocas pretéritas, temos na presente, debaixo dos nossos olhos, o quadro mais lamentável que se pode imaginar [...]. Promova-se a agricultura [...]. Felicite-se Portugal com este sólido estabelecimento, do qual resultam tantas vantagens experimentadas por outras nações”⁷³.

A agricultura e o seu estado são, aqui, trazidos à discussão pública. Ela é assunto premente no espaço público, porque pode funcionar como “fosso do elevador” para mudanças estruturais num país com doença crónica de macrocefalia comercialista.

Texto provavelmente produzido no final da última década do século XVIII, o *Plano* caminha, como os outros, no sentido da regulação e regulamentação do mercado, como vector fundamental das relações entre a Sociedade e o Estado.

Introduzir correcções aos caminhos desviantes adoptados supõe, na perspectiva do autor, a intervenção do poder, que deve orientar-se não apenas no sentido de lhe mudar o rumo e recentrá-lo segundo outras perspectivas, impondo deste modo, face ao exterior, um carácter proteccionista à sua acção, compatível com a fisiocracia ecléctica, mas sobretudo na direcção de uma moral de resultados que vise a produção e aumento internos de riqueza, que passa, segundo Caetano, pela agricultura.

O interesse geral que surge neste contexto, face a eventuais especulações, devido à ausência de oferta no mercado, exige que o Estado concorra no sentido de limitar consequências nefastas que afectem o preço justo inerente à ordem natural das coisas, ou seja, o bem geral. A solicitação ao Estado, que deixa ver sentimentos xenófobos, não coloca, como afirma, em risco esse vector fundamental que é a liberdade de comércio.

Na verdade, este convite à intervenção do poder, uma herança, ainda presente, do centralismo económico do regime e do mercantilismo, é aqui uma espécie de discurso lateral que não deixa de entroncar na matriz dos novos valores económicos, penetrada pela liberdade de circulação de pessoas e bens como condição do preço justo e da política justa. Ou seja, sim à liberdade de

comércio, mas sem a concorrência exterior, seja ela do produtor, seja dos oficiais do mesmo ofício.

O que este lúcido texto põe a nu não é apenas um espaço claramente deficitário em cereais, mas sobretudo o que parece uma geral “deserção” da actividade agrícola. Se mostra uma agricultura dependente dos mercados de consumo e da procura, consonantemente é um desolador relatório sobre o estado do agricultar em Portugal. Ao mesmo tempo é, recorrente da “lei das Sesmarias”, uma proposta de reforma agrária, da pecuária, da pesca e da indústria, fazendo um sistemático apelo à estatística⁷⁴ e aos dados fundamentais que pode fornecer uma área do saber que desponta, sem a qual a economia política e a política económica já não podem passar.

O pensamento fisiocrático ressalta da intervenção: a maior riqueza é a terra e aquilo que ela produz. A livre empresa é defendida e o que isto significa em função do domínio agrário, deixando ver o antagonismo entre a doutrina social da propriedade agrária e a doutrina individual, no sentido de transformar a propriedade, subordinada ao conceito medieval, em direcção a uma forma de propriedade plena, consentânea com o projecto burguês de sociedade preconizado pelos reformadores.

No fundo, é a “leitura” que se debruça sobre uma agricultura que deve “transformar-se numa componente paralela do rendimento nacional global”, em que a dimensão técnica “se torna mais significativa por acompanhar as intenções de uma propriedade mais produtiva”⁷⁵, caminhando de par com outros tipos de desenvolvimento na área das pescas, gestão de recursos, etc., concomitantes com a aprendizagem de conhecimentos essenciais, em que está presente a necessidade da “reforma do regime fundiário e a consciência de uma raiz agrária de transformação sócio-económica”⁷⁶.

Transmudar a ociosidade em algo socialmente útil, fazer da agricultura, da pesca, do comércio o “sal” da sobrevivência, transformá-los em condimentos de comunicação e de informação que não se dirige só a estratos da burguesia agrícola-comercial, mas ainda às periferias que em torno desses estratos se

movem, parece ser o objectivo de Caetano a cujo pensamento presidem valores da fisiocracia ecléctica⁷⁷.

O “herético” pensamento de Vincent de Gournay e de Jacques Turgot, que fogem à tutela da “ortodoxia” de Dupont de Nemours, marca assim o trajecto destes textos (*Plano* e *Projeto*, que não devem deixar de articular-se, por um lado, com o *Calculo* e o *Discurso* e, por outro, com as traduções do *Credo* e do *Catalão*, que os substantivam à vista dos princípios fundadores) produzidos em idêntica perspectiva e similitude de objectivos, reconhecendo assim a tutela intelectual que aquelas duas personalidades, e não só, exerceram no seu tempo, no sentido de uma política de liberalização da vida económica que funda a ciência económica moderna, a *Economia Política*, e que os cripto-liberais portugueses não deixaram de instrumentalizar como vector de agitação, comunicação e publicidade crítica, face aos problemas que o Estado não consegue solucionar.

Anota-se um saber que integra não só a geografia política e física, como também económica, e sobretudo a economia política que insere o direito. É na gestão deste saber que se decidem as mais-valias na perspectiva de Luz⁷⁸. Teoriza ele sobre uma área do saber que envolve a contabilidade, a estatística, o direito, a previsão e as técnicas implícitas, um saber que já não tem a ver com uma economia regida por impulsos, mas com a profissional gestão desse ramo do saber comercial, uma acção que parece residir na necessidade do valor económico da educação, da formação e da informação.

Aparece neste *Projeto* o empenhamento e o profissionalismo que se articulam com a virtude liberal, com o valor trabalho, que incorpora a escala geral de valores como o único meio de produzir riqueza. Ciência da acção humana, isto é, saber, conhecimento, que passa pela ciência das riquezas, das trocas, das escolhas eficazes e oportunas, não desliga a política económica da economia política.

Se esta é estratégica e estrutural, a primeira é orientada para a acção conjuntural, ambas ciências da regulação que permitem as desejadas correcções a introduzir no mercado e na economia em geral. Trata-se, no fundo, em nome de novos valores políticos e económicos, de colocar uma ordem nos negócios do

Estado e no mercado de modo a que se articulem com a natureza profunda do homem.

Se, por um lado, está presente um horizonte de liberdade do mercado interno para a prossecução do preço justo no livre-câmbio dos produtos e de mão-de-obra (no sentido de evitar correntes migratórias no sentido da cidade), por outro, a perspectiva proteccionista, face à entrada de produtos do exterior, abunda no *Projeto* como inerente ao desenvolvimento interno, ao mesmo tempo que Luz tenta introduzir uma moral de resultados que passa pela austeridade, pela virtude acrisolada da qual não deve desligar-se um acrisolamento moral e material que ajude a produzir riqueza.

É uma perspectiva em que é evidente a “heresia” fisiocrática, que pede reformas das estruturas tradicionais, não apenas a nível do saber teórico, mas também ao nível da acção. Supostamente produzida por um armador algarvio, em virtude da sistemática chamada de atenção para esse espaço, esta reflexão articula-se com o *Calculo*, especialmente no que diz respeito à marinha mercante.

Se a agricultura é o “fosso do elevador” para produzir mudanças estruturais, também as pescas, numa proposta de funcionamento vertical, o comércio e a marinha mercante têm aí uma função não desprezível, surgindo a última como valor acrescentado quer no *Projeto*, quer no *Calculo*. Ou seja, se o comércio é a via de circulação de bens, pessoas e ideias, os meios de transporte são vitais, uma “inspiração” inglesa, para a transformação e o desenvolvimento. Não surpreende portanto a ênfase colocada na necessidade de regular, codificar, regulamentar o espaço público da mútua liberdade e igualdade para limitação recíproca da Sociedade e do Estado.

Neste sentido, é desejável, face aos números⁷⁹ e à minúcia do seu enquadramento, um comentário sobre o *Calculo*⁸⁰, tanto mais que Pina Manique, que tutela o processo⁸¹, parece mostrar-se interessado na mudança de rumo do mercado.

Na verdade, o *Calculo* e o conjunto dos números que o acompanham são a via da pretensão e da aspiração dos seus subscritores (mais que um), não apenas para criar mais mercado, como ainda para incrementar o intercâmbio.

É necessário introduzir correcções no mercado, que passam, não só pelo alargamento do mercado interno, com a entrada de outros e novos produtos, mas sobretudo pelo aumento do mercado externo como factor de desenvolvimento do interno. Se a ascensão do espaço público liberal se passa pelos atributos políticos que se têm abordado até aqui, o seu despertar e afirmação não dispensam seguramente a correcção do mercado que o Estado absoluto não consegue produzir, ou seja, a livre circulação de produtos e bens sem que isso exclua medidas que se inscrevem na ordem do liberalismo ecléctico que prevê a protecção às economias internas.

Colocando de lado as considerações iniciais de Manique, a que parecem subjazer outros motivos, que não apenas e só comportamentos comerciais incorrectos, a missiva do polícia deixa ver a lucidez do homem que não se quer deixar ultrapassar pelo que os ventos da mudança auguram e que parece saber que o mercado passará a ser o organizador da sociedade. Em consonância com a proposta de transparentes intenções de reordenamento do mercado interno e externo, ocorre um apelo a que não consegue resistir até pelas funções que Pina Manique ocupa no abastecimento de géneros ao país.

A sedução que sobre ele exerce a utilidade de tal plano vai conduzi-lo à iniciativa de solicitar informações aos representantes diplomáticos em Marrocos, enquadrando assim no seio de uma economia centralizada, própria do espaço público representativo, passos reformistas, levantando, ao mesmo tempo, por via da estatística e da contabilidade fornecidas pelos cônsules, problemas de economia política, que visam uma política de resultados a favor do regime.

Manuel da Silva, um dos intervenientes neste processo, não perde a oportunidade de encantadamente receber missivas de Manique que indiciam mudanças de rumo na economia e no mercado nacionais, um acto que lhe permite tecer ínvias críticas ao poder sediado em Lisboa que “desconhece” os seus representantes diplomáticos e sobretudo os benefícios resultantes da aplicação de princípios de economia política que produzam diferentes perspectivas sobre a organização do mercado e levem ao seu reordenamento económico e jurídico.

O facto de um dos intervenientes neste *Cálculo* desconhecer, segundo afirma, eventuais mudanças no aparelho produtivo que visem uma política de resultados benéficos para a economia do reino é, por si só, ilustrativo do quadro mental em que se movem as eminências pardas da monarquia absoluta em Portugal neste final do século XVIII.

O laxismo que parece afectar as estruturas produtivas nacionais é aqui visado por Silva que, reflectindo sobre o indiferentismo a que são abandonadas estas personagens solicitadas a dar sugestões, pede esclarecimentos e solicita legislação. Na verdade, Silva não só propõe, como critica, deixando a claro uma total ausência de perspectivas do poder central, particularmente quando aborda a exclusiva utilização da marinha mercante portuguesa para este comerciar com Marrocos, numa espécie de “acto de navegação” que se torna necessário por oposição ao que acontece nas relações com a Inglaterra ou a França.

Põe assim à luz do dia o estado de uma economia periférica, que pode agora tirar benefícios do comércio com Marrocos. A necessidade de codificação, em que enquadra, simultaneamente, uma perspectiva colonialista, leva-o a solicitar, em ácido “angelismo”, regulamentos ou leis que provavelmente sabe que não existem, ou seja, a lançar um mediatizado apelo à sua produção como vector fundamental da correcção dos desvios do mercado, da reorganização da sociedade e, obviamente, do espaço público.

No seu conjunto, estas reflexões traçam ainda, de modo sistemático numa espécie de sùmula fundada sobre as evidências do *a posteriori*, as carências que assistem a Portugal em diferentes ramos produtivos, que conduzem a recomendações de política económica que aqui são incorporadas numa visão global da sociedade portuguesa e da sua sobrevivência enquanto nação independente. Desaguam assim sobre um “programa” que implica uma tomada de posição política no quadro da monarquia absoluta, que esperam regenerar, mas que não deve ser encarado como uma “operação de salvamento” do regime.

Ainda que o primado da agricultura surja nestes textos como um dado adquirido em que a ordem económica é uma ordem de quantidade, uma “aritmética política”, sem recusar a qualidade do que é socialmente útil (em que

está presente uma perspectiva moderna da economia), no entanto eles deixam ver um papel não despreciando das diferentes classes sociais na distribuição e na produção. Trata-se de uma perspectiva do mercado concorrencial e da riqueza móbil como um factor de produção autónoma, mostrando, ao mesmo tempo a necessidade das trocas e da produtividade do comércio (na essência uma tomada de consciência sobre as vias que o liberalismo económico pode abrir e de que pode dar publicidade), um horizonte a montante da atitude que marcará a actividade legislativa das Cortes vintistas⁸² e a imprensa periódica da mesma época⁸³.

Os temas que passam através destes documentos penetram um público, restrito embora, mas capaz de fazer uso da razão e reflectir sobre assuntos até aí apenas do foro de alguns privilegiados.

Para além disso, eles veiculam um novo saber; se quisermos, um novo poder: o da burguesia em ascensão, que parece dar conta do processo, que muitos consideram inevitável, pelo qual o desenvolvimento económico não se compadece com a ausência de debate e opções políticas. Dir-se-á que a burguesia começa a construir um discurso sobre o seu poder – neste caso o do saber – e, ao mesmo tempo, inicia o seu poder no próprio acto do discurso⁸⁴.

As propostas destes textos veiculam uma nova fronteira (a obsessão latina da fronteira nasce com o mito da fundação - sem o reconhecimento de uma fronteira não pode haver *civitas*) baseada em princípios que prevêem, pelo menos, um novo tipo de contrato, cuja diagonal passa pelo espaço público da livre discussão, espaço que até aí era marginal ao aparelho de Estado absolutista e autista, e por uma prática quotidiana de debate dos assuntos públicos no qual a burguesia se deseja afirmar como parte inteira.

A consequência prática deste torniquete de mensagens pode ser a redução drástica do espaço do segredo de Estado, criando um efeito quotidiano de pluralidades pela divulgação do que até aí era indivulgável.

É que convém não esquecer que a síndrome do segredo conduz à convicção de que o poder consiste em fazer crer que ele tem um segredo político. Deste modo, o segredo confere ao seu detentor uma posição de

excepção e opera uma forma de atracção determinada por puras razões sociais. Ele é, fundamentalmente, independente do seu conteúdo e é tanto mais eficaz quanto é mais vasta e significativa a sua detenção exclusiva. O carácter secreto, estendendo a sua sombra sobre tudo o que é profundo e significativo, conduz a este erro típico: o misterioso é importante e essencial.

Face ao desconhecido, a tendência natural para a idealização e o medo natural do homem unem-se para atingir o mesmo fim: intensificar o desconhecido graças à imaginação e considerá-lo com uma intensidade que, normalmente, não está reservada às realidades evidentes⁸⁵.

Por aqui se pode ver a função da manipulação do segredo nos acontecimentos políticos de qualquer época.

Esta é uma situação que à burguesia interessa subverter, tentando descobrir neste universo novos núcleos, novas relações e novas alternativas que permitam ao homem agir fazendo uso público da razão.

Há que corrigir a afasia social e política de que sofre a formação social portuguesa, afasia provocada no corpo individual e social (o corpo e a gestão do corpo como sistemas de inteligibilidade), entendido como lugar de poder, por um regime que não consegue responder aos apelos da história, por um regime monótono, com esforços monótonos de poder, tentando controlar a entropia crescente, para a qual contribui uma classe burguesa em ascensão, que parece consciente do entrecruzamento do corpo e do Estado nas finas redes do poder.

Não é ocioso chamar, mais uma vez, a atenção para a movimentação a vários níveis que se processa em Portugal nos finais do século XVIII, conjuntura que os manuscritos aqui analisados testemunham de iniludível e, ao mesmo tempo, incontornável importância por aquilo que carregam para a emergência do espaço público liberal que irá prosseguir em processo até 1820 e continuar depois (com avanços e recuos) em debates cada vez mais alargados durante o século XIX.

Aquilo que começa como uma tímida, mas progressivamente ousada, tentativa que passa de “mão-em-mão”, pelo “boca-ouvido”, será uma realidade com a explosão do periodismo.

É neste espaço e em outros, de recusa e aceitação, que se irá preparar o terreno do 24 de Agosto de 1820 e da era pós-guerra civil, espaço de hesitação que na aparente imobilidade ganha uma dinâmica interna imparável desaguando na revolução, que, sendo um momento do processo liberal, é por si só justificativo da mutação profunda que, desde meados do século XVIII, vem sofrendo a sociedade portuguesa ao nível não só do económico mas também, e mais fortemente, do político e das ideias⁸⁶.

O conjunto de temas trazidos aqui à luz do dia pode dar-nos uma ideia de como se contestam as carências estruturais da formação nacional portuguesa em finais do século XVIII, contestação que caminha no sentido da reforma do edifício a partir das suas fundações, projectando para a discussão pública tópicos que, passada uma década, serão objecto obrigatório de discussão.

Assim sendo, talvez convenha referir que o conceito de espaço público opera em processo, no sentido da interiorização ao nível do público de temas cada vez mais divulgados e cada vez menos secretos, onde o uso público da razão e a publicidade crítica têm papel fundamental.

Independentemente da contribuição destes manuscritos, e de outros, como elementos para a formação de uma opinião pública, com base na racionalidade e na universalidade, interessa reafirmar que os seus contornos prefiguram e preludiam as teorizações liberais, bem mais radicalizadas, que surgirão nas primeiras décadas do século XIX e das quais não podemos desligar outras intertextualidades, particularmente as que caminham de par com manifestações mais intimamente ligadas à emoção e aos sentimentos que não deixam, por isso, de estar na génese do liberalismo em Portugal e na formação dos fenómenos de opinião pública que a acompanham.

¹ Cf. HABERMAS, Jürgen – *La reconstrucción del materialismo histórico*. Madrid: Taurus, 1983, p. 249.

² Veja-se, em sentido idêntico à actividade artística, JIMÉNEZ, José – “Uma estética para tempos incertos”. REVISTA. *Expresso*. Entrevista conduzida por António Guerreiro. Lisboa: 20 de Fevereiro de 1993, pp. 49r-53r e ainda, do mesmo autor, *La estética como utopia antropológica: Bloch y Marcuse*. Madrid: Tecnos, 1983.

³ “Pluralidade, descontinuidade, dispersão, fragmentação são quatro categorias interpretativas do moderno (...), as mais operativas” (JIMÉNEZ, José – “Uma estética para tempos incertos”. REVISTA. *Expresso*. Entrevista..., p. 53r).

⁴ Cf. ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*. 2ª Edição. Prefácio de José Esteves Pereira. Lisboa: edual, 2004, Anexo, pp. 499-556, e o conjunto de manuscritos aí transcritos, alguns deles, segundo se podem supor, inéditos. Consultada a área de referências, manual e informática (Porbase), da B.N., não foram encontradas quaisquer referências aos documentos aqui mencionados: A

Cadeia d'Ouro Na Sugeição dos Vassallos. Pezada no Santuario e Avaliada No Tribunal da Razão em Discursos Filosoficos, Moraes, e Politicos por Hum Solitario. 1791; Calculo do Commercio entre Portugal e Marrocos para o provimento de Carnes a troco dos generos do Paiz. 1784; O Catalão Republicano. 1794; Credo da Republica Lombarda. 1798; Discurso Filosofico e Politico sobre os Principaes objectos do Governo interno Das Sociedades Politicas: e principalmente sobre a Natureza do Commercio Por... 1794; Plano de Jozé Caetano da Costa sobre a necessidade de ser promovida e animada a Agricultura. [s.d.] e Projeto de Francisco Martins da Luz sobre Pescarias, Agricultura, e Commercio. [s.d.]. O Projeto... e o Plano..., apesar de não datados, tudo indica sejam do mesmo período, isto é, penúltima e última décadas do século XVIII.

⁵ Cf. ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*

⁶ Cf. GINESTE, Marie-Dominique; LE NY, Jean-François – “Psychologie cognitive et représentations politiques”. *Mentalités et représentations politiques: Aspects de la recherche*. Roubaix: Emares, 1989, pp. 51-54.

⁷ Cf. *supra* n.º 4

⁸ Veja-se, e.g., *Economia politica, feita em 1795, por M.J.R. negociante da praça de Lisboa, dada à luz e 1821 por J.L. dos S. L.*. Lisboa: Na Impressão de Alcobia, [1821]. O autor, Manuel Joaquim Rebelo (cf. CARDOSO, José Luís – *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII: 1780-1808*. Lisboa: Estampa, 1989, pp. 221-240), aborda, em idêntica, mas amplificada perspectiva, temas semelhantes ao *Discurso Filosofico e Politico sobre os Principaes objectos do Governo interno Das Sociedades Politicas: e principalmente sobre a Natureza do Commercio Por... 1794*. Interessado pelo estudo da economia política, abordando as suas diferentes vertentes, da agricultura à balança de comércio, num total de 219 páginas, M. J. Rebelo coloca a tónica na metodologia da economia política, a “ciência do governo civil, considerada em geral, compreende a todas as disciplinas humanas, mas, particular e imediatamente, consiste naquela parte da filosofia que se chama política, a qual ensina a exercitar com prudência e vigor a autoridade do soberano, para obedecer às leis, promover os bons costumes, animar as ciências e as artes, manter a ordem e a segurança interior e exterior do Estado, e facilitar o sustento de todos os seus indivíduos, tais são as gerais obrigações do governo soberano” (*Economia politica...*, p. 2). Não deixando seguramente de veicular as suas ideias também no “boca-ouvido”, na oralidade e na escrituralidade, o valor económico da educação surge também neste texto como importante atributo do espaço público liberal burguês.

⁹ Cf. *Credo da Republica Lombarda. 1798; O Catalão Republicano. 1794* (IANTT. *Ministério do Reino*, Mç. 454; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, docs. n.ºs 1 e 2, pp. 499-502). Acerca de *O Catalão*, veja-se ainda IANTT. *Intendência Geral de Polícia: Contas para as Secretarias*, Liv. IV, 29 de Dezembro de 1794, fls. 238.

¹⁰ Sobre o *Credo...*, cf. ainda IANTT. *Ministério do Reino: Intendência Geral de Polícia*, Mç. 458, cx. 574; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, p. 142. A posse, que aí se constata, de três exemplares manuscritos deste panfleto, sob o título *Credo Heretico*, por um membro do clero processado pela Intendência Geral de Polícia, deixa ver a amplitude da sua circulação junto de determinados estratos sociais, bem como o que daí irradia em termos de doutrinação.

¹¹ *O Catalão...*, *idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, doc. n.º 2, pp. 500-502). Actualizei a pontuação e a ortografia de todos os documentos aqui analisados, excepto o título.

¹² Sem elementos que o comprovem, não é ousado equacionar a migração transatlântica deste tipo de manuscritos, no chamado de “mão-em-mão”, da novidade transmitida “à mão”, em direcção ao Brasil (IANTT. *Ministério do Reino*, Mç. 454; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, doc. n.º 2, p. 500).

¹³ *Credo...*, *idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, doc. n.º 1, p. 499). A propósito da estreita relação entre liberdade, igualdade, amor e cultura e a compreensão do espaço público politicamente orientado, veja-se HABERMAS, Jürgen – *L'Espace public: Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Paris: Payot, 1978, pp. 64-65.

¹⁴ Cf. HABERMAS, Jürgen – *L'Espace public...*, p. 38.

¹⁵ Missiva de Pina Manique a propósito de *O Catalão Republicano* (ANTT. *Ministério do Reino*, Mç. 454; ALVES, José Augusto dos Santos – *A opinião...*, Anexo, doc. n.º 2, p. 500).

¹⁶ Leia-se *Credo ...*, *idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, doc. n.º 1, p. 499).

¹⁷ Cf. *A Cadeia d'Ouro Na Sugeição dos Vassallos. Pezada no Santuario e Avaliada No Tribunal da Razão em Discursos Filosoficos, Moraes, e Politicos por Hum Solitario. 1791* (IANTT. *Real Mesa Censória*, cx. 307, doc. n.º 1985; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, doc. n.º 6, pp. 524-535).

¹⁸ STAROBINSKI, Jean – *L'Œil vivant*. Paris: Gallimard, 1961, p. 137.

¹⁹ Veja-se COTTRET, Bernard – *Le Christ des Lumières: Jésus de Newton à Voltaire, 1660-1760*. Paris: CERF, 1990, pp.7-14; cf. *Pensées de Bacon, Kepler, Newton et Euler sur la religion et la morale*. Tours: Alfred Mame et Fils, Éditeurs, 1870, pp. 259-303.

²⁰ Cf. GOGUEL, Maurice – *Jésus de Nazareth: Mythe ou Histoire?* Paris: Payot, 1925, pp. 8 e ss..

²¹ Cf. MAFFEZOLI, Michel – “Diálogo e Socialidade”. *Revista de Comunicação e Linguagens*. N.º 1, (Março - 1985), Lisboa: Afrontamento, 1985, p. 123.

²² *Idem, ibidem*, pp. 124-125.

²³ Cf. FOUCAULT, Michael – *História da Sexualidade 1, A Vontade de saber*. Lisboa: Ed. António Ramos, 1977, p. 74.

- ²⁴ *Discurso Filosofico e Politico sobre os Principaes objectos do Governo interno Das Sociedades Politicas: e principalmente sobre a Natureza do Commercio Por...* 1794. De Antonio Alvarez Ribeiro [editor - tipógrafo] (ANTT. *Real Mesa Censória*, cx. 278, doc. n.º 1379; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, doc. n.º 7, Secção 3, pp. 538-539).
- ²⁵ Cf. HABERMAS, Jürgen – *L'Espace public...*, p. 70 e *Théorie et Pratique 1...*, p. 36.
- ²⁶ “Cette analyse et cette critique constante érigées en institution, des décisions (...) et des résolutions (...) transforment la nature du pouvoir, appelé désormais à comparaître devant le forum public...” (HABERMAS, Jürgen – *L'Espace public...*, p. 70).
- ²⁷ *Discurso Filosofico...*, *idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secção 2, pp. 537-538, sublinhado meu.
- ²⁸ Cf. HABERMAS, Jürgen – *Théorie et pratique 1...*, p. 35.
- ²⁹ *Discurso Filosofico...*, *idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secção 1, pp. 536-537, sublinhado meu.
- ³⁰ *Idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secção 2, pp.537-538.
- ³¹ *Idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secções 2 e 3, pp. 537-539, sublinhado meu.
- ³² *Idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secção 3, pp. 538-539, sublinhado meu.
- ³³ *Idem, ibidem*.
- ³⁴ *Idem ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secção 27, p. 554, sublinhado meu.
- ³⁵ Cf. HABERMAS, Jürgen – *L'Espace public...*, p. 139.
- ³⁶ *Discurso Filosofico...*, *idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secção 30, p. 555.
- ³⁷ Cf. HABERMAS, Jürgen – *L'Espace public...*, pp. 38 e 64-65.
- ³⁸ *Discurso Filosofico...*, *idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Prólogo, p. 536.
- ³⁹ Veja-se VANDELLI, Domingos – *Aritmética Política, Economia e Finanças*. Introdução e Direcção José Vicente Serrão. Lisboa: Banco de Portugal, 1994; cf. também BRITO, Joaquim José Rodrigues de – *Memórias políticas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações, e principalmente de Portugal (1803-1805)*. Introdução e direcção de edição de José Esteves Pereira. Lisboa: Banco de Portugal, 1992, pp. XVII-XXXVI.
- ⁴⁰ Cf. ROUSSEAU, Jean-Jacques – *Ensaio sobre a origem das línguas*. Lisboa: Estampa, 1981.
- ⁴¹ *Discurso Filosofico...*, *idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secções 3 e 5, pp. 538-540.
- ⁴² *Discurso Filosofico...*, *idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secção 5, pp. 539-540.
- ⁴³ Cf. *Plano de Jozé Caetano da Costa sobre a necessidade de ser promovida e animada a Agricultura*. [s.d.] (ANTT. *Ministério do Reino*, Mç. 357, doc. n.º 6; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, doc. n.º 5, pp. 519-523) e *Projeto de Francisco Martins da Luz sobre Pescarias, Agricultura e Commercio*. [s.d.] (ANTT. *Ministério do Reino*, Mç. 357, doc. n.º17; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, doc. n.º 4, pp. 515-518).
- ⁴⁴ *Discurso Filosofico...*, *idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secção 7, p. 541.
- ⁴⁵ *Idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secção 8, pp. 541-542.
- ⁴⁶ *Idem, ibidem*.
- ⁴⁷ *Idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secção 9, p. 542.
- ⁴⁸ *Idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secção 10, pp. 542-543.
- ⁴⁹ *Idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secção 11, pp. 543-544.
- ⁵⁰ *Idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secção 15, pp. 545-546.
- ⁵¹ *Idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secção 11, pp. 543-544.
- ⁵² *Idem, ibidem*.
- ⁵³ *Idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secção 14, p. 545.
- ⁵⁴ *Idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secção 16, pp. 546-547.
- ⁵⁵ *Idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secção 18, pp. 548-549.
- ⁵⁶ *Idem, ibidem*.
- ⁵⁷ *Idem, ibidem*.
- ⁵⁸ *Idem, ibidem*.
- ⁵⁹ *Idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secção 19, pp. 549-550.
- ⁶⁰ *Idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secção 18, pp. 548-549.
- ⁶¹ *Idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secção 24, pp. 552-553. “Que castigos devem ser aplicados aos delitos? A pena capital é verdadeiramente útil e necessária à segurança e à boa ordem da sociedade? A tortura e os tormentos serão justos e preenchem o objectivo a que se propôs o legislador? Qual é a melhor maneira de prevenir os delitos? A mesma pena é igualmente útil em todos os tempos? Qual é a influência das penas sobre os costumes?” (BECCARIA, Cesare – *Des délits et des peines*).

Paris: Dalibon Libraire, 1821, p. 5; cf. ainda *Dei delitti e delle pene. Edizione nazionale delle opere di Cesare Beccaria*. Diretta de Luigi Firpo. Milano: Mediobanca, 1984, vol. I).

⁶² Veja-se, a este propósito, BOURDIEU, Pierre – *Ce que parler veut dire*. Paris: Fayard, 1982, p. 95, nota 28.

⁶³ Cf. ALVES, José Augusto dos Santos – *Ideologia e política na imprensa do exílio (O Portuguez - Londres, 1814-1826)*. 2ª Edição. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005., pp. 186-192.

⁶⁴ *Discurso Filosófico...*, *idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secção 25, p. 553.

⁶⁵ Cf. ROUSSEAU, J.J. – *Émile ou de l'Éducation* (Extraits). Notices et notes de Émile-Pierre Ducharcourt. Paris: Librairie Larousse, [s.d.], tomo I, pp. 8-10 e tomo II, p.49; ALVES, José Augusto dos Santos – *Ideologia e Política...*, pp. 143-169.

⁶⁶ *Discurso Filosófico...*, *idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secção 26, pp. 553-554.

⁶⁷ *Idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secção 27, p. 554.

⁶⁸ *Idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secção 30, p. 555.

⁶⁹ *Idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secção 25, p. 553.

⁷⁰ *Idem, ibidem*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, Secção 28, pp. 554-555.

⁷¹ Cf. *Calculo do Commercio entre Portugal e Marrocos para o provimento de Carnes a troco dos generos do Paiz*. 1784 (IANTT Ministério do Reino, Mç. 454; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, doc. n° 3, pp. 503-514); *Projeto de Francisco Martins da Luz sobre Pescarias, Agricultura, e Commercio*. s. d. (IANTT. Ministério do Reino, Mç. 357, doc. n°17; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, doc. n° 4, pp. 515-518); *Plano de Jozé Caetano da Costa sobre a necessidade de ser promovida e animada a Agricultura*. s. d. (IANTT. Ministério do Reino, Mç. 357, doc. n° 6; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, doc. n° 5, pp. 519-523).

⁷² *Plano de Jozé Caetano da Costa...*, (IANTT. Ministério do Reino, Mç. 357, doc. n° 6; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, doc. n° 5, p. 519).

⁷³ *Idem, ibidem*.

⁷⁴ Como afirma Esteves Pereira, “a vivência de intelectuais (...) só adquiria significado com uma articulação da filosofia da natureza e impulso cientificador, para que se viabilizasse uma prática de levantamento, interpretação e transformação da realidade física da nação. A consciência de uma carência de estruturas materiais e o atraso de saberes que possibilitassem o desenvolvimento é notório” (PEREIRA, José Esteves – “Economia em Portugal no séc. XVIII: Aspectos de mentalidade”. *Prelo 2*. (Janeiro/Março - 1984), Lisboa: I.N.-C.M., 1984, p. 27). Veja-se ainda, do mesmo autor, “Estatística em Portugal e Espanha no séc. XIX”. *Prelo 7*. (Abril/Junho - 1985), Lisboa: I.N.-C.M., 1985, pp. 33-34.

⁷⁵ Cf. PEREIRA, José Esteves – *As ideias fisiocráticas em Portugal: Projecto de investigação*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1980, pp. 49-51.

⁷⁶ *Idem, ibidem*, p.58; veja-se ainda do mesmo autor “Introdução”. BRITO, Joaquim José Rodrigues de – *Memórias políticas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações, e principalmente de Portugal (1803-1805)*. Introdução e Direcção de Edição de José Esteves Pereira..., pp. XVII-XXXVI.

⁷⁷ Cf. PEREIRA, José Esteves - *As ideias fisiocráticas...*

⁷⁸ *Projeto de Francisco Martins da Luz sobre Pescarias, Agricultura e Commercio* (IANTT. Ministério do Reino, Mç. 357, doc. n°17; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, doc. n° 4, pp. 515-518).

⁷⁹ Para uma perspectiva aproximada do valor cf. *Correcção monetária até 1900:1 626. 56. Tabela fornecida pelo Banco Totta-Açores*.

⁸⁰ *Calculo do Commercio entre Portugal e Marrocos para o provimento das Carnes a troco dos generos do Paiz*. (ANTT Ministério do Reino, Mç. 454; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, doc. n° 3, pp. 503-514). Este título abarca o “Calculo da importância das fazendas de algodão ou tecidos de bélbutes que se podem remeter para a praça de Mogador onde têm consumo, assim como em as demais do reino de Marrocos”, “Calculo do comércio para Mogador”, “Preços correntes de géneros de Europa em Tetuão” e “Produções da Berbéria que saem para a Europa”.

⁸¹ “[E]u julgo ser útil esta negociação, tanto assim que em razão da minha comissão, por ser um dos seus objectos o promover a abundância e muito particularmente em um género da primeira necessidade e que interessa tanto à lavoura pela carestia a que têm chegado os gados o que faz dificultar aos lavradores as compras deles, para cuja falta tem concorrido também o Senado da Câmara de Lisboa; julgando útil a arrematação do fornecimento dos talhos, há semanas me lembrei de mandar hum homem da minha confiança à minha custa a Tetuão e Tânger e escrever ao cônsul português no Mogador, Manuel da Silva, e a outro de Tânger, Jorge Colaço, para saber os preços por que se vendiam os mesmos gados e as vantagens que se podiam tirar em benefício dos vassallos de Sua Majestade e poder de alguma forma promover esta negociação e achei que não só era vantajoso a Portugal, mas necessário o ela estabelecer-se na conjuntura presente...” (*Calculo do Commercio...*; ALVES, José Augusto dos Santos – *A Opinião...*, Anexo, doc. n° 3, p. 503).

⁸² Veja-se *Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, sessões de 1, 7, 8 e 13 de Fevereiro, 16 de Março, 2 de Abril, 27 de Outubro, 3, 10, 17 e 24 de Novembro de 1821.

⁸³ Cf. *Borboleta Constitucional*. Porto: Na Imprensa do Gandra, 1821, Outubro, Novembro e Dezembro; *Gazeta Universal, Política, Litteraria, e Mercantil*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1821, Outubro, Novembro e Dezembro; *Astro da Lusitânia*. Lisboa: Na Officina de J. F. M: de Campos, 1821, Outubro, Novembro e Dezembro; *O Patriota*. Lisboa: Na Impressão da Viúva Neves, 1821, Outubro, Novembro e Dezembro e *O Português Constitucional Regenerado*. Lisboa: Na Typ. Rolandianna, 1821, Outubro, Novembro e Dezembro. Sobre o fisiocratismo, veja-se WEULERSSE, George - *La physiocratie à l'aube de la révolution (1781-1792)*. Introduction, bibliographie et révision de textes par Corinne Beutler. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1985 e *Les physiocrates*. Paris: G. Doin, 1931.

⁸⁴ Cf. FOUCAULT, Michel - *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971, p. 12.

⁸⁵ Cf. SIMMEL, George - *Sociologie et Epistémologie*. Paris: PUF, 1981, *apud* ECO, Umberto - "L'Irrationnel Hier et Aujourd'hui". *Lettre Internationale*. N.º. 17, (Eté - 1988), Paris: Lettre Internationale, 1988, p. 18.

⁸⁶ Cf. DIAS, J. S.da Silva - "Um erro que vem da geração de 70". *Prelo* 3. (Abril/Junho - 1984), Lisboa: I.N.-C.M.,1984, p. 15 e "Questões sobre a Cultura Portuguesa". *ICALP*. N.ºs. 2 e 3, (Agosto/Dezembro - 1985), Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985, pp. 52-53.

A circulação das *Trovas de Bandarra*:

e a relação entre o livro autorizado e proibido

RAFAELA DIAS (UNIFESP)

A proposta deste trabalho é pensar como as versões manuscritas e impressas das *Trovas* do Bandarra circularam entre fins do século XVI e meados do XVII no mundo luso-brasileiro. Para abordar a questão discorreremos sobre o percurso das *Trovas* e o limiar entre o livro autorizado e proibido especialmente pela Inquisição.

Gonçalo Annes Bandarra foi um sapateiro português que na primeira metade do século XVI compôs profecias em versos tratando dos problemas políticos portugueses. Esses problemas vão desde uma degeneração dos costumes e instituições até a vinda de um rei encoberto, inspirado em coplas atribuídas a Santo Isidoro, que retomaria a ordem anterior e também o processo

de expansão ultramarina¹. Bandarra morava na vila de Trancoso, um lugar onde grande parte da população era composta por cristãos-novos, possivelmente ainda ligados à religião judaica. Sua obra, no entanto, teve alcance não apenas em Portugal, mas circulou por outras partes da Europa, no Oriente e também no Novo Mundo². O original de sua obra se perdeu, mas diversas cópias continuaram a circular até o século XIX. Sendo veiculadas pela tradição oral e por cópias manuscritas, os versos de Bandarra ganharam no século XVII o estatuto de profecias. Pelo desconhecimento do texto original, cada novo copista das *Trovas* a interpretava ora como visões do retorno de D. Sebastião, ora para mostrar que o rei dito *Encoberto* para a realização do V Império com Portugal à frente seria D. João IV, o rei da restauração Portuguesa. Por essas diferentes interpretações e mesmo pelas alterações do texto do sapateiro segundo o entendimento de cada copista, elas são obra essencial para o entendimento da construção do messianismo no mundo ibérico.

Como estratégia para pensar o circuito de comunicações do texto impresso e manuscrito, nos utilizamos da relação que as *Trovas* de Bandarra mantiveram, no período estudado, com os organismos de censura em Portugal. Ao procurar discuti-las em relação as suas proibições, também pretendemos abordá-las em relação a possíveis afrouxamentos por parte dos órgãos de censura, especialmente da Inquisição. Tal apreciação nos permite colocar alguns problemas sobre como funcionava os mecanismos de controle dos textos e

¹ MAGALHÃES, Leandro Henrique. *Poder e sociedade no reino de Portugal no século XVI: As Trovas de Bandarra*. 2004. 332 f. Dissertação (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/4039/1/Tese%20Completa%20-%20Revis%C3%A3o%20Final.pdf>>. Acesso em: 14/01/2009. P. 280.

² Cf. BANDARRA, Annes. Processo de Gonçalo Annes Bandarra – N° 7197 – Pasta 08. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Transcr. de Arnaldo da Soledade. Câmara Municipal de Trancoso, 1996. Fólio 3. Jacqueline Herman realiza uma análise dos documentos da primeira visitaçao do Santo Ofício no Brasil onde o senhor Gregório Nunes acusa o senhor João Batista, entre outras coisas, de se referir às Trovas do sapateiro Bandarra e chega a citar um trecho que supostamente seria da trova em castelhano. HERMANN, Jacqueline. O sebastianismo atravessa o Atlântico: Análise de um documento da primeira visitaçao do Santo Ofício no Brasil. 49º Congresso Internacional del Americanistas (ICA) Quito Ecuador, 7-11 Julho 1997. Disponível em: <http://www.antropologia.com.ar/congresos/contenido/49CAI/Hermann.htm> Acesso em: 14/01/2009. Luís Filipe S. Lima na sua tese de doutoramento Império dos Sonhos analisa obra do arcediogo de Segóvia Juan de Horozco y Covarrubias onde ele apresenta as Trovas como exemplo de apropriação de profecias verdadeiras por profetas falsos. LIMA, L.F.S. O império dos sonhos: narrativas proféticas, sebastianismo, e messianismo brigantino. São Paulo: Alameda, 2010.

também sobre como os editores e autores de algumas das cópias do Bandarra faziam para driblar esses mecanismos³.

É preciso dizer que a censura no século XVII em Portugal era exercida por três órgãos principais ligados ao poder real, episcopal e inquisitorial e a disputa jurisdicional da censura nem sempre se dava de forma pacífica⁴. Neste trabalho nos valeremos especialmente da censura inquisitorial por conta da maior quantidade de documentos. Também nos utilizaremos dos catálogos e éditos que proibiram não somente as *Trovas*, mas também uma série de textos e livros considerados heréticos. Sabemos, no entanto, o quanto arbitrário é tal apreciação das fontes como nos informa Rita Marquilhas ao dizer que não se deve confundir censura com esses índices, entretanto, os catálogos e éditos de proibição de livros também são um suporte importante para pensar as formas de atuação da inquisição⁵.

A organização da censura no século XVI decorreu especialmente por ocasião dos perigos colocados pelas reformas protestantes e também pela invenção da imprensa por Gutemberg em 1436. A rapidez em se publicar textos com o uso da tecnologia do tipo móvel era motivo de preocupação por parte tanto da Igreja quanto dos reinos em que se queria garantir sua prática religiosa⁶. As primeiras notícias que temos das *Trovas* e principalmente do Bandarra se encontram no processo que o sapateiro de Trancoso sofreu no Santo Ofício em 1541. A Inquisição havia sido instituída em Portugal em 1536 pela Bula de Papa Paulo II, mas apenas em 1541, o período da chamada “censura Inquisitorial preventiva”, passa a adquirir uma organização mais estável⁷. O processo de

³ CHARTIER, Roger & ROCHE, Daniel. “Livro: uma mudança de perspectiva”. In: LE GOFF, Jaques. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p.104.

⁴ MARQUILHAS, Rita. “Sobre a censura inquisitorial portuguesa no século XVII”. In: ABREU, Marcia. *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2000, p 361.

⁵ Idem, p. 364-365.

⁶ RODRIGUES, Graça Almeida. *Breve História da censura Literária em Portugal*. Portugal: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980, p. 13.

⁷ MEGIANI, Ana Paula Torres. Imprimir, regular, negociar: elementos para o estudo da relação entre Coroa, Santo Ofício e impressores no mundo português (1500-1640). In SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 132. MATOS, Manuel Cadafaz de. *Erasmus e os índices inquisitoriais portugueses no século XVI*. P. 36. Em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2864.pdf>. Acesso em 11/03/2013. RODRIGUES, Graça Almeida. *Breve História da censura Literária em Portugal*. Portugal: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980, p. 16.

Bandarra, portanto, se coloca no momento de fixação e expansão da jurisdição inquisitorial sob o comando do Cardeal D. Henrique (1539-1578)⁸.

O sapateiro de Trancoso, acusado por causar alvoroço entre os cristãos-novos recebera uma sentença considerada branda. O poeta foi proibido de possuir outros livros que não o *Evangeliorum* e o *Flos Sanctorum*, de responder ou escrever qualquer coisa ligada à Bíblia, foi obrigado a declarar suas verdadeiras intenções ao escrever as *Trovas* e mandou-se tornar público a quem as possuísse que, podendo fazê-lo, as entregasse⁹.

Após a sentença de 1541 não há muitas notícias das *Trovas* e do Sapateiro até que, diante dos impactos da perda do rei D. Sebastião em Alcácer-Quibir, das disputas entre os pretendentes e da nova dinastia filipina, em 1581, o texto do sapateiro volta a ser alvo de censura e entra para o *Catálogo dos livros que se proíbem n'estes reynos e senhorios de Portugal* e, no mesmo ano, é impresso no *Index librorum prohibitorum*¹⁰. Segundo Aníbal Pinto de Castro, é somente a partir deste momento que as *Trovas* passam a serem vistas como um perigo político e não apenas por causar alvoroço entre cristãos-novos como em 1541¹¹.

É interessante notar, pensando neste comentário de Aníbal P. Castro, que antes de 1581 houve ainda seis outros catálogos de livros proibidos. São eles o *Proibiçam dos livros defesos* (1547), *Rol dos livros defesos* (1551), *Index auetorum et libroram* (1559?), *Rol dos livros defesos* (1561), *Index librorum prohibitorum* (1564) e *Rol dos livros que neste reyno se proíbem* (1564), mas o sapateiro de Trancoso e sua obra não apareceram nesses catálogos anteriores ao de 1581¹². Devemos notar também que a pouca documentação das *Trovas* que nos chegam a partir de 1541 até 1580 não significa que elas tenham deixado de circular e de serem copiadas visto elas se tornarem um incômodo no período da crise

⁸ FEITLER, Bruno. Dos usos políticos do Santo Ofício no Atlântico: O período filipino. In: SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 242.

⁹ BANDARRA, Annes. Processo de Gonçalo Annes Bandarra - Nº 7197 - Pasta 08. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Transcr. de Arnaldo da Soledade. Câmara Municipal de Trancoso, 1996. Fólio 9 verso.

¹⁰ BESSELAAR, J. van den - As Trovas do Bandarra. *Revista ICALP*, vol. 4, Março de 1986, p. 16. CASTRO, Aníbal Pinto de. *Trovas do Bandarra*. Reprodução fac-similada da edição de Nantes (1644). Lisboa: Edições Inapa, 1989, p. 3.

¹¹ Idem.

¹² MATOS, Manuel Cadafaz de. *Op. cit.* p.131.

dinástica e serem novamente censuradas em 1581 como vimos. No período de 1579 a 1582, momento de efervescência da crise dinástica, temos notícia de um manuscrito das *Trovas* que foi transcrito por João de Meira na *Revista de Guimarães* em 1907¹³. Esta versão do texto de Bandarra foi encontrada num caderno junto a outros três documentos todos favoráveis à Dom Antônio, Prior do Crato, um dos candidatos ao trono na época. O manuscrito é anônimo, o autor intitula-se simplesmente por "hũ Discreto nas cortes". Neste manuscrito, em um dos textos discorre-se sobre a aclamação de D. Antônio em Santarém como rei de Portugal e as lutas contra Filipe II. Tais lutas são envolvidas, no seu entender, por um caráter providencialista como a própria aclamação de D. Antônio é vista como miraculosa. Nesse sentido é interessante pensar que junto ao caderno há uma versão das *Trovas* com 29 estrofes das quais cinco delas não constam em nenhuma outra copla e ao fim temos a seguinte referência "Dia de samiguel de setembro (29) delle deu elRej dom Antonio sobre o porto he ho tomou que estaua aleuãtado por ell Rej felipe Rej de Castella"¹⁴.

Por volta desse período, a contra gosto do Santo Ofício, as expectativas messiânicas em torno de um rei salvador e especialmente as *Trovas* de Bandarra se difundiram para as outras partes do império ultramarino. Segundo Elias Lipiner a transmigração dessas esperanças e das *Trovas* na América Portuguesa se deveram especialmente à imigração cristã-nova¹⁵.

O Brasil, embora houvesse pretensões de criação de um Tribunal Inquisitorial como havia em Goa desde 1560, não teve tribunal próprio. Apesar disso a mão do Santo Ofício chegou a esta parte do novo mundo com as visitas inquisitoriais no período de 1591 a 1646.

Há poucas pistas sobre a presença das *Trovas* no novo mundo. Uma dessas pistas é o caso conhecido do cristão novo Gregório Nunes ou Nidrophí por ocasião da visita do Santo Ofício na Bahia em 1591.

Segundo a acusação de João Batista, também cristão-novo, ainda no navio vindo para o Brasil, Gregório se referia às *Trovas* do Sapateiro de Trancoso.

¹³ Subsídios para a História Vimaranesa. *Revista de Guimarães*, 24(1), jan-mar, 1907.

¹⁴ Idem, p. 78.

¹⁵ LIPINER, Elias. *O sapateiro de Trancoso e o alfaiate de Setúbal*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

João Batista chega a recitar uma estrofe inteira dos versos de Bandarra em espanhol o que, segundo Jacqueline Hermann, demonstra que a tal memorização da estrofe pelo denunciante indica que João Batista também era leitor de versões das *Trovas*.

Ainda não foram encontrados outras informações da presença dos versos do sapateiro Bandarra no Brasil, mas parece ser exagero propor, como alguns estudiosos, como próprio Lipiner também parece sugerir, que a transposição do sebastianismo para o Brasil tenha se dado por meio das *Trovas*. É bastante razoável, por outro lado, pensar que elas deviam ser de conhecimento de muitos cristãos-novos e também cristãos-velhos que as divulgavam oralmente. Exemplo disso, além do processo citado em que os viajantes ainda no navio mostram ter tido contato com as *Trovas*, também podemos citar, por comparação, agora em outro espaço do império, o texto escrito por Ardizzone Spinola em Goa. No seu texto *Saudades da Índia* publicado em 1652 e proferido em um sermão em 1648, o autor informa ter tido conhecimento das *Trovas* logo quando chegara em Goa mostrando o quanto difundidos eram os versos de Bandarra¹⁶. Outro exemplo que podemos apontar sobre a propagação das *Trovas* no Brasil é o caso do jesuíta Antonio Vieira que chegara na Bahia aos seis anos de idade e demonstrara, como aponta Jacqueline Hermann, grande familiaridade com o texto do sapateiro quando voltou para Lisboa em 1641 e também com as ideias ligadas ao messianismo régio como mostrou no sermão de São Sebastião proferido em 1634¹⁷.

Alguns anos depois do período das disputas pelo trono, o texto do sapateiro de Trancoso ganha sua primeira versão impressa. Em 1603, D. João de Castro publica a sua *Paraphrase* no exílio em Paris, impressa por Martim Verac¹⁸. Ainda é preciso pensar sobre como este livro chegou à Portugal, quando e sobre

¹⁶ ARDIZZONE SPINOLA, Antonio, C.R. 1609-1697, *Saudades da Índia, manifestadas as Magestades de Portugal na solemnidade do glorioso Apostolo S. Thome, aos 21. de Dezembro de 1648.* em a Capella Real / pelo R. P. Dom Antonio Ardizzone.... - Lisboa : na Officina Craesbeeckiana, 1652.

¹⁷ HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal (séculos XV e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁸ CASTRO, J. *Paraphrase et concordancia de algvas propheçias de Bandarra, çapateiro de Trancoso, por Dom Ioam de Castro (Fac-símile da edição de 1603)*. Porto, Lopes da Silva, 1942.

quem o lia¹⁹. Mas a *Paraphrase* nos traz informações importantes sobre a forma de organização e transcrição das *Trovas* do Bandarra. Castro afirma que havia muitas versões e que muitas delas estavam cheias de erros. Desse modo que, na tentativa de emendá-las, o letrado constrói seu texto. Castro aponta para três problemas dos traslados: primeiro por faltarem ramos inteiros e muitos erros de regras e palavras. O segundo por lhe adicionarem palavras. O terceiro por não estarem na ordem corretas. Tais erros, segundo o autor se dá "por se nam começarem a dar a ellas senã pessoas idiotas, que nenhua certeza guardam no trasladar"²⁰. Também o autor nos revela sobre como se deu a construção de seu texto e, portanto, nos dá pistas importantes sobre o modo de construção das versões de um modo geral. Castro diz que possuía uma cópia que posteriormente, ao comparar a outros manuscritos, o letrado verificou que aquela era das mais corretas. No entanto, na batalha de Alcântara, quando lutara ao lado do Prior do Crato, perdera esta cópia. Quando decide escrever a *Paraphrase*, Castro afirma que de tanto ler ainda tinha lembrança da copla que perdera, mas não de todo de modo que precisou cotejar o que tinha de memória com outros tantos manuscritos²¹.

Durante o período da Restauração temos um momento de certo afrouxamento quanto ao Bandarra e seu texto, proibido desde 1581. O nome de Bandarra circulava em diversos sermões e poemas; a ele foi erguido um túmulo em Trancoso na igreja São Pedro; no altar-mor da Sé de Lisboa a sua imagem fora exposta tal qual se faz a um santo e uma capela é dada a um descendente de Bandarra, Miguel Dias. O Bandarra antes proibido era então tido por profeta

¹⁹ Encontramos algumas notícias da leitura do tratado em fontes do período da restauração e também em fontes posteriores a restauração. Cf. COSTA, Félix. *Exposição do XI, XII, & XIII capítulos do IV. livro do Propheta Esdras.*, Lisboa, 1687; VASCONCELOS, João de. *Restauração de Portugal prodigiosa* (por D. Gregorio de Almeida Ulyssiponense). Lisboa: por Antonio Alvarez, 1643.

²⁰ Idem, p. 4.

²¹ "a primeira vez que as vi, foy no anno de mil & quinhentos & nove, avendoas da beyra: as quaes, segundo julgei depois, pollas que ao diante vi, eram das bem escritas & certas, que se podiam achar no Reyno. Posto que dellas nam entendia nada, folgava tanto de as ler, que todas, por sua ordem, me ficaram por algum tempo na memoria: perdendo o papel dellas em Alcântara, quando nella fomos rotos pello Duque d'Alva. Depois descuidandome dellas com as novas alterações do Reyno, vieram me a esquecer muytas, & a sua ordem em parte: ficandome todavia sempre h~ua çerta idea, à qual nam pude nunca achar algum semelhante traslado: fazendo eu tanto nestas partes pollos auer, que alcançei alguns oito ou dez, tam errados & diferentes entre si, que me inibiram te o presente a penna pera a empregar nesta obra". Idem, p. 5.

para não dizer quase santo do reino, sendo entendido como oráculo da Restauração²².

José Veiga Torres defende que a Inquisição no período restauracionista pouco atuava, o que não verificamos em nossos documentos como veremos. Para ele a Restauração contrária ao sebastianismo por a ele se rivalizar teria tirado o Bandarra da clandestinidade. Ao nos depararmos com as fontes deste trabalho percebemos que essa aparente inação do Santo Ofício não se concretiza de todo²³. Basta perguntarmos por que a edição mais referenciada das *Trovas* de 1644 fora impressa não em Portugal, mas em Nantes²⁴. Se havia uma inação por parte do Tribunal do Santo Ofício não seria melhor que esta obra tão comentada, transcrita e divulgada fosse impressa em Portugal? Sem falar em Vieira preso pela Inquisição entre 1663 e 1666 por conta justamente de se utilizar dos versos de Bandarra para afirmar que D. João IV ressuscitaria. Assim, precisamos discutir a relação da Inquisição com a Coroa portuguesa no período seguinte a 1640.

O Santo Ofício em Portugal, segundo Ana Isabel Lopez-Salazar Codes, antes do advento da União Ibérica, tinha certa autonomia nos seus julgamentos tanto em relação à coroa quanto em relação à Igreja. Essa independência de ação do Tribunal, no entanto era um pouco relativo uma vez que a Inquisição embora tomasse decisões de forma bastante independente, a escolha do Inquisidor-Geral e do chefe do Conselho Geral do Santo Ofício estava a cargo da coroa²⁵. Bruno Feitler ao discutir sobre os usos políticos do Santo Ofício nos informa que, durante a união das coras os Filipes, especialmente com Filipe IV de Espanha (1621-1640), tentaram controlar de modo mais direto a atuação do Tribunal Inquisitorial em Portugal, mas sem sucesso uma vez que a Inquisição portuguesa

²² AZEVEDO, J. L. *A evolução do sebastianismo*. Lisboa: Presença, 1989, p. 100-107.

²³ Cf. FRANÇA, E.O. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 251.

²⁴ *Aos verdadeiros portvgvezes, devotos do encuberto*. Trovas do Bandarra, apuradas e impressas por ordem de hum grande Senhor de Portugal, oferecidas aos verdadeiros Portugueses devotos do Encuberto. Por Guilherme de Monnier, Impressor del Rey [Sic]. Nantes: s/ed. M.DC.XXXVIII.

²⁵ Cf. CODES, Ana Isabel Lopez-Salazar. *Poder y ortodoxia El gobierno del Santo Oficio en el Portugal de los Austrias (1578-1653)*. 526 f. Dissertação (Doutorado em História) – Universidad de Castilla, La Mancha.

procurou manter uma política própria que em alguns momentos chegou a entrar em conflito com os planos da Coroa²⁶.

O nome de Bandarra no período da Restauração parece não ter sido considerado um perigo tão grande a ponto de as autoridades intervirem nas manifestações em que as *Trovas* ou as referências ao poeta apareciam. Nem a ponto de a Inquisição, ou pelo menos alguns inquisidores, entrarem em choque com o Desembargo do Paço e correr, de repente, o risco de serem tidos por traidores ou pelo menos de terem dificuldades em obterem privilégios ante o novo reinado. É bastante provável, por outro lado, que pelo menos por parte da Coroa, ao menos no período imediatamente posterior a 1640, o Bandarra talvez tivesse sido um nome desejável a fim de que se legitime a dinastia dos Bragança e esfrie um pouco aqueles que ainda esperavam D. Sebastião.

A edição de Nantes de 1644 nos mostra, no entanto, que não era sem preocupação que seu nome e suas *Trovas* circularam nesse período como apontamos. Esta versão foi publicada na França pelo embaixador de D. João IV na corte de Luis XIV D. Vasco Luis da Gama. Podemos deduzir o cuidado do autor em relação à matéria publicada não apenas por ser impressa em Nantes, mas também por este autor não ter se nomeado na obra e apenas referir-se como "hum grande Senhor de Portugal" e também pela nota que nos informa esta preocupação: "Muito se pode sentir, mas nem tudo se pode dizer, particularmente em matérias [que] pedem approuação de Supremo Tribunal"²⁷.

Por outro lado em 1643, portanto um ano antes da edição de Nantes, foi publicado, "com todas as licenças necessárias" para a circulação, o livro *Restauração de Portugal Prodigiosa*²⁸. No frontespício do livro, consta como sendo de autoria de D. Gregorio de Almeida Ulissiponense, pseudônimo que geralmente é atribuído ao jesuíta João de Vasconcelos reitor da universidade de

²⁶ Cf.: FEITLER, Bruno. *Op.cit*, p. 241. Ver também MEGIANI, A. P. T. Imprimir, regular, negociar: elementos para o estudo da relação entre Coroa, Santo Ofício e impressores no mundo português (1500-1640). In SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

²⁷ *A qvem ler*. Trovas do Bandarra, apuradas e impressas por ordem de hum grande Senhor de Portugal, offerecidas aos verdadeiros Portugueses devotos do Encuberto. Por Guilherme de Monnier, Impressor del Rey [Sic]. Nantes: s/ed. M.DC.XXXXVIII.

²⁸ VASCONCELOS, João de. *Restauração de Portugal prodigiosa* (por D. Gregorio de Almeida Ulyssiponense). Lisboa: por Antonio Alvarez, 1643.

Coimbra ²⁹. O livro é oferecido ao rei D. João IV e foi impresso em Lisboa pelo impressor do rei Antonio Alvarez. João de Vasconcelos baseia suas ideias em profecias canônicas e não canônicas. Bandarra, mesmo proibido, também aparece presente entre os profetas citados. Mesmo neste livro, que traz as licenças para sua publicação em seu escopo, mostra não ser sem preocupação o uso do nome de Bandarra. Afinal, o autor da *Restauração Prodigiosa* não se apresentou com seu nome verdadeiro, mas sob o pseudônimo de D. Gregório de Almeida.

Se por um lado há uma atuação do Santo Ofício, ao menos em relação à censura, como demonstrado, por exemplo, pelas licenças concedidas ao livro *Restauração de Portugal Prodigiosa*, de outro lado também verificamos um afrouxamento no papel do Tribunal em relação às profecias não canônicas proibidas pela Igreja. Uma hipótese bastante razoável que propõe Aníbal Pinto de Castro é a de que talvez a Inquisição nesse momento tivesse feito vistas grossas para não entrar em conflito com o monarca ³⁰. Um caso que poderia reforçar tal hipótese é a acusação de traição por parte do Inquisidor-Mor envolvido na conjuração pró-filipina descoberta a 28 de julho de 1641. O Inquisidor teria sido preso em 1641 e liberado em março de 1643 ³¹.

Em 1656 D. João IV faleceu sem ter realizado todas as esperanças que nele depositavam e a crença messiânica que viu nas *Trovas* as ligações entre o novo monarca e o "Encoberto" perdeu força. Pe. Antonio Vieira escreveu a carta "Esperanças de Portugal" em 1659, na qual dizia ter sido preciso que D. João IV falecesse para ressuscitar e fazer cumprir a profecia descrita no texto do sapateiro beirão³². A repercussão de seu texto fez o Santo Ofício intervir novamente pedindo a recolha das *Trovas* em circulação e convocam Vieira para interrogatório por suspeita de heresia. Em 1665, em meio ao processo de Vieira,

²⁹ Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume VII, pág. 324. Lisboa: João Romano Torres, 1904-1915. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/http://www.arqnet.pt/dicionario/vasconcelospadrijoao.html>. Edição eletrônica Manuel Amaral. Notar que em *A evolução do Sebastianismo*, Lúcio de Azevedo diz ser o referido padre reitor no colégio de Lisboa.

³⁰ CASTRO, Aníbal Pinto de. *Op. cit.*, p. 5.

³¹ CODES, Ana Isabel Lopez – Salazar. *Op. cit.* P 113-118.

³² VIEIRA, Antônio. Esperanças de Portugal, Quinto Império do mundo. Primeira e segunda vinda Del Rey Dom Joam o Quarto, escritas por Gonçalleanes Bandarra. In: BESSELAAR, José van den. Antônio Vieira: Profecia e Polêmica. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

Bandarra voltara a ser proibido pela no *Edital Impresso do Conselho geral do Santo Officio em que prohibe a lição das obras do Bandarra*³³.

Diante disso, o que nos parece é que em alguns momentos tudo ligado ao nome Bandarra é proibido e seu nome circula em plena clandestinidade. Por outro lado, nos momentos em que o profeta serviu à Coroa para talvez legitimá-la, tanto entre letrados quanto nas camadas mais populares, seu nome circulou com certa despreocupação. No entanto, no que se refere a textos impressos, o Tribunal Inquisitorial não deixou de cumprir dever no sentido de verificar o conteúdo do que estava sendo impresso e emitir seu parecer, apesar de ter dado licença favorável a publicação de diversos livros que traziam as *Trovas* em seu corpo.

Apesar dos versos de Bandarra terem sido objeto de legitimação para a recente dinastia e, por conta disso, o Santo Ofício não quisesse talvez ter uma postura de enfrentamento em relação à coroa, fazer publicar o texto na França e não em Portugal, como na edição de Nantes ou mesmo em “Ressurreição de Portugal e morte fatal de Castela”, evitaria um confronto direto com o Santo Ofício, ou pelo menos um certo desconforto com o Tribunal³⁴. Outra possibilidade de vantagem em se imprimir as *Trovas* fora de Portugal talvez também estivesse ligada a certa urgência em fazer circular o texto. Imprimir uma versão das *Trovas* dentro do reino poderia ser algo demorado uma vez que teria de passar pelo crivo do Santo Ofício, do Desembargo do Paço e do poder episcopal e ainda correr o risco de não ser matéria aprovada pelos mesmos. A questão da rapidez em se fazer publicar uma versão completa e tão bem estruturada das *Trovas* como a versão de Nantes pode ser evidenciada por dois motivos. Primeiro por conta de uma necessária legitimação da dinastia bragançina dentro e fora de Portugal. Em segundo lugar, talvez fosse preciso ao

³³ BESSELAAR, José van den. Antônio Vieira: Profecia e Polêmica. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, 33-40. INQUISICAO. *Os do Conselho Geral do Sancto Officio da Inquisição... fazemos saber... a todos os fieis christãos... prohibimos e hauemos por prohibida, a lição, comunicação, & retenção das ditas trouas do dito GonçalºAnnes Bandarra...* [Visual gráfico]. - [Lisboa : s.n.], 1665. - 1 cartaz : p&b ; 56x41 cm. Disponível em <http://purl.pt/4455>.

³⁴ Sobre a questão da postura do Santo Ofício diante da Restauração ver CODES, Ana Isabel Lopez – Salazar. *Op. cit.* p. 473-474. Para a autora não podemos falar em um posicionamento do Tribunal do Santo Ofício de conjunto tanto em relação aos filipes quanto em relação aos braganças, mas que houve grupos no interior da mesa censória apoiando um ou outro lado, outros ainda optaram pela cautela não se posicionando.

Marquês de Niza (que mandou imprimir as *Trovas* em Nantes), como aponta Mafalda Soares da Cunha, reforçar os laços de fidelidade, confiança e gratidão com relação ao rei recentemente empossado³⁵.

As diversas vezes que o texto do Bandarra foi proibido (em 1541, 1581, 1665 e ainda uma outra vez no século XVIII sob Pombal) apontam não apenas para uma ineficácia dos mecanismos de controle sobre o que se publicava, mas para uma circulação significativa de textos clandestinos³⁶. Rita Marquilhas aponta, para entender essa questão, o ritmo descompassado entre a publicação dos catálogos proibitórios e a produção e importação (legal ou não) de livros. A preparação dos índices levavam anos de estudos bem como deviam também ser pautadas nas autoridades como os catálogos romanos e o Concílio de Trento³⁷. Também com relação ao texto manuscrito é preciso ter cuidado uma vez que, diferente do que se costuma pensar, a imprensa em Portugal não significou necessariamente uma maior rapidez na publicação de textos devida também às licenças de que tinha de se obter. Desse modo, João Luis Lisboa aponta para as vantagens do manuscrito em relação ao impresso pela variedade de temas quanto à velocidade de sua produção "que leva a uma informação mais actualizada, implicando uma disciplina de produção e de cópia que a maior parte do que circulava não tinha nem era obrigada a ter" ³⁸. Desse modo, para pensarmos o papel do material manuscrito no século XVII devemos, como aponta Fernando Bouza "superar el esquematismo que, de un lado, reduce lo tipográfico mercado, y que, de otro, imagina que lo manuscrito es sinónimo de una voluntad no difusionista"³⁹.

³⁵ Cf. CUNHA, Mafalda Soares. Os insatisfeitos das honras. Os aclamadores de 1640. In SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 485-502.

³⁶ Uso a palavra publicar aqui no sentido mesmo de tornar público. Nesse sentido quando tratamos de manuscritos e mesmo a carta de Antônio Vieira entendemos como algo que se destinam ao público. Não excluimos aqui a possibilidade da leitura em voz alta dessas *Trovas* e dessas versões para um número maior de pessoas como ato de tornar público esses documentos.

³⁷ MARQUILHAS, Rita. "Sobre a censura inquisitorial portuguesa no século XVII". In: ABREU, Marcia. *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2000, p 365.

³⁸ LISBOA, J.L. "Tanta virtude..." em papéis correndo (Persistência e poder do manuscrito no Antigo Regime)" In: ABREU, M.; SCHAPOCHNICK (orgs.), *Cultura letrada no Brasil: objetos e praticas*, Campinas: Mercado de Letras, 2004, p. 277-291.

³⁹ BOUZA, Fernando. *Corre manuscrito. Una historia cultural del Siglo de Oro*. Madri: Marcial Pons, 2001, p. 18.

Quando do momento da Restauração a relação entre Inquisição e Coroa não se deu de forma tão harmoniosa como alguns quiseram apontar. Era necessário legitimar a nova dinastia. Uma das formas encontradas para isso foi o uso do messianismo em favor dos Bragança⁴⁰. Visto que as esperanças depositadas em D. Sebastião antes mesmo de seu nascimento, acrescidas da espera de sua volta depois de Alcácer-Quibir e envoltas também pelas expectativas de retorno dos parentes que acompanharam o rei na jornada de África muito dificilmente a outro monarca caberiam todo esse conjunto de forças que impeliam as esperanças messiânicas de todo o reino⁴¹. Uma maneira de mobilizar a crença no rei messias em prol de D. João IV encontrada pelos letrados no momento da Restauração foram as *Trovas* de Bandarra. A circulação ininterrupta, apesar das diversas manifestações da Inquisição de proibição do texto do Sapateiro, também contribuíram com a mobilização dessas desse ideal uma vez que possivelmente as *Trovas* deviam ser de conhecimento geral e especialmente pela sua plasticidade.

Em relação a essa plasticidade do texto de Bandarra é preciso pensar, como afirma Marshall McLuhan, que hoje não percebemos tanto a importância da repetibilidade exata de um texto proporcionado pela técnica de impressão⁴². Na introdução de *O aparecimento do livro* de Lucien Febvre e Henry-Jean Martin, ao tocar nas formas que os copistas utilizavam para obter a exatidão dos textos, como o uso do *exemplar*, e mesmo as técnicas de realizar cópias cada vez mais rápidas, com a divisão do *exemplar* em cadernos, percebemos um pouco como a questão da exatidão era importante⁴³. A própria ideia de autoria era em parte oriunda desta questão da forma e conteúdo. Para Febvre e Martin, sendo o modo de leitura de um manuscrito feito através da oralidade, era impossível para um trovador, por exemplo, conservar o direito à propriedade literária⁴⁴. A

⁴⁰ Cf. FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.

⁴¹ Cf. MEGIANI, A. P. T. *O jovem rei encantado: expectativas do messianismo régio em Portugal, séculos XIII a XVI*. São Paulo: Hucitec, 2003, p 112-113. VALENSI, Lucette. *Fábulas da memória: a batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

⁴² McLuhan, Marshall. *A galáxia de Gutenberg; a formação do homem tipográfico*. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo: Editora Nacional, Editora da USP, 1972.

⁴³ FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henry-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo: HUCITEC/Editora da UNESP, 1992, pp. 21-42.

⁴⁴ Idem.

autoria, como informa McLuhan, só apareceria com a imprensa e, por conseguinte, com o individualismo criado com o material impresso cuja leitura se daria numa direção internalizada⁴⁵. No caso das *Trovas* é justamente esse caráter do material manuscrito, por não se tratar de um texto pautado pelas prerrogativas de um texto impresso e, portanto, de não conservar uma forma fixa é que o texto de Bandarra ganha importância no cenário político de Portugal. Quer dizer, sua forma plástica, essa capacidade de poder mobilizar os versos do sapateiro para projetos políticos-proféticos diversos, incluindo aí também para distintas noções de identidade com o reino como discutiremos, proporcionado pela forma não fixa do manuscrito seria um dos motivos de intensa utilização das *Trovas* especialmente nos períodos de crise portuguesa. Há que notar no entanto que apesar dessa forma fluida dos versos do sapateiro de Trancoso por mais que tenha tido um papel importante por conta da apropriação do texto, especialmente por parte de letrados no século XVII, não significa que não tenha havido uma disputa entre seus copistas e editores por uma construção mais exata do texto de Bandarra⁴⁶. Esta disputa pode ser pensada não apenas em termos de obtenção de um texto mais exato, mas a própria ideia de exatidão ratificaria uma melhor interpretação das *Trovas* ao sabor das ideias políticas daqueles que a transcreveram.

No período da Restauração os letrados souberam utilizar dessa plasticidade das *Trovas* e a construíram de modo que coubesse quase exatamente à D. João IV. A edição de Nantes é bastante elucidativa disso, embora o editor não tenha interpolado o corpo do poema com explicações e interpretações. Na introdução intitulada “Aos verdadeiros portvgvezes, devotos do encvuberto” o editor se preocupa especialmente em “provar” ser D. João IV o rei Encoberto das *Trovas* por “seis propriedades e sinais” que se encaixam “perfeitamente” a D. João IV: O primeiro se refere ao verso 87 que diz ser o Encoberto um “Rei-nouo”, segue-se ao verso 100 que diz ser o rei eleito, depois por ser um rei infante (verso 88), a quarta propriedade seria o nome do rei que

⁴⁵ McLuhan, Marshall. *Op. cit.*

⁴⁶ Sobre essa disputa ver LIMA, L.F.S. O percurso das *Trovas* de Bandarra: circulação letrada de um profeta iletrado. In ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres (orgs.). *O império por escrito*. São Paulo: Alameda, 2009.

nesta versão seria Dom João (verso 88), a quinta que teria um irmão bom capitão (verso 102) e por último que seria “acclamado e aleuantado, quando se cerrarem os corenta annos”⁴⁷. Todos esses sinais além de caberem totalmente à D. João IV ainda excluem D. Sebastião como rei *Encoberto* das *Trovas* quando, para citar um exemplo, diz que o rei terá um irmão bom capitão e afinal D. Sebastião não tivera irmãos.

Esse recurso às *Trovas* utilizado por letrados e mesmo em sermões nas igrejas⁴⁸ a fim de legitimar a dinastia bragantina colocou um ponto de tensão entre a Inquisição e a Coroa, afinal o texto já havia sido proibido três vezes. O conflito se dava porque de um lado era necessário consolidar o novo reinado de outro lado o texto largamente utilizado para isso era proibido e a nobreza, setores da Igreja e mesmo os inquisidores precisavam ganhar espaço na corte recém-formada⁴⁹.

A Inquisição e outros órgãos de censura ao autorizar os livros e sermões que continham as *Trovas* do Bandarra parecem não querer entrar em conflito com a casa real mesmo para não correr o risco de serem considerados traidores, como vimos o próprio Inquisidor-Mor havia sido preso sob essa acusação mostrando que a Inquisição não era isenta de vigilância. Por outro lado o Tribunal do Santo Ofício ainda era o órgão de vigia por excelência e ainda atuava como órgão de censura o que preocupava os autores que citavam as *Trovas* nesse período.

⁴⁷ *Trovas de Bandarra, natural da Villa de Trancoso, apuradas e impressas por ordem de um grande senhor de Portugal, offerecidas aos verdadeiros Portugueses devotos do Encuberto. Nova edição a que se ajuntão mais algumas nunca até ao presente impressas.* Barcelona [sic]: s/ed., M.DCCCIX.

⁴⁸ Cf. Marques, J.F. *A parenética portuguesa na Época da Restauração*. Porto: Inic, 1989, v. 2, cap. XI.

⁴⁹ Cf. CUNHA, Mafalda Soares. Os insatisfeitos das honras. Os aclamadores de 1640. In SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 485-502.

Nova à Velha Inglaterra:

circulação de impressos milenaristas entre a Colônia e a Metrópole no século XVII

VERÔNICA CALSONI LIMA (UNIFESP)¹

Em 1636, o calvinista John Cotton escreveu uma compilação de leis mosaicas que poderiam ser utilizadas no governo e na administração da colônia de Massachusetts, onde residia. Em 1641, sua obra foi publicada em Londres com o título de *An abstract of the Lawes of New England, as they are now established*². Em 1655, o texto foi reeditado pelo pentamonarquista William Aspinwall e publicado por Livewell Chapman na metrópole inglesa sob um novo título: *An*

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo, orientada pelo Prof. Dr. Luís Filipe Silvério Lima, professor de História Moderna do Departamento de História. Bolsista do programa de Estágio de Pesquisa no Exterior da FAPESP no Goldsmiths College, University of London, supervisionada pelo Dr. Ariel Hessayon. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processos nº 2012/24289-7 e nº 2014/12026-7.

² COTTON, John. *An abstract of the Lawes of New England, as they are now established*. London: for F. Coules & W. Ley, 1641.

abstract of laws and government. Ao prefaciar a obra, Aspinwall indicava a ocasião de sua escrita:

Tenho aqui vos apresentado com um Resumo das Leis e Governo, compilado das Escrituras, e sumarizados nesse método, pelo piedoso, austero e judicioso Religioso, Sr. John Cotton, acomodado na Colônia de Massachusetts na Nova Inglaterra, e elogiado pelo Tribunal Geral de lá. O qual [texto] eles tiveram então o amor de ter recebido, e que ficaria melhor tanto lá com eles, como aqui conosco, e que agora está³.

Apesar de a obra de Cotton ter sido pensada para mais de uma década antes do momento de sua apresentação aos leitores ingleses, Aspinwall chamou atenção para o fato de que a contribuição do calvinista era tão importante para aqueles que fundavam um governo civil na Nova Inglaterra, como para os que viviam eventos conturbados na metrópole durante o contexto revolucionário.

O caso dessa nova edição de *An abstract of laws and government*, feita para dialogar com um momento de expectativas acerca das mudanças de governo que ocorriam frequentemente, após a morte do rei Carlos I em 1649, pode sumarizar e introduzir o que pretendemos abordar nesse texto. Não apenas essa reflexão de Cotton, mas diversos escritos de protestantes que migraram para as colônias norte-americanas foram reeditados e publicados na Inglaterra revolucionária, adentrando os debates profético-políticos que lá aconteciam, e apresentando diferentes projetos religiosos, políticos, econômicos e sociais.

Tendo isso em vista, buscamos abordar o intercâmbio de ideias e textos milenaristas entre a Nova e a Velha Inglaterra, no século XVII, especificamente, no período da Revolução Inglesa (1640-1660). Nossa incursão nessa temática toma como ponto central as relações estabelecidas entre os já citados John Cotton e William Aspinwall, dois protestantes ingleses que migraram para a América nos anos 1630; e dois livreiros que tiveram ampla atuação na

³ ASPINWALL, William. "To the Reader" In: COTTON, John. *An abstract of laws and government*. . London: Printed by M.S. for Livewel Chapman, 1655. p.A2. Tradução livre: "I Have here presented thee with an Abstract of Laws and Government, collected out of the Scripture, & difested into this method, by that godly, grave, and judicious Divine, Mr. John Cotton, accomodated to the Colonie of the Massachusetts in New England, and commended to the generall Court there. Which had they then had the heart to have received, it might have been better both with them there, and us here, then now it is."

disseminação de textos dissidentes durante o período revolucionário, Hannah Allen – que administrou a livraria *The Crown* na Pope's Head Alley entre 1646 e 1651, logo após a morte de seu primeiro marido, Benjamin Allen – e Livewell Chapman – que sucedeu Hannah Allen à frente da livraria após casar-se com ela em setembro de 1651.

Cotton e Aspinwall participaram ativamente das discussões na colônia, sobretudo as que diziam respeito à conformação do governo civil. Cotton permaneceu na América, enquanto Aspinwall retornou à Inglaterra nos anos 1650, onde começou a escrever textos voltados para a esperança da efetivação de um reino universal e milenar de Cristo sobre a Terra. As reflexões de ambos os autores circularam na colônia e também na metrópole, entre os anos 1640 e 1650, onde foram publicadas e difundidas, sobretudo, pelos trabalhos desempenhados por Allen e Chapman. Neste sentido, procuramos problematizar as ideias trazidas por esses textos elaborados na Nova Inglaterra e republicados na metrópole, ao mesmo tempo, nos propomos a perceber as imbricações entre os debates produzidos no contexto colonial e aqueles colocados na Inglaterra revolucionária.

Milenarismo na Nova Inglaterra

Na década de 1630, William Aspinwall e John Cotton chegaram à Nova Inglaterra, fixando-se na colônia de Massachusetts Bay⁴, que fora fundada pelo milenarista John Mason⁵ e outros separatistas puritanos entre 1620 e 1630⁶. Servindo como refúgio das perseguições religiosas⁷ e dos problemas

⁴ BREMER, Francis J. "Aspinwall, William (d. in or after 1662), merchant and separatist leader in America" In: *Oxford Dictionary of National Biography*, 2004. Disponível on-line em: <<http://www.oxforddnb.com/view/article/76217>>, acessado em 02/06/2011. BREMER, J. Francis. "Cotton, John (1585–1652)". *Oxford Dictionary of National Biography*, Oxford University Press, 2004. Disponível online em: < <http://www.oxforddnb.com/view/article/6416>>, acessado em 02 de junho de 2011.

⁵ Sobre John Mason, cf. HILL, Christopher. *Puritanism and Revolution: studies in interpretation of the English Revolution of the 17th century*. New York: St. Martin's Press, 2008. Chapter: "John Mason and the End of the World".

⁶ KARNAL, Leandro (et al.). *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007. Capítulo: "A Formação da Nação".

⁷ ELLIOT, J. H. *Empires of the Atlantic World: Britain and Spain in America, 1492-1830*. London/New Haven: Yale University Press, 2007. Chapter: "America as a Sacred Space".

econômicos⁸, a América Inglesa era almejada pelos protestantes, pois aparecia como uma possibilidade de reorganização da população que sofria com as crises britânicas; ao mesmo tempo em que as autoridades inglesas também a viam com simpatia, porque a colônia se tornava “(...) um receptáculo de tudo o que a metrópole não desejava”⁹.

A América figurava, então, como um espaço de múltiplas possibilidades de atuação para os colonos, neste sentido, muitos a observaram como um lugar sacralizado, no qual poderiam construir uma Nova Jerusalém¹⁰. Influenciados pelas perspectivas escatológicas, os colonos puritanos articularam diversos debates político-religiosos, dentre os quais, destacamos três: 1) a formação do governo civil na colônia; 2) a controvérsia antinomianista; 3) e a conversão dos povos indígenas.

Um dos principais temas de reflexão foi a administração na colônia, isto é, o estabelecimento do governo civil e das leis nesse espaço novo¹¹. A Bíblia foi vista como um instrumento legislativo, sobretudo para autores como John Cotton¹² que propôs, em 1636, uma compilação de legislação ao Tribunal Geral da colônia, baseada na adoção das leis mosaicas como instrumentos jurídicos. Inicialmente, suas ideias foram criticadas, mas depois, algumas de suas reflexões foram usadas como base do governo civil instituído em 1639¹³. As sugestões de Cotton levavam em conta uma concepção de que o Milênio seria o resultado da pregação fiel dos homens acerca do Evangelho, sendo assim, este reino maravilhoso seria alcançado por meio das ações humanas. Suas propostas civis e legislativas buscavam apontar os caminhos que os homens e as mulheres deveriam seguir para alcançar os mil anos de felicidade¹⁴. Aspinwall, que, nessa época, atuava como comerciante e como diácono da igreja de Boston, defendeu

⁸ STONE, Lawrence. *As causas da revolução inglesa: 1529-1642*. Bauru: Edusc, 2000. Capítulo: “Os pressupostos”.

⁹ KARNAL, Leandro. *Op. cit.*, p.44.

¹⁰ ELLIOT, J. H. *Op. cit.*

¹¹ MACLEAR, J. F. “New England and the Fifth Monarchy: the quest of the Millennium in Early American Puritanism”. *The William and Mary Quarterly*, Third Series, Vol. 32, No. 2 (Apr., 1975). pp.223-260. Disponível on-line em: JStor <<http://www.jstor.org/stable/1921563>>, acessado em 28/03/2010.

¹² HILL, Christopher. *A Bíblia Inglesa e as Revoluções do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.49.

¹³ CALDER, Isabel M. “John Cotton and The New Haven Colony”. *The New England Quarterly*, vol.3, n.1. Janeiro/1930. pp. 82-94.

¹⁴ MIXTON, Harold. “‘A City Upon a Hill’: John Cotton’s Apocalyptic Rhetoric and the Fifth Monarchy Movement in Puritan New England”. *Journal of Communication and Religion*, vol. 12, n.1, 1989. pp.1-6.

a utilização desse código elaborado por Cotton, o que o envolveu em desentendimentos com os magistrados coloniais¹⁵.

Aspinwall esteve relacionado, ainda, com outra polêmica, a do antinomianismo. A doutrina antinomianista afirmava que Cristo, quando sacrificado, absolveu os eleitos de seus pecados. Neste sentido, a eternidade seria alcançada simplesmente pelo reconhecimento dos erros, sem qualquer punição ou coerção moral¹⁶. Assim, a Salvação não dependia do seguimento de leis morais, mas sim da fé¹⁷. Na Nova Inglaterra, entre 1636 e 1638, houve uma intensa controvérsia antinomianista, da qual participaram Anne Hutchinson, John Wheelwright e seus seguidores¹⁸. A partir de 1636, Hutchinson realizava reuniões em sua casa, com o intuito de discutir sermões. Cotton pregava nesses encontros e, pouco tempo depois, Hutchinson também começou a discursar e profetizar. Acusados de sedição, os envolvidos na controvérsia foram expulsos de Massachusetts e se mudaram para Rhode Island¹⁹, com exceção de John Cotton, que conseguiu se desvencilhar das denúncias e permaneceu em Boston. Já Aspinwall, em 1637, fora considerado sedicioso e antinomiano. Ele recorreu ao Tribunal Central, mas mesmo assim acabou sendo banido²⁰. Foi, então, para Rhode Island, onde continuou a atuar politicamente²¹.

Um terceiro tópico que adentrava os calorosos debates na colônia inglesa girava em torno da conversão dos índios. Para alguns protestantes, os indígenas podiam ser compreendidos como uma das tribos perdidas de Israel. Tanto na Nova como na Velha Inglaterra argumentava-se que a cristianização dos indígenas relacionava-se com o chamado dos judeus, que estariam destinados a

¹⁵ BREMER, Francis J. *Op. cit.*, 2004.

¹⁶ JUE, Jeffrey K. *Heaven Upon Earth: Joseph Mede (1586-1638) and the Legacy of the Millenarianism*. Netherlands: Springer, 2006. Chapter: "Joseph Mede and the Cambridge Platonists".

¹⁷ COMO, David. "Antinomianism" In: BREMER, Francis J.; WEBSTER, Tom (eds.). *Puritans and Puritanism in Europe and America*. Santa Barbara/Denver/Oxford: ABC Clio, 2006. p.306.

¹⁸ BURNHAM, Michelle. *Folded Selves: Colonial New England Writing in the World System*. Hanover: Dartmouth College Press, 2007. Chapter 4: "Vent: Anne Hutchinson and Antinomian Selfhood"

¹⁹ FIELD, Jonathan Beecher. "The Antinomian Controversy did not take place". *Early American Studies*, vol.6, n.2, 2008, pp.448-463.

²⁰ ROBBINS, Stephen Lee. *Manifold Afflictions: the life and writings of William Aspinwall, 1605-1662*. Tese de doutoramento em Filosofia, Faculty of the Graduate College of the Oklahoma State University, Jul/1988. p.28-44.

²¹ ROBBINS, Stephen Lee. "Aspinwall William" In: *American National Biography Online*, 2000. Disponível on-line em: American National Biography Online <<http://www.anb.org/article/01/01-00032.html>>, acessado em 13/05/2010.

tornarem-se cristãos²². Os debates e as expectativas acerca dessa questão fizeram, inclusive, com que Cromwell discutisse a readmissão dos judeus na Inglaterra em meados dos anos 1650. Neste debate, o trabalho *The Hope of Israel* do rabino Menasseh Ben Israel foi extremamente influente no Novo e no Velho Mundo, na década de 1650²³.

As três questões pontuadas acima – conformação do governo civil, o antinomianismo e a conversão dos índios – relacionavam-se à espera pelo Retorno de Cristo. Contudo, acreditava-se que a concretização das profecias milenaristas ocorreria não na Nova Inglaterra, mas sim na metrópole. Conforme Maclear,

A primeira geração da Nova Inglaterra não poderia considerar a América como central. O Velho Mundo foi o teatro crítico para o desempenho das Últimas Coisas, e colonos nunca duvidaram de que as cenas cósmicas profetizadas nas Escrituras estavam prestes a serem reveladas na história Europeia. Depois que a Revolução Puritana começou a se desenrolar, muitos fazendeiros voltaram à Inglaterra decididos a serem “úteis para o avanço do Reino de Cristo, (...)”. A partir desta devoção americana para a “Jerusalém Inglesa” desenvolveu-se um epílogo radical e partidário para a busca da Nova Inglaterra pela monarquia de Cristo – a contribuição de vários puritanos americanos à agitação milenar na Inglaterra do Interregno²⁴.

Sendo assim, os colonos teriam contribuído fortemente para o desenvolvimento dos projetos profético-políticos milenaristas na Inglaterra. Segundo Maclear, isso fora possível devido aos intercâmbios de ideias entre os habitantes da América Inglesa e a metrópole, os quais eram bastante profícuos²⁵, ocorrendo tanto por

²² MACLEAR, J. F. *Op. cit.* p.244.

²³ HESSAYON, Ariel. “Jews and crypto-Jews in sixteenth and seventeenth century England”. *Cromohs*, 16, 2011.

²⁴ MACLEAR, J. F. *Op. cit.*, p. 249. Tradução livre: “The first generation in New England could not regard America as central. The Old World was the critical theater for the performance of the Last Things, and colonists never doubted that the cosmic scenes prophesied in scripture were soon to be revealed in European history. After the Puritan Revolution began to unfold, many planters returned to England resolved to be “helpfull in advancing the Kingdome of Christ (...)”. From this American devotion to the “English Jerusalem” developed a radical and partisan epilogue to New England’s quest for Christ’s monarchy—the contribution of several American Puritans to millenarian agitation in Interregnum England.”

²⁵ *Idem.*

meio de trocas de correspondências²⁶, como pela publicação e circulação de textos entre os dois espaços²⁷.

Exemplo disso foram os sermões de John Cotton, proferidos, sobretudo, nos anos 1640 e 1650, nos quais versava sobre a igreja e o governo na Nova Inglaterra. Com o início da Guerra Civil na Inglaterra, a partir de 1642, as pregações de Cotton passaram a aproximar-se mais das reflexões milenaristas e proféticas, considerando a proximidade da efetivação dos mil anos de felicidade previstos nos Livros de Daniel e do Apocalipse²⁸. Por sua vez, esses sermões não se confinaram ao mundo norte-americano, mas adentraram o Velho Continente por meio de diversas publicações em Londres, das quais destacamos seis edições, três realizadas por Hannah Allen²⁹: *The bloody tenent, washed, and made white in the bloud of the Lambe* (1647), *Singing of Psalmes a Gospel-ordinance* (1647 e 1650), *Of the holinesse of church-members* (1650); e duas por Livewell Chapman³⁰: *An exposition upon the thirteenth chapter of the Revelation* (1655) e *An abstract of laws and government* (1655).

Além de Cotton, interessa-nos apontar as contribuições de William Aspinwall, que retornara à Massachusetts Bay em 1640. No início de 1647, ele lançou *Certaine Queries Touching the Ordination of Ministers*³¹, no qual expôs suas reflexões sobre os poderes dos ministros religiosos, argumentando a favor da autonomia da igreja na Inglaterra, criticando a influência de Roma. A Igreja Católica Romana era percebida como corrupta e, portanto, não poderia

²⁶ Cf. por exemplo: BUSH, Sargent (ed.) *The correspondence of John Cotton*. London: Omohundro Institute of Early American History and Culture, Williamsburg, 2001.

²⁷ LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Markus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Capítulo: "Rachadores de lenha e tiradores da água".

²⁸ BREMER, J. Francis. *Op. cit.*, 2004.

²⁹ COTTON, John. *The bloody tenent, washed, and made white in the bloud of the Lambe*. London: printed by Matthew Symmons for Hannah Allen, at the Crowne in Popes-Head-Alley, 1647. COTTON, John. *Singing of Psalmes a Gospel-ordinance*. Or A treatise, wherein are handled these foure particulars. London: printed by M[atthew]. S[immons]. for Hannah Allen, at the Crowne in Popes-Head-Alley, 1647. COTTON, John. *Singing of Psalmes a gospel-ordinance*. London: printed for J.R. at the Sunne and Fountaine in Pauls-Church-yard: and H.A. at the Crown in Popes-Head-Alley, 1650. COTTON, John. *Of the holinesse of church-members*. London: printed [sic] by F[rancis]. N[eile]. for Hanna Allen, and are to be sold at the Crown in Popes-Head-Alley, 1650.

³⁰ COTTON, John. *An exposition upon the thirteenth chapter of the Revelation*. London: printed by M.S. for Livewel Chapman, at the Crown in Popes-head Alley, 1655. COTTON, John. *An abstract of laws and government*. London: printed by M.S. for Livewel Chapman, and are to be sold at the Crown in Popes-head Alley, 1655.

³¹ ASPINWALL, William. *Certaine queries touching the ordination of ministers*. London: Printed by Matthew Symmons for Henry Overton, and are to be sold by J. Pounce at the lower end of Budg-Row, neere Canning-Street., 1647.

representar Cristo, o que não lhe concedia o direito de distribuir o poder entre os ministros³². Com esta argumentação, Aspinwall criticava o “papismo” do arcebispo William Laud, sob o governo de Carlos I.

Embora tenha sido escrito quando o autor encontrava-se na colônia, o texto foi publicado em Londres, sob a impressão de Matthew Simmons, e vendido por Henry Overton³³, vizinho da livraria *The Crown*, de Hannah Allen, que, paralelamente, publicava os trabalhos de John Cotton. Esse aspecto nos é fundamental, pois indica um intercâmbio transatlântico de reflexões, no qual a comunicação estabelecida entre os dois espaços permitia que houvesse notícias tanto da América na metrópole, como da Inglaterra na colônia. Inclusive, sabe-se que os acontecimentos da Revolução Inglesa foram debatidos na Nova Inglaterra, especialmente a questão da decapitação de Carlos I em 1649, sobre a qual John Cotton opinou, argumentando a favor do regicídio³⁴.

De volta à metrópole de ponta-cabeça: circulação de textos na Inglaterra na década de 1650

Os profícuos debates na América do Norte, contudo, não se mantiveram sem qualquer regulação. Se, em um primeiro momento, os britânicos partiram para colônia com expectativas de maior liberdade naquele espaço com múltiplas possibilidades de ação, a partir da década de 1640, observa-se um descontentamento com a Nova Inglaterra. Uma das razões centrais para esse fenômeno foi a ortodoxia religiosa que lá se instalara, a qual acarretava em punições e banimentos daqueles considerados sediciosos³⁵, como ocorrera com Aspinwall em 1637. Enquanto a América Inglesa passou a causar a impressão de rigidez, a “Inglaterra, por outro lado, tinha por volta de 1650 ganhado algo como uma reputação liberal aos olhos de alguns *New Englanders*. Por essa altura a

³² *Idem.*

³³ Registro feito na *Stationers' Company* em 15 de fevereiro de 1647, em nome do Mestre Overton e de Matthew Simmons. STATIONERS' COMPANY. *A Transcript of the Registers of the Worshipful Company of Stationers; from 1640-1708 A.D.* Vol. 1. London: Stationers' Company, 1903. p.263.

³⁴ Cf. BREMER, Francis J. “In defense of Regicide: John Cotton on the Execution of Charles I”. *The William and Mary Quarterly*, Third Series, vol. 37, n. 1 Jan/1980. pp. 103-124. Disponível on-line em: JStor <<http://www.jstor.org/pss/1920971>>, acessado em 07/04/2011.

³⁵ SACHSE, William L. “The Migration of the New Englanders, 1640-1660”. *The American Historical Review*, vol.53, n.2, 1948. pp.251-278.

autoridade episcopal estabelecida havia sido derrubada e a ameaça de uma nova ascendência presbiteriana foi evitada”³⁶.

O contexto da Revolução Inglesa havia gerado uma diminuição dos sistemas de controle, possibilitando, por exemplo, a profusão de reflexões, debates e de textos. Talvez isso tenha impulsionado alguns colonos a retornarem para a metrópole. Inferimos que essa possa ter sido uma das razões que levou Aspinwall a, após envolver-se em outros conflitos com as autoridades de Massachusetts, voltar para a Inglaterra em 1653³⁷.

John Cotton permaneceu na colônia, contudo, não sem estabelecer contato frequente com a Inglaterra, tendo apoiado o Parlamento e Oliver Cromwell nas disputas contra os regalistas. Em 1651, inclusive, Cotton e Cromwell trocaram cartas, nas quais o general pediu conselhos ao pregador sobre como agir naquele momento de diversas transformações sociais e políticas, perguntando-lhe “Como nós devemos nos comportar depois dessas misericórdias? O que Deus está fazendo? Quais Profecias estão agora se cumprindo?”³⁸.

A necessidade de se compreender e interpretar o período revolucionário não partiu apenas de Cromwell, mas de diversas pessoas e seitas político-religiosas, como os anabatistas, diggers, quakers, levellers, pentamonarquistas, entre outros. E grande parte dessas tentativas de entender os acontecimentos coevos, bem como de projetar ações e expectativas para o futuro, contava com a imprensa como uma das suas principais formas de difusão. Com as agitações políticas da Revolução Inglesa, os mecanismos de controle diminuíram sensivelmente, proporcionando um novo momento de circulação de informação, no qual a imprensa tornou-se um meio de comunicação e disseminação de ideias não apenas das elites, mas de uma variedade de pessoas e grupos³⁹. Assim, o

³⁶ *Idem*, p.254. Tradução livre: “England, on the other hand, had by about 1650 gained something of a liberal reputation in the eyes of some New Englanders. By this time the established episcopal authority had been overthrow and the threat of a new Presbyterian ascendancy averted”.

³⁷ ROBBINS, Stephen Lee. *Op. cit.*, 2000.

³⁸ CROMWELL, Oliver. “For my esteemed Friend Mr. Cotton, Pastor of the Church at Boston in New England: These” (London, 2d October 1651). In: CARLYLE, Thomas. *Oliver Cromwell's Letters and Speeches*, vol.III. Leipzig: Bernhard Tauchnitz, 1861. p.111. Tradução livre: “How shall we behave ourselves after such mercies? What is the Lord a-doing? What Prophecies are now fulfilling?”

³⁹ ACHINSTEIN, Sharon. “Texts in conflict: the press and the Civil War”. In: KEEBLE, N. H. (ed.). *The Cambridge Companion to Writing of the English Revolution*. Cambridge (RU): Cambridge University Press, 2001.

mercado livreiro enchia-se de textos impressos provenientes de diferentes camadas sociais e de diversas concepções político-religiosas.

Além disso, muitas das obras lançadas na Inglaterra eram provenientes de colonos, ou de ingleses que haviam migrado, como era o caso de John Cotton, William Aspinwall, John Davenport, Thomas Venner, entre outros. Tendo em vista que a colônia ampliou seus mecanismos de censura, ao mesmo tempo em que a Inglaterra os diminuiu, frente às crises, transformações e conflitos que lá ocorriam, a metrópole tornava-se um lugar mais favorável à publicação de textos. Essa prática foi observada e reprovada por Thomas Edwards em seu livro *Gangraena*, no qual listou e criticou as heresias que, para ele, estavam fazendo com que a Inglaterra sucumbisse. Na obra, Edwards diz,

Quantos banidos da *Nova Inglaterra* por causa do seu antinomianismo, anabatismo etc. vieram para cá e aqui publicaram Livros para divulgar seus Erros, e pregaram livremente, aqui e ali; de modo que a pobre *Inglaterra* tem de assimilar tal gente, que como vômito foi expulsa da boca de outras Igrejas, e se transforma na praia e cloaca comum para receber a imundície das Heresias e Erros de toda parte (...)⁴⁰.

Apesar das denúncias e advertências de Edwards, essas obras de colonos e ex-colonos circularam na Inglaterra nesse período, tanto por vias legais, como clandestinamente, contando com a atuação de impressores, livreiros e outros sujeitos ligados à produção e disseminação de textos e livros. Esse é o caso de John Allen, sobre quem não conseguimos levantar muitas informações, mas que publicou uma série de textos de autores que estavam na Nova Inglaterra, como as obras *The treatises tending to the establishment of Peace both spiritual, ecclesiasticall & politicall*⁴¹ de e *The Covenant of Grace, as it is dispensed to ye elect seed effectually unto Salvation*⁴² de John Cotton; entre outros títulos de autores

⁴⁰ EDWARDS, Thomas. *Gangraena, or, A Catalogue and Discovery of Many of the Errors, Heresies, Blasphemies, and Pernicious Practices of the Sectaries of this Time* (1646-7), p.121 apud LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Markus. *Op. cit.*, p.77.

⁴¹ Registro feito na *Stationers' Company*, em 08 de março de 1659, sob o nome de John Allen. STATIONERS' COMPANY. *A Transcript of the Registers of the Worshipful Company of Stationers; from 1640-1708 A.D.* Vol. 2. London: Stationers' Company, 1903. p.216.

⁴² Registro feito na *Stationers' Company*, em 08 de março de 1659, em nome de John Allen. *Idem*, p.217.

que se encontravam na América Inglesa ou que haviam voltado de lá durante o contexto revolucionário, como John Davenport, John Norton e Thomas Goodwin. Ainda podemos citar a contribuição de Henry Overton – livreiro dissidente – que, além de ter publicado *Certaine Queries* de Aspinwall em 1647, também foi responsável pela reedição de 1646 do sermão de Cotton intitulado *Milke for Babes drawned out of the breast of both Testaments*⁴³. Essa mesma obra de Cotton foi relançada dez anos depois, isto é, em 1656, por John Rothwell – livreiro associado a grupos religiosos radicais, como os pentamonarquistas⁴⁴.

Cotton, Aspinwall, Allen e Chapman: os projetos pentamonarquistas na Inglaterra

As obras de John Cotton, ainda, foram reeditadas por Hannah Allen e Livewell Chapman. Como dito anteriormente, os dois livreiros comercializaram seis edições de seus textos entre 1647 e 1655. Além dessas obras, a livraria publicava constantemente livros e panfletos radicais. Essa característica sediciosa nos parece essencial para pensar as reedições dos escritos de John Cotton na Inglaterra. Se em um primeiro momento os sermões e textos do pregador foram escritos e pensados para um contexto colonial; quando retomados e lançados na metrópole, eles agora integravam um ambiente de intensos debates no período revolucionário. Assim, ao serem publicadas paralelamente a textos proféticos-políticos, as obras de Cotton eram reinventadas, assumindo novos sentidos. Tendo isso em vista, parece-nos necessário abordar brevemente o funcionamento da livraria para entender em que tipo de mercado livreiro as reflexões de Cotton circularam.

Hannah Allen passou a atuar na livraria quando seu marido, Benjamin, faleceu. Entre 1646 e 1651, quando estava à frente dos negócios, ela se destacou pela publicação de textos feitos principalmente por independentes, batistas e, eventualmente, por pentamonarquistas, como Vavasor Powell, John

⁴³ Registro feito na *Stationers' Company*, em 21 de março de 1646, em nome do Mestre Overton. STATIONERS' COMPANY. *A Transcript of the Registers of the Worshipful Company of Stationers; from 1640-1708 A.D.* Vol. 1. London: Stationers' Company, 1903. p.230.

⁴⁴ Registro feito na *Stationers' Company*, em 12 de março de 1656, pelo Mestre John Rothwell. STATIONERS' COMPANY. *A Transcript of the Registers of the Worshipful Company of Stationers; from 1640-1708 A.D.* Vol. 2. London: Stationers' Company, 1903. p.35.

Durant, John Simpson e William Troughton. Como discutido por Amos Tubb, Allen pode ser identificada como uma livreira independente que trabalhava não só pelo lucro, mas também (e talvez principalmente) por causa de suas crenças políticas e religiosas. Suas publicações políticas quase não variam em termos de lado ou partido, ao contrário de livreiros como William Dugard, que, inicialmente, estava ligado à imprensa monarquista e, em seguida, mudou para a facção republicana em 1650, por causa de dificuldades econômicas. Também seus livros nunca foram financiados ou patrocinados pelo governo ou qualquer instituição⁴⁵.

Em 1651, ela se casou com Livewell Chapman, que era um dos aprendizes da livraria desde 1643. Chapman, então, assumiu a livraria e desenvolveu um profícuo comércio de obras radicais entre 1651 e 1665. Posteriormente, ele foi identificado pela historiografia como o principal livreiro do grupo dos Homens da Quinta Monarquia⁴⁶, visto que ele não apenas publicava textos de autores relacionados ao movimento pentamonarquista, como também participava de suas reuniões⁴⁷.

Diferentemente de outras seitas religiosas, os pentamonarquistas acreditavam na possibilidade de agir para concretizar as profecias milenaristas, chegando a elaborar propostas concretas de alteração política, social e econômica para a Inglaterra, na esperança de acelerar a chegada do Milênio, isto é, do reino de Cristo na Terra. Esses projetos podiam ser acelerados a partir dos esforços dos homens para a implantação de um sistema administrativo em conformidade com a Bíblia; ou, de acordo com alguns membros do grupo, por meio de ações violentas, legitimadas por Deus, em direção à destruição da quarta monarquia e do domínio do Anticristo. Contudo, é preciso ter em vista a heterogeneidade da composição do movimento dos Homens da Quinta

⁴⁵ TUBB, Amos. "Independent presses: the politics of print in England during the late 1640s". *The Seventeenth Century*, 27:3, pp.287-312, 2012.

⁴⁶ Cf. CAPP, Bernard. *The Fifth Monarchy Men: a study in Seventeenth Century English Millenarianism*. Londres: Faber Finds, 2008. BELL, Maureen. "Hannah Allen and the Development of a Puritan Publishing Business, 1646-51". *Publishing History*, 26 (1989) pp.5-66. ROSTENBERG, Leona. "Sectarianism & Revolt: Livewell Chapman, Publisher of the Fifth Monarchy". *Literary, Political, Scientific, Religious & Legal Publishing, Printing & Bookselling in England, 1551-1700: Twelve Studies*. New York: Burt Franklin, 1965, v. 1, pp. 203-236.

⁴⁷ A participação de Livewell Chapman nos encontros pentamonarquistas pode ser evidenciada por meio de diários manuscritos sobre os eventos. Champlin Burrage transcreveu os papéis que ele acredita terem sido escritos por Thomas Venner. Esses relatos fornecem, parcialmente, algumas informações sobre as reuniões pentamonarquistas ocorridas entre 1656 e 1657. As notas originais podem ser consultadas na *British Library: Add MS 4459: 1638-1755 vol.II*, p.111-122. BURRAGE, Champlin. "The Fifth Monarchy Insurrections". *The English Historical Review*, vol.25, n.100, Oct/1910, pp.722-747.

Monarquia, que fazia com que suas concepções sobre o Milênio fossem bastante diversas. O movimento era formado por ministros, oficiais, letrados e homens e mulheres de diversas outras camadas sociais; entre eles, editores/livreiros, como o próprio Livewell Chapman⁴⁸.

Divulgando os debates e as reflexões propostas por grupos político-religiosos como o dos Homens da Quinta Monarquia, Hannah Allen e, principalmente, Livewell Chapman foram responsáveis pela circulação de diversos textos proféticos. Dentre os autores pentamonarquistas publicados pela livraria – sobretudo no período em que Chapman estava à frente dela –, constam nomes como John Rogers, John Simpson, Vavasor Powell, John Spittlehouse e William Aspinwall.

Faz-se necessário destacar as publicações de William Aspinwall feitas por Livewell Chapman. Entre 1653 e 1657, ele lançou sete obras, todas vendidas por Chapman. Em seus textos, Aspinwall argumentava a respeito da iminência do Milênio. Para ele a Segunda Vinda de Cristo estava próxima e os eventos coevos confirmavam isso, pois eram interpretados pelo autor como realizações de profecias. Mas mais do que afirmar que a perfeição da Quinta Monarquia de Jesus estava por vir, o autor ainda procurava demonstrar que a espera pelo Milênio não era passiva. Muito pelo contrário, ele sugeria que era necessário agir e reformar a sociedade, abolindo os governos mundanos e acelerando o retorno do Salvador.

Ao propor mudanças, Aspinwall elaborava projetos profético-políticos, nos quais se baseava não apenas nas revelações bíblicas, mas também nas considerações de John Cotton. O principal aspecto que o pentamonarquista retoma das obras de Cotton foi a sua concepção legislativa pautada nas Escrituras, que fazia da Bíblia um guia para a vida jurídica, administrativa e civil. A primeira vez em que Aspinwall parece fazer uso desse recurso pode ser notada em *A Premonition of Sundry Sad Calamities Yet to Come*, de 1654, no qual o pentamonarquista indica aos seus leitores a necessidade de preferir as leis divinas às leis mundanas e, para isso, era preciso

⁴⁸ CAPP, Bernard. *Op. cit.*

[(...) revisar o que lhes foi comentado pelo fiel servo de Cristo (eu quero dizer o Sr. Cotton) e pesar consigo mesmos se as Leis de Cristo não são igualmente sábias, completas e perfeitas tocando tanto na administração civil do Julgamento e da Justiça na República, como nos assuntos que concernem a sua Igreja; e se assim, então sejam persuadidos no Senhor a tomar suas Leis como suas, e fazer delas sua *Magna carta*⁴⁹.

Esse texto de Aspinwall foi reimpresso por Livewell Chapman em 1655, mas com um título diferente, *Thunder from Heaven*⁵⁰. No mesmo ano, o pentamonarquista pediu a Chapman que reeditasse o já citado tratado *An abstract of laws and government* de Cotton. A publicação de Chapman contou com um prefácio de Aspinwall, apresentando-a em um contexto diferente daquele no qual fora produzido. No momento desta reedição, mais interessava a Aspinwall os projetos profético-políticos dos pentamonarquistas do que os debates sobre a formação do governo colonial, por isso, o autor reforçou os aspecto milenaristas do texto de Cotton⁵¹.

Ainda em 1655, Chapman publicou outro texto do autor, organizado e prefaciado pelo astrólogo e matemático milenarista Thomas Allen. A obra, chamada *An Exposition Upon The Thirteenth Chapter of the Revelation*⁵², tratava-se de uma coletânea de sermões pregados pelo colono entre novembro de 1639 e fevereiro de 1640 em Boston. Retomada nos anos 1650 em meio ao turbulento contexto do Protetorado de Cromwell, a obra foi ressignificada, ao ser publicada e difundida por uma livraria dissidente, provavelmente, sendo lida por pentamonarquistas e outros grupos milenaristas.

⁴⁹ ASPINWALL, William. *A premonition of sundry sad calamities yet to come. Grounded upon an Explication on twenty fourth Chapter of ISAIAH*. London: Printed for Livewell Chapman, and are to sold [sic] at the Crown in Popes-head-alley, 1654. p.38. Tradução livre: "(...) to revise what was commented to you by that faithful servant of Christ (Mr. Cotton I mean) and weigh with your selves whether Christs Laws be not equally as wise, compleat and perfect touching else civil administrations of Judgement and Justice in the Common-wealth, as in the matters that concern his Church; and if so, then be perswadd in the Lord to take his Laws for yours, and make them your *Magna charta* ".

⁵⁰ ASPINWALL, William. *Thunder from heaven against the back-sliders and apostates of the times*. London: Printed for Livewell Chapman, and are to be sold at the Crown in Popes-head-alley, 1655.

⁵¹ COTTON, John. *An abstract of laws and government wherein as in a mirrou may be seen the wisdom& perfection of the government of Christs kingdome accomodable to any state or form of government in the world that is not antichristian or tyrannicall / collected and digested ... by John Cotton ... ; and now published after his death by William Aspinwall*. London: Printed by M.S. for Livewel Chapman, 1655.

⁵² COTTON, John. *An exposition upon the thirteenth chapter of the Revelation*. London: Printed by M.S. for Livewel Chapman, 1655.

Um exemplo dessa releitura de Cotton encontra-se na produção de Aspinwall, um dos leitores e conhecidos do calvinista. O pentamonarquista provavelmente utilizou ambos os textos de Cotton publicados em 1655 e as discussões coloniais das quais participou para a escrita de seu tratado *The Legislative Power is Christ's Peculiar Prerogative*, no qual propôs a utilização das Escrituras como instrumentos legislativos, jurídicos, administrativos e políticos⁵³, aproximando-se das concepções jurídico-proféticas de John Cotton. Mas indo além das propostas do colono, Aspinwall arquitetava como esse aparato administrativo baseado na Bíblia poderia auxiliar na aceleração e efetivação da Quinta e Última Monarquia de Cristo.

Considerações finais

Tendo em vista as questões trazidas pela reflexão acerca das relações entre as obras de John Cotton e William Aspinwall, bem como das atividades livrescas de Hannah Allen e Livewell Chapman, podemos identificar o profícuo intercâmbio de ideias e textos entre a Nova e a Velha Inglaterra. Esse caso nos indica que essa interação não ocorria de modo unilateral, quase como uma transposição de ideias originadas na metrópole em direção à colônia. Ao contrário disso, podemos observar uma relação mais complexa e plural, na qual a América do Norte era um espaço de grandes debates político-religiosos que adentraram a Inglaterra revolucionária por vias diversas, sobretudo, pelas publicações.

De fato, a maioria dos textos e sermões escritos e pensados na América Inglesa foi publicada apenas na Inglaterra. No caso das obras de John Cotton é interessante observar que nenhuma delas foi lançada na colônia. Jonathan Field chama atenção para essa questão, apontando que

(...) tudo que apareceu sob seu nome [o de Cotton] desde depois da sua migração até a sua morte, e além, foi

⁵³ ASPINWALL, William. *The legislative power is Christ's peculiar prerogative*. London: Printed for Livewell Chapman, at the Crown in Popes head alley, 1656.

produto de uma mensagem performatizada por outra pessoa. Esses mensageiros, contudo, não requeriam o consentimento de Cotton ou seu mesmo reconhecimento. Mesmo sob a melhor das circunstâncias, seus manuscritos enfrentaram uma longa série de etapas intermediárias, o que poderia impedir, distorcer ou desacreditar seus pronunciamentos⁵⁴.

Ainda que isso indique que há diversas interferências nas obras de John Cotton que conhecemos, elas não anulam as suas contribuições⁵⁵. Mas mais do que isso, no que toca o escopo desse texto, considerar que as palavras de Cotton foram constantemente modificadas por aqueles que as publicavam deixa ainda mais evidente o processo de apropriação que elas sofreram ao serem lidas e mobilizadas em um contexto diverso do qual as produziu. Ao serem impressas na Inglaterra revolucionária, seus sentidos transformaram-se para acomodarem as demandas daqueles que as liam.

E considerando, ainda, a leitura como uma *prática* "(...) inventiva e criadora"⁵⁶, as apropriações das ideias de Cotton pluralizam-se. Os textos não são estáticos, mas reinventados a partir de diferentes interpretações e leituras. Apresentadas em um novo ambiente, as reflexões de John Cotton (ou as suas reflexões em conjunto com as interferências realizadas pelos seus copistas, impressores, editores, entre outros) foram retomadas mais vezes, pelas mãos de diversos sujeitos, entre eles Hannah Allen, Livewell Chapman e William Aspinwall.

Ainda que os textos de Cotton possuísem em sua origem proposições escatológicas, suas ideias saíram de um período no qual se procurava consolidar um governo civil em outro continente, percebido como uma Nova Jerusalém.

⁵⁴ FIELD, Jonathan Beecher. *Errands into the Metropolis: New England Dissents in Revolutionary England*. Hanover: Dartmouth College Press, 2009. p.19. Tradução livre: "(...) everything that appeared under his name after from his migration to his death, and beyond, was the product of an errand performed by someone else. These errands, however, did not require Cotton's consent, or even his cognizance. Even under the best of circumstances, his manuscripts faced a long series of intermediate steps, which could delay, distort, or discredit his pronouncements."

⁵⁵ *Idem*, p.23.

⁵⁶ CHARTIER, Roger. *Formas e Sentido*. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas: Mercado das Letras, 2003. "Leituras Populares", p.154.

Suas considerações foram, então, utilizadas e repensadas em um momento de experimentação de modelos políticos, de crise e de guerras civis, nas quais proliferavam reflexões político-religiosas que propunham apresentar soluções para as crises inglesas. Para William Aspinwall, possivelmente, esses textos foram fundamentais para conceber seus projetos pautados em anseios proféticos de que o Milênio estava por vir e que era possível, e necessário, agir para efetivá-lo.

De norte a sul do país:

edição e circulação de livros na viagem de um autor pelo Brasil afora

ALEXANDRA LIMA DA SILVA*

O horizonte deste trabalho é analisar os significados da viagem empreendida por Rocha Pombo ao norte do Brasil no ano de 1917. O objetivo é indicar o trânsito do autor pelos diferentes estados brasileiros como uma estratégia editorial. Se muitos foram os viajantes que percorreram o Brasil, defende-se que uma das singularidades do viajar na experiência de Rocha Pombo foi a motivação em relação à ampliação do mercado consumidor e leitor das obras deste, publicadas por diferentes editores, dentre os quais podem ser destacados os nomes de Benjamin de Águila e dos irmãos Weiszflog. O autor almejava reverter a situação de dificuldade que a edição da História do Brasil, ilustrada causara a ele e ao

* Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bacharel, licenciada e mestre em história social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente, é professora adjunta do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

editor em termos de crítica e público. Procurava também, ampliar as fronteiras e os contatos em relação às suas recém-lançadas obras junto a Weiszflog Irmãos. Em suma, a excursão de um autor pode auxiliar no entendimento dos conflitos e competições do mercado editorial no período, com especial atenção à expansão do público escolar e às diferentes ações dos editores no sentido de ampliar a circulação de livros de norte a sul do país.

Nascido em 1857, na cidade de Morretes, interior do atual estado do Paraná, sul do Brasil, José Francisco da Rocha Pombo, ainda muito jovem, ingressou no magistério das primeiras letras e na escrita de periódicos, publicando artigos relacionados à instrução. Mudou-se para o Rio de Janeiro, então capital da República em 1897, onde passou a frequentar os círculos intelectuais da cidade, em esforços diversos para sobreviver e se estabelecer no campo intelectual. Foi poeta, contista, dicionarista, historiador, professor de História do *Pedagogium*, da Escola Normal, do Colégio Batista, membro do Instituto Histórico e Geográfico e jornalista. Faleceu aos 75 anos, quando acabara de ser eleito para a Academia Brasileira de Letras, sem tomar posse. Até finais do século XIX, era pouco conhecido nos meios intelectuais consagrados, estando fora do circuito da capital federal. Tal marginalidade era tamanha, que o dicionarista de perfis biográficos, Sacramento Blake, escreveu a seu respeito: “José Francisco da Rocha Pombo nasceu em Morretes, atual estado do Paraná, a 4 de dezembro de 1857. Nada mais sei a seu respeito, senão que escreveu...”¹ destacando, neste ponto, as obras : *Ao povo*; *A religião do Belo*; *A supremacia do Ideal*; e o requerimento e memorial para a criação da universidade do Paraná. Na tentativa ampliar seu círculo de contatos e prestígio social, mudou-se no ano de 1897 para o Rio de Janeiro, a capital federal, junto da esposa, Dona Carmelita Azambuja da Rocha Pombo e dos três filhos (Victor da Rocha Pombo, Julia da Rocha Pombo Bond e Regina da Rocha Pombo) . A partir de então, seu campo de produção passa a centrar-se na escrita de obras de cunho historiográfico e na

¹ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, p.70.

imprensa, e também, no magistério, uma vez que não poderia sustentar-se somente da pena, aspiração de muitos dos intelectuais do período².

No ano de 1917, durante quase cinco meses pelo Brasil afora, Rocha Pombo percorreu um total de onze estados do então norte do Brasil: Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Pará, e Amazonas. Se muitos foram os viajantes que percorreram o Brasil, defende-se que uma das singularidades do viajar na experiência de Rocha Pombo foi a motivação em relação à ampliação do mercado consumidor e leitor das obras deste, publicadas por diferentes editores, dentre os quais podem ser destacados os nomes de Benjamin de Águila e dos irmãos Weiszflog. O autor almejava reverter a situação de dificuldade que a edição da *História do Brasil*, ilustrada causara a ele e ao editor em termos de crítica e público. Procurava também, ampliar as fronteiras e os contatos em relação às suas recém-lançadas obras junto a Weiszflog Irmãos.

Em 1905, Rocha Pombo começou a escrever e publicar sua primeira *História do Brasil*, sendo os 3 primeiros volumes, editados pela Livraria Saraiva. A partir do IV número, coube a Benjamin Águila, amigo do paranaense, dar continuidade à publicação da obra, que seria concluída apenas no ano de 1917, totalizando 10 grossos volumes. Nesse período de elaboração da *História do Brasil*:

Rocha Pombo vive a experiência de escritor assalariado, contratado pelo Editor Benjamin de Aquila (sic), que o remunera por fascículo produzido. Alguns críticos insistem que este trabalho foi estendido por mais de dez anos, pois era uma forma de garantir sua sobrevivência³.

² Com relação à vida intelectual e literária no Brasil do contexto do final do século XIX e décadas iniciais do século XX, os estudos têm evidenciado o caráter “polimórfico e polifônico” da categoria, sobretudo no que tange ao ecletismo e à diversidade nas frentes de atuação. Neste sentido, são importantes referências: PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo, Ática, 1990; SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões e criação cultural Primeira República*. 1ª edição, 1983. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

³ BEGA, Maria Tarcisa Silva. “No centro e na periferia: a obra histórica de Rocha Pombo”. In: LOPES, Marcos Antônio. (org). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 489.

Mas quem foi Benjamin de Águila? Há certo silenciamento e ausência nos estudos sobre livros e mercado editorial no que tange à experiência de Benjamin de Águila. A respeito deste editor, não localizei estudos específicos. Numa referência importante, como a publicação de Laurence Hallewell, intitulada *O Livro no Brasil*,⁴ por exemplo, sequer é citado. Com relação aos livros de Rocha Pombo que publicou, cito os últimos números da *História do Brasil*, bem como, a segunda edição do *Compêndio de História da América*, em 1925. Sabe-se que foi um importante articulador e editor de algumas das obras de Rocha Pombo, e nas palavras de Carlos Maul, foi:

Um amigo, de algum dinheiro e nenhuma ambição, investiu a sua pequena fortuna na impressão dessa obra em dez volumes alentados: Benjamin de Águila, improvisado editor que se limitou a lançar a maior e mais completa de quantas “Histórias” já se organizaram no Brasil. O que hoje é raridade bibliográfica só acessível aos abastados, vendia-se em fascículos a preços módicos⁵.

Analisando diários oficiais, consegui mapear alguns dados importantes sobre Benjamin de Águila. Em finais do século XIX, Benjamin realizou uma transferência de firma de sua charutaria, situada à Rua do Catete, nº125, que passou a pertencer a Manuel Caetano Lomba⁶. Com o término da charutaria, passou a dedicar-se ao ramo da “exploração de obras literárias”. Associou-se com Joaquim Ignacio da Fonseca Saraiva⁷, em 1906, na Rua da Assembleia, “com o capital de 20:000\$, sob a firma J. Fonseca Saraiva & Comp”⁸.

⁴ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil. Sua história*. São Paulo: EdUSP, 2005. (2ª edição revista e ampliada).

⁵ MAUL, Carlos. “O maior historiador do Brasil”. In: *Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro, nº 225, de fev de 1950, p. 4.

⁶ *Diário Oficial*, 06/03/1896, p. 1134.

⁷ Joaquim Ignácio da Fonseca Saraiva era imigrante português, nascido na província de Trás-os-Montes. “Em 13 de dezembro de 1914, após duas décadas morando no Brasil, fundou a empresa Saraiva & Cia., um pequeno estabelecimento de comércio de livros usados”. É interessante frisar que antes da fundação da Saraiva & Cia, Joaquim Ignácio já possuía experiência no negócio de livros, conforme apreendido na análise da parceria que estabeleceu com Benjamin de Águila. As informações biográficas a respeito de Joaquim foram consultadas em: <http://www.saraivari.com.br/port/perfil/historico.asp> [12/08/2012].

⁸ *Diário Oficial*, 10/01/1906, p.180.

A composição de sociedades era uma característica presente no mercado editorial do período, o que “poderia ser uma alternativa neste ramo de negócio, pois injetava algum capital, podendo-se ampliar as casas e promover mudanças para endereços mais ‘nobres’”, além de serem uma estratégia de sobrevivência em épocas de crise⁹. Já em 1908, Benjamin de Águila registrou firma própria, com seu nome¹⁰. Em 1910, já se encontrava “estabelecido à Rua do Carmo, nº 19, sobrado, com negócio de livros e edições de obras literárias, oferecendo à venda exemplares do livro denominado *Chorografia do Distrito Federal*”¹¹.

Muitas foram as ações de Benjamin de Águila no negócio dos livros, da edição à divulgação e circulação dos livros por ele publicados e vendidos. Em requerimento ao serviço de Informações e Biblioteca, por exemplo, pedia permissão para entregar à biblioteca do ministério vinte exemplares do 5º volume da *História do Brasil*, de Rocha Pombo, “sob a alegação de haver o mesmo ministério tomando 20 assinaturas, já tendo entregues e pagos os quatro primeiros volumes”¹². Os requerimentos pedindo a compra de material e aquisição de livros foram constantes junto ao Serviço de Informação e divulgação¹³:

Sr. Diretor do Serviço de Informações e Divulgação:

Comunico-vos, para os devidos fins, que o Sr. Ministro, em despacho de 9 do corrente mês, resolveu autorizar-vos a adquirir da firma Benjamin de Águila, vinte exemplares do 6º volume da *História do Brasil*, de Rocha Pombo, pela importância total de 400\$ (ofício n. 3.662).¹⁴

⁹ SILVA, Alexandra Lima da. *Op. Cit.* p. 42.

¹⁰ *Diário Oficial*, 13/03/1908, p. 1828.

¹¹ *Diário Oficial*, 26/06/1910, p. 4923.

¹² *Diário Oficial*, 23/05/1911, p. 6224.

¹³ *Diário Oficial*, 27/05/1912, p. 6987; *Diário Oficial*, 21/01/1913, p. 1054;

¹⁴ *Diário Oficial*, 21/01/1913, p. (ilegível).

Além de alguns livros de Rocha Pombo, o editor também publicou outras obras, de diferentes autores, conforme se verifica:¹⁵

Quadro 1: Livros editados por Benjamin de Águila

AUTOR	TÍTULO	ANO
BATISTA, Benjamin	<i>Anatomia Descritiva da Cabeça</i>	1910
MARQUES, Silva	<i>Elementos de Direito Publico e Constitucional</i>	1911
GRIECO, Agripino	<i>Estatuas Mutiladas</i>	1913
DUQUE, Gonzaga	<i>Horto de Mágoas</i>	1914
MARQUES, Silva	<i>Princípios de Sucessões</i>	1915
OLIVEIRA, Arthur Vasco Jatabaiana de	<i>Princípios de Sucessões e Testamentos</i>	1910
BARROSO, Gustavo	<i>Terra de Sol</i>	s/d
BARROSO, Gustavo	<i>Terra de Sol Natureza e Costumes do Norte</i>	1912
NABUCO, Joaquim	<i>Discursos e conferencias nos Estados Unidos</i>	1911
SANTOS, Antônio Noronha	<i>Chorographia do Districto Federal: cidade do Rio de Janeiro</i>	1907
MARQUES, SILVA	<i>Discursos políticos, com uma introdução sobre o governo Nilo Peçanha.</i>	1913
POMBO, Rocha	<i>Compêndio de História da América</i>	1925 (2ª Ed.)

De acordo com Carlos Maul, “foi com a apresentação de Rocha Pombo que Agripino Grieco obteve de Águila a publicação de sua bela e fascinante coleção de *Contos Estátuas Mutiladas*.”¹⁶ A relação de confiança e amizade estabelecida entre Rocha Pombo e o editor parece ter sido essencial para o aumento do catálogo de autores que publicaram junto a Benjamin de Águila.

Várias foram as ações do referido editor no sentido de obter recursos e apoios em relação à *História do Brasil*. Enviava bilhetes de natal e ano novo para personalidades influentes, ou ainda, cartas mais explícitas, solicitando apoio¹⁷:

¹⁵ Quadro inconcluso, elaborado a partir da busca e mapeamento em instituições de pesquisa, como Arquivo Nacional, Fundação Casa de Rui Barbosa, Biblioteca da Academia Brasileira de Letras e site Estante Virtual. (www.estantevirtual.com.br).

¹⁶ MAUL, Carlos. *Op. Cit.*, p. 4.

¹⁷ Em 1913, Adherbal de Carvalho (1872-1915) enviou carta a Rui Barbosa “apresentando Benjamin de Águila, editor da História do Brasil de Rocha Pombo”. Carta de Adherbal de Carvalho a Rui Barbosa, 1913.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1914.

Exm. Sr. Conselheiro Senador Rui Barbosa,

peço a V. Ex. que me perdoe a ousadia que tomo em dirigir esta a V. Ex., mas as circunstâncias e dificuldades em que me vejo para levar ao fim a pesada empresa que tomei sobre os meus ombros, obrigam-me a isso. Tenho ouvido dizer que o nosso velho imperador, uma ocasião salvou de apuros um negociante, metendo-o num carro aberto e dando com ele um passeio pela cidade. Pois amparo semelhante a este tenho eu esperança que V. Ex. (...) fará, escrevendo o artigo que me prometeu sobre a nossa *História do Brasil*, chamando assim sobre ela a atenção do público. Convite que um movimento desta natureza está muito no coração de V. Ex., espero que V. Ex., embora com sacrifício, preste mais este serviço a pátria e as nossas letras, salvando-me também das angústias de não poder dar conta até o final do pesado encargo que me propus. Desde já comovido de gratidão pelo serviço que nos vai prestar, beija-lhe as mãos o mais humilde dos admiradores de V. Ex.

Benjamin de Águila¹⁸

Pelo tom de abertura da carta, pode-se aferir que não se tratava de uma correspondência entre amigos, uma vez que o editor de imediato, se desculpa pela “ousadia” ao dirigir-se a um senador para pedir favores. Todavia, é possível afirmar que já havia relação prévia entre as partes, uma vez que o remetente escreve para recordar ao destinatário, da promessa anteriormente feita, no sentido de que este faria um artigo que chamaria a atenção do público para a *História do Brasil*.

Arquivo pessoal, Correspondências usuais; Cartas e cartões a Rui Barbosa, Fundação Casa de Rui Barbosa. Depois dessa apresentação, o próprio Benjamin enviou ao senador, bilhetes desejando feliz natal, feliz ano novo, como faziam muitos outros.

¹⁸ Carta de Benjamin de Águila a Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 18/07/1914. Arquivo pessoal, Correspondências usuais; Cartas e cartões a Rui Barbosa, Fundação Casa de Rui Barbosa.

Por sua vez, em carta escrita no ano de 1916, o editor não solicita apenas a recomendação da obra, mas principalmente, ajuda financeira para concluir a coleção:

Ex. Sr. Conselheiro Dr. Rui Barbosa,

Tenho a honra de apresentar a V. Ex. as minhas respeitadas saudações. Peço vania a V Ex. para vir a sua presença solicitar o amparo moral de que carece a minha empresa.

Senhor! Há cerca de 12 anos tomei sobre os meus fracos ombros o compromisso de dotar o país de uma obra digna de sua grandeza, tal como é a nossa “História do Brasil” de Rocha Pombo, que V. Ex. conhece. Acontece que, agora, devido às causas da maldita guerra que ensanguenta o mundo, vejo-me em dificuldades para concluir a minha missão. Na atualidade não vejo ninguém que melhor possa avaliar dos sacrifícios feitos nesse longo período de 12 anos, para levar a efeito um empreendimento de tal magnitude, do que V. Ex., que a grande alma que anima hoje a vitalidade deste país em todas as esferas. Por isso, venho implorar de V. Ex. esse amparo de que careço para poder concluir aquela publicação. Não me parece justo, que depois de tantos sacrifícios, sucumba quase ao fim da jornada, pois faltando apenas dois volumes para a conclusão da obra, dói a de levar ao fim por falta de recursos momentâneos e isto depois de ter despendido cerca de 300 contos de reis. Senhor! Recorro à generosidade de V. Ex. pedindo que: como intelectual, como brasileiro, como patriota e como senador da república, não me negue o amparo de V. Ex. e as nossas letras. Tenha, pois, piedade de quem tão humildemente procura se acolher na grandeza de sua sombra, na magnanimidade do seu coração e do seu elevado e culto espírito. Certo de que V. Ex. me perdoará a ousadia deste grito de angústia, aguardo a honra de sua resposta e peço licença para subscrever-me.

Benjamin de Águila,
Rio, 12 de agosto de 1916¹⁹.

¹⁹ Carta de Benjamin de Águila a Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 12/08/1916. Arquivo pessoal, Correspondências usuais; Cartas e cartões a Rui Barbosa, Fundação Casa de Rui Barbosa.

Nesta carta, mais do que pedir, Benjamin de Águila suplica ajuda financeira do senador Rui Barbosa. Nas palavras do editor, a empreitada de publicar uma obra em dez volumes estaria pesando demais em seus ombros, que já estariam cansados, após doze anos de labuta em torno da publicação da *História do Brasil*.

Ao total foram enviadas quatro cartas a Rui Barbosa nos anos de 1912, 1913, 1914 e 1916, através das quais se torna possível compreender a importância da atuação do editor em relação à publicação dos livros de Rocha Pombo. As correspondências de Benjamin de Águila são importantes também, porque ajudam a trazer elementos sobre este sujeito, uma vez que não foram localizados estudos específicos, biográficos ou verbetes de dicionário a seu respeito, do qual, pouco se fala. De acordo com o citado artigo de Leôncio Correa para o *Correio da Manhã* do Rio, a viagem empreendida por Rocha Pombo em 1917, objeto do presente estudo, ocorreu exatamente para ajudar o “editor amigo”, pois:

Ora, aconteceu que, por motivo da grande guerra 1914-1918, tendo o papel escasseado e encarecido fabulosamente, ficou seriamente ameaçada a continuação da tarefa. Menos para salvar seu trabalho do que para poupar prejuízos inestimáveis ao editor, que tão dele amigo se mostrara, ei-lo de partida para o norte do país, a solicitar dos governos estaduais a aquisição do seu trabalho. Aparentemente, Rocha Pombo fazia propaganda de si mesmo; realmente e nobremente, zelava pelos interesses do amigo, seu editor²⁰.

Mas de qual editor Leôncio Correa estava falando? Os indícios apontam para Benjamim de Águia, mas é importante salientar que Rocha Pombo não foi um autor de apenas um editor, tendo publicado seus livros nas mais diferentes editoras: Laemmert; Francisco Alves²¹; Garnier²²; Magalhães & Moniz²³; J. F.

²⁰ CORREA, Leôncio. “O confronto Rocha Pombo–Emílio de Menezes”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 2 de abril de 1944. Disponível em: *Rumo Paranaense*, ano III, 1977, p. 9.

²¹ POMBO, Rocha. *Dicionário de sinônimos da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

Saraiva editor²⁴; Weiszflog²⁵. Todavia, qual o significado desse ecletismo e variedade de editores no caso Rocha Pombo?

A meu ver, a incursão do intelectual paranaense em diferentes casas editoriais relaciona-se a vários aspectos, dentre os quais, a luta para sobreviver economicamente, através da palavra escrita, uma vez que, “a construção do lugar social do escritor profissional, do autor que pode viver de seus direitos autorais ou, ao menos, que tenha remuneração digna pelo seu trabalho, como acesso a contratos justos, é um longo processo de lutas, de várias gerações”²⁶.

Ademais, o paranaense teve obras publicadas tanto por editoras “jovens” no mercado, como nas mais renomadas, como Garnier, Laemmert e Francisco Alves. De acordo com Alessandra El Far, “dizia-se na época que B. L. Garnier não publicava o primeiro livro de ninguém. Para conseguir o selo editorial de sua livraria, era preciso antes conquistar o apreço dos críticos literários, assinar colunas na grande imprensa ou ter algum destaque na vida política do país”²⁷. Ainda com respeito ao mercado editorial, entre finais do século XIX para e princípios do século XX, é importante salientar que:

a existência de editores “menos conhecidos” hoje, e talvez, de capital “mais modesto” na época, demonstre não somente a expansão de um mercado, como também, a possibilidade de publicação de autores sem muita expressão no mercado, uma vez que editoras como Laemmert e Garnier não publicavam obras de autores sem “nome” e “status”(…)²⁸

Convém acrescentar que no mesmo ano de 1917 vieram a público, além do último volume da *História do Brasil ilustrada*, editada por Benjamin Àguila, o

²² *Idem. História da América, para escolas primarias*. Rio de Janeiro: Garnier, 1903; *No Hospício*. Paris; Rio de Janeiro: H. Garnier, 1905.

²³ *Idem. Contos e pontos*. Porto: Magalhães & Moniz, 1911.

²⁴ *Idem. História do Brasil, ilustrada*. Volumes I, II, III. Rio de Janeiro: J. F. Saraiva editor, 1905.

²⁵ *Idem. Nossa Pátria: narração dos fatos da História do Brasil através da sua evolução*. São Paulo: Weiszflog, 1917.

²⁶ BRAGANÇA, Aníbal. “A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil”. In: ABREU, Márcia (org). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1999, p. 458.

²⁷ EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006, p.21.

²⁸ SILVA, Alexandra Lima da. *Op. Cit.*, p. 47

livro *Nossa pátria*, narração dos fatos da história do Brasil, através da sua evolução, destinado “às crianças e homens simples do povo”. Ora, todo este conjunto de elementos, a meu ver, corroborou com a viagem empreendida ao norte do Brasil, sobretudo, pela possibilidade de divulgar as obras recém-lançadas pelo Brasil afora, além da possibilidade de acordos para a adoção das mesmas nas instituições de ensino diversas. Com respeito a isso, o autor da *História do Brasil* estabeleceu contatos prévios com as pessoas das cidades que pretendia visitar, por meio, mais uma vez, da troca de correspondências, como podemos verificar nas páginas de suas notas de viagem:

O cônego Pennafort²⁹ é um dos mais notáveis vultos da intelectualidade do norte. Tem-se dedicado largamente ao estudo das línguas indígenas, e do problema de nossa pré-história, havendo publicado várias obras muito estimadas. Tinha eu já com ele relações diretas de correspondência; e alguns dias de minha chegada a Belém, tive a fortuna de abraçá-lo³⁰.

Além estreitar laços, a necessidade de aprofundar a pesquisa em arquivos também motivou a excursão de Rocha Pombo, no sentido de incrementar a escrita da próxima *História do Brasil*, uma edição comemorativa do centenário da independência, sendo de certa forma, um movimento de combate às críticas e visões sobre o seu trabalho, como estas:

(...) Rocha Pombo, por impossibilidade de recorrer aos arquivos da Europa, e por escassez de tempo confessada para frequentar os arquivos nacionais, ficou reduzido na elaboração de sua *História do Brasil* à contingência de aproveitar o que outros prepararam (...)³¹

²⁹ Cônego Raymundo Ulysses de Albuquerque Pennafort, nascido no Ceará em 1855, é autor de diversos livros, dentre os quais: *A filosofia positiva* (1881); *Quadro sinóptico dos nomes indo-brasileiros para sua reivindicação e pororocas* (1899); *Brasil Pré-Histórico* (1900) Cf: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. 7 v.

³⁰ POMBO, Rocha. *Op. Cit.* 1918, pp.247-248.

³¹ GARCIA, Rodolfo. *A posse de Rodolfo Garcia na Cadeira de Varnhagen*. São Paulo: Melhoramentos, 1935.

Ou ainda:

Rocha Pombo escreveu uma grande história prolixa em dez ou doze grossos volumes, nunca lidos e provavelmente ilegíveis; é o mais pesado, volumoso e todavia o mais estéril. Duvido muito que o presente ou o futuro lhe deem um lugar conspícuo entre os nossos historiadores. Falta-lhe o senso crítico fora dos caminhos batidos pelos historiógrafos. O melhor adjetivo que lhe concedem é chamá-lo de operoso³².

Em suma, conforme salientado por Ivan Norberto dos Santos, “a *História do Brasil, ilustrada*, teve, na sua primeira edição, tanto um mau desempenho junto ao público quanto uma péssima recepção por parte da crítica”.³³ Desse modo, tenho o entendimento de que na bagagem de ida, Rocha Pombo levava sonhos, projetos, mas carregava também, algumas desilusões, associadas ao amargo silêncio em torno de sua produção, além das pesadas críticas à sua obra de maior fôlego, a *História do Brasil, ilustrada*.

Pelo exposto até aqui, tentei demonstrar como a experiência anterior à travessia empreendida em 1917 é fundamental para a compreensão de suas motivações diversas. Para além de um projeto ou uma iniciativa individual, a viagem foi fruto de conflitos, associações, acordos, interesses, em que, Rocha Pombo tentava imprimir em sua narrativa de viagem somente a lógica do sacrifício e da motivação pessoal para conhecer e escrever um Brasil maior, real, verdadeiro. Seguindo os ensinamentos de Michel de Certeau³⁴, e interrogando os silêncios e não-ditos no operar com as fontes, temos a hipótese de que almejava reverter a situação de dificuldade que a edição da *História do Brasil, ilustrada* causara a ele e ao editor em termos de crítica e público, buscando ampliar as fronteiras e os contatos em relação às suas recém lançadas obras junto a Weiszflog Irmãos, e em busca, principalmente, de aceitação entre o

³² RIBEIRO, João. “Crítica: Historiadores”. *Obras de João Ribeiro*. vol. VI. Rio de Janeiro: Publicações da ABL, 1961, p. 32.

³³ SANTOS, Ivan Norberto dos. *A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República*, Dissertação de Mestrado (História), UFRJ, 2009, p. 111.

³⁴ CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 58.

público “popular” e também, entre os pares, nos círculos de “homens de letras” de norte a sul do país, na luta pela consagração e legitimação no sentido amplo.

Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas quando chegou ao Rio de Janeiro, tendo inclusive, sido reprovado no concurso de 1906 para o Colégio Pedro II, Rocha Pombo, conseguiu se estabelecer como professor em algumas instituições como *Pedagogium*, Escola Normal, Escola Superior de Comércio, Colégio Batista. Todavia, a legitimação e aceitação enquanto autor de livros de caráter histórico foi mais difícil. No capítulo seguinte, buscarei adentrar nos trajetos da viagem, tendo como preocupação, compreender as visitas e encontros diversos como parte do alargamento das redes de sociabilidade do viajante, em busca de legitimação e visibilidade de suas obras.

A viagem como estratégia editorial

A excursão empreendida ao norte do Brasil possibilitou a divulgação as obras recém-lançadas pelo Brasil afora, além da possibilidade de acordos para a adoção das mesmas nas instituições de ensino diversas. Com respeito a isso, o autor da *História do Brasil* estabeleceu contatos prévios com as pessoas das cidades que pretendia visitar, por meio, mais uma vez, da troca de correspondências, como podemos verificar nas páginas de suas notas de viagem:

O cônego Pennafort é um dos mais notáveis vultos da intelectualidade do norte. Tem-se dedicado largamente ao estudo das línguas indígenas, e do problema de nossa pré-história, havendo publicado várias obras muito estimadas. Tinha eu já com ele relações diretas de correspondência; e alguns dias de minha chegada a Belém, tive a fortuna de abraçá-lo. (POMBO, 1918, pp.247-248).

Os relatos de Rocha Pombo também mostram preocupação com a circulação e usos de livros didáticos, o que possibilita esboçar indícios da própria circulação de livros e impressos em falas como esta, em que “não me lembro bem se ali encontramos, como em outras capitais, as cartas de Weiszflog ensino intuitivo”. Outros trechos reforçam o argumento em favor do interesse do viajante pelos livros didáticos, como na ocasião em que visitou o grupo escolar

Barão de Maroim, dirigido pelo Dr. Mario Menezes onde “vi as coleções Weiszflog para o ensino intuitivo”. (POMBO, José Francisco da Rocha. *Op. Cit.*, 1917, p. 128).

Ou ainda: “quando fui despedir-me do Dr. Matta, quem me veio receber no jardim, e muito ancho de alegria, foi o pequeno Arnaldo, dizendo-me logo que tinha lido já o *Nossa Pátria*, e abraçando-me carinhoso”(*Ibidem*, p. 206).

Ademais, interrogo: por que o viajante buscava e evidenciava apenas os livros da editora Weiszflog? Não teria observado livros de outros autores e editores? A ênfase nos livros da recém-criada Weiszflog pode ser uma estratégia no competitivo mercado editorial, conforme também salientado por Fernanda Lucchesi: “Vale a pena lembrar que a Cia. havia entrado no mercado competitivo dos livros didáticos apenas em 1916. Assim, parece haver uma grande mobilização por parte da Melhoramentos para uma inserção vantajosa nesse mercado”³⁵. A escolha de Rocha Pombo parece ancorar-se na tentativa de conferir visibilidade à recém-lançada editora, bem como, aos livros editados pela mesma, sendo a obra *Nossa Pátria*, e o próprio Rocha Pombo, um dos investimentos da referida editora. Assim, a própria viagem pode ser pensada enquanto uma estratégia editorial no sentido de, não somente verificar a recepção e circulação dos impressos, como também, tornar mais conhecidos os seus autores.

Uma estratégia da editora Melhoramentos & Cia foi a realização de viagens pelo país, a fim de promover os livros. Neste sentido, José Alves Dias, considerado “um auxiliar prestimoso,” entrou para a editora em 1912, prestando diferentes serviços para a mesma, dentre os quais, “viajava pelo Brasil fazendo a propaganda dos livros da Cia nos estados e estabelecendo relações com a elite intelectual dos lugares por que passava. É ele, por sinal, quem apresenta Pombo aos Weiszflog”. ((LUCCHESI, op. Cit)

³⁵ LUCCHESI, Fernanda. *A história como ideal: reflexões sobre a obra de José Francisco da Rocha Pombo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade de São Paulo, 2004, p. 102.

Considerações finais

A excursão de um autor pode auxiliar no entendimento dos conflitos e competições do mercado editorial no período, com especial atenção à expansão do público escolar e às diferentes ações dos editores no sentido de ampliar a circulação de livros de norte a sul do país. A travessia de um autor, neste sentido, auxilia no entendimento das tensões e competições em torno do mercado editorial no período, com especial atenção ao público escolar, em expansão no país. Tais conclusões se relacionam, em muita medida, ao que já venho perseguindo em minha trajetória desde a dissertação de mestrado, onde relacionei o florescimento do mercado editorial com a produção de livros didáticos, já em meados do século XIX. Ora, se o povo “não lia,” como explicar, então, a existência de autores como Rocha Pombo, com livros publicados em diferentes editoras, com muitas reedições em suas obras?

Desta maneira, uma das questões suscitadas ao término desta caminhada é se a exemplo de Rocha Pombo, outros autores do período se dedicaram às viagens pelo próprio país com o objetivo de verificar a circulação de seus livros, a recepção junto ao público e as possibilidades de ampliação e adoção de suas obras nos diferentes estados.

Referências

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. “No centro e na periferia: a obra histórica de Rocha Pombo”. In: LOPES, Marcos Antônio. (org). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.

BRAGANÇA, Aníbal. “A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil”. In: ABREU, Márcia (org). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1999

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

GARCIA, Rodolfo. *A posse de Rodolfo Garcia na Cadeira de Varnhagen*. São Paulo: Melhoramentos, 1935.

LUCCHESI, Fernanda. *A história como ideal: reflexões sobre a obra de José Francisco da Rocha Pombo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Ivan Norberto dos. *A historiografia amadora de Rocha Pombo: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República*, Dissertação de Mestrado (História), UFRJ, 2009.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil. Sua história*. São Paulo: EdUSP, 2005.

MAUL, Carlos. "O maior historiador do Brasil". In: *Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro, nº 225, de fev de 1950.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo, Ática, 1990.

POMBO, José Francisco da Rocha. *Diccionario de sinônimos da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

_____. *História da América, para escolas primarias*. Rio de Janeiro: Garnier, 1903.

_____. *No Hospício*. Paris; Rio de Janeiro: H. Garnier, 1905.

_____. *Contos e pontos*. Porto: Magalhães & Moniz, 1911.

História do Brasil, ilustrada. Volumes I, II, III. Rio de Janeiro: J. F. Saraiva editor, 1905.

_____. *Nossa Pátria: narração dos fatos da História do Brasil através da sua evolução*. São Paulo: Weiszflog, 1917.

Notas de viagem. Norte do Brasil. Rio de Janeiro: Benjamin de Águila editor, 1918.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões e criação cultural Primeira República.* 1ª edição, 1983. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

O Frei, a modernidade rural e a utilidade dos livros.

Leitores e lugares de circulação de manuais técnicos agrícolas no mundo português do final do século XVIII e início do XIX

JOSÉ NEWTON COELHO MENESES(UFMG)

Frei Veloso, José Mariano da Conceição Velloso, nascido José Velloso Xavier, tem papel importante na tentativa portuguesa de incentivar mudanças na produção agrária do Império, ao final do século XVIII e início do XIX. Tanto D. Martinho de Melo e Castro, ministro de D. Maria I, quanto D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro do Príncipe Regente D. João, após a morte daquele em 1795, tentaram incentivar a produção de novos gêneros comerciais em territórios da Colônia americana. A justificativa para isso era a salvação de uma economia avaliada como decadente. Almejavam produzir na América, produtos exportáveis que estimulassem o comércio português.

Objetivamos neste texto, originário da comunicação oral realizada no “A Cidade das Letras”, I Congresso latino americano da Sharp (Society for the History of Authorship, Reading and Publishing), problematizar o papel do capucho Frei José Mariano da Conceição Velloso como um editor e divulgador de técnicas e de saberes, agindo como um instrumento de mediação entre culturas: à luz de propostas econômico-políticas iluministas, de complexidade ainda por ser melhor explorada, ele elabora um projeto editorial, conjugando matrizes de conhecimento agrícola e de história natural europeias com interesses

econômicos da Monarquia portuguesa. Associa, sobretudo, tais saberes a uma realidade “brasileira” que ele conhece e elege como alvo. Este alvo é, a meu ver claro, mas pouco discutido historiograficamente. Centra-se em dois fatores distintos: o tipo de leitores que deverão ser atendidos e o repertório de leituras que lhes atendem na sua busca produtiva.

O texto a seguir não alcançará as respostas a este problema investigativo aqui colocado com simplicidade. A problematização deste objeto e a sua discussão é seu objetivo preliminar.

Importante, então, para mim, neste momento de pesquisa ainda em andamento é aquilatar, para além deste papel importante de Frei Veloso e de suas iniciativas editoriais, a integração da realidade da América portuguesa a 1) uma produção agrária proposta como importante na economia-mundo deste período e 2) ao diálogo de saberes biológicos-agronômicos no ambiente científico da Europa. A realidade luso-brasileira que me interessa é parte dessa dinâmica e dela participa de forma efetiva.

Foram remetidas para as Capitâneas americanas e, especificamente para a das Minas Gerais, publicações técnicas que buscavam dar novos rumos à produção da agricultura na Colônia. Como exemplos dessas remessas, apresentamos os quadros abaixo que demonstram duas delas ocorridas em 19 de agosto de 1800 e em 22 de outubro do mesmo ano. Na primeira, anexava-se correspondência com os seguintes dizeres:

Por ordem do Príncipe Regente Nosso Senhor, remeto a Vossa senhoria os Impressos que constam da Relação inclusa e se destinam a instruir os povos não só em objetos da agricultura, mas, também, em outros importantes assuntos. Fará pois Vossa senhoria distribuir e vender os mesmos impressos pelos preços que vão apontados na mesma relação e montam 151 \$ 920, remetendo a sua total importância ao Oficial Maior desta Secretaria de Estado, afim de que a Real Fazenda se indenize das despesas que tem feito com a publicação das referidas obras.

Quadro 1
Quadro da Primeira Relação (19/08/1800)

Número de exemplares	Obra	Valor individual	Valor total
50	Volumes 2 ^{os} de Bergman *	1 \$ 400	72 \$ 000
50	Volumes do <i>Fazendeiro de Anil</i> - T. 2	1 \$ 200	60 \$ 000
12	Volumes 2 ^{os} em pasta do <i>Manual do Mineralógico</i>	1 \$ 600	19 \$ 200
6	Elegias F ^{co} Cardozo **	\$ 120	\$ 720
		TOTAL	151 \$ 920

Fonte: Arquivo Público Mineiro/Seção Colonial 290, f. 130; doravante abreviado como APM/SC.

* *Manual do Mineralógico ou Esboço do Reyno Mineral*, de Mr. Torben Bergman, traduzido por Martim Francisco Ribeiro de Andrade Machado e editado por Frei Velloso. Na Oficina de João Procópio Corrêa da Silva, Lisboa, 1799.

** Provavelmente referência ao *Canto Heroico* de José Francisco Cardoso, Professor Régio de Gramática latina na cidade de Salvador, Bahia, escrito em latim e traduzido por Manoel Maria de Barbosa du Bocage: *Ao Serenissimo, piissimo, felicissimo, Principe Regente de Portugal, D. João, Ornament. Prim., Esperança do Brasil e Protector Eximio das letras, Canto Heróico sobre as façanhas dos Portuguezes na Expedição de Tripoli.*

Essa lista tinha em anexo a relação da destinação das caixas de livros:

- 1 caixa Para o Ilmo. e Exmo. Snr. Gen^{ral} desta Capitania
- 1 d^a P^a o Ilmo. e Exmo. Snr. Gen^{ral} de Goyas
- 1 d^a P^a o Ouvidor de V^a R^a
- 2 d^{as} P^a o Ouvidor de Sabará
- 2 d^{as} P^a o Ouvidor do Rio das Mortes
- 2 d^{as} Pa o Ouvidor do Serro Frio
- 1 d^a P^a o Juiz de Fora da Camp.^a
- 1 d^a P^a o Juiz de Fora de Paracatu

Quadro 2

Quadro da Segunda Relação (22/10/1800)

Dos livros que vão por ordem de S. A. R. ao Ilmo. Exmo. Governador General de Vila Rica em um caixote marcado com a Letra C

Nº de exemplares	Obra	Valor individual	Valor total
10	Cultura Americana ¹	1 \$ 800	18 \$ 000
5	Jogos de Bergman ²	2 \$ 400	12 \$ 000
10	Conciderações Candidas ³	1 \$ 000	10 \$ 000
10	Cultura e Opulência do Brasil ⁴	\$ 960	9 \$ 600
3	Tratado das Abelhas em meia pasta ⁵	\$ 960	2 \$ 880
12	Paladios ⁶	\$ 600	7 \$ 200
4	Historia da America ⁷	\$ 600	2 \$ 400
4	Canto Heroico ⁸	\$ 480	1 \$ 920
4	Relações de Tripoli ⁹	\$ 80	\$ 320
20	Arvore Asucareira ¹⁰	\$ 240	4 \$ 800
30	Fazend ^{ro} do Caffé T. 3º p ^e 2ª ¹¹	1 \$ 200	36 \$ 000
50	Cultura das Battatas ¹²	\$ 320	16 \$ 000
12	Fazend ^{ro} do Asucar T. 1º p ^e 2ª ¹³	1 \$ 600	19 \$ 200
3	Canaes de Fulton ¹⁴	4 \$ 000	12 \$ 000
3	Caligrafia ¹⁵	\$ 480	1 \$ 440

Fonte: APM/SC 290, f. 203-4

1 - *Cultura Americana que contem huma relação do terreno, clima, producção, e agricultura das colonias britannicas do norte da America, e nas Indias occidentais, com obervações sobre as vantagens, e desvantagens de se estabelecer nellas, em comparação com a Grã-Bretanha, e Irlanda.* Por hum Americano. Traduzida da lingua ingleza pelo bacharel José Feliciano Fernandes Pinheiro; vol 1º [Vol. 2º trad. Por Antonio Carlos Ribeiro de Andrade]; publicado por Fr. José Mariano da Conceição Velloso. Lisboa: Na Off. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1799. Com mapa.

2 - *Manual do Mineralógico ou Esboço do Reyno Mineral disposto segundo a analyse chimica;* por Mr. Torben Bergman;... publicado por Mr. Forber...; traduzido e augmentado de notas por Mr. Mongez, o Moço...; nova edição consideravelmente augmentada por M. J. C. de La Metherie; utilmente traduzido por Martim Francisco Ribeiro de Andrade Machado...; publicado por Fr. Joze Mariano da Conceição Velloso. Lisboa: Na Off. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1800.

3 - *Conciderações candidas e imparciaes sobre a natureza do commercio do Assucar; e importancia comparativa das ilhas britannicas, e francezas das Indias Occidentaes, nas quaes se estabelece o valor e consequencias das ilhas de Santa Luzia e Granada;* trasladada do inglez por Antonio Carlos Ribeiro de Andrade; publicadas por Fr. Joze Mariano da Coceição Velloso. Lisboa: Na Offic. Da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800.

4 - Extracto sobre os engenhos de assucar do Brasil, e sobre o methodo já então praticado na factura destesal essencial, tirado da obra *Cultura e Opulência do Brasil*, para se combinar com os novos methodos, que agora se propoem.... Por Fr. José Mariano da Conceição Velloso. Lisboa: Typographia Chalcographica, e Litteraria do Arco do Cego, 1800.

5 - *Tratado Historico e Fysico das Abelhas*, composto, por Francisco de Faria e Aragão....., por Fr. Joze Mariano da Conceição Velloso. Lisboa: Na Offic. da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800.

6 - *Palladio Portuguez e Clarim de Pallas que annuncia periodicamente os novos descobrimentos, emelhoramentos n`agricultura, artes, manufacturas, commercio, & .* Offerecido aos senhores deputados da Real Junta do Commercio &. Lisboa: Na Officina Patriarchal, 1796.

7 - *Historia Nova e Completa da America, colligida de diversos authores.../* pelo Bacharel José Feliciano Fernandes Pinheiro; publicado por Fr. Joze mariano da Conceição Velloso. Lisboa: Na Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800.

8 - *Canto heroico sobre as façanhas dos portuguezes na expedição de Tripoli... /* por José Francisco Cardoso, Professor Régio de Gramática Latina na cidade da Bahia, e dela natural. Traduzido por Manoel Maria de Barbosa du Bocage. Lisboa: na officinal da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800.

9 - *Relação do modo com que desempenhou o Chefe de divisão Donald Campbell, a Comissão de que o encarregou o Almirante Lord Nelson, na viagem ao Porto de Tripoli, a fim de effectuar a paz entre o baxá daquela regencia, e a Coroa de Portugal.* Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1799.

10 - *Descripção da Arvore Assucareira e da sua utilidade e cultura...* por Hippolyto José da Costa Pereira....Lisboa: Na Typographia Chalcographica, e Litteraria do Arco do Cego, 1800.

11 - Fazendeiro do Caffé

12 - *Tractado sobre a Cultura, Uso, e utilidade das Batatas, ou papas, solanum tuberosum, e instrucção para sua melhor propagação;* por D. Henrique Doyle; Traduzido do hespanhol, ... por Fr. Joze Mariano da Conceição Velloso. Lisboa: Na Typographia e Chalcographica e Litteraria do Arco do Cego; 1800.

Ou

Instrucção sobre a Cultura das Batatas, Traduzida do inglez por ordem superior. Lisboa: Na Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800.

13 -Fazendeiro do Asucar

14 - *Tractado do melhoramento da navegação por Canaes, onde se mostram as numerosas vantagens, que se podem tirar dos pequenos canaes, e barcos de dous até cinco pés de largo, que contêm duas até cinco toneladas de carga, com huma descripção das maquinas precisas para facilitar a condução por agua por entre os mais montanhosos paizes, sem dependencia de comportas, e aqueductos; incluindo observações sobre a grande importância das communicações por agua com reflexões e desenhos para aqueductos, e pontes de ferro, e madeira. Ilustrado com XVIII*

estampas. Escrito na lingua ingleza por Robert Fulton..., traduzido para a portugueza por Antonio Carlos Ribeiro de Andrade Machado da Silva...; publicado por Fr. Joze Mariano da Conceição Velloso. Lisboa:Na Officinada casa Litteraria do Arco do cego, 1800.

15 - Caligrafia

Do palácio de Queluz, em Lisboa, D. Rodrigo enviava mensagens ao Governador Bernardo José de Lorena, como a do texto seguinte, datada de 1º de dezembro de 1800:

Conhecendo o Príncipe Regente Nosso Senhor quanto seria danoso à felicidade e riqueza dos povos dessa Capitania o abandonarem a agricultura e o trabalho das minas para se darem às manufaturas e a uma indústria que apenas reproduz novas riquezas muito superiores ao trabalho que se emprega em os haver; por tão justos motivos manda Sua Alteza Real recomendar a Vossa Senhoria que procure animar muito os povos à Agricultura e ao trabalho das minas e desviá-los das Manufaturas, que nada lhes convém, em quanto as primeiras fontes já citadas da riqueza nacional se não acharem levadas por uma proporcional população ao limite em que seja necessário haver recurso às manufaturas para o emprego dos braços. O mesmo Augusto Senhor é servido que Vossa Senhoria tenha o maior cuidado em não perder de vista este objeto como o mais essencial, nem se afastando de tão necessários princípios.¹

A historiografia tem ressaltado o papel de Frei Velloso na circulação desses Manuais no Reino, sem, no entanto, atentar para a abrangência da circulação de seus textos nos territórios ultramarinos. Vimos que eles chegavam ao sertão americano das Minas Gerais. Resta-nos investigar a abrangência da leitura destes textos técnicos destinados à uma prática produtiva e a uma utilidade aplicável à realidade que se queria mudar.

Ao reconhecer essa destinação prática e útil, Maria de Fátima Nunes e João Carlos Brigola veem Frei José Mariano da Conceição Velloso como um “divulgador de conhecimentos práticos e úteis num projeto editorial de rara

¹ APM/SC. 290, f. 253.

coerência temática”.² Essa coerência temática, talvez se explique pelo ambiente intelectual do frade e sua vocação naturalista, como os mesmos autores ressaltam, mas essas duas condições e a coerência ressaltada não explicam sozinhas a amplitude da circulação destes manuais de agricultura e, principalmente o que queremos problematizar, o projeto editorial amplo de Frei Velloso. Ressalte-se a falta de formação universitária do franciscano e a sua formação autodidata, centrada, entretanto, nos princípios do que poderíamos chamar de cientificidade acadêmica possível na segunda metade do século XVIII, na Capitania do Rio de Janeiro.

Vamos a alguns dados biográficos de José Velloso Xavier para entendermos melhor o editor, melhor, talvez, seria dizer, para entendermos o leitor. Ele nasce em Minas Gerais e é registrado na Freguesia de Santo Antônio, da Vila de São José, da Comarca do Rio das Mortes, Bispado de Mariana, em 1742, pelos pais, José Velloso da Câmara e Rita de Jesus Xavier. Em 1761 ingressa no Convento franciscano de São Boaventura de Macacú e cinco anos mais tarde recebe as ordens sacras no convento de Santo Antônio no Rio de Janeiro. Apesar de ser orador e confessor, interessa-se mais pelo magistério e, em 1770, o temos como docente de geometria no Convento de São Paulo. Pouco tempo depois ele é professor de História Natural no Convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro. Seus biógrafos vêm no seu trabalho didático a influência das tímidas mudanças no ensino conventual franciscano preconizadas por Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas, em seu *Plano dos estudos para a Congregação dos religiosos da Ordem terceira de São Francisco do Reino de Portugal*, de 1769. Tal plano recomendava estudos de física, matemática, filosofia natural, princípios de geometria, ontologia e pneumatologia e “algumas cousas da História Natural de Plínio”, de forma a que os alunos pudessem ser instruídos “com as noções precisas para que no curso Theológico saibam entender-se na Física Sacra”.³ O plano seguia, ainda, a recomendação pombalina de que os

² NUNES, Maria de Fátima & BRIGOLA, João Carlos. José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811) – Um frade no Universo da Natureza. In: *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Bicentenário. Lisboa: Biblioteca Nacional/Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999, p. 51.

³ Apud NUNES & BRIGOLA, 1999, p. 53. É importante, acerca da vivência de Frei José Mariano da Conceição Velloso ver, dentre outros textos, além dos citados à frente, BRAGANÇA, Aníbal. Antônio Isidoro da Fonseca e Frei José Mariano da Conceição Velloso: Precursores. In: BRAGANÇA, Aníbal e ABREU,

institutos de ensino deveriam se moldar às mudanças que ocorriam na Universidade de Coimbra e que se consolidaram com a reforma de 1772.

Nosso personagem torna-se um franciscano “vacionado”, pela sua ordem, para ser sensível aos fenômenos do mundo natural; essa sensibilidade típica da matriz franciscana. Interessa-se especialmente pelo ensino de História Natural e pela pesquisa da natureza vegetal. Como vimos, é nomeado lente da disciplina, em 1786.

O ambiente cultural do Rio de Janeiro a partir de 1770, também, propicia a Velloso um estímulo a seus estudos. Temos, em 1772, por iniciativa do marquês de Lavradio, a fundação da “Academia Médica, Cirúrgica, Botânica, Farmacêutica” do Rio de Janeiro, muitas vezes referida como Sociedade de História Natural do Rio de Janeiro, que agregava uma série de amadores naturalistas do meio castrense e eclesiástico da cidade. Lembremos que esse tipo de iniciativa já fora realizado no Rio, com mais ou com menos sucesso, como são exemplos a tentativa de criação de uma sociedade médica de estudos botânicos, a existência efêmera de algumas associações literárias e a, também passageira existência da “Academia dos Seletos” que chegou a ter uma tipografia e a imprimir vários folhetos, antes que fosse proibida e destruída a mando da Metrópole. A “Sociedade de História Natural”, de Lavradio, construiu um horto botânico que, de acordo com seus Estatutos servia

(...) para nele se tratarem, e recolherem todas as plantas notáveis. E terá cada acadêmico obrigação de o ir ver para observar a diferença e crescimento delas. Haverá alguns coletores, os quais serão encarregados do Horto Botânico. Haverá, também, alguns acadêmicos desenhadores de plantas.⁴

Podemos ver que esse ambiente naturalista se ligava plenamente a uma cultura médica que via na Botânica um instrumento auxiliar da terapêutica médica, tentando conhecer para explorar as potencialidades farmacológicas das

Márcia (orgs.) *Impresso no Brasil*. Dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 25-39.

⁴ MOREIRA DE AZEVEDO, Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniaes até o começo do actual reinado. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnografico do Brazil*, T. XLVIII, 1885, p. 269.

espécies vegetais. Frei Velloso se ligará a uma outra vertente dessa “economia da natureza”: aquela que via na potencialidade do conhecimento dos reinos da natureza, sob uma visão classificadora e racionalizadora, de que é exemplo Lineu, a possibilidade de transformação do mundo e de uma sociabilidade científica de caráter naturalista, ligada à utilidade das aplicações do conhecimento, na prática econômica.

O governo do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa (1779-1790) caracteriza-se, também, por iniciativas como a construção do “Passeio Público” e nele a “Casa de História Natural”, popularmente conhecida como “Casa dos Pássaros”, onde se colecionava e preparava produtos naturais para o envio a Lisboa. (Alguns a consideram o primeiro museu de história natural do Brasil).⁵ Essas remessas eram requeridas pela Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos e pelo Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, na tradição de envolvimento dos governadores das Capitâneas americanas com esse tipo de atividade desde a década de 1760.

Frei José Mariano da Conceição Velloso inicia em 1783, a sua função de responsável pelas remessas de plantas, acompanhadas de descrição e de desenhos, para o Jardim da Ajuda. Em 1790, já depois de deixar o Brasil e ir para a Corte, ele, segundo Rômulo de Carvalho, escreve uma *Suplica*, onde reclama do peso e das dificuldades de sua atividade de coletor de espécies naturais pela Capitania do Rio de Janeiro.⁶ Frei Velloso havia sido liberado das atividades da regra conventual, pelo provincial frei José dos Anjos Passos, em 1783, para servir ao vice-rei em viagens filosóficas pela Capitania do Rio de Janeiro. Outros franciscanos foram seus auxiliares e desenhadores nessas expedições, como Frei Francisco Solano (desenhador), frei Anastácio de Santa Inês, frei Francisco Manuel da Silva Melo, José Correia Rangel, José Aniceto Rangel, João Francisco Xavier, Joaquim de Sousa Marcos, Firmino José do Amaral, José Gonçalves e Antônio Álvarez. Em 1790, Luís de Vasconcelos e Sousa convida Frei Velloso

⁵ LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 26-27.

⁶ CARVALHO, Rômulo de. *A história natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: ICALP, 1987, p. 90. *Suplica* de Frei José Mariano da Conceição Velloso. AHU, Reino, Manuscrito 2719. Este documento, os pesquisadores Maria de Fátima Nunes e João Carlos Brigola afirmam não ter encontrado no Arquivo Histórico Ultramarino, doravante abreviado como AHU.

para ir para Lisboa, levando consigo 70 caixotes de amostras de espécies naturais e os originais de seus estudos e pranchas sobre a Flora Fluminense, depositando o Material no Museu e Jardim da Ajuda, já sob a direção de Domingos Vandelli.

Nosso instigante personagem torna-se editor quando se desloca para Lisboa, a despeito de seu afastamento da Academia de Ciências da capital lusitana e das muitas críticas à sua obra sobre a flora fluminense. O que o teria levado a conseguir esse estatuto editorial sendo autodidata e não usufruindo do beneplácito acadêmico-científico do círculo intelectual lisboeta? Essa, dentre outras, é questão em busca de resposta mais documentalmente criticada.

Sua estadia em Lisboa objetivava, além do trabalho na Ajuda e na Academia com atividades de classificação das espécies naturais (especializa-se em Ictiologia), a edição de seu estudo sobre a Flora Fluminense, objetivo que não se concretizará. Tal edição, além de outros problemas críticos se tornara cara e difícil. Em 1797 ele solicita à autoridade régia que “(...) o suplicante se acha nesta Corte há sete anos fora de seu Convento, para onde deseja recolher-se logo que complete esta ação”.⁷ A Real Academia de Ciência de Lisboa almeja que Frei Velloso adapte a sua obra e ao mesmo tempo classifique a sua coleção de peixes. A exigência dessas duas tarefas o afasta da Academia.

Os projetos editoriais de Frei José Mariano da Conceição Velloso têm um marco original nesse afastamento da Academia e na preparação e publicação de um periódico agrário, em 1796, editado pela Officina Patriarchal, de Lisboa: *Paladio Portuguez e Clarim de Palas que anuncia periodicamente os novos descobrimentos e melhoramentos n'agricultura, artes, manufacturas, commercio & oferecido aos senhores deputados da Real Junta do Commercio*. No primeiro *Paládio*, as novidades eram exclusivamente do campo da “Nova Agricultura” preconizada pelos conhecimentos agrônômicos da Filosofia Natural setecentista, influenciada pelos princípios econômicos e políticos da Fisiocracia. Inspirada em Pierre Samuel Dupont de Nemours, autor de *De l'Origine et des Progrès d'une Science Nouvelle*, publicado em Londres em 1768, essa nova ciência era

⁷ AHU, Reino, Maço 2705.

condicionada ao desenvolvimento de uma economia do mundo rural. A terra é vista como a verdadeira fonte de riqueza de uma nação e os produtos dela é que originam a prosperidade de qualquer economia. Dupont de Nemours e seu ciclo parisiense, onde se incluíam, mais especificamente, Anne-Robert Turgot, que foi ministro das finanças de Luís XVI, e Antoine-Laurent Lavoisier, foram os grandes inspiradores dessa lógica racional para o mundo rural. Tiveram, entretanto seguidores que, especificamente, no ambiente francês serão mencionados a seguir.

Para as primeiras edições Frei Velloso procurou constituir uma rede de tipografias para dar vazão às edições de textos que atendessem ao seu interesse temático. Assim, essas obras seriam editadas pelos prelos das oficinas de Antonio Rodrigues Galhardo (impressor da Casa do Infantado), de João Procópio Correia da Silva (impressor da Igreja Patriarcal) e pelo oficial impressor independente Simão Thaddeo Ferreira. Chamando a si a condição de compilador de textos, coordenador de projetos gráficos e tradutor, o franciscano procurava ter material interessante para as edições que segundo seus biógrafos já objetivavam distribuição em Portugal e no Brasil.⁸

Quadro 3

Obras publicadas por Frei José Mariano da Conceição Velloso antes do funcionamento da Tipografia, Calcográfica e Literária do Arco do Cego, em 1799

Obra	Autor	Tradutor	Oficina	Ano
<i>Helminthologia Portuguesa</i>	Jacques Barbut	José Mariano da Conceição Velloso	João Procópio Correia da Silva	1799
<i>Memoria sobre a cultura da Urumbeba e sobre a criação da Cochonilha</i>	Claude Louis Berthollet	José Mariano da Conceição Velloso	Simão Thaddeo Ferreira	1799
<i>Colecção de memórias Inglezas sobre a Cultura e Commercio do</i>	Diversos	José Mariano da Conceição Velloso	Antônio Rodrigues Galhardo	1799

⁸ NUNES & BRIGOLA, 1999, op. cit., p. 63.

<i>Linho Canamo</i>				
<i>Cultura Americana</i>	“Hum Americano”	José Feliciano Fernandes Pinheiro	Antonio Rodrigues Galhardo	1799
<i>Discurso Prático acerca da cultura, maceração, e preparação do Canamo</i>	?	José Mariano da Conceição Velloso (do italiano)	Simão Thaddeo Ferreira	1799
<i>A Sciencia das Sombras relativas ao desenho</i>	M. Dupain	José Mariano da Conceição Velloso	João Procópio Correa da Silva	1799
<i>Tratado sobre o Canamo</i>	Mr. Marcandier	José Mariano da Conceição Velloso (do francês)	Simão Thaddeo Ferreira	1799
<i>Memoria sobre a cultura do Loureiro Cinamomo, vulgo Caneleira do Ceilão</i>	?	Francisco da Cunha Menezes	Simão Thaddeo Ferreira	1798
<i>Memoria sobre a cultura, e preparação do girofeiro aromático vulgo cravo da India nas ilhas de Bourbon e Cayena</i>	?	José Mariano da Conceição Velloso	João Procópio Correa da Silva	1798
<i>Memoria, e extractos sobre a pipereira negra</i>	?	José Mariano da Conceição Velloso	João Procópio Correa da Silva	1798
<i>Discurso sobre o melhoramento da economia rustica do Brazil</i>	José Gregório de Moraes Navarro	-	Simão Thaddeo Ferreira	1799
<i>Paladio Portuguez</i>	Diversos	José Mariano da Conceição Velloso	Oficina Patriarcal	1796
<i>Quinografia portuguesa</i>	Diversos	José Mariano da Conceição Velloso	João Procópio Correa da Silva	1799
<i>Alographia dos álcalis fixos</i>	Diversos	José Mariano da Conceição Velloso	Simão Thaddeo Ferreira	1798
<i>O Fazendeiro do Brazil</i>	Diversos	José Mariano da Conceição Velloso	Régia Officina Typographica	1798

Velloso tem o apoio de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, fundamentado no seu interesse claro no desenvolvimento agrícola do Brasil e no crescimento de estabelecimentos dedicados ao comércio marítimo e à construção náutica. Reside em sua casa como hóspede e, no Prefácio do Tomo I, Parte I, de *O Fazendeiro do Brazil*, editado na Régia Officina Typographica, em 1798, ele diz que, por D. Rodrigo ele fora

Incumbido, a saber: de ajuntar e trasladar em português todas as memórias estrangeiras que fossem convenientes aos Estabelecimentos do Brasil, para melhoramento de sua economia rural e das fábricas que dela dependem, pelas quais, ajudadas, houvessem de sair do atraso e atonia em que atualmente estão e se pusessem ao nível com os das nações nossas vizinhas e rivais e no mesmo continente, assim na quantidade como na qualidade dos seus gêneros e produções.⁹

É possível que o ambiente de discussão sobre a “nova agricultura na Europa, envolvendo Academias de Ciência e sociedades agrícolas, quando a causa “*res-rustica* é incentivada pelas novas experiências instrumentais e de conhecimentos botânicos, bem como a expansão do consumo e da produção do arroz, da batata e das “bebidas alimentosas”, chá, café e cacau, em contraposição aos tradicionais produção e consumo dos cereais, permanência dos cultivos mediterrânicos, tenha contribuído para o contato de frei Velloso com uma nova temática para além de seu interesse puramente naturalista. O certo é que seu discurso naturalista adquire uma perspectiva agrarista.

Traduções, diálogos e leitores para manuais do mundo rústico.

Pergunta-se com frequência a razão de ter D. Rodrigo de Sousa Coutinho investido em uma nova tipografia de caráter estatal, se já existiam a Impressão

⁹ Prefácio de VELLOSO, José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brazil*, melhorado na economia rural dos generes já cultivados, e de outros, que se podem introduzir, nas fabricas, que lhe são proprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assumpto: debaixo dos auspícios e de ordem de Sua Alteza Real e Príncipe do Brazil. Colligido de Memorias estrangeiras / por Fr. José Mariano da Conceição Velloso. – Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1798-1806. 5 T. em 11 volumes, front., est. (alg. Desd. e color.) 17 cm. Acervo da Biblioteca Nacional; Rio de Janeiro.

Régia e a tipografia da Academia das Ciências de Lisboa. É importante certificar-se que desde 1797, D. Rodrigo já tomara uma série de providências de modo a dar liberdade a Frei Velloso usando como justificativa a necessidade da edição do *Flora Fluminense*: disponibilizara técnicos (“abridores”) do Arsenal Real do Exército para trabalhar para o franciscano às custas do Arsenal; solicitara à Real Junta da Fazenda da Marinha o pagamento de chapas de cobre polido para “abrir” as estampas do frei; pedira pagamento de todo o papel necessário pedido por Velloso para a edição de seu livro; por fim havia solicitado a Domingos Vandelli que devolvesse ao Frei os originais do *Flora* que estavam sob a guarda do Real Jardim Botânico da Ajuda.

Segundo Maria de Fátima Nunes e João Carlos Brigola, a Casa Tipográfica, Calcográfica e Literária do Arco do Cego foi “um projeto iluminista” que se converte em um “cadinho intelectual de jovens brasileiros que se encontravam na Metrópole e que gravitavam em torno de Mariano Veloso”.¹⁰ Faziam parte deste grupo os “brasileiros” Hipólito José da Costa, Antônio Carlos de Andrade e Silva e Martim Francisco de Andrade e Silva, irmãos, José Feliciano Fernandes Pinheiro, Vicente Seabra da Silva, Manuel Rodrigues da Costa, José Ferreira da Silva, José Viegas de Meneses, João Manso Pereira, Manuel Arruda da Câmara e Manuel Jacinto Nogueira da Gama.

A existência e funcionamento deste grupo de sociabilidade científica nos dá subsídios para entender como Frei Velloso, constituindo em torno do Arco Cego uma plêiade de pensadores, busca delimitar e atingir o seu alvo, do qual falávamos no início da comunicação: os leitores e o repertório de leituras. Em uma apresentação do manual *Tratado Histórico e Fysico das Abelhas*, de Francisco de Faria e Aragão, nosso editor salienta a qualidade daquela informação acessível ao público específico ao qual se destinava e criticava os escritores que tinham “ócio literário” e produziam obras que “jamais servirão para o conhecimento dos camponeses, como desconhecedores da linguagem em que são escritas e apenas para algum rico proprietário”. Justificava, no mesmo texto,

¹⁰ NUNES & BRIGOLA, 1999, op. cit., p. 66.

seu trabalho incansável de tradução, dizendo que o fazia “para que nada falte a estes homens úteis que habitam os campos e sustentam as cidades”.¹¹

Essa sociabilidade científica inclui correspondências com homens cultos envolvidos na produção agrária no Brasil e em outras partes da América (como fazendeiros do sul dos Estados Unidos), buscando trocas de experiências e de informações úteis sobre equipamentos, formas de produção, etc. Esse é o caso do doutor Gregório Soares, de Vila Rica, Minas Gerais que pretende ser esclarecido sobre moendas de açúcar, mais especificamente sobre uns desenhos que ele tinha tido acesso na Parte I de *O Fazendeiro do Brasil*, publicado antes da existência da Casa Literária do Arco do Cego. A carta motiva a publicação, já nesta tipografia, em 1800, do manual *Respostas dadas a algumas perguntas que fizerão sobre as moendas dos engenhos de assucar e novos alambiques*, por Jerônimo Vieira de Abreu.

As estratégias de circulação das obras publicadas denotam um publicismo utilitário para a causa agrária, presente em nosso personagem. Elas envolveram a produção periódica de catálogos e de indicações de livrarias no Reino, onde elas podiam ser adquiridas. Anunciavam, ainda, as obras no prelo e as programadas para entrarem no prelo, acreditando em um potencial de leitura e de leitores e estimulando nesses a expectativa pelos novos lançamentos. Dessa forma, as livrarias de Lisboa que vendiam as obras, além da loja da própria oficina tipográfica eram a da “Viúva Bertrand e Filho” e na de “Borel e Martin”, no Chiado. Em Coimbra, os livros podiam ser comprados na loja de “Semiond” e, no Porto, na de “Antonio Alvares Ribeiro”.

A opção pelo investimento em uso de imagens nas edições é outro importante fator na estratégia de informação e de venda, objeto de análise específica que não vamos fazer aqui. No entanto, é bom medir essa estratégia para aquilatar sua importância: das 83 obras editadas pelo Arco do cego, 45

¹¹ *Tratado Histórico e Fysico das Abelhas*, composto por Francisco de Faria Aragão, Prebytero Secular, Publicado debaxo dos Auspícios, e Ordemde S. ALTEZA REAL, o Principe Regente Nosso Senhor, por Fr. Joze Mariano Velloso. Lisboa. Na Offic. da Casa Litteraria do Arco do Cego. Anno M. DCCC. Acervo digital da Biblioteca nacional de Portugal.

eram ilustradas.¹² Comparando com a Impressão Régia, das 582 obras editadas, apenas 34 eram ilustradas e 548 não tinha nenhuma ilustração.

A definição dos leitores é evidenciada em vários momentos, como na Introdução do Tomo II, Parte II d'O *Fazendeiro do Brazil*, publicado em 1800, na oficina de Simão Taddeo Ferreira, onde Frei José Mariano escreve, explicitando sua missão e, ao mesmo tempo, a forma estratégica do destino de suas obras:

[estas obras] devem ser, como Cartilhas, ou Manuais, que cada Fazendeiro respectivo deve ter continuamente nas mãos, dia e noite, meditando e conferindo as suas antigas e desnaturalizadas práticas com as novas e iluminadas, como que deduzidas de princípios científicos e abonadas por experiências repetidas que eles propõem para desbastardar e legitimar os seus gêneros, de sorte que hajam, por consequência, de poder concorrer nos mercados da Europa a par dos estrangeiros.¹³

E arrematava o mesmo texto com a expressão: *Sem livros não há instrução*.

Em levantamento realizado por Miguel Faria, identificam-se 83 obras publicadas na Casa Tipográfica, Tipoplástica, Calcográfica e Literária do Arco do Cego. Dessas 93% editadas em português e 7% em latim. As traduções assim se apresentam: 47% do francês; 29% do inglês; 10% do alemão; 5% do latim, 2% do italiano, 2% do espanhol e 5% de outras diversas línguas. Tematicamente, segundo Miguel Faria, assim se distribuem as edições: 11% de História Natural; 26% sobre Agricultura; 16% de obras de Poesia; 16% de Medicina, Assistência e Saúde Pública; 7% de Belas Artes, 7% de Obras Náuticas; 5% de textos de História; 5% sobre Ciências exatas e 7% sobre Outros assuntos.¹⁴

A pesquisa (ainda em curso) me leva a identificar evidente influência de uma discussão crescente na França sobre o papel da agricultura no

¹² Ver sobre o uso de imagens nas edições do período, FARIA, Miguel Figueira de. *A imagem útil: José Joaquim Freire (1760-1847) desenhador topográfico e de história natural : arte, ciência e razão de estado no final do Antigo Regime*. Lisboa: EDIUAL, 2001.

¹³ *O Fazendeiro do Brazil*, op. cit.

¹⁴ FARIA, Miguel F. Da Facilitação e da Ornamentação: A Imagem nas Edições do Arco do Cego. In: *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Bicentenário. Lisboa: Biblioteca Nacional/Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999, p. 117.

desenvolvimento e como objeto de conhecimento científico efetuado em padrões de rigor. Se essa evidência recaí sobre alguns homens de ciência, como Buffon, por exemplo, ela tem aderência clara a uma corrente mais pragmática de ação dos acadêmicos sobre a realidade. É o que busco agora materializar em etapa atual da pesquisa. Nesse ponto desponta o nome e o trabalho investigativo de um acadêmico francês com claras influências sobre Frei Velloso e com textos traduzidos para o português. É Henri-Louis Duhamel du Monceau e seus textos ligados ao melhoramento da agricultura, principalmente *Traité de la culture des terres; Traité de la conservation des grains* e *Traité des Arbres et Arbustes*.

Se existem, basicamente, dois tipos de homens de ciência na França do século XVIII, como apresenta, de modo geral a historiografia, os enciclopedistas e os preocupados com a intervenção na realidade, Duhamel du Monceau é parte deste segundo grupo. Pratica uma ciência rigorosa que, fundamentalmente se baseia em um método que podemos assim simplificar: 1) busca de informações entrevistando as pessoas; 2) observação e registro detalhados das diferentes práticas; 3) apresentação de propostas hipotéticas de melhoramentos; 4) experimentação das propostas, testando as hipóteses; 5) apresentação de resultados com rigor nos dados da experimentação. Esse padrão moderno de investigação é preconizado para auxiliares - produtores a quem busca arregimentar para as fileiras investigativas.

Henry-Louis Duhamel du Monceau é, simplificando, um cientista e um engenheiro. No primeiro caso quer autopsiar a natureza e no segundo quer resolver problemas concretos e responder às questões apresentadas pelo poder público e pelos agentes econômicos. É movido, ainda pelo princípio religioso de admiração pelas maravilhas de Deus. E a natureza é uma delas. Ainda o norteia um senso de "filantropia", típico dos círculos letrados parisienses e europeus, em geral, deste tempo, marcado pelo desejo e justificativa de desempenhar um papel social no combate a uma rotina ignorante, para diminuir a escassez,

conciliar interesses dos produtores do campo e dos consumidores e lutar contra a exclusão das parcelas miseráveis das populações.¹⁵

Frei Velloso partilhava destes princípios e tinha em sua démarche racionalizadora, basicamente, esses parâmetros norteadores. Como já citamos, além dos ideais franciscanos “naturalistas”, objetivava, enfim, um melhoramento das condições de vida e de produção, atento a uma realidade que ele julgava conhecer e ávido por participar de seu processo de mudança. Antes de ser um editor, o frade franciscano era um leitor: de realidades naturais, de perspectivas produtivas, e, sobretudo, de livros.

¹⁵ Ver sobre esse princípio da filantropia o estudo de CURY, Lorelai. Auguste de Saint-Hilaire, viajante exemplar. In: *Revista Intellectus (in line)*. Rio de Janeiro: UERJ, 2004, Ano II, vol. I. <http://www2.uerj.br/~intellectus/>, acessado em 12/01/2015. Sobre Duhamel du Monceau, dentre outras, há a obra fundamental de DINECHIN, Bruno Dupont de. *DUHAMEL DU MONCEAU. Un savant exemplaire au siècle des lumières*. Paris: CME (Connaissance et Mémoire Européene), 1999; além de *DUHAMEL DU MONCEAU: 1700-2000: un Européen du siècle des Lumières*. Organisé pour l'Académie d'Orléans. Apresentation de CORVOL, Andrée, Orléans: Académie d'Orléans, 2000.



ESCRITA, EDIÇÃO E LEITURA
NA AMÉRICA LATINA

PARTE IV

IMAGEM E TEXTO



Leer (con) imágenes.

Las litografías y la prensa periódica en los procesos de construcción identitaria en Sudamérica en el siglo XIX

HERNÁN PAS (UNLP-IDIHCS-CONICET)

En 1967, la editorial Emecé de Buenos Aires tuvo la feliz ocurrencia de ilustrar *El matadero*, de Esteban Echeverría, con acuarelas de Emeric Essex Vidal y Carlos E. Pellegrini. El primero había estado en el Río de la Plata en carácter de marino oficial de la corona británica entre 1818 y 1820, después de cuya experiencia dio a conocer en Londres su libro *Picturesque Illustrations of Buenos Ayres and Montevideo (Ilustraciones pintorescas de Buenos Aires y Montevideo)*, editado por R. Ackermann, que incluía una serie de 22 acuarelas realizadas en Inglaterra sobre la base de los bosquejos alzados previamente en su pasaje por ambas costas. El segundo, Pellegrini, padre del futuro presidente de la República Argentina, fue un ingeniero francés que llegó a Buenos Aires en 1828 a pedido de B. Rivadavia,

que terminó desplegando y usufructuando sus dotes de pintor y litógrafo –por un tiempo vivió principalmente de eso– y que fundó, en 1853, la *Revista del Plata*, publicación que aspiraba, según las cartas entusiastas que le enviara a Juan María Gutiérrez, a convertirse en una especie de *Jornal* popular ilustrado al estilo francés.

No se conocen, a excepción de alguna que otra observación aislada¹, estudios críticos sobre la sugestiva convergencia que la editorial Emecé, con buen tino, supo explotar en aquella edición de *El matadero*. De hecho, a no ser algunos trabajos recientes, como los de Laura Malosetti Costa y Claudia Román, carecemos en Argentina (y en el Río de la Plata) de bibliografía específica sobre el cruce entre texto e imagen en el siglo XIX.²

No obstante, el siglo diecinueve es considerado, por los historiadores de la edición, el siglo de la imagen.³ Aunque los vínculos entre imagen y palabra datan de antiguo, la proliferación de nuevas técnicas de reproducción pictórica – como fue el caso de la litografía, que suplantó a la xilografía y a la práctica tradicional del huecograbado– y la creciente industrialización de la imprenta a comienzos del siglo XIX impartieron un cambio profundo en los modos de percibir y de leer, a tal punto que para algunos teóricos la de la imagen impresa ha sido, antes que la de la fotografía, la invención que trastocó de modo fundamental el sentido de la percepción visual –el otro gran invento, en términos de expansión de la *literacy*, fue sin dudas el folletín–.⁴

En Europa, el uso de la litografía fue el inicio de un desarrollo marcado y constante de las nuevas técnicas para multiplicar imágenes, ampliando cada vez más el conjunto de posibilidades: el grabado en madera de boj, la cromolitografía

1 Emilio Carrilla. *Literatura argentina: palabra e imagen*, Bs. As., Eudeba, 1969.

2 Cfr. Laura Malosetti Costa. *Los primeros modernos. Arte y sociedad en Buenos Aires a fines del siglo XIX*, Bs. As. FCE, 2001; junto a Marcela Gené (comps.). *Atrapados por la imagen. Arte y política en la cultura impresa argentina*, Bs. As., Edhasa, 2013; y Claudia Roman. *La prensa satírica argentina del siglo XIX: palabras e imágenes*, tesis doctoral, 2011, mimeo. A estos trabajos habría que sumar los de Sandra Zsir.

3 Frédéric Barbier. “Les innovations technologiques”, *Histoire de l'édition française*, II.

4 “La ruptura con los modelos clásicos de la visión a comienzos del siglo XIX fue mucho más allá de un simple cambio en la apariencia de las imágenes y las obras de arte; fue inseparable de una vasta reorganización del conocimiento y de las prácticas sociales que modificaron de múltiples formas las capacidades productivas, cognitivas y deseantes del sujeto humano” (Jonathan Crary. *Las técnicas del observador*, Murcia, Cendeac, 2008, p. 7). La modernización que supuso la incorporación del folletín y la litografía ha sido puesta en evidencia agudamente por Maria Adamowicz-Hariasz en su trabajo “From the Opinion to the Information...”, en *Making the News...*

(creada en Francia a mediados de 1830), y posteriormente la fotografía y el fotograbado.⁵ En Latinoamérica, en cambio, y hasta bien avanzado el siglo, la técnica más desarrollada y utilizada fue la litográfica que, a partir de su ingreso en la década del 20, suplantó al grabado, que requería de mayor especialización técnica.⁶

Herederos de una larga tradición ilustrada –particularmente en Argentina–, hemos desestimado en general el valor crítico de la imagen como texto, pensada la mayoría de las veces en un sentido subsidiario, como mero anexo retórico o, en el mejor de los casos, como complemento o apoyatura del texto. No obstante, la confluencia de texto e imagen determinará la que tal vez haya sido la inflexión más decisiva del romanticismo en Latinoamérica. Me refiero al género costumbrista, cuya expansión a través de la prensa periódica debe ser pensada junto a la creciente incorporación y difusión de las representaciones pictóricas. El costumbrismo ha sido en general leído en su relación con otros géneros, como la novela y el cuento, o en la prosa de los publicistas de más relieve. Recientemente, Pérez Salas (2003) ha realizado un estudio del costumbrismo mexicano decimonónico en su emplazamiento con el arte litográfico, demostrando que el fenómeno participó de un movimiento cultural y político mucho más amplio, en el cual el tratamiento de los tipos populares no tuvo una mera intención descriptiva y decorativa, y fue menos documental de lo que tradicionalmente se ha imaginado.

5 La litografía se introdujo en Inglaterra en 1800 y poco después en Francia, por los mismos editores-comerciantes, los hermanos Peter y Philipp Andre, quienes llevaron a Senefelder a Londres para hacer patentar su invento (Cfr. Twyman, 1998: 116).

6 En 1826 se instalaron los primeros talleres litográficos en México, a cargo del italiano Claudio Linati, quien publicaría el primer periódico con una litografía entre sus páginas, *El Iris*, y en Buenos Aires, bajo el emprendimiento comercial del naturalista francés Jean Baptiste Douville, quien puso en funcionamiento una prensa litográfica con el fin de retratar a conocidos personajes como el Almirante Brown, los generales Mansilla, Alvear y Balcarce. En otros países, la instalación de talleres litográficos se experimentó pocos años antes, como en Cuba (1822), o varios lustros después, como en Chile, Perú y Venezuela (década de 1840). Me he detenido en el ingreso y desarrollo de la litografía en Latinoamérica en otro trabajo, Pas Hernán. “La seducción de las imágenes. El ingreso de la litografía y los nuevos modos de publicidad en Latinoamérica”, publicado en *Caracol*, N° 2, Universidade de São Paulo, pp. 10-41. La litografía fue un hallazgo del dramaturgo germano Alois Senefelder quien, hacia fines de 1790, estando escaso de recursos para hacer imprimir sus propios escritos, ideó un modo más expeditivo y económico que el del impreso tipográfico tradicional (1911: 2-11): el procedimiento consistía en una piedra caliza en la cual se escribía (o dibujaba) con un lápiz litográfico, la piedra se humedecía y luego se entintaba, las marcas grasosas del lápiz litográfico retenían la tinta que la piedra húmeda, en cambio, rechazaba. Luego se colocaba el papel sobre la piedra y se imprimía ejerciendo presión con la prensa.

En Buenos Aires, fueron los trabajos de C. H. Bacle y C. Pellegrini, precisamente, los que sin duda consagraron el costumbrismo iconográfico rioplatense. De esas imágenes pueden inferirse muchos de los rasgos que confluyeron en la literatura romántica de la época, como por ejemplo la naturalización de la jerarquía social en el orden doméstico a través de las figuras de los “niños” y “criados” estudiadas por David Viñas en *Amalia* (ver fig.1), o las escenas rurales y semi-salvajes de Vidal, Pellegrini y otros que seguramente estimularon la escritura de un texto como *El matadero* de Echeverría y no, ciertamente, al revés, como tiende a hacernos creer la edición de Emecé ya mencionada (ver fig. 2).



Fig. 13. Litografía, Bacle-Moulin: “Señoras por la mañana”, Buenos Aires, 1833.



Fig. 14. Acuarela de Pellegrini. El matadero, Buenos Aires, 1830

El mismo Bacle, poco después de concluir su cuaderno litográfico de *Trages y costumbres de la Provincia de Buenos Aires* (1833), editaría el primer periódico ilustrado que se conoce en el Río de la Plata, esto es, el *Museo Americano* (1835).

Sin embargo, recién con el semanario ilustrado *El Recopilador*, continuación del *Museo*, la combinación entre imagen y palabra será tipográficamente algo más razonada. Dicho de otro modo: con la intervención de Juan María Gutiérrez –que había sido colaborador esporádico en *El Museo*– como

redactor principal de la nueva empresa no sólo aparecerán los primeros textos de la llamada generación romántica argentina –Echeverría, Thompson, el mismo Gutiérrez– sino que el rol de la imagen en el impreso dejará de ser meramente decorativo, ilustrativo o, de acuerdo a otra posibilidad muy extendida durante los primeros años de uso de esa nueva técnica, arbitrariamente sugerido. En este trabajo, entonces, y por las consabidas cuestiones de espacio, quisiera comentar algunos aspectos salientes en relación con las imágenes aparecidas en ese periódico.⁷

Lo primero que cabe destacar es la cantidad de artículos o reseñas –y por ende, de estampas litográficas– que *El Recopilador* dedica a los países orientales, como Siria, Oceanía o Turquía, entre otros, con el fin de ofrecer, como se dice acerca de Japón, “algunos rasgos característicos de la fisonomía de aquellos pueblos cuyos usos y costumbres son del todo distintos de las naciones para nosotros más conocidas”. En ese contexto, el significado de singularidad y extrañeza se liga a lo lejano, a lo desconocido, aunque remite sobre todo al tópico romántico del *exotismo* como particularidad cultural, tal como puede observarse en la estampa titulada “Los habitantes de Las Landas” publicada en el segundo número del periódico.



7 Sobre *El Recopilador* consultar la edición a mi cargo en la colección *Reediciones & Antologías de la Biblioteca Nacional*, Argentina, 2013.

La lámina “representa –dicen los redactores– a los habitantes de los páramos de la Gascoña, vestidos con el traje singular que les es propio, que en vano se buscaría en algún otro lugar del mundo” (ídem, p. 9, col. 2). En verdad, esa radical singularidad posee un elemento común que acorta todas las distancias: la “seducción de la barbarie” característica de la rusticofilia ilustrada. No sorprende, por ello, que el comentario descriptivo de esta litografía –como de algunas otras– pueda asimilarse sin mayores problemas a los realizados por los letrados rioplatenses para referirse a las virtudes de los gauchos de la pampa argentina: “Si sus habitaciones y andrajos repugnan y repelen, no por eso tema nada el viajero que se extravíe en aquel páramo, pues hallará allí más hospitalidad y sincero desinterés que en los demás puntos ricos y civilizados” (El Recopilador, N° 2, pág. 10, col. 2). Como los gauchos de las pampas sudamericanas, aquellos rústicos habitantes gascones son, aun en su desidia, nobles y hospitalarios con los visitantes civilizados. En el Río de la Plata, esa pincelada exotista adquiere además un valor arqueológico, dada como se conoce la recurrente analogía en los textos literarios entre los moradores rurales de la pampa –los gauchos– y el mundo árabe –analogía que resultará por demás productiva a la tesis de D. F. Sarmiento desplegada en su Facundo.

Otro de los aspectos que, en virtud de la lectura que voy a proponer aquí, caracterizan el régimen mimético de estas imágenes es la absoluta confianza en su capacidad explicativa, cuasi testimonial. Una litografía que reproduce una pintura original del francés Deschamps, por ejemplo, sobre un “Cuerpo de guardia turco”, incita a los redactores al comentario siguiente:

Nada mejor, que una serie de cuadros de esta especie, para dar una idea exacta de las costumbres de un país: *representadas por un medio que tanto se acerca a la naturaleza*, y hace tan viva impresión en los sentidos, se recibe una instrucción más exacta y duradera, que con la lectura de las descripciones de viajeros, por muy prolijas que estas sean. (El Recopilador, N° 9, pág. 71, col. 1 [nuestro subrayado])



La creencia en un tipo de representación naturalista o realista indica la potencia del estereotipo colonial: en la imagen (ver fig. 4) las milicias turcas aparecen al amparo de una choza precaria y con una actitud de ocio y pasividad que desautoriza su carácter militar, instalando la idea de una contigüidad entre espacio natural (ambiente) y las costumbres de sus habitantes.⁸ Por lo demás, y como es previsible, el artículo que acompaña esta lámina reproduce la perspectiva irónica sobre los intentos por parte de los generales franceses de domesticar a las milicias nativas: “los turcos aprenden con mucha dificultad a llevar el paso”, dirá ese mismo artículo (debe tenerse en cuenta, además, que ese texto se basa en una traducción del francés de M. Mac-Farlane, general galo que había visitado Turquía en 1828). Ese modo de construcción icónica y tipográfica, entonces, responde a un formato codificado por la literatura europea –lo que Edward Said llamó *orientalismo*– pero del que no son ajenas otras manifestaciones artísticas, como la pintura o los grabados.

Hasta aquí he distinguido sólo dos aspectos vinculados a las representaciones pictóricas del periódico: por un lado, la búsqueda de lo singular –y en ese sentido, la imposición de las estampas orientales y a la vez orientalistas–; por el otro, el carácter pretendidamente documental que sus

⁸ Como señala Burke (2005: 158), “el término ‘estereotipo’ [...] constituye un recordatorio muy eficaz de los vínculos existentes entre imagen visual e imagen mental”.

redactores atribuyen a esas imágenes impresas, tal como ocurriría décadas más tarde con la fotografía.

Pero las imágenes no hablan por sí mismas, como se pretende. Menos aún si están insertas en un periódico. Por lo tanto, quisiera para finalizar bosquejar una lectura probable de ese cruce significativo entre imágenes y palabras. Para ello voy a detenerme brevemente en el ensayo que escribió el mismo Juan María Gutiérrez en aquel periódico, titulado “El caballo en la provincia de Buenos Aires” que es, en rigor, un ensayo sobre las costumbres de sus jinetes, es decir, los gauchos. El texto de Gutiérrez puede ser leído como un temprano ensayo del nativismo criollo costumbrista, un tipo de narrativa que había comenzado a atribuir a los habitantes de las pampas –como lo hacía en su ensayo el propio Gutiérrez apelando a la novela de Voltaire, *Zadig o el destino*– ciertos rasgos provenientes de la cultura arábiga. De allí que en el ensayo de Gutiérrez cobren relevancia los pasajes dedicados a describir las costumbres y los hábitos de la población rural, pues, al enfatizar la mutua dependencia entre paisano y caballo, Gutiérrez parecería reproducir las convenciones estereotípicas del romanticismo iconográfico y discursivo de la época, anticipando, al mismo tiempo, algunas de las principales operaciones letradas vinculadas a la construcción de una cultura – y literatura– nacional. Dice, por ejemplo, Gutiérrez:

El movimiento del caballo despierta la meditación e impone silencio al jinete: las ideas se suceden con la rapidez del galope; pero los labios se niegan a expresarlas, tal vez porque la excesiva actividad como el profundo reposo producen iguales efectos. ¿No podría explicarse por esta observación, el carácter silencioso de nuestra campaña y la especie de pereza que tienen para expresar lo que piensan y sienten? (*El Recopilador*, n° 3, pp. 18 y 19, cols. 1 y 2)

Sobre el final de su ensayo, aprovechando esa transitividad retórica que homologaba espacio natural y gaucho, animal con paisano (“nuestros paisanos que son sobre el caballo como hechos de una misma pieza, un mismo tronco, una estatua ecuestre”, *El Recopilador* n° 22, p. 172, col. 1), Gutiérrez escribirá la frase que tal vez mejor sintetiza las contradicciones de esa rusticofilia romántico-

ilustrada que llegarán, con sus modulaciones peculiares, por lo menos hasta *El payador* de Leopoldo Lugones: “si quieres conservar tu gracia y tu belleza, y despertar ideas y sentimientos poéticos, no dejes el campo por el estrecho pesebre de las ciudades” (ídem, nº 3, pág. 18, col. 1). Mediante una escritura que busca retratar las “escenas nacionales”, Gutiérrez parecería reproducir un tópico paisajístico consagrado por el romanticismo: es en el campo donde el gaucho convoca la efusión poética pues allí se da la impresión del cuadro, la común armonía entre individuo y territorio, entre cultura y naturaleza. Y, de hecho, Gutiérrez reproduce dicho tópico. Pero hace, además, otra cosa. Porque la exhortación del pasaje que acabo de citar no está dirigida al gaucho, sino al caballo.

Hace ya algunos años, Carlos Altamirano escribió un conocido ensayo titulado “El orientalismo y la idea del despotismo en el *Facundo*” (1997), con el cual pretendía demostrar que la imaginería orientalista en el *Facundo* de Sarmiento está estrechamente vinculada a la constelación de nociones e imágenes que componían el tema del despotismo en aquella época, cuya articulación conceptual remite a *El espíritu de las leyes* (1748), de Montesquieu. La especificidad de un uso funcional del archivo orientalista no parece contravenir sin embargo el hecho de que uno de los procedimientos retóricos del romanticismo se asociaba a una serie de estereotipos ideológicos. Lo que habría que subrayar aquí es que casi diez años antes de que Sarmiento comenzara a publicar su texto por entregas esos estereotipos ideológicos operaban en el modo de representación literaria de la elite letrada rioplatense. Y lo hacían a través de un régimen mimético dominante, estructuralmente similar al realismo, que encontró en la literatura de la época pero sobre todo en las estampas litográficas –como evidencian las pinturas de Pellegrini o Vidal– su momento de mayor visibilidad. Y, de acuerdo a las ilusiones que el poder de las imágenes hizo suyas, también, por supuesto, de ficcionalización.

Referencias bibliográficas

Burke, Peter. *Visto y no visto. El uso de la imagen como documento histórico*, Barcelona, Crítica, 2005.

Cavallo, G. y Chartier, R. (dirs.). *Historia de la lectura en el mundo occidental*, Madrid, Taurus, 1998.

Chartier, Roger- Martin, Henri-Jean (dir.). *Histoire de l'édition française. Le temps des éditeurs*. Tomo III, Paris, Fayard /Promodis, 1990.

De la Motte, Dean and Przyblyski, Jeannene M. (eds.). *Making the News. Modernity & the Mass Press in Nineteenth-Century France*, United States of America, University of Massachusetts Press, 1999.

Hamon, Philippe. *Imageries. Littérature et image au XIXe. siècle*, Paris, Librairie José Corti, 2001.

Pérez Salas, María Esther. *Costumbrismo y litografía en México: un nuevo modo de ver*, UNAM, Instituto de Investigaciones Estéticas, México, 2005.

Roman, Claudia A. *La prensa satírica argentina del siglo XIX: palabras e imágenes*. Tesis doctoral, Universidad de Buenos Aires, 2011, mimeo.

Senefelder, Alois. *The Invention of Lithography*, New York: The Fuchs & Lang, Manufacturing Company, translated from the original German by J. W. Muller, 1911.

Twyman, Michael. "The Spread, Improvement and Effects of Direct Lithography on Print". In: *Printing 1770-1970: an Illustrated History of Its Development and Uses in England*, London, (first publication, 1970), Hardcover, 1998, 95-165.

Weill, Georges. *El periódico. Orígenes, evolución y función de la prensa periódica*, México, Limusa, Grupo Noriega Editores, 1994.

Fuentes

Bacle, Hipólito. *Trages y costumbres de la Provincia de Buenos Aires*, Buenos Aires, Imprenta del Estado, 1833.

Del Carril, Bonifacio. *Monumenta Iconographica*, Buenos Aires, Emecé Editores, 1964.

El Recopilador, Buenos Aires, 1836.

A Fotografia

e o livro de Arte

MARIA TERESA FERREIRA BASTOS (UFRJ)

Entre uma das funções da fotografia no campo da produção editorial, encontra-se seu uso nos livros de arte. Além de serem obras sofisticadas quanto ao modo de produção, os livros de arte enfocam predominantemente conteúdos significativos para o registro de nossa cultura, como a história, patrimônios nacionais, turismo, gastronomia, fotografia, moda, antropologia, entre outros.

Considera-se livro de arte tanto o produzido propositalmente como obra de arte, com técnicas e materiais que o distingue dos demais livros publicados em sua época, com tiragem limitada, e destinado a um pequeno número de pessoas, como também o livro produzido natural e espontaneamente como obra de arte, com técnicas e materiais próprios de seu tempo. Mas falar de livro de arte não é só abordar edição gráfica, imagem e texto. O livro de arte está extremamente atrelado à prática do mecenato desde os seus primeiros

exemplares. E hoje com as leis de incentivo à cultura existe um paradoxo entre o apoio indireto do Governo, via isenção fiscal e o pouco controle que se tem sobre esta produção.

Paralelamente a sua crescente disseminação por meio do cd-rom, dvd, web, a fotografia vem demonstrando também, impressionante desenvoltura na conquista de mais espaço no mundo editorial do tradicional meio impresso.

Esta comunicação tem a pretensão de agregar informações e iniciar uma investigação nesta área, que só recentemente começou a ser historiada no Brasil¹. O livro ilustrado com fotografias, ou o livro iconográfico ou mais especificamente, o livro fotográfico. De um modo geral nesse livro, o texto foi sempre preponderante sobre a imagem e o livro para ser considerado fotográfico deve proporcionar uma narrativa visual que requer, conseqüentemente, uma leitura não textual.

De acordo com Pedro Vasquez, “a cidade teve quatro polos significativos de edição de livros de fotografia: a agência Image, a Funarte e as editoras Index e Dazibao (VASQUEZ, 2011). Uma contribuição importantíssima da Funarte foi a edição de catálogos. Ao se tentar estabelecer uma conexão entre fotografia e livro de arte, há que se considerar os livros catálogos, os livros portfolios, a fotobiografias, além dos livros ilustrados com fotografia dos mais diversos assuntos. Para pensar o de livro fotográfico é importante percorrer um pouco da história do livro de arte.

Livro de arte, muito além da edição gráfica

Falar de livro de arte não é só falar de edição gráfica, imagem e texto. Tem que se pensar na dificuldade de sua produção, distribuição e na questão política que o cerca. Livro de arte está extremamente atrelado à prática do mecenato desde os seus primeiros exemplares. E hoje com as leis de incentivo à cultura existe um paradoxo entre o apoio indireto do Governo, via isenção fiscal e o pouco controle que se tem sobre sua produção.

¹ Gostaria de citar aqui alguns nome importantes nesta área: Joaquim Marçal, Pedro Correia do Lago, Lygia Segalla, Pedro Vasquez e Boris Kossoy.

O que é livro de arte? Para Catarina Helena Knychala,

“É o livro que, apresenta-se como um objeto com valores estéticos tais como boa qualidade e beleza do papel, dos caracteres tipográficos e de encadernação, arquitetura e diagramação harmoniosas e não necessariamente ilustrados; mas, se contiver ilustrações, são consideradas não só as feitas com processos manuais como as xilogravuras, a gravura em metal, a litografia e a serigrafia, como também fotografias artísticas e reproduções por processos fotomecânicos.” (KNYCHALA, 1993, p. 12)

Considerar-se-ão, no levantamento dos livros de arte, tanto o livro produzido propositalmente como obra de arte, com técnicas e materiais que o distingue dos demais livros publicados em sua época, com tiragem limitada, e destinado a um pequeno número de pessoas, como também o livro produzido natural e espontaneamente como obra de arte, com técnicas e materiais próprios de seu tempo.

Além de serem obras sofisticadas quanto ao modo de produção, enfocam predominantemente conteúdos significativos para o registro de nossa cultura, como a história, artes, patrimônios nacionais, turismo, gastronomia, fotografia, moda, antropologia, entre outros.

O universo dos livros impressos de arte estaria composto de categorias: obras raras, edições de arte, edições especiais, edições alternativas, edições comerciais. Há elementos que diferenciam tais categorias, mas sempre há uma zona de fronteira entre elas que exige arbítrio, dependendo dos objetivos da classificação.

Um pequeno histórico: Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil

Criada por Raymundo Ottoni de Castro Maia, no Rio de Janeiro, em 1943, a Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil tinha como objetivo realizar edições de livros com uma alta qualidade gráfica. Esse nome dizia respeito ao quantitativo de membros pertencentes à confraria.

Cada edição tinha uma tiragem limitada de 120 exemplares dos quais cem eram distribuídos entre os membros da sociedade e os outros vinte eram enviados para as principais bibliotecas do país e para o exterior como a Biblioteca Nacional de Paris e Biblioteca Nacional de Lisboa.

Entre seus sócios, distinguem-se: Carlos Lacerda, José E. Mindlin, Ricardo Xavier da Silveira, Ernesto Wolf, Pedro Nava, Walter Moreira Salles, Gilberto Chateaubriand, Carlos Guinle, Francisco Matarazzo Sobrinho, Celso Lafer, Yolanda Penteado Matarazzo, Roberto Marinho e Israel Klabin.

Como características das edições dos bibliófilos percebe-se edições de tiragem limitada, numeradas, cujos ilustradores são artistas convidados de renome nacional. As edições possuem beleza tipográfica e são realizadas em papéis de alta qualidade selecionados especialmente para impressão. Textos de alta qualidade literária, de autores nacionais renomados como Jorge Amado, Euclides da Cunha, Manuel Bandeira, Affonso Arinos, Mario de Andrade, Machado de Assis, Castro Alves, Olavo Bilac, Lima Barreto.

Os livros eram também ilustrados pelos principais artistas da época como Candido Portinari, Santa Rosa, Lívio Abramo, Djanira, Poty, Eduardo Sued, Cícero Dias, Mario Cravo, Aldemir Martins, Di Cavalcanti, Carybe, Iberê Camargo, Darel, Marcello Grassmann e Maciej Babinski. Entre suas publicações, *Memórias Posthumas de Braz Cubas*, de Machado de Assis, primeira edição dos Bibliófilos, datada de 1944 (Figura 1), com imagens de Cândido Portinari, que escolheu a gravura em metal, para fazer as ilustrações; *Pelo sertão*, de Affonso Arinos, com ilustrações de Lívio Abramo, 1946. Realizado em xilogravura, gravura com matriz de madeira (Figura 2) e *Pasárgada*, de Manuel Bandeira, 1960. O que chama a atenção na concepção das ilustrações para esta edição é a quebra da página como limite da ilustração. A diagramação do livro é pensada de tal modo que não existe divisão. Ou seja, não há uma fronteira que separa uma página da página seguinte. O que passamos a ver é uma continuidade e não mais uma separação entre página e página. Em algumas páginas a própria dobra é deslocada, estabelecendo um jogo com a arquitetura original do livro tradicional.

O livro passa a ser pensado como um todo e a página pensada na sua continuidade, na relação “entre”, não mais como uma unidade isolada. A última edição dos bibliófilos, datada de 1969 é *Compadre Ogun*, de Jorge Amado, ilustrada com águas-fortes de Mario Cravo Jr.²

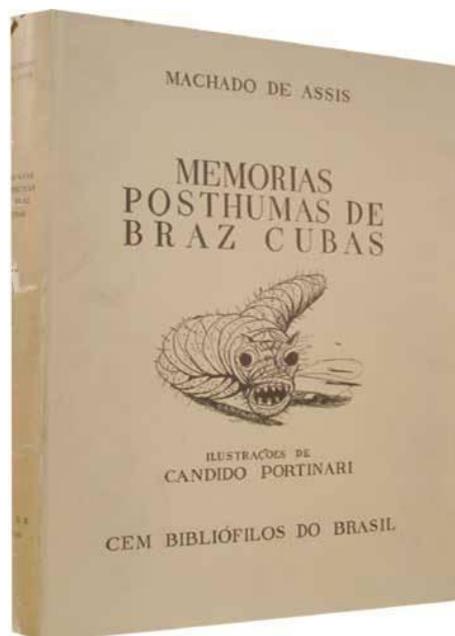


Figura 1: Primeira edição dos bibliófilos, 1944



Figura 2: *Pelo sertão*, de Affonso Arinos, com ilustrações de Lívio Abramo, 1946.

² Algumas capas podem ser encontradas com suas especificações aqui: http://antoniomiranda.com.br/ensaios/poesia_em_livros_de_arte.html

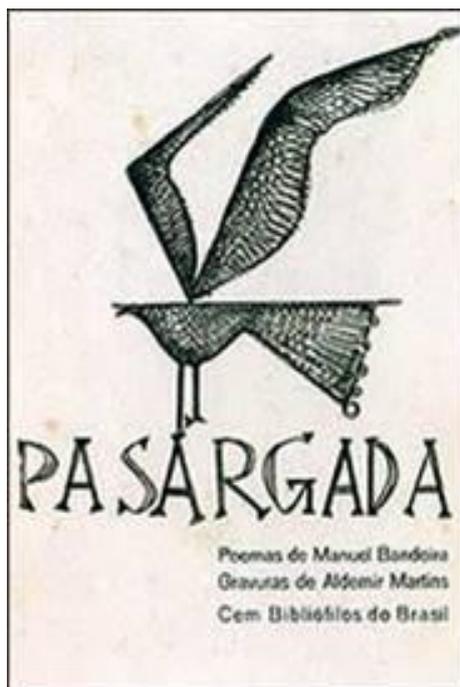


Figura 3: *Pasárgada*, Manuel Bandeira, 1960.

Relação texto e imagem

Na História da arte mundial, vale trazer aqui alguns exemplos de criações editoriais envolvendo texto e imagem que se tornaram referência nos estudos da relação entre texto e imagem para a composição de livros de arte. Sonia Delaunay e Blaise Cendrars publicam em 1913 *La prose Du Transsibérien et de la petite Jehanne de France* (Figura 4).

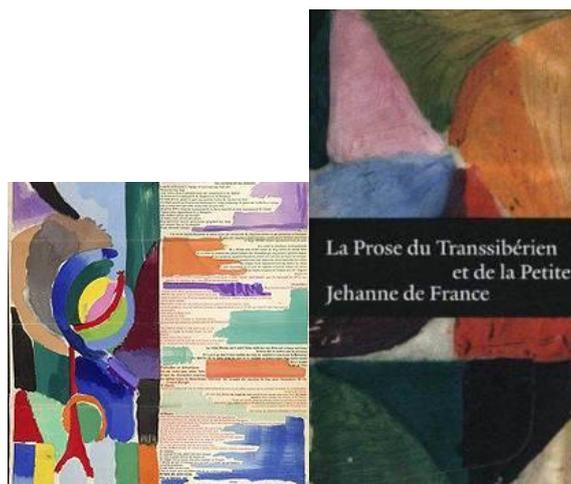


Figura 4 : *La prose du Transsibérien et la petite Jehanne de France*, 1913.

Um belo livro em formato de sanfona trabalhado em cores vibrantes, que fazem referência ao interesse de Delaunay pela cor. Neste livro os autores brincam com a relação entre o que é ilustração e o que é texto, um interpenetrando o outro, formando um corpo único (Figura 5). Outro livro importante que traduz de maneira potente a relação equilibrada entre texto e imagem é *Les illuminations*, publicado em 1949 com poesias de Arthur Rimbaud, onde o pintor Fernand Léger fez as ilustrações com desenhos em que linha e cor declaram a sua própria autonomia (Figura 6).

Um dos artistas que se dedicou à ilustração de livros foi Henry Matisse, que publicou, entre outros, *Pasiphaé, chant de Minos (Les Crétois)*, de Henry de Montherlant, em 1944. Neste trabalho explorou o desenho com uma linha branca sobre fundos pretos sólidos (Figura 7) e *Jazz*, 1947 (Figura 8). Neste último ele utiliza papéis previamente coloridos a guache, recortados e colados. São 20 pranchas de imagens variando da abstração a figuras de grande vivacidade, mescladas a um texto manuscrito impresso em fac-simile no qual ele trata de observações sobre assuntos diversos anotadas ao longo da vida. Um dos mais belos livros do século XX. Texto escrito com pincel e ausência de tipografia. Em algumas páginas as palavras aparecem recortadas na própria cor e quebram, deste modo, as fronteiras entre o que é ilustração e o que é texto. O livro é pensado pelo artista como um objeto, como uma unidade na qual não é possível separar quem escreve de quem ilustra a edição.

Nesta coletânea incipiente de rastreamento do livro de arte não poderia ficar de fora o livro valise de Marcel Duchamp (Figura 9). “Tudo o que fiz de importante pode ser colocado numa pequena valise”, diz Marcel Duchamp a respeito de sua obra. Edição de 300 múltiplos-caixas, confeccionadas artesanal e pessoalmente pelo próprio artista entre 1936 e 1941, nesta caixa-valise estão *O Grande Vidro*, *O Grande Nu descendo a Escada*, *L.H.O.O.*, *O frasco do Ar de Paris*, *A Fonte* e *a Ampola de farmácia* e o *Urinol*, estes dois últimos em tamanho reduzido; além de *O Pente*, e *A capa de máquina de escrever*. Um título como *A noiva despida por seus celibatários, mesmo* - obra apelidada de *Grande Vidro* - tem sido objeto de debates inesgotáveis, mesmo depois de quase um século. “Podemos considerar o conceito de unidade trabalhado em livros como os de

Sonia Delaunay e de Matisse similar ao de *Caixa- valise*, de 1941, e *La Marie mise à nu par sés célibataires, même* (Caixa verde), de 1934, sendo esta uma peça que teria como finalidade acompanhar a leitura da obra *O grande vidro*, de Marcel Duchamp. Poderíamos considerar esses como alguns dos antecedentes do que viria a ser mais tarde, a partir dos anos sessenta, conhecido como “livro de artista”.

Os livros de artista são uma espécie de livros-objeto que não possuem a mesma função e vão além do conceito livro para se assumirem como objetos de arte. São objetos produzidos por artistas, são únicos e possibilitam a aproximação real, tátil e visual com a produção do artista. (incluir o conceito do Pedro correa do lago)



Figura 5: o formato sanfona do livro

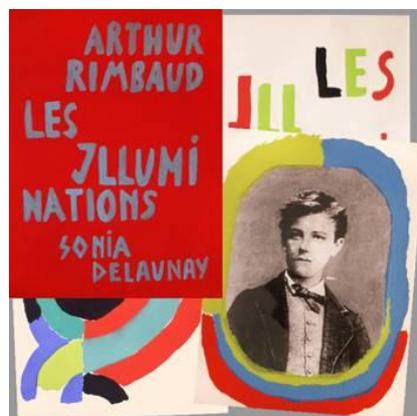


Figura 6: *Les Illuminations*, de Rimbaud e Léger, 1949.

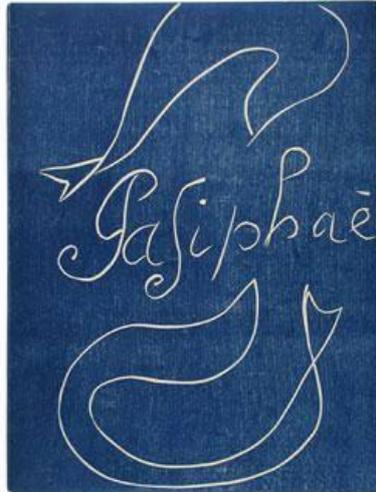


Figura 7: Pasiphaë, chant de Minos (Les Crétois),1944.



Figura 8: Jazz, de Matisse, 1947.



Figura 9: Valise de Marcel Duchamp

Diferenciar um livro de artista de um outro livro de arte é uma tarefa complexa. O livro de artista é utilizado como campo primário pelos poetas e artistas concretistas Haroldo e Augusto de Campos e Décio Pignatari, e em nenhum desses casos a imagem está como ilustração. Neste caso, o livro de artista é trabalhado entre as fronteiras da literatura e das artes visuais. E assim,

desenvolve um processo de maneira muito peculiar a fim de explorar a palavra como elemento visual.

Pode-se estar com o livro nas mãos, um objeto não mais idolatrado. A tiragem é de edição comercial. O livro de artista não pertence mais às jóias raras de uma biblioteca. Com a reprodutibilidade, chega a um número significativo, não se releva a aura da obra única. Diante disso é espaço público e democrático, pode ser visitado a qualquer momento. Tal obra se relaciona com o leitor, não está mais como peça de contemplação; o observador passa agora a portador, tem o objeto artístico em suas mãos.

A fotografia e o livro de arte

Um dos livros de fotografia publicados nos anos 60 nos Estados Unidos pode ser pensado aqui nesta interface do livro de arte e livro de artista. *Twentysix Gasoline Stations*, de Ed Ruscha,(1963), é composto por uma série de 26 fotografias de estações de gasolina, sem texto, só com legendas a identificar a marca e a localização das referidas estações.

O título apareceu mesmo antes de ter pensado nas imagens. O autor, fotógrafo, usa a fotografia como linguagem visual. Este livro não é feito para albergar uma coleção de fotografias de arte. Numa sequência de imagens somos levados a construir uma relação entre elas e conseqüentemente a fazer surgir uma narrativa. Pensando a narrativa como “discurso capaz de evocar, através da sucessão temporal e encadeada de fatos, um mundo dado como real ou imaginário, situado num tempo e num espaço determinados”, (SODRÉ,) a imagem como narrativa se põe diante de nossos olhos, nos apresenta um mundo.

Para Beaumont Newhall: *The pencil of nature*, Henry Fox Talbot, 1844-1846 (Figura 10) é um marco da história da fotografia, “o primeiro livro ilustrado com fotografias e a primeira produção em massa de fotografias”. A razão de ser do livro está nas fotografias e o texto funciona como uma legenda aumentada. O primeiro livro de fotografias produzido no mundo teve intenção didática, de mostrar o processo fotográfico. Talbot foi vendendo os fascículos aos poucos. O livro tinha página com foto colada e outra com texto. E usava do processo de

calotipia (invenção do negativo/positivo) A razão de ser do livro está nas fotografias e o texto funciona como uma legenda aumentada. "O gabinete inteiro de um Virtuoso e colecionador da China antiga pode ser representado no papel, em pouco mais de tempo do que levaria para fazer um inventário escrito descrevendo-o da maneira usual", comentava Talbot.



Figura 10: *The pencil of nature*, Henry Fox Talbot, 1844- 1846

As 24 imagens incluíam paisagens, arquitetura, still, mas somente um retrato - isso por conta do longo tempo de exposição necessário-, e junto a cada uma, um pequeno texto exaltando as vantagens da nova técnica. Hoje ainda existem quinze livros originais completos.

O livro fotográfico brasileiro

No Brasil, alguns pesquisadores da fotografia oitocentista como Joaquim Marçal e Pedro Vasquez consideram que *Brésil Pittoresque*, de Victor Frond, 1859 (Figura 11) apresenta pela primeira vez um registro fotográfico do trabalho escravo e da vida rural no país e define os paradigmas da fotografia de paisagem no Rio de Janeiro, popularizando temas como o Pão de Açúcar, os Arcos da Carioca e o outeiro da Glória.

O primeiro livro fotográfico brasileiro é composto por conjunto de estampas fotográficas encadernadas depois. Victor Frond em 1859, 60,61

produziu esta obra em negativo de vidro, com colódio úmido e levou as cópias para Paris, onde foi feito litografia. A publicação apresenta texto de Charles Ribeyrolles e litografias realizadas a partir de registros fotográficos de Frond. O Brasil Pitoresco foi a primeira obra de viajantes publicada no país com ilustrações obtidas de fotografias. Os textos traduzem sensações sugeridas pelas imagens:

Às vezes, nos dias tórridos de estio, a cidade é como uma cuba esaldante e o próprio negro procura abrigo. Onde achar o fresco, a brisa, a sombra? Não há árvores, não há galerias nas grandes praças. O largo do Paço, que se estende ao longo da baía, não passa de um lugar árido, calcinante, sem um arbusto, sem uma simples cobertura. Apenas o chafariz dá a sombra de um homem e o refrigério de suas águas. (FROND, _

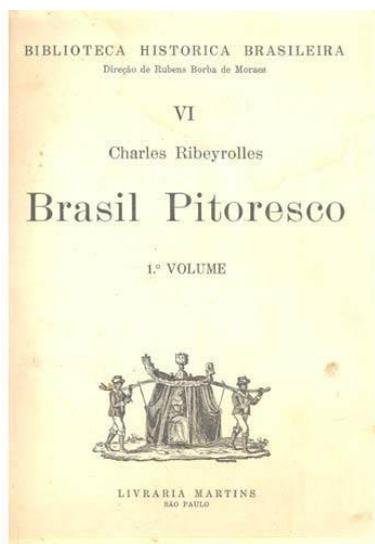


Figura 11: *Brésil Pittoresque*, de Victor Frond, 1859

Outro livro importante dentro da nossa história seria *Doze horas em diligência: Guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora* do alemão Rever-Henry Klumb, 1872, (Figura 12). Entre cachoeiras e penhascos, o viajante que resolvia percorrer em diligência os 144 quilômetros da Estrada União-Indústria, de Petrópolis a Juiz de Fora, desfrutava de paisagens deslumbrantes, sentado com outras sete pessoas numa cômoda viatura importada da Inglaterra e puxada por

quatro mulas. O próprio autor afirma no prefácio: “O livro não tem merecimento a não o de ser o primeiro guia do viajante, feito no paiz, guia ilustrado de desenhos copiados da fotografia (...) A idéia primeira é de 1861, em 1863 trabalhei nela, em 1864, 1865 e 1866 acabei as vistas, em 1870 tratei da publicação com um editor e enfim em 1872 vejo-a realizada!”. As 29 litografias que acompanham o texto, produzidas a partir de fotografias realizadas pelo próprio autor, documentam algumas das etapas da viagem, com suas belezas naturais e os marcos da intervenção humana na paisagem.

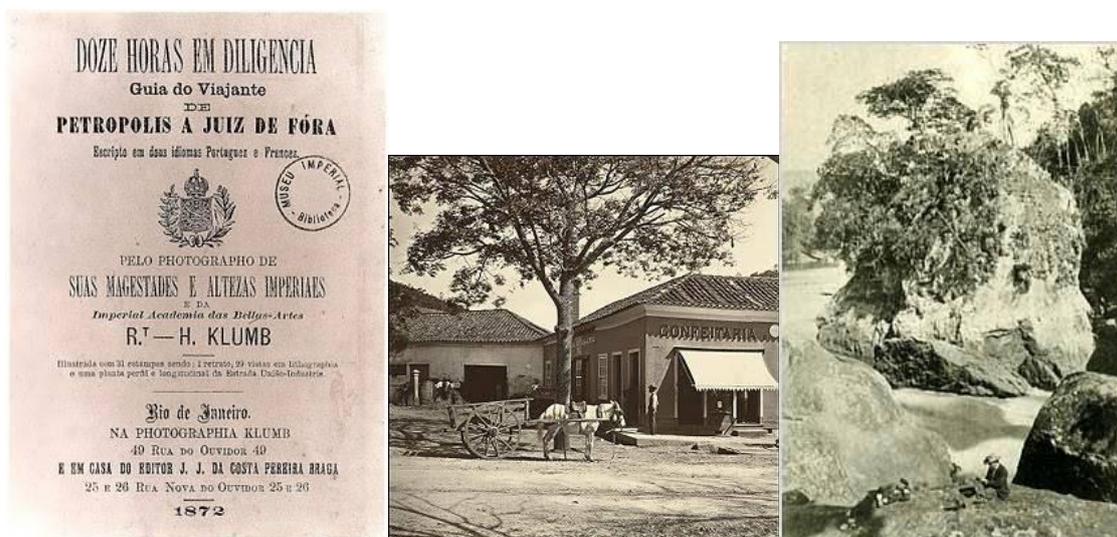


Figura 12: *Doze horas em diligência: Guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora*, de Rever-Henry Klumb, 1872.

Fazendo um salto do século XIX para o XX, é imprescindível citar *Flagrantes do Brasil*, 1950, do fotógrafo francês radicado em nosso país, Jean Manzon (Figura 13). A produção do fotógrafo materializa as temáticas evocadas no discurso do período. Assim, Manzon é assumido como sujeito de seu tempo e agente da construção de um imaginário social brasileiro nesses anos de 1940, momento em que se buscava criar uma identidade para o Brasil e, sobretudo, dar visibilidade a ela.

Para Marçal, na evocação do grande tema da identidade brasileira, onde o passado e a tradição servem como forte sustentáculo, surge um repertório temático que pode ser dividido da seguinte maneira: POVO, a fisionomia, a miscigenação/etnias, o homem novo, o caráter trabalhador; GEOGRAFIA: cenários nacionais (no campo e na cidade); o mapeamento do território; a

interação do homem com a terra, costumes e tipos regionais; CULTURA: manifestações de festas populares, cerimônias da religião, os personagens notórios.

O livro conta com apresentação de Rachel de Queiroz e Manuel Bandeira, lendas de Orígenes Lessa e texto em inglês de George Reed. Na visão de Manzon, o povo é, antes de tudo, uma gente de valor. Não existem maus, não existem fracos, não existem feios. Mesmo nos cenários de pobreza, o que está em foco é a dignidade, o bom caráter, o bom brasileiro – o bom trabalhador.



Figura 13: *Flagrantes do Brasil*, 1950, de Jean Manzon

Na década de 80, vale destacar o olhar de outra estrangeira, porém aqui com visão literária e poética: Maureen Bisilliat em *Sertões: luz e trevas*, 1982 (Figura 14). As fotografias de Maureen Bisilliat neste livro nos fazem perceber algo que está além do mero registro mecânico de cenas do sertão. “Os aspectos plásticos da imagem como cores, ângulos, penumbras, desfoques e as poses e expressões faciais dos personagens nos fazem pensar que há nesses operadores uma dimensão relacionada ao olhar do espectador, para o qual a imagem se dirige e cujo efeito é o de uma discursividade visual”.

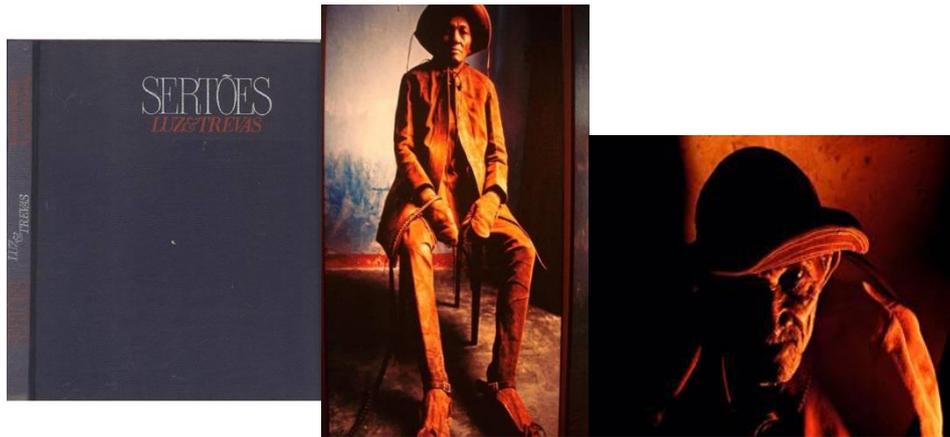


Figura 14: *Sertões: luz e trevas*, de Maureen Bisilliat, 1982

Já outro livro de um dos artistas visuais contemporâneos brasileiros mais expressivos e reconhecidos internacionalmente, Miguel Rio Branco, nos premia com *Silent Book*, 1977. O livro não possui apresentação ou prefácio, mas representa um dos extremos da proposta do livro fotográfico.

Numa produção contemporânea, marcada pela influência da produção digital na era impressa, um autor/fotógrafo mineiro, João Castilho de destaca na experimentação de linguagens. Ele transita entre as materialidades e produz fotolivros conceito que se articula bem para classificar os livros de fotografias, que ora são livros de artistas, ora livros de arte e, muitas vezes, os dois ao mesmo tempo. *Peso morto*, 2010, (Figura 15) João Castilho apresenta questões muito próximas das possibilidades de caminhar entre a potência física de um livro, da irredutibilidade simbólica do seu conteúdo e da contemplação estética que se espera encontrar nas imagens que nele estão. “Esses pontos são factíveis em qualquer obra como uma tradição. Entretanto, em *Peso Morto*, o processo de fruição com o leitor passa a ser decantado por seus pormenores que são, na verdade, o fio condutor do sabor das metáforas, da subjetividade e poética de investigação insciente de Castilho”.

Como forma, o livro é pequeno – o que foge dos padrões recorrentes dos livros de fotografia – e apesar do volume que indica ser um calhamaço, a mão segura o peso de uma ilusão, leve e estranha ao que esperávamos. Deste primeiro contato sensorial, abrimos e logo temos uma pista da reflexão que o artista João Castilho imbrica em sua produção, ou seja, da pesquisa que evoca o

próprio questionamento dos seus sentidos, de sua dinâmica entre fazer e projetar para o outro ou seria de encontrar e propor para o outro? Impasses como este percorrem a narrativa simbólica de *Peso Morto*.



Figura 15: *Peso morto*, 2010 e *Pulsão escópica*, 2012, de João Castilho

Na epígrafe, Castilho transcreve uma pequena citação do artista expoente da *Land Art*, Robert Rauschenberg, de 1967. Na página seguinte, singelamente, Castilho diz: “Convidei quatro amigos escritores para que, olhando as fotografias que se seguem, escrevessem um texto”. É assim, bem didaticamente que o artista descreve o que encontraremos ao virar aquela página. O ritmo que se segue, portanto, é de imagens intercaladas pelos textos instigantes dos “amigos escritores” convidados: Vera Casa Nova, Marcelino Freire, Eduardo Jorge e Joca Reiners Terron. Cada um, ficcionaliza, lança itinerários no campo da literatura, os quais fazem com que as imagens ganhem movimento em nossa percepção.

Os mais duros podem pensar, então há mais “peso” na narrativa fotográfica nesse livro porque há belos textos? Há aspectos a serem observados nesta questão da linha editorial (explicitamente bem resolvida através da concepção do design) que é relevância de pensarmos em *Peso Morto* como um exercício de deslocamento da condição do nosso olhar. Nesse ponto, é profícuo o encontro entre a palavra e a imagem, entre a literatura e o imaginário, entre perceber o que outros podem criar a partir delas e do quão podemos avançar por si próprios.

Já em *Pulsão escópica*, 2012, o título remete à psicanálise, as imagens toscas foram captadas por webcam. O tema, relações virtuais na rede, segue em direção ao sexo/voyerismo. E o projeto gráfico cria interessantes

situações/metáforas para envolver o leitor. O primeiro convite é explícito: a capa espelho propõe ao leitor, antes de tudo, deparar-se com sua própria imagem. E o furinho no alto (câmera de computador?) parece avisar: você pode ver e ser visto. “Você olha, mas o seu olhar só é completo se alguém olha você de volta. Ver e ser visto, é esse o jogo afirma João Castilho, que se envolveu em conceito tratado (e não nomeado) por Sigmund Freud. Mais tarde, quem definiu o termo foi Jacques Lacan, como explica Pedro Castilho, irmão psicanalista de João, em texto que encerra a obra ao fim de 220 imagens: “O olhar do outro só se torna objeto de reconhecimento a partir do momento em que existe uma subjetivação da imagem dando-lhe vida como um brilho no olhar, um momento nulo, o instante zero na construção de uma imagem (Lacan, 1964/2004)”.

Para concluir, gostaria de enfatizar que esta comunicação tem um caráter de mapeamento de uma pesquisa que se interessa pela produção estética e conceitual da criação do livro de fotografia, denominado fotolivro e que expressa em sua composição muitos dos preceitos do livro de artista e livro de arte, trazidos aqui como apresentação. A produção de fotolivros está em franco desenvolvimento. Em 2014 numa exposição no Museu ReinaSofia em Madri, esteve em evidência, como também numa recente mostra no Instituto Moreira Sales no Rio de Janeiro, em 2013. Através da Lei de incentivo a este tipo de publicação e a vários editais é cada vez maior a produção deste tipo de publicação que promove um farto potencial de pensamento a respeito tanto do tema que se dedica a mostrar, quanto a questões teóricas e estéticas passíveis de discussão a partir de sua criação.

Referências bibliográficas

Pedro Vasquez, curso

(Catarina Helena Knychala em *O livro de arte brasileiro: teoria, história, descrição*. Rio de Janeiro: Presença: Brasília: INL, 1993)

A construção dos “outros”:

ensaios e fotografias sobre os indígenas chilenos durante o século XIX e primeiras décadas do XX

MATEUS FÁVARO REIS (UFOP)

Ao longo do século XIX, os impressos, por meio de seus diferentes suportes materiais, ocuparam um espaço de destaque em relação aos debates políticos e socioculturais, estreitamente articulados à construção dos Estados nacionais tanto na América Latina quanto em outras partes do globo.

Foram importantes para dar contornos mais delimitados para a chamada esfera pública ou para os espaços públicos;¹ permitiram corporificar lugares para

1 HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984; GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick et al. Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüidades y problemas. Siglos XVIII-XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

a confrontação de ideias e criação de engajamentos políticos; bem como captaram e promoveram a elaboração e difusão de identidades.²

Textos e imagens teceram inúmeras articulações, também em diálogo com a pintura histórica, atuando em conjunto para a “elaboração de marcos simbólicos definidores de identidades nacionais”.³ Cabe lembrar que as produções imagéticas de diferentes formas circularam em versões impressas, inclusive de forma conjunta.

No caso específico do Chile, a segunda metade do século XIX foi marcada pela vasta expansão territorial do país, o que engendrou a necessidade de redefinições a respeito das diversidades geográficas, das fronteiras nacionais e, acima de tudo, dos “habitantes compreendidos na esfera do nacional”.⁴ Outra lembrança importante para o leitor diz respeito ao texto da Constituição da República do Chile, promulgada em 1833, que definia a contiguidade das terras que formavam o território compreendido entre o deserto do Atacama, ao norte, e o Cabo de Hornos, ao sul do continente, limitado ao leste pela Cordilheira dos Andes e ao oeste pelo Oceano Pacífico.⁵ Em suma, legalmente havia a previsão de que o Wallmapu pertencia de fato ao Chile.

Nesse sentido, a incorporação obrigatória, via ação armada, da Araucanía ou Wallmapu ao território nacional desempenhou um papel fundamental para o processo de consolidação do Estado e revisão do lugar dos indígenas, acima de tudo, dos povos mapuche no interior de uma república, que, segundo o historiador chileno Rafael Sagredo, era bastante limitada devido às suas estruturas e práticas autoritárias.⁶

2 ALONSO, Paula (Comp.). Construcciones impresas. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los Estados nacionales en América Latina, 1820-1920. Buenos Aires: FCE, 2004; DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Eds.). Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006.

3 PRADO, Maria Lígia Coelho. Nação e pintura histórica: reflexões em torno de Pedro Subercaseux. In: PAMPLONA, Marco Antônio; STUVEN, Ana María (Orgs.). Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 187.

4 PURCELL, Fernando. Fotografia e território no imaginário nacional. Chile: 1850-1900. In: PAMPLONA, Marco Antônio; STUVEN, Ana María (Orgs.). Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 212-213.

5 Ibidem, p. 214.

6 SAGREDO, Rafael. Chile: de fines terrae imperial a “copia feliz del edén” autoritario. In: CHIARAMONTE, José Carlos; MARICHAL, Carlos; GRANADOS, Aimer (Comps.). Crear la nación. Los nombres de los países de América Latina. Buenos Aires: Sudamericana, 2008, p. 41-67.

Além disso, a historiografia chilena tem cada vez mais enfatizado o controle repressivo e a busca pela subordinação dos chamados setores populares – com a inclusão dos indígenas – por parte das elites governantes, durante boa parte do século XIX, que divulgaram, em grande medida por meio dos impressos, visões que não os incluíam realmente na construção da cidadania e os consideravam como entraves ou obstáculos para se trilhar os caminhos vistos como “civilizatórios”.⁷

Mais especificamente em relação aos territórios do Wallmapu e suas populações, os historiadores Julio Pinto e Verónica Valdivia assinalaram que se arquitetou uma ambivalência evidente durante as décadas iniciais de formação do Estado chileno. Em primeiro lugar, em 1812, houve a proposta – abandonada pouco tempo depois – da adoção de uma bandeira contendo um casal de indígenas. Em segundo, o segundo jornal oficial, depois de *La Aurora de Chile*, recebeu o título de *El Monitor Araucano* (1813-1814). Em terceiro, durante uma das primeiras celebrações da independência, no dia 18 de setembro, as mulheres foram vestidas de trajes indígenas. Por fim, importantes líderes da luta contra o Império Espanhol, como Bernardo O’Higgins e Camilo Henríquez, olhavam com simpatia as “façanhas” dos indígenas que também haviam lutado contra os espanhóis em prol de sua liberdade, particularmente aqueles situados na região do Wallmapu ou Araucanía.⁸ Posteriormente, entre 1830 e 1877, foi publicado o periódico bisemanal *El Araucano*, inspirado pelos governos conservadores dos anos 30.

Não se pode esquecer que uma das fontes para a construção do imaginário sobre os indígenas que habitavam a região de Arauco foi o poema épico *La Araucana*, publicado na Espanha, em 1569, por Alonso de Ercilla, em que cantou os des(encontros) entre os espanhóis e os nativos. Madrilenho de nascimento, Ercilla foi para o Peru e acompanhou o governador e capitão geral da Capitania do Chile García Hurtado de Mendoza na luta contra a sublevação dos araucanos (particularmente do grupo que ficou conhecido como *mapuches*),

7 GREZ, Sergio (Ed.). La “cuestión social” en Chile. Ideas y debates precursores (1804-1902). Santiago: DIBAM, 1995; ILLANES, María Angélica. Chile Des-centrado. Santiago: LOM, 2003; SALAZAR, Gabriel. Construcción del Estado en Chile (1800-1837). Santiago: Sudamericana, 2005.

8 PINTO, Julio; VALDIVIA, Verónica. ¿Chilenos todos? La construcción social de la nación (1810-1840). Santiago: LOM, 2009, p. 58-60.

entre 1557 e 1559. Suas ideias tiveram uma significativa recepção e apropriação durante o século XIX. Para citar um exemplo, Andrés Bello leu *La Araucana* como um poema de fundação nacional. Ercilla apresentou a região da capitania como isolada e insular, habitada por um povo guerreiro e indomável, o que criou, ao longo da história da construção da identidade nacional chilena, uma espécie de mito das origens.⁹ Cabe lembrar que Neruda, entre outros autores, afirmou que o Chile era uma “invenção de Ercilla”.¹⁰

Segundo o também historiador Jorge Pinto, os debates do nascente Estado chileno enfatizaram, ainda que com visões bastante divergentes, que os indígenas precisavam sofrer um processo de “civilização” e reunião efetiva aos demais habitantes do território nacional, mas ainda respeitando suas opiniões até a década de 1840. Entretanto, com o passar dos anos a precária “inclusão” dos mapuche à República passou a sofrer críticas, que se intensificaram durante a segunda metade do século XIX, levando à sua submissão e exclusão, concretizada pela chamada Ocupação da Araucanía, entre 1861 e 1883, ideologicamente apresentada como “Pacificação da Araucania”.¹¹

De forma convergente, a antropóloga argentina, Isabel Hernández, que trabalha em perspectiva comparativa e transnacional entre os cenários do Chile e da Argentina, assinalou que “para o povo mapuche, o século XIX começa com sua participação na fundação das repúblicas e culmina aniquilado pelas campanhas militares das repúblicas que ajudou a fundar”.¹²

Desse modo, o presente texto tem por objetivo mapear e levantar resumidamente parte dos impressos que desempenharam um papel fundamental para divulgar e fazer circular textos e imagens que canalizaram a elaboração de interpretações, muitas vezes ambíguas ou ambivalentes, sobre o (não)lugar dos povos indígenas na formação do Estado nacional chileno.

9 Cf. SUBERCASEAUX, Bernardo. Chile o una loca historia. Santiago: LOM, 1999, p. 51-52.

10 NERUDA, Pablo. El mensajero. In: LAGUNAS, José Ramón (Ed.). Don Alonso de Ercilla, inventor de Chile. Santiago: Editorial Pomaire, 1971, p. 9-12. Anteriormente, Neruda havia escrito um poema sobre Alonso de Ercilla em Canto general, de 1950.

11 PINTO, Jorge. De la inclusión a la exclusión. La formación del estado, la nación y el pueblo mapuche. Santiago: USACH, 2000.

12 HERNÁNDEZ, Isabel. Autonomía o ciudadanía incompleta. El pueblo mapuche en Chile y Argentina. Santiago: Pehuén, 2003, p. 121.

Textos e imagens: diálogos possíveis

Entre as décadas de 1850 e 1900, inúmeros textos e imagens foram publicados a respeito do território chileno e de seus habitantes, englobando inevitavelmente questões relacionadas à construção da nação, para além do Estado nacional, marcados pelo irrefreável desejo de conhecimento e controle sobre os mesmos, que paulatinamente derrotou as propostas de incorporação pautadas pela horizontalidade de relações com respeito às populações indígenas.

Em breves linhas, a abordagem de imagens pelos estudos históricos deve estar atenta para as suas especificidades, representadas, na presente pesquisa, pelas litografias, gravuras e fotografias que foram publicadas em textos de naturalistas, mas também na forma de cartões postais e cartões de visita dos próprios fotógrafos que presenciaram o processo de Ocupação do Wallmapu. Segundo Maria Eliza Linhares Borges, a fotografia não deve ser tomada como um mero espelho do real, mas pode ser questionada e interpretada, pois ela não é neutra, uma vez que “[...] também cria verdades a partir de fantasias do imaginário quase sempre produzidas por frações da classe dominante”.¹³

Dentro dessa perspectiva, é necessário um olhar atento sobre as imagens fotográficas, pois, como salientou Serge Gruzinski, “com o mesmo direito do que a palavra e a escrita, a imagem pode ser veículo de todos os poderes e de todas as vivências. [...] O pensamento que desenvolve oferece uma matéria específica, tão densa quanto a escrita, ainda que frequentemente seja irreduzível a ela [...]”. Para Gruzinski, o debate historiográfico a propósito do lugar das imagens deve estar atento para os interesses dos grupos que as veiculam, para os enfrentamentos de visões de mundo e para o que ficou esquecido.¹⁴

A análise em conjunto de imagens e textos podem trazer à tona elementos que podem não receber a necessária valorização, quando tomados em uma perspectiva isolada, sobretudo em relação ao chamado conteúdo, como propôs Panofsky, ao sublinhar que “é a atitude básica de uma nação, período, classe,

¹³ BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 69.

¹⁴ GRUZINSKI, Serge. *La guerra de las imágenes*. De Cristóbal Colón a “Blade Runner” (1492-2019). México: Fondo de Cultura Económica, 1994, p. 13-14.

crença filosófica ou religiosa – tudo isso qualificado, inconscientemente, por uma personalidade e condensado numa obra”.¹⁵

Mesmo que Panofsky não tenha abordado a a fotografia como “obra de arte”, penso que é possível fazer uma adaptação de sua interpretação para o caso em questão. É importante, dessa forma, ter em mente a interpretação de Alejandra Mailhe sobre as relações entre a fotografia e o ensaio no México da virada do século XIX para o XX. Segundo a autora argentina, “geralmente, a fotografia do século XIX situa os indígenas em poses rígidas diante da câmera, limitando-se a fixar una tipologia racial despersonalizada, e sem sugerir a dinâmica potencial dos corpos”.¹⁶

Havia no Chile, como no México do século XIX, textos, pinturas, litografias e fotografias que configuravam um repertório para definir os tipos sociais nacionais e populares, marcando diferenças em relação aos indígenas? É preciso investir também nessa interrogante, em outro momento, para entender de forma mais consistente a produção de imagens no país sul-americano. Contudo, não pode ser menosprezado o fato de que, por exemplo, muitas litografias foram publicadas pelo francês Pierre Frédéric Lehnert tanto sobre o México quanto sobre o Chile, em obras francesas, mexicanas e chilenas, como *Voyage pittoresque et archéologique dans la partie la plus intéressante du Mexique*, de Carl Nebel,¹⁷ em 1836; *Album pintoresco de la República Mexicana*, em conjunto com Urbano López, em 1850 (editora Julio Michaud y Thomas); além de inúmeras litografias publicadas nas obras do naturalista francês Claudio Gay, que viveu no Chile, entre 1828 e 1842, como *Consideraciones sobre las minas de mercúrio de Andacollo e Illapel con su posición geológica* (Valparaíso, 1837); *Historia física y política de Chile* (1844-1848) e *Atlas de la historia física y política de Chile* (1854), em Paris.

¹⁵ PANOFSKY, Erwin. Significado nas Artes Visuais. 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 33.

¹⁶ MAILHE, Alejandra. ¿Es posible conocer al otro? Indagaciones en torno a la relación entre fotografía y ensayo en El México desconocido de Carl Lumholtz. In: SOULAGES, François; SOLAS, Silvia (Comps.). Fotografía y cuerpos políticos. La Plata: Edunlp, 2010, p. 95.

¹⁷ Nebel viveu no México entre 1829 e 1834. Em 1836, publicou em Paris *Voyage pittoresque et archéologique dans la partie la plus intéressante du Mexique*, com 50 litografias a partir de seus desenhos, com a participação de Alexander von Humboldt.

Uma evidente articulação entre texto e imagem ocorreu com a publicação de *Atlas de la historia física y política de Chile*, em dois tomos, em 1854. No mapa de abertura da obra há a identificação geral da “Araucanía” como parte do Chile e de suas populações indígenas como *indios independientes*. Posteriormente, há a publicação de um retrato de Diego Portales, que havia contratado Gay como naturalista. Contudo, é bastante intrigante perceber que nos mapas mais detalhados reproduzidos após o retrato de Portales, o Wallmapu não recebe uma atenção como as demais regiões do país, mas englobado à *Provincia de Concepción*, para usar a denominação do autor. Ou seja, a representação do território dos *indios independientes* já figurava como uma região “vinculada” ou adjacente à região de Concepción.

Mais significativa foi a publicação de sete lâminas sobre “os costumes dos araucanos” em seus territórios, sempre com a presença de cavalos, guerreiros, rituais religiosos e uma lâmina de Lehnert sobre a prática do *malón*, isto é, o rapto de colonos, mais especificamente de mulheres e crianças por parte dos indígenas, inspirada numa gravura sobre o tema de ampla circulação, elaborada pelo pintor e desenhista bávaro Johann Moritz Rugendas. Vale lembrar que Rugendas, após morar no Brasil e México, viveu sua mais longa estadia americana no Chile, entre 1834 e 1842.

Segundo a biógrafa Getrudis Rickert, Rugendas foi para o Chile com o intuito de “admirar a sublime beleza dos Andes” e conhecer os “belicosos araucanos”, que tinha tomado conhecimento com a leitura de *La Araucana*, de Ercilla.¹⁸ A viagem para visitar parte das terras do Wallmapu ocorreu em 1835 e Rugendas deixou um legado de imagens, supostamente de “caráter etnográfico”.¹⁹

Sem espaço para focar a obra de Rugendas forma mais pausada e minuciosa,²⁰ não é arriscado afirmar que traçou paralelos com imagens e textos

¹⁸ Citado por PEREIRA SALAS, Eugenio. Juan Mauricio Rugendas (1802-1858). Pintor de las Américas. In: RUGENDAS, J. M. Album de trajes chilenos [1838]. Santiago: Editorial Universitaria, 1973, p. 17.

¹⁹ Helmut Schindler citado por GALLARDO, Viviana. Rugendas, artista viajero y su aporte a la construcción de la representación indígena. *Tiempo histórico*, Santiago, n. 4, p. 69, 2012.

²⁰ Sobre o tema, consultar o texto de Gallardo citado na nota anterior, bem como a coletânea organizada por Pablo Diener. Cf. DIENER, Pablo (Org.). *Rugendas: América de punta a cabo. Rugendas y la Araucanía*. Santiago: Editorial Aleda, 1992.

que circulavam tanto no Chile quanto em outros meridianos. Todos eles contribuíam para a construção de um repertório complexo a respeito das populações indígenas que habitavam os territórios ainda não incorporados de fato ao Estado chileno.

Assim, a publicação de Claudio Gay se incluía nesse rol de textos que ainda possibilitavam representar a “liberdade” dos indígenas face aos conquistadores e colonizadores desde o século XVI. Por outro lado, contribuíam para a difusão de imagens que os dotavam de aspectos ameaçadores e desafiantes para a expansão da chamada “civilização”, particularmente nas representações do *malón*, que, diga-se de passagem, foram elaboradas sem que os naturalistas e viajantes experimentassem tal prática que povoava o imaginário de chilenos e argentinos do período, como bem exemplifica o poema épico *La cautiva*, de Esteban Echeverría, publicado em 1837.

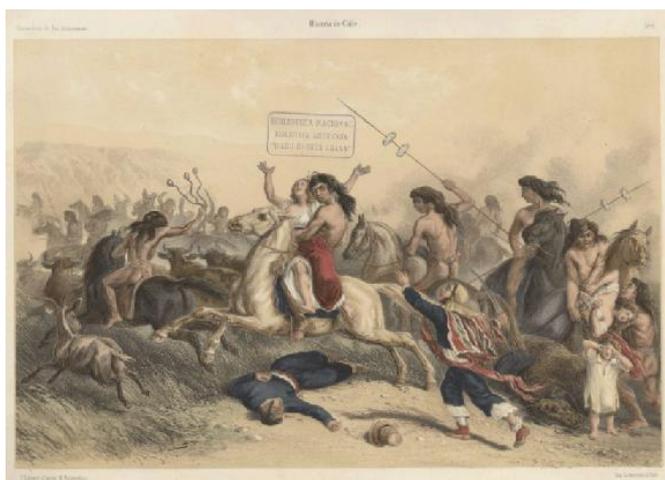


Figura 01: *Un malón*, adaptação de Lehnert do óleo sobre tela de Rugendas intitulado *El malón*, de 1844

Um olhar, ainda que ligeiro sobre a imagem, pode imaginar a angústia que causava entre os chilenos e colonos que a vissem, além de reforçar visões que alimentavam um imaginário dos indígenas como pouco confiáveis, “saqueadores” e “selvagens”. Mais curioso ou mesmo perverso é reconhecer que os incontáveis povos “indígenas” que habitavam o “continente” que passou a ser conhecido como América a partir da conquista e colonização sofreram a invasão de seus

territórios e o rapto de indivíduos numa proporção profundamente maior do que os conquistadores e colonos.²¹

Quase uma década antes da publicação de *Atlas de la historia física y política de Chile*, ou exilado ou expatriado europeu no Chile, o polonês Ignacio Domeyko, incorporado à Universidade do Chile e ao colégio de Coquimbo, visitou a região compreendida entre as províncias de Valdivia e Concepción, em 1845, e publicou no ano seguinte o livro intitulado *Araucanía i sus habitantes. Recuerdos de un viaje hecho en las provincias meridionales de Chile, en los meses de de enero i febrero de 1845*, pela Imprenta Chilena, em Santiago.

O texto que apresentava dois mapas da região argumentava que as interpretações dos chilenos do momento transitavam entre comparar a heroicidade e luta pela liberdade de “um” povo que, ao contrário, das poderosas organizações políticas dos mexicas e dos incas, não havia sido conquistado pelos espanhóis, e a constatação de que haviam “conservado seu antigo caráter e seus costumes selvagens, e que ainda mantém sua altaneira frente em face do cristianismo, empunhando sua ameaçadora lança do meio de suas montanhas!”.²² Ainda que com tons de críticas e qualificar os “araucanos” de pensativos, muito distante de associá-los à ideia comum de “bárbaro” ou “selvagem”, Domeyko conclamava a população a conhecer melhor o território, os seus usos e costumes, bem como os desafios que existiam para promover a sua “redução”.²³ A conclusão do autor era evidente:

Ali está o belo campo em que exercerá suas virtudes e seus religiosos zelos o sacerdote chileno; ali terá o homem de estado o mais nobre objeto para suas meditações e desvelos, o soldado ocasiões belas para ensaiar seu valor cívico e seu patriotismo, e a juventude chilena um espaço imenso para suas mais nobres inspirações.²⁴

²¹ Ver, por exemplo, MONTEIRO, John. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

²² DOMEYKO, Ignacio. *Araucanía i sus habitantes. Recuerdos de un viaje hecho en las provincias meridionales de Chile, en los meses de de enero i febrero de 1845*. Santiago: Imprenta chilena, 1846, p. 2.

²³ *Ibidem*, p. 3.

²⁴ *Ibidem*, p. 105.

Assim, mesmo ao se posicionar contrariamente à conquista das populações que viviam no Wallmapu, Domeyko reforçava a ideia de que não havia possibilidade de viverem de forma autônoma e soberana. Para retomar as palavras de Julio Pinto e Verónica Valdivia, “o preço da ‘fraternidade, igualdade e prosperidade’ que se oferecia à população indígena era a supressão de sua condição como tal, adiantando o que seriam as políticas liberais focalizadas nesse setor da sociedade ao longo do século XIX latino-americano”.²⁵

Alguns anos após a publicação do Atlas de Gay, o Estado chileno estabeleceu como prioridade a ocupação efetiva das terras do Wallmapu, devido a vários fatores que não temos espaço para detalhar aqui, como a necessidade de expansão de terras para a agricultura, a realização de dois movimentos rebeldes da província de Concepción, com o apoio de parcelas da população indígena, em 1851 e 1859 e a ação do viajante francês Orellie Antoine, que se proclamou “Rei de Araucania e da Patagônia”, em 1861.

Durante a ocupação das terras, que enfrentou uma significativa resistência indígena, inúmeros personagens militares e civis produziram textos e imagens, particularmente fotografias que, por um lado, se nutriram dos imaginários a respeito daquelas populações em circulação no período, mas, por outro, desembocaram em críticas sobre a ação dos conquistadores.

A seleção inicial das fotografias para a pesquisa originou-se do projeto desenvolvido pela Universidade Católica do Chile, intitulado *Fotografía Mapuche, Realidad y Representación*, que estão disponíveis para consulta no sítio web <http://www6.uc.cl/proyectos/mapuches/html/menu.html>. Assim, é preciso salientar que o material, composto por 40 fotografias, já foi pré-selecionado e que o trabalho tem como ponto de partida um recorte do qual não participa inicialmente. Entretanto, parte das fotografias está distribuída em arquivos e museus fora do Chile, o que poderia dificultar a sua realização.

²⁵ PINTO, Julio; VALDIVIA, Verónica. ¿Chilenos todos? La construcción social de la nación (1810-1840). Santiago: LOM, 2009, p. 61.

Segundo Margarita Alvarado P., Pedro Mege R. e Christian Báez A.,²⁶ foram tiradas mais de 900 fotografias por três fotógrafos principais, entre muitos outros: Christian Enrique Valck (1826-1899), Gustavo Milet (1860-1917) e Obder Heffer (1860-1945).

Oriundo da Alemanha, Valck passou a morar na cidade de Valdivia ao sul do Wallmapu e, junto com seus filhos, Jorge, Enrique e Fernando, produzem uma vasta coleção de representações fotográficas sobre o sul do Chile. Devido a esse trabalho em conjunto, é difícil estabelecer a autoria exata das fotos.

Porteño (de Valparaíso) de nascimento, Milet mudou-se para o sul do país e se estabeleceu na cidade de Traiquén, em 1890, onde continuou seu trabalho como fotógrafo, iniciada em sua cidade natal. Sua mais importante contribuição foi em relação à ampla coleção de retratos realizados sobre os mapuche.

Obder Heffer nasceu no Canadá e se estabeleceu em Santiago no final do século XIX. Interessado em fotografar aspectos da vida cotidiana tanto da cidade quanto do campo, chegando à chamada “frontera” para realizar um amplo leque de fotografias no mundo exterior, mas de acordo com a estética fotográfica em voga.²⁷

Vale ressaltar que as fotografias foram reproduzidas em diferentes suportes materiais e devem ter circulado por vastas partes do território chileno, como cartões-postais, cartões de visita e formato Cabinet. Ainda é necessário enfatizar, se possível, a esfera da circulação, recepção e apropriação desses impressos, uma vez que atualmente fazem parte de coleções de diferentes museus na Alemanha, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda e, evidentemente, Chile. Para os objetivos desse texto, cabe ainda ressaltar que cobrem um longo período de publicação, entre as décadas de 1860 e 1920.

A análise das fotografias precisa ser articulada às outras imagens que foram produzidas, principalmente, no período anterior à “Ocupação da Araucania” e aos

²⁶ ALVARADO, Margarita; MEGE, Pedro; BÁEZ, Christian. Mapuche. Fotografías Siglos XIX y XX. Construcción y Montaje de un Imaginario. Santiago: Pehuén, 2001.

²⁷ ALVARADO, Margarita; MEGE, Pedro. Mapuche. Construcción y Montaje de un Imaginario. Buenos Aires: Museo de Arte Hispanoamericano “Isaac Fernández Blanco”, 2004, p. 12-15.

textos que proliferaram antes, durante e após o longo processo de incorporação efetiva daquele território ao Chile.



Figura 02: Jogadores de “Palín”. Gustavo Milet, 1890 aproximadamente



Figura 03: Palín, por Pierre Frédéric Lehnert, em *Atlas Atlas de la historia física y política de Chile* (1854)



Figura 04: Obder Helfer, 1890 aproximadamente.



Figura 05: Gustavo Milet, 1890 aproximadamente.

Todas as fotos apresentadas falam mais sobre a intervenção do fotógrafo e de seus filtros, isto é, de seu capital cultural estético e de sua vontade de representar as práticas indígenas com uma estética “inventada” que de seu cotidiano, caso estivesse ausente o assédio das lentes.

Por exemplo, a imagem 1 de Milet traz uma mensagem importante para o observador, a respeito do jogo de Palín. Os indígenas, já com trajes mesclados devido à presença da “civilização”, que os vigia com a presença de cavalheiros bem trajados ao fundo, mas ainda descalços, passam uma mensagem de hierarquia entre eles. Mas também passam a ideia de que os próprios indígenas estariam incorporando os costumes do homem “branco”. Podemos comparar a fotografia de Milet com a gravura de Lehnert, publicada no *Atlas de la historia física y política de Chile*, de Claudio Gay, em 1854.

Em relação à fotografia, a cena está mais evidentemente controlada, o que pode ser uma limitação da técnica da fotografia, pois não era possível captar o jogo em andamento. Contudo, a presença dos três militares montados à esquerda e os trajes dos jogadores sinalizam para a elaboração de uma

mensagem de processo de “disciplinamento”, que também respondia aos anseios de grande parte dos chilenos que viviam distantes da região.

As fotos tiradas por Obder Heffer concedem amplo espaço para a presença de mulheres, o que intriga os olhares de quem as observa nos dias atuais e mais do que respostas sobre o mundo indígena, coloca questionamentos sobre essa seleção do fotógrafo sobre o universo feminino, que ocupa a centralidade da figura 04, com presença pequena e marginal dos personagens masculinos. As posições são impostas, estão marcadas por um controle do corpo e, assim como em outras fotografias, estão marcadas pela dramaticidade.

A figura 05, de autoria de Milet, é muito instigante também e demonstra claramente a estética de montagem adotada pelo fotógrafo, pois é bem ilustrativa a respeito de sua intervenção, uma vez que, segundo ele adornou as duas figuras femininas com adornos, sem respeitar a tradição do uso como forma de “símbolos de identidade e pertencimento étnico e social”, embaralhando a possibilidade de reconhecê-las no interior do universo sociocultural mapuche.²⁸

Para o andamento do projeto, será necessário elaborar uma interpretação mais complexa sobre a construção de imaginários sobre os indígenas por meio da fotografia, em debate com algumas obras de antropólogos, etnólogos e historiadores chilenos publicadas desde inícios do século XX até o presente, mas é possível dizer que dialogaram com a publicação de obras que os colocavam no centro de um espectro de fascínio e rechaço ao longo do final do século XIX e princípios do XX.

Além disso, geralmente, os impressos que foram publicados ao longo do século XIX apontaram para as relações assimétricas entre os indígenas e os homens “brancos” e “civilizados”. Um bom exemplo disso pode ser observado na montagem das seguintes fotografias tiradas nos inícios do século XX, como bem as interpretou Alvarado:²⁹

²⁸ ALVARADO, Margarita; MEGE, Pedro; BÁEZ, Christian. Mapuche. Fotografías Siglos XIX y XX. Construcción y Montaje de un Imaginario. Santiago: Pehuén, 2001, p. 23-25.

²⁹ ALVARADO, Margarita; MEGE, Pedro. Mapuche. Construcción y Montaje de un Imaginario. Buenos Aires: Museo de Arte Hispanoamericano “Isaac Fernández Blanco”, 2004, p. 18-19.



Figura 06: Cartão-Postal de 1930, editado por Carlos Brandt



Figura 07: Fotografia que deu origem ao cartão-postal, de autor desconhecido

A figura 06 apresenta uma família mapuche em que o *longko* (autoridade familiar) aparece como figura central, em destaque por seu caráter imponente e divergência anatômica em relação ao restante do grupo. Contudo, ela representava uma “substituição iconográfica” ou um “transplante cirúrgico” do personagem com trajes chilenos, centralizado na foto da figura 07, por outro indígena, que não necessariamente era um *longko* na sociedade representada.³⁰

Além disso, como as duas imagens podiam circular de forma paralela, uma das mensagens transmitidas pela montagem fotográfica, ainda que não correspondesse necessariamente aos objetivos do autor, consistia na interpretação de que o processo de ocupação havia substituído a liderança

³⁰ Ibidem, p. 18-19.

familiar de um mapuche por um representante oriundo das elites chilenas, “pacificando-as” e tutelando-as em direção à “civilização”.

Contudo, o ambiente já era bem mais complexo, pois circulavam entre os leitores obras de memórias, coletâneas com documentos relativos à ocupação do Wallmapu, textos de religiosos missionários;³¹ Toribio Medina havia publicado, em 1882, *Los aborígenes de Chile*; Tomás Guevara havia começado a publicar vários trabalhos “etnográficos” a respeito das populações indígenas que habitavam o Wallmapu, como *Costumbres judiciales i enseñanza de los araucanos* (1904), *Psicología del pueblo araucano* (1908), *Folklore Araucano* (1911) e *Las últimas familias i costumbres araucanas* (1913); o linguista Rodolfo Lenz publicava *Estudios araucanos. Materiales para El estudio de la lengua, la literatura i las costumbres de los indios mapuche o araucanos* (1895-1897), entre outras obras, como o *Diccionario etimológico de las voces chilenas derivadas de lenguas indígenas americana* (1910); bem como houve a publicação, em 1909 do ensaio de Leandro Narvajo Rojas, intitulado *Crónica militar de la conquista y pacificación de la Araucanía, desde el año 1859 hasta su completa incorporación al territorio nacional*; e Baldomero Lillo publicava em *Sub sole* (1907), o conto *Quilapán*, por meio do qual tecia uma crítica literária sobre a suposta superioridade dos conquistadores chilenos em relação aos indígenas.

Por fim, para uma abordagem mais sólida a respeito de uma História Intelectual em conexão estreita com a História dos Impresses, será preciso incorporar os textos publicados por historiadores que também interpretaram o processo em questão, como, por exemplo, as obras de Diego Barros Arana, Miguel Luis Amunátegui e Benjamín Vicuña Mackenna lançaram as bases de tradições interpretativas sobre o passado chileno que se vinculavam a um presente de constituição do Estado nacional, ancorada em correntes liberais, e se projetavam para um futuro a ser construído, por meio da “homogeneização” e enquadramento da população nas fronteiras da nova nação, tanto ao sul quanto ao norte. Entre as muitas outras de Barros Arana, a pesquisa tende a ficar mais completa com a inclusão dos 16 tomos de *Historia general de Chile*, publicados

³¹ PINTO, Jorge. El conflicto Estado-Pueblo Mapuche, 1900-1960. *Universum*, Talca, v. 1, n. 27, p. 172, 2012.

entre 1884 e 1902. Entre as obras publicadas por Miguel Luis Amunátegui, as mais representativas para a abordagem em questão foram *Lenguas indígenas de América*, de 1848 e *Descubrimiento y conquista de Chile*, de 1862. Finalmente, *Lautaro y sus tres campañas contra Santiago*, publicada em 1876, por Benjamín Vicuña Mackenna também precisa receber especial atenção nesse caso.

Considerações finais

Segundo Bárbara Silva Avaria,³² a construção da identidade nacional chilena ao longo do século XIX mobilizou o referente indígena, fundamentalmente em relação aos mapuche, devido à construção de uma identidade que buscava se afastar da hispanidade mais estreita em relação aos antigos colonizadores, e da necessidade de contar com um aliado importante na consolidação do território Estado nacional. Nesse processo, alguns personagens ganharam certa notoriedade, vistos como “heróis” indígenas contra os conquistadores incas e/ou espanhóis, a exemplo de Lautaro (Toki Leftrarú), Caupolicán (Ñgidol Toki Kalfulikan) e Colo Colo (Ñgidol Toki Kolo-Kolo). Contudo, a inclusão real dos indígenas na vida política chilena não ocorreu de forma concreta, pois ainda eram vistos como inimigos “internos”, além da frequente imagem difundida de bárbaros indomáveis, pelas elites do século XIX.

É preciso ressaltar que esse discurso pode ser facilmente questionado, se nos amparamos nos estudos que matizam a suposta “inerente” belicosidade dos indígenas mapuche. Além disso, muitas imagens e textos enfatizavam a “liberdade”, por um lado, mas ao mesmo tempo, por outro lado, os viam como bárbaros, selvagens e/ou primitivos. Entretanto, havia outra bem difundida em que os associava “a um sujeito em trânsito à civilização”, que podiam se “salvar mediante a educação e a ação protetora do governo”. Em suma, defendia que os indígenas passariam por um período de incorporação paulatina ao mundo chileno homogeneizado e visto como civilizado.³³

³² AVARIA, Bárbara S. Identidad y nación entre dos siglos. Patria vieja, Centenario y Bicentenario. Santiago: LOM, 2008, p. 49-51.

³³ PINTO, Jorge. De la inclusión a la exclusión. La formación del estado, la nación y el pueblo mapuche. Santiago: USACH, 2000, p. 171.

Por fim, pode-se concordar com Neruda, ao assinalar que o Chile era uma “invenção” de Ercilla, pois a ênfase que o poeta espanhol concedeu para as relações e embates entre os indígenas da “Araucania” e os conquistadores espanhóis também ocultou, ainda que não completamente, os diversos outros povos que habitavam os territórios que se transformaram e foram incorporados ao Estado nacional chamado Chile durante o século XIX.

Quadrinhos e América Latina na Guerra Fria:

editoras nacionais no Brasil e Chile e sentidos transnacionais das HQs (anos 1960 e 1970)

IVAN LIMA GOMES¹

Definindo a ameaça externa à soberania local: os “super-heróis”

A partir das referências gerais da cultura nacional-popular e do cenário político próprio às realidades brasileira e chilena, as editoras CETPA² e Quimantú³

1 Doutor em História pela UFF (bolsista CNPq). Professor de Teoria e Metodologia da História pela UEG – campus Uruaçu. E-mail: igomes2@gmail.com

2 Companhia Editora e de Trabalho de Porto Alegre foi criado nos meses finais de 1961 a partir do apoio de Leonel Brizola, então governador do estado do Rio Grande do Sul, à causa de artistas de quadrinhos brasileiros em defesa da nacionalização das histórias em quadrinhos. A iniciativa é um desdobramento das ações de nomes do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, como Ziraldo, Maurício de Sousa, Flávio Colín, Júlio Shimamoto, Luiz Saidenberg, José Geraldo Barreto, Renato Canini e outros. Lançou quadrinhos em jornais como Última Hora e Jornal do Brasil, além de outros de alcance mais restrito ao Rio Grande do Sul, além de revistas e edições educativas em quadrinhos. Problemas administrativos, financeiros e políticos causaram o encerramento das suas atividades em 1964. Cf. GOMES, Ivan Lima. Os sentidos dos quadrinhos em contexto nacional-popular (Brasil e Chile, anos 1960 e 1970). 2015. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2015.

também trataram de enfrentar a questão dos quadrinhos como problema estético e político. Subjacente às fontes relacionadas a cada editora está presente a seguinte pergunta: o que significa publicar uma manifestação típica da sociedade capitalista como os quadrinhos em realidades historicamente “subdesenvolvidas” ou “terceiro-mundistas”, para usar expressões típicas da época? Cada editora lidou com o problema com ênfases distintas, mas colocando em xeque uma figura comum: o super-herói.

O recurso visual predominante na problematização da figura do super-herói das HQs consistiu na ampla utilização de representações humorísticas. Ao longo de boa parte das tiras brasileiras de *Zé Candango* predominou o uso do humor na desconstrução de personagens das HQs; em Quimantú, tal abordagem foi precedida de um debate teórico sobre o super-herói, além de ter sido explicitada em HQ publicada na revista *Cabrochico*. A análise recai, portanto, no conjunto das tiras criadas por Canini e José Geraldo e numa HQ de *Año 2.200* sustentada pelas discussões sobre os super-heróis travadas pelo intelectual chileno Manuel Jofré que, ao lado de Ariel Dorfman, escreveu um livro analisando as experiências envolvendo os quadrinhos de Quimantú⁴.

Devem ser destacadas novamente as diferenças de escalas entre cada experiência editorial. A tira *Zé Candango* durou nove meses na seção diária de quadrinhos veiculada na edição gaúcha de *Última Hora*, além de uma continuação ter saído entre 1963 e 1964 pelo *Jornal do Brasil*; o contraste com a chilena *Año 2.000*, cuja série não chegou a completar dez números em *Cabrochico* e não passou do ano de 1971, pode parecer um tanto desproporcional. Porém, as diferenças de formatos e durações ajudam a ressaltar as nuances entre elas e as maneiras como cada contexto percebia os quadrinhos. Seguindo orientação comum aos teóricos da paródia, malgrado a sua intenção, ela exigiu o

3 A Editora Quimantú – “sol do saber” no idioma mapuche – é resultado da iniciativa do governo Salvador Allende (1970-1973). A partir de uma greve que se desdobrava num impasse por meses entre trabalhadores e os donos da editora Zig-Zag, maior editora do país até então, o governo recém-eleito decidiu comprar parte de Zig-Zag. O resultado dessa operação é Quimantú, editora ligada ao Estado chileno e que se assumiu a ampla difusão cultural como norte de sua política editorial. Ao lado de livros e revistas, o setor infantil e as revistas em quadrinhos mereceram destaque em seus dois anos e meio de atuação (fevereiro de 1971 a setembro de 1973). Foi empastelada após o golpe de 1973 e reaberta pela ditadura, passando a se chamar Gabriela Mistral. . Cf. GOMES, Ivan Lima. Os sentidos dos quadrinhos em contexto nacional-popular (Brasil e Chile, anos 1960 e 1970). Ibidem.

4 DORFMAN, Ariel; JOFRÉ, Manuel. Super-homem e seus amigos do peito. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

reconhecimento social de um cânone normalizador a ser mimetizado⁵. Excetuando-se *Año 2.200*, à constatação de que os super-heróis estavam por todo o Chile⁶ optou-se por não representá-los visualmente, como se Quimantú não reconhecesse o cânone super-heróico no interior das HQs; em seu lugar, deveriam surgir outros heróis, baseado numa apropriação da realidade chilena pelos quadrinhos. Já as paródias explícitas em *Zé Candango* estabeleceram uma condição que não apenas assumiu e prestou tributo aos *comics*, como procurou ressaltar os limites que eles impunham ao mercado local de HQs.

Desconstruir os super-heróis, os quadrinhos e o imperialismo

A tira de José Geraldo e Renato Canini reuniu personagens do gênero super-heróico, como Superman, Batman e Capitão Marvel, aos quais foram adicionados outros heróis de aventura como Fantasma e Mandrake, os detetives Dick Tracy e Agente X-9, personagens das selvas humorísticos ou não como Brucutu e Jim das Selvas, entre outros. A profusão de nomes e séries levou o “Capitão Maravilha Jr.” – uma versão do Capitão Marvel – a declarar que “na minha terra existe atualmente uma verdadeira inflação de super-homens”, tornando o trabalho “escasso⁷”. A partir da metáfora da inflação, tão cara ao contexto político e econômico vivido pelo país em 1962, explicava-se a presença de tantos heróis estrangeiros no Brasil de *Zé Candango*.

Havia, porém, um preço simbólico a ser pago para escapar da “inflação de super-homens” que afligia os “Estates”. A visualização de diversos personagens dos *comics* ocorreu a partir da apropriação visual e temática das principais características de cada um, expondo-os ao crivo do leitor. Os personagens e toda a mitologia construída em torno deles ao longo dos anos pela comunidade de

5 Em outras palavras, a paródia implica em aceitar a existência de um modelo passível de ser apropriado e contestado. Cf. JAMESON, Fredric. Pós-modernidade e sociedade de consumo. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, nº 12, jun. 1985, p.16-26. HUTCHEON, Linda. Uma teoria da paródia: ensinamento das formas de arte do século XX. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 118-119. GROESTEEN, Thierry, Parodies: la bande dessinée au second degré. Paris: Skira Flammarion, 2010. p. 07-08. PEREIRA, Priscila. Entre a épica e a paródia: a (des)mistificação do gaúcho nos quadrinhos de Inodoro Pereyra, el renegau. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

6 DORFMAN, Ariel; JOFRÉ, Manuel. Super-homem e seus amigos do peito. op.cit.

7 ZÉ CANDANGO. Última Hora, Porto Alegre, out. 1962.

leitores de HQs foram alvo de desconstrução a partir dos recursos da linguagem dos quadrinhos.

Tudo começou com a convocação de Super-Super, escolhido por uma trupe de encapuzados para defender o Brasil. Arrogante e convencida, a alcunha de Super-Super reforçou o caráter arquetípico do personagem norte-americano originalmente concebido por Siegel e Shuster. Ele chamou a atenção pelo seu corpo desproporcional e absurdo, assim como outros personagens que surgem em seguida, como Batman e Fantasma.

O que, sob um primeiro olhar, eles apresentam em comum? Todos eles foram retratados como seres corpulentos e, pode-se deduzir, acima do peso. A força é um dos componentes definidores dos super-heróis: conforme constata Jennings a partir de Sturken e Cartwright, os super-heróis podem ser interpretados como representações do poder, reificados na dimensão física de seus corpos⁸.

Outros personagens foram apresentados para compor uma equipe de super-heróis, sob a liderança de “Super-Super”. Seguindo o interesse que as revistas em quadrinhos manifestaram pela estética dos cowboys ao longo dos anos 1950, ícones do gênero lançados pelo cinema foram abordados na tira e inseridos junto aos cânones dos quadrinhos⁹. Logo de início se destacou a versão candanga de Roy Rogers, chamada “Roi Roi” e de perfil frágil, que “lida com vacas mas [sic] está sempre cheiroso”. Diferente do personagem que lhe servira de inspiração, famoso pelas canções entoadas em muitos dos seus mais de 90 filmes e contemporâneo de nomes como Gene Autry, Tex Ritter e Dick Foran, “Roi Roi” cantava – para tristeza de seu cavalo – uma “‘besteira’ qualquer” após matar “dez ou vinte”¹⁰.

Outro personagem que perdeu atributos fantásticos foi Mandrake. Até então considerado o maior mágico do mundo, desiludiu-se após uma visita à Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), onde constatou que os

8 JENNIGS, John. Superheroes by design. In: ROSENBERG, R.; COOGAN, P. (Org.). What is a superhero? New York: Oxford University Press, 2013, p. 59-63.

9 SAVAGE JR., William. Comic books and America, 1945-1954. Norman: University of Oklahoma Press, 1990. p. 66-67.

10 SLATTA, Richard W. The cowboy encyclopedia. Santa Barbara: ABC-Clio, 1994, p. 129-130. ZÉ CANDANGO. Última Hora, Porto Alegre, out. 1962.

verdadeiros mágicos eram brasileiros¹¹. Além disso, o diálogo se passa no Rio de Janeiro e menciona São Paulo, o que parece reforçar a expectativa de que tiras como *Zé Candango* ultrapassassem os limites do regional.

Brucutu, ser pré-histórico cujas aventuras em quadrinhos eram motivadas por viagens no tempo, chegou ao Brasil acompanhado do professor Papanatas com um único objetivo: queria se “arrumar”. Isso significava aproveitar as possibilidades econômicas que a inflação do país podia proporcionar a um viajante do tempo. A questão econômica, por outro lado, dificultou a manutenção de Popeye, ou “Papaye”, na equipe de “supers”. Se “na terra dele” quem pagava seu espinafre “são [eram] as firmas comerciais a título de anúncios”, no Brasil tal iniciativa levaria a equipe à falência. Jim Gordo, um dos representantes das HQs de detetive, acreditava que havia sido convidado para o Brasil graças à sua capacidade de “descobrir espião” e pela sua experiência em “histórias em quadrinhos que se desenrolavam aqui na América do Sul”.

A lista de personagens das HQs norte-americanas que desfilou nos quadrinhos de *Zé Candango* prosseguiu ao longo de cada edição da *Última Hora* gaúcha, possivelmente alimentando a curiosidade dos leitores quanto ao próximo personagem que não escaparia à dupla Canini/ José Geraldo. Na tira da CETPA, Superman e Batman foram tratados como super-heróis em pé de igualdade com personagens como Roy Rogers, Mandrake, Popeye e Jim Gordon, o que representava uma interpretação específica dos quadrinhos, distinta do que ocorria nos EUA, por exemplo.

Ao contrário do que poderia ser compreendido como o conceito de “super-herói” nos EUA, no Brasil eles não eram considerados heróis comuns, e sim tratados indistintamente como “super-homens”. Ao que tudo indica, *Zé Candango* propunha uma associação direta entre personagens de quadrinhos e super-heróis, tratando a todos como sinônimos. Essa atitude se aproximava das orientações presentes na Lei Estadual 2.220/1953, na atuação da Comissão

11 Quando da publicação dessa história, curiosamente a COFAP já havia sido substituída por outro órgão federal, a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB). Esse dado pode ser um indicativo de que a tira era produzida com alguma antecedência em relação à sua publicação.

Especial do CPOE/RS¹² e das críticas de diversos setores da sociedade brasileira dos anos 1950 e 1960¹³, que tendiam a associar o gênero super-heróico a toda e qualquer HQ. Com isso, “heróis”, “supers” e mesmo figuras ligadas ao cinema de *far West* eram tratados como sinônimos em *Zé Candango*. O que unia todos eles era a mesma origem comum, internacional. Dentro dos limites do nacional-popular, a apropriação conceitual dos *comics* dotava seus personagens de um caráter “super” porque todos eram heróis dos “Estados”.

O que explicaria tal apropriação conceitual tão específica em relação à matriz norte-americana? Para além da crítica ao imperialismo cultural dos EUA, hipóteses específicas sobre os quadrinhos podem ser esboçadas para tentar tangenciar a questão. Em primeiro lugar, os super-heróis promoveram uma revolução na indústria do entretenimento jovem. Foram fundamentais para a consolidação do formato das revistas em quadrinhos e suas histórias se espalharam para outras mídias a partir de adaptações para rádio e cinema¹⁴. Logo se tornaram um componente importante da cultura de massas norte-americana exportada aos países alinhados ao bloco capitalista nos anos de Guerra Fria. É representativo que a consolidação dos “super” tenha ocorrido no Brasil a partir de 1945, com a fundação da Editora Brasil-América Limitada (EBAL), que reforçava os vínculos com a potência capitalista em seu nome.

De forma complementar, a maneira como as HQs foram introduzidas no Brasil a partir dos *syndicates* também pode apontar caminhos para responder a questão. Não há dados precisos quanto a isso, mas é possível dizer que, em contraste com o que ocorreu nos Estados Unidos, os quadrinhos de super-herói chegaram quase simultaneamente com títulos de quadrinhos de aventuras e de humor durante os anos 1930, imprimindo uma nova visualidade e novas práticas de leitura aos leitores habituados com as *comics strips* veiculadas em revistas ilustradas, como *O Tico-Tico*, desde 1905. Talvez isso possa ter contribuído para

12 VENTORINI, Eliana. Regulação da leitura e da literatura infanto-juvenil, no Rio Grande do Sul, na década de 50: interdição, triagem e intervenção das autoridades. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

13 JÚNIOR, Gonçalo. A Guerra dos Gibis: formação do mercado editorial brasileiro e a censura nos quadrinhos. 1933-64. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

14 Duas obras sintetizam o papel dos super-heróis na consolidação da indústria das revistas em quadrinhos. Cf. GABILLIET, Jean-Paul. *Of comics and men: a cultural history of American comic books*. Jackson: University Press of Mississippi, 2010. WRIGHT, Bradford. *Comic book nation: the transformation of youth culture in America*. Baltimore/London: The John Hopkins University Press, 2003.

a crítica generalizada aos quadrinhos como uma expressão estrangeira e fora da realidade brasileira. Por sua vez, a especificidade dos super-heróis, protagonistas de um gênero narrativo próprio aos quadrinhos que viria mesmo a influenciar outros gêneros lançados sob o formato das HQs¹⁵, estimulou a interpretação que reduz todas as manifestações dos quadrinhos a essa abordagem específica.

Por fim, de certo modo, as editoras brasileiras estimularam que tais confusões ocorressem. A principal delas, Editora Brasil-América Limitada (EBAL), lançou em 1947 a revista *Superman*, com Batman, Robin e Super-Homem na capa. Aliás, a tradução do nome do alter-ego de Clark Kent não foi por acaso e serviu para diferenciar a HQ de Siegel e Suster do que a editora compreendia como heróis dos quadrinhos. Ou seja, o título da revista, *Superman*, também servia de conceito para englobar todos os heróis de HQs lançados por ela, ao passo que Super-Homem designava o personagem específico lançado em 1938. Em seu editorial de estreia, a trajetória editorial dos heróis da “América do Norte” é descrita em tons de aventura:

No Brasil, os heróis de *Superman* também são muito conhecidos. Iniciaram-se em uma das nossas revistas juvenis mensais. Passaram para outra. Depois para outra. Voltaram à primeira. Vez em vez ressurgem aqui e além, até que, definitivamente, por contrato feito entre as partes interessadas do Brasil e da América do Norte vão se firmar no *Superman* – a revista dos cinco continentes¹⁶.

A confusão entre os gêneros presentes no interior dos quadrinhos não deve ser associada, porém, a um desconhecimento das peculiaridades desse formato por parte dos criadores de *Zé Candango*. As representações gráficas apontam para tratamentos gráficos distintos entre os “heróis” dos quadrinhos. Personagens como Popeye e Brucutu tinham traços praticamente idênticos aos dos originais; detetives e heróis de faroeste eram levemente satirizados. A

15 Os exemplos são vários, mas, dentre os mais conhecidos, destaca-se o caso da série *The Shadow*. Tida como uma das inspirações para *Superman*, a série originada nos contos pulp logo seria adaptada para as revistas em quadrinhos, não sem antes dotar o seu protagonista de poderes super-heróicos. Processo análogo ocorreu com o seriado de rádio do personagem *Captain Midnight*, lançado também no Brasil.

16 EBAL. *Superman*, n. 1, nov. 1947.

paródia era concentrada nos personagens Superman, Batman, Fantasma e Lothar – chamado de “Lotação” –, agrupados a partir daquilo que teriam em comum: um uniforme que os diferenciava do restante das pessoas e força física acima da média.

O caso chileno se aproximou da leitura proposta pela CETPA até certo ponto, na medida em que aprofundou suas críticas do ponto de vista teórico. Diferenciou-se por não ter no humor uma marca de sua linha editorial, o que pode ser justificado a partir do acordo que originou a formação de Quimantú. Como parte das negociações para a compra de parte da editora privada Zig-Zag, decidiu-se que a nova editora do Estado receberia um número considerável de revistas em quadrinhos com baixo índice de vendas. Para iniciar de imediato suas atividades, Quimantú optou por manter a publicação desses títulos, num exercício de adaptação de seus conteúdos em contraposição à “indústria cultural” burguesa. Dentre os títulos de Zig-Zag que foram mantidos e reformulados por Quimantú, nenhum dialogava diretamente com humor; mesmo quando Quimantú começou a lançar títulos próprios, foi bastante tímida na opção por quadrinhos direcionados ao humor.

Afora o caso particular da revista *La Firme* e de HQs esporádicas presentes em alguns títulos, a única revista voltada para o humor foi *Ganso*, cujo primeiro número veio a público em setembro de 1973, mês do golpe que derrubou Allende e encerrou as atividades de Quimantú. Em todo caso, no primeiro número de *Ganso* não constavam paródias de super-heróis¹⁷. Por não estar diretamente vinculada à área de HQs de Quimantú, a revista *La Firme* não é contemplada pelo recorte aqui proposto, embora seja objeto de discussão de outros estudiosos das HQs de Quimantú¹⁸.

17 QUIMANTÚ. *Ganso*, n. 1, Santiago de Chile, set. 1973.

18 Vale mencionar, porém, o personagem Supercauro, publicado ao longo de algumas edições da revista em quadrinhos de educação política, herói que se fortalecia a partir do leite – um dos “imaginários emblemáticos associados à experiência socialista, no dizer de Zárate – e que derrotava inimigos como mercado negro e o analfabetismo a partir do raciocínio e da organização, ignorando a força física e demonstrando que os super-heróis não eram necessários. Cf. KUNZLE, David.. *Chile's La Firme versus Itt. Latin America perspectives*, v. 5, n. 1, p. 119-133, 1978. FLORES, Jorge Rojas. *Historia de la infancia en el Chile republicano, 1810-2010*. Santiago de Chile: JNJI, 2010. ZÁRATE, Verónica Valdivia Ortiz de. “¡Estamos en guerra, señores!”. *El régimen militar de Pinochet y el “pueblo”, 1973-1980*. *Historia*, v. 1, n. 43, p. 184, 2013.

O traço simples, a abordagem paródica e crítica em relação ao cânone super-heróico e o contraste entre fantasia e realidade seriam recursos trabalhados em outra HQ de Quimantú. *Año 2.200*, desenhada por Guidú a partir de roteiros de Saúl Schkolnik, foi uma HQ de ficção científica que se valia do imaginário da Guerra Fria em torno da corrida espacial para comentar a realidade chilena. A HQ, publicada no terceiro número de *Cabrochico*, teve como tema o papel do super-herói na vida das crianças de um planeta distante¹⁹. Após um chamado de alerta, os personagens Gagarito, Próton e companhia aterrissaram sua nave e se viram às voltas com uma cena inusitada.

A situação foi logo esclarecida: inspiradas no personagem também chamado de Super-Super e dotadas de capas que remetem ao super-herói paradigmático da DC Comics, as crianças se atiraram de uma pedra em direção a uma árvore na esperança de voar e, assim, salvar a mascote Miú, que não conseguia descer do topo de uma árvore. As seguidas tentativas fracassaram e todos manifestavam incômodo em seus rostos, ou mesmo hematomas na cabeça. Não obstante a realidade provar a falácia dos contos super-heróicos, os meninos seguiram fieis ao ícone dos *comics*, ao ponto de atacarem a pedradas Gagarito e seus amigos – tudo porque eles afirmaram que Super-Super não passava de um “conto”. Aos protagonistas ficou claro o poder de Super-Super quando constataram a sua presença em todos os lugares daquele país. Isso explicaria o fato de as crianças pensarem apenas no Super-Super como a solução para todos os problemas.

Presente não só nas revistas em quadrinhos, como também em programas de TV, anúncios publicitários e monumentos públicos, os super-heróis seriam um “lugar de memória” incômodo para o projeto socialista de emancipação humana. Contra a individualização extraordinária das ações, o trabalho em equipe defendido por *Cabrochico* trazia o desenrolar desta narrativa em especial. A virada se dá aqui no momento em que um dos garotos, ao realizar mais um salto, machucou a cabeça e precisou dos socorros médicos dos personagens chilenos que, prontamente, propuseram a cooperação coletiva como uma estratégia para alcançarem, juntos, a mascote. Os meninos constatam, por fim, que não

19 QUIMANTÚ. *Cabrochico*, n. 3, Santiago de Chile, 1971, p. 09-16.

precisavam mais de Super-Super para solucionar seus problemas, e agradeceram aos protagonistas, que partiram de volta ao espaço.

A redução cômica do mundo das HQs de super-heróis e seus leitores foi uma exceção dentro do projeto editorial de Quimantú e deve ter agradado os editores de *Cabrochico*, que retomaram um dos quadros da HQ num suplemento voltado aos pais e veiculado no quinto número da revista. O objetivo era explicar a eles a proposta política da revista que, em suas quatro primeiras edições, não medira esforços na desconstrução crítica de diversas narrativas e personagens que habitavam o imaginário social das crianças chilenas até então. Em resposta a cartas que a revista teria recebido e à repercussão observada a partir dos primeiros exemplares, os editores de *Cabrochico* se viram compelidos a anexar à revista um suplemento de esclarecimento aos pais, no qual argumentavam a favor da proposta da revista²⁰.

Ao falar dos super-heróis, o suplemento da revista questionou se os pais realmente deveriam acreditar que um homem sozinho tem condições de solucionar todos os problemas do “nosso país e do mundo” e se, na verdade, os progressos e os problemas de cada um não deveriam ser solucionados a partir da união e da cooperação em equipe. Em vez de apoiar o individualismo valorizado entre os super-heróis, os pais deveriam apoiar narrativas que incentivassem a “união de todos os chilenos para o progresso do país”, convocando-os para, juntos, “mostrar que é melhor ajudar uns aos outros, como nós adultos”, em vez de ficar esperando pelo Superman²¹.

Na página seguinte, o suplemento problematizou o etnocentrismo presente em HQ da Disney que tratava os “estúpidos nativos” de forma depreciativa; e até mesmo os quadrinhos de terror não escaparam das críticas por seu conteúdo considerado moralmente degradante e violento. No lugar dessas publicações, deveriam ser estimuladas as HQs que primassem pela cooperação e união dos chilenos, e que ressaltassem o papel do trabalho e do

20 QUIMANTÚ. *Cabrochico*, n. 5, Santiago de Chile, 1971, p. 22-23.

21 QUIMANTÚ. *Cabrochico*, n. 5, Santiago de Chile, 1971, p. 33.

esporte na formação sadia da criança, o que poderia ser transmitido até mesmo em HQs de ficção científica, como *Año 2.200*²².

O suplemento presente no quinto número de *Cabrochico* fez menção direta às discussões sobre os sentidos dos quadrinhos que povoavam a imprensa e os debates acadêmicos desde meados dos anos 1960 no Chile. Ao lado de *Para leer al Pato Donald*, o livro *Superman y sus amigos del alma* forneceu dados preciosos para o debate acerca dos sentidos sociais dos quadrinhos no Chile socialista. Resultado de pesquisas realizadas no interior de Quimantú entre 1971 e 1972, foi escrito mais uma vez por Ariel Dorfman, dessa vez em parceria com o sociólogo Manuel Jofré e publicado apenas em 1974, na Argentina. Quando do golpe que levou à derrocada da UP, o livro se encontrava em fase final de produção, pronto para encadernação e com título inicial de “Documentos secretos sobre a vida íntima do Super-Homem e seus companheiros d’alma”, provável referência a livro de bastante sucesso na época, lançado por Quimantú em abril de 1972²³.

No prólogo original, que teria sido escrito no formato de quadrinhos e perdido durante a apreensão do livro pelos militares, Dorfman afirmou que buscavam “relacionar a ideologia que se agitava por trás dos companheiros d’alma do super-herói com as tentativas insurrecionais das classes dominantes, destituídas de poder executivo no Chile²⁴”. Tal como Gagarito e seus amigos, os autores pressentiam que o Super-Homem “estava em todos os cantos do Chile” e se tornara “o mais perigoso” adversário a ser combatido²⁵. Para tanto, escreveram o livro.

A segunda parte da obra, escrita por Manuel Jofré, dedicou-se à análise das revistas em quadrinhos publicadas no Chile durante o primeiro ano de

22 Ibidem, p. 30-31, 34, 30, 32, 33, 35.

23 DORFMAN, Ariel. Prólogo no qual se mostram super-homens de verdade em ação. In: DORFMAN, Ariel; JOFRÉ, Manuel. Super-homem e seus amigos do peito. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 16. Cf. Documentos secretos de la ITT. Santiago de Chile: Quimantú, 1972.

24 DORFMAN, Ariel; JOFRÉ, Manuel, Super-homem e seus amigos do peito, op. cit., p. 15-16. Ao longo da obra, a noção de “ideologia” é trabalhada a partir do referencial marxiano que a define como “falsa consciência”, conforme a famosa citação de Marx e Engels: “E, se, em toda a ideologia, os homens e suas relações nos aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, esse fenômeno decorre de seu processo de vida histórico, exatamente como a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico”. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 19.

25 DORFMAN, Ariel; JOFRÉ, Manuel, op. cit., p. 15-16, p. 15.

atuação de Quimantú. Escrito numa linguagem que transita entre o ensaio e o panfleto político, o livro partiu de referências teóricas gerais como Umberto Eco e Roland Barthes – além de Dorfman e Mattelart, é claro – para definir as características dos quadrinhos no mundo capitalista de então. De início, apontou que a revista em quadrinhos era socialmente forjada como um entretenimento pretensamente inocente e que, por isso, idealizava uma criança como leitora, infantilizando sua apreensão. O caráter evasivo dos quadrinhos, porém, deveria ser entendido à luz das relações sociais de produção e, no interior do capitalismo, configurava-se como uma forma de compensação ideológica diante da alienação do mundo capitalista. Interpondo-se entre os trabalhadores e a sua realização inevitável de emancipação revolucionária, Jofré sentenciou: “o homem deve observar-se para saber-se pobre econômica e humanamente: os quadrinhos o impedem”²⁶.

Concebida como a principal editora do Estado chileno, cabia à Quimantú a responsabilidade de fomentar a prática de leitura a partir de livros, revistas de variedades e revistas em quadrinhos, o que exigia que estas últimas fossem submetidas à análise crítica. Inserido no interior do que se avaliava como uma experiência democrática de transição socialista, o exercício proposto por Jofré, consistia em disputar os meios de comunicação a partir da crítica ideológica e, com isso, auxiliar na construção da nova sociedade, dotada de valores novos:

Os quadrinhos são uma arma. Os meios de comunicação são uma arma. Mas o uso que fazemos dela não é pra matar, mas para defender. Porque nossas armas são outras. A verdade, a liberdade, a realização humana, o tudo em todos, a unidade dos seres humanos. No socialismo não existirão armas. No socialismo não haverá homicídios. No socialismo não existirão homens que matem outros homens, nem com trabalho nem com nenhuma arma. Porque não haverá balas nem armas, não haverá quadrinhos nem capital. Não haverá falsas riquezas²⁷.

26 JOFRÉ, Manuel. As histórias em quadrinhos e suas transformações. In: DORFMAN, Ariel. JOFRÉ, Manuel. Super-homem e seus amigos do peito, op. cit., p. 91.

27 DORFMAN, Ariel. JOFRÉ, Manuel. Super-homem e seus amigos do peito, op. cit., p. 93.

Jofré prosseguiu elencando uma série de valores ideológicos subjacentes às revistas em quadrinhos, defendendo como a rapidez da ação e sua “estrutura eminentemente pragmática” contribuía para fortalecimento de uma mensagem única, na qual os “valores da ideologia burguesa” carregados pelos personagens eram absorvidos pelos leitores. Para ele, os leitores eram escamoteados a partir das ideias de entretenimento e inocência historicamente difundidas pelos meios de comunicação. Jofré estabeleceu que a história em quadrinhos:

Nega ou deforma o fato histórico de que existem países desenvolvidos e subdesenvolvidos (fixando o espaço das histórias em quadrinhos numa terra de ninguém, como, por exemplo, nos casos do Oeste, da selva ou da Cidade Gótica de Batman), [...] nega a transformação social (propondo um mundo circular onde sempre triunfam os super-heróis, seja Batman, Tarzan ou o Zorro), [...] nega as contradições insuperáveis do capitalismo (com o super-herói superando os problemas de justiça), [...] nega o social (ao mostrar os bons sempre sozinhos), nega a humanidade (colocando o super-herói como um Messias que impõe a justiça e a ordem, convertendo-o em um ser supratemporal dotado de poderes eternos), nega a justiça de classes (fazendo com que o super-herói solucione os problemas que a justiça não pode resolver), [...] nega a liberdade (o super-herói castiga os que se rebelam, prendendo-os, ou recapturando-os para o sistema), [...] nega o trabalho (os personagens estão sempre ociosos), nega a criação (originando um mundo repetitivo) e claro que, além de negar muitíssimas coisas mais, a ideologia das histórias em quadrinhos nega a si própria (nunca nenhum personagem as lê)²⁸.

Para além da prosa carregada de denúncias e seu tom acusatório, com negações que ocuparam quase uma página inteira, merece destaque o fato de Jofré não distinguir os gêneros narrativos existentes no interior das HQs. De fato, tal como observado nas tiras de *Zé Candango*, quadrinhos ambientados na selva ou no Velho Oeste foram colocados no mesmo patamar de narrativas super-heróicas de personagens como Batman, por exemplo. A orientação de alocar personagens de HQs de gêneros tão distintos em abordagens comuns é

28 JOFRÉ, Manuel. As histórias em quadrinhos e suas transformações. In: DORFMAN, Ariel. JOFRÉ, Manuel. Super-homem e seus amigos do peito, op. cit. p. 95-96.

seguida ainda hoje por outras análises europeias dos quadrinhos. Mesmo tendo sido superadas as inflexões estruturalistas presentes nas orientações teóricas de Jofré, pouco são enfatizadas as diferenças entre heróis e super-heróis²⁹.

Ainda que Jofré tenha esboçado uma diferenciação entre os gêneros de quadrinhos ao afirmar que os super-heróis são “uma das tendências mais difundidas da revista de história em quadrinhos”, a análise partiu deles para generalizar a interpretação sobre os quadrinhos como um todo. Neste sentido, Superman e seus “amigos do peito” - como os “super-heróis” do faroeste Zorro e Roy Rogers, Fantasma e Tarzan, Dick Tracy, Flash Gordon, Príncipe Valente e, é claro, Super Mouse - seriam usurpadores do papel transformador da realidade, intrínseco ao perfil de classe do proletariado. De acordo com Jofré, em seu lugar, os super-heróis propunham a supressão de qualquer conflito. Para Jofré, “em um mundo protegido pelo Super-Homem, Marx e Che Guevara são desnecessários”³⁰.

A análise de Jofré sobre os quadrinhos seguiu nessa toada, elencando uma série de características presentes em qualquer história em quadrinhos. Fragmentação e naturalização da realidade, maniqueísmo, individualismo, relações verticais de poder, ênfase na aventura em relação ao tempo cotidiano e no quantitativo sobre o qualitativo, legalismo, irracionalismo e preconceitos de classe e de raça foram alguns dos elementos elencados como constituintes da “história em quadrinhos tradicional burguesa”, de Superman a Dick Tracy³¹. *Cabrochico*, principal projeto editorial de Quimantú voltado para a publicação de quadrinhos distintos daqueles que até então teriam disseminado “valores ideológicos da burguesia”, pode ser compreendida como a tentativa de colocar em prática tais leituras, conforme depreende-se na sua crítica generalizada a

29 Savramis constata o diálogo entre Superman e Tarzan, unindo a HQ de super-herói com influência de ficção científica à versão quadrinizada da obra de Burroughs a partir da religião e do desejo de transcendência das conjecturas da vida moderna, ou os artigos de Prévost e Levet, que estabelecem uma genealogia dos super-heróis a partir da literatura de folhetim do século XIX, de forma a dialogar tal tradição literária com personagens como Superman, Batman e os europeus Astérix e Tintin. Cf. SAVRAMIS, Demosthenes. *Der moderne Mensch zwischen Tarzan und Superman*. In: SILBERMANN, A.; DRYOFF, H.-D. (Org.). *Comics and visual culture: research studies from 10 countries*. München, New York, London, Paris: Saur, 1986, p. 254-264. PRÉVOST, Maxime, op. cit., p. 47-67. LEVET, Natacha. *Sherlock Holmes, du surhomme au supérheros*. In: BOUCHER, F.-E.; DAVID, S.; PRÉVOST, M. (Org.), op. cit., p. 69-81.

30 JOFRÉ, Manuel. *As histórias em quadrinhos e suas transformações*. In: DORFMAN, Ariel. JOFRÉ, Manuel. *Super-homem e seus amigos do peito*, op. cit., p.101-102, 96.

31 *Ibidem*, p. 101-113.

todas as narrativas juvenis – dos contos de fada aos diversos gêneros presentes nos quadrinhos.

À procura do (super-)homem novo

A defesa de uma produção que servisse de contraponto ao modelo de dominação cultural norte-americano de *comics* passava pela desconstrução do corpo super-heróico. Tidos como invulneráveis e livres de marcas, localizados acima de qualquer determinação histórica, destacados acima dos cidadãos comuns e tratados como celebridades³², os Super-Supers deveriam ser criticados e combatidos, a partir do humor ou da reflexão crítica.

Porém, o que fazer depois disso? É necessário que ocorra uma “substituição de importação”, alocando outros heróis junto às HQs consumidas na América Latina. Nos casos ora estudados, a saída será buscar heróis nacionais. As fontes? Passado, presente e futuro. Nomes ligados ao folclore e às lutas pela independência, policiais e crianças foram convocados para integrar a equipe de (super-)heróis que pretendia transformar o cânone dos quadrinhos brasileiros e chilenos.

Referências bibliográficas

BUKATMAN, Scott. A song for the urban superhero. In: HATFIELD, C.; HEER, J.; WORCESTER, K. (Org.), *The superhero reader*. Jackson: University Press of Mississippi, 2013.

Documentos secretos de la ITT. Santiago de Chile: Quimantú, 1972.

DORFMAN, Ariel; JOFRÉ, Manuel. *Super-homem e seus amigos do peito*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

EBAL. *Superman*, n. 1, nov. 1947.

32 BUKATMAN, Scott. A song for the urban superhero. In: HATFIELD, C.; HEER, J.; WORCESTER, K. (Org.), op. cit., p. 179.

FLORES, Jorge Rojas. *Historia de la infancia en el Chile republicano, 1810-2010*. Santiago de Chile: JNJI, 2010.

GOMES, Ivan Lima. *Os sentidos dos quadrinhos em contexto nacional-popular (Brasil e Chile, anos 1960 e 1970)*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2015.

GROESTEEN, Thierry. *Parodies: la bande dessinée au second degré*. Paris: Skira Flammarion, 2010.

HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da paródia: ensinamento das formas de arte do século XX*. Lisboa: Edições 70, 1989.

JAMESON, Fredric. Pós-modernidade e sociedade de consumo. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 12, jun. 1985, p.16-26.

JENNIGS, John. Superheroes by design. In: ROSENBERG, R.; COOGAN, P. (Org.). *What is a superhero?* New York: Oxford University Press, 2013, p. 59-63.

JÚNIOR, Gonçalo. *A Guerra dos Gibis: formação do mercado editorial brasileiro e a censura nos quadrinhos. 1933-64*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

KUNZLE, David. . Chile's La Firme versus Itt. *Latin America perspectives*, v. 5, n. 1, p. 119-133, 1978.

LEVET, Natacha. Sherlock Holmes, du surhomme au superhéros. In: BOUCHER, F.-E.; DAVID, S.; PRÉVOST, M. (Org.), *Mythologies du superhéros*. Histoire, philosophie, géographie, intermédialités. Liège: Universitaires de Liège, 2014. p. 69-81.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PEREIRA, Priscila. *Entre a épica e a paródia: a (des) mistificação do gaúcho nos quadrinhos de Inodoro Pereyra, el renegau*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

PRÉVOST, Maxime. Mais où sont les superhéros d'antan? Porthos, Obélix et la puissance rétrospective. In : BOUCHER, F.-E.; DAVID, S.; PRÉVOST, M. (Org.). *Mythologies du superhéros*. Histoire, philosophie, géographie, intermédialités. Liège: Universitaires de Liège, 2014. p. 47-67.

QUIMANTÚ. *Cabrochico*, n. 3, Santiago de Chile, 1971.

QUIMANTÚ. *Cabrochico*, n. 5, Santiago de Chile, 1971.

QUIMANTÚ. *Ganso*, n. 1, Santiago de Chile, set. 1973.

SAVAGE JR., William. *Comic books and America, 1945-1954*. Norman: University of Oklahoma Press, 1990.

SAVRAMIS, Demosthenes. Der moderne Mensch zwischen Tarzan und Superman. In: SILBERMANN, A.; DRYOFF, H.-D. (Org.). *Comics and visual culture: research studies from 10 countries*. München, New York, London, Paris: Saur, 1986, p. 254-264.

SLATTA, Richard W. *The cowboy encyclopedia*. Santa Barbara: ABC-CLIO, 1994.

VENTORINI, Eliana. *Regulação da leitura e da literatura infanto-juvenil, no Rio Grande do Sul, na década de 50: interdição, triagem e intervenção das autoridades*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ZÁRATE, Verónica Valdivia Ortiz de. "¡Estamos en guerra, señores!". El régimen militar de Pinochet y el "pueblo", 1973-1980. *Historia*, v. 1, n. 43, p. 184, 2013.



ESCRITA, EDIÇÃO E LEITURA
NA AMÉRICA LATINA

PARTE V

ESCOLARIZAÇÃO DOS TEXTOS E
DA LEITURA



Los libros didácticos de autor.

Un análisis sobre la configuración de la “función-autor” en las políticas editoriales del canon pedagógico en la Argentina (1960-1982)

CAROLINA TOSI (UBA-CONICET)

Durante las últimas décadas, en el campo de los estudios de los discursos pedagógicos, se han desarrollado diversas investigaciones que se ocuparon de abordar la materialidad de los libros didácticos y sus condiciones específicas de producción y circulación (Chartier y Hébrard, 1994 y 2002; Benito Escolano, 1996, 1998 y 2006; Chartier, A. M., 2004; Fernández Reiris, 2004 y 2005, Cucuzza, 2007 y Linares, 2007 y 2012, entre otros.). Dentro de ese marco, se indagaron fundamentalmente los procesos de edición y la constitución del mercado editorial en los diferentes contextos elegidos, aunque también resultó central el estudio de las “materialidades” del libro escolar, en la medida en que estas, según Chartier (2000), no solo constituyen los soportes y los vehículos de

los textos, sino que también anticipan su significación. Asimismo, la noción de “política editorial” (de Diego, 2006), que comprende las decisiones que las empresas toman respecto de los procesos de producción y edición, comenzó a ser considerada como una categoría de análisis relevante para el abordaje de los libros escolares (Tosi, 2012).

A partir del tal encuadre, el presente trabajo –que forma parte de una investigación mayor dedicada a indagar la vinculación entre las materialidades del libro didáctico y las políticas editoriales– analiza la construcción de la “función-autor” (Foucault, 1969 y Chartier, 1992 y 1999)¹ en los libros didácticos de secundario publicados en la Argentina, entre 1960 y 1982².

Entendida como la manera en la que un texto designa explícitamente la figura del autor que se sitúa fuera de él y que lo antecede (Foucault, 1969), la “función-autor” constituye un aspecto nodal en las políticas editoriales desplegadas en el período que abordamos, pues estas se sustentan en el valor simbólico dado a la figura del autor como responsable del saber escolar.

Para llevar a cabo el análisis, indagamos ciertas zonas discursivas en un corpus de libros de diferentes disciplinas y recurrimos, también, a los resultados de una serie de entrevistas efectuadas a usuarios de libros didácticos que permiten dar cuenta de las representaciones construidas en torno al texto escolar.

En lo que sigue, explicamos la metodología implementada y exponemos los conceptos teóricos pertinentes. Luego, presentamos el análisis haciendo foco en el estudio de las materialidades de los libros didácticos, así como en su circulación y usos dados. Finalmente, mostramos los modos en que la “función-autor” se constituye como aspecto central de las políticas editoriales del período.

¹ En *¿Qué es un autor?*, conferencia pronunciada en 1969 en París y luego editada como libro ese mismo año, Foucault expuso dos problemas que solían ser confundidos por los investigadores: por un lado, el análisis sociohistórico del autor como individuo social y, por el otro, la construcción de lo que él llama la “función-autor”. Posteriormente, Chartier (1992 y 1999) analizó y profundizó dicho análisis.

² En este trabajo se utilizan como cuasi-sinónimos las denominaciones “libro didáctico” –término de mayor circulación en Brasil–, “libro de texto” y “libro escolar” –expresiones estas utilizadas generalmente en Hispanoamérica–.

Consideraciones metodológicas

Para la realización de este trabajo, en primera instancia se recurrió al análisis de libros didácticos de los primeros años de secundario correspondientes a las materias de Castellano o Lengua y Literatura, Historia y Biología, editados en la Argentina. El corpus se conforma por los libros de mayor circulación en el período analizado (1960-1982), en el que opera la política editorial del *canon pedagógico* (§ 4). No obstante, para cotejar sus características, se recurrió a un corpus de libros de edición más reciente (1983-2005) en la que aplica otro tipo de política editorial hegemónica, la *política de mercantilización pedagógica* (§ 4).

Por otra parte, se utilizaron entrevistas como instrumentos de análisis, con el objetivo de obtener un mayor conocimiento sobre el campo y poder establecer relaciones más precisas entre los libros y sus usuarios. Con dicho fin, se efectuaron entrevistas a usuarios-alumnos de los libros didácticos del período abordado (1960-1983) y también de las décadas siguientes (1983-2005) para contrastar, en caso de ser necesario.

Fueron entrevistadas treinta personas de diferentes edades, que cursaron la escuela secundaria los períodos analizados, y se acotó el área a la Ciudad de Buenos Aires y provincia de Buenos Aires. Respecto de ambos casos, se aplicaron *guías de entrevistas semi-estructuradas* (De Souza Minayo, 2009: 158). Una guía de este tipo apunta a comprender los puntos de vista de los actores sociales como sujetos/objetos de la investigación. Prevé pocas preguntas, las cuales deben desdoblarse los indicadores considerados necesarios en tópicos que abarquen las informaciones esperadas.

El objetivo central de las entrevistas fue averiguar las características concretas del uso del libro didáctico. Para ello, un ítem resultó como orientador de las entrevistas: solicitarles a los informantes que relaten un recuerdo acerca del uso del libro de texto en su escuela secundaria. Este punto sirvió para desarrollar diferentes tópicos y responder importantes interrogantes, por ejemplo cómo se usaba el texto en el aula, qué metodología prevalecía, en qué materias se recurría más a los libros de texto, etcétera. También se efectuaron otras preguntas para indagar sobre la periodicidad del empleo del libro, la

realización de las actividades, el modo de lectura y evaluación, el tipo de libros utilizados, etc. A modo de ejemplo, presentamos en el *Anexo I* una de las entrevistas³.

La “función-autor”. Una aproximación teórica

Es sabido que, para Foucault (1969), la “función-autor” no se ejerce de una manera universal y constante en todos los tiempos y discursos, ni tampoco se configura como la atribución espontánea de un discurso a un individuo. Al respecto, Chartier (1999) señala: “La atribución de las obras a un nombre propio es característica del ‘modo de existencia, circulación y funcionamiento de ciertos discursos en el seno de una sociedad’. Por ejemplo, una carta privada, un documento legal, un anuncio publicitario no tienen “autores” (1999: 11-12). En este sentido, si bien existen signos del discurso que remiten al autor, se debe evitar reducir la construcción de la “función-autor” a formulaciones simples o univocas. En efecto, según sostienen Foucault (1969) y Chartier (1992 y 1999), la “función-autor” constituye el corolario de complejas operaciones que le asignan unidad o coherencia a una obra, o a un conjunto de obras, a la identidad de un sujeto construido. Dicho de otro modo, la función atribuida a la “función-autor” consiste en garantizar la unidad de uno o varios textos, con el fin de remitirlos a una fuente única de expresión. Desde tal perspectiva,

La función-autor implica por ende una distancia radical entre el individuo real y el nombre propio al que el discurso está atribuido. Es una ficción semejante a las construidas por el derecho que define y manipula sujetos jurídicos que no corresponden con individuos concretos y singulares sino que funcionan como categorías del discurso legal. De la misma manera, el autor como función del discurso está fundamentalmente separado de la realidad y la experiencia fenomenológica del escritor como individuo singular (Chartier, 1999: 11-12).

³ Debido a una limitación de espacio, no podemos incluir la totalidad de las entrevistas, y presentamos una a modo ejemplar. En cuanto a los ejemplos introducidos, los correspondientes a los extractos de las entrevistas se distinguen por el número de entrevistado, que se consigna al final de cada caso (ej. e.8); los fragmentos de libros se acompañan por su referencia correspondiente y número de página. En todos los casos, el subrayado es nuestro.

El texto adquiere, así, una identidad referida a la subjetividad de su autor, quien es presentado como “el principio de cierta unidad de escritura” y como “un foco de expresión” manifestado en cada una de las creaciones que le son asignadas. De acuerdo con Foucault, primero los enunciados “científicos” y, posteriormente, los literarios –a partir del siglo XVII– debieron su autoridad a la presencia del nombre de su autor. Pero si nos referimos a los textos pedagógicos, hay que considerar que los primeros materiales para la enseñanza, como las cartillas y los catecismos, carecían de la “función-autor”, pues de ellos se servían los maestros con fines generales y más bien prácticos, como extraer contenidos, leer, dictar o copiar en la pizarra (Benito Escolano, 2006).

Es a partir del surgimiento del libro didáctico como género cuando emerge la “función-autor”, de la que las políticas editoriales se valen en la medida en que funciona como garante de los conocimientos y valores transmitidos. Sin dudas, la génesis del libro escolar se halla asociada al proceso de la educación pública e implica intereses políticos y pedagógicos (Escolano Benito, 2006: 219). Por un lado, el libro escolar posibilitaba la transferencia de contenidos y valores considerados necesarios para la formación de los ciudadanos. Por el otro, el libro escolar fue un instrumento pedagógico funcional para los sistemas de enseñanza simultánea, pues viabilizaba la instrucción colectiva y uniforme. En el caso de los libros de lectura y los manuales de la escuela primaria, estos surgieron como producto en la Argentina a fines del siglo XIX –con la edición de *El nene*, de Andrés Ferreyra en 1895 (Linares, 2012)–; mientras que los libros de secundario aparecieron en las primeras décadas del siglo XX y se masificaron hacia mitad del siglo XX, según se explica a continuación.

Análisis de la “función-autor” en la política del *canon pedagógico*

Materialidades: nombres y paratextos

Como ya hemos mencionado en trabajos previos (Tosi, 2012 y 2013), entre 1930 y 1960, se detecta en la Argentina la expansión de la educación secundaria y, en concomitancia, el libro didáctico de secundario comienza a utilizarse como material de enseñanza, aunque su consolidación se produce entre 1960 e inicios de la década del 80. Durante este período, su materialidad discursiva se mantiene estable por diferentes causas: la reedición constante de los libros sin cambios sustanciales –en general, las modificaciones fueron de tipo político-ideológico, como las impulsadas por la dictadura, más que de índole pedagógica–⁴, la permanencia de los planes y programas de estudio y un mercado editorial nacional acotado, entre otras.

La política editorial implementada por la mayor parte de las editoriales entre 1960 y 1982, a la que hemos denominado *de consolidación del canon pedagógico*, se ha dedicado a la selección y publicación de libros didácticos de ciertos autores y su fijación en la tradición escolar (Tosi, 2012). En efecto, la producción editorial del período se centraba en la edición y reedición de obras de determinados autores, que se fueron legitimando como autoridades en sus respectivas áreas del saber. De ahí que la configuración de la “función-autor” sea nodal para esta política editorial, puesto que contribuyó a consolidar al libro didáctico de secundario como género discursivo. Recién con el advenimiento de la democracia, hacia 1983, surgió un nuevo paradigma sociopolítico que impulsó transformaciones en el ámbito educativo y en el mercado editorial. A partir de entonces, se implementó la *política de mercantilización pedagógica*, caracterizada por la publicación constante de libros didácticos (Tosi, 2012)⁵.

En cuanto al análisis realizado, se constata que los usuarios de los *libros del canon* identifican los libros por sus autores (cf. 1 a 6), casi nunca por la

⁴ Durante el gobierno dictatorial de 1976-1982, se produjo la censura, así como la prohibición de libros, incluso de textos escolares (Ivernizzi y Gociol, 2003 y de Diego, 2006, entre otros).

⁵ Las casas editoras, muchas de ellas multinacionales, editaban los libros didácticos con gran frecuencia para garantizar una mayor oferta de libros y alentar una mayor cantidad de la compra. Para una caracterización más detallada de ambas políticas editoriales, consultar Tosi (2012).

editorial como sí sucede con los libros publicados en las décadas de 1990 y 2000, los cuales son producto de proyectos de las casas editoras (cf. 7 y 8).

(1) (...) me acuerdo el de Ibáñez para Historia, y creo que el de Anatomía era Fernández. (e2)

(2) Por supuesto. El de Loprete, el de Ibáñez, el de Santos Lara. Había muchos. (Anexo II, e6)

(3) Me acuerdo de Ibáñez para Historia y los de Biología y Geografía autores del mismo estilo. (e8)

(4) No estoy segura pero en Historia usábamos un libro de Bustinza y cuando llegó la dictadura lo sacaron de circulación y empezamos a usar Ibáñez. En Geografía creo que eran los libros de López Raffo. En Biología, los de Santos Lara y el Botto-Pérez Calvo en cuarto, y en quinto, el Wilee. (e9)

(5) Historia: Ibañez, Romero; Geografía: López Raffo; Matemática: Reppeto-Fesket; Instrucción Cívica: Sanchez Viamonte y Kechichian; Castellano: Lacau-Rosetti y Zaffaron; Educación para la salud: De Vattuone, Química: Rivieri y Celsi. (e11)

(6) de Historia, el de Bustinza en primero, que luego fue prohibido, y el Ibáñez, luego. De Geografía de Lopez Raffo; de Cívica de Apolinar García; de Cultura Musical de Waldemar Axel Roldán. De Lengua tuvimos el Loprette y uno de Lacau-Rosetti. (e13).

(7) Durante el Secundario los libros que usábamos eran de materias relacionadas con Sociales, los que yo más recuerdo son los de Educación Cívica e Historia. Historia tuve de primero a tercer año porque era Comercial, y me acuerdo bien los libros: en primero y segundo pedían el de Santillana (pero si no lo podías comprar podías usar otro) y en tercer año, que fue de Historia Argentina, era otra profesora y recuerdo que yo usaba el de AZ, que me encantó. (e21) [Cursó entre 1989 y 1993]

(8) Recuerdo el libro que usaba mi maestra en octavo para la materia de Lengua. El libro era bordó, aún lo conservo. Es de la editora AZ, y se titula Lengua en red para 8 de EGB. (e25) [Cursó entre 2001 y 2005]

Según muestran los ejemplos (1) a (6), resulta recurrente la mención de los nombres de los autores por parte de los entrevistados. Algunos los enumeran como si formaran una lista o un conglomerado compacto (cf. 5 y 6). Otros

recuerdan cuándo fueron usados y hasta el motivo del reemplazo de un libro por otro: “en Historia usábamos un libro de Bustinza y cuando llegó la dictadura lo sacaron de circulación y empezamos a usar Ibáñez” (4), “de Historia, el de Bustinza en primero, que luego fue prohibido, y el Ibáñez, luego” (6). Ciertos informantes, incluso, acompañan el nombre del autor con el artículo *el* o *los*, asignándoles la cualidad de obra famosa o destacada; el libro aparece mencionado, así, por el nombre del autor: “El Loprete”, “los Santos Lara”, “el Botto-Pérez Calvo”.

Por el contrario, en las respuestas de los entrevistados del período siguiente (cf. 7 y 8), puede observarse que la “función-autor” no aparece, pues es la editorial la que la sustituye como elemento identificador.

Entonces, en el marco de la política del *canon pedagógico*, a cada disciplina le correspondía una serie de autores legitimados que se establecían como referentes. En algunos casos se trataba de profesores de escuela media, como Ibáñez, Dembo, Dos Santos Lara o Lacau-Rosetti, pero en otros, de académicos reconocidos, como Kovacci. Sin dudas, la “función-autor” incidió en la instauración y conservación de un saber escolar que se mantuvo vigente durante varias décadas.

Asimismo, el paratexto de las obras afianzaba la importancia dada a la “función- autor”. En efecto, la tapa, las dedicatorias y las “Advertencias” o “Prólogos” que iniciaban los libros reforzaban la representación de la existencia de un autor legitimado como responsable de la obra⁶. Por un lado, la relevancia que tenía el autor lo confirmaban las tapas, ya que en ellas figuraba su nombre, así como las portadas, que incluían una breve referencia profesional (cf. 9). Por el otro, la impronta individual y personal de la obra la evidenciaban las dedicatorias (cf. 10), y las Advertencias o Prólogos, que llevaban la firma de sus “autores” (“El autor” en 11 y “Ofelia Kovacci” en 12) y agradecimientos personales (el último

⁶ Según Chartier (2009) la retórica de las dedicatorias expresa claramente la construcción de la “función-autor”. Por ejemplo, en otras épocas, la “función-autor” era compartida entre el hombre de ciencia y el príncipe a quien la obra estaba dedicada: “Se alababa al destinatario de la dedicación como si fuese el primer autor, el inspirador primordial de la obra que recibía. La dedicatoria del *Sidereus Nuncius* de Galileo a Cosimo de Medici es un ejemplo perfecto de esta estrategia retórica que sitúa al príncipe como el poseedor de la realidad natural recientemente descubierta, a saber las estrellas nombradas como ‘medíceas’ por Galileo” (2009: 23).

párrafo de 11)⁷. Específicamente, las Advertencias o los Prólogos, configurados mediante la primera persona del singular (cf. 11) o en primera persona del plural, es decir el “nosotros de autor” (cf. 12), buscaban exhibir al locutor-autor en tanto responsable de los contenidos del libro. Sus destinatarios eran los profesores y estudiantes (cf. 11), aunque en algunos casos el foco estaba puesto en el docente a quien se erigía como centro del proceso de enseñanza (“la orientación siempre indispensable del profesor estimulará el razonamiento”) y se le brindaban los argumentos metodológicos y teóricos que sustentaban la obra (“El enfoque general, el método seguido y la distribución del material continúan la línea expuesta en nuestro libro **Lengua I**. También aquí la preferencia por autores modernos y contemporáneos...” de 12).

Estas zonas paratextuales presentaban los objetivos del libro, que lejos de ser meramente comerciales, pretendían responder a requerimientos académicos y pedagógicos, como al pedido de profesores de la Educación Técnica (“Esta obra respondía a la sugestión de algunos caracterizados colegas que actúan en las Escuela de Enseñanza Técnica”, cf. 11) o asignarle unidad y coherencia a un conjunto de obras (“Con este volumen continuamos el estudio sistemático del discurso, de la lengua y de la expresión oral y escrita, completando su presentación cíclica, ya que su desarrollo se sustenta en nociones estudiadas en cursos anteriores”, cf. 12). Asimismo, los Prólogos ofrecían argumentos que avalan la estructura de la obra, como “He procurado ofrecer un libro escrito con sentido integral, pero que mantiene una estrecha relación entre sus diversos capítulos” (cf. 11) y “Los temas expuestos, las guías para la comprensión de las lecturas y trozos para recitar, las sugerencias para expresión oral y escrita, los ejercicios tienen el propósito de servir de base al trabajo personal para el alumno” (cf. 12). En suma, el paratexto editorial se encontraba al servicio de consolidación de la “función-autor” didáctica.

⁷ Recordemos que, según Alvarado (1994: 58), la mayoría de los prólogos cumple dos funciones básicas: una *informativa-interpretativa*, que da cuenta del contenido del texto, y otra *persuasiva-argumentativa*, destinada a captar la atención del destinatario y retenerlo; para ello puede destacarse la importancia del tema, su originalidad formal y/o temática, o la diversidad que presenta.

(9) José Ángel Dos Santos Lara

Ex profesor de los Colegios Nacionales Juan M. de Pueyrredón, Juan José Paso y Nacional de Morón; de las escuelas de Comercio nro. 28 y José M. Estrada de Morón y de la Escuela Normal Mixta de Avellaneda. Ex profesor del Instituto del Profesorado del CSEC. Ex director y profesor de Biología del Curso Premédico de la F. de Medicina del Salvador. Profesor de Anatomía en la Cruz Roja Argentina.

(10) A mis hijos: Rubén César y Gladys Alcira.

(11) A profesores y estudiantes

Esta obra responde a la sugestión de algunos caracterizados colegas que actúan en las Escuela de Enseñanza Técnica. A tal efecto he agregado, al material de mis libros de Ciencias Naturales, los temas exigidos por el programa de Biología de esos establecimientos.

He procurado ofrecer un libro escrito con sentido integral, pero que mantiene una estrecha relación entre sus diversos capítulos, utilizando para ello, la síntesis dentro de los límites a fin de no sacrificar la claridad que suele a menudo resentirse por exigencias del resumen.

Se ha concedido preferentemente atención al material ilustrativo en forma de dibujos y fotografías, de alto valor didáctico. Al final de cada capítulo figuran cuestionarios, indiscutibles auxiliares pedagógicos para aclarar dudas y fijar conceptos.

Ha colaborado en la preparación de esta obra mi hija Gladys Alcira, quien aportó su experiencia como profesora de Ciencias Naturales. Para ella mi afectuoso agradecimiento de padre y de maestro, que hago extensivo al profesor Horacio Romo por la calidad didáctica de sus dibujos y al señor Alberto Masellis por los méritos del material fotográfico.

EL AUTOR

(2: páginas preliminares)

(12) Advertencia

Con este volumen continuamos el estudio sistemático del discurso, de la lengua y de la expresión oral y escrita, completando su presentación cíclica, ya que su desarrollo se sustenta en nociones estudiadas en cursos anteriores.

El enfoque general, el método seguido y la distribución del material continúan la línea expuesta en nuestro libro Lengua I. También aquí la preferencia por autores modernos y contemporáneos en la selección de lecturas,

trozos para recitar y ejemplos con que se ilustra la teoría, se fundamenta en la exigencia de poner al alumno en contacto con textos de la lengua que habitualmente maneja. Por otra parte, se pone de este modo de manifiesto en forma práctica la relación entre lo puramente lingüístico y lo literario.

Los ejemplos que guían los temas expuestos, las guías para la comprensión de las lecturas y trozos para recitar, las sugerencias para expresión oral y escrita, los ejercicios tienen el propósito de servir de base al trabajo personal para el alumno. Para facilitar la tarea de ampliación y confrontación hemos dividido la sección Gramática en párrafos de numeración corrida a lo largo del texto.

La orientación siempre indispensable del profesor estimulará el razonamiento, la reelaboración, la inventiva y la integración del material, para desarrollar en los estudiantes varias capacidades: pensar claramente, expresarse con fluidez y propiedad, valorar la elaboración artística de la lengua, así como para despertar en algunos su propia capacidad creadora.

OFELIA KOVACCI
(4: página preliminar)

Como resulta evidente, las estrategias discursivas desplegadas para materializar la “función-autor” contribuyeron a consolidar el *canon pedagógico* y a forjar la tradición bibliográfica escolar.

En cambio, en el período siguiente, signado por la *política de mercantilización pedagógica*, el panorama resultaba muy diferente. Atento a que “la tapa impresa –que se remonta apenas a principios del siglo XIX– lleva tres menciones obligatorias: el *nombre del autor*, el *título de la obra* y el *sello editorial*, a los que puede agregarse, de haberlo, el *sello de la colección*” (Alvarado, 1994: 38), destacamos que muy pocas editoriales presentaban los nombres de los autores en la tapa. En algunas de las propuestas, los nombres de los autores se ubicaban en la portada del libro o en la página de créditos y figuran como *redactores*. Tampoco solían figurar sus datos profesionales como sí sucedía en los libros del período anterior. De esta forma, se confirma la escasa importancia y valorización dada a la “función-autor” desde el paratexto externo de los libros, en donde la mención del sello editorial, en un lugar central y destacado, parece constituir el rasgo de identidad y funcionar como fuente responsable de la obra. Así, el

nombre de la editorial se constituyó como el elemento identificador: desde entonces el colectivo “editorial” parece quebrantar la “función-autor”.

En añadidura a la descripción realizada, agregamos que ya no figuraban la dedicatoria personal ni el Prólogo o Advertencia firmada por el autor, característicos de los libros anteriores. En su lugar, existían las que hemos llamado “páginas iniciales instructivas” y, que según sostiene Menéndez (1999: 94), se ocupaban de justificar el modo de organización del libro. De forma análoga a los instructivos de uso de un producto –como un electrodoméstico–, estas páginas mostraban la estructura del libro y exponían la funcionalidad de cada componente –un logo, una página o sección especial– en forma breve y gráfica, mediante imágenes, flechas y referencias (imagen A).

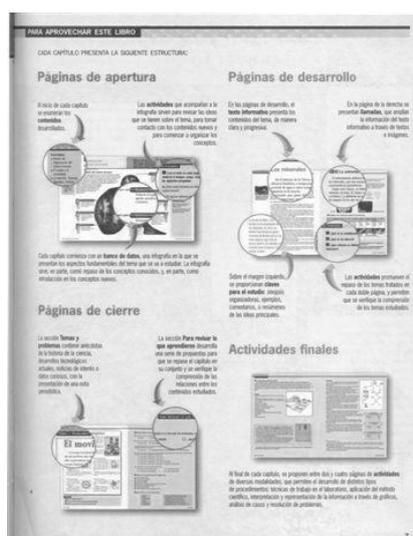


Imagen A. 6: 7.

Tal como se ve, la enunciación de esta sección se realizaba a través de estrategias de despersonalización, según confirma la imagen A: frases nominales (“cada capítulo comienza” y “las actividades promueven el repaso”) y estructuras de *pasivas con se* (“Al inicio de cada capítulo se enumeran los contenidos desarrollados” y “En la página de la derecha se presentan llamadas”), que dejaban difusa la constitución del locutor-autor, en vistas de despojar a la sección prologar de un carácter personal e individualizado. Estas páginas iniciales, cuya redacción se encontraba a cargo el equipo editorial, cumplían no

solo una función informativa, al describir y explicar los elementos que componían el libro, sino también una apelativa, pues hacían hincapié en los aspectos innovadores y atributos diferenciadores.

Para finalizar este apartado, cabe recordar que, para Foucault (1969), la “función-autor” es determinada y articulada por el sistema jurídico e institucional. En lo que respecta a nuestro corpus de análisis, el régimen de propiedad de los textos por parte de los autores era inobjetable en el caso de los libros del *canon pedagógico*. De hecho, los autores registraban sus obras y cobraban regalías por ellas; se los consideraba jurídicamente “dueños de su obra”. Lejos de ello, en los libros de las décadas recientes, según hemos investigado, los autores recibían un único pago por la escritura los capítulos asignados y cedían los derechos sobre los textos a la editorial (Tosi, 2010). En suma, como lo demuestra el análisis, la “función-autor”, central en los *libros del canon*, comenzó a socavarse a partir de la implementación de los “libros de proyectos editoriales” posteriores.

Circulación y usos

Los Planes y Programas de Estudio de 1956, que se conservaron por décadas⁸, inculcaban que el proceso de enseñanza se centrara en las decisiones del profesor. No se incluían referencias a fuentes bibliográficas para el dictado de las disciplinas ni tampoco se mencionaba en el programa de ninguna de las materias el uso explícito de los manuales escolares. El único caso en que aparecía mencionado el libro de texto era en el “idioma extranjero”; si bien las Instrucciones hacían referencia a su uso recalcaban la importancia del profesor con relación al libro:

Aunque el libro de texto desempeña una función importante en el desarrollo de la enseñanza del idioma extranjero por la labor de selección y gradación que su

⁸ Si bien el Congreso Pedagógico Nacional de 1984, reunido para analizar el funcionamiento del sistema educativo, sentó las bases para la futura transformación educativa, la promulgación de una nueva ley llegó recién en la década de 1990. De hecho, los Planes y Programas de Estudio de 1956 fueron reemplazados por los lineamientos de la Ley Federal de 1993 y sus Contenidos Básicos Comunes o CBC (1995). En 2006 se promulgaría una nueva ley de educación, que excede esta investigación.

preparación supone, es menester recalcar que el alumno debe aprender del profesor y no del libro. Aquel es el centro alrededor del cual debe girar la actividad en el aula; el libro de texto no es sino un elemento eficaz de ayuda que complementa la labor del profesor y hace más fácil la tarea de preparación del alumno. (Ministerio de Educación y Justicia. Dirección General de Enseñanza Secundaria, Normal, Especial y Superior, 1956: 40)

Dentro de este contexto, el libro didáctico se ocupaba de desarrollar las bolillas e introducir breves segmentos de actividades, adecuados a las especificaciones curriculares dadas. La obligación de seguir los Planes solía reflejarse en una leyenda que figuraba en la hoja de créditos o en la portada de los libros:

(13) De acuerdo con el programa de tercer año al ciclo básico y escuela de comercio (5: página preliminar)

(14) De acuerdo con el programa de tercer año al ciclo básico y escuela de comercio (1: página preliminar)

(15) De acuerdo con el programa oficial de la asignatura correspondiente al primer año de las escuelas de educación técnica. (3: página preliminar)

Además, diversos aspectos contextuales incidieron en la legitimación de la “función-autor” y en la consiguiente consolidación del *canon escolar*. Por un lado, existía un mercado editorial pequeño conformado por capitales nacionales, y cada casa editora se encargaba de editar a un grupo reducido de autores. Por el otro, no existían la tecnología de las máquinas fotocopadoras (16) y (17) y la única “competencia” posible la constituía la venta de libros de texto usados (cf. 18). Asimismo, como los libros no eran fungibles, es decir que no tenían espacios para ser escritos (cf. 19 y 20), podían ser reutilizados fácilmente por otros estudiantes.

(16) En realidad, en ese entonces era una obligación cada uno de los alumnos teníamos los libros que necesitábamos, no había fotocopadoras. (e6)

(17) De Historia: Ibáñez, Matemática, Historia de la educación, Lengua y Literatura, Geografía, Educación Moral y Cívica... Para casi todas las materias. No había fotocopias. (e12)

(18) Casi todas las materias nos pedían un autor en particular y eran fáciles de conseguir. Era un colegio público, chicos de clase media, alguno un poco más o un poco menos, pero eran libros que todo el mundo podía conseguir porque había editoriales como Kapelusz u otras más, y todos sabíamos bien dónde ir a comprarlos. Eran libros que todo el mundo podía tener. Pero a veces te daban opciones, te decían dos autores y vos veías qué conseguías: tipo Ibáñez o Astolfi. (...). Las dos formas. Había mucho libro hereditario, muchos alumnos vendían y otros tenían libro nuevo. Había de todo un poco. Yo creo que los que compraban un libro nuevo era un 50 por ciento. (e15)

(19) (...) nunca se escribía ni se subrayaba ni se resaltaba el libro. Te retaban si te veían hacer eso. (e14)

(20) Los libros no se escribían. Pecado mortal. Los profes dictaban, y no sé si serían actividades que sacaban de libros o de dónde. (e15)

Tanto en (19) como en (20) los entrevistados hacen referencia al valor simbólico del libro y a las prácticas de lectura y escritura. Como se observa, el libro de texto se constituía como un objeto que debía ser valorado, respetado y cuidado. Dentro de esta concepción, escribir el libro era un hecho altamente negativo y hasta parecía ser una acción que atentaba contra el saber “sagrado” que sus páginas alojaba. Si el libro fijaba la doctrina y permitía el acto escolar, escribir sobre él podía ser considerado “pecado mortal” (cf. 20).

En tanto que, en las propuestas editoriales posteriores, la producción de libros fungibles, funcionó como una estrategia que trataba de evitar que estos fueran reutilizados o fotocopiados y, así, se fomentaba la compra de textos nuevos –pues los usados ya estaban escritos–. En este sentido, se registró un cambio en el libro en tanto objeto simbólico y material, puesto que *ya podía* ser subrayado, marcado y escrito, como lo ilustra (21).

(21) Los marcaba, subrayaba y hacía anotaciones por todos lados (e22)

Volviendo a la *política del canon*, según lo refiere la mayoría de los entrevistados, los libros eran de uso asiduo para el estudiante, casi diario (cf. 22

a 25). Más allá de las especificidades de cada institución, se los solía utilizar en la clase (cf. 22), pero también en la casa, pues era el material privilegiado de estudio (cf. 22 y 24) y para tareas de investigación (cf. 24). En ese entonces, el libro didáctico funcionaba también como material de consulta y referencia –no existía Internet–. Solo una de las entrevistadas mencionó el uso de las enciclopedias (cf. 25), pero como instrumento de apoyo.

(22) Casi siempre [se usaba el libro]. Si no indicaban que continuemos el tema que había explicado ese día, leyéndolo en el libro. O bien, indicaban qué parte del capítulo le interesaba que le prestáramos atención. (e12)

(23) Y en muy pocas clases no usábamos los libros. Alguna vez en alguna clase de Geografía el profesor explicaba en los mapas colgados del pizarrón. O en alguna clase de Inglés hablábamos con la profesora, pero lo más común era trabajar con el libro en mano (e1)

(24) En general [el libro] era para estudiar en casa, de tal a tal página. Algunos profesores se guiaban por el libro: “La célula...”. (e8)

(25) Mis viejos no me compraban los libros “porque eran caros”. Estaban en la biblioteca de la escuela y ahí me quedaba al mediodía para hacer la tarea. Los profes daban tarea que se hacía sobre libros que ellos dejaban en la biblioteca. En Historia la profe era una enamorada de una colección enciclopédica, no era libro de texto, pedía siempre de esa colección. (...) Los profes al principio del año siempre decían que tratemos de conseguir un libro de la materia para tener en casa y no decían cuál, usado. El que tenía, tenía. (e14)

A partir de lo expuesto en este apartado, se verifica la estrecha vinculación entre la “función-autor” configurada en los libros didácticos del *canon pedagógico* y sus condiciones de producción y circulación. De ahí que la “función-autor” haya funcionado como sustento para el despliegue de esa política editorial y contribuido, haciendo eco a diversos factores contextuales, al establecimiento de un mercado escolar sólido y estable, así como a la fijación de una tradición bibliográfica escolar.

Conclusiones

A la luz de que la “función-autor” no se ejerce de un modo universal y constante en todos los discursos (Foucault, 1969 y Chartier, 1992 y 1999), el presente trabajo se propuso analizar la constitución de esta categoría en un tipo de género y período particular. En efecto, a lo largo de estas páginas hemos indagado la configuración de la “función-autor” en los libros didácticos de secundario, producidos en el marco de la política editorial del *canon pedagógico* (1960-1982).

En primera instancia, se verificó que la “función-autor” puede localizarse en la materialidad misma del libro didáctico y que ciertas zonas paratextuales – tapas, dedicatorias y prólogos– contribuyen especialmente a su construcción discursiva. Por un lado, la retórica de las dedicatorias, los prólogos y las advertencias manifiestan el desplazamiento de la “función-autor” en el material didáctico: si en los textos precedentes, como cartillas y catecismos, tal categoría estaba ausente pues carecía de relevancia, en los libros de texto del *canon pedagógico* la figura del autor resultaba primordial ya que funcionaba como responsable y garante de los conocimientos allí expuestos. Por otro lado, las entrevistas reflejaron el poder simbólico atribuido al autor, quien era comprendido como aquel que legitimaba la “veracidad” de los contenidos y la pertinencia de los valores escolares. Sin dudas, los nombres de los autores formaron parte de la tradición escolar y fijaron una memoria pedagógica. En otras palabras, en ese tipo de libros, el nombre del autor le asignaba autoridad al discurso escolar de secundario, en una sociedad donde ese tipo de saber se estaba forjando. La “función-autor” se erigió, así, como un aspecto nodal de la política del *canon pedagógico* y se imprimió en el imaginario colectivo en tanto aval del saber.

En segunda instancia, el análisis efectuado permitió constatar la estrecha relación entre la “función-autor” y las condiciones de producción y circulación. Este vínculo articula la construcción del autor del libro didáctico y la representación del saber durante el período. Por ello, la “función-autor” fue un aspecto indispensable para cimentar una tradición bibliográfica escolar que logró conservarse intacta durante décadas.

En suma, las estrategias discursivas desplegadas para la formación y la consolidación de la “función-autor” en los libros analizados tuvieron sus bases en la necesidad de conformar un conocimiento escolar homogéneo y legitimado en el nivel secundario que, como hemos mencionado, presenta grandes diferencias con las particularidades contextuales de los libros de texto posteriores, en los que la “función-autor” perdió fuerza y se desdibujó, en pos de la relevancia dada a la editorial.

Finalmente, consideramos que el presente trabajo puede contribuir a desnaturalizar ciertas categorías relativas a la edición, como la de “autor”, y evidenciar que estas también responden a posiciones variables, contextuales y complejas de los discursos y la cultura escrita.

Bibliografía

- Alvarado, M. (1994). *Paratexto*. Buenos Aires, Enciclopedia Semiológica: Eudeba.
- Chartier, A. M. (2004). *Enseñar a leer y escribir. Una aproximación histórica*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Chartier, A. M. y Hebrard, J. (1994). *Discursos sobre la lectura 1880\1980*. Barcelona: Gedisa.
- _____ (2002). *La lectura de un siglo a otro. Discursos sobre la lectura 1880\1980*. Barcelona: Gedisa.
- Chartier, R. (1992) [2005]. *El orden de los libros. Lectores, autores, bibliotecas en Europa entre los siglos XIV y XVIII*. Barcelona: Gedisa.
- _____ (1999). Trabajar con Foucault: esbozo de una Genealogía de la función-autor. *Signos Históricos*, vol. 1, núm. 1, junio, pp. 11-27, Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Iztapalapa, México.
- Cuczza, H. (2007). *Yo argentino. La construcción de la Nación en los libros escolares (1873-1930)*. Buenos Aires, Miño y Dávila.
- de Diego, J. (dir.) (2006). *Editores y políticas editoriales en Argentina. 1880-2000*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- de Souza Minayo, M. C. (2009). *La artesanía de la investigación cualitativa*. Buenos Aires: Lugar.
- Escolano Benito, A. (1996). El libro escolar en la Restauración. En Escolano Benito, A. (dir.). *Historia ilustrada del libro escolar en España. Del Antiguo Régimen a la Segunda República*. Madrid: Fundación G. S. Ruipérez.

- _____ (dir.) [1997] (2006). *Historia ilustrada de la escuela en España. Dos siglos de perspectiva histórica*. Madrid: Fundación G. S. Ruipérez.
- _____ (dir.) (1998). *Historia ilustrada del libro escolar en España. De la Posguerra a la Reforma Educativa*. Madrid: Fundación G. S. Ruipérez.
- Fernández Reiris, A. (2004). *El libro y su interrelación con otros medios de enseñanza*. Buenos Aires: Miño y Dávila.
- _____ (2005). *La importancia de ser llamado "libro de texto". Hegemonía y control del currículum en el aula*. Buenos Aires: Miño y Dávila.
- Foucault, M. [1969] (2010). *¿Qué es un autor?* Buenos Aires: Ediciones literales.
- Ivernizzi, H. y Gociol, J. (2003). *Un golpe a los libros. Represión a la cultura durante la última dictadura militar*. Buenos Aires: Eudeba.
- Linares, M. C. (2007). Las editoriales a fines del siglo XX y su impacto en los libros de lectura escolar. *Actas del VIII Congreso Iberoamericano de historia de la Educación Latinoamericana. Contactos, cruces y luchas en la historia de la educación latinoamericana*. Buenos Aires.
- _____ (2012). Nacimiento y trayectoria de una nueva generación de libros de lectura escolar: *El nene* (1895-1956). En H. Cucuzza y R. Spregelburd (Dir.). *Historia de la lectura en Argentina. Del catecismo colonial a las netbooks estatales* (pp. 215-255). Buenos Aires: Editoras del Calderón.
- Menéndez, S. (1999). El discurso del libro de texto. *Discurso y sociedad*. Vol. 1, Nro. 2, junio de 1999.
- Ministerio de Educación y Justicia. Dirección General de Enseñanza Secundaria, Normal, Especial y Superior (1956). *Planes y Programas de Estudio. Ciclo Básico, Segundo Ciclo del Bachillerato, Ciclo del Magisterio, Escuelas Normales Regionales y Escuelas Nacionales de Comercio*. Buenos Aires, Ministerio de Educación y Justicia.
- Tosí, C. (2010). El mercado de los libros de texto. Un análisis sobre los procesos de edición y la selección de textos literarios. *Actas del IX Congreso Argentino de Hispanistas. El hispanismo ante el Bicentenario*. Disponible en:
http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.1180/ev.1180.pdf
- _____ (2012). El discurso escolar y las políticas editoriales en los libros de educación media (1960-2005). En H. Cucuzza y R. Spregelburd (Dir.). *Historia de la lectura en Argentina. Del catecismo colonial a las netbooks estatales* (pp. 507-545). Buenos Aires: Editoras del Calderón.
- _____ (2013). Huellas de lo políticamente correcto en libros de texto argentinos: la modalización autonímica. *Sociocultural Pragmatics* vol. 1, 2: 251-281.

Corpus citado

- (1) Astolfi, J. (1980). *Historia 2. Moderna y Argentina hasta 1852*. Buenos Aires, Editorial Kapelusz.
- (2) Dos Santos Lara, J. A. (1967). *Biología* (primer año escuelas de educación técnica). Buenos Aires, Editorial Troquel.
- (3) Dos Santos Lara, G. A., Eijo, L. y Calzada de Hauscarriague (1981). *Biología 2*. Buenos Aires, Editorial Troquel.
- (4) Kovacci, O. (1982). *Lengua y Literatura 3*. Buenos Aires, Huemul.
- (5) Lacau, M. H. y Rosetti, M. (1962). *Castellano* (de acuerdo con el programa de tercer año del ciclo básico y escuelas de comercio). Buenos Aires, Editorial Kapelusz.
- (6) Vasallo, I., Seoane, S., Otañi, L., Pérez Aguilar, G., Sánchez, L., Forero, M., y Cano, M. (2004). *Lengua 9*. Buenos Aires, Editorial Estrada, Serie Entender.

Anexo I. Ejemplo de una entrevista

(2) Informante: mujer. Período de cursada de secundario: 1967-1971

Lugar de cursada: Ciudad de Buenos Aires, Argentina

-¿Usaban libros de texto en la Secundaria? ¿Cuáles?

-¿Vos pretendés que me acuerde? Solo me acuerdo el de Ibáñez para Historia, y creo que el de Anatomía era Fernández..

-¿Los libros se usaban en la clase? ¿Para estudiar en casa?

-Se usaban para estudiar en la casa. En clase daba la profesora una clase puramente expositiva.

-¿Hacían las actividades del libro?

-No.

-¿Usaban los libros todos los días?

-Sí.

-¿Si algo no entendían, lo explicaba el docente?

-El docente daba todos los temas y decía las páginas que había que estudiar del libro. Si había algo que no estaba claro, lo volvía a explicar, salvo raras excepciones.

-¿Leían la teoría y el paratexto (notas al pie, plaquetas recuadros, anexos)?

-Sí, pero tenían poco paratexto, salvo los gráficos en el caso de Geografía o Biología.

-¿Cómo se los evaluaba?

-Con exámenes escritos, la mayor cantidad. Había también prueba sorpresa, muy poco a libro abierto, creo que tuve dos profesoras que hacían eso.

-¿Podés contar cómo se usaba un libro en una materia que elijas?

-En Biología, la profesora daba clase, explicaba un tema, a veces nos hacía mirar el esquema en el libro. Si no lo tenía en una lámina, y después nos decía de qué páginas teníamos que estudiar ese tema. Además uno tomaba nota de sus explicaciones en el pizarrón, porque a veces ciertas cosas no estaban en el libro. Entonces teníamos las dos cosas. Los apuntes de clase más el libro.

A Revista Escola Secundária da CADES / MEC (1957-1963)

e seus modos de construir as identidades dos professores de ensino médio

LIBANIA NACIF XAVIER*

O presente artigo pretende analisar o periódico da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES/MEC), intitulado *Escola Secundária*, com vistas a perceber como este opera a construção de uma dada identidade do professor secundário. O título que nomeia o artigo dialoga com alguns escritos do pesquisador inglês Martin Lawn (2000), para quem o esforço por identificar e analisar as *formas de gestão da identidade dos professores* constitui um passo crucial para a compreendermos os modos de funcionamento dos sistemas educativos, sejam eles democráticos ou totalitários. Para o autor, o Estado promove a produção de identidades dos docentes através de suas Leis e Regulamentos; de seus discursos e intervenções na mídia; dos programas de

formação, certificação e qualificação de professores; das políticas de publicação dirigidas aos professores, dentre outras formas de intervenção. Destaca, ainda, que a produção dessa(s) identidade(s) é móvel e flexível o suficiente para se adaptar aos projetos políticos em curso, de modo a recompor o controle do Estado sobre a ação e o trabalho docente adotando estratégias variadas de acordo com o contexto. A esse conjunto de observações, acrescentamos, ainda, a importância de pesquisarmos, também, a participação dos professores na configuração de sua(s) identidade(s) profissionais, seja por meio de ações coletivas mobilizadas nas diferentes modalidades de associativismo, seja individualmente, por meio da resistência frente às prescrições do Governo e de seus especialistas, seja, por fim, pela omissão diante das demandas oficiais, configurando uma resistência camuflada por um aparente estado de inércia.

A CADES foi uma Campanha articulada ao MEC, cujo objetivo era qualificar e certificar o professor de ensino secundário, particularmente aqueles que atuavam no interior do país, a maioria deles, sem qualificação pedagógica nem certificação institucional requisitada para o exercício da profissão. A Campanha mobilizou um conjunto de ações, exercendo uma intervenção direta, por meio de eventos como a Jornada de Diretores, ou da organização de cursos voltados para a qualificação de professores e gestores de escolas secundárias, ou, ainda por meio dos exames de certificação. As ações indiretas, dizem respeito à disseminação de idéias e princípios caros às concepções dominantes entre os técnicos do MEC no que tange ao “bom” desempenho do professor e da escola secundária, de modo a garantir maior permanência aos preceitos profissionais que orientavam os cursos de qualificação e balizavam a concessão do registro de certificação. Uma das principais estratégias de divulgação desses preceitos e concepções profissionais comungados pelos técnicos da CADES foi a elaboração e circulação da Revista *Escola Secundária*.

Assim, a Revista *Escola Secundária* funcionou, como veículo oficial do Ministério da Educação e, por suas características editoriais, observa-se que pretendia exercer a função de complementar o esforço de qualificação dos professores secundários realizado em cursos de curta duração – que, na época,

foram muito criticados, sendo considerados insuficientes quando comparados à formação oferecida nas Faculdades de Filosofia.

Em seu conjunto, foram analisados os 19 exemplares da Revista, preservados no Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (Proedes-FE/UFRJ), cobrindo o período de 1957 a 1963. Com base na análise do conjunto, pudemos perceber que os Sumários apresentavam certa regularidade no que tange à distribuição dos conteúdos veiculados na Revista, apresentando algumas seções que se repetiram até o último exemplar, enquanto outras não tiveram continuidade garantida, como veremos a seguir.

A Estrutura da Revista

Em todas as revistas há um artigo introdutório, que funciona como uma espécie de Editorial. Em todos os exemplares encontramos uma primeira seção intitulada *Didática Geral* seguida pela a seção intitulada *Orientação Educacional*. A permanência dessas duas últimas seções é exemplar da concepção que começava a vigorar no pensamento educacional da época e vai ganhando cada vez mais força entre os especialistas do MEC assim como entre alguns professores da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro. Esta concepção estava fortemente ancorada nos ganhos potenciais que os conhecimentos da didática poderiam fornecer à conformação das práticas pedagógicas, bem como de uma identidade profissional aos docentes, seja do ensino primário ou secundário. Contudo, ao docente do ensino secundário, se atribuía também o dever de dominar os conhecimentos específicos de sua disciplina, aliados ao conhecimento de técnicas de *transposição didática*, como demonstra a publicação de alguns artigos contendo sugestões de atividades didáticas relativas a determinados assuntos presentes no currículo de disciplinas específicas, indicando exercícios, propondo a seleção de temas e conteúdos, de métodos e atividades pertinentes a cada disciplina.¹

A Revista também possuía uma Seção intitulada *Educandários Nacionais*,

1 Cf: FONSECA, James B. Vieira da. O ensino da História do Brasil no curso ginásial. in Escola Secundária, nº 1, junho / 1957, pp.55-87 e .ALMEIDA, Maria da Glória Maia e. As artes e as atividades extra-curriculares. in Escola Secundária, nº 7, dez / 1958, pp.19-25.

destinada a divulgar as experiências inovadoras no ensino secundário de forma a convencer, com base no exemplo, que a experimentação de novas propostas de ensino era viável e podia levar a escola e seus agentes a alcançarem resultados positivos. Contudo, apenas dois números apresentaram a seção, tendo sido citados o Colégio Nova Friburgo (RJ) da Fundação Getúlio Vargas (que fora dirigido pelo editor chefe da Revista Luiz Alves de Mattos) onde se dava a experimentação do “método de ensino por unidades didáticas” e o Ginásio Sílvio Romero, localizado em Aracaju (SE), que fora considerado ginásio modelo pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. .

Na seção *Portarias e Instruções Ministeriais*, a Revista divulgava a legislação recente sobre o ensino secundário, ao lado de comentários sobre a sua pertinência e abrangência. Lançando o olhar para fora do Brasil, a Seção intitulada *Educação Comparada* evidencia a busca de alternativas de organização do ensino que pudessem apresentar propostas adequadas à realidade brasileira com a descrição dos modelos adotados em países como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França.

Por fim cabe assinalar a existência de uma seção intitulada *Noticiário*, por meio da qual as ações da CADES, do MEC ou do Governo Federal eram relatadas, de acordo com o modelo estabelecido pelo MEC para o conjunto de impressos publicados sob sua chancela.

A análise da estrutura da Revista em Seções nos permitiu perceber a perspectiva de promover a interiorização das ações do MEC, não apenas por meio da qualificação (realizada por meio de cursos de curto prazo) e da certificação oficial (conferindo certificado profissional reconhecido pelo MEC aos professores envolvidos nos cursos e seminários promovidos pela CADES), como também, procurando, por meio da Revista, fornecer os elementos indispensáveis à tarefa de conformar uma identidade ideal a ser incorporada pelos professores e gestores que atuavam nas escolas secundárias localizadas nas áreas rurais ou em cidades do interior do país.

A esse respeito, merecem destaque a Seção intitulada *Consultório Didático*, bem como os artigos que se ocupavam de descrever os atributos

indispensáveis à conformação de uma *identidade profissional* e de um *código de ética* próprio do professor secundário, como procuraremos demonstrar.

O Consultório Didático

A Seção intitulada *Consultório Didático* destinava-se a receber perguntas e dúvidas de professores e responder a estas consultas de forma a orientá-los na condução de suas aulas.² A idéia de oferecer orientação já carrega, em si, a percepção do professor como profissional que necessita da supervisão / controle de outros profissionais mais qualificados. Nesse caso, os técnicos do MEC apresentavam-se como profissionais habilitados para tal, seja em função de sua visão geral, dada pela posição que ocupavam no Ministério, seja em função de sua qualificação em nível universitário, que muitos professores, principalmente os do interior, ainda não possuíam.

É curioso observar que a referida sessão não passou do terceiro número da Revista. Em cada um dos três primeiros números, a Revista apresentou três consultas de professores de diferentes estados do país. Não sabemos os motivos pelos quais se interrompeu a publicação das consultas, mas levantamos a hipótese de que a exposição pública das dúvidas e equívocos dos professores talvez não tivesse estimulado, entre eles, novas e renovadas adesões àquela proposta do Comitê Editorial. Da mesma forma, o tempo necessário para editar as orientações no número seguinte ao da apresentação da consulta esvaziariam qualquer intenção de prover a referida sessão de consulta com as respostas e orientações solicitadas a tempo de torná-las aplicáveis. Por fim, a leitura das consultas e das respostas publicadas demonstra forte divergência de princípios e procedimentos existente entre as formas de conduta do professorado e as orientações sugeridas pelos consultores.

Apesar dos professores apresentarem suas questões sob a forma dúvidas e perguntas, o conteúdo das mesmas por já indica a percepção que seus

² Ao apresentar a Seção "Consultório Didático", o exemplar número 01 da Revista Escola Secundária assim justificava a função da referida Seção: Nesta seção, a nossa revista publicará as consultas que nos forem encaminhadas pelos professores de todos os quadrantes de todo o País sobre as dúvidas, problemas e dificuldades que estão encontrando no desempenho de suas funções docentes e educativas, desde que contenham assuntos de interesse geral. (Cf: Escola Secundária, nº 01, junho / 1957:88)

requerentes tinham de uma boa atuação no magistério. A preocupação em manter intacto o seu lugar de autoridade inquestionável perante os alunos figura como o principal ponto de divergência entre os professores missivistas e os consultores da CADES.

Assim, por exemplo, a primeira consulta publicada partiu de um professor de história do Rio de Janeiro, que não estava concordando com a seqüência estabelecida no Programa e, em vista disso, pergunta se poderia alterar essa ordem, “desrespeitando o Programa Oficial”. A resposta aponta para uma maior flexibilidade, esclarecendo que ... *“Alterar a ordem do programa oficial não é desrespeitá-lo. Nenhuma lei ou portaria existe obrigando o professor a seguir rigorosamente a seqüência em que aparecem as unidades ou pontos no programa oficial. O que se exige é que a matéria constante do programa oficial para cada série seja ministrada nessa série e não em outra...”*. Dessa forma, ao mesmo tempo em que aponta para a possibilidade de flexibilização da conduta do professor em relação às determinações oficiais, o consultor ainda sugere que o professor faça a alteração em uma série e, em outra, seguisse as determinações do Plano Oficial de modo a obter dados para comparar as duas experiências e avaliar qual teria sido a mais adequada.

Outra ordem de preocupações apresentada pelos professores remete-se à questões éticas e morais. É exemplar o caso relatado por uma professora de Desenho do Paraná que adotava o sistema de distribuir entre os alunos, em rodízio mensal, as pequenas responsabilidades da rotina escolar, tais como a da limpeza do quadro negro, a da coleta e devolução dos trabalhos, a de buscar e devolver à secretaria a caderneta do professor. Contudo, ela havia reparado que a aluna encarregada de recolher as cadernetas havia alterado a própria nota, rasurando a caderneta e, com isso, incorrendo em grave falta moral. A despeito de ter demonstrado sensibilidade para levar os alunos a atuarem de forma colaborativa e participativa, a professora listou uma série de procedimentos para lidar com a falta cometida pela aluna, solicitando que os consultores da CADES a ajudassem nessa difícil decisão. A professora perguntou... *O que devo fazer?* E declarou ter dúvidas sobre as seguintes alternativas: *Denunciá-la a*

Diretoria, repreendê-la publicamente perante a classe, puni-la com nota zero ou suspendê-la ostensivamente da função de encarregada da caderneta?

Em resposta, a CADES deu razão à professora por sua indignação, mas levantou a possibilidade da aluna não ser a culpada pelo ocorrido, indicando que o primeiro passo a ser seguido pela professora deveria ser o de investigar o caso, juntamente com a aluna, para que fossem esclarecidas as razões que teriam lavado a aluna e cometer aquele ato. Evitando expor a aluna a um constrangimento público, o conselho dado à professora foi o de que ela conversasse com ela, em particular, conduzindo-a a fazer uma reflexão sobre o fato ocorrido e pedindo que ela se colocasse no lugar da professora e indicasse qual a melhor punição para aquele caso. Nessa linha, a orientação era a de que a punição pura e simples teria menor impacto que o efeito moral produzido pela orientação e pelo diálogo. A orientação considerava que, dessa forma, ...*“Essa lembrança ficará em seu espírito emoldurada num sentimento de respeito e gratidão pela educadora que tão bem soube resolver o espinhoso problema, poupando-lhe uma humilhação pública e traumatizante”*. (Escola Secundária, nº 1, jun / 1957, pp.88-102). Percebe-se, nesse relato, os limites de um aconselhamento feito de longe, que desconhece das idiosincrasias dos atores, bem como o próprio funcionamento característico da escola.

Dentre as oito consultas restantes, duas tratavam de questões didáticas e seis se referiam a questões éticas, desta vez, centradas na conduta do professor. Uma das que versava sobre questões didáticas apresenta a preocupação de uma professora de “História Nacional” recém diplomada que, ao substituir outro professor, igualmente diplomado, porém com mais idade, se deparou com a resistência da turma em aceitar as aulas da professora, baseadas em debates e trabalhos práticos, já que o antigo professor baseava as suas aulas no ditado.³ A outra consulta era proveniente de um professor de história do Espírito Santo, que, por lecionar em quatro turmas de dois ginásios diferentes, acabava não se

³ A professora formulou dessa forma a sua consulta: O que devo fazer? Devo ceder aos alunos e adotar aquela rotina horrível dos ditados maciços a que já estão habituados? Seria para mim como atirar ao mar, como carga inútil, tudo o que aprendi e armazenei em quatro anos de estudo especializados na Faculdade de Filosofia. Não será melhor pedir logo minha demissão?” ?” (F. R. A. - Estado do Rio). (Cf: Escola Secundária, nº 1, junho / 1957, pp.88-91).

lembrando onde tinha parado a matéria e pede ajuda nesse sentido.⁴ À primeira consulta, os consultores deram razão ao dinamismo adotado pela professora e recomendaram-lhe que continuasse naquele cominho, contudo, alertaram que ela deveria conversar com a turma e pedir aos alunos um prazo de tolerância, para obter mais tempo para demonstrar os efeitos positivos de sua metodologia de ensino. Para a segunda, recomendou-se que ele adotasse a técnica do planejamento e, para tal, foi indicada a obra do redator-chefe da Revista, Luis Alves de Matos, intitulada “Os objetivos do Planejamento do ensino”.

Com relação às consultas de caráter ético, os exemplos são curiosos. Em uma delas, um professor do Rio de Janeiro perdeu as provas de seus alunos e, temendo a reprovação da turma, pergunta se poderia atribuir as notas de seus alunos de acordo com o conhecimento que tinha deles. Em outra consulta, um professor de São Paulo informa que havia se esquecido de somar os pontos de uma questão da prova de matemática e, por causa disso, o pai de um de seus alunos havia pedido vistas da prova. Temendo ver sua autoridade diminuída e ter que abrir precedente para os demais alunos, o professor confidencia que estava pensando em não admitir o erro. Par ambos os casos, os consultores da CADES respondem que todo professor tinha o direito de errar e, naqueles casos, seria melhor reconhecer o erro e negociar uma solução com os alunos do que esconder a verdade. Concluem afirmando que, agindo dessa forma, os professores não perderiam em autoridade, mas cresceriam no respeito de seus alunos, que passariam a vê-los como não só como sábios, mas também, como pessoas justas e retas. (*Escola Secundária*, nº3, dez/1957, pp.94-96.)

A próxima consulta merece constar de nossa descrição, por continuar atual, dez anos depois. Esta se refere a um professor de matemática do estado do Rio de Janeiro que, apesar de ter cumprido o programa a contento, teve 70% de seus alunos com notas abaixo da média para passar. Entendendo que

4 A professora formulou dessa forma a sua consulta: Sinto que estou obtendo baixo rendimento no ensino de História que ministro a quatro turmas do ginásial em dois colégios desta cidade. Se bem que essas turmas sejam da mesma série, eu me empolgo pelo tema e apresento matéria, de ângulo diferentes com por menores variados em cada turma. Depois, nas provas e exames, não me lembro mais do que dei em cada turma e os alunos reclamam de questões que não foram dadas em aula. Sinto que preciso planejar as minhas aulas, o que até agora não tenho feito. Essa Revista poderia indicar-me alguma publicação que contenha os planos de aula de História para 4.º série ginásial?” (H. M. B. – Espírito Santo). Cf: *Escola Secundária*, nº 2, set / 1957, pp.99-102.DES, n.º pág.)

aqueles alunos não haviam alcançado a média mínima porque não tinham base, o professor não considerava ser de sua responsabilidade a solução de tal problema.

Uma última consulta que nos interessa apresentar expõe a dúvida de um professor de Pernambuco que havia registrado a matéria que deveria ser dada em três dias de greve à qual seus alunos haviam aderido e, no momento em que se aproximavam as provas, começava a questionar se deveria cobrar a matéria registrada, ou se deveria retomar a explicação da mesma para não prejudicar a nota de seus alunos.⁵ Sumariando a resposta, a orientação da CADES foi a seguinte: (a) as faltas devem ser consignadas na caderneta escolar; (b) nas aulas subseqüentes, o programa deve ser retomado a partir do ponto em que ficou; (c) só deve constituir matéria de exame o que de fato foi ensinado aos alunos”.

O que se pode concluir desse conjunto de consultas e de orientações é que, do ponto de vista dos professores, sobressai uma concepção bastante tradicional de sua função e conduta, destacando-se o medo em perder a autoridade frente aos alunos, o que acaba por levar a um *hiperdimensionamento* de sua autoridade, aventando a adoção de medidas manipuladoras da verdade, justamente por temerem perder a confiança de seus alunos. Por outro lado, verifica-se, também, a tensão entre os procedimentos de professores formados mais recentemente e os antigos professores que, mesmo graduados, ainda orientavam as suas aulas com base em métodos mais rígidos e padronizados. Contudo, o que predomina é o caráter marcadamente conservador das consultas apresentadas pelos professores. Esse caráter contrasta com as orientações emanadas dos consultores da CADES, que buscam estimular a renovação das práticas pedagógicas, destacando as possibilidades dos professores adotarem um comportamento mais flexível, seja em relação ao

5 A professora formulou dessa forma a sua consulta: “Meus alunos do 2.º ano do curso científico aderiram a um movimento coletivo de greve que se alastrou por quase todos os colégios da nossa cidade, faltando às aulas por três dias consecutivos. Não entrarei aqui na apreciação do mérito intrínseco dessa greve. Nos dois dias que faltaram às aulas lancei a falta nas cadernetas e, como é de praxe, registrei a matéria como dada. Nas aulas seguintes prossegui no programa, saltando esses pontos que deveriam ter sido explicados, senão tivesse ocorrido essa greve. Agora, aproximando-se a época dos exames, estou em dúvida se devo ou não incluir esses pontos como matéria de exame. Consultando meus colegas verifico que não há uniformidade de opinião, sendo que a maioria se inclina a cobrar esses pontos no exame, já que foram lançados na caderneta como matéria dada. Peço uma orientação”. (V. C. M. – Pernambuco). Cf: Escola Secundária, n.º2, 1958, pp.98-192.

Programa Oficial, seja no relacionamento com seus alunos. Nessa perspectiva, o Consultório Didático deveria funcionar como mais um ponto de apoio para a moldar a identidade dos professores, propondo a flexibilização de suas condutas.

As bases de produção da identidade do Professor Secundário

Redator chefe da Revista Escola Secundária durante todo o período em que esta esteve em circulação, Luiz Alves de Mattos publicou vários artigos sobre temas ligados à didática do ensino da história e sobre as qualidades essenciais do professor do ensino secundário. Em artigo intitulado *A Formação do Moderno Professor Secundário*, (1958) o autor desenvolve a idéia de que a missão do professor e suas responsabilidades exigiam *preparo esmerado e formação conscienciosa*. Segundo ele, no *autêntico professor*, deviam concorrer quatro condições básicas, a saber: 1) vocação autêntica para o magistério; 2) aptidões específicas para o magistério; 3) preparo especializado nas matérias que vai ensinar; 4) habilitação profissional nas técnicas do trabalho docente. Detalhando o sentido de cada uma dessas quatro condições, o autor passa a enumerar aspectos cruciais a elas ligados. No que tange à **vocação**, o autor entende por esta o conjunto de *predisposições temperamentais, preferências afetivas, atitudes e ideais de cultura e de sociabilidade*. Dentre estas, ele cita o *altero-centrismo* e sociabilidade (em oposição ao egocentrismo, introversão e misantropia); o *amor paedagogicus*, isto é aquela atração, simpatia e interesse natural pela adolescência; *apreciação e interesse pelos valores da inteligência e da cultura; idealismo humano e fé no poder da educação*. Por aptidões específicas, Luiz Alves de Mattos identifica um conjunto de funções físicas e de personalidade, como as que se seguem: *Normalidade física e equilíbrio mental; Asseio pessoal e boa apresentação; Órgãos de fonação, visão e audição perfeitos; Boa voz: firme, agradável, convincente; Linguagem fluente, clara, simples e correta; Confiança em si mesmo e presença de espírito; Naturalidade, desembaraço, firmeza e perseverança; Imaginação, iniciativa e liderança*. Por preparo especializado na matéria de ensino, entenda-se que o professor deveria *conhecer, pelo menos, algo mais do que o estritamente exigido pelos programas oficiais da matéria, tanto em extensão como*

em profundidade. Porém, ele faz a ressalva de que no nível secundário, cada matéria deve ser apresentada e tratada não como ramo especializado de alta cultura acadêmica, mas como um aspecto integrante esclarecedor da vida humana ou do ambiente em que esta se processa. Enfim, ao falar de habilitação específica para o magistério o autor de refere ao conjunto de conhecimentos típicos da moderna pedagogia, que deveria reunir os saberes ligados aos fundamentos científicos da educação, aliado ao domínio das técnicas de seu trabalho mediante o conhecimento da Didática.

O artigo que sucede a este, no mesmo número da Revista intitula-se *O Professor e Rotina* e vem assinado por Imídio Giuseppe Nérici (1958). Nele, o autor inicia afirmando ser obrigação do professor consultar, pesquisar, experimentar, comparar, a fim de melhorar as suas ações didáticas, lutando contra a cristalização, a rotina, senão a regressão. Em seguida, ele cita os pontos necessários para melhorar a atuação magisterial no país, arrolando os programas abraçados pela CADES. São eles: a prática de se realizar reuniões sistemáticas entre professores, a fim de discutir problemas ligados ao ensino, aos alunos e à orientação educacional, de maneira a prestar assistência aos alunos em geral e alertar os professores sobre aspectos negativos de seu comportamento, pois uma série de problemas que não se tornam evidentes em classe, podem ser caracterizados pela Orientação Educacional, a realização de Congresso Anuais das Diversas Disciplinas; os Cursos de Aperfeiçoamento e de Atualização: a Divisão do Ensino Secundário e do Ministério da Educação e Cultura, poderia promover, com a cooperação de diversas instituições educacionais e culturais, curso de aperfeiçoamento e atualização de conhecimentos, para o magistério secundário, durante as férias, junto às Faculdade de Filosofia do País; Publicação de Revistas Especializadas onde sejam divulgadas experiências neste setor do ensino; Seção de Consultas – a Divisão do Ensino Secundário em conjunto com os Departamentos de Didática das Faculdades de Filosofia, poderia manter um serviço de assistência técnico-pedagógica destinado a orientar os professores em suas dificuldades magisteriais, à base de consultas que lhe fossem dirigidas; Escolas Experimentais, para que possam ser experimentadas novas técnicas de ensino, de organização e de administração escolar; Inspeção Federal Especializada .

Artigo do mesmo autor, publicado no número 07 de dezembro de 1958, intitulado *Professor*, valoriza o papel do professor no *processo educativo*, porém ressalva que a preparação pedagógica do professor secundário ainda deixava “a desejar”, apesar das Faculdades de Filosofia e das escolas normais. A seguir, o autor parte para a classificação dos professores, segundo o modelo de conduta adotado, classificando-os em quatro categorias: *professor*, *erudito*, *pesquisador* e *educador*.

Professor – É deste tipo, a que melhor caberia o nome de *ministrador de aulas*, o professor que se limita a transmitir os conhecimentos exigidos pelos programas;

Erudito – É deste tipo de professor que faz da cátedra oportunidade para revelar o seu saber, pouco se importando com as condições de aprendizagem de seus alunos;

Pesquisador – É deste tipo o professor que se esquece do nível mental e de maturidade da classe que lhe é confiada, preocupando-se apenas em garantir a fixação de seus últimos estudos e o seu sustento.

Educador – É este tipo de professor que consegue dosar, convenientemente, as atitudes aqui examinadas, tendo presente a realidade social e humana de seus alunos, tendo em vista realizá-los segundo as suas possibilidades, integrando-os na sociedade em forma de cidadãos. (Nérici, 1958: pp.8-10)

O Professor da Escola Secundária

Do quadro de operações de enquadramento e produção de uma determinada identidade atribuída ao professor da escola secundária apresentado até então, merece destaque um conjunto de atributos que indicam a dinâmica das *transações identitárias* (Dubar,1997) que fervilham nas páginas da Revista. Em primeiro lugar, queremos destacar o reforço da noção de *vocação* para o magistério, bem como da oposição entre o *falso* e o *autêntico* professor. Os artigos selecionados desqualificam aquele que se porta como *mero professor*, ou seja, aquele que pauta a sua conduta profissional exclusivamente pela *dimensão*

prática de sua tarefa, mas, também, não convalida o chamado professor *erudito*, característica bastante comum entre os catedráticos das escolas secundárias oficiais de outrora (como o Colégio Pedro II), para quem a lugar de intelectual polivalente em um país de iletrados lhes garantia ampla supremacia e independência sobre o que, como e porque ensinar algo a seus alunos.

A expectativa de promover o controle e regulação sobre o desempenho da função docente em um contexto de ampla expansão do ensino secundário exigia negociação com as identidades herdadas (Dubar,1997). Nesse caso, o rompimento com o modelo identitário característico do professor catedrático se colocava como uma imposição, não só em razão das expectativas de ampliação do controle estatal sobre os professores, mas, também, em razão das mudanças radicais operadas no perfil sócio-econômico e cultural desses professores, impostas pelas políticas de expansão e de interiorização das escolas secundárias, no período em tela. Por outro lado, os editores não renegam a noção de vocação, que remonta à ação missionária dos primeiros professores que atuaram no país. A filosofia que pautou a ação dos educadores jesuítas desde os tempos do Brasil Colonial nos remete ao compromisso para com a vocação e o atendimento ao chamado de sua autêntica missão social e religiosa: ganhar adeptos para a Igreja e para o projeto de construção da nação brasileira.

Outro ponto a destacar tem relação com a combinação de dois atributos valorizados nos artigos aqui analisados. Trata-se do domínio de habilidades específicas para o exercício do magistério (muito provavelmente oferecidas pelo conhecimento da didática e da formação pedagógica como um todo) com o conhecimento especializado na matéria de ensino (aliado ao conhecimento de técnicas de transmissão aos alunos). Assim, conhecimentos disciplinares e pedagógicos aparecem de forma indissociável, como atributos relevantes e próprios da identidade do professor secundário.

Ainda, dentre todos esses atributos, almejados ou rejeitados, coloca-se a dimensão ética do trabalho professoral, com destaque para firmeza de caráter e a consciência de liderança expressas em atitudes marcadas pela firmeza, perseverança, naturalidade e pelo exercício constante da livre imaginação,

associando, dessa forma, autonomia individual, flexibilidade para lidar com as questões imprevistas e reconhecimento dos limites impostos pela natureza pública de seu papel profissional.

Para finalizar, gostaria de retomar um aspecto indicado na Apresentação desse artigo que aponta para a mediação exercida pelos professores nesse processo de *fabricação identitária* mobilizado pelo MEC, através da Revista da CADES, enquanto representante das políticas governamentais para o ensino secundário. Apesar do poder persuasivo da Revista – verificado em sua lógica de estruturação interna, bem como no conteúdo das orientações e dos artigos que veicula – podemos encontrar a voz dos professores, dentro da própria revista, ainda que mediada pelos editores da revista, cuja ação seletiva é óbvia. Refiro-me à seção intitulada Consultório Didático. Nesta, podemos perceber a preocupações candentes expressas pelas correspondências selecionadas e exibidas na Revista. Para além das observações acerca das preocupações do professores, muitas das quais centradas na tensão entre novos e velhos modelos didáticos ou entre condutas mais rígidas ou mais flexíveis em relação ao comportamento moral dos alunos, ocorreu, conforme assinalamos anteriormente, a interrupção (da publicação ou do envio) das consultas que sustentavam a referida seção. Esta não ultrapassou três números da Revista. Ou seja, alguma ocorrência significativa suprimiu da Revista o único espaço aberto ao posicionamento dos professores. Os motivos podem ser de natureza variada, mas optamos por aventar duas possibilidades: a recusa dos professores em expor as suas dúvidas e dificuldades em um veículo de circulação nacional, associada ao tom prescritivo das respostas apresentadas, também podem indicar uma atitude defensiva ante a intervenção externa dos técnicos do MEC. Por outro lado, se aventarmos a hipótese de que a decisão de suprimir a seção partiu da própria editoria da Revista, somos levados a refletir sobre a pertinência dessa decisão no esforço de fabricação de uma identidade específica para o professor secundário.

Um último aspecto que consideramos relevante assinalar frente à perspectiva de se buscar perceber uma participação mais ativa dos professores do ensino secundário na construção de sua(s) identidade(s) foi a ocorrência da

greve do magistério secundário do Rio de Janeiro (Distrito Federal), em 1956. Amplamente noticiada pelos jornais de maior circulação à época, as reportagens por nós consultadas contrastam com a postura subserviente impressa nas consultas divulgadas na seção *Consultório Didático*. Nessa greve, os professores secundários cariocas mobilizaram um forte movimento de protesto público contra a política de repasses de recursos do Governo Federal para as escolas secundárias – a maioria delas da rede privada – consubstanciado no *Fundo Nacional do Ensino Médio*, denunciando as precárias condições salariais a que estavam submetidos e exigindo melhorias salariais e melhorias na organização da carreira docente.

A experiência da greve de 1956 aponta para outra dimensão dos modos de fabricação da identidade docente, demonstrando o caráter ativo do grupo de professores secundários da capital federal, à época. Demonstra, ainda, que os processos de produção de identidades profissionais são múltiplos e dinâmicos, envolvendo diferentes instâncias e agentes e modificando-se em interação com as mudanças postas nos contextos em que se desenvolvem. A análise da *Revista Educação Secundária* em confronto com a consulta aos jornais de época nos permitiu perceber que é problemático falar de identidade docente no singular. Da mesma maneira, ao abordarmos os processos de fabricação dessas identidades é imprescindível fazê-lo em referência ao nível de ensino, ao tipo de instituição e à região em que os professores atuam, assim como torna-se fundamental definir os marcos temporais e contextuais nos quais eles se movem.

Referenciais Bibliográficas

CARDOSO, Luciana (2007). Estratégias Identitárias na Escola Normal Sarah Kubitschek (1963-1965). Dissertação de mestrado. PPGE / UFRJ.

DUBAR, Claude (1997). *A Socialização : construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora, 1997.

ESCOLA SECUNDÁRIA. CADES / MEC (1957). Consultório Didático, nº 1, 2 e 3.

LAWN, Martin (2000). Modos de gestão da identidade dos professores. In NÓVOA, Antonio & SCRWIEWER, Jürgen (eds.). *A difusão mundial da Escola*. Lisboa, Educa.

MATTOS, Luiz Alves de (1958). A formação do moderno professor secundário. In *Escola Secundária*. CADES, nº 4, março.

NÉRICI, Imídeo Giuseppe Nérici (1958). O professor e a rotina. . In *Escola Secundária*. CADES, nº 7, dezembro.

XAVIER, Libania (2006). Profissão docente: entre o associativismo e a funcionarização. (RJ:1950-1960). In *Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação*. Cf: www.sbhe.org.br

O livro didático brasileiro

e a consolidação das práticas institucionalizadas de leitura literária

OTON MAGNO SANTANA DOS SANTOS¹

O surgimento do leitor, como ser que exerce uma função social, data de meados do século XVIII, na Europa, quando o acesso à leitura era permitido aos nobres e legitimado pelo poder absolutista vigente. Após as revoluções burguesas, através de práticas educativas, o ensino passa a ser democratizado. Com isso, instituições como as famílias, os casamentos, as igrejas resultam em principais difusores da nova prática, cada um atendendo a interesses particulares.

Os primeiros passos para formação e o fortalecimento da sociedade leitora do Brasil acontecem no Rio de Janeiro do século XIX, cidade que já apresentava alguns mecanismos para produção e circulação da literatura. Nessa

¹ Professor Assistente de Literatura Brasileira e Literatura Portuguesa da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus XX, Brumado; Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC (Ilhéus-BA); aluno do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), grupo Alfabetização, Leitura e Escrita (ALLE), nível Doutorado; participa do grupo de pesquisa Literatura, História e Sociedade; e-mail: otonmagno@gmail.com

época, autores do Romantismo brasileiro como José de Alencar, Bernardo Guimarães e Manoel Antônio de Almeida dirigiam-se ao público leitor com muita cautela, visando “fisgar” o seu suposto consumidor da obra que escrevia, e também, consolidar a literatura produzida nos moldes consagrados da época, além de garantir o espaço para novas produções. Segundo Lajolo e Zilberman (2011), Manoel Antônio de Almeida publicou em folhetim, na imprensa carioca em 1852-1853, *Memórias de Um Sargento de Milícia*, com o qual teve muito mais êxito do que quando começa a lançar suas obras em livros. No Primeiro contato, trata o leitor como despreparado. Nessa publicação, parecia conduzir o leitor pela mão, como se estabelecesse um caminho a percorrer.

Quanto à narrativa, o escritor atesta a ocorrência de expressões para chamar à atenção do destinatário, buscando, dessa forma, condicionar o leitor à continuidade dos fatos, ou para o receptor descobrir novos elementos na leitura. Isso revela um narrador paternalista que conduz e invoca o leitor a cada momento da história com explicações constantes e retrocessos no relato.

O comportamento dos narradores românticos atendia à ideologia de um processo político que têm início no decorrer do Brasil Colônia, a partir da substituição do ensino religioso pelos decretos do Marquês de Pombal, por sua vez, amparado no *Verdadeiro Método de Estudar*, de Luis Antônio Verney (SARAIVA e LOPES, 2000). A política instituída por Pombal para controlar a circulação da leitura no Brasil, sobretudo em relação aos livros que vinham de outros países, contavam com um poderoso fisco português:

Quando se tratava de controlar os súditos, a coroa portuguesa não media esforços. Temendo a difusão de ideias perigosas, fazia com que seus órgãos de censura controlassem não apenas o envio de livros para as colônias d'além-mar, mas também a movimentação livresca entre cidades portuguesas, autorizando ou não a circulação de livros dentro do país (ABREU, 2003, p. 23).

Desse modo, os impressos que representassem de alguma forma ataques à igreja, à família, ao casamento, à moral e às outras instituições consolidadas pela sociedade portuguesa, seriam censurados e não entravam no país, pelo menos, pelas vias legais. Porém, apesar do forte controle estatal da leitura, fato é

que caminhávamos para a construção de um projeto de formação do leitor no Brasil, ainda no período colonial:

O movimento de livros em direção ao Brasil era muito mais intenso do que entre as cidades portuguesas e extraordinariamente superior ao registrado em relação às outras colônias. Entre 1769 e 1826, registram-se em torno de 700 pedidos de autorização para envio de livros para o Rio de Janeiro, outros 700 para a Bahia, 350 para o Maranhão, 200 para o Pará e mais 700 para Pernambuco. Em 50 e poucos anos, por mais de 2600 vezes, pessoas manifestaram interesse em remeter livros para o Brasil – número que se torna mais impressionante quando se considera que cada um dos pedidos requer autorização para o envio de dezenas e, às vezes, centenas de obras (ABREU, 2003, p. 27).

Assim, o leitorado ainda incipiente apropria-se de escritos estrangeiros, em geral, portugueses, e, com o estabelecimento da família real no Brasil, passa a consumir também os textos produzidos no país. Quanto à qualidade do material produzido em terras brasileiras, verificam-se alguns aspectos: o mercado do livro era praticamente inexistente; assim, o texto produzido eram, nos primeiros anos do estabelecimento da imprensa, “biografias romanceadas” (CANDIDO, 1975). Esses textos se caracterizavam pelo elogio a algum nobre, construído através de narrativas. Conforme observa Márcia Abreu (2003, p. 84), o livro aqui publicado significava moeda de troca “para obtenção de postos e favores ou para ganhar a simpatia dos poderosos, já que quantidade significativa de obras saídas dos prelos da Imprensa Régia dedicava-se ao elogio dos soberanos”.

Também, no período colonial, observa-se uma tendência à massificação dos saberes através da leitura:

Entre os séculos XVI e XIX, as práticas sociais em geral passaram a ser reorganizadas sob a forte influência das práticas sociais escriturais e mesmo aqueles que tinham nenhum ou pouco domínio da escrita se viram cercados por ela. Até mesmo as práticas sociais essencialmente orais revestiram-se de características das escritas [...]. Como conseqüência desse processo, surgiu a ideia da escolarização em massa, que tem como princípio a pedagogização da aprendizagem dos saberes que foram escriturados (saberes

codificados): a escola assumiu a prática de dividir os conhecimentos em partes hierarquicamente ensinadas, pondo fim ao saber não sistematizado (JURADO e ROJO, 2009, p. 42).

A leitura no Brasil, portanto, nasce sob as rédeas de uma censura portuguesa que institucionaliza estratégias de produção e também de consumo. Como bem cultural, institui-se como privilégio do clero e da nobreza, determinando quais tipos de leituras são adequadas a cada um dos estratos contemplados.

Apesar dos interesses políticos presentes na produção do impresso no país, a vida cultural da colônia se transformou consideravelmente, pois é nesse período que são, também, publicadas obras direcionadas ao ensino, segundo pesquisa de Marisa Lajolo e Regina Zilberman (2011). Ainda segundo o estudo das autoras, a Imprensa Régia segue publicando obras literárias, gramáticas, obras referentes à medicina, traduções, etc. No entanto, essas publicações ocupam apenas um pequeno espaço da poderosa indústria do livro que se começa a desenhar, a do livro didático:

[...] imprensa e livro didático nascem ao abrigo do Estado e sujeitam-se a ele. As duas imagens – uma, vinculando imprensa e livro didático e, em vista da produção em massa deste, reforçando sua parceria com o capitalismo; outra, fazendo-a dependente do apadrinhamento do Estado, que conforme o caso, atua como mecenas, padrasto ou pai – balizam as condições entre as quais oscilam leituras e leitores (LAJOLO e ZILBERMAN, 2011, p. 128).

Com tais finalidades, o livro didático brasileiro desde o seu nascimento compromete-se com a política do Estado. Assim, para representar o governo vigente, combinou leitura e ideologia política. Isso iria influenciar o consumidor do LD em sua formação leitora, pois a apropriação seria resultante da combinação entre esses dois pólos. O livro didático é também um dos instrumentos mais importantes no contexto educacional, o principal representante dessa política, o meio mais acessível de leitura nas escolas.

Para fundamentar o nosso estudo, pesquisas sobre o Livro Didático brasileiro e sobre as condições de leitura no Brasil são cruciais para as discussões formuladas nesse projeto. Em estudos sobre as pesquisas realizadas no Brasil sobre o LD, Antônio Gomes Batista e Roxane Rojo (2005) destacam:

Foram encontrados dois grandes tipos de pesquisa sobre o livro didático: por um lado, aquelas de caráter diacrônico e que fazem, em maior ou menor grau, uso de categorias e metodologia de natureza histórica e, por outro lado, aquelas de caráter sincrônico, voltadas para a descrição e análise de diferentes aspectos do fenômeno num dado momento (BATISTA E ROJO, 2005, p. 21).

As pesquisas realizadas, segundo os autores, versam sobre problemas semelhantes: a qualidade do manual didático brasileiro e sua aplicabilidade. Contribuem também para fortalecer o caráter cultural que o livro didático assumiu ao longo de sua existência por conta da sua representatividade sociopolítica. Quanto a isso, Antônio Gomes Batista (2007) destaca a importância do livro didático para a cultura educacional brasileira.

Em síntese: o livro didático desenvolve um importante papel no quadro mais amplo da cultura brasileira, das práticas de letramento e do campo da produção editorial e compreende, conseqüentemente, diferentes dimensões de nossa cultura, de suas relações com a escrita e com o letramento, assim como os processos sociais, culturais e econômicos de diferentes facetas da produção editorial brasileira significam também compreender o livro escolar brasileiro. (BATISTA, 2007, p. 534)

Sobrevém na marca desses discursos ao Livro Didático o adentrar para o conhecimento de toda conjuntura do sistema educacional brasileiro não o dissociando da história e da política do país. Atualmente, é quase geral nas escolas públicas e privadas, a utilização do livro didático, mesmo competindo a este desempenhar função de apoio na prática da escrita, da leitura e da interpretação textual. A definição para o que, necessariamente, é livro didático, é também abstraída de Batista por este defini-lo como “textos e impressos que,

desde o processo de concepção, são gerados tendo em vista finalidades escolares” (2007, p. 542).

A obra de Freitag *et al* (1989), *O livro didático em questão*, apresenta, com embasamento em alguns pressupostos e metodologia, a trajetória do livro didático até as escolas brasileiras: Desde o surgimento em 1930, mais especificamente durante o regime político centralizado e autoritário do Estado Novo, até o fim da ditadura militar no período da Nova República, por volta de 1985, como comumente consideram seu início. Alguns críticos julgam que o livro didático surge como resultado natural do movimento armado de 1930 – Revolução de 1930. Incide ao Estado Novo, por volta de 1937 e 1938, divulgar e difundir livros de interesse educacional e cultural, além controlar o uso do livro didático, uma vez que “somente podiam entrar nas escolas públicas e privadas que quisessem o reconhecimento oficial, livros aprovados e recomendados pela CNLD² [...]” (FREITAG *et al.*, 1989, p. 28)

Com o aumento significativo do número dos materiais impressos e, em concomitância, o aumento de leitores, o Estado acredita que, não podendo contê-los, a alternativa estaria no controle da entrada dos livros nas escolas. Daí surgem as comissões responsáveis pelas revisões dos livros.

Vale aqui ressaltar que, são considerados livros didáticos os livros de leitura de classe e os compêndios. Este último, de acordo com o Art. 2º do Decreto-Lei nº 1.006³ de 30 de dezembro de 1938, entende-se como livros que contenham os conteúdos das disciplinas inscritas nos programas escolares. Em meados desta mesma década, propagou-se no Brasil uma “política educacional consciente, progressistas, com pretensões democráticas e aspirando a um embasamento científico” (FREITAG *et al.*, 1989, p. 12).

Com o acordo firmado entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), institui-se o

2 Na gestão de Gustavo Capanema enquanto Ministro da Educação, durante o governo Vargas, é instituído a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) na qual, seus membros, escolhidos pelo próprio Capanema para atuarem no processo de produção, importação e utilização do livro didático, desenvolviam antes, questões político-ideológico que, necessariamente didáticas, competindo ao próprio Ministro a decisão final.

3 Este Decreto-Lei estabelecia que os livros adotados por todas as escolas, públicas e particulares, deviam ser previamente autorizados pela CNLD.

Decreto nº 59.355, de 4 de outubro de 1966, no qual se cria a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED). A fim de tornar acessível aos estudantes de todo o território nacional, mais de 50 milhões de livros gratuitos, consolida-se um convênio entre o MEC, a USAID e o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL). Os acordos firmados atingiram todo o sistema educacional brasileiro e, ao contrário do regime de ditadura das décadas de 1930 e 1940, a COLTED, na tentativa de aprimorar o sistema educacional brasileiro, ofereceu, em quantidade significativa, livros para os distintos níveis de ensino, possibilitando expressivo desenvolvimento do mercado editorial brasileiro. Deusa Maria de Souza relata, por exemplo, que é papel do livro “[...] apresentar sucesso de mercado. O livro didático que não vende está fadado ao fracasso e, conseqüentemente, ao desaparecimento” (1999, p.30).

Esboçado o procedimento pelo qual o livro didático é controlado e distribuído no país no século passado, observa-se que, embora compusesse um projeto político ordenado e pensado com vistas às escolas, a distribuição e o controle dos livros didáticos também se transforma em uma política assistencialista e burocrática: esta, por fundamentar-se mais em sua distribuição; aquela, porque os livros didáticos, inicialmente, eram destinados às crianças desprovidas de boas condições econômicas. O mercado editorial vê, nesta lógica capitalista de produção e distribuição do livro didático como mercadoria, a oportunidade de um amplo negócio, ditado e comercializado pelo próprio Estado que, além disso, torna-se seu maior comprador. Atualmente, tanto o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)⁴, quanto o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), financiados e executados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), continuam a negociar em grande escala com as editoras, sendo essas responsáveis pelo envio dos livros diretamente às escolas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs⁵, criados em 1997 pelo Governo Federal com fins na reelaboração do currículo, direcionam a produção do compêndio junto às editoras. Tal postulação incide em uma espécie de

4 O PNLD veio substituir o PLIDEF em 1985, com a edição do decreto nº 91.542, de 19/8/85.

5 Os PCNs oportunizam aos professores subsídios com vistas à construção do projeto pedagógico.

controle das formas de utilização do livro didático e da construção de um currículo que o contemple em toda a sua plenitude.

Outras questões a serem consideradas dizem respeito à relação entre livro didático e literatura na construção do sujeito leitor. Compete “ao professor – pela linguagem que fala ou que manipula nos recursos didáticos - [...] função insubstituível no domínio mais avançado do conhecimento que o aluno vai constituindo” (BRASIL, 2000, p. 84). Contudo, de acordo com Marisa Lajolo (2010) a relação entre livro didático e ensino possui inadequações provindas de séculos passados. “Os legisladores ao discutirem leitura e livro didático, inscrevem a discussão no contexto geral da precariedade que, herdada da Colônia, vai persistir por muito tempo” (LAJOLO, 2010, p. 53), como por exemplo, o despreparo do magistério, os baixos salários, as péssimas condições de trabalho e - talvez o mais grave - o “fato de que a leitura patrocinada pela escola de hoje parece sofrer *uniformização* [...] embrulhada em propostas que, em nome de uma *leitura lúdica e criativa*, [...] apenas *simulam* criação e fantasia” (LAJOLO, 2010, p. 71, grifo da autora). Não é demais lembrarmos também que Regina Zilberman, com base em pesquisas desenvolvidas por programas de avaliação comparada sobre a efetividade dos sistemas educacionais, afirma que o Brasil enfrenta crise na leitura que “reflete uma crise da escola em decorrência da parceria historicamente estabelecida entre o ensino e a aquisição das habilidades de ler e escrever” (2009, p. 70).

Mencionadas as proposições que condicionam e caracterizam a política do livro didático e da leitura no Brasil, Lajolo (2010) também dá ciência ao fato de que o ensino de Língua Portuguesa ainda se confunde com o de gramática e linguística. Por ora, persiste um apego aos livros didáticos, uma vez que, com tantos problemas no interior do ensino brasileiro, residiria nesses, como nas técnicas e nos métodos, a solução de tantos problemas. Entretanto, como se sabe, os livros didáticos não são autossuficientes em proporcionar aprendizado ao aluno. Ezequiel Theodoro da Silva (2009) concebe a desenfreada utilização dos compêndios pelos docentes, que vem desde a década de 70, ao fato de que, mal remunerados, os professores veem no aumento da jornada de trabalho uma melhoria salarial, transformando-se em um

[...] “*dadeiro de aulas*” [...] lançando mão de livros e manuais que lhe chegam prontamente, em longas listas, para efeito de adoção e indicação aos compradores alunos. Em frase lapidar, João Wanderley Geraldi⁶ disse que “os professores não adotam livros didáticos; eles são adotados pelos livros didáticos para produzir o ensino [...]” (SILVA, 2009, p. 41, grifo do autor).

Podemos então entender que a presença do livro didático na escola, independente da disciplina, exprime autoridade na prática pedagógica. A esse respeito, Deusa Maria de Souza (1999), em artigo “Autoridade, autoria e livro didático”, explora a concepção de que se atribui ao livro didático a figura de detentor do saber, verdade consagrada oferecida ao professor que é autorizado a operar apenas de forma reprodutiva o que é oferecido no manual didático, competindo ao aluno assimilá-la.

Os livros didáticos, ainda assim, são bastante utilizados no contexto escolar independente da disciplina, sendo seu uso muitas vezes justificado pela referência de estudo que este traz ao aluno, principalmente ao que se reporta a sua adaptação à prova de vestibular, como também por elencar o conteúdo a ser trabalhado em cada disciplina, não desperdiçando tempo com assuntos sem tanta importância (CORACINI, 1999, p.34).

O livro didático exclui a interpretação e, com isso, exila o leitor. Propondo-se como autossuficiente, simboliza uma autoridade em tudo contrária à natureza da obra de ficção que, mesmo na sua autonomia, não sobrevive sem o diálogo que mantém com seu destinatário. E, enfim, o autoritarismo se apresenta de modo mais cabal, quando o livro didático se faz portador de normas linguísticas e do cânone literário. (ZILBERMAN, 2009, p.77)

Por sua vez, Shirley Jurado e Roxane Rojo (2009) corroboram as afirmações de Coracini (2009), ao afirmarem que no ensino de literatura “O texto – literário ou não – é modelo de um estilo analisado como um produto autônomo de uma língua e não como um produto resultante de uma sócio-

⁶ A afirmação de Geraldi procede de uma entrevista concebida a Ezequiel Theodoro da Silva em 1987.

história que supõe sujeitos em interação. O texto é explicado e não compreendido” (JURADO e ROJO, 2009, p. 43).

Por outro lado, o Projeto Memória da Leitura, desenvolvido desde 1992 na Unicamp, no qual visa pesquisar a história da leitura e do livro no Brasil, segundo Lajolo (2007), possui grande interesse de análise pelos livros escolares quando se trata da questão do letramento. Este projeto contribui para esclarecimento da historicidade da leitura no Brasil - que de acordo com a autora, o país apresenta precárias práticas de leitura -, além de comprometer-se com a democratização da leitura.

As pesquisas até agora desenvolvidas apontam o papel central representado pelo livro didático no panorama da história das práticas de leitura no Brasil, uma vez que ele (o livro didático) sempre esteve (e parece permanecer) em posição hegemônica devido à intensidade de seu uso e à obrigatoriedade de seu manuseio no interior das práticas de leitura. (LAJOLO, 2007, p. 91)

A prática da leitura desenvolvida com apoio do livro didático, mais especificamente o livro didático de português, produz envolvimento do estudante com o mundo da escrita e da literatura, contudo, a cultura escolar, apesar de investir pedagogicamente na leitura, ainda camufla a leitura literária no que ela tem de próprio. A leitura, com vistas no letramento literário, torna-se indissociável do livro didático de português, afinal, esse compêndio ainda é o principal material de acesso - e para alguns o único -, que os estudantes têm para as práticas de escrita e leitura. Nesse material, ainda há uma limitação de textos que são considerados complexos de entendimento, quando não os fragmentam ou sintetizam, tornando-os descontextualizados e afetando sua coesão. No entanto, o livro didático:

Tal como se apresenta hoje, [...] tem sido o instrumento de letramento mais presente na escola brasileira, especialmente a partir da década de 1970. Atualmente, representa a principal, se não a única, fonte de trabalho com o material impresso na sala de aula, ao menos na rede pública de ensino. (JURADO e ROJO, 2009, p. 44)

Ampliando a discussão sobre a viabilidade do livro didático de literatura, Hélder Pinheiro (2009) provoca reflexões acerca da necessidade de sua existência e da formação dos professores:

[...] precisamos de livro didático de literatura? Os livros didáticos de literatura, como estão, têm contribuído para a formação de leitores de obras literárias? Não seria mais rico, em vez de estudar literatura no ensino médio de um modo atrelado ao viés historicista, ler as obras com os alunos? [...] para tanto, os professores precisariam estar mais bem preparados intelectual e metodologicamente, precisariam buscar, inclusive, fundamentação em inúmeros trabalhos de crítica literária à disposição em livros, artigos, teses e dissertações. (PINHEIRO, 2009, p 113)

A provocação de Pinheiro (2009) se justifica quando observamos a forma cada vez mais mecânica com que a literatura tem sido trabalhada pelos professores nas escolas. Aliás, em muitos casos, quase não há a necessidade do professor, tamanha é a importância do livro didático nas atividades pedagógicas: o Livro didático de literatura, por exemplo, indica o que lê, como lê e o que deve ser mais importante em um texto literário, através dos fragmentos de narrativas e poemas ou outros procedimentos reducionistas:

[...] quando apresentamos uma obra literária aos nossos alunos, comumente, a preocupação não é com a fruição ou a apreciação estética. Ela se torna um objeto para o ensino das características presentes na obra, ligadas à escola literária ou às figuras de linguagem que possam ter sido usadas pelo autor. Fragmentamos a obra, não poucas vezes, reduzindo-a a um conjunto de características de uma escola literária ou de um estilo próprio do autor (JURADO e ROJO, 2009, p. 46).

Por sua vez, Deusa Maria de Souza (1999) observa que:

Parece [...] haver uma relação professor-aluno, necessariamente mediada pelo livro didático, ou pelo material didático. O livro didático estaria em última instância a serviço da relação professor-aluno-conhecimento devendo, assim, “orientar” os professores quanto a “o que ensinar” e “como ensinar”. Ao mesmo tempo, caberia ao livro didático fornecer conteúdos previamente selecionados, fazendo recortes no que

supostamente seria mais relevante no conhecimento, e indicar procedimentos metodológicos para a sua transmissão em sala de aula (SOUZA, 1999, p. 59).

Desse modo, as postulações apresentadas nos PCNs de Literatura e que legitimam a confecção dos livros didáticos, no tocante aos conteúdos e às formas de trabalho pelo professor em sala de aula, encontram-se distantes da realidade das escolas públicas brasileiras. Segundo os PCNS:

A literatura não é cópia do real, nem puro exercício de linguagem, tampouco mera fantasia que se asilou dos sentidos do mundo e da história dos homens. Se tomada como uma maneira particular de compor o conhecimento, é necessário reconhecer que sua relação com o real é indireta. Ou seja, o plano da realidade pode ser apropriado e transgredido pelo plano do imaginário como uma instância concretamente formulada pela mediação dos signos verbais [...]

Pensar sobre a literatura a partir dessa autonomia relativa ante o real implica dizer que se está diante de um inusitado tipo de diálogo regido por jogos de aproximações e afastamentos, em que as invenções de linguagem, a expressão das subjetividades, o trânsito das sensações, os mecanismos ficcionais podem estar misturados a procedimentos racionalizantes, referências indiciais, citações do cotidiano do mundo dos homens (BRASIL, 1997, p. 29).

No entanto, os LD's selecionados pelos órgãos educacionais do governo (PNLD e PNLEM) apresentam uma concepção, na maioria das vezes, oposta ao que se encontra nos PCN's. Nos LD's, a literatura é, sim, cópia do real e serve para explicar as transformações do passado, através da apresentação dos conteúdos literários: imagem, contexto histórico, biografia dos escritores literários, fragmentos e atividades. Isso contribuiu para a imposição de uma verdade literária aos alunos e aos professores:

O modo de funcionamento do LD como um discurso de verdade pode ser reconhecido em vários aspectos: no seu caráter homogeneizante, que é dado pelo efeito de uniformização provocado nos alunos (i.e., todos são levados a fazer a mesma leitura, a chegar às mesmas

conclusões, a reagir de uma única forma às propostas do manual); na repetição de uma estrutura comum a todas as unidades, como tipo de seções e de exercícios que se mantêm constantes por todo o livro [...]; e na apresentação das formas e dos conteúdos como naturais, criando-se o efeito de um discurso cuja verdade “já está lá”, na sua concepção (GRIGOLETTO, 2009, p. 68).

Na sequência, temos a figura dos autores do livro didático. São entidades que “falam” no manual de um lugar privilegiado, ordenando seus receptores a executarem o que julgam ser relevantes para o estabelecimento das leituras sejam elas literárias ou não:

O autor do livro didático, por sua vez, assume o papel de um narrador onisciente que tudo sabe (do que o aluno precisa, do que o professor quer) e tudo vê (quando diz, por exemplo, *Mãos à obra! Utilize sua imaginação!* Prevendo possíveis resistências e/ou estímulos que poderiam ser fornecidos pelo professor). Em muitos casos, até o tempo desejável para o desenvolvimento de cada atividade é sugerido, confirmando o desejo de controle por parte daqueles que produzem o livro didático. (CARMAGNANI, 2009, p. 131)

Assim, atingir as propostas contempladas nos PCNs seria algo irrealizável, diante das práticas de leituras vigentes: “Um ensino de literatura que se fundamente na leitura e resulte em uma prática dialógica talvez seja tão utópico ou romântico quanto qualquer projeto que, hoje, se refira à educação no Brasil” (ZILBERMAN, 2008, p. 58). Essa constatação dialoga com uma proposta de Ezequiel Theodoro da Silva, ao instituir a legitimidade de uma “Lei-dura”:

Somente a elite dirigente deve ler: o povo deve ser mantido longe dos livros e outros meios de circulação da cultura escrita. Os textos escritos, quando bem selecionados e lidos, estimulam a crítica, a contestação e a transformação – processos estes que colocam em risco a estrutura social vigente e, portanto, o regime de privilégios. (SILVA, 2010, p. 38)

Considerando a disposição da leitura no LD e a proposta de Silva (2010), percebemos a exclusão de leituras críticas praticadas no âmbito escolar. O controle da leitura denuncia uma realidade, na qual os sujeitos chamados de agentes da leitura (professores) estão longe de tal função, por razões que vão desde a formação à atuação profissional:

Considerando-se a realidade da escola e do professor no contexto brasileiro, poderíamos até concordar que muitos professores pouco lêem e pouco escrevem por várias razões. Contudo, será que o fornecimento de “todas” as respostas [...] altera essa realidade ou apenas facilita a acomodação? Como será que o professor resolveria o problema da falta de respostas? Para as editoras, o professor adotaria outro livro didático; para a instituição, talvez, mais erros seriam cometidos; mas, para o professor, mais oportunidades seriam dadas para que buscasse outras respostas (CARMAGNANI, 2009, p. 132).

Por outro lado, a realidade da escola continua sendo oposta às proposições dos estudiosos da educação. Ao invés de valorizar a leitura e instituí-la como prática, é sempre trabalhada na perspectiva mecanicista, como meio para se atingir objetivos cada vez mais distantes dos planos e programas de ensino: “Na escola, lê-se para fazer resumo do texto; lê-se para responder a um questionário de verificação ou de interpretação; lê-se para fazer uma prova de livro; lê-se sempre para que algo seja produzido e traduzido na forma de “resultados” (KLEBIS, 2008, p. 35).

Portanto, a leitura literária na escola corresponde a uma ideologia política capaz de legitimar poderosos discursos pedagógicos cuja finalidade atende a uma formação de identidade cultural, apresentada aos alunos e professores através um código normativo: o livro didático, suporte que impõe sob a forma de imagens e textos a consagração dos valores políticos, sociais e econômicos escolhidos para representar a sociedade brasileira.

Convém, no entanto, ressaltar que o livro didático além de um suporte para o trabalho docente, também exerce um papel fundamental em se tratando da história da leitura, porque além de ser sistematizado como instrumento

importante para formação do leitor é também considerado como um dos documentos mais importantes para a história da educação:

Livros escolares são fonte insubstituível para qualquer história da leitura: não só porque, por hipótese, tais livros são instrumentos sistemático para a formação de leitores, mas porque eles são também documentos privilegiados para uma história da educação e da escola com a qual necessariamente se cruza a história social da leitura. E também da literatura. [...] “O livro didático interessa igualmente a uma história da leitura porque ele talvez mais ostensivamente que outras formas de escrita forma o leitor. Pode não ser tão sedutor quanto às publicações destinadas à infância (livros e histórias em quadrinhos), mas sua influência é inevitável, sendo encontrado em todas as etapas da escolarização de um indivíduo”. (LAJOLO e ZILBERMAN, 2011, p.310).

Assim, percebemos que, para a nossa sociedade, o livro didático impõe-se não apenas como suporte ao trabalho docente, com fins escolares, mas como legitimador dos valores culturais e morais do Brasil.

Referências

ABREU, Márcia. **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: Fapesp, 2007.

ABREU, Márcia. **Os caminhos do livro**. São Paulo: Mercado das Letras, 2003.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia (Org). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

BATISTA, Antônio Gomes & ROJO, Roxane. Livros escolares no Brasil: a produção científica. In: VAL, Maria da Graça Costa & MARCUSCHI, Beth (Orgs.). **Livros didáticos de língua portuguesa: letramento e cidadania**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2005.

BRASIL. Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília, 1997.

CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira**. São Paulo: Edusp, 1975.

CARMAGNANI, Anna Maria G. A concepção de professor e de aluno no livro didático e o ensino de redação em LM e LE. In: CORACINI, Maria José (Org).

Interpretação, autoria e legitimação do livro didático. Campinas, SP: Pontes, 1999.

CORACINI, Maria José R. Faria. O processo de legitimação do livro didático na escola de ensino fundamental e médio: uma questão de ética. In: _____ (Org.). **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático.** Campinas, SP: Pontes, 1999.

FREITAG, Bárbara; MOTTA, VALÉRIA RODRIGUES; COSTA, WANDERLEY FERREIRA. **O Livro didático em questão.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

GRIGOLETTO, Marisa. Leitura e funcionamento discursivo do livro didático. In: CORACINI, Maria José (Org). **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático.** Campinas, SP: Pontes, 1999.

GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS: PNLD 2012: Língua Portuguesa. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

ISER, Wolfgang. O jogo do texto. In LIMA, Luis Costa (org.). **A literatura e o leitor.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

JAUSS, Hans Robert. A estética da recepção: colocações gerais. In LIMA, Luis Costa (org.). **A literatura e o leitor.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

JURADO, Shirley & ROJO, Roxane. A leitura no ensino médio: o que dizem os documentos oficiais e o que se faz? In: BUNZEN, Clecio & MENDONÇA, Márcia (orgs). **Português no ensino médio e formação do professor.** 3ª Ed, São Paulo: Parábola, 2009.

KLEBIS, Carlos Eduardo de Oliveira. Leitura na escola: problemas e tentativas de solução. In: SILVA, Ezequiel Theodoro da (org.). **Leitura na escola.** São Paulo: Global, 2008.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo.** 6ª ed. São Paulo: Ática, 2010.

LAJOLO, Marisa. Projeto Memória de Leitura: pressupostos e itinerários. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

LAJOLO, Marisa.& ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil.** 3ª ed.. 4ª reimpressão, São Paulo: Ática, 2011.

PINHEIRO, Hélder. Reflexões sobre o livro didático de literatura. In: BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia (Orgs). **Português no ensino médio e formação do professor.** 3ª Ed, São Paulo: Parábola, 2009.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta & MARTINS, Maria do Carmo. Escola e cultura: sobre história, narrativas e cultura escolar. In: OLIVEIRA JR., Wenceslao M. de & MARTINS, Maria do Carmo. **Educação e Cultura.** Campinas, SP: Alínea, 2012.

SARAIVA, Antônio José e LOPES, Oscar. **História da Literatura Portuguesa.** 17ª ed., Porto: Porto, 2000.

SOUZA, Deusa Maria de. Gestos de censura. In: CORACINI, Maria José (Org). **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

SOUZA, Deusa Maria de. Autoridade, Autoria e Livro Didático. In: CORACINI, Maria José (Org). **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura e realidade brasileira**. 6ª Ed, São Paulo: Leitura Crítica, 2010.

SILVA, Ezequiel Theodoro. **Criticidade e leitura**. 2 ed. São Paulo: Global, 2009.

ZILBERMAN, Regina. Literatura, escola e leitura. In: SANTOS, Josalba Fabiana dos; OLIVEIRA, Luiz Eduardo (Orgs.). **Literatura & Ensino**. Maceió, Al: UFAL, 2008.

ZILBERMAN, Regina. A escola e a leitura da literatura. In: ROSING, Tania M. K; ZILBERMAN, Regina. (Orgs). **Escola e leitura: velha crise, novas alternativas**. São Paulo: Global, 2009.

O Brasil na África

e a África nos livros didáticos no Brasil

PEDRO DE SOUZA SANTOS (USP)

Em sua obra “Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África” publicada em 2003 pela editora Nova Fronteira, Alberto da Costa e Silva analisa as relações históricas entre o Brasil e a África atlântica mostrando que, o que se passava de um lado influenciava o outro. Ele afirma que as relações eram tão intensas que era como se uma pessoa estivesse atravessando de canoa a remo as duas margens de um rio.

Segundo SILVA (2010), do início do século XVII até 1850 o Atlântico foi atravessado permanentemente, não se passava um dia sem que saísse um navio de algum porto do Brasil para a África ou da África para o Brasil.

Seguindo esse caminho, pretende-se nesse trabalho identificar e analisar a maneira como os livros didáticos de História voltados para Educação de Jovens e Adultos (EJA) contam a História da África ou ainda, qual história africana. Sendo

assim, utilizou-se como fonte privilegiada de pesquisa a coleção didática *Viver, Aprender* da editora Global destinada ao segundo segmento¹ do Ensino Fundamental. Vale lembrar, que essa coleção foi aprovada pelo Programa Nacional do Livro Didático para EJA em 2011 (PNLD EJA) e posteriormente distribuída para as escolas públicas que ofereciam essa modalidade de ensino.

Nesse trabalho, será apresentada a princípio a história da editora Global para situar o lugar de produção dessa coleção didática e as concepções de educação de adultos e de ensino de história da África aventadas. Em seguida, apresentar-se-á um breve histórico do PNLD e o processo de avaliação dos livros didáticos.

Num outro momento, serão analisados os conteúdos da coleção com particular atenção para aqueles alusivos a África. Em síntese, nesse trabalho parte-se da hipótese de que a lei nº 10.639/2003 representa um desafio para mudança de paradigma na educação brasileira e em particular um ponto de partida para o reconhecimento da diversidade étnico-racial presente em nossa sociedade. Ou ainda como afirmou Alberto da Costa e Silva:

A história da África é importante para nós brasileiros, porque ajuda a explicar-nos. Mas é importante por seu valor próprio e porque nos faz melhor compreender o grande continente que fica em nossa fronteira leste e de onde proveio quase a metade de nossos antepassados. Não pode continuar o seu estudo afastado de nossos currículos, como se fosse matéria exótica. Ainda que disto não tenhamos consciência, o obá do Benim ou o *angola a quiluanje* estão mais próximos de nós do que os antigos reis da França. (SILVA, 2010, p. 240)

Editora Global

Fundada em 16 de outubro de 1973 em São Paulo por Luiz Alves Junior padeiro de formação pela Escola de Panificação Francesa de Santos. No início, mesmo em uma conjuntura política de ditadura militar a editora publicava livros de

1 O segundo segmento da EJA é a etapa que corresponde aos anos finais do Ensino Fundamental (do 6º ao 9º anos). Na Rede Pública do Estado de São Paulo a EJA está estruturada em duas fases: Segundo segmento do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

cunho político, em particular clássicos do pensamento socialista, destacando as obras de Marx, Lênin e Engels.

A editora surgiu em decorrência da distribuidora de livros Farmalivros da qual Luiz Alves era responsável pelo marketing. A partir de 1976, com a contratação do livreiro, editor e militante socialista moçambicano José Carlos Venâncio na área editorial, a Global passa a ter uma linha marcadamente política e de esquerda. Venâncio tornou-se sócio da editora e já havia trabalhado como livreiro em Moçambique, Portugal e havia sido membro da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Em entrevista a Maués (2007), Venâncio afirma que tinha uma militância terceiro-mundista e sentia que aquele era o momento não só para testar a anunciada abertura política, mas principalmente para franquear aos leitores a história verdadeira que lhes era até então sonogada. Nos anos 90 José Carlos Venâncio se afasta da editora Global dedicando-se à política na administração de Luiza Erundina.

Com o tempo e a saída de Venâncio a linha editorial da Global mudou, dedicando-se mais a editar livros de literatura, infanto-juvenis e obras voltadas para escolas públicas. Em 2001 a Global firmou uma parceria de sucesso com a ONG Ação Educativa que desde a sua fundação em 1994 desenvolve ações, dentre outras, voltadas para EJA e que em 1996 elaborou a Proposta Curricular para o *1º Segmento do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos* e contando com financiamento do MEC e de organizações internacionais desenvolveu materiais didáticos que resultaram na coleção *Viver, Aprender* para esse mesmo segmento, nessa ocasião foram distribuídos seis milhões de exemplares da coleção para estados e municípios. Com a parceria a Global passou a dedicar maior atenção a Educação de Jovens e Adultos, reformulando e atualizando a coleção *Viver, Aprender* e estendendo a sua publicação para o segundo segmento do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Hoje a editora Global continua sendo administrada por Luiz Alves Junior e desde 1995 funciona no antigo casarão construído por Ramos de Azevedo no bairro da Liberdade em São Paulo.

Breve histórico do PNLD.

Os programas de distribuição de livros didáticos a alunos de escolas públicas têm longa data na história da educação no Brasil, tendo início em 1929 com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) que contribuiu para expansão de sua produção. Esse programa foi ampliado gradativamente, sendo instituída a Comissão Nacional do Livro Didático que legislou sobre as regras de produção, compra e distribuição do livro didático e, em 1966 foi celebrado um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), que assegurou recursos para produção e distribuição de 51 milhões de livros para um período de três anos, marcando o início de uma relação mais estreita entre editoras e o governo brasileiro.

Em 1971 tem fim o acordo MEC/USAID e o INL passou a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), assumindo as atribuições administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros até a sua extinção em 1975. Em 1976 é criada a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) , com isso, o governo assumiu a execução do programa do livro didático com recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e de contrapartidas mínimas das Unidades da Federação. Em 1983 a FENAME é substituída pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) que propõe a participação dos professores na escolha dos livros e a ampliação do programa.

No ano de 1985 por meio do Decreto nº 91.542/85 foi criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) promovendo profundas mudanças no processo de distribuição de livros didáticos. A partir da sua criação a oferta dos livros didáticos foi progressivamente estendida a todo ensino fundamental e médio, inclusive aos alunos com deficiência visual com o fornecimento de materiais em braile. A escolha dos livros passou definitivamente a ser prerrogativa dos professores e o tempo de uso das coleções ficou estabelecido em três anos, sendo previstas reposições e complementações e a partir desse momento foi dada maior atenção à constituição de equipes técnicas para

avaliação sistemática e criteriosa das coleções de acordo com os parâmetros estabelecidos para cada período².

O Programa Nacional do Livro Didático consolidou-se como o maior programa de distribuição gratuita de material didático do mundo e o Governo Federal passou a ser o principal comprador³ de materiais didáticos das editoras, consolidando o programa como uma política de Estado e fazendo valer o artigo 208 da Constituição Federal. Entretanto, só recentemente foi incorporado ao programa a EJA, somente em 2007 por meio da Resolução nº 18/07 foi criado o Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado com a finalidade de distribuir a título de doação, obras didáticas as entidades parceiras do programa. E finalmente, no ano de 2009 foi regulamentado pela Resolução nº 51/09 o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA) nos mesmos moldes do PNLD do Ensino Fundamental e Médio e com a incumbência de distribuir as obras didáticas para todas as escolas públicas que abrigam alunos jovens e adultos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, além das entidades parceiras do programa Brasil Alfabetizado. Em 2014 o programa foi ampliado, passando a atender os alunos da EJA do Ensino Médio.

Nesse breve histórico, é perceptível o lugar secundário destinado a EJA nas políticas públicas de incentivo a produção, compra e distribuição de materiais didáticos. Certamente, esse descaso se coaduna com a própria história de embates em torno da EJA e a sua consolidação ainda recente como modalidade de ensino⁴. Dito de outra forma, a incorporação tardia da EJA nos programas de distribuição de materiais didáticos só pode ser compreendida quando olhamos retrospectivamente a sua história.

2 Segundo o edital do PNLD EJA 2011, as obras didáticas destinadas à alfabetização de jovens e adultos, e as coleções didáticas para a EJA, devem atender ao que estabelecem as leis 10.639/03 e Lei 11.645/08 que tornam obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

3 Segundo informações do MEC em 2013 o governo investiu R\$ 1,12 bilhão na compra e distribuição de 137,8 milhões de livros pelo PNLD.

4 Em 5 de julho de 2000, a Câmara de Educação Básica (CEB), do Conselho Nacional de Educação (CNE), estabeleceu, por meio da Resolução N° 1, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Essas Diretrizes definiram uma identidade própria para a Educação de Jovens, transformando-a – em razão do perfil dos estudantes que a integram – em uma modalidade de ensino com nítidas especificidades. (ROCHA 2013)

Avaliação dos livros pelo MEC

No edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras e coleções didáticas são estabelecidos os prazos, as condições de participação, os procedimentos, as etapas do processo de avaliação bem como foi feita a caracterização e especificações técnicas dos livros e coleções segundo cada etapa de ensino. Em suma, por meio do edital são definidas as bases conceituais e metodológicas de avaliação e conceituação das obras didáticas.

Para o PNLD EJA 2011 constituíram-se três etapas no processo de avaliação das obras/coleções didáticas a triagem, a pré-análise e a avaliação pedagógica⁵. A triagem atendeu aos critérios técnicos referentes à estrutura dos livros, a pré-análise a adequação das obras as especificações do edital e a avaliação pedagógica considerou critérios eliminatórios e de qualificação, divididos em quatro blocos: bases legais, contemplando as diretrizes gerais para EJA e princípios éticos; livro do aluno; manual do educador e projeto gráfico-editorial.

Posteriormente a esses procedimentos e com a exclusão dos livros e coleções que não estavam de acordo com as normas do edital, foi elaborado o Guia de Livros Didáticos para Educação de Jovens e Adultos para ser consultado via internet pelas escolas públicas e entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado.

Em seus aspectos formais o guia é constituído por uma carta de apresentação aos educadores, por um breve histórico do PNLD e PNLD EJA, pelo esclarecimento dos critérios de avaliação dos livros, de informações relativas ao procedimento de escolha dos livros nas escolas e resenhas das obras/coleções didáticas. Quanto ao currículo o guia estabeleceu que:

As coleções didáticas destinadas aos anos iniciais e finais do ensino fundamental na modalidade EJA, deveriam envolver o conjunto de conteúdos correspondentes aos anos iniciais do ensino Fundamental para a modalidade

⁵ Para esse PNLD a responsabilidade pela triagem das obras ficou a cargo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT/SP) e as etapas de pré-análise e avaliação pedagógica sob responsabilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

EJA. Os conteúdos considerados são aqueles determinados na Base Comum Nacional, estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9394/96, e suas alterações posteriores. (GUIA PNLD EJA 2011, p. 17)

Cabe esclarecer que a Base Comum Nacional para o Ensino Fundamental esta fragmentada em diversos componentes curriculares e que no caso desse documento não há uma definição do que se entende por currículo para EJA. Definiu-se apenas, em nome do respeito à diversidade dos alunos um conjunto de componentes curriculares mínimos para cada uma de suas etapas.

As resenhas estão subdivididas nos seguintes tópicos: como é esta obra, onde são descritos os aspectos gráficos, os procedimentos metodológicos e os objetivos; os componentes curriculares de cada coleção, apresentando e caracterizando cada volume; destaques da coleção, enaltece alguns aspectos das obras como, por exemplo, sugestões e orientações de atividades presentes no manual do educador; e por fim traz recomendações para o trabalho em sala de aula.

Em sua primeira edição o PNLD EJA contou com 10 editoras inscritas com obras destinadas ao segundo segmento do ensino Fundamental e após o processo de avaliação dos livros apenas duas coleções foram aprovadas, as coleções *Viver, Aprender* e *Tempo de aprender* respectivamente das editoras Global e IBEP. O resultado mostra que apenas 20% das obras inscritas estavam de acordo com as normas do edital.

Esse dado é revelador, pois deixa transparecer a baixa qualidade dos livros produzidos por várias editoras e denota ainda o lugar secundário que é dado a EJA também no mercado editorial. Takeuchi (2005), ao analisar a produção de livros didáticos para EJA de duas grandes editoras de São Paulo, constatou que eles eram versões reduzidas ou adaptações de obras produzidas para o ensino regular. Isso indica um descompasso entre o estabelecido no edital de avaliação do PNLD e a produção das obras para um público bem diverso.

Concluída essa etapa os livros são escolhidos pelos professores das diversas escolas, a formalização da escolha é feita pela internet a partir daí o FNDE firma contrato com as editoras indicando a quantidade a ser produzida e junto a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) criam toda uma logística de distribuição desse material. Dessa maneira, após todo esse processo o livro didático chega às mãos de professores e alunos para ser utilizado nas escolas num espaço de tempo de três anos. Assim, utilizando-se, com algumas adaptações o esquema proposto por Darton (2010), considera-se que o livro didático completou um ciclo até chegar ao seu destino final.

Segundo Choppin (2004), é preciso levar em conta os agentes envolvidos em cada etapa que marca a vida de um livro escolar, desde a sua concepção até seu descarte pelo professor e idealmente a sua conservação para futuras gerações.

A África na coleção *Viver, Aprender*.

A coleção *viver, Aprender* tem cada volume organizado em unidades que se apóiam em temas e áreas do conhecimento está dividida em quatro volumes multidisciplinares correspondentes a cada ano/série. Apresenta muitas imagens, gráficos e textos complementares dos tipos jornalístico, científico e informativo, no final dos capítulos na seção “Para ampliar seus estudos” são feitas indicações bibliográficas.

Volumes	Ano/série	Temas	Quant. páginas
1	6º	Contextos de vida e trabalho	52
2	7º	Vida cotidiana e participação	48
3	8º	Mundo em construção	56
4	9º	Identidades	53

Tabela 2: Estrutura da coleção

Fonte: Elaborado pelo autor

Na coleção é privilegiada a história do Brasil e a partir daí é feita a relação com os contextos mundiais, segue uma cronologia não linear estabelecendo

relações de posterioridade, simultaneidade, anterioridade e identidade. De maneira geral, a proposta metodológica para cada volume é clara e os conteúdos relacionam-se com o tema proposto. Contudo, os temas são apresentados de maneira superficial, os textos são curtos e a linguagem utilizada em alguns casos está distante das especificidades do aluno da EJA, o que corrobora ainda com a concepção supletiva de educação de adultos.

Com relação à África, na apresentação da coleção é dito que:

Esta coleção visa a reverter essa **prática** ainda presente no ensino de História e Geografia, reforçando a importância e os valores positivos desses grupos sociais na constituição da sociedade brasileira atual e seu papel primordial na formação cultural nacional. Esse enfoque está presente na escolha dos temas, no texto didático, nas atividades (muitas delas realizadas com conteúdos produzidos por esses grupos sociais, como canções, poemas e imagens), na iconografia, enfim, em todos os elementos que compõem o livro didático. (VIVER, APRENDER. 2013 p. 10. Grifo nosso)

Na citação, a palavra prática refere-se a ausência de conteúdos sobre a África e uma visão marcadamente eurocêntrica presente nos manuais didáticos. Dessa maneira, embora, apresente a “preocupação” com os conteúdos voltados à África e cultura Afro-brasileira ao analisar a coleção constatou-se uma quantidade mínima de textos, imagens e informações sobre essa temática.

No volume 1 cujo tema é “Contextos de vida e trabalho” são apresentados alguns textos e atividades relacionadas à diversidade brasileira, aborda-se a formação cultural e étnica do país, mas pouco se diz da contribuição africana. As poucas referências que apareceram foram: um gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com a composição da população por critério étnico-racial; uma imagem de um grupo de capoeira em Salvador (BA); um mapa político da África e um texto complementar a respeito das culturas africanas. Nessas referências, não foram problematizadas questões como a assunção da negritude por parte da população afro-brasileira e que muitos

africanos escravizados ao chegarem aqui traziam informações da África e, inclusive, havia a presença de membros de famílias reais.

Segundo Silva (2010), ao desembarcarem e serem vendidos no Brasil, este e aquele escravo podiam topar outros do mesmo reino, da vizinhança de sua aldeia, do seu mesmo vilarejo e, alguma vez, de sua mesma linhagem, e passavam-lhes as notícias do outro lado do mar. Ou ainda que, havia também africanos que as perseguições políticas empurravam para a Bahia. Entre esses exilados, incluíam-se membros de famílias reais, e a maioria chegava escravizada.

No texto complementar mencionado anteriormente aparece a informação de que por meio do tráfico negreiro foram trazidos para América cerca de 40 a 90 milhões de africanos, números que contrariam grande parte da literatura sobre o tema que tem estimado em torno de 10 a 12 milhões.

No volume 2 com o tema “Vida cotidiana e participação”, as referências a África e cultura africana aparecem apenas em dois excertos de textos, no primeiro retirado do livro “África e Brasil africano” de Marina de Mello e Souza aborda as formas de governo em sociedades africanas e o segundo fala das ações afirmativas. Embora, muito relevantes, o tratamento dado aos temas foi superficial concedendo pouco espaço para o debate e reflexão.

No volume 3 com a temática “Mundo em construção”, novamente só aparecem dois pequenos trechos de textos, ambos na seção “Conhecer mais”, o primeiro fala a respeito do movimento das mulheres negras no Brasil e outro consiste num parágrafo que versa sobre a presença dos negros em cargos de nível executivo no Brasil. Novamente aqui os temas são apresentados de maneira bastante superficial. Dito de outro modo, os temas aparecem de maneira pró- forma. Décio Gatti Jr (2004) em seu trabalho “A escrita escolar da história”, constatou que por força dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) os livros didáticos da época traziam em suas capas a informação de que estavam de acordo com os PCNs, o que segundo ele era apenas pró-forma.

E por fim, no volume 4 “Identidades”, constatou-se a presença de uma quantidade maior de textos alusivos a África e afro-brasileiros, no total de cinco dentre os quais um aborda a luta pela liberdade na Ásia e África, dando pouca

especificidade às diversas lutas de independência em território africano. Os demais textos, são pequenos excertos, um sobre os zoológicos humanos na Europa, outro é sobre o samba e outro sobre as principais conquistas do movimento negro, todos são pequenas referências sem nenhum aprofundamento.

Diante do que foi apresentado, faz-se necessário um repensar a respeito da história da África nos manuais didáticos de história e como afirmou Anderson Ribeiro:

Neste caso, é necessário que os autores dos manuais escolares dediquem algumas linhas de contextualização e reflexão histórica para informar aos seus leitores que estão tratando de configurações e estruturas diversas. Não ignoramos a existência de organizações políticas ou sociais com semelhanças às de outras partes do globo em África, mas é preciso que se demonstre e enfatize as singularidades e especificidades africanas. (OLIVA. 2004, p.224)

Breves considerações

A proposta da lei nº 10.639/2003 de inclusão da educação das relações étnico-raciais nas escolas é necessária em diversos aspectos, pois colabora para o (re) conhecimento da diversidade brasileira, para eliminação do preconceito e colabora com a construção de uma sociedade justa, igual, equânime.

Os primeiros passos foram dados com a inclusão de conteúdos referentes a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos materiais didáticos e com a implementação de cursos de formação continuada para professores da Educação Básica. Contudo, são passos lentos diante das mazelas causadas pela escravidão.

No material didático analisado, constatou-se que mesmo tendo sido aprovado pelo PNLD EJA, contemplou parcialmente o que determina a lei nº 10.639/2003 no que tange aos conteúdos. Foi observado também, uma visão reduzida da África e um descompasso com a literatura sobre esse continente. Com poucas referências sobre os povos africanos e com o uso rotineiro das expressões escravo e descolonização, que para além da semântica denotam um

esvaziamento da ação do sujeito, ou como bem definiu Margarido (1980), pressupõe um papel de destaque à metrópole.

Por último, vale destacar que é preciso rever a maneira como os livros didáticos estão sendo avaliados pelo MEC particularmente no que se refere ao ensino da África, é preciso diminuir a distância entre a norma legal e o real sob pena de continuarmos a reproduzir estereótipos e etnocentrismos.

Bibliografia

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, 2004

BRASIL. **Lei nº10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Câmara de Educação Básica, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf> > Acesso em: 15/03/2015.

CERTEAU, Michel de . **A escrita da história**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. [on-line] **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez.2004. Tradução de Maria Adriana C. Caput. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2013.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

COSTA E SILVA, Alberto. **Um rio chamado Atlântico**: a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

CUNHA JR., Henrique. Nós, afro-descendentes: história africana e afro-descendente na cultura brasileira . In: **História da Educação do Negro e outras histórias**/Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.p 249 -275.

EDITAL PNLD EJA 2011. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/livro_didatico/edital_pnld_2011.pdf. Acesso em: 20/03/2014.

GATTI JR. Décio. **A escrita escolar da história:** livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). Bauru, SP: Edusc; Uberlândia, MG: Edufu, 2004.

GUIA PNLD EJA 2011. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld/item/2349-guia-pnld-2011-%E2%80%933-anos-finais-do-ensino_fundamental. Acesso em: 20/03/2014.

MARGARIDO, Alfredo. Das várias maneiras de ver e de não ver a colonização. In **Estudos sobre literatura das nações africanas de língua portuguesa**. Lisboa: A regra do jogo, 1980, p. 5-31.

MAUÉS, F. Livros, editoras e oposição à ditadura. In: **Estudos Avançados 28 (80)**, 2014.

MELLO, Paulo Eduardo Dias de. **Material didático para educação de jovens e adultos:** história, formas e conteúdos. São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2010. Tese de Doutorado.

OLIVA, Anderson Ribeiro. Lições sobre a África: abordagens da história africana nos livros didáticos brasileiros. In: **Revista de História**. nº 161. P213- 244.

ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da. A História ensinada para jovens e adultos pelos livros didáticos: uma análise dos livros aprovados pelo PNLDEJA/2011 para o segundo segmento do ensino fundamental. In: **XXVII Simpósio Nacional de História:** conhecimento histórico e dialogo social. Natal – RN, 22 a 26 de julho de 2013.

TAKEUTI, Márcia Regina. **Análise material de livros didáticos para Educação de Jovens e Adultos.** São Paulo, PUC-SP/EHPS, 2005. Dissertação de Mestrado.



ESCRITA, EDIÇÃO E LEITURA
NA AMÉRICA LATINA

PARTE VI

CRÍTICA E RECEPÇÃO



Modernidade e tradição na crítica cultural e política nos primeiros escritos de Sergio Buarque de Holanda:

questões para a historiografia brasileira

MARCUS VINICIUS CORRÊA CARVALHO (UFF)

“Qualquer ideia de uma história está hoje exposta a todos os mal-entendidos possíveis se ela se manifesta, como se ninguém tivesse percebido, em meio à polêmica acerca do pós-modernismo”¹. Por seu turno, o pensamento de uma história que ainda estaria por ser escrita tem o efeito da exigência de construir sobre o atraso tudo o que não foi construído antes. “A história torna-se um rótulo indesejado de sonhos neoconservadores de continuidade [...]”, podendo,

¹ Hans Belting. “Modernidade e presente na pós-história”. *O fim da história da arte*. São Paulo: Cosac Naify, 2012. p. 305.

inversamente, converter-se em “peça de tabuleiro com a qual se exerce um jogo de ideias em torno de conceitos e textos dos quais a experiência humana da história já foi expulsa”². Mesmo uma história que se pretenda urdida em correspondência com a consciência atual não estaria menos comprometida, pois é suspeita qualquer confiança no discurso histórico em época que se representa como sendo posterior à história.

O conteúdo ideativo da história está exposto a dúvidas tanto quanto a atualidade do que se nomeia modernidade, visando orientação para a vida hodierna. Como ideia e programa, a modernidade ressoa desligada da atualidade, de maneira que se aplica o procedimento de negá-la e data-la, a partir de ideias sugestivas e novas formas de trabalho, a fim de instaurar uma nova identidade própria, excluindo a confusão daquilo que, moderno, ainda insiste em vigorar. Reiteram-se gestos de despedida característicos dos tempos de transição. Repete-se, em certa medida, o problema ao qual esteve entregue todo o projeto de história na modernidade, quando se luta por uma nova fronteira como se contrapusera, outrora, à tradição a modernidade.

A ideia de uma história hipostasiada, como abstração e/ou ficção falsamente considerada como real, assim como de uma história construída pelo resgate daquilo que se pretenda conservar em continuidade, bem como outra de uma história em que o jogo de ideias em torno de conceitos e textos expulsa a experiência humana, ou ainda, aquela em que se pretende corresponder à consciência atual compartilham todas, como se sugere, certo interesse de generalização universal por uma operação racionalizadora *a posteriore* dos atos e dos processos humanos emersos em diferentes tempos e/ou lugares. Afinal, não se pode deixar de admitir que “toda escolha de material em certo sentido interfere com a história, e todos os critérios para escolha dispõem o curso histórico dos eventos sob certas condições artificiais [...]”³. Entretanto, a dissolução e o esvaziamento de generalizações universais a partir do foco em contextos históricos específicos, em que conceitos sejam localizados dentro de

² Hans Belting. *Ob. cit.* p. 305.

³ Hannah Arendt. “O conceito de história – antigo e moderno”. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 80.

um equilíbrio particular de relações sociais em suas ambiências e suas relações de poder, situados no lugar material que lhes corresponde, pode favorecer a lembrança de códigos, de expectativas, de necessidades alternativas, renovando a “percepção da gama de possibilidades implícitas do ser humano”⁴. Desse modo, considerando a própria produção do humano circunscrita em sua variação de indivíduos, de grupos, de tempos e de lugares, coisa que se processa em sistemas emergentes instáveis e dinâmicos.

Este argumento sugere a importância de fazer distinções circunscritas a contextos específicos, baseado na convicção de que as distinções de conceitos e de contextos em seus processos de produção de significado devem prescindir da percepção de que “cada um de nós tem o direito de ‘definir seus [próprios] termos’”⁵. Assim, a proposta deste trabalho é ponderar sobre alguns elementos contextuais que possam delimitar parâmetros e critérios que, posteriormente, enunciem possibilidades interpretativas críticas sobre os artigos de Sergio Buarque de Holanda produzidos entre 1920 e 1921, publicados quando ele contava entre 17 e 19 anos, atendo-se, especialmente, à operacionalização de noções relativas às ideias de tradição e de modernidade em momentos específicos. Importa considerar como e em que medida questões relativas à arte, à cultura material e à política brasileiras articulavam problemáticas que arranjavam sua visada sobre a tradição brasileira com sua perspectiva sobre a formação de uma sensibilidade moderna brasileira e o cultivo de um sentimento nacional a partir de uma interpretação crítica sobre a urbanização, a modernidade e a política no Brasil do início dos anos 1920. A questão suscitada diz respeito ao movimento oscilatório que assumem as posições de Buarque de Holanda nesses escritos no que concerne às ideias relativas aos temas da tradição e da modernidade, cuja inter-relação e interdependência poderiam ser percebidas como paradoxais uma vez que não se atentasse às pendulações entre noções como antigo e moderno, velho e novo, ultrapassado e atual, e que tais,

⁴ Edward P. Thompson. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 23.

⁵ Hannah Arendt. “Que é autoridade?”. *Ob.cit.* p. 132.

próprias dos períodos de crise em que manifestações do presente pretendem romper com as marcas do passado entendidas como inadequadas.

O conceito de moderno, qualquer que seja a situação em que apareça, sempre carrega a noção de consciência do presente como momento de substancial distinção aos períodos antecedentes. Cícero, considerado o mais proeminente rétor latino antigo e modelo maior de emulação no latim clássico, utilizava-se do termo “*nouus*”, significando “novo”, para depreciar poetas como Catulo, por seu uso de linguagem coloquial, nomeando-os como poetas “*noui*”. Apenas no baixo latim emergiu, com Prisciano de Cesar, o adjetivo “*modernus*”, neologismo que guardava o sentido de “recente”, de “atual”, de “novo”, ao derivar do advérbio “*modo*”, que significava “agora mesmo”, “recentemente”. Na mesma direção, em seu verbete sobre o tema, Jacques Le Goff indicou a emergência da palavra “*modernus*” com a queda do Império Romano, entre os séculos V e VI, como fizera também Hans Robert Jauss e, a partir dele, Jürgen Habermas, sugerindo a dimensão histórica da complexidade de seus usos no curso desses dezesseis séculos. No sentido daquilo que seja “recente”, “atual”, “novo”, ergue-se o contraponto com aquilo que seja antigo, marcando o par constituinte da compreensão primeira do que se pretenda moderno, como teria sido percebida a época, por exemplo, de Carlos Magno, definida então como *saeculum modernun*⁶.

Outra época em que a crise marca as inflexões entre antigo e moderno remonta à passagem do século XIII, com a introdução da filosofia aristotélica na universidade, então instituição fomentada pela Igreja Católica⁷. As teorias propagadas por esses modernos representavam a última novidade no campo das ciências, logrando simpatia entre os lógicos, os médicos, os demais cultores da filosofia natural, mas também entre gramáticos e teólogos. Assim, desde o século XIII, por exemplo, a gramática escolar adquiria um caráter especulativo,

⁶ Cf. Philadelpho Menezes. *A crise do passado: modernidade, vanguarda, metamodernidade*. São Paulo: Experimento, 2001. p. 11. Jacques Le Goff. “Antigo/Moderno”. *Enciclopédia: memória-história*. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997. p. 371-375. Marcus Vinicius Corrêa Carvalho. “Moderno, modernidade, modernização: polissemias e pregnancies”. In: Natália Gil *et alli*. *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX*, v.1. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 13-14.

⁷ Philadelpho Menezes. *Ob. cit.* p. 11.

substituindo o princípio do uso e da autoridade que fundavam o ofício da gramática. Em vez de explicar um ponto duvidoso remetendo para exemplos tirados dos melhores autores latinos, esses gramáticos preferiam resolver os problemas pelas regras da lógica. De tal maneira, para eles, os únicos que ensinam são aqueles que assinalam as causas do que dizem. Desse modo, entre fins do século XIII e início do século XIV, as obras produzidas sobre a matéria forneciam antes uma introdução aos estudos lógicos do que uma introdução aos estudos poéticos⁸.

Entretanto, na perspectiva de homens como Petrarca, o conhecimento das regras lógicas e universais da gramática não contribuía para a compreensão dos poetas, dos oradores, dos historiadores, nem tampouco das Sagradas Letras e, portanto, não cumpriam o fim último da educação. Esses modernos, que Petrarca denominava como *barbari britanni*, propagadores da *logica modernorum*, referenciam-se a Aristóteles para autodenominarem-se “dialéticos”, não deixando, portanto, de remeter ao antigo a fim de se consubstanciarem como modernos. Com isso, já em 1255, a Faculdade de Artes de Paris impôs aos seus alunos o estudo integral da obra de Aristóteles e, poucas décadas mais tarde, ser filósofo significava, necessariamente, “penetrar no pensamento do [Estagirita] Filósofo, com o auxílio das luzes de seus exegetas”⁹.

A relação entre antigo e moderno é sutil e extremamente matizada. No Renascimento, por exemplo, “‘o moderno’ só tem direito de preferência quando imita o ‘antigo’”, ou, em outras palavras, “o moderno é exaltado através do antigo”¹⁰; como exemplifica a obra *De pictura*, de Leon Battista Alberti, reconhecida como o primeiro tratado sobre pintura¹¹. O século XVIII, por sua vez, foi crucial na inflexão que adensou sobremaneira o espectro polissêmico do termo “moderno”. Entre outros motivos, também porque em seu curso foi percebido, retrospectivamente, que esse mundo moderno começou a se

⁸ Bianca Morganti. *Invective contra medicum de Francesco Petrarca: tradução, ensaio introdutório e notas*. Tese de Doutorado em Teoria e História Literária, Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp. Campinas, 2008. p. 36-37.

⁹ Bianca Morganti. *Ob. cit.* p. 37.

¹⁰ Jacques Le Goff. *Ob. cit.* p. 376.

¹¹ Leon Battista Alberti. *Da pintura*. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

constituir como tal com o Renascimento, com a descoberta das Américas, o “Novo Mundo”, e com a Reforma protestante: “os três grandes acontecimentos que por volta de 1500” constituíram o limiar histórico entre a época moderna e a medieval¹². Além disso, foi no século XVIII que o “*pathos* do novo, embora consideravelmente anterior”, se desenvolveu “conceitual e politicamente”¹³.

Não é ocioso sublinhar nessas datas acima “uma nítida coincidência entre os momentos em que os modernos vêm à tona e aqueles períodos em que os historiadores flagram as passagens radicais das idades da civilização” em uma periodização consagrada, e ainda operativa, para representar períodos em que “elementos econômicos, sociais, políticos e culturais aglutinam-se distintamente de outras épocas”: “da Idade Antiga à Idade Média, da Idade Média à Moderna [...] e da Idade Moderna àquilo que foi chamado Idade Contemporânea”¹⁴. Essa nomenclatura, esquemática que seja, indicia “momentos críticos de transformação” das sociedades ocidentais em que a “consciência das mudanças aflora, trazendo os contrastes entre o estágio passado e o presente”. Nesses períodos de transição, “o termo moderno aparece como figura emblemática do presente transitório que propõe sempre o cancelamento ou a modificação do passado recente”, porém recuperando e recorrendo a um passado pouco ou mais remoto¹⁵.

A primeira guerra mundial marcou uma inflexão definidora para a história contemporânea internacional, tendo, evidentemente, consequências determinantes para o Brasil de 1920, inclusive, pelas dificuldades impostas ao comércio exterior, deixando “o mercado interno cativo à produção nacional”. O aumento da produção industrial e agrícola, de um modo geral, como também o Plano de Valorização do café propiciaram um acentuado “crescimento das margens e da massa de lucros”, incentivando o “*boom* industrial” da década em que São Paulo passava a representar “o maior centro industrial [e urbano] do país”. O Censo de 1919 já mostrava a cidade de São Paulo com uma “estrutura

¹² Jürgen Habermas. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 9.

¹³ Hannah Arendt. “A crise na educação”. *Ob.cit.* p. 225.

¹⁴ Philadelpho Menezes. *Ob. cit.* p. 11.

¹⁵ Philadelpho Menezes. *Ob. cit.* p. 11-12.

ocupacional eminentemente urbana”, com 42% de ocupação na indústria e 52% nos serviços, em um estado que já contava com cerca de um quarto de milhão de trabalhadores urbanos¹⁶. Desse modo, a década de 1920 se desdobrou no horizonte dos movimentos trabalhistas e patronais, dos movimentos civis e militares, como ainda dos movimentos culturais, com uma crescente agitação artística, a qual, já em 1921, instituía a Sociedade Paulista de Belas Artes, prenúncio, por que não, da Semana de Arte Moderna de fevereiro de 1922¹⁷.

Foi nesse momento crucial que Sergio Buarque teve seu primeiro texto publicado no *Correio Paulistano* em abril de 1920, quando contava 18 anos. A publicação de “Originalidade literária” fora favorecida por seu professor de história no Colégio São Bento, Afonso d’Escragnolle Taunay, amigo de seu pai, Christovam Buarque de Holanda¹⁸. O tema do escrito era a originalidade intelectual brasileira discutida a partir do ponto de vista da literatura nacional e da possibilidade da “consumação espiritual” desta nacionalidade. As referências para debater a questão eram Silvio Romero e José Veríssimo, com quem concordava sobre a proeminência do “indianismo” em matéria da literatura nacional. Segundo Holanda, cito: “[p]ara atingirmos a originalidade, devemos, pois não esquecer a obra do indianismo no Brasil. Sua restauração hoje seria insensata e estulta, mas a inspiração em assuntos nacionais, nos levaria a resultados idênticos por veredas mais suaves”¹⁹. Sergio Buarque acompanhava Romero, entendendo que “o nacionalismo não é uma questão exterior, é um fato psicológico, interior, é uma questão de ideias, é uma formação demorada e gradual dos sentimentos”. Contudo, Buarque de Holanda não aceitava “o pessimismo” de Silvio Romero, o qual, segundo ele, impedia o pensador pernambucano de “acreditar que o esforço de um povo pode apressar a consumação espiritual de uma nacionalidade”. Ao contrário, o moço paulistano

¹⁶ Wilson Cano. “Base e superestrutura em São Paulo: 1886-1929”. In: Helena Carvalho de Lorenzo; Wilma Peres da Costa (org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Unesp, 1997. p. 240.

¹⁷ Wilson Cano. *Ob. cit.* p. 251 e *passim*.

¹⁸ Marcus Vinicius Corrêa Carvalho. *Outros lados: Sergio Buarque de Holanda, história, crítica literária e política (1920-1940)*. Tese de Doutorado em História Social da Cultura, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp. Campinas, 2003.

¹⁹ Sergio Buarque de Holanda. “Originalidade literária”. In: Antonio Arnoni Prado (org.). *O espírito e a letra: estudos e crítica literária I, 1920-1947*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 41.

era assertivo em vaticinar que, cito: “[o] Brasil há de ter uma literatura nacional, há de atingir, mais cedo ou mais tarde, a originalidade literária”. Para tanto realizar, ele indicava o método: “[a] inspiração em assuntos nacionais, o respeito das nossas tradições e a submissão às vozes profundas da raça acelerarão esse resultado final”²⁰.

“O respeito das nossas tradições” foi também questão fulcral na crítica erguida contra nossos “optimates” por Buarque de Holanda n`A *Cigarra* em setembro de 1920²¹. Ironicamente, comparando os governantes da República – próxima de completar sua maioria – aos membros da alta nobreza na antiga Roma republicana, o escritor ainda imberbe reclamava que “o ideal estético de John Ruskin” fosse uma “utopia irrealizável” aos olhos de seus contemporâneos, ao qual eles opunham “gigantesco o *struggle for life americano*”. As palavras de Sergio Buarque ecoam, mais uma vez, a reverência a José Veríssimo, acentuando as probabilidades da vitória do modo norte-americano, “sem embargo do nosso desamor pela atividade”. Assim, “o utilitarismo” e “o *far niente nacional*” articulariam “boa aliança”, ainda que em desproveito do país. Mais uma vez, peremptório, o moço expressava seu apreço pelo cultivo de nossas tradições, apontando firme sua pena contra o poder institucionalizado dos republicanos, cito: “[j]á se nota uma certa tendência em nossos optimates para dar cabo do que temos de mais precioso – as tradições”; reiterando, sem meias palavras, as limitações inerentes aos interesses pretensamente progressistas: “[j]á é tempo retempo de cuidarem os governos em dar outra direção ao progresso nacional”. Além de “rociar as nossas cidades de monumentos e arranha-céus”, no afã de apagar a memória do regime monárquico, o regime republicano demonstrava exemplarmente “nossa pouca estima pelas tradições” por meio da “ânsia com que mudam a torto e a direita os nomes das ruas”. Ainda nos termos de Holanda: “[é] subir um presidente da república – marca marechal – antes que se saiba de suas intenções ou de seus atos, já o martelo dos iconoclastas destruiu uma

²⁰ Sergio Buarque de Holanda. “Originalidade literária”. *Ob.cit.* p. 41.

²¹ Marcus Vinicius Corrêa Carvalho. *Outros lados: Sergio Buarque de Holanda, história, crítica literária e política (1920-1940)*. Tese de Doutorado em História Social da Cultura, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp. Campinas, 2003.

tradição para lustrar com o nome do novo chefe do país as placas de uma rua antiga”²².

Depois de uma saborosa anedota sobre a tentativa de mudar o nome da Rua Nova do Ouvidor para Travessa do Cabo Roque – suposto herói de Canudos descoberto impostor –, o jovem Holanda lembra as palavras do eminente monarquista Afonso Celso: “[o]h! quantos e quantos cabos Roque – muitos ainda não desmascarados – depois da República!”. Certamente anti-republicano, não seria excessivo, possivelmente, identificar Sergio Buarque como monarquista naqueles anos tenros. Afinal, meses antes desta tirada irônica contra o regime de governança brasileiro, fora publicado na mesma *A Cigarra*, outro artigo, “Viva o Imperador”²³. Texto de incontida louvaminha que, dentre outros momentos, descreve aquele em que Pedro II assumia “as rédeas do poder” com as seguintes palavras, cito: “[n]ovas aclamações, novos aplausos, assinalam a passagem do país para um novo período que todos aguardam com ansiedade. Vida nova era o lema da pátria. E, pela segunda vez, partiu de todos os peitos, amistoso e sincero o ‘Viva Sua Majestade o Imperador’”. Os “mais otimistas” viram cumprir-se suas profecias com a passar do tempo: “[o] príncipe, [...], identificara-se agora com a própria pátria, com ela palpitava, participando de todas as suas vicissitudes e de todas as suas glórias. Deu-lhe o que de melhor podia dar, deu-lhe a liberdade”. Com isso, justificava-se, para Sergio Buarque, que o republicano Bartolomé Mitre apontasse, como “modelo de liberalismo e tolerância”, o único país monárquico da América, apelidado por ele como: “Democracia coroada”²⁴.

O artigo, que destacava ainda como reconhecida a autoridade intelectual do “imperador filósofo”, desafiava o regime republicano brasileiro, acusando-o de “covardia infanda” por permitir que os restos mortais do Imperador continuassem em terra estranha temendo que seus despojos, e de sua esposa, pudessem abalar a forma de governo vigente. “Esquecem-se os ingratos de que

²² Sergio Buarque de Holanda. “A cidade verde”. In: Antonio Arnoni Prado. *Ob.cit.*. p. 69.

²³ Sérgio Buarque de Holanda. “Viva o Imperador”. In: Marcos Costa (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos: livro I, 1920-1949*. São Paulo: Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 4.

²⁴ Sérgio Buarque de Holanda. “Viva o Imperador”. In: Marcos Costa (org.). *Ob. cit.* p. 4-5.

foi sob sua augusta sombra, protegidos por sua clemência incomparável, que os propagandistas da república pregaram e implantaram o atual regime”. Seu autor, em suas assumidas “dezessete primaveras ainda não poluídas pelo vírus das paixões políticas”, finalizava seu texto pedindo ao presidente da república que “estendesse a sua magnanimidade fazendo revogar o decreto, já sem razão de ser, do banimento da família imperial”²⁵, assumindo posição em uma luta que teve à frente alguns dos monarquistas de maior nomeada durante anos na república ainda recente.

Pari passu a esta exaltação das tradições e do passado, no pendular de suas ideias naqueles anos iniciais da construção de sua obra, Buarque de Holanda comentou as tendências “modernistas” e “futuristas” da arte brasileira. Em seu artigo “Pintura no Brasil”, ele foi claro ao anotar que o “futurismo” reconhecia influências do passado, mas sem deixar de acentuar que, cito: “[o] que todos devem desejar é o abandono da imitação cega do passado, condenada pelos verdadeiros artistas”. E, acompanhando Pappini, ele acrescentava que: “o futurismo odeia apenas a vida artificial e póstuma de um passado morto”, interpretando assim, ele sublinhava, “claramente as ideias de todos os bons modernistas”. Portanto, conforme afirmava o jovem escritor, o que se queria, “por enquanto” era apenas, “sim apenas, *Superar o Passado*”. Afinal, ele fazia questão de enfatizar: “a época da imitação já passou ou tende a passar por completo. O século XX será por essência criador. *Criador*”²⁶.

Ao avaliar a arte brasileira, Buarque de Holanda negava qualquer incremento que ela tivesse tomado às “ideias modernistas”. Para atestá-lo, Holanda cometia uma inconfidência, cito: “[a]migos até me confessaram pessoalmente o horror que lhes inspira o exclusivismo dinamista da doutrina marinettiana”. Afora “o moderno grupo dos ‘futuristas’ de São Paulo que incontestavelmente formam o mais simpático e adiantado centro intelectual do nosso país. Afora esses, que são tão poucos e tão mal conhecidos no resto do Brasil, onde estão os apregoados iconoclastas?”, ele perguntava. “Onde estão os futuristas?”. Ao encerrar seu texto, Sergio Buarque afirmava que “para fazer

²⁵ Sérgio Buarque de Holanda. “Viva o Imperador”. In: Marcos Costa (org.). *Ob. cit.* p. 6-7.

²⁶ Sérgio Buarque de Holanda. “Pintura no Brasil”. In: Marcos Costa (org.). *Ob. cit.* p. 22.

pintura brasileira” basta que se “inaugure uma tendência nova e duradoura que a arte só vive dessas tendências”. Não seria “trazendo à tela as lendas do Mirapuru, da Cobra-Grande e da Mãe Guariba” que se conseguiria a “pintura brasileira”. O “retornelho do regionalismo” já era tempo de cair: “[s]ó uma forte tendência modernista absolutamente moderna poderá criar a arte nossa, a arte brasileira”, escrevia o jovem intérprete. Interessava a ele uma “arte nossa”, mas que fosse uma “arte nova”²⁷.

As oscilações entre as posições de Buarque de Holanda relativas às conceituações e às noções pertinentes ao complexo tradição/modernidade merecem ser cuidadosa e rigorosamente matizadas para distinguir a tonalização que assumem em seus primeiros escritos de 1920 e 1921, favorecendo a construção de contextualizações cada vez mais circunscritas de sua obra em acordo com as diferentes manifestações escriturárias, conceituais e de intervenção intelectual e política que ela assume em sua longa trajetória. Em termos mais gerais, para além da visada sobre Buarque de Holanda, vale observar que, se realmente o conteúdo ideativo da história está exposto a dúvidas tanto quanto a atualidade do que se nomeia modernidade, importa considerar a própria produção do humano circunscrita em sua variação de indivíduos, de grupos, de tempos e de lugares em seus processamentos em sistemas emergentes instáveis e dinâmicos.

Ao que tudo indica, não houve em outra época tanta discussão sobre o caráter da modernidade, da tradição e da história, ou, tanta polêmica sobre o estatuto cultural do próprio presente como neste período. Talvez, por isso, a ponderação e a operacionalização do termo “metamoderno” possa ser profícuo ao dar conta da pluralidade de enfoques “pós modernos” de diversos matizes, dos salvacionistas aos apocalípticos, dos apologistas da superação da modernidade e da história aos defensores da manutenção dos princípios clássicos, dos neo-modernos aos anti-modernos. Afinal, todos fazem parte de um momento em que, questionando o passado recente, indaga-se sobre o caráter do próprio presente de maneira polêmica, radical e contraditória. Quiçá, a crítica à

²⁷ Sérgio Buarque de Holanda. “Pintura no Brasil”. In: Marcos Costa (org.). *Ob. cit.* p. 22-23.

razão lógica da cultura eurocêntrica pudesse abrir uma perspectiva de incorporação de outras lógicas desviantes possíveis.

Bibliografia

Bianca Morganti. *Invective contra medicum de Francesco Petrarca: tradução, ensaio introdutório e notas*. Tese de Doutorado em Teoria e História Literária, Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp. Campinas, 2008.

Edward P. Thompson. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

Hannah Arendt. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

Hans Belting. *O fim da história da arte*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

Helena Carvalho de Lorenzo; Wilma Peres da Costa (org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Unesp, 1997.

Jacques Le Goff. *Enciclopédia: memória-história*. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997.

Jürgen Habermas. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Leon Battista Alberti. *Da pintura*. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

Marcos Costa (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos: livro I, 1920-1949*. São Paulo: Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2011.

Marcus Vinicius Corrêa Carvalho. “Moderno, modernidade, modernização: polissemias e pregnâncias”. In: Natália Gil *et alli*. *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX*, v.1. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 13-34.

Marcus Vinicius Corrêa Carvalho. *Outros lados: Sergio Buarque de Holanda, história, crítica literária e política (1920-1940)*. Tese de Doutorado em História Social da Cultura, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp. Campinas, 2003.

Philadelpho Menezes. *A crise do passado: modernidade, vanguarda, metamodernidade*. São Paulo: Experimento, 2001.

Sérgio Buarque de Holanda. *O espírito e a letra: estudos e crítica literária I, 1920-1947*. Antonio Arnoni Prado (org.). São Paulo: Cia das Letras, 1996.

Sob os olhos de remotos horizontes:

reflexões sobre a recepção do livro *Visão do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda (1959)

ANDRÉ CARLOS FURTADO* (UFF)

O gosto da maravilha e do mistério, quase inseparável da literatura de viagens na era dos grandes descobrimentos marítimos, ocupa espaço singularmente reduzido nos escritos quinhentistas dos portugueses sobre o Novo Mundo. Ou porque a *longa* prática das navegações do Mar Oceano e o assíduo trato das terras e gentes estranhas já tivessem amortecido neles a sensibilidade para o exótico, ou porque o fascínio do Oriente ainda absorvesse em

* Atualmente doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), sob a orientação da professora Dra. Giselle Martins Venancio, mas, quando da apresentação desse artigo, era mestrando pela mesma instituição e com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, de modo que o presente texto não possui grandes mudanças em relação à comunicação feita na época do I Congresso da Society for the History of Authorship, Reading and Publishing (SHARP): *A cidade das letras* (2014). Contato: <afurtado@id.uff.br>.

demasia os seus cuidados, sem deixar margem a maiores surpresas, a verdade é que os não inquietam, aqui, extraordinários portentos, nem a esperança deles. E o próprio sonho de riquezas fabulosas, que no resto do hemisfério há de guiar tantas vezes os passos do conquistador europeu, é em seu caso constantemente cerceado por uma noção mais nítida, porventura, das limitações humanas e terrenas.¹

Com este parágrafo, Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) iniciou o texto de sua tese. Em seus argumentos centrais questionou, precisamente, a radical ruptura entre Idade Média e Renascimento. Por isso, buscou fundamentar a assertiva de que a sociedade lusa dos séculos XV e XVI destoava do pensamento europeu do período. Tanto devido à tomada de atitudes de caráter arcaizante, quanto por formas de expressão de igual natureza, por parte daqueles que se lançavam aos sete mares.

Fruto de pesquisas realizadas em arquivos brasileiros e europeus, particularmente, neste último caso, de acervos italianos quando da sua experiência como professor visitante na Universidade de Roma, entre 1952 e 1954, *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil* foi apresentado e defendido, em 1958, para provimento de cátedra na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP). A cadeira em questão correspondia a de História da Civilização Brasileira. Esta, por sua vez, já vinha sendo ocupada pelo intelectual interinamente desde 4 de dezembro 1956,² a convite do diretor em exercício da FFCL, Eurípedes Simões de Paula, em substituição ao professor Alfredo Ellis Júnior, aposentado por motivos de saúde.³

Na ocasião Sérgio Buarque foi submetido não só à arguição da banca, mas também à prova escrita, didática e de títulos. O corpo docente examinador foi composto por Afonso Arinos de Mello Franco, catedrático de Direito

¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Coleção "Documentos Brasileiros" (v. 107). Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, p. 3 [grifo meu].

² SANCHES, Rodrigo Ruiz. Sérgio Buarque de Holanda na USP. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 1, p. 241-259, jan./abr. 2011.

³ NICODEMO, Thiago Lima. *Urduida do vivido: Visão do paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*. São Paulo: Ed.USP, 2008.

Constitucional na Universidade do Brasil (primo-irmão⁴ de Maria Amélia, esposa do candidato); Hélio Viana, da Faculdade Nacional de Filosofia, e José Wanderley de Araújo Pinho, da Universidade da Bahia, ambos catedráticos de História do Brasil; e ainda por Eduardo D'Oliveira França, catedrático de História Moderna e História Contemporânea da USP; e o já mencionado Eurípedes Simões de Paula (presidente da banca), catedrático de História Antiga e História Medieval da mesma instituição.⁵

Vencido o concurso, chegava a hora de transformar a tese em livro. Assim, no ano seguinte à defesa, em 1959, o escrito gestado “num período curto de três a quatro meses”,⁶ foi impresso pela Livraria José Olympio Editora. Não mais em tiragem limitada ao universo dos avaliadores,⁷ mas publicado como o volume 107 da coleção *Documentos Brasileiros*. Sua impressão correspondeu, simultaneamente, ao ápice e início do declínio deste projeto editorial no mercado. Tanto por conta dos problemas enfrentados pela indústria livresca no país – com uma legislação nada favorável –, quanto pelo surgimento de outras editoras e empreendimentos, bem como devido à morte de seu diretor, Octávio Tarquínio de Souza, seguido de um período em que a coleção ficou, por assim dizer, órfã, até Afonso Arinos de Mello Franco a assumir, em 1962.⁸

Mas, desde 1939, em substituição a Gilberto Freyre, que foi seu primeiro coordenador, a coleção *Documentos Brasileiros* era dirigida por Octávio Tarquínio

⁴ Série: Homenagens Póstumas. 2506 – Recorte de jornal, intitulado “O mundo intelectual reage diante da notícia inesperada”, comentando as reações de diversos intelectuais a respeito do falecimento de SBH. O Estado de São Paulo. São Paulo, 25 abr. 1982. s.p. Hp 23 P76. Fundo Sérgio Buarque de Holanda (SBH). Arquivo Central da Universidade Estadual de Campinas (*Siarq-UNICAMP*).

⁵ Série: Vida Pessoal. 87 – Ofício de André Nunes Junior, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo a SBH encaminhando-lhe cópia do requerimento dos vereadores, fazendo constar nos Anais da mesma, voto de congratulações a SBH pelo concurso para preenchimento da Cátedra de História da Civilização Brasileira, da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 15 dez. 1958. c.as. 2p. Vp 87 P2. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Sérgio Buarque de Holanda na USP. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 269-274, set./dez. 1994, p. 270.

⁷ HOLANDA. Op. cit., 1959.

⁸ Cf. FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras: a coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese (Doutorado em História). USP, São Paulo, 2006; SORÁ, Gustavo. *Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Ed.USP / Com-Arte, 2010; & VENÂNCIO, Giselle Martins; FURTADO, André Carlos. *Brasiliana & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da História, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956-1972)*. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 05-23, jan./jun. 2013.

de Sousa, conhecido biógrafo de estadistas do Império,⁹ com obras editadas, justamente, na referida coleção. Estes aspectos, nada desprezíveis, mostram um pouco a complexidade das disputas letradas do período e as possíveis formas de inserção nos circuitos do mundo intelectual. Afora essa questão, convém salientar que o contato entre Tarquínio de Souza e Buarque de Holanda remontava, no mínimo, aos anos 1940, quando publicaram em coautoria o livro didático *História do Brasil*.¹⁰ Como se não bastasse – e ainda atento ao emaranhado da configuração intelectual daqueles anos – o próprio Octávio Tarquínio de Souza foi chamado para compor a banca examinadora da tese *Visão do paraíso*. Segundo correspondência que enviou a Sérgio Buarque, recebeu um convite da USP para fazer-lhe a arguição, mas declinou sob a justificativa de que não poderia aceitar este papel: “Não se trata de falsa humildade: é simples noção de minhas limitações”,¹¹ escreveu Tarquínio de Souza.

Práticas letradas e rede de sociabilidades momentaneamente à parte, é preciso dizer que, segundo a historiadora Laura de Mello e Souza, são poucos os estudos detidos na análise deste texto de Sérgio Buarque. Salvo “as observações argutas mas breves de Maria Odila da Silva Dias em [...] 1985; as mais demoradas de Luiz Costa Lima, em 2002, e de Ronaldo Vainfas, que, em pelo menos duas vezes [...] debruçou-se [...] sobre a obra”.¹² Portanto, ainda no dizer de Mello e Souza, o estudo que mais contribui à questão é a dissertação de Thiago Lima Nicodemo, defendida no departamento de História da USP em 2006 e cuja publicação segue prefaciada pela historiadora. Nicodemo procurou vislumbrar a apropriação por Sérgio Buarque em *Visão do paraíso* da tópica de Ernest Robert Curtius, em *Literatura europeia e Idade Média latina* (de 1948, mas traduzido para o português em 1957),¹³ e argumentou que, em 1958, Sérgio Buarque buscou identificar continuidades discursivas nas descrições do Novo

⁹ GONÇALVES, Márcia de Almeida. Narrativa biográfica e escrita da história: Octávio Tarquínio de Sousa e seu tempo. *Revista de História* (USP), São Paulo, n. 150, p. 129-155, 2004, p. 130.

¹⁰ SOUSA, Octávio Tarquínio de; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História do Brasil* (n. 2). Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. Acervo Geral (Livros), Anexo II-873, 4, 45, II-381, 1, 2. *Biblioteca Nacional* (BN).

¹¹ Série: Correspondência. Subsérie: Passiva. 439 – Carta de Octávio Tarquínio de Sousa a SBH, recusando o convite para que fosse examinador da tese e dizendo que ficou deslumbrando com a mesma. Rio de Janeiro, 29 set. 1958. as. Octávio. 1p. Cp 217 P9. Fundo SBH, *Siarq-UNICAMP*.

¹² SOUZA, Laura de Mello e. Prefácio. In: NICODEMO. Op. cit., 2008, p. 16.

¹³ CURTIUS, Ernest Robert. *Literatura europeia e Idade Média latina*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro (INL), 1957. Acervo Geral (Livros), Anexo II-745, 5, 04. *Biblioteca Nacional* (BN).

Mundo entre portugueses e espanhóis, para diferenciar os olhares que lançaram a cada paragem das rotas atlânticas.

Todavia, o ponto alto da dissertação foi quando o estudo adentrou nos debates estabelecidos entre Buarque de Holanda e Eduardo D'Oliveira França. Isso porque este último fora arguido pelo primeiro, em 1951, quando defendeu a tese *Portugal na época da restauração*, e, em 1958, os papéis se inverteram. A questão que os opunha dizia respeito ao entendimento sobre a passagem da Idade Média para o Renascimento. Como já foi mencionado, *Visão do paraíso* defendia a ausência de uma ruptura radical entre esses períodos, e *Portugal na época da restauração* via motivações modernas nos lusitanos que se lançaram ao desconhecido. E apesar de não explorar até a exaustão os documentos do concurso para a cátedra, centrado nos comentários da arguição e no próprio texto de *Visão do paraíso*, Nicodemo teve o mérito de analisar essa disputa de teses, e também apontou o diálogo com Caio Prado Júnior acerca dos *sentidos* da colonização. No seu entender, Buarque de Holanda preocupou-se em mostrar como a “permanência de laços mentais e práticas medievais havia estruturado uma sociedade além-mar que reproduzia e adaptava essas mesmas estruturas”.¹⁴

De forma sistemática e intensiva, tratava-se da primeira vez que o tema paradisíaco presente em relatos luso-castelhanos quinhentistas era tomado como objeto de estudo¹⁵ para compreender a formação do território americano, em especial a porção do Atlântico Sul. Contudo, no dizer do historiador Ronaldo Vainfas, o interesse por este escrito só foi suscitado pelo impacto causado por outra tese: “*O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, de Laura de Mello e Souza, em 1986, historiadora que lhe seguiu fielmente os passos, reinventando a problemática de Sérgio Buarque”.¹⁶ Porém, a autora deste estudo observa certo esquecimento de *Visão do paraíso*, considerada a pesquisa favorita do autor,¹⁷ porque, em suas palavras, quando surgiu, nos anos 1950, a historiografia atentava mais aos

¹⁴ NICODEMO. Op. cit., 2008, p. 112.

¹⁵ SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial. In: FREITAS, Marcos (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

¹⁶ VAINFAS, Ronaldo. Sérgio Buarque de Holanda: historiador das representações mentais. In: CANDIDO, Antonio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998, p. 56-7.

¹⁷ SANTOS, Nelson Pereira dos. *Raízes do Brasil* – Uma cinebiografia de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Estação Filmes, 2003. 1 DVD (148 min).

aspectos econômicos. Assim, ficava mais “em torno das obras de Caio Prado Jr. e de Celso Furtado”,¹⁸ de modo que o texto sobre os mitos edênicos incitaria interesse décadas depois.

À hipótese citada pode-se agregar outra, que remete à própria trajetória editorial do texto de Sérgio Buarque como um fator, este sim, ao que parece, decisivo, para o esquecimento da obra. Isso porque *Visão do paraíso* só receberia uma segunda edição dez anos depois de seu lançamento pela José Olympio. E, como se não bastasse, deixava a coleção *Documentos Brasileiros*, para integrar o catálogo da editora concorrente. Isto é: concorrente em termos de publicações de caráter monográfico, que correspondia ao volume 333 da coleção *Brasiliana*, da Companhia Editora Nacional (CEN), então coordenada por Américo Jacobina Lacombe, mas em coedição com a Editora da Universidade de São Paulo (Ed.USP).

Seja como for, o fato é que, hoje, a leitura historiográfica feita sobre *Visão do paraíso* divide-se entre as avaliações que a apontam como obra antecipadora das pesquisas sobre as *mentalidades* e os que preferem agir com maior cautela. Assim, de um lado, há Laura de Mello e Souza e Evaldo Cabral de Mello a defenderem que “Nenhuma obra da época possibilitou, como *Visão do Paraíso* – antes dela, o crédito cabe, sem dúvida, a *Os Reis Taumaturgos*, de Bloch – a compreensão daquilo que a historiografia francesa dos *Annales* [...] denominou de *ouillage mental*”¹⁹ e que foi “o primeiro livro de História das mentalidades escrito entre nós, embora nos anos 50 a designação não se houvesse generalizado”.²⁰ De outro, há Ronaldo Vainfas a questionar o suposto pioneirismo, “para não dizer inexato, relacionar [...] com a historiografia francesa, sobretudo os movimentos que ali se desenvolveu a partir de fins dos anos 1960. Aliás, a historiografia francesa só muito pontualmente é citada ou mencionada no livro”.²¹

¹⁸ SOUZA. Op. cit., 1998, p. 28.

¹⁹ _____. Op. cit., 2008, p. 20.

²⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. *Raízes do Brasil* e depois (posfácio). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 192.

²¹ VAINFAS, Ronaldo. Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do paraíso*. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: banquete no trópico*. São Paulo: Ed.Senac, 2001, p. 26.

Portanto, a problemática instigadora deste trabalho remete ao questionamento que busca refletir o quão inteirado estava Buarque de Holanda acerca da produção acadêmica posteriormente conhecida como *História das mentalidades* e em que medida sua tese seria um diálogo e uma antecipação desses estudos no Brasil. Na impossibilidade de respostas dogmáticas – e longe da pretensão de buscar uma classificação definitiva à tese-livro –, cumpre assinalar que o interesse da reflexão proposta pretende fazer uma análise sobre uma parcela da fortuna crítica que alguns dos leitores da primeira edição de *Visão do paraíso* (1959) teceram sobre o livro.

Ou seja: interessa identificar quais classificações faziam do texto e de seu autor. Dito de outra forma, trata-se de analisar como o impresso foi apropriado no momento de sua emergência pública. Para tanto, as fontes utilizadas correspondem às resenhas que circularam em periódicos, muitas das quais assinadas por letrados de diferentes ofícios (jornalistas, romancistas, acadêmicos etc.), salvaguardadas no Fundo *Sérgio Buarque de Holanda* (SBH), localizado no Arquivo Central da Universidade Estadual de Campinas (*Siarq-UNICAMP*).

Integrante da série *Produção de Terceiros*, a subsérie *Resenhas* é composta por 104 documentos, que correspondem a 180 textos. Destes, 98 são sobre as várias edições e traduções do livro *Raízes do Brasil* (78 das quais integrantes de um Álbum elaborado por sua irmã, Cecília Buarque de Holanda); 38 dedicados a *Caminhos e fronteiras*; 34 para *Visão do paraíso*; 4 resenhas sobre *Cobra de vidro*; bem como 4 para *Tentativas de mitologia*; e 2 sobre a *História Geral da Civilização Brasileira* (HGCB). Contudo, devido à instabilidade do escrito, atualmente na sétima edição²² – com uma única tradução, para o espanhol²³ –, além dos

²² HOLANDA. Op. cit., 1959; _____. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Coleção “Brasiliana” (v. 333). 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional / Ed.USP, 1969; _____. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Coleção “Brasiliana” (v. 333). 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional / Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1977; _____. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. Coleção “Brasiliana” (v. 333). 4.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985; _____. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994; _____. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1996 [com 1ª reimpressão em 2000, em coedição com a coleção “Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro” da Publifolha]; _____. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 7.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

²³ _____. *Visión del paraíso: motivos edênicos en el descubrimiento y colonización del Brasil*. Tradução de Estela dos Santos. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1987.

inúmeros olhares lançados sobre as páginas da tese transformada em livro, cabe destacar que, para os domínios e limites do presente estudo, o debate ficará circunscrito aos leitores da primeira versão de *Visão do paraíso* (1959) e, dentre estes, centrado naqueles cuja resenha contém assinatura.

Assim, dentre as 21 críticas publicadas que registraram autoria, escolheu-se 10 mais representativas, no sentido de espriarem suas reflexões para além de uma simples síntese sobre o livro de 1959. Dentre estas, constam as resenhas dos seguintes intelectuais: Mário Erbolato, Leonardo Arroyo, Valdemar Cavalcanti, Sérgio Milliet, Rolmes Barbosa, Jarbas Duarte, João Camilo de Oliveira Torres, Nogueira Moutinho, Hélio Vianna e Wilson Martins. Como antecipação de mea-culpa, saliento que, por se tratar de uma pesquisa ainda em curso, não será possível se deter em demasia na posição ocupada pelos resenhistas mencionados ou suas eventuais relações (pessoais, institucionais e/ou editoriais) com Sérgio Buarque de Holanda, ainda que estes aspectos certamente possam apontar a direção das muitas perguntas que, por certo e por ora, ficarão no ar. Portanto, reitero o objetivo de apontar, para começo de debate, como foi a recepção de *Visão do paraíso* entre os intelectuais mencionados e que olhar crítico lançaram sobre o livro e sobre seu autor.

O primeiro deles, o jornalista Mário Erbolato, escreveu no *Diário do Povo*, editado em Campinas, que Sérgio Buarque era um escritor com formação especializada em estudos humanísticos. Ato contínuo, afirmou que *Visão do paraíso* abria promissoras perspectivas, ao mostrar que os mitos podiam servir “para alimentar ambições e mover a ação econômica, social e até política [de] muitos espíritos”.²⁴ Embora sem adentrar em questões rigidamente classificatórias, o resenhista, por outro lado, entendeu o tema como quase inédito na produção bibliográfica brasileira e finalizou sua fala com elogio ao livro, visto como “fascinante pelo assunto, e também brilhante pelo estilo e pela forma com que foi exposto e desenvolvido”.²⁵ Por escrever que a fantasia

²⁴ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2238 – Recorte de jornal intitulado “Acaba de ser lançado *Visão do Paraíso*, o grande livro de Sérgio Buarque de Holanda”, com resenha de Mário Erbolato, sobre o referido livro. *Diário do Povo*. Campinas, 1958 (sic) [1959]. s.p. Pt 223 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifo meu].

²⁵ *Idem*.

edênica continha força motriz até sobre o domínio econômico, cabe perguntar: será mesmo que a leitura contemporânea à primeira edição de *Visão do paraíso* a enxergava tão distante assim dos trabalhos de Caio Prado Jr. ou de Celso Furtado? Difícil saber, mas seria imprudente não questionar, uma vez que o próprio leitor não via o tema tão descolado assim de um problema de fundo econômico.

O colunista da *Folha da Manhã* (SP), Leonardo Arroyo, enalteceu a variedade de fontes utilizadas na pesquisa e, tal qual o faria posteriormente a leitura historiográfica, identificou enfaticamente, na resenha, que “pela primeira vez em nossa bibliografia histórica, em que pesem possíveis restrições que os *especialistas* lhe possam fazer, temos em volume o estudo sistemático desse mundo maravilhoso onde muitas vezes foi difícil ao descobridor e ao colonizador separar o mito da realidade”.²⁶ O crítico literário do periódico carioca *O Jornal*, Valdemar Cavalcanti, por sua vez, publicou que Sérgio Buarque era “senhor dos fatos de natureza histórica e dos fenômenos de cunho sociológico e antropológico”.²⁷ Ao abarcar, simultaneamente, três áreas das Ciências Humanas, o elogio pode ser visto como indício da incipiente diferenciação disciplinar do campo acadêmico brasileiro. Justo em um momento em que Sérgio Buarque fazia questão de se identificar como historiador, sendo a candidatura à cátedra da USP exemplo categórico dessa circunstância, no final da resenha, embora também em tom elogioso, Cavalcanti alocou a obra na categoria de ensaio e apreciou o gênero como espécie de “encanto do estilo de um *escritor* que dia a dia apura a forma. ‘Visão do Paraíso’ é dos acontecimentos *literários* de 59”.²⁸

Ora, mal estas instituições tinham sido criadas no Brasil ou gerado os primeiros frutos acadêmicos do país, Buarque de Holanda clamava pela escrita de uma história pátria com a contribuição de diferentes especialistas. No

²⁶ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2247 – Recorte de jornal intitulado “Visão do Paraíso” com resenha de Leonardo Arroyo, sobre o referido livro. *Folha da Manhã*. São Paulo, 08 nov. 1959. s.p. Pt 232 P6. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifo meu].

²⁷ _____. 2250 – Recorte de jornal intitulado “SBH: visão do paraíso”, com resenha de Valdemar Cavalcanti, sobre o livro “Visão do Paraíso”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 17 nov. 1959. s.p. Pt 235 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

²⁸ Idem [grifo meu].

reclame, surgido ao menos desde o artigo *O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos*, de 1951, apontou a necessidade de dedicação aos estudos sobre o passado, mas não por meio de “sínteses onde o particular tende a esfumar-se e a perder-se em proveito de alguma ilusória visão de conjunto”.²⁹

Mirada à tradição brasileira de narrar o passado nacional, oriunda de órgãos como os institutos históricos e as academias de letras, cuja produção era carregada de fortes traços ensaísticos, mesmo no caso de interpretações histórico-sociológicas de que o próprio Sérgio Buarque de Holanda fora adepto e que nunca renegara, defende-se aqui a ideia de que a partir da segunda metade do século XX, o referido estilo não gozava mais do prestígio alcançado no decênio de trinta, quando as primeiras universidades foram criadas. Por isso, o desprestígio conferido ao ensaio advinha, sobretudo, do âmbito acadêmico e o próprio intelectual paulista havia sinalizado isso em outras ocasiões, anteriores ou contemporâneas ao balanço de 1951.³⁰

Todavia, é latente e, por certo, inquestionável, a dificuldade encontrada pelos leitores de *Visão do paraíso* quando se aventuravam na tentativa de classificar o autor ou o escrito. Também esse é o caso da resenha assinada por Sérgio Milliet, ex-diretor artístico do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), pois além de igualmente apreciar o estudo como ensaio, escreveu no jornal *O Estado de S. Paulo* que, devido à qualidade do livro, Sérgio Buarque era, num só tempo, poeta e historiador. Noutro momento, chamou a atenção ao *modus operandi* de portugueses no Novo Mundo, por ele entendido como espécie de “*mentalidade* prática [...] que dá Camões, um narrador, e não Cervantes, um sonhador”.³¹

²⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos* (publicado originalmente no *Correio da Manhã* – RJ, jun. 1951). In: EUGÊNIO, João Kennedy; MONTEIRO, Pedro Meira (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Ed. UNICAMP / Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2008, p. 614.

³⁰ _____. Prefácio à segunda edição (1948). In: *Raízes do Brasil*. 4.ed. Coleção “Biblioteca Básica Brasileira” (v. 10). Brasília: Ed. UnB, 1963, p. XV; & _____. Por uma nova história. In: *Folha da manhã*, São Paulo, 26 jul. 1950, p. 2. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fdm/1950/07/26/1/>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

³¹ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2255 – Recorte de jornal intitulado “Visão do Paraíso”, com resenha de Sérgio Milliet, sobre o livro. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 06 dez. 1959. s.p. Pt 240 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifo meu].

Caberia aqui enveredar o debate para uma investigação da palavra mentalidade, com o fito de localizar quais sentidos assumiu ao longo de sua história e, em particular, nos anos 1950. No entanto, na impossibilidade de fazê-lo neste momento, dado os limites do presente artigo, vale ao menos o registro de que, segundo Jacques Revel, a palavra circulava desde o início do século XX, fosse na linguagem comum ou de caráter científico, mas que, dentre os historiadores, propriamente, isso somente ocorreria a partir das décadas de 1920 e 1930, em especial nos trabalhos de Marc Bloch, George Lefebvre e Lucien Febvre.³²

Já Rolmes Barbosa, Jarbas Duarte e João Camilo de Oliveira Torres caracterizaram a obra, respectivamente, como “discussão arejada, à luz da moderna historiografia”;³³ como contribuição de vulto, feita com investigação exaustiva de documentos pelo historiador Sérgio Buarque que os comentou “com rigor e equilíbrio próprios de uma formação científica”;³⁴ e, inclusive, chegando a ser descrito como o “mais bem informado historiador brasileiro da atualidade”.³⁵ Portanto, esses resenhistas, por seu turno, já encaravam a obra como alocada no domínio de uma área específica do conhecimento humano – a História – e viam seu autor como integrante deste campo do saber.

Como se não bastasse, criador e criatura são classificados junto daquilo que se entendia por moderna historiografia. Aspecto este duplamente sintomático: primeiro porque no já mencionado balanço sobre *O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos*, o próprio Sérgio Buarque chamava de moderna historiografia, justamente, àquela praticada por Marc Bloch e companhia; e, segundo, porque se o próprio leitor compreendia assim o autor e a obra, pode-se inferir que ou também o identificava com a historiografia francesa

³² REVEL, Jacques. Mentalidades. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

³³ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2258 – Recorte de jornal intitulado “Visão do Paraíso”, com resenha de Rolmes Barbosa, sobre o referido livro. O Estado de São Paulo. São Paulo, 24 dez. 1959. s.p. Pt 243 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifo meu].

³⁴ _____. 2260 – Recorte de jornal intitulado “A mitologia das origens do Brasil”, com resenha de Jarbas Duarte, sobre o livro “Visão do Paraíso”. Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 03 jan. 1960. s.p. Pt 245 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

³⁵ _____. 2266 – Recorte de jornal intitulado “Dois livros”, com resenha de João Camilo de Oliveira Torres, sobre os livros: “Augusto dos Anjos e outros ensaios” de M. Cavalcanti Proença e “Visão do Paraíso”. O Diário. Belo Horizonte, 29 dez. 1960. s.p. Pt 251 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

dos Annales – quiçá das mentalidades – ou porque, por moderna historiografia, entendia as publicações da coleção *Documentos Brasileiros* como esse espaço da escrita da História. Em ambos os casos, que não são, necessariamente, excludentes, Buarque de Holanda assumia posição proeminente. Mas o tom enfático dessas últimas resenhas não eliminava o movimento oscilatório entre classificar ou não *Visão do paraíso* como ensaio e apontar ou não Sérgio Buarque de Holanda como historiador. Por isso, apesar de Nogueira Moutinho – oitavo leitor analisado – alocar essa busca pelo dado psicológico do colonizador em “um campo particular dos estudos históricos”, atento ao fato de que “a *mentalidade* dos portugueses era arcaizante”,³⁶ em resenha publicada na *Folha de São Paulo*, escreveu que “o ‘historiador’ é apenas uma das possibilidades do espírito de Sérgio Buarque”.³⁷

Por fim, é preciso enfatizar ainda duas resenhas: a de Hélio Vianna, que arguiu Buarque de Holanda, em 1958; e Wilson Martins, que permitirá o retorno às questões primeiras desta reflexão. Em sua avaliação Vianna historicizou as circunstâncias do concurso para a cátedra e disse que “só por exigência legal o trabalho em apreço em sua versão inicial classificou-se como ‘tese’, quando melhor se enquadra na qualificação de ensaio”.³⁸ Tal fala seguia o exemplo das resenhas até então examinadas, mas, neste caso, o tom ficava a meio termo entre crítica, porque em termos acadêmicos não correspondia ao estilo mais apreciado; e elogio, porque os institutos históricos e academias de letras ainda o empregavam largamente. E, assim como na época da composição da banca examinadora, o crítico seguiu com sugestões de acréscimos possíveis ao texto, em virtude daquilo que entendia como amplidão de questões que a obra levantou.

Ao final de sua análise, cuja apreciação fica difícil precisar se era da leitura da tese ou do livro, Hélio Vianna escreveu a que veio. Neste sentido, posicionou-

³⁶ _____. 2267 – Recorte de jornal intitulado “Visão do Paraíso”, com resenha de Nogueira Moutinho, sobre o referido livro. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 20 ago. 1961. s.p. Pt 252 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP* [grifo meu].

³⁷ Idem.

³⁸ _____. 2256 – Recortes de jornal intitulados “Visão do Paraíso (I), (II) e (III)”, com resenha de Hélio Vianna, sobre o referido livro. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro 13, 20 e 27 dez. 1959. s.p. Pt 241 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

se contrário à citação feita em *Visão do paraíso* a propósito do *sentido* da colonização, na qual Buarque de Holanda comungou em parte das teses de Caio Prado Jr., de *Formação do Brasil contemporâneo* (1942).³⁹ Isso porque Vianna dizia discordar “da exclusividade dos objetivos econômicos da colonização portuguesa de nosso país”.⁴⁰ Novamente, o que se observa, pelo menos a partir da leitura realizada por este outro intelectual, é o apontamento de um vínculo de *Visão do paraíso* aos estudos de caráter econômico e não um distanciamento e uma distinção destes trabalhos. Talvez a diferença, ao que tudo indica – se é que existia alguma aos olhos do resenhista e demais contemporâneos da primeira edição –, dizia mais respeito a uma questão de forma que de fundo.

Também na contramão dos louvores, ao menos em alguns pontos, outra discrepância foi o caso da resenha assinada por Wilson Martins, no Suplemento literário do jornal *O Estado de S. Paulo*. Embora sem tomar parte como membro da banca examinadora da tese, Martins acompanhou a divulgação de parte dos comentários feitos a Sérgio Buarque de Holanda quando do concurso, devido à publicação do ocorrido na seção *Noticiário* da revista de História da USP,⁴¹ conforme sugere uma nota de rodapé de sua resenha. Mas o que merece ser destacado de sua fala é um parágrafo no qual critica passagens do livro onde a busca pelo Éden terreal é apontada por Sérgio Buarque como uma espécie de ideia fixa e peculiar aos espanhóis. Para Martins, em realidade, na época dos grandes descobrimentos marítimos, “o imaginário e o real não se combatem, mas coabitam, e é justamente dessa singular aliança que nascerá a América”.⁴²

Ao embasar sua crítica, Wilson Martins lançou mão do texto *O problema da incredulidade no século XVI. A religião de Rabelais*, de Lucien Febvre, publicado em 1942, como argumento de autoridade, para afirmar que no período colonial

³⁹ PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Martins, 1942.

⁴⁰ Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2256. Op. cit., 13, 20 e 27 dez. 1959. s.p. Pt 241 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

⁴¹ ELLIS, Myriam. *Noticiário*. *Revista de História*, São Paulo, n. 38, ano X, p. 493-508, abr./jun. 1959. Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda”. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (CAPH-FFLCH-USP).

⁴² Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2262 – Recorte de jornal intitulado “O paraíso perdido”, com resenha de Wilson Martins, sobre o livro “Visão do Paraíso”. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 26 mar. 1960. Suplemento literário. p.2. Pt 247 P62. Fundo SBH. *Siarq-UNICAMP*.

não existia a noção do impossível⁴³ ou a possibilidade da descrença, de modo a não parecer estranho a coexistência pacífica entre fantasia e realidade. Sintomático ou não da problemática aqui levantada, que questiona, simultaneamente, as interpretações sobre as obras e preferências temáticas do período, bem como as classificações historiográficas atuais, vale destacar que somente com este olhar voltado ao exato momento da materialização, relações intertextuais e recepção de *Visão do paraíso*, é possível reconstituir a lógica e a dinâmica de sua produção. E como o ato de ler integra uma série de gestos, práticas e até posturas corporais,⁴⁴ pode-se afirmar que este texto de Sérgio Buarque de Holanda pertence, literalmente, à ossada dos leitores dos anos 1950 e cujas percepções se encontram, ao fim e ao cabo, sob os olhos de remotos horizontes.

Post-scriptum

Decorrido pouco mais de um ano desde a realização do I Congresso da Society for the History of Authorship, Reading and Publishing (SHARP), bem como do término e defesa do trabalho de mestrado, tem sido possível retomar algumas reflexões da comunicação apresentada junto às anotações feitas a partir dos comentários dos membros da mesa-redonda e plateia. Contudo, em se tratando de Sérgio Buarque de Holanda, convém assinalar que, a despeito de sua obra contar hoje com considerável discussão acadêmica, fomentada, sobretudo, a partir de sua morte nos anos 1980 e, mais ainda, na década seguinte devido à reedição de alguns de seus livros, do surgimento de obras póstumas e da reunião de textos esparsos, existe um longo caminho de estudos a ser trilhado em termos de pesquisa e análise de seus escritos e trajetória.

Neste sentido, pode-se mencionar como aspectos não explorados ou não investigados a contento, sua filiação ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) logo após o fim do governo Vargas do Estado Novo (1937-1945) e consequente

⁴³ Idem (“‘personne alors n’avait le sens de l’impossible. La notion de l’impossible”’. FEBVRE, Lucien. *Le problème de l’incroyance au XVIe siècle: la religion de Rabelais*. Paris: Albin Michel, 1947 [1942], p. 476).

⁴⁴ CHARTIER, Roger. *Escribir las prácticas: discursos, práctica, representación*. Valencia: Fundación Cañada Blanch, 1999.

abertura democrática; seu texto, ainda inédito, intitulado *Elementos formadores da sociedade portuguesa na época dos descobrimentos* que defendeu no fim dos anos 1950, como trabalho de pós-graduação, junto à Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), de São Paulo, para estar habilitado ao concurso de cátedra na USP; e, dentre outros exemplos possíveis, os livros *Cobra de vidro* (1944), *Monções* (1945), *Caminhos e fronteiras* (1957), *Do império à república* (1972) etc., eclipsados em favor de inúmeros investimentos analíticos já feitos sobre *Raízes do Brasil* (1936).

Assim, apesar da necessidade de avanço nos quadrantes das áreas supracitadas e de muitos outros que os limites e propósitos do presente artigo optaram por dispensar a menção, cabe dizer, por fim, que, mesmo sendo o resultado de uma pesquisa inicial e permanecendo praticamente intocável, isso não corresponde dizer que o presente trabalho não tenha fornecido alguma contribuição quando de seu surgimento. Esta, por certo, assentou-se, em particular, no mapeamento da recepção da tese *Visão do paraíso* transformada em livro, em 1959, e, para além disso, refere-se ao apontamento segundo o qual, aos olhos de seus primeiros leitores, Sérgio Buarque dialogava muito com os estudos de natureza econômica da História do Brasil.

Logo, esta constatação contraria algumas perspectivas historiográficas que, sem atentar ao momento e condições de produção dos escritos fomentados por aqueles debates, tende a imaginar a existência de um esquecimento deste texto de Sérgio Buarque de Holanda por conta de uma predileção, supostamente vigente à época, pelas reflexões tecidas por Caio Prado Júnior ou Celso Furtado. De fato, a preferência poderia até existir, mas sua razão de ser estava longe de se assentar no entendimento de que as referidas pesquisas tratavam de temas tão díspares. Como se demonstrou, o que as distinguiu era antes uma questão de forma que de fundo.

As representações do outro em Blaise Cendrars

a partir de suas viagens de “descoberta do Brasil”

KARLA ADRIANA DE AQUINO (UFRJ)

Em *Le Lotissement du Ciel*, de 1949, Cendrars compõe um livro dividido em três partes, de estilos bastante diferentes, que podem ser lidas de forma independente¹, mas que, no entanto, se lidas de forma linear, podem, a nosso ver, significar sua conversão a uma renovação literária, a partir de seu conhecimento da realidade física e cultural do Brasil. Trata-se de um tríptico, em que, à primeira vista, tudo difere entre as três narrativas.

A primeira, ‘Le jugement dernier’, é sobre o Brasil e se parece em estilo com os ensaios-reportagens das “histoires vraies” que Cendrars publicava nos anos 30. A segunda parte, “Le nouveau patron de l’aviation” seria uma “narrativa-

¹ LEROY, Claude. “Le livre des secrets”, in CENDRARS, Blaise. *Le Lotissement du ciel*. Paris: Gallimard, 1996/2011, p. 11.

limite”², que mescla lembranças do início da Segunda Guerra Mundial e hagiografia, e tem apenas um pequeno trecho referente ao Brasil. A terceira parte, “La Tour Eiffel Sidérale”, volta ao tema brasileiro, narrando a história do personagem fictício Oswaldo Padroso, inspirado em personagens reais, apresentando características do fazendeiro Luís Bueno de Miranda, de Oswald de Andrade e de Paulo Prado, todos companheiros de jornadas na primeira viagem que Cendrars fez ao Brasil, em 1924³.

Assim, a arquitetura desse livro autobiográfico bem poderia ser lida como a narrativa de uma conversão. Trata-se de uma construção que parte de um ensaio-reportagem sobre o impacto do cenário brasileiro, sua paisagem, flora e fauna, em Blaise Cendrars; passa pela hagiografia de São José de Cupertino e vários outros santos, num cruzamento com suas memórias do *front*; para, através de um trem brasileiro, o “Noturno 17”, lembrar o ferimento na primeira Guerra Mundial, que o levaria à amputação da mão direita, que marca o início da sua virada de sua vida e de sua obra, evocando ainda “a noite iniciática” do Natal de 1917, em Méréville, quando o poeta renasce para a poesia escrevendo com a mão esquerda o primeiro capítulo de *L’Eubage*, culminando na conclusão de sua conversão, na narrativa romanesca sobre a fazenda de Morro Azul do personagem Oswaldo Padroso, que abandona a poesia pela vida.

O deslumbramento que a fauna brasileira provoca em Blaise Cendrars, presente nas suas narrativas de viagem, demonstra duas de suas três funções: a função *iniciática*, de conversão e renascimento, através de seu encontro com o Brasil e a função de *observação*, criando, através da descrição do observado, um capital de informação. A descrição do “verdadeiro mistério da criação” que seria o tamanduá-bandeira, no início de *Le Lotissement du Ciel*, para Cendrars evoca o caráter *iniciático* que a observação do pitoresco em sua experiência brasileira propicia na trajetória do autor, bem como a comparação do navio de retorno à França com uma arca de Noé faz pensar nesse capital de informação, usado pelo autor para a fundação de uma nova ordem poética em sua obra.

² LEROY, Claude. “Plano de voo”, posfácio in CENDRARS, Blaise. *O loteamento do céu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 435.

³ *Idem*, *op. cit.*, 1996/2011, p. 18-20.

Claude Leroy enfatiza o caráter “fundador”, função que chamamos de *iniciática*, das narrativas de Cendrars sobre a fauna brasileira nos textos que ele chama de “bestiário brasileiro de Cendrars”, que o “poeta-continente” constrói, a partir de seu encontro com o “país-continente” e suas origens⁴. Trata-se de pequenas fábulas, como, por exemplo, em *D’Oultremer à Indigo*, coletânea sobre histórias verdadeiras, ou nas diferentes narrativas de *Le Lotissement du Ciel*, em que surgem animais maléficos, como a serpente que reina como uma divindade na fazenda de Morro Azul, na terceira parte do livro, “La Tour Eiffel Sidérale”.

Segundo Leroy, o bestiário brasileiro de Cendrars mostra, por um lado, sua visão do Brasil e oferece, por outro, um retrato “oblíquo” do poeta. Entre o poeta e os animais e entre esses e aquele se dá uma identificação em “espelho duplo”. Ainda mais que os animais são para ele como “palavras animadas”, o todo formando um alfabeto, numa concepção animista da letra que confere atualidade ao totemismo. Sua paixão pelas origens e pelo renascimento, pois, num processo de identificação que cresce numa espécie de “espelho-duplo”, é representada sob a forma de uma revoada de pássaros no “verdadeiro paraíso de pássaros” que é Morro Azul, compondo na obra do escritor um bestiário fabuloso, totêmico e fundador. O Brasil é representado como este país-totem onde Orfeu abandona a imagem da fênix para escolher ser o inventor de homens, de animais e de prazeres⁵.

Cendrars descreve o saíra-de-sete-cores, em “Le Jugement dernier”, como um ser que vive da luz, um verdadeiro amuleto para quem o tenha, comparando o deslumbramento de uma revoada de sete-cores ao que ele teve, 25 anos mais tarde, quando viu a explosão do atol de Biquíni e a formação de seu cogumelo atômico, como “a imagem e o símbolo da desintegração da matéria”. Concluindo por afirmar que “tudo parece fantástico para o homem que se sente excluído da natureza e *nem* os perfumes, *nem* as cores, *nem* os sons lhe

⁴ LEROY, Claude. “Le bestiaire brésilien de Blaise”, in LAPORTE, Nadine & VIANA-MARTIN, Eden. *Blaise Cendrars- Bourlinguer en écriture: Cendrars et le Brésil. Méthode, Revue de Littératures* 12, Vallongues: 2007, p. 13-21.

⁵ LAPORTE & VIANA-MARTIN, op. cit., 2007, p. 6.

dizem mais nada.”⁶ O paradoxo “homem excluído da natureza” *versus* perfumes, cores e sons parece enfatizar sua condição de estrangeiro despaisado para quem a natureza tropical brasileira não significava nada até o momento de seu encontro, quando a narrativa da viagem assume a função de iniciação nos mistérios da natureza, de suas origens e de seu destino, evocado no outro paradoxo citado, entre a revoada de sete-cores, sinônimo de vida, e a desintegração da matéria da explosão atômica.

É a viagem que confere sentido à *Le Lotissement du Ciel*, e o encontro com a alteridade, o outro que é um duplo de si mesmo, é uma das dimensões da desterritorialização que a viagem representa e da reterritorialização que engendra, com a incorporação dessa alteridade na sua obra. Nesse sentido, a descoberta do maravilhoso na viagem ao país tropical, descrita no pitoresco das aves, por exemplo, é narrada como uma conversão mística, como numa “união mística”, dá-se o casamento do eu com o seu outro.

Em *Le Lotissement du Ciel* são pelo menos duas as viagens, que não seguem uma ordem cronológica: a primeira, em “Le Jugement dernier”, refere-se ao retorno do Brasil à França, em 1927, em que o navio *Gelria*⁷ assume o papel de lugar privilegiado da vida do autor e onde ele carrega o capital de conhecimento adquirido, representado pelos bichos exóticos carregados, para o lugar onde ele reconstituirá sua memória, escrevendo; a segunda a destacar-se é a de 1924, também ao Brasil, em que o trem, o “Noturno 17”, toma o posto de lugar de iniciação do autor, rumo à conversão que muda sua vida. Ele conclui a primeira parte do livro, escolhendo o lugar de sua morte num ponto ideal do percurso de um navio, numa latitude Sul, longitude Oeste, isto é, em alguma parte do Atlântico Sul, seu caminho rumo à fonte de seu conhecimento.

Apresenta-se na primeira parte de *Le Lotissement du Ciel* a segunda função das narrativas de viagem na obra de Blaise Cendrars: a de observação, em que ele, através da descrição do pitoresco, constitui um capital de informação. Esse capital de informação sobre o Brasil parece, à primeira vista,

⁶ CENDRARS, Blaise. *Le Lotissement du ciel*. Paris: Gallimard, 1996/2011, p. 46; CENDRARS, Blaise. *O loteamento do céu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 (trad.: Geraldo Holanda Cavalcanti), p. 33.

⁷ *Idem, op. cit.*, 2005, p. 28.

uma forma de “gasto” estilístico: de abundância de informações pitorescas, que constituiriam mais um estilo do que serviriam a um propósito particular. No entanto, pode-se levantar a hipótese de que esse estilo hiperbólico da narrativa cendrarsiana, na descrição do pitoresco da fauna brasileira, apresentado em “Le Jugement dernier”, venha a servir, com a constituição de um capital de informação, à análise da realidade observada, mediante a construção de sentidos sociológicos, por exemplo, com a criação de tipos em personagens da terceira parte do livro, “La Tour Eiffel Sidérale”. Dessa forma, o autor constrói um livro que se, em seus diferentes tipos de narrativas, pode ser lido a partir de cada parte independentemente, pode também ser interpretado como o produto da construção de um sentido que se alcança com sua leitura linear, ainda que as histórias narradas no livro não sejam lineares: o enredo se apresenta, sobretudo, de forma descontinuada, por antecipações, retrospectivas, saltos, círculos, cortes, rupturas do tempo e do espaço. Esse sentido poderia ser decifrado a partir da correlação das três diferentes funções das narrativas de viagem ao Brasil de Blaise Cendrars: seria a narrativa de uma conversão, através do mergulho no pitoresco, constituindo um capital de informação que desemboca na criação de tipos sociológicos, que criam literariamente uma síntese da análise da realidade do país pelo autor.

Mas, é a viagem que costura o sentido que o autor constrói para o livro. É como se o autor se constituísse narrador a partir da viagem: como se a desterritorialização no espaço, pela viagem, e no tempo, dado que a reconstituição se faz *a posteriori*, fosse a condição dessa reconstituição pela memória, que dessa forma torna-se um meio de reterritorialização da escrita de Cendrars.

A memória do autor, como afirma Laurence Guyon⁸, encontra uma espacialização, uma espécie de reterritorialização, diríamos nós, no Brasil, cujo espaço é tanto real como simbólico de uma conversão frustrada. No seu ponto de vista, a trajetória de Blaise Cendrars rumo a Morro Azul é representada como a ascensão fracassada de um Cristo, interrompendo assim sua conversão mística.

⁸ GUYON, Laurence. ‘La transfiguration du paysage brésilien dans “La Tour Eiffel Sidérale”’, in LAPORTE & VIANA-MARTIN. *Op. cit.*, 2007, p. 23-27.

Laurence Guyon escreve sobre a transfiguração da paisagem brasileira em “La Tour Eiffel Sidérale”⁹. Para ela, a matéria brasileira configura o objeto de *Le Lotissement du Ciel*, permitindo, segundo a autora, a inversão, o desvio dos códigos da autobiografia, da narrativa mística ou do itinerário poético, no sentido de uma narrativa que tem seu valor mais na dinâmica do ser em movimento do que do resultado. Os limites geográficos se anulam para se tornar parâmetros invisíveis, sagrados e invertidos de uma iniciação mística. A memória encontra uma espacialização, para nós, uma reterritorialização, no mapa do país-continente, que se transforma num símbolo e que fala do sonho da ascensão espiritual¹⁰.

Mas, se a viagem ao Brasil tem uma dimensão histórica atestada, a narrativa *a posteriori* parece, segundo toda verossimilhança, diz a autora, relevar de uma interpretação de si como um Cristo às avessas, cuja ascensão interrompida entre terra e céu desmente as esperanças da escatologia cristã. Cendrars transfigura a paisagem brasileira, a erode, de forma a transformá-la numa paisagem bíblica, onde, no entanto, a Paixão não aconteceu, mas um sonho de sua infância. Assim a imagem do Brasil, no texto, é, a um só tempo, realista e simbólica, mas seu *locus* é o sertão brasileiro. Para Guyon, Cendrars trabalha no sentido da derrubada do discurso religioso e da colocação em cena irônica de si mesmo, deformando as “grades espirituais” exatamente porque elas não levam a lugar nenhum no entre-dois de uma conversão sem êxito final¹¹.

Mas a conversão fracassada de que fala Guyon é uma conversão cristã, e a conversão que, no nosso ponto de vista, se realiza no livro é a conversão do poeta à vida, precedida pelo rompimento com a sua vida anterior à Primeira Guerra Mundial, com o seu abandono do vanguardismo poético por novas formas de narrativa, que o tornariam definitivamente um escritor, como ele diz, tanto em *Le Lotissement du Ciel* como em *L’homme foudroyé*, sobre a ruptura que se consoma com a descoberta de um novo mundo nas viagens ao Brasil. Essa conversão à vida trata-se de uma construção retrospectiva que equivale à

⁹ *Idem, ibidem*, p. 23-27.

¹⁰ LAPORTE, Nadine & VIANA-MARTIN, Eden. “Cendrars et le Brésil/Introduction,” in LAPORTE & VIANA-MARTIN, *op. cit.*, 2007, p. 6.

¹¹ GUYON, *op. cit.*, 2007, p. 27.

conversão a um novo mundo, um mundo das fronteiras da civilização que transforma definitivamente sua obra, desterritorializando-a através de introdução de sua alteridade no cerne de sua obra, e reterritorializando-a pela própria recriação de si na narrativa através da invenção artística de um novo território literário.

Cendrars concordava com a recepção do livro que qualificava de difícil a leitura da segunda parte de *Le Lotissement du Ciel*, “Le nouveau patron de l’aviation”, dizia que tinha feito de propósito, que “É o purgatório do leitor”¹². A palavra *purgatório* é significativa do universo religioso da narrativa, mistura de hagiografia com memórias de guerra, que não nos interessa tanto, pois não se passa ou refere ao Brasil, salvo numa pequena passagem. É a introdução desse texto no meio de duas narrativas referentes ao Brasil uma das razões que nos leva a levantar a hipótese de que a reunião dessas três narrativas díspares não é arbitrária e não obedece somente aos interesses editoriais, mas que Cendrars deliberadamente quis dar um sentido de conversão ao livro. Aliás, não precisaria haver uma intenção deliberada do autor, para o livro indicar a função *iniciática*, de conversão, de suas narrativas de viagem. Claude Leroy, pesquisando os originais nos Arquivos Literários Suiços, em Berna, diz que Cendrars realiza o projeto de escrever um “volume de histórias brasileiras”¹³, reunindo duas narrativas nas quais trabalhava havia muito tempo, “La Tour Eiffel Sidérale”, que começou a ser escrita com o título “Café-Expresso”, logo após seu regresso da primeira viagem ao Brasil, e a ideia de escrever sobre São José de Cupertino, que datava de 1930. Seu projeto inicial era de escrevê-las separadamente, como o que Cendrars denomina “histórias verdadeiras”. É somente em 1946, que, respondendo a pedido de originais para publicação, ele pensa em reunir as duas narrativas num mesmo volume, mas esse primeiro projeto fracassa e ele se decide a trabalhar no projeto brasileiro, retrabalhando essas duas narrativas no sentido de construir “um jogo de ecos, de anúncios, de chamadas e retomadas em variação”¹⁴, concluindo assim uma narrativa pela outra e incorporando essa

¹² LEROY, *op. cit.*, 2005, p. 435.

¹³ *Idem, ibidem*, p. 437.

¹⁴ LEROY, *op. cit.*, 2005, p. 437.

outra “história verdadeira” que é “Le Jugement Dernier”. Resulta essa forma rapsódica, tão particular, e longamente construída, que se torna o epíteto mesmo do novo estilo cendrarsiano.

Num pequeno trecho de “Le nouveau patron de l’aviation”, em que Cendrars faz menção ao Brasil, ele cita a história da levitação de seu companheiro de viagem, o capitão X, que seria adido da embaixada do Brasil em Paris, após ter ingerido o “*ipadu*”, droga que lhe teria sido administrada pelo dono da piroga em que viajava, quando de sua participação em uma missão pacificadora do coronel Cândido Rondon entre os índios *Murus*, em 1921, para concluir que, tal qual São José de Cupertino, nunca o capitão X declarou nada a respeito da experiência e que, portanto, trata-se de “um mistério de Deus”.

O trecho serve para Cendrars fazer uma descrição da pororoca, em que a experiência da exuberância tropical do “furacão devastador” desemboca numa comparação entre os efeitos da droga amazônica e as “tantas sensações de verdadeiro pesadelo”¹⁵ que ele teve na ocasião da amputação de sua mão direita, que seria, segundo ele mesmo, em “La Tour Eiffel Sidérale”, terceira parte de *Le Lotissement du Ciel*, o marco inicial de sua ruptura com sua vida e obra anterior ao episódio, ruptura que se consumaria na conversão que a viagem ao Brasil lhe propicia.

Apesar de “Le nouveau patron de l’aviation” se desviar da temática brasileira, a introdução do trecho sobre a pororoca e os efeitos do *ipadu* reforça a hipótese de que as narrativas de viagem ao Brasil, ainda que essa à Amazônia brasileira seja provavelmente imaginária, apresentam uma primeira função *iniciática* e uma segunda função de *observação*, com a constituição de um capital de informação, das quais *Le Lotissement du Ciel* é um exemplo. Nessa passagem, tanto a *observação* da paisagem tropical (através da descrição da fúria da natureza selvagem da pororoca) como também das manifestações culturais tradicionais dos povos indígenas brasileiros (os efeitos avassaladores do *ipadu*) e das sensações dilacerantes da dor da mutilação levam a uma experiência de desterritorialização (“et que l’esprit s’égare à vouloir suivre, situer, identifier,

¹⁵ CENDRARS, *op. cit.*, 1996/2011, p. 113-118; CENDRARS, *op. cit.*, 2005, 92-96.

localiser la survie d'une main coupée qui se fait douloureusement sentir"/ "quando a mente se perde querendo seguir, situar, identificar, localizar a sobrevivência de uma mão cortada, que se faz dolorosamente sentir")¹⁶, que é a mesma parte de uma *iniciação*, traduzida na conversão mística do autor mutilado em um ser divino, Shiva, dançando, amputado de todos os seus braços.

Em de "Le Nouveau patron de l'aviation", Blaise Cendrars compara os êxtases místicos, em que o corpo morre para o mundo, aos voos dos beija-flores, descritos em "Le Jugement Dernier": seriam como uma fusão, pela graça, da contemplação, da possessão, ele diz, da alegria e do puro amor que se dá impetuosamente e é consumido como num "incêndio de amor divino". Essa experiência corporal que tem, através da contemplação, a função de um batismo do sujeito, como numa possessão, que lhe dá acesso a um outro mundo, divino, ao qual se entrega com júbilo, é próxima da experiência que ele descreve de conhecimento do novo mundo que o Brasil representa para ele. Uma conversão mística, uma experiência divina, mas que não equivale a um encontro com o paraíso, pois esse outro território é feito de contrastes, tanto naturais quanto humanos, que colocam sempre em risco a aventura do estrangeiro: trata-se de um encontro místico que se realiza pelo *desvio*, um desvio que é como morrer para um mundo já conhecido.

Consideramos que a transfiguração da paisagem brasileira em *Le Lotissement du Ciel*, é um aspecto fundamental do livro como um todo, não só em "La Tour Eiffel Sidérale"¹⁷, como demonstra a desterritorialização da narrativa de "Le nouveau patron de l'aviation" no trecho citado anteriormente e seu relato de viagem de "Le Jugement Dernier". Concordamos com Laurence Guyon de que a inversão dos códigos convencionais das narrativas autobiográfica, mística ou poética, se verifica em narrativas que têm seu valor mais na dinâmica do ser em movimento do que do resultado. Nossa hipótese é que as narrativas autobiográfica, mística ou poética se submetem às narrativas de viagens; em que, também estamos de acordo com Guyon, os limites geográficos se anulam

¹⁶ CENDRARS, *op. cit.*, 1996/2011, p. 116-117; CENDRARS, *op. cit.*, 2005, p. 95.

¹⁷ GUYON, *op. cit.*, 1997, p. 23-27.

para se tornar parâmetros invisíveis, sagrados e invertidos de uma iniciação mística.

Com isso, a memória encontra uma espacialização, como uma reterritorialização, diríamos nós, que se dá através da experiência no Brasil, que se transforma num símbolo, e que se fala do sonho da ascensão espiritual¹⁸, é, sobretudo, para nós, símbolo da conversão bem sucedida de Blaise Cendrars a um novo projeto literário, projeto que toma a forma de um mito constantemente renovado em sua obra posterior a 1924, o mito do Brasil como espaço *iniciático* de sua escrita.

Observa-se, ainda, no trecho em que fala do Brasil de “Le nouveau patron de l’aviation”, a terceira função que encontramos em suas narrativas de viagem ao Brasil: a da *análise*, com a elaboração de *tipos*, como o recorrente em suas narrativas sobre o Brasil do letrado com pretensões literárias, no qual ele descreve características culturais observadas, particularmente, no meio intelectual no qual Blaise Cendrars circulou no Brasil. Com frequência, esses tipos sintetizam suas análises da situação histórica, social e econômica do país.

O capitão X..., adido da embaixada do Brasil em Paris, seria um autor de romances, em que evocaria a vida passada do país, numa sintaxe complicada e num rico vocabulário romântico, obcecado pelo “Inferno Verde”, em suas noites de insônia e de malária. Destaca-se nesse personagem a nostalgia de um país perdido que encontramos em *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, seu anfitrião nas três viagens que fez ao país e personagem central nas suas obras referentes ao Brasil, não só como personagem histórico, mas também como fonte para a criação de personagens fictícios. A nostalgia e a melancolia atribuídas por Paulo Prado ao seu *tipo* do brasileiro surgem em diversas ocorrências na obra cendrarsiana, apesar de que em outras passagens ele critica o pessimismo do perfil sociológico elaborado pelo amigo.

O *tipo* brasileiro de maior notoriedade que Blaise Cendrars construiu é Oswaldo Padroso, personagem fictício que deve seu nome a uma homenagem aos dois amigos, Oswald de Andrade e Paulo Prado, dos quais apresenta certas

¹⁸ LAPORTE & VIANA-MARTIN, *op. cit.*, 2007, p. 6.

características, que o acompanharam à viagem pelas fazendas do interior do estado de São Paulo, mas, que lhe serve, sobretudo, para descrever o fazendeiro Luís Bueno de Miranda e elaborar o *tipo* do paulista. Viagem que lhe daria um dos principais cenários para a transfiguração da paisagem brasileira, com a recriação da fazenda Morro Azul, em “La Tour Eiffel Sidérale”, como o “refúgio dos pássaros”. Oswaldo Padroso é descrito como um bacharel, admirador da França, eremita, livre-pensador, positivista, romântico, nostálgico e melancólico, que escreve versos para uma eterna paixão secreta e solitária, a atriz Sarah Bernhardt, e descobre uma constelação no céu de Morro Azul, a constelação da “Tour Eiffel Sidérale”, cuja descoberta seria um presságio da vitória francesa na batalha de Marne na Primeira Guerra Mundial.

A descrição de Oswaldo Padroso pelo amigo paulista de Cendrars, Caio de Azevedo, dá ocasião à função de observação do pitoresco das características do “brasileiro” como a tendência ao exagero e à paixão, que seria como uma doença nos trópicos, creditados ao clima e à natureza exuberante, destacando a quantidade de bacharéis e de poetas devotados à França, chamados de “doutor”, e de proprietários de terras e rufiões chamados de “coronéis”, na primeira República. O que se, por um lado, demonstraria o caráter apaixonado do “brasileiro”, por outro, seria a causa de a poesia brasileira ser “sempre redundante e vazia”, salvo as exceções que seriam as “canções populares admiráveis”, pois só os negros seriam verdadeiros poetas no Brasil, apesar de serem analfabetos.

Observam-se nesse trecho as funções de observação e de análise que as descrições de viagens assumem na obra de Cendrars, especialmente a admiração pelas manifestações culturais dos negros, cujo valor ele ressalta ao recomendar sua preservação como patrimônio do país nos estatutos da Sociedade dos Amigos dos Monumentos do Brasil, redigidos por ele em 1924.

Na terceira parte de *Le Lotissement du Ciel*, “La Tour Eiffel Sidérale”, narrativa em forma de romance, Morro Azul teria sido construída na expectativa da vinda de D. Pedro II, que não teria a teria visitado, mas segundo o historiador Alexandre Eulálio, o imperador não só teria se hospedado lá, em 1886, como

teria se banhado na banheira-piscina em mármore de Carrara que Cendrars descreve a seguir. O trecho dá a oportunidade para Cendrars fazer uma digressão sobre os paulistas, vistos como “individualistas e chauvinistas”, “patriotas ardorosos”, “desbravadores” que foram “o núcleo formador desse imenso Brasil”, junto com os negros escravos que seriam a “fonte da atual riqueza do Brasil”, o café, “povo suscetível” e com tendência à revolta, do qual o imperador não gostava, o que seria uma das razões da queda da monarquia, ao que acrescenta uma crítica ao suposto racismo de D. Pedro II, creditado à influência de Gobineau sobre ele.

Note-se que, mais uma vez, Cendrars aproveita a ocasião para manifestar sua opinião sobre a importância dos negros na formação do país e em seu progresso. O trecho termina com a conclusão de que a opulência da arquitetura de Morro Azul é o “último vestígio dessa época de grande esperança” que teria sido o apogeu do ciclo do café antes de sua marcha para o oeste paulista, à qual se seguiu a “grande desilusão” na qual vive o personagem Oswaldo Padroso, mas que se vê também no Paulo Prado, herdeiro dos grandes cafeicultores paulistas, de “A paisagem”, em *Paulística*, em que a desolação que a destruição do ambiente primitivo dá o tom melancólico da epopeia paulista, e do “Ensaio sobre a tristeza brasileira” em *Retrato do Brasil*, em que também o saudosismo do passado glorioso domina .

Cendrars descreve o Brasil a partir dos contrastes tanto naturais quanto culturais de sua formação, definindo desta forma o caráter dos brasileiros. Assim, ele abre “La Tour Eiffel Sidérale” com a descrição do paraíso dos beija-flores que seria Morro Azul, que logo contrasta com “a natureza hostil” da paisagem “grandiosa e devastada”. Observe-se que o tema da devastação da paisagem também está presente na obra de Paulo Prado.

A transfiguração da paisagem brasileira numa “natureza hostil” lhe serve para analisar o *tipo* do brasileiro, para cuja formação a contribuição indígena seria “tão nociva quanto a cocaína”, conclui o próprio autor-narrador, comparando Caio de Azevedo, personagem inspirado em Yan de Almeida Prado, às serpentes que “pululam” no país, mas cuja hipocrisia, as indiscrições e a

picardia faziam dele um contador de histórias que lhe valia mais ao conhecimento da história e dos costumes do país do que os livros de historiadores e economistas .

A “natureza hostil” do Brasil é relacionada com as “amizades impuras e inquietantes” do país, comparadas aos poderes diabólicos do veneno das orquídeas. O interessante é que esses signos invertidos, como o “veneno” de Caio de Azevedo, como a “natureza hostil” do Brasil, o guiam no conhecimento da história e dos costumes do país, através de sua própria inversão de valores: pelo *desvio*, perdendo-se, Blaise Cendrars “descobre” o país.

O Brasil não é descrito como um paraíso, mas como um país perigoso, de contrastes simultâneos, entre forças vitais e forças destrutivas, cuja natureza, como seu clima tórrido e seu gigantismo, faz do brasileiro uma vítima. Vítima do amor e do ciúme, cuja tagarelice e a tendência a se gabar de seus triunfos fictícios mascaram a profunda melancolia de homem perdido, impotente e inútil, condenado à indolência, à fadiga e à desorientação de seu antepassado, o “intrépido pioneiro”, que “se deixava morrer como um selvagem”. Indagando se se trataria de “mentalidade de crioulo ou arraigado atavismo português”, repete vários clichês sobre a indolência e a melancolia que o brasileiro teria herdado dos indígenas, concluindo que o suicídio não só é um costume indígena como “habita a floresta virgem”. Cendrars cria o paradoxo: o excesso de vida e o suicídio estão juntos na floresta “onde, entre outros horrores, a proliferação de vida [...] é um pesadelo dia e noite.”¹⁹

É interessante, pois, pensar que uma das chaves para a compreensão da história e dos costumes do Brasil seja para Blaise Cendrars o *desvio*, e, por extensão suas representações sobre o Brasil não raro sejam *desviantes*, da transfiguração da natureza à descrição de seus personagens históricos ou fictícios. Assim, o tema do *espelhamento*, do *duplo*, levantado por autores como Claude Leroy e Maria Teresa de Freitas, pode ser lido a partir da descoberta do outro que o desvia de sua identidade original, fazendo-o perder-se na inversão

¹⁹ CENDRARS, *op. cit.*, 2005, p. 240.

tanto da natureza como da cultura tropical, para recriar-se artista, reinventando sua identidade, como um conquistador que põe em risco sua vida, embrenhando-se numa natureza hostil e selvagem.

E é essa iniciação física da conquista de um novo território que o guia da observação da natureza em suas descrições às especulações de cunho antropológico ou sociológico na construção de *tipos* e às digressões históricas, que vem justificar suas análises. Dessa forma, a descrição do *tipo* dos “crioulos miliardários do ultramar”, com seu misto de otimismo e pessimismo, sua lassidão, numa comparação com os conquistadores, o leva a uma divagação sobre a história do empreendimento comercial nas colônias, citando Minas Gerais, a monocultura e a escravidão, para concluir que nunca houve um paraíso, que o homem é o lobo do homem e que o resultado da aplicação da razão à vida dos homens é catastrófico, uma crítica não só ao fracasso da razão diante das ideologias antagônicas do pós-Segunda Guerra, mas ao mundo desenvolvido, especialmente o europeu, sua racionalidade, sua mania de grandeza, sua submissão ao dinheiro, com a equiparação do homem a Deus que resulta na guerra, tudo com o que rompe, a partir do episódio da Primeira Grande Guerra, mas sobretudo com a viagem de 1924 ao Brasil, que marca a virada de sua obra²⁰.

Cendrars chama os iluministas de “bestas quadradas”, acusando a estupidez da fé na ciência e a falsidade de seu mito do “bom selvagem”, pois, assim como não acredita em paraíso, tampouco crê na inocência e na virtude originais dos primitivos, o que afasta suas representações do Brasil daquelas, por exemplo, encontradas em *Brasil, país do futuro*, de Stefan Zweig. Blaise Cendrars não oferece uma solução aos problemas da humanidade. Para ele, todas as civilizações sucumbiram ao dinheiro, considera o homem um ser maléfico, diz que o “gênero humano está fodido”²¹, não acredita no progresso da humanidade e mesmo o cenário da chamada “Modernidade”, que é um dos temas de sua obra, como as fábricas, seriam, para ele, no futuro “uma espécie de

²⁰ CENDRARS, *op. cit.*, 1996/2011, p. 287-295; CENDRARS, *op. cit.*, 2005, p. 240-247.

²¹ *Idem*, *op. cit.*, 1996/2011, p. 295; *Idem*, *op. cit.*, 2005, p. 247.

museus da barbárie e da superstição”²². Tampouco Cendrars acredita nas vanguardas e no engajamento dos intelectuais, apontando como razão de sua partida como um vagabundo para o Brasil, em 1924, a previsão do que sucederia na Europa com o alinhamento dos intelectuais às ideologias reinantes. A esse estado de coisas, ele escolhe a vagabundagem, a solidão da ação direta e do desprendimento das coisas materiais, que estariam presentes, segundo ele, na conversão aos preceitos de São João da Cruz, de que trata a segunda parte de *Le Lotissement du Ciel*, “O novo patrono da Aviação”, mas, especialmente, na sua opção “por retomar a tradição dos viajantes desinteressados como Alexandre von Humboldt, Von Spix e Von Martius, Saint-Hilaire, Debret, Lund”, cujo interesse no país partiria de sua curiosidade, amor pelo país ou para escrever um livro sobre ele²³.

A despeito de ter vindo ao Brasil não só com a intenção de fazer negócios com o café e escrever reportagens sobre o país²⁴, Blaise Cendrars diz em “La Tour Eiffel Sidérale” que não tinha intenção de escrever um livro, ressaltando sua opção romântica, segundo ele mesmo, pela aventura nos confins do mundo civilizado, pela liberdade e solidão, comparando a primeira com a selvageria do sertão e a segunda com a *paisagem devastada* dos campos brasileiros perto de São Paulo, expressa na sua vagabundagem nas páginas de romance de estrada desta parte do livro. O espaço brasileiro não representa, pois, para ele um refúgio paradisíaco para a situação de marginalização em que se encontrava na Europa, mas mais um território de perda, de desvio, como já dissemos, de desperdício romântico. Essa fuga romântica ao mundo desconhecido, não encontra, no entanto, um paraíso perdido, mas um território também ele, como o autor, devastado pela história. Seu relato da viagem é feito de contrastes, como da modernidade do automóvel, o recorrente tema da buzina, também encontrado nos modernistas seus amigos, as luzes da cidade de Glareola, e a nudez da serra e a desertidão das estradas. Seu niilismo e sua descrença,

²² *Idem, op. cit.*, 1996/2011, p. 295; *Idem, op. cit.*, 2005, p. 247.

²³ *Idem, op. cit.*, 1996/2011, p. 297-298; *Idem, op. cit.*, 1996/2011, 2005, p. 249-250.

²⁴ Cf. AMARAL, Aracy. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*. São Paulo: FAPESP/ Editora 34, 1997; EULALIO, Alexandre. *A Aventura Brasileira de Blaise Cendrars*. São Paulo: Edusp/ USP/ Imprensa Oficial: FAPESP, 2001.

evocando o episódio da perda do braço na guerra, marcam a ruptura que a viagem representa para ele, em síntese, o desejo de conhecer os confins do mundo civilizado e romper com tudo: “Deus meu, como é difícil a gente se desligar de tudo, romper com todos os compromissos de uma vez por todas!”²⁵, diz ele.

O rompimento de Blaise Cendrars com sua vida e obra anteriores à viagem ao Brasil surge como uma ascese mística, na narração da descoberta de um novo território literário no cenário barroco do caminho até o cume de Morro Azul, descrito como o caminho de um dançarino na corda bamba, como num sonho seu da infância, em que ao chegar no alto de um campanário, se reequilibrava sobre os braços da cruz, fazia uma pirueta e ficava de cabeça para baixo, como um Cristo invertido. Fazendo-nos lembrar da metáfora nietzscheana para a invenção de um novo paradigma filosófico ocidental, através da incorporação de filosofias orientais nas quais o irracional ocupa espaço privilegiado, que culmina na “morte” metafórica de Deus.

Para Laurence Guyon essa ascensão espiritual de Blaise Cendrars fracassa e Morro Azul seria o lugar de realização e não realização de uma escalada mística na qual o escritor se encontra petrificado num entre-dois imperfeito e não chega ao seu fim, o que caracterizaria a frustração da conversão mística do poeta, que não alcança encontrar Deus no céu²⁶. O último trecho da estrada que leva a Morro Azul, essa corda-bamba comparada à “montanha dos mil budas”, em que Cendrars se encontra num equilíbrio estável, termina, pois, numa paródia da ascese de Cristo a um mundo superior, com o poeta menino invertido, numa alusão, a nosso ver, à sua conversão bem sucedida a um mundo às avessas do mundo racional europeu em que vivia, conversão que toma o lugar de uma iniciação mítica no Brasil, constantemente renovado em sua obra, particularmente em *Le Lotissement du Ciel*. A teatralização de seu caminho literário e do cenário brasileiro como uma ascese invertida a um mundo às avessas, transfigurado num lugar selvagem e devorador, se dá, pois pelo desvio, pela inversão de sinais com aquilo que era a sua herança, a tradição herdada pelo

²⁵ CENDRARS, *op. cit.*, 1996/2011, p. 300; CENDRARS, *op. cit.*, 2005, p. 251.

²⁶ GUYON, *op. cit.*, 2007, p. 25-26.

escritor. Num equilíbrio instável, ele termina por escolher a posição invertida como seu lugar de fala.

Le dernier raidillon, une forte rampe en remblai, une côte droite et tendue comme une corde de saltimbanque nouée au sommet d'un clocher un jour de foire ou de marché au village et sur laquelle un homme avance en équilibre instable, à peine assuré par son balancier – le danseur de corde ! un rêve que j'ai souvent vécu durant mon enfance, et, arrivé au sommet du clocher, je faisais un rétablissement sur les branches de la croix, une pirouette à la place du coq doré, les pieds en l'air, la tête en bas, et la terre avait disparu, la terre, le clocher, les toits, la place, le forail, il n'y avait plus qu'un vide en bas, et je n'avais pas le vertige, et je planais dans le vide délicieusement comme la lune la tête en bas, les pieds en l'air ! – le dernier raidillon, très raide, débouchait en plein ciel, en balcon, sur une espèce d'esplanade suspendue, une table de rocher chauve dominant la vallée du Tiété et les lumières éclaboussantes de Glaréola nageant dans ses méandres, à mille mètres de profondeur, l'horizon en face, sur l'autre rive, bouché par la silhouette de la Serra de la Cascade du Chien, découpée en dos de baleine échouée et qui faisait écran noir sur le ciel étoilé, et quand, tournant le dos à cette poche occidentale grouillante de lumières électriques et d'étoiles, on cherchait à s'orienter, on se trouvait perdu au fond d'un cirque rempli de lune, en tête à tête avec des montagnes sourcilleuses au premier plan, tout un massif amphithéâtre de forêts et de plantations nichées en gradins sur différents plans et à différents étages que l'on devinait plus ou moins proches ou éloignés et où devaient mener les sombres ravines noires, les coulées de forêt figée comme des coulées de lave pétrifiée qui cimentaient les différents reliefs aux différents niveaux, tout ce massif crayeux et charbonneux sous la lune diffuse, compartimenté et distribué comme sur une vieille gravure italienne la solitude des Camaldules ou sur une ancienne estampe chinoise la montagne aux milles Bouddhas, scénographie baroque, tourmentée, fouillée, où des chemins, des pistes, des sentiers enduits de lune serpentaient dans toutes les directions, allaient se perdre dans les lointains, et, par une large échancrure et comme à travers une vitre qui s'y adaptait exactement, on découvrait un autre plan du ciel criblé d'étoiles, mais ternies et poussiéreuses, peintes comme sur une toile de fond fripée, ridée, trop vaste,

détendue, et désamidonnée, ayant trop servi et entre les craquelures de laquelle et la trame usée à force d'avoir été enroulée et déenroulée comme celle d'un panorama dans la vitrine d'une agence de voyages je voyais scintiller des petites lumières à éclipse qui n'étaient pas les petites ampoules versicolores d'une publicité quelconque, ni des milliards de lucioles qui palpitaient cette nuit partout où je posais les yeux, mais celles d'un train en marche au fin fond de l'horizon nord, se déplaçant le long des crêtes successives et invisibles mais qu'il dessinait par son cheminement, clignotant dans l'éloignement et dont je croyais percevoir l'essoufflement de la locomotive [...] ²⁷.

Bibliografia

AMARAL, Aracy. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*. São Paulo: FAPESP/ Editora 34, 1997.

CENDRARS, Blaise. *Le Lotissement du ciel*. Paris: Gallimard, 1996/2011, p. 46

_____. *O loteamento do céu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 (trad.: Geraldo Holanda Cavalcanti).

²⁷ CENDRARS, Blaise. *Op. cit.*, 1996/2011, p. 306-307; CENDRARS, Blaise. *Op. cit.*, 2005 (tradução Geraldo Holanda Cavalcanti), p. 256-257: "O último serro, uma acentuada rampa de aterro, uma subida reta e lisa como uma corda de saltimbanco amarrada numa torre de igreja num dia de festa ou de feira, sobre a qual um homem avança em instável equilíbrio, ajudado apenas pela vara que sustenta – o dançarino da corda bamba! Um sonho que tive quantas vezes na infância, chegava ao alto da torre me reequilibrava sobre os braços da cruz, fazia uma pirueta no lugar do galo dourado, ficava de pernas para o ar, olhava para baixo, mas a terra havia desaparecido, a terra, a torre, os tetos, a praça, a feira, no seu lugar o vazio, e eu não tinha vertigem, e planava no espaço deliciosamente, como a lua, de cabeça para baixo, de pernas para o ar! – o último serro, bem em pé, desembocava no céu, num balcão, numa espécie de esplanada suspensa, uma mesa de pedra polida dominando o vale do Tietê e as luzes salpicadas de Glareola nadando nos meandros, a mil metros de profundidade, o horizonte do outro lado, na outra margem, tapado pela silhueta da serra da Cachoeira do Cachorro, recortada como o dorso de uma baleia encalhada, fazendo um biombo negro contra o céu estrelado, e quando, virando as costas a esse bolsão ocidental fervilhante de luzes elétricas e de estrelas, eu procurava me orientar, encontrava-me perdido no fundo de uma arena banhada de lua, de cara para as alterosas montanhas do primeiro plano, todo um maciço anfiteatro de florestas e plantações alinhadas em terraços sucessivos, em diferentes planos, que se adivinhava estarem mais ou menos próximos ou afastados e aonde deviam levar os barrancos sombrios ou as manchas de floresta que escorriam como lava petrificada, cimentando os diferentes relevos e os diferentes níveis, todo esse maciço gredoso e carbonífero sob a lua difusa, compartimentado e distribuído como, numa velha gravura italiana, a solidão das camáldulas ou, numa antiga estampa chinesa, a montanha dos mil budas, estenografia barroca, atormentada, escavada, onde os caminhos, as pistas, os sendeiros besuntados de luar serpenteavam em todos os sentidos, iam perder-se nas distâncias e, por uma imensa abertura e como se nela estivesse ajustada uma vidraça, podia-se descobrir um outro plano do céu, crivado de estrelas, mas embaciadas e poeirentas, como se pintadas numa tela de fundo amarrotado, enrugado, uma tela imensa, aberta, despreparada, que tivesse servido já muitas vezes, e entre as rachaduras da qual, e a trama gasta, à força de tanto ter sido enrolada e desenrolada, como a tela de um panorama na vitrine de uma agência de viagens, eu via cintilar umas luzinhas que ora brilhavam ora se eclipsavam e que não eram as lâmpadas de algum anúncio multicolor, nem os bilhões de vaga-lumes que palpitavam essa noite onde quer que eu pusesse os olhos, mas as de um trem que passava nos confins do horizonte, ao norte, serpenteando por entre as cristas da montanha, sucessivas e invisíveis, mas que ele desenhava no caminho, como uma lagarta, piscando na distância, e do qual me parecia ouvir o arquejo da locomotiva [grifos do autor] [...]".

EULALIO, Alexandre. *A Aventura Brasileira de Blaise Cendrars*. São Paulo: Edusp/ USP/ Imprensa Oficial: FAPESP, 2001.

GUYON, Laurence. 'La transfiguration du paysage brésilien dans "La Tour Eiffel Sidérale"', in LAPORTE, Nadine & VIANA-MARTIN, Eden. *Blaise Cendrars- Bourlinguer en écriture: Cendrars et le Brésil. Méthode, Revue de Littératures 12*, Vallongues: 2007.

LAPORTE, Nadine & VIANA-MARTIN, Eden. "Cendrars et le Brésil/Introduction," in LAPORTE, Nadine & VIANA-MARTIN, Eden. *Blaise Cendrars- Bourlinguer en écriture: Cendrars et le Brésil. Méthode, Revue de Littératures 12*, Vallongues: 2007.

LEROY, Claude. "Le livre des secrets", in CENDRARS, Blaise. *Le Lotissement du ciel*. Paris: Gallimard, 1996/2011.

_____. "Plano de voo", posfácio in CENDRARS, Blaise. *O loteamento do céu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. "Le bestiaire brésilien de Blaise", in LAPORTE, Nadine & VIANA-MARTIN, Eden. *Blaise Cendrars- Bourlinguer en écriture: Cendrars et le Brésil. Méthode, Revue de Littératures 12*, Vallongues: 2007.

A desmaterialização do livro

e as novas formas narrativas

ELIANE HATHERLY PAZ¹

Em pesquisa inédita² sobre o mercado do livro digital no Brasil, realizada pela Câmara Brasileira do Livro durante o 4º Congresso Internacional CBL do Livro Digital, em maio de 2013 – com uma amostra de editores que representa 54% do mercado brasileiro –, 68,25% deles responderam que sua editora já comercializava livros em formato digital. Já a segunda edição da pesquisa *Produção e Vendas do Setor Editorial*,³ realizada no mesmo ano, apontou que foram vendidos R\$3,35 milhões em *e-books* em 2012, o que equivaleria a apenas 0,29% do faturamento total do segmento de Obras Gerais das 197 editoras analisadas. Percebe-se, com esses dados, que o Brasil ainda está muito longe dos números encontrados nos EUA, onde a porcentagem da receita total com vendas de *e-books* registrada entre suas 12 a 15 maiores editoras comerciais, em 2011, ficou entre 18% e 22% (THOMPSON, 2013:350).

¹ **Eliane Hatherly Paz** | Doutora e Mestre em Letras, ambos pela PUC-Rio. Graduada em Comunicação Social/Jornalismo (PUCRio), pós-graduada em Docência do Ensino Superior (UNESA) e em Assessoria de Comunicação (UniverCidade). Possui especialização em Book Publishing - Formação Executiva na Indústria do Livro (FGV-RJ) e em Book Publishing (NYU). Bolsista Capes PDEE entre maio e setembro de 2011 (École des Hautes Études en Sciences Sociales/EHESS - Paris/França). Integrou a equipe de pesquisadores da Cátedra UNESCO de Leitura PUC-Rio de Março de 2007 a Março de 2012. Coordenadora e Professora da pós-graduação lato sensu “A Produção do livro: do autor ao leitor” na CCE/PUC-Rio (2006-2007; 2009-2011). Professora-Tutora de Comunidades de Aprendizagem Online, na CEAD/UNIRIO (Bolsista Capes), entre 2013 e 2014. Atua principalmente nos seguintes temas: história, produção e mercado editorial; história da leitura; novas tecnologias da informação e comunicação; educação on line; formação de professores.

² http://www.congressodolivrodigital.com.br/site/imgs/arquivos/resultado_cbl_4_congresso.pdf

³ Pesquisa encomendada pelo SNEL (Sindicato Nacional dos Editores de Livros) e pela CBL (Câmara Brasileira do Livro) para a FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), sobre a evolução do mercado no período 2011-2012, e divulgada em agosto de 2013.

Mas esse é um cenário que sinaliza mudanças rápidas. Ainda na pesquisa realizada pela CBL, 46,3% dos entrevistados confirmaram que a editora em que trabalhavam (ou eram donos) tinham uma equipe (de até 5 pessoas) dedicada aos livros digitais em todos os aspectos: produção, conversão, divulgação, distribuição etc. 37,04% disseram que a produção ou conversão dos livros digitais era feita por equipe interna. Das editoras que ainda não trabalhavam com publicação digital, 58,82% alegaram que o motivo para adiarem a entrada nesse mercado era técnico: se sentiam inseguras quanto ao formato a utilizar ou ainda não tinham conhecimento suficiente do mercado. As distribuidoras digitais e as livrarias que possuíam suas próprias plataformas digitais (como a Saraiva, a Cultura) dividiam a preferência entre os editores que estavam investindo em publicação digital: 52,38% e 58,73%, respectivamente.

No outro lado da cadeia produtiva do livro, a terceira edição da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*⁴, realizada entre 11 de Junho e 3 de Julho de 2011 pelo Instituto Pró-Livro com 5.012 entrevistados, para medir o comportamento do leitor brasileiro, apontou que, à época, apenas 7% deles utilizavam a internet para baixar ou ler livros. E que 82% nunca haviam lido um e-book ou livro digital, apesar de 30% dos entrevistados já terem ouvido falar de *e-books* e livros digitais e 39% acessarem a internet pelo menos uma vez por semana.

Desde outubro de 2012, porém, a realidade dos livros digitais no Brasil vem sofrendo uma revolução. Segundo o *Global eBook*⁵, um dos relatórios mais completos sobre o mercado de livros eletrônicos no mundo, compilado pelo jornalista e consultor de cultura austríaco Rüdiger Wischenbart, esse mercado cresceu mais de 110%. Apple, Amazon, Google e Kobo estão por trás deste número. Primeiramente a Apple, em outubro – e em seguida as outras três, em dezembro –, chegaram ao Brasil com sua oferta de livros digitais a preços competitivos. É a Apple, através da sua loja de livros digitais – a *iBookStore* –, quem encabeça a oferta de livros digitais no país: são 18 mil títulos disponíveis contra 15,8 mil da Amazon. Mas é a varejista americana, porém, quem assinou contrato com a Companhia das Letras, a Globo Livros, a Ediouro e a DLD –

⁴ <http://www.imprensaoficial.com.br/retratosdaleitura/RetratosDaLeituraNoBrasil3-2012.pdf>

⁵ http://www.wischenbart.com/upload/Global-Ebook-Report2013_final03.pdf

responsável pelos livros digitais da Objetiva, Record, Rocco, Planeta, Sextante, LPM e Novo Conceito⁶ – ou seja, com as maiores editoras brasileiras, deixando para sua principal concorrente livros em domínio público ou *bestsellers* pagos apenas em dólar.

Após essa breve introdução mercadológica faz-se necessário, antes de iniciarmos nossas reflexões, definir alguns conceitos do universo digital com os quais trabalharemos: entende-se aqui como *livro em formato digital* (ou o anglicismo *e-book*) “qualquer conteúdo de informação, semelhante a um livro em formato digital que pode ser lido em equipamentos eletrônicos tais como computadores, PDAs, leitor de livros digitais ou até mesmo celulares que suportem esse recurso”⁷; e, como *literatura eletrônica*, aquela “nascida no meio digital, um objeto digital de primeira geração criado pelo uso de um computador e (geralmente) lido em uma tela de computador”⁸. Ou seja, o *e-book* é uma resposta do mercado editorial à revolução digital. Mas ele ainda está preso à materialidade dos livros, a quem se referencia não só na paginação linear como em sua aparência, chegando até mesmo a reproduzir o som de ‘virar a página’ na tela do leitor digital.

‘Livro’ na tela x Livro impresso

Para além do desafio de vender mais conteúdo digital, o atual mercado editorial depara-se com um outro, inédito: como lidar com a desmaterialização do livro impresso e as novas formas de se contar uma história? Em sua obra sobre *Os desafios da escrita*⁹, Chartier ressalta que a revolução do texto digital está causando grandes rupturas na ordem do discurso. Se antes nós leitores nos relacionávamos de formas diferentes com o texto a partir da materialidade de seu objeto (uma carta, um jornal, um livro), com a textualidade eletrônica já não distinguimos mais esses “critérios imediatos, visíveis, materiais” que nos

⁶ <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/11/editoras-brasileiras-fecham-acordo-com-amazon-para-venda-de-e-books.html>

⁷ <http://www.spell.org.br/documentos/ver/17691/uma-analise-do-comportamento-do-consumidor-na-adocao-de-inovacaotecnologica--uma-perspectiva-brasileira-dos-livros-eletronicos/i/pt-br>

⁸ HAYLES, Katherine. *Literatura eletrônica*: novos horizontes para o literário, p.20.

⁹ CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: UNESP, 2002.

permitted “distinguir, classificar e hierarquizar os discursos” (CHARTIER, 2002:22-24). A consequência: se torna mais difícil a percepção da obra como obra, como identidade textual singular.

A revolução do nosso presente é, com toda certeza, mais que a de Gutenberg. Ela não modifica apenas a técnica de reprodução do texto, mas também as próprias estruturas e formas do suporte que o comunica a seus leitores. O livro impresso tem sido, até hoje, o herdeiro do manuscrito: quanto à organização em cadernos, à hierarquia dos formatos (...); quanto, também, aos subsídios à leitura: concordâncias, índices, sumários etc. Com o monitor, que vem substituir o códice, a mudança é mais radical, posto que são os modos de organização, de estruturação, de consulta do suporte do escrito que se acham modificados. Uma revolução desse porte necessita, portanto, outros termos de comparação. (CHARTIER, 1994:187)

Em resumo, se o segundo milênio viu o nascimento, a ascensão e a hegemonia do livro sob a forma que nos é familiar, no terceiro milênio, com a revolução digital, pela primeira vez deixamos de tratar o livro como papel e passamos a percebê-lo como uma *tecnologia*. Esse é o mote para o livro *Mercadores de cultura*¹⁰. Nele, o professor de sociologia de Cambridge, John Thompson, parte de dados do mercado editorial de língua inglesa dos EUA e da Grã-Bretanha para analisar os reflexos da era digital na cadeia produtiva do livro e conclui que:

(...) na verdade, a revolução digital na indústria editorial já está acontecendo há muitos anos. *E-books* fazem parte de uma transformação mais profunda que remonta à década de 1980 e que atinge o âmago dos negócios editoriais – o que eu chamo de “revolução oculta”. Não é tanto a revolução no produto, mas uma revolução no processo (THOMPSON, 2013:354).

¹⁰ THOMPSON, John B. *Mercadores de cultura: o mercado editorial no século XXI*. São Paulo: UNESP, 2011.

Essa “revolução oculta” de que fala Thompson libertou o texto de sua materialidade, fazendo do livro um arquivo digital disponível para ser lido em qualquer formato exigido pelo mercado. Voltando a Chartier:

A originalidade e a importância da revolução digital apoiam-se no fato de obrigar o leitor contemporâneo a abandonar todas as heranças que o plasmaram, já que o mundo eletrônico não mais utiliza a imprensa, ignora o ‘livro unitário’ e está alheio à materialidade do códex. (CHARTIER, 2002:24).

Diante dessa nova realidade, algumas questões se impõem: a metamorfose do livro impresso em conteúdo digital significa, então, o nascimento de um novo tipo de literatura? De um novo tipo de autor? De um novo tipo de leitor? De um novo tipo de editor? Sigamos por partes!

e-literatura

Enquanto os *e-books* ainda imitam as características do códice, a literatura eletrônica que circula única e exclusivamente na web 2.0 experimenta outras linguagens e recursos, modificando não só os modos de ler, como também de escrever. No entanto, ao contrário da enxurrada de análises e previsões sobre os efeitos da digitalização no mercado editorial, as pesquisas e os estudos sobre essas linguagens e recursos ainda é escassa. Em uma obra pioneira sobre o tema, intitulada *Literatura eletrônica*¹¹, Katherine Hayles, crítica literária e professora da Universidade da Califórnia, realiza, em cinco capítulos, uma pesquisa sistemática e abrangente sobre a e-literatura, buscando identificar seus principais gêneros e questões teóricas centrais.

Hayles dedica-se, no primeiro capítulo, a explorar e compreender as especificidades dos meios digitais. A autora principia conceituando a literatura eletrônica como “nascida no meio digital, um objeto digital de primeira geração criado pelo uso de um computador e (geralmente) lido em uma tela de

¹¹ HAYLES, Katherine. *Literatura eletrônica: novos horizontes para o literário*. São Paulo: Global ; UPF, 2009.

computador” (HAYLES, 2008:20). A literatura eletrônica, ou digital, ou ciberliteratura, ou hiperliteratura – as nomenclaturas são muitas! – seria também excludente da literatura impressa digitalizada.

Hayles passa, em seguida, a elencar os gêneros literários eletrônicos, cuja primeira especificidade é não poderem ser acessados “até que sejam desempenhados por um código propriamente executado”, fundamental, segundo ela, para o leitor “apreciar sua especificidade como uma produção técnica e literária”. E conclui: “Não é surpreendente, então, que alguns gêneros venham a ser conhecidos pelo software utilizado para criá-los e executá-los”, como o *Storyspace*, programa fundamental para a primeira fase de desenvolvimento da literatura digital que deu origem, segundo Hayles, a dois “clássicos” da literatura eletrônica: *Afternoon, a story*¹², de Michael Joyce (1992) e *Patchwork Girl*¹³, de Shelley Jackson (1995), em que as histórias eram publicadas em CD-Roms, e constituem a “primeira geração” ou o “período clássico” da literatura eletrônica. No atual período, o “contemporâneo”, Hayles agrupa a produção e-literária em:

- E-books, ficção hipertextual e poesia digital, dentro e fora da web;
- Poesia animada por Flash e outras plataformas;
- Instalações de arte computadorizada que pedem leitura aos espectadores ou possuem aspectos literários;
- Personagens conversáveis, também conhecidos como *chatbots*;
- Ficção interativa;
- Romances que tomam a forma de e-mails, SMS, mensagens ou blogs;
- Poemas e histórias que são gerados por computador, tanto os interativos como os baseados em parâmetros previamente estabelecidos;
- Escrita colaborativa de projetos que permitem aos leitores contribuir com o texto de uma obra;
- Performances literárias online que desenvolvem novos modos de escrita.

¹² <https://www.youtube.com/watch?v=djlrHF8S6-Q>

¹³ <https://www.youtube.com/watch?v=KXFEqyXrbqU>

É possível visualizar exemplos desses gêneros no site da Organização Literatura Eletrônica¹⁴, criado por Hayles e sua equipe, no segundo volume da coleção *The Eletronic Literature Collection*, composta por obras de 63 países produzidas com softwares como *Flash*, *Processing* e C++. Estes trabalhos se incluem em categorias emergentes de literatura eletrônica como *geolocalização* (um exemplo dessa ferramenta é o brasileiro é “De onde vieram os homens que eu beijei”¹⁵, livro não linear criado pelo perfil identificado como Julia, onde cada capítulo é uma marcação geográfica no Google Maps, que descreve os lugares e como eram os homens que Julia beijou), e *codework* (em que os protocolos e aspectos estruturais da linguagem computacional são inseridos no corpo do texto) –, assim como outras mais tradicionais, como hipertexto e multimídia.

Voltando ao livro, no terceiro capítulo, Hayles aprofunda a discussão teórica iniciada no capítulo dois sobre a compreensão da literatura eletrônica, ao considerar que o contexto do qual ela surge é o da convergência digital, fenômeno que modificou nossa relação pessoal com as mídias que nos cercam, seja para nos comunicarmos, comprar coisas ou consumir conteúdo cultural. O ponto principal de sua reflexão é que a revolução digital nos fez evoluir de uma atitude interativa para uma postura participativa com relação às mídias eletrônicas, fazendo com que a literatura eletrônica não apenas reflita, mas *reflita sobre* a mídia da qual nasce. No quarto capítulo, a autora apresenta e discute exemplos literários dessa “retroalimentação”. No quinto e último capítulo, Hayles provoca os “céticos digitais” (como THOMPSON denomina aqueles “ligados ao tradicional livro impresso em papel”¹⁶) ao afirmar que “quase toda a literatura contemporânea já é digital”. Seu argumento é que:

(...) a literatura impressa consiste de arquivos digitais ao longo da maior parte de sua existência. A digitalidade é tão essencial para os processos contemporâneos de composição, armazenamento e produção que o meio

¹⁴ <http://eliterature.org/>

¹⁵

<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?msa=0&mid=zNmwr dxNeZuE.kwzGwN7LIV8U> ¹⁶ THOMPSON, *op. cit.*, p. 343.

impresso deveria ser devidamente considerado uma forma de produção de arquivos digitais, e não uma mídia separada da instância digital. (HAYLES, 2008:163)

Experiência brasileira semelhante à da Organização Literatura Eletrônica é o site Literatura Digital¹⁶, criado pelo jornalista e professor universitário gaúcho Marcelo Spalding, inspirado no site da *Electronic Literature Organization*. Nele podemos encontrar exemplos da produção nacional no gênero, assim como artigos e sugestões de trabalho para professores que queiram explorar o assunto em sala de aula.

e-leitura

Sabemos que a leitura, como bem afirma Roger Chartier (1998:77), é “sempre apropriação, invenção e produção de significados”. Com a revolução digital, essas ações se potencializam, liberando o leitor para percorrer narrativas híbridas e labirínticas, mas ao mesmo tempo desafiando-o a construir elos de conexão entre esses fragmentos.

Nesse sentido, para Chartier:

A revolução do texto eletrônico será também uma revolução da leitura. Ler em uma tela não é ler em um codex. A representação eletrônica de textos modifica totalmente sua condição: a materialidade do livro é substituída pela imaterialidade de textos sem lugar próprio; à contiguidade imposta pelo objeto impresso opõe-se a livre composição de fragmentos indefinidamente manipuláveis; à percepção imediata da totalidade da obra, que se torna possível pelo objeto que a contém, sucede uma navegação de longa duração nos arquipélagos textuais com margens movediças. Essas mutações comandam, inevitavelmente, imperativamente, novas maneiras de ler, novas relações com o escrito, novas técnicas intelectuais. (1995:38)

¹⁶ <http://www.literaturadigital.com.br/>

Essas “novas maneiras de ler” de que fala o historiador colocam o leitor, conseqüentemente, como co-autor dos textos eletrônicos, uma vez que lhe permite efetuar intervenções nos textos originais, tornando-os seus:

Com o texto eletrônico (...) não apenas o leitor pode submeter o texto a múltiplas operações (pode indexar, anotar, copiar, desmembrar, recompor, deslocar etc.), mas, mais ainda, pode tornar-se coautor. A distinção, claramente visível no livro impresso, entre a escrita e leitura, entre o autor do texto e o leitor do livro, apaga-se em proveito de uma outra realidade: o leitor torna-se um dos atores de uma escritura a muitas mãos ou, ao menos, encontra-se na posição de constituir um texto novo a partir de fragmentos livremente recortados e reunidos. (1995:42-43)

Para Hayles, no que diz respeito à literatura eletrônica, ainda se faz necessário um “eletramento” dos leitores para essa nova e híbrida textualidade, que agrega diversas estratégias estéticas como jogos de computador, filmes, animações, artes digitais, desenho gráfico e cultura visual eletrônica, uma vez que:

(...) a literatura eletrônica chega em cena após quinhentos anos de literatura impressa (e, naturalmente, após bem mais do que isso de tradição oral e manuscrita). Os leitores chegam a uma obra digital com expectativas formadas no meio impresso, incluindo um conhecimento extenso e profundo das formas de letras, convenções do meio impresso, e estilos literários impressos. Por necessidade, a literatura eletrônica deve preencher essas expectativas mesmo à medida que as modifica e transforma. (HAYLES, 2008:21)

Romper com esse “paradigma da página impressa” é uma das propostas fundamentais que a literatura eletrônica faz para se discutir o que a intermediação entre linguagem e código implica nas práticas de significação. Para a autora, o novo tipo de subjetividade nascido da intermediação digital, e caracterizada pela cognição distribuída, requer a criação de pressupostos

teóricos desenvolvidos fora do contexto da literatura impressa, que levem em conta “as genuínas diferenças que distinguem a literatura eletrônica da literatura impressa” (HAYLES, 2008:43).

Em outras palavras, a construção do sentido do texto depende do objeto que o contém, assim como este também interfere na produção do próprio texto e no modo como ele é utilizado. Ou, nas palavras de Roger Chartier:

(...) cada forma, cada suporte, cada estrutura da transmissão e da recepção do escrito afeta profundamente seus possíveis usos e interpretações. (...) a significação, ou melhor, as significações, histórica e socialmente diferenciadas de um texto, qualquer que seja, não podem ser separadas das modalidades materiais que o dão a ler a seus leitores. (CHARTIER, 2003: 44-46)

O e-scritor: autoria no ciberespaço

Distopias envolvendo o livro fazem parte do cânone literário de ficção científica e não são uma novidade no mercado editorial. Em 1932, o escritor inglês Aldous Huxley publicou *Admirável mundo novo* onde, numa sociedade completamente organizada sob um sistema científico de castas, o livro não existe e os seres do Mundo Novo têm seu pensamento condicionado pelo método da Hipnopédia – usada para fins educativos, morais e estabilidade social –, que os expõe, desde crianças, a sugestões que não requerem qualquer raciocínio para serem compreendidas, mas podem ser sorvidas em bloco pelo cérebro adormecido.

1984, escrito por George Orwell em 1948, trata de uma sociedade totalitária vigiada permanentemente pelas teletelas do regime opressor liderado pelo Big Brother, e onde alguns personagens passam os dias modificando registros históricos em jornais e livros, alterando assim a história sob o lema: “Quem controla o passado controla o futuro. Quem controla o presente controla o passado”.

Fahrenheit 451, escrito pelo americano Ray Bradbury e lançado em 1953, é um romance que apresenta um futuro onde todos os livros são proibidos,

opiniões próprias são consideradas antissociais e o pensamento crítico é suprimido. Qualquer um que é pego lendo livros é, no mínimo, confinado em um hospício. Quanto aos livros, são considerados ilegais e, uma vez encontrados na posse de alguém, são queimados pelos "bombeiros".

Esses três títulos são emblemáticos quanto à temática do livro como uma ameaça à humanidade... Ou melhor, do conteúdo dos livros como uma ameaça à ordem mundial... Mas até o surgimento de *A curiosa história do editor partido ao meio na era dos robôs escritores* ainda não se havia escrito uma distopia que se passasse... no mundo dos livros.

Escrito pelo espanhol José Luís Saorín, o livro conta a história de Ramón Ferrero, executivo de um importante grupo editorial cuja nova estratégia de mercado é acabar com os autores e substituí-los por textos criados por um sistema informatizado no "Centro de Produção de Escrita". Nessa distopia digital, cabe aos autores apenas colocar seu nome no texto final.

Computadores sendo utilizados para recriar experiências literárias também não são novidade. Em *Hamlet no Holodeck*¹⁷, Janet Murray – professora na Escola de Literatura, Mídia e Comunicação no Instituto de Tecnologia da Geórgia (EUA) –, relembrando seus anos na IBM na década de 1960, registra sua indignação ao ler um artigo sobre como os computadores estavam sendo usados para contar o número de palavras de cada uma das sentenças de *Guerra e Paz*, de Tolstoi. Sua revolta resultava da conclusão do texto, que se referia à literatura como “a mais formidável ‘produção de dados’ do Homem”. A respeito do uso do computador na criação literária, Pierre Lévy chama nossa atenção para “os novos horizontes do literário” proporcionados pela interatividade do meio digital:

Se considerarmos o computador como uma ferramenta para produzir textos clássicos, ele será apenas um instrumento mais prático que a associação de uma máquina de escrever mecânica, uma fotocopidora, uma tesoura e um tubo de cola.

(...) Mas se considerarmos o conjunto de todos os textos (de todas as imagens) que o leitor pode divulgar

¹⁷ MURRAY, Janet. *Hamlet no Holodeck*: o future da narrativa no ciberespaço, p. 19.

automaticamente interagindo com um computador a partir de uma matriz digital, penetramos num novo universo de criação e de leitura de signos.

Considerar o computador apenas como um instrumento a mais para produzir textos, sons ou imagens sobre um suporte fixo (papel, película, fita magnética) equivale a negar sua fecundidade propriamente cultural, ou seja, o aparecimento de novos gêneros ligados à interatividade. (LEVY, 1997:43-44)

Mas qual é a resposta dos autores à revolução digital? Desde a poesia concreta (que tem como precursor o poeta francês Mallarmé) que os escritores – primeiramente os poetas – buscaram libertar o texto da formalidade da página impressa. Nessa perspectiva, as tecnologias digitais proporcionam então novas possibilidades de criação literária e constituem a satisfação desse desejo antigo dos escritores, graças às suas potencialidades de escrita não-linear, à possibilidade de uma maior participação do leitor ou à inclusão, no corpo do texto, de elementos não verbais. Na era multimídia, os e-escritores finalmente se libertarão da forma canônica do objeto-livro, transformando o resultado de seu processo de criação em objeto 'livre'.

E-ditores

Já existem editoras dedicadas exclusivamente à literatura digital no país, como a pioneira no mercado de *e-books* no Brasil, a paulista Gato Sabido; a gaúcha Simplíssimo; e a carioca Obliq Press. Fundada em 2009 por Duda Ernanny, a Gato Sabido é parceira de 130 editoras físicas brasileiras, o que lhe proporciona um acervo de 5 mil títulos. A editora possui seu próprio modelo de *e-reader*, o *cool.er*, e vende uma média de 80 títulos diariamente. O fundador da Gato Sabido, Duda Ernanny, arrisca o palpite: de que até 2015, o livro digital já vai ter ultrapassado o físico em volume de vendas no Brasil¹⁸. Já a Simplíssimo, fundada por Eduardo Melo e José Fernandes Tavares em 2010, presta serviços a editoras e autores no mercado digital, inclusive promovendo cursos. Por fim, a Obliq

¹⁸ <http://exame.abril.com.br/pme/cases-de-sucesso/noticias/gato-sabido-desbravou-mercado-de-e-books-no-brasil?page=2>

Press, fundada por Claudio Soares, é especializada em 'engenharia editorial', ou seja, aplica tecnologia digital e social à produção do livro.

Ainda é muito cedo para se afirmar que o livro impresso deixará de existir e, com ele, a profissão de editor. Mesmo que, a cada dia, mais autores busquem a autopublicação e a edição exclusivamente digital, editoras e editores ainda são necessários. Ao menos para 52% dos entrevistados na pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (2011), que declararam acreditar que os livros impressos nunca irão acabar (continuarão a ser publicados) e irão conviver, igualmente, com os livros digitais. Para além de publicar livros, editoras e editores agregam valor real num mundo digital, seja ajudando os escritores a desenvolverem sua obra e sua carreira, seja através dos adiantamentos, seja através da estrutura mercadológica que está por trás da empresa editorial.

O desafio de ser um “editor” no século 21, em plena revolução digital, é tornar um livro *conhecido do público* em um mundo onde é a *atenção*, e não o conteúdo, que anda escasso.

Conclusão

O texto eletrônico possibilita, pela primeira vez, realizar o sonho da *biblioteca universal*: reunir em um único lugar todos os livros já publicados. Além do mais, ele encerra a distinção, nitidamente manifesta no livro impresso, entre a escrita e a leitura, entre o autor do texto e o leitor do livro, permitindo-nos, a qualquer momento, modificá-lo, reescrevê-lo, torná-lo nosso. Diante desse universo de possibilidades, é pertinente concluir esse *paper* deixando em aberto três questões formuladas por Katherine Hayles que, segundo ela, confundem as comunidades literárias atualmente: “a literatura eletrônica é realmente literatura? Os mecanismos de divulgação da internet e da Web, ao abrir a possibilidade de publicação para todos, resultarão em um turbilhão de besteiras? A qualidade literária é possível nos meios de comunicação digitais ou a literatura eletrônica é inferior ao cânone impresso?”.

Sendo as especificidades dos meios digitais ainda muito recentes, essas são questões que estarão presentes em qualquer discussão – acadêmica ou não – que se faça na próxima década, ou décadas. Rever nossas pressuposições do que a literatura pode ser e realizar é o desafio que se impõe a todos os estudantes, pesquisadores e professores de Literatura neste momento.

Referências bibliográficas:

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro – do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. *Os desafios da escrita*. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. *Formas e sentido*. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas: Mercado de Letras ; ALB, 2003.

_____. “Do códice ao monitor: a trajetória do escrito” in *Revista Estudos Avançados*. Publicação quadrimestral do Instituto de Estudos Avançados da USP, n. 21, maioagosto de 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n21/12.pdf>

HAYLES, N. KATHERINE. *Literatura eletrônica: novos horizontes para o literário*. São Paulo: Global ; UPF, 2009. 1ª edição.

MURRAY, JANET H. *Hamlet no Holodeck: o futuro da narrativa no ciberespaço*. São Paulo: UNESP, 2003.

THOMPSON, John B. *Mercadores de cultura: mercado editorial no século XXI*. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

Retratos da Leitura no Brasil – 3ª edição. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2011. Disponível em <http://prolivro.org.br/home/>

Teodoro Bicanca e sua Parnaíba imaginária:

história, memória e crítica social na literatura de Renato Castelo Branco (1948)

JOÃO CARLOS DE FREITAS BORGES (UFPI)

“Era tempo de cheia, o rio enorme crescia, as águas cresciam, as águas subindo, sangrando, comendo os barrancos, invadindo tudo. Os caboclos olhavam as roças cobertas d’água e balançavam a cabeça desencorajados - ‘a maior enchente nos últimos vinte anos’. Os vaqueiros percorriam os campos alagados e concluíam - ‘vai morrer muito gado’. Os coronéis contemplavam os carnaubais inundados e queixavam -se - ‘este ano não se apanha cêra’. Mas Teodoro se sentia Feliz. Ele amava o rio, gostava de ver suas águas poderosas invadindo tudo, vencendo tudo - vencendo o vaqueiro, vencendo os caboclos das roças, vencendo os coronéis. Ninguém podia com o Rio. Ele era mais forte que todos”.

Um dia Teodoro ouvira, em praça pública, um moço recitar os versos de um poeta. E Teodoro nunca mais esquecera aquela frase: “O Parnaíba velho monge, as barbas brancas alongando...” Sim, o Parnaíba devia ser bem velho. Que idade teria o Parnaíba? Desde quando suas águas poderosas dominavam tudo: dominavam o vaqueiro, dominavam os caboclos das roças, dominavam os coronéis? [e que idade teria a cidade de Parnaíba?] Certamente eles existiam desde o começo do mundo. A nêga Ana [velha curandeira que vivia em uma ilha, no Delta do rio Parnaíba] lhe contara um dia uma história em que o mundo todo ficaria coberto d’água, menos a barca de Noé. Devia ter sido o Parnaíba que havia enchido, invadido tudo, cobrindo o mundo. E a barca teria sido uma daquelas que passavam agora, à sua frente. E Noé devia ser um vareiro muito valente e muito forte – o único homem capaz de dominar o rio.

Teodoro estava deitado sobre uma enorme pilha de sacos de coco de babaçu, amontoados sobre a beira do rio, esperando embarque. O coco rescendia seu cheiro gostoso. Teodoro apanhou uma amêndoa, de um saco furado e pôs-se a mastigar, chupando o suco do bagaço branco. Embaixo, as águas do rio corriam. A lua estava tão bonita e tão clara que Teodoro podia ver o vermelho das águas. Os perfis das grandes barcas, paradas sobre as margens, desenhavam-se no fundo da noite. E nas barcas ele via os homens deitados como ele sobre enormes pilhas de sacas de babaçu, o leito duro dos vareiros [seus tórax endurecidos e calejados de tanto empurrarem as varas de madeira de mangue contra o próprio peito, para por em movimento suas embarcações]. Um dia ele também seria um vareiro, um vareiro forte e valente, como Noé, e haveria de conhecer o grande rio, desde o seu começo até o fim, lá no mar.

O mar era uma palavra estranha, para Teodoro. Os vareiros diziam que o mar era imenso, maior que o Parnaíba, e que tinha ondas, montanhas d’água se levantando. “Mas como podia ser uma montanha d’água”, ele se perguntava. Como é que a água podia se aguentar, empinada como um morro e não se derramar? Não. Aquilo era conversa dos vareiros, para perturbá-lo. Era potoca [mentira] também dizer que o mar era maior que o Parnaíba. Não podia haver nada maior que o Parnaíba. Um dia ele iria até o mar, para tirar a certeza. E sentia-se feliz com a ideia de poder constatar que nada era maior que o rio – o

rio que vencia os vaqueiros, que vencia os caboclos da roça, que vencia os coronéis. [e que inundava a cidade, tornando-a submissa a ele]

Teodoro cuspiu os bagaços de coco e chupou os dentes. Apanhou um novo coco, e continuou a mastigar. A lua, lá em cima, continuava iluminando tudo. Mas Teodoro começava a sentir sono. Cobriu-se com uma estopa e preparou-se para dormir, pensando no rio, velho como a cidade, velho como o mundo.

Cenas como esta são muito comuns em *Teodoro Bicanca*, o primeiro romance escrito pelo piauiense Renato Castelo Branco. Publicado em 1948 pelo *Instituto Progresso Editorial*, de São Paulo, o livro foi o escolhido do mês de dezembro daquele ano pelo Círculo Literário brasileiro, e recebeu significativa crítica nos jornais cariocas do período, que o enquadraram na chamada *escola nordestina*, situando-o esteticamente ao lado de escritores como o baiano Jorge Amado, a cearense Rachel de Queiroz, e o alagoano Graciliano Ramos. Quando da publicação de seu romance, Castelo Branco já havia escrito e lançado quatro outros livros: os ensaios *A Chimica das Raças*, *A Civilização do Couro* e *Um Plano de Política Exterior para o Brasil*, respectivamente de 1938, 1942 e 1945, e o livro de poemas *Sertões*, de 1943. Além disso, era bacharel em Direito – formado pela primeira turma da Universidade do Brasil (1937) e ocupava lugar de destaque no mercado da publicidade em São Paulo.

O objetivo principal de nossa fala é discutir a construção de uma Parnaíba sensível, com seus cenários de desigualdade social, entre os anos de 1920 e 1930, a partir das memórias de Castelo Branco que encontram vasão em seu romance. Antes de qualquer consideração é interessante que deixemos claro que a intenção aqui não é atribuir à literatura o papel de fonte privilegiada, ou de fonte especial. Ao contrário disso ela é vista como mais uma fonte – que como toda fonte possui suas especificidades de produção, disseminação e trato – dentre outras que utilizamos para analisar os sentidos que uma obra literária pode assumir, na medida em que é sempre produto do encontro entre a subjetividade do autor e do cenário de enunciação que permite a sua emergência em um determinado contexto histórico (MAINGUENEAU, 2001).

Teodoro Bicanca, conta a história de um filho de agregado de fazenda, que viera “fugido” de uma seca, no Ceará, juntamente com seu pai, para morar em uma ilha do delta do rio Parnaíba – acidente geográfico que marca a divisa entre os estados nordestinos do Piauí e do Maranhão. O Romance se desenrola na cidade de Parnaíba – uma das quatro cidades que compõem o pequeno litoral do Estado do Piauí – e possui quarenta e um capítulos que dão forma a paisagens rurais e urbanas daquela região.

A história de um pobre homem com seus encontros e desencontros torna-se o pretexto para o autor (1) nos apresentar aspectos peculiares de uma cultura piauiense – e conseqüentemente de uma identidade piauiense (da religiosidade popular, do folclore, do cotidiano e dos costumes), mas também para (2) dar visibilidade aos contrastes sociais que marcavam a cidade onde nasceu e passou os primeiros anos de sua vida. Portanto, é importante também que se explique que, apesar de termos cotejado o romance com diversas outras fontes, como almanaques, livros de memórias, cartas e jornais – não falaremos aqui de um recorte da história **DE** Parnaíba, mas da história **DE UMA** Parnaíba: aquela que foi captada pela memória do autor, e que tomou contorno nas páginas de seu romance.

Teodoro, personagem que dá nome à obra, era um menino branco e franzino, que chegara ao Piauí em meados de 1920, com apenas seis anos de idade, quando a seca obrigou seu pai a deixar de vez o Ceará e a partir em busca de sustento para a família nas águas do Parnaíba. No caminho entre a pequena casinha de palha onde moravam, no Ceará, e a fazenda de Coronel Damasceno, onde seu pai passaria a trabalhar, morreram sua mãe, sua irmã Raimunda e seu irmão Serafim. Sobrou-lhe apenas seu pai Damião e Crispim, que era um companheiro, e mais um homem cuja vida a seca havia roubado. Damião já conhecia o Piauí. Como sua família vivia em uma região limítrofe com aquele Estado, o pobre homem trabalhara por diversos anos, esporadicamente, apanhando cera de carnaúba para os coronéis da região. As terras de Damião, sempre davam bons frutos,

“mas um dia Damião começou a ficar aflito. No inverno passado não chovera. Passara-se um ano inteiro sem cair um pingo d’água. A terra ia ficando crestada. A roça não dera nada. Se aquele ano não chovesse de novo, seria o flagelo. [...] As águas do riozinho [que cercava sua velha casa de palha] que em tempos bons não passavam os joelhos, até desapareceram por completo. Os alecrins murcharam as flores, o pasto se tornara cinzento e requeimado. A cacimba [espécie de reservatório artesanal de água] secara. O Nordeste soprava dia a dia mais forte [...] O Nordeste rugia sibilante, levantando colunas de pó. Então, Damião pusera [Teodoro] nas costas e caminhara com ele, dias e dias, o sol castigando, o Nordeste rugindo, a caatinga estalando os galhos ressequidos [...]” (p. 19-20)

Na passagem, o autor narra o desespero de um homem ao ver a natureza arrancar seu alimento e o alimento de sua família. O Nordeste, nas palavras de Castelo Branco, é mais que uma região geográfica; o Nordeste é um personagem, muitas vezes sujeito e agente da miséria e do flagelo que atingiam aquelas famílias: feito um animal feroz, ele ruge! Quando não, ele funciona mesmo como sinônimo de miséria e de sofrimento: “o nordeste sopra dia a dia”. Ele era, pois, um dos vilões da trama!

O Rio Parnaíba por sua vez era o oposto do Nordeste: um outro personagem que, para o flagelado, representava a saída, a possibilidade de sobrevivência; o único que podia com o coronel, com o vaqueiro e com a cidade. Estes são, portanto, dois aspectos peculiares da escrita de Castelo Branco: primeiro, a representação maniqueísta do Parnaíba [e consequentemente do Piauí] como o *outro* do nordeste, já que só a cera de carnaúba, abundante em todo o vale do Parnaíba, conseguia ter alguma serventia, tendo uma produção crescente proporcionalmente ao calor; e a ligação quase umbilical do homem – e neste caso específico do homem que vive no Piauí – com o rio: que lhe dá sustento e possibilita a vida de todas as maneiras, que tem nele um companheiro e um protetor.

No Piauí, Damião e Crispim passaram a ser subempregados de *Coronel Damasceno*, um abastado proprietário de terras que mantinha sob seu cabresto uma horda de outros subempregados. Lá viviam de comer rapadura e farinha,

trabalhando diuturnamente para sua sobrevivência e para o enriquecimento do patrão. Os trabalhadores moravam em uma casa de palha nomeada por eles mesmos de rancho dos flagelados; o senhor, na casa de telha. O universo da propriedade rural é o primeiro espaço onde Castelo Branco denuncia a exploração e as situações humilhantes às quais eram expostos aqueles homens. Dono de várias fazendas e de um Banco na Cidade de Parnaíba, Coronel Damasceno era o protagonista destas cenas, e na trama, representa o explorador capitalista, o aristocrata corrupto, o marido infiel, enfim, o homem sem escrúpulos ou parâmetros morais, que vive do suor e do sofrimento alheios. As relações que se estabelecem entre Damião, Crispim e Coronel Damasceno, no ambiente rural, são enredadas pelo autor com o fim de criticar a exploração e a situação desumana em que os trabalhadores viviam.

Cada um deles era agregado a uma pequena gleba locada dentro da fazenda de Damasceno. O coronel lhes fornecia sementes para o roçado, enxada, machado e facão, e mantimentos para passarem até a colheita. Em troca da terra, eles davam ao coronel um terço do roçado. Os outros dois terços eles se obrigavam a vender ao patrão, que descontaria o custo das sementes, das ferramentas e do mantimento e lhes pagaria a diferença. Desta forma, para que sobrasse alguma coisa ao pobre flagelado, seria necessário que produzisse uma quantidade humanamente impossível de ser produzida, principalmente nas condições de trabalho em que vivia, o que corroborava para que se mantivesse preso à terra e ao senhor, em uma espécie de escravidão por dívida.

E isto acontecia porque não só os utensílios e as sementes eram adquiridos do latifundiário: as redes de dormir, o *cofo* para armazenar comida, o pote de barro para a água de beber, quaisquer tipos de mantimentos, sacos de algodão para a manufatura de roupas: tudo advinha da casa de telha. Àqueles que não pagassem as suas dívidas, a surra era o remédio. Para isso o Coronel contava com Nonato, Antônio Ferreira e Malaquias, seus capatazes mais antigos. Crispim enlouquecera ao perceber que jamais pagaria sua dívida com o Coronel; Malaquias teve sua filha estuprada, Damião foi espancado. As intensas situações de exploração entre senhores e agregados eram também, para Castelo Branco, um aspecto notável da cultura piauiense.

A conformação para tais situações só poderia advir de Deus, e somente com a sua força, atingida através de uma religiosidade exacerbada, os flagelados conseguiam superar a dureza da vida na fazenda de Damasceno. No romance, a sabedoria e a religiosidade populares são representadas pela negra *Siá Ana*: uma velha curandeira que possuía para tudo um remédio:

“fezes de cachorro para sarampo, fezes humanas para picada de jararaca, fezes de cavalo para golpes, fezes de porco para hemorragia, de papagaio para dor de ouvido, de galinha para espinha maligna. Ou então era a saliva, cuspe em jejum e cuspe defumado do cachimbeiro – ou a urina nas mais variadas aplicações. E quando tudo falhava, Siá Ana recorria ao infalível: a benção” (p. 47)

Todos estes elementos da cultura piauiense elencados por Castelo Branco [a relação do homem com o rio, o Piauí como sendo o outro do Nordeste, a religiosidade popular exacerbada, a intensidade e a relativa naturalização das formas de exploração, e outros, que preferimos não citar aqui por conta dos limites de nossa fala], não são originários desta obra. Na verdade, todos eles são a base retórica de um outro livro publicada pelo autor em 1942: o ensaio histórico-cultural *A Civilização do Couro*. Tendo como principal fundamento a resposta a inúmeras críticas feitas ao ensaio, *Teodoro Bicanca* é sua versão romanceada.

Mas a vida do agregado e as peculiaridades do cotidiano de uma fazenda semifeudal piauiense não são os únicos cenários do romance de Castelo Branco. A cidade de Parnaíba, com seus contrastes e suas mazelas também é explorada pelo autor, que usa o jovem *Teodoro Bicanca*, ingênuo e sonhador, filho de agregado, como bode expiatório para a vasão de suas lembranças sobre a Parnaíba de sua infância. Quando Castelo Branco fala das andanças de Teodoro na cidade, quando ele fala do cais, das prostitutas, dos vareiros e dos estivadores, é da cidade de sua infância que ele fala.

No início do século XX, a provinciana cidade de Parnaíba – onde Castelo Branco nasceu, e de onde fez emergir *Teodoro Bicanca* – tinha sua economia

baseada na exportação marítima de produtos extrativistas. O látex de maniçoba (*Manihot glaziovii*), ao lado da cera de carnaúba (*Copernicia cerifera*), do babaçu (*Orbignia martiana*), e do algodão, eram os principais gêneros de exportação piauienses¹, e seu comércio funcionou como uma espécie de alavanca para um expressivo processo de modernização ocorrido na cidade. A historiadora Júnia Rego, em sua tese² de doutoramento, elenca vários fatores que marcaram o ambiente social parnaibano no período em questão. No ponto de vista da autora, o desenvolvimento da atividade mercantil e a presença de imigrantes de diversos lugares do mundo contribuíram para um processo de remodelação urbana que atravessou a cidade na transição do século XIX para o século XX. Tal ponto de vista pode ser encontrado em outros estudos, como os de Silva³, Sousa⁴, e Mendes⁵.

O contato estabelecido com a Europa a partir das atividades comerciais de firmas como a Casa Inglesa⁶ [casa de importação fundada em meados do século XIX], por exemplo, modificou aspectos sociais e urbanísticos da cidade. Através dessas casas comerciais chegavam a Parnaíba vários produtos europeus vindos principalmente de Liverpool, na Inglaterra, e da capital francesa. Eram perfumes, espelhos, relógios de parede, sedas, casimiras, linhos, chapéus, bebidas e outros artigos que exerciam uma forte atração sobre a crescente – porém limitada – elite local. Rego, ao se referir à Casa Inglesa, afirma que coube a ela

¹ MENDES, Felipe. *Formação Econômica*. In: SANTANA, R.N.M. de (Org.). *Piauí: formação-desenvolvimento- perspectivas*. Teresina: Halley, 1995.

² RÊGO, J.M.A.N. *Dos Sertões aos Mares: História do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*, 2010, 305 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

³ SILVA, Josenias dos Santos. *Parnaíba e o avesso da Belle époque: cotidiano e pobreza (1930-1950)*, 2012, 121 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

⁴ SOUSA, Cleto S. N. *O Rádio com sotaque piauiense: História e Memória da Rádio Educadora de Parnaíba no início do século XX*, 2009, 152 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.

⁵ MENDES, Felipe. *Formação Econômica*. In: SANTANA, R.N.M. de (Org.). *Piauí: formação-desenvolvimento- perspectivas*. Teresina: Halley, 1995.

⁶ A Casa Inglesa foi uma firma de importação e exportação instalada em Parnaíba por Andrew Miller em 1849 e que a partir de 1900 passou a ser domínio da família Clark, que até hoje é proprietária do Casarão e de todos os outros bens adquiridos no início do século XX.

“introduzir no Piauí, em 1915, os produtos do petróleo, caso do carbureto, do querosene Jacaré, e da gasolina, a máquina de costura, o primeiro automóvel e o primeiro motor à diesel, dentre outras inovações que sinalizavam as mudanças de hábitos e costumes, bem como a modernização da cidade.”⁷

A perseverança da referida firma beirou os anos 1950. Entre os anos de 1939 e 1942 a exportação de cera de carnaúba – um dos principais produtos comercializados pela casa – foi crescente, chegando neste último ano à marca de 1.404.933 Kg.⁸ O poderio das famílias europeias era notável e a influência destes imigrantes associada à pujança econômica advinda do comércio, fizeram emergir das estreitas ruelas que restaram da cidade colonial, largas avenidas margeadas por palacetes em estilo eclético.⁹ Além da Casa Inglesa poderíamos citar a Casa Marc Jacob, de propriedade dos irmãos franceses Marc e Lazare Jacob, que comercializava tecidos, bebidas, instrumentos musicais e “artigos de Paris”.¹⁰ Registrando este crescimento, o *Almanaque da Parnaíba*¹¹ [o mais antigo anuário ainda em circulação no Brasil] anualmente trazia a lista de todas as firmas e casas comerciais instaladas na cidade, registrando no ano de 1926, a título de exemplo, um total de setenta e seis firmas, das quais aproximadamente trinta eram de origem estrangeira, o que para a realidade do Piauí do início do século passado era algo bastante significativo.

⁷ RÊGO, J.M.A.N. *Dos Sertões aos Mares: História do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*, 2010, 305 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p. 173-174.

⁸ CASA INGLEZA. *Diário Oficial*. Teresina, ano XII, n. 95, p. 1-96, 03 mai. 1942.

⁹ O Eclétismo caracteriza-se por buscar influência em várias regiões e em momentos distintos do passado, principalmente, revestindo fachadas e reunindo em um mesmo edifício vários estilos, utilizando-os de maneira livre e sem o rigor exigido por práticas revivalistas anteriores.

¹⁰ RÊGO, J.M.A.N. *Dos Sertões aos Mares: História do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*, 2010, 305 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p. 177.

¹¹ Fundado em Agosto de 1923 e tendo sua primeira edição em 1924, o *Almanaque da Parnaíba* é o mais antigo anuário brasileiro ainda em circulação. A ideia de uma publicação do gênero se deu em um momento de intensa efervescência econômica e cultural da cidade do litoral piauiense, pelas mãos de um grupo dirigido por Benedito dos Santos Lima (à época dono da Merceria Bembém). Cf. REGO, Junia M. A. N. *Dos Sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*, 2010, 305f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.; SILVA, J.S. *Almanack da Parnahyba: política, sociedade e cultura em revista*. In: LIMA, F. O. A.; SOUSA, C.S.N. (Orgs.) *Parnaíba: a cidade que nos habita*. Parnaíba: Sieart, 2013. p. 71-87.

O volume do comércio local transformou a cidade, e junto com as mercadorias que vieram da Europa vieram também novas sensibilidades: os gostos se modificaram, novas sociabilidades se estabeleceram, e aos poucos Parnaíba começou a organizar-se com o auxílio de equipamentos urbanos cuja presença era percebida em poucas cidades nordestinas. A Santa Casa de Misericórdia, fundada em 1896; o Grupo Escolar Miranda Osório em 1922; a Ferrovia Parnaíba/Amarração em 1923, o Ginásio Parnaibano e a Escola Normal em 1927, são exemplos contundentes de que o impulso gerado pelo comércio, já há algumas décadas, vinha reconfigurando o cenário urbano da cidade dando a ela ares modernos.

Na década de 1920 a arquitetura da cidade já era muito carregada de elementos visuais europeus. Chalés, sobrados e outros modelos arquitetônicos adornavam suas principais ruas, que aos poucos deixaram de servir às carroças para serem ocupadas pelos novos *Ford*.¹² Como foi apontado, tais mudanças estavam indissociavelmente ligadas às atividades comerciais desenvolvidas na cidade, e à presença europeia. As pessoas passavam a construir novos padrões sobre o velho e o novo, sobre o moderno e o antigo, sobre o feio e o belo, traduzindo no seu cotidiano as mudanças que a priori se materializavam na aparência das ruas: modificaram-se seus hábitos, os modos de viver e de se relacionar com o mundo. Desta forma, os meninos que antes andavam de bicicleta – os mais abastados – ou no lombo de animais e que aos feriados iam à Amarração¹³ descobriram o *football*, que até então era novidade; as escolas particulares fundadas por professoras vão aos poucos desaparecendo do cenário urbano; as casas como a da famosa *Tia Marocas*, mestra imortalizada pela obra de Humberto de Campos¹⁴, foram gradativamente substituídas por escolas

¹² Os primeiros automóveis da marca *Ford* chegaram a Parnaíba em meados da década de 1920, trazidos pela Casa Inglesa. Sobre a atuação da Casa Inglesa nas atividades comerciais de Parnaíba. Cf. RÊGO, J.M.A.N. *Dos Sertões aos Mares: História do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*, 2010, 305 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

¹³ Amarração é a atual cidade de Luís Correia, no litoral do Piauí, que se emancipou de Parnaíba em 1938. Em narrativas memorialísticas de parnaibanos do período, é sempre muito comum encontrarmos as idas à praia como atividade de lazer. A título de exemplo, podemos citar: CASTELO BRANCO, Renato. *Tomei um Ita no Norte* (memórias). São Paulo: L R Editores, 1981.; LIMA REBELO, Goethe Pires. *Tempos que não voltam mais: crônicas sobre a Parnaíba antiga*. Rio de Janeiro: ADOIS, 1984; e CAMPOS, Humberto. *Memórias*. São Paulo: Opus, 1983.

¹⁴ CAMPOS, Humberto. *Memórias*. São Paulo: Opus, 1983.

públicas; o barulho dos automóveis, a chegada do cinema e as trocas culturais estabelecidas com as famílias europeias fizeram do viver em Parnaíba uma experiência nova.

Em um texto do *Almanaque da Parnaíba* de 1924, intitulado *Parnahyba: influência da municipalidade na sua evolução*¹⁵, as transformações acontecidas na cidade são apontadas enfaticamente pelo autor, que coloca como fator determinante nesse processo as ações de dois governantes municipais: Nestor Gomes Vêras e José Narciso da Rocha Filho. Outrossim, apesar de enfatizar o papel dos administradores nas transformações urbanas em questão, o autor dá a ver o papel da iniciativa privada no crescimento que a cidade vivia àquele momento. Dizia ele:

Aquella que pela vez primeira visita hoje Parnahyba, quase impossível se lhe torna fazer uma apreciação do rápido ascendente que vem tendo nossa urbe, na senda do progresso, conquistando pelo esforço exclusivo de seus habitantes e da Comuna, o principal logar entre as demais cidades do Estado [...] A iniciativa particular se deve a melhor somma dos melhoramentos actuaes, não se podendo comtudo negar que nelle teve influencia preponderante o Governo Municipal. Deste modo, si por um lado vemos a cidade se auzentar dos seus velhos prédios afeiados que vão desaparecendo para ceder logar à novas construções elegantes e confortáveis, por outro lado a Municipalidade se empenha em realizar outros benefícios que condizem com essa evolução progressiva.¹⁶

O avanço econômico da cidade em relação ao restante do Estado, tal qual citado, é perceptível quando constatamos, por exemplo, que o Banco do Brasil, que se instalou em Parnaíba no ano de 1917, só chegou à capital em 1921. Em 1926, como demonstramos anteriormente, Parnaíba contava com padarias, bancos, farmácias, mercearias, alfaiatarias, lojas de miudezas, tipografias, casas

¹⁵ Ao citar este texto, assim como alguns outros da primeira metade do século XX, optamos por preservar a grafia original da época em que foram escritos. Do começo ao fim deste trabalho mantivemos esta postura.

¹⁶ PARNAHYBA: influência da municipalidade na sua evolução. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 1, n. 1, p 2-3, 1924.

de moda, escritórios, cinemas e fábricas.¹⁷ A opulência e a riqueza da cidade litorânea só cessaram nos idos da década de 1950, quando caíram as exportações de produtos extrativistas.¹⁸ No entanto, o luxo não alcançava toda a cidade. Enquanto de um lado estava o centro com suas ruas calçadas e seus novos palacetes; de outro estavam os bairros periféricos – como a Coroa e os bairros Tucuns e Campos – habitados por meretrizes, lavadeiras, pescadores, estivadores e por todos os outros sujeitos que viviam à margem do *glamour* do mundo dos cinemas e dos espaços requintados que emergiram com a opulência do comércio.

E é exatamente esta outra Parnaíba, a cidade à margem, que *Teodoro Bicanca* habita. Tendo que sair da fazenda de Damasceno após a morte de seu pai – que falecera em função de uma ataque cardíaco resultado de uma discussão com o coronel – Teodoro não fazia ideia de como era a cidade. O mundo para ele se resumia à fazenda do Coronel Damasceno, à casa de telha, à casa dos flagelados e à roça. Às vezes, introspectivo, ele se perguntava:

Como seria Parnaíba? Como seria a cidade? Diziam que tinha um mundo de casas, muitas casas de telha, umas pegadas às outras. Mas como era que podia haver tanta casa de telha num só lugar? Como é que tanto coronel podia morar junto? (p. 121)

Ingênuo, Teodoro questionava a possibilidade de existir um lugar onde tantos Damascenos vivessem lado a lado. Como poderia? E haveria flagelado pra tanto coronel? Saindo da fazenda, Teodoro consegue comprar em Parnaíba um pequeno burro e dois pequenos barris, com os quais armazenava e vendia água do rio às casas das famílias mais abastadas. Teodoro passou a viver na Coroa, bairro de casas de palha, onde centenas de flagelados se amontoavam. De lá enchia seus barris e saía a procura de compradores já que

¹⁷ RELAÇÃO das casas comerciais de Parnahyba. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano 1, n. 1, p 43-44,1924.

¹⁸ Sobre o assunto ver: MENDES, Felipe. Formação Econômica. In: SANTANA, R.N.M. de (Org.). *Piauí: formação- desenvolvimento- perspectivas*. Teresina: Halley, 1995.

“Nas casas do centro não tinha cacimba, tinha era poço, mas a água do poço era salobra, não prestava para beber. Então eles compravam água do Rio a duzentos réis a pipa”.

Com o passar do tempo, Teodoro passou a entender melhor a cidade. Depois de alguns meses ele já não temia o trem de ferro nem os *ostromoves*, com seus olhos de fogo. Diariamente, ele se encantava com as lojas do centro, com o burburinho da praça da Graça [onde se localiza a catedral da cidade] e com o movimento das crianças indo e vindo da escola. Aquilo tudo encantava o jovem Teodoro, até o dia em que conheceu as casas do centro, e as coisas que aconteciam lá. Em suas andanças, o jovem percebeu que ao fim do dia, todas as empregadas e empregados seguiam para um mesmo rumo: os bairros Coroa e Tucuns [às margens do rio]. Que Parnaíba era uma versão ampliada da fazenda de Damasceno, e que as casas de Telha e as casas de palha também mantinham a devida distância de umas para outras.

A Parnaíba de Teodoro era, portanto, a Parnaíba da exclusão. A cidade que cresce expurgando a pobreza, lançando para a margem os trabalhadores braçais e todos aqueles que não respondiam ou acompanhavam o crescimento da urbe e o glamour do centro. Ao construir estes cenários, Castelo Branco objetivou dar visibilidade a um outro lado da história da cidade, aliás, a história de uma outra cidade: A cidade dos sem cidade, ou mesmo a anticidade literária habitada por Teodoro Bicanca.

Modificações no campo literário

brasileiro a partir de duas leituras do livro "Mulheres e Monstros" de João de Minas

LEANDRO ANTONIO DE ALMEIDA¹

A Expansão da literatura popular nos anos 1930 no Brasil

Nos anos 30, o aumento do público leitor em função das alterações no sistema educacional e no setor terciário, aliados e à substituição de importações após a crise de 1929, propiciou uma expansão da indústria editorial brasileira. Além dos tradicionalmente lucrativos livros didáticos, carro chefe dessa expansão foram os livros de ficção traduzida nos gêneros de aventura, policial e sentimental (MICELI, 2001, cap. 2; HALLEWELL, 2005; SORÁ, 2010). Como os termos "literatura de massa" ou "literatura de entretenimento" ainda não circulavam,

¹ Doutor em História Social (USP), professor do CAHL-UFRB, R. Maestro Irineu Sacramento, s/n - Quarteirão Leite Alves, Centro, Cachoeira-BA, CEP 44300-000, e-mail: leandroalmeida@hotmail.com.

esses gêneros se tornaram na época um dos sinônimos de “literatura popular”, no sentido de serem os mais procurados pelo público, tanto pelos enredos repletos de lances imaginosos capazes de despertar emoções e prender o leitor, como por sua prosa de fácil leitura – ou, numa vaga definição da época, “aquelas obras de ficção que ele [o povo] facilmente lê e compreende sem o auxílio do dicionário” (SIQUEIRA, 1934, p. 5). Uma das opiniões precisas sobre essa segmentação foi feita na época pelo editor da Civilização Brasileira, ligada à maior empresa do ramo, a Companhia Editora Nacional:

Há 'vários' públicos, alguns já existentes no Brasil há muito tempo, outros, que só agora vem se formando. Por exemplo: o público que prefere, nessa mesma ordem decrescente, o romance – o conto – a crônica – a poesia, é antigo em nosso país. Atualmente ele se desenvolve, menos no que diz respeito à poesia, que continua cada vez mais sem leitores. Este público nada tem a ver com o vasto e numeroso público de leitores de romances policiais e livros de aventuras, gênero que arrasta, talvez a grande maioria dos leitores brasileiros. Há, um outro público, este novo, que só agora aparece e se forma. É o que, nestes dois últimos anos, tem voltado as suas vistas para os chamados 'clássicos' [como Platão, Ésquilo, Sófocles].(...) sem esquecer ainda, o público das biografias, um dos mais numerosos (O QUE se lê., 1938, p. 403, grifo nosso).

À frente dessa expansão, uma questão chamou atenção de escritores e editores anos 1930 e 40: como lidar com “a existência de um público de leitores cujas preferências e escolhas em matéria de leitura são um tanto independentes dos juízos externados pelos detentores da autoridade intelectual” (MICELI, 2001, p. 155). A grande quantidade de leitores desses gêneros colocou dois problemas aos produtores culturais do país, fossem escritores, editores ou intelectuais: eles prejudicam a expansão da literatura erudita? O fato de serem traduzidos ameaça a brasilidade? As respostas oscilavam entre sua condenação áspera, defendendo a erradicação ou, no mínimo, saneamento cultural; a utilização desses gêneros como iniciadores do hábito da leitura ou veiculação de valores morais; e a defesa da validade da sua função de entretenimento, o que não significava concorrência com a literatura erudita. Neste trabalho vamos considerar opiniões que não tinham uma visão negativa do fenômeno.

O escritor Menotti Del Picchia foi um dos poucos intelectuais de renome que aceitaram o desafio de atuar nos gêneros populares no Brasil, começando pelas aventuras. Lançou em 1930 o livro intitulado República 3000, posteriormente rebatizado para A Filha do Inca, em 1936, lançou Kalum, o mistério do sertão e, em 1938, na ficção científica, Cummunká. Atento ao movimento editorial, Menotti explicita o projeto no prefácio de Kalum:

O número de traduções de livros de aventuras destinados ao público brasileiro inunda o mercado. A procura que encontram tais volumes demonstra a preferência dos leitores nacionais pelo gênero. Os escritores nossos, sempre acastelados na sua 'torre de marfim', reclamam contra a invasão mental forasteira, mas, não descem das suas estelares alturas para dar ao leitor indígena o que ele pede. Esse orgulho está errado. Escrever romances populares é prestar ao país um duplo serviço: é nacionalizar sempre mais o livro destinado às massas e abasileirar nossa literatura, imergindo a narrativa, que distrai e empolga, em ambiente nosso. É essa a melhor forma de se socializar o espírito da nossa gente e nossa paisagem (PICCHIA, 1946, p. 139).

Menotti del Picchia retoma sob uma chave nacionalista vários dos termos das opiniões correntes nos anos 30 sobre essa literatura. Considera a divisão entre o gosto dos intelectuais e do mercado, com o isolamento dos primeiros, aponta as reclamações contra o livro estrangeiro, mas não se satisfaz com as soluções de repeli-los ou aceitá-los. Proclama uma postura saneadora, não do gosto, que aceita como inevitável pelo público, mas do conteúdo exógeno. Para ele, não apenas os leitores teriam à disposição uma empolgante narrativa ambientada no seu próprio país. No prefácio do volume, o autor deixa claro os propósitos cívicos, apontando a ameaça dos livros estrangeiros que abarrotavam o mercado: “os moços começam a pensar e a agir sob a influência desnacionalizante de tais narrativas, descaracterizando-se nossos usos pela presença nelas de um sugestivo panorama e de tipos completamente alheios à nossa paisagem geográfica e humana” (PICCHIA, 1946, p. 139). Então o escritor, além de ter à disposição um mercado aberto com a “nacionalização” dos gêneros mais vendidos, iria prestar um enorme serviço à pátria. Bastaria apenas descer, de vez em quando, da estelar torre de marfim da alta literatura, que estaria sempre lá para quando quisesse novamente subir.

João de Minas e sua proposta de fundar uma literatura popular no Brasil

Neste artigo, vamos explorar a leitura do livro de um autor que apostou sua carreira nos gêneros em ascensão, que utilizava o pseudônimo João de Minas. Em 1935, ao responder a crítica a um de seus livros, comenta:

Os livros brasileiros até há pouco sofriam uma bruta concorrência dos ditos estrangeiros, por isto: o nosso livro não tinha o que se ler, no sentido fácil e popular; fazíamos muito estilo, discutíamos escolas literárias, brigávamos, perdidos no fundo de grêmios, academiuzinhas, fundações, num sifilítico babuzar de elogio mútuo... Ora, o povo – ou as classes – não querem saber disso. Eu fugi desse caminho burro. Resolvi fundar o romance popular no Brasil. E tenho pena dos rapazes mentecaptos e importantes, aqueles!... (MINAS, 1935, p. 5)

O trecho apresenta uma intenção de falar uma linguagem sensível às massas, baseando sua obra na emergência das instâncias coletivas como sujeitos de cultura que prescindem das instâncias de mediação como a crítica nos jornais e os pares. Sua atuação restrita e linguagem empolada seriam responsáveis por relegá-la, junto com os artistas e intelectuais que a sustentam, à lata de lixo da história – entendida como superação linear de formas e sujeitos não afinados ao espírito do tempo – por não conseguir se conectar à alma das massas numa época em que o mundo se coletiviza vertiginosamente. Sintonizado com o ambiente de renovação após a Revolução de 30, não é difícil perceber que João de Minas almejava o correspondente cultural daquilo que o fascismo, retomando ideais românticos, empreendera na política, uma relação sem mediações entre o líder e seu povo, afinados num mesmo espírito nacional. O que fundamentava esse ideal era a projeção no Brasil, em um futuro imediato, do desenvolvimento de um mercado de bens culturais tal como existente na França e nos Estados Unidos, que transformava seus escritores de massa em best-sellers mundiais. Confiou na escalada de vendas do mercado editorial brasileiro e também nos prognósticos otimistas dos escritores e editoras na imprensa, procurando

preencher um nicho de mercado considerado, com certo exagero, virgem, isto é, nacionalizar os gêneros de massa.

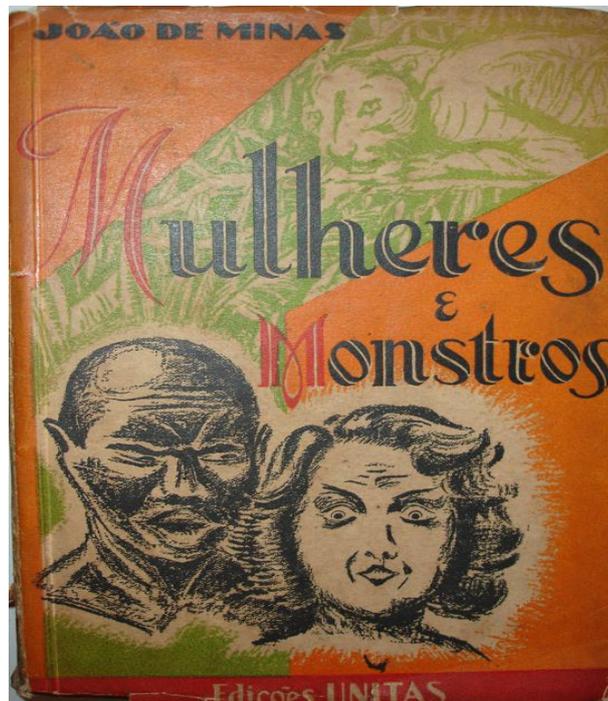
João de Minas foi um dos mais controversos escritores brasileiros do século XX. Nascido filho de um italiano radicado em Ouro Preto, recebeu o nome Ariosto Palombo (1896-1984), mas ficou conhecido nas rodas sociais pelo pseudônimo adotado no rastro da popularidade de João do Rio. Quando a família se mudou para a nova capital mineira, ele passou a colaborar nas revistas ilustradas, em 1913, até conseguir um emprego no Diário Oficial, dois anos depois. Circulando pelas redações e bares, em especial o Bar do Ponto, era considerado uma das mais excêntricas e irreverentes figuras da boemia belorizontina nos anos 1910. No início da década seguinte mudou-se para Uberaba, quando colocou seus talentos de jornalista e advogado sem diploma a serviço dos coronéis e políticos na região conhecida como Brasil Central. Angariou clientela e hospedagem nas suas constantes viagens pela região, quando reuniu matéria sertanista que fez o sucesso dos seus livros de finais dos anos 20, coletâneas de artigos publicados na imprensa governista. O primeiro deles, Jantando um Defunto, um conjunto de contos sertanistas contra a Coluna Prestes lançado em 1929, foi elogiado pelos mais renomados escritores da Academia Brasileira de Letras como Humberto de Campos, Medeiros e Albuquerque, Coelho Neto e João Ribeiro, o que levou o nome João de Minas ao rol das revelações literárias do momento. O segundo, de 1930, foi Farras com o Demônio, um livro sertanista que narra peripécias do autor e dois amigos entre paisagens, bichos e índios do Araguaia.

Pela sua militância em prol de Washington Luís e da candidatura à presidência de Júlio Prestes contra Vargas, ganhou emprego na capital federal no ano de 1930. Suas pretensões políticas, junto com livros no prelo, foram abortadas com a deposição do presidente em outubro. Fugiu e, anos depois, ao se radicar em São Paulo, procurou se inserir na nova ordem, trabalhando para o governo federal revolucionário ou para a oposição paulista, conforme as oportunidades. A fugacidade dos projetos políticos levaram-no, entre 1933 e 1937, a atuar no mercado de ficção massiva em expansão, focando seus esforços no lançamento de livros voltados ao público popular consumidor gêneros de

sucesso. Lançou *Mulheres e Monstros*, *Horrores e Mistérios nos Sertões Desconhecidos e Pelas Terras Perdidas* (aventuras sertanistas); *A Mulher Carioca aos 22 Anos*, *A Datilógrafa Loura*, *Uma Mulher.. Mulher !*, *Fêmeas e Santas*, *A Prostituta do Céu* (sentimental, com cenas à época consideradas pornográficas); e *Nos Misteriosos Subterrâneos de São Paulo* (policial). Depois, a partir de 1935, reinventou sua faceta popular quando se transformou no chefe supremo de uma nova e eclética religião. Adotou o pseudônimo Mahatma Patiala e fundou a Igreja Brasileira Cristã Científica, que o ocupou pelas três décadas subsequentes, talvez até a sua morte (ALMEIDA, 2008, cap 1; FREIRE-FILHO, 1999; SEIXAS-SOBRINHO, 1990; JOSÉ, 1959).

Com esse rápido delineamento é possível compreender melhor o trecho citado, que se situa na guinada do escritor mineiro rumo ao que nos anos 30 e 40 se chamou de literatura popular. Vamos aprofundar o tema com a análise do seu livro de reentrada.

Mulheres e Monstros: reedição de livros dos anos 1920 para um novo publico



Capa de *Mulheres e Monstros*, 1933

No segundo semestre de 1933 João de Minas iniciou a publicação de vários livros, sendo o primeiro deles *Mulheres e Monstros*. O prefácio dos editores informa que *Mulheres e Monstros* é “uma espécie de segunda edição” reunindo textos de *Jantando um Defunto* e *Farras com o Demônio*, que estavam esgotados: “aqui o autor, com alguns retoques literários, enfeixa os contos e narrativas mais empolgantes de suas duas famosas produções anteriores”². Nas propagandas e prefácios, é enfatizado muito mais a narrativa e seus almejados efeitos emocionantes, visando os leitores de aventuras sertanejas.

A capa, além das cores, cuja tonalidade forte e policromática saltam aos olhos, já no título o termo “monstros” promete algo de sensacional, fora do cotidiano e mesmo do possível, tornada ainda mais notável pela presença de mulheres, as quais, na década de 30, não são imaginadas enfrentando essas criaturas. No título há uma ambiguidade produtiva ao editor, pois pode-se ler narrativa de mulheres com monstros ou narrativas de mulheres e narrativas de monstros. Contrapostas ao título, as imagens também trazem uma ambiguidade: no primeiro plano, embaixo, uma cabeça de mulher branca e outra de um negro careca, que contrastam com a imagem da onça, em verde. O monstro pode se referir tanto ao felino na floresta quanto ao negro, que tem seus traços faciais situados entre humano e um símio.

Ao iniciar o texto, o leitor descobriria que a capa se refere a duas narrativas. As faces são do guia caboclo Xaraim, o “homem macaco da Ilha do Bananal”, e de Ana Kremlem, uma estudiosa alemã que vive nua nas florestas brasileiras. A onça aparece no conto “Um assassinato impalpável”. Não há dúvidas sobre a matéria, os “horrores e mistérios” do sertão, concebendo-o como uma grande floresta habitada por animais estranhos e índios selvagens.

Os títulos foram mudados. A sequência principal de narrativas de *Farras com o Demônio* tinha um subtítulo para cada parte e carecia de unidade editorial no seu conjunto, o que lhes dava aspecto de uma série descontínua. Aqui, transformou-se em uma única história com capítulos numerados chamada “Beleza, Amor e Horror”, um título vago mas apelativo. Também foram alterados

² Páginas Maravilhosas da Literatura Brasileira. MINAS, João de. *Mulheres e Monstros*. São Paulo: Unitas, 1933, p. V.

os títulos das histórias de Jantando um Defunto, mantendo-se os lances de efeito:

Jantando um Defunto	Mulheres e Monstros
O monstruoso sapo-boi	Um monstro das selvas
Os 26 assassinatos de homens louros	O monstro de meio palmo
A escada para o céu	Esperando o exército de anjos
Uma puisia... ou um sonetu!!	Um poeta tenebroso
A porta do inferno	Um assassinato impalpável
O esqueleto de Santa Maria Clara	O túmulo de ouro
O cavalo de Átila	Viagem a uma vida anterior

Reveladora sobre o tipo de enredo do livro é a narrativa sobre Maria Clara: após iniciar com uma longa digressão sobre a solidão nos sertões e seus efeitos psíquicos no sertanejo, o narrador João de Minas e seu guia Sérgio Ribas caminham sobre seus burros quando encontram uma mata dourada. Aproximam-se e veem um esqueleto com uma cabeleira, examinada por Sérgio Ribas, que descobre ser Maria Clara, moça virgem que fora raptada e estuprada por Cangaceiros quando ia para o casamento, para desespero do noivo que a acompanhava. O enredo é o mesmo do livro Jantando um Defunto. O que transforma Mulheres e Monstros em um livro bastante distinto do anterior é sua editoração, que pode ser acompanhada na comparação das imagens abaixo.

O ESQUELETO DE SANTA MARIA CLARA

Por aquelles sertões a cara humana é uma coisa importante. E' difficil, em qualquer cem leguas, encontrar-se um morador. Os horizontes são vistos com os olhos, mas uma vista mais fina que a dos olhos, uma mysteriosa intuição visual apaga-os, esponja-os no infinito, e o viajor só vê apenas diante de si um nada prodigiosamente exacto, perfeito, completo e morto. As distancias apparecem ao viajante como circulos viciosos hypocritas, como labyrinthos perversos e indecifra-veis. São uma coisa infinitamente logica, simples e clara, e, no entretanto, ao mesmo tempo, absurda, confusa e inexplicavel. São assim aquelles sertões eternos. Vão elles apanhando o viajante pelo norte de Goyaz. Aquelles plainos pardos são as geraes, são as areias mortas, como de um fundo de mar arremessado ali por um

— 103 —

O túmulo de ouro...

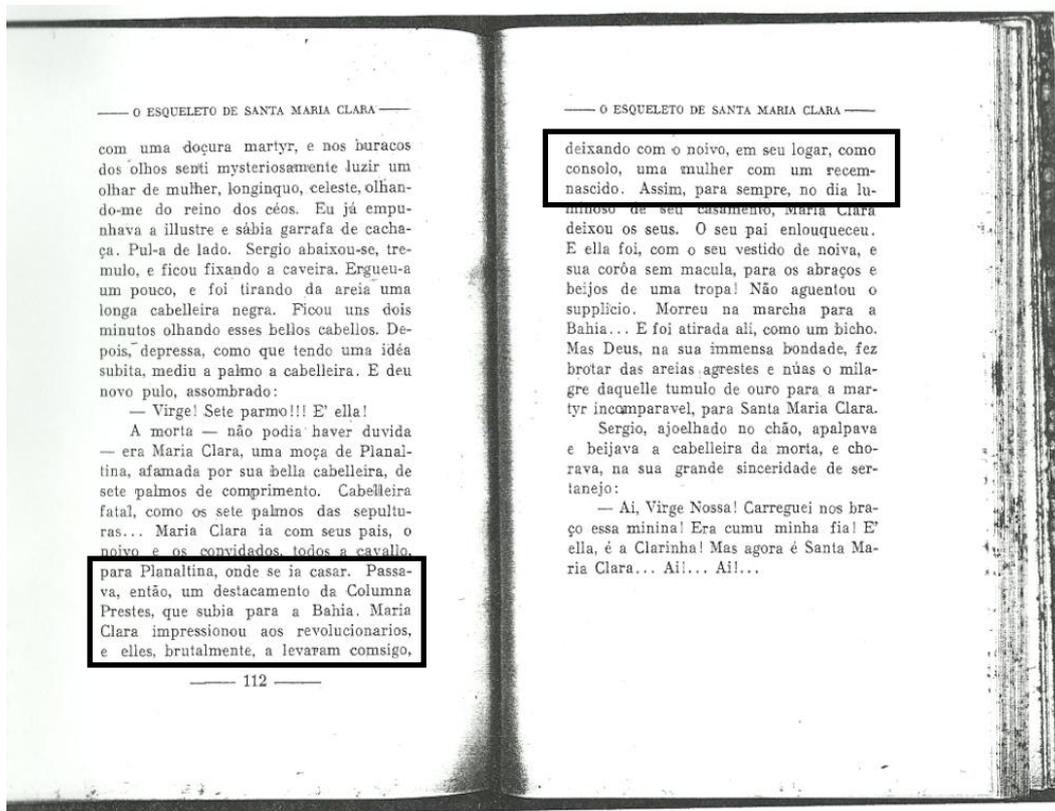
Por aqueles sertões, a cara humana é uma coisa importante. É difficil, em quaisquer cem léguas, encontrar-se um morador.

Os horizontes são vistos com os olhos, mas uma vista mais fina que a dos olhos, uma misteriosa intuição visual apaga-os, esponja-os no infinito, e o viajor só vê apenas diante de si um nada prodigiosamente exato, perfeito, completo e morto.

As distâncias apparecem ao viajante como circulos viciosos hipócritas, como labirintos perversos e indecifráveis.

São uma coisa infinitamente lógica, simples e clara, e, no entretanto, ao mesmo tempo, absurda, confusa e inexplicável. São assim aqueles sertões eternos.

Primeira página da história de Clara, nos livros Jantando um Defunto e Mulheres e Monstros



com uma doçura martyr, e nos buracos dos olhos senti mysteriosamente luzir um olhar de mulher, longinquo, celeste, olhando-me do reino dos céus. Eu já empunhava a illustre e sábia garrafa de cachaça. Pul-a de lado. Sergio abaixou-se, tremulo, e ficou fixando a caveira. Ergueu-a um pouco, e foi tirando da areia uma longa cabeleira negra. Ficou uns dois minutos olhando esses bellos cabellos. Depois, depressa, como que tendo uma idéa subita, mediu a palmo a cabeleira. E deu novo pulo, assombrado:

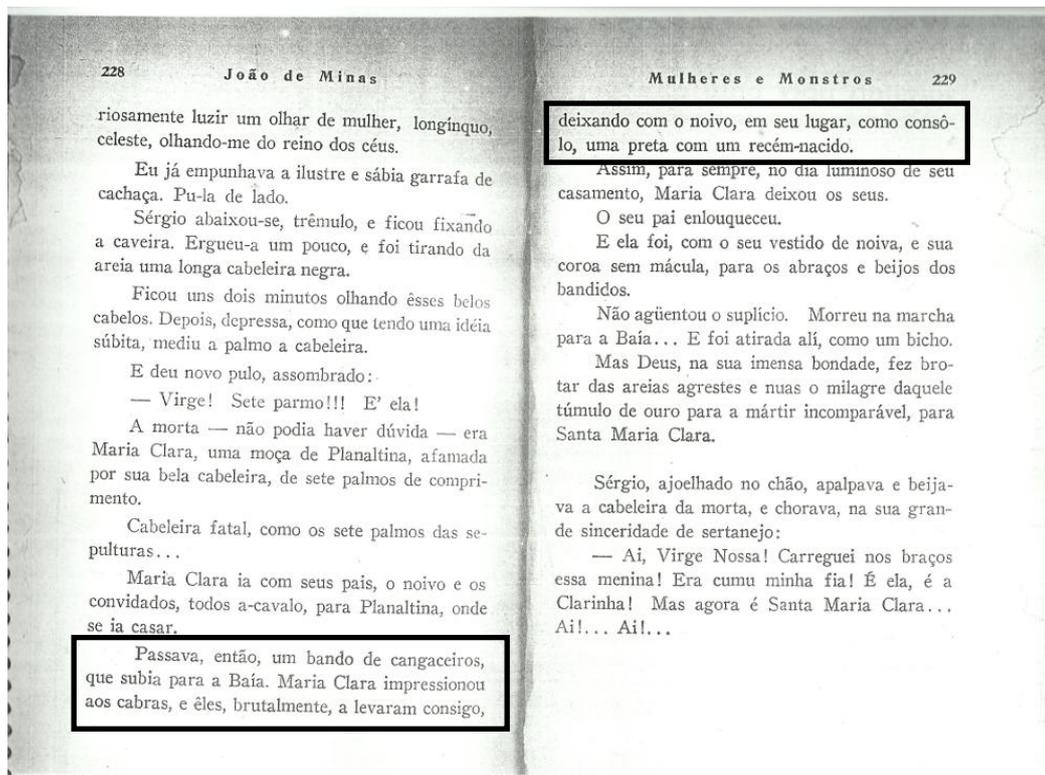
— Virge! Sete parmo!!! E' ella!

A morta — não podia haver duvida — era Maria Clara, uma moça de Planaltina, afamada por sua bella cabeleira, de sete palmos de comprimento. Cabeleira fatal, como os sete palmos das sepulturas... Maria Clara ia com seus pais, o noivo e os convidados, todos a cavallo, para Planaltina, onde se ia casar. Passava, então, um destacamento da Columna Prestes, que subia para a Bahia. Maria Clara impressionou aos revolucionarios, e elles, brutalmente, a levaram consigo,

deixando com o noivo, em seu lugar, como consolo, uma mulher com um recém-nascido. Assim, para sempre, no dia luminoso de seu casamento, Maria Clara deixou os seus. O seu pai enlouqueceu. E ella foi, com o seu vestido de noiva, e sua corôa sem macula, para os abraços e beijos de uma tropa! Não aguentou o supplicio. Morreu na marcha para a Bahia... E foi atirada ali, como um bicho. Mas Deus, na sua immensa bondade, fez brotar das areias agrestes e nuas o milagre daquelle tumulo de ouro para a martyr incomparavel, para Santa Maria Clara.

Sergio, ajoelhado no chão, apalpava e beijava a cabeleira da morta, e chorava, na sua grande sinceridade de sertanejo:

— Ai, Virge Nossa! Carreguei nos braços essa menina! Era cumu minha fia! E' ella, é a Clarinha! Mas agora é Santa Maria Clara... Ai!... Ai!...



riosamente luzir um olhar de mulher, longinquo, celeste, olhando-me do reino dos céus.

Eu já empunhava a illustre e sábia garrafa de cachaça. Pu-la de lado.

Sérgio abaixou-se, trêmulo, e ficou fixando a caveira. Ergueu-a um pouco, e foi tirando da areia uma longa cabeleira negra.

Ficou uns dois minutos olhando êsses bellos cabellos. Depois, depressa, como que tendo uma idéia súbita, mediu a palmo a cabeleira.

E deu novo pulo, assombrado:

— Virge! Sete parmo!!! E' ella!

A morta — não podia haver dúvida — era Maria Clara, uma moça de Planaltina, afamada por sua bela cabeleira, de sete palmos de comprimento.

Cabeleira fatal, como os sete palmos das sepulturas...

Maria Clara ia com seus pais, o noivo e os convidados, todos a-cavalo, para Planaltina, onde se ia casar.

Passava, então, um bando de cangacciros, que subia para a Baía. Maria Clara impressionou aos cabras, e êles, brutalmente, a levaram consigo,

deixando com o noivo, em seu lugar, como consolo, uma preta com um recém-nascido.

Assim, para sempre, no dia luminoso de seu casamento, Maria Clara deixou os seus.

O seu pai enlouqueceu.

E ella foi, com o seu vestido de noiva, e sua corôa sem mácula, para os abraços e beijos dos bandidos.

Não agüentou o suplicio. Morreu na marcha para a Baía... E foi atirada ali, como um bicho.

Mas Deus, na sua imensa bondade, fez brotar das areias agrestes e nuas o milagre daquelle túmulo de ouro para a mártir incomparável, para Santa Maria Clara.

Sérgio, ajoelhado no chão, apalpava e beijava a cabeleira da morta, e chorava, na sua grande sinceridade de sertanejo:

— Ai, Virge Nossa! Carreguei nos braços essa menina! Era cumu minha fia! É ella, é a Clarinha! Mas agora é Santa Maria Clara... Ai!... Ai!...

Última página da história de Maria Clara, nos livros Jantando um Defunto e Mulheres e Monstros

O tamanho de ambos os contos é o mesmo, dez páginas, mas o segundo tem um formato maior – 20 x 14,5 cm contra 17,5 x 12 cm, além de o tamanho da letra e o espaçamento entre as linhas ter sido aumentado. Mulheres e Monstros também possui um aproveitamento melhor da página, com redução da mancha

interna e externa, e da distância do texto ao cabeçalho e rodapé, o qual não possui informação editorial como no primeiro. O aumento do volume de texto também provém dos parágrafos curtos do segundo livro, como se vê nas figuras acima: com frases pequenas, o maior tem 6 linhas. No corpo do texto há parágrafos de até 9, mas nenhum como os de *Jantando um Defunto*, de mais de 20 linhas.

Todos os elementos da forma textual de *Mulheres e Monstros* indicam a tentativa de atingir um público amplo, inclusive recém-letrado: a letra e espaçamento grande auxiliam a leitura do texto, enquanto que os parágrafos menores, ao aumentar as pausas e os espaços em branco dentro da mancha, fragmentam sua leitura. Essa não foi a preocupação dos editores de *Jantando um Defunto*, que dá a impressão visual de ser composto por grandes blocos textuais. A estes se somam alguns elementos gráficos já incorporados em *Farras com o Demônio*, como o uso da capitular e o sublinhado do título, que diversificam visualmente a página. Para esta nova versão, o texto desse livro também sofreu as modificações relatadas anteriormente, principalmente o desmembramento de grandes parágrafos.

O conteúdo teve leves retoques. No final da narrativa acima, a vaga mulher com recém-nascido dá lugar a uma “preta”, cujo contraste com a beleza de Maria Clara reforçava a ironia do bando em relação ao noivo. Todavia, a mais significativa alteração, também feita em todo o livro, está destacada com linhas de traços vermelhos: as referências à Coluna Prestes são substituídas pelo cangaço, “revolucionários” dá lugar a “cabras”, Prestes ao chefe Gavião Triste ou Lampião etc. A alteração se justificava no período em que a constituição ainda não estava em vigor: no clima de exaltação da “Revolução de 30”, com parte dos antigos revolucionários no poder, não convinha publicar o mesmo texto. Os atos macabros e terríveis de *Jantando um Defunto* foram atribuídos aos poderes considerados bandidos pelo Estado, os cangaceiros, cujas histórias percorreram o noticiário do país nos anos 30. Outra hipótese plausível, que não exclui essa, é que não convinha à editora de orientação trotskista vilipendiar os antigos “revolucionários”.

Mulheres e Monstros estabelece o padrão editorial que se repetiu em quase todos os livros de João de Minas nos anos 30: capas figurativas e coloridas, com motivos de forte apelo, editoração de texto feita de modo a facilitar a leitura, temas dos romances colados às grandes modas do momento, uso de um dos gêneros em voga (no caso, aventuras), descrição irreverente de cenas macabras e pitorescas, com toques cômicos. Todos esses traços apontam como destinatários o amplo público consumidor dos gêneros populares, que buscavam narrativas “de sensação”, veiculadas pelas grandes coleções ficcionais da década. Apesar disso, Mulheres e Monstros nada diz sobre a veracidade das narrativas que o compõem, ficando a cargo do leitor achar que são mera ficção ou não, apesar de a narrativa em primeira pessoa deixar esta opção implícita.

Duas leituras de Mulheres e Monstros

Vamos agora confrontar dois elogios à obra de João de Minas que comparam Mulheres e Monstros: um artigo de A Gazeta do início de outubro de 1933 e outro de Rubens do Amaral de setembro de 1936. O primeiro foi escrito para comentar o livro a ser lançado: “O próximo livro de João de Minas, a ser editado pela Unitas” (Gazeta, 1933, p. 6). Inicia com a notícia da publicação da décima segunda e luxuosa edição de Os Sertões, de Euclides da Cunha, fato que seria um índice de aumento da leitura no país:

Quem foi que disse que não se lê no Brasil? O que se podia responder, e com vantagem, é que no Brasil se lê muito, mas as obras maravilhosas, os livros de raça. Os livrecos, as drogas impressas, esse fundo de negócio é justo que não seja tomada a sério. / O triunfo popular de Euclides da Cunha é o triunfo do alfabeto nacional. Porque quando um bom autor é disputado, há nisso uma vitória da escola primária, do puro conhecimento, do **abc**. Com os livros técnicos pode não ser assim, admitimos. Daí a obrigação, o dever imperioso do governo amparar a boa, a ensinadora literatura (grifo do autor).

Até aqui, o êxito da leitura de um bom autor é associado a um êxito civilizacional. A oposição é estabelecida entre cultura e ignorância, daí o papel

vitorioso atribuído à escola primária. Em seguida, o campo de batalha é restringido, e o apoio do governo não é mais solicitado para a boa literatura, mas para a literatura nacional:

Por outro lado, no êxito esplêndido de um autor nacional, como Euclides da Cunha, há o êxito da raça e da pátria. Quer dizer: o livro estrangeiro que em geral faz publicidade estrangeira, e desnacionaliza o leitor, sofre mais uma derrota.

É preciso que os poderes públicos, com os editores e os autores, com os jornalistas, todos, como os nossos artistas e patriotas, pensem nesse rumo de sereno e sadio nacionalismo, amparando o livro nacional, que é como quem diz polindo a alma nacional, torneando em labores de joia a nossa mal vestida brasilidade.

O que seria para desejar é que a nação em peso caçasse – é o termo – as obras de valor, como os “Sertões”, e as divulgasse como cartilhas de nacionalismo, como catecismo cívicos. Os editores que se propõem a tal mister são dignos do auxílio financeiro oficial, que poderia ser traduzido em ampla publicidade gratuita, feita pelo governo em todos os seus órgãos oficiais, ficando também livres de pagar qualquer imposto, inclusive o de importação de papel para as obras respectivas.

Na opinião do articulista de A Gazeta, a obra de João de Minas teria condições de preencher a proposta acima: “entre os novos escritores, consagrados pela grande crítica, há um que possui qualidades não só euclidianas, como pessoais, dignas de nota. Referimo-nos a João de Minas, uma dessas figuras marcantes de escritor.” O argumento, como sempre, é citar as avaliações dos acadêmicos Humberto de Campos, João Ribeiro, Medeiros e Albuquerque e Coelho Neto, sobretudo o paralelo com Euclides da Cunha. Sobre o livro a ser editado pela Unitas, não há menção a seu conteúdo; apenas poucas linhas dizem ser um “livro de sensação, estupendo livro brasileiro”.

O artigo de A Gazeta anunciando o livro Mulheres e Monstros está muito próximo dos primeiros comentários a Jantando um Defunto por considerar a cultura letrada como única, sem subdivisões. Nessa perspectiva, a obra do escritor mineiro é uma expressão da alta cultura do país, comparada a Euclides da Cunha, cujo valor foi estabelecido pela crítica de membros da Academia

Brasileira de Letras e dos rodapés³. O problema do artigo, através do qual o elogio do escritor mineiro se torna um argumento, é defender a cultura, o livro brasileiro contra o estrangeiro através da ação governamental, ou seja, fornecer incentivos pecuniários a editores e escritores.

O artigo de Rubens do Amaral segue uma linha distinta. Saiu na Folha da Manhã no início de setembro de 1936, quando o livro *Mulheres e Monstros* perdera o frescor de novidade nos rodapés dos jornais. Intitulado “Romances de Aventuras” (AMARAL, 1936, p. 8), a motivação do artigo aparece no fim: “O gênero é, hoje devorado por milhões de leitores em todo o mundo. Edgard Rice Burroughs, Edgard Wallace ou Emílio Salgari são lidos muito mais no Brasil do que quaisquer outros autores nacionais ou estrangeiros! É isso um bem? É um mal?”. E responde:

Acho que um bem. Nossas crianças – coitadas! – leem nas escolas uma horrível literatura que decerto lhes é impingida expressamente para nelas criar invencível repugnância à leitura. (...) Que ao menos, ao sair da escola, elas se interessem por Tarzan! Assim lerão qualquer coisa que as reconciliará com a letra de forma, predispondo-as à leitura continuada que formará depois o seu espírito. Verificarão elas assim, que a leitura não é uma coisa torturante (...).

A leitura infantil motiva mas não é o problema central do artigo, que é a possibilidade da existência de um romance de aventuras nacional:

Sempre me pareceu que um romance de aventuras, para ser possível, devia passar-se em terras distantes – nas cordilheiras da Ásia, nas florestas da África, nos gelos do Canadá, a leste de Bornéu. Parecia-me também que os nomes dos personagens deviam ser ingleses, hindus, hotentotes, cheios de consoantes, cheios principalmente de yy, ww e kk. Um romance de aventuras que ocorresse em Porto Feliz, Juiz de Fora ou Itapemirim, que coisa sem graça que havia de ser! E então se os personagens – os heróis, os bandidos, as vítimas – chamassem José Silva, Antonio de Sousa ou João de Almeida? Seria um angustioso desenxabimento... Faltando o exotismo, faltaria tudo. Terras longínquas e nomes bárbaros seriam elementos imprescindíveis ao interesse e à verossimilhança, porque a verdade é que do estrangeiro é que nos vêm notícias de coisas estranhas e porque a proximidade e o conhecimento nos evidenciaríamos desde

³ Os elogios desses acadêmicos foram feitos ao primeiro livro do escritor mineiro, *Jantando um Defunto* (1929). O elogio efusivo foi feito por Humberto de Campos, que comparou João de Minas a Euclides da Cunha.

logo o absurdo e a impossibilidade da ação fantástica que forma a essência de tal literatura.

Esse argumento se revela falacioso, não porque não tenha seu quinhão de verdade, mas porque o interesse pela literatura do maravilhoso não repousa, para o articulista, somente no espaço geográfico e nas personagens, mas na narrativa, que é o grande problema a ser atacado para agradar o leitor, em especial as crianças:

Os livros paulistas, salvo as exceções que rendo homenagens, - são monumentos de semsaboria sobre alicerces de mediocridades, escritos sem talento e sem saber, para martírio ou pelo menos para enfado das pobres crianças compelidas a aturá-los por todo um sistema de escolhas complacentes ou infelizes.

As exceções salvadoras conduzem ao cerne do artigo, um comentário sobre a literatura de aventuras nacional que valeria a pena ler, escrita por três autores: Monteiro Lobato (O Choque), Menotti del Picchia (Kalum) e João de Minas (Mulheres e Monstros). Para Amaral, o livro de Lobato teria o inconveniente de não ser nacional: “escrito noutra língua e noutra erra, teria tido divulgação universal, com renome no gênero; o assunto, porém, não é nosso”. Assim, seu livro não seria romance de aventuras nacional por problema semelhante aos romances históricos de Paulo Setúbal (A Bandeira de Fernão Dias), que, apesar da aventura, se passa num tempo distante com personagens portugueses e brasileiros. A opinião de Rubens do Amaral sobre Menotti Del Picchia é parecida: apesar de sua narrativa e fantasia ser elogiada, comparável às aventuras dos romances traduzidos, teve os mesmos problemas de Lobato, valendo-se de personagens estrangeiros e locais de ação distantes (na fronteira com a Bolívia), além de inverossimilhanças perdoadas por serem próprias ao gênero.

Tais restrições mostra que para Rubens do Amaral um romance de aventuras nacional deveria ter três ingredientes: uma empolgante e emocionante narrativa, personagens atuais e ambientar-se em território brasileiro, descrevendo as coisas próprias da terra. Para o articulista da Folha da Manhã o livro de João de Minas preenchia todos os requisitos, com a vantagem de fazer também boa literatura:

O primeiro romance de aventuras, de ação e personagens brasileiros, que realmente realizou o gênero, foi “Mulheres e Monstros”. É esse um livro formidável pela imaginação, pelo imprevisto, pela novidade e pela intensa dramaticidade com que arrasta o leitor, através de um mundo fantástico às margens do Araguaia. E, sobre a massa da literatura mundial dessa feição, possui ainda maravilhosas qualidades literárias, que nos dão uma visão curiosíssima dos sertões, em relâmpagos de talento, com a arte ao mesmo tempo sutil e selvagem. João de Minas é alternadamente um estilista e um sublevado, com páginas que poderiam figurar em antologias entremeadas a outras que arrepiaram os cabelos aos mais tolerantes acadêmicos. E, através das fantásticas aventuras que narra, vai nos contando o que é o sertão, nas suas matas, nos seus bichos, os seus homens, com uma acuidade de observação e com uma faculdade de narrativa e de pintura que o tornam um escritor à parte entre nossos escritores, fascinante e original.

Apesar dos méritos literários, Amaral considera o livro lançado pela Unitas não como exemplar da alta cultura brasileira, mas como realização nacional máxima do gênero massivo veiculado e bem vendido nas coleções das grandes e pequenas editoras. Não é casual que esse seja um dos poucos textos que não fazem nenhuma menção à fortuna crítica ou à consagração acadêmica do escritor mineiro; pelo contrário, menciona que no livro há páginas que os deixariam horrorizados. Apesar de não diretamente citada, o artigo de Amaral pressupõe a segmentação que ficou cada vez mais evidente aos escritores e editores ao longo da década de 1930, entre o público dos gêneros narrativos eruditos e daqueles lidos pelo grosso público. Tal problemática é atravessada pela questão nacional, que aqui segue a linha do prefácio de Menotti del Picchia, certamente lido pelo articulista da Folha, pois é colocada em relevo a questão do mercado das letras para o escritor patricio e a representação do sertão nos livros consumidos pelas massas, considerada matriz de elementos brasileiros autênticos.

Conclusão

O sentido das narrativas de *Mulheres e Monstros* dado pelos articulistas dependeu menos do texto ou da edição que do problema geral do campo literário em um determinado momento. É preciso considerar novamente que *Mulheres e Monstros* é uma reedição de *Jantando um Defunto e Farras com o Demônio*, informação que constava no prefácio dos editores da Unitas. Reedição, aqui, significou, como já vimos, uma transformação geral na editoração do texto para torná-lo palatável a um público amplo. Nenhum comentarista prestou atenção a esse detalhe e leu a obra como nova (leitura que se repetiu até os anos 1990). Ao considerar o livro como inédito, os articulistas de *A Gazeta* e da *Folha da Manhã* tratam dos mesmos temas candentes nos anos 1930: o gosto pela leitura, a disputa entre a literatura nacional e a estrangeira pelas preferências do público, as obras sobre os sertões, através da qual há um elogio ao escritor mineiro – sugerindo-se até sua adoção nas escolas como vetor de brasilidade.

Todavia, o mesmo texto das obras de finais dos anos 20, modificado por uma nova edição, foi enquadrado e avaliado em gêneros diferentes – sertanista ou aventuras – conforme a questão da segmentação do público foi emergindo ao longo da década de 1930. Essa diferença de abordagem aponta aos autores um lugar distinto para o livro *Mulheres e Monstros* na cultura nacional: no primeiro caso como parte de um repertório de literatura que lança um novo olhar sobre o sertão do país, no segundo como uma empolgante obra de divertimento formadora do gosto pela leitura em um público não especializado, também benéfica aos estudantes pelo fato de João de Minas superar outros escritores na representação fidedigna dos rincões brasileiros. Porém, esta leitura pressupunha uma visão propedêutica do gêneros, já que uma obra sairia de cena assim que cumprisse seu papel de despertar da leitura, dando lugar a obras formadoras do espírito culto e refinado.

Porém, para este articulista, isso não seria de todo um demérito. Vimos que à percepção da carência do similar brasileiro dos novos gêneros (como, entre outros, aventuras) procurou ser suprida por Menotti Del Picchia e João de

Minas, o qual vislumbrou ganhos simbólicos e financeiros com a atuação no nicho aberto pelos livros estrangeiros traduzidos pelas editoras do país e cada vez mais consumidos pelo público. Junto com os editores, esses intelectuais escrevem impactados pelas modificações no mercado editorial da época. O mesmo vale para o artigo de Rubens do Amaral, para quem o livro *Mulheres e Monstros* resolveria excelentemente uma equação complicada aos olhos de alguns intelectuais dos anos 1930: como criar no país uma literatura popular de qualidade estilística / narrativa – uma preocupação cultural – e ao mesmo tempo que fosse genuinamente brasileira, uma preocupação nacionalista bem própria da década.

Referências

ALMEIDA, Leandro Antonio de. *Dos sertões desconhecidos às cidades corrompidas: um estudo sobre a obra de João de Minas (1929-1936)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2008.

AMARAL, Rubens. Romances de Aventuras. *Folha da Manhã*, 6/09/1936, p. 8

CARNEIRO, Caio Porfírio. *Depoimento a Leandro Antonio de Almeida*, 2006, p. 8.

FREIRE FILHO, Aderbal. Quem é Esse Cara? In: Minas, João de. *A Mulher Carioca aos 22 anos*. Rio de Janeiro: Dantes, 1999, p. 211-266.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil* São Paulo: Edusp, 2005;

JOSÉ, Oíliam. Sete Romancistas Mineiros. *Revista da Academia Mineira de Letras*, v. XXII, 1959-1964, Belo Horizonte, p. 61-80.

MICELI, Sergio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945) In: *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 (1979), pp. 69-291.

MINAS, João de. *Mulheres e Monstros*. São Paulo: Unitas, 1933

O próximo livro de João de Minas, a ser editado pela Unitas *A Gazeta*, São Paulo, 03/10/1933, p. 6.

O QUE SE LÊ no Brasil. *Anuário Brasileiro de Literatura.*, ed. Pongetti, v 2, 1938, p. 403-408.

PICCHIA, Menotti del. Prefácio a *Kalum* (1936). In: *Obras Completas*. v. 4. Rio de Janeiro: A noite, 1946.

SEIXAS SOBRINHO, J. Sessenta anos depois tarefeiro da imprensa chega ao estrelato. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 2, sexta 04/01/1991, p. 8-9.

SIQUEIRA, F. Falta de Público. *Correio Paulistano*, 15/12/1934, p. 5.

SORÁ, Gustavo. *Brasilianas*. José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro. São Paulo: Edusp / ComArte, 2010.

América,

um livro essencialmente intertextual

MILENA RIBEIRO MARTINS (UFPR)

O livro **América** foi publicado em 1932, depois de um período de quatro anos em que Lobato vivera nos EUA, trabalhando como adido comercial na embaixada do Brasil em Nova York. Trata-se de uma narrativa de ficção, de gênero híbrido, na qual um narrador brasileiro (sem nome) e seu amigo inglês (Mr. Slang) passeiam pelos Estados Unidos e conversam sobre a sociedade norte-americana, tecendo comparações com a sociedade brasileira. Os temas das conversas são variados: economia, política, voto secreto, arquitetura moderna, universidades, bibliotecas, integração das mulheres à vida pública, rádio, cinema, censura, língua e outros. Essa dupla de personagens já havia aparecido no livro **Mister Slang e o Brasil** (1927), cujos temas centrais são a política e a economia brasileiras do governo Arthur Bernardes (1922-1926), sendo que predominam no livro a crítica a esse governo e uma certa esperança com relação ao governo Washington Luís (1927-1930). Talvez por causa dos comentários de Mr. Slang a respeito do Brasil,

pela acidez de suas críticas e pelo aspecto inusual das suas análises, o personagem inglês é frequentemente tomado como um alter-ego do escritor, afirmação que às vezes soa como evidente, mas que outras vezes pode conduzir a equívocos interpretativos, como veremos depois.

Antes de sua viagem aos Estados Unidos, já se observava na obra de Lobato um crescente interesse pela sociedade norte-americana. Em 1926, o escritor publicou em jornais artigos sobre Henry Ford, que depois viriam a ser reunidos em livro; também em 1926 publicou o polêmico romance **O choque de raças**, posteriormente intitulado **O presidente negro**, para o qual ele planejava uma edição em língua inglesa – o que nunca ocorreu.

A viagem de Lobato para os Estados Unidos teve significativas consequências para a sua obra: a inclusão de personagens e personalidades do cinema e dos quadrinhos norte-americanos nos seus livros infantis, desde 1928, com a publicação de episódios que viriam a constituir as **Reinações de Narzinho**; a ambientação e os temas de **América** (1932); a ambientação de aventuras de personagens do sítio nos Estados Unidos, em **Viagem ao Céu** (1932) e **A chave do tamanho** (1945); a tradução e/ou adaptação de uma série de obras da literatura norte-americana nas décadas de 1930 e 1940. Cito, a título de exemplo, indicando as datas de edição das traduções: de Jack London, *Caninos brancos* (1933), *O lobo do mar* (1934), *O grito da selva* (1935), *A filha da neve* (1947); de Mark Twain, *Aventuras de Huck* (1934); de Eleanor Porter, *Pollyanna* (1934); de H.G.Wells, *O Homem Invisível* (1934) e *A Ilha das Almas Selvagens* (1935); de Herman Melville, *Moby Dick* (1935); de Edgar Rice Burroughs, *Tarzan* (1935); de W.R.Burnett, *O pequeno César* (1935); de Armitage Trail, *Scarface: o Tzar dos gangsters* (1935); de Ernest Hemingway, *Por quem os sinos dobram* (1942) e *Adeus às armas* (1942); de Anna Sewell, *Diamante negro, história de um cavalo* (s/d); de John Steinbeck, *Noite sem lua* (1943), dentre outros. (Cf. LAJOLO, s/d; e BOTTMANN, 2011)

São evidentes, portanto, as marcas deixadas na obra de Lobato pela sociedade norte-americana e sobretudo por sua cultura. Dada a posição ocupada por ele no sistema literário brasileiro da primeira metade do século XX – quando

atuou como escritor, crítico e editor –, o estudo das relações intertextuais inscritas em sua obra traz elementos significativos para a compreensão da circulação de livros e ideias no Brasil a partir de então. E, somado a isso, o estudo das traduções feitas por ele também é da maior relevância para a compreensão da recepção da literatura e da cultura norte-americanas no Brasil a partir dos anos 1930.

Para estudos dessa natureza, **América** desempenha portanto um papel central.

II

Encontra-se em **América**, por exemplo, referência a um escritor aparentemente pouco relacionado com os estilos e temas caros a Lobato – o dramaturgo Eugene O'Neill, cuja peça **Strange Interlude** é mencionada numa conversa ficcional a respeito da censura ao cinema e a obras literárias. Mr. Slang considera essa peça “a obra-prima do teatro moderno” e supõe que, por causa da censura, ela “jamais entrará no cinema.” (LOBATO, 1948a, p.140) A razão para essa impossibilidade devia-se, segundo ele, à censura em vigor nos Estados Unidos, que mutilava e modificava obras que ferissem a moral puritana, fossem elas obras americanas ou estrangeiras. No mesmo capítulo de **América**, Mr. Slang apresentava o *modus operandi* dessa censura e previa seus efeitos:

“Religião, política e relações conjugais têm que ser reduzidas sempre a banalíssimas situações ‘inofensivas’ – critério que adotado para o livro viria destruir toda a obra dos maiores dramaturgos da humanidade, de Shakespeare a O’Neil.” (idem, p.136)

Como se vê, o texto de Lobato faz dois elogios superlativos à obra do dramaturgo. Apesar de a peça **Estranho interlúdio** ter recebido o prêmio Pulitzer em 1928 e ter sido transformada em filme em 1932 (LORENTZ, 1986, p.91-94), a obra de O’Neill parece não ter sido suficientemente conhecida no Brasil dos anos 1930. É o que se presume a partir de uma afirmação de Nelson Rodrigues,

que, surpreso porque o considerassem sempre um herdeiro de Pirandello, e não de O'Neill, afirma que "em 1943, ninguém sabia, aqui, da existência de Eugene O'Neill". (apud FARIA, 1998, p.138) A referência, na obra de Lobato, à peça **Estranho Interlúdio** se soma a algumas poucas vozes brasileiras que divulgaram e resenharam naquele momento a obra do dramaturgo americano.¹

Não está claro no texto de Lobato, mas nossas pesquisas nos levaram a verificar, que as palavras de Mr.Slang a respeito da censura ao cinema e a respeito de O'Neill são, na verdade, uma adaptação de relatos e considerações críticas de um importante cineasta americano, Pare Lorentz, que em 1930 havia publicado um artigo a esse respeito na revista *The Scribner's*, no qual se lê:

"Religion, politics, and marital relations are cut to the most banal situations. Little of Ibsen, Shakespeare, O'Neill, or Tolstoy could reach the screen in original form. The three Tolstoy manuscripts that have been filmed are almost unrecognizable." (LORENTZ, 1986, p.55)

No capítulo XVI, Mr. Slang menciona explicitamente o autor desse texto, o título do seu artigo e a revista em que ele fora publicado, fornecendo um importante documento do processo criativo de **América** e uma pista sobre o seu modo de construção – embora não informe estar traduzindo ideias alheias. Como a narrativa ficcional apresenta um diálogo sobre a sociedade americana, não surpreende que ideias em circulação nos EUA e até mesmo textos norte-americanos se fizessem presentes nos discursos dos personagens. Nessa situação ficcional, Lobato faz de Mr. Slang um porta-voz de Lorentz e, de maneira mais ampla, um divulgador de ideias circulantes nos Estados Unidos.²

Não se pense, por isso, que Lobato apenas citara, de maneira acrítica, o comentário alheio. Em primeiro lugar, porque o texto de Lorentz é seu ponto de partida, mas não é traduzido literalmente por ele; as formulações críticas mais

¹ Christina Barros Riego (2008) menciona pelo menos duas resenhas da obra de O'Neill em revistas brasileiras, nos anos de 1928 e 1929.

² Parágrafos inteiros do artigo do cineasta são traduzidos, adaptados e citados nos capítulos XVI e XVII de *América*. Analisamos essa relação entre os textos em MARTINS, 2011.

enfáticas de Mr.Slang não estão no texto de Lorentz: é Mr.Slang quem considera **Estranho Interlúdio** “a obra-prima do teatro moderno” e é ele também quem coloca seu autor ao lado de Shakespeare no panteão dos “maiores dramaturgos da humanidade”. A formulação de Lorentz cita também Ibsen e Tolstói, os quais Lobato deixa de lado. Em segundo lugar, pode-se perceber que, para além das considerações de Lorentz sobre O’Neill, Lobato também menciona a obra do dramaturgo entre suas leituras mais frequentes, explicitando sua admiração por ele. Numa carta de 26 de junho de 1930, Lobato escreve a seu amigo Godofredo Rangel:

“Nunca mais, senão ocasionalmente, li português. Meus jornais matutinos são o *Time* e o *Sun*. Minha *Revista do Brasil* é o *American Mercury*, com o tremendíssimo Henry Mencken lá dentro. Meus autores: esse Mencken, O’Neil e tantos outros cujos nomes nada te dizem. Meus homens do rádio são o Amos and Andy, o Floyd Gibbons e não sei quem mais. Meu enlevo é a risada *by air* de Julia Sandersen. Até à música me entreguei, eu, tão pouco musical. O jazz me deleita, e enlevo-me nos *songs*, nos *Broadway’hits*, no perpétuo marulho oceânico desta Broadway onde moro.” (LOBATO, 1948b, p.320)

III

O mergulho de Lobato na sociedade norte-americana é frequentemente mencionado por biógrafos e críticos por meio de imagens que o pintam como ingênuo e sonhador. Nelson Palma Travassos participou da criação dessa imagem ao caracterizar o viajante por meio das seguintes expressões:

“[Lobato] vai aos Estados Unidos. Admira a civilização que lá encontra. Perscruta as causas.

Descobre que tudo se baseia no ferro e no petróleo. Imagina dotar o Brasil com estes dois elementos. Estuda o melhor processo. Supõe tê-lo encontrado. Na sua imaginação antevê um Brasil reflorado, próspero, estadunizado pela aceitação das suas idéias. E ninguém o

segura mais dentro dos sonhos. [...] Entra aí o Lobato criança que não perde nunca o contacto com a realidade.” (TRAVASSOS, 1974, p.174)

A associação entre admiração e ingenuidade parece imediata nesse texto e em outros, nos quais a intensidade da emoção do viajante é tomada como falta de senso crítico, como se Lobato tivesse deixado de lado toda a veia crítica e satírica que o movera até então para se ufanar do país estrangeiro. Ele parece efetivamente fascinado pelo país rico e industrializado, suas palavras o fazem supor; porém, é muito importante inserir os indícios dessa fascinação dentro de um dado estilístico: Lobato era um homem exaltado, seus textos pessoais e públicos estão recheados de adjetivos elogiativos e de advérbios de intensidade quando ele se refere aos seus maiores projetos (suas editoras, a siderurgia ou o petróleo).

O estilo entusiasmado e intenso da escrita lobatiana, perceptível desde o artigo “Uma velha praga” (LOBATO, 1918), certamente ajudou a criar uma imagem passional do escritor; também o sucesso de sua literatura infantil e a fantasia utópica daquele universo parecem ter se colado à imagem do escritor, fazendo de sua figura quase que um personagem de si mesmo.

No caso de sua produção infantil, é comum que críticos leiam as ideias de Emília como expressão do pensamento do autor. Certamente há ideias do autor plasmadas nas falas de seus personagens. Mas Emília é muito mais radical que seu autor, e as asneiras que ela diz ou nas quais pensa são muitas vezes rechaçadas por outros personagens do próprio texto lobatiano, o que explicita o desmerecimento de algumas de suas ousadias pelo conjunto do texto em que elas se inserem. Assim como Emília, Mr. Slang também é tomado, frequentemente, como alter-ego de Lobato. E, por extensão, **América** é muitas vezes interpretada como expressão ficcional das ideias nada ficcionais do escritor sobre os Estados Unidos. A associação entre Lobato e um dos dois personagens (ora Slang, ora o narrador) é favorecida seja pela falta de nome do narrador (o que o torna facilmente associável a Lobato), seja pela semelhança

entre a situação vivida pelo escritor e pelos personagens, todos os três estrangeiros em viagem aos Estados Unidos.

Se **América** fosse um texto confessional, teríamos ali um conjunto de impressões e opiniões do escritor revestidas por uma estrutura ficcional que funcionaria como uma máscara que o intérprete se esforçaria para descolar do texto, a fim de chegar à face límpida das ideias do escritor. Postulamos que seja diferente. Embora haja semelhanças entre impressões e ideias defendidas pelos personagens e impressões e ideias formuladas em outros textos pelo escritor, há que se destacar um aspecto fundamental para a interpretação de **América**: trata-se de uma obra essencialmente **intertextual**.

De acordo com a concepção bakhtiniana de discurso, todo enunciado é dialógico; em **América** essa característica foi elevada a categoria estruturadora da obra. O livro é feito em grande parte (ainda que não explicitamente) da colagem de fragmentos de textos alheios e não, como tem sido lido, da justaposição de ideias autorais sobre problemas do seu tempo.

Vejamos um exemplo disso, para somar-se à citação feita anteriormente.

IV

Um dos temas centrais das conversas entre o narrador e Mr. Slang é a arquitetura urbana, os arranha-céus novaiorquinos: suas dimensões, seus usos comerciais e residenciais, as diferenças impostas ao modo de vida dos cidadãos por essa novidade arquitetônica, além de projetos futuros para a vida urbana (Cf. MARTINS 2014). Nos parágrafos finais do capítulo XIX de **América**, os dois amigos descem do topo do Chrysler Building (o então novíssimo arranhacéu novaiorquino, inaugurado em 1930) e vão tomar um refresco, enquanto Mr.Slang apresenta algumas concepções de arte e arquitetura, explicando que a arquitetura urbana americana subvertia os conceitos tradicionais de arte:

“Do picapau³ pulamos para Ruskin, de quem Mr. Slang puxou a definição de arquitetura – arte de construir com beleza.

– Não é esta a concepção do americano, disse ele pedindo um novo drink. Aqui a preocupação de beleza está afastada. Arquitetura limita-se a ser a arte de construir honestamente, logicamente, sem vergonha, sem pretensão ou subserviência para com as formas do passado que já não se coadunam com a vida moderna.

Aquelas palavras do meu inglês, ditas em tom mais alto que baixo para cobrir o rumor ambiente dum bar mais que repleto, atraíram a atenção dum sujeito que se sentara a um canto da nossa mesa, não existindo nenhuma vazia àquela hora. Seus olhos brilharam e, interrompendo a ingestão do refresco que sorvia, ele voltou-se para Mr. Slang, com cara alegre.

– Perdão, se me dirijo dessa maneira, mas é arquiteto, por acaso? perguntou.

– Não. Apenas um observador da arquitetura, respondeu Mr. Slang. Acabamos de descer do Chrysler Building, donde fomos ver as luzes da cidade. O senhor sei que é arquiteto – a sua pergunta o indica.

– Sim. Sou arquiteto. Tenho colaborado na fatura desta nova New York que anda a prenciar a novíssima – quiçá a definitiva.

– Oh, definitiva! exclamou Mr. Slang sorrindo. Como soa estranha essa palavra na boca dum arquiteto americano!...

– Se tem tempo de ouvir-me, respondeu o desconhecido, talvez eu consiga justificar a expressão chocante.” (LOBATO, 1948a, p.155-6)

Como se percebe, Mr.Slang ancora seu discurso explicitamente em um texto alheio, ao citar [Jonh] Ruskin, crítico de arte inglês. A citação serve apenas como ponto de partida para que ele apresente, em seguida, uma nova concepção de arte e arquitetura, atribuída à moderna sociedade americana. Segundo o narrador, as palavras de Mr. Slang atraem a atenção de um arquiteto, dando início a um diálogo que, “resumido”, é o tema do capítulo XX, que começa assim:

³ Esse início de parágrafo refere-se ao tema da conversa anterior, os ruídos das construções urbanas em Nova York, representados (por semelhança sonora) pelo picapau.

“Havia tempo. Começamos a ouvi-lo. Era homem muito interessante de ideias, boa coisa para mim, que estudava a grande metrópole e me pelava por contatos com os lídimos representantes da sua mentalidade.

O que ele nos disse poderá ser resumido assim: [...]” (LOBATO, 1948a, p.157)

Duas vezes, portanto, discursos alheios são explicitamente citados, incorporados ao diálogo dos dois personagens, ampliando assim a complexidade da palestra de Mr.Slang. Tudo isso se dá na camada aparente do discurso. Numa análise de suas camadas mais profundas, podemos perceber que Mr.Slang já estava citando o arquiteto. Trata-se de Harry Allan Jacobs (como nos informa o texto ficcional), nome bem conhecido do leitor novaiorquino de então. Um de seus artigos, publicado no jornal **The New York Times**, começa como começara a conversa de Mr.Slang:

“Ruskin’s definition of architecture was the art of building beautifully. Now we have a new conception of beauty and so I would like to define modern architecture as the art of building honestly and logically, without sham, pretense or slavish copying ideas of the past which do not fit into our modern lives.” (JACOBS, 30/11/1930)

Na ficção, temos uma mesa de bar, barulho ambiente e uma conversa entre amigos, conversa tão envolvente que é capaz de chamar a atenção de um ouvinte e dispô-lo a se intrometer, incorporando-se ao diálogo. No laboratório do escritor, podemos imaginar Lobato numa sala de estar, numa mesa num café ou na embaixada, lendo o jornal e selecionando, dentre vários, o artigo do renomado arquiteto, comentando-o com a esposa, com um dos filhos, com um colega do serviço diplomático e decidindo-se, em seguida, por recortá-lo, extraíndo-o do burburinho de textos com os quais ele convivia no preto e branco do jornal.

Uma pesquisa nos arquivos do **The New York Times**, o jornal mais citado em **América** (Cf. MARTINS, 2010), nos permite saber que Harry Allan Jacobs

havia publicado uma série de artigos no jornal, nas edições de domingo: em 30/11/1930, ele assinou artigo intitulado “New architecture based on utility”; em 07/12/1930, “Raymond Hood uses tablecloths and pillars in planning modern skyscrapers”; em 14/12/1930, “Height of future skyscrapers controlled by economic factors”; em 28/12/1930, “Color in architecture”; em 25/01/1931, “Architect discusses problem of cheap housing in Manhattan”; em 08/03/1931, “Architect urges series of small parks for light and air in congested areas”; em 13/12/1931, “Architects discuss future building”; em 17/01/1932, “A scene at the architectural league”. Em outras datas, mais ou menos coincidentes com o período em que Lobato esteve nos EUA, no intervalo entre 1926 e 1932 (quando Jacobs faleceu), o jornal faz importantes e extensas referências ao premiado arquiteto, que ocupou posição de destaque em comitês de planejamento urbano da cidade de Nova York. Para usar as palavras do narrador, ele era um “lídimio representante” da mentalidade daquela metrópole.

O narrador lobatiano anuncia que resumiria a conversa tida com Jacobs. O que ele faz, porém, é traduzir quase integralmente o seu artigo “New architecture based on utility”. Mais da metade do capítulo XX de **América** é dedicado à tradução desse texto. Ao final, o suposto resumo das ideias do arquiteto é arrematado com um pequeno diálogo, enquanto os três personagens caminham rumo ao metrô, ainda conversando sobre arquitetura urbana.

O artigo de Jacobs faz um pequeno passeio pela história da arquitetura em diferentes tempos e lugares, argumentando que as edificações se vinculam ao modo de vida de uma sociedade e de uma época. Depois de inserir em sua análise as pirâmides do Egito, o Partenon grego, catedrais góticas e o louvor ao espírito renascentista, o arquiteto se refere apressadamente à arquitetura barroca, para enfim chegar ao estilo americano, “a true american style”. Segundo ele, o estilo americano tem início no estilo colonial, uma adaptação do estilo georgiano inglês. Vejamos este trecho, nas palavras de Jacobs e nas do narrador lobatiano:

<p>Jacobs:</p> <p>In America we developed the truly American style – the Colonial, an adaptation of the English Georgian. Then came that nightmare – the Victorian Gothic, which fitted so perfectly the stilted and narrow Victorian period. (Jacobs, 30/11/1930)</p>	<p>O narrador lobatiano:</p> <p>Na América começamos, já de cara, criando alguma coisa. O nosso estilo colonial é mais adaptação do que cópia do georgiano inglês da época. Depois, o grande pesadelo – aquele estilo vitoriano gótico, que tão bem condizia com a hipocrisia e estreiteza da Era Vitoriana. (Lobato, 1948a, p.158)</p>
--	---

Embora a tradução feita por Lobato esteja bastante próxima do original, nesse trecho e em alguns outros percebe-se o peso da mão do tradutor na inserção de pontos de vista bastante pessoais. Se Jacobs afirma que os americanos “developed the truly American style”, desenvolveram um verdadeiro estilo americano, Lobato prefere inserir a expressão “já de cara” e o verbo “começamos criando”. Além de inserirem seu texto um traço de oralidade, bastante adequado à situação narrativa, o texto de Lobato sugere que o americano foi *ágil* e *criativo*. Essas duas imagens, bastante presentes ao longo de **América**, talvez fizessem parte do imaginário brasileiro a respeito dos norte-americanos. Mais importante ainda na primeira frase do parágrafo citado é a maneira como Lobato traduz a explicação de Jacobs sobre o estilo colonial: “an adaptation of the English Georgian”. No texto brasileiro, o tradutor insere a distinção entre cópia e adaptação, distinção que não estava presente no original, mas que faz lembrar outros textos de Lobato, especialmente alguns sobre estilo e arquitetura paulistana, publicados em 1918 nas páginas de *O Estado* e reunidos, em 1919, no livro **Ideias de Jeca Tatu**. Nesses artigos, as ideias enfáticas de Lobato sobre arte e arquitetura clamam pela criação de um estilo nacional, que se opusesse e se sobrepusesse à cópia ou macaqueamento da arquitetura europeia. É o que se percebe, por exemplo, no artigo “A criação do estilo”, em que se lê:

“Nossas casas não denunciam o país.

Mentem à terra, ao passado, à raça, à alma, ao coração.
Mentem em cal, areia e gesso, e agora, para maior duração da mentira, começam a mentir em cimento armado.

Dentro de um salão Luiz XV somos uma mentira com o rabo de fora. Porque por mais que nos falsifiquemos e nos estilizemos à francesa, Tomé de Souza e os 400 degredados berram no nosso sangue; Fernão Dias geme; Tibiriçá pinoteia e Henrique Dias revê o seu pigmentozinho de contribuição.” (LOBATO, 1948c, p.25)

No artigo seguinte, “A questão do estilo”, Lobato volta ao tema e aprofunda-o, respondendo a críticas recebidas ou pressupostas:

“Não se pede volta ao passado, bocós! Seria tão absurdo restaurar o estilo colonial como restaurar o Valongo, com escravos à venda e Debret de álbum em punho a copiar cenas de escravatura. A vida não anda aos saltos, para diante ou para trás, conforme agrade à veneta de alguém. A vida norteia-se por uma coisa chamada evolução, que um senhor inglês chamado Spencer com muito engenho reduziu a lei. O presente é a evolução do passado. O homem é a evolução do menino, como o menino é a evolução de uma célula. [...] Nosso estilo deve ser a decorrente natural do estilo com que os avós nos dotaram. Sempre vivo, sempre em função do meio, se quer fugir à pecha de rastacuerismo deve retomar a linha do passado e desenvolvê-la à luz da estesia moderna.” (idem, p.31-3)

Voltando à comparação dos excertos de Jacobs e Lobato: o texto lobatiano contém uma distinção entre cópia e adaptação que estabelece um vínculo entre as ideias brasileiras e as americanas. Por que Lobato teria selecionado, dentre os artigos lidos, justamente o de Jacobs? Possivelmente, na grande quantidade de textos disponíveis, ele selecionara um que admirasse e com o qual concordasse. Na ficção lobatiana, o arquiteto americano se interessou pela conversa ouvida por afinidade de interesse; no processo de criação da obra, parece ter ocorrido o mesmo a Lobato. Ele encontra, nas palavras de Jacobs, uma corrente de pensamento e de interesse algo semelhante à sua.

A importação de modelos europeus, tema dos artigos de Lobato, também é referida por Jacobs na história da arquitetura americana. Analisando esse modo de agir, Jacobs afirma: “The young architects of America emulated their

masters, copying old buildings and trying to make them fit our modern conditions, and not always with success [...]” (JACOBS, 30/11/1930)

O trecho aparece em **América** assim adaptado: “Os jovens arquitetos da América deram de emular os dois mestres, copiando as velharias da Europa e adaptando-as às nossas modernas condições, nem sempre de maneira feliz [...]” (LOBATO 1948a, p.159) Talvez se possa perceber um risinho irônico do tradutor na escolha da expressão “velharias da Europa”, em vez de edifícios *velhos* ou mesmo *antigos*.

Há alguns significativos pontos de contato entre o estilo de Jacobs e o de Lobato, mais neste artigo do que em outros. Trata-se de um texto em que os aspectos históricos pesam mais do que eventuais proposições, guardadas para outros textos. Há também elogios ao estilo colonial, também presente nos referidos artigos de Lobato.

Há diferenças (ou conflitos) importantes, porém: em outros artigos⁴ Jacobs propõe a criação de parques elevados, para trazer ar e natureza ao coração de Manhattan; propõe intervenção governamental no planejamento urbano para construção desses parques; propõe a construção de calçadas elevadas (“overhead sidewalks”) para trânsito de pedestres; e lastima-se de que não tivesse havido limites de andares para os edifícios, transformando a cidade num Frankenstein. Não sabemos se Lobato leu esses artigos, alguns deles publicados depois de seu retorno ao Brasil. Nem sempre as ideias de Jacobs se coadunam com as ideias liberais de Mr.Slang, um defensor da não-intervenção governamental, tanto quanto defensor das inovações arquitetônicas.

No final do capítulo XX, o narrador pergunta a Jacobs a respeito da altura dos arranhacéus, até onde eles poderiam chegar:

“– Imprevisível. Esta semana apareceu uma notícia de sensação para nós construtores. Um professor da Universidade de Ohio alega ter inventado um novo tijolo do peso de vinte libras por metro cúbico, em vez de cento e vinte, como os de que dispomos hoje. Se essa invenção

⁴ Especialmente em Jacobs 14/12/1930, 08/03/1931 e 13/12/1931.

resultar prática, poderemos prever estruturas de uma milha de alto. [...] Com um material seis vezes mais leve e da resistência e indestrutibilidade desse anunciado no Ohio, poderemos sextuplicar a altura do Empire – seis vezes 380 dá 2.280 metros, mais que a milha que tanto o assustou...” (LOBATO, 1948a, p.161)

O personagem-arquiteto não se espanta com o que antevê – edifícios ainda mais altos. Mas o arquiteto-articulista antevê (e deseja) outra coisa: limite de altura para os edifícios, sob o risco de a cidade se transformar num Frankenstein, desprovido de luz e ar.

Essa formulação apareceu num curioso artigo, publicado no domingo seguinte, no mesmo jornal: “Height of future skyscrapers controlled by economic factors”. O artigo é dividido em duas partes. Na primeira, mais nostálgica, Jacobs se lamenta da “folie de grandeur” dos americanos, que produziu uma cidade sem luz e sem ar fresco. Na segunda parte, escrita depois de um almoço com outro arquiteto (Harvey Wiley Corbett), um “dínamo”, defensor dos arranhacéus, ele se mostra mais eufórico com a paisagem moderna, mesmo que num futuro houvesse a necessidade de se construírem calçadas e ruas elevadas para os pedestres transitarem, já que as ruas de baixo estariam tomadas pelos carros. Ambos concordam, porém, com a necessidade de planejamento urbano.

Assim como acontece na **América** de Lobato, esse artigo de Jacobs apresenta uma pluralidade de pontos de vista no que diz respeito ao tema da discussão. Terá Lobato lido também esse artigo? Teria nascido ali – ou sido fermentada ali – a ideia do encontro de dois temperamentos diferentes, um deles estimulando o outro a pensar de modo diferente?

Esse encontro entre personalidades e ideias divergentes mostra-se (no artigo de Jacobs e na narrativa ficcional de Lobato) como parte das instabilidades da vida nas grandes cidades modernas. Marshall Berman define a atmosfera que dá origem à sensibilidade moderna como sendo marcado por “agitação e turbulência, aturdimento psíquico e embriaguez, expansão das possibilidades de experiência e destruição das barreiras morais e dos compromissos pessoais, autoexpansão e autodesordem, fantasmas na rua e na alma”. (BERMAN, 1986,

p.28) Nesse mundo em estado de agitação e transformação, não há lugar para certezas, elas são provisórias. O debate de ideias (em vez do ensaio monológico), com incorporação explícita de vozes variadas ao discurso, parece ser um gênero mais adequado à efemeridade das verdades e às incertezas quanto ao futuro. Até as próprias ideias e o modo de conceber o mundo estão se dissolvendo no ar. Ou se dissolvendo na pluralidade de vozes constitutivas do mundo moderno.

Nesse sentido **América** parece instaurar um importante capítulo na bibliografia lobatiana. É nele que se apresenta com grande força um aspecto sugerido em outras narrativas (como, por exemplo, nos contos “Bocatorta” e “O matapau”), que é o uso recorrente do **diálogo** como elemento central da estrutura ficcional. Ampliando ou aprofundando esse dialogismo, **América** e boa parte das narrativas infantis de Lobato funcionam como uma espécie de caleidoscópio: elas contêm diferentes ideias e posicionamentos, os quais, somados, deixam ver a pluralidade de pontos de vista por meio dos quais um mesmo fato poderia ser narrado ou avaliado. O dialogismo, aspecto constitutivo da própria linguagem, assume função estruturadora em **América**. Ele está presente na estrutura ficcional que cria e mantém o diálogo e, mais ainda, na estrutura subjacente à obra, no emaranhado tecido ficcional, no qual uma leitura atenta pode vir a identificar a pluralidade de vozes de que o texto se constitui.

Referências bibliográficas

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a estrutura da modernidade**. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti, São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOTTMANN, Denise. “Traduções de Monteiro Lobato” in **Não gosto de plágio** [blog], 14/01/2011. Disponível em <<http://naogostodeplagio.blogspot.com.br/2011/01/traducoes-de-monteiro-lobato.html>> Acesso em 01/nov/2013.

FARIA, João Roberto. **O teatro na estante: estudos sobre dramaturgia brasileira e estrangeira**. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 1998.

JACOBS, Harry Allan. "New architecture based on utility". **New York Times**, 30/Nov/1930. **ProQuest Historical Newspapers The New York Times**, p.RE2.

..... "Raymond Hood uses tablecloths and pillars in planning modern skyscrapers". **New York Times**, 07/Dez/1930. **ProQuest Historical Newspapers The New York Times**, p.172.

..... "Height of future skyscrapers controlled by economic factors". **New York Times**, 14/Dez/1930. **ProQuest Historical Newspapers The New York Times**, p.RE2.

..... "Color in architecture". **New York Times**, **New York Times**, 28/Dez/1930. **ProQuest Historical Newspapers The New York Times**, p.RE2.

..... "Architect discusses problem of cheap housing in Manhattan". **New York Times**, 25/Jan/1931. **ProQuest Historical Newspapers The New York Times**, p.RE2.

..... "Architect urges series of small parks for light and air in congested areas". **New York Times**, 08/Mar/1931. **ProQuest Historical Newspapers The New York Times**, p.160.

..... "Architects discuss future building". **New York Times**, 13/Dez/1931. **ProQuest Historical Newspapers The New York Times**, p.RE2.

..... "A scene at the architectural league". **New York Times**, 17/Jan/1932. **ProQuest Historical Newspapers The New York Times**, p.RE2.

LAJOLO, Marisa (coord). "Inventário do fundo Monteiro Lobato" in **Projeto Monteiro Lobato e outros Modernismos brasileiros**. [website] Campinas, Universidade Estadual de Campinas, s/d. Disponível em <<http://www.unicamp.br/iel/monteirolobato/livros.htm>> Acesso em 01/nov/2013.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. 1.ed. São Paulo: Edição da Revista do Brasil, 1918.

..... **América: os Estados Unidos de 1929**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1948a.

..... **A barca de Gleyre**. 2.tomo. Obras Completas de Monteiro Lobato. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1948b.

..... **Ideias de Jeca Tatu**. Obras Completas de Monteiro Lobato. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1948c.

..... **Mister Slang e o Brasil e Problema Vital**. Obras Completas de Monteiro Lobato. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1948.

..... **A Onda Verde e O Presidente Negro**. Obras Completas de Monteiro Lobato. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1948.

..... **Reinações de Narizinho**. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

..... **Viagem ao Céu**. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

..... **A chave do tamanho**. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

LORENTZ, Pare. **Lorentz on film, movies 1927 to 1941**. Norman: University of Oklahoma Press, 1986.

MARTINS, Milena Ribeiro. "Monteiro Lobato e Mister Slang, leitores do *The New York Times*" in **Anais do IX Jalla**. Niterói, RJ, 2010. pp.316-322.

..... "Censura na América" in **Anais do XII Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada**. Curitiba: e-book, 2011. Disponível em <<http://www.abralic.org.br/anais/cong2011/AnaisOnline/resumos/TC0130-1.pdf>> Acesso em 31/out/2013.

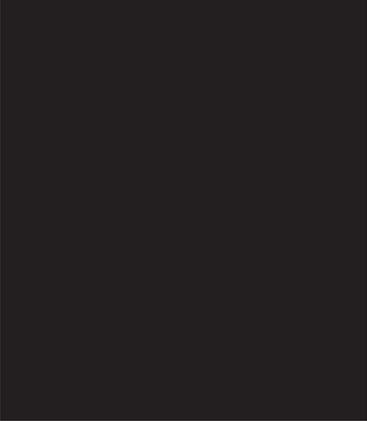
..... "América: um país, homens e livros" in LAJOLO, Marisa (org.). **Monteiro Lobato, livro a livro: obra adulta**. São Paulo: Unesp, 2014, pp.249-262.

O'NEILL, Eugene. **Estranho interlúdio**. Trad. e apres. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

RIEGO, Christina Barros. **Do futuro e da morte do teatro brasileiro: uma viagem pelas revistas literárias e culturais do período modernista (1920-1942)**. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - FFLCH, USP, São Paulo, 2008.

Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-02122008-144942>> Acesso em: 31/out/2013.

TRAVASSOS, Nelson Palma. **Minhas memórias dos Monteiros Lobatos**. São Paulo: Clube do Livro, 1974.



ESCRITA, EDIÇÃO E LEITURA
NA AMÉRICA LATINA

PARTE VII

PERIODISMO



Sobre América Literaria.

Cuadernos Quincenales de Artes, Ciencias y Letras (1921-1922)

VERÓNICA DELGADO - IDIHCS (UNLP-CONICET)

Una propuesta editorial al filo de los años 20

América Literaria. Cuadernos quincenales de artes, ciencias y letras fue una colección de libros publicada en Buenos Aires por la editorial Bayardo. Compuesta por trece números, aparecidos entre julio de 1921 y enero de 1922, constituye una intervención relevante en relación con dos cuestiones vinculadas entre sí: la conquista de un público constituido por sectores populares, mediante una acción divulgadora y, en segundo lugar, menos evidente, en el modelado de una identidad cultural, a partir de la incorporación de variadas voces continentales. *América Literaria* participó de una modalidad editorial que ya había sido ensayada algunos años antes con buenos resultados y que compartiría con otros emprendimientos similares contemporáneos. Lafleur,

Alonso y Provenzano afirman que este tipo de publicación (quincenal, mensual, semanal) inaugura una variante nueva para la Argentina: la publicación periódica de un cuadernillo dedicado a difundir una obra corta.¹ Estas apuestas editoriales están ligadas con los cambios sustanciales que, alrededor de esos años, empezaron a distinguirse en la producción cultural del país -a la que la afectaron de modo global- e indicaron el comienzo de la extinción de un tipo de apropiación patriarcal de la cultura (Montaldo, "El origen..."). Estos cambios del mundo cultural remiten a los procesos de modernización que, desde las últimas décadas del siglo XIX, han operado transformaciones económicas, políticas, sociales y culturales. De este modo, los cambios sociales dieron lugar a eficaces políticas culturales de alfabetización a cargo del Estado, tendientes a la construcción de una ciudadanía. El resultado de tales políticas, fundamental para la cultura, fue la conformación de un público lector nuevo, que contrariamente a una cultura letrada más restringida, que prefería el formato libro haciendo de esta elección un rasgo relevante de diferenciación, se volcó hacia el consumo de objetos más efímeros como los de la prensa periódica (diarios, periódicos, folletines, folletos, semanarios, etc.) que funcionaron como espacios en los que no solo ejercitaban sus competencias lectoras, sino también de escritura. Esta nueva distribución de la lectura y la escritura -actualizada en la multiplicación de discursos y géneros- constituyó un factor central que tuvo sus efectos concretos en una valoración y un vínculo con el mercado en el que entonces se aspiró a intervenir. Aunque esas apreciaciones y contactos no eran nuevos, cobraron un carácter afirmativo más evidente y desde el campo editorial se generaron numerosas y variadas respuestas, que no pueden dissociarse del fuerte signo mercantil de la cultura. Cabe aclarar que, durante esa década de 1920 la industria editorial experimentó un desarrollo sostenido en todas sus ramas: textos literarios y de cultura general, pero también jurídicos, técnicos, universitarios y escolares; ediciones populares, pero también de lujo. No cabe duda de que este crecimiento tuvo un gran impacto sobre la difusión de las

¹ Señalan que este tipo de publicación sirvió de ejemplo *nacional* para las posteriores empresas como *La Novela semanal*, *El cuento ilustrado*; *América Literaria* es mencionada entre las más valiosas junto con *Ediciones Selectas América* de Samuel Glusberg y *Ediciones Mínimas* de Leopoldo Durán son calificadas como "empresas de difusión cultural". Destacan además *El cuento ilustrado* de Horacio Quiroga, *Selección* de Atilio García Mellid, *Nuestra novela* de Alberto Insúa y *Letras platenses*. (Lafleur, Alonso y Provenzano, *Las revistas...* 67).

obras de autores nacionales. En ese contexto se inscribe la iniciativa de los cuadernillos, como modalidad editorial de impulso y éxito extraordinarios, entre 1915 y 1922, que circularon, se vendieron² y fueron leídos en espacios propios de la vida de las ciudades modernas,³ construyendo una zona de confluencia entre el periodismo y los circuitos de lectura más tradicionales y acotados, zona que va a continuar siendo explotada por colecciones posteriores.

América Literaria fue contemporánea de *Ediciones Mínimas. Cuadernos mensuales de Ciencias y Letras*, dirigidas por Ernesto Morales y Leopoldo Durán entre 1915 y 1922, y de *Ediciones Selectas-América* de Samuel Glusberg, cuadernos que salieron mensual y luego quincenalmente de 1919 a 1922.⁴ Como estas colecciones *América Literaria* no difunde textos inéditos, sino obras ya editadas o compilaciones de trabajos realizados para la prensa y que por tanto circularon ampliamente en diarios y revistas; compone pequeñas antologías realizadas a partir de varias obras, en las que ofrece a sus lectores una porción accesible, como muestra representativa de los autores elegidos, en su mayoría vivos (10 de 13)⁵. Por otra parte, a diferencia de esas colecciones, claramente vinculadas a la labor de un editor reconocido o de algún grupo, como sí lo

² En la última página del nº5 se consigna la venta por suscripción (año \$5; número suelto en Capital 0,20 centavos, 0,25 interior). "Pídase en todos los kioscos y librerías". Lleva un "Boletín de suscripción" dirigido al Director de América Literaria solicitándole lo cuente como suscriptor de la publicación e indicando "escriba claro".

³ "La avidez del público provocó la consiguiente demanda de autores por parte de las editoriales, que obtenían ganancias inesperadas. La novela rosa, con ingrediente erótico a veces muy pronunciado, invadió los puestos de revistas, los quioscos de Avenida de Mayo, las librerías de ocasión. Hubo escritores que cimentaron su popularidad a través de esas páginas y procuraron mantenerla haciendo concesiones al buen gusto y aún al decoro literario. Un número siempre creciente de lectores digirió, a cambio de diez centavos, su hebdomadaria ración de ingenuas que soportaban estoicamente los embates de libertinos sin atenuantes en las calles de una Buenos Aires que nada tenía que ver con la realidad" (Lafleur, Alonso y Provenzano *Las revistas...* 67-68). Como se ve, los autores de *Las revistas literarias argentinas* organizan su mirada sobre las publicaciones atendiendo principalmente a cuestiones de valor estético propias de un circuito más restringido y, al mismo tiempo, según las valoraciones e interpretaciones construidas *a posteriori* y con una mirada descalificadora de la participación de los escritores en colecciones decididamente orientadas por rédito comercial. Afirman: "Autores consagrados -o que lo serían después- no desdeñaron aquella ruta ancha y fácil" (68).

⁴ "Salió hasta 1922, alcanzó los 50 números y se proponía difundir una selección de autores americanos. El primer libro editado, *Florilegio*, de Amado Nervo, cuya visita a Buenos Aires se anunciaba por entonces, fue un éxito auspicioso. Otros títulos tuvieron segundas y terceras reimpressiones. Entre los nombres que se destacan figuran Martín Gil, Alberto Gerchunoff, Baldomero Fernández Moreno, Arturo Capdevila, Arturo Cancela, Roberto J. Payró, Enrique Banchs, Horacio Quiroga y Ricardo Rojas, entre otros. También editó obras de Ingenieros, Juan B. Justo y Mario Bravo, figuras centrales del socialismo dentro del cual Samuel Glusberg se reconocía desde muy joven." (Delgado, Espósito "La emergencia...")

⁵ Los fallecidos son Fray Mocho (1858-1900), Carlos Guido Spano (1827-1018), Amado Nervo (1870-1919). Los vivos: Eugenio d'Ors (1881-1954), Gustavo Martínez Zuviría (1883-1962), Juan José Soiza Reilly (1879-1959), Guillermo Valencia (1873-1943), Manuel Gálvez (1882-1962), Alfredo Bufano (1895-1950), Alejandro Sux (seudónimo de Alejandro José Daudet, 1888-1959), Horacio Caillet-Bois (1898-1968), Ríos Palma (seudónimo de Manuel J. Samperio, 1897-1959), Gregorio Martínez Sierra (1881-1947).

fueron, primero la Ediciones selectas América y más tarde B.A.B.E.L (1922-1928) a cargo de Glusberg, la editorial Nosotros como parte de la revista *Nosotros*, o la Cooperativa Editorial "Buenos Aires" (1917-1925) dirigida por Manuel Gálvez, apuestas todas ellas elaboradas para otro estrato de público no coincidente con el de los cuadernillos.⁶ *América Literaria* se refiere durante 9 de sus 13 entregas a su organización interna en la figura de una "Dirección" sin especificar a quién/es correspondería esa función, que parece estar delegada, sustituida, o mejor, desplazada hacia las decisiones de la editorial. En la contratapa del primer número puede leerse: "Talleres gráficos Bayardo, de Francisco Lorenzo y Cia. Juan Bautista Alberdi 451, Buenos Aires", lo cual confirmaría ese rasgo "empresarial" de *América Literaria*, ya que se trata de una editorial que tiene además su propia imprenta; más adelante en el n° 4, cuando vuelve a definir sus propósitos, se hace explícita la identificación entre la editorial y dirección de los cuadernos.⁷ Esto explicaría, en parte, que los escasos textos programáticos, resalten y muestren su interés por la figura del público hacia el que se dirigen, sin abundar en autodefiniciones. Cuando posteriormente consignan por única vez a Samuel Medrano como su Director, se producirán una serie cambios que hacen posible considerar a *América Literaria* como articulación de las acciones de un sector laico de la juventud católica, en el terreno cultural. Como otras colecciones y revistas, se abre, entonces, con una brevísima presentación en la que se autoriza o justifica en relación con la existencia de lectores legos en asuntos literarios y librescos; y lo hace apelando a una adjetivación del término cultura, "cultura general", que remite a uno de los sentidos activos de la palabra cuyo dominio es pensado como propio de sectores educados, ya no tan exigüos, aunque ligados de modo preferencial con el consumo de libros -y cierta prensa-, dominio desde el cual se destina, organiza y selecciona lo que en nombre de esa "cultural general" identificada con valores y funciones (éticos, estéticos,

⁶Cf. Merbilhaá "1900-1919. La época de la organización..."

⁷ "La editorial Bayardo ha decidido la publicación de los cuadernos quincenales de artes, ciencias y letras América Literaria que contendrán trabajos de los mejores escritores hispano-americanos".

ideológicos) muy positivos, deben leer los sectores populares, a los reconoce como ajenos a esa cultura.⁸

“América Literaria”, es una publicación de *cultura general* que se propone editar en cuadernos quincenales, como este que aparece hoy, trabajos y escritos de los principales prosistas y literatos de habla castellana.

Quiere la dirección de esta nueva publicación, *contribuir a que se amplíe el ambiente popular para esta clase de divulgaciones literarias*. Y espera conseguirlo confiada en el tiraje, el ínfimo precio y la rigurosa selección intelectual de estos cuadernos.

Cree también que, aparte del *favor popular*, ha de contar con el apoyo de los primeros escritores de América, de quienes aspira a ser un órgano, modesto si se quiere, pero destinado, por su índole especial, a difundirlos vastamente entre el *gran público* [Cursivas nuestras]

Como puede observarse, *América Literaria* confía en la posibilidad de llevar adelante esa función ilustradora combinando tiraje amplio y bajo costo,⁹ lo cual tiene como correlato material la factura de libritos, que no carentes de erratas, dejan de lado ciertas reglas inherentes a las ediciones más cuidadas: la calidad de la impresión y del papel, la numeración de las páginas, la información sobre las obras o los periódicos a partir de los cuales se preparan las antologías – ausente en varias entregas –, el diseño simplificado de los cuadernos, el uso de tipografía pequeña para economizar papel. Esta estrategia que aúna modicidad y gran tiraje, no fue privativa de la edición de estos cuadernillos, antecesores de los fascículos, sino también de bibliotecas como *La Cultura Argentina*, *La Biblioteca Argentina*, que aspiraron como *América Literaria* que sus libros no solo se leyeran sino que los lectores los coleccionaran.¹⁰ En ese sentido, es relevante indicar las formas en que *América Literaria* apela recurrentemente a sus lectores,

⁸ Es significativo el término utilizado en la nota que abre el primer número para indicar la relación de los sectores con la cultura literaria escrita: “*Alléguese a estos versos los lectores nuevos, con cariñoso respeto, con curiosidad afectuosa*”. Texto que abre la primera entrega del 25 de julio de 1921.

⁹ Se afirma: “*América Literaria, aparecerá los días 10 y 25 de cada mes, en ediciones comunes de 32 a 48 páginas, y se venderá en todos los kioscos y librerías de la República al precio de \$0.20 en la Capital, y \$0.25 en el Interior*”. Texto que abre la primera entrega del 25 de julio de 1921.

¹⁰ Apelan a sus lectores en los siguientes términos: “*Nadie debe dejar de leer y coleccionar ‘América Literaria’. Lea la última página*”.

y los hace aparecer en la tapa del primer cuadernillo -inmediatamente debajo del nombre del autor-, como los receptores privilegiados de la selección de poesías de Carlos Guipo Spano: “compuesta para los lectores” a los que invita a adentrarse en el mundo del poeta con “respeto” y “curiosidad afectuosa”; en las notas de presentación de los autores.¹¹ Entre esas formas: los anuncios que pretenden captar su interés a través de los mismos valores que de modo idéntico se asignan a todas las obras promocionadas: éxito, calidad; sentimiento; argumentos poderosos, agilidad, estilo fácil exento de rebuscamientos, actualidad y más tarde moralidad; o el modo en que singulariza y reconoce a un público femenino (las leyentes; mujer estudiosa, las lectoras argentinas, lectoras españolas) al que no equipara con sus funciones en la vida doméstica.¹²

A la vez que tiene un innegable interés por los aspectos profesionalistas y económicos y por tanto “mercantiles” de la escritura, *América Literaria* muestra su atención a acontecimientos más propios del interés de la sociabilidad “cultura”, por lo cual no podría ser asimilada sin matices y diferencias con la explotación meramente comercial de la necesidad de lectura de los nuevos sectores alfabetizados, como principalmente lo hacen los periódicos y los editores, seducidos por los réditos fáciles e inmediatos. Es por eso que apelando y variando la tónica de muchas intervenciones, estos cuadernos declaran distanciarse de tales emprendimientos: se presentan como contrarios de “tanta abrumadora vulgaridad impresa que se le ofrece a diario” y son concebidos como herramienta de una forma de pedagogía, que otorga a la literatura la función de conjurar los efectos de la proliferación de lo impreso. En ese sentido, la legitimidad de obras y autores, conquistada previamente en espacios y ligados a trayectorias diversas, constituye uno de sus criterios de inclusión. De modo similar al de otras colecciones, combina los propósitos mercantiles con una particular vocación de difusión cultural. Como se trata siempre de selecciones de

¹¹ Varios, aunque no todos los cuadernos, están precedidos por pequeñas notas introductorias que informan sobre las obras y sus autores, sin señalar una interpretación. Llevan nota la primera entrega y los cuadernillos dedicados a Wast (nº3), Gálvez (nº6), Fray Mocho (nº7), Alejandro Sux (nº 10), Caillet-Bois (con un juicio de Ricardo León, académico de la RAE), Gregorio Martínez Sierra (nº 12, español), Ríos Palma (nº13).

¹² En el nº 13, en el anuncio de un folleto sobre feminismo -“Apostolado del feminismo” de José M. Samperio- se lee: “No debe faltar en la biblioteca de ninguna mujer estudiosa”.

textos de autores reconocidos ya publicados, la novedad no constituye un término a partir del cual se organiza la propuesta editorial de los cuadernillos.

Un repaso rápido de las entregas de *América Literaria* permite observar la procedencia dispar de los autores que tiene cierta correlación con la variedad de géneros publicados: poesía, ensayo, discurso periodístico, relatos, cuentos, escritos políticos, discurso universitario, cartas. A la poesía, que es el género con que se abre la colección, pertenecen los cuadernos dedicados a Carlos Guido y Spano (nº 1),¹³ a Guillermo Valencia (nº5, colombiano),¹⁴ Alfredo Bufano (nº9),¹⁵ Horacio Caillet Bois (nº 11),¹⁶ Ríos Palma (nº 13). Manuel Gálvez (nº6) –quien como novelista ya había conseguido éxito con *La maestra normal* (1914), *Nacha Regules* (1919) e inmediatamente publicaría *Historia de arrabal* (1922)- ingresa como ensayista con “El espiritualismo español”, un capítulo de *El solar de la raza* (1913); con ese capítulo dialogan las *Prosas parlamentarias* de Martínez Zuviría del nº 3. Aunque la figura que es presentada más directamente asociada con el periodismo sea la de Juan José Soiza Reilly, cuyos escritos se incluyen bajo la denominación de un género propio del periodismo como el reportaje (*Los mejores reportajes de Juan José Soiza Reilly*)¹⁷ casi todos los escritores –tanto los vivos o los muertos- tienen o han tenido un lazo fuerte con la prensa, que, según los casos, ha funcionado como forma del ejercicio profesional de la escritura, como modo privilegiado de intervención intelectual, o como espacio alternativo de publicación y/o consagración.¹⁸ Los relatos y cuentos están representados por

¹³ *América Literaria* lo presenta con un repertorio de imágenes que no deja afuera ningún clisé: “llorado patriarca de las letras nacionales”, “glorioso poeta argentino”, “viejo aeda”, “luminoso espíritu”. Se publican: “La aurora”, “Myrta en el baño”, “En los guindos”, “La esperanza”, “Nenia”, “Al pasar”, “A mi hija María del Pilar”, “Melancolía”, “Rayos de luna”, “At home”. La aparición del número coincide con el tercer aniversario de la muerte del poeta.

¹⁴ “Anarkos”, “Los camellos”, “San Antonio y el Centauro”.

¹⁵ Poemas tomados de *El viajero indeciso* (1917): “El viajero indeciso”, “La angustia del viaje”, “El humilde camino”, “La congoja de Hamlet”. De *Canciones de mi casa* (1919): “Autorretrato”, “Paz de domingo”, “Tanto gentile y tanto onesta pare”, “Lo inevitable”, “Día de fiesta”, “La llegada del niño”, “Luna”, “Signo”. De *Misa de Réquiem* (1920): “Beatitud”, “Un lejano recuerdo”, “Día primaveral”, “La piadosa mentira”, “La sortija roja”, “El enigma”; de *Poemas de provincia* (1921): “La angustia de los árboles podados”, “Noche”, “Las quintas solitarias”, “Poeta, sembrador y poblador”.

¹⁶ De *Poemas* (1920): “El cincelador”, “Dándolo”, “Al padre Marzal”, “Yseult, la blonde”, “El cabrero”, “Temenos”, “Festín antiguo”, “Las flores secas”, “Un violinista insigne”, “Motivo de pasión”, “Ante libris”; De *Las urnas de ébano* (1921): “Olvido”, “Ella”, “Katie”, “Zelmira”.

¹⁷ Se incluyen: “La vida íntima del abate Perosi”, “El alma loca de salvador Rueda”, “Una entrevista con S.M el rey de España”, “Juan Zorrilla de San Martín”, “La vida artística de un obispo argentino”.

¹⁸ Lorenzo Dagnino Pastore incursionó en actividades variadas: geografía, periodismo, urbanismo, economía, docencia –escribió libros de geografía para estudiantes secundarios- y la literatura. Entre 1919 y 1937 se desempeñó como secretario de redacción del diario *La Prensa*; fue redactor de *La Razón* y de las

Dos vidas y otros relatos de Amado Nervo,¹⁹ y *Cuentos de La Pampa* de Alejandro Sux, cuyos relatos son valorados especialmente por su espacio de representación “el cuadro lleno de poesía y misterio, de nuestra madre, La Pampa”;²⁰ con Fray Mocho incorpora “breves” bocetos costumbristas “de la vida del bajo fondo porteño, que tan a fondo conocía” ensalzando “sus interesantes y agudas observaciones de la vida y las costumbres del hampa, [que] constituyen dentro de la literatura nacional una nota original y pintoresca”.²¹

La figura Hugo Wast como novelista merece una mención particular, omnipresente desde el primer número de *América Literaria*, aunque solo se publiquen algunos de los discursos que pronunciara como Gustavo Martínez Zuviría durante el tiempo en que fue diputado por la Democracia Progresista entre 1916 y 1920. Ese carácter omnipresente se registra en los espacios en que Bayardo promociona otros emprendimientos editoriales suyos dedicados a la novela, -como *La novela del día* que publica semanalmente por entregas y luego reúne en un volumen.²² Todos los cuadernillos promocionan e informan sobre sus novelas: reediciones, lanzamientos, valor y cantidad de ejemplares, datos que siempre van precedidos de pequeños eslóganes que comunican el triunfo de su obra “en la novela americana se explica por la profunda realidad y el poderoso interés de sus libros” (nº 11). A esto debe agregarse la función de Wast como autor de prólogos de novelas ajenas como sucede con la edición de lujo *Maximalismo* de José M. Samperio. En conjunto, estos paratextos son indicativos de las relaciones que por esos años establecen algunos escritores con el mercado, de las formas en que los lectores nuevos son interpelados o del modo en que *América Literaria* se define ideológicamente;²³ de tal manera, la

revistas *La Argentina*, *Estímulo* y *Touring*. Fue miembro fundador y presidente de la Academia Nacional de Periodismo. Cf. <http://www.dagninopastore.com/dagnino-pastore-lorenzo.html>

¹⁹ Se publican: “*Dos vidas*”, “*Diana y Eros*”, “*La alabanza*”, “*La navidad de la pastora*”, “*Un mendigo de amor*”, “*El león que tenía dignidad*”, “*El castillo de lo inconsciente*”.

²⁰ El título *Cuentos de La Pampa* es el que editorial Bayardo asigna al volumen, cuyos textos proceden del libro *Cuentos de América*.

²¹ Se publican: “*De oruga a mariposa*”, “*Mosaico criollo*”, “*Los bocetos de un miope*”, “*Perspectivas*”, “*Entre la cueva*”, “*El café de Cassoulet*”, “*El primer cliente*”, todos pertenecientes a *Memorias de un vigilante*.

²² Junto a Wast, pero en un escalón inferior, se promocionan novelas de Enrique Conscience (*Amar después de la muerte*), de Lorenzo Dagnino Pastore (*En la quietud del valle*), Rosalba Aliaga Sarmiento (*El Milagro de las Rosas*), Alejandro Rómulo Cánepa (*Nidos de antaño*).

²³ En el nº 10 se anuncia la nueva edición de *Maximalismo* de José M. Samperio, “*Vigorosa y emocionante novela del popular escritor José M. Samperio*” (En ningún libro publicado en los trágicos días de enero, se describen con tal admirable relieve, como en esta novela, la angustia de Buenos Aires ensangrentada por la horda maximalista. *Novela de Amor, de Dolor y de Verdad*”).

colección no podría comprenderse adecuadamente si solo se consideraran los escritos centrales de cada volumen (obra), desatendiendo a estos espacios en que la editorial literalmente hace presentes dichas relaciones, y donde a la vez va afinando el vínculo deseado con los lectores. Se publican listas pormenorizadas que notifican sobre tiradas, ediciones, precios; se promocionan libros aparecidos y por aparecer, se recomiendan lecturas,²⁴ se comunica la existencia de nuevas colecciones. Esta importancia otorgada a los aspectos económicos de la literatura se materializa y amplifica en un hecho inédito: la publicación, como parte de las novedades editoriales, en el verso de la tapa, del facsímil del documento firmado entre la editorial Bayardo y Hugo Wast por el cual la editorial adquiere los derechos para publicar dos novelas del autor, *El amor vencido* y *El amor invencible*.²⁵

La comunidad de América Literaria

El nombre de esta colección de cuadernillos sintetiza una ambición, no formulada de manera explícita, por hilvanar a través de las letras una identidad cultural marcada por lo continental, a partir la posesión de una lengua común. La literatura, en ese sentido amplio que la liga con las letras, sería capaz de realizar esa comunidad continental aprovechando las posibilidades que le brindan, en teoría, la existencia de una masa amplia de lectores y los tirajes más extensos. El hecho de que esta comunidad se compusiera de “trabajos y escritos de los principales prosistas y literatos de habla castellana”, como lo declara la nota de presentación del nº1, torna aún más amplio ese anhelo en tanto podrán incluirse,

²⁴ Se mencionan “Las novelas que todos deben leer”: *Fuente sellada* (edición económica 0.60), *Amor vencido*, *Ciudad turbulenta*, de Hugo Wast. Todas a un peso; *Amar después de la muerte* E. Conscience (0.50); *Sin madre* de Hugo Conway (0.40); *María* de Jorge Isaacs (0.70); *La Raquela* de Benito Lynch (0.20); *Flor de té* de Mario Gorostarza (0.20); *Maximalismo* por José M. Samperio (1). Que en su edición de lujo lleva prólogo de Martínez Zuviría.

²⁵ Art.1. La “Editorial Bayardo”, Sarmiento 865, adquiere del Dr. G. Martínez Zuviría, Galería Güemes 560, el derecho a publicar con el seudónimo de Hugo Wast, su novela *El amor vencido*.

Art. 2 La “Editorial Bayardo” hará una edición en La novela del día de cien mil ejemplares y treinta ediciones de mil, cada una en volumen, de 2,50, en la Edición Libertad.

Art.3. La “Editorial Bayardo” parará (sic) al Dr. G. Martínez Zuviría, al ponerse en venta, tres pesos m/n, por cada línea impresa, que resulte en el volumen de la “Edición Libertad”, en cuerpo 10, a medida 1 S (¿?)

Art.4. El segundo episodio de esta novela, con el título “El amor invencible”, será adquirido por la “Editorial Bayardo”, en las mismas condiciones, debiendo ser entregado por su autor en Diciembre del corriente año.

Art.5. El derecho de adaptación teatral y cinematográfica de estas novelas, no se incluye en este contrato

como de hecho sucede,²⁶ escritores o intelectuales españoles, con fluidos lazos con Argentina y por tanto el repertorio de sus autores se compondrá de los “mejores escritores hispano-americanos”.²⁷ La contrastación entre estas declaraciones y los cuadernillos efectivamente publicados muestra, no obstante, una inflexión nacional: se trata en su mayoría de nombres argentinos, a los que sin duda incorpora teniendo en cuenta según sus propias necesidades ideológicas. Así sucede por ejemplo, con los relatos de Alejandro Sux, todos procedentes de *Cuentos de América*, a los que *América Literaria* publica con el título *Cuentos de La Pampa*, enfatizando un espacio y una dimensión nacionales, que no sugiere el título original, y al mismo tiempo, dejando de lado el perfil y la producción de Sux que lo liga con la bohemia en el cruce con el anarquismo.²⁸

Es con los escritos de corte ensayístico de Gustavo Martínez Zuviría que los fundamentos de una posición nacionalista, hispanista y católica en *América Literaria* se vuelven evidentes.²⁹ *Prosa parlamentaria*, está precedido de una nota, “Al lector”, que justifica la inclusión de esos escritos, producto de la actividad política en la serie de los cuadernillos. Interesa señalar que, para presentar, se nombre a Martínez Zuviría con el pseudónimo Hugo Wast, con el que alcanzó una enorme popularidad como escritor, recurriendo a la reputación conseguida por el diputado como autor de novelas: “el novelista de público inmenso y fama envidiable en el campo de la literatura nacional, supo dejar en la árida prosa de los Diarios de Sesiones, el rastro vigoroso de una actuación brillante y beneficiosa” (nº3); esa transferencia de valor busca presentar y legitimar ante un público mayor, las intervenciones de Martínez Zuviría como cuadro político del catolicismo. La consagración a través de la venta exitosa habilita la inclusión de estas prosas, a partir de la cual *América Literaria* necesariamente redefine su concepto de literatura, que adjetiva ahora como “parlamentaria”.³⁰ Cada uno de los escritos que integran el libro, están precedidos por pequeños copetes que

²⁶ Se publican las *Cartas a mujeres* del madrileño Martínez Sierra y *Glosario* del catalán Eugenio D'Ors.

²⁷ N° 4 Los mejores reportajes de Juan José de Soiza Reilly, 10 de septiembre de 1921.

²⁸ Cf. Ansolabehere, “Itinerarios...”.

²⁹ Martínez Zuviría se afilió en 1915 al Partido Demócrata progresista y renunció en 1922 debido a la orientación anticlerical de Lisandro de La Torre (Lvovich, 1998: 132).

³⁰ Es por eso que la nota desestima las descalificaciones de Wast, como escritor exitoso pero carente de valor literario, por actores menos condescendientes con el mercado. “Alguien le dijo alguna vez que hacía literatura con las finanzas con igual suerte que hacía finanzas con la literatura. Lo que era cierto, magüer (sic) la mala intención de la frase.” Nota introductoria “Al lector” S/N.

precisan su contexto primero de enunciación, y en los cuales Martínez Zuviría es presentado laudatoriamente como un orador católico incisivo, opositor temible al gobierno de Yrigoyen. Los tres primeros trabajos³¹ que, en realidad son polémicas con los diputados del Partido Socialista, reciben en esta edición títulos pretendidamente descriptivos de los temas tratados. “Sobre la revolución francesa” y “El socialismo frente al cristianismo” pueden leerse conjuntamente como el planteamiento de una disputa reiterada con las posturas antirreligiosas y anticatólicas. En el primer caso el conflicto surge en 1918, en el contexto de la Gran Guerra cuando se trata en la Cámara de Diputados la propuesta de declaración el 14 de julio como fiesta nacional argentina, a lo cual se opone Martínez Zuviría, afirmando que “la revolución francesa se ha consagrado en Francia como la victoria de una tendencia antirreligiosa” y que “la libertad no ha entrado al mundo sino por el cristianismo, que la ha dejado caer desde el Evangelio como una gota de miel sobre la dureza del mundo pagano”, para proponer otras efemérides efectivamente nacionales”.³² En el segundo, en una sesión donde se discute el presupuesto de culto, que como todos los años han venido objetando los diputados socialistas, ataca al socialismo por “fundarse en el odio y sobre todo en el odio al cristianismo”, y fundamentalmente por su abolición de la idea de patria.

“Del carácter”, discurso pronunciado en la colación de grados de la Universidad de Santa Fe, el año 1907, cierra *Prosa parlamentaria* y cobra una actualidad nueva en su conexión con acontecimientos y procesos sociales contemporáneos -como la Reforma Universitaria-, que señalan como este escrito el papel protagónico de la juventud. La noción de carácter modulada en términos nacionales es la clave para una moral espiritualista contraria de las “doctrinas fatalistas que han envenenado las corrientes intelectuales del siglo, la filosofía, la literatura, la sociología (...) convenciéndonos de que el hombre no es más que un tornillo en la inmensa maquinaria del mundo, sin voluntad, sin albedrío, sin libertad, sujeto a las leyes de la herencia”. Reeditado en *América Literaria* en

³¹ “La enseñanza nacional”, “Sobre la revolución francesa” “El socialismo frente al cristianismo”.

³² Sostiene: “¿No tenemos acaso fiestas propias para sentir satisfecho nuestro patriotismo? ¿Necesitamos por aventura ir pidiendo prestadas hojitas de laurel en otras partes para hacernos una corona? ¿No hemos olvidado algunas fechas de nuestra historia, grandes, suficientemente grandes como para que merezcan la consagración?”, n° 3, 25 de agosto de 1921.

1921, este discurso que está además, en consonancia con el desempeño de Wast como presidente de la Liga Argentina de la Juventud Católica a principios de la década de 1920³³, traspasa el claustro de 1907 para transformarse en una prédica general a la juventud argentina³⁴ porque son los jóvenes “sobre quienes gravita el provenir de una patria” (y tienen un deber una misión en relación con la patria). Ese futuro involucra como aspecto decisivo “la cuestión de la raza”, es decir, la necesidad de religación cultural con España, en tanto depositaria de la fuerza del carácter “algo que debería ser muy nuestro” y que como comunidad individualiza a cada nación. De la participación activa de Martínez Zuviría de las instituciones del catolicismo argentino de los años 20 da cuenta “La vocación artística”, una conferencia que dictó Wast, en el marco de los Cursos de Cultura Católica, iniciativa la de estos cursos que puede conectarse con “Del carácter” en función de su interés por la “reeducación” de la juventud y de la sociedad argentina. Como ya señalamos, *Prosa Parlamentaria* (nº3) se conecta en la serie de estos cuadernillos con el número *El espiritualismo español*, de Manuel Gálvez Aparecido el 10 de octubre de 1921, está presentado por una nota que lleva por título “En la fiesta de la raza”, que refuerza la concepción de un nacionalismo hispanizante; en ese texto la exitosa producción novelística de Gálvez se omite para destacar su labor de pensador y ensayista en *El solar de la raza* (1913): “el más hermoso y fuerte libro que ha dado a sus contemporáneos el espíritu selecto de Manuel Gálvez,” “páginas saturadas de una noble pasión de idealidad e impregnadas de un acendrado amor al viejo solar de nuestra estirpe, España, la gran nación latina”.³⁵

³³ Según José Zanca: “El universo de los intelectuales católicos tiende a ser pensado, más que con categorías específicas, como si se tratara de un archipiélago cultural. Sin embargo, la observación de sus ámbitos de sociabilidad revela cuánto participaban en los marcos problemáticos de su época. Los Cursos de Cultura Católica (CCC) fueron fundados en 1922 por un grupo de jóvenes laicos con el objeto de contar con un ámbito específico de formación. Anhelaban ser un vehículo de ‘reconquista intelectual’ de la sociedad argentina”. Zanca, José. “Los Cursos de Cultura Católica en los años veinte: apuntes sobre la secularización”. *Prismas* vol. 16 nº 2, Bernal: diciembre, 2012. Dossier: Sociabilidades culturales en Buenos Aires, 1860-1930.

³⁴ “Los conceptos vertidos entonces, siguen siendo para nuestra sociedad y en especial para nuestra juventud, de actualidad palpitante y sugestiva, y por ello nos complace reproducirlo (sic)”

³⁵ La presencia de escritores como Samuel Medrano, Manuel J. Samperio, José M. Samperio, Manuel Gálvez, Delfina Bunge de Gálvez en los paratextos de los cuadernillos puede ayudar a reponer los vínculos efectivos de *América Literaria* con circuitos, espacios y formas de sociabilidad ligados con el catolicismo y sus instituciones y por tanto precisar los límites de la comunidad nacional que diseña la colección.

A modo de recapitulación

En esta comunicación he tratado de presentar en trazos gruesos los aspectos centrales de la propuesta editorial de los cuadernos *América Literaria* en un contexto editorial de multiplicidad de propuestas destinadas a un público amplio. En tal sentido, he procurado mostrar, a través de la referencias a ciertos aspectos de la materialidad de sus libros, cómo esta colección interpeló e imaginó a sus lectores, convirtiéndolos en uno de los pilares de su intervención, no solo como compradores sino como destinatarios de los valores e ideas de esa seleccionada “cultural general” que les ofrece cada quince días. Desde una perspectiva atenta a las conexiones entre las prácticas culturales, he indicado brevemente los diálogos que establecen los cuadernos con algunos actores y procesos contemporáneos, en cuyo contexto se puede leer la formulación de una posición nacionalista católica de corte e hispanizante.

BIBLIOGRAFÍA

América Literaria. Cuadernos Quincenales de Artes Ciencias y Letras n°1- n°13. Ansolabehere, Pablo. "Itinerarios de la bohemia porteña (1880-1910)", *Prismas* vol.16 n° 2. Bernal: diciembre, 2012. Dossier: Sociabilidades culturales en Buenos Aires, 1860-1930.

Delgado, Verónica -Espósito Fabio "1920-1937. La emergencia del editor moderno", en José Luis de Diego (director) *Editores y políticas editoriales en Argentina 1880-2000*. Buenos Aires: FCE, 2006.

Gramuglio, María Teresa - Rapalo María Esther. "Pedagogías para la nación católica. *Criterio* y Hugo Wast", María Teresa (directora), *El imperio realista*. Buenos Aires: Emecé, 2002.

Lafleur, Héctor, Provenzano, Sergio, Alonso, Fernando. *Las revistas literarias argentinas 1893-1960*. Buenos Aires: Ediciones Culturales Argentinas, 1960.

Lvovich, Daniel. "Una mirada sobre el antisemitismo de la década de 1930: *El Kahal de oro* de Hugo Wast y sus comentaristas", *Cuadernos del CISH*, n° 5, 1999, pp. 131- 150. Disponible en www.memoria.fahce.unlp.edu.ar

Mangone, Carlos. "La república radical: entre *Crítica* y *El Mundo*", *Yrigoyen, entre Borges y Arlt 1916 - 1930*. Buenos Aires: Contrapunto, 1989.

Merbilhaá, Margarita. "1900-1919. La época de la organización del espacio editorial", en José Luis de Diego (director) *Editores y políticas editoriales en Argentina 1880-2000*. Buenos Aires: FCE, 2006.

Montaldo, Graciela. "El origen de la historia", *Yrigoyen, entre Borges y Arlt 1916 - 1930*. Buenos Aires: Contrapunto, 1989.

Zanca, José. "Los Cursos de Cultura Católica en los años veinte: apuntes sobre la secularización". *Prismas* vol. 16 n° 2, Bernal: diciembre, 2012. Dossier: Sociabilidades culturales en Buenos Aires, 1860-1930.

A revista **Dionysos**

e o projeto modernizador para o teatro brasileiro: 1949-1989

HENRIQUE BRENER VERTCHENKO (UFMG)

Anseios pela modernização do teatro brasileiro

O dramaturgo romeno contemporâneo Matei Visniec - auto- intitulado o herdeiro de Eugene Ionesco - em sua peça *Paparazzi ou Crônica de um amanhecer abortado*¹, propõe uma situação desnorteante: o sol não mais irá se levantar. Mergulhados em uma madrugada que, como consta no próprio título, abortou a manhã, seus personagens passam a ser guiados por despropósitos absurdos, carentes do sentido norteador e impulsionador proporcionado pelo amanhecer. É possível aqui uma analogia: o surgimento do dito teatro moderno no Brasil, ou melhor, a fabricação de um discurso que tinha como conceito-chave o “moderno”, agiu como elemento fundamental para a historicização do nosso

¹ VISNIEC, Matei. *Paparazzi ou Crônica de um amanhecer abortado seguida de A mulher como campo de batalha*. São Paulo: É Realizações Editora, 2012.

teatro e para inculcar nos imaginários a percepção de uma temporalidade evolutiva em relação a ele. Teríamos, assim, um processo inverso ao do texto de Visníc: enquanto na situação fantástica criada pelo autor romeno o princípio norteador é suprimido, no caso do teatro brasileiro é um amanhecer, que, como um mito originário organiza nos imaginários acontecimentos dispersos e traz a ilusão da coerência, da unidade e de um encaminhamento para o futuro. O teatro brasileiro produzido entre, aproximadamente, os anos de 1880 e 1940, foi rechaçado por grande parte da crítica e, conseqüentemente, da historiografia até, pelo menos, os anos 1980. Incluímos aí o teatro de revista, as comédias de costumes, as operetas e outros gêneros denominados “ligeiros”, próprios de uma cultura de massas. Apesar do imenso sucesso de público, grande parte dos críticos e da intelectualidade não hesitava em apontar o “atraso” do teatro brasileiro, opondo o que chamavam de “teatro para rir” ao “teatro sério”. Era necessário um alvorecer de uma nova arte teatral no país que possibilitasse a constituição de outro repertório nacional, e isso não se daria sem a introdução da ideia de encenação – a *mise-en-scène* – motor de um discurso que levava a um espaço de experiência negado e a um horizonte de expectativa idealizado. Esse novo modelo do fazer teatral colocaria o encenador como figura central na criação do espetáculo ao realizar uma interpretação crítica do texto e criar uma obra autônoma conferindo unidade aos diversos elementos do espetáculo.

Para que essas expectativas fossem concretizadas foram feitas ao mesmo tempo uma campanha que apontasse o “atraso” do teatro brasileiro, denegrindo a imagem dos gêneros “ligeiros”, e uma campanha que impulsionasse o início de um percurso moderno, influenciado pelas tendências das vanguardas europeias. Essas campanhas foram feitas, em grande parte, pela crítica impressa em jornais e revistas. Alcântara Machado, em suas colunas jornalísticas, que se estendem de 1926 a 1935 e reunidas no volume *Cavaquinho e Saxofone*, aponta diversas vezes a inércia do teatro, acusando-o de não ser nem nacional nem universal. Diz ele:

Diante do teatro universal o brasileiro forma um contraste que põe tristeza na gente. Tão grande ele é. O estudo das tendências daquele só cabe num livro bem gordo e pede tempo, tempo. O estudo das tendências do nosso é impossível. O teatro brasileiro não tem tendências. Não

tem nada. Nem está provado que existe. (...) Alheio a tudo, não acompanha nem de longe o movimento acelerado da literatura dramática europeia. O que seria um bem se dentro de suas possibilidades, com os próprios elementos que o meio lhe fosse fornecendo, evoluísse independente, brasileiroamente. Mas não. Ignora-se e ignora os outros.²

A saída inicial para Alcântara Machado seria a aplicação dos processos dramáticos modernos importados da Europa a assuntos nacionais.

Nos anos 1930 e 1940 o debate sobre os rumos e a modernização do teatro no Brasil se acirra com a atuação de intelectuais egressos das fileiras modernistas, vinculados ou não ao Ministério da Educação e Saúde, assim como de membros das organizações profissionais. Entre elas podemos incluir a Casa dos Artistas, a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT) e a Associação Brasileira de Críticos Teatrais (ABCT), que irão se empenhar na construção de políticas para o desenvolvimento do teatro e para a proteção da classe. A criação do Serviço Nacional do Teatro (SNT)³, em 1937, coloca o poder público como mais uma força atuante nesses debates e, mais do que isso, como receptáculo final dos anseios do setor. Esses sujeitos, muitos transitando entre os diversos órgãos, tiveram lugar essencial na formação e na consolidação da imagem do Brasil como um país produtor de um teatro moderno, mesmo que as batalhas entre os agentes produtores dos diversos tipos de teatro estivessem sempre presentes. É em meio a esses embates que o espetáculo teatral *Vestido de Noiva*, escrito por Nelson Rodrigues e dirigido pelo polonês Zbigniew Ziembinski, estreado no Teatro Municipal do Rio de Janeiro na noite de 28 de dezembro de 1943, acaba por entrar para a história como marco fundador do moderno teatro brasileiro a estabelecer uma ruptura entre um passado de atraso e um presente e futuro modernos na arte teatral do país - marco este que oblitera outros eventos e esforços em prol de uma modernização.

2. MACHADO, Antônio de Alcântara. *Cavaquinho e Saxofone: (solos) 1926-1935*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. P. 439- 443.

3 Sobre o SNT, assim como sobre as organizações de classe teatrais, é fundamental o trabalho de Angélica R. Camargo, *A política dos palcos: teatro no primeiro governo Vargas (1930-1945)*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

O Serviço Nacional de Teatro (SNT)

Como bem nos lembra Christophe Charle⁴, vários teatros tem relação privilegiada com as instâncias de poder, o que resvala em pelo menos duas consequências: a redução de risco financeiro e a orientação da programação. Considerando que a cultura foi área estratégica do Estado no governo Vargas, - tendo ocorrido um processo de burocratização da mesma - não podemos descartar o teatro como mais uma de suas pretensões. A construção de um teatro brasileiro moderno não se deu sem legitimações discursivas por parte de intelectuais e práticas de apoio exercidas pelo Ministério da Educação e Saúde, mais especificamente pelo Serviço Nacional de Teatro, o SNT, criado em 1937 para atender às necessidades e anseios do setor teatral. O ministro Gustavo Capanema buscou inspiração para a criação do SNT em uma carta de Ronald de Carvalho pedindo que se apoiasse o projeto do artista Renato Viana. O Ministério o subvencionou com 250 contos em 1934, o que gerou polêmica no setor, que demandou mais critério. Em 1936 foi criada a Comissão de Teatro Nacional, cujos estudos originaram o SNT, e que teve como alguns de seus membros Múcio leão, Oduvaldo Viana, Francisco Mignone, Sergio Buarque de Holanda, Olavo de Barros, Celso Kely. O Decreto Presidencial N° 92 de 21 de dezembro de 1937 criou o SNT, onde se podia ler:

Art. 1º - O teatro é considerado como uma das expressões da cultura nacional, e a sua finalidade é, essencialmente, a elevação e a edificação espiritual do povo.

Art. 2º - Para os efeitos do artigo anterior, fica criado, no Ministério da Educação e Saúde, o Serviço Nacional de Teatro, destinado a animar o desenvolvimento e o aprimoramento do teatro brasileiro.

Art. 3º - Compete ao Serviço Nacional de Teatro:

- a) promover ou estimular a construção de teatros em todo o país;
 - b) organizar ou amparar companhias de teatro declamatório, lírico, musicado e coreográfico;
- (...)

⁴ CHARLE, Christophe. *A gênese da sociedade do espetáculo: teatro em Paris, Berlim, Londres e Viena*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

d) organizar ou amparar companhias de teatro declamatório, lírico, musicado e coreográfico; (...)

g) fazer o inventário da produção brasileira e portuguesa em matéria do teatro, publicando as melhores obras existentes;

h) providenciar a tradução e a publicação das grandes obras de teatro escritas em idioma estrangeiro.

(...)

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1937, 116º da Independência e 49º da República. GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.⁵

A partir dessa concepção de teatro, o SNT, como outros diversos órgãos criados no período, se empenhou na construção de uma cultura nacional e de uma imagem da nação que se criava, exercendo certo controle sobre o campo teatral, demonstrando caráter centralizador, e, de certa forma, paternalista e clientelista, principalmente em um primeiro momento quando suas políticas ainda não são tão claras. Em seus processos administrativos⁶ encontram-se os mais variados pedidos: bolsas de estudo, auxílios, construção de teatros, empréstimo de figurinos, resolução de contendas, remessas de publicações, pedido de orientação e material cênico, auxílio para cobrir prejuízo de temporadas, auxílios para excursões, envio de textos teatrais, pedidos de figurinos, material cênico, informações sobre preços de cabelereiras e barbas postiças, pedidos de apoio moral e financeiro, comunicados de concursos, prêmios, acusações, queixas trabalhistas. A partir de 1940, sob orientação do próprio Capanema, o SNT passa a exigir que as cias subvencionadas tragam o seguinte dizer em seus anúncios: *Esta companhia está sob o controle e os auspícios do Serviço Nacional de Teatro do Ministério da Educação e Saúde*. A legitimidade conferida pelo órgão adquire grandes dimensões, principalmente em regiões mais esquecidas do território nacional. Assim, recebe da Cia Cataldo e seu Teatro Cômico um pedido de utilização como propaganda, da frase *sob os*

⁵ In: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-92-21-dezembro-1937-350840-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 15/12/2015.

⁶ Disponíveis para consulta entre os anos de 1938 e 1959 no CEDOC-FUNARTE, Rio de Janeiro, Brasil.

auspícios do Serviço Nacional de Teatro, mesmo a Cia não recebendo subvenções. As contendas também são numerosas: em junho de 1940, o autor teatral Raimundo Magalhães Jr. escreve ao SNT acusando o diretor do serviço, Abadie F. Rosa, de abuso de poder e violação do estatuto do funcionário público, alegando que a Cia. Procópio Ferreira havia sido patrocinada pelo serviço com 110 contos e que estava em cartaz com uma peça do próprio Abadie. Diz Raimundo: *A interferência do Diretor do Serviço Nacional de Teatro na programação das temporadas subvencionadas é danosa aos outros autores, que não têm armas para lutar contra tão poderosa concorrência.*⁷ Em outra carta, o Sr. Hercules de Lima, vice-presidente da Sociedade do Teatro Livre, escreve diretamente ao presidente Getúlio Vargas a 18 de junho de 1942, dizendo:

Vimos, de novo, chamar a atenção de V. Exc. para o mau emprego que está dando a direção do Serviço do Teatro a vultosíssima verba destinada ao amparo do teatro nacional. Para o amparo desse teatro anuncia a Comedia Brasileira (gerida pelo SNT) a velhíssima peça francesa “A dama das Camélias”, de Dumas. O Estado gasta mil e tantos contos com o teatro nacional para que se representem velharias francesas! Nenhuma melhoria do teatro nacional se tem apresentado, e o Estado nos diferentes anos passados já gastou seis mil e duzentos contos com o teatro! Só tem público Dulcina, Procópio e Juracy, como já o tinham sem subvenção. Tudo o mais são mambembes que aviltam ao invés de elevar o teatro. O Sr. Abadie é um burocrata, e nada mais.⁸

Abadie, faz sua arguição contra a carta em longo texto onde diz que seu autor é um anônimo, de obra desconhecida, a associação que representa, Sociedade do Teatro Livre é de existência absolutamente ignorada no meio teatral, e que suas ideias são esdrúxulas, cabendo-as, portanto, somente o arquivamento.

⁷ CEDOC-FUNARTE. Processo nº 021.175/1940

⁸ CEDOC-FUNARTE. Processo nº 034.208/1942

Difusão cultural

O Serviço Nacional de Teatro também se preocuparia com a educação e com a difusão cultural. Em 1939 cria a sua biblioteca, sobre a qual é dito ao Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Saúde, em novembro de 1942:

Criada em princípios de 1939 a Biblioteca do SNT, mal instalada em três armários, num recanto da repartição, escuro e sem espaço, não pode até agora ser aberta à frequência pública. Durante estes quatro anos os livros da mesma, raramente, tem sido consultados, apenas por funcionários da repartição, diretores e artistas da “Comédia Brasileira”, organização esta que funciona sob o controle deste serviço. Neste momento a biblioteca possui livros cerca de... 2850 volumes.⁹

Vale lembrar que, destes, 1540 volumes se compunham de peças teatrais impressas em francês. A verba para aquisição de livros variava: em 1939 houve 6 contos para aquisição de livros, em 1940 não houve verba, em 1941, 1 conto para encadernação, em 1942, 6 contos para aquisição de livros e mais 1 conto para encadernação. Em 24 de janeiro de 1940, o Ministro Gustavo Capanema escreve ao SNT perguntando se a repartição

manteve ou mantém publicações periódicas, quais os seus títulos, qual a sua periodicidade, quando se fundaram, quantos números saíram, quando saíram, e quais os números esgotados. (...) Solicito-vos ainda que me indiqueis as providências, que vos pareçam aconselháveis, afim de que as publicações dessa repartição tenham vida regular e útil.

Ao que o diretor do Serviço, Abadie Faria Rosa, responde:

Esta repartição não manteve, nem mantém quaisquer publicações periódicas. (...) As providências mais aconselháveis, para que tenham vida regular e útil as publicações deste Serviço, dependem de estudos especiais e consequente aprovação de V.Exa. pois esta diretoria resolveu só propor a impressão de obras teatrais, que se impuserem pela sua elevação artística e cultural.¹⁰

⁹ CEDOC-FUNARTE. Processo nº 000.061/1942

¹⁰ CEDOC-FUNARTE. Processo nº 000.016/1940

Com o passar da década de 1940, vai sendo gerida a ideia do SNT criar a sua própria publicação. Em resposta à *Revue Internationale de Théâtre*, de Bruxellas, que em agosto de 1946 enviara carta desejando tomar conhecimento sobre a vida teatral no Brasil, é dito que a atmosfera teatral brasileira *esboça uma futura confraternização de trabalho, em favor da nossa evolução teatral*. E sobre Aldo Calvet, crítico na Folha Carioca, autor e diretor teatral e futuro diretor do SNT (1951-1954):

A propósito de Aldo Calvet poderemos adiantar outros pormenores, por isso que êsse jornalista patricio consegue manter uma página inteira sobre teatro no vespertino em que trabalha. Além do mais, em companhia de vários colegas, cogita do lançamento de um jornal tecnicamente especializado, e que terá o seguinte título - "Riofan".¹¹

Não há indícios de que esse jornal tenha sido lançado. No entanto, em 1949, o Serviço Nacional de Teatro funda a revista *Dionysos*¹² como órgão oficial, tornando-se instrumento de intervenção na realidade teatral do país. Publicada entre os anos de 1949 e 1989 em 29 números, de tiragem absolutamente irregular e destinada, ao menos teoricamente, a todo o país, a *Dionysos* esteve baseada em uma pedagogia do moderno, e suas redes políticas, intelectuais e artísticas conquistaram o poder de exercer legitimamente a crítica e o saber, conformando uma memória hegemônica para a história do teatro brasileiro. Tal revista, porta voz inicialmente de um grupo restrito, por meio de mitos e símbolos, construiu representações sobre um teatro que atendesse à imagem de nação que desejava construir, e se afirmou como lugar de um discurso hegemônico. Mesmo que o periódico tenha passado por transformações em suas diretrizes ao longo de seus 40 anos de existência, proporcionadas pelas mudanças no cenário teatral nacional e internacional, e pelas clivagens das mudanças políticas e ministeriais, ele esteve fortemente atrelado aos interesses do Serviço Nacional de Teatro - subordinado ao Ministério da Educação e Saúde (posteriormente, Ministério da Educação e

¹¹ CEDOC-FUNARTE. Processo nº 000.075/1946

¹² A revista *Dionysos* pode ser consultada em bibliotecas universitárias ou, em sua coleção completa, no CEDOC-FUNARTE, Rio de Janeiro, Brasil.

Cultura) - e à campanha de um grupo intelectual pela modernização do teatro brasileiro iniciada ainda nos anos 1930.

Dionysos

A revista *Dionysos*, tida como órgão do setor de difusão cultural do SNT, fundada em 1949, ou seja, seis anos após o “marco inaugural” do teatro brasileiro moderno, pode ser entendida como um projeto de afirmação da campanha conquistada e laboratório prático-teórico para os novos desafios. Sendo assim, ela é afirmação da modernização, somada à continuidade da mesma, impulsionando a produção, afirmando padrões estrangeiros, mas sem perder tons nacionalistas. Percebemos nela a força de uma concepção de cultura teatral instrumentalizada pelo interesse de um grupo. Imbuída de um discurso de contribuição para a memória do teatro brasileiro – reconstituindo vida e obra de “vultos” do teatro e homenageando os “infatigáveis obreiros do teatro nacional” – e de divulgação dos “mestres” do teatro mundial e de suas obras, a revista se colocou como um guia possível no processo de modernização teatral brasileiro. Nesse sentido, o termo “guia” pode ser apreendido tanto como força atuante como manual ou roteiro paradigmático e histórico.

Sabemos como foi fundamental o papel da crítica teatral na formação e na consolidação da imagem do Brasil como um país produtor de um teatro moderno, inserido no contexto internacional. É justamente entre os anos 1940 e 1950 que observamos uma renovação, profissionalização, aumento do número e da influência dos críticos teatrais. Muitos desses “novos críticos” encontrarão na revista *Dionysos* um de seus primeiros espaços. São profundas as relações existentes entre o “nascimento” do teatro brasileiro moderno e a sistematização das críticas, matérias, análises, notícias contidas na revista, evidenciando que a construção da imagem de um “teatro nacional” era articulada pela solidificação de um novo campo de trabalho, que impulsionava, discutia e criava mitos de origem. Dessa maneira, a crítica participava na criação ao legitimar e divulgar um tipo de teatro almejado. Percebemos assim, que o periódico deu prosseguimento e sistematização a uma dinâmica capaz de criar mecanismos de produção e

legitimação de bens culturais. Dessa maneira, Dionysos teve não só um papel fundamental no desenvolvimento de um campo cultural, mas de certa maneira estabeleceu um campo cultural ao definir e divulgar uma cultura teatral legítima, o que pode ser explicado, em parte, por se tratar de um projeto político-cultural gerido por intelectuais que dispunham de autoridade oficial para seu discurso. Essa autoridade vinha sendo construída desde o período Vargas, em redes que possibilitaram a transformação de ideários em mitos, o que evidencia o poder dos intelectuais como criadores e mediadores culturais, influenciando nos acontecimentos, e sendo movidos por estruturas de sociabilidade articuladas em torno de jornais, revistas, tipos de teatro. No caso específico estudado, percebemos que o periódico em questão foi um dos mecanismos capazes de divulgar padrões de interpretação, antes restritos a um grupo, a uma comunidade nacional.

Não há diretores específicos para a revista, e nem conselho editorial claro, mas sim secretários que respondem aos diretores do SNT, do Ministério da Educação e Saúde e posteriormente Ministério da Educação e Cultura, Funarte, Inacen e Fundacen, o que denota um alto grau de burocratização. Uma análise quantitativa demonstra, em uma primeira fase da revista (isto é, até o número 21, em 1972), a colaboração de 159 autores diferentes, para além dos textos assinados pela redação. A maior parte dos textos são artigos inéditos, apesar de haver republicações, transcrições de jornais, traduções e textos de autores consagrados, estrangeiros e literatos. Entre os mais publicados podemos citar Aldo Calvet, Joracy Camargo, R. Magalhães Jr., Otto Maria Carpeaux, Bárbara Heliadora, Bella Jozef, Paschoal Carlos Magno, Anatol Rosenfeld e Edwaldo Cafézeiro. Há predominância, sem dúvida, dos membros dos quadros do SNT – muitos deles professores dos cursos oferecidos pelo órgão – e das associações de classe, além da presença de literatos, muitos deles estrangeiros, que discorrem sobre aspectos da dramaturgia mundial. Percebe-se, nas páginas de Dionysos, atravessamentos geracionais, isto é, homens de letras, atuantes como críticos nos anos 1920, 1930 e 1940, escrevem ao mesmo tempo em que representantes da nova geração de críticos, até serem substituídos. Com o passar dos anos, também se fará mais presente uma geração de especialistas

universitários, preeminentes em uma segunda fase do periódico, de 1975 a 1989, quando ocorrerá uma mudança em seu formato.

Uma análise do conteúdo da revista demonstra um editorialismo programático isento de polêmicas ou diversos pontos de vista, a ausência de carta de leitores, além de possuir poucas críticas negativas, denotando um silêncio em relação ao tipo de teatro que não se deseja. No editorial presente no número um da revista *Dionysos*, podemos entender como é colocado o discurso de sua missão:

A revista “Dionysos”, que este Ministério, por intermédio do serviço Nacional de Teatro fará publicar, destina-se a difundir conhecimentos teóricos e práticos da arte dramática, contribuindo, dêsse modo, para o trabalho em que estamos empenhados, de desenvolvimento de um teatro de expressão cultural, a fim de que a arte cênica seja um dos acentuados fatores da formação da inteligência e da sensibilidade do povo brasileiro. A tarefa de dotar a nação de um teatro próprio, que reflita as peculiaridades da psicologia brasileira e seja, ao mesmo tempo, um movimento de arte, entrosado na cultura ocidental e americana, demanda um esforço contínuo de gerações, para o qual espero que muito possa contribuir a revista cuja publicação ora se inicia. (...) ¹³

Esse discurso, de formar a sensibilidade do brasileiro e de construir um teatro que seja ao mesmo tempo nacional e alinhado com os padrões hegemônicos internacionais, se dá de forma recorrente. Dessa maneira, o periódico constrói uma articulação entre seus artigos, notícias e imagens, de forma que se construa um sentido pedagógico. A imagem inaugural, portanto, é a de Anchieta, aquele que seria o fundador do teatro brasileiro. O que se pretende aí é a afirmação da existência de um teatro brasileiro, a busca por uma origem, por uma história, ainda que seja necessário que ele passe por uma evolução. Nesse sentido, observa-se a presença de matérias sobre *Martins Penna - o criador da comédia nacional*, o “Molière brasileiro”, aquele que *foi brasileiro, pronunciadamente brasileiro na quase sua totalidade de suas composições teatrais*¹⁴, e que deve ser

¹³ *Dionysos*. N°1. Dezembro de 1949. p. 1.

¹⁴ *Dionysos*. N°1. Dezembro de 1949. p. 66.

comemorado pelo seu centenário -, sobre João Caetano dos Santos – o primeiro ator brasileiro, sobre Castro Alves, sobre a modernização do teatro pela “geração espontânea”, sobre a *Evolução do teatro no Brasil* – artigo do historiador Max Fleiuss. Em editoriais de outros números podemos ler:

No esforço de aperfeiçoamento educativo em que se empenha a Nação e que se destina a elevar os níveis de cultura do nosso povo, o teatro tem responsabilidades especiais, não só pela tradição histórica de sua missão civilizadora, como pela eficácia de sua força difusora da cultura no seio das comunidades. Nunca um povo precisou tanto de teatro como o Brasil, nem o teatro jamais encontrou tarefa mais bela a cumprir do que servir à formação brasileira. Que Dionysos sirva a êsses ideais e que em suas páginas se espelhe o trabalho daqueles que se dedicam a êsses nobres propósitos.¹⁵

É clara a vinculação do teatro a uma cultura que tenha papel formador para o povo brasileiro, e até mesmo a uma “missão civilizadora” de que o Brasil necessita. Portanto, os intelectuais da revista se atribuem uma tarefa educadora que deve transformar o país, acreditando que *Conhece-se o grau de cultura de um povo pelo seu teatro*¹⁶. Concomitantemente, há a divulgação do teatro internacional, que não se desvincula do projeto total almejado pela revista. Sendo assim, há a presença de artigos sobre *Tirso de Molina e a era de ouro do teatro espanhol*, sobre *Goldoni e a Comédia dell`arte*, sobre textos de Shakespeare, sobre Bernard Shaw, Maurice terlinck, Eugene O`Neill, Auguste Strindberg, Goethe, Pirandello, Molière. Enfatiza-se como ocorrem “espantosos partos teatrais”. A explicitação de uma galeria de “mestres” do teatro mundial, que devem servir como exemplo, somada a um estímulo à produção nacional, constituem dois vetores base sobre os quais deve se erigir um itinerário teatral moderno no país. A partir daí, chega-se a um conceito colocado pela própria revista, o de um “teatro nacional-vital-nacional”, aquele que deve ter conhecimento de sua evolução, ter parâmetros, para que atinja sua plenitude e espelhar a elevação cultural da nação.

¹⁵ Dionysos Nº 4. Julho de 1954. pp. 1

¹⁶ Dionysos Nº 4. Julho de 1954. p. 130.

De modo geral, Dionysos seguiu um padrão em sua organização, dividindo suas matérias em estudos, comemorações, problemas, noticiário. Na sessão estudos, podemos encontrar escritos mais longos, geralmente de especialistas (muitos deles funcionários do SNT), sobre autores, personagens, espetáculos. Sintomático é o fato de já no primeiro volume constar um texto de Nelson Rodrigues, aquele que teria “fundado” o teatro brasileiro moderno, intitulado *Teatro desagradável*. Também é digna de nota a matéria *A C.D.N. [Companhia Dramática Nacional] na realidade histórica do teatro brasileiro*. A Companhia foi estruturada pelo então diretor do SNT, Aldo Calvet, que escreve:

A realidade histórica do teatro brasileiro, portanto, impunha uma renovação de valores, não em detrimento dos velhos, a quem se reconhece uma soma de valores inestimáveis mas como uma fonte inspiradora capaz de criar novos horizontes, não só pelo interesse público de que vive o teatro, como também, pela técnica moderna plasmando na conjuntura das figuras, novo sentido, novas emoções. (...) Oportunidade única na história do teatro brasileiro ao elemento nacional – autores, diretores, intérpretes, cenógrafos, iluminadores, etc., sem nenhum desprestígio ao valor estrangeiro, mas como uma demonstração de capacidade e amadurecimento do elemento pátrio.¹⁷

Em “Comemorações”, há a exaltação de autores, como Martins Penna e Goethe. Na sessão problemas encontramos debates sobre cenário, sobre a televisão e o teatro, sobre a ameaça do cinema, a crítica, o teatro infantil, o teatro popular, a iluminação no teatro. Muitas vezes, o espetáculo “Vestido de Noiva” é o paradigma do bom teatro moderno, e sobre seus preceitos se dá a continuidade de uma evolução, como escreve em uma matéria Carlos Perry, ator da montagem de 1943:

Não é possível negar-se o desenvolvimento que se vem operando em nossa cena. Isto já está dito redito e só mesmo um “snob” deixará de reconhecer essa verdade. A crítica vem evoluindo de forma paralela. Os atores surgem também em bôa quantidade e qualidade. O público cresce; fazem-se conferências sôbre teatro, proliferam os grupos

¹⁷ Dionysos N° 4. Julho de 1954. pp. 129.

de amadores, celeiros de nossas companhias profissionais, enfim não se póde mais negar um “movimento”.¹⁸

A revista também reeditava artigos de jornal, conferências proferidas no Ministério da Educação e Saúde, discussões de filmes exibidos no auditório do Ministério em sessões promovidas pelo SNT (como o filme “Hamlet”, de Laurence Olivier), boletins da SBAT que promovem ampla campanha em favor do autor nacional. No entanto, é na sessão noticiário que o SNT divulgava seus atos, enaltecia seus feitos, expunha padrões, e onde ficava claro como o órgão se atribuía uma função tutelar em relação ao teatro no país, evidenciando o sentido político oficial da revista. Aparecem aí fotos e notícias de “mise-en-scénès” francesas, do teatro francês entre as duas guerras, sobre a temporada teatral em Londres no período de coroação da Rainha Elizabeth II, sobre o movimento teatral no Rio de Janeiro naquele ano. Constan, ainda, os discursos de posse dos diretores do SNT (que mudam constantemente), os atos do Ministério da Educação e Saúde relativos ao SNT, lançamentos de livros preparados por técnicos do órgão. Em um ato do Ministério podemos perceber claramente o controle exercido pelo SNT sobre a produção que desejasse obter auxílio financeiro:

Portaria 240, de 23 de maio de 1949. Expede instruções para a concessão de auxílios às atividades teatrais, entre várias instruções consta no Art. 3º Para obter auxílio de qualquer das espécies (...) a companhia deverá: (...) f) incluir em seu repertório peças nacionais de valor artístico, a juízo do Serviço Nacional de Teatro; (...) ¹⁹.

Dessa maneira, dois terços das peças das companhias subvencionadas deveriam ser de autores brasileiros. Também nota-se a preocupação do órgão em promover congressos de teatro, em cujo discurso inaugural o diretor do SNT, Aldo Calvet, diz: *Posso afirmar a Vossas Excelências que, neste último quinquênio, nenhuma iniciativa teatral foi possível sem a assistência do Serviço Nacional de*

¹⁸ Dionysos. N°1. Dezembro de 1949. Pp. 141.

¹⁹ Dionysos. N°1. Dezembro de 1949. pp. 164.

*Teatro. Salvo - é claro - (...) mui raras organizações (...).*²⁰. A busca por um Teatro Nacional, sempre com letras maiúsculas, passa também por uma preocupação com a formação teatral, seja nas escolas, seja pelo teatro infantil ou pelo interior do país. Sobre isso, é sintomática uma notícia intitulada *A ação do assistente de educação do Serviço Nacional de Teatro nas capitais nordestinas*. José Vanderlei, o assistente de educação, esteve nas *principais capitais do nordeste a fim de verificar as necessidades do teatro naqueles Estados e de inspecionar as praças teatrais*. Entrevistado pela imprensa pernambucana, Vanderlei diz:

Venho comissionado pelo Serviço Nacional de Teatro para examinar as condições das praças teatrais de Natal, João Pessoa e Recife, especialmente no que diz respeito ao movimento amadorista e à existência - ou à falta - de casas de espetáculos. É que o atual diretor do Serviço Nacional de Teatro, o dr. Thiers Martins Moreira, compreendeu, como ninguém até hoje, o decreto de criação do Serviço. Deseja êle emprestar o mais amplo apoio ao teatro cultural e ao amadorismo teatral, que considera fonte inesgotável do profissionalismo. (...) Procurando dar maior desenvolvimento ao teatro nacional, o dr. Thiers Martins Moreira está exigindo dos elencos subvencionados, a inclusão de dois terços de peças nacionais nos seus repertórios. Realmente, não se compreende que as companhias subvencionadas releguem a plano secundário os nossos autores. (...) Idealizou [Thiers Martins Moreira], agora, uma revista, órgão do Serviço Nacional de Teatro - "Dionysos" - cujo primeiro número já deve ter saído, supervisionado por Santa Rosa, com colaboração dos técnicos do SNT.

Quando perguntado *Como vai o teatro pelo Sul?*, o entrevistado responde que *A chanchada não desapareceu, mas está agonizante. A tendência é para a dignificação da arte teatral, (...) sem processos condenáveis para fazer rir*. E ainda diz que *O Serviço Nacional do Teatro quer amparar os grupos amadoristas que mereçam esse amparo, (...)*²¹. O que se tem aí é a explicitação do SNT como órgão controlador de práticas e ideias relacionadas à atividade teatral, se colocando como ator de uma batalha onde é portador dos legítimos interesses da nação.

²⁰ Dionysos Nº 4. Julho de 1954. pp. 169.

²¹ Dionysos. Nº1. Dezembro de 1949. p. 158.

Fases

Podemos dividir a revista em duas fases: a primeira, mais crítica e ensaística, que contempla os 21 primeiros números e vai de 1949 a 1972, focada em uma variedade de temas sobre o teatro nacional e mundial e seus autores, dando especial atenção à ideia de *mise-en-scène*; e a segunda, formatada para ser lugar de memória e fonte de pesquisa, do número 22 ao 29 e que vai de 1975 a 1989. Nessa segunda fase, é homenageado o moderno teatro brasileiro, já considerado consolidado, sendo que cada número é dedicado a um grupo ou escola. O primeiro deles, como não poderia deixar de ser, é consagrado a “Os Comediantes”, onde o editorial revela as pretensões da nova fase:

Com o presente número da REVISTA DIONYSOS, o Serviço Nacional de Teatro prossegue sua contribuição para preservação da memória do teatro brasileiro. Carente de uma bibliografia ampla – seja oficial ou de iniciativa privada, o pesquisador do nosso teatro vê-se quase que limitado aos arquivos de jornais. Daí, o interesse do SNT em iniciar uma série de levantamentos sobre o moderno espetáculo brasileiro em sua revista especializada (...).²²

Seguem-se números dedicados ao Teatro do Estudante/ Teatro Universitário/ Teatro Duse, o Arena, o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), o Oficina, o Tablado, o Teatro Experimental do Negro, e a Escola de Arte Dramática. A organização das edições cabe a especialistas e professores universitários que assinam artigos que se somam a entrevistas e depoimentos de antigos membros dos grupos. Essas duas fases são representativas de algumas transformações: em primeiro lugar a criação dos cursos de filosofia da USP, dos cursos de jornalismo, e, por último, dos cursos de teatro, determinam direcionamentos diversos para o editorialismo da revista e alteram a formação dos próprios grupos de teatro. Em segundo lugar, ao mesmo tempo em que a especialização do saber é crescente, o descrédito para com a crítica teatral começa a ganhar espaço a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980.

²² Dionysos. Nº 22. Dezembro de 1975. p. 3.

Circulação

Decerto, *Dionysos*, por sua longevidade, circula em contextos políticos, sociais e culturais amplamente diversos. Alguns indícios apontam para uma certa facilidade de se adquirir a revista na cidade do Rio de Janeiro, o que não se pode dizer em relação a outras cidades, principalmente em sua primeira fase. Podemos ler em uma carta endereçada ao Sr. Aldo Calvet, diretor do SNT:

Saudações. Como pertencente a classe de “gente de teatro” e interessado em tudo que se edita, em matéria de teatro no Brasil, foi com grande satisfação que li em “Folha Carioca” (...) sobre as publicações do SNT, órgão oficial da nossa classe sabiamente dirigido por V. S., que tanto tem jeito para nossa evolução técnica, artística e literária. Portanto, desejo que V. S. remeta-me as peças publicadas, os números atrasados da revista “Dionysos”. (...) Taumaturgo Nogueira, Recife, 22 de janeiro de 1952.²³

Inúmeros são também os pedidos de bibliotecas, grupos e cursos de teatro e particulares. Como este, remetido da cidade de Campos, em 24 de julho de 1952:

Tenho comigo o primeiro número de *Dionysos*, que me foi oferecido por um amigo. Como grande apreciador de teatro e modesto amador de tão bela e admirável arte, li com satisfação todo o exemplar, não escondendo meu desejo de obter os números que se publicassem a seguir. Como até hoje não logrei obter nenhum outro número daquela revista, bastante útil para todos que lidam no teatro, lembrei-me de me dirigir a V. S., solicitando-lhe, por especial favor, e se possível, enviar-me os números já publicados, pois estou certo de que os conhecimentos neles expandidos muitos nos ajudarão a desenvolver nosso teatro de amadores e estudantes.²⁴

Ao que consta, o SNT prontamente enviava os exemplares requeridos. Percebe-se que havia conhecimento em torno da existência do periódico, principalmente nos círculos teatrais, mas nem sempre era possível o acesso a ele, até mesmo em cidades como São Paulo:

²³ CEDOC-FUNARTE. Processo nº 000.073/1952

²⁴ CEDOC-FUNARTE. Processo nº 000.279/1952

Ilmo. Sr. Secretário do Serviço Nacional de Teatro. Há mais de dez anos que venho me dedicando ao estudo do teatro. Recebo da França, Itália e Estados Unidos todas as publicações de teatro, entretanto as edições desse serviço não me é possível encontrar aqui na capital paulista, sendo que o único que possuo é o primeiro. Seria para mim uma grande satisfação se V. S. providenciasse a remessa pelo correio das edições já feitas bem como as futuras que o SNT virá a publicar. (...) Osmar Rodrigues Cruz, São Paulo, 13 de novembro de 1952.²⁵

Considerações finais

Em 1989, sem anunciar, a revista tem seu último número, o 29º. Aparentemente, isso se deveu às questões políticas do período e ao lugar ocupado pela cultura. Ainda em 1976, havia sido criada a FUNARTE²⁶, que previa englobar o SNT, o que não aconteceu devido a grandes polêmicas no setor. Em 1981, o SNT se tornou Instituto Superior de Artes Cênicas (INACEN), subordinado à FUNARTE, e em 1987, Fundação Nacional de Artes Cênicas (FUNDACEN). É um período de perda de autonomia, diminuição de orçamentos e carência de políticas culturais definidas. Sem dúvida, o fim de Dionysos, após essa crise institucional, - em meio ao qual a revista se mantinha pela força das recentes pesquisas acadêmicas incorporadas na 2º fase - se dá com o “desmonte do Estado” promovido pelo governo Collor, que, em 16 de março de 1990, dia em que a FUNARTE comemoraria 14 anos, extingue o órgão, e, conseqüentemente, também a FUNDACEN.

A revista Dionysos, voz coletiva que representava o anseio comum de um grupo de artistas e intelectuais inicialmente vinculados ao Estado, foi lugar de intervenção intelectual poderosa e eficaz, conquistando legitimidade para exercer a crítica e o saber em relação ao teatro, criando cânones, construindo repertório teatral, legitimando novas práticas políticas e culturais, colocando-se como *um importante elo de articulação do S.N.T. com os círculos teatrais do país e*

²⁵ CEDOC-FUNARTE. Processo nº 000.562/1952

²⁶ Ver BOTELHO, Isaura. *Por artes da memória: a crônica de uma instituição - Funarte*. Tese de doutorado, USP, 1996.

do estrangeiro²⁷, e intervindo sobre seu presente mas deixando grande legado para a construção da memória do teatro brasileiro. Relacionada a um contexto de ascensão do especialista em teatro, a revista empreendeu uma batalha simbólica para a fabricação de símbolos e mitos caros à formação da identidade nacional, apontando diretrizes, caminhos e iniciativas para o teatro. Suas considerações refletem o anseio pela modernização, colocando em periódico ditames daqueles intelectuais dos anos 1930 e 1940, empreendendo uma luta pela consolidação da modernização no teatro brasileiro segundo o modelo europeu, encarnando um discurso oficial da forma e do tipo de teatro que se deveria fazer. Assim, a hegemonia de um tipo de modernidade teatral que se desejava construir não se deu sem se passar por um processo de ação, formação e transformação. A revista *Dionysos* é, ao mesmo tempo, veículo, atuante, e símbolo desse processo. Possuindo intenso dinamismo e documentando uma transição entre gerações de críticos, assim como elaborando discursos sobre os meandros do teatro moderno, ela foi veículo de legitimação de novas práticas políticas e culturais, exercendo importante papel na formação de uma cultura teatral brasileira formativa na segunda metade do século XX. Ela representa um projeto nacional de modernidade artística que conforma os anseios intelectuais corporificados por exemplo, nos ideais de Alcântara Machado, aliados aos interesses oficiais, corporificados nos objetivos de criação do SNT. Se Capanema, ao explicar os motivos da criação do SNT em carta ao presidente Getúlio Vargas, disse: *A obra de desenvolvimento e aprimoramento do teatro nacional exige esforço continuado (...)*²⁸, podemos enxergar a revista *Dionysos* como importante instrumento nesse processo de construção desse esforço.

As apropriações e os discursos em torno da obra de arte se tornam parte da obra e de sua memória. Desse modo, *Dionysos* fez parte de uma rede pedagógica que operou mudanças nas representações sobre o teatro nacional e internacional, contribuiu na alteração de vocabulários culturais e se atribuiu um pretense papel de formar a consciência teatral da nação. Ao percebermos a colocação dos discursos em revista, entendemos que a modernização do teatro

²⁷ *Dionysos*. N.º3. Setembro de 1952. pp. 1.

²⁸ PIRES, Júlio. Getúlio vargas e o teatro. In: *Cultura Política*, v.1, n. 5: pp. 143-158, jul. 1941. pp. 154.

brasileiro foi também um projeto intelectual. E essa modernização, em torno da qual devemos colocar o debate sobre a atribuição de papéis, seja aos intelectuais, aos críticos ou às instituições, foi (ou é) uma crônica intermitente. Ao contrário do amanhecer abortado, de Matei Visniec, Dionysos esteve sempre refabricando o nascimento do teatro moderno e, assim, contribuindo nos direcionamentos e na escrita da história do teatro brasileiro.

Referências

BOTELHO, Isaura. *Por artes da memória: a crônica de uma instituição – Funarte*. Tese de doutorado, USP, 1996.

CAMARGO, Angélica Ricci. *A política dos palcos: teatro no primeiro governo Vargas (1930-1945)*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

CEDOC-FUNARTE. Processos nº 000.016/1940; nº 021.175/1940; nº 034.208/1942; nº 000.061/1942; nº 000.075/1946; nº 000.073/1952; nº 000.279/1952; nº 000.562/1952.

CHARLE, Christophe. *A gênese da sociedade do espetáculo: teatro em Paris, Berlim, Londres e Viena*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Dionysos. Rio de Janeiro: 1949-1989.

MACHADO, Antônio de Alcântara. *Cavaquinho e Saxofone: (solos) 1926-1935*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

PIRES, Júlio. Getúlio Vargas e o teatro. In: *Cultura Política*, v.1, n. 5: pp. 143-158, jul. 1941.

VISNIEC, Matei. *Paparazzi ou Crônica de um amanhecer abortado seguida de A mulher como campo de batalha*. São Paulo: É Realizações Editora, 2012.

Um “espaço de autoria”

na literatura sobre tecnologia durante a década de 1970 no Brasil: a revista DADOS&Idéias

IVAN DA COSTA MARQUES (UFRJ)

Este trabalho tem como foco a coleção da Revista DADOS&Idéias, editada pelo SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados de 1974 a 1980. A questão dos “espaços para autoria” é abordada a partir dos efeitos que esta revista teve para a definição e implantação de uma política industrial para a fabricação de minicomputadores no Brasil na década de 1970. O estudo tem como foco uma série de artigos que afirmavam que existia então uma capacidade tecnológica brasileira “limitada mas significativa” na área de Informática.¹



¹ Estes artigos foram escritos por um conjunto de autores, na sua maioria professores universitários ou funcionários “técnicos” de empresas estatais. Dentre os que mais enfatizavam a existência no Brasil de então de uma capacidade tecnológica “limitada mas significativa” estão Carlos Ignácio Mammana, Claudio Zamitti Mammana, Ivan da Costa Marques, Mario Dias Ripper, Silvio Paciornik, Wilson de Paulo Pádua.

A análise indica a revista e seus artigos como um instrumento de criação e divulgação de resultados tecnológicos localmente obtidos em um pequeno número de laboratórios universitários. Tais resultados vinham a ser, em sua maioria, artefatos digitais de hardware e software, pequenos computadores, interfaces, etc., em forma de “protótipos”, isto é, montagens pré-industriais que verificam na prática os princípios “teóricos” que orientam o projeto de um produto industrial. A revista DADOS&Idéias não circulava como um periódico propriamente acadêmico pois exibia uma mistura de tecnologia e política até hoje dificilmente aceita em periódicos acadêmicos convencionais. Os artigos não escondiam os esforços daquele pequeno grupo de autores de conquistar apoio e aliados para seus trabalhos e suas propostas, não só entre outros grupos universitários como também entre um público leitor relativamente mais amplo.

Democracia relativa

Considerando a ideia das possibilidades de “espaços de autoria”, é possível situar esta série de artigos e a própria revista DADOS&Idéias no espaço que foi tentativamente denominado pela ditadura militar brasileira de “democracia relativa”, uma ideia *sui generis* que os militares brasileiros puseram em circulação nos anos 1970: ao invés de simplesmente reprimir todas as formas democráticas, a ditadura tentava domesticá-las. Ou seja, a ditadura ensaiava tolerar alguma (mas não toda) liberdade de expressão por parte de alguns (mas não todos).

Uma comunidade de informática

É sabido que no começo dos anos 1970 um grupo de especialistas em Informática que havia começado a reunir-se primeiro em encontros promovidos pelo Conselho de Reitores aproveitou a oportunidade da “democracia relativa” para estabelecer seus instrumentos – a revista DADOS&Idéias, junto com os congressos anuais denominados SECOMU e SECOP – de consolidação como uma comunidade e capaz de influir como um coletivo organizado na vida

nacional. Configurou-se assim no Brasil um grupo diversificado de profissionais, autodenominado uma “comunidade de informática”, que entendia ser então possível suprir o mercado interno brasileiro de minicomputadores com modelos que haveriam de ser concebidos e projetados localmente por profissionais brasileiros, conforme atestam, dentre outros, (Adler 1987), (Dantas 1988), (Evans 1995 (2004)) e (Vigevani 1995).

Compunham essa comunidade duas partes bastante visíveis, uma de professores universitários e outra de funcionários graduados de instituições estatais,² e uma terceira parte menos visível, mais difícil de ser identificada, de oficiais militares.³ Os contatos iniciais se deram e fortaleceram-se em meio à formação de um coletivo de profissionais interessados nos saberes da Informática. Estes profissionais começaram a debater e ensaiar concretamente, apesar do ambiente ditatorial, ideias a respeito de como um grupo de especialistas em Informática poderia contribuir para o “desenvolvimento do

Brasil” (uma locução de fácil compatibilização com o ideário desenvolvimentista da ditadura). A partir do SERPRO, um órgão do Ministério da Fazenda, a revista DADOS&Ideias lograva circular no espaço da “democracia relativa” em meio à camada técnica pós-graduada da burocracia da ditadura militar que governava o Brasil na época.

Os artigos mostram também como seus autores, pelo menos nos artigos publicados em DADOS&Ideias, evitaram quaisquer questões relativas à reflexividade ou à problematização de identidades nas discussões e argumentos que utilizavam para apresentar e defender os movimentos, simultaneamente técnicos e políticos, que viam como possíveis e desejáveis em meio à ditadura, ao conceberem uma ligação direta, de causa e efeito, mesmo que interativa, entre o sistema educacional visto como “máquina que prepara a mão-de-obra

² Peter Evans refere-se a este grupo de profissionais como “os barbudinhos”. Muitos deles haviam então recentemente regressado de seus mestrados e doutorados nos EUA, onde haviam tomado contato e aprendido a tecnologia dos computadores, entendida no sentido de como fabricá-los, adquirindo “um senso de participação no processo internacional e um senso de frustração com o ambiente local.” (Evans 1995 (2004):148).

³ Os traços do interesse de uma parte dos militares brasileiros pela tecnologia dos computadores são facilmente encontráveis. Foi a Marinha do Brasil que patrocinou o projeto executado na PUC/Rio e na USP, de um minicomputador, batizado G-10 em homenagem póstuma ao Comandante Guarany. O Coronel Jorge Monteiro Fernandes, representante do Ministério da Aeronáutica na CAPRE, também fazia um acompanhamento participativo da comunidade de Informática.

qualificada do país” e a capacidade tecnológica de “uma indústria genuinamente brasileira”.

Para entender a situação específica das relações entre tecnologia, política e indústria das quais a revista DADOS&Ideias é parcialmente causa e efeito na década de 1970, e seu papel como instrumento de comunicação na comunidade de informática em que ela é criada e ajuda a criar, é preciso apontar brevemente algumas especificidades do panorama da informática brasileira naquela época.

A origem da tecnologia como problema

A Política Nacional de Informática (P.N.I.) implementada para a construção de uma indústria local de minicomputadores vigente na década de 1970 foi no Brasil a primeira política industrial oficial (de governo) a colocar em primeiro plano a questão da origem da tecnologia. Cerca de vinte anos antes havia sido implantada uma indústria automobilística local segundo uma política de governo definida pelo Grupo Executivo da Indústria Automobilística (G.E.I.A.). No que tange à fabricação dos automóveis, a preocupação do G.E.I.A. restringiu-se a estabelecer uma exigência de aumento gradativo de um índice de nacionalização, definido como a porcentagem de peças fabricadas no Brasil em relação ao total de peças do veículo, então medida em peso (e não em valor das peças). Pode-se dizer que, como a origem da tecnologia não foi problematizada, o problema da tecnologia do automóvel estava resolvido a priori. Ou seja, na política industrial do G.E.I.A., havia ficado implícito que as grandes montadoras internacionais, que foram incentivadas na década de 1950 a se instalarem e/ ou a ampliar muito suas atividades industriais no país, usariam suas próprias tecnologias, concebidas e desenvolvidas em seus respectivos países sede, para montar e operar suas fábricas no Brasil. Dali começaram a sair, e saem até hoje, feitas as exceções de pequeníssima escala, modelos de automóveis também concebidos e desenvolvidos no exterior.

Talvez esta ausência de considerações sobre a origem da tecnologia por parte do G.E.I.A. seja relevante para explicar porque até hoje o Brasil, entre as economias de grande escala, seja o único país a não ter marca própria de

automóvel. Todas as marcas fabricadas no país, onde são produzidos mais de três milhões de automóveis por ano, são estrangeiras.⁴ Pois bem, é pouco conhecido que as coisas não se passaram assim no caso dos minicomputadores e ainda mais esquecido o papel que a revista DADOS&Idéias desempenhou para que não acontecesse com os minicomputadores o que acontecia (e acontece até hoje) com os automóveis. Embora não se possa dizer que a P.N.I. esteja completamente ausente da historiografia econômica do Brasil nas últimas décadas, pode-se dizer que foi esquecido o fato de mais da metade do mercado de computadores no Brasil ter sido suprida com marcas brasileiras e produtos projetados no Brasil, como mostra a Tabela I.

Uma tradução para três situações

Encontra-se na revista DADOS&Idéias a expressão “dependência tecnológica” como tradução de três situações tidas como insatisfatórias para as três partes heterogêneas – professores universitários, funcionários da burocracia estatal, técnicos militares – que compunham a “comunidade de informática” autora e leitora da revista DADOS&Idéias. Na primeira tradução, os quadros técnicos militares, principalmente da Marinha, tinham a percepção de que os engenheiros brasileiros não sabiam e/ou não tinham condições de manter os computadores embarcados nas fragatas recém adquiridas da Inglaterra, e traduziam esta situação como “dependência tecnológica”. Na segunda, os administradores dos birôs de processamento de dados tipo SERPRO⁵, PRODESP⁶ e PROCERGS⁷ achavam que, se tivessem ou pudessem contratar equipes de profissionais brasileiros que soubessem projetar o hardware e o software de pequenas interfaces e equipamentos, teriam mais oportunidades de pôr em prática, em uma série de casos, soluções muito mais baratas do que as oferecidas pelos sistemas (hardware e software) comercializados pelas multinacionais concebidos para as condições vigentes em outros países. E traduziam esta situação como

⁴ Dado do Anuário da Indústria Automobilista Brasileira – ANFAVEA 2011. pág. 61.

⁵ Serviço Federal de Processamento de Dados

⁶ Processamento de Dados do Estado de São Paulo

⁷ Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul

“dependência tecnológica”. Finalmente, na terceira tradução, os professores universitários, sobretudo na pós-graduação, estavam convencidos de que, sem uma indústria que levasse ao mercado os resultados do trabalho dos pesquisadores, consubstanciados em protótipos de equipamentos, não só não haveria emprego para os alunos a quem achavam importante ensinar o projeto de artefatos de informática (hardware e software), como também seria muito difícil justificar e manter a qualidade de pesquisas que seriam fatalmente realizadas em torres de marfim descoladas do que chamavam de realidade brasileira. Os professores também traduziam a construção de tal indústria como saída da “dependência tecnológica”.

Estas três traduções davam consistência a um coletivo que fez a gestão de uma primeira fase da Política Nacional de Informática em busca de “maior autonomia tecnológica” ou “independência tecnológica”. A consolidação da tradução destes três interesses diversos em uma única expressão crítica, “dependência tecnológica”, foi conseguida através de interações e discussões em congressos, denominados SECOMU (o das universidades), SECOP (das empresas estatais), e SUCESSU (das empresas privadas usuárias de computadores), além de matérias e artigos publicados no periódico Datanews e na revista DADOS&Idéias.⁸ Portanto a situação tecnológica do país na área de informática foi colocada como problema e efetivamente passou a ser um problema a partir das discussões na “comunidade de informática”. Em outras palavras, tanto a noção de “dependência tecnológica” quanto a proposta de implantar no Brasil uma política industrial voltada para ultrapassar essa “dependência tecnológica” surgiram na área de informática como resultado de uma produção ativa em oposição a algo que se poderia dizer “espontâneo”.⁹

⁸ A revista Dados e Idéias era editada pelo SERPRO, um órgão do Ministério da Fazenda. Os SECOMU - Seminários de Computação em Universidades - são hoje, bastante transformados, realizados como um eixo temático no âmbito dos congressos anuais da Sociedade Brasileira de Computação (S.B.C.) (ver <http://www.imago.ufpr.br/csbc2012/secomu.php>) e os SECOP (originalmente Seminário de Coordenação em Processamento de Dados, o primeiro deles realizado em 1973 em Fortaleza/CE) são realizados até hoje, embora sua designação tenha sido mudada para Seminário Nacional de TIC para a Gestão Pública. Ver <http://www.secop2012.rs.gov.br/conteudo/419/?Hist%C3%B3rico>.

⁹ Ver a esse respeito (Adler 1987)

Um personagem semiótico

Um efeito revelador do tipo de aproveitamento do “espaço de autoria” que a revista DADOS&Idéias fez foi a criação do empresário brasileiro fabricante de minicomputadores como um personagem semiótico. Até os anos finais da década de 1970 somente grandes empresas multinacionais fabricavam ou montavam computadores ou equipamentos de processamento de dados no Brasil: IBM, Burroughs e Olivetti. Nesta época não havia o empresário brasileiro fabricante de computadores. Tal personagem não estava presente entre os atores (técnicos-políticos-econômicos-culturais) da época. No entanto, na visão prevacente na comunidade de informática, para que a busca ativa de uma saída da “dependência tecnológica” pudesse ter alguma chance de sucesso em seu objetivo de promover a concepção e o projeto de minicomputadores no Brasil, essa lacuna – a ausência de empresários brasileiros fabricantes de computadores – precisaria ser preenchida.

A “comunidade de informática” consolidou na revista DADOS&Idéias o argumento que afirmava que o chamado “livre mercado” não levaria ao nascimento do empresário local interessado em ganhar dinheiro desenvolvendo tecnologia de computadores com profissionais brasileiros e, conseqüentemente, não levaria a que fossem realizados os investimentos (privados) de concepção e projeto de computadores no Brasil. E, para aquela comunidade, sem concepção e projeto locais, dada a ubiqüidade da informática, ficaria difícil o Brasil deixar de ser um país “dependente”. Sem uma capacidade própria de conceber, projetar e colocar no mercado seus próprios artefatos de Informática, para aquela comunidade, o Brasil continuaria a ser um país que não tinha “opções plenas” pois permaneceria sempre atrelado à tecnologia que os engenheiros brasileiros não sabiam produzir, sendo o Brasil portanto forçado a pagar por ela o preço que lhe fosse fixado.

Também circulava na comunidade de informática o argumento de que a continuidade dos projetos até então realizados (protótipos em universidades e organizações estatais) requeria recursos muito maiores do que os até então investidos e o Estado brasileiro não teria condições de continuar fazendo

isoladamente tais investimentos. Explícita ou implicitamente ganhava força a ideia de que era preciso criar o empresário (privado) local interessado em ganhar dinheiro desenvolvendo tecnologia de computadores com profissionais brasileiros.

O caso é digno de nota especial porque o “empresário (privado) local” existiu como personagem semiótico antes de sua existência como pessoa. O discurso falado e ouvido, e especialmente o escrito em DADOS&Idéias, na comunidade de informática tinha entre seus interlocutores o empresário brasileiro fabricante de minicomputadores projetados no Brasil. No entanto, só depois este personagem se configurou como ator em carne e osso. Portanto temos aqui um caso em que o discurso, e aqui ressaltamos especialmente o escrito em DADOS&Idéias, precedeu a existência de um de seus interlocutores, e contribuiu para a aparição dele – o elenco montado pela comunidade incluía um ator ainda inexistente, e preservava para ele um papel heroico, de salvador da pátria, uma função ou papel mais “nobre” do que o papel que era (e ainda hoje é) usualmente atribuído ao empresário na cultura brasileira. Podemos dizer que a “comunidade de informática” criou um personagem puramente semiótico naqueles primeiros anos de gestação da P.N.I., personagem a quem ela se dirigia para solicitar uma missão nobre. Essa missão envolvia ganhar dinheiro mas não se reduzia (ou não deveria se reduzir) a isto. Em termos weberianos tratava-se de dar existência aproximada a um tipo ideal de vocação empresarial – aquele empreendedor que tivesse como objetivo investir para ganhar dinheiro enfrentando o risco de contratar engenheiros e profissionais de informática brasileiros para conceber e projetar seus produtos.

Ainda segundo o ideário da “comunidade de informática”, a realização, mesmo que aproximada, deste tipo ideal dependia de uma proteção do Estado brasileiro. Ou seja, a Política Nacional de Informática surgiu junto com a invenção ou projeto de um personagem semiótico: o empresário (privado) interessado em ganhar dinheiro desenvolvendo tecnologia de computadores com profissionais brasileiros. E a “comunidade de informática” mobilizou-se para que o governo brasileiro assumisse o projeto de criação deste empresário.

A referência acima à invenção ou projeto de um personagem semiótico é literal e não metafórica. A “comunidade de informática” imaginou este interlocutor – *o empresário interessado em ganhar dinheiro desenvolvendo tecnologia de computadores com profissionais brasileiros* – e partiu para construí-lo. E é importante lembrar que a comunidade de informática e sua aliada no governo, a CAPRE (Comissão para o Aperfeiçoamento do Processamento Eletrônico de Dados), obtiveram significativo sucesso nessa empreitada. A Tabela II mostra a evolução da criação de empresas brasileiras no âmbito da proteção da “política de reserva de mercado”, como veio a ficar (um pouco) mais conhecida a P.N.I.

Entre muitos, dois desafios

Dentre muitos, cito dois desafios enfrentados na “comunidade de informática” que evidenciam o caráter precário e delicado de sua construção. Tratar estes desafios exigiu um “espaço de autoria” que a revista DADOS&Idéias ocupou com sucesso. Os dois desafios foram relacionados às dificuldades de estabelecer colaboração entre diferentes. O primeiro é que, certamente com carradas de motivos justos, muitos professores universitários eram extremamente refratários a uma aproximação com os militares no período ditatorial. Isto limitava e tornava menos frutífera uma potencial interação em que os professores poderiam mostrar que detinham conhecimentos que poderiam ser usados na solução de problemas de interesse dos militares, e sua pesquisa influenciar e ser influenciada por estes interesses. Esse desafio foi enfrentado e parcialmente superado com a criação dos quadros técnicos das forças armadas, mas voltou, como veremos, em forma de abismo colossal, e plenamente justificado, quando outros militares, os do S.N.I., que não tinham contato anterior com a comunidade de informática, dela se aproximaram com seu oportunismo, seus preconceitos e seus métodos policialescos.

O segundo desafio é que muitos professores, e aí estou convicto de que estavam completamente sem razão, achavam que tecnologia não se mistura com política. Achavam que poderiam legitimamente ficar trancados em laboratórios

fazendo um “trabalho científico”, por suposição politicamente neutro. Para estes professores, a ausência de participação política não condenava o seu próprio trabalho, e portanto a si próprios, a serem profissionais estigmatizados pela participação marginal que os brasileiros tinham no desenvolvimento da tecnologia da informática. Um efeito da publicação da revista DADOS&Idéias foi este desafio também ter sido parcialmente superado na década de 1970, embora hoje talvez ele não seja enfrentado pela Sociedade Brasileira de Computação.

A história da P.N.I. mostra o equívoco de considerar que o governo federal, mesmo um governo ditatorial como o daquela época, pudesse formar uma unidade simples ou monolítica. Profissionais acadêmicos mantiveram relações frutíferas com partes do governo, especialmente com os gerentes dos birôs de processamento de dados e muito especialmente com a CAPRE, com os quais, como disse acima, integravam a “comunidade de informática”, da qual participavam também profissionais militares. Pode-se perfeitamente dizer que a implementação do que a “comunidade de informática” discutia e propunha na DADOS&Idéias era posto em prática pela CAPRE, que neste processo balizava as sugestões da comunidade e as negociava com o restante do governo.

A proibição da revista DADOS&idéias e a chegada do microcomputador

É muito surpreendente e digno de nota que a fase inicial de sucesso da P.N.I. esteja associada ao seu etos democrático inicial conforme se verifica pelos artigos da DADOS&Idéias. Não é minha finalidade aqui abordar em detalhe esta associação como fiz em (Marques 2000) e (Marques 2003), e sim destacar que a Política Nacional de Informática desandou após 1980 com a invasão e a tomada de sua administração pelos coronéis da polícia política da ditadura militar. Tal invasão e tomada se deu através da formação da Comissão Cotrim, assim denominada pelo nome de seu chefe, o Embaixador Cotrim, à época “o homem da polícia política da ditadura” no Itamaraty.¹⁰ Montados na Comissão Cotrim, os coronéis do S.N.I. (Serviço Nacional de Informações) chegaram grampeando os

¹⁰ Por “homem da polícia política da ditadura” entenda-se “dedo duro”, ou seja, aquele que denunciava seus colegas como subversivos.

telefones e chamando para interrogatórios os participantes da “comunidade de informática” sob “suspeita de comunismo” (!) conforme bem relata VerabDantas. (Dantas 1988: Capítulo 9, Sem Resposta, 172-207)

A proibição da revista DADOS&Idéias é emblemática do espírito autoritário que a partir de então se instalou na condução da P.N.I. Ela é tanto mais inepta e boçal quanto mais a conclusão da Comissão Cotrim afirmava a “dependência tecnológica do Brasil” no setor de informática, embora ignorasse todo o passado produzido pela “comunidade de informática” e pela CAPRE. A comissão concluía que “o Brasil não tinha uma

“política de informática” e a dependência do Brasil na área da Informática era um assunto tão importante que merecia um órgão governamental de nível ministerial para tratar dele, conforme muito bem relata Silvia Helena em seu artigo “A indústria de computadores: evolução das decisões governamentais” publicado na Revista de Administração Pública, Vol 14, No. 4, p. 73-109. Este novo órgão governamental foi prontamente criado, denominado Secretaria Especial de Informática (S.E.I.), ligado diretamente à presidência (ditatorial) da república, e nela se aboletaram justamente os coronéis integrantes da comissão Cotrim: Joubert Brízida de Oliveira, Edson Dytz, Ezil Veiga da Rocha. Outros membros da comissão, que contou com apoio de José Dion de Melo Telles, presidente do CNPq, foram premiados com outros cargos, tais como o próprio chefe, embaixador Cotrim, nomeado presidente da Digibrás, e Reis Loyola, nomeado presidente da empresa estatal COBRA, fabricante de computadores.

Ao chegar com ímpeto de cavalaria, com atos do tipo da proibição da publicação da revista DADOS&Idéias, os coronéis do S.N.I. destruíram em poucas semanas a “comunidade de informática”, uma construção frágil e demorada. Não tivesse o tempo se incumbido de deixar claro o caráter puramente oportunista que reduz a comissão Cotrim a uma empreitada de um bando de policiais à cata de cargos (até porque estava chegando ao fim a época daquele tipo de caça a comunistas a que se dedicavam), seria difícil entender que, simultaneamente, se desmantelasse a “comunidade de informática” e se reconhecesse a “dependência tecnológica”. Certamente a “comunidade de

informática”, como uma espécie de inteligência descentralizada que contava com um “espaço de autoria”, se configurava como uma possibilidade, ainda que duvidosa, de bússola na tempestade técnica-econômica-social que logo sobreveio no setor da informática em todo o mundo, que foi a chegada do microcomputador.

O micro pessoal transformou o computador, que era um bem de capital, em um bem de consumo. O micro pessoal tornou inadequados os procedimentos da política industrial anteriormente discutida no âmbito da “comunidade de informática”, por ela proposta e implementada para minicomputadores pela CAPRE antes da S.E.I. Os minicomputadores ainda eram típicos bens de capital. A arrogância dos coronéis do S.N.I., desprezando a “comunidade de informática”, fez com que jogassem fora a possibilidade (não a certeza) de discutir e entender a complexidade da emergência do micro e as mudanças que ele trouxe para o mercado. Os microcomputadores já nasceram próximos aos mercados de bens de consumo duráveis. Sem uma bússola em nada surpreende que a P.N.I. conduzida pela S.E.I. logo naufragasse. Mas é claro que esta não era a principal preocupação dos coronéis policiais autoritários que ali se instalaram.

A revista DADOS&Idéias foi proibida e a CAPRE foi extinta no ato de criação da S.E.I. Nas relações com o governo ditatorial, no outro extremo da “democracia relativa” estavam as relações com a “comunidade de informações”, que era como se autodenominavam os informantes do S.N.I., a polícia política de ditadura militar no Brasil. Houve períodos em que a influência dos coronéis do S.N.I. na Informática foi temperada por outras tendências, como quando Renato Archer foi ministro da Ciência e Tecnologia, mas o etos democrático da origem da Política Nacional de Informática na informática havia sido irreversivelmente perdido e substituído por um etos autoritário.

Comentário final

Narrar e testemunhar o aproveitamento da a revista DADOS&Idéias fez da “democracia relçativa” criando um “espaço de autoria” pareceu-me oportuno neste momento de redefinições internacionais, quando pode surgir a procura de

formas originais de implementar políticas industriais compatíveis com tradições políticas democráticas. A discussão torna-se tão mais importante quanto mais especialistas dizem, em grande confusão, que essa compatibilidade não pode existir. Pode existir sim, embora tenha que se situar a tecnologia e a democracia. E isto merece ser narrado, testemunhado e estudado.

Tabela I – Crescimento da receita da indústria brasileira de computadores

Ano	Sob controle brasileiro		Sob controle estrangeiro		Total (US\$ bilhão)
	Receita (US\$ bilhão)	(% do Total)	Receita (US\$ bilhão)	(% do Total)	
1979	0.2	23	0.6	77	0.8
1980	0.3	33	0.6	67	0.9
1981	0.4	36	0.7	64	1.1
1982	0.6	40	0.9	60	1.5
1983	0.7	47	0.8	53	1.5
1984	0.9	50	0.9	50	1.8
1985	1.4	52	1.3	48	2.7
1986	2.1	62	1.3	38	3.4
1987	2.4	60	1.6	40	4.0
1988	2.9 / 2.8	67 / 54	1.5 / 2.4	33 / 46	4.4 / 5.2
1989	--- / 4.2	--- / 59	--- / 2.9	--- / 41	--- / 7.1
1990	--- / 3.8	--- / 60	--- / 2.5	--- / 40	--- / 6.3

Fontes:

1979-1988: S.E.I. - Séries Estatísticas, Vol.2, Nº 1, Agosto 1989, p. 12.

1988-1990: SCT/DEPIN Panorama do Setor de Informática. Mazzeo (1999:134).

Tabela II

Ano	Número de empresas fundadas no ano	Número total de empresas fundadas até o ano
antes de 1974	12	12
1974	1	13
1975	1	14
1976	5	19
1977	6	25
1978	7	32
1979	8	40
1980	7	47
1981	8	55
1982	8	63
1983	4	67
1984	4	71

Fonte: S.E.I.. Bol.Inf. – S.E.I.. Brasília, S.E.I., v.6, n. 15 (ed. esp.), abril 1986, p. 18

Bibliografia:

Adler, Emanuel. 1987. *The power of ideology: the quest for technological autonomy in Argentina and Brazil*. Berkeley: University of California Press.

Dantas, Vera. 1988. *Guerrilha tecnológica: a verdadeira história da política nacional de informática*. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos.

Evans, Peter. 1995 (2004). *Autonomia e parceria: estados e transformação industrial*.

Translated by C. B. Tigre and P. B. Tigre. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Marques, Ivan da Costa. 1980. Computadores: parte de um caso amplo da sobrevivência e da soberania nacional. *Revista de Administração Pública* 14 (4):110-147.

———. 2000. Reserva de mercado: um mal entendido caso político-tecnológico de

“sucesso” democrático e “fracasso” autoritário. *Revista de Economia da Universidade Federal do Paraná* 24 (26):91-116.

———. 2003. Minicomputadores brasileiros nos anos 1970: uma reserva de mercado democrática em meio ao autoritarismo. *História Ciências Saúde MANGUINHOS* 10 (2):657-681.

Vigevani, Tullo. 1995. *O contencioso Brasil X Estados Unidos da Informática - Uma análise sobre formulação da política exterior*. São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo.

Do consumidor de mercadorias ao leitor de jornal:

peculiaridades da indústria cultural nas
páginas do semanário Flan (1953-1954)

JEFFERSON JOSÉ QUELER (UFOP)

O jornal *Flan* teve vida relativamente breve. Circulou entre abril de 1953 e setembro de 1954. Defensor do governo de Getúlio Vargas (1951-1954), saiu de cena pouco depois do suicídio deste último. Recheado de entretenimento e assuntos diversos, foi planejado para atrair leitores em várias partes do país. Porém, não conseguiu consolidar-se entre os grandes semanários nacionais. A análise de suas estratégias para firma-se no mercado e no cenário político lançam luzes sobre as especificidades do processo de instalação da indústria cultural no Brasil. Muitos estudiosos vislumbraram um crescente e linear esvaziamento das discussões públicas, concomitante a uma maior penetração da lógica da produção de mercadorias na confecção de notícias. Entretanto, no caso de *Flan* é possível observar como o fetiche dos produtos foi instrumentalizado

numa série de concursos e promoções visando à formação de novos leitores: pessoas capazes de tomar contato com mensagens politizadas do hebdomadário.

O leitor é quem manda: os limites do planejamento na confecção do jornal

Flan surgiu na primeira metade da década de 1950. Era parte do grupo *Última Hora*, capitaneado pelo jornalista Samuel Wainer. Anos antes, este último fora crítico do Estado Novo nas páginas da revista *Diretrizes*. Em 1950, porém, sua relação com Vargas mudou. Trabalhando para os *Diários Associados*, ele conseguiu entrevistar o então ex-presidente em sua fazenda em São Borja. E a reportagem resultante abriu espaço para a candidatura do político naquele ano. Depois de vencer o pleito, Vargas percebera-se com pouco espaço na imprensa para divulgar os atos de seu governo. Convidou então Wainer para fundar um jornal que lhe desse respaldo. Nascia a *Última Hora* na cidade do Rio de Janeiro, mais tarde estendida para vários estados da federação. Subsidiado por empréstimos oficiais, como muitos outros, o jornal foi ferozmente combatido pela imprensa antigetulista e investigado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).¹

Estruturado como empresa, o jornal *Última Hora* pode ser considerado um dos veículos introdutores da indústria cultural no Brasil: um periódico moldado em larga medida sob a lógica da produção de mercadorias.² Em sua estrutura interna, técnicas de *marketing* e planejamento foram adotadas para lançá-lo no mercado. Em suas páginas, episódios violentos e entretenimento (esportes, concursos) foram veiculados como forma de atrair leitores. E inovações gráficas, seja na diagramação ou na cobertura fotográfica, buscaram tornar suas mensagens mais chamativas para um público de trabalhadores. No entanto, um viés político foi mantido, notadamente a defesa do getulismo. Em linhas gerais,

¹ GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987, p. 33-55.

² A principal matriz teórica de Gisela T. Goldenstein é o seguinte trabalho conjunto de Theodor W. Adorno e Max Horkheimer: *A Indústria Cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*. In: *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985, p. 113-157.

advogava a intensificação da industrialização no país por meio de ações planejadas; o monopólio estatal do petróleo; a manutenção e a ampliação da legislação trabalhista.³

Tal processo de racionalização atingia diversos complexos midiáticos no Brasil da década de 1950: imprensa escrita, rádio e a nascente televisão. Segundo Renato Ortiz, a improvisação e a intuição cediam lugar a um maior planejamento na produção de notícias e produtos culturais. Pesquisas de opinião e *marketing* passaram a ser cada vez mais mobilizados pelas indústrias da comunicação. A figura do *manager* assumiu lugar de destaque, substituindo, em muitos casos, a do “capitão da indústria”; ou seja, especialistas em administração tomaram o lugar de muitos empresários pautados por uma lógica familiar ou intuitiva.⁴ No caso específico dos jornais, houve um amplo processo de reforma observado notadamente no Rio de Janeiro. Além da *Última Hora*, passam por essas mudanças o *Jornal do Brasil*, o *Diário Carioca* e a *Tribuna da Imprensa*. Foram modificados os critérios de investimento, a veiculação dos classificados, as formas de distribuição e as promoções. Nomes de destaque nessa empreitada, afora o de Samuel Wainer, foram Luís Paulistano, Amílcar de Castro, Pompeu de Souza e Alberto Dines. Segundo Ana Paula Goulart Ribeiro, em crítica acertada ao trabalho de Gisela Goldenstein, não havia contradição entre a lógica da empresa jornalística e a lógica da política - ao menos naquele momento, poderíamos acrescentar.⁵ Nas páginas a seguir, gostaria de aprofundar esse viés e indicar como, naquelas circunstâncias, a diretriz mercadológica de um jornal foi mobilizada para politizar amplos segmentos da sociedade.

Flan apareceu como tentativa de reforçar a mensagem getulista e os rendimentos do grupo *Última Hora*. Nele, escreveram personalidades célebres como Dorival Caymi, Joel Silveira, Nelson Rodrigues, Orígenes Lessa, Dom João de Orleans e Bragança, Otto Lara Rezende, entre outros. Nas memórias de Samuel Wainer, há indicações sobre o projeto do periódico. Ele conta que tinha a

³ GOLDENSTEIN, Gisela T.. op. cit., p. 33-55.

⁴ ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 134.

⁵ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 31, 2003, p. 156.

intenção de criar um jornal dominical, “semelhante em alguns aspectos a uma revista, que fosse a síntese das versões carioca e paulista da *Última Hora*”.⁶ Conforme as próprias páginas de *Flan*, os modelos eram os hebdomadários franceses *Ici Paris* e *France Dimanche*. Seus principais concorrentes no Brasil eram a prestigiada revista *O Cruzeiro*, parte dos *Diários Associados* e sob comando de Assis Chateaubriand; e a revista *Manchete*, dando então seus primeiros passos sob a liderança de Adolfo Bloch. Segundo Samuel Wainer, *Flan* logo alcançou altas tiragens, despertando a ira da concorrência:

A pressão contra *Flan* começou a tornar-se violentíssima. [Carlos] Lacerda sustentava que eu investira naquele empreendimento milhões de cruzeiros - e milhões financiados pelo governo. Era uma evidente mentira; o semanário fora lançado sem que eu pedisse um único tostão ao governo. Chateaubriand chantageava meus anunciantes, decidido a retirar-me a sustentação financeira. Depois de quatro, cinco meses, *Flan* começou a perder qualidade. (...) Um dia, melancolicamente, morreu, sem que seu desaparecimento provocasse qualquer comoção.⁷

Evidentemente, a explicação de Wainer para o fechamento de *Flan*, ao apontar a disputa por mercado entre empresários da imprensa, deve ser levada em conta. Porém, o fator político não deve ser desconsiderado, pois Lacerda e Chateaubriand eram adversários ferrenhos do getulismo, apregoado nas páginas do jornal. Não se deve perder de vista, enfim, razões internas ao próprio grupo *Última Hora*, o qual não conseguiu repetir o sucesso de seu primeiro periódico.

Segundo a própria explicação da equipe editorial, fornecida em razão da dúvida de um leitor, o nome *Flan* referia-se a termo muito utilizado em jornais. Tratava-se de uma matriz ou de um molde de página a ser impresso, tirado em papelão especial.⁸ Com o lançamento anunciado em volantes de propaganda, o veículo buscava racionalizar a produção de seu conteúdo, gabando-se disso, inclusive: “FLAN, como jornal consciencioso, só surgiu nas bancas depois de

⁶ WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1988, p. 166

⁷ *Ibid.*, p. 168.

⁸ *Flan*, “O leitor escreve a Flan”, 14 a 20 de junho de 1953, p. 02.

acurados estudos, depois de minuciosamente planejado pelos melhores técnicos”.⁹ Segundo informações do próprio jornal, sua primeira tiragem alcançou 160.000 exemplares, distribuídos por todo o território nacional. Declarando-se sem anunciantes, abria a possibilidade de veiculação de propaganda.¹⁰ Seu intuito explícito: atingir públicos os mais diversos possíveis; o primeiro caderno, com “inquietações políticas” no Brasil e no mundo, era destinado “ao senhor”; o segundo, com informações sobre rádio, moda, cinema e teatro, “passaremos à sua senhora”; o terceiro, com crônicas a respeito do Rio de Janeiro e do mundo dos esportes, “confiaremos a seu filho”. Mesmo assim, o jornal afirmava que essas seções não eram estanques ou talhadas apenas para determinado grupo social, podendo ser lidas pelos mais diversos públicos.¹¹

As pesquisas de opinião não foram o único recurso empregado para estruturar o jornal. Um importante indicador para avaliar a aceitação de suas mensagens residia nas cartas enviadas pelos leitores à redação, conforme indica trecho da primeira edição: “É evidente que um jornal não vive exclusivamente do esforço de seus diretores e redatores. Vive também das sugestões e críticas indispensáveis dos que o leem. Flan, mais do que qualquer outra publicação, não fechará os ouvidos às queixas e aos palpites de seu público”.¹² Houve até mesmo a institucionalização de um prêmio em dinheiro para estimular o recebimento de conselhos. Ao que parece, a forma do periódico foi acerbamente criticada nos primeiros momentos de sua existência:

O primeiro número (segundo nos disseram francamente vários leitores) se ressentia de certa densidade, que se era qualidade, por um lado, era também, por outro, um obstáculo à sua leitura. Houve quem dissesse que FLAN estava tão denso que não se sabia como e por onde entrar... Pois bem; o segundo número, trazendo embora igual volume de matéria interessante e legível, caminhou bastante no sentido da agilidade e da leveza. Tornou-se mais acessível.¹³

⁹ Flan, “Flan escreve ao leitor”, 03 a 09 de maio de 1953, p. 02.

¹⁰ Flan, “Flan escreve ao leitor”, 19 a 25 de abril de 1953, p. 02.

¹¹ Flan, “Flan escreve ao leitor”, 12 a 18 de abril de 1953, p. 02.

¹² Ibid.

¹³ Flan, “Flan escreve ao leitor”, 26 de abril a 2 de maio de 1953, p. 02.

O formato do jornal parece ter sido considerado objeto de negociação. A carta de Pedro Perez, de Neves-RJ, pode ter sido publicada como sinal de que o periódico acatava algumas das exigências de seu público: “Leitor assíduo de FLAN, gostei de ver a nova paginação e o novo feitio de FLAN. Agora as coisas ali estão mais agrupadas e mais lógicas”.¹⁴ Por mais que houvesse planejamento, o periódico buscou consolidar-se no mercado tateando os interesses de seu público, bem como o modo de veiculá-los. Conforme indica o sociólogo inglês John Thompson, receptores de mensagens midiáticas têm a possibilidade de intervir no conteúdo das mesmas; podem escrever cartas para o responsável pelo programa ou pela publicação, telefonar para companhias de televisão e expressar seus pontos de vista, ou simplesmente recusar-se a comprar produtos propagandeados na mídia. Esses exemplos mostram que, por mais que o processo de comunicação seja assimétrico, ele não é inteiramente monológico ou de via única.¹⁵ Em outras palavras, a indústria cultural que se formava no Brasil, na década de 1950, precisou levar em conta muitos dos interesses de seus consumidores. Por mais que os conteúdos e as formas das mensagens midiáticas tenham sido planejados, foi preciso negociá-los constantemente com grupos sociais, ao menos no caso de *Flan*.¹⁶

Numa de suas edições, a equipe de *Flan* relatou o recebimento de muitas cartas. Porém, demonstrou insatisfação com o predomínio de elogios e aprovações.¹⁷ Em contrapartida, conclamou o leitor a apontar “senão uma falha, ao menos alguma deficiência que tenha observado em nossas páginas”:¹⁸ um patamar para os planejadores reformularem as mensagens do periódico segundo as demandas de seus consumidores. Muitas vezes, o diálogo com as solicitações dos leitores foi explicitado como forma de exibir o atendimento de alguma delas, mecanismo para promover maior identificação entre ambos. Por exemplo, as

¹⁴ *Flan*, “O leitor escreve a Flan”, 27 dezembro de 1953 a 2 de janeiro de 1954, p. 46.

¹⁵ THOMPSON, John B.. *The media and modernity*. California: Stanford University, 1995, p. 25.

¹⁶ Sobre o papel criativo dos consumidores de mensagens, ver: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. 1-Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 37-47.

¹⁷ Em estudo que lida com cartas enviadas à equipe encarregada da produção do *Almanaque Abril*, Mateus Henrique de Faria Pereira identificou não apenas casos de consumidores críticos do conteúdo da publicação, como também numerosos casos de missivistas que aceitaram os conteúdos dela. Cf. *A máquina da memória: o tempo presente entre a história e o jornalismo*. Bauru: Edusc, 2009, 108-124.

¹⁸ *Flan*, “O leitor escreve a Flan”, n. 5 11 a 16 de maio de 1953, p. 02.

diretrizes de Oswaldo Ferreira, de São Paulo-SP, ganhador de um dos prêmios em dinheiro, foram apresentadas e receberam o compromisso de atendimento. Ele teria ouvido reclamações de que *Flan* era um jornal caro, tendo-se em conta que outras publicações de menor volume custavam bem menos. A equipe do periódico, por sua vez, defendeu-se: “não vendemos volume de papel, mas qualidade”; ao mesmo tempo em que ressaltou o acolhimento da demanda: “quanto ao peso material, ninguém perde por esperar. FLAN irá também aumentando o seu. Já hoje aparece com um quarto caderno”. Segundo as sugestões de Oswaldo Ferreira, a inclusão de um índice para cada um dos cadernos facilitaria a leitura, indicação que lhe rendeu elogios da equipe de *Flan*.¹⁹ É possível imaginar que a publicação desta carta, bem como os apontamentos do atendimento de suas demandas, representasse caso exemplar de pressões semelhantes veiculadas por outros leitores.

Em sua vigésima edição, *Flan* declarou atender a pedidos de leitores das mais distantes localidades do país. Afirmou ter mudado seu formato para tornar o jornal mais cômodo e mais fácil de ser manuseado, conforme as solicitações recebidas: “Alguns achavam FLAN difícil de ser lido. Outros opinavam ser demasiadamente grande o seu tamanho. Houve quem sugerisse, até, esse novo molde, que começamos a apresentar a partir de hoje”. O novo arranjo gráfico, segundo anunciava, também auxiliaria o leitor a encontrar a matéria de sua predileção.²⁰ Uma espécie de pacto com o público consumidor era proposto.

Flan era apresentado como exemplo de inovação e sintonia com as mais modernas técnicas de impressão. Não por acaso, relatou o envio à Europa de Antônio Nássara, um dos membros de sua equipe, para tomar contato com métodos tidos como inovadores na produção de jornais. Em seguida, segundo a notícia, tais procedimentos seriam aplicados nas oficinas de *Flan*.²¹ Um possível artifício para convencer o leitor da qualidade técnica da publicação, assim como para atribuir-lhe um apelo cosmopolita. O jornal pretendia firma-se como órgão de circulação nacional. Tudo indica ser esse o motivo da saudação da solicitação

¹⁹ *Flan*, “O leitor escreve a Flan”, n. 5, 11 a 16 de maio de 1953, p. 02.

²⁰ *Flan*, “O leitor escreve a Flan”, n. 20, 23 a 29 de agosto de 1953, p. 04.

²¹ *Flan*, 07 a 13 de junho de 1953, p. 02.

de Pietro Grassa, da cidade do Rio de Janeiro. Ele pediu para que *Flan* retratasse uma cidade do interior a cada domingo, passo para ampliar o processo de identificação com o periódico ao longo do país: “Outros leitores já nos sugeriram o mesmo - e estamos em que é possível realizar o desejo dos que, residindo no interior, desejam ver suas cidades mais conhecidas pelo Brasil”.²² É o caso de Teófilo Mesquita, de Ponte Nova-MG, que solicita ao jornal o não esquecimento dos problemas do interior. Em sua sugestão, *Flan* devia enviar um repórter munido de máquina fotográfica aos rincões do país, de modo a ver o que se “passa, de bom e de ruim, por esse Brasil afora”. Na resposta da redação, a intenção de incorporar esse conselho ficava patente: “FLAN está sempre presente em todos os acontecimentos de importância no Rio e nos Estados, uma vez que a preocupação número um da nossa publicação é a de fazer um jornal cem por cento nacional, e não apenas local”.²³

As cartas de leitores podiam servir como parâmetro para estabelecer limites durante a confecção das mensagens. É o que aponta correspondência de Vicente de Paulo Melillo, em nome da Confederação das Famílias Cristãs. O jornal não explicitou o teor das reivindicações do missivista, manifestando apenas a disposição em adotar a “orientação sadia” preconizada pela Comissão de Moral e Costumes daquela instituição. Já a demanda de Maxime Charles Barrault explicitava os temas que lhe despertavam contrariedade. Manifestou-se contra a publicação de fotografias “horríveis, impressionantes, como de restos esquartejados”, conseguindo o compromisso do jornal em não veicular material com esse tipo de conteúdo.²⁴

Por outro lado, a correspondência atuava como termômetro para identificar temas que despertassem amplo interesse. A página de charges do periódico, interrompida durante algum tempo, parece ter sido reivindicada por muitos leitores. Como resposta, a equipe editorial declarou a intenção de estudar o seu restabelecimento em razão do agrado despertado junto ao público, “que é,

²² *Flan*, “O leitor escreve a Flan”, 14 a 20 de junho de 1953, p. 02.

²³ *Flan*, “O leitor escreve a Flan”, 21 a 27 de março de 1954, p. 07.

²⁴ *Flan*, “O leitor escreve a Flan”, 24 a 30 de maio de 1953, p. 02.

afinal, quem manda”.²⁵ Luiz Coutinho de Souza, de São Gonçalo-RJ, exhibe uma série de sugestões: uma seção com o título “Conheça o Brasil”; outra destinada à divulgação de assuntos relacionados à higiene (profilaxia de doenças, conselhos médicos); e uma terceira com perguntas e respostas sobre todos os temas. A equipe do jornal indica ter anotado os direcionamentos, cuja adoção seria estudada.²⁶ E Maria Ercília, de Paranaguá-PR, mostrou-se incomodada com a recorrência de retratos de mulheres com pouca roupa nas páginas de *Flan*; em sua opinião, estratégia deste último para agradar o público masculino. Por outro lado, propôs: “Sente-se (...) que falta uma mulher na orientação desse grande semanário, porque senão, não digo sempre, mas de vez em quando poderiam publicar algumas fotos de homens bonitos e fortes para agradar também a sensibilidade estética das leitoras”.²⁷ Mesmo que muitas dessas solicitações não tenham sido atendidas, o compromisso do jornal com elas soava ao menos como uma disposição em ouvi-las e incorporá-las.

O que pretendia a equipe do jornal através desse diálogo com seus leitores? Umberto Eco relatou situação interessante que ilumina os exemplos anteriores. Ele mencionou ocasião em que Chester Gould, autor do personagem Dick Tracy, fez morrer o gangster Flattop. Em seguida, surpreendentemente, comunidades citadinas inteiras decretaram luto e milhares de telegramas criticaram o autor, pedindo-lhe satisfações pelo ocorrido. Segundo Eco: “O histerismo provém da frustração de uma operação empatizante, uma vez que passa a faltar o suporte físico de projeções necessárias”.²⁸ Eis um dos grandes objetivos da equipe de *Flan*, ampliar sua empatia com o público leitor; operação sempre incompleta, dada a diversidade de interesses sociais, mas que procurou se tornar a mais ampla possível.

Mesmo em situações em que não atendia seu público, o jornal procurou deixar claro que dialogava com ele. M. Martins, de Piracicaba-SP, chegou a sugerir a dedicação de espaço no periódico a comentários sobre música. Obteve a seguinte resposta: “Anotamos sua sugestão. Concordamos com o leitor: a

²⁵ Ibid., p. 02.

²⁶ *Flan*, “O leitor escreve a Flan”, 17 a 23 de maio de 1953, p. 02.

²⁷ *Flan*, “O leitor escreve a Flan”, 18 a 24 de outubro de 1953, p. 59.

²⁸ ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1990, p. 246.

música é, realmente, um tema fascinante. O problema reside, apenas, na nossa atual crise de espaço”.²⁹ De fato, tendo chegado a atingir mais de sessenta páginas, *Flan* agonizava com vinte e quatro páginas na ocasião. Mostra de que todo o planejamento que recebeu, bem como todos os reajustes que a ele se impuseram, não foi suficiente para manter o periódico em circulação, o que sugere limites à indústria cultural à época.

Estratégias para a formação de leitores de jornal

Flan não se restringiu apenas a considerar algumas das reivindicações e pressões de seus leitores. Buscou também atrair novos consumidores, seja entre clientes de outros periódicos, seja entre pessoas não habituadas a ler notícias. Com isso, procurou consolidar-se no mercado editorial traçando estratégias para firmar-se no longo prazo. Como vimos, o jornal pretendia granjear um maior número de leitores propalando a qualidade de suas mensagens. Para tanto, uma série de estratégias foram mobilizadas. O mercado de bens duráveis em expansão à época constituiu-se em chamariz para atrair novos consumidores.

Um dos primeiros desafios do jornal foi apresentar-se para um público que até então o desconhecia. Para tanto, readaptando experiência utilizada durante a criação do jornal *Última Hora*, criou um departamento de Promoções e Concursos e promoveu uma série de sorteios intitulada “Prêmios para toda a família”. Liquidificadores, enceradeiras, ferros de passar, máquinas fotográficas, figuravam entre as premiações. Para concorrer, era preciso comprar o jornal durante ao menos quatro semanas seguidas. Em cada uma delas, uma das letras do nome *Flan* surgia, devendo o pretendente recortá-la e guardá-la. Após juntar todas as peças e formar o conjunto, ele podia trocá-lo por um cupom numerado em postos autorizados, com o qual passava a concorrer a uma variedade de produtos. Os sorteios eram realizados, inicialmente, através da Rádio Clube do Brasil. Os números eram tirados no programa Ciranda dos Bairros, transmitido para o Rio de Janeiro e outras cidades aos domingos, com audiência estimada em

²⁹ Flan, “O leitor escreve a Flan”, 20 a 26 de junho de 1954, terceiro caderno, p. 6.

duas mil pessoas.³⁰ Poucos meses depois, o certame passou a ocorrer na Rádio Mayrink Veiga, no programa Silveira Lima. Tudo indica que a equipe do jornal pretendia atrair potenciais leitores entre pessoas alfabetizadas e acostumadas a ouvir rádio. A estratégia consistia em estimular a compra do periódico durante um mês, como forma de apresentá-lo e divulgá-lo. Os atrativos eram tanto o fetiche das mercadorias quanto o entretenimento oferecido pelos eventos promocionais.

No Brasil da década de 1950, é preciso lembrar, estava em curso a construção de uma economia moderna, marcada pela adoção de padrões de produção e consumo próprios aos países desenvolvidos: eletrodomésticos, remédios, produtos de beleza, automóveis, passaram a ser cada vez mais produzidos e utilizados no país. A possibilidade de consumir tais objetos, muitas vezes, assumia a condição de indicador da classe social do indivíduo. E as camadas mais baixas da população apressaram-se em mimetizar os padrões de consumo e o estilo de vida dos grupos mais abastados.³¹ Neste mercado, em que se acirrava a concorrência entre grandes empresas monopolistas, a publicidade surgia como peça fundamental para o lançamento e a consolidação de marcas. Ela abria caminho para a diminuição do tempo entre a produção e o consumo das mercadorias. Segundo Maria Arminda do Nascimento Arruda, as campanhas publicitárias do período tendiam a associar os produtos a um princípio de utilidade, contribuindo para fetichizar as mercadorias e criar a falsa ideia de que o capitalismo é o reino do valor-de-uso.³² Em sua análise:

“Num contexto em que a produção dos setores de ponta assenta-se na diversificação das mercadorias e cujo mercado é numericamente estreito, a publicidade torna-se uma peça fundamental, inerente ao planejamento das grandes empresas. Evidentemente, o seu grau na reprodução é o mesmo, quer seja nos países centrais ou periféricos. Não obstante, é preciso muito mais esforço

³⁰ *Flan*, “Prêmios para toda a família”, 03 a 09 de maio de 1953, terceiro caderno, p. 10.

³¹ NOVAIS, Fernando & MELLO, João Manuel Cardoso. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 562 e 604.

³² ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *A embalagem do sistema: a publicidade no capitalismo brasileiro*. Bauru: Edusc, 2004, p. 76.

para convencer poucos a consumir mais do que induzir muitos a comprar bastante.”³³

Poderíamos questionar a suposta força avassaladora da publicidade na criação de necessidades. Entretanto, as reflexões da autora levam-nos a pensar que os esforços publicitários de *Flan* podem ser mais bem compreendidos se pensarmos num mercado de revistas e jornais altamente competitivo e concentrado em torno de algumas empresas. A equipe do periódico parecia disputar uma fatia desse segmento, ao criar seu próprio departamento de Promoções e Concursos. Mais do que isso, buscou construir parte de seu próprio mercado, servindo-se de entretenimento cujos prêmios remetiam a mercadorias elas próprias já envoltas em publicidade, o que em parte explica os desejos projetados sobre elas.

Os potenciais consumidores de *Flan* eram estimulados a adquiri-lo com prêmios distribuídos em sorteios. Os primeiros cem assinantes concorreriam a vinte rádios; os primeiros quinhentos, a dez bicicletas; os primeiros três mil, a dez geladeiras; os primeiros sete mil, a uma motocicleta; os primeiros dez mil, a uma televisão e a um automóvel; ao que tudo indica, objetos bastante desejados à época, na medida em que sua virtual posse era empregada como atrativo para potenciais assinantes. Veja-se o exemplo de oferta de geladeiras como prêmios em que o jornal afirmou estarem tais aparelhos ausentes do mercado ou com os preços majorados: “Ganhar, por conseguinte, uma, simplesmente pelo fato de ser assinante de FLAN, é um presente dos céus. E qual a dona de casa não aspira possuir a sua geladeira?”.³⁴ Outro caso pode ser vislumbrado na premiação concedida através de uma bolsa de estudos para a obtenção de uma habilitação na Escola Loide para Motoristas.³⁵ Curioso é que encontrei, nas páginas de *Flan*, propaganda desta instituição com a seguinte conclamação: “APRENDA A DIRIGIR. Saber não ocupa lugar! O carro virá depois ...”.³⁶ O que sugere a ânsia pelo consumo dessas mercadorias à época, não à toa mobilizada pela equipe do

³³ Ibid., p. 141-142.

³⁴ *Flan*, 13 a 19 de setembro de 1953, p. 61.

³⁵ Ibid.

³⁶ *Flan*, 20 a 26 de setembro de 1953, p. 52.

jornal para atrair eventuais consumidores. Dessa forma, o fetiche de certas mercadorias e o entretenimento foram mobilizados pelo jornal para a constituição de um público de leitores.

Entretenimento e decodificação de notícias

Diversão e promessas de admissão num grupo social eram formas de atrair leitores e estimulá-los a identificar fatos. Novos consumidores do jornal eram seduzidos com a proposta de serem integrados a uma comunidade. Na quarta edição surgiu a proposta de formação do “Clube de assinantes FLAN”. Todos os sócios teriam direito a um distintivo, para poder se reconhecer na rua; entre eles, uma vez atingida a marca de dez mil assinantes, deputados seriam eleitos para uma Convenção Organizadora do Clube; suas atividades, estimular programas artísticos regionais, intercâmbios culturais, caravanas da amizade, concursos de confraternização, conferências. Eis a explicação da equipe do jornal para essa iniciativa:

Acreditamos que dois assinantes de FLAN tenham motivos para ser bons amigos. Acreditamos que num ocasional encontro de rua eles possam identificar-se e trocar ao menos um olhar de simpatia. Acreditamos enfim, que esse é um meio a mais de que dispõe FLAN para estimular a aproximação e a cordialidade da família brasileira, possibilitando a confraternização direta entre o assinante do Piauí e o do Rio, entre o cearense e o mineiro, entre o paulista e o mato-grossense.³⁷

Na edição seguinte, apareceu o significado de ser membro do clube: “o leitor que incorpora-se, de certa forma, à nossa organização. Não é um leitor comum, mas um amigo em contato permanente conosco e que, por isso mesmo, tem direitos especiais, inclusive o de INFLUIR na organização geral de FLAN”.³⁸ Na nona edição, surgiu a promessa de que todos os sócios seriam convocados para uma assembleia geral. Tenha ela ocorrido ou não, a ideia do clube parece não ter vingado, uma vez que, em todas as edições posteriores, não houve

³⁷ *Flan*, “Que é o clube dos assinantes de FLAN?”, 3 a 9 de maio de 1953, p. 10

³⁸ *Flan*, “O que é o clube dos assinantes de FLAN?”, 11 a 16 de maio de 1953, p. 10.

menção alguma à continuidade do projeto. De qualquer modo, a estratégia da equipe do jornal residia não apenas em promover novos canais de interlocução com o público leitor, de modo a canalizar as demandas dele; ela também pretendia oferecer laços de sociabilidade e a sensação de pertencimento a um grupo.

Após cativar pessoas a comprar o jornal, o desafio de *Flan* consistia em torná-las seus leitores habituais. Ao que parece, estava em jogo também a tentativa de criar o hábito de leitura da imprensa escrita. Para tanto, a equipe do periódico institucionalizou um concurso de fotografias. De início, publicava três imagens por semana, solicitando aos leitores que compusessem legendas “jornalísticas” para elas.³⁹ Como prêmios, outra série de mercadorias. Logo no quinto número de *Flan* apareceu a indicação de que muitos leitores não se adaptaram ao formato do concurso. Por meio de cartas dirigidas ao Departamento de Promoções e Concursos, reclamavam da dificuldade na composição das legendas, e por isso solicitavam maior facilidade. E o jornal parece ter cedido a algumas dessas pressões, modificando seu “interessante passatempo”: “Basta, então, apenas identificar as fotografias - as três - para concorrer aos três prêmios de 500 cruzeiros. Não é mais preciso fazer as legendas e, afinal, nem todos tem vocação para jornalista...”.⁴⁰ Em edição posterior, o número de fotografias caiu para uma, tornando o certame ainda mais fácil e com o atrativo de que “daremos um prêmio de valor e utilidade: um rádio, um liquidificador etc”.⁴¹ Segundo os propósitos do periódico, a intenção era não “só de dar prêmios, mas também de apresentar um entretenimento agradável”.⁴²

O artifício do concurso de fotografias, por meio de uma atividade apresentada como lúdica, buscava formar o hábito de leitura entre os consumidores do jornal. Afinal, era preciso ler o periódico para saber a quais acontecimentos remetiam as fotos. Tarefa complicada, pois muitos leitores confundiam as cenas expostas com acontecimentos mais próximos de seu cotidiano. Numa de suas edições, por exemplo, a equipe de *Flan* estampou o

³⁹ *Flan*, “Prêmios para toda a família”, 03 a 09 de maio de 1953, terceiro caderno, p. 10.

⁴⁰ *Flan*, 11 a 16 de maio de 1953, terceiro caderno, p. 11.

⁴¹ *Flan*, 23 a 29 de agosto de 1953, p. 61.

⁴² *Flan*, 19 a 25 de julho de 1953, p. 7.

retrato do navio norte-americano *Flying Enterprise* adernado. O fato havia sido amplamente noticiado nos dias precedentes. Chamou a atenção especialmente pela atitude de seu comandante, o capitão Carlsson, último a abandonar o barco. No momento de identificar o retrato, porém: “Centenas e centenas de leitores confundiram a cena com o afundamento do ‘Magdalena’, na Guanabara”.⁴³ Em outra ocasião, foi estampada uma foto do atleta Geraldo de Oliveira. Este, porém, foi largamente confundido com Ademar Ferreira da Silva, campeão em Helsinki. Apesar de reconhecer a semelhança entre eles, o jornal advertiu: “Associando-se essa aparência com a sequência de fotos que lembrava o famoso salto-tríplice, o resultado foi que ninguém teve o cuidado de examinar detidamente as fotografias, julgando logo que aquela fosse a barbada”.⁴⁴

Por meio de diálogos com as demandas de seus leitores, *Flan* parece ter atingido uma forma de entretenimento passível de formar novos leitores. “Basta usar a memória!”, proclamava a coluna do teste fotográfico. E relata a melhor recepção do novo formato do concurso. Com a sua simplificação, o número de cartas teria aumentado bastante, o que levou a equipe do jornal a deduzir: “Pelo visto, os leitores preferem usar a memória” que “recorrer à inspiração”. Algumas pessoas, por outro lado, prendiam-se ainda ao primeiro formato do certame: “Temos notado que alguns leitores ainda fazem legendas - enquanto outros se limitam a dar informações um tanto vagas, sobre o assunto das fotografias. Queremos, por isso, esclarecer que uns e outros incorrem em equívocos”.⁴⁵ O noticiário internacional parecia ser mais dificilmente apreendido. Após expor a foto do ex-rei Faruk junto da princesa Narriman, retrato que o jornal pressupunha ser de fácil identificação, a surpresa de que: “não obstante terem andado no noticiário da imprensa mundial ainda recentemente, não estão de todo conhecidos da grande massa de leitores dos jornais”.⁴⁶

Cobrava-se a identificação precisa dos fatos representados nos retratos. Em sua quadragésima edição, por exemplo, o jornal publicou fotografia do técnico Zezé Moreira junto de Rivadavia Correia Meyer, presidente da CBD. No

⁴³ *Flan*, 11 a 16 de maio de 1953, terceiro caderno, p. 11.

⁴⁴ *Flan*, 17 a 23 de maio de 1953, terceiro caderno, p.11.

⁴⁵ *Flan*, 24 a 30 de maio de 1953, segundo caderno, p. 11.

⁴⁶ *Flan*, 13 a 19 de setembro de 1953, p. 29.

concurso, muitas pessoas confundiram o último com outras personalidades. Porém, a grande maioria dos leitores identificou as duas figuras. No resultado da disputa, apenas um leitor teria fornecido a resposta correta. Apontou que a foto fora tirada no dia da indicação de Zezé para técnico da seleção brasileira durante a Copa do Mundo. A descrição do detalhe é indicada como o segredo do acerto. Afinal, “Fotos dos dois desportistas juntos há muitas. Mas que identifique aquele fato só mesmo a que apresentamos”. E o sr. Wilson teria se destacado, “não esquecendo de mencionar o fato que a estampa recordava”.⁴⁷

A princípio, os concorrentes podiam tomar conhecimento dos fatos através de quaisquer jornais. É o que apontam os comentários do periódico ao apresentar o teste na edição 63: “O leitor deve lembrar-se de algo que toda a imprensa, nos últimos dias, muito comentou, com fotografias, e depois dar a sua solução”.⁴⁸ Porém, muitas vezes era explicitado o projeto de formar leitores dos periódicos do grupo *Última Hora*. Certa vez, ao publicar foto da refinaria de Mataripe, muitos identificaram nela outras instalações. Volta Redonda, oleoduto São Paulo-Santos, refinaria de Abadan (Irã), foram algumas das respostas. Como solução para o problema de se definir com precisão fatos da atualidade: “O leitor, que lê muito jornal e especialmente ÚLTIMA HORA e FLAN, certo estará em dia com todos os grandes acontecimentos, como aquele que está, numa de suas fases, focalizado na foto em questão”.⁴⁹

De forma subliminar, é possível identificar nesses concursos o propósito não apenas de formar leitores. Estava em jogo também a possibilidade de eles adquirirem experiências durante o processo de interpretação de notícias. John Thompson admite que, no mundo contemporâneo, o *self* é flexível e aberto a experimentar acontecimentos, fatos e valores provindos de outros espaços e tempos, os quais são veiculados pelas mais diversas mídias.⁵⁰ Essa possibilidade efetivamente existe. Porém, tendo em conta as estratégias mercadológicas e políticas de *Flan*, deveríamos chamar a atenção para a necessidade de um processo relativamente longo de aprendizado: para que experiências pudessem

⁴⁷ *Flan*, 24 a 30 de janeiro de 1954, p. 39.

⁴⁸ *Flan*, 27 de junho a 3 de julho de 1954, terceiro caderno, p. 5.

⁴⁹ *Flan*, 17 a 23 de janeiro de 1954, p. 35.

⁵⁰ THOMPSON, John B.. op.cit., p. 117.

ser adquiridas por meio de jornais, era premente uma grande familiaridade com a identificação e interpretação de fatos.

Considerações finais

A indústria cultural consolidada no Brasil ao longo dos anos da ditadura militar inclinou-se claramente a despolitizar os conteúdos dos mais diversos veículos midiáticos.⁵¹ Entretanto, seria um equívoco considerar essa tendência como a única forma assumida por ela no país ao longo de trajetória. Em seus primeiros passos, não apenas não havia contradição entre a lógica de produção de mercadorias e orientações políticas, como também a primeira foi utilizada para reforçar a última. O mercado de bens de consumo duráveis, em plena expansão na década de 1950, foi mobilizado para a ampliação do número de leitores de um jornal envolvido nos debates públicos, como é o caso de *Flan*, defensor do getulismo. O fetiche de diversos produtos assumiu a condição de chamariz para a conversão de consumidores de mercadorias em decodificadores de notícias. Por meio de uma série de concursos, o jornal buscou atrair um conjunto de assinantes capaz de tornar a empresa rentável e de difundir suas posições políticas. Geladeiras, ferros de passar, batedeiras, rádios, motocicletas e carros passaram a ser oferecidos como prêmios àqueles que tomassem contato com o recém-criado semanário. Em jogo, encontrava-se também a intenção de transformar seus leitores ocasionais em seus leitores habituais; daí a necessidade de adquirir o periódico por semanas seguidas para se poder participar dos certames. Enfim, os novos adeptos da publicação deveriam estar aptos a interpretar as mensagens nela veiculadas; eis por que fotos eram exibidas num dos concursos, com o intuito de estimular os leitores a relacionarem-na ao acontecimento que ela representava. Portanto, pessoas acostumadas a atuar como consumidoras no mercado podiam ser integradas às discussões públicas.

⁵¹ ORTIZ, Renato. op. cit., p. 124.

Narrativa científica:

história das primeiras revistas médicas
em São Paulo

MÁRCIA REGINA BARROS DA SILVA (USP)

O objetivo deste trabalho é discutir o papel desempenhado pelas publicações científicas na comunicação da produção de conhecimento científico e em seu estabelecimento como conhecimento confiável. Interessa avaliar como estes processos envolvem circulações entre as comunidades científicas e, por vezes, entre elas e um público maior.

A intenção é a de que se possam discutir as inscrições científicas e seus registros inseridos em artigos publicados nos mais diversos meios de circulação, pensados como parte de um conjunto que podemos chamar de literatura científica bem como de outro conjunto genericamente denominado de divulgação científica.

As operações de produção de “evidências” e “provas irrefutáveis”, exibidas em publicações científicas faz surgir, para além de um conjunto

crecente de literatura altamente especializada em diferentes temáticas, uma vasta gama de literatura de divulgação de menor formalismo, em conformidade com o público a que se destina. O trabalho busca destacar como alguns temas particulares às práticas científicas no Brasil foram veiculados para um público científico e leigo, com vistas à ampliação de seus públicos e à aplicação de seus resultados.

A fim de fornecer um ponto de partida efetivo para a discussão passo a descrever alguns periódicos criados em São Paulo entre os anos de 1889 e 1950 na área da saúde. Tais publicações foram divididas em três períodos¹ e serão apresentadas no formato de tabelas em que constam: o título dos periódicos, data de surgimento e data final de circulação, assim como alterações no nome da revista, e quando possível, a indicação dos responsáveis pela publicação. Tais periódicos veiculavam artigos e matérias sobre a temática médica e de áreas afins.

O primeiro grupo apresentado é aquele formado pelas primeiras revistas criadas em São Paulo no ano de 1889 até o momento imediatamente anterior à instalação de uma faculdade de medicina no estado, em 1912. Tais revistas foram produzidas no mesmo período em que surgiam novas instituições médicas na capital paulista, representativas de uma reorganização na atenção à saúde, como o novo Hospital da Santa Casa de Misericórdia da cidade de São Paulo, de 1885; o Serviço Sanitário de São Paulo, de 1892 e a primeira Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, de 1895, entre outras instituições científicas importantes no período.²

Este primeiro grupo (Tabela I) é constituído por 18 periódicos. Neste grupo foram consideradas como revistas da área tanto aquelas criadas com este fim por médicos atuantes, como a primeira Revista Médica de São Paulo e outras, quanto por revistas de atividades próximas, como anuário e boletins de

¹ As revistas foram acompanhadas do início de sua circulação até o ano de 2003. Este ano foi indicado como o "último ano" de circulação para fins de análise já que todas as revistas com essa mesma indicação continuam a circular até o presente.

² Para uma ideia geral sobre a organização institucional das instituições de saúde paulista ver Silva (2003), Silva (2014, 2004, 2002).

estatística, que continham dados sobre saúde e outras que veiculavam artigos em áreas próximas.

Ao também apresentar datas de mudanças na trajetória de determinada revista, as tabelas fornecem como diferencial um primeiro mapeamento sobre a história das publicações médicas paulistas.

Nas revistas do primeiro grupo surgem dados importantes para o entendimento dos processos de construção do periodismo médico no país. Um dado inicial é aquele verificado quando um periódico deu origem a outros tipos de publicações.

A modificação do grupo mantenedor de uma revista, e a conseqüente alteração no nome da revista, foi outra especificidade do periodismo que também foi contabilizada como gerando apenas uma publicação.

Estas decisões se por um lado diminuem o número total de revistas criadas por período, por outro aumentam o tempo total de circulação de um periódico.

Tabela I - Publicações Médicas Paulistas e afins criadas entre 1889 e 1912

Título	Ano de criação	Último ano
1. Revista Médica de São Paulo. Dirigida por Augusto César Miranda de Azevedo, Francisco de Paula Souza Tibiriça e Mello Oliveira	1889	1890
2. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo. (Deu origem aos boletins, mas continuou a ser publicado concomitantemente)	1898	1997
Deu origem ao Boletim do Departamento de Estadual de Estatística de São Paulo	1939	1948
Deu origem ao Boletim do Departamento de Estatística do Estado de São Paulo	1952	1963
3. Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo	1895	1898
Continuou como Arquivos da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo	1910	1914
Continuou como Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo	1914	1941
Continuou como Revista de Medicina e Cirurgia de São Paulo	1941	1958
4. Revista do Museu Paulista	1895	1938
Continuou como Arquivos de Zoologia do Estado de São Paulo. D de Zoologia. Sec. de Agricultura	1940	1967
Continuou como Arquivos de Zoologia. Papéis Avulsos. Museu de Zoologia. USP	1968	2003
5. Revista Farmacêutica. Sociedade de Farmácia de São Paulo	1895	1895
6. Revista da Sociedade de Anthropologia Criminal, Sciencias Penais e Medicina Legal	1896	1896
7. Pharmaceutica e Odontologia. Drogaria Americana.	1897	s. i. ³
Fundada por Luiz M. P. de Queiroz		
Revista Farmacêutica. Drogaria Americana. Fundada por Luiz M. Pinto de Queiroz.	1904	s. i.
O Sul Americano. Drogaria Americana. Fundada por Luiz M. Pinto de Queiroz	1907	s. i.
8. Revista Médica de São Paulo: jornal prático de medicina, cirurgia e higiene. Diretor proprietário Victor Godinho.	1898	1914
9. Anuário Demográfico. Seção Estatística Demografo-sanitária do Estado de São Paulo do Serviço Sanitário de São Paulo.	1884	1934
Deu origem ao Boletim Trimestral de Estatística Demografo-sanitária do interior de São Paulo	1894	1894
Deu origem ao Boletim Mensal de Estatística Demografo-sanitária da capital	1894	1895
Deu origem ao Boletim Mensal de Estatística Demografo-sanitária de São Paulo	1895	1903
Deu origem ao Boletim Trimestral de Estatística Demografo-sanitária de São Paulo	1904	1918
Deu origem ao Boletim Mensal de Estatística Demografo-sanitária de São Paulo e dos Municípios de Santos, Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos, Guaratingueta e Botucatu.	1918	1925
Circulou também o Boletim Hebdomadário de Estatística	1904	1937

³ Sem Informação. Porém o mais provável é que os periódicos tenham circulado apenas no ano de criação.

Título	Ano de criação	Último ano
Demographo Sanitária do Município de São Paulo, Santos, Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos, Guaratingueta e Botucatu. Interrompido de 1928 a 1934. Circulou também o Resumo mensal do movimento Demografo-sanitário do Estado de São Paulo por municípios	1930 1945	1944 1947
<i>10. Coletâneas de Trabalhos do Instituto Butantan</i>	1901	1918
<i>Continuou como Memórias do Instituto Butantan.</i>	1918	2001
<i>Complementado por Anexos das Memórias em 1921</i>		
11. Jornal de Homeopathia. Redigido por Magalhães Castro.	1902	1902
12. Gazeta Clínica. Redatores Bernardo de Magalhães, Moraes Barros, Alves de Lima, Xavier da Silveira e Rubião Meira.	1903	1954
13. Imprensa Médica. Continuação de União Médica de 1881-1890/RJ	1904	1914
14. Revista da Sociedade Científica de São Paulo. Colaboravam Adolpho Lutz, Antonio Carini, Edmundo Krug e outros.	1905	1905
15. Revista Odontologia Paulista. Sociedade Odontológica Paulista. Redator chefe Emilio Mallet. Colaboraram os médicos Ulisses Paranhos, Américo Brasiliense, Rodolpho Chapot Prevost, entre outros.	1905	1905
16. Revista de Ginecologia e de Obstetrícia. Centro de Estudos da Associação Maternidade de São Paulo. Sociedade Paulista de Perinatologia	1907	1978
17. Assistência Médica. Sociedade Beneficente "A Assistência Médica". Fundada e dirigida por J. Demichelis.	1908	1908
18. Revista dos Tribunais. Tribunal de Justiça, Tribunal de Alçada Criminal de SP	1912	2003

O segundo grupo apresentado é formado pelas revistas criadas após 1913, quando se inaugurou a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Tais publicações são elencadas até o ano de 1933, quando foi criada a segunda escola médica no estado, a Escola Paulista de Medicina.

Este período representa um momento de criação, consolidação e expansão do ensino médico e de expansão também de espaços profissionais quando surgiram vários hospitais beneficentes na cidade.⁴ Tal movimentação pode ser verificada de perto pelo aumento no número de revistas médicas novas (Tabela II).

⁴ Alguns dos hospitais criados nesse período: Hospital Oswaldo Cruz, de 1923, pertencente à comunidade alemã; Hospital da Cruz Azul, beneficente, criado pela Força Pública de São Paulo em 1925; Hospital São Luiz Gonzaga, para tuberculosos, situado no bairro do Jaçanã, de 1932, pertencente à Santa Casa de São Paulo, entre outros.

No período entre 1913 e 1933 foram criadas mais 28 revistas nas áreas médico-biológicas. Multiplicação especialmente relacionada aos diferentes departamentos da Faculdade de Medicina da USP e também a criação de revistas pertencentes aos novos hospitais fundados no período.

Tabela II - Publicações Médicas Paulistas e afins criadas entre 1913 e 1933

Título	Ano de criação	Último ano
1. Anais Paulistas de Medicina e Cirurgia. Sociedade Portuguesa de Beneficência. Suplemento Boletim do Sanatório São Lucas (1939/77)	1913	2003
2. Arquivos de Biologia. Revista do Laboratório Paulista de Biologia S/A. Fundada por Ulisses Paranhos	1916	1965
3. Revista de Medicina. Centro Acadêmico Oswaldo Cruz. FMCSF	1916	2002
4. Boletim do Instituto de Higiene de São Paulo. Dirigido por Horácio Geraldo de Paula Souza	1919	1946
Continuou como Arquivos da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP	1947	1966
Continuou como Revista de Saúde Pública	1967	2003
5. Novotherapia	1921	1940
6. Arquivos da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo. Secretaria da Justiça. Dirigida por Flamínio Fávero.	1922	1959
7. Annaes da Sociedade de Farmácia e Química de São Paulo	1924	1994
8. Memórias do Hospital de Juquery. Fundada por Antonio Carlos Pacheco e Silva	1925	1935
Continuou como Arquivos da Assistência Geral a Psicopatas do Estado de São Paulo	1936	1937
Continuou como Arquivos do Serviço de Assistência a Psicopatas do Estado de SP	1938	1941
Continuou como Arquivos da Assistência a Psicopatas do Estado	1941	1950
Continuou como Arquivos do Departamento de Assistência a Psicopatas do Estado de SP	1951	1965
Continuou como Arquivos da Coordenadoria de Saúde Mental do Estado de SP	1966	1985
Continuou como Arquivos de Saúde Mental do Estado de São Paulo	1986	1986
9. Annaes da Faculdade de Medicina de São Paulo	1926	1933
Continuou como Anais da Faculdade de Medicina de São Paulo. USP	1934	1957
10. Boletim Biológico. Clube Zoológico do Brasil e Sociedade Brasileira de Entomologia. Laboratório de Parasitologia. FMSP. USP	1926	1939
11. Actualidades Clínicas	1927	1931
12. Publicações. Instituto Anatômico. Faculdade de Medicina. USP	1927	1929
Continuou como Publicações do Departamento de Anatomia. Faculdade de Medicina. USP	1930	1943
13. Revista de Biologia e Higiene. Sociedade de Biologia de São Paulo	1927	1941
14. Arquivos do Instituto Biológico e Defesa Agrícola e Animal.	1928	1934
Continuou como Arquivos do Instituto Biológico. Secretaria de Agricultura e Abastecimento	1934	1990
15. Arquivos Brasileiros de Hygiene Mental	1928	1930
16. Pediatria Prática. Sociedade de Pediatria de São Paulo	1928	1980

Título	Ano de criação	Último ano
17. <i>Publicações do Departamento de Fisiologia da Faculdade de Medicina. USP</i>	1928	1950
18. <i>Revista de Criminologia e Medicina Legal.</i>	1928	1929
19. São Paulo Médico. Fundada por Antonio de Almeida Prado e N. de Moraes Barros, entre outros. Propriedade de Alvaro Simões Correia e direção de Simões Mattos.	1928	1948
20. Folia Clínica et Biológica. Fundação Andrea e Virginia Matarazzo, fundada por Archimedes Bussaca.	1929	1931
21. <i>Publicações Médicas. Cia. Química Rhodia Brasileira</i>	1929	1964
22. <i>Revista de Terapêutica Practica</i>	1929	1932
23. Boletim do Sindicato dos Médicos de São Paulo	1930	1945
Continuou como Revista Informativa do Sindicato dos Médicos de São Paulo	1946	1971
24. Medicina Prática	1931	1938
25. Revista de Oftalmologia de São Paulo. Sociedade de Oftalmologia de São Paulo	1931	1944
Continuou como Arquivos Brasileiros de Oftalmologia	1944	2003
<i>Publicações do Laboratório de Parasitologia. Faculdade de Medicina. USP</i>	1932	1961
27. Resenha Clínico Científica. Instituto Lorenzini	1932	1972
28. Revista da Associação Paulista de Medicina.	1932	1940
Continuou como Revista Paulista de Medicina	1941	2003

O terceiro grupo é formado pelas revistas criadas entre 1934 e 1950. Este momento foi marcado por grandes transformações no campo científico brasileiro, com alterações também nas políticas científicas adotadas no país. Verifica-se nesses anos a criação de organismos reguladores tais como o CNPq, de em janeiro de 1951. A Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, criada uma década depois, em setembro de 1962, pode ser avaliada como um órgão que participa deste mesmo movimento de organização. A bibliografia aponta esse como um período em que se alteravam as demandas nacionais e internacionais da pesquisa científica, o que teria diminuído a visibilidade da medicina em prol de outras áreas como a física e especificamente a física nuclear (Schwartzman, 1979).

Para a medicina paulista, no entanto, foi um período de grande expansão no número de temas e de maior aumento no número de revistas (Tabela III). Na área hospitalar assiste-se ao incremento do atendimento, quando a rede pública de saúde foi bastante ampliada.⁵

⁵ Hospitais criados nesse período. Privados: Hospital de Caridade do Brás, provavelmente de 1934 e Hospital Santa Cruz, de 1936, beneficente e pertencente à colônia japonesa no Brasil. Hospitais do Estado: Hospital das Clínicas, pertencente à Faculdade de Medicina de São Paulo, inaugurado em 1944; Hospital

Tabela III - Publicações Médicas Paulistas e afins criadas entre 1934 e 1950

Título	Ano de criação	Último ano
1. Revista de Urologia de São Paulo. Dirigida por J. Martins Costa, Carvalho U. de Azevedo.	1933	1938
2. Revista Paulista Terapêutica	1933	1934
3. Revista de Cirurgia de São Paulo	1934	1956
4. O Biológico	1935	1989
5. Publicações Farmacêuticas	1935	1950
6. Revista de Neurologia e Psiquiatria de São Paulo	1935	1944
7. Revista de Obstetrícia e Ginecologia de São Paulo	1935	1947
8. Revista Paulista de Tisiologia. Sociedade dos Médicos do Instituto Clemente Ferreira	1935	1954
Continuou como Revista Paulista de Tisiologia e do Tórax	1955	1965
9. Arquivos de Higiene e Saúde Pública. Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social	1936	1969
10. Caderno de Pediatria. Hospital Humberto I	1936	1941
11. Revista da Associação Paulista de Homeopatia	1936	1940
Continuou como Revista de Homeopatia (São Paulo)	1940	2003
12. Revista de Leprologia de São Paulo. Sociedade Paulista de Leprologia	1933	1936
Continuou como Revista Brasileira de Leprologia. Sociedade Paulista de Leprologia	1936	1970
Continuou como Hansenologia Internationalis. Divisão de Hansenologia e Dermatologia Sanitária. Instituto de Saúde. Instituto Lauro de Souza Lima	1976	2003
13. Arquivos de Cirurgia Clínica e Experimental . Clínica de Moléstias do Aparelho Digestivo. Faculdade de Medicina. USP	1937	1969
14. Arquivos de Dermatologia e Sifilografia de São Paulo	1937	1958
15. Revista Clínica de São Paulo	1937	1958
16. Anais do Instituto Pinheiros	1938	1951
17. Revista de Oftalmologia de São Paulo.	1931	1944
Absorvida pelos Arquivos Brasileiros de Oftalmologia. Conselho Brasileiro de Oftalmologia	1938	1999
29. Anais Estudantinos	1934	1944
Continuou como Anais Científicos	1945	1967
18. Revista de Gastroenterologia de São Paulo. Sociedade Paulista de Gastroenterologia	1938	1945
19. Anais da Faculdade de Farmácia e Odontologia. USP	1939	1962
Subdividida em Revista da Faculdade de Farmácia e Bioquímica. USP	1963	1969
Continuou como Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas.	1970	1999
Subdividida em Revista da Faculdade de Odontologia. USP	1963	2003
20. Fichário Médico-Terapêutico. Institutos Terapêuticos Reunidos Labofarma	1939	1966
21. Revista XXV de janeiro. Centro Acadêmico XXV de janeiro. Faculdade de Farmácia e Odontologia . USP	1939	1963
22. Ficha Clínica	1940	1946
23. Arquivos da Polícia Civil de São Paulo	1941	1984
24. Revista do Instituto Adolpho Lutz. Instituto Adolpho Lutz	1941	2003
25. Revista Médico-social	1942	1945

Sanatório do Mandaqui; Pavilhão Dr. Antonio Rodrigues Guião; Hospital Sanatório Leonor Mendes de Barros; Casa Maternal e da Infância, todos construídos na década de 1940.

Título	Ano de criação	Último ano
26. Arquivos de Neuro-Psiquiatria. Academia Brasileira de Neurologia (Suplemento Bol. da Ac. Bras. de Neurol.)	1943	1999
27. Revista Brasileira de Medicina. Editorial Sul	1943	1999
28. Anais Nestle / Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares	1944	1993
30. Maternidade e Infância	1945	1977
31. Notas Médicas	1945	1976
32. Revista do Hospital das Clínicas. Faculdade de Medicina. USP	1946	2003
33. Seleções Médicas. Instituto de Terapêutica Humanitas	1946	1962
34. Revista de Obstetrícia e Ginecologia de São Paulo / Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo	1935	1947
Continuou como Anais da Clínica Ginecológica. Faculdade de Medicina. USP	1947	1958
Continuou como Anais do Departamento de Obstetrícia e Ginecologia. Faculdade de Medicina. USP	1959	1962
Continuou como Ginecologia e Obstetrícia Brasileiras. Ache Laboratorios Farmaceuticos (s. i. de 1962 a 1977)	1978	1988
Continuou como Revista de Ginecologia e Obstetrícia. Instituto da Mulher, Hospital das Clínicas, FMUSP	1990	2003
35. Revista Brasileira de Otorrinolaringologia	1947	1966
36. Arquivos Brasileiros de Cardiologia. Sociedade Brasileira de Cardiologia	1948	1999
37. Medicina Moderna	1948	1950
38. Anais da Clínica Ginecológica da Santa Casa de São Paulo	1949	1960
39. Arquivos Médicos Municipais. Sociedade Médica da Municipalidade de São Paulo	1949	1963
40. Boletim de Psicologia. Sociedade de Psicologia de São Paulo	1949	1998
41. Boletim do Centro de Estudos de Oftalmologia Prof. Moacyr E. Álvaro	1949	1958
42. Caderno de Terapêutica Labor. Laborterapica-Bristol S.A.	1950	1965
43. Boletim mensal do Centro de Estudos Franco da Rocha. Hospital do Juquery.	1957	1964
Continuou como Boletim Centro de Estudos Franco da Rocha.	1965	1981

Discussão: transformações no periodismo paulista

As revistas consultadas passaram de iniciais 18 periódicos no primeiro ano considerado a 43 no último ano pesquisado. O número total de revistas localizadas foi de 89 títulos.⁶ A composição desse acervo foi avaliada a partir de informações sobre o primeiro ano de publicação e último ano de circulação de cada revista; mudança quanto ao indivíduo ou entidade responsável pela criação e manutenção do periódico; alteração das áreas temáticas a que as revistas se dedicavam; além das alterações na denominação das mesmas.

⁶ A soma das revistas se deu apenas pelo primeiro título criado e não pelas modificações subsequentes.

Estes dados auxiliam, juntamente com outros tipos de bases - congressos realizados, criação de novas instituições médicas, aumento no número de profissionais formados - para o estabelecimento de um mapa geral da extensão, mobilidade e grau de institucionalização da comunidade médica paulista no período.

A partir do número total de revistas é possível indicar a média de periódicos criados entre 1889 e 1950, um total de 1,4 revistas por ano (Tabela IV). Essa proporção foi diferente de acordo com o período estudado, pois houve maior intensidade de novas revistas nos momentos posteriores à criação de escolas médicas, como conseqüência provável do aumento de número de formados e aumento no campo de atividades profissionais. O tempo de circulação das revistas apresentou grande variação (Tabela V), também como reflexo da perenidade ou não das instituições a que tais publicações se filiavam e dos grupos formados em torno de determinadas áreas.

Conforme pode ser visto na Tabela VI, de um total de 89 revistas, 10 têm circulação até os dias de hoje⁷, 8 circularam até o ano de 1999 e 5 até o ano de 1989. Do mesmo total 10 tiveram apenas 1 ano de circulação, enquanto outras 4 circularam ou circulam há mais de 90 anos. Em média cada revista circulou por 45,7 anos.

Tabela IV - Média de revistas criadas em São Paulo entre 1894 e 1950

Período	Número de revistas criadas	Média parcial de revistas por ano
1889 - 1912	18	1,2
1913 - 1933	28	1,4
1934 - 1950	43	2,7
Total geral	89	1,4

⁷ Foram consultadas as bases até a data limite do ano de 2003.

Tabela V - Tempo de circulação das revistas médicas criadas em São Paulo entre 1894 e 1950

	1894 -1912	1913-1933	1934-1950	Total
Tempo de existência em anos	Número de revistas	Número de revistas	Número de revistas	
1	9	-	1	10
9-10	1	4	6	11
11-20	1	5	10	16
21-30	-	2	7	9
31-40	1	4	4	9
41-50	1	2	2	5
51-60	1	1	6	8
61-70	1	3	6	10
71-80	1	2	-	3
81-90	1	3	-	4
91-100	1	-	-	1
101-110	1	-	-	1
Total	18	28	43	89

Tabela VI - Média de circulação das revistas criadas em São Paulo entre 1894 e 1950

Período	Número de revistas criadas	Média de anos de circulação
1889 - 1912	18	31,3
1913 - 1933	28	36,8
1934 - 1950	43	57,5
Total geral	89	45,7

Somente as três primeiras revistas médicas de São Paulo foram criadas por indivíduos ou grupos de médicos independentes que se apresentavam como diretores de tais publicações: *Revista Médica de São Paulo* (1889), *Revista Médica: jornal prático de medicina, cirurgia e higiene* (1895) e *Gazeta Clínica* (1903). Mesmo assim é possível avaliar que esses médicos estavam bastante ligados às principais instituições de saúde do período (Silva, 2004) e que, portanto podem ser “lidos” como partícipes dessas mesmas instituições tais como Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, Policlínica e Serviço Sanitário.

Excetuando essas três primeiras revistas todas as demais foram criadas por instituições, tanto públicas quanto particulares, entre hospitais e sociedades de classe ou de especialidades, e não mais por indivíduos autônomos. Houve obviamente alterações, no período estudado, nas dinâmicas que se manifestaram nesse processo, tanto pelas demandas financeiras quanto profissionais.

A principal constatação é a de que depois de um breve período, situado entre os anos de 1889 a 1903, não mais foram criadas revistas que não tivessem suporte institucional.

Alterações nas demandas institucionais também se refletiam nos periódicos analisados. Mudanças nos títulos das revistas era um aspecto visível das alterações que apontavam para mudanças anteriores, nas perspectivas de inserção dos profissionais ligados à determinada instituição e depois a determinada revista. Isso se dava tanto em instituições particulares quanto públicas. Um bom exemplo dessas transformações pode ser verificado nas alterações que ocorreram no campo da higiene.

O periódico denominado *Boletim do Instituto de Higiene de São Paulo*, de 1919, apontado anteriormente, passou em 1947 a ser chamado *Arquivos da Faculdade de Higiene*. A autonomia que aquele instituto conquistou transformando-se em faculdade se refletia na própria revista. Em 1967 o periódico novamente foi modificado passando a corresponder às novas configurações da área, quando a questão conquistou um grau de importância que obrigou o campo a ampliar as atividades da própria faculdade. Assim os Arquivos foram renomeados para *Revista de Saúde Pública*, sua atual denominação, quando passou a indicar um o novo lugar para a higiene no campo médico brasileiro, o que ocorria também em diversas partes do mundo ocidental.

Outras revistas também tiveram sua identificação alterada pelo aumento de abrangência da entidade mantenedora, como foi o caso da *Revista de Oftalmologia de São Paulo*, criada no ano de 1931, pela Sociedade de Oftalmologia de São Paulo, depois absorvida pelos *Arquivos Brasileiros de Oftalmologia*, em 1938.

Nos dois primeiros períodos verifica-se a criação de periódicos relativos aos serviços de saúde mais importantes do estado. O Serviço Sanitário, por exemplo, foi responsável por um grande número de Boletins no período entre 1889 e 1912 por meio da sua seção de estatística e demografia. O mesmo acontecendo com o Instituto Butantan, de 1901 e com o Instituto Biológico de 1928. Porém no terceiro período, após a criação da USP em 1934, nenhuma nova revista de órgão do governo estadual foi criada, embora as revistas anteriores continuassem circulando.

No entanto a inexistência de uma faculdade de medicina não impediu a criação de revistas médicas. Esse é o motivo pelo qual a criação de faculdades de medicina serviu de parâmetro para a periodização adotada na análise dos periódicos. A existência de uma multiplicidade de instituições de saúde foi ponto fundamental na criação dos periódicos médicos em São Paulo, pois está refletida nos periódicos criados. É possível notar também que, um primeiro momento, tais instituições eram as principais responsáveis pela produção de pesquisa básica na área da saúde, e se, como já foi dito, num primeiro período a inexistência de uma faculdade de medicina não impediu a criação de revistas médicas, depois de 1912 tal desenho se modificou.

A partir de 1913, com a criação da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, a maior parte das novas publicações passou a estar vinculada a algum departamento ou setor da Faculdade de Medicina, esse é o motivo pelo qual a criação de escolas médicas serviu de parâmetro para a periodização adotada.

Em um contexto de ausência faculdades de medicina no estado os próprios periódicos serviam como local de debates sobre a profissão e espaços de veiculação de novos conhecimentos. Ao consultar tais periódicos é visível a existência de discussões que levaram à criação de novas associações de profissionais e de especialistas, e também os próprios projetos para criação da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, realizados principalmente nas duas Revistas Médica de São Paulo, de 1889 e 1898 e a Gazeta Clínica de 1904.

Num primeiro momento a falta de uma faculdade de medicina pode ter sido suprida pelos debates levados a cabo em diferentes publicações, onde

novas técnicas, procedimentos e conhecimentos eram veiculados. Os artigos, juntamente com outros procedimentos, tais como participação em congressos e viagens de estágio, por exemplo, serviam como fontes para o aprendizado de novas metodologias de trabalho médico, em um período em que ocorriam grandes transformações no conhecimento biomédico.

Em uma primeira aproximação é possível perceber que depois de 1934 houve aumento mais acelerado de revistas dedicadas a diferentes temáticas. Antes disso, assuntos considerados hoje como de especialidades consolidadas como, por exemplo, urologia, dermatologia, gastroenterologia, cardiologia e psicologia, encontravam-se dispersos entre diferentes revistas de caráter mais genérico. As grandes áreas da Clínica Médica, Cirurgia, Pediatria, correspondiam à maioria das publicações criadas antes da criação da Universidade de São Paulo.

É de se notar que após a primeira turma de formados na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo⁸, 1918, o número total de revistas em circulação cresceu, com a criação de periódicos ligados aos departamentos da Faculdade. Essas revistas demonstram um crescente impacto da produção científica na formação acadêmica, pois tais revistas veiculavam artigos tanto de docentes quanto de discentes, contribuindo para a proposta de formação médica como uma atividade em que se ligam atendimento, ensino e pesquisa.

Em outros casos, no entanto, o período estudado ainda não permite uma identificação clara sobre os limites de uma especialidade. Por exemplo, até 1950 a psiquiatria e a neurologia apareciam em periódicos conjuntos. O mesmo se dava em alguns casos com a farmácia, que aparecia acompanhada da odontologia, assim como a biologia da zoologia.

Sendo assim, a situação apontada acima impede uma apresentação das revistas por especialidade, pois tais especialidades estavam ainda sendo configuradas. Tal verificação teria mais a intenção de compreender como os vários temas médicos se distribuíam pelas publicações do que classificar cada revista como de uma área única, o que não seria possível para o período.

⁸ Em 1926 a Faculdade passa a ser denominada Faculdade de Medicina de São Paulo e em 1934 passou a integrar a Universidade de São Paulo.

É possível indicar que dentre as grandes áreas, a clínica médica foi sempre aquela com maior número de revistas, atrelada na maioria dos casos à questão da terapêutica e da cirurgia.

Propostas: as primeiras revistas de medicina

O Editorial do primeiro número da primeira revista paulista *Revista Médica de São Paulo*, de 1889, que parou de circular no mesmo ano, buscou dar mostra do amplo espectro de atividades desenvolvidas pelos médicos paulistas, insinuando que a quantidade dos profissionais que se dedicavam às atividades médicas era bastante grande e especializada:

A província de S. Paulo [também] já conta com pessoal médico numeroso e ilustrado, capaz de contribuir efetivamente para a solução dos problemas científicos quer puramente médicos quer de higiene pública e social; (...). Ocupar-se-á das questões gerais de medicina, cirurgia, higiene pública, polícia sanitária e ética médica, registrando estudos clínicos e experimentais sobre todos os ramos de medicina, cirurgia e ciências correlativas. É um programa vasto, mas que contamos executar, com a colaboração dos muitos colegas que nos prometem o auxílio de suas luzes e experiência. Registraremos as observações meteorológicas, o movimento das epidemias e endemias na província, oferecendo aos leitores uma revista interessante e minuciosa do que houver de mais importante na imprensa europeia e americana (*Revista*, 1889: 3).

A segunda revista, a *Revista Médica de São Paulo: jornal prático de medicina, cirurgia e higiene*, de 1899, era quinzenal e tinha em torno de 20 páginas. Com grande número de gráficos, imagens fotográficas e desenhos em seu primeiro editorial indicava que sua proposta era auxiliar o clínico e o higienista no combate às moléstias e epidemias que se espalhavam pelo Brasil. Temas brasileiros de um lado e o “preparo” do médico paulista de outro seriam os seus referentes centrais:

O estado de São Paulo com o seu progresso e engrandecimento tem atraído para dentro de seus limites grande número de médicos ilustrados, de

moços estudiosos e trabalhadores que com os colegas paulistas, não menos inteligentes e preparados, podem e devem concorrer para o progresso da medicina entre nós, divulgando os conhecimentos que quotidianamente aprendem dos mestres e ajuntando a estes os frutos de suas experiências à cabeceira dos doentes. (Revista, 1898: 1).

A terceira revista, a *Gazeta Clínica*, de 1903, tinha edição mensal e buscava ressaltar a medicina 'modernizada', associando a intenção terapêutica da medicina com o viés experimental, e o laboratório era requerido como legitimador da ciência médica.

Questões de higiene interna que não passaram despercebido ou que têm desmerecido a atenção dos competentes, assuntos de patologia intertropical, que nos afetam e nos tocam de perto; problemas de terapêutica que merecem revelações; litígios médico-legais, que não têm sido cuidados, mas que requerem apreciação (...). (Gazeta, 1903: p. 6).

Por fim, os *Anais Paulistas de Medicina e Cirurgia*, de 1913, diferente das anteriores mostrava nova complexidade, por sua ligação com o corpo docente da FM CSP. Nela pode-se dizer que se sobrepujam textos e autores das duas publicações periódicas anteriores, consequência das primeiras revistas médicas que param de circular quando de sua publicação, em 1914 a *Revista Médica de São Paulo*, e em 1904 a *Imprensa Médica*, não discutida neste texto.

Essa revista possuía características diversas daquelas por se apresentar como "estrita e rigorosamente médica", dedicada á todas as especialidades, e propondo que cuidaria dos assuntos tocantes à higiene, às doenças de vasta frequência no Estado (febres paulistas, ancilostomíase, tuberculose, lepra) e à identidade de classe.

Porém ela foi exclusivamente dedicada à publicação de artigos sobre especialidades médicas, doenças, descrições de experimentações, tratamentos, medicamento, etc. Os termos "higiene", "saúde pública" só foram citados como títulos de artigos duas e uma vez, respectivamente, nos primeiros 20 anos. Não publicou nenhum relatório dos serviços públicos ou particulares, nenhuma estatística ou mapa sanitários de movimento de hospitais.

Conclusão

O que mais importa na avaliação realizada aqui é indicar que os acervos de periódicos formam um conjunto material de extrema importância para a história das ciências. Tais acervos podem nos apontar para uma gama grande e diversificada de informações sobre as atividades de um dado campo científico num largo período. Tal processo pode orientar estudos históricos em diferentes perspectivas, assim como ser mais uma fonte a fornecer dados sobre a produção de conhecimento num campo científico.

Os periódicos especializados são lidos por alguns autores (Ferreira, 1996), como uma “instituição” científica. Sendo assim, o estudo do periodismo médico atua como um ponto de conexão no entendimento da história das atividades de determinada área médica, em relação com os processos da produção de conhecimento, do ensino e de institucionalização da medicina, como quis demonstrar.

Mudança quanto às doenças que desenhavam o quadro nosológico de São Paulo, até a criação do ensino médico, as doenças mais discutidas nas revistas eram o alastrim, as febres paulistas, o cólera, a ancilostomose, as enterites ou gastroenterites, o tracoma, o beribéri, doenças que se constituíam nas principais preocupações epidemiológicas dos serviços sanitários e da saúde pública. Novas configurações como as encontradas nos *Annaes Paulistas*, as doenças “comuns” requeriam atenção da medicina preventiva e finda por desaparecer de revistas mais generalistas.

Percebe-se por fim que a escrita se modifica assim como o perfil das novas revistas, pois surgiam temas voltados para a descrição de estados mórbidos cuja intervenção médica não se dava pela prevenção sanitária, mas pelo que possibilitavam de ação interventiva, clínica ou cirúrgica. Assim, os temas da anestesia, aneurismas, problemas coronarianos e cardíacos, câncer, cancros, estados patológicos de órgãos, como rins, vesícula, fígado, estômago e outros, passavam a ter atenção redobrada em comparação com o que tinham num momento anterior. Em resumo, as revistas científicas se mostram como os casos acima indicam um ótimo espaço de discussão e de análise para a

história, para a história da produção científica no Brasil e para a história da palavra escrita, do livro e da imprensa em geral.

Bibliografia

CATANI, Denize Barbara e Sousa, PEREIRA, Cynthia de (orgs.). *Imprensa periódica educacional paulista (1890-1996)*. Catálogo. São Paulo : Editora Plêiade/FINEP, 1999.

CRUZ, Heloisa de Faria (org.). *São Paulo em revista: catálogo de publicações da imprensa cultural e de variedade paulistana 1870-1930*. (Coleção memória, documentação e pesquisa. São Paulo : Arquivo do Estado, 1997.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana - 1890-1915*. São Paulo : Educ/Fapesp, 2000.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas; SILVA, Márcia Regina Barros da (Orgs.). *Arnaldo Vieira de Carvalho e a história da medicina paulista (1867-1920)*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012.

FERREIA, LUIZ OTÁVIO. *O nascimento de uma instituição científica: os periódicos médicos brasileiros da primeira metade do século XIX*. Tese de doutorado, FFLCH - USP, 1996.

LATOUR, Bruno. Drawing things together. In : *Representation in scientific practice*. LYNCH, Michael & WOOLGAR, Steve (Editors). The MIT Press, 1990, pp. 19-68.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In : Baratin, Marc e Jacob, Christian. *O poder das bibliotecas. A memória dos livros no Ocidente*. Editora UFRJ, 2000, pp. 21-44.

SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica brasileira*. São Paulo : Ed. Nacional, 1979.

SILVA, James Roberto. *Doença, fotografia e representação: revistas médicas em São Paulo e Paris. 1869-1925*. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 2003.

SILVA, Márcia Regina Barros da. O ensino médico em debate: São Paulo, 1890-1930. In : *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. 9 (suplemento), 2002, pp. 139-59.

SILVA, Márcia Regina Barros da. *O laboratório e a República: saúde pública, ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo (1891-1933)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/FAPESP, 2014.

SILVA, Márcia Regina Barros da; Ferla, Luis and Gallian, Dante M. C. *Uma 'biblioteca sem paredes': história da criação da Bireme*. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, março 2006, vol. 13, no. 1, pp. 91-112.

Palavras impressas e debate político:

uma análise de alguns periódicos surgidos na gênese da imprensa pernambucana

MÁRIO FERNANDES RAMIRES (UNIFESP)

Este trabalho possui como proposta apresentar as principais características político-ideológicas dos periódicos produzidos em Pernambuco durante o primeiro quartel do século XIX. Dessa forma, temos como objetivo o estudo que dialoga intimamente com a história cultural, mais precisamente das práticas de produção, circulação e, de maneira menos profunda, consumo do material impresso. No entanto, determinadas questões políticas do período serão exploradas para a tomada de conhecimento do cenário onde se deu o desenvolvimento dessa cultura, caracterizada pela produção e leitura dos impressos em Pernambuco.

Cabe salientarmos que esse material traz em seu conteúdo uma característica destacadamente política, tendo em vista que esses impressos

foram produzidos em um período de profunda efervescência e de transformações no campo da política. Referim-nos a um momento na história da colônia portuguesa no qual os laços que a ligavam à metrópole estavam sendo rompidos, ou fragilizados,¹ em favor da autonomia da antiga colônia que se tornava um império independente. No caso de nosso trabalho, o foco está na província de Pernambuco, um importante epicentro de acontecimentos políticos que desempenhou um papel destacado no norte do Império.

O estudo de nossas fontes nos conduziu à divisão dos periódicos em grupos, de acordo com suas tendências políticas. No entanto, cabe fazermos a observação de que o pertencimento ao mesmo grupo, conforme separamos aqui, não significava que não existissem conflitos entre esses redatores. Ocorreram críticas, mesmo entre aqueles que defendiam o mesmo ponto de vista. Apresentamos, a seguir, uma tabela que mostra essa divisão.

Tabela 1: periódicos separados em vertentes por suas características políticas

Tendência política	Periódicos	Redatores	Período de publicação
1- Apoio às Cortes instauradas em Lisboa após a Revolução do Porto e propagação de suas medidas sem debate. Circularam antes da instauração da Junta Provisória na província.	<i>Aurora Pernambucana</i>	Rodrigo da Fonseca Magalhães	Março a setembro de 1821
	<i>O Relator Verdadeiro</i>	Francisco Ferreira Barreto	Dezembro de 1821 a maio de 1822
2- Transição entre o apoio e o questionamento às medidas tomadas pelas Cortes de Lisboa.	<i>Segarrega</i>	Felipe Mena Calado da Fonseca	Dezembro de 1821 a outubro de 1822

¹ É importante termos em mente que a independência não foi algo aceito e defendido por todas as pessoas ao mesmo tempo e que, politicamente, Pernambuco nem sempre esteve afeito à Independência do Brasil, questionando a autoridade central. Sobre essa questão, ver: JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. "Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)". In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*, 2ª edição. São Paulo: Senac, 1999.

3- Questionamento das medidas tomadas pelas Cortes de Lisboa e proposta de independência e instauração de uma Assembleia Constituinte no Brasil.	<i>O Maribondo</i> <i>Conciliador Nacional</i>	Padre José Marinho Falcão Padilha Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama	Julho a outubro de 1822 Julho de 1822 a outubro de 1823
4- Crítica acentuada aos ministros e, com ressalvas, preservação da imagem da monarquia brasileira.	<i>Escudo da Liberdade do Brazil</i> <i>Sentinela da Liberdade</i>	Padre Francisco Agostinho Gomes e Capitão João Mendes Viana Cipriano José Barata de Almeida	Julho a novembro de 1823 Abril de 1823 a março de 1824
5- Questionamentos direcionados mais diretamente ao Imperador e à monarquia. Desejo de ruptura com o governo instaurado no Rio de Janeiro	<i>O Typhis Pernambucano</i> <i>O Liberal</i> <i>Sentinela da Liberdade</i>	Frei Joaquim do Amor Divino Caneca Padre João Batista da Fonseca Cipriano José Barata de Almeida	Dezembro de 1823 a agosto de 1824 Fevereiro a março de 1824 Abril de 1823 a março de 1824

Entre os materiais que tinham como proposta uma periodicidade regular, o primeiro segmento que pretendemos apresentar é o dos impressos que exerceram um papel, majoritariamente, de propagador das medidas tomadas pelas Cortes Constituintes instauradas em Lisboa, tratando de publicar suas decisões e apoiando todas as medidas tomadas pelos deputados que compunham a Assembleia portuguesa. Dentro dessa linha de pensamento, onde o *absolutismo*² aparece como principal inimigo, destacamos a atividade de dois periódicos: *Aurora Pernambucana* e *Relator Verdadeiro*.

Conforme mostrado por Denis A. Bernardes, o movimento “vintista” havia trazido novas perspectivas políticas para todo o Império e a partir de então a soberania da nação passava a pertencer à Constituição, mesmo a figura do rei e

² O absolutismo é um regime no qual o monarca exerce um poder quase absoluto sobre as decisões políticas que o Estado deve tomar. Nesse caso, destaca-se a ausência do Parlamento e de qualquer órgão político que limite a autoridade real. Sobre esse modelo político, sugerimos a seguinte leitura: LOPES, Marco Antonio. *Absolutismo: Política e Sociedade na Europa Moderna*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

da monarquia ainda sendo respeitadas.³ Nesse caso, cabe destacar que o “vintismo” não representou uma ruptura radical com a identidade portuguesa. Segundo o autor: “a antiga e comum identidade portuguesa não sofreu uma ruptura radical, sendo, na verdade, redefinida em função da constitucionalização do Reino Unido”.⁴ No entanto, os tempos eram de marcantes mudanças políticas em um curto espaço de tempo, sendo que o movimento “vintista” trouxe uma nova referência de pertencimento social. No que diz respeito à identidade (nacional), Bernardes afirma que “sobretudo em sua possibilidade de expressão política, seja pela *conciliação*, seja pela *ruptura*, não se apresenta como algo rígido, predefinido sem possibilidades de mudanças, por vezes radicais, de acordo com as circunstâncias”.⁵ Essa questão também é abordada por Jancsó e Pimenta, ao destacarem que a perda da condição de português poderia significar, ao mesmo tempo, a perda de *status* dentro de uma sociedade ainda marcada por distinções sociais.⁶ E é justamente dentro dessa dinâmica de reconhecimento das autoridades das Cortes, respeito à monarquia e à figura do rei e de mutações que dizem respeito ao reconhecimento nacional que se localiza a atividade desses periódicos.

Ambos os periódicos, pertencentes a esse primeiro grupo, iniciaram suas atividades no ano de 1821, sendo que o *Relator Verdadeiro* surgiu posteriormente e estendeu sua publicação até março de 1822. No entanto, o número de publicações do *Aurora Pernambucana* foi maior, chegando a atingir trinta números em setembro de 1821. Cabe destacarmos ainda que esses dois impressos vivenciaram as expectativas do projeto constitucional que era desenvolvido em Lisboa, atmosfera essa que estava presente nos espaços públicos e privados da sociedade pernambucana na primeira metade do século XIX. Datas como o 1º de Setembro, marcada pelo Decreto que previa a criação de um governo provisório, estavam presentes nas folhas desses periódicos e

³ BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo; Recife: Hucitec/Fapesp; Editora da UFPE, 2006, p. 270.

⁴ No ano de 1815 o Brasil deixou de pertencer à categoria de colônia e se tornou Reino Unido a Portugal e Algarves, pois o Congresso de Viena, ocorrido após a queda de Napoleão Bonaparte, previa a restauração das monarquias europeias. No entanto, Dom João VI já vivia no Brasil, tendo que unir os dois reinos para que sua permanência na América não se tornasse ilegal., ver: SILVA, Ana Rosa C. op. cit., 2006, pp. 250-268.

⁵ BERNARDES, op. cit., 2006, p. 285.

⁶ JANCÓS e PIMENTA, op. cit., 1999.

foram momentos bastante aclamados. Tratavam-se de medidas que previam a nomeação dos governos locais para as províncias do Império Português.⁷ Sendo assim, o primeiro número do *Relator Verdadeiro*, publicado em 13 de dezembro de 1821, clamava:

Em fim, adelgaram-se as nuvens, desassombrou-se de uma vez a atmosfera de Olinda, dissiparam-se os vapores negros que a toldavam e despontou entre os Pernambucanos aflitos o Sempre Memorável, e Faustíssimo Dia 15 de Outubro! Dia Vividouro no giro delatado das Idades futuras! Marcado com pedra branca, eterno e sem par, nos fastos da mais bela das províncias! Dia Solene! [...] Ele nos trouxe o Decreto de 1º de Setembro, do corrente ano.⁸

O decreto citado no trecho do *Relator Verdadeiro* transcrito acima diz respeito à criação das juntas provisórias nas províncias.⁹ As medidas que deveriam ser tomadas pelas províncias a partir dos decretos emanados das Cortes Portuguesas permearam os periódicos que fazem parte dessa tendência. O *Aurora Pernambucana*, em seu primeiro número, que circulou pelas ruas do Recife no dia 27 de março de 1821, deixou claro qual era sua posição frente às decisões tomadas pelas Cortes:

Depois das medidas tomadas no congresso de 5 corrente, quis o excelentíssimo Senhor Governador e Capitão-General que, por meio de um periódico, se instruisse o público de tudo quanto se fizesse em favor da causa d'El-Rei e da nação, predispondo os povos do Brasil a abraçarem as novas instituições que a Augusta Soberana Assembléia está formando em Lisboa, para estabelecer-se nossa liberdade política, e assegurando sobre inabaláveis fundamentos os Direitos da Majestade e os direitos da Nação.¹⁰

⁷ A questão política de Pernambuco nesse período foi tratada por BERNARDES, op. cit., 2006.

⁸ *RELATOR VERDADEIRO*, Nº 1. Pernambuco, Oficina do Trem de Pernambuco, 1821, 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo. Destacamos que durante as citações dos trechos dos periódicos que reproduzimos em nosso trabalho, mantivemos as vírgulas e maiúsculas conforme se encontram no texto original.

⁹ O Decreto em sua íntegra está disponível na seguinte página do Governo Federal: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/Historicos/DIM/DIM-1-10-1821.htm.

¹⁰ *AURORA PERNAMBUCANA*, Nº 1. Pernambuco: Oficina do Trem Nacional de Pernambuco, 27 de março de 1821 *apud* NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1969, pp. 21-22.

Essa passagem, que corresponde a uma parte do edital de abertura do *Aurora Pernambucana*, mostra inclinações de seus responsáveis, o governador Luiz do Rêgo Barreto e, como redator, seu secretário, Rodrigo da Fonseca Magalhães.¹¹ É interessante observarmos que a ruptura do vínculo em relação a Portugal foi gradual e com várias especificidades locais e regionais. Conforme vimos, Jancsó e Pimenta, por exemplo, afirmam que era arriscado perder a condição de portugueses naquela sociedade marcada por fortes distinções sociais e ainda permeada pela escravidão.¹²

Mesmo com a limitação existente em seus recursos, os tipógrafos e redatores dos periódicos pernambucanos publicados entre 1821 e 1824 mantinham a circulação de impressos constante. Tanto aqueles que estavam realizando o empreendimento de montar as tipografias, quanto os ilustrados¹³ que escreviam os textos a serem publicados, sentiam as transformações ocorridas no mundo ibérico e buscavam participar desse momento, dando origem a diferentes formas de relacionamento com o poder central.

As críticas realizadas de forma mais acentuada em relação às medidas tomadas pelas Cortes Constituintes de Lisboa podem ser observadas nos textos de outros impressos. Nesse ponto, nota-se uma diferença em relação àqueles veículos apresentados anteriormente, como o *Relator Verdadeiro* e o *Aurora Pernambucana*. O primeiro deles trata-se do *Segarrega*, que teve sua publicação iniciada em dezembro de 1821 e terminou suas atividades em outubro de 1823. Era redigido pelo português Felipe Mena Calado da Fonseca, ex-revolucionário de 1817, que escrevera a convite do governo.¹⁴

O *Segarrega* apresentou posicionamentos políticos distintos em relação às Cortes europeias, em princípio apoiando-as, ao publicar todo o resultado do

¹¹ Nesse ponto, é significativo que façamos uma consideração: mesmo que o *Relator Verdadeiro* e o *Aurora Pernambucana* tenham sido periódicos produzidos a pedido do governo local, não os consideramos órgãos oficiais, como os Diários de Governo ou Gazetas de Governo. Optamos por fazer essa distinção pois, os diários oficiais só passam a ser publicados após a nomeação da Junta de Governo, o que ocorreu posteriormente à circulação dos impressos *Relator Verdadeiro* e *Aurora Pernambucana*.

¹² JANCÓS e PIMENTA, op. cit., 1999, pp. 140-141.

¹³ Sobre os redatores e tipógrafos que atuaram no Recife entre os anos de 1821 e 1824, ver: RAMIRES, Mário Fernandes: *Palavras impressas em tempos de luta: periódicos pernambucanos e os debates políticos ocorridos entre 1821 e 1824*. Dissertação (Mestrado em História Cultural). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, 2014, pp. 77-119.

¹⁴ NASCIMENTO, op. cit., 1969, p. 24. Sobre a atuação desse personagem na imprensa pernambucana, ver RAMIRES, op. cit., 2014.

trabalho realizado pelos deputados reunidos em Lisboa e ao consagrar a figura de Dom João VI. Essa alternância se deve às transformações ocorridas nas relações políticas entre Brasil e Portugal. “[...] começou a Nação Portuguesa heroicamente a sua ilustre carreira no dia vinte e quatro de agosto de 1821 e para segurar esta a Augusta Assembleia dos Sábios Representantes marcha pelo trilho da glória, da reputação e da felicidade pública”.¹⁵ O caráter esperançoso das Cortes também estava presente no texto de Felipe Mena e essa euforia se deixou transparecer nos primeiros números de seu periódico na medida em que as notícias sobre as medidas tomadas em Lisboa se propagavam pela província pernambucana.

No entanto, após as medidas tomadas em Portugal a respeito do Brasil, há uma passagem do número 7 do *Segarrega* que já mostra que o redator havia reconhecido uma debilidade das Cortes reunidas em Lisboa: os deputados portugueses não tinham conhecimento dos acontecimentos específicos das regiões mais distantes do reino, mesmo que se tratasse de uma província tão importante como Pernambuco. Vejamos:

[...] empurram para cá com um desprezo picante leis e mais leis, ordens sobre ordens, que vem decidir de sorte de uma população maior do que a de Portugal, como se se tratasse de uma colônia de degredados estabelecida em Ilha de Madagascar.¹⁶

Além desse, diversos outros trechos do *Segarrega* passaram a realizar duras críticas ao governo instaurado no Rio de Janeiro, após a Independência do Brasil em 1822. Além disso, outros periódicos surgiram com essa mesma proposta crítica, conforme veremos a seguir.

Com um teor mais contestatório em relação às decisões tomadas em Portugal e apresentando os primeiros indícios de sugestão de instauração de Cortes no Brasil e acentuado apelo para a independência política frente Portugal, destacamos a participação dos periódicos: *O Maribondo*, que teve sua publicação

¹⁵ SEGARREGA, N°1. Pernambuco: Oficina do Trem de Pernambuco, 8 de dezembro de 1821. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

¹⁶ SEGARREGA, N° 7. Pernambuco: Tipografia Nacional, 9 de março de 1822. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo. Destacamos que já em seu terceiro número o *Segarrega* não apoiava completamente as medidas tomadas em Lisboa.

iniciada em 25 de julho de 1822 e existiu até o número 5, que veio à luz no dia 1 de outubro do mesmo ano; e *O Conciliador Nacional*, que trouxe seu primeiro número às ruas do Recife no dia 4 de julho de 1822 e teve sua derradeira edição, o impressionante número 60,¹⁷ em 25 de abril de 1825. O primeiro tinha como redator o padre José Marinho Falcão Padilha,¹⁸ ou padre Quintela, que esteve envolvido na redação de diversos periódicos em seu tempo. *O Conciliador Nacional* era obra do Padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, que, assim como Falcão Padilha, foi um personagem vinculado à redação e produção de diversos periódicos e bastante comprometido com a atividade de redator.¹⁹

Dentro dessa rede de impressos e redatores que surgiu no primeiro quartel do século XIX em Pernambuco, é importante frisarmos alguns aspectos, como por exemplo: os debates que ocorriam entre os redatores dos periódicos com seus companheiros dessa atividade responsáveis por outras publicações; os debates que ocorriam entre os redatores dos periódicos e leitores, por meio das seções de “correspondências”; e as críticas e direitos de defesa que tinham as mais diversas personalidades envolvidas com a política do período. O primeiro número de *O Maribondo*, por exemplo, apresenta um debate entre o redator desse periódico e o autor de uma correspondência publicada no *Segarrega*, que afirmava que os redatores de *O Maribondo* foram contra a coroação de Dom Pedro I. O redator do periódico acusa “Fila” (que na verdade era Felipe Mena Calado da Fonseca, dirigente do *Segarrega*), autor do texto publicado no mesmo *Segarrega*, de mascarar os negócios do Rio ao passar as informações a Pernambuco.

O ano de 1822 é bastante singular. *O Maribondo* participou de um momento muito específico para o processo de Independência do Brasil, pois foi publicado entre os meses de julho e outubro daquele ano, inclusive *O Maribondo* teve seu quarto número publicado no dia 7 de setembro,¹⁹ quando em São

¹⁷ De acordo com nossos estudos, apenas os periódicos *O Conciliador Nacional* e o *Sentinela da Liberdade* chegaram a tão expressivo número de publicações.

¹⁸ Na verdade, existem informações díspares sobre o fato de José Marinho Falcão Padilha e o Padre Quintela serem as mesmas pessoas. Sobre esse assunto, veja RAMIRES, op. cit., pp. 89-119. ¹⁹ Ibidem.

¹⁹ O dia 7 de Setembro de 1822 é reconhecido como a data oficial da Independência do Brasil. Nesse dia, às margens do rio Ipiranga, na cidade de São Paulo, o Imperador Dom Pedro I teria bradado a frase “Independência, ou morte”.

Paulo, Dom Pedro bradava o famoso Grito do Ipiranga. Podemos inferir que, por ter sido produzido num contexto conflituoso, de ruptura entre a colônia e a metrópole²⁰, e por visar à construção de um futuro Estado Nacional, o texto de *O Maribondo* buscava implementar a ideia de que o Brasil, como identidade nacional, sempre existiu, realizando um resgate histórico desde os tempos de colonização, idealizando um passado unificador de uma comunidade que, também imaginada²¹, deveria formar o Império do Brasil:

Já tinham desaparecido mais de três séculos, depois que os portugueses deram com o fértil Continente do Brasil: venceram seus indígenas; misturaram-se com suas famílias; ensinaram-lhes suas virtudes e seus vícios; sua religião e sua impiedade; era o Brasil a vasta e riquíssima colônia de Portugal, sem que o título de Portugueses, de que gozavam os Brasileiros, lhes pudesse garantir as mesmas prerrogativas, que desfrutavam seus irmãos da Europa. Entretanto que a metrópole já *himpava* com as imensas riquezas do Novo Mundo. [...]²²

Os ideais políticos pareciam ganhar cada vez mais espaço na mentalidade dos cidadãos, principalmente após ocorrerem as sessões das Cortes em Portugal e com a participação, ou ausência, de deputados que representavam o Brasil nessas sessões. Essa questão aparece diversas vezes nos impressos, principalmente por reproduções de sessões das Cortes e da Assembleia Constituinte nos jornais. No número 8 do *Conciliador Nacional*, publicação que veio à luz no dia 19 de novembro de 1822, foi reproduzido o discurso, segundo o autor, “energético, desinteressado e verdadeiro”²³, do deputado e jornalista baiano Cipriano Barata nas Cortes de Lisboa, no qual Barata propõe uma reforma em três artigos da Constituição e a criação de juntas administrativas, às quais

²⁰ Isso não quer dizer que o redator soubesse que a independência fosse ocorrer em 7 de setembro; porém, o período parece ter sido bastante fértil para o surgimento das ideias de Estado Nacional presentes no pensamento do redator.

²¹ Para a questão da idealização da nação “imaginada” como unificadora de um grupo de indivíduos, utilizamos como base teórica a seguinte obra: ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

²² O *MARIBINDO*, N°1. Pernambuco: Na Tipografia Nacional, 25 de julho de 1822. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

²³ O *CONCILIADOR NACIONAL*, N°8. Pernambuco: Tipografia Cavalcanti e Cia., 19 de novembro de 1822. 4 páginas. Acervo digital da Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo.

deveriam estar sujeitos os Governadores das Armas e as Juntas das Fazendas. Entre outros, vejamos um trecho abaixo:

Concluo pois, que volte o parecer à comissão, e que seja reformado, ordenando-se 3 artigos: [ilegível] novo arranjo das Juntas Administrativas no Brasil, ficando o Governador das Armas, e a Junta da Fazenda, sujeitos às ditas Juntas administrativas, ou governativas, como eram dantes, e derogando-se já o decreto provisório do 1 de outubro passado: 2. que se remetam ao silêncio os procedimentos da Junta de S.Paulo, Bispo, Câmara do Rio, &c. cobrindo-se tudo com o véu do esquecimento: 3. que se reforme o decreto de setembro, conservando-se o Príncipe como centro do Poder Executivo. [...] ²⁴

O *Conciliador*, que ao que parece foi um dos mais duradouros periódicos surgidos na origem da imprensa pernambucana, chegando a atingir 60 números,²⁵ em 25 de abril de 1825²⁶, também apresenta uma postura política bastante interessante. As primeiras publicações mostram um caráter de resistência ao jugo político em relação a Portugal e um desejo de independência. Porém, existe a informação na obra de Luis do Nascimento, de que em governos posteriores ele haveria adquirido um caráter mais “conservador”²⁷. Ainda em seu oitavo número, o *Conciliador* mostra um cenário instável dentro das relações políticas entre Portugal e Brasil. Ele exalta o reconhecimento de Dom Pedro I como príncipe perpétuo e defensor do Império recémindependente, realiza fortes acusações às Cortes que haviam se instalado na antiga metrópole, denuncia seus “planos monstruosos de reconquistar o vastíssimo Brasil”,²⁹ e atesta, assim, o receio que esses letrados possuíam do caráter colonizador das Cortes Portuguesas.

Dentro desse primeiro momento da imprensa periódica pernambucana, há um grupo de impressos no qual a ideia de “inimigo”, que antes cabia ao *absolutismo* e ao *Antigo Regime*, foi aplicada aos ministros que estariam

²⁴ Ibidem.

²⁵ O *Sentinela da Liberdade* atingiu 66 números.

²⁶ NASCIMENTO, op. cit., 1969, p. 33.

²⁷ Não podemos atestar isso em plenitude, pois não tivemos acesso a esses números publicados posteriormente. O período foge às balizas temporais de nosso trabalho. ²⁹O *CONCILIADOR NACIONAL*, N° 8, op. cit., 1822.

ludibriando o Imperador e o influenciando a tomar medidas despóticas. Os impressos que estudamos e que possuem essas perspectivas em seus textos são: *O Escudo da Liberdade do Brazil*, que circulou de 26 de julho a 14 de novembro de 1823, e teve durante sua jornada dois redatores: o padre Francisco Agostinho Gomes, que foi deputado nas Cortes de Lisboa e se recusou a jurar a constituição, fugindo para Pernambuco²⁸ e seu substituto, o Capitão João Mendes Viana²⁹. O outro periódico representante do pensamento político que voltava suas críticas aos ministros e que também exerce um papel muito importante como fonte de estudo para nosso trabalho foi o *Sentinela da Liberdade*, que tinha como redator Cipriano Barata³⁰.

No ano de 1823, a Soberana Assembleia do Brasil foi criada e, quando ainda dava os primeiros passos na sua experiência constitucional, foi extinta, dando margem a uma ampla discussão sobre o papel do Imperador nessa questão, que na maioria das vezes aparecia como um homem puro e de caráter liberal que estava sendo vítima das más intenções dos governos e, principalmente, do ministério do Rio de Janeiro, que estaria o influenciando para que ele tomasse medidas despóticas.

Em seu primeiro número, publicado em uma terça-feira, dia 26 de julho de 1823, o redator do *Escudo da Liberdade do Brazil* mostrou concretamente quais eram seus propósitos com o impresso. Ele afirma, revelando seu principal objetivo:

Compreenderei noticiar o estado progressivo da Ordem Constitucional em todos os países que a tem adotado, em seus feitos de armas para conservarem; porque a felicidade, os triunfos das Nações que heroicamente se esforçam e pugnam por serem livres, devem interessar a nossa causa.³¹

²⁸ NASCIMENTO, op. cit., 1969, p. 31.

²⁹ Não conseguimos identificar com exatidão a partir de qual número ocorreu a troca de redatores do periódico. Sobre esses personagens ver RAMIRES, ob. cit., 2014, pp. 89-119.

³⁰ Sobre a ação desses personagens no surgimento da imprensa periódica pernambucana, ver RAMIRES, op. cit., pp. 89-119.

³¹ *ESCUDO DA LIBERDADE DO BRAZIL*, N°1. Pernambuco: Tipografia Cavalcante e Companhia, 25 de julho de 1823. 4 páginas. Biblioteca Nacional. Obras Raras. Loc.p 19, 3, 50.

Conforme apresentado nos textos do periódico, o ideal a ser propagado e defendido pelo *Escudo* era a existência de uma monarquia constitucional, pela qual o Imperador deveria garantir esse sistema, afim de que a paz fosse mantida no império:

A nossa mesma liberdade, a nossa segurança pessoal, a tranquilidade pública, a segurança do país, o Sistema Constitucional que temos tantas vezes proclamado, a mesma Monarquia Constitucional que havemos adotado, o nosso adorador Imperador Constitucional que temos aclamado, a estabilidade de seu Trono: todos estes importantíssimos objetos à nossa felicidade, exigem desenvolvimento de nosso zelo, os esforços de nosso patriotismo.

[...] ³²

Com um discurso bastante aprofundado nas questões políticas, o *Sentinela da Liberdade* já atentava para os perigos provenientes da falta de limites no poder exercido por Dom Pedro I, situação que estava ficando cada vez mais perigosa, principalmente após o Imperador publicar suas intenções de se tornar generalíssimo e comandante em chefe das Forças Armadas.

Meditei bem sobre ele [discurso do imperador] e conheci que há razão de queixas [...] pelas três passagens: Generalíssimo desse Império – e logo depois – que tenho a glória de Comandar em Chefe – e no último parágrafo – em que ele sem amor à vida e só à Pátria, conduzirá ao campo da honra &c. ³³

Mais adiante Cipriano Barata continua, afirmando que o imperador estava tomando uma medida que poderia prejudicar todo o Império, caso ele fosse morto em batalha:

Antes, louvamos a Deus por nos haver colocado sobre o trono por meio da nossa imediata escolha, vontade e aclamação um Magnânimo Imperador. Mas, ao mesmo tempo não posso aprovar a sem-razão com que nosso Augusto Herói, feroso pela idade e temperamento, não

³² Ibidem.

³³ *SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO ALERTA!*. Nº 5. Pernambuco, Tipografia Cavalcante e Companhia, 23 de abril de 1823. 4 páginas, *apud* .MOREL, Marco (org.). *Sentinela da Liberdade e outros escritos*. São Paulo: Edusp. 2008, p. 192.

duvida sair ao campo de batalha, arriscando não só a vida, mas até o Império.³⁴

O autor de *Sentinela da Liberdade*, que parece prever os perigos que a Constituição do Império estaria por enfrentar, no debate com a fala do Imperador aos soldados questiona as medidas do monarca, alegando que os poderes não poderiam ser misturados ou geridos pela mesma pessoa, que, como qualquer ser humano, estava sujeito a se corromper. Continuando em sua argumentação, Cipriano Barata destacou o seguinte: “Generalíssimo dos Exércitos do Brasil deve ser quem se aplique tão-somente à guerra. O nosso Imperador deve estudar política e outras [ilegível] que o coadjuvem a bem governar”.³⁵

É possível perceber a participação de um grande número de pessoas nos debates políticos veiculados pelos impressos durante o processo de ruptura com o Antigo Regime e surgimento de uma sociedade pautada em ideais liberais, iluministas, constitucionais, ou seja, oposições ao absolutismo. Os periódicos, dentre outras funções, cumpriam o papel de articular as informações sobre os acontecimentos. Conforme Carlos Rizzini, antes das tipografias eram as correspondências que desempenhavam essa função. Depois, os periódicos é que passaram, fundamentalmente, a desempenhá-la.

Entre os periódicos estudados em nossa pesquisa, percebemos a existência de outra vertente, que são os impressos que deixaram de apoiar o vínculo com as províncias do Sul do Império e realizaram ataques mais contundentes à figura no monarca, além de dirigirem duras críticas ao projeto constitucional que seria imposto por Dom Pedro I.³⁶ O primeiro impresso que apresenta essa tendência é: *O Typhis Pernambucano*, redigido por Frei Joaquim do Amor Divino Caneca³⁷ e que circulou de 25 de dezembro de 1823 até 05 de agosto de 1824, quando atingiu o vigésimo oitavo e derradeiro número. O

³⁴ Ibidem p.193.

³⁵ Ibidem p. 194.

³⁶ A Carta Constitucional de 1824 garantiu amplos poderes ao Imperador. Elaborada sem a participação dos deputados, previa a existência do Poder Moderador, órgão que deveria mediar as relações entre os demais poderes do Estado. Sobre a Carta constitucional de 1824, ver: SLEMIAN, op. cit., 2009, p. 125- 143.

³⁷ Sobre esses personagens ver RAMIRES, ob. cit., 2014, pp. 89-119.

segundo é *O Liberal*, que tinha como dirigente o padre João Batista da Fonseca³⁸ e após publicar 18 números na província da Bahia, sofreu repressão e foi transferido para Pernambuco, onde publicou apenas 4 números, entre os meses de fevereiro e março de 1824.³⁹

Após a “Noite da Agonia”⁴⁰, que se tratou do confronto entre oficiais portugueses e deputados brasileiros, quando esses últimos estavam reunidos em assembleia na cidade do Rio de Janeiro e, após o cerco da Assembleia Legislativa por parte dos militares portugueses, essa foi ocupada e, posteriormente, dissolvida pelo monarca.⁴¹ No mês seguinte, em 25 de dezembro de 1823 foi publicado o primeiro número do *Typhis Pernambucano*, que, em relação ao episódio de dissolução da Assembleia, o afirmou que:

Amanheceu nesta corte o lutuoso dia 12 de novembro, dia nefasto para a liberdade do Brasil e sua Independência; dia em que se viu com maior espanto, representada a cena de 18 de Brumarie (8 de novembro), em que o déspota da Europa dissolveu a representação nacional da França; dia em que o partido dos chumbeiros do Rio de Janeiro pôs em prática as tramoias do ministério português e conseguiu iludindo a cândida sinceridade de S.M.I., dissolver a suprema assembleia constituinte legislativa do Império do Brasil.⁴²

Essa passagem atesta a insatisfação do autor com os rumos da política, principalmente no que dizia respeito à questão constitucional e à independência, além de mostrar que um dos grandes estímulos para Caneca escrever seu periódico foi justamente a dissolução da Assembleia do Brasil no ano de 1823, o

³⁸ Ibidem.

³⁹ A questão da transferência de província do redator será abordada no capítulo seguinte.

⁴⁰ A trajetória da Assembleia Constituinte do Império do Brasil, bem como as causas de sua dissolução, estão em: SLEMIAN, op. cit., 2009., 70-87. Ver nota 6.

⁴¹ É interessante destacar que o *ESCUDO DA LIBERDADE DO BRAZIL* defendeu a deposição dos Andradas, pois não sabia do golpe conservador que se daria a seguir.

⁴² *O TYPHIS PERNAMBUCANO*, N° 20. Pernambuco, Tipografia Miranda e Companhia, 3 de junho de 1824. 4 páginas *apud* CHACON, Vamireh, e LEITE NETO, Leonardo (org.). *O Typhis Pernambucano*. Edição comemorativa do 160º aniversário da Confederação do Equador. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984, p. 40.

que acabou culminando com a Confederação do Equador⁴³. Mantendo as críticas que existiam em outros periódicos aos ministros e à ideia de que o Imperador estaria sendo enganado⁴⁴ para tomar determinadas atitudes, o redator faz questão de denunciar os deputados que haviam jurado a religião católica e a Constituição no Império:

E faltaram os deputados a este juramento, com fatos, ou fosse por dolo, ou por culpa, como era indispensável, para serem qualificados de perjuros à face de todo mundo? É o que jamais se não conclui dos trabalhos, assentos, decisões e decretos da soberana assembleia.⁴⁵

Tendo em vista que a Assembleia Constituinte era um órgão político necessário para a existência de um regime constitucional, o redator não se conformava com a ideia de que uma Assembleia de 84 deputados havia sido dissolvida “pelos desmanchos de três até cinco”, o que exaltava sua indignação perante os acontecimentos.⁴⁸

A partir da análise de um manifesto oficial publicado referente à dissolução da Assembleia, afirmando que a mesma não havia tido autoridade suficiente para conter a sublevação das tropas, o *Typhis* lança sua posição afirmando que ela não havia mantido a ordem militar, pois não possuía condição de fazê-lo. O redator considera a dissolução da Assembleia Constituinte um golpe repleto de mentiras e calúnias por parte dos ministros, que estavam tomando medidas despóticas: “logo se conclui que a ideia deste atentado foi uma ficção danada dos que quiseram conduzir a S.M. a esta desordem; e que S.M. está realmente enganado e sacrificado pelos ímpios que o abordam”.⁴⁶ Reforçando a ideia de que a dissolução da Assembleia e o juramento de uma

⁴³ Em 1824, eclodiu na região a Confederação do Equador, que foi um movimento político encabeçado pela província de Pernambuco. Esse movimento previa a formação de uma confederação, independente do governo instaurado no Rio de Janeiro e contou com a participação da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Ao final, o movimento foi brutalmente reprimido e seu maior líder, Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, foi condenado à morte. Sobre a Confederação do Equador, ver: LEITE, Glacyra Lazzari.

Pernambuco 1824: a Confederação do Equador. Recife: Fundaj, 1989.

⁴⁴ A ideia que transparecia nas páginas dos impressos era de que os ministros, desejosos de maior poder nas decisões que deveriam reger o Império, ludibriavam o Imperador inclusive a tomar decisões como a dissolução da Soberana Assembleia, por exemplo.

⁴⁵ O *TYPHIS PERNAMBUCANO*, N° 1. Pernambuco, Tipografia Miranda e Companhia, 25 de dezembro de 1824. 4 páginas *apud* CHACON e LEITE, (orgs.), op. cit., 1984, p. 43. ⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁶ *Ibidem*.

nova Constituição, aos moldes como estava sendo elaborada, se tratava na verdade de um golpe, Caneca afirma que:

Só quem de nenhuma sorte se tem importado com essa regeneração do Brasil e sua grandeza futura, com os trabalhos da augusta assembleia, tendentes a este grande fim, é que deixará de confessar a existência de um plano concertado pela alcateia portuguesa contra a independência do Brasil, ou para o estabelecimento do absolutismo asiático.⁴⁷

Na mesma vertente de crítica às medidas que estavam sendo tomadas pelo Imperador, após 3 anos de existência e 18 números publicados na Bahia, na sexta-feira, 13 de fevereiro de 1824, saía da tipografia *Miranda e Cia* o primeiro número de *O Liberal*, publicado em Pernambuco. Era um periódico que, como o próprio nome sugere, estava aliado aos ideais oriundos da Europa e buscava propagar pensamentos liberais e iluministas em seus textos. Também redigido por um religioso, o Padre João Batista da Fonseca⁴⁸, *O Liberal* teve uma vida curta, porém bastante intensa em Pernambuco, mesmo sendo um periódico, ao que tudo indica, de publicação semanal. Seu número inicial reforça a crítica aos “corcundas”⁵², que estavam atuando com a intenção de concretizar seus objetivos despóticos e agindo contra a Assembleia Brasileira e em prol da Constituição imposta pelo monarca e pelo ministério: “É pasmoso, que não possa caber um Liberal em algumas Províncias de um Império, que tem proclamado Independência, e Liberdade”. E mais adiante “Residimos na Bahia por espaço de três anos, desde o começo do nosso Edifício político-liberal, dando todas as provas de adesão á esta santa causa”.⁴⁹

O primeiro número de *O Liberal* também relata a repressão vivida pelo padre Venâncio Henriques Rezende⁵⁰, quando este foi levar um projeto

⁴⁷ Ibidem, p. 53.

⁴⁸ Sobre sua atuação como redator de impressos em Pernambuco, ver RAMIRES, ob. cit., 2014, pp. 89-119.

⁵² “Corcundas” eram as pessoas consideradas simpatizantes da causa que, algumas pessoas da época, consideravam recolonizadora por parte das Cortes de Lisboa. Segundo alguns de nossos redatores, por exemplo, algumas medidas das Cortes eram contrárias à constitucionalização e autonomia política do Brasil. Ver: NEVES, Lúcia Maria B. P. *Corcundas e Constitucionais. A cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Sobre esse personagem ver RAMIRES, ob. cit., 2014, pp. 89-119.

constitucional, de resistência à dissolução da Assembleia ao redator de *O Liberal*.

A proposta era a seguinte:

[...] reunião da nossa dissolvida Assembleia em parte, ou de modo, que não pudesse ser assustada, nem outra vez dissolvida pelas baionetas armadas, e empurradas pelos chumbeiros, que procuram derribar o credito de S.M.I e C. com fins da sempre detestável união com Portugal.⁵¹

E mais adiante:

Este arbítrio, este atentado, este nefando procedimento não pertence, senão as tramas dos chumbeiros, como temos dito; e não podia ser mais bem executado, do que pelo Senhor Viana, que até hoje não tem dado a menor prova de adesão á causa da Independência do Brasil antes identificado com os Lusitanos presidiu á opressão de sua Pátria.⁵²

Constatamos, mais uma vez, que questão constitucional estava na ordem do dia para os redatores dos periódicos pernambucanos do primeiro quartel do século XIX.

De grande importância para a circulação de ideias e notícias sobre os acontecimentos políticos, os impressos produzidos em Pernambuco no primeiro quartel do século XIX desempenharam um importante papel: inseriram um público antes excluído no debate político e influenciaram o surgimento de uma cultura pautada na leitura, mas ainda muito influenciada pelas praticas da oralidade. Ilustrados, em sua grande maioria religiosos⁵³, e tipógrafos⁵⁴ assumiam o papel de propagadores de ideais iluministas e liberais, adequando-os as suas realidades.

⁵¹ O *LIBERAL*, Nº 19. Pernambuco: Tipografia de Miranda, 13 de fevereiro de 1824. 4 páginas. Loc. MR - XIX L- 15a

⁵² Ibidem. *Chumbeiros* ou *pés de chumbo* eram termos utilizados para designar àqueles que eram alinhados com ideais mais conservadores, no que dizia respeito à independência do Brasil frente a Portugal. Ver: MELLO, Evaldo Cabral de. (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Coleção Formadores do Brasil. São Paulo, Editora 34, 2001, p.304.

⁵³ Minha dissertação

⁵⁴ Minha dissertação

Do Museu para o Mundo:

a circulação da revista *Arquivos do Museu Nacional* nos Oitocentos

MICHELE DE BARCELOS AGOSTINHO¹

O trabalho aqui apresentado é derivado da pesquisa realizada no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, concluído em 2014 sob orientação da professora Dra. Giselle Venancio. Os objetivos do trabalho consistiu em, dentre outros, considerar a dimensão social das práticas científicas a partir da análise da revista *Arquivos do Museu Nacional*, bem como identificar o circuito de difusão da revista e a sua recepção².

¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Técnico em Assuntos Educacionais do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora de História da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. <michelebarcelos@mn.ufrj.br>

² Michele de Barcelos Agostinho. *O Museu em Revista: a produção, a circulação e a recepção da revista Arquivos do Museu Nacional (1876/1887)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Rio de Janeiro, 2014.

O Museu Nacional situado no Rio de Janeiro foi fundado em 1818, quando o Brasil, na condição de colônia portuguesa, era governado por D. João VI, que aqui residia. Desde então, o Museu Real, que posteriormente passou a ser chamado de Museu Nacional, tornou-se centro dos estudos das ciências naturais no Império do Brasil.

Numa época em que o colecionismo se apresentava como forma de conhecimento, no Museu Nacional constituíram-se numerosas coleções botânicas, zoológicas, geológicas, paleontológicas, mineralógicas, arqueológicas, antropológicas e etnológicas, boa parte conservada até os dias atuais e de valor histórico inestimável. Estas coleções eram formadas a partir do envio de objetos pelos gabinetes de curiosidade provinciais e através da permuta de objetos realizada entre o Museu Nacional e os museus estrangeiros. O intercâmbio de objetos possibilitou aos agentes daquela instituição o estabelecimento de redes de sociabilidade com instituições científicas de diversas partes do mundo.

Na década de 1870, o Museu Nacional passou por importantes reformas. Estas reformas não só dinamizaram as atividades que eram desenvolvidas como igualmente as ampliaram. O Regulamento de 1876³ assegurou uma nova organização administrativa e novas práticas foram instauradas. Foram regulamentadas novas áreas de conhecimento (como a antropologia e a paleontologia, por exemplo) e criados cursos públicos, concursos para ingresso nos quadros do Museu e o periódico trimestral que é objeto deste estudo, a revista *Arquivos do Museu Nacional*.

O impresso científico do Museu serviu para difundir entre os pares a produção de um conhecimento especializado. A revista era marcada por uma escrita científica, na qual encontramos, em boa parte dos textos, descrições, comparações, citações bibliográficas, quantificações e conclusões de experimentos relativos às ciências naturais. Nela encontramos também impressos desenhos científicos, portadores de uma linguagem técnica compreensível apenas para o grupo restrito dos homens de ciência. Diferentemente da *divulgação científica* que, segundo Vergara, consiste na tradução de saberes especializados para uma linguagem acessível, de

³ Regulamento de 1876 do Museu Nacional. Revista *Arquivos do Museu Nacional*, v. 1, 1876, p. X-XII. Disponível em <www.obrasraras.museunacional.ufrj.br>

vulgarização, destinada à compreensão de um público amplo⁴, entendemos os *Arquivos do Museu* como um veículo de *difusão científica*, tendo em vista que sua materialidade, a forma de escrita, as ilustrações técnicas, a não comercialização, os espaços por onde circulou e a recepção entre os freqüentadores destes espaços nos mostram a intenção dos seus produtores: a difusão ampla e especializada do conhecimento.

Os autores que publicaram na revista eram, em sua maioria, empregados do próprio Museu ou apresentavam algum vínculo com ele (diretores, subdiretores, membros correspondentes e naturalistas viajantes). Os recursos para sua publicação eram provenientes do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas⁵, pasta ministerial a qual o Museu Nacional estava vinculado. A impressão ocorreu em diferentes tipografias localizadas no Centro da cidade do Rio de Janeiro. Devido à insuficiência das verbas, os atrasos na publicação dos volumes eram constantes. Ainda assim, os fascículos impressos atingiam o número expressivo de dois a três mil exemplares.

A revista *Arquivos do Museu Nacional* não era comercializada, pelo menos até a publicação do seu sexto volume no ano de 1886. A aquisição do periódico era, portanto, institucional, isto é, a revista era obtida através de permuta. O Museu remetia os fascículos a academias, universidades, jardins botânicos, observatórios, bibliotecas, associações, sociedades, museus e secretarias de governo de diversas partes do mundo. Em troca, recebia destes espaços de ciência e política seus respectivos impressos que alimentavam o acervo da Biblioteca do Museu Nacional, fundada em 1863, e que hoje apresenta um acervo numeroso e valiosíssimo⁶.

A permuta da revista evidencia dois pontos que considero especialmente relevantes: o potencial leitor dos *Arquivos* era o leitor especializado, frequentador de espaços de leitura e de produção do saber; a permuta

⁴ Moema de Rezende Vergara. Contexto e Conceitos: História da Ciência e Vulgarização Científica no Brasil do século XIX. *Revista Interciência*, 2008, v. 33, n. 5.

⁵ Louise Gabler. A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a Modernização do Império (1860-1891). *Cadernos Mapa - Memória da Administração Pública Brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, n. 4.

⁶ Sobre a Biblioteca do Museu Nacional, ver Michele de Barcelos Agostinho. A Revista *Arquivos* e a Biblioteca do Museu Nacional: espaços de circulação e conservação da ciências naturais no Brasil Imperial. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 26, 2013.

contribuiu para a expansão das redes de sociabilidade estabelecidas pelos agentes do Museu e, conseqüentemente, para a difusão da produção científica do Brasil na América, Europa, África e Ásia. A troca de impressos ficou registrada nas correspondências onde se acusava o recebimento da publicação. Através das missivas, foi possível mapear o circuito de difusão da revista.

Na Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional é possível encontrar centenas destas cartas remetidas ao Museu Nacional, nas quais se solicita exemplares da revista e onde se agradece o envio da mesma. Fizemos o levantamento destas cartas remetidas ao Museu no período de 1876 a 1888⁷. O objetivo era identificar as instituições remetentes, mensurar o potencial de leitores e desenhar a geografia de circulação da revista. O resultado foi surpreendente: 230 correspondências enviadas por 197 remetentes situados em todo o mundo. As cartas eram redigidas nas línguas nacionais, mas é possível encontrar também aquelas redigidas em francês, mesmo quando esta não era a língua materna da instituição remetente. Em seu teor, encontramos a informação dos fascículos recebidos, a solicitação daqueles que faltavam para completar a coleção, quando fosse o caso, e o agradecimento pelo envio do periódico. Nestes agradecimentos, apresentavam-se sentimentos de estima e de consideração e destacava-se a importância daquela publicação.

Agrupamos as instituições remetentes por país de proveniência e construímos o quadro abaixo, que nos demonstrou, além do circuito da revista, os locais com maior concentração de receptores. Vejamos:

Países receptores	Número de remetentes
EUA	56
Brasil	33
Alemanha	25
Bélgica	12
França	12
Países Baixos	10
Grã-Bretanha	8

⁷ Correspondências enviadas ao Museu Nacional. Fundo Museu Nacional. Série Diretoria. Avisos e Ofícios. Pastas 15 a 27. 1876 a 1888. MN.DR.AO.

Argentina	6
Itália	6
Canadá	5
Áustria-Hungria	3
Rússia	3
Dinamarca, Espanha, México, Portugal e Suíça	2
Argélia, Chile, Cuba, Egito, Grécia, Índia, Polônia e Uruguai	1
TOTAL	197

Tabela 1

Agrupamos igualmente as correspondências por continente:

Continentes	Número de países receptores	Número de remetentes
África	2	2
América	8	105
Ásia	1	1
Europa	14	89
Total	25	197

Tabela 2

Ao observarmos a tabela 2, notamos que o número de países receptores da revista era maior na Europa, embora o número de remetentes receptores fosse superior na América. Já a tabela 1 nos apresenta os Estados Unidos como o país com a maior concentração de receptores dos *Arquivos*. São cinquenta e seis remetentes que se comunicaram com o Museu Nacional a respeito de sua respectiva publicação. Associações, academias, bibliotecas, institutos, museus, sociedades e universidades como as de Connecticut, Chicago, Nova York, Harvard, Yale, Washington, Califórnia e de muitas outras cidades acusaram recebimento dos *Arquivos*.

Cabe destacar, nesse sentido, o papel do Instituto Smithsonian que, além de receber a revista, redistribuía-lhe para outras instituições, conforme informam algumas de suas cartas. Aliás, esse era um dos objetivos para o qual fora criado:

umentar e difundir o conhecimento. Abrangendo um complexo de museus e institutos de pesquisa, no século XIX o Instituto passou a exportar e a importar publicações através do programa *International Exchange Service* (IES), segundo Henson.⁸ É possível que a relação estabelecida entre o Museu Nacional e o Instituto Smithsonian tenha sido intermediada por Orville Derby⁹ que, segundo Lopes, mantinha contato frequente com o Instituto.¹⁰

Em segundo temos o Brasil com o número de trinta e três receptores do norte, nordeste, sudeste e sul, dentre os quais temos bibliotecas, clubes, gabinetes de leitura, sociedades, além das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, da Escola Politécnica e do Colégio Pedro II. Constatam ainda nesta relação os palácios de governo das províncias do Império, responsáveis pelo recebimento dos *Arquivos* e por sua redistribuição nos espaços de saber sob sua jurisdição.

Depois temos a Alemanha, com vinte e cinco receptores situados não só em Berlim como também em diversas outras cidades, seguida da Bélgica e da França, com doze receptores cada. Em todos os casos, a relação entre o Museu e outros espaços de saber estabelecida a partir da remessa da revista foi iniciada em 1877 e ampliada na década de 1880, conforme evidencia a data das correspondências.

Os dados indicam que a circulação dos *Arquivos* foi ampla na Europa, mas ainda foi maior na América do Norte, o que contraria o suposto isolamento e fechamento institucional do Museu Nacional do Rio de Janeiro durante o Império. O que vemos, ao contrário, é a ampla rede de relações institucionais estabelecida pelo Museu que se configurou a partir da circulação de seus impressos.

A importância das cartas na consolidação das redes de sociabilidade foi destacada por Giselle Martins Venancio ao afirmar que “estes documentos

⁸ Pamela M. Henson. O Instituto Smithsonian: Arquivos e história da ciência. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2013, v. 26, n. 1.

⁹ Diretor da Seção de Geologia, Mineralogia e Paleontologia do Museu Nacional. Estudou na Universidade de Cornell. Chegou ao Brasil em 1869 como integrante da Comissão Geológica do Império, chefiada por Charles Frederic Hartt.

¹⁰ Maria Margaret Lopes. *O Brasil Descobre a Pesquisa Científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 2009, 2ª edição.

permitem, em síntese, esboçar a rede de relações sociais de seus titulares”¹¹. A troca de cartas e de livros – analisada em seu estudo sobre as cartas de agradecimento enviadas à Oliveira Vianna por pessoas que receberam do autor seus livros de presente – estabelece relações mútuas de reciprocidade, já que a escrita de correspondências só existe em função do outro, para quem se fala e de quem se espera uma resposta; porta certa intencionalidade, no caso a autopropaganda e a formação de uma comunidade de leitores, e cria espaços de difusão de ideias, onde o receptor se torna um agente autorizado de legitimação da obra. Para Angela de Castro Gomes, a correspondência

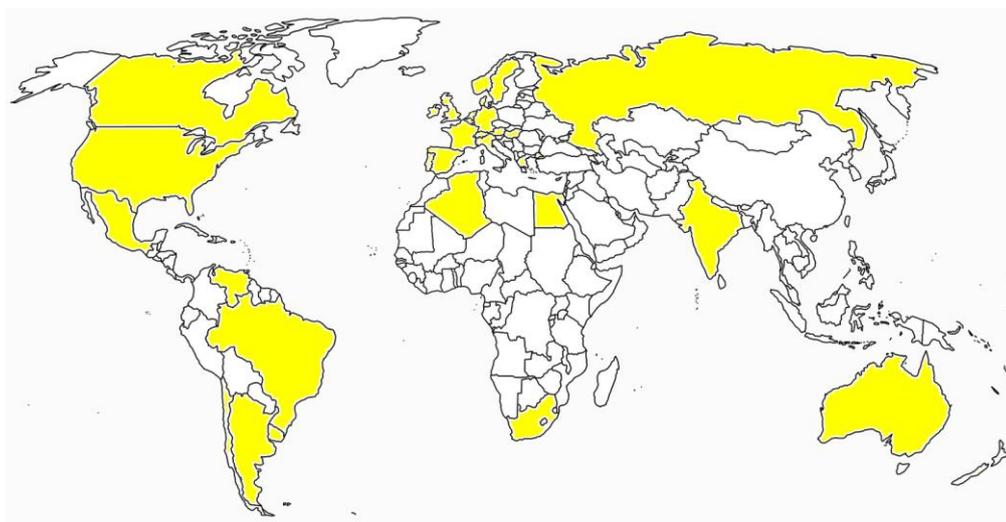
“implica uma interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê – sujeitos que se revezam, ocupando os mesmos papéis através do tempo. (...) É um espaço preferencial para a construção de redes e vínculos que possibilitam a conquista e a manutenção de posições sociais, profissionais e afetivas.”¹²

Deste modo, a circulação da revista *Arquivos* na forma de permuta contribuiu para firmar redes de sociabilidades entre instituições e, sobretudo, para formar uma comunidade de leitores. Além disso, a prática de trocar impressos favoreceu a difusão de saberes, a legitimação da produção científica do Museu Nacional, já que participar desta rede de permuta representava igualmente a sua inserção na comunidade científica internacional, e a ampliação do acervo da Biblioteca.

A quantidade expressiva de títulos recebidos pela Biblioteca do Museu Nacional em decorrência da permuta dos *Arquivos* ressalta a importância desta prática na constituição do acervo daquele espaço de leitura destinado aos interessados nas ciências naturais. Ao fim de cada volume dos *Arquivos* era publicada a relação de obras recebidas pelo Museu na permuta. Ao consultá-la, identificamos o lugar de origem das obras destinadas ao Museu Nacional: 218 cidades situadas em 31 países.

¹¹ Giselle Martins Venâncio. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 2001, n. 28, p. 32.

¹² Angela de Castro Gomes. *Escrita de Si, Escrita da História* (org). Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 19-21.



■ Países de proveniência das obras recebidas pelo Museu Nacional entre 1877-1886

O número elevado de títulos e a grande variedade de idiomas dificultaram a obtenção de um número preciso do total de obras recebidas ao longo destes onze anos. Contudo, conseguimos obter uma estimativa de títulos recebidos anualmente, conforme apresentado na tabela¹³ a seguir:

Por ordem alfabética	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883 a 1886
Alemanha	10	8	9	17	17	11	61
Argentina	16	9	15	3	8	7	20
Austria-Hungria	3	1	1	4	4	2	26
Bélgica	3	9	1	10	13	10	33
Brasil	39	36	29	34	38	37	97
EUA	18	16	19	23	16	11	42
França	14	18	29	13	13	19	48
Grã-Bretanha	5	14	7	6	7	7	22
Itália	10	8	6	10	15	10	30
Países Baixos	2	5	3	42	7	13	14
Portugal	***	3	2	7	28	9	16

¹³ Os anos apresentados na tabela correspondem aos anos de publicação de cada volume dos *Arquivos*, onde consta a relação de obras recebidas na permuta. Na tabela, não contabilizamos o número de exemplares, até porque isso não era informado. No caso de títulos idênticos, ainda que produzidos em diferentes anos, foram contabilizados uma única vez. Por exemplo, ao Museu eram enviados relatórios anuais de secretarias de governo. Nestes casos, consideramos como um único título o relatório de determinada secretaria, ainda que ele tenha sido produzido em vários anos.

Tabela 3

Destes países, temos o seguinte número de cidades com títulos enviados ao Museu:

Por ordem alfabética	Número de cidades
Alemanha	40
Argentina	2
Áustria-Hungria	7
Bélgica	5
Brasil	27
EUA	22
França	26
Grã-Bretanha	10
Itália	18
Países Baixos	10
Portugal	3

Tabela 4

Deste total de cidades, apresentamos aquelas com o maior número de títulos remetidos ao Museu Nacional:

Por ordem alfabética	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883 a 1886
Buenos Aires	9	8	13	2	7	6	20
Bruxelas	3	8	1	10	10	9	21
Lisboa	***	3	2	7	23	7	11
Londres	1	13	5	3	3	2	11
Paris	11	14	26	11	7	10	24
Rio de Janeiro	28	25	16	21	19	19	43
Washington	4	3	9	4	4	4	13

Tabela 5

De acordo com estes dados, verificamos que dos 31 países dos quais as obras remetidas ao Museu eram provenientes, aqueles apresentados na Tabela 3 mantiveram remessas permanentes ao longo dos anos e em número expressivo, com destaque para o Brasil, França, Estados Unidos e Alemanha. Destes, a Alemanha apresenta o maior número de cidades originárias de impressos destinados ao Museu (Tabela 4). Contudo, ao observarmos a Tabela 5, temos as capitais com a maior produção de títulos, onde Rio de Janeiro e Paris se destacam ao passo que Berlim sequer aparece. Isso nos leva a crer que a produção de impressos na Alemanha, que era significativa, estava descentralizada, o que não ocorria na França, por exemplo, onde tal produção tinha maior concentração em Paris, e no caso do Brasil, no Rio de Janeiro.

Segundo Marisa Midori, a partir dos anos de 1870 houve um aumento progressivo de oficinas tipográficas no Rio de Janeiro, embora boa parte das obras que circulavam continuasse a ser impressas na Europa, mais especificamente em Paris. Para ela, “por razões de ordem técnica e econômica, a capital francesa se consolidou nos Oitocentos como o maior produtor e exportador de livros do velho continente para a América.”¹⁴ No caso da Alemanha, a edição serviu como instrumento de unificação política e cultural, sobretudo após o processo de unificação, quando o mercado editorial esteve em crescimento.

Também tratando da produção e da circulação de impressos, Márcia Abreu destacou a ampliação desta produção no século XIX como resultado das inovações tecnológicas e do aumento do público leitor. Segundo ela, a expansão do sistema educacional na Europa, paralelo ao crescimento demográfico e urbano, criaram uma demanda maior de leitores, o que serviu de incentivo ao mercado editorial. Além disso, as modificações técnicas na produção, no transporte e na comunicação favoreceram igualmente a difusão dos impressos.

O uso da prensa a vapor no início do século XIX, em substituição da manual, revolucionou a técnica de produção dos impressos. A impressão rotativa, a linotipia, a litografia e a fotografia, empregados a partir da segunda metade do século XIX, aceleraram ainda mais o ritmo da produção. Ademais, a

¹⁴ Maria Amélia Deaecto. *O Império dos Livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo: EdUsp/Fapesp, 2011. p. 271.

“introdução da eletricidade, nesta fase, propiciou um avanço ainda maior, permitindo um incremento notável na produção dos impressos.”¹⁵

Quanto aos meios de transporte, segundo Abreu, a circulação de impressos foi favorecida não só pela extensão da rede ferroviária como também pelo transporte marítimo, cujo tempo de deslocamento entre Europa e outros continentes passou a ser cada vez menor. Somado a isso, o uso da telegrafia elétrica do mesmo modo acelerou a difusão de informações e conectou lugares distantes.

Abreu ainda trata da proeminência da Alemanha e da França na produção e difusão de livros, tendo como base os estudos de Frédéric Barbier. No caso dos livros alemães, sua produção atingiu as mais altas cifras no início do século XX. No século XIX, o escoamento de sua produção, apesar de considerável e em crescimento, teria sido restrito, direcionado apenas à Europa eslava, à Romênia, à Escandinávia e, de forma fragmentada, aos países não europeus com imigração alemã. Excepcionalmente, o envio regular de livros alemães no século XIX teria ocorrido apenas para Porto Alegre (Brasil), Valparaíso (Chile) e Adelaide (Austrália). Somente no final do século XIX uma rede mundial de distribuição de impressos alemães foi estabelecida, motivada pelo aumento da emigração, pela criação do império colonial e pelo aumento da importância da ciência alemã.

Já no caso dos impressos franceses, tanto a francofonia quanto o prestígio cultural da França no século XIX contribuíram para o volume exponencial de títulos ali produzidos e para o estabelecimento de uma rede mundial de difusão durante o século XIX. Publicando obras não só em francês, a produção francesa de impressos atingiu a margem de “duas mil toneladas em 1860 e 2517 toneladas no final do Segundo Império. Em 1880, superaram-se as 3500 toneladas, atingindo o valor mais elevado em 1890, com mais de 4700 toneladas exportadas”.¹⁶

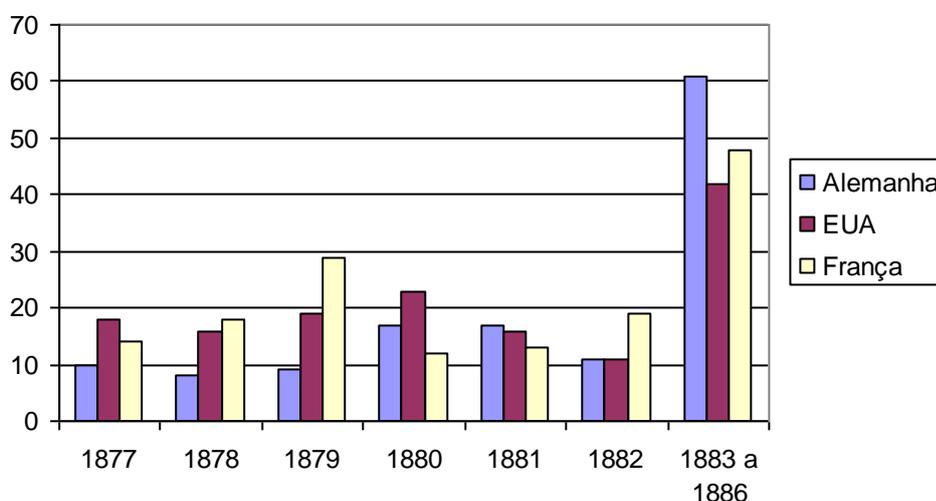
¹⁵ Marcia Abreu. A Circulação Transatlântica dos Impressos. *Livro. Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*. São Paulo: USP/Ateliê Editorial, 2011, n. 1, p. 116.

¹⁶ Frédéric Barbier. Les marchés étrangers de la librairie française. In: Roger Chartier e Henri-Jean Martin (dir.) *Histoire de l'édition française - Le temps des éditeurs - du Romantisme à la Belle Epoque*, 2ª ed, tome 3, Paris, Promodis, 1985. Apud Marcia Abreu. A Circulação Transatlântica dos Impressos. *Livro. Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*. São Paulo: USP/Ateliê Editorial, 2011, n. 1, p. 118.

Ao analisarmos em nosso trabalho os casos específicos da França e da Alemanha, cuja ciência criou escolas que influenciaram todo o mundo e cuja produção editorial foi profundamente relevante, como vimos acima, verificamos que desde o final dos anos setenta do século XIX, publicações alemãs chegavam com regularidade ao Museu Nacional do Rio de Janeiro. Verificamos também que, no período de 1877 a 1886, o número de títulos alemães enviados ao Museu inicialmente se manteve estável, vindo a ter acréscimo na década de 1880. Já o volume de títulos franceses foi crescente ao longo dos anos setenta e sofreu redução ao longo dos anos oitenta.

Contudo, não podemos desconsiderar a forte presença de publicações estadunidenses enviadas ao Museu Nacional neste período, chegando mesmo a superar o volume de publicações francesa e alemã nos anos de 1877 e 1880, segundo nossa estimativa. Nos anos de 1870, o volume de impressos de origem norte-americana se manteve estável até 1881, quando então passou a declinar.

Títulos enviados ao Museu Nacional



No período de 1883 a 1886, as publicações recebidas foram todas agrupadas no volume sete dos *Arquivos*, de 1887. Constam 48 da França, 61 da Alemanha e 42 dos Estados Unidos (Tabela 3), o que corresponde a uma média anual de 12 títulos franceses, 15 alemães e 10 norte-americanos enviados ao Museu neste período de quatro anos. Isso nos permitiu concluir que: na década de 1870, enquanto o volume de títulos alemães e estadunidenses foi estável,

embora o segundo fosse superior ao primeiro em número, o volume dos títulos franceses foi crescente e proeminente em relação aos demais; na década de 1880, o volume de títulos franceses e norte-americanos sofreu redução ao passo que os alemães entraram em ascensão, com exceção apenas do ano de 1882.

Além da produção editorial da França, da Alemanha e dos Estados Unidos, chama-nos a atenção a distribuição desta produção. São 40 cidades alemães, 26 francesas e 22 norte-americanas que deram origem aos impressos destinados ao Museu Nacional (Tabela 4). Destas, Paris, sem sombra de dúvida, é a cidade com mais títulos enviados ao Museu. Sua supremacia permanece quando também a comparamos com a produção de outras cidades do mundo, perdendo apenas para o Rio de Janeiro na remessa de impressos para o Museu Nacional (Tabela 5). Na Alemanha, ao contrário, não encontramos concentração de impressão em qualquer cidade, embora o número de cidades com produção editorial fosse grande.

No que se refere ao tipo de obras destinadas ao Museu Nacional, de modo geral temos da Alemanha catálogos, relatórios e livros sobre etnologia, antropologia, entomologia, zoologia, botânica, medicina, ciências exatas e naturais, enviadas por academias, sociedades, associações, museus e universidades. Da França foram enviados memórias, catálogos, boletins, anais, relatórios, jornais, livros e revistas de geologia, geografia, biologia, anatomia, medicina, etnografia, antropologia, entomologia, horticultura, botânica, zoologia, biografias e periódicos da imprensa, produzidos por sociedades, academias, bibliotecas, museus e sociedades. Dos Estados Unidos, zoologia, arqueologia, etnologia, geologia e geografia eram alguns dos assuntos tratados nos relatórios, livros, jornais e revistas enviados ao Museu Nacional por inúmeros remetentes, como universidades, museus, sociedades, academias e pela imprensa periódica. O volume de obras recebidas pelo Museu dá indícios do volume de obras enviadas por ele, isto é, a partir da relação de permuta podemos imaginar a amplitude da circulação dos *Arquivos* no exterior.

No Brasil, esta circulação também não foi restrita, tendo em vista que o volume de obras nacionais remetidas à instituição não foi pequeno. Jornais, livros, revistas, relatórios, anais e catálogos referentes à geografia, história,

agricultura, gramática, memórias, botânica, medicina e leis, dentre muitos outros assuntos, foram enviados por institutos, faculdades, associações, ministérios, bibliotecas, sociedades e imprensa situados em todas as regiões do Brasil. Em todo o período de 1877 a 1886, o maior número de obras recebidas pelo Museu foi nacional (Tabela 3). O número das cidades de origem de obras enviadas também foi grande, totalizando 27 cidades das cinco regiões brasileiras. Destas, o Rio de Janeiro foi a que apresentou um número muito elevado de obras remetidas, número este que se mantém elevado quando a comparamos também com cidades estrangeiras (Tabela 5).

Certamente os números aqui levantados, ainda que aproximados, não esgotam as múltiplas interpretações possíveis de estudo. Ao contrário, eles apontam para novas possibilidades de leitura e de pesquisa. A nós nos interessa entender a rede estabelecida entre o Museu Nacional e outros espaços de saber a partir da troca de publicações e, daí, dimensionar a circulação dos *Arquivos* no Brasil e fora dele. Obviamente, fazer uma microanálise desta rede mundial de circulação de impressos científicos é um estudo necessário e interessante, mas que foge aos limites deste trabalho.

Constatamos, portanto, que a circulação dos *Arquivos* foi maior na América, tendo os Estados Unidos como o seu maior receptor, o que nos foi revelado pelo número de missivas norte-americanas. Do mesmo modo, as remessas de publicações norte-americanas para o Brasil foram expressivas, assim como também as sul-americanas. Isso nos assinala que o tradicional eixo de intercâmbio cultural, assinalado entre Brasil e Europa a partir do último quarto do século XIX pode ser redesenhado, onde incluímos aí também a América, em especial os Estados Unidos.

Também na América, o Brasil é o segundo maior receptor da revista e o primeiro no envio de obras para o Museu Nacional, onde o Rio de Janeiro aparece como a cidade que mais impressos destinou àquela instituição. Quanto à Europa, a circulação dos *Arquivos* se fez presente em quatorze países, entre os quais a Alemanha foi o maior receptor – e terceiro em relação à América –, seguida da Bélgica e França. De lá, um volume gigantesco de títulos veio do mesmo modo para o Museu.

A difusão mundial dos *Arquivos* foi importante para a projeção internacional do Museu Nacional e de seus agentes, relativizando sua posição frente aos ditos “centros” de produção de saber. A ampla circulação da revista favoreceu a difusão do conhecimento produzido no Museu Nacional e, concomitantemente, deu visibilidade e legitimidade a seus produtores, à instituição e ao governo imperial, inclusive reforçando a imagem do imperador mecenas das artes e das ciências. A exportação da revista também serviu para fortalecer a imagem de uma nação civilizada. O conteúdo ali veiculado, recorrentemente citados em periódicos europeus¹⁷, era do interesse de muitos estudiosos que, mais do que atraídos pelo exotismo brasileiro, buscavam conhecer a natureza, o homem americano e suas origens, numa época em que estas questões inquietavam os homens de ciência de todo o mundo.

¹⁷ Sobre a recepção da revista *Arquivos do Museu Nacional* ver Michele de Barcelos Agostinho, *op. cit.*, 2014.

O Conciliador do Maranhão: imprensa e público leitor na América portuguesa (1821-1823)

MARCELO CHECHE GALVES¹

Os últimos anos foram marcados por avanços importantes no estudo da posse, comércio e circulação de impressos na capitania do Maranhão².

A transcrição e análise de documentos da Real Mesa Censória, preservados pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, revelaram a riqueza documental de 318 remessas de livros, folhetos e jornais de Lisboa para São Luís, entre 1763 e 1826. Dentre as informações inventariadas, constam: nomes dos procuradores; relação dos impressos cujo envio fora autorizado; relação dos livros apreendidos pela Real Mesa Censória e relação de destinatários (presente

¹ Professor do Departamento de História e Geografia e do Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão. Coordenador do Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO). Bolsista de Produtividade da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). E-mail: marcelochecheppg@gmail.com

² Refiro-me aos trabalhos desenvolvidos no âmbito do projeto *Posse, comércio e circulação de impressos na cidade de São Luís (1800-1841)*, financiado pela CAPES e pelo CNPq (Chamada 07/2011 e Edital 14/2011). Agradeço as agências de fomento pelo apoio, e também a todos os integrantes do Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO).

apenas em alguns casos). Tais informações já serviram como base para algumas publicações e trabalhos acadêmicos³.

Em outra frente, produzimos inventários sobre a circulação de impressos na capitania a partir dos registros do Arquivo Histórico Ultramarino - Projeto Resgate e do Arquivo Público do Estado do Maranhão, incluindo dezenas de despachos de autoridades locais e metropolitanas desde o final do século XVIII, momento de implantação de uma livraria na Casa dos Correios para a venda de títulos impressos na Casa Literária do Arco do Cego, até meados da década de 1830, incluindo documentos produzidos pelos Conselhos Presidencial e Geral a respeito dos usos da Tipografia Nacional, instalada no Maranhão em 18214.

Por fim, e me aproximando dos objetivos desse texto, construímos um inventário com os anúncios de impressos publicados nos 26 jornais maranhenses que circularam entre os anos de 1821 (data do 1º jornal) e 1834, preservados pela Biblioteca Pública Benedito Leite e pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com a localização de mais de 200 anúncios, contendo informações sobre pontos de venda, vendedores, títulos e preços.

Esses esforços, aqui sintetizados, têm possibilitado a revisão de algumas premissas cristalizadas na historiografia maranhense, a saber: a) a inexistência de uma “cultura letrada” na capitania, fator comumente associado ao “atraso” na incorporação ao Império do Brasil, efetivada em 28 de julho de 1823; b) a compreensão do letramento como sinônimo de erudição, desconsiderando as práticas letradas cotidianas, associadas a outros saberes, que não os emanados da Universidade de Coimbra; c) a dissociação entre a transferência da Corte para o Rio de Janeiro e as transformações vividas no Maranhão nesse momento em decorrência da Abertura dos Portos; d) a ausência de livrarias na cidade de São

³ Ver: GALVES, Marcelo Cheche; BASÍLIO, Romário Sampaio. Saberes em circulação na América Portuguesa: os estudantes maranhenses na Universidade de Coimbra (1778-1823). *Clio. Série História do Nordeste (UFPE)*, v. 32, p. 156-175, 2014; GALVES, Marcelo Cheche. Saberes impressos, correspondências e expedições científicas: a capitania do Maranhão e o Reformismo Ilustrado na virada para o Oitocentos. *Outros Tempos*, v. 11, p. 119-136, 2014; BASÍLIO, Romário Sampaio. *Impressos e mercadores ao mar: Luzes e sombras entre Portugal e o Maranhão (1768-1826)*. Monografia de graduação apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2014.

⁴ Ver: PINTO, Lucas Gomes Carvalho. *Circulação de impressos em São Luís (1799-1834)*. Monografia de graduação apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2014. Esse trabalho apresenta, em seus anexos, um inventário minucioso dos títulos que circularam em São Luís no período.

Luís, assertiva que desconsidera os múltiplos espaços em que os impressos eram vendidos e insiste na noção de “livraria” como espaço especializado, nos moldes de algumas cidades europeias e, de certo modo, do Rio de Janeiro⁵.

A partir desse quadro, pretendo aqui explorar a ideia de um público leitor no Maranhão tomando como referência o jornal O Conciliador (1821-1823)⁶, primeiro periódico impresso na capitania⁷. Para tanto, me orientarei por dois aspectos: os esforços para a implementação da primeira Tipografia (que inclui uma breve introdução) e as listas de assinantes publicadas pelo jornal.

Imprensa em tempos de Revolução do Porto⁸

Em novembro de 1821 era instalada na cidade de São Luís a Tipografia Nacional do Maranhão, primeira experiência do gênero na capitania. Naqueles dias, o governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca (1819-1822) enfatizou mais de uma vez os benefícios trazidos pela novidade, própria das “nações cultas”, pronta para servir como veículo de “utilidade pública”.

Desde abril daquele ano, momento em que o Maranhão aderiu ao movimento constitucional do Porto, delinear-se o plano de fazer imprimir um periódico que desse sustentação à permanência do governador Pinto da Fonseca, contestada ante a possibilidade da criação de uma Junta de Governo⁹.

Note-se que a liberdade de imprensa fora definida, em 9 de março de 1821, como uma das *Bases da Constituição* em elaboração pelas Cortes, mudança

⁵ Uma discussão historiográfica a respeito pode ser consultada em GALVES, Marcelo Cheche. *"Ao público sincero e imparcial": Imprensa e Independência na província do Maranhão (1821-1826)*. 1. ed. São Luís: Editora UEMA / Café e Lápis, 2015.

⁶ Nome adotado a partir da edição n. 77, de 6 de abril de 1822. Originalmente, chamava-se *O Conciliador do Maranhão*.

⁷ Lembro que, por decisão das Cortes portuguesas em setembro de 1821, as *capitanias* passaram a se denominar *províncias*. Aqui, por não ser esse o objeto da discussão, utilizo indistintamente a denominação *capitania*.

⁸ Alguns excertos a partir daqui foram publicados originalmente em: GALVES, Marcelo Cheche. *Dirigir e retificar a opinião pública! Os primeiros anos da Tipografia Nacional do Maranhão (1821-1823)*. In: I Seminário Internacional Brasil no século XIX, 2015, Vitória. *Anais da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos*. Niterói: Sociedade de Estudos do Oitocentos, 2015. v. 1. p. 1-17.

⁹ Apenas em outubro de 1821 as Cortes portuguesas regulamentaram as eleições de juntas de governo, embora algumas capitanias já adotassem tal modelo desde os primeiros meses de 1821, momento em que aderiram ao governo constitucional. No Maranhão, as eleições ocorreram em fevereiro de 1822, momento também marcado pelo regresso de Pinto da Fonseca a Portugal. Uma síntese das disputas políticas em torno da figura de Pinto da Fonseca pode ser consultada em Marcelo Cheche Galves. *"Ao público... Op.Cit.*

que afetava o teor, o formato e a dinâmica das notícias que chegavam de Portugal. Diante das novidades do tempo, outra batalha haveria de ser travada entre os grupos em litígio: a das ideias impressas.

Em 15 de abril, nove dias após a adesão, tem início a circulação de *O Conciliador do Maranhão*, manuscrito redigido por duas figuras próximas a Pinto da Fonseca: José Antonio da Cruz Ferreira Tezo (o padre Tezinho) e Antonio Marques da Costa Soares, oficial-maior da Secretaria de Governo, que posteriormente acumulou o cargo de diretor da Comissão Tipográfica.

Não me interessa aqui os debates suscitados pela Revolução do Porto ou pela instalação de uma tipografia no Maranhão, já analisados em outro momento¹⁰, mas os esforços dispendidos para que os impressos fossem, a partir de então, produzidos também internamente. A circulação de palavras e ideias materializadas nos prelos de Lisboa, Londres (especialmente pelo *Correio Braziliense*) e Rio de Janeiro ganhava agora um novo e, como se verá, poderoso componente local.

A Tipografia em números

Os custos para instalação e manutenção de uma tipografia no Maranhão não foram pequenos. Curiosamente, podem ser vislumbrados antes mesmo de sua instalação: em junho de 1821, o padre Tezinho recebeu dos cofres públicos a importância de 139\$200 réis, referentes a “despeza feita com o Periodico e outras publicações desde o dia seis d’Abril do presente anno até o fim de Maio”¹¹

Por vários indícios, é possível perceber que o projeto de uma tipografia fora delineado desde abril de 1821. Em novembro do mesmo ano, Pinto da Fonseca escrevia ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Joaquim Jozé Monteiro Torres, observando que “Logo que esta Província abraçou o Sistema Constitucional proclamado em Portugal, hum dos mais expressos desejos dos

¹⁰ Idem.

¹¹ Arquivo Público do Estado do Maranhão. Livro 63. Setor de Avulsos. Caixa: Diferentes Comissões/Presidente da Província do Maranhão (1821-1888). Maço: *Comissão da Tipografia Nacional da Província do Maranhão ao Governador e Capitão-General do Maranhão*, nº 133, p. 34.

seos Habitantes foi o de terem huma Imprensa, empenhando-se athe, e assignando para huma Gazeta manuescrita”¹²; na edição nº 52¹³, os redatores do *Conciliador* afirmaram que, “desde o primeiro número, a imprensa já tinha sido solicitada em Londres”; em algumas edições manuscritas, reafirmaram o compromisso de impressão dessas edições, tão logo a Tipografia fosse instalada; por fim, as solicitações de passaporte do “impressor das letras” Francisco Antonio da Silva, de 26 anos¹⁴, e do “compositor de letras” Francisco Joze Nunes Corte Real, de 21 anos¹⁵, ambos residentes em Lisboa, datam de agosto de 1821¹⁶.

Em 13 de dezembro de 1821, o *Conciliador* informava que a Tipografia Nacional desembolsara 427\$424 réis com as passagens de Silva e Corte Real, mas que tais despesas foram diminuídas em 144\$632 réis, graças a ação benemérita da Casa de Comércio dos Srs. Antonio José Meirelles, Ferreira e Companhia¹⁷. Meirelles era o negociante mais rico da província, e figura próxima ao governador Pinto da Fonseca.

Além desses dois funcionários, a Tipografia contava ainda com um ajudante de compositor, que também trabalhava como amanuense e um guarda, que acumulava a função de servente da oficina. A *Relação dos actuaes empregados na Officina da Typographia Nacional desta Província*, de novembro de 1821, oferece informações sobre o custo mensal com as despesas de pessoal.

¹² Arquivo Histórico Ultramarino. *Ofício do gov. e cap-gen. do Maranhão, Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Joaquim José Monteiro Torres, sobre ser útil a criação de uma imprensa e tipografia no Maranhão*. CU 009, cx. 167, doc. 12.182.

¹³ Publicada em 9 de janeiro de 1822, p.3.

¹⁴ Arquivo Histórico Ultramarino. *Requerimento do impressor Francisco António da Silva ao rei D. João VI, solicitando passaporte para se deslocar ao Maranhão*. Anexo: 1 atestação. CU 009, Cx. 166, D. 12.131.

¹⁵ Arquivo Histórico Ultramarino. *Requerimento do compositor de letras Francisco José Nunes Corte Real ao rei D. João VI, solicitando passaporte para se deslocar ao Maranhão*. Anexo: 1 atestação. CU 009, Cx. 166, D. 12.132.

¹⁶ É importante observar que Silva e Corte Real não aparecem no levantamento organizado por pesquisadores portugueses - para o período aqui analisado - sobre as pessoas envolvidas na impressão e circulação de papéis em Portugal. Ver: CURTO, Diogo Ramada (et al). *As gentes do livro*: Lisboa, século XVIII. Lisboa: BN, 2007.

¹⁷ O *Conciliador do Maranhão*, suplemento ao nº 46, 20/12/1821, p. 3.

Tabela 1 – Tipografia Nacional do Maranhão. Despesas com pessoal.

Funcionário	Função	Diária	Mensal
Francisco Antonio da Silva	Impressor	1\$600	48\$000
Francisco Joze Nunes Corte Real	Compositor	1\$200	36\$000
Antonio da Silva Neves	Ajudante de Compositor e Amanuense	666	20\$000
Antônio Pedro Nolasco	Guarda e Servente de Ofício	200	6\$000
		Total	110\$000

Fonte: APEM. Setor de Avulsos. Caixa: Diferentes Comissões/Presidente da Província do Maranhão – (1821-1888). Maço: *Comissão da Tipografia Nacional da Província do Maranhão ao Governador e Capitão-General do Maranhão*.

O regulamento provisório da *Comissão Administrativa da Typographia Nacional do Maranhão*¹⁸ previa ainda a contratação de dois aprendizes de compositor e de um aprendiz de impressor, além de um aprendiz e servente do impressor “para que a Arte Typographica, sobremaneira proveitosa possa para o futuro progredir, e conservar-se nesta Provincia”¹⁹.

As remunerações do impressor e do compositor revelam a especificidade/novidade do trabalho a ser desenvolvido. Para o mesmo ano, Antonio Bernardino Pereira do Lago²⁰ sistematizou as despesas com 76 empregados civis, militares e religiosos no Maranhão. Comparando esses dados, é possível inferir que o impressor da Tipografia ganhava mais do que boa parte desses funcionários, incluindo professores, escrivães, vigários e a maioria dos militares. Ganhava, por exemplo, mais que um capitão (40\$000) e menos que um major (60\$000); mais que um almoxarife da Intendência da Marinha (41\$666) e menos que um contador da Junta de Governo (50\$000). É do mesmo Pinto do Lago as informações sobre a remuneração de brancos, libertos e escravos envolvidos em 17 atividades econômicas no mesmo período, incluindo alfaiates,

¹⁸ Criada em 18 de novembro de 1821, a Comissão era composta por: Antonio Marques da Costa Soares (diretor e secretário), o desembargador Jozé Leandro de Souza (presidente) e Lázaro Antonio da Silva Guimaraens (Tesoureiro). Ver: *Comissão da Tipografia...*, Op. Cit.

¹⁹ Idem, p. 4.

²⁰ LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001, p. 94-97. A 1ª edição é de 1822.

caldeireiros, carpinteiros, calafates, ferreiros, ourives, sapateiros... Em todos os casos, a remuneração será menor que a recebida por Francisco Antonio da Silva e, no máximo, igual à de Francisco Joze Nunes Corte Real²¹.

Registre-se que Corte Real complementava sua renda aceitando encomendas de livros, jornais e folhetos portugueses. Já em novembro de 1821 anunciava a venda de diversos títulos, que provavelmente trouxera em sua bagagem. Tais títulos, todos publicados em 1821, expressavam os debates suscitados pelo constitucionalismo português:

Francisco José Nunes Corte-Real, Compositor de Letras da Typografia Nacional desta Cidade, residente na mesma Typografia, tem para vender os seguintes impressos, publicados em Lisboa no corrente Anno. - Memorial patriótico, dirigido aos ilustres deputados; Jornal dos debates, sobre a Revolução de Portugal para a constituição portuguesa; Destroço em ataque do Cordão da peste periodiqueira com a ordem do dia do corcunda de má fé; O Acólito contra o Exorcista; A Jornada do Exorcista; Parabéns à Pátria, pelo Juramento da Constituição Portuguesa; Contrariedade, à Razão e nada mais. Vendem-se na Typografia, e na Loja de Bebidas de Vicente Cortezze²².

Ainda sobre as despesas da Tipografia com pessoal, e apenas como exercício, a projeção desse custo mensal sobre todo o ano de 1821 resulta no valor de 1:320\$000 réis, despesa similar, por exemplo, à de toda a Secretaria de Governo para o mesmo ano, que totalizou 1:368\$625 réis²³.

Sobre outras despesas, a *Conta Geral dos Cofres Nacionais da Província do Maranhão* (1821), publicada como suplemento ao n. 64 do *Conciliador* (20/2/1822), informa que a despesa com a *Imprensa/Typografica* foi de 4:036\$000, talvez incluindo aqui as passagens (já descontando a “ação benemérita do negociante Antonio Meirelles”), além dos custos com a prensa e o material para o seu funcionamento.

²¹ Op. Cit., p. 120-123.

²² O *Conciliador do Maranhão*, n° 37, 17/11/1821, p. 6.

²³ LAGO, Op. Cit., p. 101.

O inventário realizado pela *Comissão da Tipografia* relaciona (sem os preços) os itens inicialmente adquiridos. Na relação, dividida em *gêneros, móveis de metal, móveis de madeira e utensílios*, constam elementos básicos para impressões à época, como alfabetos de tipos, resmas de papel inglês, folhas de pergaminho, régua.... Chama a atenção o item “Huma Imprensa Columbiana de ferro, armada e em estado de laborar”²⁴.

Quanto às receitas da Tipografia, já em dezembro de 1821, o desembargador José Leandro da Silva Sousa, presidente da Comissão, afirmava que o *Conciliador* era sua “parte mais certa”, razão pela qual decidira por um desconto de 25% para a impressão do jornal²⁵.

A Tipografia imprimia ainda todo o expediente do governo - nem sempre incluído nas páginas do *Conciliador* - e das repartições públicas²⁶, além de “papeis particulares”, cujos preços para impressão eram definidos pela Comissão da Tipografia. Eventualmente, atendia também as necessidades de outros órgãos públicos, como evidenciado no recibo assinado pelo administrador dos Correios, Sr. Manoel José de Mello, referente ao pagamento de duas resmas de recibos para expediente, impressas pela Tipografia²⁷.

Sobre o *Conciliador*, o apoio da Tipografia/Governo viabilizou sua transformação em um grande jornal para os padrões da época.

Os assinantes do jornal O Conciliador

Nas edições n. 39, 56, 97, 163, 167 e 190, o *Conciliador* apresentou listas nominais com centenas de assinantes, que por vezes se repetiam ao renovarem a

²⁴ Escrevendo em 1866, J. M. C. de Frias descreveu essa prensa – já em desuso naquele momento – como: “uma pesada máquina, pelo sistema de parafuso, firmada entre duas colunas, formando a cabeça de uma enorme águia, também de ferro, que sobe e desce com a ação da compressão da platina sobre os tipos”. FRIAS, J. M. C. de. *Memória sobre a tipografia maranhense*. 3 ed. São Paulo: Siciliano, 2001, p. 16.

²⁵ Biblioteca Pública Benedito Leite (MA). 239 (245) M1 G2 E9. SOUSA, José Leandro da Silva. *Concessão de 25% de desconto para imprimir o Conciliador (23/12/1821)*.

²⁶ Em outro texto, observei que a novidade da impressão também alterou as formas como o expediente do governo chegava até a população. Até então, ao som de caixas, comunicava-se que os informes seriam afixados nos “lugares de costume”. “*Ao público...*”, Op. Cit., p. 115.

²⁷ Biblioteca Pública Benedito Leite (MA). 254 (260) M1 G2 E11. *Recibo de 2 resmas de recibo para os correios (7/3/1822)*.

assinatura do jornal²⁸. Ao todo, 636 assinaturas (ou renovações), de 443 diferentes cidadãos (ou de suas firmas), garantiram receitas para o jornal, entre os anos de 1821 e 1823, ao longo de 212 edições, que circularam duas vezes por semana²⁹.

A indicação da localidade de residência do assinante também permite a visualização da abrangência do jornal: 174 assinantes residiam em São Luís, 212 no interior da província, e os demais em outras províncias, como Grão-Pará e Rio Negro, Piauí e Ceará (31), Portugal (1), Inglaterra (1), além de 24 localidades não informadas ou não localizadas³⁰.

O apoio/vinculação do jornal ao governo provincial talvez ajude a explicar a opção dos seus redatores pela publicação detalhada das listas de assinantes, prática pouco usual à época.

Para o Rio de Janeiro, por exemplo, Marco Morel³¹ observou que a venda avulsa dos jornais tinha um peso quantitativo maior por preservar o anonimato do leitor, evitando a perigosa partidarização das assinaturas, num momento de paixões políticas exacerbadas; no Maranhão as assinaturas parecem ter um peso maior, por terem se transformado em um “compromisso público” com as autoridades locais. A publicação das relações nominais dos assinantes, incluindo cargo/profissão e localidade, parece cumprir esse objetivo.

Nesse sentido, chama a atenção os altos percentuais de identificação dos assinantes a partir de cargos públicos ou patentes, ainda que, sabidamente, exercessem também outras atividades econômicas. É importante lembrar que pela inexistência de um perfil militar-institucional no exército português colonial, ser um oficial era, quase sempre, antes uma honraria que uma profissão³².

²⁸ Na edição nº 136 o jornal informou que a primeira assinatura, válida por um ano, venceria em 6 de novembro de 1822. A segunda assinatura foi semestral e venceu na edição nº 190, de 7 de maio de 1823.

²⁹ A relação dos assinantes pode ser consultada em Marcelo Cheche Galves, “Ao público...”, Op. Cit., p. 459-472.

³⁰ Idem., p. 190-191.

³¹ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades imperiais (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005, p. 212.

³² Ver: SOUZA, Adriana Barreto de. *O exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. No Maranhão, é possível observar que diversos comandantes de regimentos e batalhões eram membros do Corpo de Comércio e Agricultura, que obtiveram tais postos por vias “não militares”.

Tabela 2 – Ocupação dos assinantes do *Conciliador* a partir das informações obtidas nas listas de assinantes do jornal

Ocupação	Quantidade	%
Militares	126	77,78
Religiosos	13	8,02
Advogados	12	7,41
Comerciantes	7	4,32
Médicos	3	1,85
Cônsul	1	0,62
Total	162	100

Fonte: Edições nº 39, 56, 97, 163, 167 e 190.

Na tabela acima, considerei o universo de 162 assinantes (algo em torno de 36,5%) que declararam sua ocupação. Comparando as listas de assinantes do *Conciliador* às assinaturas dos corpos civis e militares - dadas em apoio a Pinto da Fonseca³³, relações de serventuários dos ofícios de justiça³⁴ e empregados da administração pública³⁵, e à relação dos mercadores lojistas da cidade de São Luís³⁶, encontrei, entre os assinantes do jornal, outros comerciantes, além de escrivães e advogados do Tribunal da Relação, tabeliães e funcionários do governo civil, o que aumentou para 213 (ou 48,08%) o número de assinantes com ocupação identificada. Essa ampliação reiterou o perfil “estatal-militar” dos assinantes:

Tabela 3 – Ocupação dos assinantes do *Conciliador* a partir das informações obtidas nas listas de assinantes do jornal, documentos da administração pública e abaixo-assinados

Ocupação	Quantidade	%
Militares	126	59,15
Comerciantes ³⁷	43	20,19
Desembargadores, advogados, escrivães e	19	8,92

³³ Publicadas pelo *Conciliador*, nº 5, 29/4/1821.

³⁴ *Lista de europeus que têm sido privados dos ofícios de justiça (no Maranhão) depois que se proclamou a independência deste império, e lista dos europeus que ficaram admitidos nos empregos, 18/10/1823.* BN, Ms, 31,28,28.

³⁵ *Relação Demonstrativa dos Empregados, que foram Suspensos, e demitidos dos seus Lugares, e dos meramente providos na conformidade da Ordem da Junta do Governo Civil desta Província.* BN, Ms, I 17,12,4.

³⁶ Tomei como referência uma lista com 33 assinaturas, publicada pelo *Conciliador*, nº 41, 1/12/1821, p. 4-5.

³⁷ Outros 14 membros do Corpo de Comércio e Agricultura constam na lista do *Conciliador* apenas com seus postos militares.

serventuários		
Religiosos	13	6,10
Empregados civis (do governo de Fonseca e da Junta Provisória) ³⁸	8	3,76
Médicos	3	1,41
Cônsul	1	0,47

Ter o nome na lista de assinantes do mais moderno veículo de civilização da época poderia significar prestígio e publicização das relações políticas que se mantinha, e também o apoio às ideias defendidas pelo jornal, hipóteses que ganham corpo a partir da constatação de algumas ausências sintomáticas entre os assinantes, apenas indicadas aqui: dos 65 cidadãos que assinaram o *Protesto de lealdade e reconhecimento do povo ao rei*³⁹, documento denunciando às Cortes portuguesas os desmandos que teriam sido cometidos por Pinto da Fonseca, somente 8 eram assinantes do jornal; entre os 34 desafetos do governo de Fonseca, listados por Luís Antonio Vieira da Silva⁴⁰, 31 não eram assinantes.

Esses opositores, seguramente, liam o jornal, assim como outros não assinantes. As edições do *Conciliador* não oferecem maiores informações sobre a venda avulsa do jornal, apenas informam que o periódico poderia ser comprado na botica do padre Tezinho, na botica de Daniel Joaquim Ribeiro, e na própria Tipografia. Na edição n. 192, de 14 de maio de 1823, o jornal informou que as assinaturas poderiam ser renovadas na casa de Costa Soares, na rua da Cruz, e em dois novos pontos de venda: a loja de Manoel Antonio dos Santos Leal, na Praia Grande e a botica de Manoel Antonio Godinho, no Largo do Carmo.

Sobre os preços praticados na comercialização do *Conciliador*, são poucas as informações, quer para a venda avulsa, quer para as assinaturas. Na edição n° 53, o jornal ofereceu a coleção impressa dos 34 primeiros números, antes

³⁸ Um empregado civil consta na lista do *Conciliador* apenas como militar, razão pela qual não o considere aqui como empregado civil. Outro empregado também era membro do Corpo de Comércio e Agricultura, o que me levou à opção de classificá-lo como comerciante.

³⁹ *Protesto de lealdade e reconhecimento do povo ao Rei. Abaixo-assinado dos cidadãos da província do Maranhão*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Coleção Instituto Histórico. Lata 400, pasta 10, doc. 2.

⁴⁰ Escrita em 1862, trata-se da primeira obra de fôlego sobre a Independência no Maranhão. SILVA, Luís Antonio Vieira da. *História da independência da província do Maranhão (1822-1828)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972. Coleção São Luís, v. 4, p. 40-41.

manuscritos, por 6\$400 réis, pouco mais de 188 réis por número⁴¹. Estas edições impressas posteriormente foram vendidas, avulsas, ao preço de 200 réis, mesmo valor anunciado para a venda de alguns suplementos das edições regulares, gratuitos apenas para os assinantes.

Por fim, cabe salientar que os números acumulados pelo *Conciliador* talvez sejam mais devedores dos mecanismos de controle/investimentos promovidos pela administração da capitania que pela emergência de um público leitor, ávido pelas novidades do tempo. Talvez não. De todo modo, a longevidade e a regularidade, garantidas por subsídios e por centenas de assinaturas nominais, conviveram com um importante crescimento do espaço urbano, especialmente a partir da Abertura dos Portos e de seus efeitos na produção e comércio do algodão na capitania.

Se a cidade de São Luís visitada por Henry Koster, em 1811, possuía cerca de 12.000 habitantes, Spix e Martius calculavam 30.000 em 1819; se o crescimento no volume de importações, exportações e número de escravos foi inegável, a demanda por cultura letrada também foi.

⁴¹ Na edição nº 118, *O Conciliador* anunciou que a impressão da edição nº 8 seria a última, propondo um novo acordo para os assinantes que pagaram pelos 34 números. Cf. *O Conciliador*, nº 118, 28/8/1822, p. 6.